



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3258

Sexta-feira - 11 de Setembro de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Agronômica .....	3	Curitiba .....	273	Jupia .....	563
Água Doce .....	4	Descanso .....	274	Laguna .....	567
Águas de Chapecó .....	5	Dionísio Cerqueira .....	276	Leoberto Leal .....	570
Águas Frias .....	26	Dona Emma .....	277	Lindóia do Sul .....	575
Alfredo Wagner .....	27	Doutor Pedrinho .....	278	Lontras .....	576
Anchieta .....	28	Ermo .....	283	Luiz Alves .....	579
Anitápolis .....	45	Faxinal dos Guedes .....	285	Luzerna .....	588
Antônio Carlos .....	47	Flor do Sertão .....	294	Macieira .....	589
Apiuna .....	50	Formosa do Sul .....	295	Mafra .....	590
Arabutã .....	59	Forquilha .....	301	Major Vieira .....	598
Arroio Trinta .....	63	Fraiburgo .....	303	Maracajá .....	603
Ascurra .....	64	Frei Rogério .....	306	Maravilha .....	607
Balneário Arroio do Silva .....	65	Galvão .....	309	Massaranduba .....	608
Balneário Camboriú .....	66	Garopaba .....	310	Matos Costa .....	610
Balneário Rincão .....	70	Garuva .....	326	Meleiro .....	650
Bandeirante .....	73	Gaspar .....	332	Modelo .....	652
Barra Bonita .....	74	Grão Pará .....	333	Mondai .....	676
Barra Velha .....	75	Gravatal .....	335	Monte Carlo .....	677
Belmonte .....	76	Guaraciaba .....	336	Monte Castelo .....	682
Benedito Novo .....	77	Guaramirim .....	358	Morro da Fumaca .....	684
Biguaçu .....	85	Guarujá do Sul .....	359	Navegantes .....	693
Blumenau .....	91	Guatembú .....	361	Nova Erechim .....	700
Bom Jardim da Serra .....	110	Herval d'Oeste .....	363	Nova Itaberaba .....	703
Bom Jesus do Oeste .....	111	Ibiam .....	383	Nova Trento .....	704
Bom Retiro .....	113	Ibicaré .....	386	Nova Veneza .....	708
Botuvera .....	114	Ibirama .....	387	Novo Horizonte .....	720
Braço do Trombudo .....	121	Ilhota .....	392	Orleans .....	722
Brunópolis .....	129	Imarui .....	399	Ouro .....	724
Brusque .....	130	Imbituba .....	408	Palhoça .....	725
Caçador .....	137	Imbuia .....	423	Palma Sola .....	731
Caibi .....	150	Indaial .....	424	Palmeira .....	732
Camboriú .....	152	Iomerê .....	430	Papanduva .....	734
Campo Alegre .....	158	Ipira .....	434	Paraíso .....	739
Campo Erê .....	168	Ipuacú .....	473	Passo de Torres .....	741
Campos Novos .....	170	Ipumirim .....	478	Passos Maia .....	744
Canoinhas .....	177	Iraceminha .....	480	Paulo Lopes .....	750
Capão Alto .....	181	Irani .....	513	Penha .....	756
Capinzal .....	192	Iratí .....	516	Peritiba .....	781
Catanduvas .....	220	Irineópolis .....	517	Pescaria Brava .....	782
Caxambu do Sul .....	222	Itá .....	518	Petrolândia .....	784
Chapadão do Lageado .....	224	Itapiranga .....	520	Pinhalzinho .....	785
Chapecó .....	226	Itapoá .....	524	Pinheiro Preto .....	794
Cocal do Sul .....	228	Ituporanga .....	533	Piratuba .....	800
Concórdia .....	240	Jaborá .....	537	Planalto Alegre .....	801
Cordilheira Alta .....	243	Jacinto Machado .....	540	Pomerode .....	802
Coronel Freitas .....	256	Jaraguá do Sul .....	541	Ponte Alta do Norte .....	804
Correia Pinto .....	257	Jardinópolis .....	556	Ponte Serrada .....	808
Corupá .....	263	Joaçaba .....	557	Porto Belo .....	811
Cunha Porã .....	270	José Boiteux .....	562	Porto União .....	814

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 3258

Sexta-feira - 11 de Setembro de 2020

Florianópolis/SC

## Sumário

Pouso Redondo .....	851	São Bernardino .....	982	Tangará .....	1151
Presidente Castello Branco .....	853	São Carlos .....	984	Tijucas .....	1173
Presidente Getúlio .....	856	São Domingos .....	986	Timbó .....	1175
Princesa .....	857	São Francisco do Sul .....	987	Três Barras .....	1177
Quilombo .....	861	São João Batista .....	1001	Treviso .....	1179
Rio do Campo .....	867	São João do Oeste .....	1009	Treze Tílias .....	1185
Rio do Oeste .....	868	São João do Sul .....	1018	Tunápolis .....	1186
Rio dos Cedros .....	880	São Joaquim .....	1020	Turvo .....	1188
Rio do Sul .....	873	São José .....	1021	União do Oeste .....	1189
Rio Negrinho .....	891	São José do Cedro .....	1030	Urussanga .....	1190
Rio Rufino .....	921	São Lourenço do Oeste .....	1034	Vargeão .....	1191
Rodeio .....	925	São Miguel do Oeste .....	1078	Vargem .....	1195
Romelândia .....	926	São Pedro de Alcântara .....	1090	Vidal Ramos .....	1196
Saltinho .....	927	Saudades .....	1093	Videira .....	1203
Santa Cecília .....	928	Schroeder .....	1095	Vitor Meireles .....	1208
Santa Rosa de Lima .....	931	Seara .....	1119	Witmarsum .....	1209
Santa Terezinha do Progresso .....	935	Serra Alta .....	1136	Xanxerê .....	1210
Santo Amaro da Imperatriz .....	938	Siderópolis .....	1141	Xavantina .....	1218
São Bento do Sul .....	964	Sombrio .....	1149	Zortéa .....	1221

## Associações

GRANFPOLIS .....	1226
------------------	------

## Consórcios

CIGA .....	1227
CIM-AMAVI .....	1232
CIMVI .....	1233
CINCATARINA .....	1249
CIS/AMOSC .....	1345
CIS/AMVI .....	1356
CISAM .....	1357
CISAMREC .....	1373
Quiriri .....	1386
CVC .....	1387
CISAM-SUL .....	1387
CONDER .....	1388
CIRSURES .....	1395



# Agronômica

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 26/2020

Publicação Nº 2638222

PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 26/2020

CONCORRÊNCIA Nº 001/2020

Contrato que entre si celebram a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONÔMICA e a empresa LIDER SUL ENGENHARIA OBRAS E SERVIÇOS LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL REATERRO DOS PASSEIOS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA 7 DE SETEMBRO NO MUNICÍPIO DE AGRONÔMICA, FOMENTADA PELO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO BADESC CIDADES, em conformidade com o presente Edital e seus anexos.

Valor da contratação: R\$ 1.695.933,35 (um milhão seiscentos e noventa e cinco mil novecentos e trinta e três reais e trinta e cinco centavos).

Vigência: 120 dias.

Cesar Luiz Cunha

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO Nº 04/2020 FMS

Publicação Nº 2638151

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2020 FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2020 FMS

Contrato que entre si celebram a FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA e a CARLOS KOERICH ENGENHARIA ME

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia, sob o regime de empreitada por preço global, para ampliação da Unidade Básica de Saúde da Agronômica, vinculado ao Convênio n. 2010TR000500, Processo n. SCC 4973/2019, Proposta no SIGEF n. 22643, Programa SIGEF n. 2019008463, celebrado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (Fundo Estadual de Saúde) e o município de Agronômica - conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-financeiro e Projeto, descritos nos Anexos integrante deste edital. Valor da contratação: R\$ 228.790,63 (duzentos e vinte e oito mil setecentos e noventa reais e sessenta e três centavos). Vigência: 120 dias.

Osmar Frederico Korb

Diretor Departamento Saúde

# Água Doce

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 45/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 32/2020

Publicação Nº 2638483

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE

PROCESSO LICITATÓRIO 45/2020

PREGÃO ELETRÔNICO 32/2020

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 45/2020, na modalidade "PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2020", do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", destinado a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, através de recursos de transferência especial do Estado de Santa Catarina e próprios do município de Água Doce, o qual será processado e julgado no dia 23 de setembro de 2020 às 13h15, através do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Limite para apresentação da proposta e documentação: 23 de setembro de 2020 às 13h00. Íntegra do Edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)

Água Doce, SC, 10 de setembro de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 69/2018

Publicação Nº 2638137

#### TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 69/2018

Segundo termo Aditivo ao Contrato n. 69/2018, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, inscrito sob CNPJ 82.939.398/0001-90, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, no Município de Água Doce - SC, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro o Sr. ODICLESIO JAISON STORCHIO, brasileiro, leiloeiro oficial, portador da matrícula na Junta Comercial de Santa Catarina n. AARC 319, e Cédula de Identidade n. 3.822.890-8, inscrito no CPF sob n. 030.206.169-05, com endereço comercial na Rua Dr. Maruri, 1360, Sala 307, Centro, na cidade de Concórdia/SC, doravante denominada CONTRATADO, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 31/12/2020, considerando o prazo em que esteve sem efeitos por determinação judicial.

Cláusula Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, SC, 04 de setembro de 2020

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ODICLESIO JAISON STORCHIO
Prefeito Municipal	Leiloeiro Oficial AARC319
Contratante	Contratado

#### TESTEMUNHAS:

CRISTIANO SAVARIS DA SILVA	GLÁUCIA REGINA VARASCHIN
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica

MARLIZE KANDLER BITTENCOURT

OAB/SC 28339

# Águas de Chapecó

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº31/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO P/ REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2020 - CESTAS BÁSICAS

Publicação Nº 2639604

Estado de Santa Catarina
<b>MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ</b>
<b>AVISO DE LICITAÇÃO</b>
Processo Administrativo nº31/2020
Pregão Eletrônico p/ Registro de Preços nº16/2020
Tipo: Menor Preço por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À FAMILIAS DE BAIXA RENDA E/OU VULNERABILIDADE SOCIAL
Recebimento das Propostas: até as 08h25min do dia 24/09/2020
Início da Sessão: 08h30min do dia 24/09/2020, no site <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a>
O Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site do Município <a href="http://www.aguasdechapeco.sc.gov.br">www.aguasdechapeco.sc.gov.br</a> e <a href="http://www.portaldecompraspublicas.com.br">www.portaldecompraspublicas.com.br</a> ou no Setor de Compras, situado na Rua Porto União, 968, Centro, nos dias úteis de Segunda à Sexta das 07:30h às 11:30h e das 13:00 às 17:00hrs. Informações através do e-mail <a href="mailto:compras@aguasdechapeco.sc.gov.br">compras@aguasdechapeco.sc.gov.br</a> ou fone (49)3339-0855
ÁGUAS DE CHAPECÓ/SC, 11 de setembro de 2020.
<b>LEONIR ANTONIO HENTGES</b>
<b>PREFEITO MUNICIPAL</b>

**DECRETO Nº 152 - 2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2637964

**DECRETO Nº 152 /2020**  
**De 10 de Setembro de 2020**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**LEONIR ANTÔNIO HENTGES,**  
**Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina,** no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial o Art. 70, VII, e Art. 90, da Lei Orgânica Municipal, e Lei Municipal n.º 2000/2019, Artigo 5º, § 1º Inciso III de 04/12/2019 e demais disposições legais vigentes;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 – **MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ**, no valor de R\$ 22.000,00 (vinte dois mil reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
<b>Órgão</b>	<b>SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS</b>		<b>3</b>
Unidade	Departamento de Administração e Planejamento		1
Função	Administração		4
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	Gestão Administrativa Eficiente		3
Atividade	<b>Manutenção da Assessoria Administrativa Superior</b>		<b>2.003</b>
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(16)	Aplicação Direta – 3.3.90.00.00	1.000 – Recursos Ordinários	22.000,00
<b>Valor Total R\$:</b>			<b>22.000,00</b>

**Art. 2º** Para a suplementação de que trata o Art. 1º, serão deduzidos os recursos da conta:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUNIC. DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS		3
Unidade	Departamento de Administração e Planejamento		1
Função	Administração		4
Sub-função	Administração Geral		122
Programa	Gestão Administrativa Eficiente		3
Atividade	Manutenção da Assessoria Administrativa Superior		2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor
(15)	Aplicação Direta – 3.1.90.00.00	1.000 – Recursos Ordinários	22.000,00
<b>Valor Total R\$:</b>			<b>22.000,00</b>

**Art. 3º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
Águas de Chapecó/SC, em 09 de Setembro de 2020.

**LEONIR ANTÔNIO HENTGES**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº28/2020**

Publicação Nº 2638540

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata de registro:	09/2020
Licitação:	Processo de licitação Nº28/2020 Pregão Presencial P/ Registro de Preços Nº13/2020
Contratada:	OESTE SUL PRESTADORA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DE CONJUNTO ELETROMECÂNICO E REDE ADUTORA JUNTO AOS POÇOS PERFURADOS NAS LINHAS BARRA DA TAQUARINHA E BARRA DO MAIDANA
Valor:	R\$ 110.785,65 (Cento e dez mil setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)
Proj. Ativ.	Orçamento Vigente
Vigência	12 MESES
ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC, 10 de setembro de 2020	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2020 PROCESSO LICITATÓRIO 29/2020**

Publicação Nº 2639088

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ	
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	
Ata de registro:	10/2020
Licitação:	Processo de licitação Nº29/2020 Pregão Presencial P/ Registro de Preços Nº14/2020
Contratada:	ILMA ERNA MUSCOPF CONSTRUTORA JAIR AGOSTINHO DA LUZ ME ADELAIDE LUCIA BRUTSCHER 79890822920
Objeto:	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PINTOR, PEDREIRO, SERVENTE DE PEDREIRO, SERVIÇOS DE REPARO EM CALÇAMENTOS, MUROS E BUEIROS, ETC
Valor:	R\$ 190.750,00 (Cento e dez mil setecentos e oitenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos)
Proj. Ativ.	Orçamento Vigente
Vigência	12 MESES
ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC, 10 de setembro de 2020	
LEONIR ANTÔNIO HENTGES	
PREFEITO MUNICIPAL	

**PORTARIA Nº 237, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638642

PORTARIA Nº 237/2020 De 10 de setembro de 2020	DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE TERMO DE RESPONSABILIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito do Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, em especial a Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica revogado, o Termo de Responsabilidade nº 001/2019, datado em 29 de agosto de 2019, pelo qual a servidora Fernanda Luiza dos Santos assumiu a utilização das "chaves de acesso e movimentação" das contas bancárias registradas em nome do Prefeito Municipal Sr. Leonir Antônio Hentges.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de  
Águas de Chapecó/SC, em 10 de setembro de 2020.

LEONIR ANTÔNIO HENTGES  
Prefeito Municipal

Registre e Publique-se

**CÂMARA MUNICIPAL****AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020**

Publicação Nº 2638972

Estado de Santa Catarina

PODER LEGISLATIVO

Águas de Chapecó

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 05/2020

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2020

Tipo: Menor Preço – Por item.

Objeto: ARMÁRIO MDF MELAMINA

Item: ARMÁRIO MDF MELAMINA, medindo 2,80m altura x 4,04m largura x 0,50m profundidade, com espaço de acondicionamento de climatizador de ar, medindo aproximadamente 0,45mx0,45m, em chapa MDF branca TX 15mm, interno e externo, com 04 portas de correr medindo aproximadamente 0,90mx2,80m e uma porta de abrir, medindo aproximadamente 0,45m largura e 1,60m de altura, com puxadores em alumínio, roldanas e trilhos superiores e inferiores de alumínio, com 3 gavetas com trilho telescópico, com 28 divisórias em MDF 15 mm, de compartimentos distribuídos no interior do armário com aproximadamente 0,40m altura x 0,90m largura e 3 divisórias medindo aproximadamente 0,45m largura x 0,50m de altura, com dobradiças de pressão com amortecedores de batida, com pés em material compatível com a estrutura do móvel, medindo, no mínimo 5cm de altura, com montagem e colocação inclusos.

Entrega dos Envelopes: 25.10.2020 (vinte e cinco de setembro de 2020) às 14:00hs (catorze horas).

Abertura dos Envelopes: 25.10.2020 (vinte e cinco de setembro de 2020) às 14:30hs (catorze horas e trinta minutos).

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Câmara Municipal, sito a Rua Porto União, 920 – Centro, CEP: 89883-000 Município de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, nos dias úteis, de segunda à sexta, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h ou pelo telefone (0\*\*49) 3339-0991 / (0\*\*49) 3339-0217, e-mail: contabilidade@camaraaguasdechapeco.sc.gov.br ou no site <https://www.camaraaguasdechapeco.sc.gov.br/>

Águas de Chapecó/SC, 10 de Setembro de 2020.

RACHEL ELMA MOHR STEIERNAGEL

**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 005/2020 PROCESSO LICITATÓRIO - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2020 - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**

Publicação Nº 2638975

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 005/2020****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020****1 - PREÂMBULO**

1.1 – A Câmara Municipal de Águas de Chapecó, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 00.539.883/0001-02, com sede administrativa na Rua Porto União, 920, Centro, neste ato, representada pela Presidente da Câmara Municipal, Sra. RACHEL ELMA MOHR STEIERNAGEL, **TORNA PÚBLICO** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **PRESENCIAL**, para a aquisição dos objetos indicados no **ANEXO “C”** deste instrumento. A presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações e legislação aplicável.

1.2 - O recebimento do Credenciamento, dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, o Credenciamento, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às **14:00 horas** do dia **25 de setembro de 2020**, no prédio sede da Câmara Municipal de Águas de Chapecó, no endereço acima indicado.

1.3 - A abertura dos Envelopes nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das **14:30 horas** do dia **25 de setembro de 2020**, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações da Câmara Municipal, situada no endereço citado no **item 1.1**.

**2 - DO OBJETO:**

2.1 – A presente licitação tem por objeto a aquisição do objeto a seguir disposto:

**ARMÁRIO MDF MELAMINA**, medindo 2,80m altura x 4,04m largura x 0,50m profundidade, com espaço de acondicionamento de climatizador de ar, medindo aproximadamente 0,45mx0,45m, em chapa MDF branca TX 15mm, interno e externo, com 04 portas de correr medindo aproximadamente 0,90mx2,80m e uma porta de abrir, medindo aproximadamente 0,45m largura e 1,60m de altura, com puxadores em alumínio, roldanas e trilhos superiores e inferiores de alumínio, com 3 gavetas com trilho telescópico, com 28 divisórias em MDF 15 mm, de compartimentos distribuídos no interior do armário com aproximadamente 0,40m altura x 0,90m largura e 3 divisórias medindo aproximadamente 0,45m largura x 0,50m de altura, com dobradiças de pressão com amortecedores de batida, com pés em material compatível

**com a estrutura do móvel, medindo, no mínimo 5cm de altura, com montagem e colocação inclusos.**

### **3 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1 - Não poderão participar da presente licitação, empresas que estejam cumprindo as sanções nos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93, bem como empresas nas seguintes condições:

3.1.1. Com falência decretada;

3.1.2. Em consórcio.

3.2. Poderão participar desta licitação todas as empresas do ramo pertinente ao objeto da presente licitação, bem assim, as empresas enquadradas como Microempresa – ME e Empresa de Pequeno Porte – EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar 147/2014, que comprovem o atendimento dos requisitos estabelecidos neste Edital;

3.2.1. As licitantes na condição de microempresas e empresas de pequeno porte, enquadradas de acordo com a Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar fora dos envelopes, Certidão emitida da Junta Comercial ou do Registro Civil de Pessoas Jurídicas comprovando essa situação, juntamente com o credenciamento.

3.2.3. A ausência da comprovação prevista no item anterior impedirá a participação como microempresa e empresa de pequeno porte no processo licitatório.

3.3. Não havendo um mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como micro e/ou pequena empresa para cada item, fica o item deste processo licitatório destinado à contratação de qualquer tipo de empresa, conforme Inciso II, do Artigo 49 da Lei Complementar 147/2014.

3.4. Não poderão participar na condição de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte as que se enquadram nas hipóteses do Artigo 3º §4º da Lei Complementar 123/2006, consolidada.

3.5. Não poderão participar deste Processo Licitatório empresa que tenham em seu quadro, empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis) anos, efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

3.6. A simples participação na presente licitação implica na aceitação irretratável de todas as normas do Edital.

#### **4 - DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES E DO CREDENCIAMENTO**

4.1 - No dia, hora e local designados neste Edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro inicialmente receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, **desde que protocolizados de acordo com o disposto no item 1.2**, em envelopes distintos, lacrados, contendo na parte externa a seguinte identificação:

**CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - SC**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020**

**ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL**

**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**CIDADE:**

**CEP:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

**CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ - SC**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2020**

**ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO**

**PROPONENTE: (RAZÃO SOCIAL)**

**CNPJ:**

**ENDEREÇO:**

**CIDADE:**

**CEP:**

**TELEFONE:**

**E-MAIL:**

4.2 - Em seguida, realizará o credenciamento dos interessados ou de seus representantes, que consistirá na comprovação de que possuem poderes para formular propostas e praticar os demais atos inerentes ao certame, nos seguintes termos:

4.2.1 - O representante da empresa licitante deverá comprovar, na Sessão Pública, a existência dos necessários poderes para a formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame, através da apresentação de procuração, ou termo de credenciamento, nos termos do modelo constante do **Anexo “A”**, juntamente com um documento de identificação com foto.

4.2.2 - Nesta fase, observando as disposições do **item 6.5**, o representante da licitante deverá apresentar, cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus

atuais administradores, com a comprovação da publicação na imprensa da ata arquivada, bem como das respectivas alterações, caso existam ou outro documento legal que permita analisar a sua condição de proprietário, sócio ou dirigente, bem como para verificar se o credenciante possui os necessários poderes de delegação.

4.3 - A não comprovação de que o interessado ou seu representante possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

4.4. Não será permitida a participação de empresas distintas através de um único representante.

4.5 - A recepção dos envelopes far-se-á de acordo com o estabelecido no **item 1.2** deste Edital, sendo aceita a remessa por via postal, com aviso de recebimento, desde que seja efetuada a entrega dos mesmos até o dia e horário indicados para protocolo. A Câmara Municipal de Águas de Chapecó e o Pregoeiro não se responsabilizarão, e nenhum efeito produzirá para o licitante, se os envelopes não forem entregues em tempo hábil para protocolização dentro do prazo estabelecido no **item 1.2**, no Departamento de Compras desta Câmara Municipal. Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e/ou documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

4.6 - No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC n° 103/2007. As sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3° da Lei Complementar 123/2006. **Não serão aceitas declarações emitidas pela empresa e registradas na Junta Comercial.**

4.7 – A empresa que não comprovar a condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, com a apresentação de um dos documentos acima descritos, **não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar 123/2006**. Este(s) documento(s) deverá(ão) ser apresentado(s) obrigatoriamente fora do envelope 01 – Proposta de Preços.

## **5 - DA PROPOSTA COMERCIAL**

5.1 - O Envelope nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL, deverá conter a proposta propriamente dita, redigida em português, de forma clara e detalhada, sem emendas ou rasuras, devidamente datada, **assinada ao seu final e rubricada nas demais folhas**, contendo ainda:

a) Razão social, endereço completo, nº do CNPJ/MF e nº da Inscrição Estadual e/ou Municipal da proponente, telefone e e-mail;

b) Número deste Pregão;

c) Número do item, descrição dos Itens nos termos do **Anexo "D"** deste Edital, quantidade, unidade de medida, preço unitário e preço total por item, conforme exemplificado abaixo:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Preço Unit.	Preço Total

d) Preço total global;

e) Local, data, **assinatura e identificação do representante legal da licitante.**

5.2 - Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais à direita da vírgula, praticados no último dia previsto para a entrega da proposta, sem previsão de encargos financeiros ou expectativa inflacionária.

5.3 - Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, deslocamentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, mão-de-obra, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente licitação.

5.4 - Fica estabelecido em 60 (sessenta) dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da sessão de abertura dos envelopes nº 01. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.

5.5 - As propostas que tenham sido classificadas, serão verificadas pelo Pregoeiro para constatar a possibilidade de erros aritméticos nos cálculos e na soma. Os erros serão corrigidos pela Comissão da seguinte forma:

a) Nos casos em que houver discrepância entre os valores grafados em algarismos numéricos e por extenso, o valor grafado por extenso prevalecerá;

b) Nos casos em que houver discrepância entre o preço unitário e o valor total obtido pela multiplicação do preço unitário pela quantidade, o preço unitário cotado deverá prevalecer;

c) Nos casos em que houver discrepância entre o valor da soma de parcelas indicada na Proposta e o valor somado das mesmas, prevalecerá o valor somado pelo Pregoeiro.

5.5.1 - Os preços unitários apresentados no texto da proposta da licitante serão corrigidos pelo Pregoeiro de acordo com o procedimento acima e serão considerados para efeito de ordenação em relação às demais licitantes e como o valor a que se obriga o proponente.

5.6 – No caso de serem ofertados lances verbais, a licitante vencedora, após o encerramento da sessão, será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, apresentar nova planilha de preço, com os valores dos itens corrigidos, para refletir o novo preço global.

## 6 - DA DOCUMENTAÇÃO REFERENTE À HABILITAÇÃO

6.1 - O Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, deverá conter os seguintes documentos de habilitação:

a) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;

c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, relativa ao Município da sede do licitante;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF do FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais, instituídos por Lei;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440 de 07 de julho de 2011. Esta certidão poderá ser emitida através do site [www.tst.gov.br](http://www.tst.gov.br);

f) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos, ressalvados os casos de menor a partir de quatorze anos na condição de aprendiz.

g) Declaração identificada e assinada pelo representante legal, de que a empresa **não possui emitida contra si**, Declaração de Inidoneidade, expedida em face de

inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei;

6.2 - Quando as certidões apresentadas não tiverem prazo de validade estabelecido pelo competente órgão expedidor, será adotada a vigência de **180 (cento e oitenta) dias consecutivos**, contados a partir da data de sua expedição. Não se enquadram nesse dispositivo os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade.

6.2.1 - A data que servirá de referência para verificação da validade dos documentos de habilitação é aquela disposta no **item 1.3** deste Edital.

6.3 - Os documentos exigidos nesta licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Câmara Municipal, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

6.3.1 - As certidões e certificados exigidos como condição de habilitação poderão, também, ser apresentados em documento extraído diretamente da Internet, ficando, nesse caso, a sua aceitação condicionada à verificação da sua veracidade pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio, no respectivo *site* do órgão emissor.

6.4 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados, deverão estar em nome da licitante com o respectivo número do CNPJ, nas seguintes condições:

6.4.1 - Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;

6.4.2 - Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial.

6.5 - Caso a obrigação venha a ser cumprida pela filial e a vencedora seja a matriz, ou vice-versa, deverão ser apresentados, na licitação, os documentos de habilitação de ambas, ressalvados aqueles que, pela própria natureza ou em razão de centralização de recolhimentos, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.6 - A empresa poderá apresentar os documentos de comprovação de regularidade fiscal, citados no **item 6.1**, centralizados junto à matriz desde que apresente documento que comprove o Reconhecimento da Centralização do Recolhimento expedido pelo órgão respectivo, ou que conste na certidão a validade para a matriz e para as filiais.

6.7 - As microempresas, micro empreendedores individuais e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida no **item 6.1**,

mesmo que os documentos exigidos nas alíneas “a” a “e”, relativos à **regularidade fiscal**, apresentem alguma restrição.

6.7.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério do Município, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.7.2. - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no Item 6.7.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Câmara Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## 7 - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

7.1 - Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração **verbal ou escrita**, (no caso de não comparecimento, a declaração escrita, conforme modelo constante do **ANEXO “B”** deverá vir **anexada ao credenciamento**), dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (inciso VII do Art. 4º da Lei nº 10.520/2002), sendo consignado em ata.

7.2 - Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, sob pena de desclassificação. Isto posto, serão classificadas a proposta de menor preço e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

7.2.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.2 - Serão passíveis de **desclassificação** as propostas formais (ou seus itens, de forma individual) que não atenderem os requisitos constantes dos **itens 5.1 a 5.5** deste Edital, bem como, quando constatada a oferta de preço manifestamente inexecutável.

7.3 - No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

7.3.1 - Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

7.3.2 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços de cada item do objeto do certame.

7.3.3 - A oferta de lance deverá recair sobre o **MENOR PREÇO POR ITEM** do objeto desta licitação que tiver sido declarado, pelo Pregoeiro, como alvo de lances naquele momento.

7.3.3.1 - Os lances verbais ofertados pelas licitantes também deverão ser registrados manualmente e assinados pelos seus representantes legais em formulário próprio que será apresentado às licitantes pelo Pregoeiro, documento esse que constituirá parte integrante da ata circunstanciada lavrada ao final da Sessão Pública do Pregão.

7.3.3.2 - O Pregoeiro alertará e definirá sobre a variação mínima de preço entre os lances verbais ofertados pelas licitantes, podendo, no curso desta fase, deliberar livremente sobre a mesma.

7.3.4 - É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

7.3.5 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.3.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

7.4 - Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.5 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.6 - Encerrada a etapa de lances, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no artigo 44 da Lei Complementar nº 123 de dezembro de 2006.

7.6.1 - Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas, microempreendedores individuais e empresas

de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.7 - Ocorrendo o empate previsto no item 7.6.1, proceder-se-á da seguinte forma:

- a) A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificado poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;
- b) Não ocorrendo a contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, na forma da **alínea “a” deste Item**, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese prevista no **Item 7.6.1**, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem no intervalo estabelecido no **Item 7.6.1**, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.7.1 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos no **Item 7.7**, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.7.2 - O disposto no **Item 7.7** somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.7.3 - A microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, após convocação verbal do pregoeiro, sob pena de preclusão.

7.8 - Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores mencionados no **item 9.1** deste Edital, decidindo, motivadamente, a respeito.

7.9 - Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu Envelope nº 02 - DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item 6** e subitens, deste Edital.

7.10 - Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

Caso contrário, o Pregoeiro **inabilitará** as licitantes que não atenderem todos os requisitos relativos à habilitação, exigíveis no **item 6 e seus subitens**, deste Edital.

7.11 - Se a proposta ou o lance de menor preço não for aceitável ou se a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

7.11.1 - Ocorrendo a situação referida no **item 7.9**, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido preço melhor.

7.12 - Observando-se o disposto no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/93, excepcionalmente, o pregoeiro poderá suspender a Sessão Pública para realizar diligências visando esclarecer dúvidas surgidas acerca da especificação do objeto, ou da documentação apresentada.

7.13 - Caso todas as propostas sejam julgadas desclassificadas (antes da fase de lances verbais) ou todas as licitantes sejam inabilitadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas ou de nova documentação, escoimadas das causas que ensejaram a sua desqualificação (artigo 48, § 3º, da Lei 8.666/93).

7.14 - Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de recorrer, registrando na ata da Sessão a síntese de suas razões e a concessão do prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões de recurso, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, apresentarem contrarrazões do recurso em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

7.14.1 - A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

7.14.2 - A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública do Pregão caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

7.15 - Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

7.15.1 - A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, sua Equipe de Apoio e por todos os licitantes presentes, salvo quando algum representante se ausentar antes do término da Sessão, fato que será devidamente consignado em ata.

7.16 - Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7.17 - O Pregoeiro manterá em seu poder os envelopes com a Documentação de Habilitação das licitantes que não restarem vencedoras de qualquer item do objeto desta Licitação, **pelo prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do(s) Contrato(s)**, devendo os seus responsáveis retirá-los durante esse período, sob pena de inutilização dos mesmos.

## **8 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO**

8.1 - No julgamento das propostas, será(ão) considerada(s) vencedora(s) a(s) licitante(s) que apresentar(em) o **MENOR PREÇO POR ITEM**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

8.2 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e depois de obedecido o disposto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666/93, a classificação será feita, obrigatoriamente, **por sorteio, que será realizado na própria Sessão.**

8.3 - A adjudicação do objeto deste PREGÃO será formalizada pelo Pregoeiro, **PELO MENOR PREÇO POR ITEM**, à(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) seja(m) considerada(s) vencedora(s).

8.4 - O resultado da licitação será homologado pela Autoridade Competente.

## **9 – DOS VALORES ORÇADOS PELA CÂMARA MUNICIPAL E PREÇOS MÁXIMOS**

9.1 - Os valores totais por item orçados para a prestação dos serviços, objeto desta licitação, estão descritos no **ANEXO “C”**, deste edital e deverão ser considerados como **preços máximos por item admitidos no presente certame, sob pena de desclassificação.**

## **10 - DO PRAZO E FORMA DE ENTREGA DO OBJETO**

**10.1 – O período de entrega, montagem e colocação do objeto contratado será da data de sua assinatura do Termo de Contrato até 31 de outubro de 2020,**

**podendo ser prorrogado em caso de excepcional impossibilidade de entrega no prazo previsto.**

10.1.1 – A inobservância do disposto no item acima será de inteira responsabilidade da(s) licitante(s) vencedora(s), a qual arcará com perdas e danos por eventual responsabilidade.

## **11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1 – A Câmara Municipal de Águas de Chapecó efetuará o pagamento do objeto desta licitação, **em parcela única**, no prazo de até 05 (cinco) dias após a apresentação de notas fiscais, atestadas por servidor responsável, em conta corrente de titularidade da empresa vencedora.

11.2 – As **notas fiscais eletrônicas** deverão ser encaminhadas para o e-mail: [secretaria@camaraaguasdechapeco.sc.gov.br](mailto:secretaria@camaraaguasdechapeco.sc.gov.br), nos arquivos com extensão XML e PDF.

11.3 - As despesas decorrentes do objeto da presente licitação correrão às dotações previstas na Lei Orçamentária do Exercício de 2020 e seguintes.

## **12 - DO CRITÉRIO DE REAJUSTE**

12.1 - O preço proposto não sofrerá reajustes.

## **13 - DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

13.1 - Até 48 (quarenta e oito) horas úteis que anteceder o horário fixado para o recebimento das propostas, qualquer empresa interessada em participar da licitação poderá impugnar o ato convocatório do Pregão.

13.1.1 - A impugnação deverá ser protocolada na Câmara Municipal, em via original, que a encaminhará, devidamente informada, à Autoridade Competente para apreciação e decisão.

13.2 - Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões de recurso, também em via original.

13.3 - O recurso deverá ser dirigido ao Pregoeiro que poderá reconsiderar sua decisão, ou, fazê-lo subir, devidamente informado, para apreciação e decisão.

13.4 - As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

13.5 - A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

13.6 - Decididos os recursos, o Pregoeiro fará a adjudicação do objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s).

#### **14 - DO CONTRATO E RESPECTIVA VIGÊNCIA**

14.1 - Após a homologação do resultado, a vencedora será notificada e convocada para, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, assinar o termo de contrato (minuta constante do ANEXO "F", sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no **item 16**, deste Edital.

14.2 - No ato de formalização do contrato, a licitante vencedora deverá indicar pessoa pertencente ao seu quadro funcional, com a qual a Câmara Municipal poderá obter informações e/ou esclarecimentos, bem como encaminhar quaisquer outras comunicações.

14.3 - O contrato decorrente desta licitação terá prazo de vigência da data de assinatura até 31 de outubro de 2020.

14.4 - Caso o contrato, por qualquer motivo, não venha a ser assinado, a licitante subsequente, na ordem de classificação, será notificada para nova Sessão Pública, na qual o pregoeiro examinará a sua proposta e qualificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, podendo o pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

#### **15 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1 - A inexecução total ou parcial do Contrato decorrente desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

15.2 - A rescisão contratual poderá ser:

15.2.1 - Determinada por ato unilateral da Câmara Municipal, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;

15.2.2 - Amigável, mediante autorização da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Câmara Municipal.

## 16 – DAS PENALIDADES

16.1 - A recusa imotivada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da mesma, contada a partir do primeiro dia após ter expirado o prazo que a empresa teria para assiná-la, nos termos do **item 14.1.1** do presente instrumento convocatório.

16.1.1 - Entende-se por valor total da Ata de Registro de Preços o montante dos preços totais finais oferecidos pela(s) licitante(s) após a etapa de lances, considerando os itens do objeto que lhe tenham sido adjudicados.

16.2 - A penalidade de multa, prevista no **item 16.1** deste edital, poderá ser aplicada, cumulativamente, com a penalidade disposta na Lei nº 10.520/02, conforme o artigo 7, do mesmo diploma legal.

16.3 – A Câmara Municipal poderá deixar de aplicar as penalidades previstas nesta cláusula, se admitidas as justificativas apresentadas pela(s) licitante(s) vencedora(s), nos termos do que dispõe o artigo 43, parágrafo 6º c/c artigo 81, e artigo 87, “caput”, da Lei nº 8.666/93.

## 17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 - Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, serão prestados diretamente no Departamento de Compras e Licitações da Câmara Municipal de Águas de Chapecó, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (49) 3339 0217, de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas.

17.2 - Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação **endereço eletrônico (e-mail), número de telefone e fax**, bem como o **nome da pessoa indicada para contatos**.

17.3 – A Câmara Municipal reserva-se o direito de filmar e/ou gravar as Sessões Públicas deste Pregão.

17.4 - Informações verbais prestadas por servidores municipais não serão consideradas como motivos para impugnações.

17.5 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e, se for o caso, conforme disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), Código Civil e legislações pertinentes à matéria.

17.6 - No interesse da Câmara Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

a) Adiada a abertura da licitação;

b) Alterados os termos do Edital, obedecendo ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei 8.666/93.

17.7 – A Câmara Municipal reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, no total ou em parte, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

17.8 - O foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação é o da Comarca de São Carlos - SC, excluído qualquer outro.

## **18 - DOS ANEXOS DO EDITAL**

18.1 - Integram o presente Edital, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

**Anexo “A”** – MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO;

**Anexo “B”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;

**Anexo “C”** – RELAÇÃO DE ITENS/TERMO DE REFERÊNCIA;

**Anexo “D”** – MODELO DE PROPOSTA;

**Anexo “E”** – MODELO DE DECLARAÇÃO;

**Anexo “F”** – MINUTA DO CONTRATO.

Águas de Chapecó - SC, em 09 de setembro de 2020.

**RACHEL ELMA MOHR STEIERNAGEL**  
**PRESIDENTE**

# Águas Frias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº99/2020

Publicação Nº 2638331

MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS  
Estado de Santa Catarina

#### EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº ..... : 99/2020

Contratante ..... : MUNICÍPIO DE ÁGUAS FRIAS

Contratada ..... : ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE DE PINHALZINHO

Objeto ..... : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS, em conformidade com o Edital de Credenciamento nº03/2017

Valor ..... : R\$ 800,00(oitocentos reais)

Vigência ..... : Início :11/09/2020 Término : 31/12/2020

Licitação ..... : Inexigibilidade Nº.: 19/2020

Processo ..... : 79/2020

AGUAS FRIAS, 10 de setembro de 2020

RICARDO ROLIM DE MOURA  
PREFEITO

# Alfredo Wagner

## PREFEITURA

### HOMOLOGAÇÃO CONRRÊNCIA PÚBLICA Nº02/2020

Publicação Nº 2638714

Aviso de Resultado do Concorrência Pública nº02/2020  
Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

O Município de Alfredo Wagner HOMOLOGA E AJUDICA o Concorrência Pública nº02/2020, no dia 10 de Setembro de 2020, Referente a Contratação de empresa especializada para execução das obras de Reconstrução de duas pontes, na localidade de Passo da Limeira e São Wendelino, no Município de Alfredo Wagner/SC. O valor do certame foi de R\$ 3.787.777,76 (Três milhões, setecentos e oitenta e sete mil, setecentos e setenta e sete reais e setenta e seis centavos) a empresa vencedora do certame foi SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. Informações pelo site: [alfredowagner.sc.gov.br](http://alfredowagner.sc.gov.br).

Alfredo Wagner, em 11 de Setembro de 2020.

Naudir Antônio Schmitz

Prefeito Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA 011/2020-PMA

Publicação Nº 2637971

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

CHAMADA PÚBLICA – Nº 011/2020

O Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Anchieta/SC, em conformidade com o que dispõe a Lei Federal Nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores vigentes, convoca todos os interessados em locação de imóveis destinados a aluguel social, para procederem a inscrição até o dia 18/09/2020, no departamento de licitações, na Avenida Anchieta, 838, Centro, dúvidas entrar em contato pelo telefone (49)3653-3200. Horário das 07:00 hrs às 13:00 hrs, de segunda a sexta-feira.

Anchieta, 10 de Setembro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal.

### COMUNICADO Nº 007 DO PID AGOSTO 2020

Publicação Nº 2638858

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Anchieta

PROGRAMA DE INCENTIVO DIRETO – PID

Comunicado nº 007, agosto de 2020.

A Comissão Especial nomeada pelo Decreto Municipal nº 117/2020 de 15 de julho de 2020, torna público, a relação dos agricultores contemplados no Programa de Incentivo Direto - PID, instituído pela Lei Municipal nº 2.350 de 28 de dezembro de 2017, que protocolaram pedido junto a Secretaria de Agricultura, entre o dia 01 de agosto a 31 de agosto de 2020:

Nº	NOME	ENDEREÇO	VALOR
01	ANILSON BRANCHER	LINHA MEDIANEIRA	R\$ 275,82
02	ENIO ANTÔNIO PESSETTO	LINHA SALETE	R\$ 719,12
03	ARLEI BRANCHER	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 384,18
04	ELSO MENDES PICCOLI	LINHA CAMARGO	R\$ 384,18
05	JANDIR BARONIO	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 505,65
06	WESLEI ADRIANO SCHAEFFER	LINHA SÃO DIMAS	R\$ 239,68
07	HENDSON PAULO BERWANGER	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 275,82
08	JORGE GRABIN	LINHA CAMARGO	R\$ 1.103,31
09	DILDO PICCOLI	LINHA SÃO PEDRO	R\$ 719,12
10	JURICI PEDRINHO ARENHART	LINHA APARECIDA	R\$ 275,82
11	JORGE LUIZ SIGNOR	LINHA SAÚDE	R\$ 919,38
12	JEAN PIÉRE GROSELLI	LINHA SÃO DIMAS	R\$ 492,55
13	RUBIEL LEONARDO DE CEZARE	LINHA VARGEM BONITA	R\$ 701,88
14	NEVTON LUIZ PORTO ALBRING	LINHA UNIÃO DA VITÓRIA	R\$ 274,00
15	LEANDRO LUIZ BRASSIANI	LINHA NOVA SEARA	R\$ 275,82
16	MARCIO GRESELE	LINHA VARGEM BONITA	R\$ 599,24
17	JOÃO ROGÉLIO GOFI	LINHA SÃO DIMAS	R\$ 827,48
18	ADEMIR JOSÉ KERBER	LINHA SALETE	R\$ 384,18
19	IDALVINO JOSÉ LAGO	LINHA SALETE	R\$ 1.102,00
20	NEIVO SANTA CATARINA	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 275,82
21	ADEMILSON LUIZ VIDORI	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 384,18
22	MAURICIO LUIZ MORESCHI	LINHA SÃO DIMAS	R\$ 205,24
23	ANTONINHO MORESCHI	LINHA SÃO DIMAS	R\$ 482,66
24	AURI PULGA	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 160,88

25	HENRIQUE DRASZEWSKI	LINHA SÃO CRISTOVÃO	R\$ 330,99
26	ADAIR BRANCHER	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 275,82
27	VALDIR SANTA CATARINA	LINHA PRATELEIRA	R\$ 202,27
28	EMILIO WIESLOSKI	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 541,80
29	JOACIR ANTÔNIO NEGRI	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 275,82
30	MARLI CRESTANI	LINHA SÃO MARCOS	R\$ 165,49
31	GILMAR JOSÉ HEINECK	LINHA SÃO MARCOS	R\$ 275,82
32	WILLIAN DANIEL IZOTON	LINHA SÃO MARCOS	R\$ 220,67
33	VALDUIR LUCIAN	LINHA SÃO PAULO	R\$ 367,73
34	DIOGO BURATTI	LINHA SÃO CRISTOVÃO	R\$ 229,87
35	VALMARI LUIZ MATTANNA	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 551,65
36	SIDEMAR MATTANNA	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 248,24
37	SIDERLEI MATTANNA	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 1.103,31
38	EDER ZUPPA	LINHA PRATELEIRA	R\$ 551,65
39	MARCELO ALEXANDRE GARLET	LINHA MEDIANEIRA	R\$ 827,48
40	VALDIR CRESTANI	LINHA SÃO MARCOS	R\$ 280,75
41	ELSI PORTZ ALNOCH	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 451,52
42	ATAIDES DE SOUZA	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 827,48
43	MAYKEL SOARES LEITE	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 1.103,31
44	MIGUEL SOARES LEITE	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 384,18
45	IRNO PEDRO GHENO	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 935,84
46	ELOIR SCHWEIZER	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 352,17
47	SERGIO JOSÉ PRESOTTO	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 413,73
48	FRANCISCO CARGNIN	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 275,82
49	CELESTE JOSÉ PAULETTI	LINHA 25 DE MAIO	R\$ 68,95
50	JAIR SOMAVILLA	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 827,48
51	EDILSON JOSÉ PESSETTO	LINHA SALETE	R\$ 227,54
52	IVO DA COSTA	LINHA APARECIDA	R\$ 308,82
53	CLEBER PINOTTI	LINHA UNIDA	R\$ 410,44
54	VALDIR ALVES DIAS	LINHA PRATELEIRA	R\$ 551,65
55	GILMAR DAL CASTEL	LINHA PRATELEIRA	R\$ 1.029,42
56	JANDIR CARTERI	LINHA NOVA SEARA	R\$ 910,22
57	VILSO GROMOVSKI	LINHA SÃO GERALDO	R\$ 541,80
VALOR TOTAL: R\$ 28.037,74			

O(a) agricultor que discordar do valor do subsídio poderá solicitar revisão à Comissão Municipal em até 48 horas desta publicação, por meio de documento, justificando as razões para a revisão.

A comissão municipal analisará a solicitação e publicará o resultado dos recursos apresentados em até 48 (quarenta e oito horas) no mural da Secretaria Municipal de Agricultura e na página na internet da Prefeitura Municipal.

Qualquer pessoa poderá impugnar a concessão do subsídio junto à Secretaria Municipal de Agricultura, mediante apresentação de documento por escrito, justificando as razões e os elementos comprobatórios.

Anchieta – SC, 10 de setembro de 2020.

Carlos Augusto Antonietti  
Vanira Suzana Moresco

Rafael Ferreira da Silva

## COMUNICADO Nº 007 PROINFRA AGOSTO 2020

Publicação Nº 2638860

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Anchieta

PROGRAMA INFRAESTRUTURA PRODUTIVA  
Comunicado nº 007, agosto de 2020.

A Comissão Especial nomeada pelo Decreto Municipal nº 117/2020 de 15 de julho de 2020, torna público, a relação dos agricultores



contemplados no Programa Infraestrutura Produtiva - PROINFRA, instituído pela Lei Municipal nº 2.350 de 28 de dezembro de 2017, que protocolaram pedido junto a Secretaria de Agricultura, entre o dia 01 de agosto a 31 de agosto de 2020:

Nº	NOME	ENDEREÇO	VALOR
01	ANILSON BRANCHER	LINHA MEDIANEIRA	R\$ 220,00
02	SIDINEI MOLOSSI	LINHA SÃO PAULO	R\$ 218,53
03	ENIO ANTÔNIO PESSETTO	LINHA SALETE	R\$ 238,39
04	ARLEI BRANCHER	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 170,00
05	ALVARO RAFAGNIN	LINHA SÃO CRISTOVÃO	R\$ 165,49
06	ELSO MENDES PICCOLI	LINHA CAMARGO	R\$ 220,66
07	CELSO DOMINGOS SLAVIERO	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 254,15
08	EMILIO WIESLOSKI	LINHA SÃO ROQUE	R\$ 238,39
09	CLAUDAIR JOÃO BUFFON	LINHA PRATELEIRA	R\$ 238,39
10	OSMAR CARNEIRO	LINHA PRIMAVERA	R\$ 220,66
11	LUCIANA ERCEGO GUARDA	LINHA SÃO DIMAS	R\$ 220,66
12	AMARILDO GROTTO	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 254,15
13	JEAN PIÉRE GROSELLI	LINHA SÃO DIMAS	R\$ 238,39
14	LEANDRO BRASSIANI	LINHA NOVA SEARA	R\$ 220,66
15	JANDIR CARTERI	LINHA NOVA SEARA	R\$ 254,15
16	ANAZIRA PEREIRA	LINHA PRATELEIRA	R\$ 238,39
17	DARCI MARCOLIN	LINHA SALETE	R\$ 218,53
18	NEIVO SANTA CATARINA	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 220,66
19	HENRIQUE SANTA CATARINA	LINHA SÃO PAULO	R\$ 238,39
20	CLAUDIO SANTA CATARINA	LINHA SÃO PAULO	R\$ 220,66
21	HENDSON PAULO BERWANGER	LINHA CORDILHEIRA	R\$ 220,66
22	EDILSON JOSÉ PESSETTO	LINHA SALETE	R\$ 211,78
23	SIDEMAR MATTANNA	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 254,15
24	MARCIO GRESELE	LINHA VARGEM BONITA	R\$ 198,65
25	MAURICIO LUIZ MORESCHI	LINHA SÃO DIMAS	R\$ 99,33
26	ANTONINHO MORESCHI	LINHA SÃO DIMAS	R\$ 148,24
27	HENRIQUE DRASZEWSKI	LINHA SÃO CRISTOVÃO	R\$ 330,99
28	MIGUEL SOARES LEITE	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 220,66
29	ADAIR BRANCHER	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 220,66
30	MARCELO ALEXANDRE GARLET	LINHA MEDIANEIRA	R\$ 254,15
31	EDER ZUPPA	LINHA PRATELEIRA	R\$ 238,39
32	CRISTIANE FERREIRA DA SILVA	LINHA SAÚDE	R\$ 238,39
33	SIDERLEI MATTANNA	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 330,99
34	ADEMIR JOSÉ KERBER	LINHA SALETE	R\$ 220,66
35	VALMARI LUIZ MATTANNA	LINHA SÃO LUIZ	R\$ 238,39
36	VALDIR CRESTANI	LINHA SÃO MARCOS	R\$ 254,15
37	DIOGO BURATTI	LINHA SÃO CRISTOVÃO	R\$ 99,33
38	WILLIAN DANIEL IZOTON	LINHA SÃO MARCOS	R\$ 220,66
39	GILMAR JOSÉ HEINECK	LINHA SÃO MARCOS	R\$ 220,66
40	MARLI CRESTANI	LINHA SÃO MARCOS	R\$ 238,39
41	GERALDO DALMORO	LINHA SÃO PAULO	R\$ 254,15
42	ELSI PORTZ ALNOCH	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 218,53
43	MAYKEL SOARES LEITE	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 330,99
44	GILMAR CHINI	LINHA SALETE	R\$ 238,39
45	GILMAR DAL CASTEL	LINHA PRATELEIRA	R\$ 254,15
46	SERGIO JOSÉ PRESOTTO	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 178,79
47	FRANCISCO CARGNIN	LINHA TAQUARUÇU	R\$ 220,66
48	PAULO CESAR PRESOTTO	LINHA JOÃO CAFÉ FILHO	R\$ 232,97
49	VILSO GROMOVSKI	LINHA SÃO GERALDO	R\$ 238,39
50	JANDIR BARONIO	LINHA SÃO DOMINGOS	R\$ 218,53
51	OSVALDIR GOIS DA SILVA RAMOS	LINHA PRIMAVERA	R\$ 220,66
52	VALDIR ALVES DIAS	LINHA PRATELEIRA	R\$ 238,39
VALOR TOTAL: R\$ 11.813,18			

O(a) agricultor que discordar do valor do subsídio poderá solicitar revisão à Comissão Municipal em até 48 horas desta publicação, por meio de documento, justificando as razões para a revisão.

A comissão municipal analisará a solicitação e publicará o resultado dos recursos apresentados em até 48 (quarenta e oito horas) no mural da Secretaria Municipal de Agricultura e na página na internet da Prefeitura Municipal.

Qualquer pessoa poderá impugnar a concessão do subsídio junto à Secretaria Municipal de Agricultura, mediante apresentação de documento por escrito, justificando as razões e os elementos comprobatórios.

Anchieta – SC, 10 de setembro de 2020.

Carlos Augusto Antonietti  
Vanira Suzana Moresco

Rafael Ferreira da Silva

## DECRETO N. 166/2020

Publicação Nº 2638657

DECRETO Nº. 166/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A RETOMADA DO FUTEBOL RECREATIVO NO ÂMBITO MUNICIPAL DE ACORDO COM OS NÍVEIS DE RISCO POTENCIAL REGIONAL PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições legais, em especial as contidas no inciso VIII, do artigo 84, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562 de 17 de abril de 2020 e declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19 e estabelece medidas de combate e enfrentamento à pandemia;

CONSIDERANDO a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria 592 de 17 de agosto de 2020 e Portaria 658 de 28 de agosto de 2020 que estabelecem critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local e medidas de enfrentamento ao COVID-19, de acordo com os níveis da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria 664 de 03 de setembro de 2020 que estabelece critérios para a retomada do futebol recreativo:

### DECRETA

Art. 1º O presente Decreto dispõe sobre a retomada do futebol recreativo de campo, em locais privados e públicos, no âmbito municipal, durante o período de pandemia, mediante a observância dos termos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. A retomada dos jogos de futebol recreativo durante o período que durar a pandemia será exclusivamente para atletas com idade igual ou superior a 16 anos.

Art. 2º O retorno das atividades de futebol recreativo se dará de forma gradual e monitorada, considerando a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 nas regiões de saúde:

§ 1º No caso da região ser classificada em risco potencial GRAVÍSSIMO (representada pela cor vermelha) na Avaliação de Risco Potencial para COVID19, os jogos ficam proibidos pelo período de tempo determinado pela Portaria SES nº 592 de 17.08.2020 e suas atualizações.

§ 2º No caso da região ser classificada em risco potencial GRAVE (representado pela cor laranja) na Avaliação de Risco Potencial para COVID19, os jogos somente podem ocorrer em dias alternados.

§ 3º No caso da região ser classificada em risco potencial ALTO (representado pela cor amarela) na Avaliação de Risco Potencial para COVID19, os jogos estão liberados em todos os dias da semana.

Art. 3º A implementação das medidas de retomada do futebol recreativo constantes neste Decreto se dará de forma automática, conforme a classificação de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional estabelecidos pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 4º Nos dias das partidas, somente podem acessar o local e suas dependências as pessoas diretamente envolvidas nas mesmas e em número reduzido ao mínimo necessário para sua execução, sem comprometimento de ordem organizacional e de segurança.

§ 1º Todos os praticantes e demais presentes no local devem usar máscara, retirando apenas quando estiver efetivamente jogando.

§ 2º Os árbitros devem fazer uso de máscaras e face shield durante os jogos, desta forma devem utilizar apitos eletrônicos.

Art. 5º Ficam proibidas as rodas de aquecimento e confraternizações, antes e após jogo, assim como o cumprimento físico inicial e/ou final entre os praticantes.

Art. 6º Enquanto durar a situação de emergência em saúde no município ficam proibidas:

- I - A presença de acompanhantes dos jogadores;
- II - O uso de churrasqueiras para confraternizações;
- III - O uso de coletes que identificam os times;
- IV - A utilização de vestiários.

Art. 7º Ficam estabelecidas as seguintes medidas a serem implementadas pelos organizadores do evento, durante todas as partidas:

- I - Divulgar, em local visível, as informações de prevenção à COVID-19 estabelecidas pelo Governo do Estado para estas atividades;
  - II - Realizar agendamento para utilização da quadra/campo por meio eletrônico, evitando filas ou aglomerações;
  - III - Liberar acesso à quadra/campo somente para as pessoas cadastradas para o horário agendado;
  - IV - A entrada nas dependências do local do evento só será permitida com aferição de temperatura por método digital por infravermelho. Considera-se a temperatura de corte o máximo de 37,5º C;
  - V - Caso o participante ou trabalhador apresente temperatura corporal maior ou igual a 37,5º C ou sintomas gripais como por exemplo: tosse seca ou produtiva, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, fica impedido de entrar e participar do evento e deve ser orientado a procurar uma unidade de assistência à saúde do município. Os contatos próximos assintomáticos dos doentes devem também ser afastados por um período de 10 dias. Para retorno às atividades, seguir recomendação médica;
  - VI - Limitar o número de pessoas ao estritamente necessário para o funcionamento da atividade. Os dados destas pessoas devem constar em uma lista com nome completo, RG, CPF, endereço, telefone de contato, além de local e cronograma constando o agendamento das partidas. Esta lista destina-se a facilitar um possível rastreamento. A responsabilidade pela elaboração do documento é do proprietário do local e ficará sob sua guarda por, pelo menos, 14 dias;
  - VII - Controlar o fluxo de entrada e saída das quadras/campos com intervalo de tempo entre as partidas de forma que não haja cruzamento entre os times que finalizam e os times que irão iniciar o jogo;
  - VIII - Controlar o uso de áreas comuns, como sanitários, e a sua utilização para evitar agrupamentos;
  - IX - Cada participante deve portar sua própria toalha e garrafa de água com identificação, para evitar a troca ou o seu compartilhamento durante os jogos;
  - X - Adaptar bebedouros do tipo jato inclinado, de modo que somente seja possível o consumo de água com o uso de copo descartável;
  - XI - Disponibilizar em pontos estratégicos do local do evento (em áreas onde ocorre a circulação de pessoas) locais para adequada lavagem das mãos e dispensadores de álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, devendo ser orientada e estimulada a constante higienização das mãos;
  - XII - Definir intervalo de 10 minutos entre as partidas, para higienização das bolas e da quadra com aplicação pulverizada de uma solução de água sanitária com diluição de 1 copo (250 ml) de água sanitária para 1L de água ou 1 copo (200 ml) de alvejante para 1L de água;
  - XIII - Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade;
  - XIV - Intensificar a desinfecção com álcool 70% ou sanitizantes de efeito similar dos utensílios, superfícies, equipamentos, maçanetas, balcões, mesas, interruptores, sanitários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;
  - XV - Manter os lavatórios dos sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento;
  - XVI - Manter todos os ambientes ventilados, com portas e janelas abertas, sempre que possível;
  - XVII - Adotar medidas internas relacionadas à saúde das pessoas necessárias para evitar a transmissão do COVID-19, priorizando o afastamento das que pertencem a grupos de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, obesos e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento.
- Art. 8º É de responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional e as Forças de Segurança fiscalizar os locais com vista a garantir o cumprimento das medidas sanitárias exigidas.
- Art. 9º As autorizações previstas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.
- Art. 10º Este Decreto não revoga outras normas sanitárias vigentes que se aplicam a prática do futebol recreativo.
- Art. 11º O descumprimento do disposto neste Decreto constitui infração sanitária nos termos da Lei Complementar Municipal nº 019/2010, em especial o arts. 30 a 37 em combinação com o art. 38, incisos VIII, XXX, XXXII e sujeita seu infrator as cominações previstas.
- Art. 12º O disposto neste Decreto não impede a adoção de medidas já previstas em outras normas, sejam de âmbito federal, estadual ou municipal, desde que de forma mais restritiva.

Art. 13º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, ou até a edição de ato revogador pelo Município.

Art. 14º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Anchieta – SC, 10 de setembro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

**DECRETO N. 168/2020**

Publicação Nº 2638864

DECRETO Nº. 168/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ALTERA DECRETO MUNICIPAL N. 130/2020 DE 31 DE JULHO DE 2020 QUE "ESTABELECE MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA - SC PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19)".

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições legais, em especial as contidas no inciso VIII, do artigo 84, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562 de 17 de abril de 2020 e declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19, estabelece medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 348 de 22 de maio de 2020 que proíbe a aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

#### DECRETA

Art. 1º Fica prorrogado, até 13 de outubro de 2020, o prazo de vigência das medidas contidas no Decreto nº 130/2020, de 31 de julho de 2020.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Município de Anchieta – SC, 10 de setembro de 2020.

IVAN JOSÉ CANCI  
Prefeito Municipal

CERTIFICO que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios – [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)  
Camila Baronio - Secretária de Administração e Gestão

**ANEXO I MEMORIAL PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA DO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 10.2020-SERVIDÃO JOÃO BUCCHI**

Publicação Nº 2638443



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Anchieta.**  
**Departamento de Engenharia.**

Página 1 de 8

**MEMORIAL DESCRITIVO****PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA.**

PROPONENTE:	MUNICÍPIO DE ANCHIETA/SC
OBRA:	PAVIMENTAÇÃO POLIÉDRICA (Calçamento / pedras rearranjadas)
LOCAL:	<b><i>Trecho da Rua situada na Servidão Pública João Bucchi.</i></b>
DATA:	10 de fevereiro de 2020

**IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO:**

Este memorial descritivo tem por objetivo complementar os projetos técnicos relativos à obra de pavimentação poliédrica em trechos de ruas / estradas quatro locais distintos do Município de Anchieta/SC.

**NECESSIDADE DO EMPREENDIMENTO:**

Nestes trechos, além do atendimento de casas, de edificações recreativas, institucional, com a melhoria da infraestrutura, as pavimentações gerarão mais segurança e qualidade de vida a moradores, pedestres e motoristas, bem como propiciará melhores das condições da malha viária e do desenvolvimento econômico das regiões.

**LOCAL E SITUAÇÃO ATUAL A SER PAVIMENTADO:**

**Servidão Pública João Bucchi**, atualmente provida de rua / estrada em terra bruta, conforme registros fotográficos, (janeiro de 2020).



Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [engenharia@anchieta.sc.gov.br](mailto:engenharia@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Anchieta.**  
**Departamento de Engenharia.**

Página 2 de 8

## ***MEMORIAL DESCRITIVO***



### **GENERALIDADES:**

Deverão ser mantidas na obra, em local determinado pela fiscalização, placas:

- Padrão fornecido pela Municipalidade;
- Da Empreiteira, com os Responsáveis Técnicos pela execução.

A obra deverá ser feita rigorosamente de acordo com o projeto aprovado, sendo que toda e qualquer alteração que por ventura deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização do Responsável Técnico pelo projeto.

Poderá a fiscalização paralisar os serviços, ou mesmo mandar refazê-los quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.

Nos projetos apresentados, entre as medidas tomadas em escala e medidas determinadas por cotas, prevalecerão sempre as últimas.

Deverão ser observadas as normas de segurança do trabalho em todos os aspectos.

No caso de a Empreiteira querer substituir materiais ou serviços que não constam nesta especificação, deverá apresentar memorial descritivo, memorial justificativo para sua utilização e a composição orçamentária completa, que permita comparação, pelo autor do projeto, com materiais e/ou serviços semelhantes, além de catálogos e informações complementares.

### **1. SERVIÇOS INICIAIS:**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC

e-mail: [engenharia@anchieta.sc.gov.br](mailto:engenharia@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Anchieta.**  
**Departamento de Engenharia.**

Página 3 de 8

## **MEMORIAL DESCRITIVO**

- 1.1. Documentação:  
Antes do início dos serviços a empreiteira deverá providenciar, e apresentar para o órgão contratante:
- a) ART de execução;
  - b) CEI da Previdência Social;
  - c) Livro de registro dos funcionários alocados para a obra;
  - d) Programas de Segurança do Trabalho;
  - e) Diário de obra de acordo com o Tribunal de Contas.

- 1.2. Placa da Obra:  
As placas deverão ser no padrão fornecido pela MUNICIPALIDADE.

### **2. PROJETOS:**

O projeto refere-se à pavimentação poliédrica, detalhado conforme plantas técnicas em anexo, ao processo.

O projeto compõe-se de:

- Planta baixa (planimetria), perfil longitudinal, seção transversal e detalhes construtivos;
- Planta do traçado a ser pavimentado, sinalização viária e localização de rede de drenagem pluvial existente ou se necessário instalação.

Os projetos foram baseados em legislação vigente, no que se refere às especificações técnicas, de materiais e métodos aplicados e construtivos. Qualquer divergência, deve o EXECUTOR, comunicar a FISCALIZAÇÃO.

### **3. RESPONSABILIDADE TÉCNICA:**

O projeto terá sua Anotação de Responsabilidade Técnica, anotada perante o CREA/SC, pelo engenheiro civil, **João Everton Ruby sob o nº 130064-9**, servidor público do Município de Anchieta/SC.

### **4. ESTUDOS TOPOGRÁFICOS:**

A locação foi efetuada de acordo com os processos clássicos de topografia, lançando-se as tangentes para a definição dos pontos de intersecção (PIS); o eixo da via foi piqueteado entre 10 e 20 metros, demarcadas linhas mestras de curvas de nível entre 0,50 e 1,00 metros.

O levantamento foi executado com o auxílio do equipamento eletrônico "estação total e aparelho GP'S, os dados coletados foram processados no software "topograph" e AUTO CAD. **Observo que foi elaborado por outro profissional técnico, vinculados a outra atribuição, distinta, porém com a mesma finalidade e anexo a esse processo.**

### **5. PROJETO GEOMÉTRICO:**

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [engenharia@anchieta.sc.gov.br](mailto:engenharia@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).



**Estado de Santa Catarina**  
**Prefeitura Municipal de Anchieta.**  
**Departamento de Engenharia.**

Página 4 de 8

## ***MEMORIAL DESCRITIVO***

O projeto geométrico foi desenvolvido tendo por base as características técnicas preconizadas nas normas para projetos geométricos de logradouros urbanos, e foi ordenado aos elementos básicos reconhecidos pelos estudos topográficos. **Observe que foi elaborado por outro profissional técnico, vinculados a outra atribuição, distinta, porém com a mesma finalidade e anexo a esse processo.**

### **6. PROJETO PLANIALTIMÉTRICO:**

O projeto planialtimétrico constitui-se na representação gráfica dos dados obtidos nos estudos topográficos, resultando da exploração realizada em campo com o equipamento eletrônico estação total. **Observe que foi elaborado por outro profissional técnico, vinculados a outra atribuição, distinta, porém com a mesma finalidade e anexo a esse processo.**

### **7. CARACTERÍSTICAS DA RUA À SER PAVIMENTADA:**

*Trecho da Rua situada na Servidão Pública João Bucchi.*

Área total a pavimentar ----- : **537,67 m<sup>2</sup>**

### **8. CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Obras pertinentes a regularização de base/leito existentes, drenagem pluvial, bocas de lobo para captação, calçadas, são existentes ou serão executados em contrapartida ou por meio de recursos próprios, material, maquinário e mão de obra, fornecidos pela Secretária de Obras e Infraestrutura Municipal. Limpeza do local inicial ou final envolvendo a utilização ou não de água, entende-se como item inclusos na consideração do BDI.

É sempre conveniente que seja realizada uma visita aos locais das obras para tomar conhecimento da extensão dos serviços.

Sugestões de alterações devem ser feitas ao autor do projeto e à fiscalização, obtendo deles a autorização para o pretendido, sob pena de ser exigido o serviço como inicialmente previsto, sem que nenhum ônus seja debitado ao Contratante.

Por fim, outros não citados neste ou não observados neste processo, segue-se os critérios de edital e legislação vigente.

Anchieta -SC, 29 de maio de 2020.

Av. Anchieta, 838/CEP: 89.970.000 --- Anchieta – SC  
e-mail: [engenharia@anchieta.sc.gov.br](mailto:engenharia@anchieta.sc.gov.br) / Página eletrônica: [www.anchieta.sc.gov.br](http://www.anchieta.sc.gov.br).

## 111

PMv3.0.4

## Publicação Nº 2638447





**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA 010/2020- SERVIDÃO JOÃO BUCCHI**

Publicação N° 2638441

**Estado de Santa Catarina  
Município de Anchieta****EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA N° 10/2020**

**IVAN JOSÉ CANCI**, Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente, em especial ao que dispõem os artigos 287 ao 308 da Lei Complementar n° 001/2005 e artigos 81 e 82 da Lei n° 5.172/66 – Código Tributário Nacional, faz saber a quem interessar possa, que o Município de Anchieta publica **EDITAL** demonstrando os requisitos legais, especialmente os custos relativos a execução de obras públicas de pavimentação poliédrica que serão executadas em vias localizadas no perímetro rural, para fins de ressarcimento ao erário público municipal, dos valores despendidos com sua execução, de conformidade com os itens a seguir relacionados:

A via pública a ser pavimentada e que é objeto do presente EDITAL é a estrada da **SERVIDÃO JOÃO BUCCHI**, bairro Santa Lúcia, cidade de Anchieta/SC, no trecho compreendido entre a Rua Buenos Aires e a Rua Neri Pagliosa, tendo como confrontação os lotes relacionados no **Anexo III** deste Edital.

**1. DO MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO – ALÍNEA ‘A’, INCISO I, ARTIGO 82, DA LEI N° 5.172/66:**

- 1.1– O memorial descreve normas para execução dos serviços de pavimentação poliédrica compreendendo todos os serviços e materiais necessários à execução das obras, conforme termos definidos no memorial descritivo.
- 1.2– A íntegra do memorial descritivo e a descrição individual dos serviços constam no **Anexo I** deste Edital, devendo o mesmo ser considerado como parte integrante deste.

**2. DO ORÇAMENTO DO CUSTO DA OBRA – ALÍNEA ‘B’, INCISO I, ARTIGO 82, DA LEI N° 5.172/66:**

- 2.1– A área total da via pública a ser pavimentada corresponde a 537,67 m².
- 2.2– O custo total das obras corresponde a R\$ 20.395,97 (Vinte mil, trezentos e noventa e cinco reais e noventa e sete centavos).
- 2.3– Demais especificações do projeto constam no **Anexo I** do presente Edital.



**Estado de Santa Catarina  
Município de Anchieta**

**3. DA DETERMINAÇÃO DA PARCELA DO CUSTO DA OBRA A SER FINANCIADA PELA CONTRIBUIÇÃO – ALÍNEA ‘C’, INCISO I, ARTIGO 82, DA LEI Nº 5.172/66:**

3.1– A determinação da contribuição de melhoria relativa a cada imóvel será determinada pela valorização imobiliária decorrente da execução da obra, tendo como limite o custo da obra conforme previsto no § 1º, do artigo 82, da Lei nº 5.172/66 e c/c o previsto no artigo 287, da Lei Complementar nº 001/2005, alterada pela Lei Complementar 078/2019.

**4. DA DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA – ALÍNEA ‘D’, INCISO I, ARTIGO 82, DA LEI Nº 5.172/66:**

4.1– A contribuição de melhoria será cobrada dos proprietários dos imóveis situados nas áreas diretamente beneficiadas pela obra, conforme mapa constante do **Anexo IV**, ou seja, dos imóveis confrontantes ou beneficiados com as vias especificadas, que sofrerem valorização em decorrência da execução da obra, nos locais abaixo descritos:

a) **SERVIDÃO JOÃO BUCCHI**, da cidade de Anchieta/SC, no trecho compreendido entre a Rua Buenos Aires e a Rua Neri Pagliosa.

**5. DA DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DA VALORIZAÇÃO PARA TODA A ZONA OU PARA CADA UMA DAS ÁREAS BENEFICIADAS, NELA CONTIDAS – ALÍNEA ‘E’, INCISO I, ARTIGO 82, DA LEI Nº 5.172/66:**

5.1– O fator de absorção do benefício, em face da valorização dos imóveis, para as zonas fixadas no item anterior é na ordem de 90% (noventa por cento) tendo como limite máximo o custo da obra e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida em cada imóvel.

**6. DA PARCELA A SER FINANCIADA PELOS CONTRIBUINTES:**

6.1– A parcela do custo da obra a ser financiada pelos contribuintes será de até **R\$ 2.039,59 (dois mil, trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, correspondendo a **10% (dez por cento)** da soma total do custo da obra, ou seja, compreendendo a soma dos itens 1., 1.1, 1.1.1, 1.1.2, 2., 2.1, 2.1.1, 2.1.2, 2.1.3, 2.1.4, 3., 3.1, 3.1.1, 4., 4.1, e, 4.1.1 do orçamento Quantitativo e Financeiro (**Anexo II**), este realizado em somente uma planilha, pois, o orçamento base para a Licitação foi produzido para todas as ruas que receberam a pavimentação poliédrica, apresentando o total das obras, porém o custo de cada obra está representado no item 2 do presente edital, tendo como limite máximo o valor total da efetiva valorização ocorrida no imóvel.

6.2– Considerando que a área total da via pública a ser pavimentada compreende 537,67 m², e que o valor a ser absorvido pelos contribuintes importará em **R\$ 2.039,59 (dois mil, trinta e nove reais e cinquenta e**



## **Estado de Santa Catarina Município de Anchieta**

**nove centavos**), e, considerando, ainda, o contido no artigo 287 da Lei Complementar nº 001/2005, alterada pela Lei Complementar 078/2019, que define o valor máximo a ser cobrado do contribuinte como sendo o percentual de **10% (dez por cento)** do total da despesa realizada, ou seja, **R\$ 2.039,59 (dois mil, trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos)**, ESTIMA-SE o custo por metro quadrado ao contribuinte de **R\$ 3,79 (três reais e setenta e nove centavos)**.

### **7. DA FORMA DE PAGAMENTO:**

- 7.1– O pagamento da contribuição de melhoria da obra referida neste Edital, desde que comprovada a valorização dos imóveis, será efetuada pelos contribuintes à Fazenda Municipal, obedecendo as seguintes condições:
- 7.2– Pagamento à vista a ser pago pelo contribuinte, em cota única, no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação do edital de lançamento da referida Contribuição de Melhoria, com 15% (quinze por cento) de desconto.
- 7.3- Pagamento parcelado a ser efetuado pelo contribuinte com vencimento inicial no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação do edital de lançamento da referida Contribuição de Melhoria em até 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas, sendo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 0,25 (zero vírgula vinte e cinco) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, nos termos do artigo 306, I, da Lei Complementar nº 001/2005.
- 7.4– Caso o contribuinte opte pelo pagamento em cota única, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento previsto.
- 7.5– O parcelamento obriga o sujeito passivo do crédito tributário ao acréscimo da correção monetária anual, com vinculação do saldo devedor à UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, nos termos do caput do artigo 306, da Lei Complementar nº 001/2005.
- 7.6– O não pagamento de 02 (duas) parcelas até o vencimento da terceira parcela subsequente, implica no descumprimento do parcelamento concedido e obriga o sujeito passivo do crédito tributário, às sanções legais e a antecipação do vencimento das parcelas vincendas com o vencimento em uma única parcela na data da primeira vencida, nos termos do § 4º, do artigo 102, da Lei Complementar nº 001/2005.
- 7.7– Os créditos tributários oriundos deste Edital que não forem pagos, serão inscritos em dívida ativa e encaminhados para cobrança judicial, nos termos da Lei Complementar nº 001/2005 – Código Tributário Municipal.

### **8. DA IMPUGNAÇÃO:**



## **Estado de Santa Catarina Município de Anchieta**

8.1– É facultado ao contribuinte, após notificado, impugnar qualquer dos elementos constantes no presente Edital, devendo no documento da impugnação indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, suas especificações, as provas documentais e testemunhais com que pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e, em especial, poderá impugnar perante à Autoridade Fazendária de Primeira Instância, em face de erro na localização e/ou dimensões do imóvel, do cálculo dos índices atribuídos, do valor da contribuição e do número de prestações.

8.2– O prazo para interpor a impugnação à Autoridade competente, mediante protocolo no Setor de Tributos do Município de Anchieta, é de até 30 (trinta) dias, contados do primeiro dia útil seguinte à publicação do presente Edital e editais ou atos subsequentes, vinculados a este, cabendo ao contribuinte o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

### **9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

9.1– Demais informações poderão ser obtidas pelos contribuintes junto à Secretaria da Fazenda, com o setor de Tributação e Fiscalização, pessoalmente ou através do telefone 49 3653 3200.

Anchieta/SC, 29 de maio de 2020.

**IVAN JOSÉ CANCI**  
**Prefeito Municipal**

# Anitápolis

## PREFEITURA

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 037/2019

Publicação N° 2638142

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – Extrato do Primeiro Termo Aditivo ao contrato n° 037/2019. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: CinCatarina ( Consórcio Interfederativo Santa Catarina). CLAUSULA PRIMEIRA – DA VIGENCIA: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de contrato, que fica prorrogado até 31/10/2020 – Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições não especialmente alteradas neste termo. Data: 10/09/2020. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

### RETIFICAÇÃO AO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 029/2020

Publicação N° 2638791

#### RETIFICAÇÃO AO EDITAL 029/2020

O Município de Anitápolis comunica a retificação ao Edital 029/2020:

ONDE SE LÊ:

I - Objeto

1.1 O presente pregão tem como objeto Contratação de serviços de Médico Veterinário para atender a Lei n ° 994/19 do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) Suprindo o serviço de inspeção Municipal de produtos de origem animal com jurisdição em todo território do Município de Anitápolis. Conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo VIII do presente Edital.

LÊ – SE:

I - Objeto

1.1 O presente pregão tem como objeto Contratação de serviços de Médico Veterinário para atender a Lei n ° 994/19 do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) Suprindo o serviço de responsável técnico devidamente habilitado com competência comprovada na área de atuação, nos estabelecimentos ou locais em que sejam artesanais ou industrializados os alimentos de origem animal em todo território do Município de Anitápolis. Conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo VIII do presente Edital.

ONDE SE LÊ: ( PÁGINA 21): ANEXO VII ( MINUTA DO CONTRATO)

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Médico Veterinário para atender a Lei n ° 994/19 do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) no Município de Anitápolis.

LÊ- SE:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de Médico Veterinário para atender a Lei n ° 994/19 do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) Suprindo o serviço de responsável técnico devidamente habilitado com competência comprovada na área de atuação, nos estabelecimentos ou locais em que sejam artesanais ou industrializados os alimentos de origem animal em todo território do Município de Anitápolis

ONDE SE LÊ (PAGINA 27): ANEXO VIII ( Termo de Referência, Item 1. Objeto).

#### 1. OBJETO

Contratação de serviços de Médico Veterinário para atender a Lei n ° 994/19 do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) Suprindo o serviço de inspeção Municipal de produtos de origem animal com jurisdição em todo território do Município de Anitápolis.

LÊ-SE:

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. OBJETO

Contratação de serviços de Médico Veterinário para atender a Lei n ° 994/19 do SIM (Serviço de Inspeção Municipal) Suprindo o serviço de responsável técnico devidamente habilitado com competência comprovada na área de atuação, nos estabelecimentos ou locais em que sejam artesanais ou industrializados os alimentos de origem animal em todo território do Município de Anitápolis. Conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo VIII do presente Edital.

Anitápolis, 10 de Setembro de 2020.

Maria Aparecida de Pieri Coelho  
Secretária Municipal de Agricultura, Turismo e Meio Ambiente

**Antônio Carlos****PREFEITURA****CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2020**

Publicação Nº 2638706

**CONVOCAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Chamamento Público nº 09/2020, para comparecerem na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a partir do dia 11/09/2020, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

MÉDICO 20 HORAS	
Class.	Candidato
04º	ANA PAULA FACCIN ARAUJO DE SOUZA

Antônio Carlos, 10 de setembro de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 134/2020**

Publicação Nº 2637952

DECRETO Nº 000134/20 de 10 de Setembro de 2020

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001636/19 de 12 de Dezembro de 2019.

DECRETA :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 12.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.03 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.03.08.244.0008.2.023-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.000,00

ra atendimento de Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 12.000,00

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 10 de Setembro de 2020

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 135/2020**

Publicação Nº 2638915

DECRETO Nº 135 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Abre crédito adicional extraordinário na Lei Orçamentária Anual para 2020.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 167, § 3º da Constituição Federal c/c artigo 41, inciso III e 44 da Lei (federal) 4.320/64.

CONSIDERANDO, que o Decreto Municipal nº 44, de 03 de abril de 2020 declarou estado de calamidade pública no Município, estabelecendo medidas de prevenção e combate ao COVID-19;

CONSIDERANDO, que a situação demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Antônio Carlos;

CONSIDERANDO, que a Lei Orgânica do município em seu art.89 dispõe que nenhuma despesa será ordenada ou satisfeita sem que exista

recurso disponível e crédito votado pela Câmara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário, e ainda que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento Municipal, um Crédito Adicional Extraordinário no valor de R\$ 21.866,00, para fazer face ao conjunto de medidas necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do corona vírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do corona vírus, para a seguinte dotação orçamentária:

11 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde 11.01.10.301.0012.2.041

Dotação (101) 11.01.10.301.0012.2.041-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações diretas. R\$ 21.866,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias.

Excesso de arrecadação – Recurso da Portaria Nº 1.857, DE 28º DE JULHO DE 2020 Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro – R\$ 21.866,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de setembro de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N 515/2020**

Publicação Nº 2638707

PORTARIA Nº 515/2020  
Concede Férias a servidor.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, de acordo com a Lei nº 558/92;

**RESOLVE:**

Artigo 1º - Conceder FÉRIAS aos servidores abaixo relacionados:

NOME	CARGO	LOTAÇÃO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
LUANA PHILIPPE SCHVARTZ	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL	02/01/2019 a 01/01/2020	05/10/2020 a 19/10/2020
IVONE SCHVARTZ SCHMITT	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	SECRETARIA DE SAÚDE E ASSIST. SOCIAL	13/07/2018 a 12/07/2019	04/09/2020 a 03/10/2020

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 10 de setembro de 2020.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 11 de setembro de 2020.

**PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2020**

Publicação Nº 2638793

**TERMO ADITIVO****PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 078/2020**

Primeiro termo aditivo que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ANTÔNIO CARLOS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.290/0001-90, com sede na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos, Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Geraldo Pauli, brasileiro, casado, portador do RG nº 983.256, inscrito no CPF nº 433.221.079-49, residente e domiciliado na Rua dos Imigrantes, nº 715, Rio Farias, Antônio Carlos, Santa Catarina, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI, com sede a Rua Vereador Arthur Manoel Mariano, nº 362, Sala 207, Edifício Vitória Center, Forquilha, São José, Santa Catarina, CEP 88.106-500, registrada no CNPJ sob o nº 23.155.389/0001-40, neste ato representado pelo seu proprietário Sr. Veríssimo Pedro da Silva Junior, doravante denominada CONTRATADA, ajustado mediante as cláusulas abaixo, o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente termo aditivo tem por objetivo prorrogar o prazo do presente contrato, que consiste na “contratação de empresa especializada em serviços de engenharia civil para empreitada por menor preço por lote, com fornecimento de material e mão de obra especializada para recuperação do pavimento asfáltico dos passeios/ciclovia da Rua Daniel Petry e Avenida João Frederico Martendal, no Centro do Município de Antônio Carlos/SC”, conforme Processo de Licitação nº 072/2020, Tomada de Preço nº 07/2020.

CLÁUSULA SEGUNDA – Fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias, o prazo anunciado na Cláusula V do Contrato nº 078/2020, cujo novo vencimento será no dia 15 de outubro de 2020.

CLÁUSULA TERCEIRA – As demais cláusulas e condições permanecem inalteradas.

E, por assim estarem de acordo, assinam o presente instrumento os representantes das partes contratantes, em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

Antônio Carlos, 13 de agosto de 2020.

GERALDO PAULI PREFEITO MUNICIPAL	FÓRMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI
Contratante	Contratada

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF nº:	CPF nº:

# Apiuna

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL 07-2020 FMS

Publicação Nº 2639594

Prefeitura Municipal de Apiúna

Aviso de alteração de edital de Pregão Eletrônico-Registro de Preços nº 07/2020 FMS

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAL DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PARA OS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, ENVOLVIDOS NO COMBATE AO COVID-19

O Prefeito de Apiúna em uso de suas atribuições legais torna público para o conhecimento de quem possa interessar que houve alterações no edital. O Edital alterado está disponível no site [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br) e <http://comprasbr.com.br>

Em virtude da alteração não afetar a formulação da Proposta, fica mantida data, hora e local de abertura.

Maiores informações serão fornecidas pelo Setor de Licitações da Prefeitura, fone 47 3353 2007 ou no e-mail: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br), ou no site [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br)

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2020

Publicação Nº 2638510

PREFEITURA DE APIÚNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 88/2020

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PÓ DE BRITA PARA MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

A sessão pública dar-se-á por meio de Sistema Eletrônico no Portal de Licitações no endereço "<http://comprasbr.com.br>", conforme datas e horários a seguir: INÍCIO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: a partir das 09 horas do dia 11/09/2020. FIM DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: às 09 horas do dia 24/09/2020. ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANÇES: a partir das 09 horas e 10 minutos do dia 24/09/2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). ENDEREÇO ELETRÔNICO: <http://comprasbr.com.br>. ENDEREÇO FÍSICO: Prefeitura Municipal de Apiúna, Térreo, Sala 06, Rua Quintino Bocaiuva, 204, Centro, Apiúna/SC. HORÁRIO DE EXPEDIENTE: segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h00min. E-MAIL: [licitacao@apiuna.sc.gov.br](mailto:licitacao@apiuna.sc.gov.br) ou [licita@apiuna.sc.gov.br](mailto:licita@apiuna.sc.gov.br). TELEFONE: 47 3353 2000. Edital disponível nos sites [www.apiuna.sc.gov.br](http://www.apiuna.sc.gov.br), <http://comprasbr.com.br> e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

José Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna.

### PORTARIA Nº 0472/2020

Publicação Nº 2638194

PORTARIA Nº 0472/2020

De 10 de setembro de 2020

ALTERA ASSESSOR DE

FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal da ata abaixo relacionada, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESAS CONTRATADAS
15/2020	AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEL PARA ABASTECIMENTO DA FROTA MUNICIPAL – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2019 – REGISTROS DE PREÇOS.	– POSTO AGRICOPEL LTDA. FILIAL 10

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

Servidor: FERNANDO VITOR JANSEN

Cargo: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Matricula: 97322

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:



- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor FERNANDO VITOR JANSEN, matrícula n. 97322, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Fica revogada a portaria nº 0282/2020 de 20/04/2020.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 0473/2020

Publicação Nº 2638096

PORTARIA Nº 0473/2020  
De 10 de setembro de 2020

ALTERA ASSESSOR DE FISCAL  
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

### RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal da ata abaixo relacionada, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESAS CONTRATADAS
16/2020	AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE SEGURANÇA PARA FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2019 – REGISTROS DE PREÇOS.	– MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENÇONE ME – MAYCON WILL EIRELI EPP – RP COMERCIAL LTDA ME

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE  
Servidor: WALMIR VENERA  
Cargo: DIRETOR DE DEPARTAMENTO  
Matrícula: 139530

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor WALMIR VENERA, matrícula n. 139530, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Fica revogada a portaria nº 0288/2020 de 22/04/2020.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0474/2020**

Publicação Nº 2638174

PORTARIA Nº 0474/2020  
De 10 de setembro de 2020

ALTERA ASSESSOR DE  
FISCAL DO CONTRATO Nº 41/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
41/2020	AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA NOVA DE PNEUS PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS CONVENIO 2019TR001338 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2020 – REGISTROS DE PREÇOS.	– VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIAL LTDA

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Servidor: JOAO PAULO ELIAS

Cargo: MECANICO 2

Matricula: 100722

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor JOAO PAULO ELIAS, matrícula 100722, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Fica revogada a portaria nº 0347/2020 de 02/06/2020.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0475/2020**

Publicação Nº 2638225

**PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA**

Estado de Santa Catarina

**PORTARIA Nº 0475/2020  
De 10 de setembro de 2020****ALTERA ASSESSOR DE  
FISCAL DO CONTRATO Nº 22/2020**

**José Gerson Gonçalves**, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

**R E S O L V E**

**Art. 1º** - Designar o servidor comissionado **JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA**, matrícula n. 113620-2, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
22/2020	AQUISIÇÃO PARCELADA DE ÓLEO LUBRIFICANTE E GRAXA PARA TODAS AS SECRETARIAS MUNICIPAIS – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2020 – REGISTROS DE PREÇOS.	– DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE EIRELI – P A MUNHOZ EIRELI – WEST PARTS PECAS E LUBRIFICANTES EIRELI

**2º** - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

**SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS**

Servidor: JOAO PAULO ELIAS

Cargo: MECANICO 2

Matricula: 100722

**Art. 3º** - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16

e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001



## PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA

Estado de Santa Catarina

- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminha-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

**Art. 4º** - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor JOAO PAULO ELIAS, matrícula n. 100722, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

**Art. 5º** - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

**Art. 6º** - Fica revogada a portaria nº 0353/2020.

**Art. 7º** - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

**José Gerson Gonçalves**  
Prefeito Municipal

Rua Quintino Bocaiúva, 204 – Centro – 89135-000 – Apiúna – SC. – CNPJ: 79.373.767/0001-16  
e-mail: [administracao@apiuna.sc.gov.br](mailto:administracao@apiuna.sc.gov.br) – Fone (47) 3353-2000 – Fax (47) 3353-2001

**PORTARIA Nº 0476/2020**

Publicação Nº 2638254

PORTARIA Nº 0476/2020  
De 10 de setembro de 2020

ALTERA ASSESSOR DE  
FISCAL DO CONTRATO Nº 18/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620-2, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
18/2020	AQUISIÇÃO PARCELADA DE AREIA, PEDRA E BRITA – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2020 – REGISTROS DE PREÇOS.	– MONDINI EXTRACAO DE AREIA LTDA EPP

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE

Servidor: AMARILDO AUGUSTINHO DOS SANTOS

Cargo: PEDREIRO

Matrícula: 91766

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE

Servidor: ROBSON LUIS DA MARCA ZWIERZIKOWSKI

Cargo: PEDREIRO

Matrícula: 141500

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor AMARILDO AUGUSTINHO DOS SANTOS, matrícula 91766, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Fica revogada a portaria nº 0335/2020 de 28/05/2020.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 0477/2020**

Publicação Nº 2638329

PORTARIA Nº 0477/2020  
De 10 de setembro de 2020

ALTERA ASSESSOR DE  
FISCAL DOS CONTRATOS Nºs 48/2020, 49/2020 e 50/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

RESOLVE

Art. 1º - Designar a servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620, ocupante do cargo de DIRETOR

DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal do contrato abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATOS	OBJETO	EMPRESAS CONTRATADAS
48/2020 49/2020 50/2020	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todos os veículos e máquinas da frota da Prefeitura de Apiúna e do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna – tomada de preços nº 50/2020.	Presidente INDL Importadora e Com. LTDA MDM Comércio e Serviços LTDA Vitalino de Souza MEI R\$114.700,00

Art. 2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado os servidores a seguir:

SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Servidor: JOAO PAULO ELIAS

Cargo: MECANICO 2

Matrícula: 100722

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor JOAO PAULO ELIAS, matrícula 100722, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Fica revogada a portaria nº 0401/2020 de 31/07/2020.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 0478/2020

Publicação Nº 2638355

PORTARIA Nº 0478/2020  
De 10 de setembro de 2020

ALTERA ASSESSOR DE  
FISCAL DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,  
RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620-2, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal da ata abaixo relacionada, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATO	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
21/2020	AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS NOVOS PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2020 – REGISTROS DE PREÇOS.	– MODELO PNEUS

2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização da ata acima mencionada os servidores a seguir:

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE

Servidor: ROBERTO CARLOS DE MORAIS

Cargo: BORRACHEIRO

Matrícula: 140864

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;

- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor ROBERTO CARLOS DE MORAIS, matrícula 140864, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Fica revogada a portaria nº 0352/2020 de 10/06/2020.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 0479/2020

Publicação Nº 2638374

PORTARIA Nº 0479/2020  
De 10 de setembro de 2020

ALTERA ASSESSOR DE  
FISCAL DE CONTRATO Nº 53/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,  
RESOLVE

Art. 1º - Designar o servidor comissionado JEFERSON GADIEL DUBIELLA PEREIRA, matrícula n. 113620-2, ocupante do cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, para desempenhar a função de fiscal da ata abaixo relacionado, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

CONTRATOS	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
53/2020	AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA MANUTENÇÃO DE CAMINHÕES (PLACAS: MCU-3433, MLX-4505, MLX-4035, MEL-7276, RAD-2569) DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS.- DISPENSA Nº 68/2020.	TONTINI COMERCIO DE PNEUS LTDA

2º - Ficam também designados com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização da ata acima mencionada os servidores a seguir:

SECRETARIA DE OBRAS E TRANSPORTE

Servidor: ROBERTO CARLOS DE MORAIS

Cargo: BORRACHEIRO

Matricula: 140864

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o Servidor ROBERTO CARLOS DE MORAIS, matrícula 140864, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Fica revogada a portaria nº 0408/2020 de 06/08/2020.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 0480/2020**

Publicação N° 2638391

PORTARIA N° 0480/2020  
De 10 de setembro de 2020

ALTERA ASSESSOR DE FISCAL DE  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 24/2020

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 67 da Lei nº 8.666/93 de 21/06/1993 e com o decreto municipal nº 2.994/18 de 23/07/2018 que aprova a Instrução Normativa nº 04/2018 que dispõe sobre as funções de gestor e de fiscal de contratos administrativos do Poder Executivo Municipal,

**RESOLVE**

Art. 1º - Designar a servidora comissionada LETICIA LUIZA LANGE, matrícula n. 134376, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, para desempenhar a função de fiscal da Ata abaixo relacionada, além de contribuir no que for necessário para o desempenho das funções de seus auxiliares:

ATA	OBJETO	EMPRESA CONTRATADA
24/2020	Contratação de mão de obra para execução e consertos de calçadas da secretaria de transportes e obras – Pregão Presencial nº 64/2020.	Antônio da Luz

Art. 2º - Fica também designado com a função de assessorar o fiscal titular na fiscalização do contrato acima mencionado o servidor a seguir:

SETOR ENGENHARIA

Servidor: JAIME PEDRO DA SILVA

Cargo: ASSESSOR OPERACIONAL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

Matricula: 17779

Art. 3º - Os auxiliares designados com a atribuição de assessorar o fiscal titular, devem desempenhar as seguintes funções:

- Ter conhecimento dos termos contratuais;
- Acompanhar a execução contratual;
- Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- Verificar a conformidade da prestação dos serviços e/ou da entrega do material objeto do contrato;
- Atestar o recebimento provisório das notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços e/ou entrega do material e encaminhá-las ao fiscal do contrato;
- Relatar ao fiscal do contrato a respeito da execução do objeto do contrato, de faltas, defeitos ou incoerências, para eventuais anulações nos pagamentos devidos à contratada.

Art. 4º - Na ausência do servidor designado no artigo 1º, ficará automaticamente designado o seu auxiliar, JAIME PEDRO DA SILVA, Matrícula 17779, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 5º - Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 6º - Fica revogada a portaria nº 400/2020 de 31/07/2020.

Art. 7º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

**PORTARIA N° 0481/2020**

Publicação N° 2638543

PORTARIA N° 0481/2020  
De 10 de setembro de 2020

CONCEDE LICENÇA PARA SERVIDOR EFETIVO PAULO SERGIO SCHROEDER  
PARA CUIDAR DE PESSOA DA FAMÍLIA

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008, Art. 130,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder licença de 15 (quinze) dias para o servidor PAULO SERGIO SCHROEDER, a partir de 29/08/2020 a 12/09/2020, para cuidar de se pai ROQUE SCHROEDER, que necessita de cuidados devido doença.

Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 10 de setembro de 2020.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito Municipal

# Arabutã

## PREFEITURA

**2678**

Publicação Nº 2638094

DECRETO 2678 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

ALTERA DISPOSIÇÕES DECRETO Nº 2519, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2019. QUE DESIGNA COMISSÃO ESPECIAL PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO Nº 0000101-69.2008.8.24.0242, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e Considerando a necessidade de troca de membro da Comissão

DECRETA:

Art. 1º. O inciso "I" e "II do art. 1º, do Decreto nº. 2519, de 09 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

I – EMANUELE AREND, inscrita no CPF sob nº. 093.026.659-50, ocupante do cargo de Provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, presidente;

II – RAÍ ALAN LAMB, inscrito no CPF sob nº. 069.691.839-04, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar Administrativo, Membro;

(...)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã.

LEANI KAPP SCHMITT

Prefeita Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz - Responsável pelas publicações

**2679**

Publicação Nº 2638095

DECRETO Nº 2679 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

ALTERA DISPOSIÇÕES DO DECRETO Nº. 2499, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2019, INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e

Considerando a necessidade de troca de membro da Comissão

DECRETA:

Art. 1º. O inciso "II" e "III", item 2, do art. 1º, do Decreto nº. 2499, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

II – Representantes da Saúde e Assistência Social

CLAUDIA SUSANA FERENZ - membro titular;

(...)

III – Representantes da Administração

ALAN FELIPIAK – membro titular

(...)

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã (SC), em 09 de Setembro de 2020.

Leani Kapp Schmitt

Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Glaucia Pottratz - Responsável pelas publicações

**CREDENCIAMENTO 01/2020**

Publicação N° 2638702

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ- SC  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N° 001/2020

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE BRUCELOSE E TUBERCULOSE EM BOVINOS.

Prestadores: Prestador de serviços na área de medicina veterinária, pessoa jurídica, privada ou pública, lucrativa ou não.

Recebimento dos Pedidos: a partir de 11/09/2020 até 31/12/2020.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.arabuta.sc.gov.br](http://www.arabuta.sc.gov.br), link "Licitações". Demais informações poderão ser obtidas na Diretoria de Administração do Município de Arabutã, situada à Avenida Lauro Muller, 210, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo fone (49) 3448-0048.

Arabutã, SC, 09 de setembro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

**PORTARIA 449/2020**

Publicação N° 2638168

PORTARIA N° 449/2020  
EXONERA, POR OBITO, SERVIDORA APOSENTADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;  
Considerando cópia da certidão de óbito número 10631001552020400003130000139023;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR, a partir de 07 de setembro de 2020 a servidora aposentada Senhora EDITH FAVA MALIKOWSKI, inscrita no CPF nº 028.706.099-30, ocupante do cargo de professora não titulada-Inativa.

Art.2º Os efeitos desta portaria retroagem a data de 07 de setembro de 2020.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Arabutã/SC, 10 de setembro de 2020.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

**SEGUNDO ADENDO 33/2020**

Publicação Nº 2638345

**SEGUNDO ADENDO AO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO nº 057/2020****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/2020**

O **MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, SC**, inscrito no CNPJ sob nº 95.995.221/0001-53, com sede administrativa na Avenida Lauro Müller, 210, Centro, Arabutã, SC, CEP 89740-000, neste ato representada pela prefeita Leani Kapp Schmitt torna público o Segundo Adendo ao EDITAL DO **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 33/2020**.

1) Fica alterado a alínea “f” do item 5.1, passando a vigorar com a seguinte redação:

“ f) Declaração do fabricante do produtos objeto da presente licitação das marcas cotadas, afirmando que os produtos são homologados por montadoras nacionais ou instaladas no Brasil, citando, inclusive, o nome das montadoras **OU** Certificado IATF 16949:2016 do produto ofertado.”

2) Fica alterado **alguns descritivos e quantidades**, do Anexo “I” do edital, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	50,00	BAL	490,16	Aditivo radiador concentrado a base de monoetilenoglicol, usado em sistemas de arrefecimento para baixar o ponto de congelamento e elevar o ponto de ebulição da água. Que atende as especificações :NBR 13705; BALDE DE 20 LITROS
2	50,00	UN	60,36	ARLA 32
3	10,00	BAL	450,00	Graxa de sabão de lítio- balde 20 kg, Graxa lubrificante à base de sabão de lítio, coloração azul, grau NLGI-2, com faixa de temperature de trabalho de no mínimo 0°C a 130°C e ponto de gota de no mínimo 180°C, em balde de 20 kg
4	50,00	BAL	239,60	Lubrificante pra sistema hidraulico. Grau de viscosidade "AW" 46. Que atende as especificações : ADIN 51524, parte 2, ASTM D 6158(HM), SAE MS1004(HM)
5	20,00	BAL	477,00	Óleo 10W 40 base sintética API CI 4-ACEAE E 7 Aprovaio MAN 3277, MB 228.5, CUMINNS CES 20077-20078
6	50,00	UN	22,50	Óleo dois tempos com a seguinte composição: com 500 ml, cor vermelha, ponto inicial de ebulição acima de 150°C, pressão de vapor menor que 0,5Pa à 20°C, viscosidade cinemática à 100°C, cSt: 12,37, densidade de vapor maior que 1 (um), ponto de fulgor°C: 220, densidade a 20/4°C: 0,884, insolúvel em água.
7	5,00	CX	521,00	Óleo Lubrificante 5w40 100% sintético- cx 24 litros óleo lubrificante 5w40 100% sintético para motores a gasolina, etanol, GNV ou flex. Viscosidade SAE 5W-40; API SN; VW 501 01/502 00/505 00; Caixa com 24 und.
8	50,00	BAL	332,40	TDH óleo especial (fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulica) TDH óleo especial ( fluido 10w 30 p/ transmissão-hidráulica) Óleo de múltipla aplicação SAE 10W30, com nível de desempenho API GL-4, que atenda as normas dos fabricantes JOHN DEERE J20C, MASSEY FERGUSON MF 1135, FORD/NEW HOLLAND M2C 134D, GM ALLISON C-4 e CASE MS-1207, em balde de 20 litros.
9	30,00	BAL	303,00	Óleo lubrificante para transmissão e sistemas hidráulicos de máquinas de terraplenagem atende especificação Caterpillar TO-4 e ALLISON C-4, SAE 30.
10	50,00	BAL	287,46	Óleo lubrificante multifuncional SAE 80 para sistemas hidráulicos e transmissões de tratores. API GL 4Que atende às especificações Ford M2C86B, John Deere J 20A e Massey Ferguson M-1135.
11	50,00	BAL	255,00	Óleo lubrificante multiviscoso para motor diesel SAE 15W40, Óleo lubrificante multiviscoso para motor diesel SAE 15W40, com nível de desempenho API CI-4, que atenda a especificação MERCEDES BENZ 228.31, VOLVO VDS-4 MACK EO-0 PP07 RENAULT RVI-RDL 3, em balde de 20 litros.
12	20,00	BAL	285,40	Óleo lubrificante para transmissões automotivas API/GL 5 linha SP SAE85 W 140. Especificações MIL L 2105 D. Balde de 20 litros.

III



13	50,00	BAL	274,46	Óleo lubrificante para transmissões automotivas API/GL 5 linha SP SAE90. Especificações MIL L 2105 D. Balde de 20 litros.
14	10,00	BAL	252,05	Óleo lubrificante para transmissão e sistemas hidráulicos de máquinas de terraplenagem atende especificação Caterpillar TO-4 e ALLISON C-4, SAE 10w
15	5,00	BAL	445,00	Óleo para conversores de torque e sistemas hidráulicos. Que atende as especificações: CATERPILLAR TO-4, SAE30, ALLISON C-4, KOMATSU MICRO-CLUTH. BALDE 20 LITROS
16	10,00	BAL	239,70	Óleo para sistema hidráulico de alta pressão linha AW, grau de viscosidade HL/ISSO VG - 32. Que atende as especificações: DIN 51524, parte 2, ASTM D 6158 (HM), SAE MS1004 (HM).
17	50,00	BAL	222,50	Óleo para sistemas hidráulicos de alta pressão, linha AW, grau de viscosidade HL/ISSO/VG 68. Que atende as especificações DIN 51524 parte 2 HLP, ASTM D 6158 (HM), SAE MS1004 (HM).
18	50,00	UN	52,50	OLEO LUBRIFICANTE 5W30 COM DPF 1 LT

Em virtude da alteração da descrição dos itens, fica alterada a data do Pregão para dia **23 de Setembro de 2020**, abertura inicial às **09h00**, protocolo até às **8h30**.

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Edital.

Arabutã SC, 10 de Setembro de 2020.

Leani Kapp Schmitt

**Prefeita**

|||

# Arroio Trinta

## PREFEITURA

### EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 0006/2020

Publicação Nº 2638419

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

#### AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

MODALIDADE: Tomada de Preço Nº 0006/2020 - TP.

Tipo: Menor preço.

Forma de Julgamento: Global.

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa objetivando a contratação de empresa especializada visando a execução de obra, com o devido fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, necessários para realizar Pavimentação Asfáltica em CBUQ 7cm para a Rua Videira, Rua Ivo Possato, Travessa Vitório Manenti, Rua José Baldo, Rua Joinville, Travessa Santo Abati, Rua José Cividini Primo, Rua Irma Paganini Cividini, Rua Fiorelo Magro, Rua Anibal Manenti, Rua Alexandre Lidani, com recursos oriundos de Contrato de financiamento celebrado junto à Caixa Econômica Federal - Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento/FINISA, com julgamento por valor global, conforme quantitativos e especificações listadas pelo Edital seus anexos.

Regimento: Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 14:00 do dia 28/09/2020.

Abertura dos Envelopes: Às 14:30 do dia 28/09/2020.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: [compras@arroiotrinta.sc.gov.br](mailto:compras@arroiotrinta.sc.gov.br) ou através do Site: [www.arroiotrinta.sc.gov.br](http://www.arroiotrinta.sc.gov.br).

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 10 de setembro de 2020.

Claudio Spricigo  
Prefeito Municipal

# Ascurra

## PREFEITURA

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 50/2020 E CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 55/2020

Publicação Nº 2638093

Dispensa de licitação n. 50/2020  
Contrato administrativo n. 55/2020  
Contratante: Município de Ascurra  
Contratada: EPISTEMICA EIRELI  
CNPJ: 21.645.880/0001-23

Objeto: realização de formação de professores da rede de ensino municipal de Ascurra, voltado para a educação no cenário atual de pandemia, através de palestras que ocorrerão de forma virtual

Valor: R\$ 4.000,00

Carga Horária: 4 horas aula

Vigência: 31/12/2020

Ascurra, 11 de setembro de 2020.

Lairton Antonio Possamai  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 51/2020

Publicação Nº 2638087

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. 51/2020  
MUNICÍPIO DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que está aberto o edital de CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS SEXTAVADAS DE RUAS COM COLOCAÇÃO DE MEIO FIO, SEM EXCLUSIVIDADE E COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL PELO MUNICÍPIO, PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS PELO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO DE RUAS COM A PARTICIPAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS LINDEIROS, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1136/2009, conforme as informações previstas no edital e seus anexos, onde as empresas interessadas poderão se habilitar a partir da publicação deste edital, em dias úteis em que haja expediente, tendo por validade o período de 12 (doze) meses a partir da publicação.

Ascurra, 11 de setembro de 2020.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI  
Prefeito Municipal

# Balneário Arroio do Silva

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/2020 - ERRATA

Publicação N° 2638001

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA  
SECRETARIA DE SAÚDE

#### ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO

ONDE SE LÊ:  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 26/2020  
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2020  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEIA-SE:  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 27/2020  
TOMADA DE PREÇOS N° 01/2020  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ABERTURA DOS ENVELOPES: Fica mantida a data do certame para o dia 28/09/2020, as 09h00min.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (48)3526-1445. Email: [administracao@arroiodosilva.sc.gov.br](mailto:administracao@arroiodosilva.sc.gov.br).

Balneário Arroio do Silva, 10 de setembro de 2020.

PAULO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR  
Secretário de Saúde

# Balneário Camboriú

## PREFEITURA

### 1º ADT CT 061/2020 - FMS - CLÍNICA MÉDICA PH MED LTDA

Publicação Nº 2639477

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS  
TERMO Nº 061/2020 – FMS

CONTRATADA: CLINICA MEDICA PH MED LTDA.

OBJETO: Constitui na contratação de serviços médicos especializados em Infectologia.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução do objeto contratual, suprimir-se-á 6 (seis) meses do prazo inicial acordado, ficando alterada a execução do contrato para 6 (seis) meses, modificando a cláusula 5.2 do contrato.

II – DA ALTERAÇÃO SUPRESSÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante composição dos valores a suprimir, ficará suprimido ao item 4.1, do contrato, a cifra de R\$ 179.749,98 (cento e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos) e, diante do valor supracitado, o presente contrato passa a importar o valor global de R\$ 179.749,98 (cento e setenta e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e noventa e oito centavos).

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 9 de setembro de 2020.

SAMARONI BENEDET

### 2º ADT CT 012/2020 - FMS - IGI IND. DE GASES ITAJÁ

Publicação Nº 2638985

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GASES MEDICINAIS PARA O HOSPITAL MUNICIPAL RUTH CARDOSO - TERMO 012/2020 – SSSM/ FMS

CONTRATADA: I.G.I. INDÚSTRIA DE GASES ITAJÁ LTDA ME

OBJETO: Aquisição de gases medicinais (incluindo cessão em comodato de cilindros) para suprir a necessidade do Hospital Municipal Ruth Cardoso, conforme descrições.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução das obras do objeto contratual, acrescentará o prazo 3 (três) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 9 (nove) meses, alterando a cláusula quarta do contrato originário.

II – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 10 de setembro de 2020.

SAMARONI BENEDET

### 2º ADT CT 063/2019 - FMS - CENTRO DE SAÚDE FELIZMED EIRELI

Publicação Nº 2638509

SEGUNDO ADITIVO DE RENOVAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE saúde na área AMBULATORIAL e/ou hospitalar para REALIZAÇÃO DE EXAMES EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA constantes na tabela sia/sus

TERMO Nº 063/2019 – SSSM/FMS

CONTRATADA: CENTRO DE SAÚDE FELIZMED EIRELI.

OBJETO: Prestação de serviços de assistência à saúde na área ambulatorial e/ou hospitalar para realização de exames em atenção especializada.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO: Ao prazo de execução do objeto contratual, acrescentará o prazo 12 (doze) meses, ficando alterada a vigência do contrato para 26 (vinte e seis) meses.

II – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO GLOBAL – Diante da proposta apresentada e do acréscimo supracitado fica acrescido o valor de R\$ 681.190,00 (seiscentos e oitenta e um mil e cento e noventa reais), passando a importar o presente contrato, o valor global de R\$ 2.724.760,00 (dois milhões, setecentos e vinte e quatro mil e setecentos e sessenta reais).

III – Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 10 de setembro de 2020.

SAMARONI BENEDET

### 3º ADT CT 004/2018 - FURBES - ESTOP TOPOGRAFIA E CONSULTORIA LTDA

Publicação Nº 2639082

TERCEIRO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ASSESSORIA DE GERENCIAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO URBANÍSTICA E FUNDIÁRIA - TERMO Nº 004/2018 – FURBES

CONTRATADA: ESTOP TOPOGRAFIA E CONSULTORIA LTDA.

OBJETO: Serviços técnicos de assessoria jurídica, assessoria de engenharia e social, para gerenciamento e implementação de regularização

urbanística e fundiária.

I – DA ALTERAÇÃO DO PRAZO - Ao prazo de execução do objeto contratual, acrescentará 6 (seis) meses, a partir da presente data, ficando alterada a execução do contratado para 27 (vinte e sete) meses, alterando a cláusula 9.1 do contrato.

II - Ficam mantidas as demais disposições contratuais.

Balneário Camboriú, 9 de setembro de 2020.

SAMARONI BENEDET

## **DISPENSA LICITATÓRIA - TERMO Nº 039/2020 – FMS**

Publicação Nº 2639421

PMBC- PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ

SECRETARIA DE COMPRAS

DISPENSA LICITATÓRIA - TERMO Nº 039/2020 – FMS

OBJETO: A Secretaria de Saúde solicita a contratação emergencial em cumprimento imediato à decisão judicial nº 5010337-07.2020.8.24.0005/SC para internação compulsória da adolescente I. C.A., pelo período de 60 dias, conforme documentação anexa aos autos.

Contratada: APRAT- ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ALCÓOLATRAS E TAXICÔMANOS

CNPJ sob o nº 03.998.197/0001-98

Prazo de vigência: 60 dias;

Valor global: R\$ 11.400,00 ( onze mil e quatrocentos reais)

Forma de Pagamento: mensal até 07 dias após emissão da nota fiscal;

Amparo legal: Artigo 24, IV da Lei Federal Nº 8.666/93;

Motivação/anexos: Ofício nº 190/2020 – FMS; Solicitação nº 2786/2020– FMS; Parecer orçamentário; Proposta; Certidões, declarações e demais documentos pertinentes ao processo.

Balneário Camboriú, 10 de setembro de 2020.

SAMARONI BENEDET

Secretário de Compras

## **PE 006/2020 - COMPRASNET 147/2020 - AQUISIÇÃO DE TORRE AUTOPORTANTE DE TELECOMUNICAÇÃO**

Publicação Nº 2638608

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2020 – PMBC

COMPRASNET Nº 147/2020

AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE TORRE AUTOPORTANTE DE TELECOMUNICAÇÃO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Data da sessão eletrônica: 24 (vinte e quatro) de setembro de 2020. Horário: 13h00min. Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) Código UASG: 988039. Maiores informações: pelo telefone (47) 3267-7091 ou 7000, e-mail: [daniel.cabette@bc.sc.gov.br](mailto:daniel.cabette@bc.sc.gov.br) ou site: [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br) Valor: R\$ 111.681,83.

1º TERMO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 104/2020 – PMBC

COMPRASNET Nº 134/2020

Com base no § 4º - art. 21 da Lei Federal 8666/93, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado neste mesmo diário, no Portal COMPRASNET e no site: [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br), cujo objeto trata do Registro de preços de fórmulas nutritivas parenterais, para fornecimento pelo período de 12 meses, segundo a conveniência da Administração Pública Municipal, sofrerá alteração na descrição do item nº 05, que se encontra disponibilizado no Portal COMPRASNET, bem como neste mesmo site: [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br), em licitações. Em face das alterações o prazo para a realização da sessão pública fica postergado para as 09:00 horas do dia 25/09/2020, no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Código UASG: 988039.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2020 – SSSM

COMPRASNET Nº 151/2020

Objeto: Reforma e Adequação do Centro Obstetrício/Sala de Parto do HMRC.

Data e local da sessão pública: Dia 28/09/2020. Horário: Às 09:00 horas, no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Código UASG: 988039. Valor estimado R\$: 69.890,27. Tipo de Licitação: Menor preço.

**1º TERMO DE ERRATA - PE N° 104/2020 - REGISTRO DE PREÇOS DE DIETA PARENTERAL**

Publicação N° 2638114

**1º TERMO DE ERRATA - PREGÃO ELETRÔNICO N° 104/2020 – PMBC****COMPRASNET N° 134/2020**

Com base no § 4º - art. 21 da Lei Federal 8666/93, o Edital de licitação acima epigrafado, publicado neste mesmo diário, no Portal COMPRASNET e no site: [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br), cujo objeto trata do Registro de preços de fórmulas nutritivas parenterais, para fornecimento pelo período de 12 meses, segundo a conveniência da Administração Pública Municipal, sofrerá alteração na descrição do item n° 05, que se encontra disponibilizado no Portal COMPRASNET, bem como neste mesmo site: [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br), em licitações.

Em face das alterações o prazo para a realização da sessão pública fica postergado para as 09:00 horas do dia 25/09/2020, no Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br). Código UASG: 988039.

Ficam mantidas as demais condições.

Balneário Camboriú, 09/09/2020.

**SAMARONI BENEDET**

Secretário de Compras

**AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 003/2020 - PMBC**

Publicação Nº 2638424

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA DE COMPRAS



ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ  
SECRETARIA DE COMPRAS

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
**CONCORRÊNCIA Nº 003/2020 - PMBC**

**OBJETO:** Alienação de bens imóveis de propriedade do Município de Balneário Camboriú, em conformidade para com a Lei Municipal nº 4.335/2019. **FORMA DE JULGAMENTO:** Maior oferta. **DATA DE ABERTURA E JULGAMENTO:** Dia 15/10/2020, as 9h30min. O edital e demais documentos estão disponíveis no site [www.bc.sc.gov.br](http://www.bc.sc.gov.br), na aba LICITAÇÕES. Informações adicionais podem ser obtidas junto à Secretaria de Compras, no térreo da Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, sito à Rua Dinamarca, nº 320, Bairro das Nações, CEP 88.338-900, endereço no qual os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, ou ainda, por meio do Protocolo Eletrônico, disponível no site do Município.

Balneário Camboriú, SC, 10 de setembro de 2020.

SAMARONI BENEDET  
Secretário de Compras

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 107/2020

Publicação Nº 2638218

Decreto nº 107 de 21 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 924.125,00 (novecentos e vinte e quatro mil cento e vinte e cinco reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.06	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	5	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5079	Emendas Parlamentares Impositivas – Transf. Estado
PROJETO/ATIVIDADE	1.007	Investimentos em Ações e Estrutura no Desenvolvimento Humano e Social
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	180	

Valor: R\$ 924.125,00 (novecentos e vinte e quatro mil cento e vinte e cinco reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos 5079 Emendas Parlamentares Impositivas – Transf. Estado através das Emendas Impositivas nº 739, 1292, 1089, 666 e 1331 no valor de R\$ 924.125,00 (novecentos e vinte e quatro mil cento e vinte e cinco reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei nº 439, de 12 de Dezembro de 2019 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 21 de agosto de 2020.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 21 de agosto de 2020.

GABRIEL SCHONFELDER DE SOUZA  
Secretário de Administração e Finanças

### RESOLUÇÃO CMS Nº 001/2019

Publicação Nº 2638553

RESOLUÇÃO Nº. 01/CMS/2019, DE 23 de Setembro de 2019.

“Dispõe sobre a aprovação da Nomeação do Vice-Presidente para o Cargo de Presidente do Conselho Municipal de Saúde do BALNEARIO

RINCÃO /SC.”

Janaina da Silva, tendo como sua representante a Secretária do Conselho Municipal Gizeli Teixeira Gomes que no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.142/90 e Lei Municipal Nº 22, de 27 de maio de 2013, Resolve:

Art. 1º - Fica aprovado, sem ressalvas, que a Presidência do Conselho Municipal de Saúde do Balneário Rincão/C passará para o Vice-presidente Sr Gilberto Taraskevicius, pois a atual presidente Janaina da Silva deixará o cargo a partir de 23/09/2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 23 de Setembro de 2019.

Gizeli Teixeira Gomes  
Secretaria do Conselho Municipal da Saúde de Balneário Rincão

Publicado no mural da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Rincão-SC no dia 23 de setembro de 2019.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 001/2020

Publicação Nº 2638564

RESOLUÇÃO Nº. 001/CMS/2020, DE 29 de Junho 2020.

“Dispõe sobre a aprovação das Contas públicas da Saúde do 3º e 4º Quadrimestre de Agosto à Dezembro 2019, da secretaria municipal de saúde de BALNEARIO RINCÃO /SC.”

Gilberto Taraskevicius, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.142/90 e Lei Municipal Nº 22, de 27 de maio de 2013, Resolve:

Art. 1º - Fica aprovada, sem ressalvas, as Contas públicas da Saúde do 3º e 4º Quadrimestre de Agosto à Dezembro 2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 29 de Junho de 2020.

Gilberto Taraskevicius  
Presidente do Conselho Municipal da Saúde de Balneário Rincão

Publicado no mural da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Rincão-SC no dia 29 de junho de 2020.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 002/2019

Publicação Nº 2638556

RESOLUÇÃO Nº. 02/CMS/2019, DE 02 de Dezembro de 2019.

“Dispõe sobre a aprovação Da Apresentação da Lista do Mutirão Dos Procedimentos a serem realizados pela secretaria municipal de saúde de BALNEARIO RINCÃO /SC.”

Gilberto Taraskevicius, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.142/90 e Lei Municipal Nº 22, de 27 de maio de 2013, Resolve:

Art. 1º - Fica aprovada, sem ressalvas, a Apresentação da Lista do Mutirão Dos Procedimentos, conforme ATA do dia 02/12/2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC 02 de Dezembro 2019.  
Gilberto Taraskevicius  
Presidente do Conselho Municipal da Saúde de Balneário Rincão

Publicado no mural da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Rincão-SC no dia 02 de Dezembro de 2019.

## RESOLUÇÃO CMS Nº 002/2020

Publicação Nº 2638566

RESOLUÇÃO Nº. 002/CMS/2020, DE 28 DE AGOSTO DE 2020

“Dispõe sobre a aprovação da Pactuação da Vigilância Sanitária 2020-2023 da secretaria municipal de saúde de BALNEARIO RINCÃO /SC.”

Gilberto Taraskevicius, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.142/90 e Lei Municipal Nº 22, de 27 de maio de 2013, Resolve:

Art. 1º - Fica aprovada, sem ressalvas, "A Pactuação da Vigilância Sanitária 2020-2023", da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Rincão/SC.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC, 28 de Agosto de 2020.

Gilberto Taraskevicius

Presidente do Conselho Municipal da Saúde de Balneário Rincão

Publicado no mural da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Rincão-SC no dia 28 de agosto de 2020.

## **RESOLUÇÃO CMS Nº 003/2019**

Publicação Nº 2638558

RESOLUÇÃO Nº. 03/CMS/2019, DE 23 de dezembro de 2019.

"Dispõe sobre a aprovação das Contas públicas da Saúde do 1º e 2º Quadrimestre de Janeiro à Agosto de 2019, da secretaria municipal de saúde de BALNEARIO RINCÃO /SC".

Gilberto Taraskevicius, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Federal nº. 8.142/90 e Lei Municipal Nº 22, de 27 de maio de 2013, Resolve:

Art. 1º - Fica aprovada, sem ressalvas, as Contas públicas da Saúde do 1º e 2º Quadrimestre de Janeiro à Agosto de 2019, conforme ATA no dia 23/12/2019.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Balneário Rincão/SC 23 de dezembro 2019.

Gilberto Taraskevicius

Presidente do Conselho Municipal da Saúde de Balneário Rincão

Publicado no mural da Secretaria Municipal de Saúde de Balneário Rincão-SC no dia 23 de dezembro de 2019.

# Bandeirante

## PREFEITURA

### CONDEMA DANC Nº 710/2020

Publicação Nº 2638181

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE (DANC) Nº 710/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 710/2020 CONDER

O município de BANDEIRANTE-SC, inscrito no CNPJ 01.612.528/0001-84, situado a Av. Santo Antônio, nº 1069, Centro, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE(DANC), com prazo de validade de 12 MESES, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE-SC, situado no Trecho 1 da Rua Antônio Zucolotto, Distrito de Prata e Rodovia Municipal saída para Bandeirante, nº S/N, no Município de Bandeirante-SC, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

### CONDEMA DANC Nº 711/2020

Publicação Nº 2638183

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE (DANC) Nº 711/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 711/2020 CONDER

O município de BANDEIRANTE-SC, inscrito no CNPJ 01.612.528/0001-84, situado a Av. Santo Antônio, nº 1069, Centro, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE(DANC), com prazo de validade de 12 MESES, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE-SC, situado no Trecho 1 da Rua Antônio Zucolotto, Distrito de Prata e Rodovia Municipal saída para Bandeirante, nº S/N, no Município de Bandeirante-SC, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

### CONDEMA DANC Nº 712/2020

Publicação Nº 2638185

EDITAL DE PUBLICIDADE DE DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE (DANC) Nº 712/2020

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 712/2020 CONDER

O município de BANDEIRANTE-SC, inscrito no CNPJ 01.612.528/0001-84, situado a Av. Santo Antônio, nº 1069, Centro, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de DECLARAÇÃO DE ATIVIDADE NÃO CONSTANTE(DANC), com prazo de validade de 12 MESES, formulado pelo empreendedor MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE-SC, situado na Rua `F`, Distrito de Prata, nº S/N, no Município de Bandeirante-SC, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

# Barra Bonita

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 296, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2637998

PORTARIA Nº 296, de 09 de setembro de 2020

“Concede diária e das outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 0,5 (meia) diária ao servidor Luiz Antonio Zaccaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 77,50 (setenta e sete reais e cinq-enta centavos), para realizar transporte de pacientes, na cidade de Chapecó/SC, conforme Memorando Nº078/2020 e Roteiro de Viagem nº45/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 09 de setembro de 2020.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

### PORTARIA Nº 297, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638780

PORTARIA Nº 297, de 10 de setembro de 2020

“Concede diária e das outras providências”

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI e VIII do artigo 73, da Lei Orgânica do Município.  
Resolve.

Art.1º- Conceder 5,0(cinco) diárias ao servidor Davi Zacaron, ocupante do cargo de Motorista, no valor de R\$ 865,00 (oitocentos e sessenta e cinco reais), para realizar transporte de pacientes em tratamento de saúde fora do domicílio em Florianópolis/SC, conforme Memorando Nº79/2020 e Roteiro de Viagem nº46/2020 da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º.Conceder ADIANTAMENTO ao servidor acima citado na importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), para conduzir pacientes em tratamento de saúde até a cidade de Florianópolis/SC, conforme Memorando nº080//2020, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 10 de setembro de 2020.

Moacir Piroca  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2020 PMBV

Publicação N° 2638574

PREFEITURA DE BARRA VELHA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 044/2020 - PMBV

PREGÃO PRESENCIAL N° 022/2020 - PMBV

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2020-PMBV

Contratada: DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS LTDA

Objeto: Aquisição de veículos para uso da Polícia Militar de Barra Velha, através de recursos próprios e convênio Radio Patrulha, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência.

Valor da Ata: R\$178.800,00 (cento e setenta e oito mil e oitocentos reais)

Data de Assinatura: 09/09/2020

Data de Vencimento: 09/09/2021

Barra Velha, 09 de setembro de 2020

DIMAS AROLD DA SILVA

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN

Prefeito

**Belmonte****PREFEITURA****DECRETO N° 94, DE 31 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação N° 2639587

DECRETO N° 94, DE 31 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, PARA O EXERCICIO FINANCEIRO DE 2020, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE BELMONTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Genésio Bressiani, Prefeito Municipal de Belmonte, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal n° 2.070 de 09 de novembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica efetuada a alteração da Lei Municipal n° 2.070 - Lei Orçamentária Anual – LOA, da Lei Municipal n° 2.068 – Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Municipal n° 2.069 – Plano Plurianual, ambas do dia 09 de novembro de 2019, para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, com objetivo de suprir dotações orçamentárias destinadas a cobertura de despesas do Orçamento Geral do Município.

Art. 2º Abre Crédito Adicional Suplementar, na importância de até R\$ 8.000,00, em dotações orçamentárias do Orçamento Geral do Município, em conformidade com o disposto a seguir:

Órgão:	07.00	SECR.MUN.TRANSP,OBRAS E SERVIÇOS
Unidade:	07.01	Transporte na Sede do Município e Interior
Proj./Ativ.	26.782.0015.2.023	Manut.e Func. Depto Transp. e Obras
3.3.90.00.00.00.00.30039		Aplicações Diretas
		R\$ 8.000,00
T O T A L -		R\$ 8.000,00

Art. 3º Para atendimento do Crédito aberto no artigo anterior deste ato, fica utilizado o produto do superávit financeiro de exercício financeiro de 2019, detalhado na tabela abaixo, em conformidade com inciso I do § 1º e § 2º do artigo 43, da Lei Federal 4.320/64, e demais constitucionais e legais vigentes.

Recurso Especificação Nomenclatura VALOR R\$  
TCE SC

00.03.0039.000000 - (Esp. TCE: 39) - Fundo Especial do	Petróleo e Transf. Decor. de	8.000,00
Comp. Fin. p/Exploração de		
Rec.Natural - Superávit		

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Belmonte – SC, em 31 de agosto de 2020.

Genésio Bressiani  
Prefeito Municipal

**DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 43/2020**

Publicação N° 2639583

MUNICIPIO DE BELMONTE  
AVISO DE LICITAÇÃO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 43/2020

Objeto: aquisição mão de obra de serviço para instalar ares condicionados, com fornecimento de material, limpeza, higienização, e outros serviços, destinado a manutenção dos ares condicionado da rede de ensino fundamental e infantil, Por dispensa de certame. Valor que não ultrapassa o permissivo legal. Fundamentação legal no art. 24, inciso II, da lei n° 8.666/93 e alterações. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 09 de setembro de 2020.

Genésio Bressiani  
Prefeito municipal

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### 2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020

Publicação Nº 2637974

## PUBLICAÇÕES LEGAIS

### PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

### EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2020

**ÓRGÃO GESTOR:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE EQUIPAMENTOS, PEÇAS DE INFORMÁTICA E OUTROS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS

#### JS SIMOES EIRELI

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
6	CAIXA DE SOM P/ COMPUTADOR, SISTEMA DE ÁUDIO 2.0, BLINDAGEM ELETROMAGNÉTICA, CONEXÃO ÁUDIO P2 3.5 MM, ALIMENTAÇÃO VIA USB, MATERIAL: PLÁSTICO ABS, POTÊNCIA 3WATTS	EXBOM	21,38
9	PROJETOR, MODO DE PROJEÇÃO: FRONTAL/ TRASEIRO / TETO, LCD SCREEN: 0,55 POLEGADAS (D7), MÉTODO DE PROJEÇÃO: MATRIZ ATIVA TFT DE POLISSILÍCIO, NÚMERO DE PIXEL: 480.000 PIXELS (800 X 600) X 3, BRILHO EM CORES: SAÍDA DE LUZ COLORIDA: 3300 LUMENS, BRILHO EM BRANCO: SAÍDA DE LUZ BRANCA: 3300 LUMENS, RAZÃO DE ASPECTO: 4:3, RESOLUÇÃO NATIVA: SVGA, TIPO DE LÂMPADA: 210 W UHE, DURAÇÃO DA LÂMPADA: 10.000 HORAS (ECO) / 6.000 HORAS (NORMAL), CORREÇÃO DE KEYSTONE: HORIZONTAL: -30° +30° / VERTICAL: -30° +30, RAZÃO DE CONTRASTE: ATÉ 15,000:1, REPRODUÇÃO DE COR: ATÉ 1 BILHÃO DE CORES, ALTO-FALANTE: 2 W MONO, RUÍDO DO VENTILADOR: 37 DB (ALTO BRILHO), 28 DB (BAIXO BRILHO), ENTRADA DE COMPUTADOR: X 1 D-SUB15, HDMI: X 1, VÍDEO RCA: X 1, USB TIPO A: X 1 (MEMÓRIA USB IMAGENS / MÓDULO WIRELESS, ATUALIZAÇÃO DE FIRMWARE), USB TIPO B: X 1 (USB DISPLAY, MOUSE, ATUALIZAÇÃO DE FIRMWARE), ENTRADA DE ÁUDIO RCA: X 1 RCA (BRANCO X 1, VERMELHO X 1)	TOMATE	2.003,00

#### LICITAMAI S COMERCIO E SERVICOS LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	TABLET, SISTEMA OPERACIONAL ANDROID 9.1, PLATAFORMA: 64 BITS, LOJA DE APLICATIVOS: LOJA DE APLICATIVOS, PROCESSADOR: NÚMERO DE NÚCLEOS: OCTA-CORE, VELOCIDADE DO PROCESSADOR: 1.8 GHZ, CONECTIVIDADE: BLUETOOTH: VERSÃO 4.2, CONEXÃO WI-FI: 802.11 A/B/G/N/AC 2.4GHZ+5GHZ, ROTEADOR WI-FI, TIPO DE SIM: NANO SIM (4FF), USB VERSÃO: 2, USB CONECTOR: TIPO C, E-MAIL E ESCRITÓRIO: TIPOS DE E-MAIL SUPORTADOS: POP3, IMAP4, SMTP, SSL, TLS, EAS, VISUALIZAÇÃO DE ARQUIVOS OFFICE, SENSORES: TIPOS DE SENSORES: ACCELERÔMETRO, GYROSCÓPIO, GEOMAGNÉTICO, HALL, RGB, RECONHECIMENTO FACIAL, DISPLAY: TECNOLOGIA: TFT, TAMANHO DO DISPLAY: 10.1", NÚMERO DE PIXELS: 1920 X 1200 (WUXGA), QUANTIDADE DE CORES: 16 M, VIDRO REFORÇADO (GORILLA GLASS 3), CÂMERA: TRASEIRA: RESOLUÇÃO: 8 MP, ABERTURA: F1.9, ZOOM: ZOOM DIGITAL ATÉ 4X, FOCO AUTOMÁTICO (AF), MODO DE FOTO: AUTOMÁTICO, FOOD, LIVE, PANORÂMICA, FOTO, PRO, SELFIE FOCUS, VIDEO, TIMER: DESATIVADO, 2 SEGUNDOS, 5 SEGUNDOS, 10 SEGUNDOS, EFEITOS DE FOTO: OUTONO, CREME, PROFUNDO, FLORESTA, CLÁSSICO, ACOLHEDOR, MEMÓRIA, BORDO, FRONTAL: RESOLUÇÃO: 5 MP, ABERTURA: F2.2, VÍDEO: FORMATOS SUPORTADOS PARA REPRODUÇÃO: MP4, M4V, 3GP, 3G2, WMV, ASF, AVI, FLV, MKV, WEBM, RESOLUÇÃO DE REPRODUÇÃO: UHD 4K 3840 X 2160 (@30FPS), RESOLUÇÃO DE GRAVAÇÃO FHD 1920 X 1080 (@30FPS), FORMATO SUPORTADO DE STREAMING: 3GP, MP4, MP3, IMAGEM: FORMATOS SUPORTADOS: A-GIF, BMP, GIF, JPEG, P-JPEG, PNG, WEBP, WBMP, MÚSICA: FORMATOS SUPORTADOS: MP3, M4A, 3GA, AAC, OGG, OGA, WAV, WMA, AMR, AWB, FLAC, MID, MIDI, XMF, MXMF, IMY, RTTTL, RTX, OTA, GPS: GPS, A-GPS, MEMÓRIA: MEMÓRIA RAM: 2 GB, MEMÓRIA INTERNA TOTAL COMPARTILHADA: 32 GB, SUPORTE A CARTÃO DE MEMÓRIA, TIPO CARTÃO DE MEMÓRIA SUPORTADO: MICRO SD, CAPACIDADE DO CARTÃO DE MEMÓRIA: ATÉ 512GB, BATERIA: CAPACIDADE DA BATERIA: 6150 MAH, TIPO DE BATERIA: IONS DE LÍTIO, VOLTAGEM: BIVOLT, CARREGADOR, CABOS DE DADOS, FONE DE OUVIDO, EXTRATOR DE CHIP, COR: PRETO, <a href="https://benchmarks.ul.com/compare/best-tablets">HTTPS://BENCHMARKS.UL.COM/COMPARE/BEST-TABLETS</a> , EQUIPAMENTO DEVE TER ACIMA DE 800 PONTOS	SAMSUNG	1.198,99
11	ORGANIZADOR DE CABOS / GUIA DE CABOS HORIZONTAL 19" FECHADO, TAMPA EXTRAÍVEL TIPO CLICK; ACABAMENTO: PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ TEXTURIZADO, COR PRETA, LARGURA: 19, ALTURA: 1U	NAZDA	27,20

#### RP LICITACOES, COMERCIO E SERVICOS LTDA

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
------	---------	-------	-------------

5	COMPUTADOR COMPLETO, ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PROCESSADOR, AMD 3200G / INTEL 8100, PLACA MÃE, 1 X PORTA D-SUB, 1 X PORTA HDMI, 2 X PORTAS USB 2.0, 4 X PORTAS USB 3.0, 1 X PORTA DE REDE RJ-45 COM LED (LED DE ACESSO E LED DE VELOCIDADE), CONECTORES DE ÁUDIO HD: ENTRADA DE LINHA / ALTO-FALANTE FRONTAL / MICROFONE, MEMÓRIA, 1 KIT DDR4 2400MHZ 8GB (2X4GB), ARMAZENAMENTO, HD SSD 120GB, GABINETE, COR PRETO, PORTAS FRONTAIS: 01X MICROFONE, 01X FONE, 02X USB 1.1, FONTE, COMPATÍVEL COM A CONFIGURAÇÃO	JIQUI	1.730,00
---	--	-------	----------

**PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA:** 20 de maio de 2020 a 20 de maio de 2021.

Benedito Novo (SC), 20 de maio de 2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

## 2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2020

Publicação Nº 2637976

### PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2020

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE, ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E ROLO COMPACTADOR

RENATO SCHUMANN			
Item	Produto	Valor Unit.	
3	SERVIÇOS DE ROLO COMPACTADOR DE SOLO (TAMBOR LISO), COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 130 HP E COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 11 TONELADAS	106,00	

GUMZ LOCACAO DE MAQUINAS E TRANSPORTES EIRELI			
Item	Produto	Valor Unit.	
1	SERVIÇOS DE CAMINHÃO BASCULANTE TRUCADO COM CAPACIDADE DE TRANSPORTE DE NO MÍNIMO 12M <sup>3</sup>	70,00	
2	SERVIÇOS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, CABINE FECHADA, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 90 HP E COM PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 13 TONELADAS	157,00	

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 26 de maio de 2020 a 26 de maio de 2021.

Benedito Novo (SC), 26 de maio de 2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

**3º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2020**

Publicação Nº 2637978

**PUBLICAÇÕES LEGAIS**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DIVERSOS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA DE RUAS DO MUNICÍPIO

RD COMERCIO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS EIRELI - ME				
Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
5	POSTE SUPORTE AÇO 48,30MM X 2,65MM X 3500MM - GALVANIZADO A FOGO.	KIFERRO	94,00	
4	POSTE SUPORTE AÇO 48,30MM X 2,65MM X 3000MM - GALVANIZADO A FOGO	KIFERRO	79,00	
2	PARAFUSO 5/16" X 2", PORCA 5/16" E ARRUELA LISA 5/16".	KIFERRO	3,60	

IW8 INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAIS LTDA				
Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
6	SEMI PÓRTICO BANDEIRA SIMPLES COM PLACA INDICATIVA AÉREA, DIMENSÃO DE 3,00M X 1,20 METROS, CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 1,25MM (#18) CONFORME NBR 11904 DA ABNT, PELÍCULA REFLETIVA TIPO I (GRAU TÉCNICO PRISMÁTICO) CONFORME NBR 14644 DA ABNT, VERSO DA PLACA NA COR PRETO FOSCO.	CONSTRUMAQ	3.935,00	
3	CONTRAVENTAMENTO COM ABRAÇADEIRAS BIPARTIDAS, PARA FIXAÇÃO DE PLACAS INDICATIVAS.	CONSTRUMAQ	27,48	

MM2 SINALIZAÇÃO E TINTAS EIRELI				
Item	Produto	Marca	Valor Unit.	
12	MICROESFERA DE VIDRO INCOLOR TIPO II-A CONFORME NBR 16184 DA ABNT, SACO 25 KG.	TECNOGLASS	145,00	
11	SOLVENTE COMPATÍVEL PARA TINTA À BASE DE RESINAS ACRÍLICAS (DEMARCAÇÃO VIÁRIA), BALDE 18 LITROS	COLORFAST	156,00	
10	TINTA À BASE DE RESINAS ACRÍLICAS (DEMARCAÇÃO VIÁRIA), CONFORME NBR 11862 DA ABNT, BALDE 18 LITROS, COR: PRETO.	COLORFAST	270,90	
9	TINTA À BASE DE RESINAS ACRÍLICAS (DEMARCAÇÃO VIÁRIA), CONFORME NBR 11862 DA ABNT, BALDE 18 LITROS, COR: AZUL.	COLORFAST	288,90	
8	TINTA À BASE DE RESINAS ACRÍLICAS (DEMARCAÇÃO VIÁRIA), CONFORME NBR 11862 DA ABNT, BALDE 18 LITROS, COR: AMARELO.	COLORFAST	270,00	
7	TINTA À BASE DE RESINAS ACRÍLICAS (DEMARCAÇÃO VIÁRIA), CONFORME NBR 11862 DA ABNT, BALDE 18 LITROS, COR: BRANCO.	COLORFAST	270,00	
1	PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 1,25MM (#18) CONFORME NBR 11904 DA ABNT, PELÍCULA REFLETIVA TIPO I (GRAU TÉCNICO PRISMÁTICO) CONFORME NBR 14644 DA ABNT, VERSO NA COR PRETO FOSCO.	CF	331,90	

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 20 de fevereiro de 2020 a 20 de fevereiro de 2021.

Benedito Novo (SC), 20 de fevereiro de 2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTA DE PREÇOS TP 96/2020**

Publicação Nº 2638893

**ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE PROPOSTAS DE PREÇOS**

DATA: 10/09/2020 - HORA DE INÍCIO: 14 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 96/2020

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia – 96/2020

FINALIDADE: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA CELSO RAMOS TRECHO 3, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E DEMAIS ANEXOS DO EDITAL.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações SÉRGIO DÁRIO PASQUALI, JOICE APARECIDA COSTA e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI nomeados pela Portaria nº 132/2020, com o objetivo de dar continuidade ao procedimento licitatório supracitado com a abertura do envelope contendo a proposta de preços da licitante habilitada SETEP CONSTRUÇÕES S/A. Aberta a sessão, verificou-se que nenhum representante se fez presente. Após proferido o julgamento da fase de habilitação, foi a empresa considerada habilitada, tendo cumprido com as exigências do Edital. Foram as empresas intimadas do inteiro teor daquela Ata de julgamento de habilitação para, querendo apresentar recurso, nos termos do art. 109, alínea "a" da Lei nº 8666/93, ou seja, 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação desta ata no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC) ou desistência do mesmo, viabilizando assim a continuidade do certame. A licitante desclassificada ENGEPLAN TERRAPLENAGEM, SANEAMENTO E URBANISMO LTDA enviou Termo renunciando do direito de interpor recurso e autorizando a continuidade do certame com a abertura do envelope contendo a proposta de preços. Sendo assim, foi marcada a presente data para a realização do mesmo. Em seguida, foi colocado o envelope contendo a proposta de preços para que os presentes conferissem sua integridade e sua inviolabilidade, sendo que não houve qualquer manifestação. O Presidente da Comissão procedeu à abertura do mesmo, sendo a proposta nele contida colocada à disposição dos presentes para ser verificada e rubricada. Colocada a palavra a disposição dos demais membros da comissão presentes, não houve qualquer manifestação. O valor total apresentado pela empresa foi de R\$ 393.326,69 (trezentos e noventa e três mil, trezentos e vinte e seis reais e sessenta e nove centavos). Foram conferidas as planilhas apresentadas e as mesmas estão de acordo com as exigências do Edital. Desta forma, fica a empresa SETEP CONSTRUÇÕES S/A declarada vencedora do presente certame com o valor total global acima proposto. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da comissão de licitações. Encaminhe-se os autos devidamente instruídos e conclusos para análise jurídica e apreciação da autoridade superior.

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	JOICE APARECIDA COSTA Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI Membro
-------------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

**DECRETO Nº 120/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2638028

DECRETO Nº 120 DE 08 de setembro de 2020.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, alínea "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.961, de 28 de novembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade Prefeitura Municipal de Benedito Novo, no valor de R\$ 4.588,10 (quatro mil, quinhentos e oitenta e oito reais e dez centavos), conforme dotação orçamentária abaixo.

04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 34490000000000000000 - Aplicações diretas	03350001	4.091,40
04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 34490000000000000000 - Aplicações diretas	03650003	496,70

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das seguintes dotações.

04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 33390000000000000000 - Aplicações diretas	03350001	4.091,40
--	----------	----------

04.002.0008.0244.0401.2411 Manutenção dos Serviços Assistenciais e Sociais 33390000000000000000 - Aplicações diretas	03650003	496,70
--	----------	--------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 08 de setembro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 0120/20 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 08 de setembro de 2020.

Joice Aparecida Costa  
Chefe Divisão de Compras

## **DECRETO Nº 121/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2639102

DECRETO Nº 121 DE 08 de setembro de 2020.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.961, de 28 de novembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade Prefeitura Municipal de Benedito Novo, no valor de R\$ 1.730,00 (hum mil, setecentos e trinta reais), conforme dotação orçamentária abaixo.

04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 34490000000000000000 - Aplicações diretas	03380105	1.730,00
--	----------	----------

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das seguintes dotações.

04.001.0010.0301.0400.2402 Atividades da Saúde 33390000000000000000 - Aplicações diretas	03380105	1.730,00
--	----------	----------

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 08 de setembro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 0121/20 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 08 de setembro de 2020.

Joice Aparecida Costa  
Chefe Divisão de Compras

## **DECRETO Nº 122/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE**

Publicação Nº 2639134

DECRETO Nº 122 DE 10 de setembro de 2020.

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.961, de 28 de novembro de 2019.

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício, na entidade Prefeitura Municipal de Benedito Novo, no valor de R\$ 33.770,00 (trinta e três mil, setecentos e setenta reais), conforme dotação orçamentária abaixo.

05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura. 34490000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	33.770,00
---	----------	-----------

Art. 2º - Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam autorizadas as anulações das seguintes dotações.

05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 33350000000000000000 – Transf. inst. Priv. s/ fins lucrativos	01000000	10.000,00
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 33190000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	20.000,00
05.002.0013.0392.0501.2511 Adequar e Manter o Setor de Cultura 33390000000000000000 - Aplicações diretas	01000000	3.770,00

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 10 de setembro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN  
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 122/20 foi publicado na forma da Lei.  
Benedito Novo, aos 10 de setembro de 2020.

Joice Aparecida Costa  
Chefe Divisão de Compras

### DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 108/2020

Publicação Nº 2638897

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08).

CONTRATADOS: DRAGÃO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA (81.833.410/0001-15).

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MACADAME (SAIBRO) DESTINADO A MANUTENÇÃO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS DO MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL: R\$ 17.100,00 (Dezessete mil e cem reais).

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8666/93.

Benedito Novo, 11 de setembro de 2020.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

### EXTRATO DO 3º ADITIVO AO CONTRATO 45/2020

Publicação Nº 2637957

PUBLICAÇÕES LEGAIS  
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 34/2020

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 45/2020

Contratada: GENTE SEGURADORA S/A

Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COBERTURA, POR MEIO DE SEGURO PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL

Finalidade do Aditivo: Aditivo de Objeto/Valor

Valor: R\$ 1.800,00

Vigência: 02/09/2020 a 13/04/2021

Data Assinatura: 02/09/2020

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº. 17/2020**

Publicação Nº 2639047

Resolução N.17/2020

Adota medidas a serem observadas no âmbito do Poder Legislativo na retomada de suas atividades institucionais, enquanto vigora o Decreto nº. 21, de 18 de março de 2020, que "Declara situação de emergência no município de Benedito Novo (SC) e define outras providências para o enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus (covid-19)."

A MESA DIRETORA da Câmara de Vereadores do Município de Benedito Novo/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 16, incisos III e XXV da Lei Orgânica c/c o art. 7º, incisos II e III do Regimento Interno e de conformidade com a legislação em vigor:

CONSIDERANDO o previsto na Lei federal n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020; e o no Decreto federal n. 10.282, de 20 de março de 2020; CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 21, de 18 de março de 2020, que declarou situação de emergência no Município de Benedito Novo (SC) e define medidas para o enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (Covid-19),

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 119, de 04 de setembro de 2020, que estabelece novas medidas de prevenção e combate ao Coronavírus (Covid – 19);

CONSIDERANDO todas as recomendações e determinações advindas dos órgãos de saúde das esferas municipal, estadual e federal;

CONSIDERANDO o dever e responsabilidade do Poder Público em estabelecer medidas voltadas a evitar a expansão do contágio;

CONSIDERANDO os princípios da eficiência e da continuidade na prestação de serviços públicos;

RESOLVE:

Art. 1º - A partir do dia 01 de setembro de 2020, as atividades legislativas e administrativas da Câmara Municipal retornam de forma presencial a todos os vereadores e servidores, nos termos estabelecidos na presente Resolução.

§ 1º - As reuniões Ordinárias, Extraordinárias e das Comissões Permanentes serão realizadas sem acesso do público.

§ 2º - Durante as sessões e reuniões de comissões, os vereadores e servidores devem fazer o uso de máscara, ficando proibida sua retirada nas dependências do plenário sob qualquer circunstância;

§ 3º - Parlamentares e/ou servidores que apresentarem quaisquer dos sintomas atribuídos ao vírus COVID-19, bem como tenham em casa alguém com sintomas ou, ainda, tenham tido contato com pessoa contagiada ou sob suspeita, não devem comparecer às reuniões Ordinárias, Extraordinárias e das Comissões Permanentes, comunicando previamente a ocorrência à Presidência, ficando abonadas suas ausências.

§ 4º - O setor de atendimento deverá adotar todas as medidas e recomendações das autoridades municipais, estaduais e federais de saúde no que toca à constante higienização dos equipamentos, mãos e não aglomeração das pessoas, devendo o atendimento ser realizado individualmente e à distância de no mínimo 1,5 metros, mediante a utilização obrigatória de máscara e demais medidas preventivas,

§ 5º - Serão tomadas medidas para priorizar o atendimento via on-line, por mensagem, vídeo chamada no whatsapp, ligação telefônica ou por e-mail, sendo o presencial apenas na impossibilidade dos demais.

Art. 2º - Enquanto perdurar a situação de emergência declarada no Município pelo Decreto n. 21, de 18 de março de 2020, a critério da Mesa Diretora, também poderá ser adotado a jornada de trabalho pelo regime de teletrabalho (home Office).

Parágrafo único - Considera-se teletrabalho (home office) o regime de trabalho passível de execução remota e eletrônica, fora das dependências da repartição pública, por meio de recursos tecnológicos de informação e comunicação.

Art. 3º - Serão obrigatoriamente submetidos ao regime de teletrabalho (home office) os servidores que pertençam ao grupo de risco do coronavírus (COVID-19), entre os quais se incluem:

I – servidores com sessenta anos ou mais;

II – servidores com imunodeficiências ou com doenças preexistentes crônicas ou graves, relacionadas em ato do Ministério da Saúde;

III – servidores responsáveis pelo cuidado de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de infecção por COVID-19, desde que haja coabitação;

IV – servidores que apresentem sinais e sintomas gripais, enquanto perdurar essa condição;

V – servidoras gestantes ou lactantes.

§1º - A comprovação das condições de que tratam os incisos II, III e IV do caput ocorrerá mediante autodeclaração do servidor, encaminhada para o e-mail institucional da Câmara.

§2º - Os servidores impedidos de retornar às atividades presenciais e na impossibilidade do exercício de atividades laborais na modalidade de teletrabalho, deverão ter sua falta abonada nos termos do art. 3º, § 3º da Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Art. 4º - É dever do servidor em regime de teletrabalho:

I – cumprir integralmente a sua carga horária semanal;

II – permanecer comunicável, por meios telefônicos e telemáticos, durante a jornada de trabalho;

III – apresentar-se à repartição pública, durante a sua jornada de trabalho, sempre que convocado pela chefia imediata, no interesse do serviço.

Art. 5º - Havendo necessidade, a critério da Mesa Diretora e com a aprovação do Plenário, fica facultado a realização em ambiente virtual as Reuniões Ordinárias, Extraordinárias e das Comissões Permanentes.

Art. 6º - A Câmara Municipal deverá assegurar:

I – a disponibilidade e uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI, aos seus servidores e vereadores, como máscaras e álcool gel 70%;

II – a disponibilidade e uso de material para a realização de limpeza e de desinfecção, nos termos indicados para o enfrentamento da Pandemia da Covid-19;

III – a disponibilidade de álcool gel com concentração de etanol de 70% em locais de fácil acesso, por pessoas em circulação, especialmente em entradas e saídas de ambientes internos;

IV – a colocação de cartazes contendo informações sobre a necessidade de se observar a etiqueta respiratória e a higienização frequente, por meio da correta lavagem de mãos.

Art. 7º - A Presidência da Câmara Municipal fica autorizada a adotar outras medidas, não previstas nesta Resolução, diante de eventual necessidade funcional, administrativa ou operacional.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a data de 01 de setembro de 2020, revogando-se

a Resolução nº 12/2020, de 14 de abril de 2020 e as demais disposições em contrário.

Benedito Novo, aos 10 de setembro de 2020.

Marlei A. B. Floriani

Presidente

Daiani Dinici Wolter

Primeira Secretária

Almir Butzke

Segundo Secretário

# Biguaçu

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO Nº 12 EDITAL 003/2019

Publicação Nº 2639468

CONVOCAÇÃO Nº 12 – Edital 003/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 003/2019, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 04 de setembro de 2020.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

CARGO: ENFERMEIRO (40H)

19 - ZILDA APARECIDA DE SOUZA BUENO DE CAMARGO

### CONVOCAÇÃO Nº 43 EDITAL 002/2016

Publicação Nº 2639467

CONVOCAÇÃO Nº 43 – Edital 002/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 002/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 04 de setembro de 2020.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal

CARGO: FARMACEUTICO (30H)

15 - SILENE REGINA DA SILVEIRA WILLEMANN

### CONVOCAÇÃO Nº 54 EDITAL 001/2016

Publicação Nº 2639469

CONVOCAÇÃO Nº 54 – Edital 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 04 de setembro de 2020.

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS V - SERVENTE

115 - MARLENE SANTOS DA CUNHA

### **HOMOLOGAÇÃO TP120/2020-PMB**

Publicação Nº 2639127

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES, COMPRAS E CONTRATOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 120/2020-PMB

O Prefeito Municipal Senhor Ramon Wollinger, torna público dos interessados que homologa o processo Licitatório TP120/2020-PMB, "contratação de empresa especializada com fornecimento de material e prestação de serviços para a conclusão dos serviços remanescentes e finalização da obra do Ginásio de Esportes, localizado na Avenida Beira-Rio, Bairro Beira-Rio, Município de Biguaçu, de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária, projetos, cronograma físico-financeiro, partes integrantes desse processo", bem como o julgamento efetuado pela Comissão de Licitação, adjudicando objeto licitado a empresa classificada e seu respectivo valor: EMPRESA: LUIZA LEÃO ALVES CONSTRUÇÕES. VALOR: R\$235.633,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 10/09/2020.

Biguaçu 10 de setembro de 2020.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### **PE 117/2020 - PMB-FAMABI**

Publicação Nº 2638742

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 117/2020 PMB

OBJETO: Aquisição de notas contínuas formulário para notas de produtor rural, para Secretaria Municipal da Receita.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 11/09/2020, às 14:00h do dia 29/09/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 29/09/2020, no endereço eletrônico [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), horário de Brasília. Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura [bigua.atende.net](http://bigua.atende.net) e site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 10 de setembro de 2020.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

### **PE 134/2020 - PMB**

Publicação Nº 2638539

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 134/2020 PMB

OBJETO: Aquisição de Materiais de Combate a Incêndio, Busca e Salvamento e aquisição de Equipamentos de Proteção Individual para uso das guarnições de serviço da 3ª Companhia de Bombeiros Militares de Biguaçu.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 11/09/2020, às 14:00h do dia 25/09/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 25/09/2020, no endereço eletrônico [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), horário de Brasília. Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura [bigua.atende.net](http://bigua.atende.net) e site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br)

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 10 de setembro de 2020.  
RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

**PE 89/2020 - FMS**

Publicação N° 2639334

PREFEITO MUNICIPAL ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

**AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 89/2020 FMS**

OBJETO: Aquisição de medicamentos e materiais para dar continuidade no trabalho de esterilização de animais e educação em saúde que é realizado no centro de castração de Biguaçu ( CECAB) e vigilância zoonose.

Recebimento das Propostas: das 14:00h do dia 10/09/2020, às 14:00h do dia 28/09/2020.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14:15h do dia 28/09/2020, no endereço eletrônico [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), horário de Brasília. Local para obtenção do edital: o site da Prefeitura [bigua.atende.net](http://bigua.atende.net) e site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br)  
Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 30944100.

Biguaçu, 10 de Setembro de 2020.  
RAMON WOLLINGER

**PORTARIA N° 2120/2020**

Publicação N° 2639075

PORTARIA n° 2120 de 09 de setembro de 2020

Recondução de comissão de Sindicância Investigativa, nos termos do art. 207 e art. 209, parágrafo único da Lei Complementar n° 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar Marisete da Silva Rocha, ocupante do cargo efetivo de Procurador do Município, Maristela Lira Bittencourt de Ávila, ocupante do cargo efetivo de Escrivário e Susana Souza Pires do Amaral, ocupante do cargo efetivo de Telefonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, membros da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, para que, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância Investigativa, com vistas a dar continuidade, no prazo de 30 dias, aos trabalhos de apuração dos fatos de que trata o Processo n° 4193/2020, iniciado pela Comissão designada pela Portaria n° 1787 de 05 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios de 10 de agosto de 2020.

Parágrafo único: O prazo para conclusão do processo é de 06/09/2020 a 06/10/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 06/09/2020.

Biguaçu, 09 de setembro de 2020.

RAMON WOLLINGER  
Prefeito Municipal

**COMUNICADO TP137/2020-PMB**

Publicação Nº 2639422

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÃO, COMPRAS E CONTRATOS**

**COMUNICADO TP137/2020-PMB**

A Comissão de Licitação, através de sua Presidente, vem por meio dessa comunicar às empresas habilitadas no Processo Licitatório TP137/2020-PMB, o seguinte exposto: as empresas KS CONSTRUÇÕES EIRELI, MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI E ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EITELI, não estavam presentes na sessão que ocorreu no dia 09 de setembro de 2020, sendo que enviaram por email manifestação abrindo mão de recurso na fase da habilitação.

Diante do exposto, informamos as empresas habilitadas KS CONSTRUÇÕES EIRELI, MIRIAM WAGNER CONSTRUÇÕES EIRELI, que a abertura das propostas, dar-se-á no **dia 15/09/2020, às 14:00horas na Sala de Licitação da Prefeitura Municipal de Biguaçu.**

**Biguaçu, 10 de setembro de 2020.**

**NABEL ANA M. DE CAMPOS  
PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**CONVOCAÇÃO EDITAL 001/2000**

Publicação Nº 2639062



PREFEITURA DE BIGUAÇU  
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS

**CONVOCAÇÃO**

A presente comunicação se dá em cumprimento da sentença n. **0001442-73.2019.8.24.0007** conforme sentença dos autos n. **0005391-57.2009.8.24.0007** relacionado ao Concurso Público - Edital **001/2000** realizado pelo Município de Biguaçu.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e, atendendo decisão judicial, **CONVOCA** os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2000, abaixo relacionados para comparecer na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no **PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS**, munido da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

**O COMPARECIMENTO PESSOAL DO CANDIDATO ABAIXO RELACIONADO É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.** Após aprovação no referido exame pré-admissional, o candidato será nomeado e tomará posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 10 de Setembro de 2020.

**RAMOM WOLLINGER**

Prefeito Municipal

**CARGO: FISCAL DE TRIBUTOS I – NÍVEL MÉDIO**  
**(Cargo Atual: FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS I – 30HS)**

25- ELIANE PEREIRA DUARTE

**CARGO: ENGENHEIRO AGRÔNOMO – 30HS**

1- RENÊ JAIRA FREIRA

**CARGO: PROFESSOR NÍVEL MÉDIO – EDUCAÇÃO INFANTIL**  
**(Cargo Atual: PROFESSOR I – 30HS – EDUCAÇÃO INFANTIL)**

15 – ROSÂNGELA DUTRA DE SOUZA

35 – MÔNICA PRIM CONRADI

38 - ANGELINA FÁTIMA DE OLIVEIRA MULLER

39 – MARIA LÚCIA MACHADO

49 – LUZIA APARECIDA PRIM DE ALMEIDA

**CARGO: ESCRITURÁRIO – 30HS**

115 – ALEXANDRA DE JESUS LIVRAMENTO

**CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (SERVENTE)**

14 – MARIA IVONETE COELHO

**CARGO: PEDAGOGO**

**(Cargo Atual: ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS)**

7 – PATRÍCIA MACHADO DE SOUZA AMARAL

**CARGO: AUXILIAR DE ENFERMAGEM**

**(Cargo Atual: AUXILIAR DE SAÚDE I – 30H)**

8 – GISELE MARIA FAGUNDES DOS SANTOS

# Blumenau

## PREFEITURA

### LEI Nº 8.916/2020

Publicação Nº 2638881

LEI Nº 8.916, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 1.319.145,01 (um milhão, trezentos e dezenove mil, cento e quarenta e cinco reais e um centavo), nas seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0020.2321 – Man. de Pagamento de Estagiários

Modalidade 3.3.90 (68) Aplicações Diretas R\$ 731.163,45

Fonte de Recursos 0100.00000

**12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

1204 – Diretoria Administrativo - Financeira

Atividade 12.04.08.122.0029.2300 – Man. Ativ. Adm.-Fin. da Assist. Social

Modalidade 3.3.90 (501) Aplicações Diretas R\$ 14.710,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES**

3803 – Diretoria de Transporte

Atividade 38.03.26.782.0079.2524 – Man. Atividade de Transporte

Modalidade 3.3.90 (969) Aplicações Diretas R\$ 573.271,56

Fonte de Recursos 0100.00079

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

**05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

0503 – Diretoria de Pessoal

Modalidade 05.03.04.128.0020.2322 – Man. da Concessão de Bem. ao Serv. Púb.

Modalidade 3.3.90 (69) Aplicações Diretas R\$ 745.873,45

Fonte de Recursos 0100.00000

**38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES**

3801 – Diretoria Administrativa

Atividade 38.01.28.846.0000.2518 – Exec. Sentenças Judiciais/Precatórios

Modalidade 3.1.90 (937) Aplicações Diretas R\$ 573.271,56

Fonte de Recursos 0100.00079

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

### LEI Nº 8.917/2020

Publicação Nº 2638885

LEI Nº 8.917, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

AUTORIZA A CONCESSÃO DE SUBSÍDIO ORÇAMENTÁRIO EXTRAORDINÁRIO À TARIFA DO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO URBANO EM RAZÃO DO ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DA COVID-19 E AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subsídio orçamentário extraordinário à tarifa do transporte coletivo urbano municipal, como medida de mitigação dos efeitos da queda de demanda decorrente da paralisação do serviço durante o estado de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19.

Art. 2º O subsídio fica limitado ao valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), a serem pagos em duas ou mais parcelas, a critério do Poder Executivo, mediante prévio termo aditivo ao contrato de concessão e posterior aferição em processo de revisão tarifária.

Parágrafo Único. Se, na apuração da tarifa de remuneração do serviço, verificar-se que o subsídio concedido, somado à tarifa pública atual, importou em superávit tarifário, poderá o Poder Executivo optar entre a redução da tarifa pública futura ou a devolução pela concessionária do valor excedente.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária abaixo discriminada:

**38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTES**

3803 – Diretoria de Transporte

Atividade 38.03.26.782.0079.2524 – Manut. Atividade de Transporte

Modalidade 3.3.90 (970) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 4º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, correrá por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

**02 – GABINETE DO PREFEITO**

0201 – Diretoria de Expediente

Modalidade 02.01.04.122.0017.2005 – Aporte Capital p/ Emp. Economia Mista

Modalidade 4.5.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO**

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.28.846.0000.2012 – Execução de Sentenças Jud/Precatórios

Modalidade 3.3.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

1102 – Diretoria de Projetos de Inf. Urbana

Atividade 11.02.06.182.0090.1101 – Exec. Obras Prev. Min. Des. Alertablu

Modalidade 4.4.90 (347) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1071 – Prol. Rua Humberto de Campos - Prog. Mob. Sust. Bnu

Modalidade 4.4.90 (385) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1137 – Exec. Obras Infra Estr. e Urb. Margem Esq. Rio Itajai Açú

Modalidade 4.4.90 (397) Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1142 – Elab. Proj. Sup. Fisc. Asses. Tec. Obras Inf.

Modalidade 4.4.90 (405) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1152 – Cent. Cont. Tráfego em Área - Prog. Mob. Sust. Bnu

Modalidade 4.4.90 (415) Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1153 – Cent. Controle de Operações - Prog. Mob. Sust. Bnu

Modalidade 4.4.90 (417) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.453.0052.1164 – Imp. Abrigos de Paradas de Ônibus-Pac Mob. Med. Cidades

Modalidade 4.4.90 (449) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.453.0052.1165 – Imp. de Ciclovias e Calçadas - Pac Mob. Med. Cidades

Modalidade 4.4.90 (452) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.453.0052.1166 – Imp. Cor. Est. Transp. Pub. (Fonte-Garcia)-PAC MOB MED CID

Modalidade 4.4.90 (455) Aplicações Diretas R\$ 194.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.813.0052.1167 – Imp. Amp. Parques e Áreas de Lazer

Modalidade 4.4.90 (459) Aplicações Diretas R\$ 283.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 12.808/2020

Publicação Nº 2638888

DECRETO Nº 12.808, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento vigente, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.15.451.0052.1173 – Projetos Especiais P/Desenvolvimento Urbano

Modalidade 4.4.90 (1198) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO

1301 – Administrativo do Gabinete

Atividade 13.01.15.451.0052.1173 – Projetos Especiais P/Desenvolvimento Urbano

Modalidade 3.3.90 (551) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 12.809/2020

Publicação Nº 2638890

DECRETO Nº 12.809, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, I, §1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, IV, "c", da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar por conta do superávit financeiro do exercício anterior, no valor de R\$ 138.344,57 (cento e trinta e oito mil, trezentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Projetos de Infraestrutura Urbana

Projeto 11.02.15.453.0052.1166 – Imp. Cor. Est. Transporte Público

(Fonte-Garcia) - Pac Mob Med Cid

Modalidade 4.4.90 (1199) Aplicações Diretas R\$ 138.344,57

Fonte de Recursos 0383.00000

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 12.810/2020**

Publicação Nº 2638892

DECRETO Nº 12.810, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento na Lei Municipal nº 8.917, de 10 de setembro de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam abertos os créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, no valor de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), na seguinte dotação orçamentária:

**38 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTES**

3803 – Diretoria de Transporte

Atividade 38.03.26.782.0079.2524 – Manut. Atividade de Transporte

Modalidade 3.3.90 (970) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta das reduções das seguintes dotações orçamentárias:

**02 – GABINETE DO PREFEITO**

0201 – Diretoria de Expediente

Modalidade 02.01.04.122.0017.2005 – Aporte Capital Empresa de Economia Mista

Modalidade 4.5.90 (16) Aplicações Diretas R\$ 2.000.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

0403 – Diretoria de Contencioso Judicial

Atividade 04.03.28.846.0000.2012 – Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios

Modalidade 3.3.90 (43) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

**11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS**

1102 – Diretoria de Projetos de Infraestrut.Urbana

Atividade 11.02.06.182.0090.1101 – Exec. Obras p/ Prevenção Minimização de Desastres Alertabl

Modalidade 4.4.90 (347) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1071 – Prolong. Da Rua Humberto de Campos - Progr.Mobil.Sust.Bnau

Modalidade 4.4.90 (385) Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1137 – Exec. Obras Infra Est. e Urb. Margem Esq. Rio Itajai Aquí

Modalidade 4.4.90 (397) Aplicações Diretas R\$ 1.300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1142- Elab.Proj/Super/Fisc/Asses.Tec.Obras Infra Estrut.

Modalidade 4.4.90 (405) Aplicações Diretas R\$ 500.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1152 – Central de Controle de Tráfego em Área - Prog.Mob.Sust.Bnau

Modalidade 4.4.90 (415) Aplicações Diretas R\$ 13.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.451.0052.1153 – Central de Controle de Operações - Prog.Mob.Sust.Bnau

Modalidade 4.4.90 (417) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.453.0052.1164 – Impl. de Abrigos de Paradas de Ônibus-Pac Mob.Med.Cidades

Modalidade 4.4.90 (449) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.453.0052.1165 – Impl. de Ciclovias e Calçadas -Pac Mob. Med. Cidades

Modalidade 4.4.90 (452) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 11.02.15.453.0052.1166 – Impl.Corredor Estr. Transp. Publ(Fonte-Garcia)-PAC MOB MED CID

Modalidade 4.4.90 (455) Aplicações Diretas R\$ 194.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000  
Atividade 11.02.15.813.0052.1167 – Imp.Amp. Parques e Áreas de Lazer  
Modalidade 4.4.90 (459) Aplicações Diretas R\$ 283.000,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 12.811/2020

Publicação Nº 2638894

DECRETO Nº 12.811, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, V, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e com fundamento no art. 5º, V, da Lei Municipal nº 8.818, de 12 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no orçamento no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), na seguinte dotação orçamentária:

35 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
3502 – Diretoria Histórico Museológica  
Atividade 35.02.13.392.0084.2495 – Man. Ativ. Dir. de Histórico Museológica  
Modalidade 3.3.90 (782) Aplicações Diretas R\$ 4.800,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º O crédito adicional suplementar aberto no artigo 1º deste Decreto correrá por conta da redução da seguinte dotação orçamentária:

35 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS  
3502 – Diretoria Histórico Museológica  
Atividade 35.02.13.392.0084.2495 – Man. Ativ. Dir. de Histórico Museológica  
Modalidade 3.1.90 (780) Aplicações Diretas R\$ 4.800,00  
Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 10 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 24.451/2020

Publicação Nº 2638902

PORTARIA Nº 24.451, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.  
DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ADILVO ANDREAZZA, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE MÉDICO, DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEDEAD.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Administração, através do Memorando SEDEAD – Diretoria de Pessoal nº 0600/2020, de 08/09/2020, resolve:

DISPENSAR, no dia 01 de setembro de 2020, o servidor público municipal ADILVO ANDREAZZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Técnico do Serviço de Medicina do Trabalho - FGC de 70%, na Secretaria Municipal de Administração - SEDEAD, designado pela Portaria nº 23.420, de 16/08/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.452/2020**

Publicação Nº 2638904

PORTARIA Nº 24.452, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPENSA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ANDRÉ RICARDO GONÇALVES, OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE – SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo o pedido efetuado através do Memorando SEDEAD – Diretoria de Pessoal nº 0595/2020, de 01/09/2020, resolve:

DISPENSAR, no dia 14 de agosto de 2020, o servidor público municipal ANDRÉ RICARDO GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Apoio ao Controle Social - FGC de 60%, designado pela Portaria nº 23.109, de 04/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.453/2020**

Publicação Nº 2638905

PORTARIA Nº 24.453, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO PELA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ETHNA THAISE UNBEHAUN, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 35 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD – Serviço de Benefícios nº 0596/2020, de 01/09/2020, resolve:

DISPENSAR, no dia 10 de agosto de 2020, a gratificação especial pela Coordenação de Políticas Públicas de Saúde – SEMUS, da servidora pública municipal ETHNA THAISE UNBEHAUN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS, concedida pela Portaria nº 20.766, de 25/04/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.454/2020**

Publicação Nº 2638907

PORTARIA Nº 24.454, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL PELA COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE, À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL RENATE CHAVES DIETZOLD, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE - SEMUS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 35 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, e de conformidade com o Memorando SEDEAD – Serviço de Benefício nº 0597/2020, de 01/09/2020, resolve:

CONCEDER, a contar de 11 de agosto de 2020, gratificação especial pela Coordenação de Políticas Públicas de Saúde (Coordenação de Política Pública Municipal de Práticas Integrativas e Complementares), conforme art. 35 da Lei Complementar nº 1.047, de 01 de abril de 2016, à servidora pública municipal RENATE CHAVES DIETZOLD, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotada na Secretaria Municipal de Promoção da Saúde - SEMUS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.455/2020**

Publicação Nº 2638908

PORTARIA Nº 24.455, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

EXONERA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA – PRÓ-FAMÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, de conformidade com o art. 46, "II" da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007, combinado com art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, e de conformidade com o Memorando GAPREF nº 49/2020, de 09/09/2020, resolve:

EXONERAR, a contar de 09 de setembro de 2020, os seguintes servidores públicos municipais, ocupantes de cargos de provimento em comissão, na Secretaria Municipal da Família – PRO-FAMÍLIA:

ROSANE DA CRUZ HAERCHEN, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Atividades para a Família, símbolo CC-2, nomeada pela Portaria nº 23.374, de 19/08/2020;

ELIZANGELA ALBANO, do cargo de provimento em comissão de Gerente do Clube de Mães, símbolo CC-3, nomeada pela Portaria nº 23.285, de 28/08/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.456/2020**

Publicação Nº 2638910

PORTARIA Nº 24.456, 09 DE SETEMBRO DE 2020.

NOMEIA PARA O EXERCÍCIO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA – PRÓ-FAMÍLIA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, I, combinado com o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/1990, com fundamento no art. 9º, II, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e no art. 49, da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/2019, de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, e de conformidade com o Memorando GAPREF nº 49/2020, de 09/09/2020, resolve:

NOMEAR, a partir de 10 de setembro de 2020, para o exercício de cargos de provimento em comissão na Secretaria Municipal da Família - PRO-FAMÍLIA:

ROSANE DA CRUZ HAERCHEN, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo, símbolo CC-2;

ELIZANGELA ALBANO, para o exercício do cargo de provimento em comissão de Diretor de Atividades para a Família, símbolo CC-2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.457/2020**

Publicação Nº 2638913

PORTARIA Nº 24.457, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

NOMEIA GLAUCO GEVARD PARA CONSTITUIR O CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS E O CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - FMHIS.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o disposto nos arts. 18 e 21, da Lei Complementar nº 1.014, de 11 de dezembro de 2015, e atendendo a solicitação efetuada através do Memorando GAB SEMUDES nº 252/2020, DE 03/09/2020, resolve:

NOMEAR, sem ônus para o Município e com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 1.014, de 11 de dezembro de 2015 e no Decreto nº 10.991, de 21 de junho de 2016, para constituir o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social – FMHIS, juntamente com os demais membros na Gestão 2020/2024:

GLAUCO GEVARD, representantes suplente, respectivamente, da Política de Obras Públicas, em substituição a Michael Jackson Schoenfelder Maiochi, nomeado pela Portaria nº 24.373, de 19/08/2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.458/2020**

Publicação Nº 2638914

PORTARIA Nº 24.458, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, e atendendo ao pedido formulado pelo Secretário Municipal da Fazenda, e atendendo o pedido efetuado através do Memorando SEDEAD – Diretoria de Pessoal nº 0591/2020, resolve:

DISPENSAR, a contar de 17 de setembro de 2020,

os servidores públicos municipais abaixo, do exercício de função gratificada de confiança, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SEMUDES, estabelecida no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores:

CAROLINE MARIA MERINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, da função gratificada de confiança de Coordenador DAS EQUIPES DE TRABALHO DOS CONSELHOS - FGC de 70%, designada pela Portaria nº 23.427, de 03/10/2019;

KELLY FERREIRA DA CUNHA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, da função gratificada de confiança de Coordenador Técnico de Apoio aos Conselhos - FGC de 50%, designado pela Portaria nº 23.427, de 03/10/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.459/2020**

Publicação Nº 2638916

PORTARIA Nº 24.459, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, OCUPANTES DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL – SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, e de acordo com o parágrafo segundo do artigo 50 da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 e alterações posteriores, e atendendo o pedido efetuado através do Memorando SEDEAD – Diretoria de Pessoal nº 0592/2020, de 31/08/2020, resolve:

DESIGNAR, a contar de 18 de setembro de 2020, as servidoras públicas municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SEMUDES, para o exercício das Funções Gratificadas de Confiança – FGC's, concedidas com base no art. 100 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e na forma dos respectivos percentuais e quantidades estabelecidas no Anexo XXV da Lei Complementar nº 1.234, de 06/06/19 com alterações posteriores:

ALESSANDRA FANDARUFF BONELLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador das Equipes de Trabalho dos Conselhos - FGC de 70%;

CAROLINE MARIA MERINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, para o exercício da função gratificada de confiança de Coordenador Técnico de Apoio Conselhos - FGC de 50%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 24.460/2020**

Publicação Nº 2638917

PORTARIA Nº 24.460, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

NOMEIA RAFAEL MIGUEL BORGES DOS SANTOS PARA COMPOR O CONSELHO TUTELAR III DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, VII, combinado com o art. 75, II, "g" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, de acordo com o art. 7º, XVIII, da LC n. 411, de 01 de agosto de 2003, e em atenção ao Memorando RH-SEMUDES nº 067/2020, de 09/09/2020, encaminhado pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, e

CONSIDERANDO a decisão proferida na Ação Civil Pública Cível nº05024366-53.2020.8.24.0008/SC, sendo deferida a medida liminar

determinando o imediato afastamento da Conselheira Tutelar V.P.G, com a conseq-ente suspensão do exercício da sua função, assim como a suspensão do pagamento da sua remuneração, resolve:

NOMEAR, a contar de 14 de setembro de 2020, RAFAEL MIGUEL BORGES DOS SANTOS, para compor o Conselho Tutelar III de Blumenau, com as atribuições previstas na Lei Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003 e no Decreto nº 10.813, de 07 de dezembro de 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 09 de setembro de 2020.

MÁRIO HILDEBRANDT  
Prefeito Municipal

## INSTRUÇÃO NORMATIVA PGM Nº 03/2020

Publicação Nº 2638926

INSTRUÇÃO NORMATIVA PGM Nº 03, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS PARA A DESAPROPRIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS NECESSÁRIOS AOS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO, Procurador-Geral do Município, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XIX do artigo 8º da Lei Complementar n. 1.235, de 06 de junho de 2019, e

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar os procedimentos para a desapropriação de bens imóveis, com vistas a garantir a legalidade, eficácia, eficiência e transparência das desapropriações no âmbito do Poder Executivo Municipal de Blumenau,

CONSIDERANDO o registro dos bens adquiridos pelo Ente Municipal é medida essencial para a aquisição da propriedade/domínio (arts. 1.227 e 1.245, caput e § 1º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002), e por fim,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar o procedimento desapropriatório às recentes alterações legislativas, em especial ao contido na Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017 e na Lei nº 13.867, de 26 de agosto de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º Esta Instrução Normativa dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a desapropriação extrajudicial de bens imóveis e o respectivo registro no Município de Blumenau.

Art. 2º No pedido de desapropriação realizado pelas secretarias, deverá ser adequadamente justificado o motivo da declaração de utilidade ou necessidade pública ou interesse social quanto à desapropriação do bem imóvel.

Art. 3º O pedido de desapropriação deverá ser enviado ao setor de Controle Imobiliário, vinculado à Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa da PGM, juntamente com a documentação ou informações a seguir descritas:

I – exposição do motivo e da relevância da desapropriação, bem como da destinação que se pretende dar ao imóvel;

II – indicação do(s) proprietário(s) ou do(s) posseiros e a inscrição cadastral municipal do(s) imóvel(is) a serem desapropriados;

III – projeto de desapropriação, contendo no mínimo a identificação do(s) imóvel(is) atingidos, a área total, a área a desapropriar, a área remanescente, os confrontantes, a escala utilizada, o alinhamento viário, as eventuais restrições de uso, bem como demais informações tidas como necessárias ao processo desapropriatório;

IV – levantamento topográfico, memorial descritivo, estes acompanhados da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) assinada por profissional ou profissionais responsáveis, devidamente(s) inscrito(s) no respectivo órgão de classe, de forma individualizada para cada processo, sob responsabilidade integral e exclusiva;

V – título de propriedade ou posse do imóvel;

VI – indicação da existência ou não de benfeitorias, bem como as suas descrições detalhadas;

VII – a indicação da previsão orçamentária e da fonte de recursos necessária para o pagamento da desapropriação.

Parágrafo Único. Verificada a falta ou incongruência de algum dos documentos ou informações acima elencadas, poderá ser feita solicitação à origem para complementação ou correção dessa.

Art. 4º Além dos documentos mencionados no artigo anterior, deverão também fazer parte do processo todos aqueles que sejam considerados relevantes pela Chefia do Setor Imobiliário.

Parágrafo Único. O setor de controle imobiliário numerará os documentos essenciais e os manterá digitalmente, devendo na capa do processo constar informações que facilitem a identificação da desapropriação.

Art. 5º O setor de controle imobiliário elaborará o decreto de utilidade ou necessidade pública ou de interesse social e o encaminhará ao Gabinete do Prefeito para análise desse, bem como, em sendo o caso, a assinatura e encaminhamento para publicação na imprensa oficial.

Art. 6º Caberá à comissão técnica constante no art. 30 da Lei Complementar Municipal nº 39, de 20 de novembro de 1992, elaborar laudo técnico em que conste de modo pormenorizado o valor indenizatório total a que se refere o ato desapropriatório.

§ 1º À comissão técnica, após o decreto desapropriatório, assegura-se o disposto no art. 7º, do Decreto 3.365, de 21 de junho de 1941, de modo a permitir fiel avaliação do bem desapropriado.

§ 2º O laudo técnico, em especial quando houver atingimento de benfeitorias, deverá se basear em técnicas de engenharia de avaliações e, sempre que possível, atender às diretrizes e recomendações das normas técnicas correlatas, como as da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, sendo responsabilidade da secretaria interessada na desapropriação fornecer a documentação técnica que a comissão julgar pertinente.

§ 3º Quanto à indenização das benfeitorias deverá ser observado o estabelecido no art. 26, § 1º, do Decreto 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 7º O chefe do Setor de Controle Imobiliário confeccionará notificação endereçada ao(s) proprietário(s) ou possuidor(es) do imóvel, de maneira a seguir o estabelecido no art. 10-A e 10-B, do Decreto 3.365, de 21 de junho de 1941.

Parágrafo Único. Visando ao cumprimento positivo da notificação, bem como em situações de grande demanda, poderá ser requisitado auxílio de servidor(es), os quais farão, preferencialmente, 3 (três) tentativas de notificação do proprietário ou quem apresentar-se como, deduzindo-se transparecer veracidade.

Art. 8º Ocorrendo acordo, será realizado contrato de desapropriação, a ser assinado pelos expropriados, pelo Prefeito Municipal e por duas

testemunhas, constituindo-se em título hábil para a transcrição no registro de imóveis, conforme determinação do art. 10-A, § 2º do Decreto 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 9º Em não havendo acordo, bem como em situações que a lei, a doutrina ou a jurisprudência determinem ou recomendem a propositura de ação de desapropriação, a demanda será repassada para a Diretoria de Contencioso Judicial.

Art. 10. Assinado o contrato de desapropriação extrajudicial, será comunicado o controlador interno da Procuradoria Geral do Município ou da secretaria interessada para que providencie o pagamento da indenização nos termos estabelecidos.

Art. 11. No contrato de desapropriação deverá constar cláusula expressa pela qual o expropriado renuncia ao direito de reclamar eventuais diferenças na indenização paga pelo terreno, benfeitorias e acessões no imóvel.

Art. 12. Lavrado o contrato de desapropriação, o Setor de Controle Imobiliário deverá:

I - informar o setor de cadastramento imobiliário, da SEPLAN, sobre a desapropriação, a data de imissão na posse e a destinação atribuída ao imóvel;

II – encaminhar, com a maior brevidade possível, ao ofício de registro de imóveis competente, no intuito de proceder ao registro da transmissão do domínio/propriedade do bem desapropriado.

§ 1º Para os fins do disposto no inciso II deste artigo, havendo pendências documentais que impeçam o registro da desapropriação, o Setor de Controle Imobiliário deverá solicitar formalmente à secretaria ou aos responsáveis a solução daquelas, permanecendo suspenso o processo.

§ 2º O processo de desapropriação será considerado concluído com a juntada do cadastro imobiliário que indique o Município de Blumenau como proprietário e deverá ser arquivado digitalmente e mantido sob responsabilidade do setor de controle imobiliário

Art. 13. Os procedimentos e os processos estabelecidos nessa Instrução Normativa poderão ser realizados de modo digital, no todo ou em parte, desde que resguardadas as orientações estabelecidas.

Art. 14. Buscando-se uma maior efetividade na prestação do serviço público, as funções e tarefas aqui elencadas poderão ser delegadas, desde que substanciadas no interesse público e não havendo prejuízo.

Art. 15. Esta Instrução Normativa possui força vinculante no âmbito municipal, devendo ser seguida de modo a padronizar o rito desapropriatório, possibilitando, assim, uma maior transparência e efetividade na prestação do serviço público.

Art. 16. Fica revogada a Instrução Normativa PROGEM Nº 01, de 15 de março de 2017.

Blumenau, 08 de setembro de 2020.

JULIO AUGUSTO SOUZA FILHO

Procurador Geral do Município

## **PORTARIA PROGEM Nº 002/2020**

Publicação Nº 2638931

PORTARIA PROGEM Nº 002, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM A CÂMARA DE INDENIZAÇÕES ADMINISTRATIVAS E REPOSIÇÕES, INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº 12.527, DE 20 DE JANEIRO DE 2020.

JÚLIO AUGUSTO SOUZA FILHO, Procurador-Geral do Município, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 8º, incisos I e XIX, da Lei Orgânica da Procuradoria-Geral do Município (Lei Complementar nº 1.235, de 06 de junho de 2019), e de conformidade com o § 2º do artigo 2º do Decreto nº 12.527, de 20 de janeiro de 2020, resolve:

DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo, para integrarem a Câmara de Indenizações Administrativas e Reposições, instituída pelo Decreto nº 12.527, de 20 de janeiro de 2020, com as atribuições previstas neste e na Lei Complementar nº 1.235, de 06 de junho de 2019:

LUIZ RICARDO BORTOLOTTI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, matrícula nº 231720, na qualidade de membro Presidente;

ARISTON TONIAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, matrícula nº 231715, como membro;

PAULA PADILHA PENTEADO KLEIN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, matrícula nº 231718, como membro;

DEISI EMANUELE KRAEMER TROIAN, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, matrícula nº 230515, como Secretário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 08 de setembro de 2020.

JÚLIO AUGUSTO SOUZA FILHO

Procurador-Geral do Município

**1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 007/2020**

Publicação Nº 2639001

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 007/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA – HOSPITAL SANTA ISABEL.

OBJETO: Auxílio financeiro para custear partes das despesas nas ações e serviços de saúde, inclusive com a compra de insumos e equipamentos para atendimento aos pacientes com suspeita e/ou diagnóstico de coronavírus e para o enfrentamento da Emergência COVID-19.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/1993 e art. 84, parágrafo único, II, da Lei Federal n. 13.019/2014.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

ALTERAÇÃO: Altera-se a redação da cláusula sétima, §1º, conforme texto a seguir: “A conveniente terá que prestar contas ao Fundo Municipal de Saúde (coordenação de prestação de contas), preenchendo formulário próprio fornecido pelo setor, 30 dias após a conclusão do Plano de Aplicação previsto no Plano de Trabalho”. Em decorrência dessa alteração, exclui-se o seguinte texto: “A conveniente apresentará mensalmente a concedente os planos de trabalho de custeio e manutenção descrevendo-o por tipo de atividade a ser desenvolvida”.

DATA DE ASSINATURA: 10 de agosto de 2020.

**1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 010/2020**

Publicação Nº 2639002

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 010/2020

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A ASSOCIAÇÃO CONGREGAÇÃO DE SANTA CATARINA – HOSPITAL SANTA ISABEL.

OBJETO: Repasse de recursos federais para custear as despesas com as ações e serviços de saúde no atendimento aos pacientes com suspeita ou diagnóstico de coronavírus e em outras ações necessárias ao enfrentamento da emergência de Saúde Pública decorrente do coronavírus – COVID 19, conforme determinações do Ministério da Saúde e conforme projeto descrito em Plano de Trabalho.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116, da Lei 8.666/1993 e art. 84, parágrafo único, II, da Lei Federal n. 13.019/2014.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Promoção da Saúde – SEMUS.

ALTERAÇÃO: Altera-se a redação da cláusula sexta, §1º, conforme texto a seguir: “A entidade prestará contas da aplicação dos recursos recebidos no prazo de 30 dias contados a partir da conclusão do Plano de Aplicação conforme previsto no Plano de Trabalho”.

DATA DE ASSINATURA: 10 de agosto de 2020.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2020**

Publicação Nº 2639008

MUNICÍPIO DE BLUMENAU - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS - ELETRODOMÉSTICOS E ELETROELETRÔNICOS, PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO - DIVERSAS SECRETARIAS - FMAS. Para os itens cujo valor seja igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a participação é exclusiva para ME e EPP, de acordo com o Art. 48 da Lei Complementar Nº 123/06 e alteração. Data de encerramento do envio de proposta eletrônica: até o dia 23 de setembro de 2020, às 14:00hs. Data início da sessão eletrônica: dia 23 de setembro de 2020, às 14:30hs. Local: Sistema: COMPRASBR - site: <https://comprasbr.com.br/> - edital disponível: Portal <https://comprasbr.com.br/>, via e-mail: [brunamaas@blumenau.sc.gov.br](mailto:brunamaas@blumenau.sc.gov.br) e/ou no site oficial do Município <https://www.blumenau.sc.gov.br/participar-de-licitacoes>. Base Legal: Decreto Municipal nº 7732/04, Lei Federal: nº 13.979/20, 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 11/09/2020 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2213/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2223/2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2639019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2213/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2223/2020 = SAMAE

Objeto: Registro de preços para confecção de adesivos, placas, faixas, banners, etiquetas e afins, conforme especificações constantes no edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa: GRAF – ROMA GRÁFICA E EDITORA LTDA ME - CNPJ: 04.238.031/0001-36

Nº Item Qtde Unid. Valor Unitário Valor Total

01 150 milheiro R\$ 43,99 R\$ 6.598,50

02 100 milheiro R\$ 320,00 R\$ 48.000,00

03 1 milheiro R\$ 680,00 R\$ 680,00

04 10 milheiro R\$ 748,00 R\$ 7.480,00

05 10.000 unidade R\$ 0,27 R\$ 2.700,00  
 08 300 unidade R\$ 19,70 R\$ 5.910,00  
 13 390 m2 R\$ 38,90 R\$ 15.171,00  
 14 100 m2 R\$ 34,80 R\$ 3.480,00  
 18 50 unidade R\$ 352,00 R\$ 17.600,00  
 28 100 unidade R\$ 16,90 R\$ 1.690,00  
 31 100 unidade R\$ 48,99 R\$ 4.899,00  
 Valor Total R\$ 114.208,50

Empresa: MÍDIA SIGNS COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA EPP - CNPJ: 95.791.133/0001-36

Nº Item Qtde Unid. Valor Unitário Valor Total  
 15 100 unidade R\$ 288,00 R\$ 28.800,00  
 32 300 unidade R\$ 229,00 R\$ 68.700,00  
 Valor Total R\$ 97.500,00

Empresa: SILVA E DAL MOLIN ESTRUTURAS PARA EVENTOS LTDA ME - CNPJ: 08.663.333/0001-02

Nº Item Qtde Unid. Valor Unitário Valor Total  
 07 300 unidade R\$ 19,79 R\$ 5.937,00  
 09 300 unidade R\$ 19,79 R\$ 5.937,00  
 11 300 unidade R\$ 17,99 R\$ 5.397,00  
 12 4 unidade R\$ 799,49 R\$ 3.197,96  
 17 50 m2 R\$45,00 R\$ 2.250,00  
 19 50 unidade R\$ 598,90 R\$ 29.945,00  
 21 100 unidade R\$ 360,00 R\$ 36.000,00  
 22 50 m2 R\$ 260,00 R\$ 13.000,00  
 23 50 unidade R\$ 967,90 R\$ 48.395,00  
 24 15 unidade R\$ 2.100,00 R\$ 31.500,00  
 25 500 m2 R\$ 40,00 R\$ 20.000,00  
 26 5 unidade R\$ 1.970,00 R\$ 9.850,00  
 27 100 unidade R\$ 34,00 R\$ 3.400,00  
 29 100 unidade R\$ 39,79 R\$ 3.979,00  
 30 100 unidade R\$ 23,00 R\$ 2.300,00  
 33 15 unidade R\$ 160,00 R\$ 2.400,00  
 Valor Total R\$ 223.487,96

Empresa: - WEBERGRAFIC COMERCIO DE MATERIAIS GRAFICOS EIRELI ME – CNPJ: 11.505.113/0001-65

Nº Item Qtde Unid. Valor Unitário Valor Total  
 06 10.000 unidade R\$ 0,10 R\$ 1.000,00  
 10 300 unidade R\$ 24,85 R\$ 7.455,00  
 16 42 unidade R\$ 39,90 R\$ 1.675,80  
 20 200 m2 R\$ 79,60 R\$ 15.920,00  
 Valor Total R\$ 26.050,80  
 Valor total de Pregão Presencial 2223/2020 - R\$ 461.247,26

Base Legal: De acordo com o Pregão Presencial nº 2223/2020 nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, a Lei complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações, a CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Pagamento: O pagamento será realizado em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, com aceite no verso, o qual será efetuado através de boleto ou depósito bancário na instituição financeira indicada na NF-e com devidas informações (Banco, agência, número conta).

Prazo de vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.  
 Blumenau – SC, 31 de agosto de 2020

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2214/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2219/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2639024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2214/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2219/2020 = SAMAE

Objeto: Registro de Preços para aquisição de café, açúcar, filtros de papel, copos descartáveis e garrafas térmicas, conforme especificações constantes neste Edital, pelo período de 01 (um) ano - SAMAE.

Empresa: Distribuidora de Alimentos Oliveira Ltda EPP – CNPJ: 80.413.479/0001-27

Nº Item Qtde Unid. Valor Unitário Valor Total  
 01 1.800 pct 500g R\$ 7,20 R\$ 12.960,00  
 Valor Total R\$ 12.960,00

Empresa: A.V. Comercio Atacadista Eireli EPP – CNPJ: 1.858.182/0001-76

Nº Item Qtde Unid. Valor Unitário Valor Total  
 02 400 kg R\$ 2,39 R\$ 956,00  
 03 100 pte R\$ 11,49 R\$ 1.149,00

04 600 pte R\$ 2,45 R\$ 1.470,00  
06 500 cx R\$ 2,37 R\$ 1.185,00  
07 400 cx R\$ 2,47 R\$ 988,00  
Valor Total R\$ 5.748,00  
Empresa: SantaRita Comércio de Embalagens Ltda – CNPJ: 36.260.828/0001-26  
Nº Item Qtde Unid. Valor Unitário Valor Total  
05 400 pct R\$ 1,12 R\$ 448,00  
08 6 un R\$ 27,30 R\$ 163,80  
09 12 un R\$ 59,80 R\$ 717,60  
10 16 un R\$ 49,50 R\$ 792,96  
Valor Total R\$ 2.122,36  
Valor total de Pregão Presencial 2219/2020 - R\$ 20.830,36

Base Legal: De acordo com o Pregão Presencial nº 2219/2020 nos termos da Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 7.732/04, a Lei complementar 123/06 e suas alterações e subsidiariamente a Lei nº 8.666/93 e alterações, a CLT, em especial art. 551, Súmula 331 do TST, Código Civil e demais legislações aplicáveis à matéria.

Pagamento: O pagamento será realizado em até 28 (vinte e oito) dias após a entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal Eletrônica, com aceite no verso, o qual será efetuado através de boleto ou depósito bancário na instituição financeira indicada na NF-e com devidas informações (Banco, agência, número conta).

Prazo de vigência: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. Blumenau – SC, 04 de setembro de 2020

## PORTARIA Nº 7.770/2020 - SAMAE

Publicação Nº 2639033

PORTARIA nº 7770/20

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA PARA APURAR RESPONSABILIDADE.

MICHAEL SCHNEIDER, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 23.764, de 20 de janeiro de 2020, RESOLVE:

DETERMINAR

a instauração de processo administrativo de sindicância, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, para apurar eventual erro sistêmico no Sistema de Folha de Pagamento, conforme Memorando nº 83/2009/GGP de 08 de setembro de 2020.

Samae, 09 de setembro de 2020.

MICHAEL SCHNEIDER  
Diretor Presidente

## PORTARIA SEMOB Nº 031/2020

Publicação Nº 2639052

PORTARIA SEMOB Nº 031 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR ANDERSON VICENTINI, ENGENHEIRO CIVIL, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2020/241, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD, Secretário Municipal de Obras do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Anderson Vicentini, Engenheiro Civil, matrícula nº 21598-8, CREA/SC nº. 078598-9, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 2020/241, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria Municipal de Obras e a empresa Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras LTDA., CNPJ nº 79.485.892/0001-18, que tem por objeto a execução de pavimentação asfáltica, complementação de drenagem pluvial, urbanístico, obras complementares e sinalização viária – etapa 03 – Corredor Alameda Rio Branco, Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes no edital de licitação na modalidade Concorrência nº 03-013/2020. Fonte de Recurso: Contrato de Financiamento nº. 0410520-66/2013 - PAC Mobilidade Médias Cidades Urbano - Ministério do Desenvolvimento Regional/CEF.

Blumenau, 09 de Setembro de 2020.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD  
Secretário Municipal de Obras

### **PORTARIA SEMOB Nº 032/2020**

Publicação Nº 2639054

PORTARIA SEMOB Nº 032, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR ANDREY NAZARENO JUTTEL, ENGENHEIRO CIVIL, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2020/239, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD, Secretário Municipal de Obras do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Andrey Nazareno Juttel, Engenheiro Civil, matrícula nº 21638-0, CREA/SC nº. 049365-3, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 2020/239, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria Municipal de Obras e a empresa Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras LTDA., CNPJ nº. 79.485.892/0001-18, que tem por objeto a execução de pavimentação asfáltica, complementação de drenagem pluvial, urbanístico, obras complementares e sinalização viária – Etapa 01 – Corredor Alameda Duque de Caxias, Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes no edital de licitação na modalidade Concorrência nº 03-013/2020. Fonte de Recurso: Contrato de Financiamento nº. 0410520-66/2013 - PAC Mobilidade Médias Cidades Urbano - Ministério do Desenvolvimento Regional/CEF.

Blumenau, 09 de Setembro de 2020.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD  
Secretário Municipal de Obras

### **PORTARIA SEMOB Nº 033/2020**

Publicação Nº 2639056

PORTARIA SEMOB Nº 033, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR ANDREY NAZARENO JUTTEL, ENGENHEIRO CIVIL, PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 2020/240, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BLUMENAU E A EMPRESA PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD, Secretário Municipal de Obras do Município de Blumenau, no uso das atribuições, e com fundamento no art. 58, III c/c art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, bem como no § 3º, do art. 7º do Decreto Municipal nº 9.365, de 05 de abril de 2011, resolve:

DESIGNAR o servidor público municipal Andrey Nazareno Juttel, Engenheiro Civil, matrícula nº 21638-0, CREA/SC nº. 049365-3, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato nº 2020/240, firmado entre o Município de Blumenau, por meio da Secretaria Municipal de Obras e a empresa Pacopedra Pavimentadora e Comércio de Pedras LTDA., CNPJ nº. 79.485.892/0001-18, que tem por objeto a execução de pavimentação asfáltica, complementação de drenagem pluvial, urbanístico, obras complementares e sinalização viária – Etapa 02 – Corredor Fonte – Garcia (Rua Amazonas – entre Rua 7 de Setembro e Rua Gertrud Metzger), Blumenau/SC, conforme planilhas, Cronograma Físico Financeiro e demais especificações constantes no edital de licitação na modalidade Concorrência nº 03-013/2020. Fonte de Recurso: Contrato de Financiamento nº. 0410520-66/2013 - PAC Mobilidade Médias Cidades Urbano - Ministério do Desenvolvimento Regional/CEF.

Blumenau, 09 de Setembro de 2020.

EDSON FRANCISCO BRUNSFELD  
Secretário Municipal de Obras

### **HOMOLOGAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 013/2020**

Publicação Nº 2639060

#### **HOMOLOGAÇÃO**

Concorrência nº 013/2020 - Contratação de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica, complementação de drenagem pluvial, urbanístico, obras complementares e sinalização viária 03 Lotes/Etapas - Etapa 01 - Corredores Alameda Duque de Caxias, Etapa 02 - Corredor Fonte-Garcia, Trecho 01(Rua Amazonas) e Etapa 03 - Corredor Alameda Rio Branco, localizados no Município de Blumenau/SC, Conforme especificações constantes neste edital e seus anexos - Contrato de Financiamento nº 0410520-66/2013 PAC Mobilidade Médias Cidades - Ministério do Desenvolvimento Regional – Programa Pró Transporte - CEF – SEMOB.

Contratadas:

Item 01

1ª colocada: PACOPEDRA PAVIM. E COM. DE PEDRAS LTDA, no valor total de R\$183.722,59 (cento e oitenta e três mil e setecentos e vinte

e dois reais e cinq-enta e nove centavos).

Item 02

1ª colocada: PACOPEDEPA PAVIM. E COM. DE PEDRAS LTDA, no valor total de R\$3.930.068,48 (três milhões e novecentos e trinta mil e sessenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

Item 03

1ª colocada: PACOPEDEPA PAVIM. E COM. DE PEDRAS LTDA, no valor total de R\$618.134,36 (seiscentos e dezoito mil e cento e trinta e quatro mil e trinta e seis centavos).

## RESOLUÇÃO CMHIS Nº. 02/2020

Publicação Nº 2639061

RESOLUÇÃO CMHIS Nº. 02/2020

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS E DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - CGFMHIS.

O Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS, no uso de suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO:

- a Lei Complementar nº. 1.014 de 11 de dezembro de 2015 que institui a Política Municipal de Habitação de Interesse Social, o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social e Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social;
- o Decreto nº 10.991, de 21 de junho de 2016 que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS;
- o Decreto nº 10.992, de 21 de junho de 2016 que aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - CGFMHIS;
- o VI, Art. 17, Seção VIII da Lei Complementar nº 1.234, de 06 de junho de 2019, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Blumenau e dá outras providências.
- a Portaria GAPREF nº 24.022, de 07 de abril de 2020 que nomeia Patrícia Morastoni Sasse para o exercício do cargo em comissão de Secretária Municipal de Desenvolvimento Social;
- a Portaria nº 24.373, de 19 de agosto de 2020 que nomeou os Conselheiros Governamentais e Não Governamentais para constituírem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS e o Conselho Gestor do Fundo do Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, para a Gestão 2016-2020;
- a deliberação do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social - CMHIS, em Plenária Ordinária realizada no dia 01 de setembro de 2020, conforme consta na Ata nº 04/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os/as Conselheiros/as abaixo para compor a Mesa Diretora do CMHIS/CGFMHIS:

I – Presidente – Patrícia Morastoni Sasse, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social;

II – Vice Presidente – Jean Claude Cardoso, representando o Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB/SC;

III – Secretário Geral – Luiz Otávio Doerlitz, representando a Associação em prol da Assistência Habitacional dos Moradores do Vale do Itajaí.

Blumenau, 01 setembro de 2020.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social

## EXTRATO Nº 361/2020 - FURB

Publicação Nº 2639066

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 361/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

BISTEK SUPERMERCADOS LTDA

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº. 241/2017

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios em supermercados, através do maior desconto sobre a nota fiscal, para uso nas aulas de diversos cursos da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: PP nº. 373/2017 e Contrato nº. 241/2017, firmado em 18 de setembro de 2018.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.3. do Contrato nº. 241/2017 fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 18 de setembro de 2020 até 17 de setembro de 2021, totalizando 48 (quarenta e oito) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO:**

Inclui-se o item 1.1.2 à Cláusula Primeira, com a seguinte redação:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO, PRAZO E PREÇO:**

1.1.2. Poderão fazer uso do objeto contrato, os Projetos e Convênios firmados pela Universidade e que necessitem utilizar gêneros alimentícios

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 241/2017 e Termos Aditivo nº001 e 002 que não colidirem com o presente documento.

DATA: Blumenau, 08 de setembro de 2020.

**EXTRATO Nº 362/2020 - FURB**

Publicação Nº 2639070

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 362/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

ELEVADORES BLUMENAU INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº. 193/2019

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios em supermercados, através do maior desconto sobre a nota fiscal, para uso nas aulas de diversos cursos da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: PP nº. 256/2019 e Contrato nº. 193/2019, firmado em 18 de setembro de 2019.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira do Contrato nº 193/2019, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 18 de setembro de 2020 até 17 de setembro de 2021, totalizando 24 (vinte e quatro) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DO PREÇO:**

Para a vigência deste aditivo, mantêm-se os preços do contrato inicial, conforme a Cláusula Primeira, item 1.2, transcrita de forma parcial, a seguir:

“CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DO PRAZO, DO PREÇO E DO REAJUSTE

(...) ”

1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço mensal de R\$ 706,00 (setecentos e seis reais), perfazendo um valor de R\$ 8.472,00 - por 12 meses, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA(...)

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 193/2019 que não colidirem com o presente documento.

DATA: Blumenau, 08 de setembro de 2020.

**EXTRATO Nº 363/2020 - FURB**

Publicação Nº 2639073

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 363/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

e a empresa

IGUA CONTROL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA EPP

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº. 255/2018

**OBJETO:** Contratação de empresa para prestação de serviços especializados em coleta, análise e tratamento preventivo/corretivo de água, em sistemas de resfriamento de água gelada, com fornecimento de produtos (material químico) e equipamentos em sistema de comodato para a Universidade.

**FUNDAMENTO LEGAL:** PP nº. 361/2018 e Contrato nº. 255/2018, firmado em 21 de setembro de 2018.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.3. do Contrato nº. 255/2018 fica prorrogado por mais doze (12) meses, a contar de 1º de outubro de 2020 até 30 de setembro de 2021, totalizando 36 (trinta e seis) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:**

Altera-se a Cláusula Primeira, item 1.2, que passa a ter a seguinte redação;

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DO PRAZO, DO PREÇO E DO REAJUSTE**

1.2. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o valor constante na tabela abaixo, de acordo com a proposta apresentada pela CONTRATADA para a vigência do presente aditivo de nº03:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (Preço mensal x 12 meses, em R\$)	
1	31446	12	Mês	Prestação de serviços de assistência técnica ao tratamento preventivo de água em torres de resfriamento, com fornecimento de material químico.	399,60	4.795,20	
Preço Total do Item (preço mensal x 12 meses, em reais, por extenso)				Quatro mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte centavos.			

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato nº. 255/2018 e Termos Aditivo nº01 e 002, que não colidirem com o presente documento.

**DATA:** 09 de setembro de 2020.

**EXTRATO Nº 364/2020 - FURB**

Publicação Nº 2639074

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 364/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
PRÓTESE DENTÁRIA MOELLER LTDA.

ADITIVO DE SUPRESSÃO  
CONTRATO Nº 148/2016 - TERMO ADITIVO Nº 008

**OBJETO:** Prestação de serviços de confecção de próteses dentárias para o departamento de odontologia da FURB, com fornecimento de materiais.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Tomada de Preços nº 071/2016e Contratonº 148/2016, firmado em08 de setembro de 2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA SUPRESSÃO:**

Fica o valor contratual suprimido em R\$ 96.221,00 (noventa e seis mil, duzentos e vinte e um reais) a menor do valor contratual total do Termo Aditivo nº01, que corresponde a 73,55% a menor em relação ao valor contratual.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 148/2016 e Termos Aditivos nos 001 a 007, que não colidirem com o presente documento.

Blumenau (SC), 03 de setembro de 2020.

**EXTRATO Nº 365/2020 - FURB**

Publicação Nº 2639076

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 365/2020

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
e  
PRÓTESE DENTÁRIA MOELLER LTDA.

ADITIVO DE PRORROGAÇÃO  
CONTRATO Nº 148/2016 - TERMO ADITIVO Nº 009

OBJETO: Prestação de serviços de confecção de próteses dentárias para o departamento de odontologia da FURB, com fornecimento de materiais.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 071/2016 e Contrato nº 148/2016, firmado em 08 de setembro de 2016.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO:**

O prazo de vigência previsto na Cláusula Primeira, Item 1.4. do contrato nº. 148/2016 fica prorrogado por mais 03 (três) meses, a contar de 08 de setembro de 2020 até 07 de dezembro de 2020, totalizando 51 (cinquenta e um) meses contratados.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO:**

A Cláusula Primeira, Item 1.3 do Contrato nº. 148/2016 passa a ter a seguinte redação, a partir de 08 de setembro de 2020:

(...)

1.3. Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 49.050,00 (Quarenta e nove mil e cinquenta reais). (...)"

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:**

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições previstas no Contrato de nº 148/2016 e Termos Aditivos nos 001 a 008, que não colidirem com o presente documento.

Blumenau (SC), 08 de setembro de 2020.

**SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020**

Publicação Nº 2639248

**MUNICÍPIO DE BLUMENAU – SUSPENSÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020**

OBJETO: Registro de preços para equipamentos de proteção individual - EPI destinados ao atendimento às demandas emergenciais de enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19) Lei Federal nº 13.979/20, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de acordo com a Portaria Federal nº 369/20, especificamente aos profissionais que realizam atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social – SEMUDES.

Utilizamos-nos do presente para informar que a abertura do Pregão Eletrônico supracitado prevista para o dia 14/09/2020, às 14:00 horas, está SUSPENSA. MOTIVO: Em razão do recebimento de Impugnação ao Edital cujas razões estão sendo analisadas. Base Legal: Decretos Municipais nº 7106/02 e 7732/04, Leis Federais nº 13.979/20, nº 10.520/02 e, subsidiariamente e nº 8.666/93 e alterações. Lei Complementar nº 123/2006 e alteração. Blumenau, 11/09/2020 – Anderson Rosa –Secretário Municipal de Administração.

**CÂMARA MUNICIPAL****MD 3443**

Publicação Nº 2638552

**RESOLUÇÃO MD Nº 3443**

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 10 DA RESOLUÇÃO MD Nº 3.253, DE 5 DE AGOSTO DE 2019, PARA PRORROGAR O MANDATO DOS VEREADORES MIRINS ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2021, EM RAZÃO DA PANDEMIA DO COVID-19.

MARCELO BARASUOL LANZARIN, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Mesa Diretora edita e ele promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º O art. 10 da Resolução MD n 3.253, de 5 de agosto de 2019, que DISPÕE SOBRE AS ELEIÇÕES DO PROGRAMA "VEREADOR MIRIM", PARA O ANO DE 2019", passa a vigorar acrescido do parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 10. [...]

Parágrafo único. Excepcionalmente, em razão da crise causada pela pandemia do COVID-19 que impossibilitou o exercício regular do mandato dos vereadores mirins no ano de 2020, fica prorrogado o mandato dos vereadores mirins eleitos em 2019 até o dia 31 de dezembro de 2021." (NR)

Art. 2º Esta Resolução da Mesa Diretora entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Blumenau, 3 de setembro de 2020.

MARCELO LANZARIN BRUNO CUNHA  
Presidente Vice-Presidente

ALMIR VIEIRA GILSON DE SOUZA  
1º Secretário 2º Secretário

# Bom Jardim da Serra

## PREFEITURA

### DECRETO N° 151/2020

Publicação N° 2638952

#### DECRETO N° 151/2020

Dispõe sobre as novas medidas de enfrentamento da pandemia do Coronavírus (COVID-19), diante da alteração da classificação de risco na região de saúde e dá outras providências.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, incisos VII da Lei Orgânica Municipal;

#### DECRETA

Art. 1º Em decorrência da alteração da classificação de risco em Saúde na região Serrana, para risco potencial GRAVE devem ser adotadas as seguintes medidas de enfrentamento, além daquelas anteriormente decretadas.

Art. 2º Os hotéis, pousadas, e similares deverão funcionar, permitindo-se uma ocupação máxima de 50%, dos leitos existentes ou das unidades habitacionais.

Parágrafo Único – Para cada unidade habitacional ocupada, deverá ter um banheiro independente e exclusivo para uso desta.

Art. 3º Restaurantes, churrascarias, pizzarias, lanchonetes e similares, poderão permitir o acesso de público somente até as 23 horas, podendo permanecer no estabelecimento até no máximo meia noite, com distanciamento de 1,5 metro entre grupos de clientes.

§1º Somente permitir a entrada de pessoas em até 50% de capacidade de ocupação de público.

§2º Recomenda-se utilização de controle de entrada onde o cliente seja conduzido à mesa visando manter o distanciamento de 1,5 metro entre grupos de clientes.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Este decreto entra em vigora na data de sua publicação.

Bom Jardim da Serra, 10 de setembro de 2020.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Bom Jesus do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 5487/2020

Publicação Nº 2638789

DECRETO Nº 5487/20 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.  
ABRE CREDITO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial ao disposto na Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nº 1.178/19 de 09.12.2019 (LDO), 1.179/19 de 09.12.2019 (LOA) e a Lei Federal nº 4.320/64:

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Credito Suplementar no projeto abaixo, elemento respectivo, dentro da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente no valor de R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais).

Órgão: 09 – Secretária Municipal de Agricultura.

Unidade Orçamentária: 09.01 – Departamento da Agricultura.

Proj/Ativ.: 2060600361.033 – Aquisição de Equipamentos Agrícolas.

Elemento: 4490 – Aplicação Direta (2264).

Valor R\$ 310.000,00 (Trezentos e dez mil reais).

Fonte: 01.76 – Emenda Parlamentar Individual.

Desdobramento da Fonte: 1022 – Equipamentos Agrícolas.

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito suplementar de que trata o artigo 1º do presente Decreto, serão utilizados recursos do excesso de arrecadação no exercício de 2.020 fonte de recursos nº 01.76 – Emenda Parlamentar Individual, Desdobramento da Fonte: 1022 – Equipamentos Agrícolas destinados a aquisição de escavadeira hidráulica.

Art. 3º - As despesas decorrentes do presente decreto correm p/conta do orçamento municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste,  
aos 09 de setembro de 2020.

RONALDO LUIZ SINGER  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 5489/2020 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638018

DECRETO MUNICIPAL Nº 5489/20, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

ALTERA O PARÁGRAFO PRIMEIRO DO ARTIGO 3º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 5488/20, QUE REGULAMENTA NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO OESTE - SC, A LEI FEDERAL Nº 14.017/2020 E O DECRETO FEDERAL N. 10.464/2020, QUE DISPÕE SOBRE AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL A SEREM ADOTADAS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SINGER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal.

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica por este decreto alterado o Parágrafo Primeiro, do art. 3º do Decreto Municipal nº 5488/20, de 09 de setembro de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º. (...)

§ 1º - O referido Comitê será formado por cinco pessoas, que possuam envolvimento na área cultural, que serão responsáveis pelo acompanhamento e controle social da aplicação dos recursos no município.

Art. 2º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo

Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,  
aos 10 de setembro de 2020.

RONALDO LUIZ SENGER,  
Prefeito Municipal

Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

# Bom Retiro

## PREFEITURA

### 85.20 - DECRETO GAVETAS CEMITERIO

Publicação Nº 2639145

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO  
ESTADO DE SANTA CATARINA

Decreto N.º 85/20 de 10.09.2020

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO E AUTORIZA A EXECUÇÃO DE OBRA DE UTILIDADE PÚBLICA, OFERTADA PELO RESIDENCIAL FAZENDA BOM RETIRO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA. – CNPJ: 21.033.652/0001-00 EM FAVOR NO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM RETIRO - SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 95, inciso XI, da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal 2.392/18 de 21 de agosto de 2018 que dispõem sobre a implantação de condomínio horizontal de lotes no município de Bom Retiro;

CONSIDERANDO a constatação da regularidade e alto interesse público ao projeto apresentado pelo Residencial Fazenda Bom Retiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. – CNPJ: 21.033.652/0001-00;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado e autorizada a execução ao projeto, a título de compensação de área de utilidade pública fornecida por condomínio horizontal, conforme o art. 10 da Lei 2.392/18, para obra de construção de sepulturas em formato de gavetas no Cemitério Municipal, executado pelo Residencial Fazenda Bom Retiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. – CNPJ: 21.033.652/0001-00, Localizado na Rod. SC-430, Km 8, localidade de Caneleira, Bom Retiro- SC.

Parágrafo Único. Residencial Fazenda Bom Retiro Empreendimento Imobiliário SPE Ltda. – CNPJ: 21.033.652/0001-00, fica responsável pela execução integral ao projeto apresentado pela municipalidade para a construção de 40 sepulturas no formato de gavetas no Cemitério Municipal, com a entrega da obra concluída no prazo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data desta publicação, prorrogáveis a critério do município de Bom Retiro.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Bom Retiro, 10 de setembro de 2020.

VILMAR JOSÉ NECKEL  
Prefeito Municipal  
Registrado e Publicado  
Na Data Supra

SAULO STEIMBACH  
Resp. Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

**Botuvera****PREFEITURA****DECRETO Nº 2562 2020**

Publicação Nº 2638720

**DECRETO Nº 2562/2020****“Abre Crédito Suplementar Por  
ANULAÇÃO NO  
ORÇAMENTO DE 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0024 - Comunicações</b>	
<b>0452 - Serviços Urbanos</b>	
<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>	
<b>42 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV</b>	
Cód. 109 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0024 - Comunicações</b>	
<b>0452 - Serviços Urbanos</b>	
<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>	
<b>42 - MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DAS REPETIDORAS DE TV</b>	
Cód. 191 - 34490000000000000000 - Aplicacoes diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	3.000,00

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 8 de setembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 8 de setembro de 2020.

**JOSE LUIZ COLOMBI**  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2563 2020**

Publicação Nº 2638736

**DECRETO Nº 2563/2020****“Abre Crédito Suplementar Por  
ANULAÇÃO NO  
ORÇAMENTO DE 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0015 - Urbanismo</b>	
<b>0452 - Serviços Urbanos</b>	
<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>	
<b>39 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COLETA E TRATAMENTO DO LIXO</b>	
Cód. 105 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	1.500,00

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0015 - Urbanismo</b>	
<b>0452 - Serviços Urbanos</b>	
<b>0014 - AÇÕES DE URBANISMO</b>	
<b>39 - MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COLETA E TRATAMENTO DO LIXO</b>	
Cód. 24 - 33190000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	1.500,00

Art. 3º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), conforme abaixo especificado:

<b>08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>	
<b>001 - Divisão de Agricultura</b>	
<b>0020 - Agricultura</b>	
<b>0606 - Extensão Rural</b>	

<b>0020 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA</b>	
<b>43 - ASSISTÊNCIA, APOIO E FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR</b>	
Cód. 121 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00

Art. 4º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 3º deste decreto, decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação do orçamento vigente.

<b>08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA</b>	
<b>001 - Divisão de Agricultura</b>	
<b>0020 - Agricultura</b>	
<b>0606 - Extensão Rural</b>	
<b>0020 - FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA</b>	
<b>43 - ASSISTÊNCIA, APOIO E FOMENTO A AGRICULTURA FAMILIAR</b>	
Cód. 28 - 33190000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01000100 - Recursos Ordinários	5.000,00

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 10 de setembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 10 de setembro de 2020.

**JOSE LUIZ COLOMBI**  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2564 2020**

Publicação Nº 2638739

**DECRETO Nº 2564/2020****“Abre Crédito Suplementar Por  
Excesso de Arrecadação No  
Exercício De 2020”**

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art. 8º inciso I, da Lei nº 1475/2019, de 18 de dezembro de 2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no valor total de R\$ 56.378,74 (cinquenta e seis mil, trezentos e setenta e oito reais e setenta e quatro centavos), conforme abaixo especificado:

<b>06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>	
<b>001 - Divisão de Obras e Serviços Urbanos</b>	
<b>0026 - Transporte</b>	
<b>0782 - Transporte Rodoviário</b>	
<b>0013 - MELHORIAS E MANUTENÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL</b>	
<b>35 - MANUTENÇÃO E RESTAURAÇÃO DE RODOVIAS MUNICIPAIS E LOGRADOUROS PÚBLICOS</b>	
Cód. 103 - 33390000000000000000 - Aplicações diretas	
Fonte de recurso - 01800080 - Outras Especificações - CFEM	56.378,74

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do excesso de arrecadação do exercício de 2020

Fonte de recurso - 01800080 - Outras Especificações - CFEM	56.378,74
--	-----------

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 10 de setembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Botuverá, 10 de setembro de 2020.

**JOSE LUIZ COLOMBI**  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2565 2020**

Publicação Nº 2638723

**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ****DECRETO Nº 2565 DE 10 SETEMBRO DE 2020.**

**CONSOLIDA E ESTABELECE NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (SARS-COV-2).**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelos incisos VI e VII do art. 73 da Lei Orgânica Municipal, e assim como em observância às disposições constantes da Lei federal nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, e

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus";

**CONSIDERANDO**, ainda, que a situação ainda demanda o emprego de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar maior disseminação da COVID-19 no Município de Botuverá,

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam prorrogadas por mais 14 (catorze) dias, a contar de 11 de setembro de 2020, as disposições contidas no Decreto 2.559, de 02 de setembro de 2020, com as seguintes alterações:

Art. 2º. Fica permitida a permanência de pessoas e as práticas esportivas e culturais coletivas em espaços privados de lazer, quadras poliesportivas (privadas), e jogos de futebol recreativo em espaços privados, áreas abertas, que poderão ser retomados desde que atendam as disposições previstas na Portaria Estadual n. 664, de 03 de setembro de 2020;

Parágrafo Primeiro: As permissões previstas no caput deste artigo, diante do fato de que a região permanece classificada como situação “grave” somente poderão ser praticadas em dias alternados pré estabelecidos: terças, quintas e domingos.

Rua João Morelli, 66 – Fone/Fax (47) 3359-3200 – Centro – 88295-000 – Botuverá/SC  
Internet: [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - e-mail: botuvera@botuvera.sc.gov.br



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência 14(sete) dias limitado ao período da situação de emergência de saúde pública cujo término será declarado por ato do Ministro de Estado da Saúde.

Botuverá, 10 de setembro de 2020

**JOSÉ LUIZ COLOMBI**  
**Prefeito Municipal**

Rua João Morelli, 66 – Fone/Fax (47) 3359-3200 – Centro – 88295-000 – Botuverá/SC  
Internet: [www.botuvera.sc.gov.br](http://www.botuvera.sc.gov.br) - e-mail: [botuvera@botuvera.sc.gov.br](mailto:botuvera@botuvera.sc.gov.br)

**EXTRATO DA A.R.P. Nº 36/2020 - RECAPAGENS**

Publicação Nº 2638740

ESTADO DE SANTA CATARINA  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ**  
CNPJ: Nº. 83.102.350/0001-96 - Rua João Morelli, 66 – Centro - CEP: 88295-000  
BOTUVERÁ – SC – Fone (47)3359-1170

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2020**

Contratante: Município de Botuverá, CNPJ: 83.102.350/00001-96

Contratado:

**J P BELEZE EPP - CNPJ: 54.054.937/0001-79**, Situada na Rua Expedicionários, Nº 1051, Bairro centro, Cidade de Ourinhos/SP, CEP: 19.900-041, Fone: (14) 3322-4229, e-mail: [ouripneu@ouripneu.com.br](mailto:ouripneu@ouripneu.com.br)

Valor total Adjudicado e Homologado para o fornecedor no certame: R\$ 76.400,00 (Setenta e Seis Mil e Quatrocentos Reais)

**RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP - CNPJ: 82.989.096/0001-27**, Situada na Rua Duque de Caxias, Nº 314, Bairro centro, CEP: 89.121-000, Cidade de Rio dos Cedros/SC, (47) 3386-1462, e-mail: [neri@pneusneri.com.br](mailto:neri@pneusneri.com.br)

Valor total Adjudicado e Homologado para o fornecedor no certame: R\$ 2.600,00 (Dois Mil e Seiscentos Reais)

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECAPEGENS DE PNEUS**

Fundamento Legal:

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2020-SRP**

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### EXTRATO EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 06/2020 FMS SRP

Publicação Nº 2638496

PROCESSO ADMINISTRATIVO 11/2020 FMS  
EDITAL DE LIC. PREGÃO ELETRÔNICO 6/2020 - SRP  
EXCLUSIVO PARA MEI, ME E EPP.

O Município de Braço do Trombudo SC torna público para conhecimento dos interessados que as 09h00min do dia 23/09/2020, estará selecionando a melhor proposta para Registro de Preços para eventual aquisição de material odontológico para uso nas Unidades Básicas de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Braço do Trombudo/SC, informações pelo fone 47 3547-0179 pelo e-mail: licitacao@bracodotrombudo.sc.gov.br ou pelo site [www.bracodotrombudo.sc.gov.br](http://www.bracodotrombudo.sc.gov.br).

Braço do Trombudo, em 10 de setembro de 2020.

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 26/2020

Publicação N° 2638970

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 26/2020

Número do Registro de Preços: 26/2020 Data do Registro: 10/09/2020 Válido até: 10/09/2021

Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de tubos e conexões para ampliar a rede de distribuição de água tratada da Estação de Tratamento de Água do Município de Braço do Trombudo, SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Tubo PEAD 32MM X 100 metros PN10 - cor azul (27362)	RL	LAJE AGUA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (10046)	racaza		649,0000	1
2			C.E.MACEDO & CIA LTDA (8588)	POLIERG		655,0000	2
3			FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI (10046)	TopFusion		687,8900	3
2	União (luva) PEAD compressão 32MM (27363)	UND	LAJE AGUA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (10046)	senkron		14,2500	1
2			C.E.MACEDO & CIA LTDA (8588)	SENKRON		14,3600	2
3			FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI (10046)	Pollarg		14,7100	3
3	TE redução PEAD compressão 32MM X 20MM (completo) (27364)	UND	LAJE AGUA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (10046)	senkron		29,9000	1
2			C.E.MACEDO & CIA LTDA (8588)	SENKRON		30,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 26/2020**

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 26/2020		Data do Registro: 10/09/2020		Válido até: 10/09/2021			
Objeto da Compra:		Registro de preços para eventual aquisição de tubos e conexões para ampliar a rede de distribuição de água tratada da Estação de Tratamento de Água do Município de Braço do Trombudo, SC					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI (10046)	Doal		34,5100	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 26/2020

Número do Registro de Preços: 26/2020		Data do Registro: 10/09/2020		Válido até: 10/09/2021			
Objeto da Compra: Registro de preços para eventual aquisição de tubos e conexões para ampliar a rede de distribuição de água tratada da Estação de Tratamento de Água do Município de Braço do Trombudo, SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2020  
PROCESSO Nº 42/2020

- (8588) - C.E.MACEDO & CIA LTDA
- (10045) - LAJE AGUA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
- (10046) - FERNANDES MANA MATERIAIS E EQUIPAMENTOS EIRELI

Braço do Trombudo, 10 de Setembro de 2020.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS 27/2020

Publicação Nº 2638967

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2020

Número do Registro de Preços: 27/2020 Data do Registro: 09/09/2020 Válido até: 09/09/2021

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro/carpinteiro e pintor, para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Braco do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	serviço pedreiro/carpinteiro: - Realizar trabalhos de alvenaria, concreto e outros materiais similares, guiando-se por desenhos, esquemas e especificações, utilizando processos e instrumentos pertinentes ao ofício, para construir, reformar ou reparar prédios e obras similares; - Assentar tijolos e outros materiais de construção, para edificar muros, paredes, chaminés e outras obras, assentar tipos de material refratário, para construir e fazer reparos; - Construir passeios nas ruas e meios fios; - Revestir as paredes, muros e fachadas dos edifícios com argamassa de cimento, gesso ou material similar; - Rebocar as estruturas construídas, atenuando para o prumo e o nivelamento das mesmas; - Fazer as construções de "boca de lobo", calhas com grades para captação de águas pluviais das ruas, com o auxílio do mestre de obras (quando houver); - Realizar trabalhos de manutenção corretiva de prédios: calçadas e estruturas semelhantes, reparando paredes e pisos, trocando telhas, aparelhos sanitários, marifetes, etc; - Providenciar e acompanhar serviços de construção e reparo em prédios da Administração e outros locais indicados pela Secretaria de Obras. (24535)	HORA	P & E CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI (10051)	M.O)		17,5938	1
2	servente de pedreiro/carpinteiro: - Executar tarefas manuais simples na construção civil para auxiliar na edificação e reforma de construção civil. - Efetuar a carga, descarga e transporte de materiais, servindo-se das próprias mãos ou utilizando carrinho de mão e/ou ferramentas manuais, possibilitando a utilização ou remoção daqueles materiais. - Escavar valas e fossas, abrir subos em pisos e paredes, extraíndo terras, rebocos, massas, permitindo a execução de fundações, o assentamento de canalizações ou tubulações para água ou rede elétrica, ou a execução de obras similares. - Misturar cimento, areia, água, brita e outros materiais, através de processos manuais ou mecânicos, obtendo concreto ou argamassa. - Preparar e transportar materiais, ferramentas, aparelhos ou qualquer peça, limpando-as e arrumando-as de acordo com instruções. - Auxiliar o oficial ou encarregado, em conjunto ou sozinho para levar a bom termo a execução de suas tarefas. - Zelar pela conservação dos locais onde estão sendo realizados os serviços. - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. (24536)		NOVA GSN ADMINISTRADORA DE SERVICOS EIRELI (10025)	serviço		17,4491	2
3			CARLOS KOERICH ENGENHARIA (9504)	Koerich		19,0154	3
4			VMT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA (10050)	VMT		21,9355	4
5			ALTO VALE CONSTRUÇOES LTDA (10027)	ALTO VALE		26,9788	5
1			HORA P & E CONSTRUÇOES E SERVICOS EIRELI (10051)	M.O		11,2062	1
2			NOVA GSN ADMINISTRADORA DE SERVICOS EIRELI (10025)	serviço		11,4509	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 27/2020**

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 27/2020		Data do Registro: 09/09/2020		Válido até: 09/09/2021			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro/carpinteiro e pintor, para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Braco do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

3	Pintor: - realizar serviços de pinturas em edificações de alvenarias e madeiras, telhados, estruturas de madeiras e metálicas; - Pintura de meios fios e postes ao longo dos logradouros limpos durante a capta e a varrição; (24537)	HORA	P & E CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI (10051)	M.O		14,3000	1
			CARLOS KOERICH ENGENHARIA (8504)	Koerich		11,8846	3
			VMIT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA (10050)	VMIT		13,5645	4
			ALTO VALE CONSTRUÇÕES LTDA (10027)	ALTO VALE		16,5112	5
			NOVA GSN ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS EIRELI (10025)	serviço		14,4000	2
			VMIT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA (10050)	VMIT		17,8000	3
			CARLOS KOERICH ENGENHARIA (8504)	Koerich		18,0000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 27/2020**

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 27/2020 Data do Registro: 09/09/2020 Válido até: 09/09/2021

Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro/carpinteiro e pintor, para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Braço do Trombudo/SC

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTO VALE CONSTRUÇÕES LTDA (10027)	ALTO VALE		23,8000	5

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 27/2020

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 27/2020		Data do Registro: 09/09/2020		Válido até: 09/09/2021			
Objeto da Compra: Registro de preço para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de pedreiro/carpinteiro, servente de pedreiro/carpinteiro e pintor, para realizar manutenções diversas e pequenas reformas em locais indicados pelo Município de Braço do Trombudo/SC							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descob. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2020  
PROCESSO Nº 46/2020

- (9504) - CARLOS KOERICH ENGENHARIA
- (10025) - NOVA GSN ADMINISTRADORA DE SERVICOS EIRELI
- (10027) - ALTO VALE CONSTRUCOES LTDA
- (10050) - VMT PRESTADORA DE SERVICOS LTDA
- (10051) - P & E CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI

Braço do Trombudo, 9 de Setembro de 2020.

# Brunópolis

## PREFEITURA

### PORTARIA 124/2020

Publicação N° 2638354

PORTARIA N° 124/2020

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

ADEMIL ANTONIO DA ROSA, prefeito do Município de Brunópolis, no uso de suas atribuições, nos termos das disposições da Lei Complementar nº 10/2003,

Considerando os fatos e as informações constantes do Processo Administrativo N° 082/2020

RESOLVE

Art. 1º - Conceder à comissão de processo disciplinar o prazo adicional de (trinta) dias para concluir o procedimento, prazo que poderá ser prorrogado mediante justificativa.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis (SC), 10 de setembro de 2020.

ADEMIL ANTONIO DA ROSA  
PREFEITO MUNICIPAL

# Brusque

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 8721-2020

Publicação Nº 2639562

DECRETO Nº 8721, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.  
"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR"

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, usando da competência que lhe confere o art. 22º da Lei nº 4.275 de 17/12/2019, a Lei nº 4.242 de 09/09/2019, o inc. IV do art. 82º da LOM, e a Lei Federal nº 4.320/1964.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e especial no Orçamento Fiscal, em vigência do Município, no valor de R\$ 1.322.998,93 (um milhão trezentos e vinte e dois mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e três centavos), para atender a programação abaixo especificada:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0452.0125.2038 Aquisição e Manutenção de Maquinas, Veículos e Equipamentos

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 55.000,00

15.00 Secretaria de Assist.socia e Habitação

15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação

0008.0243.0108.2231 Manutenção dos Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança

0.1.00.00 Recursos Ordinários

3.3.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos

VALOR R\$ 100,00

18.00 Controladoria-Geral do Município

18.001 Controladoria-Geral do Município

0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria-Geral do Município

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.240,17

19.00 Secretaria de Orçamento e Gestão

19.001 Secretaria de Orçamento e Gestão

0004.0122.0005.2013 Manutenção da Administração Geral

3.3.91.00 Aplicações Diretas Decorrentes de Operações Entre Órgãos

0.3.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.216.658,76

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque

40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque

0018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica

3.3.90.00 Aplicações Diretas

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de:

I – Anulação parcial da dotação do orçamento vigente, conforme abaixo especificada:

13.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

13.001 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

0015.0452.0125.2038 Aquisição e Manutenção de Maquinas, Veículos e Equipamentos

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 55.000,00

15.00 Secretaria de Assist.socia e Habitação

15.001 Secretaria de Assist. Social e Habitação

0008.0243.0108.2231 Manutenção dos Conselhos Tutelar e dos Direitos da Criança

4.4.90.00 Aplicações Diretas – Investimentos

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 100,00

18.00 Controladoria-Geral do Município

18.001 Controladoria-Geral do Município

0004.0122.0005.2004 Manutenção da Controladoria-Geral do Município

3.3.90.00 Outras Despesas Correntes – Despesas Correntes

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 1.240,17

40.00 Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque

40.001 Fundação Ecológica e Zoobotânico de Brusque

0018.0541.0160.2252 Manutenção da Fundação Ecológica e Zoobotânica

3.1.90.00 Aplicações Diretas

0.1.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 50.000,00

II - Superavit financeiro do exercício anterior, conforme disposto no § 1º, I do art. 43 da Lei nº. 4.320/64, apurado na fonte de recurso abaixo:

Conta Corrente	Banco/Conta	Vínculo/Fonte de Recursos	Disponibilidade em 31/12/2019
21.744-1	B.b. Comp. Finan. Export.	0.1.00.00 0.3.00.00	407,51 21.050,63
60.837-8	B.b. Pmb/Defesa Civil Reconstrução	0.1.00.00	11.332,82
16.902-1	Banco do Brasil Diversos	0.1.00.00	317.166,33
283.141-4	B.b. Desoneração ICMS	0.1.00.00	27,60
73.071-8	B.b. FPM	0.1.00.00 0.3.00.00	1.032.439,96 990.678,21
26.051-7	B.b. Previ	0.1.00.00 0.3.00.00	36,44 1.892,44
42.403-x	B.b. Sna/Simples Nacional	0.1.00.00	431.893,94
49.416-x	B.b Pmb/ICMS	0.1.00.00	3.263.606,19
49.329-5	B.b Pmb/IPVA	0.1.00.00	145.389,42
48627-2	B brasil – Pmb Multas	0.1.00.00	83.961,95
15972	B.b Pmb/IPI Exportação	0.1.00.00	3.701,67
48.812-7	B.b Pmb/IRRF Dep. Judiciais	0.1.00.00	116.587,58
170.002-6	Besc C/C	0.1.00.00	36.784,76
75.142-1	B.b. Conv. Rua P. Antônio Eising	0.1.00.00	1.156.006,66
78.456-7	B.B Prolongamento Beira Rio Margem Direita – Sta Terrezinha	0.1.00.00	45,90
79.815-0	B.B Prolongamento Beira Rio Margem Direita - Convênio	0.1.00.00	34.797,10
79.235-7	B.b Pmb/ISSQN (Cartões)	0.1.00.00 0.3.00.00	1.361,04 44.471,19
81169-6	B.b Plano de Mobilidade Urbana BRDE	0.1.00.00	113.225,83
143-0	Pmb – Fundo M. Procuradoria Geral	0.1.00.00	12.480,44
6223-1	Cef - PMB/FIA	0.1.00.00 0.3.00.00	4.000,00 80.744,84
4-2	Cef - C/C	0.1.00.00	4.960.456,02
65-4	Cef Tributos	0.1.00.00 0.3.00.00	6.974.410,48 722.873,21
153-7	Cef Rua 24hs	0.3.00.00	32.284,12
6-9	Cef Pmb - Previ	0.1.00.00	0,37
188-0	Cef Pmb Serv. Funeral	0.1.00.00 0.3.00.00	460,90 47.006,33
0124980-2	Cef Pmb – Conta Poupança	0.1.00.00 0.3.00.00	51.102,23 8.653,48
72-7	Cef – F. Turismo	0.1.00.00 0.3.00.00	12.331,26 24.408,32
246-0	Cef Pmb – Convênio Folha Pgto.	0.1.00.00	104.219,63
647.039-	Cef Pmb/Const. 3º Etapa Vila Germânica	0.1.00.00	31,66
253-3	Cef Pmb/Outorga Onerosa	0.1.00.00 0.3.00.00	350.759,38 81.370,11
71013-9	Cef – Pmb/Fundo Municipal do Idoso 71.013-9	0.1.00.00	5.017,11

153941-0	Bombeiros C.e.f Fumrebom Poupança 153.941-0	0.1.00.00	11.812,99
71016-3	C.e.f Pmb Nakopa Ams Bra 217 Fotovoltaica 71.016-3	0.1.00.00	2.225,40
71024-4	C.e.fPmb Honorários de Sucumbência 20% 71.024-	0.3.00.00	28.722,46
71026-0	C.e.f Pmb Brusque REMAD	0.1.00.00	711,50
647047-4	C.e.f Pmb Praça do Centro	0.1.00.00	4.598,88
71.038-4	C.e.f Fundo de Proteção a defesa civil	0.1.00.00	12,50
647048-2	C.e.f Pmb Construção Quadra de Esportes 647.048-2	0.1.00.00	1.218,00
34.140-2	Pmb Tributos	0.1.00.00	23,09
105.005-2	Pmb Tributos	0.1.00.00 0.3.00.00	1,32 4.728,76
29409-8	Pmb Tributos	0.1.00.00	9.918,28
TOTAL GERAL			21.343.448,24

Valores Comprometidos	Fonte de Recursos	Valor R\$
Empenhos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	1.983.183,55
DDO à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	49.749,54
Restos à Pagar	0.1.00.00/0.3.00.00	43.564,04
TOTAL	0.1.00.00/0.3.00.00	2.076.497,13

Saldo	Fonte de Recursos	Valor R\$
Superavit Financeiro	0.3.00.00	19.266.951,11
Utilizado pelo Decreto 8.528	0.3.00.00	5.000.000,00
Utilizado pelo Decreto 8.649	0.3.00.00	5.412,00
Utilizado pelo Decreto 8.672	0.3.00.00	5.700.000,00
Utilizado pelo Decreto 8.686	0.3.00.00	205.610,87
Utilizado pelo Decreto 8.692	0.3.00.00	149.029,84
Utilizado pelo Decreto 8.698	0.3.00.00	78.291,75
Utilizado pelo Decreto 8.701	0.3.00.00	4.000,00
Utilizado pelo Decreto 8.714	0.3.00.00	3.249.624,42
Saldo a Utilizar	0.3.00.00	4.874.982,23

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 10/09/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Setembro de 2020.

JONAS OSCAR PAEGLE Dr. EDSON RISTOW  
Prefeito Municipal Procurador Geral do Município

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretária de Orçamento e Gestão

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## EXTRATO CONTRATO Nº 057-2020 - SAMAE

Publicação Nº 2638934

### EXTRATO DO CONTRATO 057/2020

ESPÉCIE: Aquisição de reagentes e materiais para laboratório; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico; PROCESSO LICITATÓRIO: 044/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333903035000000.06000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 09/09/2020; VALOR: R\$ 500,00; FISCAL DO CONTRATO: Ricardo Bortolotto; CONTRATADA: Dinalab Comércio e Serviços Eireli; CNPJ: 32.578.926/0001-55; Diretor do SAMAE.

Brusque, 09 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### **EXTRATO CONTRATO N° 058-2020 -SAMAE**

Publicação N° 2638961

EXTRATO DO CONTRATO 058/2020

ESPÉCIE: Aquisição de reagentes e materiais para laboratório; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico; PROCESSO LICITATÓRIO: 044/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333903035000000.06000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 09/09/2020; VALOR: R\$ 1.600,00; FISCAL DO CONTRATO: Ricardo Bortolotto; CONTRATADA: LineControl Comércio, Importação e Exportação Ltda.; CNPJ: 04.196.357/0001-48; Diretor do SAMAE.

Brusque, 09 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### **EXTRATO CONTRATO N° 059-2020 -SAMAE**

Publicação N° 2639016

EXTRATO DO CONTRATO 059/2020

ESPÉCIE: Aquisição de reagentes e materiais para laboratório; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico; PROCESSO LICITATÓRIO: 044/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333903035000000.06000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 09/09/2020; VALOR: R\$ 6.665,00; FISCAL DO CONTRATO: Ricardo Bortolotto; CONTRATADA: Hexis Científica Ltda.; CNPJ: 53.276.010/0001-10; Diretor do SAMAE.

Brusque, 09 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

### **EXTRATO CONTRATO N° 060-2020 -SAMAE**

Publicação N° 2639030

EXTRATO DO CONTRATO 060/2020

ESPÉCIE: Aquisição de reagentes e materiais para laboratório; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico; PROCESSO LICITATÓRIO: 044/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333903035000000.06000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 09/09/2020; VALOR: R\$ 34.078,70; FISCAL DO CONTRATO: Ricardo Bortolotto; CONTRATADA: EMEC Comércio de Equipamentos Ltda. EPP; CNPJ: 08.609.254/0001-13; Diretor do SAMAE.

Brusque, 09 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 061-2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2639045

**EXTRATO DO CONTRATO 061/2020**

ESPÉCIE: Aquisição de reagentes e materiais para laboratório; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico; PROCESSO LICITATÓRIO: 044/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333903035000000.06000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 09/09/2020; VALOR: R\$ 55,50; FISCAL DO CONTRATO: Ricardo Bortolotto; CONTRATADA: Analítica Química Indústria e Comércio Ltda; CNPJ: 08.072.145/0001-00; Diretor do SAMAE.

Brusque, 09 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 062-2020 -SAMAE**

Publicação Nº 2639055

**EXTRATO DO CONTRATO 062/2020**

ESPÉCIE: Aquisição de reagentes e materiais para laboratório; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico; PROCESSO LICITATÓRIO: 044/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.333903035000000.06000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 09/09/2020; VALOR: R\$ 6.294,00; FISCAL DO CONTRATO: Ricardo Bortolotto; CONTRATADA: BLP Comércio de Produtos Laboratoriais Ltda. ME; CNPJ: 27.402.383/0001-80; Diretor do SAMAE.

Brusque, 09 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO CONTRATO Nº 063-2020 - SAMAE**

Publicação Nº 2639460

**EXTRATO DO CONTRATO 063/2020**

ESPÉCIE: Aquisição de equipamentos para laboratório; MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico; PROCESSO LICITATÓRIO: 047/2020; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2292.344905241000000.02000000; VIGÊNCIA: 60 dias; DATA DA ASSINATURA: 10/09/2020; VALOR: R\$ 5.100,00; FISCAL DO CONTRATO: Ricardo Bortolotto; CONTRATADA: RC Scientific Comércio de Instrumentos Analíticos Eireli; CNPJ: 27.263.741/0001-11; Diretor do SAMAE.

Brusque, 10 de setembro de 2020.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**PORTARIA Nº 2014-2020**

Publicação Nº 2639463

**Portaria nº 2014/2020**

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Convalidar as Férias ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias
358428	2	CARLA PROVESI ALVES	Secretaria de Saúde	08/09/2020	27/09/2020	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 08/09/2020, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Setembro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 2015-2020

Publicação Nº 2639464

Portaria nº 2015/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Férias ao(a) servidor(a) abaixo relacionado(a), nos termos do Decreto nº 8.571, de 01 de Abril de 2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública, emanadas dos Governos Federal e Estadual, voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do Coronavírus (COVID-19).

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias
4144481	1	GIOVANA FALCÃO SOCOLOSKI	Secretaria de Saúde	14/09/2020	23/09/2020	10
4242041	1	SHEILA DAS NEVES MARTINS	Secretaria de Saúde	14/09/2020	23/09/2020	10

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Setembro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI  
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

## PORTARIA Nº 2016-2020

Publicação Nº 2639465

Portaria nº 2016/2020

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º – Conceder Licença Prêmio ao(a) servidor(a) PEDRO DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Serviços Especiais, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 14/09/2020 a 13/10/2020, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2015.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 10 de Setembro de 2020.

EDENA BEATRIS CENSI  
Secretaria de Orçamento e Gestão  
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA  
Diretora de Recursos Humanos

# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO - CR13/2019 - PROCESSO LICITATÓRIO 30/2019 - CREDENCIAMENTO GASTROENTEROLOGIA - FMS - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

Publicação N° 2638700

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PARA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR DA PROFISSIONAL LEILA ANDERSON WESTPHALEN DE GODOY DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM GASTROENTEROLOGIA

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, as dezoito horas, na sala do Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Avenida Santa Catarina, n° 195, nesta cidade, reuniram-se os membros da Comissão Permanente nomeada pelo Decreto n° 7.375 de 10 de janeiro de 2018, em sessão reservada, para análise da documentação complementar da profissional LEILA ANDERSON WESTPHALEN DE GODOY do edital de credenciamento para prestação de serviços médicos especializados em Gastroenterologia. Conforme ata exarada pela Comissão Permanente de Licitações no dia 31 de agosto de 2020, informando que "exceto pela não apresentação da documentação referente aos itens 3.1.2.2, 3.1.2.3 e 3.1.2.7 [...]", assim, após a publicidade da ata de reunião da Comissão no DOM/SC – edição 3249 de 01/09/2020 e notificação da empresa, o credenciamento ficou aberto até a complementação dos documentos desta ou para o credenciamento de novas pessoas físicas ou jurídicas. Ademais, o presidente da Comissão Permanente de Licitações recebeu os documentos que estavam faltando para habilitação da profissional supramencionada no dia 03/09/2020, os quais foram analisados pela comissão e aceitos. Desta forma, considerando os documentos apresentados, a profissional foi habilitada. Nada mais havendo a tratar e digno de nota, lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão.

Caçador/SC, 04 de setembro de 2020.

Lucas Filipini Chaves  
Presidente

Andrieli Perego  
Membro

Ivolnéia Alves de Freitas  
Membro

Silvana Schmidt  
Membro

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO N° 116/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020

Publicação N° 2638571

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 116/2020 – PREGÃO PRESENCIAL – 19/2020-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL N° 19/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BALANCEAMENTO, CAMBAGEM, ALINHAMENTO DE RODAS, CONserto DE PNEUS, GEOMETRIA, MONTAGEM DE PNEUS, VULCANIZAÇÃO, PRESTAÇÃO DE SOCORRO E AQUISIÇÃO DE BICOS DE AR E CÂMERAS PARA PNEUS DESTINADOS AS DIVERSAS SECRETARIAS, AUTARQUIAS E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/09/2020 às 14hrs00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 23/09/2020 às 14h15min.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações.  
Caçador-SC, 10 de setembro de 2020.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 8.924**

Publicação Nº 2638699

DECRETO Nº 8.924, de 10 de setembro de 2020.

Designa servidor para exercer fiscalização de contrato administrativo.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Julio Cesar Moschetta para exercer a fiscalização do Contrato Administrativo nº 60/2020, vinculado ao Processo Licitatório nº 99/2020 – Chamamento Público nº 01/2020 – Dispensa nº 17/2020, que tem por objeto a locação de imóvel para funcionamento da Rodoviária Municipal e da Secretaria de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 10 de setembro de 2020.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

**DESPACHO DE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020 - FMS**

Publicação Nº 2639080

**DESPACHO DE REVOGAÇÃO**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 019/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PACIENTES QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO FORA DE DOMICILIO (TFD) PARA ATENDER A DEMANDA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR-SC.

O Secretário do Fundo Municipal de Caçador, no uso das suas atribuições e com fundamento no art. 49 da Lei nº 8.666/93, e CONSIDERANDO:

A justificativa apresentada pelo Fundo Municipal de Saúde, na qual foi solicitada a inserção da Secretária de Cultura, Esporte e Turismo no presente processo licitatório, assim se tornando a um processo de várias entidades da Prefeitura de Caçador-SC, desse modo, tornando necessária a revogação e reabertura de um novo processo licitatório destinado a várias Secretarias e Fundos da Prefeitura Municipal de Caçador-SC.

CONSIDERANDO a previsão do item 22.6 do Edital estabelecendo que "o Prefeito Municipal poderá revogar a Licitação em face de razões de interesse público, derivadas de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado"; e

CONSIDERANDO, por fim, que a licitação será revogada diante da existência de razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado acima.

RESOLVE, a bem do interesse público, REVOGAR o Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2020.

Publique-se. Intime-se.

Caçador/SC, 09 de setembro de 2020.

ADEMAR SCHMITZ

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

**EDITAL PROCON 2020**

Publicação Nº 2638613

PAD Nº 51/2019 Cip nº 42.006.001.19.0005000

Reclamante: ADILSON JOSÉ ROSA

Reclamada: LUADI COMÉRCIO ELETRÔNICO EIRELI

CNPJ Nº 23.796.817/0001-13

**NOTIFICAÇÃO POR EDITAL**

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, intima a empresa reclamada LUADI COMÉRCIO ELETRÔNICO EIRELI, em lugar incerto e não sabido, de que foi proferida decisão administrativa sancionatória nos autos do PAD nº 51/2019.

Fica intimada a empresa reclamada ou seu representante a fim de comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do teor da referida decisão do processo administrativo nº 51/2019, apresentar recurso, ou recolher a multa aplicada.

Transcorrido o referido prazo, sem apresentação de recurso, ou o recolhimento da multa imposta, o referido débito será lançado em dívida ativa, com posterior execução judicial.

Caçador (SC), 02 de setembro de 2020.

CRISTIANO ZANCHI  
Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON  
Município de Caçador (SC)

## EDITAL PROCON 2020

Publicação N° 2638614

PAD N° 52/2019 Cip n° 42.006.001.19.0002058  
Reclamante: SIMONE DAMIAN ANTONIO  
Reclamado: MDT INTERMEDIações DE NEGÓCIOS EIRELI  
CNPJ N° 26.887.082/0001-21

### NOTIFICAÇÃO POR EDITAL

A Diretoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON, através do seu Diretor Cristiano Zanchi, intima a empresa reclamada MDT INTERMEDIações DE NEGÓCIOS EIRELI, em lugar incerto e não sabido, de que foi proferida decisão administrativa sancionatória nos autos do PAD n° 52/2019.

Fica intimada a empresa reclamada ou seu representante a fim de comparecer neste órgão, no prazo de 10 (dez) dias, para tomar conhecimento do teor da referida decisão do processo administrativo nº 52/2019, apresentar recurso, ou recolher a multa aplicada.

Transcorrido o referido prazo, sem apresentação de recurso, ou o recolhimento da multa imposta, o referido débito será lançado em dívida ativa, com posterior execução judicial.

Caçador (SC), 04 de setembro de 2020.

CRISTIANO ZANCHI  
Diretor Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON  
Município de Caçador (SC)

## PORTARIA N° 33.193

Publicação N° 2639083

PORTARIA N° 33.193, de 09 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 6º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal e dá outras providências,

### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores o pagamento de gratificação de produtividade, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), em virtude de terem atingido os parâmetros de acompanhamento em sua microárea de atuação no mês de MAIO de 2020, especificando código, nome, cargo, local de atuação e mês do pagamento da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Mês/Ano de pagamento
14035	Andreia Schuler da Silva	Agente Comunitária de Saúde	UBS Morada do Sol	Junho/2020
11971	Evanice Bernardina Lara Amorim	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Junho/2020
11864	Ivone Ribeiro dos Santos Couto	Agente Comunitária de Saúde	UBS Morada do Sol	Junho/2020
11961	Maria Derli Braz Belli	Agente Comunitária de Saúde	UBS Morada do Sol	Junho/2020
13890	Neiva de Lurdes Pires	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Junho/2020

Art. 2º CONCEDER aos Servidores abaixo relacionadas o pagamento de gratificação de produtividade, no valor de 100,00 (cem reais), em virtude de terem atingido os parâmetros de acompanhamento em sua microárea de atuação no mês de FEVEREIRO de 2020, especificando código, nome, cargo, local de atuação e mês do pagamento da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Mês/Ano de pagamento
13980	Rosangela Aparecida Bueno	Agente Comunitária de Saúde	UBS Jonas Ramos	Junho/2020
12015	Sirlei Judite Sgarbi	Agente Comunitária de Saúde	UBS Jonas Ramos	Junho/2020
11871	Tatiana Moraes	Agente Comunitária de Saúde	UBS Jonas Ramos	Junho/2020

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 09 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA N° 33.194

Publicação N° 2639084

PORTARIA N° 33.194, de 09 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e, em conformidade com o art. 113, §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 32.481, de 19 de fevereiro de 2020, que concede 90 (noventa) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família à Servidora Janaina Cristina Salles da Silva, no período de 03 de fevereiro a 02 de maio 2020,

CONSIDERANDO a ausência de ato e a necessidade de regularizar a situação funcional da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a licença por motivo de doença em pessoa da família da Servidora JANAINA CRISTINA SALLES DA SILVA, matrícula 14666, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem e lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 04 de maio a 02 de julho de 2020.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 09 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

### PORTARIA N° 33.195

Publicação N° 2639087

PORTARIA N° 33.195, de 09 de julho de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde da Família – ESF, Agentes Comunitários de Saúde – EACS, Equipe Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, 120 (cento e vinte) dias de licença maternidade, especificando código, nome, cargo e período da licença:

Código	Nome	Cargo	Período
13585	Susileide Daniele Rodrigues Putti	Odontóloga - ESF	22/06/2020 a 19/10/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 09 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

## PORTARIA Nº 33.295

Publicação Nº 2638876

PORTARIA Nº 33.295, de 31 de julho de 2020.

OS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 11 do Decreto nº 8.630, de 18 de março de 2020, e ainda o art. 5º do Decreto nº 8.658, de 13 de abril de 2020,

CONSIDERANDO os laudos e atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º a 31 de julho de 2020,

### RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde e/ou afastamento do trabalho aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome do servidor, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

#### I – SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
17701	Daniel Perera	Técnico Processamento de Dados	15 dias	15/07/20 a 28/07/20
17786	Jeverson Alves Lisboa	Auxiliar de Serviços e Obras Especiais	9 dias	22/07/20 a 30/07/20
16470	Lucas Domingues dos Santos	Diretor de Compras	14 dias	19/07/20 a 01/08/20

#### II – SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
929	Damião Quintino de Souza	Auxiliar Serviços Gerais	14 dias	20/07/20 a 02/08/20
962	Valdir Antonio Teles de Oliveira	Operador de Máquinas	90 dias	16/07/20 a 13/10/20

#### III – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
16009	Divanete Eloisa Bachi	Educador Social	10 dias	01/07/20 a 10/07/20
14116	Taylor Jonatha Voelz	Psicólogo	14 dias	14/07/20 a 27/07/20
10097	Vinicius Marcelino Piccoli	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	7 dias	28/07/20 a 03/08/20

#### IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
15633	Agnaldo Pelegrini de Souza	Professor Educação Física	14 dias	08/07/20 a 21/07/20
16186	Ana Paula Pereima	Professor Educação Física	14 dias	14/07/20 a 27/07/20

#### V – SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
16193	Angelica Aparecida Zaluski	Assistente Administrativo	9 dias	22/07/20 a 30/07/20
11217	Edineia Aparecida da Silva Batista	Auxiliar de Enfermagem	8 dias	06/07/20 a 13/07/20
16443	Eduardo Castilho Casagrande	Médico	5 dias	22/07/20 a 26/07/20
12762	Eliane Aparecida dos Santos Correa	Agente Comunitário de Saúde	14 dias	27/07/20 a 09/08/20
14032	Elisa Teresinha de Oliveira Paz	Agente Comunitário de Saúde	10 dias	22/07/20 a 31/07/20
4256	Flavia Maffessoni	Odontólogo	10 dias	14/07/20 a 23/07/20
16454	Gislaine Gaio	Enfermeiro	7 dias	02/07/20 a 08/07/20
16219	Josiane Loss	Psicólogo	7 dias	01/07/20 a 07/07/20
11812	Marcia de Oliveira Guedes	Auxiliar de Enfermagem	14 dias	20/07/20 a 02/08/20

11961	Maria Derli Braz Belli	Agente Comunitário de Saúde	14 dias	21/07/20 a 03/08/20
12056	Matheus Moro	Médico	6 dias	02/07/20 a 07/07/20
10764	Sandra Aparecida Correa	Enfermeiro	14 dias	24/07/20 a 06/08/20
11869	Sandra de Fatima Ribeiro	Agente Comunitário de Saúde	14 dias	24/07/20 a 06/08/20
10541	Sara Nadiesa Velasques	Auxiliar em Saúde Bucal	10 dias	03/07/20 a 12/07/20
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	Agente Comunitário de Saúde	7 dias	17/07/20 a 23/07/20
13869	Stella Maris Oliveira Kaulfuss	Odontólogo	14 dias	30/07/20 a 12/08/20

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete dos Secretários Municipais de Caçador, em 31 de julho de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

Christiane Driessen – SECRETÁRIA DE AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO RURAL E MEIO AMBIENTE.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO.

Graziela Wagner da Costa Bender – SECRETÁRIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

## PORTARIA Nº 33.461

Publicação Nº 2638883

PORTARIA Nº 33.461, de 03 de setembro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 120 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor EDEVAN PEREGO, matrícula 15636, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Física, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, 02 (dois) anos de licença sem remuneração para tratar de assuntos particulares.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de agosto de 2020 a 28 de agosto de 2022.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 03 de setembro de  
2020.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA,  
ESPORTE E TURISMO.

**PORTARIA Nº 33.469**

Publicação Nº 2639095

PORTARIA Nº 33.469, de 03 de setembro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, a ser pago a contar do mês de AGOSTO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
3852	Marcia de Araujo Mattia	Recepcionista	Nível 8

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 03 de setembro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 33.470**

Publicação Nº 2639097

PORTARIA Nº 33.470, 03 de setembro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR a Portaria nº 33.338, de 13 de agosto de 2020, no que se refere ao período de gozo de férias da Servidora Adiles Aparecida Zago Correa, passando a vigorar da seguinte forma:

Onde se lê:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	02/04/2018 a 01/04/2019	03/08/2020 a 17/08/2020
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	02/04/2019 a 01/04/2020	18/08/2020 a 01/09/2020

Leia-se:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	02/04/2018 a 01/04/2019	03/08/2020 a 17/08/2020
15559	Adiles Aparecida Zago Correa	02/04/2019 a 01/04/2020	18/08/2020 a 26/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 03 de setembro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 33.475**

Publicação Nº 2639099

PORTARIA Nº 33.475, 08 de setembro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional aos Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
3745	Erenilda Americano	01/03/2018 a 28/02/2019	31/08/2020 a 19/09/2020
10224	Simone do Nascimento Cardoso	01/07/2018 a 30/06/2019	17/08/2020 a 31/08/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 08 de setembro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**PORTARIA Nº 33.476**

Publicação Nº 2639101

PORTARIA Nº 33.476, de 08 de setembro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 6º da Lei Complementar nº 222, de 17/08/2011, que dispõe sobre a criação de empregos públicos para execução dos Programas Estratégia Saúde a Família (ESF), Agentes Comunitários de Saúde (EACS), Programa Equipe de Saúde Bucal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER aos Servidores o pagamento de gratificação de produtividade, no valor de R\$ 100,00 (cem reais), em virtude de terem atingido os parâmetros de acompanhamento em sua microárea de atuação no mês de JULHO de 2020, especificando código, nome, cargo, local de atuação e mês do pagamento da gratificação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Atuação	Mês/Ano de pagamento
14035	Andreia Schuler da Silva	Agente Comunitária de Saúde	UBS Morada do Sol	Agosto/2020
12037	Angela Cristine Beckert	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Agosto/2020
11971	Evanice Bernardina Lara Amorim	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Agosto/2020
11864	Ivone Ribeiro dos Santos Couto	Agente Comunitária de Saúde	UBS Morada do Sol	Agosto/2020
11961	Maria Derli Braz Belli	Agente Comunitária de Saúde	UBS Morada do Sol	Agosto/2020
13890	Neiva de Lurdes Pires	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Agosto/2020
11968	Silvana Aparecida Santana de Moraes	Agente Comunitária de Saúde	UBS Nossa Senhora Salete	Agosto/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Saúde de Caçador, em 08 de setembro de 2020.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638602

DECRETO LEGISLATIVO Nº 302, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Estabelece medidas de caráter temporário para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito do Poder Legislativo de Caçador - SC.

CONSIDERANDO a Portaria da Secretaria Estadual de Saúde nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento à COVID-19 de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 8.898, de 28 de agosto de 2020, do Prefeito Municipal de Caçador, que dispõe sobre as medidas de combate à COVID-19 no âmbito do Município de Caçador;

CONSIDERANDO, a responsabilidade da Câmara Municipal de fiscalizar e resguardar a saúde de toda a população que acessa os inúmeros serviços e eventos disponibilizados no Município.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos arts. 61 da Lei Orgânica do Município e 123 do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária realizada no dia 9 de setembro de 2020, aprovou e ele promulga o seguinte,

**DECRETO LEGISLATIVO:**

Art. 1º Ficam estabelecidas medidas para a mitigação dos riscos decorrentes da doença causada pelo Novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito da Câmara Municipal de Caçador - SC.

Parágrafo único. As medidas de que trata o presente Decreto Legislativo têm caráter temporário, com vigência até disposição em contrário.

Art. 2º Fixa a data de 10 de setembro de 2020, para que sejam gradualmente retomados os serviços públicos.

Art. 3º Neste período, terão acesso às dependências da Câmara Municipal de Caçador:

I - Vereadores;

II - servidores ativos do quadro de pessoal da Câmara Municipal;

III - terceirizados que prestem serviços à Câmara Municipal;

IV - público em geral, restrito às demandas que não puderem ser resolvidas de outros meios não-presenciais (telefone ou outro meio eletrônico), podendo ainda, ser disponibilizado mecanismo de agendamento aos cidadãos.

Art. 4º O acesso às dependências da Câmara Municipal fica condicionado às seguintes providências:

I - higienização das mãos e/ou uso do álcool gel 70%;

II - uso de máscara durante todo o período de permanência na Câmara Municipal;

III - manter a distância mínima entre as pessoas de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros).

Art. 5º A cessão de uso das dependências da Câmara Municipal nos termos do Decreto Legislativo nº 60, de 20 de março de 2007, estará restrita a 30% (trinta por cento) de sua capacidade e ao atendimento das condições estabelecidas no art. 4º, podendo ser proibida quando houver deliberação dos órgãos competentes que enseje maior rigor das medidas de distanciamento social.

Art. 6º Ficam temporariamente suspensos:

I - trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito e procedimentos internos em trâmite;

II - as atividades de capacitação, de treinamento ou de eventos;

III - a participação de agentes públicos em eventos ou em viagens.

Parágrafo único. As sessões ordinárias e extraordinárias presenciais, poderão ser realizadas virtualmente por meio do Sistema de Deliberação Remota - SDR, nos termos do art. 152, § 8º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caçador, quando houver manifestação dos órgãos competentes em relação ao enquadramento de nível de risco mais grave da pandemia, mediante deliberação do Plenário.

Art. 7º Os Servidores Públicos incluídos no chamado grupo de risco do COVID-19 deverão permanecer afastados das atividades laborativas

presenciais.

§1º Os Servidores integrantes do grupo de risco, compreendem aqueles que se enquadram nas seguintes situações:

I - que apresentam doenças respiratórias crônicas, cardiopatias, diabetes, hipertensão ou outras afecções que deprimem o sistema imunológico;

II - com 60 anos ou mais;

III - gestantes;

IV - que coabitam com idosos que apresentam doenças crônicas; e

V - que convivam com:

a) pessoas acometidas pela COVID-19; ou

b) pessoas que estejam em quarentena por terem sido consideradas suspeitas de estarem acometidas pela COVID-19.

§ 2º Os Servidores Públicos afastados das atividades em decorrência das disposições estabelecidas neste Decreto Legislativo, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas:

I - concessão de férias coletivas ou individuais de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, mantidas as atuais circunstâncias, aos servidores efetivos e comissionados com direito à fruição;

II - concessão de licença prêmio de 30 (trinta) dias, aos servidores efetivos com direito à fruição do benefício, sem prejuízo da remuneração mensal, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

III - concessão de férias antecipadas de 15 (quinze) dias, aos servidores efetivos e comissionados com período aquisitivo incompleto, a contar da data do respectivo ato administrativo de concessão;

IV - gozo de banco de horas.

Art. 8º Os Servidores Públicos que comprovadamente pertençam ao grupo de risco do COVID-19, cujas atividades sejam passíveis de execução fora do ambiente de trabalho, ficam submetidos ao regime de trabalho remoto (teletrabalho).

§ 1º O servidor submetido à modalidade de teletrabalho deverá observar a carga horária e a jornada do seu respectivo cargo, sem prejuízo da apresentação de relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas.

§ 2º No caso de impossibilidade do exercício de atividades laborais em trabalho remoto e esgotadas as possibilidades de afastamento nos termos do § 2º do art. 4º, os servidores integrantes do grupo de risco terão suas faltas abonadas nos termos do art. 3º, § 3º da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.

Art. 9º Não será exigido o comparecimento pessoal para a entrega de atestado médico daqueles que forem diagnosticados como caso suspeito ou confirmado de contaminação pelo COVID-19 (codificação CID J10, J11 ou B34.2).

§ 1º Nas hipóteses do caput deste artigo, o agente público será avaliado de forma documental, cabendo apenas o encaminhamento da documentação médica por meio digital ao setor de recursos humanos.

§ 2º No caso de indisponibilidade do encaminhamento dos documentos periciais por meio digital pelo agente público ou terceiros, a avaliação pericial será efetuada somente após a alta médica concedida pelo médico assistente, dispensada, neste caso, a necessidade de avaliação pericial dentro do prazo regulamentar previsto.

§ 3º O agente público que não apresentar sintomas ao término do período de afastamento deverá retornar às suas atividades profissionais normalmente, devendo procurar nova avaliação médica apenas se os sintomas persistirem.

Art. 10. O gestor dos contratos de prestação de serviço deve notificar as empresas contratadas quanto à responsabilidade destas em adotar todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários quanto aos riscos do COVID-19 e quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sintomas de febre ou sintomas respiratórios.

Art. 11. As medidas previstas neste Decreto Legislativo serão revistas sempre que necessário, caso haja regressão ou evolução da situação de Saúde Pública.

Art. 12. Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 13. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2020.

Art. 14. Fica revogado o Decreto Legislativo nº 299, de 5 de maio de 2020.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2020.

Itacir João Fiorese,  
Presidente.

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****10ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Publicação Nº 2639115

**10ª ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às 16 horas, reuniram-se na sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, sito a Rua General Osório, nº 52, Centro, Caçador/SC, os membros do Comitê de Investimentos do IPASC, Sra. Dila Marchi Gonçalves Bridi, Sra. Fernanda Fiorelli e o Sr. Gilmar Martins, juntamente com o Gestor de Recursos e Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC, Sr. Fábio Deniz Casagrande, para deliberarem sobre a seguinte pauta: Apresentação do Fundo Icatu Vanguarda Long Biased FIM pelo Sr. João Martinussi da Grid Investimentos, atualização do cenário econômico do corrente ano, análise do relatório de gestão dos investimentos, análise e deliberação sobre novos investimentos e alteração dos investimentos conforme relatório do estudo de ALM apresentado ao Comitê e aprovação do mesmo. Dando início aos trabalhos, o Gestor de Recursos e Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC, cumprimentou os presentes e falou sobre a pauta do dia. Em seguida passou a discorrer sobre o cenário econômico, apresentou as perspectivas dos principais indicadores financeiros e em vista da atual situação do mercado no mês de julho, indicando ser necessário fazer alterações na carteira. 1- Cenário Econômico: Em julho, o mercado de títulos públicos e o de títulos corporativos, representados pelo IMA e pelo IDA, vivenciaram o seu melhor mês em 2020. O IMA-Geral registrou retorno mensal de 1,74% e acumula variação de 3,64% em 2020. Já o IDA-Geral apresentou ganho de 2% em julho e no ano registra 1,25%. Apesar de permanecerem as incertezas nos fronts político e econômico, o otimismo do mercado com em relação ao sucesso dos primeiros testes da vacina contra a covid-19, a recente melhora no cenário doméstico, refletida nas revisões de menores quedas do PIB, e o novo pacote de estímulo econômico na zona do euro impulsionaram a valorização nos preços dos ativos, principalmente naqueles de longo prazo. No lado dos títulos públicos, o destaque ficou com o índice de maior duration e que reflete a percepção de risco no longo prazo, o IMA-B5+, o qual registrou ganho de 7,32% no mês – o melhor resultado desde o final das eleições presidenciais de 2018. O IRF-M1+, que também reflete a percepção de risco no médio e longo prazo, vem em seguida, com ganho mensal de 1,47% e de 7,59% no ano. O IFR-M1 e IMA-B5 apresentaram resultado em linha com o mês anterior, e rentabilizaram 0,24% e 0,99%, no mês, acumulando 2,84% e 4,19%, em 2020, nesta ordem. 2 - Quanto aos riscos da carteira de investimentos do IPASC, estão com a volatilidade baixa, (risco de mercado) e em relação ao risco de crédito na medida em que há uma concentração dos recursos investidos em fundos com carteiras formadas exclusivamente por títulos públicos federais. Também podemos afirmar que este fator de risco foi bem gerenciado. A meta até o momento está controlada com uma boa perspectiva. 3 - Enquadramento da Carteira: Todas as aplicações do Instituto estão em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução CMN 3.922/2010 e na Política anual de investimentos. Em algumas posições, apesar de alguns objetivos não terem sido alcançados (estratégias alvo), fica demonstrado o cumprimento da legislação em vigor, bem como da própria política de investimentos definida para o ano de 2020. Em seguida, o Gestor de Recursos também apresentou as informações contidas no relatório de gestão do mês de julho, data base 31/07/2020, onde se verificou a rentabilidade de R\$ 4.354.440,74 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos) e o retorno da carteira, cujo patrimônio do IPASC atingiu o valor de R\$ 121.037.309,54 (cento e vinte e um milhões, trinta e sete mil, trezentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos), com o atingimento da meta atuarial de (3,71%). Acerca das movimentações proposta pelo Gestor de Recursos, ficou da seguinte forma: Resgate no valor de R\$2.696.418,95 (dois milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quatrocentos e dezoito reais e noventa e cinco centavos), do FUNDO BB PREVIDENCIÁRIO RF FLUXO FIC FI (CNPJ nº 13.077.415/0001-05) e aplicação junto ao FUNDO CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA RF (CNPJ nº 23.215.097/0001-55). Por sugestão dos membros do comitê, será solicitado ao Sr. Ronaldo da Consultoria Mais Valia uma reunião com a participação dos membros deste Comitê para tratar sobre o estudo do ALM. Quanto ao Fundo apresentado pela Grid Investimentos o Comitê aguardará o parecer da Consultoria. Também foi aprovado o estudo de ALM apresentado ao Comitê. Em seguida foi elaborado o parecer do Comitê de Investimentos para ser encaminhado ao Conselho Administrativo com as devidas informações. Nada mais havendo a se tratar, eu Fábio Deniz Casagrande, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, foi assinada por mim e pelos demais presentes.

FÁBIO DENIZ CASAGRANDE Diretor Presidente do IPASC (CPA 10)	DIALA M. G. BRIDI Membro Servidor IPASC (CPA 10)
GILMAR MARTINS Membro do Conselho Fiscal IPASC (CPA 10)	FERNANDA FIORELLI Membro do Conselho Administrativo IPASC (CPA 10)

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Publicação Nº 2639121

**ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO**

Data: 03-09-2020

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos do dia três de setembro de dois mil e vinte, reuniu-se o Conselho Administrativo do IPASC, por meio de web conferência, devido às medidas de enfrentamento ao COVID 19, com a participação dos seguintes membros: Eliete Catarina D'Agostini, Fernanda Fiorelli, Gianni Lúcio Parizotto, Ilvita Maria Faoro Baron, Lucimar Aparecida Appi, Odila Damacena Ferlin, Simone Foscarini. Havendo quorum, a Presidente do Conselho, Eliete Catarina D'Agostini, iniciou os trabalhos, com o seguinte expediente e ordem do dia:

1. Leitura, discussão e aprovação da alteração na Política Anual de Investimentos 2020: a alteração na Política Anual de Investimentos 2020 foi aprovada por unanimidade.

2. Deliberações: 2.1: solicitar à Diretoria Executiva que convide o Sr. Ronaldo Borges, da empresa Mais Valia, para explanar através de vídeo conferência, sobre o cenário econômico atual juntamente com a posição da Carteira de Investimentos do IPASC.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, que originou a presente ata, que, após lida foi aprovada e vai assinada pelos presentes.

Eliete Catarina D'Agostini  
Fernanda Fiorelli  
Gianni Lúcio Parizotto  
Ilvaita Maria Faoro Baron  
Lucimar Aparecida Appi  
Odila Damacena Ferlin  
Simone Foscarini

## ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 2639119

### ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

Data: 27-08-2020

Às dezesseis horas do dia vinte e sete de agosto de dois mil e vinte, reuniu-se o Conselho Administrativo do IPASC, por meio de web conferência, devido às medidas de enfrentamento ao COVID 19, com a participação dos seguintes membros: Eliete Catarina D'Agostini, Fernanda Fiorelli, Gianni Lúcio Parizotto, Ilvaita Maria Faoro Baron, Lucimar Aparecida Appi, Odete Maria Rosseto Xavier Correa, Odila Damacena Ferlin, Simone Foscarini. Havendo quorum, a Presidente do Conselho, Eliete Catarina D'Agostini, iniciou os trabalhos, com o seguinte expediente e ordem do dia:

1. Apresentação do ALM (Asset Liability Management) com o Sr. Ronaldo Oliveira da Empresa LDB Consultoria: o Sr. Ronaldo Oliveira explicou sobre o estudo realizado de ALM, cujo principal objetivo é apresentar o ajuste fino na gestão da carteira de investimentos do IPASC.

2. Apresentação do Relatório Atuarial 2020 pelo Sr. Guilherme Walter: o Relatório Atuarial 2020 foi aprovado por unanimidade.

Após as apresentações acima citadas, que se estenderam até às dezoito horas e devido ao horário extrapolado, a Presidente do Conselho, Eliete Catarina D'Agostini, suspendeu a reunião, marcando a continuidade da mesma para às quinze horas do dia três de setembro de dois mil e vinte, todos de acordo a reunião foi encerrada.

Às quinze horas do dia três de setembro de dois mil e vinte reuniu-se o Conselho Administrativo do IPASC, por meio de web conferência, com a participação dos seguintes membros: Eliete Catarina D'Agostini, Fernanda Fiorelli, Gianni Lúcio Parizotto, Ilvaita Maria Faoro Baron, Lucimar Aparecida Appi, Odila Damacena Ferlin, Simone Foscarini. Havendo quorum, a Presidente do Conselho, Eliete Catarina D'Agostini, iniciou os trabalhos, com o seguinte expediente e ordem do dia:

3. Resumo da ata da reunião anterior, encaminhamentos feitos e correspondências recebidas: referente às Deliberações da Ata nº 05/2020, item 5.2: foi encaminhado Ofício nº 21/2020/CA à Presidente do IPASC, solicitando Estudo do Equilíbrio Financeiro referente ao pedido de Parcelamento feita através do Ofício nº 183/2020 da Prefeitura de Caçador. Correspondências recebidas: Ofício IPASC nº 80/2020, de 27/07/2020, que comunica a suspensão dos atendimentos presenciais junto à sede, por 14 dias, em razão do aumento expressivo de novos casos confirmados de COVID-19. Passando a realizar atendimento remoto, via eletrônica ou por telefone, nos termos da Portaria Interna nº 03, de 04/05/2020.

4. Investimentos do IPASC mês de junho de 2020: De acordo com o Relatório Mensal de Investimentos, verificou-se que o Patrimônio do Instituto apresentou uma evolução de 3,20% em comparação ao mês de maio, o que demonstra um acréscimo no montante de R\$ 3.617.300,83 (três milhões, seiscentos e dezessete mil, trezentos reais e oitenta e três centavos). O patrimônio do IPASC atingiu o valor de R\$ 116.647.272,91 (cento e dezesseis milhões, seiscentos e quarenta e sete mil, duzentos e setenta e dois reais e noventa e um centavos). Observou-se que a meta até o momento está controlada com uma boa perspectiva. Todas as aplicações do Instituto estão em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução CMN 3.922/2010 e na Política anual de investimentos. Conforme o Parecer e Deliberações do Comitê "A situação ao término do 1º semestre de 2020 evidencia que há um pequeno desenquadramento passivo das posições junto ao Art. 8IIa, face a valorização do Ibovespa no trimestre. Nas demais posições, apesar de alguns objetivos não terem sido alcançados (estratégias alvo), fica demonstrado o cumprimento da legislação em vigor, bem como da própria política de investimentos definida para o ano de 2020." O Relatório Mensal de Investimentos faz parte da Presente Ata.

5. Investimentos do IPASC mês de julho de 2020: De acordo com o Relatório Mensal de Investimentos, verificou-se que o Patrimônio do Instituto apresentou uma evolução de 3,71% em comparação ao mês de junho, o que demonstra um acréscimo no montante de R\$ 4.354.440,74 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais e setenta e quatro centavos). O patrimônio do IPASC atingiu o valor de R\$ 121.037.309,54 (cento e vinte e um milhões, trinta e sete mil, trezentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos). Observou-se que a meta até o momento está controlada com uma boa perspectiva. Todas as aplicações do Instituto estão em conformidade com os critérios estabelecidos na Resolução CMN 3.922/2010 e na Política anual de investimentos. Conforme o Parecer e Deliberações do Comitê "A situação ao término do mês de julho de 2020 evidencia que, apesar os fundos que investem em ativos indexados à inflação obtiveram desempenho positivo e acima do indicador, isso porque, as taxas reais têm acompanhado a queda da Selic, além de se apropriarem do aumento da inflação implícita nos ativos. Neste mês acrescenta a aplicação no exterior implementando assim uma boa gestão no tocante a diversificação, tanto de gestores como de índices de referência dos investimentos realizados." O Conselheiro Gianni solicitou explanação sobre o cenário econômico, para complementar o relatório, conforme consta nos relatórios anteriores. A Conselheira Fernanda que também faz parte do Comitê de Investimentos se propôs a fazer a solicitação diretamente ao Sr. Fabio Casagrande, Diretor Administrativo e Financeiro. O Relatório Mensal de Investimentos faz parte da Presente Ata.

6. Informações do Comitê de Investimentos e resumo de débitos pendentes: foi informado que a Prefeitura não efetuou o desconto da alíquota do IPASC, referente ao pagamento do terço constitucional das férias dos servidores, havendo necessidade de gerar uma folha complementar.

7. Deliberações: 7.1: solicitar ao Comitê de Investimentos que inclua no Relatório Investimentos, informações referentes à taxa de administração cobradas pelos Fundos de Investimentos. 7.2: solicitar à Diretoria Executiva que comunique ao Conselho, assim que a Prefeitura faça o repasse referente ao item 6.

Nada mais a tratar, foi encerrada a reunião, que originou a presente ata, que, após lida foi aprovada e vai assinada pelos presentes.

Eliete Catarina D'Agostini  
Fernanda Fiorelli  
Gianni Lúcio Parizotto  
Ilvaita Maria Faoro Baron  
Lucimar Aparecida Appi  
Odila Damacena Ferlin  
Simone Foscarini

**Caibi****PREFEITURA****191/2020**

Publicação Nº 2638251

DECRETO Nº. 191/2020 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2578/2019, de 23 de dezembro de 2019, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 81.345,31 (oitenta e um mil trezentos e quarenta e cinco reais e trinta e um centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2020, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

**QUADRO I****ÓRGÃO 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE****UNIDADE 03 DEPARTAMENTO DE ESPORTE****278120023.1.036 – ILUMINAÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL****4.4.90 – Investimentos – Aplicações Diretas****(1173) – Fonte: 3050 Superávit Cessão Onerosa ..... R\$ 81.345,31**

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2019 da fonte de recursos 3050 Superávit Cessão Onerosa no valor de R\$ 81.345,31.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 10 de setembro de 2020.

**ELÓI JOSÉ LÍBANO**

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

**EDUARDO GASPARIN**

Diretor de Administração e Planejamento

**ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO Nº 035/2020**

Publicação Nº 2638777

**ATO CONVOCATÓRIO****PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO**

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeada pelo Decreto nº 115/2020 de 14 de Julho de 2020 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 23/09/2020 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório Nº 065/2020, do tipo Menor Preço –Por Item na modalidade Pregão Presencial RP Nº 035/2020 que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CAIBI - SC, onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi –SC, 10 de Setembro de 2020.

**DANDARA JEANE GALLON**

Pregoeira

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N° 035/2020**

Publicação N° 2638773

**MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO**

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório N° 065/2020 na modalidade Pregão Presencial N° 035/2020, para AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO NOVO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE CAIBI - SC do tipo Menor Preço – Por Item, cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 23 de Setembro de 2020 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Licitações, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 10 de Setembro de 2020. ELÓI JOSÉ LIBANO – Prefeito Municipal.

**PORTARIA 403/20**

Publicação N° 2639502

**PORTARIA N.º 403/20**

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ao Servidor Municipal JONATAN BORGES , matrícula nº 8793-9, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS , enquadrado junto ao Departamento Municipal de Obras e Serviços urbanos , com carga horária de 40 horas semanais, com período aquisitivo de 07/04/2020 À 06/04/2021, pelo período de 15 dias com início em 03/09/2020 À 17/09/2020, conforme lhe confere o direito .

O Servidor receberá 1/3 constitucional .

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se

Gabinete do prefeito, 03 de setembro de 2020.

Eloi José Líbano  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Eduardo Gasparin  
Resp. pelo Depto de Administração

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2020 - PMC

Publicação N° 2638418

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 040/2020 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 084/2020 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINA RETROESCAVADEIRA E MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS, BEM COMO AS ATIVIDADES OPERACIONAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses da data de homologação do processo.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 10/09/2020  
1ª Publicação.

### CHAMAMENTO 007/2020 - FMS

Publicação N° 2638561

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 137/2020 - FMS

INEXIGENCIA LICITATORIA 013/2020 - FMS

CHAMAMENTO PÚBLICO N°. 007/2020 - FMS

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS OU PESSOA FÍSICA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICOS E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA A REDE PÚBLICA DE SAÚDE NO PERÍODO DE DOZE MESES CONSTANTES NOS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei nº. 8.666/1993 e as respectivas alterações.

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:00 horas do dia 11 (Onze) de Setembro de 2020 até as 18:00 horas do dia 28 (vinte e oito) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 10 de Setembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

### DECRETO N.º 3.759/2020

Publicação N° 2639537

DECRETO N.º 3.759/2020

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO MUNICIPAL 3.479 DE 12 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam alteradas as alínea "a" e "b" do inciso I do §1º do artigo 1º do Decreto Municipal 3.479/2019, que passam a vigorar com seguinte redação:

"Art. 1º (...)

I - (...)

a) titular: Josi Maria Neidert;

b) Suplente: Ilene Aparecida Klaus."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de setembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal  
Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações

**DECRETO N.º 3.760/2020**

Publicação N° 2639538

DECRETO N.º 3.760/2020

Altera o Decreto Municipal n.º 3.262, de 29 de agosto de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "a" do inciso I do artigo 1º do Decreto Municipal n.º 3.262/2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Art. 1º (...)

I -(...)

a) titular: Marcela Vidal Eleuterio;"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de setembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações

**DECRETO N.º 3.762/2020**

Publicação N° 2639541

DECRETO N.º 3.762/2020

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 3.704, DE 14 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o parágrafo único do artigo 9º do Decreto Municipal 3.704/2020.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 09 de setembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
www.diariomunicipal.sc.gov.br e  
Registrado no Livro de Publicações

**DECRETO N.º 3.763/2020**

Publicação N° 2639542

DECRETO N.º 3.763/2020

Institui e nomeia membros para compor o Comitê Municipal de Gerenciamento da pandemia da Covid-19 para elaboração do Plano de Contingência da Educação Municipal e dá outras providências .

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII do artigo 79 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 509, 515, de 17 de março de 2020, 562 de 17 de abril e os Decretos Municipais nº 3.645 de 23 de

março de 2020 e 3.704 de 14 de julho de 2020 , referente às medidas adotadas para contenção da proliferação da Pandemia da COVID-19, CONSIDERANDO a necessidade de atendimento às crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Camboriú; CONSIDERANDO as Diretrizes Sanitárias e o Plano de Contingência para Retorno as Aulas elaborado pelo Governo do Estado de Santa Catarina, que possibilita a retomada gradual dos trabalhos presenciais dos profissionais da Rede Municipal de Educação de Camboriú; DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da COVID-19 para elaboração do Plano de Contingência da Educação no âmbito do Município de Camboriú, formado pelos seguintes membros:

I - Representante da Secretaria Municipal de Educação que presidirá o Comitê:

a) Paula Antônia Ferreira de Souza.

II - Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

a) Josiane Farias Silva.

III- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social:

a) Fernanda Amandio.

IV- Representante da Secretaria Municipal de Administração:

a) Paula Picolli Merico.

V - Representante dos Trabalhadores da Educação:

a) Clair de Fátima Faustino.

VI - Representante dos Estudantes da Educação Básica:

a) Andréia Fernanda Rocha da Silva.

VII- Representante da CME/Diretora dos Anos Finais:

a) Iara Canto Garzon.

VIII - Representante das Comissões Escolares APP's:

a) Josiane Fidelis.

IX - Representante das Escolas Estaduais:

a) Maria Alice Pereira.

X- Representante do CAE:

a) Antônio Mesquita Leite.

XI - Representante do FUNDEB:

a) Elias Muller.

XII- Representante do setor de Transporte Escolar:

a) Geovani Simmerman.

XIII - Representante do Conselho Tutelar:

a) Diego Raphael Rocha Pereira.

XIV- Representante do Departamento de Nutrição da Secretaria Municipal de Educação:

a) Lísia Carla Toniazzo.

XV - Representante do Departamento de Engenharia da Secretaria Municipal de Educação:

a) Gisele Rebelo Medeiros.

XVI - Representante do Departamento Jurídico da Secretaria Municipal de Educação:

a) Tathiana Ruivo Foresti.

XVII - Representante do Departamento de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação:

a) Lilian Aparecida Rosa Oliveira.

XVIII - Representante do Departamento de Anos Iniciais da Secretaria Municipal de Educação:

a) Greyce Honório Correa.

XIX - Representante do Departamento de Educação Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação:

a) Mônica Teresa Zimmerman Bitencourt.

XX - Representante da Associação de Pais e Amigos dos Autistas- AMA Camboriú:

a) Gisele Czarnieski.

XXI- Representante da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE Camboriú:

a) Lisete M. S. Garcia.

XXII - Representante do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:

a) Alexandre Cordeiro.

XXIII - Representante das Escolas Particulares do Município de Camboriú:

a) Maria Aparecida Ribeiro Pereira;

b) Augusto Servalin.

Parágrafo Único: O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 é o órgão consultivo responsável pela fiscalização dos protocolos de saúde referentes ao retorno das atividades escolares presenciais no âmbito do Município de Camboriú;

Art. 2º O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia da COVID-19 possui as seguintes atribuições:

I – Elaborar o Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação da COVID-19, exclusivamente para o retorno das aulas presenciais no âmbito do Município de Camboriú;

II – Monitorar os resultados das testagens mínimas realizadas na população, em um processo contínuo no município ou região, que constitui como indicador da "Matriz de Risco Potencial Regional";

III – Auxiliar na criação e treinamento de "Comissões Escolares" de fiscalização dos regramentos sanitários aplicáveis, na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino, extensão e pesquisas presenciais;

IV – Constituir uma ouvidoria para receber denúncias de descumprimento dos protocolos;

V – Fomentar a realização de Seminários Virtuais, que permitam um debate amplo entre os órgãos sanitários dos níveis da federação;

VI – Analisar e validar os protocolos elaborados pelas Comissões Escolares.

VII- Identificar os cenários gerais de riscos dos estabelecimentos de ensino;

VIII - Definir as dinâmicas e ações operacionais elaborando os protocolos operacionais específicos, aplicáveis às diversas atividades escolares

dos diversos níveis, cumprindo todas as recomendações oficiais;

IX - Estabelecer um Sistema de Comando Operacional que oriente, acompanhe, monitore e avalie as dinâmicas e ações definidas e sua aplicação em cada região e/ou escola, em especial, na retomada de atividades presenciais;

X- Assegurar a disponibilização constante de boletins atualizados e outros materiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;

XI - Garantir a comunicação interna (com regiões/municípios ou com escolas da região/município e seus alunos, professores e funcionários) e externa (com pais e população em geral);

XII - Determinar quais os recursos necessários e possíveis a serem mobilizados para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;

XIII - Planejar ações gerais de resposta/mitigação e recuperação, aplicáveis e adaptáveis pela generalidade dos estabelecimentos de ensino;

XIV - Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;

XV - Contribuir com a gestão das escolas para o encaminhamento correto de eventuais casos suspeitos de COVID-19;

XVI - Elaborar estratégias que possibilitem a continuidade da missão educativa das escolas instaladas no Município de Camboriú, estabelecendo recomendações sobre medidas e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento escolar;

XVII - Auxiliar na manutenção das condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e possibilitar apoio psicológicos compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade escolar;

XVIII - Operacionalizar as diretrizes, dinâmicas, ações e respectivos protocolos a serem implementados;

XIX - Coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;

XX- Operacionalizar o Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e processos de monitoramento e avaliação, que permitam identificar os eventuais ajustes que se fizerem necessário;

Art. 3º. As Comissões Escolares serão nomeadas por ato do Chefe do Executivo e terão a seguinte composição:

I - Um gestor;

II - Um representante do quadro de professores;

III - Um representante de alunos;

III - Um representante das famílias dos alunos;

IV - Um representante das entidades colegiadas;

V - Um representante dos funcionários da Unidade Escolar;

Parágrafo Único. É de responsabilidade das Comissões Escolares elaborar seus próprios protocolos, tendo como base o Plano de Contingência Municipal, ajustando às suas especificidades, submetendo seus protocolos à análise e validação do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19;

Art. 4º. O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, deverá elaborar o planejamento para aplicação dos protocolos sanitários para viabilizar o retorno das aulas presenciais, conforme atribuições descritas no artigo 2º.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 10 de setembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e

Registrado no Livro de Publicações

## PR 43/2020 - PMC

Publicação Nº 2638541

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 043/2020 - PMC - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BATERIAS DESTINADAS PARA MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 25 (vinte e cinco) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 10 de setembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**PR 44/2020 - PMC**

Publicação Nº 2639021

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2020 - PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONSERTO E MANUTENÇÃO DOS AR CONDICIONADOS PERTENCENTES AS SECRETARIAS, AUTARQUIAS, DEPARTAMENTOS E PAÇO MUNICIPAL

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 28 (Vinte e Oito) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 10 de Setembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**PR 45/2020 - PMC**

Publicação Nº 2639416

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2020 - PMC - LICITAÇÃO DIFERENCIADA - EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PARA OS ITENS 2 - 4 E 5 COM COTA PRINCIPAL PARA OS ITENS 1 E 3.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LÂMINAS DESTINADAS PARA AS MÁQUINAS MOTONIVELADORA VOLVO G-930 E NEW HOLLAND RG140, QUE EXECUTAM O SERVIÇO DE MACADAMIZAÇÃO E NIVELAMENTO DAS ESTRADAS E RUAS MUNICIPAIS SEM PAVIMENTAÇÃO, PARA REALIZAREM O TRABALHO A QUE SE PROPÕEM, SENDO TROCADAS A CADA DOIS DIAS DE TRABALHO, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 16:00 horas do dia 24 (vinte e quatro) de Setembro de 2020, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú 10 de Setembro de 2020.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****AUDIÊNCIA PÚBLICA - PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 001/2020**

Publicação Nº 2638805

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

Camboriú, 10 de setembro de 2020.

**Convite Audiência Pública**

Com meus cordiais cumprimentos, venho mediante este, convidar Vossa Excelência para comparecer à Audiência Pública para discutir o Projeto de Lei Complementar 001/2020 que altera dispositivos da Lei Complementar 88/2017, em específico a alteração do inciso IV, contido no artigo 247, que trata do número de vagas de estacionamento dos templos religiosos.

Devido às restrições impostas pela pandemia da COVID-19, o uso de máscaras será obrigatório. No mesmo sentido, será obrigatória a manutenção de distanciamento social no decorrer da audiência.

O evento será realizado no Plenário desta Casa Legislativa, no dia 16 de setembro do corrente ano, quarta-feira, às 14h30min.

A fim de permitir o distanciamento necessário, apenas 30% da capacidade total do Plenário será utilizada.

Atenciosamente,

Marcio Roberto Muller Presidente

Rua Siqueira Campos, nº 480 - Centro CEP 88340-488 Camboriú - SC Fone: (47) 3365-1306 | 3365-0093

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ADITIVO CONTRATUAL Nº 118/2020

Publicação Nº 2638703

ADITIVO CONTRATUAL Nº 118/2020

#### TERMO DE PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

Considerando o Ofício 46PL/2020 recebido do Serviço de Planejamento e Obras deste Município, solicitando e justificando a SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO do contrato nº 67/2020 (originado do Processo Licitatório nº 14/2020, modalidade Tomada de Preços);

Considerando a Autorização da Autoridade Superior à alteração;

Altera-se o Contrato nº 67/2020, com supressão e acréscimo, com fulcro no §1º, inciso VI, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações, nos seguintes termos:

SEGUNDO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO O MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, E DE OUTRO LADO A EMPRESA WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS EIRELI OBJETIVANDO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 67/2020.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DA SUPRESSÃO E ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVOS:

Considerando que o valor a ACRESCER é de R\$ 996,22 (novecentos e sessenta e seis reais e vinte e dois centavos) e o valor a SUPRIMIR é de R\$ 3.301,54 (três mil trezentos e um reais e cinquenta e quatro centavos). SUPRIME-SE o valor de R\$ 2.335,32 (dois mil trezentos e trinta e cinco reais e dois centavos), referente a diferença do valor do acréscimo e da supressão.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. As demais cláusulas e disposições do Contrato 67/2020 permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre - SC, 28 de agosto de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ Secretária Municipal de Administração CONTRATANTE	JOICE PATRICIO SERAFIM WR Construtora & Distribuidora de Materiais Eireli Contratada		
---	---	--	--

### ADITIVO CONTRATUAL Nº 72/2020

Publicação Nº 2638922

ADITIVO CONTRATUAL Nº 72/2020

Considerando a situação de Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Campo Alegre, conforme Art. 2º, Inciso III do Decreto 12.741 de 23 de março de 2020, prorroga-se o Contrato 85/2015.

SÉTIMO ADITIVO DE CONTRATO DE TELEFONIA MOVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO O MUNICIPIO DE CAMPO ALEGRE E DE OUTRO LADO TELEFÔNICA BRASIL S/A

Pelo presente instrumento particular aditivo contratual que entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE, e de outro lado a empresa TELEFÔNICA BRASIL S/A, as partes acordam o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Considerando a situação de situação de Emergência de Saúde Pública no Município de Campo Alegre, conforme Art. 2º, Inciso III do Decreto 12.741 de 23 de março de 2020, com fulcro no §4º, Art. 57 da Lei Federal n. 8.666/93 e alterações fica prorrogado o prazo do Contrato nº 85/2015 até 31 de dezembro de 2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Estas alterações se fazem nos moldes do Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

As demais cláusulas e disposições do Contrato nº 85/2015, permanecem inalteradas e em vigor.

E por estarem justos e contratados, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumprir fielmente o que nele ficou convencionado.

Campo Alegre, 22 de junho de 2020.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TELEFÔNICA BRASIL S/A.  
RONES ALVES MACHADO PORTELA  
CONTRATADA

TELEFÔNICA BRASIL S/A.  
FÁBIO MARQUES DE SOUZA LEVORIN  
CONTRATADA

1

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 79/2020**

Publicação Nº 2638334

**MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE - SC**  
**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2020**  
**MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO**

A licitação tem como objeto **aquisição de móveis sob medida para as salas dos setores de planejamento, Fiscalização de Obras, Informática e sala de Reunião do prédio Anexo à Prefeitura Municipal e para o GBM (Grupo Bombeiros Militar de Campo Alegre, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência, conforme descrição e valor estimado:**

**LOTE 01 – Móveis sob medida para Grupo Bombeiros Militar de Campo Alegre**

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	01	Unidade	Armário medidas 200 x 2000 x 550 (cm) em MDF branco em 18 mm (portas e laterais), divisórias e prateleiras em 15 mm. As portas com chaves e puxadores.	R\$ 2.780,00	R\$ 2.780,00
02	01	Unidade	Fechamento em MDF embaixo da escada, sendo 2 portas e um fechamento formato triângulo, portas em MDF 18mm, cor branca com caixilho para fixar as portas com chaves e puxadores.	R\$ 1.120,00	R\$ 1.120,00
03	03	Unidade	Armário medidas 125 x 550 x 100 cm, em MDF branco de 10mm, com portas com chaves e puxadores.	R\$ 870,00	R\$ 870,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 01</b>				<b>R\$ 4.770,00</b>	

**LOTE 02 - Móveis sob medida para salas Anexo da Prefeitura**

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
<b>SETOR DE PLANEJAMENTO</b>					
01	5	UNIDADE	Mesa de 140x60x75 cm em MDF 18 mm em branco-TX e detalhe frontal, tampo e laterais engrossado de 36mm em ruggine-TX, apoio para CPU 25x48 cm, pés de regulagem, conforme modelo existente (ver detalhamento do projeto)	880,00	4.400,00

02	5	UNIDADE	Mesa de 120x60x75 cm em MDF 18 mm em branco-TX e detalhe frontal, tampo e laterais engrossado de 36mm em ruggine-TX, apoio para CPU 25x48 cm, conforme modelo existente (ver detalhe projeto)	760,00	3.800,00
03	5	UNIDADE	Suporte para monitor 25x30x10 cm em MDF 18 mm na cor ruggine-TX	48,00	240,00
04	5	UNIDADE	Gaveteiro 40x50x60 cm em MDF 18 mm branco-TX com três gavetas, puxadores canaleta cinza, trilho telescópico para 45 kg com tampa e rodízio com trava	390,00	1.950,00
05	1	UNIDADE	Armário 256x46x263 cm em MDF 18mm branco-TX e laterais e detalhe frontal em ruggine-TX com prateleiras, porta de correr com rodízio de nylon e desempenador, puxador furado	4.190,00	4.190,00
06	2	UNIDADE	Armário 100x46x75 cm em MDF 18mm branco-TX e laterais e detalhe frontal em ruggine-TX com prateleiras, porta de correr com rodízio de nylon e desempenador, puxador furado	970,00	1.940,00
<b>INFORMÁTICA</b>					
07	1	UNIDADE	Mesa de 120x60x75 cm em MDF 18 mm em branco-TX e detalhe frontal, tampo e laterais engrossado de 36mm em ruggine-TX, apoio para CPU 25x48 cm, conforme modelo existente (ver detalhe projeto)	760,00	760,00
08	1	UNIDADE	Suporte para monitor 25x30x10 cm em MDF 18 mm na cor ruggine-TX	48,00	48,00
09	1	UNIDADE	Armário de prateleiras 230x42x261 cm em MDF 18mm branco-TX	1.620,00	1.620,00
<b>FISCALIZAÇÃO</b>					
10	1	UNIDADE	Mesa de 120x60x75 cm em MDF 18 mm em branco-TX e detalhe frontal, tampo e laterais engrossado de 36mm em ruggine-TX, apoio para CPU 25x48 cm, conforme modelo existente (ver detalhe projeto)	760,00	760,00
11	1	UNIDADE	Suporte para monitor 25x30x10 cm em MDF 18 mm na cor ruggine-TX	48,00	48,00
12	1	UNIDADE	Armário 100x46x75 cm em MDF 18mm branco-TX e laterais e detalhe frontal em ruggine-TX com prateleiras, porta de correr com rodízio de nylon e desempenador, puxador furado	970,00	970,00

SALA REUNIÃO					
13	2	UNIDADE	Mesa de 160x90x75 cm em MDF 18 mm em branco-TX, tampo e laterais engrossado de 36mm em ruggine-TX, pés de regulagem, conforme modelo existente (ver detalhamento do projeto)	980,00	1.960,00
14	2	UNIDADE	Armário 100x46x75 cm em MDF 18mm branco-TX e laterais e detalhe frontal em ruggine-TX com prateleiras, porta de correr com rodízio de nylon e desempenador, puxador furado	970,00	1.940,00
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 02				R\$ 24.626,00	

Recebimento das Propostas: das **0h** do dia **11/09/2020** até as **08h 45min** do dia **24/09/2020**;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às **09h** do dia **24/09/2020** no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas de eventuais aquisições correrão por conta de dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	09.00	FUNREBOM
Unidade	09.01	Serviço de Manutenção do FUNREBOM
Função	6	Segurança Pública
Subfunção	182	Defesa Civil
Programa	0071	FUNREBOM
Projeto	2.717	Manutenção e Coordenação do FUNREBOM
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente (Dot. 277)

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.01	Serviço de Planejamento e Obras
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	44	Manut. Atividades da Sec. Municipal de Planejamento Transporte e Obras
Projeto	2.111	Manut. Atividades da Sec. Municipal de Planejamento Transporte e Obras
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente (Dot. 428)
Recurso	0996	Próprios

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município ([www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br)), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico

[www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Outras informações referentes ao edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 10 de setembro de 2020.

**LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ**  
Secretária Municipal de Administração

## DECRETO Nº 13.064 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639462

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 13.064 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, o inciso II do art. 11 da Lei Municipal nº 4.835 de 10 de dezembro de 2019; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras	
300000.00.0102 -	Despesas Correntes	
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas	
339032.00.0102 -	Material de Distribuição Gratuita	R\$ 1.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial de Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social	
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais	
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras	
300000.00.0102 -	Despesas Correntes	
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas	
339048.00.0102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 1.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
10 de setembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.com.br](http://www.diariomunicipal.com.br).

sc.gov.br em data de: 11/09/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2020

Publicação Nº 2638679

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 115/2020

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para continuação da construção da Praça Vereador Juarez Thadeu Cunha no Município de Campo Alegre/SC.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre			
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras			
Unidade	08.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos			
Função	15	Urbanismo			
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana			
Programa	48	Serviços Públicos			
Projeto	2.025	Iluminação Pública			
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações			
Recurso	168 – COSIP	Código da Dotação	255	Valor	R\$ 27.973,93

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre			
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer			
Unidade	11.02	Coordenaria de Turismo			
Função	15	Urbanismo			
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana			
Programa	83	Destino: Campo Alegre			
Projeto	1.050	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação da			
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações			
Recurso	896 – Recursos Ordinários	Código da Dotação	317	Valor	R\$ 34.178,02

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre			
Órgão	11.00	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer			
Unidade	11.02	Coordenaria de Turismo			
Função	15	Urbanismo			
Subfunção	451	Infraestrutura Urbana			
Programa	83	Destino: Campo Alegre			
Projeto	1.050	Construção, Reforma, Revitalização e Ampliação da			
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações			
Recurso	996 - Superávit Municipal	Código da Dotação	431	Valor	R\$ 55.232,23

Vigência: 28/08/2020 a 27/10/2020.

Do valor total: R\$ 115.034,92 (cento e quinze mil e trinta e quatro reais e noventa e dois centavos).

Contratado: PRK ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2020

Publicação Nº 2638783

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 119/2020

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de pavimentação asfáltica na Rodovia Municipal RM 020, neste Município.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	1.017	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
Recurso	0770	Operação Crédito

Parágrafo Primeiro. Os recursos destinados ao objeto são provenientes do Contrato de financiamento 0529-854-38, firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Município de Campo Alegre, e contrapartida municipal.

Vigência: 04/09/2020 a 02/01/2021.

Do valor total: R\$ 1.327.151,84 (Um milhão trezentos e vinte e sete mil, cento e cinquenta e um reais e oitenta e quatro centavos),

Contratado: CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2020

Publicação Nº 2638828

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 120/2020

Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para execução de obra de pavimentação asfáltica na Rodovia Municipal RM 190, neste Município.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	1.017	Pavimentação Asfáltica e Calçamento das Vias Urbanas
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
Recurso	0996	Próprios/Superávit
Recurso	0770	Operação Crédito

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	08.00	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras
Unidade	08.03	Serviço de Obras e Serviços Públicos
Função	15	Urbanismo
Subfunção	452	Serviços Urbanos
Programa	45	Manutenção de Vias Públicas e Conservação de Logradouros
Projeto	2.023	Vias Públicas e Logradouros
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações
Recurso	1033	Cessão Onerosa

Parágrafo Primeiro. Os recursos destinados ao objeto são provenientes do Contrato de financiamento 0529-854-38, firmado entre a Caixa Econômica Federal e o Município de Campo Alegre, e contrapartida municipal.

Vigência: 04/09/2020 a 02/01/2021.

Do valor total: R\$ 1.112.991,48 (Um milhão cento e doze mil reais e quarenta e oito centavos).

Contratado: CONSTRUTORA FORTUNATO LTDA.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

**EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2020**

Publicação Nº 2638863

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 121/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para perfuração de poço tubular com profundidade estimada de 200 metros para abastecimento de água nas Comunidades de Campinas e Tijucume, neste Município.

Dotação orçamentária: As despesas oriundas da contratação correrão por conta da dotação orçamentária do exercício 2020, na seguinte classificação:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	13.00	Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental
Unidade	13.01	Serviço de Saneamento Ambiental
Função	17	Saneamento
Subfunção	512	Saneamento Básico Urbano
Programa	77	Águas de Campo Alegre
Projeto	2.125	Ampliação da Rede de abastecimento de água
Elemento de Despesa	4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações

Vigência: 04/09/2020 a 04/11/2021.

Do valor total: R\$ 61.697,90 (sessenta e um mil seiscentos e noventa e sete reais e noventa centavos).

Contratado: ÁGUA VIVA POÇOS ARTESIANOS LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração**PORTARIA Nº 18.302 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639480

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 18.302 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020  
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público EVELTON MICHEL SCHULZE, matrícula funcional nº 000774, registro no sistema sob nº 955393, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Operacional III, exercendo atualmente a Função Gratificada de Chefe do Serviço do Núcleo de Informática, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

Art. 2º O Servidor Público Municipal gozará as férias no período de 14 de setembro de 2020 a 23 de setembro de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data 10 de setembro de 2020 sob nº 004186.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
10 de setembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito MunicipalLUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/09/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 18.303 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639520

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 18.303 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020  
CONCEDE FÉRIAS A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 133 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal MARCIA REGINA SCHADECK FRIEDRICH, matrícula funcional nº 000773, registro no sistema sob nº 955391, ocupante do Cargo Público e na Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, atualmente exercendo o Cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Assistência Social. Parágrafo único. As férias de que trata o caput deste Artigo referente aos seguintes períodos aquisitivos: 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019 = 03 (zero três) dias; 1º de janeiro de 2020 a 31 de dezembro de 2020 = 07 (zero sete) dias.

Art. 2º A Secretária Municipal de Assistência Social, gozará as férias no período de 14 de setembro de 2020 á 23 de setembro de 2020, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente protocolizada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal, em data de 08 de setembro de 2019 sob nº 004129.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
10 de setembro de 2020.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 11/09/2020.

HIDALGO FERNANDO MARTINS  
Chefe de Gabinete do Prefeito

# Campo Erê

## PREFEITURA

### DECRETO 1989/20

Publicação Nº 2638438

DECRETO Nº. 1.989, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

NOMEIA O COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E DE PROTEÇÃO SOCIAL E ADOLESCENTES VITIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, , E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 57, Inciso VII da Lei Orgânica do Município de Campo Erê;

Considerando a Lei Federal n. 13.431/2017, e o Decreto Municipal n. 1.974/2020;

#### D E C R E T O

Art. 1º. Fica nomeado o COMITÊ DE GESTÃO COLEGIADA DA REDE DE CUIDADO E DE PROTEÇÃO SOCIAL E ADOLESCENTES VITIMAS OU TESTEMUNHAS DE VIOLÊNCIA, do Município de Campo Erê, com os seguintes membros:

a) Secretaria Municipal de Assistência Social;

I – CRAS – Daniela Conte;

II – CREAS – Daiane Zapparoli.

b) Secretaria Municipal de Saúde Pública;

I – Tarciane Lucia Perego Bastesini;

II - Cristiane Letícia Barimaquer.

c) Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I – Rakel Kostascki;

II – Elizandra Schnem Coppi.

d) Conselho Tutelar:

I – Francieli Bombieri Schappo;

II – Jornélio Spillmann.

e) Conselho Municipal dos Diretos da Criança e do Adolescente:

I – Nelson Tresoldi;

II – Nair Tenroler.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Erê, SC, 10 de Setembro de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra

DARIO FERLIN

Téc. em Contabilidade

Mat. Nº 000784-6

### PORTARIA 426/20

Publicação Nº 2638426

PORTARIA N. 426, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a concessão de Licença

Para Tratamento de Saúde, à servidor

público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;

Considerando o requerimento protocolado pela servidora sob o nº 2536/20 em 08/09/2020 e atestado médico anexo;

#### RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública municipal, ROZINERI DE FATIMA BARROZO, matrícula nº

1368-4, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 28 de Agosto de 2020, pelo período de 60 (sessenta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 28/08/2020.

Campo Erê/SC, 09 de Setembro de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LORENI DIAS DE OLIVEIRA  
Assistente Administrativo  
Matr 18198

## **PORTARIA 427/20**

Publicação N° 2638429

PORTARIA N. 427, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020  
Dispõe sobre a concessão de Licença  
Para Tratamento de Saúde, à servidor  
público municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 57, VII da Lei Orgânica Municipal, e o art. 70 da Lei Complementar 011/2002;  
Considerando o requerimento protocolado pela servidora sob o n° 2537/20 em 08/09/2020 e atestado médico anexo;

### **RESOLVE**

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a servidora pública municipal, MARINES FRANCO RODRIGUES PERETTI, matrícula n° 2149-0, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03 de Setembro de 2020, pelo período de 30 (trinta) dias, conforme Atestado Médico.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 03/09/2020.

Campo Erê/SC, 09 de Setembro de 2020.

Registre-se e Publique-se

ODILSON VICENTE DE LIMA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra

LORENI DIAS DE OLIVEIRA  
Assistente Administrativo  
Matr 18198

# Campos Novos

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TP 12/2020

Publicação Nº 2639529

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO DE COMPRA Nº 102/2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº 12/2020

O Município de Campos Novos, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.232/0001-74, torna público que fará realizar no dia 28 de setembro de 2020, às 14h30min, tomada de preço, do tipo menor percentual de cobrança por arremate, tendo como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NA ESTRUTURAÇÃO DE LEILÕES PÚBLICOS ELETRÔNICOS E PRESENCIAIS, PARA VENDA DE BENS DAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES, AUTARQUIAS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS – SC, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br) ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua: Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h15min às 18h45min diariamente. Campos Novos, 10 de setembro de 2020.

### DECRETO Nº 8.707/20 DE 10/09/2020 REGULAMENTA LEI Nº 4.647/2020

Publicação Nº 2639494

DECRETO Nº 8.707/20 DE 10/09/2020

REGULAMENTA LEI Nº 4.647/2020

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais) na dotação orçamentária constantes dos Art.º 1 da Lei nº 4.647/2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 10 de setembro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 8.708/20 DE 10/09/2020 REGULAMENTA LEI Nº 4.648/2020

Publicação Nº 2639498

DECRETO Nº 8.708/20 DE 10/09/2020

REGULAMENTA LEI Nº 4.648/2020

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 4.371 de 21/09/17 (Plano Plurianual), Lei nº 4.536 de 13/05/2019 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.607/19 de 24/12/2019 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementados em R\$ 1.300.000,00 (Um milhão e trezentos mil reais) na dotação orçamentária constantes dos Art.º 1 da Lei nº 4.648/2020.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 10 de setembro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 8.706, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020. DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID-19, DEFINE CRITÉRIOS PARA A RETOMADA DO FUTEBOL RECREATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639523

DECRETO Nº. 8.706, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA O ENFRENTAMENTO DO COVID-19, DEFINE CRITÉRIOS PARA A RETOMADA DO FUTEBOL RECREATIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e ainda:

CONSIDERANDO a informação contida na matriz do risco potencial para Covid-19 publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em 08 de setembro de 2020, classificando a região Meio Oeste em risco potencial grave.

CONSIDERANDO os termos da Portaria n. 592, de 17 de agosto de 2020, alterada pela Portaria n. 658, de 28 de agosto de 2020, ambas da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, que estabeleceu os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde.

CONSIDERANDO a Portaria n. 664, de 03 de setembro de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, que define critérios para a retomada do futebol recreativo.

CONSIDERANDO que a adoção de medidas restritivas pelo Poder Executivo Municipal depende primordialmente dos cuidados adotados pela população, especialmente quanto aos meios de prevenção de contágio, como uso correto da máscara, higienização das mãos, distanciamento e isolamento social.

**DECRETA:**

Art. 1º. Em conformidade com o disposto no inciso VIII do art. 4º da Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020, com alterações pela Portaria n. 658, de 28 de agosto de 2020, fica autorizado em âmbito municipal o funcionamento de bares, restaurantes, churrascarias, pizarias, lanchonetes e estabelecimentos congêneres, sem restrições de horário, devendo respeitar todas as medidas constantes das portarias da Secretaria de Estado da Saúde e demais atos normativos que regulamentam protocolos sanitários específicos.

Art. 2º. Fica autorizada, a partir da publicação do presente Decreto, a retomada do futebol recreativo em âmbito municipal, em conformidade com os termos da Portaria SES n. 664, de 03 de setembro de 2020, enquanto e quando a região de saúde Meio Oeste estiver classificada em risco potencial grave (representado pela cor laranja) ou alto (representado pela cor amarela) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19, devendo observar as seguintes restrições:

I - Enquanto e quando a região de saúde Meio Oeste estiver classificada em risco GRAVÍSSIMO (representado pela cor vermelha) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19, os jogos ficam proibidos pelo período de tempo determinado pela Portaria SES nº 592 de 17/08/2020 e suas atualizações.

II - Enquanto e quando a região de saúde Meio Oeste estiver classificada em risco potencial GRAVE (representado pela cor laranja) os jogos somente podem ocorrer em dias alternados.

III - Enquanto e quando a região de saúde Meio Oeste estiver classificada em risco Potencial ALTO (representado pela cor amarela) na Avaliação de Risco Potencial para COVID-19, os jogos estão liberados em todos os dias da semana.

Art. 3º. O retorno gradativo do futebol recreativo em âmbito municipal fica sujeito às seguintes restrições:

I - A retomada dos jogos de futebol recreativo durante o período que perdurar a pandemia será exclusivamente para atletas com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos.

II - Nos dias das partidas, somente podem acessar o local e suas dependências as pessoas diretamente envolvidas nas mesmas e em número reduzido ao mínimo necessário para sua execução, sem comprometimento de ordem organizacional e de segurança.

III - Todos os praticantes e demais presentes no local devem usar máscara, retirando apenas quando estiver efetivamente jogando.

IV - Os árbitros devem fazer uso de máscaras e face shield durante os jogos, desta forma devem utilizar apitos eletrônicos.

V - Ficam proibidas as rodas de aquecimento e confraternizações, antes e após jogo, assim como o cumprimento físico inicial e/ou final entre os praticantes.

Parágrafo único. Enquanto perdurar a situação de emergência em saúde no Estado de Santa Catarina fica proibido, ainda:

I - A presença de acompanhantes dos jogadores;

II - O uso de churrasqueiras para confraternizações;

III - O uso de coletes que identificam os times;

IV - A utilização de vestiários.

Art. 5º. Ficam estabelecidas as seguintes medidas a serem implementadas pelos organizadores do evento, durante todas as partidas:

I - Divulgar, em local visível, as informações de prevenção à COVID-19 estabelecidas pelo Governo do Estado para estas atividades;

II - Realizar agendamento para utilização da quadra por meio eletrônico, evitando filas ou aglomerações;

III - Liberar acesso à quadra somente para as pessoas cadastradas para o horário agendado;

IV - A entrada nas dependências do local do evento só será permitida com aferição de temperatura por método digital por infravermelho, considerando-se a temperatura de corte o máximo de 37,5°C;

V - Caso o participante ou trabalhador apresente temperatura corporal maior ou igual a 37,5°C ou sintomas gripais como por exemplo: tosse

seca ou produtiva, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, fica impedido de entrar e participar do evento e deve ser orientado a procurar uma unidade de assistência à saúde do Município. Os contatos próximos assintomáticos dos doentes devem também ser afastados por um período de 10 dias e, para retorno às atividades, deve seguir recomendação médica;

VI - Limitar o número de pessoas ao estritamente necessário para o funcionamento da atividade, sendo que os dados destas pessoas devem constar em uma lista com nome completo, RG, CPF, endereço, telefone de contato, além de local e cronograma constando o agendamento das partidas, destinada a facilitar um possível rastreamento. A responsabilidade pela elaboração do documento é do proprietário do local e ficará sob sua guarda por, pelo menos, 14 (quatorze) dias;

VII - Controlar o fluxo de entrada e saída das quadras com intervalo de tempo entre as partidas de forma que não haja cruzamento entre os times que finalizam e os times que irão iniciar o jogo;

VIII - Controlar o uso de áreas comuns, como sanitários, e a sua utilização para evitar agrupamentos;

IX - Cada participante deve portar sua própria toalha e garrafa de água com identificação, para evitar a troca ou o seu compartilhamento durante os jogos;

X - Adaptar bebedouros do tipo jato inclinado, de modo que somente seja possível o consumo de água com o uso de copo descartável;

XI - Disponibilizar em pontos estratégicos do local do evento (em áreas onde ocorre a circulação de pessoas) locais para adequada lavagem das mãos e dispensadores de álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, devendo ser orientada e estimulada a constante higienização das mãos;

XII - Definir intervalo de no mínimo 10 minutos entre as partidas, para higienização das bolas e da quadra com aplicação pulverizada de uma solução de água sanitária com diluição de 1 copo (250 ml) de água sanitária para 1L de água ou 1 copo (200 ml) de alvejante para 1L de água;

XIII - Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade;

XIV - Intensificar a desinfecção com álcool 70% ou sanitizantes de efeito similar dos utensílios, superfícies, equipamentos, maçanetas, balcões, mesas, interruptores, sanitários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

XV - Manter os lavatórios dos sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento;

XVI - Manter todos os ambientes ventilados, com portas e janelas abertas, sempre que possível;

XVII - Adotar medidas internas relacionadas à saúde das pessoas necessárias para evitar a transmissão do COVID-19, priorizando o afastamento das que pertencem a grupos de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, obesos e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento.

Art. 6º. Fica mantida a suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças e complexos esportivos de uso público, com exceção da prática de esportes individuais, na forma da Portaria SES n. 592, de 17 de agosto de 2020 e alterações.

Art. 7º. A fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas neste Decreto será realizada de forma conjunta pela Vigilância Sanitária do Município, Polícia Civil e Militar, bem como apoiada pela Guarda Municipal para fins de conscientização.

Parágrafo único. O descumprimento das medidas deste Decreto ensejará a abertura de Processo Administrativo por parte da Vigilância Sanitária do Município e aplicação das sanções previstas na Lei Municipal n. 3.948/2013, e alterações posteriores, sem prejuízo da aplicação de outras sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

Art. 8º. As medidas de enfretamento e contenção do contágio ao COVID-19, definidas no Decreto Municipal n. 8.686, de 14 de agosto de 2020, que não sofreram alteração pelo presente, permanecem em pleno vigor.

Art. 9º. As medidas estabelecidas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do Município e deliberações de âmbito estadual e nacional, observada a avaliação de risco potencial realizada semanalmente pelo Governo do Estado de Santa Catarina, o que depende primordialmente dos cuidados adotados pela população, especialmente quanto aos meios de prevenção de contágio.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor a partir na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário que conflitem com as regras aqui estabelecidas.

Campos Novos-SC, 10 de setembro de 2020.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

Prefeito de Campos Novos

## **LEI Nº 4.647 DE 10/09/2020. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639489

LEI Nº 4.647 DE 10/09/2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar nas seguintes dotações no Orçamento vigente do município:

Órgão: 19 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 02 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj. /Ativ.: 2.063 Manutenção do Programa Assistência Farmacêutica

10 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002 Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 19 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Proj. /Ativ.: 2.064 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

12 - 3.3.50.00.00.00.00.00.01.0002 Trans. a Instituições Privadas ..... R\$ 80.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 10 de setembro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 4.648 DE 10/09/2020. AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639485

LEI Nº 4.648 DE 10/09/2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art 1st. Fica autorizado o Poder Executivo a abrir crédito adicional suplementar nas seguintes dotações no Orçamento vigente do município:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 10 DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL – PRÉ ESCOLAR

Proj. /Ativ.: 2.011 Manutenção do Dep. De Educação do Ensino Infantil – Pré Escolar

162 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018 (0018) Aplicações Diretas ..... R\$ 1.300.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta da anulação total da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade: 09 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

Proj. /Ativ.: 2.018 Man. Do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério

39 - 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018 (0018) Aplicações Diretas ..... R\$ 1.300.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 10 de setembro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

## **LEI Nº 4.649 DE 10/09/2020 DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE CONCESSÃO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL SUBMETIDOS AO ISOLAMENTO SOCIAL EM VIRTUDE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639481

LEI Nº 4.649 DE 10/09/2020

DISPÕE SOBRE A GARANTIA DE CONCESSÃO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL SUBMETIDOS AO ISOLAMENTO SOCIAL EM VIRTUDE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no inciso V do Artigo 100 da Lei Orgânica e na forma da lei...

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTE MUNICÍPIO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal de Campos Novos a conceder o auxílio refeição (vale alimentação), regulamentado pela

Lei Municipal n. 3.053/2006 e alterações posteriores, aos servidores públicos da Câmara Municipal de Vereadores que eventualmente sejam submetidos ao isolamento social em razão de afastamento pelo coronavírus (covid-19), abrangendo o período que constar no respectivo atestado médico.

§1º. Nos casos em que o servidor esteja afastado, mediante atestado médico, aguardando a realização do teste ou o resultado do exame, a concessão do auxílio alimentação será devido apenas até a data da apresentação do resultado do teste, caso este seja negativo.

§2º. O servidor público do Legislativo que se enquadre nas situações excepcionais de que trata esta lei, deverá comunicar seu superior e encaminhar, obrigatoriamente por meio eletrônico, o atestado médico ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Legislativo Municipal, no endereço de e-mail [contabilidade@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:contabilidade@camaracamposnovos.sc.gov.br), dispensado de comparecer pessoalmente ao setor em virtude do isolamento social.

Art. 2º O disposto nesta Lei aplica-se aos servidores afastados, integrantes do grupo de risco para o coronavírus (covid-19) e que tenham sua situação confirmada por meio de atestado médico, abrangidos pelos termos do Decreto 7/2020, de 04 de junho de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas aos Servidores Públicos Municipais enquadrados como grupo de risco ao novo coronavírus e dá outras providências.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente.

Art. 4º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de março de 2020, início da pandemia, e vigorará enquanto perdurar o estado de emergência de saúde pública internacional decorrente da pandemia do COVID- 19.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, 10 de setembro de 2020.

Silvio Alexandre Zancanaro  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****MOÇÃO Nº 31/2020**

Publicação Nº 2638787

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

**Rua Coronel Lucidoro, 1301**  
**Fone: (49) 3541-0599**  
**89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina**

**MOÇÃO Nº 31/2020**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Campos Novos

*Os Vereadores que a presente subscrevem, componentes do Poder Legislativo, com assento nesta Casa, membros titulares da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, no uso das prerrogativas legais que lhe são atribuídas e amparados no artigo 137 e 138 do Regimento Interno, e após ouvido o plenário desta Casa, seja oficiado aos responsáveis a seguinte...*

**"MOÇÃO DE APELO"**

O Vereador abaixo assinado, com assento nessa Casa Legislativa, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência, na forma Regimental, depois de ouvido em Plenário, requerer a aprovação de MOÇÃO DE APELO ao Governador do Estado de Santa Catarina, exmo. senhor Carlos Moisés da Silva e para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, nos seguintes termos:

**"MOÇÃO DE APELO para que sejam repassados os Recursos para a HEMOSER**  
**- Clínica de Hemodialise de Luzerna"**

Venho por meio deste solicitar que sejam repassados os recursos necessários para o funcionamento da Clínica de Hemodialise de Luzerna/SC.

Considerando que atualmente são atendidos 90 (noventa) pacientes de toda a região na referida Clínica, sendo em média 90% dos pacientes pelo SUS.

Considerando que antes estes pacientes eram atendidos na cidade de Joaçaba no Hospital Santa Terezinha até o ano de 2014, desde então, esta clínica atua na cidade de Luzerna e mantinham uma contrato de terceirização com o Estado, o que era pago normalmente, mas ficou faltando a transferência do CNES - Código Nacional de Estabelecimento de Saúde, sendo que de 2014 até março de 2020 ficaram solicitando tal autorização para o Estado. Em março conseguiram a liberação do documento de Transferência de Joaçaba para Luzerna.

Considerando que foi esclarecido aos responsáveis da Clínica que por falta deste documento não poderiam liberar o Contrato e nem a habilitação e que desde março de 2020 já encaminharam o CNES para a Secretaria Estadual de Saúde em Florianópolis, sendo que não saiu o Contrato até o presente momento, apenas informam que o processo está andando de um setor para outro, já foram enviados diversos documentos para a Secretaria Estadual de Saúde e para a Regional, conforme cópias de documentação anexas.

Considerando que já está fazendo 1 ano do início deste processo da papelada e nada se resolveu até esta data.

Considerando que o Estado estava pagando administrativamente anteriormente, até ficar pronto o Contrato, mas que este pagamento foi efetuado pela última vez no mês de Abril, desta forma não possuem mais condições de manter a Clínica de Hemodialise aberta.

e-mail: [administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br)  
[www.camaracamposnovos.sc.gov.br](http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesse o site [www.legislador.com.br/verifica](http://www.legislador.com.br/verifica), informe o código: 2#1#36#2#3#31#2020#1#0#0#1

**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS**

**Rua Coronel Lucidoro, 1301**  
**Fone: (49) 3541-0599**  
**89620-000 - Campos Novos - Santa Catarina**

Diante do exposto, solicitamos providencias urgentes para que seja resolvido este problema pois este serviço é essencial, não podem parar os atendimentos, existem pacientes idosos e muito debilitados.

Sala das Sessões, em 09/09/2020.

**Marciano Dalmolin**  
**Vereador PSD**

**Maurilio Castro Campagnoni**  
**Presidente da Mesa**

e-mail: [administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br](mailto:administrativo@camaracamposnovos.sc.gov.br)  
[www.camaracamposnovos.sc.gov.br](http://www.camaracamposnovos.sc.gov.br)



Este documento é cópia do original assinado digitalmente. Para conferir o original, acesso o site [www.legislador.com.br/verifica](http://www.legislador.com.br/verifica), informe o código: 2#1#36#2#3#31#2020#1#0#0#1

# Canoinhas

## PREFEITURA

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 31/2020 (ELETRÔNICO)**

Publicação Nº 2639015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS  
EDITAL DE PREGÃO Nº. FMS 31/2020 (ELETRÔNICO)

O Município de Canoinhas/SC, através do Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº. 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 24/09/2020, às 14h00min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAIS DE CONSUMO MÉDICO DESTINADOS À POLICLÍNICA MUNICIPAL PARA FINS DE PROCEDIMENTOS DERMATOLÓGICOS. Recebimento de propostas até às 13h00min, no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) do dia 24/09/2020. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 98/2020 (PRESENCIAL)**

Publicação Nº 2639020


MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 98/2020 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 25/09/2020, às 08h20min, licitação para REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE M<sup>3</sup>/KILOMETRO RODADO DE CAMINHÃO CAÇAMBA TRAÇADO TRUCADO – M<sup>3</sup>/KM RODADO CARREGADO, DESTINADAS A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE CANOINHAS. Recebimento de propostas até às 08h15min do dia 25/09/2020, no setor de protocolo da prefeitura. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO FMAS 04.2020 (ELETRÔNICO)

Publicação Nº 2638176

<div><div><div>Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas</div><div>Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 11.455.005/0001-25 Fone: (47) 3621-7700 <a href="https://www.pmc.sc.gov.br">https://www.pmc.sc.gov.br</a></div></div></div>							Usuário: Maurício Afonso		Chave de Autenticação Digital 1902-6282-978		Página 1 / 2	
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO												
Licitação: PE04/2020		Modalidade: Pregão		Julgamento: Por item		Registro de preço: Não		Controla quantidade: Sim				
Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DE BENS DE CONSUMO E EQUIPAMENTO A SEREM UTILIZADOS NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIALDE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADEDA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS).												
Fornecedor: 12270 - ANDRE ANTONIO SABINO				CPF/CNPJ: 27.743.380/0001-00		Valor total (R\$):		236,78				
Data	Item	Material/Serviço/Denominação		Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)		Valor total (R\$)				
04/09/2020	2	41396 - PANELA DE PRESSÃO 4,5 LT Marca: ALUMINIOS 5 ESTRELAS		UNIDADE	2,00000	62,70000		125,40				
04/09/2020	7	27035 - FRIGIDEIRA Marca: ALUMINIOS 5 ESTRELAS		UNIDADE	2,00000	55,69000		111,38				
Fornecedor: 11582 - C.E SPINELLI EVENTOS LTDA				CPF/CNPJ: 26.135.929/0001-11		Valor total (R\$):		5.335,00				
04/09/2020	15	65278 - ARMARIO PLANEJADO Marca: CE SPINELLI		UNIDADE	1,00000	2.950,00000		2.950,00				
04/09/2020	35	64924 - TOTEM PARA ÁLCOOL EM GEL Marca: SEVERALL		UNIDADE	15,00000	159,00000		2.385,00				
Fornecedor: 2399 - COMERCIAL PALMEIRAS LTDA - EPP				CPF/CNPJ: 12.674.048/0001-64		Valor total (R\$):		2.279,70				
04/09/2020	26	26755 - FORNO ELÉTRICO Marca: SAFANELLI		UNIDADE	3,00000	759,90000		2.279,70				
Fornecedor: 12415 - ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI				CPF/CNPJ: 10.902.067/0001-75		Valor total (R\$):		7.138,52				
04/09/2020	18	5525 - BELICHE DE MADEIRA Marca: MARIFLOR		UNIDADE	8,00000	399,99000		3.199,92				
04/09/2020	19	9337 - CADEIRA GIRATÓRIA Marca: VECTOR		UNIDADE	2,00000	250,00000		500,00				
04/09/2020	24	65351 - CONJUNTO DE SOFÁ COM 2 E 3 LUGARES Marca: DEMARC		CONJUNTO	1,00000	1.903,00000		1.903,00				
04/09/2020	30	46281 - POLTRONA EM COURINO Marca: BRIGATTO		UNIDADE	4,00000	383,90000		1.535,60				
Fornecedor: 12344 - MARLUCE BEZERRA DOS SANTOS LORENCONE				CPF/CNPJ: 17.992.596/0001-56		Valor total (R\$):		5.106,36				
04/09/2020	4	22791 - FACA DE MESA Marca: SIMONAGGIO		UNIDADE	12,00000	4,98000		59,76				
04/09/2020	5	47151 - PRATO DE VIDRO Marca: Marínex		UNIDADE	20,00000	8,85000		177,00				
04/09/2020	8	335 - ABRIDOR DE LATA E GARRAFA INOX Marca: SIMONAGGIO		UNIDADE	2,00000	7,69000		15,38				
04/09/2020	13	65276 - KIT DE HIGIÊNE - MASCULINO Marca: DIVERSOS		KIT	115,00000	20,99000		2.413,85				
04/09/2020	14	65277 - KIT DE HIGIÊNE - FEMININO Marca: DIVERSOS		KIT	115,00000	18,80000		2.162,00				
04/09/2020	21	14193 - CHUVEIRO ELÉTRICO Marca: LORENZETTI		UNIDADE	3,00000	92,79000		278,37				
Fornecedor: 7744 - MONICA REGINA DE MELLO FARIA - ME				CPF/CNPJ: 17.353.208/0001-97		Valor total (R\$):		48,00				
04/09/2020	6	65274 - CANECA EM POLIPROPILENO COM ALÇA Marca: ERCA PLAST		UNIDADE	20,00000	2,40000		48,00				
Fornecedor: 8315 - PAPELARIA SÃO BENTO LTDA ME				CPF/CNPJ: 07.634.816/0001-16		Valor total (R\$):		40,80				
04/09/2020	3	15560 - COLHER DE MESA Marca: SIMONAGGIO		UNIDADE	12,00000	3,40000		40,80				
Fornecedor: 8322 - PARALELAS COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIP LTDA				CPF/CNPJ: 07.555.459/0001-09		Valor total (R\$):		7.115,00				
04/09/2020	22	14295 - CILINDRO ELÉTRICO Marca: PRO		UNIDADE	1,00000	885,00000		885,00				
04/09/2020	27	65353 - GELADEIRA 500 LITROS Marca: BRASTEMP		UNIDADE	2,00000	3.115,00000		6.230,00				
Fornecedor: 12413 - PLAYRIO PARQUES INFANTIL LTDA				CPF/CNPJ: 33.492.887/0001-31		Valor total (R\$):		3.445,00				
04/09/2020	16	65279 - ARMARIO MULTI USO COM CHAVE Marca: ANDRIEI		UNIDADE	5,00000	689,00000		3.445,00				
Fornecedor: 12414 - R.S. COMERCIO DE ELETROMESTICOS LTDA				CPF/CNPJ: 34.887.479/0001-41		Valor total (R\$):		13.221,00				
04/09/2020	17	5455 - BEBEDOURO ELÉTRICO BEBEDOURO ELETTRICO Marca: AGRATTO		UNIDADE	1,00000	480,00000		480,00				
04/09/2020	20	13704 - CHALEIRA ELÉTRICA 1,8 L, 220V OU BIVOLT Marca: AGRATTO		UNIDADE	3,00000	108,00000		324,00				
04/09/2020	25	65352 - FOGÃO DE PISO 05 BOCAS Marca: MUELLER		UNIDADE	1,00000	1.970,00000		1.970,00				
04/09/2020	28	37070 - MÁQUINA DE LAVAR ROUPAS Marca: CONSUL		UNIDADE	2,00000	2.150,00000		4.300,00				
04/09/2020	29	26763 - FORNO MICROONDAS 30 LITROS Marca: Midea		UNIDADE	3,00000	700,00000		2.100,00				
04/09/2020	31	51736 - SECADORA DE ROUPA 10 KG. Marca: Midea		UNIDADE	3,00000	1.349,00000		4.047,00				
Fornecedor: 12416 - R.S. VAREJO EIRELI				CPF/CNPJ: 31.322.368/0001-08		Valor total (R\$):		2.286,70				
04/09/2020	32	54661 - SUPORTE PARA TV Marca: BEDIN		UNIDADE	1,00000	22,80000		22,80				
04/09/2020	33	56001 - TELEFONE SEM FIO Marca: ELGIN		UNIDADE	1,00000	138,90000		138,90				
04/09/2020	34	65354 - TV LED 42" Marca: AOC		UNIDADE	1,00000	2.125,00000		2.125,00				
Fornecedor: 12412 - REAL RC INDUSTRIA E COMERCIO LTDA				CPF/CNPJ: 27.236.708/0001-00		Valor total (R\$):		6.559,00				
04/09/2020	1	59027 - TRAVESSEIRO Marca: DAMAIA		UNIDADE	20,00000	14,90000		298,00				
04/09/2020	10	57932 - TOALHA DE BANHO, 100% ALGODÃO Marca: GROH		UNIDADE	30,00000	11,00000		330,00				
04/09/2020	11	33092 - LENÇOL DE SOLTEIRO C/ ELÁSTICO Marca: REAL		UNIDADE	30,00000	17,70000		531,00				
04/09/2020	23	65280 - COLCHÃO D33 1,88 X 88 X 18 Marca: SONHOS		UNIDADE	15,00000	360,00000		5.400,00				
Fornecedor: 10810 - VIANTEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA				CPF/CNPJ: 32.275.325/0001-73		Valor total (R\$):		418,50				
04/09/2020	9	14833 - COBERTOR SOLTEIRO Marca: VIANTEX		UNIDADE	15,00000	27,90000		418,50				
Total Adjudicado (R\$):							53.230,36					

	<b>Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas</b> Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC CNPJ: 11.455.005/0001-25 Fone: (47) 3621-7700 <a href="https://www.pmc.sc.gov.br">https://www.pmc.sc.gov.br</a>	<b>Usuário:</b> Maurício Afonso	<b>Chave de Autenticação Digital</b> 1902-6282-978	<b>Página</b> 2 / 2
---	---	---------------------------------	---	------------------------

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

Total de licitações adjudicadas: 1


Total Geral Adjudicado (R\$): 53.230,36

**Winston Beyersdorff Lucchiari**  
Assessor Jurídico

**Gilberto dos Passos**  
Prefeito

## PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RDC FMAS 01.2020 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 2638165

 <p><b>Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas</b>          Rua Felipe Schmidt, 10 - Centro - 89.460-000 - Canoinhas/ SC          CNPJ: 11.455.005/0001-25 Fone: (47) 3621-7700  <a href="https://www.pmc.sc.gov.br">https://www.pmc.sc.gov.br</a></p>		<p><b>Usuário:</b> Maurício Afonso</p>	<p><b>Chave de Autenticação Digital</b> 1523-0572-897</p>	<p><b>Página</b> 1 / 1</p>
--	--	--	---	--------------------------------

## TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**Licitação:** RDC01/2020 **Modalidade:** Outros **Julgamento:** Global **Registro de preço:** Não **Controla quantidade:** Sim  
**Objeto:** EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA LAR DOS IDOSOS, SITUADA NA RUA SAULO DE CARVALHO, Nº 263, BAIRRO SOSSEGO, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

**Fornecedor:** 12353 - TFI ENGENHARIA LTDA **CPF/CNPJ:** 27.723.924/0001-72 **Valor total (R\$):** 160.818,80

Data	Item	Material/Serviço/Denominação	Un. Medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
08/09/2020	1	65336 - REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CASA LAR DOS IDOSOS	SERVIÇO	1,00000	160.818,80000	160.818,80

**Total Adjudicado (R\$):** 160.818,80

**Total de licitações adjudicadas: 1**

**Total Geral Adjudicado (R\$): 160.818,80**

**Winston Beyersdorff Lucchiar**  
Assessor Jurídico

**Gilberto dos Passos**  
Prefeito

# Capão Alto

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 056/2020

Publicação Nº 2638659

DECRETO Nº 056/2020

De 28 de julho de 2020.

"AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ANULAÇÃO DE DESPESA – PROGRAMA 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito do Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Orgânica Municipal, e na Lei nº 708/2019, DECRETA:

Art. 1º. Fica através de Decreto, aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar despesa:

Despesa 124 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso:100 - RECURSOS ORDINÁRIOS - 0.1.00	R\$40.000,00
TOTAL:	R\$40.000,00

Art. 2º - Para atendimento do remanejamento que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das seguintes despesas:

Cancelar parcialmente:

Despesa 131 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso:100 - RECURSOS ORDINÁRIOS - 0.1.00	R\$40.000,00
TOTAL:	R\$40.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto, 28 de julho de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 058/2020

Publicação Nº 2638661

DECRETO Nº 058/2020

De 11 de agosto de 2020.

INSTITUI PREGOEIRO MUNICIPAL, COMISSÃO MUNICIPAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO E EQUIPE DE APOIO DE PREGÃO UNIFICADO, ABRANGENDO OS FUNDOS MUNICIPAIS DE SAÚDE, ASSISTÊNCIA SOCIAL E PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão Alto, e também, especialmente nos termos dos artigos, 6º XVI; 9º, § 4º; e art. 51, da Lei Nacional nº 8.666, de 21 de junho de 1993, DECRETA:

Art. 1º-Fica nomeado o SR. ANDERSON JOSÉ LENZI DA SILVA (Mat. 930), funcionário concursado, como Pregoeiro da Administração Municipal.

Art. 2º - Fica nomeado o Sr. GLEIDSON TADEU DA SILVA VIEIRA (Mat. 1062), funcionário do Município de Capão Alto, como Presidente da Comissão Permanente de Licitação da administração Municipal, e membro da equipe de apoio dos pregões.

Art. 3º- Fica nomeada a Sra. FRANCIELE HIDELEBRANDO DOS SANTOS DE CORDOVA (Mat.1238), funcionária concursada, como membro da Comissão permanente de Licitação da Administração Municipal, e membro da equipe de apoio dos pregões.

Art. 4º- Fica nomeada a Sra. NATALIA PEREIRA DO AMARAL, (Mat. 1203), funcionária do Município de Capão Alto, como membro da Comissão Permanente e Licitação da Administração Municipal, e membro da equipe de apoio dos pregões.

Art. 5º- A Comissão Permanente de Licitação da Administração Municipal, e a equipe de apoio de Pregão Unificado, passa a ser constituída da seguinte forma:

I- GLEIDSON TADEU DA SILVA VIEIRA: Presidente;

II- FRANCIELE HIDELEBRANDO DOS SANTOS DE CORDOVA: Membro;

III- NATALIA PEREIRA DO AMARAL: Membro

Art. 6º- Fica revogado o Decreto nº 005/2020.

Art. 7º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Capão Alto, 11 de agosto de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 059/2020

Publicação Nº 2638663

DECRETO Nº 059/2020

De 11 de agosto de 2020.

“AUTORIZA A SUPLEMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/ANULAÇÃO DE DESPESA – PROGRAMA 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito do Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Orgânica Municipal, e na Lei nº 708/2019, DECRETA:

Art. 1º. Fica através de Decreto, aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar despesa:

Despesa 181 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso:34 - TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS A EDUCAÇÃO/SA	R\$157.000,00
TOTAL:	R\$157.000,00

Art. 2º - Para atendimento do remanejamento que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação total ou parcial das seguintes despesas:

Cancelar parcialmente:

Despesa 193 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso:34 - TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS A EDUCAÇÃO/SA	R\$50.000,00
Despesa 189 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso:34 - TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS A EDUCAÇÃO/SA	R\$60.000,00
Despesa 128 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas Fonte de recurso:34 - TRANSFERÊNCIA DE CONVÊNIOS UNIÃO/OUTROS (NÃO RELACIONADOS A EDUCAÇÃO/SA	R\$47.000,00.
TOTAL:	R\$157.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto, 11 de agosto de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 060/2020

Publicação Nº 2638664

DECRETO Nº 060/2020

De 12 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE AS NOVAS MEDIDAS DE ENFRENTAMENTO (HORÁRIO DE FECHAMENTO DO COMÉRCIO, PROIBIÇÃO DE AGLOMERAÇÃO EM PRAÇAS PÚBLICAS E USO OBRIGATÓRIO DE MÁSCARA, COM APLICAÇÃO DE MULTA PELO DESCUMPRIMENTO) POR TEMPO INDETERMINADO, DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão e demais cominações Legais, DECRETA:

CONSIDERANDO, a Portaria do Ministério da Saúde nº 1.565, de 18 de junho de 2020, que estabeleceu orientações gerais visando à prevenção, ao controle e à mitigação da transmissão da COVID-19, e à promoção da saúde física e mental da população brasileira, de forma a contribuir com as ações para a retomada segura das atividades e o convívio social seguro;

CONSIDERANDO, a Portaria Conjunta nº 20, de 18 de junho de 2020 do Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e

Trabalho, que estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais);

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, que declarou estado de calamidade pública em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE nº 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de enfrentamento à COVID-19, e estabeleceu outras providências;

CONSIDERANDO, o Decreto Estadual nº 740 de 24 de julho de 2020, o Decreto Estadual 630 de 01 de junho de 2020, que alterou o Decreto nº 562/2020, supramencionado em especial seu artigo 9º, o qual dispõe que a governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estadual e municipais;

CONSIDERANDO, o Alerta nº 062 da Central de Operações de Emergência em saúde - COES, de 11 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO, por fim, a Edição da Portaria SES-464 de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate a COVID19 e,

CONSIDERANDO EM ESPECIAL, as deliberações da ASSEMBLEIA GERAL DE PREFEITOS DA AMURES, realizada por vídeo-conferência, neste dia 31 de julho de 2020, que decidiu tornar as restrições descritas nesta deliberação, como sendo REGIONAL, bem como as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus, em complementação a ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus (Covid-19), e outras providências,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido por tempo indeterminado, os seguintes horários de funcionamento dos estabelecimentos a seguir descritos, no âmbito do município:

I – Mercados, supermercados, mercados atacadistas e congêneres:

- a) De 2ª (segunda-feira) à sábado – das 08h às 20h;
- b) Domingo (fechado).

Parágrafo único. Os bares, mercearias e lojas de conveniência conjugados, deverão atender os horários estabelecidos neste inciso.

II – Comércio em geral, incluindo galerias, shoppings e grandes lojas de departamentos:

- a) De 2ª (segunda-feira) a 6ª (sexta-feira) entre 08h e 20h
- b) Sábado – entre 08h e 12h
- c) Domingo – fechado

Parágrafo único. Não incluem-se nos horários fixados no inciso II, o comércio de medicamentos e de produtos hospitalares.

III – Postos de combustíveis e lojas de conveniências:

- a) De 2ª (segunda-feira) à sábado entre 05h e 22h
- b) Domingo – Até as 15h

Parágrafo primeiro. Excetuam-se do disposto neste inciso, apenas o comércio de combustíveis nos Postos de abastecimento situados às margens das rodovias.

Parágrafo segundo. Os bares, restaurantes, e mercearias conjugados, situados às margens das rodovias deverão atender os horários estabelecidos neste inciso.

IV – Academias de ginástica, musculação, crossfit funcionais, estúdios, pilates, danças, escolas de natação e hidroginástica, entre outros respeitando a taxa de ocupação de 30% e distanciamento de 1,5m entre as pessoas e equipamentos, com atendimento até:

- a) De 2ª (segunda-feira) à sexta entre 05h e 22h
- b) Domingo (fechado)

V - lanchonetes, food trucks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, tabacarias, adegas e similares deverão permitir o acesso de público até as 22h (vinte e duas horas), podendo permanecer no estabelecimento até no máximo 23h (vinte e três horas) de 2ª. (segunda-feira) a sábado, ficando fechado aos domingos;

Parágrafo único. Excetuam-se do horário previsto nos incisos VI e VII deste artigo, as atividades de entrega em domicílio (delivery) e retirada na porta ou balcão (take out) ou drive thru.

VI – As oficinas mecânicas prestarão serviços com atendimento ao público, de segunda à sexta das 08h às 19h e sábado, das 08h às 12h.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste inciso, apenas os estabelecimentos situados às margens das rodovias.

VII - Prestadores de Serviços com atendimento direto ao público, excetuando-se as atividades da saúde:

a) De 2ª (segunda-feira) a 6ª (sexta-feira) das 08h às 19h

b) Sábado – das 08h às 12h

c) Domingo – fechado

§1º. Excetuam-se do disposto na alínea 'b' deste inciso (sábado), os salões de beleza, barbearias e congêneres que será permitido atendimento ao público até as 18h (dezoito horas).

§2º. Nos horários definidos neste decreto, para término de atendimento, o estabelecimento obrigatoriamente deverá fechar as portas de entrada, não permitindo mais o acesso de pessoas.

Art. 2º. Os estabelecimentos comerciais deverão observar rigorosamente as regras contidas nas normativas em vigor editadas pelo Estado de Santa Catarina e autoridades sanitárias, em especial:

I - o uso obrigatório de máscara;

II - disponibilizar solução alcoólica 70%, para utilização, quando da entrada e saída do(s) usuário(s);

III – outras orientações realizadas pelas autoridades de saúde e sanitárias do Município.

Parágrafo único. O descumprimento do disposto neste artigo, poderá sujeitar ao proprietário do estabelecimento a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 3º. Os estabelecimentos que comercializam gêneros alimentícios, bancos e comércio em geral recomenda-se permitir a entrada de pessoas em até 50% (cinquenta por cento) da capacidade de público e aferição de temperatura.

§ 1º. Quando a temperatura for aferida acima de 37,7, recomenda-se que o estabelecimento oriente o usuário a se direcionar ao atendimento no Centro de Triagem.

§ 2º. Incluem-se na limitação prevista no caput os estabelecimentos referidos nos incisos VI e VII do art. 1º deste Decreto;

Art. 4º. Recomenda-se que o acesso aos estabelecimentos referidos no artigo 3º seja realizado por apenas 1 (uma) pessoa por família.

Art. 5º. Ficam suspensas até 28 de agosto de 2020 no âmbito do município:

I – eventos esportivos organizados pela Fundação Municipal de Esportes, assim como os eventos e as competições esportivas da iniciativa privada, de acordo com o previsto no Decreto Estadual 719/2020;

II - as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos que acarretam reunião de público, de acordo com o previsto no Decreto Estadual 719/2020;

III - As cirurgias eletivas nos Hospitais referência da COVID-19;

IV - Os agendamentos de consultas nas Unidades Básicas de Saúde.

Parágrafo único. Os atendimentos das Unidades Básicas de Saúde serão por demanda espontânea das pessoas que buscarem o serviço, através da análise de classificação de risco.

Art. 6º. Amplia o prazo de aceitação pelo Município, de prescrições para medicamento de uso contínuo, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, de 06 (seis) meses para 12 (meses).

Art. 7º. Permanecem suspensas no município, por tempo indeterminado:

I - as aulas nos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIMs), Escolas Municipais de Educação Básica.

§ 1º. A Secretaria Municipal da Educação fica autorizada a realizar atividades pedagógicas em regime especial, de forma não presencial, no âmbito do Sistema Municipal de Educação, através de ato próprio;

§ 2º. Regime especial das atividades pedagógicas não presenciais acontecerá enquanto durar a suspensão das aulas presenciais no Município;

§ 3º Os profissionais do magistério e os servidores do quadro geral de pessoal com atuação nas Unidades de Ensino do Município, deverão cumprir as determinações da Secretaria da Educação, visando a garantia da execução das atividades pedagógicas, administrativas e outras necessárias, considerando a relevância dos serviços, para o enfrentamento da pandemia decorrente da COVID-19.

Art. 8º. As igrejas, templos religiosos e afins são autorizados a permanecerem abertos durante o período de enfrentamento da pandemia causada pela COVID-19 seguindo, além das demais regras sanitárias vigentes, as orientações:

I – lotação máxima de até 30% (trinta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

II – os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma

física aqueles que não puderem ser ocupados;

III – assegurar que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

Art. 9. É obrigatório:

I – O distanciamento de um metro e meio entre as pessoas em qualquer ambiente;

II - o uso de máscara de proteção pela população, em todo o território do município de Capão Alto.

Parágrafo único. Observadas as regras vigentes de obrigatoriedade de uso de solução alcóolica 70% quando da entrada e saída de estabelecimentos, transporte público, taxi e/ou aplicativo, é recomendável sempre que possível a higienização das mãos, em especial quando houver necessidade de contato com outras pessoas, de deslocamento em vias públicas, ou de outra medida que interrompa, provisoriamente, o isolamento social;

Art. 10. A utilização de máscaras de proteção não importará em prejuízo à observância das demais recomendações profiláticas e de isolamento social expedidas pelas autoridades públicas.

Art. 11. Fica proibido, por tempo indeterminado, a realização e/ou permanência em aglomerações de pessoas, nos espaços públicos, tais como praças, parques, calçadas e assemelhados, sendo aceitáveis, apenas, as movimentações de natureza transitória.

Art. 12. Os pacientes da rede pública e/ ou privada que eventualmente descumprirem as medidas de isolamento impostas pela Central de monitoramento, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis, estarão sujeitos a:

Parágrafo único. Multa de 01(uma) UFM - Unidade Fiscal do Município, valor de R\$ 52,90 (cinquenta e dois reais e noventa centavos) por descumprimento.

Art. 13. É obrigatória a notificação à autoridade sanitária local, pelos médicos e/ou responsáveis por estabelecimentos públicos e particulares de saúde no exercício da profissão, a ocorrência de fato comprovado ou presumível de Coronavírus (COVID-19), conforme previsão contida no artigo 8º da Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no caput constitui infração sanitária e sujeitará ao infrator às penalidades previstas na legislação sanitária vigente, sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

Art. 14. Ficam estabelecidas, em todo o território do município, as seguintes medidas de restrição a serem observadas pelas organizações públicas e privadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 em ambientes de trabalho:

I - distanciamento social:

a) a organização deve adotar medidas para aumentar o distanciamento e evitar o contato pessoal entre trabalhadores e entre esses e o público externo;

b) deve ser mantida distância mínima de um metro e meio entre os trabalhadores e entre os trabalhadores e o público;

c) a organização deve priorizar agendamentos de horários de atendimento para evitar aglomerações e para distribuir o fluxo de pessoas;

d) a organização deve priorizar medidas para distribuir a força de trabalho ao longo do dia, evitando concentrações nos ambientes de trabalho;

e) a organização deve promover teletrabalho ou trabalho remoto, sempre que possível;

f) devem ser evitadas reuniões presenciais e, quando indispensáveis, manter o distanciamento de um metro e meio entre os trabalhadores.

II - trabalhadores idosos ou do grupo de risco:

a) devem receber atenção especial, priorizando-se sua permanência na residência em teletrabalho ou trabalho remoto ou, ainda, em atividade ou local que reduza o contato com outros trabalhadores e o público, quando possível;

b) não sendo possível a permanência na residência ou trabalho remoto, deve ser priorizado trabalho em local arejado e higienizado ao fim de cada turno de trabalho.

III - Fica proibido a realização de reuniões, festas e eventos em propriedades urbanas e rurais situadas no município de Capão Alto.

a) O descumprimento do disposto neste inciso, poderá, de imediato, sujeitar o organizador do evento/festa, locatário do imóvel e/ou proprietário do imóvel, aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, ainda a aplicação de multa no valor de 10 (dez) UFM - Unidade Fiscal municipal e sem prejuízo das demais sanções penais cabíveis.

b) O proprietário do imóvel será responsabilizado nos termos da alínea `a desde que comprovada sua anuência com a realização do evento.

Art. 15. As instituições de longa permanência para idosos e congêneres devem proibir as visitas externas, além de adotar os protocolos de higiene dos profissionais e ambientes e o isolamento dos sintomáticos respiratórios.

Art. 16. Recomenda-se que os velórios sejam restritos aos familiares até o 2º grau.

Art. 17. O uso de bebedouros de pressão deve observar os seguintes critérios:

I - Lacrar as torneiras a jato que permitem a ingestão de água diretamente dos bebedouros, de forma que se evite o contato da boca do usuário com o equipamento;

II - Garantir que o usuário não beba água diretamente do bebedouro, para evitar contato da boca com a haste (torneira) do bebedouro;

III - Caso não seja possível lacrar ou remover o sistema de torneiras com jato de água, o bebedouro deverá ser substituído por equipamento que possibilite retirada de água apenas em copos descartáveis ou recipientes de uso individual;

IV - Caso o estabelecimento possua implantado em sua rotina a utilização de utensílios permanentes (canecas, copos, etc.), estes deverão ser de uso exclusivo de cada usuário, devendo ser higienizados rigorosamente;

V - Higienizar frequentemente os bebedouros.

Art. 18. O Município atuará, através do Comitê de Gestão de Crise, no combate à elevação arbitrária de preços dos insumos e serviços relacionados ao enfrentamento da COVID-19.

Art. 19. Ficarão sujeitos as sanções previstas na Lei Complementar nº 062/05, o responsável pelo imóvel residencial onde for constatada aglomeração de pessoas, vedadas por este Decreto.

Art. 20. O descumprimento do disposto neste Decreto poderá ensejar a penalidade prevista no art. 268 do Código Penal (infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa), passível de detenção e multa.

Parágrafo único. Sem prejuízo do contido no caput, os estabelecimentos que não cumprirem com as condições de posturas e sanitárias deste Decreto, serão interditados por um período de 01 (um) dia. A cada reincidência o período de interdição será dobrado sucessivamente.

Art. 21. Caberá as autoridades de saúde, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, a qual terá autonomia para interditar e/ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que os estabelecimentos/serviços estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19.

Art. 22. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capão Alto, 12 de agosto de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 061/2020

Publicação Nº 2638667

DECRETO Nº 061/2020  
De 12 de agosto de 2020.

“CONSTITUI COMISSÃO INTERSETORIAL RESPONSÁVEL PELA FASE DE RETORNO AS ATIVIDADES DE APRENDIZAGENS PRESENCIAIS PREVISTA NO PLANO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, EM FACE DA SUSPENSÃO DAS AULAS PRESENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito do Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 509 e 515, de 17 de março de 2020, e os Decretos Municipais nº 020, 23, 026, 028, 030, 031, 033 e 036 de 2020, referente às medidas adotadas para contenção da proliferação da Pandemia do COVID-19/Coronavírus, bem como, o atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Capão Alto;

CONSIDERANDO a situação atual vivenciada, os desafios e os mecanismos de solução desenvolvidos para trazer durante a Pandemia, a Educação, para dentro da realidade de isolamento social das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos atendidos pela Rede Municipal de Educação de Capão Alto;

CONSIDERANDO a retomada gradual dos trabalhos presenciais dos profissionais da Rede Municipal de Educação de Capão Alto, organizada de forma diferenciada, promovendo um diálogo com os demais setores, com redução de riscos e traumas voltados para o sentido biopsiossocial do servidor,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão Intersectorial responsável pela Fase de Retorno as Atividades de Aprendizagens Presenciais prevista no Plano da Secretaria Municipal de Educação, em face da suspensão das aulas presenciais, com representantes dos seguintes Órgãos:

- I- Mirtes Terezinha Branco de Melo – Presidente;
- II- Suzana Aparecida de Jesus – Secretária;
- III- André Pereira Arruda – Membro;
- IV- Solange de Lourdes Ribeiro da Silva – Membro;
- V- Otília Silvana Matos de Souza – Membro;
- VI- Nilvo Dal' Lago - Membro;
- VII- Cristiane Três dos Santos - Membro;
- VIII- Gislaine Freitas de Jesus Antunes Pereira - Membro;
- IX- Dairis da Silva - Membro;
- X- Kátia dos Santos Oliveira - Membro;
- XI- Liliane Cristina Santos Ribeiro – Membro.

Art. 2º. A Comissão Intersectorial nomeada é responsável pela elaboração e monitoramento do Plano de Retorno às atividades presenciais dos alunos da Rede Municipal de Educação, em decorrência dos efeitos da Pandemia de Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Município de Capão Alto.

Parágrafo Único. As decisões devem ser tomadas em conjunto com os setores envolvidos e serão implementadas pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Capão Alto, 12 de agosto de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 062/2020

Publicação Nº 2638668

DECRETO Nº 062/2020  
De 17 de agosto de 2020.

“INSTITUI O GABINETE EMERGENCIAL DE PREVENÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO COVID-19 (CORONAVÍRUS) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito do Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 509 e 515, de 17 de março de 2020, e os Decretos Municipais nº 020, 23, 026, 028, 030, 031, 033 e 036 de 2020, referente às medidas adotadas para contenção da proliferação da Pandemia do COVID-19/Coronavírus, bem como, o atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Capão Alto;

CONSIDERANDO a situação atual vivenciada, os desafios e os mecanismos de solução desenvolvidos para trazer durante a Pandemia, a Educação, para dentro da realidade de isolamento social das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos atendidos pela Rede Municipal de Educação de Capão Alto;

CONSIDERANDO,

DECRETA:

1. Fica instituído o Gabinete Emergencial de prevenção e acompanhamento do COVID-19 (coronavírus) no âmbito do município de Capão Alto, assim constituído:

- I- Gislaine Freitas de Jesus Antunes Pereira - Presidente;
- II- Mirtes Terezinha Branco de Melo – Membro;
- III- André Pereira Arruda – Membro;
- IV- Cristiane Três dos Santos - Membro;
- V- Gislaine Freitas de Jesus Antunes Pereira - Presidente;
- VI- Dairis da Silva - Membro;
- VII- Kátia dos Santos Oliveira - Membro;
- VIII- Liliane Cristina Santos Ribeiro – Membro;
- IX- João Luiz Marciano – Membro.

Parágrafo único. Também participarão do Gabinete Emergencial, como membros convidados, representantes:

I - Câmara de Vereadores  
II - Conselho Municipal de Saúde;  
III - Conselho Municipal de Educação;  
IV - Coordenadoria Regional de Educação – GERED;  
V - Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina;  
VI - Coordenadoria Regional de Defesa Civil de Santa Catarina;  
XI - Polícia Militar de Santa Catarina;  
XII - Polícia Civil de Santa Catarina;  
XVII - Ministério Público de Santa Catarina;  
XVIII - Poder Judiciário;

Art. 2º. O Gabinete de Gestão de Crise reunir-se-á regularmente uma vez por semana, com início no dia 20 de agosto de 2020.

Parágrafo Único. As decisões devem ser tomadas em conjunto com os setores envolvidos e serão implementadas pelos órgãos competentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Capão Alto, 17 de agosto de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 063/2020

Publicação Nº 2638670

DECRETO Nº 063/2020  
De 18 de agosto de 2020.

“REVOGA, ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO DECRETO Nº 060/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão e demais cominações Legais,

CONSIDERANDO, a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020.

DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o Parágrafo único do artigo 1º do Decreto nº 060/2020.

Art. 2º- Da nova redação ao inciso V do artigo 1º do Decreto nº 060/2020, passando a vigor da seguinte forma:

(...)

V - Lanchonetes, food trucks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, tabacarias, adegas e similares deverão permitir o acesso de público até as 20h (vinte horas), podendo permanecer no estabelecimento até no máximo 21h (vinte e uma horas) de 2ª. (segunda-feira) a sábado, ficando fechado aos domingos.

Art. 3º- Dá nova redação ao Parágrafo único do inciso V, do artigo 1º do Decreto nº 060/2020, passando a vigor da seguinte forma:

(...)

Parágrafo único. Excetuam-se do horário previsto no caput deste artigo, as atividades de entrega em domicílio (delivery) e retirada na porta ou balcão (take out) ou drive thru.

Art. 4º- Dá nova redação ao §1º do inciso VII do artigo 1º do Decreto nº 060/2020, passando a vigor da seguinte forma:

(...)

§1º. Excetuam-se do disposto na alínea 'b' deste inciso (sábado), os salões de beleza, barbearias e congêneres que será permitido atendimento ao público até as 20h (vinte horas).

Art. 5º. Fica acrescentado o § 1º ao artigo 18º do Decreto nº 060/2020, passando a vigor da seguinte forma:

(...)

§1º - Ficam suspensos por 14 (quatorze) dias, no âmbito do Poder Executivo Municipal o atendimento ao público em todos os órgãos, exceto aquelas consideradas essenciais a partir de 20 de agosto de 2020 (quinta-feira), inclusive.

Art. 6º- Fica acrescentado o § 2º ao artigo 18º do Decreto nº 060/2020, passando a vigor da seguinte forma:

(...)

§2º -Para fins do §1º deste artigo, no âmbito do Poder Executivo Municipal, consideram-se serviços públicos essenciais as atividades

finalísticas da:

I – Secretaria Municipal de Saúde;

II – Defesa Civil.

III- Secretaria de Assistência Social

Art. 7º- Fica acrescentado o § 3º ao artigo 18º do Decreto nº 060/2020, passando a vigor da seguinte forma:

(...)

§ 3º - Resolução do Gabinete Emergencial de Prevenção e Acompanhamento do Covid-19, poderá considerar outros órgãos e outras entidades do Poder Executivo Municipal como prestadores de serviços públicos essenciais.

Art. 8º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Capão Alto, 18 de agosto de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 064/2020

Publicação Nº 2638671

DECRETO Nº 064/2020

De 24 de agosto de 2020.

“REVOGA E ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 060/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 99, VII, da Lei Orgânica Municipal de Capão e demais cominações Legais, DECRETA:

Art. 1º- Fica revogado o parágrafo único do inciso I, do artigo 1º do Decreto nº 060/2020.

Art. 2º- Da nova redação ao inciso V do artigo 1º do Decreto nº 060/2020, passando a vigor da seguinte forma:

(...)

V - Lanchonetes, food trucks, cafeterias, padarias, confeitarias, bares, tabacarias, adegas e similares deverão permitir o acesso de público até as 20h (vinte horas), podendo permanecer no estabelecimento até no máximo 21h (vinte e uma horas) de 2ª (segunda-feira) a sábado.

Art. 3º- Dá nova redação ao Parágrafo único do inciso V, do artigo 1º do Decreto nº 060/2020, passando a vigor da seguinte forma:

(...)

Parágrafo único. Aos domingos, serão permitidas as atividades de entrega em domicílio (delivery) e retirada na porta ou balcão (take out) ou drive thru.

Capão Alto, 24 de agosto de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

## EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº FMAS001/2020 - P. FMAS004/2020 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / CAPÃO ALTO-SC

Publicação Nº 2638800

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NºFMAS001/2020

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO INSTRUMENTO que teve origem do Processo de Licitação de número FMAS004/2020

Espécie: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: FMAS001/2020,

Entre FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL e:

SOMA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA (26.621.024/0001-51) R\$121.225,00

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS - EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS - EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER AS DEMANDAS ACOLHIDAS PELA EQUIPE TÉCNICA DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS, EQUIPE DE MÉDIA COMPLEXIDADE,

ASSISTENTE SOCIAL DA SAS) DE CAPÃO ALTO SC

Município de CAPÃO ALTO – SC, 10/08/2020  
KATIA DOS SANTOS OLIVEIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº PMCA006/2020 - P. Nº PMCA009/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO-SC**

Publicação Nº 2638846

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

EXTRATO CONTRATO PMCA Nº PMCA006/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO DO CONTRATO PÚBLICO PMCA006/2020 do Processo de Licitação de número PMCA009/2020  
Espécie: CONTRATO NUMERO: PMCA006/2020 ,  
Entre PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO e: CONSTRUTORA BRANGER LTDA no valor de R\$ 172.977,23.  
Objeto:  
PAVIMENTAÇÃO DA AREA URBANA RUA JOSE ANTUNES DE CórDOVA ( REPASSE ESTADUAL)

Município de CAPÃO ALTO – SC, 09/06/2020  
TITO PEREIRA FREITAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

## **EXTRATO DE CONTRATO Nº PMCA007/2020 - P. Nº PMCA014/2020 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO-SC**

Publicação Nº 2638855

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

EXTRATO CONTRATO Nº PMCA007/2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO torna público para conhecimento dos interessados EXTRATO CONTRATO PÚBLICO PMCA007/2020 do Processo de Licitação de número PMCA014/2020  
Espécie: CONTRATO NUMERO: PMCA007/2020 ,  
Entre PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO e: SERVIÇOS DUARTE & FERREIRA LTDA no valor de R\$ 139.027,51.  
Objeto:  
CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL MUNICIPAL "EVERSON LUIZ RIBEIRO DA SILVA" COM BANHEIROS, IRRIGAÇÃO, DRENAGEM, PLANTIO DE GRAMA, TRAVES, ALAMBRADO E DEMAIS BENFEITORIAS COM MATERIAL E MÃO DE OBRA CONFORME PROJETOS E DOCUMENTOS ANEXOS AO PROCESSO DE LICITAÇÃO  
Município de CAPÃO ALTO – SC, 10/06/2020  
TITO PEREIRA FREITAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

## **LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2020**

Publicação Nº 2638681

LEI COMPLEMENTAR Nº 191/2020  
De 18 de agosto de 2020.

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 63 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 059/2005, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica, APROVA e SANCIONA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica alterada a redação do artigo 63 da Lei Complementar nº 059/2005, passando a vigor com a seguinte redação:

(...)

Art. 63º. O Conselho será formado por:

a) 03 (três) representantes da Prefeitura Municipal;

- b) 02 (dois) representantes da Câmara de Vereadores;
- c) 01 (um) representante da Associação Comercial/Industrial;
- d) 01 (um) representante de CTG - Centro Tradicionalista Gaúcho;
- e) 01 (um) representante dos Engenheiros e Arquitetos;

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Capão Alto, 18 de agosto de 2020.

TITO PEREIRA FREITAS  
Prefeito Municipal

## Capinzal

## PREFEITURA

## PMC CONTRATO 0154/2020 M

Publicação N° 2638073

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato N°.: 0154/2020 M Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: PLANETA VIP LAVAGEM DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Valor ..... : 15.410,00 (quinze mil, quatrocentos e dez reais) Vigência ..... : Início: 10/09/2020 Término: 10/09/2021 Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 46/2020 Processo_Licitatório.....: 000105 / 2020 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de lavagem dos veículos da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais. CONTEMPLA: Prefeitura Municipal: R\$ 5.980,00 Fundo Municipal de Saúde: R\$ 6.210,00 Fundo Municipal de Assistência Social: R\$ 2.760,00 Fundação Municipal de Esportes: R\$ 460,00	
Capinzal, 10 de Setembro de 2020	

## PMC CONTRATO 0155/2020 M

Publicação N° 2638076

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	
Contrato N°.: 0155/2020 M Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL Contratada...: TIAGO JEDERSON CARDOSO DA SILVA 10593555902 Valor ..... : 4.060,00 (quatro mil e sessenta reais) Vigência ..... : Início: 10/09/2020 Término: 10/09/2021 Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 46/2020 Processo_Licitatório.....: 000105 / 2020 Recursos ..... : Dotação: Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de lavagem dos veículos da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.	
Capinzal, 10 de Setembro de 2020	

## PMC CONTRATO 0156/2020 M

Publicação N° 2638079

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	
-----	

Contrato N°...: 0156/2020 M  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL  
Contratada...: EMERSON RODRIGO HENZ 03235053921  
Valor ..... : 50.690,00 (cinq-enta mil, seiscentos e noventa reais)  
Vigência ..... : Início: 10/09/2020 Término: 10/09/2021  
Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 46/2020  
Processo\_Licitatório.....: 000105 / 2020  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de lavagem dos veículos da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.  
CONTEMPLA:  
Prefeitura Municipal de Capinzal: R\$ 16.440,00  
Fundo Municipal de Saúde: R\$ 34.250,00

Capinzal, 10 de Setembro de 2020

## PMC CONTRATO 0157/2020 M

Publicação N° 2638084

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°...: 0157/2020 M

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada...: JUSSARA DE MELO LAVACAO - ME

Valor ..... : 109.950,00 (cento e nove mil novecentos e cinq-enta reais)

Vigência ..... : Início: 10/09/2020 Término: 10/09/2021

Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 46/2020

Processo\_Licitatório.....: 000105 / 2020

Recursos ..... : Dotação:

Objeto ..... : REGISTRO DE PREÇO para contratação de serviços de lavagem dos veículos da frota da Municipalidade. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

Capinzal, 10 de Setembro de 2020

## PORTARIA 0936/2020

Publicação N° 2638145

PORTARIA N° 0936, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Readapta servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no artigo 23 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Readaptar, conforme laudo médico, pelo período de 10 de agosto de 2020 a 09 de agosto de 2021, a servidora Elisangela Frizzo, matrícula nº 309168/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência E, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, sem alteração de classe ou referência, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Parágrafo único: A servidora deve trabalhar fora de sala de aula.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0937/2020**

Publicação Nº 2638144

PORTARIA Nº 0937, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Ketlen Karine Vargas, matrícula nº 407477/08, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira, em substituição a Vanderleia Lurdes Danielli, que se exonerou.

Parágrafo único: A servidora fica contratada a contar de 03 de agosto a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0938/2020**

Publicação Nº 2638146

PORTARIA Nº 0938, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Francieli Aparecida Cazara Faccin, matrícula nº 328758/07, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira, em substituição a Vanderleia Lurdes Danielli, que se exonerou.

Parágrafo único: A servidora fica contratada a contar de 03 de agosto a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0939/2020**

Publicação Nº 2638147

PORTARIA Nº 0939, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Sidinei Antonio Antunes, matrícula nº 410386/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, no EJA.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 10 de agosto a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 0940/2020**

Publicação N° 2638148

PORTARIA N° 0940, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Alexandre Roca Nascimento, matrícula nº 407441/05, para exercer as funções do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing.

Parágrafo único: O servidor fica contratado pelo período de 03 de agosto a 18 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 0941/2020**

Publicação N° 2638152

PORTARIA N° 0941, DE 10 DE AGOSTO DE 2020  
Concede Licença Prêmio a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar nº 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o nº 174061/2019, à servidora Alessandra Aparecida Teixeira Savaris, matrícula nº 326178/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 8, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 03 de fevereiro de 2008 a 02 de fevereiro de 2013, pelo período de 30 de julho a 29 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 10 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0958/2020**

Publicação N° 2638140

PORTARIA N° 0958, DE 17 DE AGOSTO DE 2020  
Concede Licença Prêmio a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei Complementar n° 167, de 21 de março de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio, conforme requerimento protocolado sob o n° 1785/2020, à servidora Alesandra Cabral, matrícula n° 326160/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Nível 1, classe 7, referência B, conforme o anexo IV da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, referente ao quinquênio de 01 de fevereiro de 2012 a 14 de setembro de 2017, pelo período de 17 de agosto a 16 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0959/2020**

Publicação N° 2638139

PORTARIA N° 0959, DE 17 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o n° 1826/2020, a contar de 17 de agosto de 2020, Monaliza Salete Godoy Zan-chetta, matrícula n° 410160/03, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme anexo I da Lei Complementar n° 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0961/2020**

Publicação N° 2638127

PORTARIA N° 0961, DE 18 DE AGOSTO DE 2020  
Concede licença para tratar de interesses particulares

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do artigo 71 da Lei Complementar n° 006, de 05 de março de 1991 e em resposta ao requerimento protocolado sob o n° 1828/2020, resolve:

Art. 1º Conceder Licença para Tratar de Interesses Particulares à servidora Ana Aparecida Schmidt, matrícula n° 399167/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência G, conforme anexo I da Lei Complementar n° 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Creche Municipal Primeiros Passos, pelo período de 18 de agosto a 31 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 18 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0962/2020**

Publicação Nº 2638130

PORTARIA Nº 0962, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Ana Carolina Weber Welter, matrícula nº 410116/08, para exercer as funções do cargo Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, com carga horária de dez (10) horas semanais, na Escola Municipal Ivo Silveira, em substituição a titular Alesandra Cabral, que está em Licença Prêmio.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 19 de agosto a 18 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0964/2020**

Publicação Nº 2638132

PORTARIA Nº 0964, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga contrato de servidor por tempo determinado

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o disposto na Lei nº 2.178/1999 e 3.149/2014, resolve:

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora Edineia Martins Pereira, matrícula nº 410423/02, até 30 de novembro de 2020.

Art. 2º A servidora exerce as funções do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de quarenta (40) horas semanais, na Creche Municipal Primeiros Passos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 13 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0965/2020**

Publicação Nº 2638133

PORTARIA Nº 0965, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Cessa efeito de portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0809/2020, que colocou a servidora Roseli da Silva Correia, matrícula nº 410426/02, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, à disposição da CIALAR.

Parágrafo único: A servidora fica à disposição da Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 11 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 0966/2020**

Publicação Nº 2638135

PORTARIA Nº 0966, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Remove servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições legais que lhe conferem o disposto no inciso III do artigo 35 da Lei Complementar nº 006 de 05 de março de 1991, resolve:

Art. 1º Remover, em caráter temporário, por interesse do serviço público, a servidora Sirlei Cassuba, matrícula nº 333514/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, do Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente para a Escola Municipal Belisário Pena.

Art. 2º A servidora fica removida, pelo período de 17 de agosto a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 17 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

## **PORTARIA 0967/2020**

Publicação Nº 2638136

PORTARIA Nº 0967, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição do EJA, a contar de 19 de agosto de 2020, a servidora Maria Josimari Correa, matrícula nº 410167/04, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 19 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0968/2020**

Publicação Nº 2638138

PORTARIA Nº 0968, DE 19 DE AGOSTO DE 2020

Coloca servidor à disposição

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Colocar à disposição da Escola Municipal Ivo Silveira, a contar de 20 de agosto de 2020, a servidora Riceli Aparecida Rosa, matrícula nº 407467/04, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 20 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0970/2020**

Publicação Nº 2638161

PORTARIA Nº 0970, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 24 de agosto a 22 de outubro de 2020, conforme requerimento protocolado sob o nº 1671/2020, da servidora Patricia Viganó Zanini, matrícula nº 407511/01, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 7, referência A, conforme o Anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 24 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**PORTARIA 0972/2020**

Publicação Nº 2638159

PORTARIA Nº 0972, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

Reduz carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Complementar nº 3.369, de 19 de junho de 2020, e conforme requerimento protocolado sob o nº 1844/20220, resolve:

Art. 1º Reduzir a carga horária, em vinte (20) horas semanais, do servidor Jose Alberto Lucas de Mello, matrícula nº 410221/04, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º O servidor passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 18 de agosto a 18 de dezembro de 2020.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 18 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

### **PORTARIA 0973/2020**

Publicação Nº 2638157

PORTARIA Nº 0973, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a contar de 05 de agosto de 2020, Natieli Madruga e Souza, matrícula nº 410537/02, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

### **PORTARIA 0974/2020**

Publicação Nº 2638156

PORTARIA Nº 0974, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a contar de 05 de agosto de 2020, Marlei Natalino Farencena, matrícula nº 399701/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

### **PORTARIA 0975/2020**

Publicação Nº 2638155

PORTARIA Nº 0975, DE 24 DE AGOSTO DE 2020

Exonera servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Exonerar, por término de contrato, a contar de 17 de agosto de 2020, Tania Masson Poier, matrícula nº 333808/05, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme anexo IV da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de agosto de 2020.

NILVO DORINI  
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

VERANICE MARIA LOVATEL  
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020 - ESPAÇOS CULTURAIS**

Publicação Nº 2638680

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2020  
"Espaços Culturais"**

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.**

O Município de Capinzal, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, em consonância com a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, torna públicas e abertas as inscrições para o chamamento público edital "Espaços Culturais".

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do Edital "Espaços Culturais", a seleção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias do Município de Capinzal com fins a subsidiar com aporte financeiro espaços que tiveram suas atividades comprometidas ou interrompidas devido à vigência do estado de emergência em saúde pública no Estado de Santa Catarina, instituído pelo Decreto nº 515, de 17 de março de 2020, que estabelece medidas para prevenção, controle e contenção da pandemia de COVID-19. Assim, a Prefeitura de Capinzal, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes em cumprimento ao inciso II do *caput* do artigo 2º da lei federal nº 14.017/2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, selecionará com base em critérios pré-estabelecidos e sob documentação comprobatória espaços que permanecem mais vulneráveis aos efeitos do estado de emergência.

1.2. Este edital de chamamento público regulamenta a distribuição de subsídio mensal a espaços culturais com recursos oriundos da Lei nº 14.017/2020, na forma do seu art. 8º, a seguir:

*"Art. 8º Compreendem-se como espaços culturais todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais, tais como:*



- I - pontos e pontões de cultura;*
- II - teatros independentes;*
- III - escolas de música, de capoeira e de artes e estúdios, companhias e escolas de dança;*
- IV - circos;*
- V - cineclubes;*
- VI - centros culturais, casas de cultura e centros de tradição regionais;*
- VII - museus comunitários, centros de memória e patrimônio;*
- VIII - bibliotecas comunitárias;*
- IX - espaços culturais em comunidades indígenas;*
- X - centros artísticos e culturais afrodescendentes;*
- XI - comunidades quilombolas;*
- XII - espaços de povos e comunidades tradicionais;*
- XIII - festas populares, inclusive o carnaval e o São João, e outras de caráter regional;*
- XIV - teatro de rua e demais expressões artísticas e culturais realizadas em espaços públicos;*
- XV - livrarias, editoras e sebos;*
- XVI - empresas de diversões e produção de espetáculos;*
- XVII - estúdios de fotografia;*
- XVIII - produtoras de cinema e audiovisual;*
- XIX - ateliês de pintura, moda, design e artesanato;*
- XX - galerias de arte e de fotografias;*
- XXI - feiras de arte e de artesanato;*
- XXII - espaços de apresentação musical;*
- XXIII - espaços de literatura, poesia e literatura de cordel;*
- XXIV - espaços e centros de cultura alimentar de base comunitária, agroecológica e de culturas originárias, tradicionais e populares;*
- XXV - outros espaços e atividades artísticas e culturais validados nos cadastros aos quais se refere o art. 7º desta Lei.*

## **2. DA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS**

2.1. Os recursos financeiros necessários para o desenvolvimento deste edital são oriundos de subsídio gerado pela lei federal nº 14.017/2020 referente ao inciso II do artigo 2º - auxílio financeiro mensal a espaços culturais que serão distribuídos considerando critérios de pontuação definidos pela CIC (Comissão Intersetorial de Cultura).



2.2. Serão pagas aos espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias do Município de Capinzal, parcelas que podem variar entre R\$ 3.000,00 (três mil reais) e R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo o número dessas parcelas pós-estabelecido de acordo com a demanda.

### 3. DA PARTICIPAÇÃO

3.1 Podem habilitar-se a participar do chamamento:

- a) Pessoas físicas, maiores de 18 (dezoito) anos que representem espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias com sede no município de Capinzal.
- b) Pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, cuja finalidade estatutária esteja contemplada no âmbito cultural e que representem espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias, devidamente registradas em Capinzal/SC.
- c) Estar cadastrado no mapeamento municipal de cultura disponível no site da Prefeitura Municipal de Capinzal.
- d) Ter 02 (dois) anos de comprovação de efetiva atividade no âmbito cultural nos vinte e quatro meses imediatamente anteriores à data de publicação da [Lei nº 14.017, de 2020](#) de 29/06/2020.

3.2 É vedada a participação neste edital de chamamento público:

- a) Servidores públicos ativos da Prefeitura Municipal de Capinzal;
- b) Pessoas físicas e jurídicas que tenham sede fora do município de Capinzal.
- c) Componentes da Comissão avaliadora designada para este edital.
- d) Espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela;
- e) Espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas;
- f) Teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais;
- g) Espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S;

3.3 O Proponente deve optar em realizar inscrição como Pessoa Física (CPF) ou Pessoa Jurídica (CNPJ) não podendo realizar inscrição em ambas as modalidades. Caso no cruzamento de dados for observada a existência de mais de uma proposta inscrita pelo mesmo proponente e/ou quadro societário, diretoria, todas as propostas serão desclassificadas.

3.4 Os inscritos autorizam, desde já, à Diretoria de Cultura do Município de Capinzal, o direito de realizar arquivamento de registro documental pelo prazo de 10 (dez) anos e consulta através da Lei



de Acesso à Informação e outras necessidades próprias ao serviço público, auditoria e prestação de contas ao Tribunal de Contas da União, e/ou utilizar os mesmos em suas ações, quando entenderem oportuno.

3.5 Como contrapartida, o art. 9º da Lei nº 14.017/2020, exigirá:

*Art. 9º Os espaços culturais beneficiados ficarão obrigados a garantir como contrapartida, após o reinício de suas atividades, a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o ente federativo responsável pela gestão pública de cultura do local.*

3.5.1 Preencher o Anexo V com sugestões de contrapartidas condizentes com a área de atuação cultural do espaço proponente e exequíveis preferencialmente no âmbito educacional, configurando bens ou serviços economicamente mensuráveis, isto é, valores reais de tal prestação de serviço.

3.5.2 Indeferida a contrapartida, a comissão, no prazo de 05(cinco) dias, irá encaminhar ao proponente uma sugestão de contrapartida relevante e relacionada às atividades desenvolvidas pelo proponente.

3.6 O beneficiário deverá apresentar a prestação de contas do valor recebido como prevê o art. 10:

*“Art. 10 O beneficiário do subsídio deverá apresentar prestação de contas referente ao uso do benefício ao respectivo Estado, ao Município ou ao Distrito Federal, conforme o caso, em até 120 (cento e vinte) dias após o recebimento da última parcela do subsídio. Os Estados, os Municípios e o Distrito Federal assegurarão ampla publicidade e transparência à prestação de contas de que trata este artigo.”*

3.6.1 Seguir modelo de prestação de contas sugerido no **Anexo VIII**.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

4.1. As inscrições deverão ser realizadas no período de **10 de setembro de 2020 a 27 de setembro de 2020**, exclusivamente pelo endereço <https://forms.gle/AMny2ret8V2k3GrF8> disponível no site da Prefeitura Municipal de Capinzal, onde o proponente deverá preencher e anexar todos os documentos solicitados compilados em um único arquivo de pdf no próprio formulário de inscrição.

4.2 A veracidade dos dados preenchidos no formulário de inscrição é de total responsabilidade do proponente, assumindo ser passível de verificação e punições legais em caso de inconsistências.



4.3 Não serão aceitas inscrições fora do período estabelecido neste edital.

4.4 Caso tenha dúvidas, entre em contato pelo e-mail: [cultura@capinzal.sc.gov.br](mailto:cultura@capinzal.sc.gov.br) ou pelo fone/whatsapp: 98435 4588.

## 5. COMISSÃO AVALIADORA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

5.1 A Comissão de Avaliadora será composta pela CIC (Comissão Intersectorial de Cultura) criada em caráter emergencial para tratativas da Lei Aldir Blanc n° 14.017/2020, conforme resolução municipal N° 1-2020 de publicação N° 2550015. (Decreto n° 117 de 17 de agosto de 2020).

5.2 A Comissão Avaliadora é soberana em suas decisões.

5.3 Os critérios para a seleção:

Crítérios de pontuação	Pontos
<b>A-</b> Espaço com mais de 50% de suas atividades interrompidas. Utilizar relatório de autodeclaração <b>(Anexo I)</b>	30
<b>B-</b> Espaço com maior impacto no âmbito sociocultural do nosso município considerando comprovação em: atuação comunitária, projetos sociais, número de pessoas atingidas e número de eventos promovidos nos últimos 24 meses que antecedem a promulgação da lei (29/06/2020). Utilizar o mesmo formulário do <b>(Anexo II)</b>	Baixo impacto: 10 pontos Médio Impacto: 20 pontos Alto impacto: 30 pontos (Avaliação soberana da CIC)
<b>C-</b> Soma dos pontos do quadro de despesas mensais referentes ao espaço cultural <b>(Anexo VI)</b> , sendo <b>01(um) ponto para cada R\$ 100,00 (cem reais) do valor total de despesas.</b>	(Valor total da tabela de despesas do <b>Anexo VI</b> )

5.4 Em caso de empate na nota final serão selecionados os projetos considerados pela comissão

- a) maior pontuação no item C;
- b) maior pontuação no item B;
- c) maior pontuação no item A.

5.4.1 Persistindo o empate, a Comissão de Seleção estabelecerá o desempate, por maioria absoluta considerando o espaço com maior impacto no âmbito sociocultural do nosso município (item B).



5.5 A Comissão de Seleção indicará uma lista de suplentes. Caso haja disponibilidade de recursos orçamentários, os mesmos poderão ser contemplados posteriormente, de acordo com a pontuação em ordem decrescente.

## 6. DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CONTEMPLADOS

6.1 A lista dos contemplados será divulgada no **dia 28 de setembro de 2020, às 17 horas** no site da Prefeitura Municipal de Capinzal pelo [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

6.2 Os proponentes não selecionados poderão interpor recurso, conforme formulário disponível (Anexo VII), a ser encaminhado para o endereço eletrônico [recursomaiscultura@capinzal.sc.gov.br](mailto:recursomaiscultura@capinzal.sc.gov.br), no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a data de publicação do resultado da seleção.

6.3 A Comissão Intersetorial de Cultura (CIC) promoverá os julgamentos dos pedidos dos recursos interpostos, em até 02 (dois) dias úteis.

6.4 A lista oficial de selecionados, após o julgamento dos recursos, será divulgada **no dia 02 de outubro de 2020, às 17 horas** no site da Prefeitura Municipal de Capinzal pelo [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

## 7. DO PAGAMENTO

7.1. O proponente contemplado neste edital pessoa física ou jurídica deverá ter conta corrente em qualquer Banco com agência em Capinzal.

7.2. Os contemplados receberão o recurso em parcelas a serem definidas de acordo com a demanda deste edital, que será depositada em conta corrente de uma agência bancária de Capinzal, cabendo-lhes a responsabilidade de executar a prestação de contas e a contrapartida dentro dos prazos previstos na lei 14.017/2020.

7.3 A previsão do início dos pagamentos será definida mediante liberação do recurso ao município e não poderá ultrapassar a data de 31/12/2020.

7.4 O pagamento SOMENTE será efetuado quando:



- a) Se pessoa física, tendo como titular da conta corrente pessoa física, ou, se pessoa jurídica, tendo como titular da conta corrente pessoa jurídica, INCLUSIVE nos casos de MEI;
- b) Não será efetuado o pagamento caso o proponente apresentar conta poupança.

## 8. DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

8.1 Os espaços culturais deverão preencher e anexar a documentação exigida junto ao formulário de inscrições pelo <https://forms.gle/AMny2ret8V2k3GrF8> **respeitando a ordem sugerida na listagem abaixo e compilando TODOS os documentos em UM ÚNICO ARQUIVO EM PDF que deverá estar intitulado com o NOME DO PROPONENTE.**

### 8.2 Documentação de Pessoa Física:

- a) Cópia do documento de identidade;
- b) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- c) Cópia de comprovante de residência;
- d) Dados bancários do proponente (nome do banco, agência e conta);
- e) Comprovante de residência atualizado;
- f) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, atualizada;
- h) Autodeclaração de interrupção das atividades (Anexo I);
- i) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação (Anexo III);
- j) Documento assinado pelo proponente declarando que as cópias são idênticas às originais (Anexo IV);
- k) Relatório de despesas (Anexo VI)
- l) Sugestões de contrapartidas (Anexo V).

### 8.3 Documentação de Pessoa Jurídica:

- a) Cópia atualizada do cartão do CNPJ;  
[http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva\\_Solicitacao.asp?cnpj=](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao.asp?cnpj=)
- b) Cópia atualizada do contrato social ou estatuto e suas alterações; no caso do MEI Certificado da Condição de Microempreendedor Individual <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/temas/ja-sou/servicos/emitir-certificado-cnpj-ccmei/certificado-cnpj>
- c) Cópia do termo de posse do representante legal, ou cópia da ata que o elegeu, **quando não constar o nome do representante no estatuto;**



- d) Cópia da identidade do representante legal da pessoa jurídica;
- e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF do representante legal da pessoa jurídica;
- f) Dados bancários da pessoa jurídica (nome do banco, agência e conta corrente);
- g) Comprovante de residência atualizado
- h) Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, atualizada; [servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidao/cndconjuntainter/informanicertidao.asp?tipo=1](http://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/certidao/cndconjuntainter/informanicertidao.asp?tipo=1)
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), atualizada; <http://www.tst.jus.br/certidao>
- j) Autodeclaração de interrupção das atividades (Anexo I);
- k) Declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação (Anexo III);
- l) Documento assinado pelo proponente declarando que as cópias são idênticas às originais (Anexo IV);
- m) Relatório de despesas (Anexo VI)
- n) Sugestões de contrapartidas (Anexo V);

8.4 O não envio da documentação complementar conforme prazo e especificações descritos acarretará a desclassificação do proponente.

## 10. DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 Os recursos financeiros destinados por este Edital e não utilizados por falta de projetos propostos e/ou qualificados deverão ser destinados aos projetos suplentes, obedecendo à ordem de classificação geral do edital, conforme pontuação atingida.

10.2 Os projetos contemplados neste edital autorizam a Prefeitura Municipal de Capinzal e Departamento de Cultura, pela pessoa física e/ou jurídica do proponente, o uso de seu nome, do título e informações relativas ao projeto, bem como vozes e imagem, sem qualquer ônus, por período indeterminado, para fins exclusivamente promocionais e/ou publicitários, relacionados à área cultural.

10.3 Os proponentes inscritos neste edital deverão cumprir com as determinações previstas na legislação vigente, em especial a Lei 9.504/97, que estabelece normas para o período eleitoral.

10.4 Este edital entra em vigor na data de sua publicação e terá validade de 01 (um) ano, a contar da data de homologação do resultado final.



10.5. A Prefeitura Municipal de Capinzal por meio da Diretoria de Cultura reservam-se o direito de alterar, suspender e/ou cancelar o presente edital.

Capinzal/SC, 10 de setembro de 2020.

\_\_\_\_\_  
Veranice Maria Lovatel  
Secretária de Educação, Cultura e Esportes

\_\_\_\_\_  
Tatiane Olívia Riffel da Costa  
Diretora de Cultura



**ANEXO I**  
**MODELO DE RELATÓRIO DETALHADO PARA**  
**AUTODECLARAÇÃO DA INTERRUPÇÃO DAS ATIVIDADES**

**EDITAL**

<b>Edital</b> <b>002/2020:</b>	<b>nº</b>	EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.
-----------------------------------	-----------	--

**IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ESPAÇO**

<b>Nome:</b>	CPF
--------------	-----

**IDENTIFICAÇÃO DO ESPAÇO**

<b>NOME:</b>	CPF OU CNPJ
--------------	-------------

**DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO**

/	/
---	---

**DETALHAMENTO DA INTERRUPÇÃO TOTAL OU PARCIAL DAS ATIVIDADES**

Descreva de que modo a vigência do estado de emergência decorrido da pandemia covid-19 impactou nas ações/atividades realizadas pelo espaço, informações específicas importantes que detalhem as principais dificuldades.

- Podem ser anexados a este relatório, fotos, vídeos ou endereços de redes sociais que **comproven** **dois anos** de atuação anteriores à data de publicação da [Lei nº 14.017, de 2020](#) de 29/06/2020.

\*Salvar em pdf para o envio.

**ANEXO II****MODELO DE RELATÓRIO DO IMPACTO SOCIOCULTURAL DAS ATIVIDADES****Edital nº  
002/2020:**

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.

**IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELO ESPAÇO****Nome:**

CPF

**IDENTIFICAÇÃO DO ESPAÇO****NOME:**

CPF OU CNPJ

**DATA DE INÍCIO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO**

/ /

**DETALHAMENTO DO IMPACTO SOCIOCULTURAL DAS ATIVIDADES**

Descreva o impacto no âmbito sociocultural do nosso município considerando atuação comunitária, projetos sociais, número de pessoa atingidas e número de eventos promovidos nos últimos 24 meses que

**NÃO PREENCHER – para uso da Comissão Intersectorial de Cultura**☐ Baixo impacto: 10 pontos      ☐ Médio Impacto: 20 pontos      ☐ Alto impacto: 30 pontos

- Podem ser anexados a este relatório, fotos, vídeos ou endereços de redes sociais que **comprovem atividades de impacto sociocultural** anteriores à data de publicação da [Lei nº 14.017, de 2020](#) de 29/06/2020.

\*Salvar em pdf para o envio.

**ANEXO III****DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

NOME, CNPJ ou CPF N° 00.000.000/0000-00, sediada na ENDERÇO, CAPINZAL/SC declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente edital.

Capinzal (SC), de de 2020.

---

NOME  
CNPJ ou CPF

**ANEXO IV****Edital "Espaços Culturais"**  
**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE**

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que as cópias dos documentos apresentados são idênticas ao original sob pena de incorrer nas cominações previstas nas esferas cível, criminal e administrativa, na forma da lei.

Capinzal,..... de ..... de 2020.

Assinatura:\_\_\_\_\_

CPF/CNPJ

**ANEXO V****CONTRAPARTIDAS OFERECIDAS PELO BENEFICIÁRIO**

Informe quais as ações de contrapartida que o espaço cultural pode oferecer dentro da sua área de atuação

**NÃO PREENCHER – para uso da Comissão Intersetorial de Cultura**

Nº inscrição:

Recurso: (    ) Deferido    (    ) Indeferido



## ANEXO VI

## RELATÓRIO DE DESPESAS E DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

<b>Edital nº</b> <b>002/2020:</b>	EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.
--------------------------------------	--

## IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE RESPONSÁVEL PELO ESPAÇO

<b>Nome:</b>	
<b>CPF ou CNPJ</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>E-mail:</b>	
<b>Telefone:</b>	

## DESCRIÇÃO DE DESPESAS RELACIONADAS EXCLUSIVAMENTE AO ESPAÇO

<b>ATENÇÃO! Despesas exclusivamente</b> relativas à manutenção da atividade cultural do endereço do espaço subsidiado. Todos os itens descritos devem apresentar documentação comprobatória.	<b>VALOR MENSAL (EM R\$)</b>
ÁGUA/ESGOTO	
ENERGIA ELÉTRICA	
TELEFONE (FIXO + CELULARES)	
INTERNET	
ALUGUEL	
CONDOMÍNIO	
FUNCIONÁRIOS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA CLT (Consolidação das leis do trabalho)	
FINANCIAMENTO IMÓVEL PARA USO EXCLUSIVO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO	
FINANCIAMENTO VEÍCULO PARA USO EXCLUSIVO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO	
FINANCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO	
IPTU	
OUTRAS DESPESAS RELATIVAS À MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE CULTURAL DO BENEFICIÁRIO, ESPECIFICAR:	
<b>TOTAL – preencher com o valor total em REAIS.</b> Cada R\$ 100,00 (cem reais) deste total, equivale a (01) um ponto na nota classificatória	<b>R\$</b>

**ATENÇÃO!** Anexar comprovante de pagamento atualizado dos valores informados na tabela acima.

**ANEXO VII****RECURSOS “Espaços Culturais”**

Nº de inscrição (conforme lista de habilitados)	
Nome do proponente	
E-mail	
Telefone	
Apresentação do recurso (justificativa)	
Data e assinatura do proponente Local: Data: Assinatura:	
Obs.: Este formulário deverá ser assinado, digitalizado e enviado somente por e-mail para o endereço: <a href="mailto:recursomaiscultura@capinzal.sc.gov.br">recursomaiscultura@capinzal.sc.gov.br</a> , identificando no assunto “Recurso Espaços Culturais”	
<b>NÃO PREENCHER – para uso da Comissão Intersetorial de Cultura</b> Nº inscrição: Recurso: (   ) Deferido   (   ) Indeferido	



## ANEXO VIII

## RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO RECURSO RECEBIDO

<b>Edital nº</b> <b>002/2020:</b>	EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS, MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS CULTURAIS, COOPERATIVAS, INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES CULTURAIS COMUNITÁRIAS.
--------------------------------------	--

## IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE RESPONSÁVEL PELO ESPAÇO

<b>Nome:</b>	
<b>CPF ou CNPJ</b>	
<b>Endereço:</b>	
<b>Email:</b>	
<b>Telefone:</b>	
<b>Data do recebimento da última parcela:</b>	

## DESCRIÇÃO DE DESPESAS RELACIONADAS EXCLUSIVAMENTE AO ESPAÇO

ATENÇÃO! Despesas exclusivamente relativas à manutenção da atividade cultural do endereço do espaço subsidiado.	VALOR MENSAL (EM R\$)
ÁGUA/ESGOTO	
ENERGIA ELÉTRICA	
TELEFONE (FIXO + CELULARES)	
INTERNET	
ALUGUEL	
CONDOMÍNIO	
FUNCIONÁRIOS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NA CLT (Consolidação das leis do trabalho)	
FINANCIAMENTO IMÓVEL PARA USO EXCLUSIVO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO	
FINANCIAMENTO VEÍCULO PARA USO EXCLUSIVO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO	
FINANCIAMENTO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ESPAÇO	
IPTU	
OUTRAS DESPESAS RELATIVAS À MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE CULTURAL DO BENEFICIÁRIO, ESPECIFICAR:	
<b>TOTAL – preencher com o valor total em REAIS.</b>	<b>R\$</b>



---

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL**

---

**PORTARIA N ° 81/2020/SIMAE-CAO**

Publicação N° 2638082

PORTARIA N° 081/2020/SIMAE-CAO, de 10 de setembro de 2020.

Concede férias a servidor que especifica.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

**RESOLVE:**

Conceder férias ao servidor Cleber Emerson Belotto, ocupante do cargo de Agente Administrativo I, padrão 03.16, nível 02, ref. E, referente o período aquisitivo de 14 de abril de 2019 a 13 de abril de 2020, com período de fruição de 26 de outubro de 2020 a 14 de novembro de 2020.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENZO  
Diretor Geral

# Catanduvas

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2020

Publicação Nº 2639547

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0064/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0037/2020

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de Tuberculina PPD bovina e Tuberculina PPD aviária, conforme necessidade da Diretoria de Agricultura, visando a manutenção das atividades da Secretaria de Infraestrutura do município de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 24 de setembro de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 10 de setembro de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)

Catanduvas – SC, 10 de setembro de 2020.

Marcia Pasqualli  
Secretária Municipal de Infraestrutura

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2020

Publicação Nº 2639546

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0065/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0036/2020

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de forma parcelada de brita graduada, pedrisco e massa asfáltica ensacada e a granel, visando a manutenção de vias públicas urbanas e do interior do Município de Catanduvas - SC.

Abertura das Propostas: 08h45min do dia 23 de setembro de 2020.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 10 de setembro de 2020, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529, ou pelo e-mail [licitacao@catanduvas.sc.gov.br](mailto:licitacao@catanduvas.sc.gov.br)

Catanduvas – SC, 10 de setembro de 2020.

Marcia Pasqualli  
Secretária Municipal de Infraestrutura

### CONTRATO FMS Nº 0015/2020

Publicação Nº 2639544

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº 0015/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2020 - FMS  
CREDENCIAMENTO UNIVERSAL Nº 0004/2020 - FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONTRATADA: CLÍNICA VETERINÁRIA QUERÊNCIA DOS BICHOS LTDA

Objeto: Contratação de clínicas médicas veterinárias para a realização de procedimentos de emergência em cães e gatos, ação importante no controle de zoonoses, visando a necessidade das ações sanitárias da Secretaria de Saúde do município de Catanduvas - SC.

Vigência do Contrato: 12 meses

Dotação Orçamentária:

08.001.10.301.0015.2033.3.3.90 – Manutenção da Secretaria de Saúde  
Catanduvas – SC, 08 de setembro de 2020.

Ely Terezinha Magnabosco Moterle  
Secretária Municipal de Saúde

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0017/2020

Publicação Nº 2639545

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0017/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE TRATOR DE ESTEIRA, OBJETO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0019/2020, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0014/2020.

Pelo presente Termo Aditivo de Contrato que firmam, de um lado, o MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, nesta cidade de Catanduvas, CEP 89.670-000, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 82.939.414/0001-45, neste ato representado pela Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Paulo Constante Fuga, inscrito no CPF/MF sob o nº 003.163.939-91, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, de outro, a empresa MANTOMAC COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, com sede na Rua Cristóvão Colombo, 211 E, Bairro Bela Vista, município de Chapecó – SC, CEP 89.804-250, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.879.318/0001-44, neste ato representada pelo seu procurador Sr. Adelcio Moratelli, inscrito no CPF/MF sob o nº 692.448.209-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA,

Considerando que o objeto do contrato é a aquisição de 01 (um) trator de esteira novo, conforme convênio Plataforma + Brasil nº 886183/2019, através do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e contrapartida do município de Catanduvas – SC;

Considerando que o contrato foi firmado em 13 de março de 2020, estabelecendo-se o prazo 45 (quarenta e cinco) dias para a entrega do objeto, prazo que foi cumprido pela CONTRATADA;

Considerando que houve atraso no repasse dos recursos do convênio provenientes do Governo Federal, que aportaram na conta do CONTRATANTE somente em 14 de agosto de 2020;

Considerando que em razão da necessidade de o Município cumprir o prazo de pagamento contratado, sob pena da CONTRATADA não poder cumprir com a sua parte e pedir rescisão do contrato, o bem adjudicado foi pago com recursos próprios do Município, no valor de R\$ 598.000,00;

Considerando que na prestação de contas do Convênio Plataforma + Brasil nº 886183/2019, o Município está obrigado a comprovar que o bem licitado foi pago com os recursos da conta do convênio, sob pena de ser obrigado a devolver os recursos federais;

As partes pactuam o seguinte:

1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$ 598.000,00 (quinhentos e noventa e oito mil reais), com recursos da conta corrente do Convênio Plataforma + Brasil nº 886183/2019, mediante transferência bancária (TED) para a seguinte conta:

Agência: 3161-5

Conta Corrente: 47884-9

2. Em contrapartida, a CONTRATADA fica obrigada a restituir, na mesma data em que receber a transferência bancária (TED) por parte da CONTRATANTE, o valor de R\$ 598.000,00 (quinhentos e noventa e oito mil reais), anteriormente pagos com recursos próprios do Município, mediante transferência bancária (TED) para a seguinte conta corrente bancária do Município:

Agência: 1760-4

Conta Corrente: 11.794-3

Catanduvas – SC, 09 de setembro de 2020.

ADELICIO MORATELLI  
Mantomac Comércio de Peças e Serviços Ltda  
CONTRATADA

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Testemunhas:

01. 02.

Nome: Nome:

CPF: CPF:

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO 022/2020FMS - 1º T.A AO CONTRATO 014/2020 - MARINA GOTTARDI

Publicação Nº 2638521

Concedente: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Conveniente: MARINA GOTTARDI.

Contrato nº: 022/2020 FMS.

Objeto: OBJETIVANDO O PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 014/2020FMS PARA CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE AUXILIAR DE FARMÁCIA PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL.

Valor do Contrato: R\$ 4.151,09 (quatro mil e cento e cinquenta e um reais e zero nove centavos).

Data da Assinatura: 10/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

### DECRETO Nº 150/2020

Publicação Nº 2638005

Decreto nº 150, de 10 de setembro de 2020.

Dispõe sobre a criação da Comissão Escolar e Intersetorial Municipal de estudos para o retorno às aulas presenciais, no âmbito da rede municipal de ensino de Caxambu do Sul-SC.

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e em conformidade com a legislação pertinente e:

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 724/2020, de 17 de julho de 2020 e Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, que suspendem as atividades escolares presenciais nas unidades das redes públicas e privadas de ensino no território catarinense e Portaria Conjunta SED/SES nº 612/2020, de 19 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 37, de 17 de março de 2020, que suspende as atividades escolares presenciais no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a Resolução CME nº 001/2020, de 04 de maio de 2020, que dispõe sobre as normas de reorganização pedagógica escolar de atividades não presenciais em regime especial, excepcional e transitório em situação emergencial de saúde pública, devido ao surto internacional de Coronavírus (COVID-19) nas unidades educacionais do Sistema Municipal de Ensino de Caxambu do Sul/SC;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a Comissão Escolar e Intersetorial Municipal de Estudos para o Retorno às Aulas Presenciais da Rede Municipal de Ensino de Caxambu do Sul/SC, que será composta pelos/as representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I- Representantes da Secretaria Municipal de Educação: Silvano Henrique Santin e Samara Adriana Bellei;

II- Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Thamiris Massirer Gnoatto;

III- Representante da Comissão Especial de Monitoramento do CORONAVÍRUS (COVID-19): Cleomar Pavão Wagner;

IV- Representante da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento: Eduardo Luis Sfreddo;

V- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social: Ivana Cavalli

VI- Representantes da equipe pedagógica da Rede Municipal de Ensino: Angela Zamoner e Nelides Eva Filippin;

VII- Representantes das gestoras das escolas da rede Municipal de Ensino: Clari Stocco Zamoner e Janina Bedin;

VIII- Representantes das professoras da Educação Infantil: Iverlei Pires dos Santos Moreto, Náira Terezinha Graboski Chiarello e Jediane Matte;

IX- Representantes das professoras do Ensino Fundamental: Idiane Claudete Pizzi e Daiane Pavão;

X- Representante dos trabalhadores da saúde: Luciane Baierle Lorenzatto;

XI- Representante das Associações de Pais e Professoras das escolas municipais: Cristina Aparecida da Silva Portella e Sabrina Burtet;

XII- Representante do Conselho Escolar da Escola Municipal Bairro Antena: Francieli Rolim de Moura;

XIII- Representante do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB: Cleides Foiato;

XIV- Representante do Conselho de Alimentação Escolar: Laís Tamara Tolotti

XV- Representante do Conselho Tutelar: Jucimara Vieira

XVI- Representante do Poder Executivo: Paula Camila Cattani

XVII- Representante do Poder Legislativo: Osvaldo Huntemam

XVIII- Representante da Rede Estadual de Ensino: Dirlei Salete do Amaral Brancher

Art. 2º. A Comissão Escolar e Intersetorial Municipal de Estudos para o Retorno às Aulas Presenciais da Rede Municipal de Ensino de Caxambu do Sul/SC possui as seguintes atribuições:

I-Elaborar o Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação do COVID-19, tomando como base o Plano de Contingência Estadual, e as Diretrizes para o Retorno às Aulas de Santa Catarina (que envolvem diretrizes sanitárias para o retorno às aulas presenciais, para a alimentação escolar, para o transporte escolar, diretrizes pedagógicas para o retorno às aulas e diretrizes para a gestão de pessoas) e demais normativas vigentes;

II-Monitorar os resultados das testagens mínimas realizadas na população, em um processo contínuo no município ou região, que constituem-se como indicadores à "Matriz de Risco Potencial Regional";

III-Auxiliar na criação e treinamento de "Comissões Escolares" de fiscalização dos regramentos sanitários aplicáveis, nas unidades escolares

municipais, que atuarão assim que ocorrer o retorno do ensino, extensão e pesquisas presenciais;

IV-Constituir/divulgar a ouvidoria municipal para receber denúncias de descumprimento dos protocolos sanitários e que este grupo tenha acesso às informações;

V- Fomentar a realização de Seminários Virtuais, que permitam um debate amplo entre os órgãos sanitários dos níveis federal, estadual, municipal e regional com a presença de cientistas e pesquisadores sobre saúde pública das Universidades;

VI- Elaborar diretrizes e protocolos sanitários complementares para oferecer a segurança necessária aos/às professores/as, alunos/as, familiares e demais funcionários/as envolvidos/as no cotidiano escolar em tempos de pandemia.

Art. 3º A retomada das atividades presenciais nas unidades escolares levará em consideração:

I- Definições e orientações do Comitê de Operações em Emergência em Saúde (COES);

II- Definições e orientações do Comitê Estadual de Retomada das Aulas (de Santa Catarina);

III- Dados da Matriz de Risco Potencial Regional de Santa Catarina;

IV- Ausência de novos casos de pessoas infectadas por um período mínimo de 15 dias, antes da data de retorno às aulas.

Art. 4º. Os trabalhos da Comissão Escolar e Intersetorial Municipal de Estudos para o Retorno às Aulas Presenciais no município de Caxambu do Sul/SC terão vigência pelo tempo que perdurar a pandemia, resultante da transmissão do CORONAVÍRUS (COVID-19).

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Caxambu do Sul, 10 de setembro de 2020.

Glauber Burtet  
Prefeito Municipal

## DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2020

Publicação Nº 2638744

MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL - SC

EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2020 FMS

O Prefeito Municipal de Caxambu do Sul - SC, torna público que ratificou o ato da Senhora Thámiris Massirer Gnoatto, Secretária Municipal de Saúde, que declarou dispensável a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 04-h da Lei Federal 13.979/2020 e posteriores alterações, objetivando CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO, EM REGIME ESPECIAL, PARA A CONTINUIDADE DO ATENDIMENTO AO ENFRENTAMENTO AO COVID-19 PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAXAMBU DO SUL, de conformidade com a lei 13.979/2020 e suas alterações supervenientes às licitações públicas, em favor do (a) ARNALDO GUSTAVO JOURDAN EIRELI no valor total de R\$ 3.390,00 (Três mil e trezentos e noventa reais), compreendendo um período de 04 (quatro) dias.

Caxambu do Sul - SC, em 09 de Setembro de 2020.

GLAUBER BURTET  
Prefeito Municipal

# Chapadão do Lageado

## CÂMARA MUNICIPAL

### CONTRATO 04-2020

Publicação Nº 2638036

#### EXTRATO DO CONTRATO N.04-2020

Estado de Santa Catarina

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.

Contratante: Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.

Contratada: Cintia Tainara Andrade Sturcio.

Objeto: O presente Contrato objetiva a contratação de um profissional, com curso superior em Ciências Contábeis, com registro no órgão fiscalizador da profissão, abrangendo serviços relativos a contabilidade financeira e patrimonial, compreendendo a elaboração de balanços, registros e demonstrações contábeis e outras atividades correlatadas como a geração de arquivos para o E-sfinge desta Câmara de Vereadores, com carga horária semanal de 20h.

Projeto atividade: 2.001 – MANUTENÇÃO GERAL DO PODER LEGISLATIVO.

Elemento de despesa: 33.90.00.00.00.00.00.00 – Aplicações diretas.

Valor Total: R\$4.380,00 (quatro mil e trezentos e oitenta reais).

Data da vigência: 10/09/2020 a 22/10/2020.

Claudio José Eduardo

Presidente.

**PORTARIA N.19-2020**

Publicação Nº 2638125



Estado de Santa Catarina  
Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado

PORTARIA Nº19/2020 de 10/09/2020.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Sr. Claudio José Eduardo, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no Art. 39. Inciso VIII do Regimento:

**RESOLVE:**

Art. 1.º Conceder férias a servidora Elaine Aparecida Franz da Silveira, ocupante do cargo de Contadora de TRINTA DIAS, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, sendo que serão gozados os trinta dias no período de 23/09/2020 a 22/10/2020.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir do dia 23 (vinte e três) de setembro de 2020.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 10 de setembro de 2020.

CLAUDIO JOSÉ EDUARDO  
Presidente

EDSON HOFFMANN  
Vice Presidente

JUARES SCHNEIDER  
1º Secretário

MAURÍCIO DE ANDRADE  
2º Secretario

# Chapecó

## PREFEITURA

### **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL SESAU 001, DE 21 DE AGOSTO DE 2020 – PARA SELEÇÃO DE VAGAS DE RESERVA EM PRECEPTORIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE PET-SAÚDE/INTERPROFISSIONALIDADE 2019/2021**

Publicação Nº 2639440

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO EDITAL SESAU 001, DE 21 DE AGOSTO DE 2020 – PARA SELEÇÃO DE VAGAS DE RESERVA EM PRECEPTORIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO PELO TRABALHO PARA A SAÚDE PET-SAÚDE/INTERPROFISSIONALIDADE 2019/2021.

1. A Secretaria da Saúde de Chapecó – SESAU, através da Comissão Interna, designada nos termos da Portaria SESAU nº 136, de 03 de agosto de 2018, no uso das suas atribuições legais, DIVULGA o resultado final do Edital SESAU 001/2020 – Para seleção de vagas de reserva em preceptoria do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde PET-Saúde/Interprofissionalidade – 2019/2021, conforme abaixo discriminado:

Nome do Profissional de Saúde	CPF	Categoria Profissional	Território
Adriane Della Betta Fossá	041.519.109-21	Enfermeira	CSF SAIC
Fabiela Fiabani	007.219.099-06	Enfermeira	CSF Eldorado
Raquel Mignoni	072.042.519-03	Enfermeira	CSF Leste
Lilian Cristina Galao	067.848.189-03	Enfermeira	CSF Chico Mendes

2. O preenchimento das vagas de reserva para PRECEPTOR BOLSISTA acontecerá de acordo com desistências ou desligamento dos bolsistas dos projetos por qualquer motivo, respeitando os locais de inserção dos preceptores como também atendendo o critério da interprofissionalidade previsto no Edital n. 10, de 23 de julho de 2018, do Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES).

Publique-se. Registre-se.

Chapecó, 10 de setembro de 2020.

Comissão Interna

### **ERRATA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020**

Publicação Nº 2639436

#### **ERRATA EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2020**

A Secretaria de Cultura – SECUL, vem por meio deste, fazer a seguinte errata ao Edital de Chamamento Público Nº01/2020:

Acrescenta-se o item 4.5-A ao item 4.5, que passa a vigorar com a seguinte redação:

4.5 É vedada a utilização do subsídio para pagamento de despesas relativas a salários de trabalhadores com ou sem vínculo empregatício, formal ou informal e encargos trabalhistas.

4.5-A. A vedação prevista no item anterior estende-se aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, excetuando-se os gastos com as equipes administrativas e de campo que trabalham regularmente no espaço ou na instituição/organização.

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital. O Edital será consolidado de forma a contemplar a alteração desta retificação.

Esta retificação entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Chapecó, 10 de setembro de 2020

Nemésio Carlos da Silva  
Secretário de Cultura

**EXTRATO DO TERMO RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº. 2623.0532551-31/2019**

Publicação Nº 2639439

EXTRATO DO TERMO RERRATIFICAÇÃO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº. 2623.0532551-31/2019

TOMADOR – Prefeitura Municipal de Chapecó.

AGENTE FINANCEIRO – Caixa Econômica Federal

RETIFICAÇÃO – Os contratantes retificam o contrato de Financiamento de Despesas de Capital por meio do Finisa – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento nº 2623.0532551-31/2019, de 02 de março de 2020.

DATA E ASSINATURAS – Chapecó, 26 de agosto de 2020 – Neile Aparecida da Silva Cabral, Caixa Econômica Federal; Luciano José Buligon, Município de Chapecó.

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 6/2020 PREGÃO PRESENCIAL (TELEPRESENCIAL)**

Publicação Nº 2639530

Estado de Santa Catarina

Câmara Municipal de Chapecó

Aviso de Licitação -

Processo nº 6/2020

Pregão Presencial (telepresencial)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE (MATERIAIS DE ESCRITÓRIO, PAPELARIA E INFORMÁTICA)

Data/Hora da abertura da Sessão: 22/09/2020, às 14h

Entrega dos envelopes: Observar orientações do Edital.

A sessão pública de abertura e julgamento das propostas e documentos de habilitação será realizada por videoconferência (telepresencial) em atendimento às medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19).

A sessão pública por videoconferência será realizada através da ferramenta Hangouts Meet com participação aberta às licitantes e público em geral, seguindo as orientações do edital.

A íntegra do edital poderá ser obtida através de pedido pelo e-mail [compras@cmc.sc.gov.br](mailto:compras@cmc.sc.gov.br) e no portal [www.cmc.sc.gov.br](http://www.cmc.sc.gov.br), >transparência >licitações >consulta de licitações >entidade câmara municipal de chapecó.

Chapecó, 10 de setembro de 2020.

Ildo Adão Antonini

Presidente

# Cocal do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO SAF/N. 502/2020

Publicação Nº 2638618

DECRETO SAF/Nº. 502/2020, de 04 de setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DE COCAL DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 4º. da Lei nº. 1.274, de 30 de setembro de 2015, e alterações.

DECRETA:

Art. 1º. O Conselho Municipal de Segurança Pública de Cocal do Sul, tem a seguinte composição:

I – Representantes da Polícia Militar:

Allan Preto da Silva – titular e

Evaristo Leandro Danielski – suplente.

II – Representantes da Polícia Civil:

Andréa Barbieri Lopes – titular e

Márcio João de Souza – suplente.

III – Representantes do Corpo de Bombeiros

Rafael Tomasi Bittencourt – titular e

Miriã Inácio Rodrigues – suplente.

IV – Representantes do Poder Legislativo Municipal

Desincompatibilização (concorrer ao pleito eleitoral)

V – Representantes do Poder Executivo Municipal

Lindomar Maccari – titular

Willian Dajori dos Santos – suplente

VI – Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil

Douglas Gava – titular

Leonardo de Fáveri Souza – suplente

VII – Representantes da Polícia Rodoviária Estadual de Cocal do Sul

André Andrade – titular

Dalnei Ribeiro - suplente

VIII – Representantes da Câmara de Dirigentes Lojistas de Cocal do Sul

Cristine Ceron Possamai – titular

Eliane Steinbach Gil – suplente

IX – Representantes das Associações de Bairros de Cocal do Sul

Aldo Cândido Morona – titular

Cássio Pagnan – suplente

X – Representantes do Lions Clube Cocal do Sul

Jacques José dos Santos – titular

Muracy José Nesi – suplente

XI – Representantes do Conselho Municipal de Trânsito de Cocal do Sul

Luciano Brolesi – titular

Vilnei Martinhago - suplente

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revoga-se o Decreto SAF/N. 457/2020, de 07 de agosto de 2020.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 04 de setembro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

## DECRETO SAF/N. 503/2020

Publicação Nº 2638620

DECRETO SAF/N. 503/2020, de 10 de setembro de 2020.

ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Lei n. 1.521, de 18 de dezembro de 2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, o valor de R\$ 272.500,00 (duzentos e setenta e dois mil e quinhentos reais) para o exercício de 2020, com a seguinte discriminação:

Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento Rural		
ÓRGÃO	16	
Aquisição de Máquinas, Equipamentos e veículos	1.013	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.79.0001	Aplicações Diretas	121.000,00

Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento Rural		
ÓRGÃO	16	
Pavimentação e Recuperação de Vias, Rodovias, Logradouros e Passeios	1.014	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.79.0001	Aplicações Diretas	101.000,00

Secretaria Municipal de Infraestrutura Desenvolvimento Rural		
ÓRGÃO	16	
Aquisição de Máquinas e Equipamentos	1.021	
Elemento	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.0.1.79.0001	Aplicações Diretas	50.500,00

TOTAL ..... R\$ 272.500,00

Art. 2º A abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, por conta do excesso de arrecadação do exercício corrente, na fonte de recursos 79 – Emendas Impositivas do estado, recebidas para execução nas áreas de infraestrutura e agricultura. Recursos disponíveis em conta corrente 17847-0, no Banco do Brasil, Agência 3072-4, Cocal do Sul.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de setembro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

## DECRETO SAF/N. 505/2020

Publicação Nº 2638600

DECRETO N. 505/2020, de 10 de setembro de 2020.

DEFINE CRITÉRIOS PARA A RETOMADA DO FUTEBOL RECREATIVO E REVOGA O PARAGRAFO ÚNICO, DO ARTIGO 4º DO DECRETO SAF/ Nº 453/2020.

ADEMIR MAGAGNIN, Prefeito Municipal de Cocal do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 45, incisos I e XXIII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);  
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);  
CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do coronavírus;  
CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;  
CONSIDERANDO a Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à COVID19;  
CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;  
CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia no Estado, com a emissão da Portaria SES nº 664, de 03 de setembro de 2020, que definiu critérios para a retomada do futebol recreativo em todo o território catarinense,

#### DECRETA

Art. 1º O retorno do futebol recreativo se dará de forma gradual e monitorada, considerando a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19, nos termos do estabelecido pelo Estado de Santa Catarina, nas regiões de saúde, obedecidos os seguintes critérios, conforme o Município se encontrar em situação de Risco Potencial Alto, Grave ou Gravíssimo:

I- se classificado como em Risco Potencial ALTO (representado pela cor amarela) na Avaliação de Risco Potencial para COVID-19: os jogos estão liberados em todos os dias da semana;

II- se classificado como em Risco Potencial GRAVE (representado pela cor laranja) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19: os jogos somente podem ocorrer em dias alternados;

III- se classificado como em Risco Potencial GRAVISSIMO (representado pela cor vermelha) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19: os jogos ficam proibidos pelo período de tempo determinado pela Portaria SES nº 592 de 17/08/2020 e suas atualizações.

Art. 2º Deverão ser observadas as exigências constantes da Portaria SES n. 664, de 03 de setembro de 2020, para o exercício da atividade de futebol recreativo.

Parágrafo único. As medidas previstas no caput deste artigo são complementares às outras normas sanitárias vigentes que se apliquem à atividade, devendo ser observadas regras mais ampliativas ou restritivas eventualmente impostas por normas e atos expedidos pelo Governo Federal ou Estadual.

Art. 3º A fiscalização será realizada, por parte do Município, pelo órgão da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, pela Polícia Militar, bem como pelos agentes de fiscalização municipais, que ficam autorizados a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território do Município, durante a vigência da pandemia da COVID-19.

Art. 4º Fica revogado o parágrafo único, do artigo 4º, do Decreto SAF/Nº 453/2020, de 06 de agosto de 2020.

Art. 5º As autorizações previstas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 10 de setembro de 2020.

ADEMIR MAGAGNIN  
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN  
Secretário Municipal de Gestão Administrativa,  
Fazendária e Planejamento

SINARA MARIA CRIPPA MILANEZ  
Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO TERMO ADITIVO 01/2020**

Publicação N° 2638346

ADITIVO N°: 01/2020.

CONTRATO N°: 0531383-71/2020

TIPO DE ADITIVO: PRIMEIRO T.A.

AGENTE FINANCEIRO: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

TOMADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL/SC.

Objeto do Aditivo: O presente instrumento tem por objetivo alterar a Cláusula Décima Primeira, itens nº 11.6.4 e 11.6.4.1, do Contrato de Financiamento nº 0531383-71/2020, de 05/03/2020, que passa a vigorar com a seguinte redação.

11.6.4 Em ano eleitoral, a prestação de constas de recursos desembolsados soba forma de adiantamento ao TOMADOR, cujo mandato do chefe do poderes executivo seja objeto do pleito eleitoral, deverá ser realizada até três meses antes do pleito eleitoral, de acordo com o calendário divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral, e ter seu aceite pela CAIXA em até 30 dias, independentemente da data em que ocorreu o desembolso dos recursos na CONTA VINCULADA.

11.6.4.1 Após a data limite para a prestação de constas, definida na forma do item anterior, novos desembolsos deverão ser realizadas pari passu à realização da despesa, devendo ser apresentada previamente pelo TOMADOR listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das constas destino juntamente com as notas fiscais/boletim de faturamento, observadas as rubricas orçamentárias constantes no ANEXO I deste CONTRATO.

Assinatura: 13/08/2020

## CÂMARA MUNICIPAL

## CONTROLE INTERNO 07/2020

Publicação N° 2638719

## CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL

### CONTROLE INTERNO MÊS JULHO DE 2020.

Relatório de Controle Interno da análise circunstanciada dos dados informados no mês em epígrafe, relativo a movimentação orçamentária e financeira, da Câmara Municipal de Cocal do Sul, conforme determina o § 3º art. 2º da Resolução nº TC-11/2004, que alterou o art. 5º da Resolução TC 16/94.

## DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

<u>Títulos</u>	Orçado	Arrecadada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
Transf. Financeira	2.150.000,00	179.166,66	1.254.166,70	58,333%

Em nossa análise, foi constatado que o Executivo Municipal enviou ao Legislativo Municipal as transferências financeiras devidas dentro do prazo.

## DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Títulos	Orçado	Liquidada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	2.150.000,00	101.017,36	735.444,15	34,206 %
CÂMARA DE VEREADORES	2.150.000,00	101.017,36	735.444,15	34,206 %
TOTAL DA ENTIDADE	2.150.000,00	101.017,36	735.444,15	34,206 %

A despesa Orçamentária liquidada até o mês importou o valor de R\$ 735.444,15 (Setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e quinze centavos), Correspondendo a 34,206 % do orçamento anual da Câmara Municipal de Cocal do Sul.

E em nossa análise, e por amostragem, não constatamos quaisquer irregularidades sobre as despesas empenhadas até o mês.

#### REMUNERAÇÃO DO VEREADOR

MÊS	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS	%
Janeiro	6.185,71	25.322,25	24,43
Fevereiro	6.185,71	25.322,25	24,43
Março	6.185,71	25.322,25	24,43
Abril	6.185,71	25.322,25	24,43
Mai	6.185,71	25.322,25	24,43
Junho	6.185,71	25.322,25	24,43
Julho	6.185,71	25.322,25	24,43

A Remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite de 30% referente ao número de seus habitantes sobre a remuneração dos Deputados Estaduais ficando assim em acordo com o Art. 29, inciso V alínea b da CF/88.

b)= Em Município de 10.001 a 50.000 habitantes, os Subsídios máximo dos Vereadores corresponderá a 30% dos Subsídios dos Deputados Estaduais.

**Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal – conforme especifica o Art. 20, II, 'a' da Lei Complementar 101/2000.**

Componentes	Valor (R\$)	%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (IV)	65.115.105,64	
(-) Transf. Obrig. da União Relat. Emendas Individuais (ART.166-A, § 1º da CF) (V)	1.586.252,44	
(-) Transf. Obrig. da União Relat. Emendas Bancada (Art.166, § da CF) (VI))	318.900,00	
RCL AJUST. PARA CALC. DOS LIMITES DA DESP. COM PESSOAL (VII)=(IV-V-VI)	63.209.953,20	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (VIII)=(III A +III b)	1.222.295,97	1,93
LIMITE MÁXIMO (IX) ( Incisos I, II e III, Art. 20 da LRF)	3.792.597,19	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	3.602.967,33	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) ( inciso II do §1º. Do art. 59 da LRF)	3.413.337,47	5,40

O Demonstrativo do Poder Legislativo Municipal identifica que foi aplicado 1,98% do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal estando assim em cumprimento com as normas estabelecidas no Art. 20, III 'a' da Lei complementar 101/2000.

a) – 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de contas do Município, quando houver.

DEMONSTRATIVO DAS SUPLEMENTAÇÕES REALIZADAS	No Mês	Até o Mês
Pela Reserva de Contingência	0,00	0,00
Pela Reserva Legal	0,00	0,00
Pelo Excesso de Arrecadação	0,00	0,00
Por Anulação de Dotações Orçamentárias	0,00	0,00
Por Outros Casos	0,00	0,00
Outros Casos	0,00	0,00

**O Demonstrativo da Dívida Fundada Interna teve no mês, teve a seguinte movimentação**

Saldo do Mês Anterior	0,00
Nova Formação da Dívida no Mês	0,00
Amortização Verificada no Mês	0,00
Saldo Para o Mês Seguinte	0,00
<b>Total Geral</b>	<b>0,00</b>

**O Balanço Financeiro Apresenta a seguinte movimentação empenhada até o mês**

<b>RECEITA ORÇAMENTARIA</b>	<b>0,00</b>	<b>DESPESA ORÇAMENTARIA</b>	<b>783.398,25</b>
ORDINARIA	0,00	ORDINARIA	783.398,25
		RECURSOS ORDINARIOS MUNICIPAIS	783.398,25
VINCULADA	0,00	VINCULADA	0,00
<b>TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA</b>	<b>1.254.166,70</b>	<b>TRANSF. FINANC.CONCEDIDA</b>	<b>50.000,00</b>
EXTRAORDIANARIAS	160.183,99	EXTRAORDINARIAS	103.431,12
INSC. RESTO A PAGAR NÃO PROCESSADOS	45.178,01	PAGTS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	0,00
INSC. RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	2.776,09	PAGTS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROC	0,00
DEP. RESTITUIVEIS E VALORES VINCUL.	112.229,89	DEP. RESTITUIVEIS VALORES VINCULADOS	103.431,12
<b>SALDO ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>SALDO ATUAIS</b>	<b>477.521,32</b>
CAIXA	0,00	CAIXA	0,00
CONTA CORRENTE	0,00	CONTA CORRENTE	3.810,15
APLICAÇÃO	0,00	APLICAÇÃO	473.711,17
<b>TOTAL</b>	<b>1.414.350,69</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.414.350,69</b>

**O Balanço Patrimonial ate o mês teve a seguinte movimentação****BALANÇO PATRIMONIAL**

	<b>EXERCICIO ATUAL</b>
<b>ATIVO</b>	<b>596.735,64</b>
<b>ATIVO CIRULANTE</b>	<b>477.786,50</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	477.521,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	477.521,32
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL – CONSOLIDAÇÃO	477.521,32
BANCOS CONTA MOVIMENTO – DEMAIS CONTAS	3.810,15
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	473.711,17
FUNDOS DE INVESTIMENTOS	473.711,17
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	265,18
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR	265,18
ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR – CONSOLIDAÇÃO	265,18
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>118.949,14</b>

<b>IMOBILIZADO</b>	<b>118.949,14</b>
<b>BENS MOVEIS</b>	<b>228.978,18</b>
<b>BENS MOVEIS – CONSOLIDADO</b>	<b>228.978,18</b>
<b>(-) DEPRECIACÃO, EXASTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS</b>	<b>-110.029,04</b>
<b>(-) DEPRECIACÃO, EXASTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>-110.029,04</b>
<b>PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>596.735,64</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>64.916,42</b>
<b>OBRIGAÇÃO TRAB., PREVIDENCIARIAS, ASSISTENCIAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>53.341,56</b>
<b>PESSOAL A PAGAR</b>	<b>53.341,56</b>
<b>PESSOAL A PAGAR – CONSOLIDADO</b>	<b>53.341,56</b>
<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>	<b>0,00</b>
<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR – INTER OFSS - UNIÃO</b>	<b>0,00</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>2.776,09</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO</b>	<b>2.776,09</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>2.776,09</b>
<b>DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>8.798,77</b>
<b>VALORES RESTITUIVEIS</b>	<b>8.798,77</b>
<b>VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>8.798,77</b>
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>531.813,22</b>
<b>PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL</b>	<b>127.809,37</b>
<b>PATRIMONIO SOCIAL</b>	<b>127.809,37</b>
<b>PATRIMONIO SOCIAL - CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>127.809,37</b>
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>404.009,85</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS</b>	<b>404.009,85</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – CONSOLIDAÇÃO</b>	<b>-6.516.235,68</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS</b>	<b>7.657.416,64</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS – UNIÃO</b>	<b>-445.379,39</b>
<b>SUPERATIVS OU DEFICITS ACUMULADOS – INTRA OFSS – ESTADO</b>	<b>-291.791,72</b>

#### QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

	<b>EXERCICIO ATUAL</b>
<b>ATIVO (I)</b>	<b>599.085,92</b>
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>477.521,32</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>121.564,60</b>
<b>PASSIVO (II)</b>	<b>110.094,43</b>
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>56.752,87</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>53.341,56</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL (III) = (I-II)</b>	<b>488.991,49</b>

#### QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO

	<b>EXERCICIO ATUAL</b>
<b>ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>0,00</b>
<b>GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS</b>	<b>0,00</b>
<b>DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES</b>	<b>0,00</b>
<b>DIREITOS CONTRATUAIS</b>	<b>0,00</b>
<b>OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>0,00</b>
<b>ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>29.107,68</b>
<b>GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS</b>	<b>0,00</b>
<b>OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES</b>	<b>0,00</b>
<b>OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS</b>	<b>29.107,68</b>
<b>OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>0,00</b>

QUADRO DO SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO	
TOTAL POR FONTES DE RECURSOS 01000000 - RECURSOS ORDINARIOS MUNICIPAIS	EXERCICIO ATUAL 420.768,45 420.768,45

O Total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do Município

TOTAL DA REMUNERAÇÃO COM VEREADORES		
RECEITA TOTAL DO MUNICIPIO	REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES	%
42.176.012,73	402.075,52	0,953

O Montante dos Subsidios dos Vereadores até o mês foi de R\$ 402.075,52 (Quatrocentos e dois mil, setenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos ) representando assim 0,953 % da receita do Município desta forma fica estabelecido o Art. 29, VII da CF/88.

### DEMONSTRATIVO DAS DIARIAS CONCEDIDAS

EMPENHO/DATA	SERVIDORES / AGENTES POLITICOS	ROTEIRO DA VIAGEM	PRESTAÇÃO DE CONTAS
23 de 12/02/2020	ADRIANO POSSAMAI DELLA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 19/02/2020 A 21/02/2020 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE LIMITES E VEDAÇÕES DO PERIODO ELEITORAL E ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL CASTELMAR, CONFORME ROTEIRO DE VIAGEM	OK
25 de 12/02/2020	MOISES DOS SANTOS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 19/02/2020 A 21/02/2020 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE LIMITES E VEDAÇÕES DO PERIODO ELEITORAL E ULTIMO ANO DE MANDATO A SER REALIZADO PELO CEAP NO HOTEL CASTELMAR, CONFORME ROTEIRO DE VIAGEM	OK

## DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS E ADITIVOS VIGENTES

CONTRATO / DATA	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	VALOR
006 = 01/07/2017	BETHA SISTEMAS LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO O LICENCIAMENTO DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA PARA USO TEMPORÁRIO NÃO EXCLUSIVO DE CONTABILIDADE PÚBLICA, PATRIMÔNIO, COMPRAS E LICITAÇÃO, FOLHA DE PAGAMENTO E FLY TRNANSPARENCIA PELO PERÍODO DE 12 MESES.	18.598,08
002 = 01/01/2020	SOFTCAM SOLUÇÕES LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO PORTAL WEB CAMARA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONFIGURAÇÃO E PARAMETIZAÇÃO CONFORMES PROCEDIMENTOS	10.260,00
004 = 01/01/2020	VIGILANCIA RADAR LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO MONITORAMENTO REMOTO DE ALARME 24H DURANTE O PERÍODO DE 24H DE SEGUNDA FEIRA A DOMINGO PELO PERÍODO DE 12 MES	1.739,64
003 = 01/01/2020	VIGILANCIA RADAR LTDA	CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CONTRATO LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA MONITORAMENTO REMOTO 24 H	348,12
001 – 01/01/2020	INFOWAY COM.DE INFORMATICA E TELECOM LTDA	A CONTRATADA FORNECERÁ PELO PRESENTE CONTRATO UM PONTO DE IP FIXO E UM UPGRADE DO PLANO FIBERWAY 20 MBPS E PARA O PLANO INFOFIBRA 50 MBPS (TAXA DE DOWNLOAD DE 50 MBPS) E TAXA DE 25 MBPS DE UPLOAD DE ACESSO A INTERNET LIVRE DE LINHA TELEFONICA, PROVEDOR E MODEM	2.158,80
01- 01/07/2020	BETHA SISTEMAS LTDA	TERMO ADITIVO 01/2020 AO CONTRATO 06/2017 DE 01/07/2017.	23.674,04

O total da despesa com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos com inativos não ultrapassará os 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os gastos com subsídios de seus Vereadores conforme Art. 29-A § 1º. Da C.F

## Demonstrativo da despesa realizada com folha de pagamento Orçamento Anual

Transferência Financeira Orçada	Liquidado com Folha de Pagamento	%
2.150.000,00	682.121,20	31,726

## Demonstrativo da despesa realizada com folha de pagamento Até o Mês

Transferência Financeira Recebida	Liquidado com Folha de Pagamento	%
1.254.166,70	682.121,20	54,388

### **Nota explicativa remessa Sfinge 2020**

Para finalizar a migração de nosso sistema DESKTOP para sistema CLOUD em janeiro de 2020 foi a vez do sistema de folha de pagamento, sendo que na geração dos Sfinge folha a Betha Sistemas Ltda se deparou com problemas não imaginados e devido essa situação não estão conseguindo gerar o sfinge ocasionando atrasos no envio das informações sendo que o primeiro Bimestre de 2020 so foi enviado em 17/07/2020 assim mesmo incompleto, devido a esse imprevisto solicitamos a compreensão pelo fato que estamos sendo o Município piloto nessa mudança.

Devido a retirada do projeto de lei do legislativo que criava cargos, fica nomeado conforme Resolução 276/2020 de 26/Junho de 2020 retroagindo seus efeitos a 01/01/2020, Fica nomeado o servidor de carreira Sr. Luiz Carlos Gonçalves para responder **temporariamente** pelo Controle Interno, Recursos Humanos, Licitação/Compras, e Patrimonio da Camara Municipal de Cocal do Sul.

**RICHARDSON VIEIRA  
PRESIDENTE**

**LUIZ CARLOS GONÇALVES  
RESPONSAVEL TEMPORARIO PELO CONTROLE INTERNO**

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL****PREGÃO PRESENCIAL 06/2020**

Publicação Nº 2639067

AVISO DE LICITAÇÃO. O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto do Município de Cocal do Sul-SC, torna público, para conhecimento dos interessados, que às 09h00min do dia 23 de setembro de 2020, realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL do TIPO MENOR PREÇO GLOBAL nº 06/2020, para A contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição e instalação de Estação de Tratamento de Água por Membrana de Osmose Reversa, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no Edital e seus Anexos. As propostas serão recebidas a partir desta data, encerrando-se o prazo de entrega às 08h45min do dia 23 de setembro de 2020. A integral do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Lisboa, 520 – Bairro Jardim Bela Vista – Cocal do Sul-SC, pelo telefone (48)3447-6350, ou através do Site [www.samaecocaldosul.sc.gov.br](http://www.samaecocaldosul.sc.gov.br). Cocal do Sul-SC, 10 de setembro de 2020. Márcio Zanette. Diretor do SAMAE

# Concórdia

## PREFEITURA

### ADENDO 01 AO EDITAL DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 26/2020 PMC

Publicação Nº 2639420

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC  
ADENDO 01 AO EDITAL DE  
TOMADA DE PREÇOS Nº26/2020 PMC

O MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO por intermédio de seu Secretário, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é a contratação de empresa em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) para execução de drenagem pluvial, recapeamento asfáltico e execução de galeria quadrada em concreto armado padrão "DNIT tipo I", na Rua Dionísio Boff, localizada no centro deste Município, com recursos oriundos do Convênio 2020TR000191 – Governo Estadual, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital, sofreu alterações.

Os prazos para protocolo dos envelopes e a abertura da licitação ficam alterados conforme segue:

O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO será efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS NÃO CADASTRADOS: ATÉ 02/10/2020, às 16h00min.

INTERESSADOS CADASTRADOS JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA OU JUNTO AO SICAF: ATÉ 06/10/2020, às 10h00min.

O recebimento do Envelope 02 – PROPOSTA deverá ser efetuado na seguinte forma:

INTERESSADOS CADASTRADOS E NÃO CADASTRADOS: ATÉ 06/10/2020, às 10h00min.

Abertura: dia 06/10/2020, às 14h00min

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 10 de setembro de 2020.

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Planejamento

### AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020 – PMC

Publicação Nº 2638770

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2020 – PMC

Objeto: Contratação de empresa, especializada para prestação de serviços terceirizados, com cessão de mão de obra capacitada, de 04 (quatro) auxiliares administrativos, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, visando satisfazer as necessidades da 14ª DRP/ CI-RETRAN de Concórdia, com recursos próprios do Convênio de Trânsito - Polícia Civil - 2017TN000348, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Forma de Pregão: Eletrônico

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 24/09/2020.

Início da Sessão: dia 24/09/2020 as 08h30min., no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília - DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 10 de setembro de 2020.

ELTON POLINA  
Secretário Municipal de Gestão Urbana

**AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2020 – PMC**

Publicação Nº 2638877

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2020 – PMC  
Obras e Serviços de Engenharia

Objeto: Contratação de empresa, em regime de empreitada por preços máximos unitários, para execução de ensaios para delineamento da linha de influência longitudinal da bacia de deformação em pavimentos asfálticos por intermédio da Viga Benkelman, com emissão dos laudos para fins de recuperação de pavimento asfáltico, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital..

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 24/09/2020.

Abertura: dia 24/09/2020 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2187.

Concórdia, SC, 10 de setembro de 2020.

DANIEL FAGANELLO  
Secretário Municipal de Planejamento

**EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 26/2020 – PMC**

Publicação Nº 2638767

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO  
Nº 26/2020 – PMC

O Secretário Municipal de Gestão Urbana, torna público que ratificou o ato do Senhor Denilson Kroetz, Diretor Técnico, que declarou dispensável a licitação, nos termos do Lei Art. 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 10/09/2020, para a Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção e calibração da balança do aterro sanitário municipal de Concórdia.; a favor de ANTONIO CARLOS SOARES BARBOSA no valor total de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

ELTON POLINA  
Secretário Municipal de Gestão Urbana

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2020 – FMS**

Publicação Nº 2638762

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA  
TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020 – FMS

Objeto: Contratação de empresa do ramo de instalação e manutenção elétrica, em regime de empreitada global (material e mão de obra), para execução de readequação elétrica em trecho da Rua Aquiles José Perondi, localizada no Bairro Vista Alegre, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" do Edital.

**EXTRATO DO RESULTADO DA SESSÃO DE HABILITAÇÃO**

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: Apresentaram-se para participar do presente certame as empresas: ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA e FABIANO FRANCHIN ME, sem representantes presentes. Procedeu-se à abertura do Envelope 01 - Documentação de Habilitação das licitantes, constatando-se que as licitantes: ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA e FABIANO FRANCHIN ME, apresentaram sua documentação de habilitação de acordo com os requisitos exigidos no Edital e sendo assim foram julgadas HABILITADAS. Destaca-se que as empresas ENERGIZA INSTALACOES ELETRICAS LTDA e FABIANO FRANCHIN ME, comprovaram através da Certidão Simplificada da Junta Comercial, documento este, exigido no subitem 5.1.3 do Edital, que são Microempresas (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP). Ressalta-se que os documentos de Acervo Técnico das licitantes foram analisados e aprovados pelo Engenheiro Eletricista, Jonas Toigo Bittencourt, CREA/SC 084.555-6, pertencente ao quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia. Em cumprimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93, o pertinente prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis previsto no artigo 109, inciso I, alínea "a", do citado diploma legal, será contado a partir da data em que for veiculada esta intimação. Por fim, ressaltou que se não houver interposição de recursos, as proponentes habilitadas ficam desde já convocadas, a comparecerem neste mesmo local, às 08h30min do próximo dia 22 de setembro de 2020, para participar da sessão de abertura de sua Proposta de Preços (Envelope nº 02).

Concórdia, SC, 09 de setembro de 2020.

CRISTIANE SILVEIRA CASADO  
Vice-Presidente da CPL

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 86/2020

Publicação Nº 2638497

#### EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme abaixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 32/2020

JULGAMENTO: Menor preço por Item

PROCESSO: 86/2020.

SOLICITANTE: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE AGRICULTURA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA PARA AS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E DE AGRICULTURA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$111.600,00(Cento e onze mil seiscentos reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira e a Equipe de Apoio declara vencedora as empresas: ESCAVATER TERRAPLENAGEM LTDA, para os itens 01 e 02 no valor total de R\$111.600,00, adjudicado em favor das empresas o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 10 de Setembro de 2020.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO

Pregoeira

### EXTRATO PROC. 93/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO 43/2020

Publicação Nº 2638653

#### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público a dispensa de licitação conforme abaixo:

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 93/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 43/2020

SOLICITANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE CALÇADA PÚBLICA EM PAVER, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA.

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$ 5.548,00 (cinco mil quinhentos e quarenta e oito reais).

CONTRATADO: ASTROD MARAIZA DE OLIVEIRA 04699079911, CNPJ: 37.399.033/0001-66.

Cordilheira Alta, SC, em 10 de setembro de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI

Prefeito Municipal em Exercício

### EXTRATO RETIFICAÇÃO PROC. 87/2020

Publicação Nº 2638819

MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E ADIAMENTO DE ABERTURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 87/2020

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 06/2020

Fica retificado na PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, o valor total do item n. 05 (Pavimentação asfáltica em leito natural), conforme a seguir:

Onde se lê:

Total do item R\$ 458.157,74

Leia-se:

Total do item R\$ 283.803,46

Tendo em vista as alterações mencionadas, o valor total estimado da licitação passa a ser de R\$ 977.005,38 (novecentos setenta e sete mil cinco reais e trinta e oito centavos).

Em razão da retificação do edital, a abertura da licitação fica agendada para o dia 29/09/2020 às 09h30m.

Os envelopes serão aceitos até às 08h30m do dia 29/09/2020.

O edital na íntegra encontra-se disponível no link licitações do site [www.pmcordi.sc.gov.br](http://www.pmcordi.sc.gov.br) ou na Divisão de Compras e Licitações do Município de Cordilheira Alta, sito na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, CEP 89819-000.

Informações: de segunda a sexta-feira, no horário de expediente, pelo fone n. (49) 3358-9100.  
Cordilheira Alta/SC, em 10 de setembro de 2020.

ALTEMIR PEDERSSETTI  
Prefeito em exercício

## TF MÊS DE AGOSTO/2020

Publicação Nº 2638376

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 03/08/2020

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>2.464,73</b>
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.478,84
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	985,89

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 04/08/2020

## Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>14.486,06</b>
4.1.7.1.8.03.11.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	8.400,00
4.1.7.1.8.03.21.02.00	Transf. do FNS BLMAC	3.533,35
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.531,63
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.021,08

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 05/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>61.649,25</b>
4.1.7.1.8.03.11.01.00	Incentivo para Ações Estratégicas	7.830,00
4.1.7.1.8.03.11.02.00	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	8.400,00
4.1.7.1.8.03.11.03.00	Saúde da Família - SF	11.130,00
4.1.7.1.8.03.11.07.00	Saúde Bucal - SB	2.230,00
4.1.7.1.8.03.11.10.00	PMAQ(RAB-PMAQ-SM)	9.703,96
4.1.7.1.8.03.11.11.00	Transferência de Recursos do SUS NASF	8.000,00
4.1.7.1.8.03.11.42.00	Incentivo Financeiro combate endemias - Vig em Saúde	2.660,00
4.1.7.1.8.03.41.01.00	Programa de Assist. Farmácia Básica	2.189,39
4.1.7.1.8.05.31.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	6.420,40
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.851,30
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.234,20

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 06/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>19.798,29</b>
4.1.7.1.8.03.11.42.00	Incentivo Financeiro combate endemias - Vig em Saúde	140,00
4.1.7.1.8.03.91.03.00	Transferência recursos SUS CORONAVIRUS - Portaria M§	11.352,00
4.1.7.1.8.12.11.07.00	Transf. de Recurso FNAS ACOVID EPI	5.250,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.833,77
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.222,52

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 07/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		6.617,82
4.1.7.1.8.12.11.02.00	Transf. de Recurso FNAS- IGD-BF	1.430,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	3.112,69
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.075,13

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 10/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		233.399,09
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	144.348,49
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	72.174,25
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	50.789,28
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	11.729,68
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	7.819,78
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-53.462,39

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 11/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		12.388,29
4.1.7.1.8.05.41.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Na	6.925,24
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	3.277,83
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.185,22

Cordilheira Alta, 10/09/2020

\_\_\_\_\_  
ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

\_\_\_\_\_  
EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 12/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		168.794,39
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	2.312,66
4.1.7.1.8.99.11.04.00	Auxílio Financeiro LC 173/2020 -Ações de Enfrentamento (	16.123,79
4.1.7.1.8.99.11.05.00	Auxílio Financeiro LC 173/2020 -Mitigação de Seus Efeitos	121.119,94
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	17.542,80
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	11.695,20

Cordilheira Alta, 10/09/2020

\_\_\_\_\_  
ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

\_\_\_\_\_  
EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 13/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		214.719,97
4.1.7.1.8.03.91.02.00	Transferência recursos SUS CORONAVIRUS - Portaria M§	160.359,00
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	32.616,58
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	21.744,39

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 14/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		22.616,63
4.1.7.1.8.05.11.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	20.435,92
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.308,43
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	872,28

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 17/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		10.714,89
4.1.7.1.8.02.21.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minera	8.019,70
4.1.7.1.8.03.31.02.00	Teto Financ.de Vigilância em Saúde- TFVS	819,17
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.125,61
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	750,41

Cordilheira Alta, 10/09/2020

---

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 18/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		1.862,51
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.117,51
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	745,00

Cordilheira Alta, 10/09/2020

---

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

---

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 19/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		4.283,12
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	2.569,87
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.713,25

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 20/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		60.249,64
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	30.312,49
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	15.156,24
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	10.665,51
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	9.205,34
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	6.136,90
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-11.226,84

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 21/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>46.811,86</b>
4.1.7.1.8.12.11.08.00	Transf. de Recurso FNAS PSB COMBATE COVID	24.502,78
4.1.7.1.8.99.11.01.00	Apoio Financeiro aos Municípios	8.942,18
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	8.020,14
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	5.346,76

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 24/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		<b>9.364,19</b>
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	5.618,51
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	3.745,68

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 25/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		31.503,69
4.1.7.1.8.02.61.01.00	Cota parte fundo especial do petróleo - FEP	8.916,41
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	13.552,37
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	9.034,91

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 26/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		9.613,33
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	5.768,00
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	3.845,33

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 27/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		7.136,24
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	4.281,74
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	2.854,50

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 28/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		154.410,66
4.1.7.1.8.01.21.01.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	94.396,21
4.1.7.1.8.01.21.02.00	Cota parte Fundo de Participação dos Municípios	47.198,11
4.1.7.1.8.01.21.03.00	Cota Parte Fundo de Participação dos Municípios	33.213,48
4.1.7.1.8.01.51.01.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	16,79
4.1.7.1.8.01.51.02.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	8,39
4.1.7.1.8.01.51.03.00	Cota parte imposto sobre propriedade territorial rural - ITR	5,91
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	8.723,72
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	5.815,81
9.1.7.1.8.01.21.01.00	Dedução Cota-Parte Fundo de Participação dos Municípios	-34.961,55
9.1.7.1.8.01.51.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	-6,21

Cordilheira Alta, 10/09/2020

ALTEMIR PEDERSSETTI  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

EMANUELLE CELLA TOZZO  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

**Santa Catarina**  
**MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA**

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Data do Recebimento: 31/08/2020

**Notificação de Recebimento Recursos Federais**

O Município de Cordilheira Alta/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		8.069,57
4.1.7.1.8.12.11.03.00	Transf. de Recurso FNAS-PSB PROTEÇÃO SOCIAL BÁS	2.276,06
4.1.7.1.8.12.11.05.00	Transf. de Recurso FNAS-SCFV	3.232,33
4.1.7.5.8.01.11.01.00	FUNDEB 60%	1.536,71
4.1.7.5.8.01.11.02.00	FUNDEB 40%	1.024,47

Cordilheira Alta, 10/09/2020

---

**ALTEMIR PEDERSSETTI**  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCICIO

---

**EMANUELLE CELLA TOZZO**  
CONTADORA - CRC/SC023417/O-8

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### TERMO ADITIVO N° 32/2020

Publicação N° 2638491

**PUBLICAÇÃO TERMO ADITIVO N°32/2020**

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

**1º TERMO ADITIVO N° 32/2020 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 25/2020**Contratado: **ESCOLARES INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA****Objeto: CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES:** O item 1.1, da Ata de Registro de Preço n° 25/2020, faz referência aos quantitativos previstos no anexo “D”, para o item 1, prevê as seguintes quantidades:

ITEM	QUANT	ESPECIFICAÇÃO
1	5	Conjunto para refeitório infantil, bancos com encosto. Composto por 01 mesa e 02 bancos com encosto. Estrutura em tubo de aço 30x30 chapa 18 e requadro superior em tubo 30x50, tratamento anticorrosivo, solda mig, pintura epóxi (pó), acabamento com ponteiros de plástico resistentes, fixadas através de encaixe. Tampo (185cmx70cm) em mdf (18mm) revestido com laminado melanímico (0,8mm), bordas com pvc tipo "T" fixados através de encaixe. Dimensões: 185x70x54cm. Banco estrutura em tubo de aço, pés em 30x30 e requadro superior em tubo 30x50. Ponteiros plásticos injetados, solda mig, tratamento anticorrosivo, pintura epóxi (pó). Assento em mdf (18mm) revestido com laminado melanímico (0,8mm), bordas com pvc tipo "T" fixados através de encaixe. Dimensões: 185x30x33cm.

Fica aditivada a quantidade de 5 unidades, ou seja, R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) do item “1”, do Anexo D, constante da Ata de Registro de preço N° 25/2020, totalizando 25% da quantidade licitada para o item.

Vigência: 31/12/2020.

**Correia Pinto****PREFEITURA****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0440/2020 FHMCP - RESCISÃO DO CONTRATO DIRETO Nº 0260/2020 FHMCP**

Publicação Nº 2638150

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0440/2020 - FHMCP,

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO – CONTRATAÇÃO DIRETA 0260/2020 PMCP.

Pelo presente Instrumento Administrativo, o MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 3601, Centro, no município de Correia Pinto/SC, por intermédio da Fundação Municipal de Esporte e Cultura, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 17.380.667/0001-60, neste ato, representada por seu Prefeito, Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº 217.068.839-00, e LUANA STANGHERLIN, brasileira, inscrita no CPF 087.929.489-28, residente e domiciliado na rua 16, n. 206, bairro Rio Fiorita, CEP nº 88860-000, no município de Siderópolis/SC, resolvem:

CONSIDERANDO que os serviços objeto do contrato direto nº 0260/2020 FHMCP foram atendidos satisfatoriamente e integralmente, não havendo mais interesse da parte contratada de continuidade da prestação dos mesmos, as partes resolvem RESCINDIR AMIGAVELMENTE o referido instrumento.

Em conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado no Diário Oficial dos Municípios na forma de extrato.

E para que surta seus jurídicos e legais efeitos, assina-se o presente instrumento em três (3) vias de igual teor e forma de direito.

Correia Pinto, 02 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO LUANA STANGHERLIN  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO CONTRATADA  
Prefeito

**DECRETO Nº 1642/2020**

Publicação Nº 2638674

DECRETO Nº 1642/2020  
DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO”.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2354/2020, DECRETA:

Art. 1º. Abre Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 9.124,89 (nove mil e cento e vinte e quatro reais e oitenta e nove centavos), a saber:

09.02 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

2.076 – Consórcio CISAMA.

119 4.4.71.00.00.00.00.1000 - Transferência a Consórcios Públicos - R\$ 9.124,89

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 9.124,89

Art. 2º. Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

03.01 - GABINETE DO PREFEITO

2.004 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice - Prefeito.

11 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 9.124,89

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 9.124,89

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

## DECRETO Nº 1643/2020

Publicação Nº 2638675

DECRETO Nº 1643/2020

DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2355/2020, DECRETA:

Art. 1º. Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no montante R\$ 412.941,00 (quatrocentos e doze mil e novecentos e quarenta e um reais), a saber:

12.02 – FUNDO DE SAÚDE:

2.042 – Vigilância Sanitária:

67 3.1.90.00.00.1305 – Aplicações Diretas R\$ 412.941,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 412.941,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação, na fonte de recurso 1305 – COVID -19.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

## DECRETO Nº 1644/2020

Publicação Nº 2638676

DECRETO Nº 1644/2020

DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2356/2020, DECRETA:

Art. 1º. Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no montante R\$ 125.667,10 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos e sessenta e sete reais e dez centavos), a saber:

14.03: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:

2.030 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social:

43 3.3.90.00.00.1306 – Aplicações Diretas R\$ 125.667,10

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 125.667,10

Art. 2º. Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por excesso de arrecadação na fonte de recurso 1306 – COVID -19.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

**DECRETO Nº 1645/2020**

Publicação Nº 2638678

DECRETO Nº 1645/2020  
DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 95, VIII da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal nº 2357/2020, DECRETA:

Art. 1º. Abre Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no montante R\$ 625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil reais), a saber:

12.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:  
1.000 – Construção, Ampliação de Unidades de Saúde  
66 4.4.90.00.00.4010 – Aplicações Diretas R\$ 625.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 625.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação na fonte de recurso 4010 – Emendas Parlamentares Impositivas – Transferência do Estado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

**LEI COMPLEMENTAR Nº 219/2020**

Publicação Nº 2638694

LEI COMPLEMENTAR Nº 0219/2020  
DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 0539, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica revogado o disposto no inciso IV, do parágrafo único, do art. 21, da Lei nº 0539, de 23 de dezembro de 1993.

Art. 2º. Fica revogado o disposto no inciso II, do art. 26, da Lei nº 0539, de 23 de dezembro de 1993.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

**LEI MUNICIPAL Nº 2354/2020**

Publicação Nº 2638683

LEI MUNICIPAL Nº 2354/2020  
DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO”.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 9.124,89 (nove mil e cento e vinte e quatro reais e oitenta e nove centavos), a saber:

09.02 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE:

2.076 – Consórcio CISAMA.

119 4.4.71.00.00.00.00.1000 - Transferência a Consórcios Públicos - R\$ 9.124,89

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 9.124,89

Art. 2º. Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

03.01 - GABINETE DO PREFEITO

2.004 – Manutenção das Atividades do Gabinete do Vice - Prefeito.

11 3.3.90.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 9.124,89

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 9.124,89

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

## **LEI MUNICIPAL Nº 2355/2020**

Publicação Nº 2638688

LEI MUNICIPAL Nº 2355/2020

DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no montante de R\$ 412.941,00 (quatrocentos e doze mil e novecentos e quarenta e um reais), a saber:

12.02 – FUNDO DE SAÚDE:

2.042 – Vigilância Sanitária:

67 3.1.90.00.00.1305 – Aplicações Diretas R\$ 412.941,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 412.941,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação, na fonte de recurso 1305 – COVID -19.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registre-se e Publique-se

## **LEI MUNICIPAL Nº 2356/2020**

Publicação Nº 2638690

LEI MUNICIPAL Nº 2356/2020

DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no montante de R\$ 125.667,10 (cento e vinte e cinco mil e seiscentos e sessenta e sete reais e dez centavos), a saber:

14.03: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL:  
2.030 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social:  
43 3.3.90.00.00.1306 – Aplicações Diretas R\$ 125.667,10  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 125.667,10

Art. 2º. Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por excesso de arrecadação na fonte de recurso 1306 – COVID -19.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

## LEI MUNICIPAL Nº 2357/2020

Publicação Nº 2638693

LEI MUNICIPAL Nº 2357/2020  
DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO”.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação, no montante de R\$ 625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil reais), a saber:

12.02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE:  
1.000 – Construção, Ampliação de Unidades de Saúde  
66 4.4.90.00.00.4010 – Aplicações Diretas R\$ 625.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 625.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação na fonte de recurso 4010 – Emendas Parlamentares Impositivas – Transferência do Estado.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 09 de setembro de 2020.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registre-se e Publique-se

## TOMADA DE PREÇO Nº 46/2020 PMCP

Publicação Nº 2638741

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2020 – PREFEITURA  
TOMADA DE PREÇOS

Objeto:  
CONSTRUÇÃO/REFORMA NAS OBRAS PÚBLICAS, SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES EM GERAL. CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, NO MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO/SC. Menor Preço Global. Abertura dos envelopes: 28.09.2020 às 14:30 horas. Base Legal: Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente a matéria. O edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto - SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou em [www.correiapinto.sc.gov.br](http://www.correiapinto.sc.gov.br).

Correia Pinto/SC, 10 de setembro de 2020.

Celso Rogério Alves Ribeiro  
Prefeito



# Corupá

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2005/2020

Publicação Nº 2639618

DECRETO Nº 2005/2020

REGULAMENTA A LEI FEDERAL N. 14.017/2020 QUE DISPOE SOBRE AS AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL A SEREM ADOADAS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDA PELO DECRETO LEGISLATIVO N. 06/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos incisos VII, do artigo 66 da Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei n. Federal n. 14.017/2020 que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecida pelo decreto legislativo n. 06/2020;

CONSIDERANDO o Decreto n. 10.464/2020 que Regulamenta a Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO que, em virtude das dificuldades enfrentadas e a dimensão que os riscos para a saúde pública com a pandemia da COVID-19, à Administração Pública Federal, Estadual e Municipal compete o planejamento, com a previsão de soluções adequadas que exigem providências imediatas, destinadas a evitar a difusão da doença e a reduzir o ritmo das contaminações;

CONSIDERANDO que tais situações exigem da Administração Pública uma pluralidade de providências relacionadas direta ou indiretamente com a pandemia;

CONSIDERANDO a Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, e o Decreto Legislativo Nº 06/2020, de 20/03/2020, que declararam situação de calamidade pública no território brasileiro;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 188/GM/MS, de 03/02/2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), pelo Ministério da Saúde, em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria Nº 356, de 11/03/2020, que dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei Federal Nº 13.979/2020, de 06/02/2020, a qual estabelece medidas que objetivam a proteção da coletividade por meio de restrições, tais como isolamento e quarentena;

CONSIDERANDO as regras de isolamento social instituídas pelos Decretos Estaduais Nº 515, de 17/03/2020, Nº 525, de 23/03/2020, e Nº 562, de 17/04/2020, e alterações posteriores, que tiveram por consequência a suspensão total ou parcial de atividades econômicas no território Catarinense;

CONSIDERANDO a situação de emergência em Saúde Pública declarada no Município de Corupá, através do Decreto Municipal Nº 1886/2020, bem como sobre as diversas medidas de enfrentamento da pandemia provocada pelo Coronavírus (COVID-19), no âmbito do Poder Executivo do Município de Corupá;

CONSIDERANDO, ainda, as motivações dos Decretos Municipais que dispõe sobre as medidas de combate a pandemia ocasionada pelo COVID-19, em especial o Decreto n. 1886/2020 e 1957/2020;

DECRETA:

Art.1º - O Poder Executivo do Município de Corupá, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, executará diretamente os recursos de que trata o artigo 1º da Lei Federal nº 14.017, "Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc", de 29 de junho de 2020, mediante programas que contemplem as hipóteses dos incisos II e III do artigo 2º da referida lei, conforme regulamentação federal.

Parágrafo Único - A Secretaria de Educação e Cultura, com o auxílio da Comissão de que trata o artigo 2º deste decreto e das demais Secretarias Municipais competentes, deverá providenciar os meios administrativos e operacionais para o recebimento direto do valor integral a ser destinado ao Município de Corupá, nos termos do artigo 3º da Lei Federal nº 14.017, "Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc", de 29 de junho de 2020.

Art. 2º - Fica criado a Comissão de Gerenciamento, Acompanhamento e Fiscalização dos recursos destinados ao Município de Corupá, através da Lei Aldir Blanc, com as seguintes atribuições:

I - Realizar as tratativas necessárias com os órgãos do Governo Federal responsáveis pela descentralização dos recursos;

II - Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município de Biguaçu para a distribuição dos recursos na forma prevista no artigo 2º da Lei Federal nº 14.017 - Lei de Emergência Cultural Aldir Blanc, de 29 de junho de 2020, observando-se o artigo 3º deste decreto;

- III - Acompanhar e orientar os processos necessários às providências indicadas no parágrafo único do artigo 1º deste decreto;  
IV - Acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município de Corupá;  
V - Fiscalizar a execução dos recursos transferidos;  
VI - Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do Município de Corupá.

§ 1º - A Comissão de que trata o artigo será composta pelos seguintes integrantes:

- I – 1 (um) representante da Secretaria de Educação e Cultura;  
II – 1 (um) representante da Secretaria de Administração e Finanças;  
III – 1 (um) representante do Gabinete do Prefeito;  
IV – 1 (um) representante do Coral Ecumênico;  
V – 1 (um) representante das Sociedades Esportivas e Recreativas  
VI – 1 (um) representante dos grupos de Dança;  
VII – 1 (um) representante da Associação Corupaense dos Artesãos – ACART;  
VIII – 1 (um) representante do Instituto Catarina Brasilis – ICB.

§ 2º - Os representantes e o suplentes deverão ser indicados pelo responsável pela Secretário ou Departamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,  
11 de setembro de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

## DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2020

Publicação Nº 2639592

### TERMO DE RATIFICAÇÃO

#### DESPACHO

Trata-se de CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS QUE COMPÕEM A FROTA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC.

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a contratação da empresa AUTO POSTO ISAC LTDA – CNPJ Nº. 83.442.061/0001-36, localizada na BR 280 KM 84, s/n, bairro Centro, no município de Corupá, estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000, tendo no valor total de até R\$ 8.620,00 (oito mil e seiscentos e vinte reais), sendo o valor unitário do litro de R\$ 4,31 (quatro reais e trinta e um centavos), pelo período de até 15 (quinze) dias, sem reajuste, com a realização do certame licitatório na Modalidade Dispensa de Licitação n.º 028/2020, com respaldo legal nos termos do caput do artigo 24, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 consolidada, observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Corupá/SC, 10 de setembro de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
Prefeito Municipal

## NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/17

Publicação Nº 2638034

ESTADO DE SANTA CATARINA  
AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ  
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/17

CONTRATANTE: AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 14.797.046/0001-98, com sede administrativa na Rua Francisco Mees, nº 1915, bairro XV de Novembro, cidade de Corupá/SC.

CONTRATADO: EBS – EMPRESA BRASILEIRA DE SANEAMENTO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.873.007/0001-10, estabelecida na Rua Ottokar Doerffel nº 841, Sala 01, Bairro Atiradores, Município de Joinville, Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PREÇO 1.1. Realiza-se ACRÉSCIMO no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em virtude da necessidade de desdobramento de diversas obras de melhorias prestada pela empresa, conforme planilha anexo ao processo administrativo, ficando o valor global do contrato a partir do acréscimo em R\$ 3.015.848,25 (três milhões, quinze mil, oitocentos e quarenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

Data da Assinatura: 28/08/2020

Data da Vigência: 29/09/2020

RENATO LIRA  
AUTARQUIA ÁGUAS DE CORUPÁ  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 5782/2020**

Publicação Nº 2639621

PORTARIA Nº 5782/2020

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE GERENCIAMENTO, ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, ATRAVÉS DA LEI N. 14.017/2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e com base no inciso VII do art. 66 da Lei Orgânica Municipal e na Lei nº 2.361, de 02 de setembro de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Designar os membros para compor a Comissão de Gerenciamento, Acompanhamento e Fiscalização dos recursos destinados ao Município de Corupá, através da Lei Nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc -.

**I – REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:**

Representando a Secretaria de Educação e Cultura:

Titular: Rosane Martini Berti

Suplente: Lauro Wendorf Junior

Representando a Secretaria de Administração e Finanças:

Titular: Silvana Griten Ribeiro

Suplente: Nayra Jaciana Teixeira Ramos

Representando o Gabinete do Prefeito:

Titular: Joao Paulo Imbriani

Suplente: Valquiria Michalak

**II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:**

Representando o Coral Ecumênico:

Titular: Dolores Orzekowski

Suplente: Lara Romanovicz

Representando as Sociedades Esportivas e Recreativas:

Titular: Rosane Mokwa

Suplente: Lucas Zeiningger

Representando os Grupos de Dança:

Titular: Vanessa Denise Delphino

Suplente: Isabela Santos

Representando a Associação Corupaense dos Artesãos - ACART:

Titular: Tânia Joanita Schroeder

Suplente: Georgiane Cristine Prochnow Jankowski

Representando o Instituto Catarina Brasilis - ICB:

Titular: Roseli Siewert

Suplente: Rubens Heinrich Junior

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,  
11 de setembro de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

**RESOLUÇÃO COMED Nº 001, DE 19 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2638458

RESOLUÇÃO COMED Nº 001, de 19 de agosto de 2020.

Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Corupá/Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

A PRESIDENCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUPÁ, SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, em conformidade com o disposto no Regimento Interno deste Conselho, e tendo em vista o plano de contingência e adoção de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1102/1997, que criou o Conselho Municipal de Educação do Município de Corupá, que no Artigo 2º, diz ser competência deste, inciso II – Analisar Leis, Decretos e Regulamentos relacionados com o ensino, com vistas a sua eficiente aplicação; inciso IV – Elaborar e aprovar normas e medidas para a organização e funcionamento do Sistema Municipal de Ensino; inciso VIII - Emitir pareceres, sobre questões de natureza educacional no âmbito da Rede Municipal e demais redes com base nas competências que lhe forem delegadas pelo Conselho Estadual de Ensino.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a ser cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

CONSIDERANDO o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

CONSIDERANDO a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n. 1.5.1.1.0 - doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 1884/2020 de 19/03/2020 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (covid-19), e dá outras providências. E o Decreto Municipal nº 1.886/20, de 20/02/2020 que Decreta Situação de Calamidade Pública no Município de Corupá, decorrente do novo Coronavírus (covid-19), e dá outras providências e os Decretos subsequente que prorrogam o efeito dos referidos decretos.

CONSIDERANDO que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

CONSIDERANDO a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO que, no exercício da autonomia e responsabilidade na condução dos respectivos projetos pedagógicos e dos sistemas de ensino, compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distritais, em conformidade com a legislação vigente, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; e, em seu artigo 47, que, na educação superior, o ano letivo regular,

independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino à distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 36, § 11, inciso VI, que para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências desenvolvidas em cursos realizados por meio de educação à distância ou educação presencial mediada por tecnologias;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino à distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação à distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade à distância na educação básica;

CONSIDERANDO que a Resolução CNE/CEB n. 03/2018, em seu artigo 17, § 13, dispõe que as atividades realizadas pelos estudantes, consideradas partes da carga horária do ensino médio, podem ser atividades com intencionalidade pedagógica orientadas pelos docentes, podendo ser realizadas na forma presencial – mediada ou não por tecnologia – ou a distância;

CONSIDERANDO a Portaria MEC n. 343/2020 dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO a medida provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, que estabelece normas excepcionais sobre o ano letivo da educação básica e do ensino superior decorrentes das medidas para enfrentamento da situação de emergência de saúde pública de que trata a lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

CONSIDERANDO a Resolução CEE/SC n. 040/2016, de 05 de julho de 2016, que estabelece normas complementares e orientativas à Resolução CEE/SC n. 183/2013, relacionadas à adoção da progressão parcial e continuada, aproveitamento de estudos concluídos com êxito, regime de exceção de dispensa temporária da frequência, complementação da infrequência e estudos de alunos itinerantes para o Sistema Estadual de Ensino, e que estabelece o regime de exceção temporário da dispensa da frequência com a compensação de ausência às aulas mediante estudos e atividades domiciliares e avaliação da aprendizagem;

CONSIDERANDO a Resolução CEE/SC nº 009, de 19 de março de 2020, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19). E a Resolução CEE/SC nº 049, de 22 de junho de 2020, que dá nova redação ao art. 2º e revoga o § 4º do art. 3º da Resolução CEE/SC nº 009/2020 e aplica ao Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina o disposto no Parecer CNE/CP nº 5/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, devido ao isolamento social determinado por Decreto Estadual e Municipal, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (Covid-19), no âmbito de todas as instituições de ensino pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Corupá.

Art. 2º Fica estabelecido para o Sistema Municipal de Educação de Corupá, excepcionalmente, o regime especial de atividades escolares não presenciais até o dia 31/12/2020, podendo haver alteração de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias.

Art. 3º Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições e do Sistema Municipal de Ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I – planejar e elaborar, com a colaboração do corpo docente, as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso,

divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: vídeo aulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa. Para Educação Infantil, no segmento das crianças de 0 a 3 anos e 11 meses os encaminhamentos são opcionais. No segmento de crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses, orienta-se considerar os eixos norteadores “Interações e Brincadeira” durante esse período emergencial, com a oferta de proposições pedagógicas, as quais dar-se-ão por meio de mídias tecnológicas, com orientações do professor às famílias que farão a mediação com a criança. Para os alunos com deficiência ou dificuldade acentuada de aprendizagem, adotar procedimentos quanto às adaptações do planejamento das atividades, avaliações e recursos de acessibilidade necessários

IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial, observando as particularidades de cada estudante.

§ 2º A avaliação na Educação Infantil será mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental, conforme determina o inciso I do art. 31 da Lei 9394/96;

§ 3º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

Exemplo: Conteúdos que necessitam de atividades específicas para o desenvolvimento de habilidades.

VII – Realizar reuniões Pedagógicas, de Planejamento e Conselhos de Classe, preferencialmente de forma virtual para fins de organização, acompanhamento e avaliação dos trabalhos realizados pelos docentes e discentes.

§ 4º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial, mantendo-as arquivadas para comprovações posteriores, conforme previsto no Art. 3º Parágrafo 1º da Resolução CEE/SC 009/20.

Art. 4º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 5º As instituições de ensino, que, por razões diversas, optarem por não executar as atribuições constantes do art. 3º desta Resolução, deverão aprovar e dar ampla divulgação do novo calendário, contendo proposta de reposição das aulas presenciais referente ao período de regime especial, tão logo cesse esse período.

Art. 6º Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pelas instituições de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Sistema Municipal de Educação, de acordo com a legislação.

Art. 7º Esta Resolução, poderá sofrer alterações, com a revogação de dispositivos conforme orientações das autoridades do Poder Executivo e sanitárias, se necessário for, para atender a demanda do momento.

Art. 8º Cabe a Secretaria Municipal de Educação como órgão executivo, administrativo e deliberativo, conforme Lei Municipal nº 1506/2003, regulamentar a aplicação na Rede Municipal Pública de Ensino de Corupá o disposto na Resolução 01/COMED/2020 de 19 de agosto de 2020, do Conselho Municipal de Educação de Corupá.

Após análise da legislação, este conselho está de acordo e emite parecer favorável, garantindo o cumprimento do calendário escolar conforme a legislação vigente de 800 horas da LDB, nos artigos 24 e 31, aplica-se o Parecer CNE/CP nº 5/2020 de 2 de abril de 2020 e as Resoluções CEE/SC nº 009, de 19 de março de 2020 e nº 49 de 22 de junho de 2020 nas instituições vinculadas ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Corupá/SC.

Corupá, 19 de agosto de 2020.

Janaína Paterno Gonçalves  
Presidente  
Conselho Municipal de Educação

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2020**

Publicação Nº 2638487

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 027/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUPÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.467/0001-70, com sede Municipal na Avenida Getúlio Vargas, 443 - Centro, Corupá - SC.

CONTRATADO: AUTO POSTO ISAC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.442.061/0001-36, estabelecida na Rodovia BR 280, nº 515, Bairro Centro, município de Corupá, Estado de Santa Catarina, CEP 89.278-000.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR

Realiza-se ACRÉSCIMO no referido contrato, no valor de R\$ 4.310,00 (quatro mil e trezentos e dez reais), referente a 1.000 (mil) litros de gasolina comum, em virtude da necessidade de abastecimento dos veículos que compõem a frota municipal, tendo em vista que, pela terceira vez, o Pregão lançado para aquisição de gasolina restou deserto.

Data da Assinatura: 04/09/2020

Data da Vigência: 20/09/2020

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 027/2020**

Publicação Nº 2638195

TERMO DE RATIFICAÇÃO

DESPACHO

Trata-se de Locação de imóvel, com edificação em alvenaria, com a área territorial de 361,00m<sup>2</sup> e área construída 104,28m<sup>2</sup>, situada a Rua Nereu Ramos, nº433, Centro, Corupá/SC, inscrito na matrícula sob n. 55.509 que será utilizado para a instalação da sede do Conselho do Tutelar, pelo prazo de 12 (doze) meses.

RATIFICO, DEFIRO e AUTORIZO a locação do imóvel da Sr. Teodorio Werner, inscrita no CPF sob o nº 103.924.679-68 e sua esposa Sra. Leocadia Werner, inscrita no CPF sob o nº 936.213.969-34, no valor total anual de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) correspondente ao valor mensal R\$ 1.000,00 (mil reais), por Dispensa de Licitação n.º 027/2020, com respaldo legal nos termos do caput do artigo 24, inciso X, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993 consolidada, observados então, os ditames legais aplicáveis à espécie.

Corupá/SC, 09 de setembro de 2020.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

Prefeito Municipal

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 125, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638535

DECRETO Nº 125, de 10 de setembro de 2020.

“DISPÕE SOBRE A APLICABILIDADE AUTOMÁTICA DOS DECRETOS E REGULAMENTOS EDITADOS PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, COM VISTAS A ESTABELECEMEDIDAS DE ENFRENTAMENTO E CONTENÇÃO DO CONTÁGIO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal em exercício de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas, em especial o Art. 96 VII, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.019, de 2 de julho de 2020, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, inclusive transportes públicos, e sobre a disponibilização de produtos saneantes aos usuários durante a vigência das medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID-19

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 251, de 16 de abril de 2020, que determina que todo estabelecimento público, privado ou filantrópico em funcionamento no Estado de Santa Catarina deve assegurar que todas as pessoas, ao adentrarem ao mesmo a utilização de máscaras;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020, que estabelece critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 658 de 28 de agosto de 2020, que altera a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO a necessidade de se conter a disseminação da COVID-19 e garantir o adequado funcionamento dos serviços de saúde;

CONSIDERANDO que permanecem as recomendações do uso adequado de máscaras de proteção, higienização das mãos, etiqueta da tosse e distanciamento social em todos os espaços públicos e privados,

CONSIDERANDO que, em que pese inexistir solução juridicamente fácil nem moralmente simples para um aparente conflito entre princípios e direitos constitucionais, como os da valorização social do trabalho e da livre iniciativa e do direito à saúde, compete ao gestor público, após a respectiva ponderação, optar na medida do possível pela prevalência do direito à saúde, face à sua indissociabilidade ao direito à vida, DECRETA:

Art. 1º. Terão vigência automática, no âmbito do Município Cunha Porã/SC, os Decretos emitidos pelo Governo do Estado de Santa Catarina, bem como as regulamentações da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, contendo medidas para o enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19), independentemente de ato administrativo municipal.

Parágrafo único. A cláusula de vigência automática não se aplica nas hipóteses em que a autoridade municipal, por ato normativo próprio, entender que devam ser adotadas medidas mais restritivas de contenção e de enfrentamento à pandemia em âmbito local.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor em no dia 10 de setembro de 2020, com vigência limitada ao disposto no art. 1º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado,

Marcia Rejane Markendorf  
Gerente de Planejamento e Gestão Administrativa

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2020

Publicação Nº 2638158

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2020

O Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que fará realizar o Processo Licitatório nº 875/2020, na modalidade Pregão Presencial nº 53/2020 – SRP, com julgamento do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL, PARCELADA E FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORA MÁQUINA DE MINI ESCAVADEIRA HIDRÁULICA E CAMINHÃO EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE, PARA USO NA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE E DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ/SC". Os envelopes contendo as propostas comerciais e habilitação das empresas proponentes deverão ser entregues e protocolados impreterivelmente no horário entre 08h00min. até às 08h30min do dia 23 de setembro de 2020 na sala do Departamento de Compras e Licitações, junto ao Paço Municipal situado à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, município de Cunha Porã/SC. A sessão pública de abertura e julgamento das propostas comerciais e habilitações dos proponentes será realizada a partir das 08h:45min. do dia 23 de setembro de 2020, no mesmo local da entrega e protocolo. Maiores informações podem ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, pelo e-mail: [licitacao@cunhapora.sc.gov.br](mailto:licitacao@cunhapora.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 3646-3505. A íntegra do edital se encontra disponível no site: [www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br). Cunha Porã/SC, 10 de setembro de 2020. Alencar James Post – Prefeito Municipal.

## LEI Nº 2868, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639568

LEI Nº 2.868, de 10 de setembro de 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO 2020 APROVADO PELA LEI Nº 2.837 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal em exercício de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a abertura de Crédito Especial no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais), no orçamento do Município de Cunha Porã – SC para 2020, conforme fica demonstrado abaixo:

05-SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01– Educação

Atividade: 12.361.0010.1035 - Aquisição de Veículos

Modalidade Aplicação: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0179 Emendas Parlamentares Impositivas – Transf Estado R\$ 125.000,00

Fonte: 0101 Receita de Impostos e Transferências de Impostos ..... R\$ 45.000,00

Art. 2º. Os recursos orçamentários para a abertura do crédito adicional especial descrito no Art. 1º são provenientes de excesso de arrecadação da Transferência Especial PORTARIA Nº 179/SEF – 14.07.2020 no valor de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais) e da anulação de dotação orçamentária de recursos no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) conforme descrito abaixo:

05-SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05.01– Educação

Atividade: 12.361.0010.2015 – Manutenção da Ações do Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas

Fonte: 0101: receita de Impostos e Transferências de Impostos ..... R\$ 45.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2020.

ALENCAR JAMES POST

Prefeito Municipal em exercício

## LEI Nº 2869, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639571

LEI Nº 2.869, de 10 de setembro de 2020.

AUTORIZA ALIENAR DE BENS MÓVEIS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALENCAR JAMES POST, Prefeito Municipal em exercício de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a alienar, pela melhor oferta os bens móveis relacionados:

ITEM 01 – Veículo Fiat Ducato Multi 2.3 Multijet, Van/Minibus, Ano/Modelo 2014/2014, Motor Diesel, Chassi: 93W245H34E2134255, Código Renavan 1003466041 – Placa MKH 3434, Código Fipe 001287-4.

ITEM 02 – Veículo Fiat Ducato Multi 2.3 Multijet, Van/Minibus, Ano/Modelo 2014/2014, Motor Diesel, Chassi: 93W245H34E2136487, Código Renavan 1011701542 – Placa MML 7385. Código Fipe 001287-4.

ITEM 03 – Veículo Volkswagen Saveiro 1.6 CE Cross, Ano/Modelo 2011/2011, Motor Gasolina/Álcool, Chassi: 9bwl05u8bp180282, Código Renavan 311331130 – Placa MIL 5192. Código Fipe 005315-5.

ITEM 04 – Veículo Fiat Uno Mille Economy, Ano/Modelo 2012/2013, Motor Gasolina/Álcool, Chassi: 9BD15822AD6760627, Código Renavan 486020045 – Placa MKE 3386. Código Fipe 001162-2

ITEM 05 – Veículo Volkswagen Gol 1.0, Ano/Modelo 2006/2007, Motor Gasolina/Álcool, Chassi: 9BWCA05W17T048676, Código Renavan

902187031 – Placa MET 4389. Código Fipe 005227-2

ITEM 06 - Veículo Volkswagen Gol Special 1.0 MI, Ano/Modelo 2004/2005, Motor Álcool, Chassi: 9BWCA05X35T065162, Código Renavan 844824100 – Placa AMJ7C81. Código Fipe 005079-2.

Art. 2º. O Prefeito Municipal constituirá Comissão Especial de Avaliação com a incumbência de estabelecer o valor mínimo dos bens móveis e imóveis descritos no artigo 1º.

Art. 3º. Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado a dar baixa do Patrimônio Público Municipal, dos bens referidos no Artigo 1º desta Lei, mediante a alienação dos mesmos.

Art. 4º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 10 de setembro de 2020.

ALENCAR JAMES POST  
Prefeito Municipal em exercício

---

## **CÂMARA MUNICIPAL**

---

### **PORTARIA N. 29-2020**

Publicação Nº 2639531

PORTARIA Nº. 29/2020

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DAS SESSÕES ORDINÁRIAS E EXTRAODINÁRIAS NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL EM DECORRÊNCIA DO COVID-19 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MILTON COLISELLI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas em Lei e o Regimento Interno desta casa e,  
CONSIDERANDO, O Decreto Municipal n. 125 de 10 de Setembro de 2020 emitido pelo Prefeito Municipal de Cunha Porã – SC.

RESOLVE:

Art. 1º. Realizar as sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara de Vereadores de Cunha Porã – SC de forma presencial, contudo sem a presença de público.

Art. 2º. As participações nas sessões ordinárias e extraordinárias ficam restritas apenas aos vereadores e o corpo técnico mínimo necessário.

Art. 3º. As realizações das sessões ordinárias e extraordinárias do Poder Legislativo ficam condicionadas ao cumprimento das Portarias da SES que regulamenta os protocolos sanitários bem como o Decreto Legislativo n. 04/2020 e Decreto Municipal n. 125/2020.

Art. 4º. Revoga-se a Portaria n. 28/2020.  
Cunha Porã, SC, 08 de Setembro de 2020.

MILTON COLISELLI  
Presidente  
Câmara Municipal de Vereadores de Cunha Porã - SC

# Curitibanos

## PREFEITURA

### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2020

Publicação Nº 2639410

#### REPUBLICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 118/2020

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE DIESEL S-10 PARA USO NOS VEÍCULOS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E VICINAIS, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 24/09/2020, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 24/09/2020, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860. O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na pagina da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 10 de Setembro de 2020.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

# Descanso

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020 PMD

Publicação Nº 2637959

MUNICÍPIO DE DESCANSO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2020

O Município de Descanso torna público para conhecimento dos interessados que realizará Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Item, no dia 24 de setembro de 2020, com fundamento na Lei 10.520/02, no Decreto 10.024/2019 e na Lei 8.666/93.

Objeto: aquisição de equipamentos agrícolas para o Município de Descanso, com recursos provenientes do Convênio nº 2019TR001489, celebrado com o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural, processo nº SEF 4967/2019, conforme as especificações do edital e seus anexos.

Cadastro das Propostas: das 07h30min do dia 14 de setembro de 2020 até as 07h30min do dia 24 de setembro de 2020.

Abertura da Sessão Pública: às 07h45min do dia 24 de setembro de 2020.

A íntegra do edital encontra-se no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, e no endereço eletrônico [www.descanso.sc.gov.br](http://www.descanso.sc.gov.br), Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 10 de setembro de 2020.

Sadi Inácio Bonamigo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2162/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020. CONSTITUI E NOMEIA COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, CRIA COMISSÕES ESCOLARES DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, COM BASE NAS DIRETRIZES ESTADUAIS DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS

Publicação Nº 2638898

DECRETO Nº 2162/2020, de 10 de setembro de 2020.

CONSTITUI E NOMEIA COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, CRIA COMISSÕES ESCOLARES DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, COM BASE NAS DIRETRIZES ESTADUAIS DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 86, IX da Lei Orgânica de Descanso e,

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 509 e 515, de 17 de março de 2020, e os Decretos Municipais nº 2115/2020; 2116/2020; 2117/2020; 2121/2020, 2123/2020 e 2125/2020, referente às medidas adotadas para contenção da proliferação da Pandemia do COVID-19/ Coronavírus, bem como, o atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Descanso – SC,

CONSIDERANDO o texto das Diretrizes Sanitárias e o Plano de Contingência para Retorno as Aulas, elaborado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a retomada gradual dos trabalhos presenciais dos profissionais da Rede Municipal de Educação de Descanso/SC, organizada de forma diferenciada, promovendo um diálogo com os demais setores, com redução de riscos e traumas voltados para o sentido psicossocial do servidor;

#### DECRETA:

Art. 1º. Constitui o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no âmbito do Município de Descanso.

Art. 2º. Nomeia membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, com representantes dos seguintes órgãos e entidades sendo compostos por um 1(um) titular e 1(um) suplente e determina a função do Vice Presidente Operacional :

I – Representante da Secretaria de Educação, que o presidirá;

II – Vice-Presidente Operacional do Plano de Contingência

III – Representante da Secretaria de Saúde;

IV – Representante da Secretaria de Assistência Social ou equivalente;

V – Representante da Secretaria Municipal de Administração;

VI – Representante dos profissionais e trabalhadores de educação;

VII – Representante dos estudantes da Educação Básica;

VIII – Representante do Conselho Municipal de Educação;

IX – Representante das Comissões Escolares;

X – Representante das escolas da Rede Estadual;

XI – Representante das escolas da Rede Privada;

XII – Representante da Vigilância Sanitária;

XIII – Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar;

XIV – Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB;

XV – Representante do Comitê de acompanhamento da crise desencadeada por conta da infecção pelo Covid-19.

Parágrafo único Deve desenvolver a execução dos processos e atribuições do comitê entre elas o planejamento estratégico e econômico-financeiro, comunicação e monitorar e implementar políticas, processos e procedimentos do comitê, analisar e aprimorar o plano de Contingência Municipal

Art. 3º. O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 possui as seguintes atribuições:

I – Elaborar o Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação do COVID-19, exclusivamente para o retorno das aulas presenciais no âmbito do Município de Descanso;

II – Monitorar os resultados das testagens mínimas realizadas na população, em um processo contínuo no município ou região, que constitui como indicador da “Matriz de Risco Potencial Regional”;

III – Auxiliar na criação e treinamento de “Comissões Escolares” de fiscalização dos regramentos sanitários aplicáveis, na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino, extensão e pesquisas presenciais;

IV – Constituir uma ouvidoria para receber denúncias de descumprimento dos protocolos e que este grupo tenha acesso às informações;

V – Fomentar a realização de Seminários Virtuais, que permitam um debate amplo entre os órgãos sanitários dos níveis da federação;

VI – Analisar e validar os Protocolos elaborados pelas Comissões Escolares.

VII São instrumentos deste comitê:

a) Identificar os cenários gerais de riscos dos estabelecimentos de ensino dos diversos graus de cada região/município (ameaças, nos territórios envolvidos, ameaças, vulnerabilidades e capacidades instaladas ou a instalar);

b) Definir as dinâmicas e ações operacionais e elaborar os protocolos operacionais específicos, aplicáveis às diversas atividades escolares dos diversos níveis, cumprindo todas as recomendações oficiais;

c) Estabelecer um Sistema de Comando Operacional que oriente, acompanhe, monitore e avalie as dinâmicas e ações definidas e sua aplicação em cada município/região e/ou escola, em especial, na retomada de atividades presenciais;

d) Assegurar informação constante de boletins atualizados e outros materiais sobre a pandemia, formas de contágio e formas de prevenção;

e) Garantir uma eficiente comunicação interna (com regiões/municípios ou com escolas da região/município e seus alunos, professores e funcionários) e externa (com pais e população em geral);

f) Determinar quais os recursos necessários e possíveis a serem mobilizados para dar uma resposta efetiva e competente, adequada a cada fase de risco/prontidão associada à COVID-19;

g) Planejar ações gerais de resposta/mitigação e recuperação, aplicáveis e adaptáveis pela generalidade dos estabelecimentos de ensino, com devidas adaptações, por eles promovidas;

h) Monitorar e avaliar as ações/medidas implementadas, possibilitando ajustes nas estratégias frente aos resultados esperados;

i) Ajudar a gerir as regiões/municípios/escolas a lidar com eventuais casos suspeitos de COVID-19, orientando para que, de imediato, possam usufruir de todo o apoio necessário, evitando ou restringindo situações de contágio;

j) Criar condições para que seja possível assegurar a continuidade da missão educativa das escolas de todos os tipos e níveis no estado, estabelecendo recomendações sobre estratégias e metodologias pedagógicas adaptadas, buscando qualidade e equidade no atendimento escolar;

k) Contribuir para garantir condições sanitárias, profissionais, tecnológicas e apoio psicológicos compatíveis com o momento da pandemia e pós-pandemia, garantindo a segurança da comunidade escolar nos aspectos sanitários, de higiene, saúde física e mental/emocional.

l) Operacionalização das dinâmicas e ações operacionais de resposta,

I- das diretrizes, dinâmicas e ações operacionais (e respectivos protocolos) a implementar;

II - coordenar toda a implementação a eventuais ajustes do plano, indicando equipe e responsável em cada domínio;

III - Operacionalizar o Sistema de Alerta e Alarme, incluindo as dinâmicas de comunicação e processos de monitoramento e avaliação, que permite, identificar os eventuais ajustes que se torna necessário implementar.

Art. 4º. As Comissões Escolares serão nomeadas por ato do Chefe do Executivo e terão a seguinte composição:

I - Gestor;

II - Representantes do quadro de professores;

III - Representantes de alunos;

III - Representantes das famílias dos alunos; (quando aplicável)

IV - Representantes das entidades colegiadas;

V – Representantes de outros trabalhadores, (higienização/administrativo/alimentação).

Parágrafo Único. São atribuições das Comissões Escolares:

I – Elaborar seus próprios Protocolos, tendo como base o Plano de Contingência Municipal, no que couber a cada estabelecimento, ajustando às suas especificidades;

II – Submeter seus Protocolos à análise e validação do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19;

Art. 5º. O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, em reunião preferencialmente online, deverá elaborar o planejamento para aplicação dos protocolos sanitários para viabilizar o retorno das aulas presenciais, conforme atribuições do artigo 2º.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal considera o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 como órgão consultivo e fiscalizador dos protocolos de saúde no âmbito do Município de Descanso, para o retorno das atividades escolares presenciais;

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em sentido contrário.

Descanso – SC, de 10 de setembro de 2020.

SADI INÁCIO BONAMIGO

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto.

Thais Regina Durigon – Agente de Secretaria

# Dionísio Cerqueira

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 36/2020 - FMS

Publicação N° 2639567

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N° 36/2020

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório n° 36/2020, Edital de Pregão N° 36/2020, Objeto: AQUISIÇÃO DE APARELHO ANALISADOR HEMATOLOGICO NOVO, PARA O LABORATORIO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO NO ANEXO I, PARA USO JUNTO AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, PARA SUPRIR A DEMANDA DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 24/09/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, n° 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supracitado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: [www.dionisiocerqueira.sc.gov.br](http://www.dionisiocerqueira.sc.gov.br). Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

# Dona Emma

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2020

Publicação Nº 2638423

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DONA EMMA-SC

CREDENCIAMENTO Nº 02/2020

INEXIGIBILIDADE Nº 02/2020

EXTRATO DO CONTRATO: 56/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE DONA EMMA. CONTRATADA: MYRIAM NEUMANN SILVA DE NOERENBERG EIRELI – inscrita no CNPJ sob o nº. 09.141.707/0001-92. OBJETO: credenciamento na prestação de serviços especializados na área de pediatria, de forma complementar da cobertura dos serviços prestados pela rede Municipal de Saúde/Sistema Único de Saúde, para atendimento à pacientes residentes no Município. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 25, da Lei 8.666/93. VIGÊNCIA: 03/09/2020 até 03/09/2021.

Dona Emma, em 03 de setembro de 2020.

NERCI BARP

Prefeito Municipal.

# Doutor Pedrinho

## PREFEITURA

### AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 43/2020

Publicação Nº 2638810

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2020  
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR PEDRINHO, CNPJ: 79.373.775/0001-62.

CONTRATADA: WORK IMPRESSORAS LTDA, CNPJ: 08.331.596/0001-14.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE UMA IMPRESSORA NOVA A SER UTILIZADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, PARA UM PERÍODO DE 04 (QUATRO) MESES.

VALOR TOTAL: R\$ 760,00 (setecentos e sessenta reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8.666/93.

Doutor Pedrinho/SC, 10 de setembro de 2020.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES

Prefeita Municipal de Doutor Pedrinho

**CÂMARA MUNICIPAL****DESPACHO - PLO 20**

Publicação Nº 2639069

Projeto de Lei Ordinária nº 20/2020:

Trata-se de Emenda Aditiva apresentada em face do Projeto de Lei Ordinária nº 20/2020, acrescentando o inciso XI no artigo 15 e alterando a redação do artigo 16 da Lei nº 906, de 03/04/2019, com renumeração do atual artigo 2º da proposição, conforme texto a ser publicado na imprensa oficial.

Desta forma, encaminhe-se a Emenda Aditiva para publicação, e, após sua integração ao processo legislativo, seja remetido para consideração no parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação.

Publique-se.

Registre-se.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2020.

Jackson Rodrigo de Castilho  
Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luizinho Pereira Da Silva  
Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

**EMENDA ADITIVA 01 - PLO 20-2020**

Publicação Nº 2638964

EMENDA ADITIVA nº 01/2020 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 20/2020

O(s) Vereador(es) que esta subscreve(m), com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 163, Parágrafo Único, Inciso IV, do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 20/2020 – que “Altera a Lei Ordinária nº 906, de 03 de abril de 2019, e dá outras providências”.

EMENDA ADITIVA:

☐ Fica adicionado ao Projeto de Lei Ordinária nº 20/2020 o artigo 2º com novas alterações na Lei nº 906/19, renumerando-se o atual como artigo 3º, observando-se a seguinte redação:

“Art. 2º - Fica acrescentado o inciso XI no artigo 15 e alterada a redação do artigo 16 da Lei nº 906, de 03/04/2019, na forma que segue:

‘Art. 15 - .....

.....

IX - .....;

X - .....; e

XI - desvinculação de partido político pelo tempo mínimo de seis meses antes da eleição.

.....

Art. 16 - Ao membro do Conselho Tutelar será permitida recondução por novos processos de escolha.’ (NR)”

“Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda Aditiva pretende melhorar o Projeto de Lei nº 20/2020 incorporando contribuições decorrentes da jurisprudência e de alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Relativamente a primeira alteração sugerida, tem-se que o inciso V do art. 22 da Lei nº 906, de 03/04/2019, já veda “a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral”, porém seu art. 15 não prevê a “desvinculação de partido político pelo tempo mínimo de seis meses antes da eleição” como requisito à candidatura, situação esta que precisa ser corrigida.

Na Adin nº 2289338-06.2019.8.26.0000, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo julgou constitucional lei do município de Rio Claro que estabelece a exigência, para candidatura a membro do Conselho Tutelar, de desvinculação de partido político pelo tempo mínimo de seis meses antes da eleição.

No julgado, foi reconhecido que o Município detém competência legislativa suplementar em matéria de Infância e Juventude, podendo

estabelecer requisitos adicionais para a candidatura ao cargo de conselheiro tutelar, bem como que o novo requisito "se mostra consentâneo com a natureza do cargo, atendendo, pois, ao princípio da razoabilidade", sendo que "O requisito é harmônico com a natureza do cargo, o qual demanda dedicação exclusiva e não se compatibiliza com o exercício concomitante de outra atividade de alcance público. Ademais, a regra atende ao princípio da eficiência e visa a resguardar um grau mínimo de imparcialidade do Conselheiro, cuja atuação deve pautar-se por critérios técnicos e objetivos e não políticos ou ideológicos, em benefício às famílias e às crianças e adolescentes atendidos".

Por outro lado, quanto a segunda alteração proposta, sabe-se que após a aprovação da Lei nº 906, de 03/04/2019, foi sancionada a Lei Federal nº 13.824, de 09/05/2019, que alterou a redação do art. 132 da Lei nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passando a dispor que:

"Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha." (NR)

Registre-se que a redação anterior (vigente ao tempo de apreciação da matéria nesta Casa Legislativa) previa que seria "permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha".

Logo, atualmente inexistente qualquer vedação para que ocorra "reeleição" de Conselheiros Tutelares, inclusive sem nenhuma restrição de limite de mandatos.

Por tudo isso, a Emenda ora apresentada é pertinente e oportuna, devendo ser admitida para que passe a integrar a proposição em trâmite.

Doutor Pedrinho – SC, 10 de setembro de 2020.

Jackson Rodrigo de Castilho  
Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luizinho Pereira Da Silva  
Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luiz Henrique Stollmeier  
Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Tony Tadeu Nones  
Segundo Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Joel Mazzi  
Vereador

## EMENDA MODIFICATIVA 01 - PLO 20-2020

Publicação Nº 2639065

EMENDA MODIFICATIVA nº 01/2020 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 20/2020

O(s) Vereador(es) que esta subscreve(m), com assento nesta Casa Legislativa, nos termos do artigo 163, Parágrafo Único, Inciso V, do Regimento Interno, propõe a seguinte emenda ao Projeto de Lei nº 20/2020 – que "Altera a Lei Ordinária nº 906, de 03 de abril de 2019, e dá outras providências".

EMENDA MODIFICATIVA:

☐ Fica alterado a redação do artigo 1º do Projeto de Lei Ordinária nº 20/2020, ficando o dispositivo com a seguinte redação:

"Art. 1º - Ficam acrescentados os parágrafos 9º-A e 9º-B ao artigo 29 da Lei nº 906, de 03/04/2019, com a seguinte redação:

"Art. 29 - .....  
....."

§ 9º-A - Com a impossibilidade de eleição suplementar direta do Conselho Tutelar nos moldes desta Lei, em decorrência de estado de calamidade pública ou situação de emergência de saúde pública, a escolha dos novos titulares e/ou suplentes será por eleição indireta, com voto secreto e direto de todos os membros titulares e suplentes do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA), após a elaboração de edital de convocação e a inscrição dos candidatos interessados.

§ 9º-B - A eleição suplementar indireta, aludida no § 9º-A, terá validade até 180 (cento e oitenta) dias do término do estado de calamidade pública ou situação de emergência de saúde pública, respeitado o prazo máximo do mandato em vigência, acaso termine antes.

§ 10 - ....."

§ 1º – A eleição suplementar realizada na forma dos §§ 9º-A e 9º-B do artigo 29 da Lei nº 906, de 03/04/2019, será sempre em caráter

excepcional e transitório, não afastando o cumprimento dos requisitos à candidatura e a aplicação da prova de avaliação dos candidatos, bem como a observância dos impedimentos para o exercício do mandato.

§ 2º – Na realização de eleição suplementar prevista nos §§ 9º-A e 9º-B do artigo 29 da Lei nº 906, de 03/04/2019, poderá ser franqueado a votação para os demais membros de Conselhos Sociais da Administração Pública Municipal, regularmente instituídos por lei e em funcionamento, mediante previsão no edital de convocação, com vistas a ampliação da participação social na escolha dos conselheiros, vedada a duplicidade de votos para a mesma pessoa física.

Art. 2º - .....".

#### JUSTIFICATIVA:

Desde a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/90) a redação do seu artigo 132 recebeu várias modificações, mas todas prevendo que os Conselheiros Tutelares seriam "eleitos pelos cidadãos locais" (redação original), "escolhidos pela comunidade local" (redação dada pela Lei nº 8.242/91) ou "escolhidos pela população local" (redação dada pela Lei nº 12.696/12).

Neste aspecto, a Lei nº 906/2019, que "Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar de Doutor Pedrinho e dá outras providências", está disciplinando em seu Art. 11, caput e § 1º, que "Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município", bem como que "A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público".

De se observar, inclusive, que a lei local ancora-se na Lei Federal nº 9.709/98 a qual "Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do art. 14 da Constituição Federal", sendo que referidos dispositivos constitucionais dispõem o seguinte:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Portanto, como regra geral, a participação popular no processo de escolha dos Conselheiros Tutelares deve ser preservada, inclusive como mecanismo de legitimidade das ações dos próprios agentes públicos, ou seja, não se pode admitir o aproveitamento do atual contexto de pandemia do coronavírus (COVID-19) para afastar em definitivo que os Conselheiros Tutelares que irão cumprir mandato até 2024 não possam ser "escolhidos pela população local", mesmo que tal participação seja postergada temporariamente para momento de normalização após o término do estado de calamidade pública ou da situação de emergência de saúde pública.

O pretexto utilizado não autoriza a burla da regra geral e/ou a substituição da soberania popular para recomposição definitiva do atual mandato no Conselho Tutelar.

Assim, a presente emenda modificativa pretende corrigir ilegalidade do Projeto de Lei, dando-se o caráter transitório para a exceção criada, bem como disciplinando uma regra permanente para outras situações de igual relevância, além de franquear maior participação popular possível no processo de escolha, aumentando significativamente o colégio eleitoral para permitir que membros de outros conselhos sociais também exerçam o direito de voto.

Desta forma, se busca viabilizar a finalidade da proposição sem comprometer a recomposição deste importante "órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente".

Doutor Pedrinho – SC, 08 de setembro de 2020.

Jackson Rodrigo de Castilho  
Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luizinho Pereira Da Silva  
Vice-Presidente da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Luiz Henrique Stollmeier  
Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Tony Tadeu Nones  
Segundo Secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores

Joel Mazzi  
Vereador

**PAUTA DA 144ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Publicação Nº 2639104

PAUTA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES NA OITAVA LEGISLATURA DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC  
- 14 DE SETEMBRO DE 2020 –

I - Abertura da Sessão na forma Regimental

II- Tribuna Livre

- Sem inscritos;

III - Pequeno Expediente:

- Deliberação da Ata da Sessão anterior;

- Leitura do Expediente;

- Apresentação de proposição;

IV – Grande Expediente:

- Tema Livre;

V – Comunicação de Lideranças:

- Palavra aos Líderes;

VI – Ordem do Dia:

- Projeto de Lei Ordinária nº 20/2020 – “Altera a Lei Ordinária nº 906, de 03 de abril de 2019 e dá outras providências”;

- Apresentação de Emenda Modificativa nº 01/2020 ao PL nº 20/2020;

- Discussão única da Emenda Modificativa nº 01/2020;

- Votação única simbólica da Emenda Modificativa nº 01/2020;

- Apresentação de Emenda Aditiva nº 01/2020 ao PL nº 20/2020;

- Discussão única da Emenda Aditiva nº 01/2020;

- Votação única simbólica da Emenda Aditiva nº 01/2020;

- Apresentação de Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação;

- Discussão única ao PL nº 20/2020;

- Primeira votação simbólica ao PL nº 20/2020;

VII– Palavra Livre:

- Palavra aos inscritos;

VIII – Encerramento, com convocação para Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 2020.

JACKSON RODRIGO DE CASTILHO GECIMARI CORDEIRO

Presidente da Câmara Assessoria Legislativa (FG)

# Ermo

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 52/2020 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 33/2020

Publicação Nº 2638655

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 52/2020

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 33/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Nazamak Peças e equipamentos Ltda

OBJETO: aquisição de peças automotivas novas e serviços visando à manutenção preventiva e corretiva das máquinas da frota municipal de veículos.

VALOR: O valor do objeto, previsto na cláusula quinta do contrato de origem fica aditado em R\$ 24.693,38 (vinte quatro mil seiscientos e noventa e três mil e trinta e oito centavos)..

Data da assinatura: 25/08/2020

### EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 53/2020

Publicação Nº 2638656

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 53/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Angelino Estevão Patrício - ME

OBJETO: aquisição de forma parcelada de seixo rolado in natura, com diâmetro até 2", com transporte, para ser utilizado na obra de pavimentação asfáltica, com extensão de 4.816,30 metros lineares, com início da obra próximo a Igreja de Morro do Ermo e destino a localidade de Vista Alegre.

VIGÊNCIA: 01/09/2020 Á 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$ 637.000,00 (seiscentos e trinta e sete mil reais).

Data da assinatura: 01/09/2020

### EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 54/2020

Publicação Nº 2638660

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 54/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Angelino Estevão Patrício - ME

OBJETO: locação de máquinas pesadas, para ser utilizada na obra de pavimentação asfáltica, com extensão de 4.816,30 metros lineares, com início da obra próximo a Igreja de Morro do Ermo e destino a localidade de Vista Alegre.

VIGÊNCIA: 01/09/2020 Á 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$ 235.550,00 (duzentos e trinta e cinco mil quinhentos e cinquenta reais).

Data da assinatura: 01/09/2020

### EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 55/2020

Publicação Nº 2638665

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 55/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Transmac Comercio e Transporte Ltda-ME OBJETO: Aquisição de base de brita, com transporte, para ser utilizada na obra de pavimentação asfáltica, com extensão de 4.816,30 metros lineares, com início da obra próximo a Igreja de Morro do Ermo e destino a localidade de Vista Alegre.

VIGÊNCIA: 01/09/2020 Á 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$ 635.470,00 (seiscentos e trinta e cinco mil quatrocentos e setenta reais).

Data da assinatura: 01/09/2020

### EXTRATO DO CONTRATO PME Nº 56/2020

Publicação Nº 2638672

EXTRATO DO CONTRATO PME nº 56/2020

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Cooperativa Agroindustrial Cooperja OBJETO: aquisição de 300 (trezentas) cestas básicas conforme especificação do edital, para fins de concessão de benefício eventual, na forma da Lei Municipal nº 450/2018.

VIGÊNCIA: 10/09/2020 Á 31/12/2020

VALOR TOTAL: R\$ 27.939,00 (vinte sete mil novecentos e trinta e nove reais).

Data da assinatura: 10/09/2020

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### AVISO DE PUBLICAÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 0002/2020

Publicação Nº 2638292

#### EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 0002/2020

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, cidade Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, através de seu Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que fará realizar CHAMAMENTO PÚBLICO, para fins de CADASTRAMENTO, pelo que dispõe o presente e as condições de sua realização, sendo que o prazo para a entrega da documentação será até às 08H30M do dia 28 de Setembro de 2020, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração na Prefeitura Municipal, sito a Av. Rio Grande do Sul, 458, Centro. A análise da documentação será às 08h30m do dia 28 de Setembro de 2020.

#### 1. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 11.947/2009 e Resolução CD/FNDE n. 26/2013.

#### 2. DO OBJETO

O objeto do presente Chamamento Público consiste no cadastramento de grupos formais e informais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais para aquisição de gêneros alimentícios para elaboração da merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, conforme quantitativos, especificações e preços de referência constantes neste Edital e seus anexos.

#### 3. DA HABILITAÇÃO

3.1 O envelope de "HABILITAÇÃO" (envelope 01) deverá ser apresentado no dia 28 de Setembro de 2020, das 07h30m às 08h30m lacrado e rubricado no fecho, contendo em seu exterior as seguintes informações:

##### ENVELOPE 1 – HABILITAÇÃO

DE: NOME/RAZÃO SOCIAL E Nº DO CPF/CNPJ DO PROPONENTE

PARA: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CHAMAMENTO PÚBLICO N. 0002/2020

3.2. Para habilitação dos proponentes exigir-se-á, conforme Resolução CD/FNDE n. 26/2013 e suas alterações, sob pena de inabilitação:

3.2.1 Dos Fornecedores Individuais, detentores de DAP Física, não organizados em grupo, a apresentação, no Envelope nº 01, de

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF;

b) extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

c) prova de atendimento aos requisitos previstos em lei específica (alvarás, selos, certificações, etc.), de acordo com o descrito no subitem 3.2, e

d) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

3.2.2. Dos Grupos Informais de Agricultores Familiares, detentores de DAP Física, organizados em grupo, a apresentação, no Envelope nº 01, de

a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF de cada um dos agricultores familiares participantes;

b) extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

c) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores relacionados no projeto de venda; e

d) prova de atendimento aos requisitos previstos em lei específica (alvarás, selos, certificações, etc.), de acordo com o descrito no subitem 3.2.

3.2.3. Dos Grupos Formais, detentores de DAP Jurídica, a apresentação, no Envelope nº 01, de

a) prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

b) extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

- c) prova de regularidade com a Fazenda Federal, incluindo a Seguridade Social, e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT perante a Justiça do Trabalho, ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST);
- e) cópia do estatuto e da ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente (Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. Em se tratando de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas);
- f) declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;
- g) declaração, por seu representante legal, de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e
- h) prova de atendimento aos requisitos previstos em lei específica (alvarás, selos, certificações, etc.), de acordo com o descrito no subitem 3.2.

3.3. Os interessados deverão incluir no envelope de habilitação, além dos documentos citados no subitem 3, quando se propuserem a fornecer:

- a) produto de origem animal, a documentação comprobatória de Serviço de Inspeção Sanitária, podendo ser municipal, estadual ou federal;
- b) produto de origem vegetal processado (massas, pães, bolachas, doces de fruta, extrato de tomate, farinhas, mandioca descascada, etc.), o Alvará Sanitário;
- c) sucos, o Certificado de registro no MAPA – Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; e,
- d) produto qualificado como Sustentável ou Orgânico, a documentação comprobatória da respectiva certificação de produção orgânica ou selo de sustentabilidade.

3.4. Na ausência ou desconformidade de quaisquer dos documentos de habilitação, abrirá prazo de 24 (vinte e quatro) horas para a regularização da documentação, conforme § 5º do art. 27 da Resolução/CD/FNDE nº 26/2013, observado o tratamento isonômico a todos os proponentes, com base na Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações.

3.5 Toda documentação exigida deverá ser apresentada em original e/ou cópia autenticada por Tabelião de Notas e/ou por Servidor Público do Setor de Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina.

3.6 Os documentos não poderão apresentar emendas, rasuras ou ressalvas.

3.7 Os documentos para habilitação constantes nos itens 3.1 ou 3.2 deste edital deverão ser entregues em envelope que conterá na parte externa as seguintes indicações:

#### ENVELOPE HABILITAÇÃO

ENDEREÇAMENTO: À COMISSÃO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE DOCUMENTOS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO DE N. 0002/2020

REFERÊNCIA: DOCUMENTAÇÃO – CHAMAMENTO PÚBLICO N. 0002/2020

PARTICIPANTE: NOME/RAZÃO SOCIAL

#### 4. DA ABERTURA DOS ENVELOPES, ANÁLISE E APROVAÇÃO

4.1 No dia 28 de Setembro 2020 a partir das 08h30m, na Secretaria de Fazenda e Administração, na sala do Setor de Licitações da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, com endereço na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, Cidade de Faxinal dos Guedes, momento em que a comissão fará avaliação e aprovação da documentação;

4.2 Na reunião da Comissão, os interessados poderão fazer-se representar por procurador ou pessoa devidamente credenciada em instrumento escrito firmado pelo representante legal da mesma, a quem seja conferido poderes para tal.

4.3 No caso de representação o procurador ou pessoa credenciada, deverá apresentar o instrumento que o habilita para representar, antes do início dos trabalhos da Comissão.

4.4 Será aprovado o proponente que apresentar toda documentação descrita no item 3 conforme o caso.

4.5 Da reunião ou das reuniões realizadas para abertura dos envelopes, bem como daquelas realizadas em sessões reservadas à Comissão, serão lavradas atas circunstanciadas.

#### 5. DOS RECURSOS DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONVENÇÃO:

5.1 Das decisões proferidas pela Comissão, decorrentes do presente, caberão os recursos previstos no art. 109 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

5.2 Uma vez proferido o julgamento pela Comissão e decorrido o tempo hábil para interposição de recursos, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento daqueles interpostos, será encaminhado ao Prefeito Municipal para a competente deliberação.

5.3 Após a publicação do resultado, o proponente deverá comparecer junto ao Município de Faxinal dos Guedes, no prazo de cinco dias, para assinar o contrato (Minuta do Contrato Anexo I), sob pena de decadência do direito;

5.4 O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o dia 31 de dezembro de 2020.

#### 6. REGIME DE EXECUÇÃO:

A contratada deverá entregar os alimentos obedecendo ao disposto na Lei 11.947/2009, Resolução CD/FNDE n. 26/2013 e FNDE 04/2015 e o cronograma de entrega (Anexo II)

#### 7. DA FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTES

7.1 O pagamento será efetuado em moeda corrente nacional, até o décimo quinto dia do mês seguinte à entrega dos alimentos, mediante a apresentação da Nota Fiscal correspondente, que deverão ser atestadas pelo órgão responsável.

7.1.1 Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

7.1.2 O pagamento será efetuado através de depósito bancário em conta corrente e instituição bancária indicada pela Contratada.

7.1.3 Não haverá nenhuma espécie de reajustes.

#### 8. PENALIDADES

8.1 O proponente que não cumprir as obrigações assumidas ou os preceitos legais, estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de contratar com o Município;
- c) Declaração de inidoneidade.

#### 9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente, correrão por conta dos recursos constantes no orçamento vigente, na atividade:

04.01 – Secretaria da Educação e Cultura;  
04.01 – Departamento da Educação;  
2.005 – Manutenção da Merenda Escolar  
Gêneros Alimentícios – Fonte 1137 – Convênio PNAE/FNDE

#### 10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A Administração recusará todo e qualquer produto que não atender às especificações, ou seja, considerados inadequados pela fiscalização.

10.2 A licitante contratada responderá pelos danos que causar à Administração e/ou a terceiros na execução do objeto contratado, isentando o Município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

10.3 Não será permitida a subcontratação do objeto do presente edital.

10.4. Outros esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações na Secretaria Municipal de Fazenda e Administração do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, no horário de expediente das 08h00m às 11h30m e/ou pelo fone (0xx49) 3436-4300 de segunda a sexta-feira.

10.5. O Edital pode ser retirado de segunda a sexta-feira, das 8 às 11h30m, no átrio da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes e/ou junto ao Setor de Licitações, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, cidade Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina e/ou através do site [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br).

#### 11. DOS ANEXOS

Integram o presente Edital:

ANEXO I – Minuta do Contrato

ANEXO II – DESCRIÇÃO DOS ITENS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 2020 – TOTALIZAÇÃO – PREÇOS E QUANTIDADES

ANEXO III – Modelo de Projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar.

ANEXO IV - Modelo de Declaração

Faxinal dos Guedes/SC, 10 de Setembro de 2020

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO XXX/XXX

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS SEM LICITAÇÃO DA  
AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A (nome da entidade executora), pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua \_\_\_\_\_, N.º \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal), com sede à Av. \_\_\_\_\_, n.º \_\_\_\_\_, em (município), inscrita no CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_, (para grupo formal), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições Lei nº 11.947/2009, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, \_\_\_\_\_, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º \_\_\_\_\_, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar parte integrante deste Instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA**

OS CONTRATADOS FORNECEDORES ou as ENTIDADES ARTICULADORAS deverão informar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA os valores individuais de venda dos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios, consoante ao Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, em no máximo 30 dias após a assinatura do contrato, por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

**CLÁUSULA QUINTA:**

O início para entrega das mercadorias será imediatamente após o recebimento da Ordem de Compra, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, sendo o prazo do fornecimento até o término da quantidade adquirida ou até 31 de dezembro de 2020.

- A entrega das mercadorias deverá ser feita nos locais, dias e quantidades de acordo com a chamada pública n.º \_\_\_\_\_.
- Os alimentos entregues deverão ser individualizados por escola (pesagem e/ou quantidade), conforme cronograma constante no edital.
- O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e as Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante o anexo deste Contrato.

**CLÁUSULA SEXTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o(a) CONTRATADO(A) receberá o valor total de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme listagem anexa a seguir:

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

No valor mencionado na cláusula quarta estão incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

**CLÁUSULA OITAVA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:  
\_\_\_\_\_  
PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

**CLÁUSULA NONA:**

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na cláusula Quinta, alínea "b", e após a tramitação do Processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior. Não será efetuado qualquer pagamento ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento FORNACEDOR, deverá pagar multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida. Ressalvados os casos quando não efetivados os repasses mensais de recursos do FNDE em tempo hábil.

**CLÁUSULA ONZE:**

Os casos de inadimplência da CONTRATANTE proceder-se-á conforme o § 1º, do art. 20 da Lei nº 11.947/2009 e demais legislações relacionadas.

**CLÁUSULA DOZE:**

O CONTRATADO FORNECEDOR deverá guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos, cópias das Notas Fiscais de Venda, ou congêneres, dos produtos participantes do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA TREZE:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo de 5 (cinco) anos das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA QUATORZE:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO FORNECEDOR o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA QUINZE:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses particulares poderá:

- a. modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;
- b. rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;
- c. fiscalizar a execução do contrato;
- d. aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que a CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem culpa do CONTRATADO, deve respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

**CLÁUSULA DEZESSEIS:**

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**CLÁUSULA DEZESSETE:**

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar – CAE e outras Entidades designadas pelo FNDE.

**CLÁUSULA DEZOITO:**

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º \_\_\_\_\_, pela Resolução CD/FNDE nº 26/2013 e pela Lei nº 11.947/2009 e o dispositivo que a regulamenta, em todos os seus termos, a qual será aplicada, também, onde o contrato for omissivo.

**CLÁUSULA DEZENOVE:**

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

**CLÁUSULA VINTE:**

As comunicações referentes a este contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta/ofício, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento, por fax, transmitido pelas partes.

**CLÁUSULA VINTE E UM:**

Este Contrato, desde que observada a formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Vinte, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

- a. por acordo entre as partes;
- b. pela inobservância de qualquer de suas condições;
- c. quaisquer dos motivos previstos em lei.

**CLÁUSULA VINTE E DOIS:**

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos adquiridos ou até o dia 31 de dezembro de 2020.

**CLÁUSULA VINTE E TRÊS:**

É competente o Foro da Comarca de Xanxerê, SC para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Faxinal dos Guedes/SC, xxx de xxxxxx de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA (AGRICULTORES NO CASO DE GRUPO INFORMAL

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_

**ANEXO II****DESCRIÇÃO DOS ITENS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR DESTINADOS À ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – 2020 – TOTALIZAÇÃO – PREÇOS E QUANTIDADES**

Item	Produto	Unidade	Quantidade	Valor de Referência
1	Arroz Parboilizado. Arroz isento de matéria terrosa, parasitas, detritos animais e vegetais, pedaços de grãos ardidos, brotados, imaturos, mofados ou carunchados. Embalagem íntegra, resistente, sem rupturas em polietileno transparente de 1Kg, com data de fabricação e validade.	Kg	1.500	5,60
02	Feijão preto tipo I – preto in natura, com características de sua variedade, sem nenhuma mistura, livre de resíduos e impurezas. Embalagem pacote de polietileno transparente de 1kg, resistente e sem rupturas, deve constar data da safra e validade.	Kg	1.500	7,35

03	Leite longa vida UHT Integral. Leite fluido, fresco natural. Consistência líquida, cor branca, odor e sabor lácteo suave, característico. Deve ser elaborado seguindo os padrões de qualidade internos, atender aos regulamentos e garantir a estabilidade e durabilidade do produto durante sua validade. Embalagem UHT 1 litro.	Un	1.500	3,95
----	---	----	-------	------

## ANEXO III

## MODELO DE PROJETO DE VENDA

## MODELO PROPOSTO PARA GRUPO FORMAL

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE						
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº						
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES						
GRUPO FORMAL						
1. Nome do Proponente			2. CNPJ			
3. Endereço		4. Município/UF				
5. E-mail		6. DDD/Fone			7. CEP	
8. Nº DAP Jurídica		9. Banco		10. Agência Corrente		11. Conta Nº da Conta
12. Nº de Associados		13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006			14. Nº de Associados com DAP Física	
15. Nome do representante legal		16. CPF			17. DDD/Fone	
18. Endereço			19. Município/UF			
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC						
1. Nome da Entidade			2. CNPJ			3. Município/UF
4. Endereço						5. DDD/Fone
6. Nome do representante e e-mail				7. CPF		
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS						
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição*		5. Cronograma de Entrega dos produtos	
			4.1. Unitário	4.2. Total		
OBS: * Preço publicado no Edital nº xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).						
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.						
Local e Data		Assinatura do Representante do Grupo Formal			Fone/E-mail:	

## MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS INFORMAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE			
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº			
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES			
GRUPO INFORMAL			
1. Nome do Proponente		2. CPF	
3. Endereço		4. Município/UF	
6. E-mail (quando houver)		7. Fone	
8. Organizado por Entidade Articuladora ( ) Sim ( ) Não		9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)	
		10. E-mail/Fone	
II - FORNECEDORES PARTICIPANTES			

1. Nome do Agricultor (a) Familiar	2. CPF	3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente

## III- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC

1. Nome da Entidade	2. CNPJ	3. Município
4. Endereço		5. DDD/Fone
6. Nome do representante e e-mail	7. CPF	

## III - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS

1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição* /Unidade	6.Valor Total
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total do projeto

OBS: \* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

## IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto	6. Cronograma de Entrega dos Produtos
				Total do projeto:	

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Informal	Fone/E-mail: CPF:
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal	Assinatura

## MODELO PROPOSTO PARA OS FORNECEDORES INDIVIDUAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº					
I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR					
FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL					
1. Nome do Proponente			2. CPF		
3. Endereço		4. Município/UF		5. CEP	
6. Nº da DAP Física		7. DDD/Fone		8. E-mail (quando houver)	
9. Banco		10. Nº da Agência		11. Nº da Conta Corrente	
II- Relação dos Produtos					
Produto	Unidade	Quantidade Unitário	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
			Total		
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					
III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
Nome		CNPJ		Município	
Endereço				Fone	
Nome do Representante Legal			CPF		
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.					

Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:
---------------	-------------------------------------	------

**ANEXO IV  
DECLARAÇÃO**

..... (NOME E QUALIFICAÇÃO), Declaro para fins de participação no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, junto à Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, que os gêneros alimentícios relacionados no projeto em meu nome são oriundos de produção própria.

E, por ser esta a expressão da verdade, firmamos a presente para que surta seus jurídicos efeitos.

Faxinal dos Guedes, SC .....

Nome  
CPF

**AVISO DE REPUBLICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.0029/2020**

Publicação Nº 2638485

**AVISO DE REPUBLICAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL N. 0029/2020  
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que REPUBLICA o Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho e 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0029/2020 – MENOR PREÇO – PREÇO POR LOTE, visando registro de preços para CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA SEGURAR A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS, CONSTANTES DOS LOTES N. 1, N. 2 e N. 3, de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 23 de Setembro de 2020, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: [www.faxinal.sc.gov.br](http://www.faxinal.sc.gov.br) ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4340.

Faxinal dos Guedes/SC, 10 de Setembro de 2020.

GILBERTO ANGELO LAZZARI  
Prefeito Municipal

# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1270/2020

Publicação Nº 2638994

AVISO DE LICITAÇÃO – Concorrência  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 1270/2020  
MODALIDADE: Concessão de Uso nº. 01/2020  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Melhor Técnica

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE IMÓVEL CONFORME PROJETO ESTRUTURAL EM ANEXO A SER CONSTRUÍDO NA ÁREA INDUSTRIAL SITUADA NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 11 de setembro de 2020, no site [www.flordosertao.sc.gov.br](http://www.flordosertao.sc.gov.br), e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes da proposta de preço e documentos de habilitação até dia 13 de outubro de 2020 as 09:30 horas na sala do departamento de compras e licitações junto ao Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 28 dias do mês de agosto de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PRESIDENTE DA COMISSÃO

### PORTARIA Nº 200/2020

Publicação Nº 2637953

	PORTARIA Nº 200/2020
	CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

#### RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO férias regulamentar ao Servidor Municipal MICHEL ROBSON SPODE, ocupante do Cargo de Assessor Especial II lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 10/09/2020 a 09/10/2020, relativo ao período aquisitivo 03/19 a 03/20.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 10 dias do mês de Setembro de 2020.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHOFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS

Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS

Responsável Dpto Pessoal

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº59/2020

Publicação Nº 2638761

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADM. Nº: 59/2020

Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº: 8/2020

Tipo: MENOR PREÇO UNITÁRIO (POR ITEM)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS COLETADOS NO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL

Entrega dos Envelopes: 09:00 do dia 25/09/2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 do dia 25/09/2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos junto ao site [www.formosa.sc.gov.br](http://www.formosa.sc.gov.br) e no seguinte endereço e horários: Av. Getúlio Vargas, Nº 580, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (49) 3343 0043 ou pelo e-mail: [licitacao@formosa.sc.gov.br](mailto:licitacao@formosa.sc.gov.br)

FORMOSA DO SUL, 10 de Setembro de 2020

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

### EDITAL N.º 01/2020-02 O MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL/SC, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO, TORNA PÚBLICA A ABERTURA DAS INSCRIÇÕES NO PROGRAMA MUNICIPAL DE AUXÍLIO FINANCEIRO ESTUDANTIL – PMAFE –, NOS TERMOS DA LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL N.º 682, DE 20 DE MAR

Publicação Nº 2638880

#### EDITAL N.º 01/2020-02

O Município de Formosa do Sul/SC, por meio da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, TORNA PÚBLICA a abertura das inscrições no Programa Municipal de Auxílio Financeiro Estudantil – PMAFE –, nos termos da Lei Ordinária Municipal n.º 682, de 20 de março de 2017, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 4202/2017.

As inscrições serão realizadas pelo e-mail [rh@formosa.sc.gov.br](mailto:rh@formosa.sc.gov.br) mediante preenchimento do formulário de inscrição e anexos, disponíveis ao final deste Edital. Sob pena da não realização da inscrição, o acadêmico deverá preencher os requisitos da Lei Municipal n.º 682/2017, bem como apresentar toda a documentação exigida pela referida Lei e pelo Decreto Municipal n.º 4202/2017, qual seja:

- Formulário de inscrição devidamente preenchido (ANEXO I deste Edital);
- Cópia da Carteira de Identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- Cópia da certidão de nascimento / Cópia da certidão de casamento do acadêmico ou cópia da escritura de declaração de união estável (Cartório de Registro Civil);
- Comprovante atualizado do pagamento de (re)matrícula do semestre a ser cursado;
- Declaração da empresa ou órgão público onde o acadêmico trabalhe, informando que não concede auxílio financeiro/bolsa de estudo ao mesmo (ANEXO IX deste Edital);
- Cópia de comprovante de Conta Bancária de instituição financeira oficial (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal), em nome e titularidade do beneficiário;
- Comprovante de renda (art. 4.º, inciso X, do Decreto Municipal n.º 4202/2017);
- Comprovação de domicílio em Formosa do Sul (ANEXOS II, III e/ou VII deste Edital).

Aos alunos que já fizeram parte do PMAFE, caso não tenha ocorrido qualquer alteração dos dados pessoais, serão exigidos os seguintes documentos:

- ficha de inscrição no Programa (ANEXO I);
- comprovante de matrícula;
- comprovação de renda (art. 4.º, inciso X, do Decreto Municipal n.º 4202/2017);

d) histórico escolar constando a aprovação/reprovação nas disciplinas cursadas ou qualquer outro documento oficial que ateste que o estudante efetivamente frequentou e foi aprovado/reprovado nas disciplinas, nos termos do art. 2º, inciso V, da Lei Municipal 682/2017. Todos os documentos deverão estar devidamente assinados pela instituição de ensino.

e) declaração de Serviço Voluntário (no caso de o estudante não possuir a presente declaração, seja pela ausência de oferta de serviço pelo Município, seja pelo não fornecimento da declaração pelo Município, a emissão será realizada no ato da realização da inscrição ou em momento indicado pelo Município).

Por fim, reitera-se que não serão aceitos documentos com rasuras, observações, anotações, rabiscos não previstos neste edital, na Lei Municipal ou em seu respectivo decreto regulamentar.

As inscrições estarão abertas do dia 11/09/2020 a 21/09/2020, através do e-mail rh@formosa.sc.gov.br.

Formosa do Sul/SC, 10 de setembro de 2020.

Rudimar Conte Prefeito Municipal  
ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

#### ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO AUXÍLIO FINANCEIRO/2020						
Nome:					Celular: Residencial:	
CPF Nº			Identidade:		Estado civil:	
Endereço		Número:		Complemento		Bairro:
CEP:			Renda Mensal do Estudante (R\$)			
Situação do domicílio: ( ) Próprio ( ) alugado ( ) cedido/emprestado ( ) financiado						
Email do Beneficiário (obrigatório):				Número de membros do grupo familiar:		
Instituição de Ensino:			Município da Instituição:			
Valor da mensalidade:			Curso e semestre:			
Renda mensal do estudante:						

Li e estou ciente e concordo plenamente com as condições descritas no Decreto - Auxílio Financeiro 2020.

Formosa do Sul-SC, de de 20 .  
Assinatura do acadêmico ou responsável

#### ANEXO II DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO/RESIDÊNCIA

Eu

, portador do CPF n.º DECLARO à Comissão

Permanente de Avaliação, para efeito de concessão do presente Auxílio Financeiro, que sou DOMICILIADO na Rua/Av. , nº , Bairro , Cidade de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP 89.859-000.

CASO O ESTUDANTE RESIDA FORA DO MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL, DEVERÁ PREENCHER TAMBÉM O CAMPO ABAIXO:

Declaro, ainda, que RESIDO, apenas e exclusivamente para fins estudantis, na Rua/Av. , nº , Bairro , Cidade de , Estado , CEP .

A inobservância dos requisitos citados acima, e/ou se praticada qualquer fraude pelo(a) beneficiário, implicará(ão) no cancelamento do auxílio, com a restituição integral e imediata dos recursos percebidos, acarretando ainda, a impossibilidade de receber benefícios por parte do Município de Formosa do Sul.

Formosa do Sul/SC, de de .

Assinatura do Beneficiário Assinatura do Responsável Legal

#### OBSERVAÇÕES:

1) Esta declaração deverá ser entregue com o comprovante original de endereço, cujo titular seja o próprio estudante beneficiário (conta de água, luz, telefone ou contrato de locação de imóvel) ou cópia legível do comprovante original.

2) Caso o estudante beneficiário seja residente em outro município e não tenha comprovante de endereço no Município de Formosa do Sul em seu próprio nome, esta declaração deverá ser acompanhada da declaração constante no ANEXO III, a ser elaborada pelo proprietário do imóvel onde o estudante seja domiciliado em Formosa do Sul.

#### ANEXO III

## DECLARAÇÃO DE DOMICÍLIO EM NOME DO ESTUDANTE

Eu

, portador(a) do CPF n.º DECLARO à Comissão

Permanente de Avaliação, para efeito de concessão do presente Auxílio Financeiro, que o estudante beneficiário é DOMICILIADO na Rua/Av.: , n.º ,

Bairro , Cidade de Formosa do Sul/SC, Estado de Santa Catarina, CEP 89.859-000.

A inobservância dos requisitos citados acima, e/ou se praticada qualquer fraude, implicará(ão) no cancelamento do auxílio, com a restituição integral e imediata dos recursos, de acordo com os índices previstos em lei competente, acarretando ainda, a impossibilidade de receber benefícios por parte do Município de Formosa do Sul, sem prejuízo da responsabilização cível e criminal.

Formosa do Sul/SC, de de .

Assinatura do Declarante

## ANEXO IV

## DECLARAÇÃO PARA QUEM NÃO POSSUI CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – CTPS

Eu portador (a) do RG n.º e do CPF n.º , declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro, que não possuo Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

Declaro, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: no processo de auxílio financeiro, bem como o cancelamento do auxílio financeiro, obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, sem prejuízo de outras medidas administrativas e judiciais.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

Formosa do Sul-SC, de de 20 .

Assinatura do Beneficiário

Assinatura do Responsável Legal

## ANEXO V DECLARAÇÃO DE PRODUTOR RURAL

Eu , portador(a) do RG n.º: e do CPF n.º , declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro Estudantil, que recebo R\$ mensais, referentes à produção rural, conforme quadro abaixo:

Produto	Renda Anual Bruta (R\$)	Média total de Renda Mensal R\$
VALOR FINAL DA RENDA MÉDIA MENSAL:		

Declaro, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: no processo do auxílio financeiro, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de averiguação de caráter investigativo.

Formosa do Sul-SC, de de 20 .

Assinatura do Beneficiário

Assinatura do Responsável Legal

## ANEXO VI:

## DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, , portador(a) do RG

n.º e do CPF n.º, declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação de Auxílio Financeiro, que pago: R\$ mensais, para, portador da Certidão de Nascimento n.º: referentes a pensão alimentícia.

Recebo R\$ mensais, de  
, portador do RG n.º e CPF n.º, referente à pensão Alimentícia de .

Declaro, ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: no processo do auxílio financeiro, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

Formosa do Sul-SC, de de 20 .

Assinatura do Beneficiário

Assinatura do Responsável Legal

#### ANEXO VII

##### DECLARAÇÃO PARA QUEM TEM IMÓVEL PRÓPRIO ALUGADO A TERCEIRO

Eu, portador (a) do RG n.º: e do CPF n.º, declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro, que recebo R\$ mensais, de  
, portador do RG n.º: e do CPF n.º referentes ao aluguel do imóvel localizado na Rua

n.º, bairro município de .

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição do acadêmico: no processo do auxílio financeiro, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

Formosa do Sul-SC, de de 20 .

Assinatura do Beneficiário

Assinatura do Responsável Legal

#### ANEXO VIII DECLARAÇÃO DE REDIMENTOS

Eu, portador (a) do RG n.º: e do CPF n.º, declaro, sob as penas da lei, para fins de apresentação à Comissão de Avaliação do Auxílio Financeiro, que minha renda média dos últimos 03 (três) meses foi de R\$ mensais, resultantes do exercício de minha atividade de .

Declaro ainda, a inteira responsabilidade pelas informações contidas nesta declaração, estando ciente de que a omissão ou a apresentação de informações e/ou documentos falsos ou divergentes implicam no cancelamento da inscrição, bem como o cancelamento do auxílio financeiro obrigando a imediata devolução dos valores indevidamente recebidos, que serão corrigidos monetariamente, além das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a comissão de avaliação do auxílio financeiro a certificar as informações acima através de caráter investigativo.

Formosa do Sul-SC, de de 20 .

Assinatura do Beneficiário

Assinatura do Responsável Legal

#### ANEXO IX

##### DECLARAÇÃO DE NÃO CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDOS/AUXÍLIO FINANCEIRO

Eu  
, portador(a) do CPF/CNPJ n.º, com endereço situado à Rua/Av.: , n.º, Bairro

, Cidade de, Estado de, DECLARO à Comissão Permanente de Avaliação, para efeito de concessão do presente Auxílio Financeiro, que ao estudante

não é concedido auxílio financeiro e/ou bolsa de estudo.

A inobservância dos requisitos citados acima, e/ou se praticada qualquer fraude, implicará(ão) no cancelamento do auxílio, com a restituição integral e imediata dos recursos, de acordo com os índices previstos em lei competente, acarretando ainda, a impossibilidade de receber benefícios por parte do Município de Formosa do Sul, sem prejuízo da responsabilização cível e criminal.

Formosa do Sul/SC, de de .

Assinatura do Declarante

**TERMO ADITIVO N.º 04/2020 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2020 PROCESSO N.º 12/2020 PREGÃO PRESENCIAL P/ REGISTRO DE PREÇOS N.º 04/2020 OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS**

Publicação N° 2638013

TERMO ADITIVO N.º 04/2020  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2020

Processo n.º 12/2020  
Pregão Presencial p/ Registro de Preços n.º 04/2020  
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

O preço registrado para o item abaixo especificado, vencido pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA, passa a vigorar nos termos da Cláusula Segunda, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro preconizado no item 1 da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2020.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor registrado para o item 1, vencido pela empresa POSTO SANTO ANTONIO LTDA, registrado nas Ata de Registro de Preços em referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES REAJUSTADOS**

Município de Formosa do Sul (CNPJ 80.637.424/0001-09)

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR REGISTRADO	NOVO VALOR REGISTRADO
1	GASOLINA COMUM	R\$ 4,199	R\$ 4,399

Fundo Municipal de Saúde (CNPJ 11.460.159/0001-05)

Item	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	VALOR REGISTRADO	NOVO VALOR REGISTRADO
1	GASOLINA COMUM	R\$ 4.199	R\$ 4,399

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços acima citada.

Formosa do Sul, 27 de agosto de 2020.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

**TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2020 PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2020**

Publicação N° 2638314

TERMO ADITIVO Nº 01  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 10/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32/2020

PREGÃO PRESENCIAL N.º 12/2020

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS ,.

O preço registrado para o item abaixo especificado, vencido pela empresa VILDA ANA MALACARNE - ME, passa a vigorar nos termos da Cláusula Segunda, com vistas a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro preconizado na Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços N.º 10/2020.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

0.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto o reajuste do valor registrado para o item 1, vencido pela empresa VILDA ANA MALACARNE - ME, registrado na Ata de Registro de preços em referência.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS VALORES REAJUSTADOS**

ITEM	DESC. PRODUTO	VALOR ATUAL	NOVO VALOR REAJUSTADO

1	CESTAS BASICAS COMPOSTAS PELOS SEGUINTE ITENS: 5KG DE ARROZ; 2KG DE FEIJÃO; 1KG DE SAL; 5KG DE FARINHA DE TRIGO; 2KG DE FARINHA DE MILHO; 2KG DE BATATA INGLESA; 1 PACOTE DE ACHOCOLATADO 400G; 5 KG DE AÇÚCAR; 1 UND DE ÓLEO DE SOJA; 1 PACOTE DE BISCOITO DOCE 800G; 2KG DE BANANA; 2 PACOTE DE LEITE EM PÓ INTEGRAL 400G; 2KG DE MACARRÃO; 3KG DE COXA E SOBRECOXA DE FRANGO; ALCOOL 70 LIQUIDO EMBALAGEM DE 1 LITRO; 400G DE SABÃO E 2 SABONETES 90G.	139,00	162,68
---	---	--------	--------

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços acima citada.

Formosa do Sul-SC, 10 de setembro de 2020.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

# Forquilha

## PREFEITURA

### ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 19/PMF/2020

Publicação Nº 2638519

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
ATA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 19/PMF/2020

QUARTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ANÁLISE DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 19/PMF/2020, QUE TEM POR OBJETIVO A SELEÇÃO DE PROJETOS INDUSTRIAIS PARA DOAÇÃO DE BEM IMÓVEL COM ENCARGOS COM O OBJETIVO DE FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO, PRIORIZANDO A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, EM ÁREA DE TERRA CORRESPONDENTE AOS LOTES Nº 01, 02 E 03, QUADRA ÚNICA SITUADOS NA RUA 267, BAIRRO OURO NEGRO, MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA/SC, POR MEIO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS, NOS TERMOS DA LEI Nº 2.408, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019.

Às onze horas do dia dez do mês de setembro de dois mil e vinte, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município, para abertura, processamento e julgamento do EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 19/PMF/2020. Abertos os trabalhos pelo Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo informou que foi recebido o resultado final da avaliação das propostas técnicas das empresas CRIPLAN CONSTRUÇÕES EIRELI e RF TERRAPLANAGEM E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. ME. Desta forma, decide esta Comissão, por unanimidade, dar prosseguimento ao presente processo licitatório, com a apresentação dos resultados para a empresa licitante, para as 11:00 horas do dia 15 de setembro de 2020, na Sala de reuniões desta Municipalidade. A presente ata será publicada no Diário Oficial dos Municípios ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)). As empresas habilitadas serão comunicadas via e-mail desta decisão. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 10 de setembro de 2020.

VALDECIR TISCOSKI ROSINETE MENEGON ZANIVAN WARMLING  
Presidente da Comissão de Licitação Membro da Comissão

HENRIQUE DE OLIVEIRA SANTOS  
Membro da Comissão

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 120/PMF/2020

Publicação Nº 2638372

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Eletrônico Nº. 120/PMF/2020.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de fardamentos para atender as necessidades da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 29 de setembro de 2020 às 08:00 horas.

EDITAL: O Edital encontra-se a disposição dos interessados, nos endereços eletrônicos: <http://bllcompras.org.br> e [www.forquilha.sc.gov.br](http://www.forquilha.sc.gov.br) onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no sítio <http://bllcompras.org.br> até as 07:45 horas do dia 29/09/2020. A sessão pública será realizada neste mesmo endereço eletrônico.

Forquilha, 10 de setembro de 2020.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK  
Pregoeira

### EMENDA LEI ORGANICA MUNICIPAL 003/2020

Publicação Nº 2638531

EMENDA À LEI ORGÂNICA PL Nº 003/2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, MACIEL DA SOLER, faz saber aos habitantes do Município que os vereadores, seus legítimos representantes, aprovaram e ele promulga a seguinte emenda:

ACRESCENTA DISPOSITIVOS À LEI ORGÂNICA DE FORQUILHINHA EM CONSONÂNCIA COM A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 103, DE 2019

Art. 1º - Fica alterado o Art. 154 e acrescentados os artigos 154-A, 154-B, 154-C, a Lei Orgânica Municipal que passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 154 – O Regime Próprio de Previdência Social dos servidores titulares de cargo efetivo da administração direta do Município de Forquilha, de suas autarquias e fundações é o FORQUILHINHAPREV que trata a Lei nº 1325, de 21 de novembro de 2007;

§1º - o FORQUILHINHAPREV tem caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do Município, dos servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial;

§2º - o rol de benefícios do FORQUILHINHAPREV fica limitado às aposentadorias e à pensão por morte;

§3º - o auxílio-doença, o salário-família, o salário-maternidade e o auxílio-reclusão previstos na Lei nº 1325, de 21 de novembro de 2007, serão custeados diretamente pelas dotações orçamentárias do respectivo órgão empregador do Município.

§4º – no caso de acumulação de pensões e aposentadorias o FORQUILHINHAPREV aplicará as determinações do Art. 24 e seus parágrafos da Emenda Constitucional 103, de 12 de novembro de 2019;

§5º - ao servidor, pessoa com deficiência, titular de cargo efetivo da administração direta do Município de Forquilha, desde que cumpridos o tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria, será concedida na forma da Lei Complementar nº 142, de 8 de maio de 2013, inclusive quanto aos critérios de cálculo dos benefícios.

Art. 154-A – Os servidores titulares de cargo efetivo da administração direta do Município de Forquilha, de suas autarquias e fundações, segurados do FORQUILHINHAPREV na data de 12 de novembro de 2019 serão aposentados na forma das normas da Lei nº 1325, de 21 de novembro de 2007, em vigor na data da publicação da Emenda Constitucional 103.

Art. 154-B - A partir da data da publicação desta Emenda, o servidor que ingressar em cargo efetivo da administração direta do Município, de suas autarquias e fundações, será aposentado:

I – aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade se homem, e aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher.

II – com um tempo mínimo de 10 (dez) anos de efetivo exercício no serviço público e de 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que for concedida a aposentadoria;

III – com 35 (trinta e cinco) anos de contribuição, se homem e 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, exceto os casos dos §§ 1º e 2º deste artigo.

§1º - os ocupantes do cargo de professor terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades do Inciso I, desde que comprovem 30 anos, se homem e 25 anos, se mulher, de tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio.

§2º - o servidor cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação, terão idade mínima reduzida em 5 (cinco) anos em relação às idades do Inciso I, desde que comprove 25 (vinte e cinco) anos de efetiva exposição e contribuição;

§3º - o cálculo dos proventos da aposentadoria concedida na forma deste artigo será na forma do Art. 39 da Lei nº 1325, de 21 de novembro de 2007.

Art. 154-C - Observado o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social para o valor das aposentadorias e pensões, o Município instituirá, por Lei Complementar, até a data de 12 de novembro de 2021, regime de previdência complementar para os servidores que trata o Art. 154-B.

Parágrafo Único: os servidores que trata o Art. 154-A, poderão dele participar, mediante expressa adesão.

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Forquilha, 24 de agosto de 2020.

MACIEL DA SOLER  
Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada nesta Diretoria em 24 de agosto de 2020.

MURIEL SILVANO  
Diretor Executivo

## **NOTA DE REVOGAÇÃO 11/2020: TOMADA DE PREÇO Nº. 108/PMF/2020**

Publicação Nº 2637984

NOTA DE REVOGAÇÃO 11/2020

TOMADA DE PREÇO Nº. 108/PMF/2020

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para reforma do pavimento térreo da Prefeitura Municipal, localizada na Avenida 25 de Julho, Centro, Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Aberto os trabalhos pela Comissão de Licitação, no dia dez do mês de setembro de dois mil e vinte, às oito horas, os mesmos certificaram-se que não ascenderam ao certame nenhum interessado. Diante do exposto fica revogado a Tomada de Preço nº. 108/PMF/2020, considerando a participação deserta.

Forquilha/SC, 10 de setembro de 2020.

DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0007\_2020 - FMS

Publicação Nº 2638428

Aviso de Retificação do Pregão Presencial nº 0007/2020 –FMS

Processo Administrativo Licitatório 0026/2020

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Contratação de serviços de ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PREVENÇÃO E COMBATE CONTRA INCÊNDIO E CONTROLE DE PÂNICO, AS BUILT DO PROJETO ARQUITETÔNICO, COM ÁREA DE 3.278,11m², incluindo Documentos Técnicos, Especificações Técnicas, Planilhas de Quantitativos e Custos, Planilhas de Composição de Custos Unitários de Serviços e Cronograma Físico-Financeiro para o edifício HOSPITAL FRAIBURGO e seus adjacentes (R. João Marques Vieira, 975 – CENTRO, Fraiburgo – SC . Retificação: Fica Retificado a tabela 01 do item 6.2.5 da Capacidade Técnica. JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE. Desta forma, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do certame passando a ser: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 10:00 horas do dia 25.09.2020 deverão ser feitos no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: às 10:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br) link "LICITAÇÕES".

Novo edital: Pregão Presencial nº 0007A/2020 – FMS

Fraiburgo (SC), 10 de setembro de 2020.

Ayres Nogueira Júnior – Secretário Municipal de Saúde

### DECRETO Nº 201 - 2020

Publicação Nº 2638386

DECRETO Nº 201, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com os artigos 14 e 17 da Lei 2467 de 04 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2020 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), nas seguintes dotações:

09.00 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
09.01 – Secretaria de Agropecuária e Sustentabilidade		
20.606.0015.2.041 – Manutenção da Secretaria de Agropecuária e sustentabilidade		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0200 (277)	R\$	50.000,00
10.00 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
15.451.0016.2.052 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.3.0200 (278)	R\$	70.000,00
TOTAL	R\$	120.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto, correrá à conta do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado do Município de Fraiburgo do exercício de 2019, por origem de recurso, em conformidade com o artigo 43, § 1º; inciso I da Lei 4.320/64 e Prejulgado TCE nº. 1794/06, bem como das anulações de Restos a Pagar de exercícios anteriores.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 10 DE SETEMBRO DE 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

O presente instrumento foi publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 3258 e 11/09/2020, disponibilizada no endereço eletrônico [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), com fundamento no artigo 81, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal 2034/2009 e Decreto 303/2009. Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO - LCA - COMERCIAL & SISTEMATIZAÇÃO EIRELI 2020**

Publicação Nº 2638397

### **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0109/2020 – PMF

OBJETO – AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIOS COM POLIETILENO 100% VIRGEM COM PROTEÇÃO UV E RESISTÊNCIA DE ATÉ 1.4 NA TABELA QUÍMICA PARA ARMAZENAMENTO DE PRODUTO QUÍMICO TIPO “SILO AGRÍCOLA” PARA SEREM INSTALADOS NA CASA DE QUÍMICA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA SANEFRAI

MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0018/2020

NOTIFICADA: LCA - COMERCIAL & SISTEMATIZAÇÃO EIRELI

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa LCA - COMERCIAL & SISTEMATIZAÇÃO EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Luiza de Camargo Monteiro, Vila Taquari, Itapeva – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 29.495.115/0001-86, a tomar ciência acerca da Decisão constante dos autos do Processo Administrativo Licitatório em epígrafe. O inteiro teor da decisão foi encaminhado via e-mail fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: [licita@fraiburgo.sc.gov.br](mailto:licita@fraiburgo.sc.gov.br). O envio fraudulento será penalizado.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 10 de setembro de 2020.

Roalves Jorge Polese  
Pregoeiro

## **EXTRATO\_DOM\_10.09.2020 1899**

Publicação Nº 2638433

### **EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº ..... : TA20SF27 - Contrato Nº: CT18SF39 - Ata N.º: Art. 1º - As partes acima epigrafadas ajustam e contratam o acréscimo de valor, referente as despesas a serem realizadas na competência do mês de agosto, para execução da coleta convencional, coleta seletiva, operação da usina de triagem de resíduos sólidos e transporte do rejeito do Município de Fr

Contratante...: AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SANEFRAI

Contratada...: ENGELIX LIMPEZA URBANA LTDA - EPP

Valor ..... : R\$36.317,89 (trinta e seis mil trezentos e dezessete reais e oitenta e nove centavos)

Vigência ..... : Início: 18/08/2020 Término: 31/08/2021

Licitação ..... : Concorrência p/ compras e serviços Nº.: 2/2018

Entid.Gestora: MUNICIPIO DE FRAIBURGO

Objeto ..... : A presente Concorrência tem por objeto a contratação de empresa do ramo para execução DA COLETA CONVENCIONAL, COLETA SELETIVA, OPERAÇÃO DA USINA DE TRIAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS E TRANSPORTE DO REJEITO DO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO/SC

Fraiburgo, 10 de setembro de 2020.

NIVALDO JOSÉ BONALDO - PRESIDENTE

**PORTARIA 10652020**

Publicação Nº 2638394

PORTARIA Nº 1065, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 041/2020, do Gabinete da Prefeita;

Considerando a demanda dos serviços da Procuradoria do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar a carga horária de 32 (trinta e duas) para 40 (quarenta) horas semanais, do servidor SILVANO PELISSARO, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 737.700.949-72, nomeado no cargo de provimento efetivo de PROCURADOR, a partir de 10 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 10 de setembro de 2020.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS  
Secretário de Administração e Planejamento

**Frei Rogério****PREFEITURA****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2020 - CÂMARA MUNIC. FREI ROGÉRIO**

Publicação Nº 2638261

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2020**

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE FREI ROGÉRIO/SC, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ: 07.167.096/0001-26, com sede na Avenida Vereador José Almeida de Souza, nº 250, Centro, cidade de Frei Rogério/SC, CEP 89.530-000, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Edison Mello Ferreira, inscrito no CPF sob nº 026.080.079-10 doravante denominada CONTRATANTE e EXPERTS TELECOM EIRELI, empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.488.113/0001-58, com sede na Rua: Lauro Muller, nº 291, Centro, na cidade de Curitiba/SC, doravante mencionada como CONTRATADA, ajustam entre si o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas:

( X ) INTERNET. A contratante está adquirindo plano de internet via Fibra Óptica com a velocidade de 30 Mega Bytes - Comprado ( ) Locado ( X )

( ) VOIP - A contratante está adquirindo combo telefonia ip, \_\_\_\_\_, Equipamento \_\_\_\_\_ - Comprado ( ) Locado ( ) VOIP – CONTRATO

Combo Telefonia IP - Telefonia IP ou telefonia VOIP modelo SCM ( Serviço de Comunicação Multimídia) não pode ser confundida com Telefonia STFC, Número entrante é de propriedade da CONTRATADA e não pode ser portado, caso o CONTRATANTE cancele ou altere o plano o número de telefone fornecido será perdido, A saída de ligações será feita por diversos backbones com objetivo de redução de custos portanto não garante que o número de saída seja o mesmo do numero de entrada.

( ) INTERNET SEGURA. A contratante adquire combo internet segura, habilitando \_\_\_\_\_ máquina(s).

**INTERNET SEGURA – CONTRATO**

Combo Internet Segura

A CONTRATADA disponibiliza sistema de Antivírus, Firewall e Controles de Acesso ao CONTRATANTE, não se responsabiliza por vírus e eventuais acessos que o CONTRATANTE conseguir, mesmo que o firewall e o antivírus o proteja, é de inteira responsabilidade DO CONTRATANTE caso a máquina seja infectada ou invadida.

( ) IP FIXO. A contratante adquire combo de ip fixo (válido).

**IP FIXO – CONTRATO**

Combo IP

A CONTRATADA fornecerá 1 IP Válido para O CONTRATANTE que se responsabiliza totalmente nos serviços que irá colocar no IP (Internet Protocol), sendo responsável civil e criminalmente por tudo que acontecer neste IP que é de propriedade da CONTRATADA este que será locado ao cliente e pode mudar sem aviso prévio, não poderá ser sublocado e não dá direito a DNS Reverso.

( ) COMBO TI 2. A contratante adquire combo TI que lhe dá direito a 40% de desconto nos serviços adicionais oferecidos pela contratada, e mais 10% de desconto em qualquer produto adquirido.

**COMBO TI 2 – CONTRATO**

COMBO TI - A CONTRATADA disponibiliza aos CONTRATANTES descontos nos serviços de informática geral de 40% e nos produtos da loja em 10% de descontos.

**( ) COMBO TI – EMPRESAS 1**

- A contratante adquire combo TI que lhe dá direito a 2 visitas técnicas além de 40% de desconto nos serviços adicionais oferecidos pela contratada, e mais 10% de desconto em qualquer produto adquirido.

**COMBO TI – EMPRESAS 1 - CONTRATO**

COMBO TI EMPRESAS 1. A CONTRATADA disponibiliza ao CONTRATANTE 2 visitas técnicas mensais além de descontos nos serviços de informática geral de 40% e nos produtos da loja em 10% de descontos.

1. OBJETO - O objeto do presente contrato é a prestação, pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, os serviços de conexão à rede mundial de computadores (INTERNET), através de rede Wireless.

**2. DISPONIBILIDADE DO SERVIÇO**

2.1 - O serviço estará disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, ressalvada a ocorrência de interrupções devido a: a) falta de fornecimento de energia elétrica para a CONTRADADA; b) falha dos serviços de responsabilidade da operadora de serviços de telecomunicações; c) ocorrências de falhas no sistema de transmissão no acesso à internet; d) manutenção técnica dos equipamentos e/ou operacionais que exijam o desligamento temporário do sistema de transmissão de dados; e) ação de terceiros que impeça a prestação dos serviços; f) casos fortuitos ou força maior; g) a interrupção na prestação dos serviços, pelos motivos relacionados acima, que ultrapassarem tempo superior a 72 (setenta e duas) horas consecutivas, será descontado proporcionalmente os valores referentes a esse período de paralisação.

**3. LOGIN E SENHA DO CONTRATANTE**

3.1. – Ao contratar os serviços da CONTRATADA o CONTRATANTE receberá um login e uma senha privativa que constituem sua identificação para uso do serviço. O CONTRATANTE terá apenas um login e uma senha privativa, que são pessoais e intransferíveis. O CONTRATANTE assume integral responsabilidade por quaisquer prejuízos que cause a terceiros ou venha sofrer pela utilização indevida de seu código ou de sua senha privativa. Não serão permitidas conexões simultâneas utilizando o mesmo login de CONTRATANTE e a mesma senha privativa de acesso aos serviços.

4. TAXA DE INSTALAÇÃO E PRAZO DE VIGÊNCIA - A instalação do serviço denominado internet tem um custo de inscrição declarado depois de feita viabilidade para levar o acesso à internet até o computador do CONTRATANTE.

4.1 – O prazo de vigência do presente contrato é de 12 meses, renovando-se automaticamente a cada término do contrato.

4.2 – O CONTRATANTE poderá bloquear por até 30 dias. Caso ultrapasse esse limite para desbloqueá-lo, o cliente pagará uma taxa de

adesão acordada com a CONTRATADA.

4.3 – Caso o CONTRATANTE opte por um kit de internet locado pela CONTRATADA, este contrato terá vigência de 24 meses, renovando-se automaticamente a cada termino. O CONTRATANTE ficará como fiel depositário dos equipamentos acima mencionados, devendo zelar pela conservação dos mesmos e também se responsabilizar por quaisquer danos causados aos equipamentos, devendo reembolsar a CONTRATADA em casos de mau uso, furto, ações de terceiros e danos causados por forças da natureza.

#### 5. PAGAMENTO E REAJUSTE

5.1 – O pagamento pela utilização do serviço será realizado mensalmente à vencer, o dia do vencimento será o que consta no objeto de cobrança, incluindo tributos e demais encargos conforme a legislação em vigor.

5.2 – O valor da mensalidade será de R\$ 139,90 (Cento e trinta e nove reais e noventa centavos) mensal, tendo como dia de vencimento o dia 10 de cada mês acompanhado de nota fiscal e boleto bancário.

5.3 – O não pagamento no vencimento sujeitará o usuário, a exclusivo critério da CONTRATADA, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, na suspensão da prestação dos serviços. (A suspensão dos serviços por falta de pagamento, não implica no cancelamento ou suspensão do respectivo contrato).

5.4 – O preço contratado será reajustado anualmente, ou em prazo inferior que vier a ser admitido pela legislação aplicável, pela variação do IGPM, ou outro índice que venha a substituí-lo.

5.5 – Estes valores também poderão ser revistos, a qualquer tempo, para o resgate do inicial equilíbrio econômico-financeiro necessário a prestação dos serviços ou em caso de modificações do regime tributário vigente.

5.6 – O atraso no pagamento da mensalidade nos prazos e pelos valores ajustados, será cobrado juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, correção monetária pela variação do IGPM e multa de 2% (dois por cento) sobre os valores devidos e não pagos.

5.7 – O não pagamento de qualquer parcela devida pela CONTRATANTE dará a CONTRATADA o direito de interromper a prestação do serviço de acesso do usuário, até a efetivação do pagamento, independente de aviso prévio.

5.8 – o equipamento instalado no Imóvel da Câmara Municipal de Vereadores, ficará como garantia no caso do não pagamento de quaisquer parcelas que o CONTRATANTE tenha com a CONTRATADA.

#### 6. FORMA DE UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS.

6.1 – Ao contratar os serviços o CONTRATANTE se obriga a respeitar a legislação em vigor de utilização da rede de internet, devendo abster-se de: a) acessar senhas, modificar dados privativos, arquivos ou assumir identidade de terceiros; b) desrespeitar leis de direito autoral e de propriedade intelectual; c) transmitir ou armazenar qualquer tipo de material cujo conteúdo infrinja a lei em vigor, relacionado com drogas, crianças e adolescentes em cena de sexo explícito ou pornografia; d) divulgar informações falsas ou incompletas de caráter sigiloso; e) prejudicar usuário da internet, através do uso de programas, acessando computadores, alterando arquivos, programas e dados existentes na rede; f) estimular a prática de condutas ilícitas ou contrárias a moral e aos bons costumes, bem como, atos discriminatórios de cunho sexual, racial, religioso ou qualquer outra condição; g) divulgar ou anunciar produtos e serviços através de correio eletrônico, salvo nos casos de expressa do destinatário a CONTRATADA.

6.2 – A CONTRATADA poderá, sem qualquer aviso prévio, suspender ou impedir a divulgação de material, quando for considerado ilegal, impróprio ou determinado por autoridade Federal, Estadual ou Municipal, comunicando o fato imediatamente ao CONTRATANTE.

6.3 – Cabe exclusivamente ao usuário a aquisição dos equipamentos, e manutenção, terminais e suas interfaces com as redes de telecomunicação, necessários a utilização dos serviços.

6.4 – Quaisquer alterações nas condições da prestação dos serviços serão previamente comunicadas ao CONTRATANTE, sempre que for possível.

#### 7. RISCOS NA UTILIZAÇÃO DA INTERNET

7.1 – A CONTRATADA não se responsabilizará por qualquer dano ou prejuízo direto ou indireto que o CONTRATANTE venha a sofrer, ou que cause a terceiros, como consequência da utilização da internet. Perda total ou parcial de informações, arquivos ou de programas contaminados por vírus, clonagem ou cópia do número de cartão de crédito, contas bancárias e suas respectivas senhas, fraude na compra de produtos e serviços pela internet, como não entrega ou não prestação de serviços contratados.

7.2 – É de exclusiva responsabilidade do CONTRATANTE prevenir-se dos riscos mencionados e de outros advindos da internet.

#### 8. PRAZO E DA EXTINÇÃO DO PRESENTE CONTRATO

8.1 – O presente contrato poderá ser rescindido, de forma imediata e sem qualquer aviso prévio, sempre que uma das partes violar quaisquer dispositivos constantes neste instrumento ou contrária a legislação vigente.

8.2 – O cancelamento do presente contrato antes de sua vigência implicará em multa ao CONTRATANTE no valor de 02 (Duas) mensalidades.

#### 9. NORMAS APLICÁVEIS FORO E DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1 – O presente contrato será regido pelas leis brasileiras.

9.2 – O CONTRATANTE reconhece e declara que leu e que está ciente e de pleno acordo com todos os termos e condições deste contrato.

9.3 – Para dirimir toda e qualquer demandam envolvendo o presente contrato e seu objeto fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor.

Frei Rogério, 09 de Setembro de 2020.

Experts Telecom Eireli Câmara Municipal de Frei Rogério  
CNPJ: 21.488.113/0001-58 CNPJ:07.167.096/0001-26

MAYRA FAQUIN SANDRI  
OAB/SC 42.540  
ASSESSORA JURÍDICA

Testemunha: Mário Mazzuco Testemunha: Nelci Leandro de Souza  
CPF 592.029.209-15 CPF 703.050.809-20

**EXTRATO DO CONTRATO N° 40-2020 - DANILA SOUZA SILVA BORGES - ME**

Publicação N° 2638882

EXTRATO  
CONTRATO N° 40/2020

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC  
Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC  
CNPJ: 01.616.039/0001-09  
Contratada: DANILA SOUZA SILVA BORGES -ME  
CNPJ: 29.778.117/0001-82

Processo Administrativo Licitatório n° 08/2020 – P.M.F.R  
Dispensa de Licitação n° 02/2020 – P.M.F.R

Objeto: Prestação de serviços de desdobra de madeira para manutenção da Ponte Nelson Pisani.  
Valor R\$: 8.752,00 (oito mil setecentos e cinquenta e dois reais).

Vigência: 02/09/2020 à 30/09/2020.

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO N° 41-2020 - COOP. AGROP. PASSO DA FELICIDADE**

Publicação N° 2638891

EXTRATO  
CONTRATO N° 41/2020

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC  
Contratante: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO - SC  
CNPJ: 01.616.039/0001-09  
Contratada: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA PASSO DA FELICIDADE  
CNPJ: 09.404.517/0003-82

Processo Administrativo Licitatório n° 08/2020 – P.M.F.R  
Dispensa de Licitação n° 02/2020 – P.M.F.R

Objeto: Esta contratação tem por objeto o fornecimento de pregos para manutenção da Ponte Nelson Carlos Pisani.

Valor R\$: 1.720,00 (hum mil setecentos e vinte reais)

Vigência: 02/09/2020 à 30/09/2020.

Jair da Silva Ribeiro  
Prefeito Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO 070/2020

Publicação Nº 2638217

#### EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO 070/2020

TOMADA DE PREÇO 007/2020

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 070/2020, Edital de Tomada de Preço obras e serviços de engenharia 007/2020, tipo menor preço global até às 09h:00min. do dia 29 de setembro de 2020, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA ETAPA DA QUADRA COBERTA NA PRAÇA VEREADOR MIGUEL OLEGINI NO MUNICIPIO DE GALVÃO SC, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br). Galvão - SC, 10 de setembro de 2020.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DE ANULAÇÃO DO ITEM 01 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2020

Publicação Nº 2638710

AVISO DE ANULAÇÃO DE ITEM DE ARP  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 250/2020  
ITEM 01  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2020

O Município de Garopaba, através do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados que, conforme justificativa constante no processo, resolve ANULAR o ITEM 01 da Ata de Registro de Preços nº 250/2020, celebrada entre o Fundo Municipal de Saúde de Garopaba e a empresa CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

Paulo Sérgio de Araujo  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 220/2020

Publicação Nº 2639553

DECRETO N.º 220, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 25.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) no Orçamento vigente:

12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	25.000,00
20.606.00482.061 - Funci e Manut da Secretaria de Agricultura e pesca	25.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	25.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA	25.000,00
20.606.00482.061 - Funci e Manut da Secretaria de Agricultura e pesca	25.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	25.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 221/2020

Publicação Nº 2639554

DECRETO N.º 221, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 20.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) no Orçamento vigente:

SECRETARIA DA FAZENDA	20.000,00
05.01 - SECRETARIA DA FAZENDA	20.000,00
04.123.00122.012 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Fazenda	20.000,00
3.3.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

SECRETARIA DA FAZENDA	20.000,00
05.01 -SECRETARIA DA FAZENDA	20.000,00
04.123.00122.012 - Funcionamento e Manut. da Secretaria de Fazenda	20.000,00
3.1.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas	20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 222/2020

Publicação Nº 2639555

DECRETO N.º 222, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 5.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.000,00
10304252.080 - Manutenção da Vigilância Sanitária	5.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.000,00
10304252.080 - Manutenção da Vigilância Sanitária	5.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 223/2020

Publicação Nº 2639556

DECRETO N.º 223, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ANULA SALDOS DE EMPENHOS, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA,

Art. 1º. Fica determinada, a anulação do saldo dos empenhos a pagar do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GAROPABA, abaixo relacionados:

SECRETARIA DE SAÚDE		
EMPENHO	CREDOR	VALOR R\$
2312/2019	ISRAEL GONÇALVES	213,79
2378/2019	MACHADO COMÉRCIO OBRAS E SERVIÇOS EIRELI	5.800,00

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 224/2020

Publicação Nº 2639557

DECRETO N.º 224, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 6.277,13 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 49 da Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.212 de 02/12/2019 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 6.277,13 (seis mil, duzentos e setenta e sete reais e treze centavos) no Orçamento vigente:

ENCARGOS GERAIS	6.277,13
14.01 - ENCARGOS GERAIS	6.277,13
28.845.00002.071 - Contribuição ao PASEP	6.277,13
3.3.90.0.1.53.000000 Aplicações Diretas	6.277,13

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 6.277,13 (seis mil, duzentos e setenta e sete reais e treze centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

### EXTRATO DE CONTRATO Nº069/2020

Publicação Nº 2637979

EXTRATO DE CONTRATO 069/2020

PMG

PROCESSO Nº: 090/2020; MODALIDADE: DL 019/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: Valdesia Machado Rosa; CPF Nº 987.349.549-53; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$9.240,00 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº070/2020

Publicação Nº 2637983

EXTRATO DE CONTRATO 070/2020

PMG

PROCESSO Nº: 091/2020; MODALIDADE: DL 020/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MERCEDES MACHADO; CPF Nº 987.349.119-87; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$10.865,58 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº071/2020

Publicação Nº 2637988

EXTRATO DE CONTRATO 071/2020

PMG

PROCESSO Nº: 092/2020; MODALIDADE: DL 021/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MARIA APARECIDA MACHADO; CPF Nº 789.923.209-06; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$10.030,00 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº072/2020

Publicação Nº 2637990

EXTRATO DE CONTRATO 072/2020

PMG

PROCESSO Nº: 093/2020; MODALIDADE: DL 022/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: Maria Aparecida Machado Batista; CPF Nº 950.636.179-72; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$9.240,00 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº073/2020

Publicação Nº 2637991

EXTRATO DE CONTRATO 073/2020

PMG

PROCESSO Nº: 094/2020; MODALIDADE: DL 023/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MARIA DE LOURDES MACHADO; CPF Nº 016.437.659-30; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$10.865,58 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº074/2020

Publicação Nº 2637995

EXTRATO DE CONTRATO 074/2020

PMG

PROCESSO Nº: 095/2020; MODALIDADE: DL 024/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: EDNA ISABEL MACHADO; CPF Nº 070.528.519-70; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$10.030,00 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº075/2020

Publicação Nº 2637997

EXTRATO DE CONTRATO 075/2020

PMG

PROCESSO Nº: 096/2020; MODALIDADE: DL 025/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: ANA PAULA MACHADO; CPF Nº 028.523.379-32; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$3.948,80 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº076/2020

Publicação Nº 2637999

EXTRATO DE CONTRATO 076/2020

PMG

PROCESSO Nº: 097/2020; MODALIDADE: DL 026/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: HILÁRIO MACHADO; CPF Nº 006.192.949-22; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$3.948,80 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº077/2020

Publicação Nº 2638000

EXTRATO DE CONTRATO 077/2020

PMG

PROCESSO Nº: 098/2020; MODALIDADE: DL 027/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: EVERTON LUIZ MACHADO; CPF Nº 074.440.649-89; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$3.948,80 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº078/2020

Publicação Nº 2638002

EXTRATO DE CONTRATO 078/2020

PMG

PROCESSO Nº: 099/2020; MODALIDADE: DL 028/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: HÉLIO AGUIAR DE SOUZA; CPF Nº 777.136.999-53; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$5.340,00 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

**EXTRATO DE CONTRATO N°079/2020**

Publicação N° 2638003

EXTRATO DE CONTRATO 079/2020

PMG

PROCESSO N°: 100/2020; MODALIDADE: DL 029/2020 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; CONTRATADA: MARIA DA SILVEIRA PEREIRA; CPF N° 058.272.069-97; OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, PARA ALUNOS DA REDE DE EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA. VALOR R\$19.839,50 DATA DA ASSINATURA: 02/09/2020.

**PORTARIA N.º 1144/2020**

Publicação N° 2639470

PORTARIA N.º 1144, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) ALINE FAUSTINI ZARTH, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 6838, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1145/2020**

Publicação N° 2639472

PORTARIA N.º 1145, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) ANA PAULA DA SILVA MARTINS, Professor de Inglês 20hs, matrícula nº 6842, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1146/2020**

Publicação N° 2639473

PORTARIA N.º 1146, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) ANDRÉ LUIS DE CHIARA, Professor de Educação Física 40hs, matrícula nº 7020, empossado em 01/03/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/03/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/03/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1147/2020**

Publicação N° 2639474

PORTARIA N.º 1147, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) ANDRESA DE OLIVEIRA FERNANDES, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 7138, empossado em 11/04/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 11/04/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 11/04/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1148/2020**

Publicação N° 2639475

PORTARIA N.º 1148, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) BENISIA GROSSER FERREIRA, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 6840, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1149/2020**

Publicação N° 2639476

PORTARIA N.º 1149, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) CAROLINA CORREIA SELMO, Professor de Educação Física 40hs, matrícula nº 6866, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1150/2020**

Publicação N° 2639478

PORTARIA N.º 1150, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) CLAUDIA DOS PASSOS HARTWIG, Professor de

Educação Física 40hs, matrícula nº 6864, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1151/2020**

Publicação Nº 2639479

PORTARIA N.º 1151, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) CLAUDIA PIRES BENTO LOBO, Professor de Artes 20hs, matrícula nº 6858, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1152/2020**

Publicação Nº 2639482

PORTARIA N.º 1152, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) FELIPE MACHADO, Professor de Educação Física 40hs, matrícula nº 6865, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1153/2020**

Publicação N° 2639483

PORTARIA N.º 1153, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) GABRIELA DE AMORIM CRISPIM, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 7271, empossado em 18/07/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 18/07/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 18/07/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1154/2020**

Publicação N° 2639484

PORTARIA N.º 1154, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) GISELE CRISTINE FERNANDES THOMAZ VOSS, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 6836, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1155/2020**

Publicação N° 2639486

PORTARIA N.º 1155, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) GLAUCE DE CÁSSIA TACQUES FOGAÇA, Professor com Licenciatura 20hs, matrícula nº 7272, empossado em 18/07/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 18/07/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 18/07/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1156/2020**

Publicação Nº 2639487

PORTARIA N.º 1156, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) IARA SANTOS, Servente, matrícula nº 6867, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1157/2020**

Publicação Nº 2639488

PORTARIA N.º 1157, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) LUANA DE LIMA ARAÚJO, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 6832, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1158/2020**

Publicação Nº 2639490

PORTARIA N.º 1158, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) NAIRA SALETE BERNARDO FERNANDES THOMAZ, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 6835, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1159/2020**

Publicação Nº 2639491

PORTARIA N.º 1159, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) NIDIA MARIA CORREIA, Professor com Licenciatura 40hs, matrícula nº 6863, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1160/2020**

Publicação N° 2639492

PORTARIA N.º 1160, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) PATRICIA SILVEIRA TEIXEIRA, Professor de Artes 40hs, matrícula nº 6859, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1161/2020**

Publicação N° 2639493

PORTARIA N.º 1162, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) ESTELA MARIS DE SOUZA, Merendeira, matrícula nº 6686, empossado em 05/09/2016, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 05/09/2019, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 05/09/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1162/2020**

Publicação N° 2639496

PORTARIA N.º 1162, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) ESTELA MARIS DE SOUZA, Merendeira, matrícula nº

6686, empossado em 05/09/2016, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 05/09/2019, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 05/09/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1163/2020**

Publicação Nº 2639497

PORTARIA N.º 1163, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) JULIANA ZILLI VALNIER, Servente, matrícula nº 6823, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## **PORTARIA N.º 1164/2020**

Publicação Nº 2639499

PORTARIA N.º 1164, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) PATRICIA GONÇALVES, Servente, matrícula nº 6828, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1165/2020**

Publicação N° 2639501

PORTARIA N.º 1165, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) ROSILEI DE PAULO, Servente, matrícula nº 6825, empossado em 01/02/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 01/02/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1166/2020**

Publicação N° 2639503

PORTARIA N.º 1166, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. RECONHECER A ESTABILIDADE no serviço público municipal do(a) servidor(a) ZELINA ALEXANDRINA SOARES DE FREITAS, Servente, matrícula nº 7031, empossado em 06/03/2017, uma vez que concluiu o período de avaliação de 3 (três) anos de efetivo exercício em 06/03/2020, no cargo para o qual foi nomeado(a), e foi aprovado(a) no Estágio Probatório, em conformidade com a avaliação proferida pela Comissão de Avaliação de Estágio Probatório(CAEP).

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2020.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 10 de setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
------------------------

Prefeito Municipal
--------------------

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

**PORTARIA N.º 1167/2020**

Publicação N° 2639505

PORTARIA N.º 1167, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ALTERA A PORTARIA N.º 1113, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Alterar a portaria nº. 1113, de 03 de Setembro de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º. CESSAR A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL DE 70% da servidora em 18/09/2020.

Art. 2º. EXONERAR, a pedido, nos termos do art. 55, da Lei Municipal n.º 1000/2005, BRUNA GOMES CASAGRANDE, CPF n.º \*\*\*.\*\*\*.909-31, do cargo de ARQUITETO, do quadro de provimento efetivo da Prefeitura Municipal de Garopaba, em 18/09/2020.

Art. 3º. Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 54, inciso I, da Lei n.º 1000/2005.

Art. 4º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 04/09/2020.

Garopaba, 10 de Setembro de 2020.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 11/09/2020, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº 017/2020 FMS

Publicação Nº 2638025

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 017/2020  
Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços  
Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços de lavanderia hospitalar, envolvendo o processamento de roupas e enxovais hospitalares e lavagem convencional, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 22/09/2020 as 09:00 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 10 de setembro de 2020.

Rodrigo Adrianly David  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 038/2020

Publicação Nº 2638321

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 038/2020  
Modalidade: Pregão Presencial  
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preços para a possível aquisição de materiais construção e materiais diversos de manutenção para manutenção da rede de abastecimento de água e conservação do cemitério municipal, com entrega de acordo com as necessidades da administração municipal.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 29/09/2020 as 09:00 horas.  
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

GARUVA, 10 de setembro de 2020.

Rodrigo Adrianly David  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 167/2020

Publicação Nº 2638879

DECRETO Nº. 167 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA DAS CONTAS DE TITULARIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 79, I, f, da Lei

Orgânica do Município de Garuva,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam autorizados o Prefeito Municipal senhor Rodrigo Adriany David, o Vice-Prefeito senhor Plotino de Bitencourt, e o Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, Sr. Marcio Ricardo Herpich a efetuar as operações bancárias, nas contas de titularidade da Prefeitura Municipal de Garuva, Fundo Municipal de Agricultura, Fundo de Reequipamento de Bombeiros, Fundo Municipal de Habitação e Fundo da Infância e Adolescência, sob CNPJ nº 83.102.848/0001-59, conforme abaixo:

- 1 - Emitir Cheques
- 2 - Abrir Contas de Depósito
- 3 - Autorizar Cobrança
- 4 - Solicitar Saldos e Extratos
- 5 - Requisitar Talonários de Cheques
- 6 - Autorizar Débito em Conta Relativo a Operações
- 7 - Sustar/Contra-Ordenar Cheques
- 8 - Cancelar Cheques
- 9 - Baixar Cheques
- 10 - Efetuar Resgates/Aplicações Financeiras
- 11 - Cadastrar, Alterar e Desbloquear Senhas
- 12 - Efetuar Pagamentos por Meio Eletrônico
- 13 - Efetuar Transferências por Meio Eletrônico
- 14 - Efetuar Movimentação Financeira pelo Gerenciador Financeiro
- 15 - Consultar Contas/Aplicações de Programas e Repasses de Recursos Federais
- 16 - Liberar Arquivos de Pagamentos
- 17 - Solicitar Saldos/Extratos de Investimentos
- 18 - Solicitar Saldos/Extratos de Operações de Crédito
- 19 - Emitir Comprovantes
- 20 - Efetuar Transferência para mesma Titularidade
- 21 - Encerrar Contas de Depósito

Parágrafo único. Fica autorizado o Sargento, Luiz Roberto Raupp Borges, para efetuar as seguintes operações bancárias, na conta nº 100169-8 do Fundo Municipal de Reequipamento dos Bombeiros: 04, 15, 17, 18 e 19 conforme rol acima.

Art. 2º As operações serão realizadas sempre em conjunto, com duas assinaturas.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rodrigo Adriany David  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO FMS Nº 008/2019 - 1**

Publicação Nº 2638069

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA  
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO**

CONTRATO FMS Nº 008/2019 – Aditivo 1

MODALIDADE: Dispensa de Licitação- Processo FMS nº 017/2019

LOCATÁRIO: Prefeitura Municipal/Fundo Municipal de Saúde

LOCADOR: Hezio José Schefer

OBJETO DO CONTRATO: Locação de um imóvel de 158m², situado nesta cidade, à Rua José Bonifácio, nº 62, Centro, para a instalação da Unidade de Saúde Centro I

Objeto aditivo: Prorrogação por mais 3 (três) meses

Valor: R\$ 1.748,31 (hum mil setecentos e quarenta e oito reais e trinta e um centavos) mensais

VIGÊNCIA: 09/09/2019 a 08/12/2020

DATA DE ASSINATURA: 02/09/2020

RODERIGO ADRIANY DAVID  
Prefeito Municipal

**TESTE SELETIVO TECNICO DE ENFERMAGEM - 07-20**

Publicação Nº 2638652

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 07/2020  
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO

Considerando o artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, garantindo a saúde como um direito social pétreo e inalienável;

Considerando o artigo 37º inciso II da Constituição da República Federativa do Brasil "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração";

Considerando a necessidade inadiável de excepcional interesse público na contratação de profissional Técnico de Enfermagem.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A Prefeitura Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferida pela Lei Complementar n. 0117/2019, resolve estabelecer e divulgar as normas para a realização de Processo Seletivo Simplificado, para atender, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde,  s Unidades de Saúde da Família, Núcleo de Especialidades – NES, e a Unidade de Pronto Atendimento localizado neste município.

O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao provimento de cargo por tempo determinado a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, sempre no interesse do Município de Garuva, observada a ordem classificatória dos candidatos;

O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá de Análise de Currículo, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção, para contratação de profissional Técnico de Enfermagem;

O processo seletivo simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito de Garuva;

A Seleção dos candidatos será publicada em Diário Oficial e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e/ou da experiência comprovada;

O processo seletivo simplificado destina-se   seleção de profissionais para contratação temporária conforme necessidades do município;

O chamamento dos candidatos obedecerá a ordem crescente de classificação;

#### 2. DOS CARGOS

A descrição dos respectivos cargos está descrito no Anexo I deste edital;

#### 3. DAS VAGAS

Nomenclatura	Carga Horária Mensal	Requisitos	Vagas	Remuneração
Técnico de Enfermagem	220	Diploma de Conclusão do Curso de Técnico de Enfermagem; Registro no COREN/SC.	RT	Salário Base R\$2073,28 + Auxílio Alimentação.

#### 4. DAS INSCRIÇÕES

O candidato deverá conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para o exercício da função, antes de efetuar a inscrição.

4.1. São requisitos básicos para ingresso no serviço público:

4.1.1 nacionalidade brasileira;

4.1.2 idade mínima de dezoito anos;

4.1.3 quitação com as obrigações eleitorais e militares;

4.1.4 nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

4.1.5 Registro no Conselho de Classe Profissional.

4.2 O período para as inscrições será de 14 de setembro 2020 das 09:00 horas a 21 de setembro de 2020 as 09:00 horas.

4.3. As inscrições serão feitas de forma online, através do protocolo on-line acessado pelo link <https://garuva.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=8>

4.4. Os candidatos deverão anexar, no momento da inscrição, a cópia digitalizada dos documentos necessários para participação do processo de seleção deverão ser apresentados pelos interessados no ato da inscrição do presente edital, conforme abaixo relacionados:

- Carteira de Identidade – RG;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos; (optativo para caráter de desempate).
- Diploma exigido para o exercício do cargo; (Obrigatório).
- Comprovante de inscrição no Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional – COREN/SC; (Obrigatório).
- Comprovante de Residência; (Obrigatório).
- Títulos e comprovantes de tempo de serviço para fins de classificação;

4.5. Apenas será deferida as inscrições cujos documentos estejam em acordo da análise da comissão da Portaria N  097/2020, e que tenham sido encaminhados no ato da inscrição todos os documentos obrigatórios exigidos no item anterior;

4.7. A homologação das inscrições será publicada no dia 23 de setembro de 2020 no mural da Secretaria Municipal de Saúde, e no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br)

#### 5. DO PROCESSO SELETIVO

##### 5.1. ANÁLISE DE CURRÍCULO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

5.1.1. A seleção do Processo Seletivo dar-se-  mediante somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada;

5.1.2. Não serão pontuados: Certificados de participação de congressos, seminários, simpósios, estágio, atividade de docência ou atividades que não sejam exercidas na área fim da função objeto deste processo seletivo;

5.1.3 Períodos trabalhados de forma concomitante serão contabilizados uma única vez.

## 5.1.4. Serão considerados os seguintes critérios para a classificação:

CRITÉRIOS	ESPECIFICAÇÃO	PONTOS UNITÁRIOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA
a) Títulos	Curso de Sala de Vacinas autorizado/reconhecido pela SES/SC	02	02
b) Experiência Profissional	Comprovante de Tempo de Serviço, podendo ser: Certidão ou Declaração de Tempo de Serviço, Registro de Contrato de Trabalho na Carteira de Trabalho e Previdência Social; ou outro cuja Comissão de inscrição julgue ter validade para comprovação (todos os comprovantes deverão apresentar as datas de admissão e rescisão - esta última - se for o caso)	01 ponto para cada 06 meses.	08
Total Geral:			10,0

5.1.5. A classificação final será a somatória dos pontos da valoração da Análise de Currículo e Títulos, na escala de 0 (zero) pontos à 10 (dez) pontos.

5.1.6. Na classificação final entre candidatos com igual número de pontos, serão fatores de desempate os seguintes critérios:

a . maior pontuação por títulos;

b . maior idade;

c. maior pontuação por experiência comprovada.

d. maior número de filhos menores de 18 anos ou incapazes;

5.1.7 As análises dos respectivos currículos serão dirigidos pela Comissão examinadora do processo seletivo com Portaria nº. 097/2020.

#### 6. DA CONVOCAÇÃO E ADMISSÃO

6.1 O teste seletivo tem por finalidade a contratação de profissional Técnico de Enfermagem em caráter temporário com finalidade de preenchimento conforme dispostos na Lei Complementar n. 117/2019;

6.2 A convocação para admissão dos candidatos habilitados obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, não gerando o fato de aprovação, direito à admissão. Apesar das vagas existentes, os aprovados serão chamados conforme as necessidades locais, a critério da Administração.

6.3 A contratação temporária que atenda demanda por vacância de servidor efetivo, deverá ser rescindida quando da realização de concurso público para a vaga, conforme dispõe a Lei Complementar n. 117/2019, art. 2º, inciso IV, letra "e".

6.4 Fica impedida a convocação do candidato que tenha celebrado contrato anteriormente com o município de Garuva, antes de decorridos 12 (doze) meses do encerramento do seu contrato anterior, em cumprimento à Lei Complementar n. 117/2019, Art. 10, inciso III. Sua classificação, no entanto, será preservada e, durante a vigência do Processo Seletivo, se cumprido o interstício de 12 (meses), comprovada a necessidade, a Administração poderá deflagrar sua convocação.

6.5 O candidato classificado no Processo Seletivo Simplificado e que vier a ser convocado/admitido para o cargo público a que concorreu, será lotado, a critério da Administração Pública, em qualquer das unidades da Secretaria Municipal de SAÚDE do Município de Garuva, podendo ser removido ou transferido de ofício, a qualquer tempo, no interesse da Administração.

6.6 No ato da contratação o candidato deverá apresentar os seguintes documentos em até 03 (três) dias úteis após a convocação:

Cópia simples dos seguintes documentos:

1. RG, CPF e CNH (se o cargo exigir)

2. Registro no Conselho/órgão de classe (quando o cargo requerer)

3. Carteira de Trabalho (onde constam o nº da carteira e a qualificação civil) e Cartão do PIS/PASEP

4. Título de eleitor

5. Certificado de reservista (p/ homens)

6. Certidão de nascimento (se solteiro)

7. Certidão de casamento (se casado)

8. Qualificação cadastral e-social, retirada no link: (<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml>)

9. Comprovante de residência atual (sendo aceitas apenas faturas de fornecimento de água, energia elétrica ou telefone com validade de até 60 dias da data da apresentação documental)

10. RG e/ou certidão de nascimento; e CPF dos dependentes em geral para fins de imposto de renda e salário família.

11. Atestado de vacinação para filhos menores de 14 anos

12. Certidão de quitação eleitoral, retirada no link abaixo:

13. (<http://www.tse.jus.br/eleitor/servicos/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>)

14. Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça – Cadastro Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa, retirada no link abaixo:

15. ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php))

16. Certidão emitida pela Justiça Federal PARA FINS CRIMINAIS da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª regiões no link: <http://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>
  17. Certidão negativa de antecedente CRIMINAL e CIVIL – Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos, retirada no link abaixo:
  18. (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>)
  19. Certidão de Antecedentes Criminais – Polícia Federal retirada no link: <http://www.dpf.gov.br/servicos/antecedentes-criminais>
  20. Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (fornecida pelo RH)
  21. Declaração de não ter sofrido exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (fornecida pelo RH)
  22. Declaração negativa de acumulação de cargo público (fornecida pelo RH) ou de condição de acumulação amparada pela Constituição
  23. Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho.
  24. Declaração de encargos de família para fins de imposto de renda (fornecida pelo RH)
  25. Ficha Salário Família (fornecida pelo RH)
  26. Comprovante de abertura de CONTA SALÁRIO junto à Cooperativa Sicredi, contendo a agência e o número da conta, para crédito salarial (declaração para abertura será fornecida após a entrega do restante dos documentos)
  27. Atestado de saúde ocupacional - ASO (a guia será entregue após a entrega correta de toda a documentação)
  28. 01 foto 3x4 RECENTE
- OBS. Todas as cópias deverão estar legíveis

#### Cópia autenticada

1. Comprovante de grau de escolaridade (para os cargos de nível superior: DIPLOMA e histórico escolar)
2. Certificado/diploma de curso de ensino fundamental/ ou médio/ ou superior (quando o cargo requer
3. Certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer)
4. Certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer)

#### 7. DO CRONOGRAMA

7.1. O processo seletivo seguirá o respectivo Cronograma: 11/09/2020 – Publicação do edital, 14/09/2020 das 09:00 horas a 21/09/2020 as 09:00 horas – Período de Inscrições, 23/09/2020 – Homologação dos Insritos. O resultado final com a respectiva classificação será publicado no dia 25 de setembro de 2020 no mural da Secretaria Municipal de Garuva, e no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br). Caberá recurso, através de requerimento escrito devidamente fundamentado, em até 24 horas de cada etapa publicada do teste seletivo, Devendo ser entregue diretamente na Secretaria de Saúde de Garuva (Rua Eugenio Avanci nº 656 – Centro).

#### 8. DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO

8.1 O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano a contar da data do ato de homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Município de Garuva.

#### 9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A inexistência das afirmativas, a não apresentação ou a irregularidade de documentos, ainda que verificados posteriormente, eliminará o candidato do Processo Seletivo, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis à falsidade da declaração.

9.2 - Os candidatos aprovados e não admitidos constituirão cadastro de reserva, mantido durante o prazo de vigência e validade do processo seletivo.

9.3 - A avaliação dos candidatos deste Teste Seletivo ficará sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Garuva que os conservará por um período de seis (06) meses, após a homologação do resultado.

9.4 - Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão examinadora, criada especificamente para este processo seletivo através da Portaria nº. 097/2020.

Garuva, 10 de setembro de 2020.

Isabela Aragão Pereira  
Presidente da Comissão  
Portaria 097/2020

#### ANEXO I PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 07/2020

#### DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

Do Técnico de Enfermagem:

- I - participar das atividades de assistência básica realizando procedimentos regulamentados no exercício de sua profissão na USF e, quando indicado ou necessário, no domicílio e/ou nos demais espaços comunitários (escolas, associações etc.);
- II - realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e a famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe, e;
- III - participar do gerenciamento dos insumos necessários para o adequado funcionamento da USF.
- IV – realizar os registros de enfermagem de todos os procedimentos realizados.
- V – responsabilizar-se pelo acolhimento dos pacientes da USF

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Exercer atividades de nível médio, sob orientação e acompanhamento do enfermeiro, assistir o enfermeiro no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de enfermagem, executar outras tarefas compatíveis com sua formação.

**DESCRIÇÃO DETALHADA****Responsabilidades e Atribuições:**

- Orientar e executar programas, projetos e serviços sociais desenvolvidos pela administração pública, direta, indireta, entidades e organizações populares dos municípios, em conformidade com SUS e Conselhos;
- Profissionais visando auxiliar na promoção da melhoria do atendimento e da qualidade de vida da população;
- Prestar assistência sob orientação do médico ou enfermeiro, através de serviços técnicos de enfermagem, tratamentos, cuidados de conforto, higiene pessoal e outros, adaptando os pacientes ao ambiente hospitalar, bem como aos métodos terapêuticos aplicados a fim de proporcionar o bem-estar dos mesmos.
- Participar, planejar, orientar, supervisionar e executar programas, atividades, campanhas e outros, bem como motivar e desenvolver atitudes e hábitos sadios na população.
- Auxiliar os usuários nas questões de saúde, prestando serviços auxiliares de enfermagem, proporcionando-lhes alívio de dor, mal-estar e outros, de acordo com instruções recebidas, receitas médicas, orientando a população através de palestras, atendimentos individualizados e outros.
- Garantir pleno funcionamento da unidade de trabalho, bem como a qualidade e quantidade de medicamentos e material ambulatorial, controlando o estoque, solicitando reposição de material, realizando organização, manutenção, controle, limpeza, esterilização de materiais, equipamentos, ambientes e outros.
- Preparar informes, relatórios, registros, documentos e outros, sempre que solicitado a fim de possibilitar subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros.
- Colaborar com a prevenção e controle sistemático de infecção ambulatorial, verificando periodicamente a qualidade e funcionalidade, zelando pela manutenção, limpeza e ordem do material, equipamento de trabalho e das dependências dos serviços de saúde.
- Auxiliar nas atividades de urgência e emergência em atendimentos especializados, sob supervisão de profissional habilitado em ações que requeiram maior complexidade.
- Garantir a promoção da saúde pública, auxiliando aos usuários, prestando informações sobre consultas, exames, medicamento e outros, bem como assistindo ao enfermeiro na execução de programas de educação em saúde.
- Realizar acompanhamento técnico, através de visitas a pacientes em hospitais, escolas, domicílios, sempre que necessário.
- Garantir a correta execução das atividades, orientando, supervisionando e treinando o pessoal auxiliar.
- Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional.

**FORMAÇÃO EXIGIDA PELO CARGO:** Ensino Médio, Técnico em enfermagem e Registro no Conselho.

Descrição constante no Decreto 25/2010.

Isabela Aragão Pereira

Presidente da Comissão

Portaria 097/2020

# Gaspar

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL TOMADA DE PREÇOS N° 12/2020

Publicação N° 2638022

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL – ADITIVO

Tomada de Preços nº 12/2020

A Prefeitura de Gaspar torna público e para conhecimento dos interessados em participar da Licitação supramencionada, a qual tem por objeto a reforma do CDI Vovó Leonida, que foram efetivadas alterações no Edital. Em face disto, fica redesignado o dia 30/09/2019, às 09 horas, para o recebimento dos envelopes e às 09h30min do mesmo dia para a abertura do certame. As alterações poderão ser obtidas no Depto. de Compras ou através do site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br). SIMARA NICOLETTI MARASCHI - Secretária de Educação.

# Grão Pará

## PREFEITURA

### 24º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 07-2020 (POSTO GRÃO PARÁ LTDA)

Publicação Nº 2638494

#### VIGÉSIMO QUARTO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 07/2020, DATADO DE 02 DE JANEIRO DE 2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O EXERCÍCIO DE 2020, PARA A PREFEITURA MUNICIPAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/ MF sob nº 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS, portador do CPF n. 054.241.769-33 e POSTO GRÃO-PARÁ LTDA, empresa estabelecida na Rua Nereu Ramos, s/n, Centro, Grão-Pará/ SC, inscrita no CNPJ/ MF sob nº 00.084.043/0001-00, doravante denominada de CONTRATADA, neste ato, representada por seu Sócio Administrador, Senhor DAILTON DORIGON DE SOUZA, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Cidade de Grão-Pará/SC, inscrito no CNPJ nº 824.733.079-20, considerando que as correções de valores de combustíveis, diante de decisão governamental, são de livre negociação entre as empresas concessionárias e distribuidoras e considerando que estes valores estão sendo repassados aos postos revendedores, conforme faz prova através das notas fiscais n. 000087279, 000087459, 000087197 e 000087460, da empresa RAIZEN MIME COMBUSTÍVEIS S.A., CNPJ/MF n. 01.799.935/0003-04, partes integrantes deste Termo, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, aumentando em 4,04% o preço do Diesel BS500 e em 4,08% o preço do Diesel S10, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula II, do Contrato n. 07/2020, datado de 02 de janeiro de 2020, passando a ter a seguinte redação:

##### “CLÁUSULA II – DO VALOR

O valor do litro do Diesel BS 500 passa de R\$ 3,49, para R\$ 3,63 [...];

O Valor do litro do diesel S10 passa de R\$ 3,47, para R\$ 3,61 [...].”

#### CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas ao Contrato, ora aditado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 01 de setembro de 2020.

MARCIO BORBA BLASIUS DAILTON DORIGON DE SOUZA

Prefeito Municipal Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

### 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N 47-2020 ENGEPEÇAS

Publicação Nº 2638490

#### SEGUNDO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO N. 47/2020, DATADO DE 11 DE MARÇO DE 2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ E A EMPRESA ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, VISANDO À AQUISIÇÃO DE DUAS RETROESCAVADEIRAS, ZERO KM DE FÁBRICA, LIVRE E DESIMPEDIDO DE QUALQUER ÔNUS, PARA UTILIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ/SC, ATENDENDO AOS CONVÊNIOS Nº 886972/2019 E 889975/2019 JUNTO AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ, com sede na Rua Barão do Rio Branco, n. 187, Centro, Grão-Pará/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 82.558.149/0001-55, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato, representada por seu Prefeito Municipal, Senhor MARCIO BORBA BLASIUS e ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA, empresa estabelecida na Rodovia BR 282, nº 555, Interior, Cordilheira Alta – Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob n. 05.063.653/0009-90, doravante denominada CONTRATADA, neste ato, representada por seu sócio administrador, Senhor ANTONIO GILBERTO GUIA, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ nº 456.760.209-97, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente Termo Aditivo, de acordo com as cláusulas e condições a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Alterar a Cláusula III, do contrato n. 47/2020, datado de 11 de março de 2020, passando a ter a seguinte redação:

##### CLÁUSULA III - DA ENTREGA

A entrega deverá ocorrer no pátio da PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO-PARÁ no Município de Grão-Pará/SC, DENTRO DE, NO MÁXIMO, 60 (SESENTA) DIAS, contados a partir da data de 21 de julho de 2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

As demais Cláusulas do Contrato, ora alterado, permanecem inalteradas.

E assim, por estarem justos e acordes, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor, junto com duas testemunhas.

Grão-Pará/ SC, 06 de agosto de 2020.

MARCIO BORBA BLASIIUS ANTONIO GILBERTO GUIA  
Prefeito Municipal Sócio Administrador da Contratada

TESTEMUNHAS

**DECRETO DF 66/2020 - ORÇAMENTO**

Publicação N° 2638802

PREFEITURAMUNICIPALDEGRÃOOPARÁESTADODESANTACATARINA

SecretariaMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

DECRETONº000066/20de10deSetembrode2020

OPREFEITOMUNICIPALDEGRÃOOPARÁnoexercíciadasatribuiçõesquelheforamconferidaspelaaLeiOrgânicadoMunicípiodeGRÃOOPARÁeautoriza-  
çãocontidanaLeiMunicipalnº002153/19de12deNovembrode2019.

DECRETA:

Art.1º-FicaabertonocorrenteexercícioCréditoparaa(s)seguinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO

07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO

(116)3.3.90.00.00.00.00.2.027-0000 - Aplicacoes Diretas 6.000,00

Total Suplementação: 6.000,00

Art.2º-ParaatendimentodaSuplementaçãoquetrataoartigoanteriorserãoutilizadosrecursosprovenientedaanulação parcial e/ou total da(s) se-  
guinte(s)dotação(ões)orçamentária(s):

07 - SECRETARIA DE ESPORTE E TURISMO

07.01 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E TURISMO

(114)3.1.90.00.00.00.00.2.027-0000 - Aplicacoes Diretas 6.000,00

Total Anulação: 6.000,00

Art.3º-

EsteDECRETOentraemvigornadatadesuapublicação,revogadaasdisposições em contrário.

GABINETEDOPREFEITOMUNICIPAL,10deSetembrode2020.

MARCIOBORBABLASIIUS  
PrefeitoMunicipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 10 de Setembro de 2020.

DIONEHEINZEN  
SecretárioMunicipaldeAdministraçãoeFazenda

Página:1/1

# Gravatal

## PREFEITURA

### LEI ORDINÁRIA Nº 2056/2020-ALTERA LEI Nº 784/99

Publicação Nº 2638042

LEI ORDINÁRIA Nº 2.056, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"ALTERA O ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA Nº 784/99 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WANDERLEI NAZARIO MAREGA, Prefeito Municipal de Gravatal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas na Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara de vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a extensão da Rua FRANCISCA RODRIGUES, perfazendo um total de 504,00 (quinhentos e quatro) metros, terminando em terras de Constantino Rodrigues de Freitas.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Gravatal,  
em 09 de setembro de 2020.

WANDERLEI NAZÁRIO MAREGA  
Prefeito Municipal

Dilton Fermino Fidelis  
Secretário de Administração e Fazenda

# Guaraciaba

## PREFEITURA

### ATA Nº121.2020 PROCESSO 101.2020 PMGBA.DOC

Publicação Nº 2637965

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE GUARACIABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 69/2020 - PR
CNPJ: 82.821.216/0001-82 RUA ADEMAR DE BARROS, 85 C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC	Processo Administrativo: 101/2020 Processo de Licitação: 101/2020 Data do Processo: 27/08/2020
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO  
Número da ATA: 121/2020 (Sequência: 1)

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

AQUISIÇÃO DE LONA PLASTICA PRETA PARA ESTOQUE NO DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC, SENDO UTILIZADO QUANDO DA OCORRENCIA DE INTEMPÉRIES E EVENTOS CLIMÁTICOS QUE NECESSITEM.

Às 08:00 (oito) horas do dia 10 (dez ) do mes de setembro de dois mil e vinte, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 101/2020, Pregão Presencial 69/2020 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 23/09/2020, às 08:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Guaraciaba, 10 de Setembro de 2020  
COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI ANDRIO DALL AGNOL

- .. - Pregoeiro(a)

- .. - EQUIPE DE APOIO

MAURO ROBERTO SPOHR  
.. - Equipe de Apoio/Suplente

### AUDIÊNCIA 2º QUADRIMESTRE 2020

Publicação Nº 2638382

#### CONVITE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS 2º QUADRIMESTRE 2020

A Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece no § 4º do artigo 9º que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

Em Cumprimento a tal disposição legal, a Administração Municipal de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina através do presente convida Vossa Senhoria e a população em geral do Município para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2020 que ocorrerá no dia 29/09/2020 às 14:00h no Auditório da Câmara de Vereadores de Guaraciaba/SC.

Um dos pilares de sustentação da Administração Pública é a transparência da gestão mediante a participação popular. Assim, sua presença nas audiências públicas acima mencionadas é de extrema importância pela oportunidade do efetivo exercício da cidadania e colaboração com o Poder Público

Guaraciaba/SC aos 09 de setembro de 2020.

Kátia Eloisa Kaibers  
Controle Interno

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 48/2020**

Publicação Nº 2638047

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL Nº 48/2020  
PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 571/2020 CONDER

O município de Guaraciaba, estabelecida na Rua Ademar de Barros – 85 – Centro, CNPJ 82.821.216/0001-82, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Licença Ambiental de Operação, com prazo de validade de 10/09/2024, formulado pelo empreendedor ARC Engenharia e Construção Ltda, inscrito no CNPJ: 10.517.298/0001-65, informou a implantação/operação da atividade: –71.11.00 - Parcelamento de solo urbano: Loteamento localizado em municípios da Zona Costeira). Loteamento Rodolpho Manuel Borsatto, área do empreendimento: 25.700,00 m², localizado no Prolongamento da Rua Duque de Caxias, s/n , saída para Linha Liso, perímetro urbano, Município de Guaraciaba, em Santa Catarina, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

**EXTRATOS AD02.20 CONTRATO 47.20 PMGBA**

Publicação Nº 2638357

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARACIABA  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : Ad02/20Cont47/20 - Contrato Nº: 47/2020  
Contratante...: MUNICIPIO DE GUARACIABA  
Contratada....: GAIA RODOVIAS LTDA.  
Valor ..... : 31.137,30 (trinta e um mil cento e trinta e sete reais e trinta centavos)  
Vigência ..... : Início: 10/09/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação ..... : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 7/2020  
Recursos ..... : Dotação:  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E REPERFILAGEM EM TRECHOS DE RUAS, LOCALIZADAS NO PERÍMETRO URBANO, CONFORME PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTO, CRONOGRAMA E MAPA DE LOCALIZAÇÃO EM ANEXO.

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 26.2020 FMS**

Publicação Nº 2638560

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2020  
PROCESSO Nº 26/2020 HOMOLOGAÇÃO: 10/09/2020  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS A FARMACIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE GUARACIABA SC PARA ATENDIMENTO AOS PACIENTES USUÁRIOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE E CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA.

CONTRATADO: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.330,00 (um mil trezentos e trinta reais)

CONTRATADO: CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 1.425,00 (um mil quatrocentos e vinte e cinco reais)

CONTRATADO: ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA  
VALOR DA DESPESA: R\$ 3.194,00 (três mil cento e noventa e quatro reais)

## CÂMARA MUNICIPAL

## RGF 2º QUADRIMESTRE 2020

Publicação Nº 2638440

MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>6.502,00</b>	<b>243.226,86</b>	<b>518.238,46</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa	6.502,00	243.226,86	518.238,46	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.502,00	256.234,24	531.314,37	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	13.007,38	13.075,91	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-6.502,00</b>	<b>-243.226,86</b>	<b>-518.238,46</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	0,00	10.211,55	6.531,91	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	6.502,00	31.582,98	18.500,48	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

Guaraciaba, 09/09/2020

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020

Continuação 2/2

\_\_\_\_\_  
GERSON FERRONATTO  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Lizete Maria Neitzke Grimm  
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

FONTE:

Município de Guaratuba - SC - Poder Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARATUBA  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
RECURSOS ORÇAMENTAIS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alinea "a")

DESPESAS EXECUCIÓNS (Últimos 12 Meses)													Rs 1,00
DESPESAS COM PESSOAL													
Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Maio/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM REPOS A PAGAR NÃO PROCESSADAS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)													
75.985,42	77.429,36	75.524,42	165.307,99	63.359,01	69.391,34	74.255,37	75.484,99	74.547,34	74.547,34	74.947,34	75.342,19	976.932,31	0,00
Pessoal Alíquo													
75.985,42	77.429,36	75.524,42	165.307,99	63.359,01	69.391,34	74.255,37	75.484,99	74.547,34	74.547,34	74.947,34	75.342,19	976.932,31	0,00
Vencimentos, Variação e Outras Despesas Variáveis													
62.797,88	63.991,38	62.416,89	139.385,04	49.897,25	57.477,08	61.812,63	61.939,96	61.939,96	61.939,96	61.939,96	62.266,28	807.794,27	0,00
Obrigações Patronais													
13.197,54	13.438,18	13.107,53	25.922,95	13.461,76	11.914,26	12.442,74	13.546,03	13.607,38	13.607,38	13.607,38	13.075,91	169.138,04	0,00
Benefícios Previdenciários													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de trabalho ou contratação formal em vigor (1º do art. 18 da LRF)													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (1º do art. 19 da LRF) (II)													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aluno de permanência													
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I) - (II)													
75.985,42	77.429,36	75.524,42	165.307,99	63.359,01	69.391,34	74.255,37	75.484,99	74.547,34	74.547,34	74.947,34	75.342,19	976.932,31	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL													
VALOR		% SOBRE A RCL											
38.037.947,42		-											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)													
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas do PL de nº 166-A, § 1º da CF (V); 166 da CF (VI)													
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)													
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)													
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III) + (II B)													
976.932,31		2,57											
LIMITE MÁXIMO (IX) (Anexo I, II e III, art. 20 da LRF)													
2.282.276,85		6,00											
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)													
2.168.165,01		5,70											
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (Parágrafo II do § 1º do art. 59 da LRF)													
2.054.049,17		5,40											

020750 09092020

GERSON FERRONATTO  
Presidente

**Fonte:**

**MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC - PODER LEGISLATIVO**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO**

R\$ 1,00

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados	Demais Obrigações Financeiras	(e)				
	(a)	(b)	(c)			(f) = (a) - (b) + (c) + (e)			
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	531.314,37	0,00	13.075,91	0,00	0,00	518.238,46	18.500,48	0,00	499.737,98
Recursos Ordinários	531.314,37	0,00	13.075,91	0,00	0,00	518.238,46	18.500,48	0,00	499.737,98
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Precatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	531.314,37	0,00	13.075,91	0,00	0,00	518.238,46	18.500,48	0,00	499.737,98

Guaraciaba, 10/09/2020

GERSON FERRONATTO  
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm  
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

**MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO DE 2020**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

Guaraciaba, 09/09/2020

GERSON FERRONATTO  
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm  
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

**MUNICÍPIO DE GUARACIABA - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	0,00	—
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>0,00</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>0,00</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

Guaraciaba, 09/09/2020

GERSON FERRONATTO  
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm  
Contadora - CRC/SC-031740/O-7



## Publicação Nº 2638439

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					SALDO (c) = (a-b)	R\$ 1,00
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>									
Receita de Alienação De Bens Móveis		0,00						0,00	0,00
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00						0,00	0,00
<b>DESPESAS</b>									
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>									
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (lb - (llf + llg))					SALDO ATUAL (k) = (III + IIj)	0,00
<b>Valor(III)</b>		0,00							0,00

NOTA: O valor de 0,00 representa o valor em reais, arredondado para duas casas decimais.

GERSON FERRONATTO  
Presidente

Município de Guaraciaba - SC  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>							
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>							
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>638.293,45</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>638.293,45</b>	<b>0,00</b>	<b>-638.293,45</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—	—
<b>DESPESAS</b>							
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>							
DESPESAS CORRENTES	1.800.000,00	1.800.000,00	1.143.205,07	160.081,72	638.293,45	1.161.706,55	625.217,54
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.525.000,00	1.525.000,00	869.700,69	160.081,72	636.798,83	888.201,17	623.722,92
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.200.000,00	1.200.000,00	617.315,08	150.289,53	582.684,92	617.315,08	569.609,01
	325.000,00	325.000,00	252.385,61	9.792,19	54.113,91	270.886,09	54.113,91

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de Guaraciaba - SC  
CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.800.000,00	1.800.000,00	146.733,64	656.793,93	1.143.206,07	160.081,72	638.293,45	1.161.706,55	625.217,54
DESPESAS DE CAPITAL	275.000,00	275.000,00	0,00	1.494,62	273.505,38	0,00	1.494,62	273.505,38	1.494,62
INVESTIMENTOS	275.000,00	275.000,00	0,00	1.494,62	273.505,38	0,00	1.494,62	273.505,38	1.494,62
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>146.733,64</b>	<b>656.793,93</b>	<b>1.143.206,07</b>	<b>160.081,72</b>	<b>638.293,45</b>	<b>1.161.706,55</b>	<b>625.217,54</b>
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>146.733,64</b>	<b>656.793,93</b>	<b>1.143.206,07</b>	<b>160.081,72</b>	<b>638.293,45</b>	<b>1.161.706,55</b>	<b>625.217,54</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>1.800.000,00</b>	<b>146.733,64</b>	<b>656.793,93</b>	<b>—</b>	<b>160.081,72</b>	<b>638.293,45</b>	<b>—</b>	<b>625.217,54</b>
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Guaraciaba, 09/09/2020

GERSON FERRONATTO  
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm  
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.800.000,00	1.800.000,00	146.733,64	656.793,93	1.143.206,07	160.081,72	638.293,45	1.161.706,55
Legislativa	1.800.000,00	1.800.000,00	146.733,64	656.793,93	1.143.206,07	160.081,72	638.293,45	1.161.706,55
Ação Legislativa	1.800.000,00	1.800.000,00	146.733,64	656.793,93	1.143.206,07	160.081,72	638.293,45	1.161.706,55
TOTAL (III) = (I + II)	1.800.000,00	1.800.000,00	146.733,64	656.793,93	1.143.206,07	160.081,72	638.293,45	1.161.706,55

FONTE:

Guaraciaba, 09/09/2020

GERSON FERRONATTO  
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm  
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Guaraciaba - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
 Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

LRF, Art 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		0,00		
Previsão Atualizada		0,00		
Receitas Realizadas		0,00		
Déficit Orçamentário		638.293,45		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		0,00		
DESPESAS				
Dotação Inicial		1.800.000,00		
Créditos Adicionais		0,00		
Dotação Atualizada		1.800.000,00		
Despesas Empenhadas		656.793,93		
Despesas Liquidadas		638.293,45		
Despesas pagas		625.217,54		
Superavit Orçamentário		0,00		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		656.793,93		
Despesas Liquidadas		638.293,45		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		0,00		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		0,00		
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		0,00		
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00		
Resultado Previdenciário		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-631.719,54	0,00
Resultado Primário		0,00	-631.719,54	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.502,00	0,00	6.502,00	0,00
LEGISLATIVO	6.502,00	0,00	6.502,00	0,00
TOTAL:	6.502,00	0,00	6.502,00	0,00
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		0,00	25%	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		0,00	60%	0,00

Continua 1/2

Município de Guaraciaba - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			1.494,62	273.505,38
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	0,00	15,00		0,00
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Guaraciaba, 09/09/2020

GERSON FERRONATTO  
Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm  
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

RP NÃO PROCESSADOS												RS 1,0
RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidadados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	Saldo Total L = (e+k)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
PODER/ÓRGÃO												
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	-	-	-	-	-	6.502,00	6.502,00	-	-	-	-
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.502,00	6.502,00	6.502,00	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.502,00	6.502,00	6.502,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.502,00	6.502,00	6.502,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Guaraciaba, 09/09/2020

GERSON FERRONATO  
PresidenteLizete Maria Neitzke Grimm  
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE GUARACIABA

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 30 Jun 2020 (B)	Em 31 Ago 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	6.502,00	378.379,56	518.238,46
Disponibilidade de Caixa	6.502,00	378.379,56	518.238,46
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.502,00	391.386,94	531.314,37
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	13.007,38	13.075,91
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Ago 2020 (Vlc - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

Guaraciaba, 09/09/2020

\_\_\_\_\_  
GERSON FERRONATTO  
Presidente

\_\_\_\_\_  
Lizete Maria Neitzke Grimm  
Contadora - CRC/SC-031740/O-7

Município de Guaraciaba - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
I.P.T.U.	0,00	0,00
I.S.S.	0,00	0,00
I.T.B.I.	0,00	0,00
I.R.R.F.	0,00	0,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	0,00	0,00
Cota-Parte do ICMS	0,00	0,00
Cota-Parte do IPVA	0,00	0,00
Cota-Parte do ITR	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	0,00
Operação de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de Guaraciaba - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
	RECEITAS REALIZADAS(a)					
Convênios	0,00					0,00
Outras Transferências de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00					0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00					0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00					0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	0,00					0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	1.525.000,00	655.299,31	636.798,83	623.722,92	0,00	6.502,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.200.000,00	582.684,92	582.684,92	569.609,01	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	325.000,00	72.614,39	54.113,91	54.113,91	0,00	6.502,00
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	325.000,00	72.614,39	54.113,91	54.113,91	0,00	6.502,00
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	1.525.000,00	655.299,31	636.798,83	623.722,92	0,00	6.502,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	275.000,00	1.494,62	1.494,62	1.494,62	0,00	0,00
Investimentos	275.000,00	1.494,62	1.494,62	1.494,62	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	275.000,00	1.494,62	1.494,62	1.494,62	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de Guaraciaba - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	1.800.000,00	656.793,93	638.293,45	625.217,54	0,00	6.502,00	6.502,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIa + XXIIb + XXIIc)]							
-631.719,54							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				0,00			
JUROS NOMINAIS							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)				0,00			
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)				0,00			
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)				-631.719,54			
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência				0,00			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL							
ABAIXO DALINHA				SALDO			
				Em 31 Dez 2019(a)	Até o Bimestre/2020(b)		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)				0,00		0,00	
DEDUÇÕES (XXIX)				6.502,00		518.238,46	
Disponibilidade de Caixa				6.502,00		518.238,46	
Disponibilidade de Caixa Bruta				6.502,00		531.314,37	
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)				0,00		13.075,91	
Demais Haveres Financeiros				0,00		0,00	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)				-6.502,00		-518.238,46	
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)				511.736,46			

Continua 3/4

Município de Guaraciaba - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	-13.075,91
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	524.812,37
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)	524.812,37
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Guaraciaba, 09/09/2020

GERSON FERRONATTO

Presidente

Lizete Maria Neitzke Grimm

Contadora - CRC/SC-031740/O-7

**Município de GUARACIABA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Sep/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Agos/2020	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>3.478.772,24</b>	<b>3.110.450,54</b>	<b>3.240.617,81</b>	<b>4.926.795,66</b>	<b>3.193.919,51</b>	<b>3.896.697,03</b>	<b>3.119.084,01</b>	<b>2.823.486,09</b>	<b>3.077.183,18</b>	<b>4.056.631,28</b>	<b>5.093.457,46</b>	<b>3.694.973,45</b>	<b>43.116.069,26</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	344.320,06	327.662,03	273.111,62	312.263,80	242.040,17	244.914,57	189.464,61	222.283,00	256.547,30	1.113.742,33	344.963,57	384.422,10	4.953.071,43
I.P.T.U.	69.841,03	54.782,29	5.584,90	5.804,98	11.769,87	2.072,06	1.920,53	1.689,25	3.054,38	519.209,94	65.136,34	65.058,49	803.924,05
I.R.R.F.	56.892,20	65.146,29	107.859,19	65.716,47	53.123,60	61.691,75	64.246,47	112.399,01	70.396,06	53.593,22	74.268,14	75.241,36	860.380,76
I.S.S.	104.873,44	127.846,57	117.996,00	107.731,97	114.187,14	98.814,98	82.598,03	59.615,97	87.461,79	76.327,50	90.555,34	108.288,24	1.176.339,97
I.T.B.I.	30.034,00	11.030,00	11.550,43	30.831,79	15.026,51	46.854,88	5.300,01	11.119,99	25.586,54	26.630,78	16.801,43	47.590,57	281.140,93
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	82.889,39	66.859,88	30.119,10	102.178,59	47.937,05	32.672,90	35.429,57	37.466,78	70.016,53	487.990,89	96.182,32	90.253,44	1.133.991,44
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	5.286,41	10.616,95	7.329,48	6.469,03	5.513,26	4.506,79	4.927,74	2.757,21	3.311,73	2.832,32	3.127,50	1.538,86	58.247,28
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.286,41	10.616,95	7.329,48	6.469,03	5.513,26	4.506,79	4.927,74	2.757,21	3.311,73	2.832,32	3.127,50	1.538,86	58.247,28
Receta Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	43.077,88	46.862,98	125.326,17	103.836,41	28.771,99	36.605,90	70.414,51	39.750,16	48.199,65	70.439,09	52.542,26	119.654,14	785.509,14
Transferências Correntes	2.940.764,55	2.619.339,93	2.799.222,53	4.192.486,59	2.910.121,56	3.307.866,67	2.832.910,25	2.652.488,17	2.763.417,63	2.856.301,30	4.653.146,55	3.183.338,56	37.613.461,29
Cota-Parte do FPM	685.002,42	630.633,69	655.660,14	1.459.100,29	861.276,59	1.244.509,11	727.689,92	713.306,04	745.243,33	606.668,04	1.046.833,64	694.338,75	10.239.472,96
Cota-Parte do ICMS	1.035.286,93	1.043.647,13	1.076.261,75	1.146.208,48	1.205.462,40	1.154.462,40	1.090.503,04	830.178,33	754.537,46	857.150,79	1.039.214,34	1.067.329,05	12.299.222,14
Cota-Parte do IPVA	114.264,97	111.569,43	67.562,01	25.521,31	90.035,47	111.799,47	109.841,28	124.076,67	123.057,77	143.141,02	130.376,28	125.859,69	1.277.105,37
Cota-Parte do ITR	10.682,37	12.339,23	139,91	113,62	12,22	131,36	56,16	46,25	46,25	203,50	16,59	4.489,78	26.195,01
Outras Transferências Correntes	640.319,31	379.532,51	340.501,75	1.059.921,11	246.755,20	278.364,15	423.074,13	506.925,46	774.109,93	896.975,55	1.992.259,24	857.329,57	8.359.067,90
Transferências da LC 87/1995	14.721,82	13.028,64	13.691,95	16.081,89	12.621,46	13.653,18	11.307,34	11.274,15	10.138,76	12.179,45	14.085,75	155.374,27	200.000,00
Transferências da LC 87/1995	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	440.486,73	428.589,30	445.215,02	485.541,89	494.966,22	504.955,97	469.193,00	396.638,18	355.200,71	374.023,64	440.267,01	449.946,97	5.255.023,64
Outras Receitas Correntes	146.323,34	106.966,65	35.628,01	11.707,83	7.472,53	5.804,10	21.336,90	6.207,55	5.653,87	13.317,24	39.675,58	5.969,79	405.083,39
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>371.991,51</b>	<b>392.245,41</b>	<b>402.700,93</b>	<b>442.143,47</b>	<b>433.879,86</b>	<b>504.908,95</b>	<b>386.128,46</b>	<b>335.784,73</b>	<b>326.851,98</b>	<b>323.460,23</b>	<b>360.597,42</b>	<b>375.212,39</b>	<b>4.627.873,34</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	371.991,51	392.245,41	402.700,93	442.143,47	433.879,86	504.908,95	386.128,46	335.784,73	326.851,98	323.460,23	360.597,42	375.212,39	5.172.813,43
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>3.106.780,73</b>	<b>2.748.207,13</b>	<b>2.837.916,88</b>	<b>4.184.652,19</b>	<b>2.760.039,65</b>	<b>3.093.788,08</b>	<b>2.730.955,55</b>	<b>2.487.701,36</b>	<b>2.750.331,20</b>	<b>3.733.171,05</b>	<b>4.732.870,04</b>	<b>3.318.761,06</b>	<b>38.488.194,92</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	250.000,00	5,52	129,12	112,86	350.247,50
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENDIMENTO (V) = (III - IV):</b>	<b>3.106.780,73</b>	<b>2.748.207,13</b>	<b>2.837.916,88</b>	<b>4.184.652,19</b>	<b>2.760.039,65</b>	<b>3.093.788,08</b>	<b>2.730.955,55</b>	<b>2.387.701,36</b>	<b>2.500.331,20</b>	<b>3.733.165,53</b>	<b>4.732.740,92</b>	<b>3.318.648,20</b>	<b>38.137.947,42</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de Landau (art. 166, § 10, da CF) (V):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - V):</b>	<b>3.106.780,73</b>	<b>2.748.207,13</b>	<b>2.837.916,88</b>	<b>4.184.652,19</b>	<b>2.760.039,65</b>	<b>3.093.788,08</b>	<b>2.730.955,55</b>	<b>2.387.701,36</b>	<b>2.400.331,20</b>	<b>3.733.165,53</b>	<b>4.732.740,92</b>	<b>3.318.648,20</b>	<b>38.037.947,42</b>
FONTE:													
GUARACIABA													
09/09/2020													
ROQUE LUIZ MENEGHINI	ERONI JAMIR CASSEL												
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADOR CRC/SC 0190440-7												
	KATIA ELOISA KAIERS												
	CONTROLE INTERNO												

# Guaramirim

## PREFEITURA

### PORTARIA N°. 285/2020

Publicação N° 2638517

PORTARIA N°. 285/2020

Concede licença maternidade para Caroline Lutz.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Caroline Lutz, Assistente Social, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação, a partir de 28 de agosto de 2020.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 10 de setembro de 2020.

Luís Antônio Chiodini  
Prefeito

Jair Tomelin  
Secretário de Administração e Finanças

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PL 47/2020

Publicação Nº 2639570

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 47/2020 - Pregão Presencial Nº. 28/2020

Objeto: Aquisição de Material Didático Pedagógico para serem utilizados na Rede Municipal de Ensino do município de Guarujá do Sul, através de Recurso do Salário Educação.

Propostas e Habilitação: 25/09/2020 ( 08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site [www.guarujadosul.sc.gov.br](http://www.guarujadosul.sc.gov.br).

Guarujá do Sul, SC, 10 de setembro de 2020.

Claudio Júnior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

### EXTRATO AUA GISELE MARIANO DA SILVA- ME 764\_2020

Publicação Nº 2638425

EDITAL DE PUBLICIDADE DE AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL – AuA

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 764/2020 CONDER

O MUNICÍPIO DE GUARUJÁ DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob nº 83.027.045/0001-87, sito na Avenida João Pessoa, 1265, na cidade de Guarujá do Sul, comarca de São José do Cedro – SC, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art. 10, VIII), torna público que o município deferiu o pedido de concessão de Autorização Ambiental – AuA, com prazo de validade de 48 meses, formulado pelo empreendedor: Gisele Mariano Da Silva, para a atividade de 15.10.00 – Serrarias e beneficiamento primário da madeira - Menor que P/P, que será exercida no imóvel : Rodovia Municipal GRS 110 BAIRRO: Lª Baixo Arara, sendo que o processo de licenciamento encontra-se disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CONDER, localizado na Rua Oswaldo Cruz, 167, Centro, São Miguel do Oeste, SC. Este edital atende as Resoluções nº 06/86 do CONAMA, nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

### EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO - 01 E 02

Publicação Nº 2638450

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO Nº 01/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 34/2020 – CONCORRENCIA Nº. 02/2020

DOADOR: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

DONATARIO: CARLOS PASQUALON

OBJETO: Doação de Imóvel Público no âmbito do território do Município de Guarujá do Sul, com encargos e cláusula de reversão, sendo:

ITEM 5 - Imóvel de domínio público, constituído pelo Lote Urbano 13, da quadra 03, com área de 1.418,53m<sup>2</sup>, sem acessões, situado na Rua Alcides Ruffato Leidens, esquina com a Rua Sebastião da Silva, no Loteamento Industrial Alcides Volkweis, matrícula sob nº 13.686;

PRAZO PARA INSTALAÇÃO: 08 MESES

Guarujá do Sul, SC, 10 de setembro de 2020.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE DOAÇÃO

TERMO DE DOAÇÃO Nº. 02/2020

PROCESSO LICITATORIO Nº. 34/2020 – CONCORRENCIA Nº. 02/2020

DOADOR: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

DONATARIO: J.R LIMBERGER MOVEIS PLANEJADOS LTDA

OBJETO: Doação de Imóvel Público no âmbito do território do Município de Guarujá do Sul, com encargos e cláusula de reversão, sendo:

ITEM 1 - Imóvel de domínio público, constituído pelo Lote Urbano 05, da quadra 01, com área de 1.000,0m<sup>2</sup>, sem acessões, situado na Rua Alcides Ruffato Leidens, esquina com a Rua Ludovico Ricardo Montagner, no Loteamento Industrial Alcides Volkweis, matrícula sob nº 13.678;

PRAZO PARA INSTALAÇÃO: 08 MESES

Guarujá do Sul, SC, 10 de setembro de 2020.  
Claudio Junior Weschenfelder,  
Prefeito Municipal.

**Guatambú****PREFEITURA****ADITIVO 38-2020 - 1º TERMO ADITIVO AO CT 35-2019**

Publicação Nº 2638697

CONTRATO ADITIVO Nº. 38/2020  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2019  
ADITIVO DE PRAZO

O MUNICÍPIO DE GUATAMBU, pessoa jurídica de direito público, estabelecido à rua Manoel Rolim de Moura, n. 825, centro, cidade de Guatambu SC, inscrito no CNPJ/MF sob n. 95.990.206/0001-12, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA, denominado neste ato de CONTRATANTE, e a Empresa GENTE SEGURADORA S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 90.180.605/0001-02, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, n. 450, Bairro Centro histórico, Município de Porto Alegre R/S, neste ato representada por seu representante legal, senhor MARCELO WAIS, inscrito no CPF/MF sob o n. 632.005.380-15, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, com fulcro no art. 57, inciso II da Lei 8.666/93, celebrar o presente Termo de Prorrogação, em decorrência do Processo Administrativo n. 521/2019, Pregão Presencial n. 36/2019, mediante sujeição mútua às normas da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e de acordo com as cláusulas e condições a seguir especificadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

0.1. Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato firmado entre as partes, nos termos previstos no item 2.2 da Cláusula Segunda.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

2.1. Fica prorrogado o prazo de execução e vigência do contrato pelo período de 12 (doze) meses, contados a partir de 31 de outubro de 2020, com término previsto para 31 de outubro de 2021.

**CLAUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes do presente termo de Prorrogação, correrão por conta dos recursos consignados no orçamento 2020 e 2021 do Município de Guatambu/SC.

**CLAUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, por estarem acordados, assinam o presente instrumento, os representantes das partes contratantes juntamente com as duas testemunhas.

Guatambu – SC, 28 de agosto de 2020

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA GENTE SEGURADORA S/A  
Prefeito Municipal Marcelo Wais  
Contratante CPF – 632.005.380-15

Testemunhas: 1) Nome: 2) Nome:  
CPF- CPF-

**EXTRATO DE CONTRATO 50/2020**

Publicação Nº 2638753

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	50/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado...:	CAROLINA ALMEIDA DAL PIVA
CNPJ ..... :	086.816.979-00
Objeto ..... :	LOCAÇÃO DE UM BEM IMÓVEL (APARTAMENTO) SOB A MATRÍCULA N. 104.520, DE PROPRIEDADE DA LOCADORA, LOCALIZADO NA RUA ANTONIO DAL PIVA, N. 1635, CENTRO, MUNICÍPIO DE GUATAMBU, EDIFÍCIO RESIDENCIAL ANTÔNIO DAL PIVA, APTO N. 402, PARA FINS DE DAR CUMPRIMENTO AO § 1º DA LEI MUNICIPAL N. 965/2013, QUE TRATA SOBRE A "BOLSA AUXÍLIO MORADIA" COM O OBJETIVO DE ABRIGAR O PROFISSIONAL MÉDICO VINCULADO AO "PROJETO MAIS MÉDICOS – 20ª ETAPA".
Valor .....:	R\$ 3.120,00 (três mil cento e vinte reais).
Vigência....:	Início: 04/09/2020 Término: 31/12/2020.
Licitação....:	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 63/2020.
Guatambu/SC, 11/09/2020.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 51/2020**

Publicação Nº 2639063

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	51/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado...: CNPJ ..... :	AÇOMAQ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME 00.880.483/00001-66
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA COMPOR A PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA IMPOSITIVA PARLAMENTAR 589.
Valor .....:	R\$ 29.230,00 (vinte e nove mil duzentos e trinta reais).
Vigência....:	Início: 10/09/2020 Término: 31/12/2020.
Licitação...:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2020.
Guatambu/SC, 11/09/2020.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO DE CONTRATO 52/2020**

Publicação Nº 2639071

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	52/2020
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU
Contratado...: CNPJ ..... :	IRMÃOS ZANELLA COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA – EPP 17.339.584/0001-27
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA COMPOR A PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA DO MUNICÍPIO, EM CONFORMIDADE COM A EMENDA IMPOSITIVA PARLAMENTAR 589.
Valor .....:	R\$ 61.480,00 (sessenta e um mil quatrocentos e oitenta reais).
Vigência....:	Início: 10/09/2020 Término: 31/12/2020.
Licitação...:	PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2020.
Guatambu/SC, 11/09/2020.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO DE RETIFICAÇÃO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2020

Publicação Nº 2639089

	Estado de Santa Catarina Município de Herval d'Oeste
--	---

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2020

UNIDADE GESTORA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### OBJETO

Credenciamento de Pessoa Jurídica destinada a prestação de serviços na área de saúde de acordo nas seguintes especificações: Fornecimento de consultas médicas; Procedimentos com a finalidade de Diagnóstico; Procedimentos sem a necessidade de AIH; Medicamentos para distribuição gratuita; Equipe multiprofissional com atuação na área da saúde para realizar visitas domiciliares no âmbito municipal; Sessão de Hidroterapia; Colonoscopia; Polipectomia; Biópsia; Eletroencefalograma simples; Eletroencefalograma com sedação.

Em virtude da edição do Decreto Municipal nº 4272/2020, pelo presente termo retifica-se o edital com a inclusão dos seguintes serviços:

#### 3.1

XII – Contratação de Profissional/clínica médica para prestação de serviços ambulatoriais, de 40 horas semanais – R\$ 16.000,00.

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Edital, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 10 de setembro de 2020.

MAURO SERGIO MARTINI

Prefeito

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020A/2020

Publicação Nº 2639103

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020A/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezessete dias do mês de agosto de 2020, na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual e/ou futura aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes para utilização dos funcionários da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste em diversos setores/secretarias pelo período de 12(doze) meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo Senhor Mauro Sérgio Martini Prefeito Municipal inscrito no CPF sob o nº 713.164.509-53 e a empresa CENTRAL DOS UNIFORMES LTDA, inscrita no CNPJ nº 14.299.068/0001-28 neste ato representada pelo Senhor Gerson Budal Arins Filho, sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 075.124.449-07 em decorrência do processo licitatório nº 079/2020, modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do Servidor nomeado para este fim.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Lote: 01				Preço Total do Lote:		19.990,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
1	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; SEM GOLA; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRI-MENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO "P".	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	24,00	27,30	655,20

2	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; SEM GOLA; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO M.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	40,00	27,30	1.092,00
3	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; SEM GOLA; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO G.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	40,00	27,30	1.092,00"
4	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; SEM GOLA; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO GG.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	30,00	27,30	819,00
5	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; SEM GOLA; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO EXG.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	30,00	27,30	819,00
6	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; SEM GOLA; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO "G2".	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	6,00	27,30	163,80
7	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "P"	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	5,00	27,30	136,50
8	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO, SEM GOLA, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "M"	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	20,00	27,30	546,00
9	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO, SEM GOLA; COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "G"	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	20,00	27,30	546,00
10	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO, SEM GOLA, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "GG"	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	10,00	27,30	273,00
11	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO, SEM GOLA, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "EXG"	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	10,00	27,30	273,00
12	JALECO NA COR BRANCA, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO, SEM GOLA, COM BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO, TAMANHO "G2"	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	6,00	27,30	163,80
13	JALECO PARA NUTRICIONISTA - TAMANHO "M" NA COR BRANCA, MODELO FEMININO, ACINTURADO, COMPRIMENTO LOGO ACIMA DO JOELHO. CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD. MANGA CURTA. DETALHES NO BOLSO COM TECIDO ESTAMPADO DE FRUTAS. ACABAMENTO EM VIÉS AMARELO OU VERDE.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	3,00	27,30	81,90
14	JALECO PARA NUTRICIONISTA - TAMANHO "P" NA COR BRANCA, MODELO FEMININO, ACINTURADO, COMPRIMENTO LOGO ACIMA DO JOELHO. CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD. MANGA CURTA. DETALHES NO BOLSO COM TECIDO ESTAMPADO DE FRUTAS. ACABAMENTO EM VIÉS AMARELO OU VERDE.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	2,00	57,80	115,60
15	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO "P".	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	4,00	27,30	109,20
16	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO "M".	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	20,00	27,30	546,00
17	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO "G".	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	20,00	27,30	546,00

18	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO GG".	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	10,00	27,30	273,00
19	JALECO, NA COR AZUL CLARO, CONFECCIONADO EM TECIDO OXFORD, UNISSEX, MANGAS CURTAS, SEM BOLSO; C/BORDADO (BRASÃO DO MUNICÍPIO) NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA JOELHO TAMANHO "EXGG".	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	10,00	27,30	273,00
20	Jaleco longo, gola padre, com um bolso superior bordado em até 4 cores, e dois inferiores, com botões frontais, cinto traseiro preso, manga longa com punhos. Abertura traseira, tecido Oxford, unisex, cor a definir, tamanhos sob medida sobre responsabilidade da Empresa vencedora.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	220,00	27,30	6.006,00
21	Jaleco longo, gola blazer, com bolso superior esquerdo bordado em 04 cores (a ser definido pela secretaria solicitante) , e dois inferiores, cinco botões frontais, cinto traseiro preso, manga longa com possibilidade de abotoamento, abertura traseira, tecido Oxford, unisex, tamanhos P, M, G, GG e EXG	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	100,00	27,30	2.730,00
22	Jaleco longo, gola blazer, com um bolso superior bordado em até 4 cores, e dois inferiores, cinco botões frontais, cinto traseiro preso, manga longa com cinto em ambas as mangas com possibilidade de abotoar. Abertura traseira, tecido Oxford, unisex, cor a definir, tamanhos sob medida sobre responsabilidade da Empresa vencedora.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	100,00	27,30	2.730,00

Lote: 09		Preço Total do Lote:		69.900,03		
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
83	CAMISA POLO - GOLA BÁSICA PIQUET LISO. - MODELO MASCULINO, TAMANHOS: "P,M,G,GG,EG", COMPOSIÇÃO EM 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER. COSTURA DUPLA. 02 BOTÕES SUPERIORES, BOLSO SUPERIOR ESQUERDO, ARTE À SER DESENVOLVIDA.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	300,00	22,9357	6.880,71
84	CAMISA POLO - GOLA BÁSICA PIQUET LISO. - MODELO FEMININO, TAMANHOS: "P,M,G,GG,EG", COMPOSIÇÃO EM 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER. COSTURA DUPLA. 02 BOTÕES SUPERIORES, BOLSO SUPERIOR ESQUERDO, ARTE À SER DESENVOLVIDA.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	300,00	22,2803	6.684,09
85	Camisa modelo masculino tecido na composição 33% algodão 67% com bolso, manga longa, bordada, cor a definir. Tamanhos P, M, G, GG, XG e XGG.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UNID	150,00	45,8713	6.880,70
86	Camisa modelo masculino tecido na composição 33% algodão 67% com bolso, manga curta, bordada, cor a definir. Tamanhos P, M, G, GG, XG e XGG.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UNID	150,00	45,8713	6.880,70
87	CAMISETE SOCIAL FEMININA - TECIDO NA COMPOSIÇÃO DE 67% DE POLIÉSTER, 28% DE ALGODÃO, E 5% DE ELASTANO, MANGA LONGA , BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO COM 7CM DE BASE E ALTURA PROPORCIONAL, AJUSTADA, COR BRANCA, PUNHOS E GOLAS Á DEFINIR. PARTE INTERNA E EXTERNA DOS BOTÕES, PÉ DA GOLA(PARTE INTERNA DA DGOLA), PARTE EXTERNA DA GOLA COM ABOTOAMENTO DUPLO (PARTE INTERNA E EXTERNA) E NOS PUNHOS TAMBÉM. TAMANHOS: "P,M,G,GG,EXG,G2"	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	220,00	44,5607	9.803,35
88	CAMISETE SOCIAL FEMININA - TECIDO NA COMPOSIÇÃO DE 67% DE POLIÉSTER, 28% DE ALGODÃO, E 5% DE ELASTANO, MANGA CURTA , BORDADO COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO COM 7CM DE BASE E ALTURA PROPORCIONAL, AJUSTADA, COR BRANCA, PUNHOS E GOLAS Á DEFINIR. PARTE INTERNA E EXTERNA DOS BOTÕES, PÉ DA GOLA(PARTE INTERNA DA GOLA), PARTE EXTERNA DA GOLA COM ABOTOAMENTO DUPLO (PARTE INTERNA E EXTERNA) E NOS PUNHOS TAMBÉM. TAMANHOS: "P,M,G,GG,EXG,G2"	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	220,00	44,5607	9.803,35
89	CAMISA - MODELO MASCULINO. TAM: "P,M,G,GG,EXG,G2" - COM BOLSO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO, BORDADO BRASÃO DO MUNICÍPIO COM TAMANHO DE 7M DE BASE E ALTURA PROPORCIONAL, COR BRANCA SEM TRANSPARÊNCIA, MANGA LONGA E TECIDO NA COMPOSIÇÃO DE 33% DE ALGODÃO E 67% DE POLIÉSTER.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	67,00	47,1819	3.161,19
90	CAMISA - MODELO MASCULINO. TAM: "P,M,G,GG,EXG,G2" - COM BOLSO SUPERIOR NO LADO ESQUERDO, BORDADO BRASÃO DO MUNICÍPIO COM TAMANHO DE 7M DE BASE E ALTURA PROPORCIONAL, COR BRANCA SEM TRANSPARÊNCIA, MANGA CURTA E TECIDO NA COMPOSIÇÃO DE 33% DE ALGODÃO E 67% DE POLIÉSTER.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	67,00	47,1819	3.161,19

91	CAMISA GOLA POLO CASUAL BÁSICA - PIQUÉT LISO - MODELO MASCULINO, TAMANHOS: "P,M,G,GG,EG", COSTURA DUPLA. COMPOSIÇÃO: 50%ALGODÃO/50%POLIÉSTER. COR Á DEFINIR. 02 BOTÕES SUPERIORES. BOLSO SUPERIOR ESQUERDO.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	370,00	39,3183	14.547,77
92	CAMISA GOLA POLO CASUAL BÁSICA - PIQUÉT LISO - MODELO FEMININO, TAMANHOS: "P,M,G,GG,EG", COSTURA DUPLA. COMPOSIÇÃO: 50%ALGODÃO/50%POLIÉSTER. COR Á DEFINIR. 02 BOTÕES SUPERIORES. BOLSO SUPERIOR ESQUERDO.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	80,00	26,2122	2.096,98

Lote: 13				Preço Total do Lote:		41.150,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
113	Jaqueta em tecido paraquedista, forro com fibra e nylon, abertura frontal com zíper até a gola e vista, punho com botão, dois bolsos frontais com lapela bordado frente e atrás (a ser definido pela secretaria solicitante)	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	170,00	43,40	7.378,00
114	Jaqueta em tecido paraquedista, forro com fibra e nylon, abertura frontal com zíper até a gola e vista, punho com elástico, dois bolsos frontais com lapela, bordado na frente e atrás. Com dois bolsos internos. Modelo masculino. Cor a definir. Tamanho P, M, G, GG e EG. Arte elaborada pela empresa vencedora.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	150,00	96,48	14.472,00
115	Jaqueta, em tecido schiselles, com forro de nylon matelase e fibra com gramatura 100, zíper até a gola iniciando 2cm acima da barra, bolso semi- embutido com visor largura 1,5cm, parte externa com matelase, bordado na frente e atrás. Tamanho P, M, G, GG e EG Arte elaborada pela empresa vencedora.	CENTRAL DOS UNIFORMES	UND	200,00	96,50	19.300,00

Lote: 22				Preço Total do Lote:		7.800,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
144	Camisola em tecido malha, com abertura frontal, transpassado, com cordão para fechar, na cor branca, verde bebê e rosa bebê.		UNI	50,00	29,202	1.460,10
145	Pijama cirúrgico (blusa e calça) unissex algodão 100% algodão tecido cedro hospitalar, na cor verde, sem gola e decote em "v". Composto de 1 bolso chapado na parte externa superior no lado esquerdo, com vista larga de 3cm de largura e outros 2 bolsos chapados na parte inferior externa, pespontados. Barra despontada com 3 cm que vira para dentro. Cintura com cadarço e elástico, cor do aviação igual ao tecido. TAMANHOS P / M / G e GG, a serem definidas conforme solicitação da Secretaria de Saúde.		UNI	100,00	63,399	6.339,90

Valor total desta ata: R\$ 138.840,03 (cento e trinta e oito mil oitocentos e quarenta reais e três centavos).

Herval d'Oeste, 26 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

CPF Nº 713.164.509-53

Pelo município

GERSON BUDAL ARINS FILHO

Sócio Administrador

CPF Nº 075.124.449-07

Pela empresa

Testemuhas:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020B/2020

Publicação Nº 2639105

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020B/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

Aos dezessete dias do mês de agosto de 2020, na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual e/ou futura aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes para utilização dos funcionários da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste em diversos setores/secretarias pelo período de 12(doze) meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo Senhor Mauro Sérgio Martini Prefeito Municipal inscrito no CPF sob o nº 713.164.509-53 e a empresa SAGATI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI - ME, inscrita no CNPJ nº 22.327.120/0001-30 neste ato representada pelo Senhor Claudio Baqueti Moreira, procurador, inscrito no CPF sob o nº 025.538.279-03 em decorrência do processo licitatório nº 079/2020, modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.



A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do Servidor nomeado para este fim.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Lote: 02				Preço Total do Lote:		R\$ 3.850,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
23	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO STICKY SHOE WOMAN, COR BRANCA, CONFECCIONADO EM EVA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ADEQUADO PARA TRABALHO NA COZINHA, CABEDAL DO CALÇADO TOTALMENTE FECHADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA EM FORMA DE COLMÉIA PARA USOS EM PISOS MOLHADOS, ENSABOADOS E/OU ENGORDURADOS. PALMILHA CONFECCIONADA EM EVA, REVESTIDA COM MANTA INFERIOR PARA ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, ANTIMICROBIANA. NÚMERO 34.	WORKLIGHT 50WLSB6/CA	UN	9,00	37,00	333,0
24	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO STICKY SHOE WOMAN, COR BRANCA, CONFECCIONADO EM EVA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ADEQUADO PARA TRABALHO NA COZINHA, CABEDAL DO CALÇADO TOTALMENTE FECHADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA EM FORMA DE COLMÉIA PARA USOS EM PISOS MOLHADOS, ENSABOADOS E/OU ENGORDURADOS. PALMILHA CONFECCIONADA EM EVA, REVESTIDA COM MANTA INFERIOR PARA ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, ANTIMICROBIANA. NÚMERO 35.	WORKLIGHT 50WLSB6/CA	UN	14,00	37,00	518,00
25	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO STICKY SHOE WOMAN, COR BRANCA, CONFECCIONADO EM EVA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ADEQUADO PARA TRABALHO NA COZINHA, CABEDAL DO CALÇADO TOTALMENTE FECHADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA EM FORMA DE COLMÉIA PARA USOS EM PISOS MOLHADOS, ENSABOADOS E/OU ENGORDURADOS. PALMILHA CONFECCIONADA EM EVA, REVESTIDA COM MANTA INFERIOR PARA ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, ANTIMICROBIANA. NÚMERO 36.	WORKLIGHT 50WLSB6/CA	UN	14,00	37,00	518,00
26	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO STICKY SHOE WOMAN, COR BRANCA, CONFECCIONADO EM EVA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ADEQUADO PARA TRABALHO NA COZINHA, CABEDAL DO CALÇADO TOTALMENTE FECHADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA EM FORMA DE COLMÉIA PARA USOS EM PISOS MOLHADOS, ENSABOADOS E/OU ENGORDURADOS. PALMILHA CONFECCIONADA EM EVA, REVESTIDA COM MANTA INFERIOR PARA ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, ANTIMICROBIANA. NÚMERO 37.	WORKLIGHT 50WLSB6/CA	UN	20,00	37,00	740,00
27	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO STICKY SHOE WOMAN, COR BRANCA, CONFECCIONADO EM EVA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ADEQUADO PARA TRABALHO NA COZINHA, CABEDAL DO CALÇADO TOTALMENTE FECHADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA EM FORMA DE COLMÉIA PARA USOS EM PISOS MOLHADOS, ENSABOADOS E/OU ENGORDURADOS. PALMILHA CONFECCIONADA EM EVA, REVESTIDA COM MANTA INFERIOR PARA ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, ANTIMICROBIANA. NÚMERO 38.	WORKLIGHT 50WLSB6/CA	UN	20,00	37,00	740,00
28	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO STICKY SHOE WOMAN, COR BRANCA, CONFECCIONADO EM EVA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ADEQUADO PARA TRABALHO NA COZINHA, CABEDAL DO CALÇADO TOTALMENTE FECHADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA EM FORMA DE COLMÉIA PARA USOS EM PISOS MOLHADOS, ENSABOADOS E/OU ENGORDURADOS. PALMILHA CONFECCIONADA EM EVA, REVESTIDA COM MANTA INFERIOR PARA ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, ANTIMICROBIANA. NÚMERO 39.	WORKLIGHT 50WLSB6/CA	UN	14,00	37,00	518,00

29	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO STICKY SHOE WOMAN, COR BRANCA, CONFECCIONADO EM EVA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ADEQUADO PARA TRABALHO NA COZINHA, CABEDAL DO CALÇADO TOTALMENTE FECHADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA EM FORMA DE COLMÉIA PARA USOS EM PISOS MOLHADOS, ENSABOADOS E/OU ENGORDURADOS. PALMILHA CONFECCIONADA EM EVA, REVESTIDA COM MANTA INFERIOR PARA ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, ANTIMICROBIANA. NÚMERO 40.	WORKLIGHT 50WLSB6/CA	UN	8,00	37,00	296,00
30	CALÇADO OCUPACIONAL TIPO STICKY SHOE WOMAN, COR BRANCA, CONFECCIONADO EM EVA. COM CERTIFICADO DE APROVAÇÃO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO, ADEQUADO PARA TRABALHO NA COZINHA, CABEDAL DO CALÇADO TOTALMENTE FECHADO. SOLADO ANTIDERRAPANTE, CONFECCIONADA EM BORRACHA NITRÍLICA EM FORMA DE COLMÉIA PARA USOS EM PISOS MOLHADOS, ENSABOADOS E/OU ENGORDURADOS. PALMILHA CONFECCIONADA EM EVA, REVESTIDA COM MANTA INFERIOR PARA ABSORÇÃO E DESSORÇÃO DO SUOR, ANTIMICROBIANA. NÚMERO 41.	WORKLIGHT 50WLSB6/CA	UM	5,00	37,40	187,00

Valor total desta ata: R\$ 3.850,00 (três mil oitocentos e cinquenta reais).

Herval d'Oeste, 26 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

CPF Nº 713.164.509-53

Pelo município

CLAUDIO BAQUETI MOREIRA

Procurador

CPF Nº 025.538.279-03

Pela empresa

Testemunhas:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020C/2020

Publicação Nº 2639106

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020C/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

Aos dezessete dias do mês de agosto de 2020, na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual e/ou futura aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes para utilização dos funcionários da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste em diversos setores/secretarias pelo período de 12(doze) meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo Senhor Mauro Sérgio Martini Prefeito Municipal inscrito no CPF sob o nº 713.164.509-53 e a empresa FISUL CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.728.868/0001-94 neste ato representada pelo Senhor Frederico Corradi, sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 148.426.459-20 em decorrência do processo licitatório nº 079/2020, modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epígrafado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do Servidor nomeado para este fim.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Lote: 03				Preço Total do Lote:		R\$ 5.400,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
31	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 33.	CARTOM CARTOM	PAR	7,00	31,50	220,50
32	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 34.	CARTOM CARTOM	PAR	2,00	38,25	76,50

33	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 35.	CARTOM CARTOM	PAR	20,00	31,50	630,00
34	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 36.	CARTOM CARTOM	PAR	30,00	31,50	945,00
35	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 37.	CARTOM CARTOM	PAR	18,00	31,50	567,00
36	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 38	CARTOM CARTOM	PAR	40,00	31,50	1.260,00
37	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 39	CARTOM CARTOM	PAR	20,00	31,50	630,00
38	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 40.	CARTOM CARTOM	UN	14,00	31,50	441,00
39	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 41.	CARTOM CARTOM	PAR	10,00	31,50	315,00
40	SAPATO DE SEGURANÇA, DE COURO MACIO HIDROFUGADA, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS, S/ ACOLCHOAMENTO INTERNO, SOLADO DE BORRACHA ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE A PRODUTOS QUÍMICOS, NA COR PRETA Nº 42.	CARTOM CARTOM	PAR	10,00	31,50	315,00

Lote: 7				Preço Total do Lote:		1.930,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
71	MACACÃO DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E MEMBROS INFERIORES, CONFECCIONADO EM BRIM AZUL ROYAL, BOTÕES EMBUTIDOS, 02 BOLSOS FRONTAIS E 01 BOLSO TRASEIRO; UM BOLSO NO PEITO COM A ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO - TAM. P	FISUL FISUL	UN	2,00	56,70	113,40
72	MACACÃO DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E MEMBROS INFERIORES, CONFECCIONADO EM BRIM AZUL ROYAL, BOTÕES EMBUTIDOS, 02 BOLSOS FRONTAIS E 01 BOLSO TRASEIRO; UM BOLSO NO PEITO COM A ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO - TAM. M	FISUL FISUL	UND	12,00	56,70	680,40
73	MACACÃO DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E MEMBROS INFERIORES, CONFECCIONADO EM BRIM AZUL ROYAL, BOTÕES EMBUTIDOS, 02 BOLSOS FRONTAIS E 01 BOLSO TRASEIRO; UM BOLSO NO PEITO COM A ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO - TAM. G	FISUL FISUL	UN	10,00	56,70	567,00
74	MACACÃO DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E MEMBROS INFERIORES, CONFECCIONADO EM BRIM AZUL ROYAL, BOTÕES EMBUTIDOS, 02 BOLSOS FRONTAIS E 01 BOLSO TRASEIRO; UM BOLSO NO PEITO COM A ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO - TAM. GG	FISUL FISUL	UN	9,00	56,70	510,30
75	MACACÃO DE SEGURANÇA PARA PROTEÇÃO DO TRONCO, MEMBROS SUPERIORES E MEMBROS INFERIORES, CONFECCIONADO EM BRIM AZUL ROYAL, BOTÕES EMBUTIDOS, 02 BOLSOS FRONTAIS E 01 BOLSO TRASEIRO; UM BOLSO NO PEITO COM A ESTAMPA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO - TAM. XGG	FISUL FISUL	UND	1,00	58,90	58,90

Lote: 8				Preço Total do Lote:		1.000,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
76	CALÇADO DE SEGURANÇA (BOTINA); COM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL; CONFECCIONADO EM COURO MACIO HIDROFUGADO, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS; SEM ACOLCHOAMENTO INTERNO; COM SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR PRETA - TAMANHO 38	CARTOM CARTOM	UN	3,00	29,40	88,20
77	CALÇADO DE SEGURANÇA (BOTINA); COM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL; CONFECCIONADO EM COURO MACIO HIDROFUGADO, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS; SEM ACOLCHOAMENTO INTERNO; COM SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR PRETA - TAMANHO 39	CARTOM CARTOM	UN	3,00	29,40	88,20

78	CALÇADO DE SEGURANÇA (BOTINA); COM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL; CONFECCIONADO EM COURO MACIO HIDROFUGADO, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS; SEM ACOLCHOAMENTO INTERNO; COM SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR PRETA - TAMANHO 40	CARTOM CARTOM	UN	9,00	29,40	264,60
79	CALÇADO DE SEGURANÇA (BOTINA); COM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL; CONFECCIONADO EM COURO MACIO HIDROFUGADO, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS; SEM ACOLCHOAMENTO INTERNO; COM SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR PRETA - TAMANHO 41	CARTOM CARTOM	UN	7,00	29,40	205,80
80	CALÇADO DE SEGURANÇA (BOTINA); COM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL; CONFECCIONADO EM COURO MACIO HIDROFUGADO, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS; SEM ACOLCHOAMENTO INTERNO; COM SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR PRETA - TAMANHO 42	CARTOM CARTOM	UN	7,00	29,40	205,80
81	CALÇADO DE SEGURANÇA (BOTINA); COM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL; CONFECCIONADO EM COURO MACIO HIDROFUGADO, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS; SEM ACOLCHOAMENTO INTERNO; COM SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR PRETA - TAMANHO 43	CARTOM CARTOM	UN	4,00	29,40	117,60
82	CALÇADO DE SEGURANÇA (BOTINA); COM PALMILHA INTERNA REMOVÍVEL; CONFECCIONADO EM COURO MACIO HIDROFUGADO, COM ELÁSTICOS NAS LATERAIS; SEM ACOLCHOAMENTO INTERNO; COM SOLADO EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE; COR PRETA - TAMANHO 44	CARTOM CARTOM	UND	1,00	29,80	29,80

Lote: 11				Preço Total do Lote:		11.500,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
104	Campo cirúrgico fenestrado em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 35x35 cm com abertura central de 15 cm de circunferência	FISUL FISUL	UND	150,00	15,40	2.310,00
105	Campo cirúrgico em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 45x45 cm, com abertura central de 15cm de circunferência.	FISUL FISUL	UND	150,00	17,40	2610,00
106	Campo cirúrgico em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 35x35 cm	FISUL FISUL	UND	150,00	10,60	1.590,00
107	Campo cirúrgico em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 45x45cm	FISUL FISUL	UN	150,00	12,50	1.875,00
108	Campo cirúrgico em brim 100 % algodão, na cor branca, costuras duplas 60x60 cm	FISUL FISUL	UND	150,00	14,40	2.160,00
109	CAMPO CIRURGICO EM BRIM, 100% ALGODÃO, NA COR AZUL MARINHO, COSTURAS DUPLAS, MEDINDO 100X100CM.	FISUL FISUL	UN	50,00	19,10	955,00

Lote: 12				Preço Total do Lote:		7.500,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
110	TOALHA DE BANHO INFANTIL COM CAPUZ, FELPUDAS, 95 % ALGODÃO E 5% POLIESTER, 70X90 CM, DIVERSAS CORES	FISUL FISUL	UND	200,00	19,30	3.860,00
111	TOALHA DE ROSTO, MEDINDO 45X70CM, COM BARRA NOS QUATRO LADOS, TECIDO FELPUDO, COR BRANCA, SEM ESTAMPA, 100% ALGODÃO, FELPA DUPLA COM 3 TRAMAS 2X2 DE GRAMATURA 400G/M², COM ESTAMPA DA UNIDADE. MARCA DO FABRICANTE. APRESENTA AMOSTRA.	FISUL FISUL	UN	100,00	17,80	1.780,00
112	TOALHA DE BANHO - TAM: 0,9mtsX1,5mts, COM BARRA NOS QUATRO LADOS, TECIDO FELPUDO, COR BRANCA, SEM ESTAMPA, 100% ALGODÃO, FELPA DUPLA COM 03 TRAMAS - 2X2 DE GRAMATURA DE 400G/m², COM ESTAMPA DA UNIDADE.	FISUL FISUL	UN	100,00	18,60	1.860,00

Lote: 14				Preço Total do Lote:		R\$ 42.140,50
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
116	COBERTOR INFANTIL - TAM. MÍNIMO: 0,90mtsX1,10mts, EM POLIÉSTER E ALGODÃO, ANTIALÉRGICO, NAS CORES AMARELO E/OU VERDE.	FISUL FISUL	UN	200,00	29,50	5.900,00
117	FRONHAS EM PERCAL - 03 ABAS, COR BRANCA, VERDE E/OU ROSA BEBÊ, MEDINDO 0,70mtsX0,55mts	FISUL FISUL	UN	400,00	7,95	3.180,00
118	LENÇOL PARA COLCHONETE INFANTIL, EM PERCAL, COM ELÁSTICO EM TODA A EXTENSÃO, NA COR BRANCA, VERDE E ROSA BEBÊ - TAM: 1,0mtsX0,80mts	FISUL FISUL	UN	100,00	26,00	2.600,00
119	LENÇOL PARA MACA HOSPITALAR, EM PERCAL, COM ELÁSTICO NA PARTE INFERIOR E SUPERIOR, NA COR BRANCA, VERDE E ROSA BEBÊ - TAM: 2,0mtsX0,80mts	FISUL FISUL	UN	200,00	31,00	6.200,00

120	LENÇOL PARA MACA GINECOLÓGICA, EM PERCAL, COM ELÁSTICO NA PARTE SUPERIOR E INFERIOR, NA COR BRANCA, VERDE OU ROSA BEBÊ - TAM: 1,3mtsX0,75mts	FISUL FISUL	UN	100,00	23,50	2.350,00
121	Edredom de solteiro de malha 100% algodão, fio 30 na cor branca, tamanho 1,50m x 2,10m.	FISUL FISUL	UNI	100,00	86,50	8.650,00
122	Cobertor solteiro tamanho 1,50mx2,00m, com superfície acrílica, barra de poliamida 100%, com 67% de poliéster e 33% de algodão.	FISUL FISUL	UNI	100,00	48,50	4.850,00
123	Sobrelençol para macas, em percal, sem elástico na cor branca, no tamanho 2.00 x 0.80cm. Estampa silk screen com arte a ser definida pela Secretaria.	FISUL FISUL	UNI	200,00	26,00	5.200,00
124	Colcha de solteiro em tecido Piquet 100% algodão na cor branca dimensões 1,50 x 2,20m, com o logotipo da Upa de 10 cm em silk-screen na cor verde.	FISUL FISUL	UNI	50,00	64,21	3.210,50

Lote: 17				Preço Total do Lote:		R\$ 21.350,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
129	PIJAMA INFANTIL, TIPO MIJÃO, EM MALHA CANELADA, TAMANHO ÚNICO	FISUL FISUL	UND	200,00	18,40	3.680,00
130	TIP TOP (MACACÃO) EM PLUSH DE BOA QUALIDADE, NOS TAMANHOS P,M,G, MANGA LONGA, COM PEZINHO, BOTÃO DE PRESSÃO DA GOLA ATÉ O PÉ, DIVERSAS CORES, BORDADO COM MOTIVO INFANTIL	FISUL FISUL	UND	200,00	29,55	5.910,00
131	TIP TOP (MACACÃO) LONGO, DE ALGODÃO DE BOA QUALIDADE, 100% ALGODÃO, TAMANHO P,M,G, BOTÃO DE PRESSÃO EM TODO O COMPRIMENTO	FISUL FISUL	UND	200,00	29,40	5.880,00
132	TIP TOP DE MALHA CURTO, EM ALGODÃO DE BOA QUALIDADE, 100 % ALGODÃO, TAMANHOS P,M,G, BOTÃO DE PRESSÃO EM TODO O COMPRIMENTO, DIVERSAS CORES, BORDADO COM MOTIVO INFANTIL	FISUL FISUL	UND	200,00	29,40	5.880,00

Lote: 18				Preço Total do Lote:		9.643,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
133	Babador infantil 100% algodão personalizado com bordado a ser definido pela Secretaria Municipal de Saúde. Tiras: finas 1cm em debrum seguindo o acabamento do babero ao redor.	FISUL FISUL	UN	300,00	6,81	2.043,00
134	COERO DE PELÚCIA DIVERSAS, CORES 100 % ALGODÃO PACOTE COM TRES UNIDADES, 100X80CM, TECIDO FLANELADO, ESTAMPADO, EXTRA MACIO	FISUL FISUL	UND	200,00	29,50	5900,00
135	MEIA DE ALGODÃO PARA RECÉM NASCIDO, DIVERSAS CORES	FISUL FISUL	PAR	200,00	5,50	1100,00
136	SAPATINHO PARA BEBÊ EM LÃ FIO, ANTIALÉRGICO, PARA RECÉM NASCIDO, DIVERSAS CORES	FISUL FISUL	PAR	200,00	3,00	600,00

Lote: 20				Preço Total do Lote:		4.100,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
139	LUVA ANTI CORTE PARA COZINHA; TAMANHO: "M"; UTILIZADA NA PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS E PROTEÇÃO CONTRA POSSIBILIDADE DE CORTES; LÂMINA AFIADA; MATERIAL FLEXÍVEL NO USO; FABRICADO EM POLIETILENO, FIBRA DE VIDRO E ELASTANO(TECIDO SINTÉTICO COM BASE EM NYLON E POLIÉSTER); PROTEÇÃO DE CORTE EN388-NÍVEL 5; TEMPERATURA DE USO ENTRE 5° E 35° GRAUS; COMPRIMENTO APROX: 23CM E COR CINZA.	HANDEX HANDEX	PAR	23,00	56,1644	1.291,78
140	LUVA ANTI CORTE PARA COZINHA; TAMANHO: "G"; UTILIZADA NA PREPARAÇÃO DE ALIMENTOS E PROTEÇÃO CONTRA POSSIBILIDADE DE CORTES; LÂMINA AFIADA; MATERIAL FLEXÍVEL NO USO; FABRICADO EM POLIETILENO, FIBRA DE VIDRO E ELASTANO(TECIDO SINTÉTICO COM BASE EM NYLON E POLIÉSTER); PROTEÇÃO DE CORTE EN388-NÍVEL 5; TEMPERATURA DE USO ENTRE 5° E 35° GRAUS; COMPRIMENTO APROX: 23CM E COR CINZA.	HANDEX HANDEX	PAR	23,00	56,1644	1.291,78
141	LUVA DE SEGURANÇA - PARA UTILIZAÇÃO EM COZINHA, TRICOTADA EM FIO TÉRMICO DE POLIÉSTER E POLIAMIDA, FORRO TÉRMICO DE POLIÉSTER E POLIAMIDA, COBERTA DE LÁTEX NATURAL ESPUMOSO NA PALMA, DEDOS E DORSO DOS DEDOS. PROTEÇÃO TÉRMICA ATÉ 250°C. EMBALADA INDIVIDUALMENTE.	HANDEX HANDEX	PAR	27,00	56,1644	1.516,44

Lote: 21				Preço Total do Lote:		R\$ 6.000,00
----------	--	--	--	----------------------	--	--------------

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
142	COLETE EM TECIDO BRIM LEVE - TAMANHOS " M e G"; COR CINZA CLARO. TECIDO BRIM LEVE; 100 ALGODÃO, GRAMATURA 180gr/m². DECOTE EM V. ABERTO NAS LATERAIS, COM TIRAS DE 4 cm DE LARGURA COM REGULADOR. COM DOIS BOLSOS NA FRENTE. COM ZÍPER DENTÃO DE 70cm DE COMPRIMENTO. COM ESTAMPAS EM SERIGRAFIA: ESTAMPA FRONTAL:LOGO DA PREFEITURA NA ESQUERDA + ESCRITA " CONSELHEIRO CAE" NA DIREITA. ESTAMPA DAS COSTAS: " CONSELHEIRO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE". TODAS AS COSTURAS REALIZADAS COM A MESMA COR DO TECIDO. AS ETIQUETAS DE IDENTIFICAÇÃO DEVEM SER APRESENTADAS COM AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: FORNECEDOR; TAMANHO; COMPOSIÇÃO E INSTRUÇÕES DE LAVAGEM E CNPJ, SENDO DUAS ETIQUETAS APLICADAS CONFORME FICHA TÉCNICA. A PEÇA CONFECCIONADA DEVE ESTAR LIMPA E ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM SACOS PLÁSTICOS CAIXAS DE PAPELÃO PARA ARMAZENAGEM E RESISTENTES AO TRANSPORTE.	FISUL FISUL	UN	20,00	64,00	1.280,00
143	COLETE EM TECIDO PARAQUEDA TAM: "P,M,G,GG,EG", COM FORRO DE NYLON, GOLA PADRE, UM BOLSO SUPERIOR E TODO CAMUFLADO, DOIS BOLSOS INFERIORES COM LAPELA TODA CAMUFLADA, ABERTURA FRONTAL COM ZÍPER. BORDADO NA FRENTE E ATRÁS. ARTE À SER ELABORADA.	FISUL FISUL	UN	100,00	47,20	4.720,00

Valor total desta ata: R\$ 110.563,50 (cento e dez mil quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos)

Herval d'Oeste, 26 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

CPF Nº 713.164.509-53

Pelo município

FREDERICO CORRADI

Sócio Administrador

CPF Nº 148.426.459-20

Pela empresa

Testemunhas:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020D/2020

Publicação Nº 2639109

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020D/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

Aos dezessete dias do mês de agosto de 2020, na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual e/ou futura aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes para utilização dos funcionários da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste em diversos setores/secretarias pelo período de 12(doze) meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo Senhor Mauro Sérgio Martini Prefeito Municipal inscrito no CPF sob o nº 713.164.509-53 e a empresa FACCINA DALTORA EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ nº 04.584.756/0001-86 neste ato representada pelo Senhor Luciano Cruz Facina, sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 014.379.819-76 em decorrência do processo licitatório nº 079/2020, modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafoado, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do Servidor nomeado para este fim.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Lote: 04		Preço Total do Lote:		R\$ 2.667,80		
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
41	BOTA CANO MÉDIO, IMPERMEÁVEIS, CONFECCIONADAS EM PVC NA COR PRETA, FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À ABRASÃO, UMIDADE, APROVADO PARA PROTEÇÃO DOS RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS Nº 34;	GENOVA/C.A 39184	PAR	2,00	17,50	35,00

42	BOTA CANO MÉDIO, IMPERMEÁVEIS, CONFECCIONADAS EM PVC NA COR PRETA, FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À ABRASÃO, UMIDADE, APROVADO PARA PROTEÇÃO DOS RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS Nº 35.	GENOVA/C.A 39184	PAR	8,00	17,50	140,00
43	BOTA CANO MÉDIO, IMPERMEÁVEIS, CONFECCIONADAS EM PVC NA COR PRETA, FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À ABRASÃO, UMIDADE, APROVADO PARA PROTEÇÃO DOS RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS Nº 36.	GENOVA/C.A 39184	PAR	16,00	17,50	280,00
44	BOTA CANO MÉDIO, IMPERMEÁVEIS, CONFECCIONADAS EM PVC NA COR PRETA, FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À ABRASÃO, UMIDADE, APROVADO PARA PROTEÇÃO DOS RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS Nº 37.	GENOVA/C.A 39184	PAR	40,00	17,50	700,00
45	BOTA CANO MÉDIO, IMPERMEÁVEIS, CONFECCIONADAS EM PVC NA COR PRETA, FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À ABRASÃO, UMIDADE, APROVADO PARA PROTEÇÃO DOS RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS Nº 38.	GENOVA/C.A 39184	PAR	40,00	17,50	700,00
46	BOTA CANO MÉDIO, IMPERMEÁVEIS, CONFECCIONADAS EM PVC NA COR PRETA, FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À ABRASÃO, UMIDADE, APROVADO PARA PROTEÇÃO DOS RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS Nº 39.	GENOVA/C.A 39184	PAR	20,00	17,50	350,00
47	BOTA CANO MÉDIO, IMPERMEÁVEIS, CONFECCIONADAS EM PVC NA COR PRETA, FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À ABRASÃO, UMIDADE, APROVADO PARA PROTEÇÃO DOS RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS Nº 40.	GENOVA/C.A 39184	PAR	20,00	17,50	350,00
48	BOTA CANO MÉDIO, IMPERMEÁVEIS, CONFECCIONADAS EM PVC NA COR PRETA, FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À ABRASÃO, UMIDADE, APROVADO PARA PROTEÇÃO DOS RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS Nº 41.	GENOVA/C.A 39184	PAR	2,00	21,40	42,80
49	BOTA CANO MÉDIO, IMPERMEÁVEIS, CONFECCIONADAS EM PVC NA COR PRETA, FORRADA, SOLADO ANTIDERRAPANTE, RESISTENTE À ABRASÃO, UMIDADE, APROVADO PARA PROTEÇÃO DOS RISCOS DE EXPOSIÇÃO A AGENTES QUÍMICOS Nº 42.	GENOVA/C.A 39184	PAR	4,00	17,50	70,00

Lote: 15				Preço Total do Lote:		R\$ 14.709,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
125	Blusa de lã, em lã acrílica, decote em V transpassado, punhos e barra ajustados, modelo feminino, bordada. Tamanhos P, M, G, GG, XG e XGG. Cor a definir.	FACCINA	UNI	100,00	56,69	5.669,00
126	Blusa de lã, em lã acrílica, decote em V transpassado, punhos e barra ajustados, modelo masculino, Bordada. Tamanhos P, M, G, GG, XG e XGG. Cor a definir.	FACCINA	UNI	160,00	56,50	9.040,00

Lote: 19				Preço Total do Lote:		R\$ 24.805,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
137	BOLSA DE POLIÉSTER IMPERMEÁVEL, COM DUAS ALÇAS DE POLIPROPILENO DE MÃO FIXA E UMA ALÇA TIRACOLO REFORÇADA COM OMBREIRO, BOLSO INTERNO ORGANIZADOR PARA OBJETOS. BOLSO PRINCIPAL FECHADO COM ZÍPER Nº08, DIVIDIDA EM 02 COMPARTIMENTOS INTERNOS. LAPELA SOBREPOSTA (FECHADA POR VELCRO). POSSUINDO UM BOLSO EXTERNO FECHADO POR ZÍPER. DOIS BOLSOS LATERAIS PORTA SQUEEZE E PORTA OBJETOS. ACABAMENTO VIVO FORRADO. DIMENSÕES: 45x45x-20cm, TECIDO DE NYLON 600. PERSONALIZADA COM BORDADDO. COR Á DEFINIR. PERSONALIZADA. ARTE Á SER DESENVOLVIDA.	FACCINA	UNI	200,00	83,45	16.690,00
138	BOLSA DE VERNIZ SINTÉTICO. COM DUAS ALÇAS DE POLIPROPILENO DE MÃO FIXA E UMA ALÇA TIRACOLO REFORÇADA. ABERTURA PRINCIPAL FECHADA POR ZÍPER Nº06; 100% POLIÉSTER. DOIS BOLSOS LATERAIS EM TELA. DIMENSÕES 45X45X20CM, TECIDO EM NYLON 600. PERSONALIZADA COM ESTAMPA. COR Á DEFINIR. ARTE Á SER DESENVOLVIDA.	FACCINA	UN	100,00	81,15	8.115,00

Lote: 25				Preço Total do Lote:		R\$ 14.500,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
148	MÁSCARA FACIAL DUPLA CAMADA REUTILIZÁVEL (LAVÁVEL) CONFECCIONADA EM TECIDO TRICOLINE/ALGODÃO, COM AS SEGUINTES MEDIDAS APROXIMADAS: 9CM ALTURA / 18CM LARGURA COM ELÁSTICO FEITA EM TRICOLINE 100% ALGODÃO LAVÁVEL - NÃO DESCARTÁVEL - ESTERILIZADA COM FERRO DE PASSAR ROUPAS - DUPLA BARREIRA DE PROTEÇÃO (TECIDO) - TAMANHOS P;M;G - C/ ELÁSTICO PARA MAIOR CONFORTO - FABRICADA NO BRASIL - COR Á ESCOLHER.	FACCINA	UND	1000,00	10,50	10.500,00

149	FORMATO ANATÔMICO ENCAIXA NO ROSTO DE FORMA CONFORTÁVEL. MATERIAL LEVE, ROBUSTO E RESISTENTE; ISOLAMENTO SUPERIOR ANATÔMICO EM POLIPROPILENO HIGIENIZÁVEL; COMPRIMENTO LATERAL MAIOR PROTEGENDO TODO CONTO DA FACE; SEGUE TODAS AS NORMAS DA CCIH (COMISSÃO DE CONTROLE DE INFECÇÃO HOSPITALAR); ACOMPANHA ELÁSTICO DE FIXAÇÃO INDICADO PARA USO MÉDICO, PODENDO ASSIM SER UTILIZADA EM TODAS AS ÁREAS HOSPITALARES;	FACCINA	UNID.	200,00	20,00	4.000,00
-----	--	---------	-------	--------	-------	----------

Valor total desta ata: R\$ 56.681,80 (cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta centavos)

Herval d'Oeste, 26 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

CPF Nº 713.164.509-53

Pelo município

LUCIANO CRUZ FACINA

Sócio Administrador

CPF Nº 014.379.819-76

Pela empresa

Testemunhas:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020E/2020

Publicação Nº 2639112

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020E/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

Aos dezessete dias do mês de agosto de 2020, na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual e/ou futura aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes para utilização dos funcionários da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste em diversos setores/secretarias pelo período de 12(doze) meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo Senhor Mauro Sérgio Martini Prefeito Municipal inscrito no CPF sob o nº 713.164.509-53 e a empresa CATHARINA CONFECÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 35.980.213/0001-01 neste ato representada pelo Senhora Emanuella Oliveira dos Santos, sócia administradora, inscrita no CPF sob o nº 089.045.179-66 em decorrência do processo licitatório nº 079/2020, modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do Servidor nomeado para este fim.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

		Lote: 05		Preço Total do Lote:		R\$ 39.000,00
Item	Descrição		Unid.	Quantidade	Preço Unit. Máximo	Preço Total
50	CAMISETA MANGA CURTA - TAM: P,M,G,GG,EXG. - COM ESTAMPAS EM SERIGRAFIA. NA FRENTE: "BRASÃO DO MUNICÍPIO"; COSTAS: "REDE MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE". TECIDO 100% ALGODÃO, MALHA FIO 30, GRAMATURA 156gr/m², COR BRANCA. DECOTE V. O TECIDO NÃO DEVE APRESENTAR TRANSPARÊNCIA. TODAS AS COSTURAS COM LINHA DA MESMA COR DO TECIDO. A PEÇA CONFECCIONADA DEVE ESTAR LIMPA E ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO. A PEÇA DEVERÁ SER EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO E TRANSPARENTEE PORTERIORMENTE EM CAIXAS DE PAPELÃO RESISTENTE PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM.	CATHARINA	UN	160,00	10,70	1.712,00

51	CAMISETA MANGA CURTA - TAM: P,M,G,GG,EXG. - COM ESTAMPAS EM SERIGRAFIA. NA FRENTE: "BRASÃO DO MUNICÍPIO"; COSTAS: "REDE MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE". TECIDO 100% ALGODÃO, MALHA FIO 30, GRAMATURA 156gr/m², COR AZUL CLARA. DECOTE V. O TECIDO NÃO DEVE APRESENTAR TRANSPARÊNCIA. TODAS AS COSTURAS COM LINHA DA MESMA COR DO TECIDO. A PEÇA CONFECCIONADA DEVE ESTAR LIMPA E ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO. A PEÇA DEVERÁ SER EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO E TRANSPARENTEE CATHARINA PORTERIORMENTE EM CAIXAS DE PAPELÃO RESISTENTE PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM.	CATHARINA	UN	160,00	10,70	1.712,00
52	CAMISETA EM PV (POLIVISCOSE) - TAM: " P,M,G,GG,EG", COM ESTAMPA EM 04 CORES (MODELOS Á SEREM FORNECIDOS PELA SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO). ARTE ELABORADA PELA EMPRESA VENCEDORA.	CATHARINA	UN	2.550,00	8,70	22.185,00
53	Regatas em poliviscose, tamanhos P, M, G, GG, EG, com estampa 4 cores. (modelos fornecidos pela SMS HO). Arte elaborada pela empresa vencedora.	CATHARINA	UNI	1.500,00	8,00	12.000,00
54	CAMISETA MANGA LONGA - CONFECCIONADA EM MANGA LONGA COM PUNHOS, COM UM BOLSO NO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO E ESTAMPA DO BRASÃO MUNICIPAL - TAM. P	CATHARINA	UN	2,00	12,50	25,00
55	CAMISETA MANGA LONGA - CONFECCIONADA EM MANGA LONGA COM PUNHOS, COM UM BOLSO NO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO E ESTAMPA DO BRASÃO MUNICIPAL - TAM. M	CATHARINA	UN	13,00	12,50	162,50
56	CAMISETA MANGA LONGA - CONFECCIONADA EM MANGA LONGA COM PUNHOS, COM UM BOLSO NO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO E ESTAMPA DO BRASÃO MUNICIPAL - TAM. G	CATHARINA	UN	11,00	12,50	137,50
57	CAMISETA MANGA LONGA - CONFECCIONADA EM MANGA LONGA COM PUNHOS, COM UM BOLSO NO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO E ESTAMPA DO BRASÃO MUNICIPAL - TAM. GG	CATHARINA	UN	7,00	12,50	87,50
58	CAMISETA MANGA LONGA - CONFECCIONADA EM MANGA LONGA COM PUNHOS, COM UM BOLSO NO LADO ESQUERDO NA ALTURA DO PEITO E ESTAMPA DO BRASÃO MUNICIPAL - TAM. EXGG	CATHARINA	UN	1,00	218,30	218,30
59	CAMISETA GOLA POLO CASUAL BÁSICA; MODELO MASCULINO; COMPOSIÇÃO 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER; COSTURA DUPLA, DOIS BOTÕES, BOLSO NO LADO ESQUERDO SUPERIOR COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO. - TAM. P	CATHARINA	UN	2,00	16,90	33,80
60	CAMISETA GOLA POLO CASUAL BÁSICA; MODELO MASCULINO; COMPOSIÇÃO 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER; COSTURA DUPLA, DOIS BOTÕES, BOLSO NO LADO ESQUERDO SUPERIOR COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO. - TAM. M	CATHARINA	UN	13,00	16,90	219,70
61	CAMISETA GOLA POLO CASUAL BÁSICA; MODELO MASCULINO; COMPOSIÇÃO 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER; COSTURA DUPLA, DOIS BOTÕES, BOLSO NO LADO ESQUERDO SUPERIOR COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO. - TAM. G	CATHARINA	UN	11,00	16,50	181,50
62	CAMISETA GOLA POLO CASUAL BÁSICA; MODELO MASCULINO; COMPOSIÇÃO 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER; COSTURA DUPLA, DOIS BOTÕES, BOLSO NO LADO ESQUERDO SUPERIOR COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO. - TAM. GG	CATHARINA	UN	7,00	16,90	118,30
63	CAMISETA GOLA POLO CASUAL BÁSICA; MODELO MASCULINO; COMPOSIÇÃO 50% ALGODÃO E 50% POLIÉSTER; COSTURA DUPLA, DOIS BOTÕES, BOLSO NO LADO ESQUERDO SUPERIOR COM O BRASÃO DO MUNICÍPIO BORDADO. - TAM. P	CATHARINA	UN	1,00	16,90	16,90
64	CAMISETA MANGA CURTA - TAM: P,M,G,GG,EXG. - COM ESTAMPAS EM SERIGRAFIA. NA FRENTE: "BRASÃO DO MUNICÍPIO"; COSTAS: "REDE MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE". TECIDO 100% ALGODÃO, MALHA FIO 30, GRAMATURA 156gr/m², COR AZUL CLARA. DECOTE V. O TECIDO NÃO DEVE APRESENTAR TRANSPARÊNCIA. TODAS AS COSTURAS COM LINHA DA MESMA COR DO TECIDO. A PEÇA CONFECCIONADA DEVE ESTAR LIMPA E ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO. A PEÇA DEVERÁ SER EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM SACO PLÁSTICO E TRANSPARENTEE PORTERIORMENTE EM CAIXAS DE PAPELÃO RESISTENTE PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM.	CATHARINA	UN	20,00	9,50	190,00

Lote: 6				Preço Total do Lote:		R\$ 1.100,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Unitário	Preço Total
65	CALÇA CONFECCIONADA EM BRIM AZUL ROYAL, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E UM BOLSO TRASEIRO, CINTURA COM ELÁSTICO E AMARRAÇÃO - TAM. P	CATHARINA	UN	2,00	22,20	44,40

66	CALÇA CONFECCIONADA EM BRIM AZUL ROYAL, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E UM BOLSO TRASEIRO, CINTURA COM ELÁSTICO E AMARRAÇÃO - TAM. M	CATHARINA	UN	12,00	22,20	266,40
67	CALÇA CONFECCIONADA EM BRIM AZUL ROYAL, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E UM BOLSO TRASEIRO, CINTURA COM ELÁSTICO E AMARRAÇÃO - TAM. G	CATHARINA	UN	12,00	22,20	266,40
68	CALÇA CONFECCIONADA EM BRIM AZUL ROYAL, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E UM BOLSO TRASEIRO, CINTURA COM ELÁSTICO E AMARRAÇÃO - TAM. GG	CATHARINA	UN	7,00	22,20	155,40
69	CALÇA CONFECCIONADA EM BRIM AZUL ROYAL, COM DOIS BOLSOS FRONTAIS E UM BOLSO TRASEIRO, CINTURA COM ELÁSTICO E AMARRAÇÃO - TAM. EXGG	CATHARINA	UN	1,00	25,40	25,40
70	Calça para uniforme, tecido brim, cor azul, com dois bolsos frontais, 01 bolso traseiro, cordão e elástico, toda com pes-ponto duplo; numeração do 38 ao 56	CATHARINA	UND	20,00	17,10	342,00

Valor total desta ata: R\$ 40.100,00 (quarenta mil e cem reais)

Herval d'Oeste, 26 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

CPF Nº 713.164.509-53

Pelo município

EMANUELLA OLIVEIRA DOS SANTOS

Sócia Administradora

CPF Nº 089.045.179-66

Pela empresa

Testemunhas:

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020F/2020

Publicação Nº 2639113

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020F/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2020

VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará até 16 de agosto de 2021, podendo ser prorrogada, desde que não exceda ao prazo total de 1 (um) ano, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93

Aos dezessete dias do mês de agosto de 2020, na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, foram registrados os preços para a eventual e/ou futura aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e uniformes para utilização dos funcionários da Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste em diversos setores/secretarias pelo período de 12(doze) meses, conforme descrito no quadro abaixo, celebrado entre o Município de Herval d'Oeste, inscrito no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, neste ato representada pelo Senhor Mauro Sérgio Martini Prefeito Municipal inscrito no CPF sob o nº 713.164.509-53 e a empresa COM DESIGN CONFECÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 08.027.509/0001-30 neste ato representada pelo Senhor Vinicius Osowski, sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 030.248.399-33 em decorrência do processo licitatório nº 079/2020, modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2020, para sistema de Registro de Preços. As condições para a entrega do objeto, bem como as demais condições estão expressas no Edital do processo licitatório epigrafo, as quais são integralmente ratificadas e aceitas pelas partes, independentemente de sua transcrição.

A Gestão e fiscalização da presente ata de registro de preços ficará à cargo do Servidor nomeado para este fim.

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

		Lote: 10			Preço Total do Lote:		R\$ 17.466,00
Item	Descrição	Marca	Unid.	Quantidade	Valor Uni-tario	Preço Total	
93	AVENTAL DUPLO (FRENTE E COSTAS) BRANCO EM OXFORD; COM AMARRAÇÃO NAS LATERAIS; ACABAMENTO EM VIÉS BRANCO, COM IMPRESSÃO DO BRASÃO DO MUNICÍPIO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO; COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO - TAMANHO "P, M, G, GG E EXGG"	Venys ma-lharia	UN	60,00	16,60	996,00	

94	AVENTAL FRONTAL BRANCO ATÉ ALTURA DO JOELHO, EM TECIDO OXFORD. TAMANHO ÚNICO. COR BRANCA. SEM BOLSOS. COM AMARRAÇÃO LONGA. COM SERIGRAFIA DO BRASÃO DO MUNICÍPIO E ESCRITA: "ALIMENTAÇÃO ESCOLAR" NO CENTRO DO PEITORAL. TECIDO: BRIM LEVE, 100% ALGODÃO, GRAMATURA 180gr/m². TODAS AS COSTURAS COM LINHA DA MESMA COR DO TECIDO. A ETIQUETA DE IDENTIFICAÇÃO DEVE APRESENTAR AS SEGUINTE INFORMAÇÕES: FORNECEDOR, TAMANHO, COMPOSIÇÃO, INSTRUÇÕES DE LAVAGEM E CNPJ. A PEÇA CONFECCIONADA DEVE SER ENTREGUE LIMPA E ISENTA DE QUALQUER DEFEITO QUE COMPROMETA A SUA APRESENTAÇÃO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE E ACONDICIONADA EM CAIXAS DE PAPELÃO RESISTENTES PARA O TRANSPORTE E ARMAZENAGEM.	Venys ma- lharia	UN	110,00	15,60	1.716,00
95	AVENTAL 70X120X0,30, EM PVC TRANSPARENTE COM CORDÃO EM SILICONE, IMPERMEÁVEL, LEVE, DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO, TAMANHO ÚNICO, COM AMARRAÇÃO NO PESCOÇO E CINTURA COM FECHAMENTO AJUSTÁVEL.	Venys ma- lharia	UN	60,00	21,70	1.302,00
96	AVENTAL BRANCO EM OXFORD, DUPLO(FRENTE E COSTAS), COM AMARRA NAS LATERAIS E ACABAMENTO EM VIÉS. IMPRESSO BRASÃO DO MUNICÍPIO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO. TAM: "P"	Venys ma- lharia	UN	5,00	20,00	100,00
97	AVENTAL BRANCO EM OXFORD, DUPLO(FRENTE E COSTAS), COM AMARRA NAS LATERAIS E ACABAMENTO EM VIÉS. IMPRESSO BRASÃO DO MUNICÍPIO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO. TAM: "M"	Venys ma- lharia	UN	20,00	15,20	304,00
98	AVENTAL BRANCO EM OXFORD, DUPLO(FRENTE E COSTAS), COM AMARRA NAS LATERAIS E ACABAMENTO EM VIÉS. IMPRESSO BRASÃO DO MUNICÍPIO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO. TAM: "G"	Venys ma- lharia	UN	20,00	15,20	304,00
99	AVENTAL BRANCO EM OXFORD, DUPLO(FRENTE E COSTAS), COM AMARRA NAS LATERAIS E ACABAMENTO EM VIÉS. IMPRESSO BRASÃO DO MUNICÍPIO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO. TAM: "GG"	Venys ma- lharia	UN	10,00	15,20	152,00
100	AVENTAL BRANCO EM OXFORD, DUPLO(FRENTE E COSTAS), COM AMARRA NAS LATERAIS E ACABAMENTO EM VIÉS. IMPRESSO BRASÃO DO MUNICÍPIO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO, COMPRIMENTO TOTAL ACIMA DO JOELHO. TAM: "EXGG"	Venys ma- lharia	UN	10,00	15,20	152,00
101	Avental de Segurança confeccionado em tecido especial de algodão, tratamento impermeabilizante em PVC e anti chamas, cordão para amarração nas costas, sem forro. Proteção do tronco contra agentes térmicos (pequenas chamas); tamanho único, com bainha superior simples de 2,5cm(2 viradas), bainha inferior e lateral simples de 1,5cm(2 viradas). Colocação de debrum de 1cm(colocado), em toda a extensão da cava do avental, sendo que na parte superior, 42cm cada lado para amarração do pescoço e na parte inferior 57 cm de cada lado para amarração na cintura. Deve conter estampa do Brasão do Município de Herval d'Oeste-SC, em serigrafia colorida na parte frontal do lado esquerdo com tamanho de 7cm de base e altura proporcional, podendo variar até 1cm. Todas as costuras devem ser realizadas com a linha da mesma cor do tecido, e a peça deverá estar isenta de qualquer defeito que comprometa sua qualidade ou apresentação.	Venys ma- lharia	UN	50,00	99,20	4.960,00
102	Avental em tecido brim 100% algodão, 190g/m², com bolso. Tamanho: 59x80cm, Cor: branca. Tiras: finas 1cm em debrum seguindo o acabamento do avental ao redor. Aplicação: estampa silk screen com arte a ser definida pela secretaria de saúde.	Venys ma- lharia	UN	100,00	17,30	1.730,00
103	AVENTAL CIRURGICO 100% ALGODÃO, MANGA LONGA, C/ PUNHOS, SEM GOLA, COM TIRAS DE AMARRAS, NÃO ACOMPANHA TOUCA, SEM BOLSOS -COR A DEFINIR.	Venys ma- lharia	UN	50,00	115,00	5.750,00

Valor total desta ata: R\$ 17.466,00 (dezessete mil quatrocentos e sessenta e seis reais)

Herval d'Oeste, 26 de agosto de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

CPF Nº 713.164.509-53

Pelo município

VINICIUS OSOWSKI

Sócio Administrador

CPF Nº 030.248.399-33

Pela empresa

Testemunhas:

**CONCORRÊNCIA Nº 001/2020 - REPUBLICADO**

Publicação Nº 2639022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2020  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2020  
REPUBLICAÇÃO  
UNIDADE GESTORA: Prefeitura Municipal  
TIPO: MAIOR PERCENTUAL OFERTADO RECEITA BRUTA MENSAL

**OBJETO**  
Outorga de Concessão Onerosa de serviço de implantação, exploração e administração de estacionamento rotativo pago em vias e logradouros públicos do Município de Herval d'Oeste.

**ENTREGA DOS ENVELOPES**  
Até às 09:00 horas do dia 30/10/2020.

**LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA**  
Prefeitura Municipal situada na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), Sala de Sessões.

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**  
Leis Federais nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; nº 9.074, de 07 de julho de 1995, nº 9.503, de 23 de setembro de 1997; Lei Municipal nº 3.366/2019 de 27 de setembro de 2019, demais normas legais e complementares e legislação vigente pertinente à matéria.

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389, Centro, na cidade de Herval d'Oeste (SC), ou no site [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 10 de setembro de 2020.  
MAURO SÉRGIO MARTINI  
PREFEITO

**DECRETO Nº 4272/2020**

Publicação Nº 2638166

DECRETO Nº 4.272/2020.  
"ACRESCENTA O ITEM "XIII" AO ART. 4º DO DECRETO Nº 3.978/2019 QUE ESTABELECE NOVO REGULAMENTO PARA O SISTEMA DE CREDENCIAMENTO PARA O MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações,

**DECRETA:**  
Art. 1º Fica acrescentado o Item "XIII" ao art. 4º do Decreto nº 3.978/2019, que "Estabelece o novo Regulamento para o Sistema de Credenciamento" para o Município de Herval d'Oeste (SC) ", conforme segue:

Art. 4º  
(...)  
XIII – Profissional/clínica médica para prestação de serviços ambulatoriais.  
(...)

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 3.978/2019 permanecem inalterados.  
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 10 de setembro de 2020.  
MAURO SÉRGIO MARTINI  
Prefeito

**DECRETO Nº 4273/2020**

Publicação Nº 2638335

DECRETO Nº 4.273 de 10 de setembro de 2020.  
"DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19, DIANTE DA PORTARIA PUBLICADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Nº 592/SES/2020, A SEREM OBSERVADAS PELAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS, PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO, MUNICÍPIOS E DEMAIS CIDADÃOS, NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO HERVAL D'OESTE(SC) DIANTE DA ATUAL MATRIZ DE RISCO DIVULGADA PELO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito de Herval d'Oeste(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO, a informação contida na matriz do risco potencial para Covid19 publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 09 de setembro, classificando a Região de Saúde do Meio Oeste em grave;

CONSIDERANDO, que a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 464/SES/2020 instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19;

CONSIDERANDO, o monitoramento constante da situação pandêmica regional pelo Estado de Santa Catarina, e que apresenta subsídios e recomendações à decisão para o enfrentamento ao coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO, a Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020 alterada pela Portaria SES nº 658 de 28 de agosto de 2020, editada e publicada em cumprimento a determinação judicial e fundamentada no art. 3º, art. 8º A e art. 9º, § 3º, todos do Decreto Estadual nº 562/2020, alterada pela Portaria SES nº 658 de 28 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO, a Portaria SES nº 664 de 03 de setembro de 2020;

DECRETA:

Art.1º - Estando a Região de Saúde Meio Oeste classificada em risco potencial grave devem ser adotadas, em conformidade com o art. 4º da Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020 alterada pela Portaria SES nº 658 de 28 de agosto de 2020, as seguintes medidas de enfrentamento:

I. A retomada dos jogos de futebol recreativo será exclusivamente para atletas com idade igual ou superior a 16 anos, sendo que, os jogos somente podem ocorrer em dias alternados e respeitadas as demais disposições da Portaria SES nº 664 de 03 de setembro de 2020;

II. Suspensão de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III. Suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV. Suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças, com exceção da prática de esportes individuais;

V. Suspensão de conferências públicas ou privadas que acarretem aglomeração de pessoas, excepcionadas as missas e cultos religiosos;

VI. Autorização de funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais;

VII. Fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

VIII. Autorização de funcionamento, condicionada ao cumprimento de Portarias SES que regulamentam protocolos sanitários específicos, das seguintes atividades:

a) Bares e restaurantes de atendimento no local;

b) Academia de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, natação, hidroginástica e hidroterapia;

c) Comércio de rua e no geral;

d) Supermercados e lojas de departamento;

e) Atividades relacionadas ao turismo, que já possuam regramento específico, como hotéis, pousadas, albergues e afins, ficando restritas as demais atividades relacionadas até a respectiva regulamentação por meio de Portaria;

f) Transporte coletivo urbano municipal, bem como transporte por táxis e aplicativos de mobilidade urbana;

g) Eventos e competições esportivas profissionais de automobilismo e futebol, sem presença de público, bem como o treinamento com ou sem bola;

h) Eventos públicos de entretenimento na modalidade drive-in;

i) Atividade exercida por empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;

j) Serviços de delivery;

k) Agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito;

l) Profissionais autônomos ou liberais de saúde;

m) Construção civil, obras de infraestrutura e atividades correlacionadas;

n) Aulas práticas de cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados nas modalidades de ensino superior e pós-graduação.

Parágrafo Único - Para fins de cumprimento das medidas restritivas constantes no inciso VI, consideram-se essenciais todos os serviços públicos municipais, pois a essencialidade é característica que decorre de sua própria natureza e os torna indispensáveis ao atendimento das necessidades da sociedade.

Art.2º - A implementação automática das medidas de enfrentamento de que trata o art. 1º deste Decreto ocorrerá a cada 14 (quatorze) dias, sendo considerada para atualização das medidas a classificação de risco da região de saúde divulgada na última semana das medidas anteriormente adotadas.

Art.3º- Além das medidas prevista no art. 1º deste Decreto, na forma do art. 8º da Portaria SES nº 592 de 17 de agosto de 2020, cabe aos gestores públicos e privados, independentemente da classificação de risco, manter:

I. Fiscalização da utilização de máscaras por todos os indivíduos acima de 2 (dois) anos de idade em qualquer espaço público ou privado compartilhado, com exceção do ambiente domiciliar;

II. Identificação e comunicação à população das atividades mais propensas à transmissão da Covid-19;

III. Adaptação de serviços públicos e privados presenciais para atendimento com redução de público e de trabalhadores, desde que obedecidas as normas sanitárias, devendo ser mantidos em regime de trabalho remoto os servidores e trabalhadores dos grupos de risco e adotado o sistema de rodízio e/ou novos turnos que assegurem a redução do número de pessoas no ambiente de trabalho;

IV. Monitoramento de todos os casos suspeitos e confirmados de covid-19, de forma que casos sintomáticos permaneçam em isolamento domiciliar pelo período preconizado e casos que possam se agravar recebam atendimento hospitalar;

V. Monitoramento e atendimento de pessoas com doenças crônicas;

- VI. Notificação e investigação de casos, surtos e todos os óbitos suspeitos de covid-19 e registro por meio dos sistemas de informação oficiais;
- VII. Controle do fluxo de atendimento nos estabelecimentos de atenção à saúde, de forma a evitar o contato de pessoas infectadas (ou com suspeita de estarem com covid-19) com pessoas não infectadas, a fim de orientar a população quanto ao local mais adequado para atendimento, de acordo com os sintomas apresentados;
- VIII. Acompanhamento dos dados epidemiológicos sobre a circulação do novo coronavírus e outros vírus respiratórios utilizando as ferramentas de análise de dados disponibilizadas pelo Governo do Estado, assim como outras utilizadas pelos Municípios;
- IX. Reforço de campanhas educativas para os profissionais da área da saúde e a população em relação às medidas não farmacológicas preventivas para doenças respiratórias, incluindo a covid-19, como etiqueta respiratória, higiene das mãos, uso de EPIs e uso de máscara;
- X. Monitoramento da rede de unidades sentinelas de síndrome gripal (SG) e síndrome respiratória aguda grave (SRAG).

Art.4º - As medidas para enfrentamento do Covid-19 neste Município podem ser reavaliadas a qualquer tempo, tornadas mais restritivas, caso seja necessário.

Art. 5º - A fiscalização dos estabelecimentos fica a cargo das equipes de Vigilância Sanitária e de Segurança Pública, conforme legislação em vigor.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de setembro de 2020.

Herval d'Oeste(SC), 10 de setembro de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2020**

Publicação Nº 2639079

### **AVISO DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2020

### **OBJETO**

Aquisição de Exemplares no formato de jornal, com informações educativas nas ações socioeducativas nos Serviços ofertados pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

### **CONTRATADO**

EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA.

CNPJ: 04.096.738/0001-55

Rua Goiás, 765 - Centro

Marechal Cândido Rondon - PR

### **VALOR ESTIMADO**

VALOR TOTAL: R\$ 2.463,00 (dois mil quatrocentos e sessenta e três reais)

### **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O amparo legal para a dispensa da licitação consta no artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/1993.

Herval d'Oeste, 10 de setembro de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 1082/2020**

Publicação Nº 2638896

### **PORTARIA Nº 1082/2020**

MAURO SÉRGIO MARTINI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

### **RESOLVE:**

NOMEAR, GABRIELA STANG (MATRÍCULA 5322), a partir de 10 de setembro de 2020, aprovada em 1º (primeiro) lugar através do Concurso Público 001/2018, de conformidade com Decreto nº 3.972/2018, de 26 de dezembro de 2018, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, Nível – 12/1, Referência - A, 30 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011. Sendo que seu contrato será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste, assegurado pelo Regime Próprio de Previdência Social (IPREVI).

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 10 de setembro de 2020.  
Mauro Sérgio Martini  
Prefeito

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2020

Publicação Nº 2639085

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 098/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2020  
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

### OBJETO

Registro de Preços para a eventual e/ou futura Aquisição de Serviços de Análises Laboratoriais de Parâmetros Microbiológicos e Físico-Químicos, conforme especificações e quantidades pré-estabelecidas a serem realizados no Município de Herval d'Oeste com fornecimento de material e mão de obra, pelo prazo de 12(doze) meses.

### ENTREGA DOS ENVELOPES

#### DO RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REFERÊNCIA DE TEMPO:

Recebimento das propostas: Do dia 14/09/2020 a partir das 09h00min até o dia 24/09/2020 às 13h30min

Abertura das propostas: Dia 24/09/2020 às 13h30min;

Início da sessão de disputa de lances: dia 24/09/2020 às 14h00min;

Referência de tempo: Horário de Brasília (DF).

#### LOCAL DA DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS:

O Edital está disponível na íntegra nos sites da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br) e do Município de Herval d'Oeste [www.hervaldoeste.sc.gov.br](http://www.hervaldoeste.sc.gov.br), ou poderá ser solicitado através do e-mail: [rubens@hervaldoeste.sc.gov.br](mailto:rubens@hervaldoeste.sc.gov.br)

### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

Herval d'Oeste, 04 de setembro de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito Municipal.

## TERMO ADITIVO Nº 060/2020

Publicação Nº 2639094

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE  
CNPJ/MF nº 82.939.430/0001-38  
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro  
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE CHAPECÓ  
CNPJ/MF nº 29.081.571/0001-80  
EMPRESA: CESAR MURILO FLORES – ME  
Endereço: Rua Júlio Verne, nº 151-D.  
CONTRATADA

### TERMO ADITIVO Nº 060/2020 DE 08 DE SETEMBRO DE 2020

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Herval d'Oeste - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor Mauro Sérgio Martini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 713.164.509/53 doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa CESAR MURILO FLORES – ME, estabelecida na Rua Júlio Verne, nº 151-D, Bairro Seminário, Cidade de Chapecó, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 29.081.571/0001-80, doravante denominada CONTRATADA, resolve de forma unilateral celebrar o presente TERMO ADITIVO a Ata de Registro de Preços nº 008C/2020, que tem por objeto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o fornecimento de peças, componentes e materiais originais para os veículos, máquinas e equipamentos da frota da Administração Municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

#### Cláusula Primeira – Do Objeto

Este termo aditivo tem por objeto o acréscimo de valores estimados para o fornecimento de peças durante o exercício 2020 conforme tabela

abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR TOTAL ADITIVADO
Lote - 16	40	PÇ - SERVIÇO DE MECÂNICA GERAL - LOTE 4 – MÁQUINAS PESADAS / EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	R\$ 75.000,00

Os Valores são apenas uma estimativa visando a programação das atividades, uma vez que não é possível determinar se determinado equipamento necessitará de manutenção e conserto, não obrigado o município a contratar o valor total estimado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo aditivo é celebrado com base no artigo 57, caput, inciso II e 65 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 e Legislação Complementar.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

O Presente TERMO ADITIVO será publicado no Diário Oficial dos Municípios, nos termos do parágrafo único do art. 61, Lei 8.666/1993, correndo as despesas às expensas, da Contratante.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificados todos os demais termos itens e cláusulas do Contrato acima referido ora aditado, que não conflitem com o presente, permanecendo em pleno vigor, sendo o presente assinado em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 08 de setembro de 2020.

MAURO SÉRGIO MARTINI

Prefeito

CPF N° 713.164.509-53

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia

CPF: 687.857.399-87

Heloise Borsoi Favretto

CPF: 051.249.579-30

**Ibiam****PREFEITURA****AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA 006/2020**

Publicação Nº 2639466

MUNICÍPIO DE IBIAM  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 003/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 001/2020

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Pregoeiro, faz saber a todos, que realizará prorrogação de data de licitação modalidade Pregão, com adjudicação por menor preço por ITEM, do tipo Eletrônico, com o objetivo de adquirir instrumentos musicais (violinos), para compor a criação de uma Orquestra Musical Municipal denominada SEMENTES DO AMANHÃ onde realizarão apresentações em festividades e eventos municipais e regionais. Somente participarão da sessão pública as empresas que apresentarem propostas através do sítio "www.portal-decompraspublicas.com.br" até às 13h00min do dia 23 de setembro de 2020, com início da mesma às 13h15min no mesmo sítio e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no sítio da Prefeitura Municipal [www.ibiam.sc.gov.br](http://www.ibiam.sc.gov.br), e no sítio "www.portaldecompraspublicas.com.br". Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044.

JUSTIFICATIVA – Prorrogação do prazo de divulgação para ampliar a participação das empresas interessadas.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 22 DE OUTUBRO DE 2019.  
Matheus Ethierry Ceron Zanin  
Pregoeiro

**DECRETO Nº 3500/2020**

Publicação Nº 2638454

DECRETO Nº 3.500, DE 31 DE AGOSTO DE 2020.  
"HOMOLOGA A 3ª ETAPA DE ESTÁGIO PROBATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito do Município de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Art. 23, do Estatuto do Servidor Público,

**DECRETA:**

Art. 1º. Para que surtam os efeitos legais, fica homologada a 3ª Etapa de avaliação do Estágio Probatório da servidora Veronise Rossato de Moraes, admitida por Concurso Público, objeto do Edital nº 002/2018, conforme relatório anexo a este Decreto.

Art. 2º. O relatório foi elaborado pela comissão nomeada pela Portaria nº 163, de 01 de junho de 2020, e seu conteúdo estão amparados no Decreto nº 1.636, de 31 de julho de 2007.

Art. 3º. O Departamento de Pessoal, anotar na ficha funcional da servidora a homologação desta etapa do estágio probatório.

Art. 4º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ZANIN  
Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA  
Secretário da Adm. e da Fazenda

**DECRETO Nº 3501/2020**

Publicação Nº 2638455

DECRETO N.º 3501, DE 31 DE AGOSTO DE 2020.

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO DO FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 88, inciso VII da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal n.º 346, de 15 de maio de 2007 e Lei Municipal nº 356/2007 de 05 de outubro de 2007, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para integrarem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação – Conselho do FUNDEB:

I – Representante do Poder Executivo Municipal:

Titular: Nilza Teresinha Ceron Trevisol

Suplente: Vanessa de Castro Walter

Titular: Flávia Lenita Pelentir

Suplente: Cefas Luciano Fontana Cardoso

II – Representante dos Professores da Educação Básica Pública:

Titular: Mônica Tragancin Holleweger

Suplente: Eliane Maria Piovesan Recalcatti

III – Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Rodrigo Felicetti Perosa

Suplente: Cácia Aparecida Gonzatto Araldi

IV – Representante dos Servidores Técnicos – Administrativos das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Fátima Fontana Gonzatto

Suplente: Marcelo Luiz Rinaldi

V – Representantes dos Pais de Alunos da Educação Básica Pública:

Titular: Jucilene Favero Pereira Duarte

Suplente: Débora Kokowisk

Titular: Lucimar Aparecida Trevisol Bairos

Suplente: Edemilson Piovesan

VI – Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública:

Titular: Leonardo Piovesan Ramos

Suplente: Tatiana Aparecida Silveira

Titular: Luana Magnaguagno

Suplente: Jonas Fereira dos Santos

VII – Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Sandra Trevisol

Suplente: Odete Gonçalves Walter Wille

VII – Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Simara Aparecida Trevisol Slongo

Suplente: Valéria Batista Posanske

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Conselho do FUNDEB será de 02 (dois) anos.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas no Decreto nº 3493, de 18 de agosto de 2020.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 31 DE AGOSTO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 224/2020**

Publicação Nº 2638415

PORTARIA Nº 224, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

"CONCEDE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, considerando o § 5º, do art. 87, da Lei Municipal nº 255, de 07 de Janeiro de 2004, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 450, de 20 de setembro de 2010, bem como o Atestado Médico apresentado em 06 de maio de 2020, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder prorrogação da Licença Maternidade a servidora GREICY JACQUELINE BORSOI, ocupante do cargo comissionado de Diretora do Departamento de Assistência Social – CC-2 – Anexo I – Cargos de Provimento em Comissão, da Lei Municipal nº 044, de 21 de julho de 1997, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 023, de 03 de março de 2011.

Art. 2º. A prorrogação da licença maternidade de 60 (sessenta) dias será usufruída no período de 03 de setembro de 2020 a 01 de novembro de 2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 03 DE SETEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

**PORTARIA Nº 225/2020**

Publicação Nº 2638417

PORTARIA Nº 225, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

IVANIR ZANIN, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do art. 88, da Lei Orgânica Municipal e, de conformidade com o art. 76 e ss., da Lei Municipal nº 255, de 07 de janeiro de 2004, bem como o Decreto nº 2.114, de 09 de julho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal vinculada a Secretaria Municipal da Assistência Social, abaixo relacionada:

Servidores	Período Aquisitivo	Período de Gozo
Leila Aparecida Ramos Araldi	13.11.2018 a 12.11.2019	09.09.2020 a 18.09.2020

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 09 DE SETEMBRO DE 2020.

IVANIR ZANIN

Prefeito Municipal

Publicação e Registro: Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, Edição nº. \_\_\_\_ conforme art. 20 da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 490/2012 e Decreto Municipal nº 2321/2012.

ALCINDO PEROSA

Secretário da Adm. e da Fazenda

# Ibicaré

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA 003/2020 FMS

Publicação Nº 2639090

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 003/2020 FMS

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 006/2020, Pregão Presencial nº 002/2020.

OBJETO: Contratação eventual e futura testes rápidos de COVID - IGG e IGM, para Secretaria Municipal de Saúde.

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC

FORNECEDOR: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

VIGÊNCIA: 9 de setembro de 2021.

Ibicaré, SC, em 9 de setembro de 2020.

Gianfranco Volpato

Prefeito Municipal de Ibicaré/SC

### EXTRATO CONTRATO 060/2020 PMI

Publicação Nº 2638339

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 060/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório 048/2020 PMI, Pregão Presencial 32/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: contratação de seguro para os veículos da frota oficial do Município de Ibicaré e dos Fundos Especiais. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A

CPF: 90.180.605/0001-02

Valor: R\$ 10.160,00 (dez mil cento e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 4 de setembro de 2021.

Ibicaré, SC, aos 4 de setembro de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

### EXTRATO CONTRATO 061/2020

Publicação Nº 2638344

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato Contrato nº 061/2020

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório 048/2020 PMI, Pregão Presencial 32/2020, fundamentado nas disposições da Lei nº 8666/93.

OBJETO: contratação de seguro para os veículos da frota oficial do Município de Ibicaré e dos Fundos Especiais. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A

CPF: 61.074.175/0001-38

Valor: R\$ 9.340,00 (nove mil trezentos e quarenta reais)

VIGÊNCIA: 4 de setembro de 2021.

Ibicaré, SC, aos 4 de setembro de 2020.

Gianfranco Volpato.

Prefeito.

# Ibirama

## PREFEITURA

**CONTRATO Nº : 76/2020 ADITIVO Nº : 1/2020**

Publicação Nº 2638054

Contrato Nº : 76/2020

Aditivo Nº : 1/2020

Tipo Aditivo : Objeto

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : GP SINALIZACAO INDUSTRIA E COMERCIO PLACAS EIRELI

CNPJ ..... : 09.314.355/0001-20

Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 63/2020

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DA REVITALIZAÇÃO DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL EM RUAS DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Vigência : Início: 09/09/2020 Término: 31/12/2020

Assinatura : 09/09/2020

Valor R\$ : 6.876,57 (Seis Mil, Oitocentos e Setenta e Seis Reais e Cinquenta e Sete Centavos )

Dotação : 44 - 05.001.2021.3449051980000000000.01830000

FISCAL: GERSON FRANCISCO

**DECRETO Nº 4.560, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020 - ALTERA MEMBROS DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE CRISE DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2638464

DECRETO nº 4.560, de 10 de setembro de 2020.

"ALTERA MEMBROS DO COMITÊ DE GERENCIAMENTO DE CRISE DECORRENTE DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros para compor o Comitê de Gerenciamento de Crise, como sendo:

I – 01 (um) representante da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:

MAURÉLIO TOBIAS DE ANDRADE

[...]

VI - 01 (um) representante da Vigilância Sanitária Municipal:

RAFAEL CRISTIANO REINICKE

Art. 2º Ficam mantidas as demais determinações constantes no Decreto Municipal nº 4.483, de 17 de março de 2020.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o inciso I do art. 2º, do Decreto Municipal nº 4.483, de 17 de março de 2020.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de setembro de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO Nº 4.561, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020 - PRORROGA A VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 4.557, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020, ALTERA DISPOSITIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2638465

DECRETO nº 4.561, de 10 de setembro de 2020.

“PRORROGA A VIGÊNCIA DO DECRETO Nº 4.557, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020, ALTERA DISPOSITIVOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 09 de setembro de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVÍSSIMO (4) para GRAVE (3) na matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 do Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o estabelecido no artigo 4º da Portaria SES nº 592/2020 alterado pela Portaria SES 658/2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Decreto Municipal nº 4.557, de 04 de setembro de 2020, que passará a vigorar até que seja extinta sua vigência em ato normativo municipal de hierarquia equivalente ou superior.

Art. 2º Fica alterado o inciso VI do art. 1º do Decreto Municipal nº 4.557, de 04 de setembro de 2020, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“VI – autorização de funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais.”

Art. 3º Fica acrescido o § 3º ao art. 1º do Decreto Municipal nº 4.557, de 04 de setembro de 2020, com a seguinte redação:

“§ 3º De acordo com a Portaria SES nº 664 de 03/09/2020 vigente nesta data, fica autorizada a retomada do futebol recreativo (exceto campeonatos, torneios ou similares), que poderá ocorrer exclusivamente para atletas com idade igual ou superior a 16 anos e em dias alternados, observadas as demais medidas determinadas na referida Portaria.”

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de setembro de 2020.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO

PORTARIA SES nº 664 de 03/09/2020

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições conferidas pelo art. 41, V, da Lei Complementar Estadual nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 32 do Decreto n. 562, de 17 de abril de 2020;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 562/2020 e suas atualizações;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes;

CONSIDERANDO a Portaria nº 464, de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à COVID19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse

regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 658, de 28 de agosto de 2020, que altera a Portaria nº 592, de 17 de agosto de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Definir critérios para a retomada do futebol recreativo:

Parágrafo único: A retomada dos jogos de futebol recreativo durante o período que durar a pandemia será exclusivamente para atletas com idade igual ou superior a 16 anos.

Art. 2º O retorno das atividades se dará de forma gradual e monitorada, considerando a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 nas regiões de saúde:

§ 1º Nas Regiões de Saúde com Risco Potencial ALTO (representado pela cor amarela) na Avaliação de Risco Potencial para COVID-19, os jogos estão liberados em todos os dias da semana.

§ 2º Nas Regiões de Saúde que apresentem Risco Potencial GRAVE (representado pela cor laranja) na Avaliação de Risco Potencial para COVID-19, os jogos somente podem ocorrer em dias alternados.

§ 3º Nas Regiões de Saúde que apresentem Risco Potencial GRAVISSIMO (representado pela cor vermelha) na Avaliação de Risco Potencial para COVID-19, os jogos ficam proibidos pelo período de tempo determinado pela Portaria SES nº 592 de 17/08/2020 e suas atualizações.

Art. 3º Nos dias das partidas, somente podem acessar o local e suas dependências as pessoas diretamente envolvidas nas mesmas e em número reduzido ao mínimo necessário para sua execução, sem comprometimento de ordem organizacional e de segurança.

§ 1º Todos os praticantes e demais presentes no local devem usar máscara, retirando apenas quando estiver efetivamente jogando.

§ 2º Os árbitros devem fazer uso de máscaras e face shield durante os jogos, desta forma devem utilizar apitos eletrônicos.

Art. 4º Ficam proibidas as rodas de aquecimento e confraternizações, antes e após jogo, assim como o cumprimento físico inicial e/ou final entre os praticantes.

Art. 5º Enquanto durar a situação de emergência em saúde no Estado ficam proibidas:

- I. A presença de acompanhantes dos jogadores;
- II. O uso de churraqueiras para confraternizações;
- III. O uso de coletes que identificam os times;
- IV. A utilização de vestiários.

Art. 6º Ficam estabelecidas as seguintes medidas a serem implementadas pelos organizadores do evento, durante todas as partidas:

- I. Divulgar, em local visível, as informações de prevenção à COVID-19 estabelecidas pelo Governo do Estado para estas atividades;
- II. Realizar agendamento para utilização da quadra por meio eletrônico, evitando filas ou aglomerações;
- III. Liberar acesso à quadra somente para as pessoas cadastradas para o horário agendado;
- IV. A entrada nas dependências do local do evento só será permitida com aferição de temperatura por método digital por infravermelho. Considera-se a temperatura de corte o máximo de 37,5° C;
- V. Caso o participante ou trabalhador apresente temperatura corporal maior ou igual a 37,5° C ou sintomas gripais como por exemplo: tosse seca ou produtiva, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, fica impedido de entrar e participar do evento e deve ser orientado a procurar uma unidade de assistência à saúde do município. Os contatos próximos assintomáticos dos doentes devem também ser afastados por um período de 10 dias. Para retorno às atividades, seguir recomendação médica;
- VI. Limitar o número de pessoas ao estritamente necessário para o funcionamento da atividade. Os dados destas pessoas devem constar em uma lista com nome completo, RG, CPF, endereço, telefone de contato, além de local e cronograma constando o agendamento das partidas. Esta lista destina-se a facilitar um possível rastreamento. A responsabilidade pela elaboração do documento é do proprietário do local e ficará sob sua guarda por, pelo menos, 14 dias;
- VII. Controlar o fluxo de entrada e saída das quadras com intervalo de tempo entre as partidas de forma que não haja cruzamento entre os times que finalizam e os times que irão iniciar o jogo;
- VIII. Controlar o uso de áreas comuns, como sanitários, e a sua utilização para evitar agrupamentos;
- IX. Cada participante deve portar sua própria toalha e garrafa de água com identificação, para evitar a troca ou o seu compartilhamento durante os jogos;
- X. Adaptar bebedouros do tipo jato inclinado, de modo que somente seja possível o consumo de água com o uso de copo descartável;
- XI. Disponibilizar em pontos estratégicos do local do evento (em áreas onde ocorre a circulação de pessoas) locais para adequada lavagem das mãos e dispensadores de álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, devendo ser orientada e estimulada a constante higienização das mãos;
- XII. Definir intervalo de 10 minutos entre as partidas, para higienização das bolas e da quadra com aplicação pulverizada de uma solução de água sanitária com diluição de 1 copo (250 ml) de água sanitária para 1L de água ou 1 copo (200 ml) de alvejante para 1L de água;
- XIII. Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade;
- XIV. Intensificar a desinfecção com álcool 70% ou sanitizantes de efeito similar dos utensílios, superfícies, equipamentos, maçanetas, balcões, mesas, interruptores, sanitários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

XV. Manter os lavatórios dos sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento;

XVI. Manter todos os ambientes ventilados, com portas e janelas abertas, sempre que possível;

XVII. Adotar medidas internas relacionadas à saúde das pessoas necessárias para evitar a transmissão do COVID-19, priorizando o afastamento das que pertencem a grupos de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, obesos e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento.

Art. 7º É de responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, e as Forças de Segurança fiscalizar os locais com vista a garantir o cumprimento das medidas sanitárias exigidas.

Art. 8º As autorizações previstas nesta Portaria poderão ser revogadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

Art. 9º Esta Portaria não revoga outras normas sanitárias vigentes que se aplicam a atividade.

Art.10. O descumprimento do disposto nesta Portaria constitui infração sanitária nos termos da Lei Estadual 6.320/1983.

Art.11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem vigência limitada ao disposto no art. 1º do Decreto Estadual n. 562, de 17 de abril de 2020 e suas atualizações.

ANDRÉ MOTTA RIBEIRO  
Secretário de Estado da Saúde

**DECRETO Nº 4.559, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020 - ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2637961

DECRETO nº 4.559, de 10 de setembro de 2020.

"ALTERA MEMBROS DA COMISSÃO PARA INSTRUÇÃO, CONDUÇÃO E SANEAMENTO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS, TENDO POR OBJETO A APLICAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA PREVISTA NA LEI FEDERAL Nº 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam alterados os membros para compor a Comissão de Regularização Fundiária Urbana no Município de Ibirama, sendo composta pelos seguintes membros:

[...]

II - Tatiane Lasta e Tayla Fernanda Corrêa, representantes da Secretaria de Assistência Social e Habitação;

[...]

IV - Cristiane Schattenberg, Daiani Franciely Andreani Wilhelm, Francisco Antônio Heinzen e Ramon Felipe Wasch Paes, representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

[...]

VII - Maurélio Tobias de Andrade, representante do Departamento de Proteção e Defesa Civil.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os incisos II, IV e VII do art. 1º do Decreto nº 4.389, de 21 de agosto de 2019.

Art. 3º Ficam mantidas as demais determinações do Decreto nº 4.389, de 21 de agosto de 2019.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 10 de setembro de 2020.

ADRIANO POFFO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
Secretário de Administração e Finanças

**PREGAO PRESENCIAL - Nº 120/2020**

Publicação Nº 2638162

MUNICIPIO DE IBIRAMA

-----  
PREGAO PRESENCIAL - Nº 120/2020.

Objeto: Registro de preços para futuras aquisições de equipamentos de proteção individual e uniformes para atender as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes e Secretaria da Saúde. Entrega dos envelopes até o dia 23 de setembro de 2020 às 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357-8523, na página do município na Internet [www.ibirama.sc.gov.br](http://www.ibirama.sc.gov.br) ou ainda pelo e-mail [compras@ibirama.sc.gov.br](mailto:compras@ibirama.sc.gov.br) - Ibirama, 10 de setembro de 2020. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

-----

# Ilhota

## PREFEITURA

### **CONTRATO 2019-060 - ADITIVO 003 - TP 018-2019 - PAVIMENTAÇÃO DA AVENIDA PADRE CARLOS GESSER - LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI**

Publicação N° 2638055

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 060/2019, firmado em 23 de outubro de 2019, com vigência a partir de 30 de janeiro de 2020 da data da ordem de serviço.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, ESTADO DE SANTA CATARINA, SITUADA NA RUA LEOBERTO LEAL, 160 – CEP N° 88.320-000, DORAVANTE DENOMINADA CONTRATANTE E DE OUTRO LADO A EMPRESA LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.267.742/0001-03 com sede na Rua Goswin Dickmann, nº 140, Velha na cidade de Blumenau DORAVANTE DENOMINADO CONTRATADA, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI N° 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NO:

Processo de Licitação: 470/2019 - PMI  
Tomada de Preço 018/2019 - PMI  
Contrato: 060/2019 - PMI

CLAUSULA PRIMEIRA - Objeto: CONTRATAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS, CALÇADAS E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, PARA A AVENIDA PADRE CARLOS GESSER, TRECHO 1, NO BAIRRO ILHA BELA DO MUNICÍPIO DE ILHOTA SANTA CATARINA, conforme projetos básicos e anexos do edital.

CLAUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO – O presente aditivo terá sua prorrogação a partir de 27/09/2020 até 26/11/2020. Aguardando pagamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - As demais condições do processo administrativo permanecem com seus efeitos até o final de sua execução.

CLÁUSULA QUARTA - E, por estarem em pleno acordo com as cláusulas e condições deste termo, firmam o mesmo diante das testemunhas abaixo listadas.

CLÁUSULA QUINTA - As partes elegem um FORÚM da Comarca de Gaspar para dirimirem quais dúvidas que possam surgir na execução deste termo.

Ilhota, 10 de setembro de 2020.  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA  
CONTRATANTE

LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI  
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura:  
Nome: Viland Bork  
CPF: Vi479.634.509-44

Assinatura:  
Nome: Antônio Adolfo Schopping Filho  
CPF: 067.258.739-44

### **DECRETO 637**

Publicação N° 2639124

DECRETO N° 637, DE 10 DE SETEMBRO DE 2018.

"Fixa a jornada diária de trabalho dos servidores públicos municipais dos órgãos da administração municipal".

O Prefeito de Ilhota/SC, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos incisos IV e V do artigo 72 da Lei Orgânica do Município e no artigo 183 da Lei Complementar 5/2002,

Decreta:  
Art. 1º É fixada em 6 (seis) horas diárias a jornada de trabalho dos servidores públicos municipais que atuam nas estruturas administrativas dos órgãos da administração municipal.

Art. 2º A jornada de trabalho fixada no artigo 1º deste Decreto será cumprida das 07h00min às 13h00min.

Art. 3º A prestação de serviço extraordinário pelos servidores abrangidos pelo expediente único de trabalho estabelecido neste Decreto somente será permitida mediante prévia e expressa autorização do Secretário da pasta.

Parágrafo único. Serão consideradas extraordinárias somente as horas que excederem a jornada semanal de trabalho fixada para o cargo do servidor no respectivo Plano de Carreira.

Art. 4º Ficam excepcionados do cumprimento da jornada de trabalho fixada neste Decreto, os servidores que atuam nos Postos de Saúde e na Farmácia Básica.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 10 de setembro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 116/2020**

Publicação N° 2639598

PORTARIA N° 116/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

DEMITIR DEVIDO AO TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO, o Sr. Adriano Valentim da Silva, do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 09 de setembro de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 10 de setembro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 117/2020**

Publicação N° 2639599

PORTARIA N° 117/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

DEMITIR DEVIDO AO TÉRMINO DO CONTRATO TEMPORÁRIO, o Sra. Elvanice Vieira da Silva, do cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 03 de setembro de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 10 de setembro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA 118/2020**

Publicação N° 2639601

PORTARIA N° 118/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

RESOLVE

DEMITIR A PEDIDO DA MESMA, a Sra. Sueli Nogueira Castelain, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 08 de setembro de 2020.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 10 de setembro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PORTARIA 119/2020**

Publicação N° 2639602

## PORTARIA N° 119/2020

Erico de Oliveira, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 72, II e XXV da lei orgânica municipal,

## RESOLVE

## ADMITIR,

Os servidores abaixo, nos seus respectivos cargos:

NOME	CARGO	ADMISSÃO
Alcirene Rosa Cunha	Técnico em enfermagem	01/09/2020
Aline Maria da Silva Rodrigues	Psicólogo	08/09/2020
Cleiton Manoel dos Santos	Técnico em enfermagem	01/09/2020
Rute Veiga Ferreira	Técnico em enfermagem	01/09/2020
Thaís Regina da Silva	Técnico em enfermagem	01/09/2020

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.

Em 10 de setembro de 2020.

ERICO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003 2020 ARNO FREITAS - ERRATA**

Publicação N° 2638246

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 003/2020 FIRMADO EM 02 DE JANEIRO DE 2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.301/0001-53 com sede na rua Dr. Leoberto Leal, 160, neste ato representado pelo Senhor, Prefeito ERICO DE OLIVEIRA, CPF: 291.364.239-04, doravante denominado LOCATÁRIO, e o Senhor, ARNO FREITAS, inscrito no CPF sob nº 624.571,529-68, com sede na Rua Isidoro Maes nº 82, Ilhota/SC, doravante denominado LOCADOR, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI N° 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NA:

Onde se lê:

Dispensa Justificada nº 111/2019 - PMI

Contrato: 003/2020 – PMI

Leia-se:

Processo 003/2020

Dispensa Justificada nº 002/2020- FMAS

Contrato: 003/2020 – FMAS

Renato da Silva

Diretor de Editais e Contrato

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009 2020 JOSÉ FERNANDO KOEHLER - ERRATA**

Publicação N° 2638503

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 009/2020 FIRMADO EM 23 DE JANEIRO DE 2020.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.301/0001-53 com sede na rua Dr. Leoberto Leal, 160, neste ato representado pelo Senhor, Prefeito ERICO DE OLIVEIRA, CPF: 291.364.239-04, doravante denominado LOCATÁRIO, e o Senhor, JOSÉ FERNANDO KOEHLER, inscrito no CPF sob nº 453.986.239-15, com sede na Rua Modestos Vargas nº 789, Ilhota/SC, doravante denominado LOCADOR, RESOLVEM FUNDAMENTADOS NA LEI N° 8.666/93 PROMOVER ADITIVO NA:

Onde se lê:

Dispensa Justificada nº 022/2019 - PMI

Contrato: 009/2020 – PMI

Processo Licitatório: nº 028/2020

Leia-se:

Processo 028/2020  
Dispensa Justificada nº 022/2020- FMAS  
Contrato: 009/2020 – FMAS

Renato da Silva  
Diretor de Editais e Contrato

## FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ILHOTA

### RESOLUÇÃO 04/2020

Publicação Nº 2638215

RESOLUÇÃO 04/2020.

Estabelece condições para concessão dos Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social no Município de Ilhota e da outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal, nº Lei 106/2017, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Ilhota – CMAS e,

CONSIDERANDO:

- Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS;
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004 que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social – SUAS;
- Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada pela Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009;
- Lei Complementar 106 de 18 de dezembro de 2017 – Dispõe sobre a concessão dos Benefícios Eventuais no âmbito da Política Municipal de Assistência Social;
- A Instrução Normativa Nº01/2019 Dispõe sobre as orientações quanto ao cartão social para as famílias em situação de vulnerabilidade social, atendidas com o benefício eventual de auxílio alimentação.
- A Ata da reunião ordinárias do CMAS, de 13 de julho 2020.

RESOLVE:

Art. 1º A concessão dos benefícios eventuais é um direito garantido pelo art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, denominada Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, consolidada pela Lei nº 12.435, de 06 de julho de 2011.

Art. 2º Benefícios Eventuais são as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias residentes do Município de Ilhota, em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública. (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

Art. 3º A situação de vulnerabilidade temporária se caracteriza pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II - perdas: privação de bens e de segurança material; e
- III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

- a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;
- b) documentação; e
- c) de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

§ 2º A calamidade pública ou situação de emergência deve ser reconhecida pelo poder público, nos termos da regulamentação aplicável a espécie.

§ 3º O benefício eventual deve integrar a rede de serviços Socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades humanas básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social.

§ 4º O Município deve garantir igualdade de condições no acesso às informações e à fruição do benefício eventual.

§ 5º É proibida exigência de comprovações complexas e vexatórias de pobreza.

§ 6º Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a criança, a pessoa idosa, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e as

famílias envolvidas em situações de calamidade pública.

§ 7º Os benefícios eventuais somente serão concedidos mediante estudo socioeconômico ou parecer social, elaborado por:

I - Assistentes sociais que compõe as equipes de referência que atuam nos serviços de proteção social básica e especial.

II - Assistente Social responsável pela gestão dos benefícios eventuais, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade e risco social, cuja ocorrência provoca riscos ou fragiliza a unidade da família.

Art. 5º O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais é igual ou inferior a 1/3 (um terço) salário mínimo vigente, e será concedido conforme § 7º do Art.3º.

§ 1º Nos casos em que as famílias não se enquadrarem no critério de renda mensal per capita familiar, o técnico do Serviço Social do serviço de Benefícios Eventuais justificará a concessão por meio de parecer.

§ 2º Os benefícios de transferência de renda federal modalidade "bolsa família", não serão contabilizados para a concessão de benefício eventual.

§ 3º Para avaliação da concessão de Benefícios Eventuais são necessários apresentar os seguintes documentos:

I – Comprovante de inclusão no Cadastro Único - CadÚnico;

II – Carteira de Identidade e CPF, e ou documento comprobatório da ausência dos mesmos, de todos os membros da família, que residem no mesmo domicílio;

III – Certidão de nascimento de crianças e adolescentes, quando não possuir carteira de identidade;

IV – Carteira de Trabalho de todos os membros da família, maiores de 16 anos, que residem no mesmo domicílio;

V – Comprovante de rendimentos, sendo: comprovante de pagamento atualizado, pensão alimentícia, comprovante de seguro desemprego;

VI - Declaração de existência ou inexistência de benefícios previdenciários (aposentadoria, pensão, auxílio doença, outros benefícios sociais como BPC) de todos os membros da família maiores de 16 anos, que residem no mesmo domicílio;

VII – Comprovante de residência atual, do ano em curso (fatura de água, luz, telefone e outros);

VII – Comprovante de locação, no caso de pagar aluguel;

VIII – Carteira de pré-natal, no caso de gestante;

IX – O técnico do Serviço Social poderá solicitar outras documentações, se assim julgar necessárias, para formular seu parecer.

Art. 6º Conforme o Artigo 9º da Lei 106/2017 os benefícios eventuais concedidos em nosso município são:

I - auxílio-natalidade;

II - auxílio-funeral;

III – auxílio foto para documentação civil;

IV – auxílio passagem;

V – auxílio alimentação;

Art. 7º O auxílio natalidade será concedido em pecúnia ou em forma de cartão que poderá ser utilizado nos estabelecimentos credenciados.

§ 1º O valor conferido ao auxílio natalidade será no valor de 1/2 (meio) salário mínimo vigente, para reduzir a situação de vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 2º São documentos essenciais para concessão do auxílio natalidade:

I – se o benefício for solicitado antes do nascimento, o responsável poderá apresentar declaração médica comprovando o tempo gestacional;

II – se for após o nascimento, o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento;

III – demais documentos constantes demais documentos constantes no § 3º do art. 5º desta Resolução.

§ 3º O benefício pode ser solicitado a partir de 31 (trinta e uma semanas de gestação) ou até 30 (trinta dias) após o nascimento, devendo este ser acompanhado e deferido pelo técnico de Serviço Social da Política Municipal de Assistência Social.

§ 4º É vedada a concessão de auxílio natalidade para a família que estiver segurada pelo salário-maternidade, previsto no art. 18, I, g, da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo único: O auxílio natalidade deve ser pago até trinta dias após o requerimento, quando na morte da criança entende-se que a equipe deve realizar nova avaliação.

Art. 8º O auxílio funeral atenderá:

I – despesas funerárias que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária;

§ 1º São documentos essenciais para o auxílio funeral:

I – atestado de óbito;

II – Residir em Ilhota por no mínimo 3 (três) meses comprovados no Cadastro Único;

III – demais documentos constantes no § 3º do art. 5º desta Resolução.

§ 2º O auxílio funeral será concedido até 30 dias após o óbito.

§ 3º Os auxílios natalidade e funeral podem ser pagos diretamente aos pais, cônjuge, parente até segundo grau ou pessoa autorizada mediante procuração.

§ 4º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, inseridos nos serviços de alta Complexidade, o responsável pela entidade poderá solicitar o auxílio funeral.

§ 5º O valor conferido ao auxílio funeral será de até 01 (um) salário mínimo vigente, em prestação de serviços.

§ 6º Quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social que estiver com os vínculos familiares rompidos, em situação de abandono ou morador de rua, a Secretaria de Assistência Social será responsável pela concessão do benefício, uma vez que não haverá familiar ou instituição para requerer, sendo que nesses casos o custeio será feito de forma integral pelo poder público.

Art. 9º O requerimento dos artigos 59 e 60 da Lei Complementar Municipal 107/2017 que Dispõe sobre instalações, normas e procedimentos a serem seguidos nos cemitérios e nas capelas mortuárias do município de Ilhota, são os mesmos utilizados pela Equipe Técnica nos Benefícios Eventuais da Política de Assistência Social.

Parágrafo único: Os auxílios funerários das Leis Complementares 106/2017 e 107/2017 poderão ser concedidos concomitantemente quando o parecer do Assistente Social for favorável.

Art. 10º O Auxílio Foto constitui em prestação temporária prestada aos usuários da Política de Assistência, no sentido de garantir acesso à foto, como instrumento necessário para confecção de seus documentos pessoais.

O auxílio foto será para fotos no tamanho três por quatro (3x4), emitido por parecer pelo técnico do Serviço Social do serviço de Benefícios Eventuais, mediante avaliação socioeconômica;

§ 1º A concessão do Auxílio foto para documento civil será realizado credenciamento de empresa jurídica para fornecimento de fotos para emissão de Carteira de Identidade (RG) conforme será descrito em edital.

Parágrafo Único: Documentos necessários estão descritos no § 3º do art. 5º desta Resolução.

Art. 11º O Auxílio Passagem atenderá os usuários da Política de Assistência Social, residentes no município com no mínimo 3 (três) meses comprovados com Cadastro Único.

§ 1º Poderá ser concedida passagem em caso de transferência de crianças e adolescentes em situações de acolhimento institucional.

Parágrafo Único: As Equipes de referência dos Serviços de Proteção Social Básica e Especial poderão justificar demanda específica na concessão de passagens para os usuários atendidos nos programas.

Art. 12º O benefício eventual na forma de Auxílio Alimentação, tem como objetivo o atendimento emergencial das famílias que se encontram em vulnerabilidade e risco social, com a finalidade de auxiliar no custeio da alimentação, para suprir situações esporádicas, de prestação temporária não contributiva.

§ 1º Consistem em prestação temporária destinado aos usuários da Política da Assistência Social fragilizados economicamente e em situação de risco social, com vistas a garantir o acesso às suas necessidades básicas de subsistência, provenientes de recursos financeiros do Fundo Municipal de Assistência Social.

§ 2º O Auxílio Alimentação será concedido de forma imediata ou de acordo com as demandas da família, a partir do estudo socioeconômico ou parecer social realizado, por meio de cartão, a ser utilizado no Mercado conveniado, em valor que será determinado pela equipe de CRAS e da Secretaria de Assistência Social, levando-se em consideração o custo médio da "cesta básica", no valor de até 1/5 (um quinto) do salário mínimo vigente.

§ 3º O Auxílio Alimentação será destinado única e exclusivamente à aquisição de gênero alimentício e produtos de higiene e limpeza, sendo vedada a aquisição de cigarro, bebidas alcoólicas ressaltando ainda que não possam ser trocados por dinheiro, vale troco ou outros produtos que não se enquadram nas especificações descritas neste artigo, e conforme detalhadas na Resolução do Conselho Municipal da Assistência Social.

§ 4º Terão acesso ao auxílio alimentação "cartão Social" as famílias cadastradas no Cadastro Único, atendidas e avaliadas da sua situação sócio econômica, mediante visita domiciliar, pela equipe do CRAS ou da Secretaria de Assistência Social e que:

I – Residam no município de Ilhota a cerca de 3 (três) meses;

II- Possuam integrantes crianças e/ou adolescentes, idosos, portadores de deficiência, gestantes e nutrízes;

III – Possuam renda per capita de 1/3 (um terço) do salário mínimo vigente, ou que apresente condições que colocam a família em situação de vulnerabilidade social, criando condições de atendimento imediato pelo CRAS ou Assistência Social aos casos urgentes.

§ 5º Para a concessão do benefício deverá ser levado em consideração o número de integrantes na família, bem como a realidade e situação vulnerabilidade do usuário e sua família (renda familiar, idade, estado de saúde, inserção no mercado de trabalho, (formal/informal), condições habitacionais (despesas com aluguel/financiamento), acesso a bens e serviços, presença de gestante, lactante, idoso e/ou pessoas portadoras de deficiência, entre outros a serem definidos em regulamento.

§ 6º O benefício eventual de auxílio alimentação "Cartão Social" será concedido, respeitando o intervalo mínimo de trinta (30) dias para cada concessão considerando a previsão orçamentária anual para o mesmo, mediante acompanhamento e comparecimento nos grupos realizados pelo técnico e parecer técnico do Serviço Social da Política Municipal da Assistência Social e pelo período a ser avaliado pelas equipes.

§ 7º O auxílio Alimentação será na forma de Cartões, timbrados com a bandeira da Prefeitura Municipal de Ilhota.

§ 8º O cartão social poderá ser utilizado nos estabelecimentos credenciados pela empresa operacionalizadora dos cartões, nos mercados da cidade em distintos bairros do município. O local para realizar as compras ficará a critério do beneficiário, respeitando sua autonomia e à dignidade humana, sobretudo, em um momento de risco, perda e danos à integridade pessoal e familiar

§ 9º Os estabelecimentos estão orientados a proibir a compra de cigarros e bebidas alcoólicas com uso do cartão social.

§ 10º Após a entrega, o sistema tem até 1 (um) dia útil para atualizar e disponibilizar os valores em crédito ao beneficiário via cartão social. O acesso será realizado por uma senha eletrônica criada conforme a numeração que consta em cada cartão.

§ 11º Após utilização dos valores em crédito, o beneficiário deverá deixar o cartão na sede do mercado para que ao final de cada mês seja resgatado pela Secretaria de Assistência Social.

Art. 13º A situação de calamidade pública é reconhecida pelo poder público como sendo uma situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, entre outros eventos da natureza, bem como desabamentos, incêndios, epidemias, pandemias ocasionando sérios danos à família ou a comunidade.

Parágrafo único: Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social estarão à disposição para atender o usuário da Política de Assistência Social quando este apresentar as necessidades acima especificadas, através dos benefícios já dispostos nesta Resolução.

Art. 14º Não são provisões da Política de Assistência Social os itens referentes às órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, próteses dentárias, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 15º As provisões relativas à programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, defesa civil, habitação e demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da Assistência Social.

Art. 16º É vedada concessão cumulativa de benefícios eventuais municipais, sendo estes de forma continuada ou única.

Art. 17º As despesas decorrentes desta Resolução ocorrerão por conta de dotação orçamentária própria, previstas na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social, a cada exercício financeiro.

Art. 18º Revoga-se a Resolução nº 03, de 02 de abril de 2018.

Art. 19º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ilhota, 13 de julho 2020.

Patrícia Machiaveli Thomaz Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Ilhota	
--	--

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 093, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638716

DECRETO Nº. 093, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DE REMANEJAMENTO, EXERCÍCIO 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar de Remanejamento, ao orçamento do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2020, na importância de R\$ 1.045.000,00 (um milhão e quarenta e cinco mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	6	1.002	Aplicações Diretas	150.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.102	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE – PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	20	1.064	Aplicações Diretas	10.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	21	1.002	Aplicações Diretas	16.000,00
PROJ/ATIV. – 2.103	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL – PSB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	27	1.064	Aplicações Diretas	44.000,00
PROJ/ATIV. – 2.104	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA – ESF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	33	1.064	Aplicações Diretas	150.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	34	1.002	Aplicações Diretas	110.000,00
UNIDADE – 14.05	MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
PROJ/ATIV. – 2.111	MANUTENÇÃO DO TETO MUNICIPAL MAC AMBULATORIAL E HOSPITALAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	54	1.002	Aplicações Diretas	565.000,00
Total				1.045.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	1.002	Aplicações Diretas	80.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	4	1.002	Aplicações Diretas	70.000,00
PROJ/ATIV. – 2.112	MANUTENÇÃO DA CRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	16	1.002	Aplicações Diretas	80.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.101	MANUTENÇÃO DO PAB FIXO			
3.3.90.00.00.00.00.00	19	1.064	Aplicações Diretas	101.000,00
PROJ/ATIV. – 2.102	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE – PACS			
3.3.90.00.00.00.00.00	22	1.064	Aplicações Diretas	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.103	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE SAÚDE BUCAL – PSB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	24	1.002	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	26	1.002	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	28	1.002	Aplicações Diretas	24.000,00
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA - NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.1.90.00.00.00.00.00	36	1.002	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00	38	1.002	Aplicações Diretas	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	40	1.002	Aplicações Diretas	10.000,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE – PMAQ			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	45	1.064	Aplicações Diretas	11.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	46	1.064	Aplicações Diretas	87.000,00
UNIDADE – 14.06	INVESTIMENTOS			
PROJ/ATIV. – 1.100	PROGRAMA DE REQUALIFICAÇÃO DE UBS – CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	57	1.002	Aplicações Diretas	30.000,00
PROJ/ATIV. – 1.101	AQUISIÇÃO DE AREA E REFORMAS E UNIDADES DE SAUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	60	1.002	Aplicações Diretas	50.000,00
PROJ/ATIV. – 1.102	INCENTIVO PARA CONSTRUÇÃO DE POLOS DE ACADEMIAS DA SAUDE BASICA (PI)			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	63	1.002	Aplicações Diretas	10.000,00
PROJ/ATIV. – 1.103	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	66	1.002	Aplicações Diretas	10.000,00
PROJ/ATIV. – 1.104	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E AMBULANCIAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	69	1.002	Aplicações Diretas	20.000,00
Total				608.000,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.009	PRECATÓRIOS E OUTRAS DESPESAS JUDICIAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	26	1.000	Aplicações Diretas	337.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	27	1.000	Aplicações Diretas	100.000,00
Total				437.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2018-2021 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2020.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Imaruí, 10 de setembro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

## DECRETO Nº. 094, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638718

DECRETO Nº. 094, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de COVID-19, DIANTE DA PORTARIA PUBLICADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE Nº 592/SES/2020, com redação dada pela Portaria nº 658/SES/2020, A SEREM OBSERVADAS NO MUNICÍPIO DE IMARUÍ DIANTE DA ATUAL MATRIZ DE RISCO (GRAVÍSSIMA) DIVULGADA PELO ESTADO PARA A REGIÃO.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Art. 61, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e ainda:

Considerando que a Portaria da Secretaria de Estado da Saúde nº 464/SES/2020 instituiu o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID-19;

Considerando o monitoramento constante da situação pandêmica regional pelo Estado de Santa Catarina, que apresenta subsídios e recomendações à decisão para o enfrentamento ao Coronavírus (COVID-19);

Considerando a informação contida na matriz do risco potencial para COVID-19 publicada pelo Governo do Estado de Santa Catarina em 09 de setembro próximo passado, reclassificando nossa Região de Saúde em risco potencial gravíssimo;

Considerando as últimas Recomendações do Comitê Extraordinário Regional da Associação de Municípios da Região de Laguna – CER REGIÃO DE LAGUNA – COVID-19;

Considerando a Portaria nº 592/SES/2020, com redação dada pela Portaria nº 658/SES/2020, ambas da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, editadas e publicadas em cumprimento a determinação judicial e com fundamento no art. 3º, art. 8º- A e art. 9º, § 3º, todos do Decreto Estadual nº 562/2020;

DECRETA:

#### CAPÍTULO I

##### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam adotadas as medidas elencadas neste Decreto para enfrentamento à emergência de saúde pública, decorrente do pandemia de COVID-19, sem prejuízo da utilização dos protocolos em saúde pública vigentes.

Art. 2º Fica determinado a Secretaria Municipal de Saúde e a Secretaria Municipal de Administração e Finanças que orientem aos órgãos da administração pública municipal para pleno cumprimento da Portaria nº 592/SES/2020, com redação dada pela Portaria nº 658/SES/2020, em especial a seu art. 3º, que trata das medidas de enfrentamento que devem ser adotadas nas regiões de saúde classificadas em risco potencial gravíssimo.

Art. 3º Fica determinado aos Secretários Municipais e equivalentes que implementem o atendimento remoto ou suspendam a prestação dos serviços de suas pastas, com exceção aos serviços públicos essenciais, definidos no Anexo Único deste Decreto, em cumprimento ao fixado pelo Estado de Santa Catarina no inciso VI do art. 3º da Portaria nº 592/SES/2020.

Parágrafo único. Cada Secretário Municipal poderá editar e publicar portaria para cumprimento desta determinação.

#### CAPÍTULO II

##### NORMAS GERAIS

Art. 4º Ficam estabelecidas como normas gerais a serem cumpridas por todos os estabelecimentos, sob pena de encerramento de suas atividades, nos termos do art. 34 deste Decreto e art. 3º, inciso VII, da Portaria SES nº 592/2020:

I – uso obrigatório de máscara;

II – distanciamento mínima de 1,5m (um metro e meio) entre cada pessoa, podendo o estabelecimento estabelecer regras mais restritivas;

III – prioridade a ventilação natural; e

IV – disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

Parágrafo único. O cumprimento das normas gerais não exime o estabelecimento da observância de normas específicas estabelecidas no presente Decreto e em Portarias da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

#### CAPÍTULO III

##### QUANTO AO FUNCIONAMENTO DE SUPERMERCADOS E MERCADOS

Art. 5º Fica permitido o funcionamento de supermercados e mercados, de segunda a domingo, das 08h00min às 20h00min, desde que:

I – a quantidade de clientes existentes no interior do estabelecimento, em qualquer momento, não ultrapasse a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de segurança instalada e autorizada a funcionar, conforme art. 2º da Portaria SES nº 180/2020; e

II – não permita o ingresso concomitante de duas ou mais pessoas da mesma unidade ou grupo familiar.

#### CAPÍTULO IV

##### QUANTO AO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO DE MERCADORIAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (EXCETO CABELEREIROS, MANICURE, PEDICURE, DEPILAÇÃO, E ANÁLOGOS, INDEPENDENTE DE ATENDEREM EM UM MESMO LOCAL/SALA/SALÃO).

Art. 6º Fica permitido o funcionamento das atividades de comércio de mercadorias e prestação de serviços, condicionado ao cumprimento da Portaria SES Nº 244/2020, especialmente dos arts. 4º e 5º, nos seguintes dias e horários:

I – de segunda à sexta-feira até às 18h00min;

II – sábados, no período matutino, das 07h00min às 12h00min;

§ 1º Não está permitida qualquer atividade que demande aglomeração de pessoas, tal como àquelas denominadas por “Dia D” ou congêneres.

§ 2º Fica vedado o funcionamento aos domingos e feriados.

§ 3º Não estão abrangidos por este artigo os serviços de cabeleiros, manicure, pedicure, depilação, e análogos, independentemente de atenderem em um mesmo local/sala/salão.

#### CAPÍTULO V

##### QUANTO FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE CABELEIREIRO, MANICURE, PEDICURE, DEPILAÇÃO E ANÁLOGOS, INDEPENDENTE DO ATENDIMENTO SER NO MESMO LOCAL/SALA/SALÃO.

Art. 7º Fica permitido o funcionamento das atividades de cabeleireiro, manicure, pedicure, depilação e análogos, independente do atendimento

ser no mesmo local, de segunda-feira a sábado, até às 20h00min, desde que satisfeitas todos os protocolos de segurança sanitária, inclusive a manutenção da distância de 1,5m entre clientes.

§ 1º Fica vedado o funcionamento aos domingos e feriados.

§ 2º A autorização contida no caput fica condicionada ao cumprimento da Portaria SES N° 223/2020, especialmente dos arts. 2º e 4º.

## CAPÍTULO VI

### QUANTO AOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO.

#### Seção I

Dos restaurantes, lanchonetes, pizzarias, churrascarias e conveniências

Art. 8º Fica permitido o funcionamento de restaurantes, lanchonetes, pizzarias, churrascarias e lojas de conveniência, condicionado ao cumprimento da Portaria SES nº 256/2020, diariamente até às 22h00min, sem atendimento por rodízio e obedecidos os parágrafos abaixo.

§ 1º Até as 22h00min está permitido o funcionamento para atendimento exclusivo com ofertas por cardápio, conhecidos serviços "à la carte".

§ 2º Durante o funcionamento, independente do horário, os atendimentos presenciais estão limitados a 50% da capacidade máxima de clientes assentados permitida para o estabelecimento, com distanciamento mínimo de 1,5 metros entre os clientes, exceto se tratar de pais e filhos ou casal.

§ 3º Diante do limite no número de clientes presencias previsto no parágrafo anterior, deverão ser recolhidas ou terem o acesso ao público completamente inabilitado as estruturas físicas de acomodações que excederem o percentual de capacidade estabelecido, tais como: mesas, cadeiras, banquetas e afins.

§ 4º Após as 22h00min é permitido o funcionamento apenas por tele entrega (delivery) e retirada no balcão (take away), inclusive nos finais de semana e feriados.

§ 5º Quando a comercialização se der por tele entrega (delivery), deve-se obedecer às normas de boas práticas definidas na Portaria SES nº 237/2020.

§ 6º Quando a comercialização se der através da retirada do produto no balcão (take away), fica proibido o consumo de qualquer espécie de bebidas e gêneros alimentícios no local, pelo cliente optante por essa forma de atendimento.

§ 7º As demais regras sanitárias vigentes ficam mantidas, tais como o uso de álcool 70% e máscaras.

§ 8º É obrigatória, a cada uso ou contato, a higienização de superfícies e objetos de uso comum, tais como: mesas, cadeiras, maçanetas, superfície do buffet, balcões, cardápios, galheteiros, bisnagas e recipientes em geral com álcool 70%, além dos procedimentos de higiene da cozinha e do(s) banheiro(s);

§ 9º Para fins deste decreto, fica entendido como lanchonete o estabelecimento que comercialize qualquer produto alimentício pronto ao consumo, exceto se a oferta se tratar de refeição.

§ 10. Considera-se restaurante, para fins deste decreto, o estabelecimento que comercializar refeições, almoço e/ou jantar.

#### Seção II

Dos food trucks e ambulantes

Art. 9º Fica permitido o funcionamento de food trucks ou ambulantes, de segunda a domingo, inclusive feriados, com atendimento exclusivamente por tele entrega (delivery) e retirada no balcão (take away).

§ 1º Quando a comercialização se der por tele entrega (delivery), deve-se obedecer às normas de boas práticas definidas na Portaria SES nº 237/2020.

§ 2º Fica proibido o consumo de qualquer espécie de bebidas e gêneros alimentícios no local.

#### Seção III

Dos bares e similares

Art. 10. Fica permitido o funcionamento de bares e similares, condicionado ao cumprimento da Portaria SES nº 256/2020, somente de segunda a sexta feira, até às 18h00min.

§ 1º Fica vedada a prática de quaisquer tipos de jogos nas dependências do estabelecimento.

§ 2º Fica vedado o funcionamento aos sábados, domingos e feriados.

§ 3º Por bares e similares são entendidos, para fins deste decreto, os estabelecimentos que comercializam exclusivamente bebidas, alcoólicas ou não.

## CAPÍTULO VII QUANTO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS E PRIVADOS

Art. 11. Fica proibida aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de eventos ou atividades de qualquer natureza, exceto missas e cultos de qualquer natureza realizadas no interior do templo, na forma do art. 12 deste Decreto, conforme art. 3º, incisos II e V, da Portaria SES nº 592/2020.

Parágrafo único. Inclui-se na vedação do caput deste artigo a realização em residências de eventos, festas, recepções, encontros ou análogos, quando houver presença de pessoa não domiciliada no local da ocorrência, nos termos do art. 1º, § 2º, da Portaria SES nº 348/2020.

## CAPÍTULO VIII QUANTO A REALIZAÇÃO DE MISSAS E CULTOS DE QUALQUER NATUREZA

Art. 12. Fica permitida a realização de missas e cultos de qualquer natureza, desde que a atividade se desenvolva dentro do templo, de segunda a domingo, com encerramento das atividades, impreterivelmente, até às 21h00min.

Parágrafo único. A realização das atividades previstas neste artigo fica condicionada ao cumprimento das normativas de funcionamento estabelecidas pela Portaria SES nº 254/2020, com redação dada pela Portaria SES nº 269/2020, além de:

I – ocupação máxima de 30% da capacidade total instalada para participantes;

II – a utilização de máscaras por todos os participantes, inclusive coordenadores, auxiliares e presidente do culto ou missa;

III – fica vedado a participação ou apresentação de coral, grupo de canto ou qualquer reunião de pessoas com o objetivo de promover cantos ou hinos de louvor nas atividades previstas no caput deste artigo;

IV – fica vedado o compartilhamento de microfones e de qualquer instrumento;

V – deve ser mantida a distância mínima de 1,5 metros entre cada participante e, obedecidos todos os demais protocolos específicos em saúde aplicáveis para esta atividade;

VI – fica autorizado a participação de apenas um músico, com a utilização de microfone exclusivo, mantida a distância mínima de 1,5 metros do altar e dos assistentes e dirigente e demais medidas gerais.

## CAPÍTULO IX QUANTO A REALIZAÇÃO DE LIVES E DE APRESENTAÇÃO DE MÚSICA AO VIVO

Art. 13. Para realização das lives é obrigatória autorização prévia expressa da autoridade sanitária municipal, que avaliará, dentre outros requisitos sanitários e de segurança, o local que se quer realizar, a não aglomeração de pessoas e a não comercialização de bebidas e gêneros alimentícios.

Art. 14. Fica vedada a realização de apresentação musical, em locais ou estabelecimentos, públicos ou privados, de qualquer natureza, seja por um músico ou em quantidade superior, conforme art. 3º, inciso II, da Portaria SES nº 592/2020, exceto as lives, na forma descrita no artigo anterior.

## CAPÍTULO X QUANTO A UTILIZAÇÃO DE PARQUES, PRAÇAS, PRAIAS, RIOS, LAGOAS E CACHOEIRAS

Art. 15. Fica proibida a concentração e permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praças, praias, rios, lagoas e cachoeiras, com exceção a prática de esportes individuais, conforme art. 3º, inciso IV, da Portaria SES nº 592 /2020 e regulamentado pela Portaria SES nº 275/2020.

## CAPÍTULO XI QUANTO AO FUNCIONAMENTO DE ACADEMIAS

Art. 16. Fica proibida a prática de atividades esportivas em academias conhecidas como "academias ao ar livre", estabelecidas em praças, parques, locais de caminhada, áreas públicas e congêneres, em cumprimento ao art. 3º, inciso IV, da Portaria SES nº 592 /2020.

Art. 17. Fica permitido o funcionamento de academias privadas, de segunda a sexta-feira até às 22h00min (fechada sem clientes), com limitação do número de clientes dentro do estabelecimento a, no máximo, 30% de sua capacidade, e cumpridos as demais medidas da Portaria SES nº 258 de 21/04/2020.

## CAPÍTULO XII QUANTO AS ATIVIDADES ESPORTIVAS COLETIVAS AMADORAS

Art. 18. Fica vedada a prática de atividades esportivas coletivas amadoras, como por exemplo, basquete, vôlei, futebol, entre outras modalidades e que envolvam duas ou mais pessoas, em cumprimento à Portaria SES nº 626/2020 e art. 2º, §3º da Portaria SES nº 664/2020.

### CAPÍTULO XIII QUANTO A HOTÉIS, POUSADAS E SIMILARES

Art. 19. As atividades de hotéis, pousadas e similares, devem observar a ocupação máxima de 50% de sua capacidade total de hospedagem e demais medidas elencadas no art. 2º Portaria SES nº 244/2020, com redação dada pela Portaria SES nº 666/2020.

Parágrafo único. O funcionamento de restaurante, academias e demais espaços destinados ao público, estabelecidas no interior dos hotéis, pousadas e similares, devem observar as regras próprias previstas neste Decreto e nas Portarias da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina para essas atividades.

### CAPÍTULO XIV QUANTO A REALIZAÇÃO DE VELÓRIOS

Art. 20. A realização de velórios deve obedecer às seguintes condições, além de normas sanitárias específicas vigentes:

I – o tempo máximo de duração está limitado a seis horas, devendo a capela ou local do velório permanecer fechado da 00h00min às 06h00min do dia seguinte, salvo para recepção e preparo do corpo;

II – entrada e permanência em qualquer das áreas internas da capela mortuária ou local de ocorrência está limitada a 10 (dez) pessoas, independente da capacidade do ambiente;

III – o distanciamento entre os participantes, na área interna e externa do ambiente, deve ser de, no mínimo, 1,5 metros;

IV – as celebrações de despedidas devem ser realizadas no local do velório e, está limitada a presença de 10 (dez) pessoas, no máximo;

V – os sepultamentos poderão ocorrer somente até às 17h30min;

VI – Fica vedado a utilização de residências para velório, salvo quando autorizado pela autoridade sanitária local.

Parágrafo único. No caso de óbitos por COVID-19, mesmo que por suspeita, além das normas descritas neste Capítulo, o velório deve seguir a Nota Técnica Conjunta nº 025/2020 DIVS/DIVE/SUV/SES/SC, caso haja interesse dos familiares na sua realização, no que for mais restritivo.

### CAPÍTULO XV QUANTO AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO

Art. 21. Ficam suspensas as aulas presenciais de ensino nas unidades das redes pública e privada de ensino, em todos os níveis de educação, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA), conforme art. 3º, inciso III da Portaria SES nº 592/2020, com redação dada pela Portaria SES nº 658/2020.

Art. 22. Ficam autorizadas aulas práticas de cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados nas modalidades de ensino superior e pós-graduação, conforme art. 3º, inciso VIII, alínea "o", da Portaria SES nº 592/2020, com redação dada pela Portaria SES nº 658/2020.

Parágrafo único. A autorização contida no caput quanto à realização de aulas práticas em cursos técnicos fica condicionada ao cumprimento da Portaria SES nº 448/2020.

Art. 23. Ficam autorizadas as atividades escolares de ensino presencial, realizadas por estabelecimentos públicos e privados, para a modalidade cursos livres, de acordo com a Portaria SES nº 352/2020.

§1º Para efeitos do caput, cursos livres são aqueles considerados como educação não formal de duração variável. Enquadram-se na categoria de Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional, proporcionando ao aluno conhecimentos que lhe permitam inserir-se no mercado de trabalho ou ainda aperfeiçoar seus conhecimentos em área específica, conforme Portaria SES nº 357/2020.

§ 2º A autorização contida no caput fica condicionada ao cumprimento da Portaria SES nº 352/2020, quanto à forma de realização (presencial ou virtual), estrutura necessária à realização das atividades presenciais e idade dos alunos (art. 1º, §§ 2º a 5º), bem como às obrigações e medidas definidas nos arts. 2º e 3º.

### CAPÍTULO XVI QUANTO AOS CENTROS DE FORMAÇÃO DE CONDUTORES (AUTO ESCOLAS)

Art. 24. Fica autorizado o funcionamento dos Centros de Formação de Condutores (Auto Escolas), condicionado ao cumprimento das determinações da Portaria SES nº 238/2020, especialmente o art. 2º, § 8º.

Art. 25. Ficam autorizadas as aulas teóricas presenciais em Centros de Formação de Condutores (Auto Escolas), conforme prevê o art. 3º, inciso VIII, alínea "o" da Portaria SES nº 592/2020, com redação dada pela Portaria SES nº 658/2020, condicionada a sua realização ao cumprimento do art. 2º, §1º, da Portaria SES nº 238/2020, com redação dada pelas Portarias SES nos 347/2020 e 677/2020.

Art. 26. A realização das aulas práticas fica condicionada ao cumprimento da Portaria SES nº 238/2020, especialmente o art. 2º, §§ 2º a 7º.

**CAPÍTULO XVII****QUANTO A AGÊNCIAS BANCÁRIAS, CORRESPONDENTES BANCÁRIOS, LOTÉRICAS E COOPERATIVAS DE CRÉDITO**

Art. 27. Fica autorizado o funcionamento de agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito, condicionado ao cumprimento da Portaria SES nº 192/2020, com redação dada pela Portaria SES nº 216/2020, especialmente:

I – providenciar o controle de acesso, a marcação de lugares reservados aos clientes, o controle da área externa do estabelecimento, bem como a organização das filas para que seja mantida a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa;

II – estabelecer que as pessoas que acessarem e saírem do estabelecimento façam a higienização com álcool-gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, disponibilizando em pontos estratégicos como na entrada do estabelecimento, nos corredores, balcões e mesas de atendimento dispensadores para uso dos clientes e funcionários;

III – o ingresso no estabelecimento será feito em número proporcional à disponibilidade de atendentes, evitando aglomerações em seu interior;

IV – deve ser dado atendimento preferencial e especial a idosos, hipertensos, diabéticos e gestantes garantindo um fluxo ágil de maneira que estas pessoas permaneçam o mínimo de tempo possível no interior do estabelecimento.

V – os caixas eletrônicos de autoatendimento ou qualquer outro equipamento que possua painel eletrônico de contato físico deverão ser higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas, após cada uso, ou ser disponibilizado ao lado do teclado de forma fixa dispensador contendo álcool gel;

VI – efetuar o controle de acesso, mantendo trabalhador na porta da unidade para orientar os associados/as que buscarem atendimento, o qual deverá estar utilizando máscara facial cirúrgica ou máscara tipo Face Shield (proteção de face), fazendo triagem para encaminhar ao atendimento um associado por vez, somente na condição de ser emergencial, e orientando para que os demais atendimentos sejam feitos por meio eletrônico ou por telefone.

**CAPÍTULO XVIII****QUANTO AOS PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS OU LIBERAIS DE SAÚDE**

Art. 28. Fica autorizada a realização de atividades exercidas por profissionais autônomos ou liberais de saúde, tais como médicos, médicos veterinários, fisioterapeutas, odontólogos, biomédicos, enfermeiros, psicólogos, fonoaudiólogos, farmacêuticos, nutricionistas, entre outros, condicionada ao cumprimento da Portaria SES Nº 223/2020, especialmente dos arts. 2º e 4º.

**CAPÍTULO XIX****QUANTO A CONSTRUÇÃO CIVIL, OBRAS DE INFRAESTRUTURA E ATIVIDADES RELACIONADAS**

Art. 29. Ficam autorizadas as atividades vinculadas à Construção Civil, inclusive aquelas prestadas por profissionais liberais ou autônomos, englobando construção de edifícios, obras de infraestrutura e serviços especializados para construção.

Parágrafo único. Fica autorizado também o funcionamento dos estabelecimentos comerciais de materiais de construção, ferragens, ferramentas, material elétrico, cimento, tintas, vernizes e materiais para pintura, mármore, granitos e pedras de revestimento, vidros, espelhos e vitrais, madeira e artefatos, materiais hidráulicos, cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas.

Art. 30. As autorizações previstas no caput e parágrafo único do artigo anterior ficam condicionadas ao cumprimento da Portaria SES nº 214/2020.

**CAPÍTULO XX****QUANTO AO TRANSPORTE COLETIVO URBANO MUNICIPAL**

Art. 31. Fica autorizado a retomada do transporte coletivo urbano municipal, condicionada ao cumprimento pelas empresas que exercem a atividade, das seguintes medidas de enfrentamento à COVID-19:

I – Realizar teste rápido nos colaboradores que retornarão ao trabalho e encaminhá-los para avaliação médica se positivo.

II – Afastar imediatamente de suas funções, sem prejuízo de salários, os profissionais que apresentarem sintomas gripais conforme descrição do Ministério da Saúde.

III – Garantir o distanciamento mínimo de 1,5 metro entre os usuários do transporte coletivo, limitando o número de passageiros em 50% do total da capacidade do veículo, na forma zig-zag, sentados, e realizar a demarcação nos pontos em que os passageiros poderão permanecer de pé no interior do veículo;

IV – Garantir/disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades por seus colaboradores, no enfrentamento da pandemia;

V – Determinar para que todas as pessoas envolvidas com a operação de transporte de passageiros, utilizem, obrigatoriamente, máscaras de tecido como barreira, sendo facultativa a utilização de faceshield durante todo o expediente, seguindo as orientações de uso conforme já descritas na Portaria SES nº 224/2020;

VI – Disponibilizar álcool 70%, preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar para a higienização das mãos, no interior do veículo, exigindo que antes de ingressar no veículo todas as pessoas efetuem a higienização das mãos;

VII – Manter o interior do veículo bem ventilado, preferencialmente com ventilação natural por meio de janelas e escotilhas de ventilação abertas;

VIII – Manter os ônibus limpos, higienizando, a cada itinerário, os pega-mãos, corrimãos, catracas, equipamentos de bilhetagem ou congêneres e demais superfícies onde há o constante contato das mãos dos passageiros, do motorista e do cobrador;

IX – Disponibilizar álcool em gel 70% para os motoristas, cobradores e passageiros, evitando a possível circulação do vírus que pode se dar pelo toque de mãos e, apesar de não ser muito conhecido, por meio de objetos contaminados (cartões, moedas etc.);

X – Reorganizar as escalas e itinerários, reduzindo/limitando a circulação dos coletivos;

XI – Instruir/treinar seus colaboradores sobre os meios de transmissão do coronavírus, de forma a evitar o contágio, transformando-os em multiplicadores/disseminadores dessas informações aos demais colegas de trabalho e aos passageiros;

## CAPÍTULO XXI

### QUANTO A OBRIGATORIEDADE DO USO DE MÁSCARAS

Art. 32. Fica determinada a fiscalização e cumprimento da Lei Federal nº 13.979/2020, com o acréscimo da Lei Federal nº 14.019/2020, que torna o uso obrigatório de máscaras por toda a população, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos coletivos, táxi, Uber e análogos, aeronaves ou embarcações de uso coletivo.

## CAPÍTULO XXII

### QUANTO A FISCALIZAÇÃO, SANÇÃO E DISPOSIÇÃO FINAIS.

Art. 33. Em cumprimento ao disposto no art. 5º da Portaria nº 464 e art. 3º, inciso VII da Portaria nº 592, ambas da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, é de responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, Defesa Civil, Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e demais órgãos fiscalizadores, quando for o caso, fiscalizar todos os estabelecimentos comerciais, locais públicos e privados com vistas a garantir o cumprimento das medidas sanitárias exigidas.

Art. 34. Os estabelecimentos flagrados em descumprimento as regras sanitárias vigentes, sejam elas específicas ou gerais, deverão ter suas atividades imediatamente encerradas, conforme art. 3º, inciso VII, da Portaria SES nº 592/2020.

Art. 35. As medidas para enfrentamento à COVID-19 neste território podem ser reavaliadas a qualquer tempo, caso seja necessário.

Art. 36. Os casos omissos e as situações especiais serão analisados pela Secretaria Municipal de Saúde com decisão e emissão de parecer técnico.

Art. 37. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de setembro de 2020, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e, no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 10 de setembro de 2020.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

## ANEXO ÚNICO

ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS PRESTADOS PELOS ÓRGÃOS PÚBLICOS MUNICIPAIS, em atendimento a Portaria nº 592 da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, em cumprimento ao art. 3º, art. 8º-A e art. 9º, § 3º, todos do Decreto Estadual nº 562/2020.

I – Serviços de assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;

II – Serviços de assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;

III – Serviços e atividades de segurança pública, incluídas a vigilância, a guarda e a custódia de presos;

IV – Órgão e atividades da defesa civil;

V - Telecomunicações e internet;

VI - Captação, tratamento e distribuição de água;

VII – Captação, tratamento e destinação de esgoto e lixo;

VIII - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia;

IX - Iluminação pública;

X - Serviços funerários, inclusive capela;

XI - Vigilância sanitária, epidemiológica e fitossanitária;

XII - Inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;

XII - controle de trânsito e tráfego, aéreo, aquático ou terrestre;

XIII - Fiscalização ambiental;

XIV – Manutenção do Centro de Controle de Zoonoses e dos serviços públicos de cuidados com animais em cativeiro;

XV – Comunicação Social e imprensa;

XVI - Atividades finalísticas de órgão municipal encarregado das obras públicas em execução, bem como daquelas necessárias ao combate a pandemia ou pela segurança da coletividade;

XVII – Serviços de atenção e orientação ao consumidor, PROCON;

XVIII – Serviços e órgãos municipais necessários às compras e licitações de produtos e serviços;

XIX – Órgão municipal encarregado do atendimento do sistema nacional de emprego (SINE);

# Imbituba

## PREFEITURA

### ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEINFRA Nº 005/2020

Publicação Nº 2638584

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEINFRA Nº 005, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a transferência de Permissão para prestação de Serviço de Táxi e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de sua competência atribuída pelo art. 4º, da Lei Complementar nº 4.995, de 26 de fevereiro de 2019, e seus incisos;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o disposto no Art. 19º, da Lei Complementar nº 4.995/2019;

Considerando o Art. 27, Inciso I, "d", da Lei Complementar 4.800/2017;

Considerando o disposto no Art. 94 da Lei Orgânica do Município, consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61, de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II, "d" e "e";

Considerando o Parecer Jurídico, integrante do Protocolo 9347/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADA a transferência de Permissão da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 04 – Av. Nereu Ramos (frente ao Bar Rosana) com rodízio Rodoviária, Imbituba-SC, do Senhor JOSÉ DOS PASSOS ULIANA, CPF nº 432.884.489-04, para o Senhor LEONARDO ESTÁCIO PEREIRA, CPF nº 021.063.909-12, nos termos do Processo Administrativo nº 9347/2020.

Art. 2º - Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de setembro de 2020.

Edilson Misael Antunes da Silva

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se.

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

### ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEINFRA Nº 006/2020

Publicação Nº 2638580

ATO ADMINISTRATIVO PMI/SEINFRA Nº 006, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a transferência de Permissão para prestação de Serviço de Táxi e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO, no uso de sua competência atribuída pelo art. 4º, da Lei Complementar nº 4.995, de 26 de fevereiro de 2019, e seus incisos;

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

Considerando o disposto no Art. 19º, da Lei Complementar nº 4.995/2019;

Considerando o Art. 27, Inciso I, "d", da Lei Complementar 4.800/2017;

Considerando o disposto no Art. 94 da Lei Orgânica do Município, consubstanciado no disposto no Decreto PMI nº 61, de 2 de abril de 2016, especialmente no Art. 2, inciso II, "d" e "e";

Considerando o Parecer Jurídico, integrante do Protocolo 7799/2020;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADA a transferência de Permissão da prestação de Serviço de Táxi, Ponto nº 05 – Av. Irineu Bornhausen (frente ao Supermercado Althoff) com rodízio Av. Nereu Ramos (frente as lojas Magazine Luiza, Imbituba-SC, da Senhora ROSANGELA APARECIDA PEDROZO, CPF nº 880.347.989-91, para o Senhor MARCOS ROBERTO CORDEIRO, CPF nº 070.321.649-00, nos termos do Processo Administrativo nº 7799/2020.

Art. 2º - Este Ato Administrativo entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de setembro de 2020.

Edilson Misael Antunes da Silva

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Registre-se e Publique-se.

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

**DECRETO PMI Nº 211, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639550

**DECRETO PMI Nº 211, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.**

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, SC, no exercício das atribuições que lhe são conferidas através da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no Art. 42 ao 45 e Art. 47 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123/2006,

**DECRETA:**

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional; e,

II - Ampliar a eficiência das políticas públicas.

III - Incentivar a inovação tecnológica;

IV - Fomentar o desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais e associativismo.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública municipal direta, os fundos especiais, as autarquias, e as fundações públicas, e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Município.

§ 2º Para fins do disposto neste Decreto, serão beneficiados pelo tratamento favorecido apenas o produtor rural pessoa física e o agricultor familiar conceituado na Lei Federal nº 11.326/2006, que estejam em situação regular junto à Previdência Social e ao Município e tenham auferido receita bruta anual até o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

§ 3º O Microempreendedor Individual - MEI é modalidade de microempresa, sendo vedado impor restrições no que concerne à sua participação em licitações em função de sua natureza jurídica.

Art. 2º Sem prejuízo da economicidade, as compras de bens e serviços por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, deverão ser planejadas de forma a possibilitar a mais ampla participação de microempresas e empresas de pequeno porte locais ou regionais, ainda que por intermédio de consórcios ou cooperativas.

§ 1º Para os efeitos deste artigo:

I - Poderá ser utilizada a licitação do tipo menor preço por item;

II - Considera-se licitação do tipo menor preço por item aquela destinada à aquisição de diversos bens ou à contratação de serviços pela Administração, quando estes bens ou serviços puderem ser adjudicados a licitantes distintos.

§ 2º Quando não houver possibilidade de atendimento do disposto no "caput", em decorrência da natureza do produto, a inexistência na região de, pelo menos, 3 (três) fornecedores considerados de pequeno porte, exigência de qualidade específica, risco de fornecimento considerado alto ou qualquer outro aspecto impeditivo da participação de microempresas ou empresas de pequeno porte, essa circunstância deverá, obrigatoriamente, ser justificada no processo.

Art. 3º Para a ampliação da participação das microempresas e empresas de pequeno porte nas licitações, os órgãos ou entidades contratantes:

I - Terão por objetivo estabelecer e divulgar um planejamento anual das contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa de quantitativo e de data das contratações no sítio oficial do município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;

II - Deverão padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços contratados, de modo a orientar as microempresas e empresas de pequeno porte para que adequem os seus processos produtivos;

III - Deverão, na definição do objeto da contratação, não utilizar especificações que restrinjam injustificadamente a participação das microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente ou na região;

IV - Sempre que possível, condicionar a contratação ao emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação.

Art. 4º As necessidades de compras de gêneros alimentícios perecíveis e outros produtos perecíveis, por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município, serão preferencialmente adequadas à oferta de produtores locais ou regionais.

§ 1º As compras deverão, sempre que possível, ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias, para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando à economicidade.

§ 2º A aquisição, salvo razões preponderantes, devidamente justificadas, deverá ser planejada de forma a considerar a capacidade produtiva dos fornecedores locais ou regionais, a disponibilidade de produtos frescos e a facilidade de entrega nos locais de consumo, de forma a evitar custos com transporte e armazenamento.

Art. 5º Salvo razões preponderantes, a alimentação fornecida ou contratada por parte dos órgãos da Administração Direta do Município, suas autarquias e fundações, sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades de direito privado controladas, direta ou indiretamente, pelo Município terá o cardápio padronizado e a alimentação balanceada com gêneros usuais do local ou da região.

Art. 6º Nas aquisições de bens ou serviços comuns na modalidade pregão, que envolvam produtos de pequenas empresas ou de produtores rurais, estabelecidos na região, salvo razões fundamentadas, deverá ser dada preferência pela utilização do pregão presencial.

Art. 7º Nos procedimentos de licitação, deverá ser dada a mais ampla divulgação aos editais, inclusive junto às entidades de apoio e representação das microempresas e das pequenas empresas para divulgação em seus veículos de comunicação (LC federal nº 123/06, art. 47).

Art. 8º Para os fins do artigo anterior, os órgãos responsáveis pela licitação deverão celebrar convênios com as entidades referidas no "caput" para divulgação da licitação diretamente em seus meios de comunicação (LC federal nº 123/06, art. 47).

DO ENQUADRAMENTO

Art. 9º Para fins do disposto neste Decreto, o enquadramento como:

I - Microempresa ou empresa de pequeno porte se dará nos termos do art. 3º, caput, incisos I e II, e § 4º da Lei Complementar nº 123, de 2006;

II - Agricultor familiar se dará nos termos da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

III - Produtor rural pessoa física se dará nos termos da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

IV - Microempreendedor individual se dará nos termos do § 1º do art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

V - Sociedade cooperativa se dará nos termos do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e do art. 4º da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

Parágrafo único. O licitante é responsável por solicitar seu desenquadramento da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte quando houver ultrapassado o limite de faturamento estabelecido no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, no ano fiscal anterior, sob pena de ser declarado inidôneo para licitar e contratar com a administração pública, sem prejuízo das demais sanções, caso usufrua ou tente usufruir indevidamente dos benefícios previstos neste Decreto.

Art. 10 Deverá ser exigida do licitante a ser beneficiado por este Decreto, a declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos art. 42 ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, conforme modelo de declaração.

#### DA EXCLUSIVIDADE

Art. 11 Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

Art. 12 Para cumprimento do disposto no artigo anterior, a Administração Pública deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Parágrafo único. Será considerado, para efeitos dos limites de valor estabelecidos neste artigo, cada item separadamente ou, nas licitações por preço global, o valor esmado para o grupo ou o lote da licitação que deve ser considerado como um único item. Assim, deve-se sempre observar os valores individualmente aplicando a exclusividade aos itens ou lotes que não excederem o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

#### DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

Art. 13 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 1º Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

§ 2º Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º deste artigo será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

§ 3º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta válida não houver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 14 A preferência de que trata o caput do artigo anterior será concedida da seguinte forma:

I – A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput deste artigo, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos § 1º e 2º do art. 6, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos § 1º e 2º do art. 6, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

§ 1º No caso de pregão, a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

§ 2º Nas demais modalidades de licitação, o prazo para os licitantes apresentarem nova proposta será de até 1 dia útil, a contar da sessão de julgamento das propostas.

#### DO SISTEMA DE COTAS

Art. 15 Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, ou apresentar risco à obtenção da proposta mais vantajosa, a Administração Pública deverá reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresa e empresa de pequeno porte.

§ 1º O disposto neste artigo não impede a contratação das microempresas ou das empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

§ 2º O instrumento convocatório deverá prever que, na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

§ 3º Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

§ 4º Nas licitações por Sistema de Registro de Preço ou por entregas parceladas, o instrumento convocatório deverá prever a prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades

ou as condições do pedido, justificadamente.

§ 5º Não se aplica o benefício disposto neste artigo quando os itens ou os lotes de licitação possuírem valor esmado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), tendo em vista a aplicação da licitação exclusiva prevista no art. 4º.

#### DA SUBCONTRATAÇÃO DAS MPES

Art. 16 Nas licitações destinadas à aquisição de obras e serviços, a Administração Pública poderá estabelecer no instrumento convocatório a exigência de subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções legais, determinando:

I - O percentual mínimo a ser subcontratado e o percentual máximo admitido, a serem estabelecidos no edital, sendo vedada a subcontratação total;

II - Que as microempresas e empresas de pequeno porte a serem subcontratadas sejam indicadas e qualificadas pelos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

III - Que, no momento da habilitação e ao longo da vigência contratual, seja apresentada a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no art. 2º;

IV - Que a empresa contratada comprometa-se a substituir a subcontratada na hipótese de extinção da subcontratação, notificando a Administração Pública sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar inviabilidade de substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada;

§ 1º Não será admitida a subcontratação para fornecimento de bens.

§ 2º É vedada a exigência no instrumento convocatório de subcontratação de itens ou parcelas determinadas ou de empresas específicas.

§ 3º Nas licitações com exigência de subcontratação, a prioridade de contratação prevista neste inciso somente será aplicada se o licitante for microempresa ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente ou for um consórcio ou uma sociedade de propósito específico formada exclusivamente por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente;

Art. 17 A empresa contratada responsabilizar-se-á pela padronização, compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

Art. 18 Se constar no instrumento convocatório a exigência de subcontratação, a Administração Pública deverá alertar quanto à inaplicabilidade deste instituto quando o licitante for microempresa e empresa de pequeno porte; consórcio composto em sua totalidade por microempresas e empresas de pequeno porte, respeitado o disposto no art. 33 da Lei Federal 8.666/93; e consórcio composto parcialmente por microempresas ou empresas de pequeno porte com participação igual ou superior ao percentual exigido de subcontratação.

Art. 19 São vedadas:

I - A subcontratação das parcelas de maior relevância técnica, assim definidas no edital;

II - A subcontratação de microempresas e empresas de pequeno porte que estejam participando da licitação; e

III - A subcontratação de microempresas ou empresas de pequeno porte que tenham um ou mais sócios em comum com a empresa contratante.

#### DA REGIONALIDADE

Art. 20 Para efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Local ou municipal: o limite geográfico do município;

II - Regional: uma das alternativas a seguir, de conformidade com o que dispuser o instrumento convocatório:

a) O âmbito dos municípios constituintes da mesorregião e/ou da microrregião geográfica a que pertence o próprio Município, definida pelo IBGE para Santa Catarina;

b) O âmbito dos municípios constituintes da Associação dos Municípios a que pertence o próprio Município (Amurel - Associação dos Municípios da Região de Laguna);

c) O âmbito dos municípios, dentro do Estado, existentes dentro de um raio de distância, definido no instrumento convocatório, em quilômetros, superior aos limites geográficos do próprio Município;

d) Outro critério superior aos limites geográficos do próprio Município, dentro do Estado, desde que justificado.

Art. 21 Para a aplicação dos benefícios previstos poderá, de acordo com o art. 47, caput, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, ser concedida, justificadamente, prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:

a) Aplica-se o disposto neste inciso nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao melhor preço válido;

b) A prioridade será para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Imbituba/SC;

c) Não tendo microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Imbituba/SC, cuja proposta esteja no limite de 10% previsto no caput, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas em municípios da região da Amurel, conforme Art. 13, II;

d) Para a modalidade de pregão o limite previsto neste parágrafo, será verificado após a fase de lances verbais;

e) Nas licitações a que se refere o art. 15, a prioridade será aplicada apenas na cota reservada para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte;

f) Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/1993, a prioridade de contratação prevista neste artigo será aplicada exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos de aplicação das margens de preferência, observado o limite de vinte e cinco por cento estabelecido pela citada lei; e,

g) A aplicação do benefício previsto no "caput" e do percentual da prioridade adotado, limitado a dez por cento, deverá ser motivada, nos termos dos arts. 47 e 48, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

**DA REGULARIDADE FISCAL**

Art. 22 As microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar desde logo toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

§ 1º Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal quando da comprovação de que trata o caput, será assegurado o prazo de dias úteis, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito.

§ 2º A comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para fins de assinatura do contrato, à ser regulamentado pelo edital de licitação.

§ 3º Para aplicação do disposto no § 1º, como prazo para regularização fiscal, o termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame.

§ 4º A prorrogação do prazo previsto no § 1º poderá ser concedida, a critério da Administração Pública.

§ 5º A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após os prazos de regularização fiscal de que tratam os § 1º a § 4º.

§ 6º A não regularização da documentação no prazo previsto nos § 1º a § 4º implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**DA APLICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS**

Art. 23. Não se aplica ao dispositivo da exclusividade e subcontratação, quando:

I - Não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente identificadas no momento da construção do quadro referencial de preços e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II - O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, ou onerar a proposta acima do valor de mercado, justificadamente no edital;

III - A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei Federal nº 8.666/1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II do caput do referido art. 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, observados, no que couber, os incisos I, II e IV do caput deste artigo; ou

IV - O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º. Parágrafo único. Para o disposto no inciso II do caput, considera-se não vantajosa a contratação quando:

a) Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou

b) A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

**DA SALA DO EMPREENDEDOR**

Art. 24 Fica instituída a Sala do Empreendedor para a divulgação de editais, além dos exigidos em Lei, e atendimento aos empreendedores com relação a Compras Públicas realizadas pelo Município.

Art. 25 Fica instituído que os programas alimentares que o Município participe, sejam de verba própria ou conveniada, serão divulgados na Sala do Empreendedor, além dos exigidos em Lei, e os questionamentos apresentados neste local.

Art. 26 Fica instituída a Sala do Empreendedor como local específico, além dos exigidos em Lei, para publicação de Credenciamento exclusivo para Empreendedores Individuais, para atividades de tarefa descritas na alínea "d" do inciso VIII do art. 6º da lei nº 8.666/93.

**DO CREDENCIAMENTO EXCLUSIVO PARA MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS**

Art. 27 Microempreendedores individuais, por ocasião da participação em edital de credenciamento exclusivo a ser lançado pelo Município, poderão se credenciar para prestação de serviços de pequenos reparos em prédios públicos da Administração.

Parágrafo único. As atividades incluem a prestação de serviços de eletricitista, bombeiro hidráulico, pintor, pedreiro, chaveiro, jardineiro, serralheiro, técnico em informática e técnico de eletrodomésticos.

Art. 28 Os interessados credenciados farão parte de cadastro específico de prestadores de serviço do Município, com vistas à possíveis e eventuais contratações para a prestação dos serviços credenciados.

Art. 29 O credenciamento não assegura aos interessados o direito à efetiva contratação dos serviços, possuindo a contratação, natureza de contrato administrativo de prestação de serviços, sem vínculo empregatício.

Art. 30 Após a contratação do primeiro Microempreendedor Individual do cadastro, o nome do segundo lugar será efetivado como primeiro, aplicando-se subsidiariamente a todos os outros Microempreendedores Individuais subsequentes;

Art. 31 Após a execução do serviço e o encerramento do contrato com a Unidade Demandante, o responsável realizará a avaliação do serviço prestado.

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 32 O disposto neste decreto aplica-se também, desde que tenham auferido, no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

I - As sociedades cooperativas, nela incluídos os atos cooperados e não-cooperados (Lei federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, art. 34, conversão da MP nº 351, de 2007);

II - Ao produtor rural pessoa física e ao agricultor familiar conceituado na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, com situação regular na Previdência Social e no Município (LC federal nº 123, de 2006, art. 3º A, na redação da LC federal 147, de 2014).

Art. 33 Poderá a Secretaria de Administração baixar instruções complementares relativamente ao disposto neste Decreto.

Art. 34 A Secretaria de Administração elaborará cartilha para ampla divulgação dos benefícios e vantagens instituídos por este Decreto.

Art. 35 Aplica-se supletivamente a este Decreto, a Legislação Federal pertinente.

Art. 36 Este Decreto entra em vigor 15 (quinze) dias após a data de sua publicação.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste Decreto aos processos com instrumentos convocatórios publicados antes da data de sua entrada em vigor.

Imbituba, 09 de setembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Junior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini

Administrador

## DECRETO PMI Nº 212, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639551

DECRETO PMI Nº 212, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre alteração da LDO 2020 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 5.158, de 10 de setembro de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão das modalidades abaixo discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020, Lei 5.061, de 26 de setembro de 2019 (publicada no DOM/SC em 27/09/2019):

ORGÃO	19	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
UNIDADE	19.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
PROGRAMA	17	Gestão da Política Municipal da Assistência Social
AÇÃO	2.057	Proteção Social Especial Média Complexidade
MODALIDADE		3.1.90.00.00.00.00.00.03.0823
AÇÃO	2.062	Proteção Social Básica
MODALIDADE		3.1.90.00.00.00.00.00.03.0160
MODALIDADE		3.3.90.00.00.00.00.00.03.0845

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 106.874,96 (cento e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), no orçamento LOA-2020, referente Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019 (publicada no DOM/SC em 29/11/2019), para novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Proteção Social Especial Média Complexidade		
08.244.0017-2.057		
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0823	Aplicações Diretas	48.458,05
Proteção Social Básica		
08.244.0017-2.062		
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0160	Aplicações Diretas	31.768,40
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0845	Aplicações Diretas	26.648,51
Subtotal		58.416,91
Total		106.874,96

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes dos Superávits Financeiros das seguintes fontes de recursos:

Demonstrativo das Fontes de Recursos (Superavit)		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor R\$
03.0823	Piso Fixo Média Complexidade - PAEFI - Exercícios Anteriores	48.458,05
03.0160	Piso Básico Fixo - Social	31.768,40
03.0845	Apoio Financeiro BPSB - SCFV	26.648,51
Total das fontes		106.874,96

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de setembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Luciano Alves Zanini  
Administrador

## **DECRETO PMI Nº 213, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639552

DECRETO PMI Nº 213, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Revoga Decreto PMI Nº 031, de 28 de março de 2018, que dispõe sobre o registro dos processos administrativos do município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, da Lei Orgânica Municipal, e

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto PMI nº 031 de 28 de março de 2018, que dispõe sobre o registro dos processos administrativos do município de Imbituba e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de setembro de 2020.  
Rosivaldo da Silva Junior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini  
Administrador

## **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROC 107/2020 TP 13/2020**

Publicação Nº 2639129

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI - SEINFRA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº 13/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Presidente da Comissão de Licitação através da SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 28 de SETEMBRO de 2020, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e suas alterações, para a “CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA MANOEL INÁCIO TRECHO 2, VILA NOVA, IMBITUBA/SC”.

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de setembro de 2020.  
Edilson Misael Antunes da Silva  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

## **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROC 109/2020 TP 14/2020**

Publicação Nº 2639532

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI - SEINFRA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº 14/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de sua Presidente da Comissão de Licitação através da SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 29 de SETEMBRO de 2020, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e na Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014 e suas alterações, para a “CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO À LAJOTA, INCLUINDO SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA OTÁVIO FRANCISCO PIRES NO BAIRRO CAMPO DA AVIAÇÃO, IMBITUBA/SC”.

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de setembro de 2020.  
Edilson Misael Antunes da Silva  
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO Nº 108/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2020 - (SEFAZ/BOMBEIRO)**  
Publicação Nº 2638878

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
SEFAZ – CORPO DE BOMBEIRO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2020  
PREGÃO PRESENCIAL (SRP) Nº 51/2020

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através do Corpo de Bombeiros de Imbituba/SEFAZ, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 23 de SETEMBRO de 2020, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo Sistema de Registro de Preços, do tipo maior desconto por LOTE, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, atualizada pela Lei Complementar nº 147, de 07 de agosto de 2014, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, para a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE RADIOCOMUNICAÇÃO PARA O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE IMBITUBA".

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site [www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br) – link Portal da Transparência.

Imbituba, 11 de setembro de 2020  
André Corrêa de Araújo  
Cap BM Cmt. 2ªCBM/8ºBBM.

**LEI N.º 5.158, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639549

LEI N.º 5.158, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre alteração da LDO 2020 e abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão das modalidades abaixo discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2020, Lei 5.061, de 26 de setembro de 2019 (publicada no DOM/SC em 27/09/2019):

ORGÃO	19	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
UNIDADE	19.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA
PROGRAMA	17	Gestão da Política Municipal da Assistência Social
AÇÃO	2.057	Proteção Social Especial Média Complexidade
MODALIDADE		3.1.90.00.00.00.00.00.03.0823
AÇÃO	2.062	Proteção Social Básica
MODALIDADE		3.1.90.00.00.00.00.00.03.0160
MODALIDADE		3.3.90.00.00.00.00.00.03.0845

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 106.874,96 (cento e seis mil, oitocentos e setenta e quatro reais e noventa e seis centavos), no orçamento LOA-2020, referente Lei nº 5.096, de 28 de novembro de 2019 (publicada no DOM/SC em 29/11/2019), para novas dotações orçamentárias, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IMBITUBA		
Proteção Social Especial Média Complexidade		
08.244.0017-2.057		
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0823	Aplicações Diretas	48.458,05
Proteção Social Básica		
08.244.0017-2.062		
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0160	Aplicações Diretas	31.768,40
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0845	Aplicações Diretas	26.648,51
Subtotal		58.416,91
Total		106.874,96

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes dos Superávits Financeiros das seguintes fontes de recursos:

Demonstrativo das Fontes de Recursos (Superavit)		
Fonte de Recurso	Descrição da Fonte de Recurso	Valor R\$

03.0823	Piso Fixo Média Complexidade - PAEFI - Exercícios Anteriores	48.458,05
03.0160	Piso Básico Fixo - Social	31.768,40
03.0845	Apoio Financeiro BPSB - SCFV	26.648,51
	Total das fontes	106.874,96

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de setembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Luciano Alves Zanini  
Administrador

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 850/2020

Publicação Nº 2638562

PORTARIA PMI/SEAD Nº 850, de 10 de setembro de 2020.

Dispõe sobre a alteração a pedido, do período de fruição de licença-prêmio, concedido através da Portaria PMI/SEAD Nº 440, de 29 de maio de 2019 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD Nº 1103, de 03 de dezembro de 2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 2.952, de 29 de agosto de 2006, considerando ainda o disposto no Protocolo nº 12.223/2020 e na legislação em vigor;

#### RESOLVE:

Art. 1º Alterar a pedido, o período de fruição de licença-prêmio, concedido através da Portaria PMI/SEAD Nº 440, de 29 de maio de 2019 e alterada através da PORTARIA PMI/SEAD nº 1103, de 03 de dezembro de 2019, do servidor, Sr. ANGELO MANOEL DA SILVA FILHO, Fiscal de Obras e Posturas, inscrito no CPF sob o n.º 591.490.789-68, admitido em 12 de maio de 1988, contrato nº 52, referente ao q-inq-ênio devido, e nova fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2008 a 2013	03.05.2021 a 01.06.2021 (nova fruição) 01.11.2021 a 30.11.2021 (nova fruição)

Art. 2º Foi concedido a conversão de 1/3 em abono pecuniário, no mês de julho de 2019, conforme Portaria PMI/SEAD Nº 440, de 29 de maio de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de setembro de 2020.

Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito Municipal

Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

### PORTARIA PMI/SEAD Nº 851/2020

Publicação Nº 2639415

PORTARIA PMI/SEAD Nº 851, de 10 de setembro de 2020.

Dispõe sobre o Desligamento a Pedido de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88, considerando ainda o Protocolo nº 12.189/2020;

#### RESOLVE:

Art.1º Desligar a pedido, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 22/2017, admitida em 17 de setembro de 2018 através da PORTARIA PMI/SEAD nº 571, de 14 de setembro de 2018, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela

seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Desligamento
Jéssica da Silva	Servente Merendeira - 40h	096.894.339-03	01/09/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 10 de setembro de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PPE - PMI/SEAD Nº 159/2020

Publicação Nº 2639536

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PPE - PMI/SEAD Nº 159/2020

A Secretária Municipal de Administração, Sra. DAIANE LEOPOLDINA NUNES, em conformidade com o disposto na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 816, de 28 de agosto de 2020, para exercer o cargo de FISCAL AMBIENTAL, habilitado (a) pelo Concurso Público n. 01/2017.

Art. 1º A servidora abaixo descrita, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
MAIARA LEONEL PEREIRA	FISCAL AMBIENTAL	041.657.239-16

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação municipal em vigor, a servidora entra em exercício em 11/09/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de setembro de 2020.

Daiane Leopoldina Nunes

Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

## PPE - PMI/SEAD Nº 160/2020

Publicação Nº 2639437

PORTARIA DE POSSE E EXERCÍCIO

PPE - PMI/SEAD Nº 160/2020

A Secretária Municipal de Administração, Sra. DAIANE LEOPOLDINA NUNES, em conformidade com o disposto na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991e o artigo 37, II, da CR/88, e no uso da competência que lhe foi delegada pela Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017, EMPOSSA nesta data, a servidora nomeada pela PORTARIA PMI/SEAD Nº 838, de 08 de setembro de 2020, para exercer o cargo de AGENTE ADMINISTRATIVA, habilitada (a) pelo Concurso Público n. 01/2016.

Art. 1º A servidora abaixo descrito, apresentou os documentos exigidos pela Administração Pública Municipal e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como, comprometeu-se a observar a Legislação Municipal vigente.

Nome	Cargo	CPF
RITA DE CASSIA MARTINS	AGENTE ADMINISTRATIVA	047.603.884-78

Art. 2º Em conformidade com o disposto no Edital em que prestou o certame público, bem como, com a legislação municipal em vigor, a servidora entra em exercício em 16/09/2020.

Art. 3º Nada mais havendo a constar, lavrou-se a presente Portaria de Posse e Exercício, que vai devidamente assinado pela autoridade

competente, com a respectiva publicação junto ao Diário Oficial dos Municípios.  
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 10 de setembro de 2020.  
Daiane Leopoldina Nunes  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.  
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa  
Gerente de Atos de Pessoal

**LEI N.º 5.157, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639548

**GOVERNO DE  
IMBITUBA****LEI N.º 5.157, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.**

Altera e cria dispositivos na Lei nº 3.847, de 29 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro Nova Brasília, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA** Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o inciso II do artigo 1º da Lei nº 3.847, de 29 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“II – Rua JOÃO DE CARVALHO, com início na divisa com o bairro Campestre e término na D.S. Rua Florestal;”

Art. 2º Fica alterado os incisos XVIII, XX, XXII, XLV, LIII, LVIII e LIX do artigo 2º da Lei nº 3.847, de 29 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“XVIII – D.S. Rua MARIA ANGÉLICA PACHECO, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa, sem saída;

[...]

XX – D.S. Rua RODOLPHO BENTO JOSÉ DO NASCIMENTO, com início na Rua Cônego Itamar Luiz da Costa, sem saída;

[...]

XXII – D.S. Rua PAULO ANTÔNIO GEREMIAS, com início na D.S. Rua D.S. Rua João Francisco Vargas e término na D.S. Rua Heleodorio Joaquim Borges;

[...]

XLV – D.S. Rua ITARARÉ, com início na Avenida Levy Ramos Martins e término na D.S. Rua Florestal;

[...]

LIII – D.S. Rua AGENOR GONÇALVES DO COUTO, com início na D.S. Rua Izidoro João Manoel da Silva e término na Avenida Levy Ramos Martins;

[...]

LVIII – D.S. Rua FLORESTAL, com início na D.S. Rua Paulo Roberto Martins, sem saída;

LIX – D.S. Rua MARIA DE SOUZA, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Florestal;”

Art. 3º Fica alterado o inciso IV do artigo 3º da Lei nº 3.847, de 29 de dezembro de 2010, passando a vigorar com a seguinte redação:

“IV – D.S. Rua MANOEL TOMÉ, com início na D.S. Rua Elza Ondina Carvalho e término na D.S. Rua Heleodorio Joaquim Borges;”

Art. 4º Fica acrescentado ao artigo 3º da Lei nº 3.847, de 29 de dezembro de 2010, o inciso XXX com a seguinte redação:

“XXX – D.S. Rua NOVA ZELÂNDIA, com início na D.S. Rua Florestal, sem saída.”

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
Um Mar de Oportunidades





Art. 5º O Anexo I (mapa do bairro), previsto no artigo 4º, da Lei nº 3.847, de 29 de dezembro de 2010, que denomina vias no bairro Nova Brasília, Município de Imbituba/SC, passa a vigorar com a configuração do Anexo I desta Lei.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 09 de setembro de 2020.

**Rosenvaldo da Silva Júnior**  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

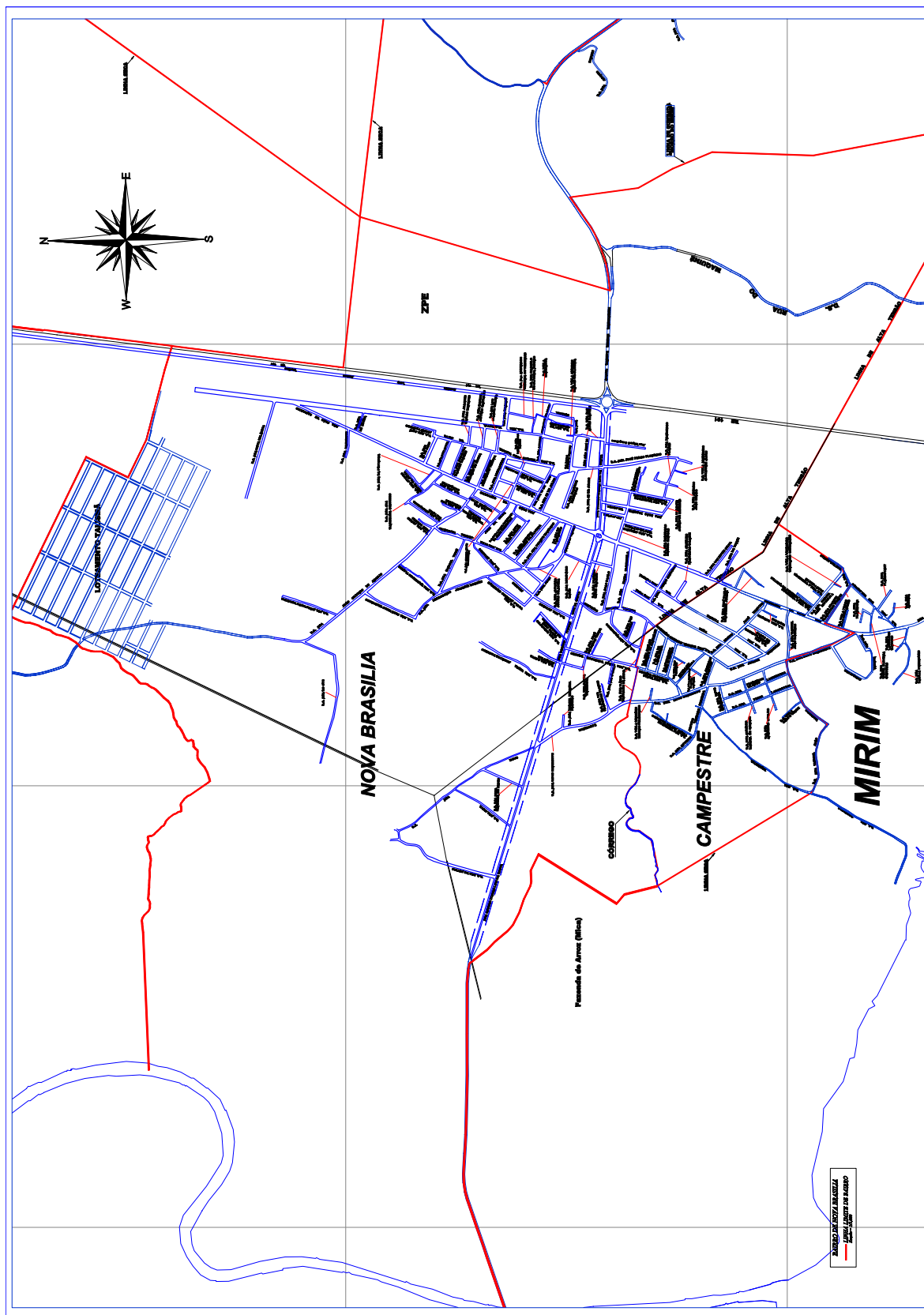
Luciano Alves Zanini  
Administrador

**Prefeitura de Imbituba**  
Rua Ernani Cotrin, 601 • 88780-000  
Imbituba • Santa Catarina • Brasil

Fone/Fax: +55 (48) 3355.8100  
imbituba@imbituba.sc.gov.br  
[www.imbituba.sc.gov.br](http://www.imbituba.sc.gov.br)

**IMBITUBA**  
*Um Mar de Oportunidades*





**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 050/2020**

Publicação Nº 2639533

Ato da Presidência nº 050/2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 30ª Sessão Ordinária, da 4ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia 14 de setembro de 2020 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

**PROPOSIÇÃO**

Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação
056/2020	PL nº 5.260/2020 CFO: Parecer Favorável 1ª Discussão e 1ª Votação do PL 5.260/2020	14/08/2020	Poder Executivo	Rosenvaldo da Silva Junior	Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2021, e dá outras providências.	Urgência Especial

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005)

Gabinete da Presidência, 10 de setembro de 2020.

Antônio Clésio Costa	Humberto Carlos dos Santos
Presidente	Vice-Presidente
Renato Carlos de Figueiredo	Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Primeiro-Secretário	Segundo-Secretário

# Imbuia

## PREFEITURA

### EDITAL 14/2020 - FUNDO

Publicação N° 2637542

FUNDO MUNIIPAL DE SAUDE DE IMBUIA

Setor de compras e Licitações

Processo licitatório n° 14/2020

Pregão presencial n° 10/2020

Exclusivo para microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte

Tipo "Menor Preço (POR LOTE), " REGISTRO DE PREÇO para Eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde de Imbuia/SC, conforme o Edital de Licitação n.º 10/2020. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica, Lei Complementar nº 147/2014, artigo 48, inciso I e o Edital. ABERTURA: Pref. Municipal, na AV. Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 08:15hs do dia 24/09/2020, na sala da Recepção no térreo. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado ou pelo Site [www.imbuia.sc.gov.br](http://www.imbuia.sc.gov.br) ou e-mail [edna@imbuia.sc.gov.br](mailto:edna@imbuia.sc.gov.br); Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 11/09/2020 AMILTON MACHADO - Prefeito Municipal.

### EDITAL 32/2020

Publicação N° 2637540

MUNICIPIO DE IMBUIA

Setor de compras e Licitações

Processo licitatório n° 32/2020

Pregão presencial n° 19/2020

Exclusivo para microempreendedor individual, microempresa e empresa de pequeno porte

Tipo "Menor Preço (POR LOTE), " REGISTRO DE PREÇO para eventuais aquisições parceladas de peças e contratação de serviços para manutenção da parte elétrica da frota de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Imbuia/SC, conforme o Edital de Licitação n.º 19/2020. LEGISLAÇÃO: Lei n.º 10.520/02, Lei n.º 8.666/93, Lei Orgânica, Lei Complementar nº 147/2014, artigo 48, inciso I e o Edital. ABERTURA: Pref. Municipal, na AV. Bernardino de Andrade, nº 86, Imbuia/SC, às 09:30hs do dia 24/09/2020, na sala da Recepção no térreo. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado ou pelo Site [www.imbuia.sc.gov.br](http://www.imbuia.sc.gov.br) ou e-mail [edna@imbuia.sc.gov.br](mailto:edna@imbuia.sc.gov.br); Informações fone: (47) 3557-2419 no Dep. de Licitações. Em 11/09/2020 AMILTON MACHADO - Prefeito Municipal.

# Indaial

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2491/2020

Publicação Nº 2638021

. DECRETO Nº 2491/20

. De 10 de setembro de 2020

Abre Crédito Adicional Suplementar No Orçamento de 2020 no FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, proveniente de Excesso de Arrecadação

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5475/2019,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 98.500,00 (Noventa e oito mil e quinhentos reais) destinado a atender as despesas abaixo discriminadas:

Crédito Adicional		
Dotação	Vínculo	Valor
30.006.0010.0304.0030.2490.33391000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – VIGILANCIA SANITARIA	01001500	6.000,00
30.006.0010.0304.0030.2490.33390000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – VIGILANCIA SANITARIA	01001500	12.000,00
30.006.0010.0304.0030.2490.33191000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – VIGILANCIA SANITARIA	01001500	30.500,00
30.006.0010.0304.0030.2490.33190000000000000000 MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGAMENTO – VIGILANCIA SANITARIA	01001500	50.000,00
Total do Lote		98.500,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de Excesso de Arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2020.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de setembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

### DECRETO Nº 2492/2020

Publicação Nº 2638056

. DECRETO Nº 2492/20

. De 10 de setembro de 2020

Altera Decreto nº 2450/2020 - Regulamenta, em âmbito municipal, a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020 e institui Comitê Gestor Local de Acompanhamento, Assessoramento e Fiscalização.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e

Art. 1º. Fica alterado o artigo 3º do Decreto nº 2450 de 2020, a composição do Comitê Gestor Local será composto pelos seguintes integrantes:

I – Arlete Terezinha Baldussi Polidoro - representante da FIC que o presidirá;

II – Rosemeri Girardi Stahnke – representante da Secretaria de Governo

III - André Galli - representante da Controladoria-Geral do Município;

IV - Karina Nuber - representante da Procuradoria-Geral do Município;

V – Paula Marina Torres de Souza; Camila Klug de Oliveira - representantes da sociedade civil, indicados pelo Conselho Municipal de Políticas Culturais.

Parágrafo único. A participação de membros da Controladoria-Geral e da Procuradoria-Geral ocorrerá sem prejuízos às atividades de fiscalização e assessoria jurídica daqueles órgãos, respectivamente.

Art. 2º. Permanecem em vigor os demais dispositivos do Decreto nº 2450/2020 não alterados por este Decreto.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação

Município de Indaial, em 10 de setembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## DECRETO Nº 2493/2020

Publicação Nº 2638234

DECRETO Nº 2493/20

De 10 de setembro de 2020

HOMOLOGA EDITAL PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Decreto nº 2470/2020 nomeia a Comissão do PSS Nº 003/2020, Lei nº 4724/12 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, o Edital do Processo Seletivo nº 003/2020/Educação, para o preenchimento de vagas temporárias existentes e formação de Cadastro de Reserva para quadro de pessoal da Secretaria de Educação do Município de Indaial Ano Letivo 2021, o Edital e seus anexos fazem parte deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 10 de setembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## PORTARIA Nº 1019/20

Publicação Nº 2638414

PORTARIA Nº 1019/20

De 28 de agosto de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Maria Valtenice de Moura Silva

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar nº 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando requerimento confeccionado pela servidora em 20 de agosto de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2014/2019 à servidora Maria Valtenice de Moura Silva, ocupante do cargo de Agente Educacional do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos a partir de 30 de agosto de 2020 a 28 de outubro de 2020;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 28 de agosto de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA N° 1024/20**

Publicação N° 2638413

PORTARIA N° 1024/20

De 01 de setembro de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Suzana Vellozo Machado

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 25 de agosto de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2011/2017 à servidora Suzana Vellozo Machado, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 01 de setembro de 2020 a 30 de setembro de 2020;
- 60 (sessenta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 01 de setembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PAULO ROBERTO LEDRA

Secretário de Urbanização e Meio Ambiente

Secretário Interino de Agricultura

(Decreto n° 2135 de 30/03/20).

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA N° 1027/20**

Publicação N° 2638411

PORTARIA N° 1027/20

De 01 de setembro de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Tania Teresinha Molinari Vogel

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 27 de agosto de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2010/2015 à servidora Tania Teresinha Molinari Vogel, ocupante do cargo de Agente Educacional do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 31 de agosto de 2020 a 29 de setembro de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 30 de julho de 2020 a 28 de agosto de 2020;
- 30 (trinta) dias a serem usufruídos em época oportuna e de acordo com a Administração Municipal.

Prefeitura de Indaial, em 01 de setembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA N° 1028/20**

Publicação N° 2638410

PORTARIA N° 1028/20

De 01 de setembro de 2020

Homologa/Concede Licença Prêmio por Assiduidade /.

Meike Ittner

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e considerando solicitação confeccionada pela servidora em 26 de agosto de 2020, RESOLVE:

Homologar/conceder 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade em conformidade com a Lei Complementar 105/10, artigo 88, relativas ao período aquisitivo de 2011/2016 à servidora Meike Ittner, ocupante do cargo de Professora do quadro de pessoal desta Prefeitura, conforme segue:

- 30 (trinta) dias sendo usufruídos de 31 de agosto de 2020 à 29 de setembro de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 22 de junho de 2020 a 21 de julho de 2020;
- 30 (trinta) dias já usufruídos de 16 de setembro de 2019 a 15 de outubro de 2019.

Prefeitura de Indaial, em 01 de setembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JAIRO GEBIEN

Secretário de Educação

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA N° 1034/20**

Publicação N° 2638408

PORTARIA N° 1034/20

De 03 de setembro de 2020

Concede Abono de Permanência

João Michelmann

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com a lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações e o disposto do artigo 2º da Emenda Constitucional n° 41 de 19 de dezembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2003 Resolve:

Conceder Abono de Permanência, a partir de 22 de julho de 2020, de acordo com Ofício n° 364/2020, emitido pelo INDAPREV em 31 de agosto de 2020, ao servidor João Michelmann, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, sob matrícula de número 11959.0.

Prefeitura Municipal de Indaial em 03 de setembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA N° 1036/20**

Publicação N° 2638406

PORTARIA N° 1036/20

De 04 de setembro de 2020

Averba Tempo de Contribuição/Servidora

Maike Lia Fadl de Krausser

SÍLVIO CESAR DA SILVA, Secretário de Administração e Finanças do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Complementar n° 83 de 22 de dezembro de 2008 e alterações, artigo 44 da Lei Complementar 105/10, artigo 40 e artigo 201, parágrafo 9º da Constituição Federal, alterados pela EC 47/05 e demais dispositivos legais em vigor, RESOLVE:

Averbar parcialmente, o tempo de Contribuição ao Regime Próprio de Previdência, correspondente aos períodos de 26 de outubro de 1984 a 30 de dezembro de 1988, da Direcional Propaganda LTDA – ME; de 01 de janeiro de 1986 a 14 de abril de 1998, da Garcia Representação

de Medicamentos LTDA – ME; de 18 de março de 1996 a 18 de setembro de 2000, da Probst Análises Clínicas LTDA – EPP; de 13 de outubro de 1998 a 31 de julho de 2002, da Max Farma Farmácia LTDA – ME; de 16 de fevereiro de 2004 a 31 de julho de 2004 e de 28 de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2008, da Fundação Universidade Regional de Blumenau; de 23 de julho de 2007 a 17 de dezembro de 2012, da Associação Educacional do Vale do Itajaí; de 18 de fevereiro de 2002 a 30 de dezembro de 2002, de 17 de fevereiro de 2003 a 30 de julho de 2003, de 01 de agosto de 2003 a 30 de dezembro de 2003, de 16 de fevereiro de 2004 a 30 de dezembro de 2004, de 21 de fevereiro de 2005 a 31 de julho de 2005 e de 01 de agosto de 2005 a 16 de dezembro de 2005, da Secretaria do Estado da Educação de SC, exercido e descrito na certidão em anexo fornecida pelo INSS, emitida em 29 de setembro de 2016, nº 20021010.1.00131/16-8 que demonstra tempo líquido de Contribuição aproveitado de 12.430 dias ou 34 (trinta e quatro) anos, 00 (zero) meses e 20 (vinte) dias, a servidora Maíke Lia Fadl de Krausser, ocupante do cargo de Bioquímico II.

Prefeitura de Indaial, 04 de setembro de 2020.

SÍLVIO CESAR DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

JOSILENE DARUGNA

Diretora de Gestão de Pessoal

## **PORTARIA Nº 120/2020**

Publicação Nº 2638259

. PORTARIA Nº 120/20

. De 10 de setembro de 2020

**INSTAURA SINDICÂNCIA**

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, com base nos artigos 107 e 108 da Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Indaial e considerando a Comunicação Interna da Secretaria de Educação nº 146/SED/2020,

**RESOLVE,**

Art. 1º - Instaurar Sindicância para apurar comportamento da Servidora da Secretaria de Educação.

Art. 2º - Designar para a condução da Sindicância a comissão permanente nomeada pelo Decreto nº 1775/19

Parágrafo Único - O prazo para conclusão da Sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação e justificativa da Comissão.

Gabinete do Prefeito, em 10 de setembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

## **PORTARIA Nº 121/2020**

Publicação Nº 2638296

. PORTARIA Nº 121/20

. De 10 de setembro de 2020

**INSTAURA SINDICÂNCIA**

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, com base nos artigos 107 e 108 da Lei Complementar nº 105/10 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Indaial e considerando a Comunicação Interna Nº 160/2020FMS da Secretaria de Saúde,

**RESOLVE,**

Art. 1º - Instaurar Sindicância para apurar comportamento do Servidor da Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Designar para a condução da Sindicância a comissão permanente nomeada pelo Decreto nº 1775/19

Parágrafo Único - O prazo para conclusão da Sindicância não excederá a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação e justificativa da Comissão.

Gabinete do Prefeito, em 10 de setembro de 2020.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 090/2020 - ALTERAÇÃO DO EDITAL**

Publicação Nº 2638153

PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Administrativo nº 090/2020  
Edital de Pregão Eletrônico nº 041/2020-10430  
Registro de Preços

**ALTERAÇÃO DO EDITAL**

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Aquisição de termômetro digital infravermelho, que serão utilizados na manutenção dos serviços de protocolo de segurança (COVID19) - Exclusivo para ME e EPP.

As propostas deverão ser cadastradas através do site [comprasbr.com.br](http://comprasbr.com.br), até a data e horário informados à seguir:

Cadastro das propostas: até 23/09/2020 - 08h30min – Horário de Brasília

Início da sessão: 23/09/2020 - 08h35min – Horário de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail [lic6@indaial.sc.gov.br](mailto:lic6@indaial.sc.gov.br), e o site [www.indaial.sc.gov.br](http://www.indaial.sc.gov.br).

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

# Iomerê

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1946 DE 31 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2638009

DECRETO Nº. 1946 DE 31 DE AGOSTO DE 2020.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 924/2019 de 14 de novembro de 2019, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 924/2019 de 14 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 125.120,98 (cento e vinte e cinco mil, cento e vinte reais e noventa e oito centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura  
06.01 Secretaria M. de Infraestrutura  
1059 Obras de Infraestrutura Urbana  
44900000 Aplicações Diretas  
1300 Recursos Ordinários – Exercício Anterior  
R\$ 125.120,98

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 31 de agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 1947 DE 31 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2638011

DECRETO Nº. 1947 DE 31 DE AGOSTO DE 2020.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 924/2019 de 14 de novembro de 2019, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 924/2019 de 14 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 170.475,35 (cento e setenta mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura  
06.01 Secretaria M. de Infraestrutura  
1058 Pavimentação de Ruas e Passeios  
44900000 Aplicações Diretas  
1300 Recursos Ordinários – Exercício Anterior  
R\$ 170.475,35

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 31 de agosto de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 1948 DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638012

DECRETO Nº. 1948 DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 924/2019 de 14 de novembro de 2019, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 924/2019 de 14 de novembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ R\$ 12.926,94 (doze mil, novecentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), na seguinte dotação orçamentária:

06.00 Secretaria M. de Infraestrutura

06.01 Secretaria M. de Infraestrutura

1059 Obras de Infraestrutura Urbana

44900000 Aplicações Diretas

1300 Recursos Ordinários – Exercício Anterior

R\$ 12.926,94

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 04 de setembro de 2020.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****BALANCETE DO RAZÃO**

Publicação Nº 2638721

Betha Sistemas

Exercício de 2020

Agosto

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL IOMERE**

Balancete do Razão

Contas	Saldo exercício anterior	Movimento do exercício corrente			Razão
		Até mês anterior	Do mês	Acumulado	Saldos restantes
	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor	Devedor Credor
ATIVO	27.755,00	414.770,80	57.881,25	472.652,05	210.405,37
	0,00	257.191,48	32.810,20	290.001,68	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO	0,00	1.282.418,69	34.544,70	1.316.963,39	0,00
	27.755,00	1.283.068,39	34.591,57	1.317.659,96	28.451,57
VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	0,00	250.094,13	32.857,07	282.951,20	281.096,20
	0,00	1.855,00	0,00	1.855,00	0,00
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	405.168,75	57.881,25	463.050,00	463.050,00
CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO	5.220,00	699.795,00	0,00	699.795,00	699.795,00
	0,00	5.220,00	0,00	5.220,00	0,00
CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	0,00	877.417,77	92.955,14	970.372,91	0,00
	5.220,00	1.571.992,77	92.955,14	1.664.947,91	699.795,00
CONTROLES DEVEDORES	5.220,00	405.242,53	57.881,25	463.123,78	468.343,78
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLES CREDORES	0,00	834.836,60	94.642,77	929.479,37	0,00
	5.220,00	1.240.079,13	152.524,02	1.392.603,15	468.343,78
Totais	38.195,00	4.764.575,52	370.762,18	5.135.337,70	1.659.640,35
	38.195,00	4.764.575,52	370.762,18	5.135.337,70	1.659.640,35

Iomerê, 10/09/2020

---

 Marcio Santini  
 Presidente

---

 Reinaldo Valentini  
 Contador

**BALANCETE FINANCEIRO**

Publicação Nº 2638722

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**CAMARA MUNICIPAL IOMERE**

Exercício de 2020

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Período: Agosto

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>27.241,00</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>27.241,00</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	24.741,00
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.500,00
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>57.881,25</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	57.881,25		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>61.832,57</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>67.401,77</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.734,50	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.687,63
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	27.241,00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	32.857,07
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	32.857,07	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	32.857,07
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>155.126,05</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>180.197,10</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	155.126,05	BANCO C/ MOVIMENTO	180.197,10
<b>TOTAL</b>	<b>274.839,87</b>	<b>TOTAL</b>	<b>274.839,87</b>

Iomerê, 10/09/2020

\_\_\_\_\_  
Marcio Santini  
Presidente\_\_\_\_\_  
Reinaldo Valentini  
Contador

# Ipira

## PREFEITURA

### 593- ALTERA O DECRETO 525 NOVAS MEDIDAS COVID - 19 - IPIRA\_08.09 2020

Publicação Nº 2639091

DECRETO Nº 593/2020, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

Adota, no território do Município as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública – Covid-19, previstas na Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020 e Altera o Decreto nº 525, de 11 de maio de 2020, o art. 3º, e o art. 4º, que “Dispõe sobre a intensificação das medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional e dá outras providências”.

EMERSON ARI REICHERT, Prefeito Municipal de Ipira-SC, no exercício de suas atribuições, de acordo com o artigo art. 101, VIII da Lei Orgânica Municipal, e, conforme o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e de acordo com o que consta nos autos do processo nº SEA 3147/2020; e

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO o disposto na Portaria federal nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (Covid-19);

CONSIDERANDO o disposto no art. 8º da Lei federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que determina a forma regionalizada e hierarquizada das ações e serviços de saúde;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto federal nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO que o momento atual demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da Covid-19 no Estado de Santa Catarina, de acordo com o Decreto nº 562, de 17 de abril de 2020, e suas atualizações;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associada ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da Covid-19;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do Estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e a atual estrutura de saúde existentes;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria SES nº 658, de 28 de agosto de 2020, que alterou dispositivos das Portarias SES nº 464, de 03 de julho de 2020 e SES Nº 592, de 21 de agosto de 2020, delegando ao Governo do Estado o controle e estabelecimento dos critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da Covid-19, de acordo com o Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO, que diante do compartilhamento das ações e decisões do Governo do Estado cabe aos gestores públicos e privados de todas as regiões, independentemente da sua classificação de risco, executar as ações previstas no art. 8º da Portaria SES Nº 592/2020;

CONSIDERANDO que no dia 1º de setembro de 2020 a Secretaria de Estado da Saúde publicou o Mapa de Risco Potencial do Estado, classificando a região da AMAUC no Risco Potencial Grave;

#### RESOLVE:

Art. 1º Adotar, no território do município as medidas de enfrentamento à Covid-19, estabelecidas na Portaria SES Nº 592, de 17 de agosto de 2020 e alterações, de acordo com a classificação no Mapa de Avaliação de Risco Potencial Regional, publicada pela Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina - SES, na forma prevista no §3º do art. 7º da Portaria SES Nº 592/2020.

Art. 2º Para efeitos do cumprimento da Portaria SES Nº 592/2020, a partir desta data, o município atenderá as medidas elencadas no art. 4º - Risco Potencial Grave -, até que nova classificação seja publicada pela SES-SC.

Art. 3º Fica alterado o art. 3º, e o art. 4º, do Decreto nº 525, de 11 de maio de 2020, passam a vigorar com a seguinte redação:  
Art.3º .....

I – suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II – suspensão de atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III - suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio e educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o

qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV – suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques e praças, com exceção da prática de esportes individuais;

V – autorização de funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais;

VI – fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos.

VII – suspensão de conferências públicas ou privadas que acarretem aglomeração de pessoas, excepcionadas as missas e cultos religiosos;

VIII – autorização de funcionamento, condicionada ao cumprimento de Portarias SES que regulamentam protocolos sanitários específicos, das seguintes atividades:

a) bares e restaurantes de atendimento no local;

b) academia de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, natação, hidroginástica e hidroterapia;

c) shopping centers, galerias, centros comerciais, comércio de rua e no geral;

d) supermercados e lojas de departamento;

e) atividades relacionadas ao turismo, que já possuam regramento específico, como hotéis, pousadas, albergues e afins, ficando restritas as demais atividades relacionadas até a respectiva regulamentação por meio de Portaria;

f) transporte coletivo urbano municipal, bem como transporte por táxis e aplicativos de mobilidade urbana;

g) eventos e competições esportivas profissionais de automobilismo e futebol, sem presença de público, bem como o treinamento com ou sem bola;

h) eventos públicos de entretenimento na modalidade drive- in;

i) atividade exercida por empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;

j) serviços de delivery;

k) leilões de bovinos;

l) agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito;

m) profissionais autônomos ou liberais de saúde;

n) construção civil, obras de infraestrutura e atividades correlacionadas;

o) aulas práticas de cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados nas modalidades de ensino superior e pós- graduação, bem como aulas teóricas nos centros de formação de condutores.

Art.4º .....

Art. 4º A entrada de clientes nos estabelecimentos destinados ao preparo e consumo de alimentos como bares, restaurantes, lojas de conveniências, será permitida a entrada do último cliente às 22horas, e o fechamento destes estabelecimentos, no máximo, até as 23horas, devendo observar as regras de funcionamento previstas pela SES.

Art 5º Fica revogado o Decreto nº 563/2020, de 31 de julho de 2020.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com vigência até o dia 16 de setembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipira (SC).

EMERSON ARI REICHERT

Prefeito Municipal

NEOCIR ROGÉRIO DE CESARO

Secretário de Administração e Finanças

DANIELLA MARIA TOFOLO DA COSTA SILVA

Secretaria de Saúde e Assistência Social

Registrada e Publicada no Mural de Atos da  
Prefeitura Municipal de Ipira em 08/setembro/2020

Elisangela Maria Moraes Meira Zancan  
Auxiliar Administrativa

## 22/2020

Publicação N° 2638257

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 975 22/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 4003,60 103130 ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

## 23/2020

Publicação N° 2638270

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 976 23/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 9995,92 8999 ALTERMED Materiais Médicos Hospitalares Ltda. J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

## 24/2020

Publicação N° 2638275

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 977 24/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 3055,44 103131 AMARILDO BASEGGIO & CIA LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

## 25/2020

Publicação N° 2638287

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 978 25/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 780,00 103112 AWR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

## 26/2020

Publicação N° 2638288

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 979 26/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 2358,00 6448 CENTERMEDI-COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

## 27/2020

Publicação N° 2638293

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 980 27/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 1170,00 103113 DIMERIOS COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS EIRELI J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**28/2020**

Publicação N° 2638295

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 981 28/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 25500,00 7263 Fufa- SC Distribuidora Hospitalar Ltda J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**29/2020**

Publicação N° 2638299

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 982 29/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 2481,20 101733 L A DALLA PORTA JUNIOR J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**30/2020**

Publicação N° 2638301

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 983 30/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 28025,60 10284 MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI - EPP J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**31/2020**

Publicação N° 2638303

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 984 31/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 24327,62 8512 Metromed - Comércio de Mat. Med. Hospitalares J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**32/2020**

Publicação N° 2638305

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 985 32/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 6655,00 10212 NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**33/2020**

Publicação N° 2638308

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 986 33/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 2980,69 101732 ODONTOMEDI - PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**34/2020**

Publicação N° 2638310

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 987 34/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 10866,12 102351 PRO CIRURGICA CHAPECO PRODUTOS PARA SAUDE LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**35/2020**

Publicação N° 2638312

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 988 35/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 15002,00 102292 PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**36/2020**

Publicação N° 2638313

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 989 36/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 1126,00 10031 Roberto Tessaro & Cia. Ltda. J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**37/2020**

Publicação N° 2638316

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 990 37/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 2224,10 102849 S. V. BRAGA IMPORTADORA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**38/2020**

Publicação N° 2638318

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 991 38/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 1499,70 102588 SC MED DISTRIBUIDORA MEDICO HOSPITALAR LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**39/2020**

Publicação N° 2638320

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 992 39/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 516,00 103114 STRA NEGOCIOS EM SAUDE E BEM ESTAR LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**40/2020**

Publicação N° 2638322

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 14 993 40/2020 0 1 O objeto da presente licitação consiste na realização de REGISTRO DE PREÇOS para a possível aquisição de material de enfermagem para a atenção básica e programas da saúde das Unidades de Saúde do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do ANEXO "A" deste Edital. 2005,00 103110 VIALI EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA J 1 0 0 0 38 C 0 0 14 PE 5 2020 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

**94/2020**

Publicação N° 2638332

10/09/2020 10/09/2021 10/09/2020 2020 38 2792 94/2020 0 1 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar serviços de Horas/máquina, com operador, de Trator de Esteiras e Escavadeira Hidráulica, para executar serviços de infraestrutura agrícola nas propriedades rurais de acordo com os programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente e demais serviços inerentes a atividade agrícola e infraestrutura desenvolvida dentro do município de Ipira, conforme espe 104000,00 10389 Terraplana MM & Cia Ltda ME J 1 0 0 0 40 C 0 0 13 PR 22 2020 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

**CONTRATO Nº 2623.0534981-73/2019**

Publicação Nº 2638004



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

Grau de sigilo #PÚBLICO
-------------------------------

**Contrato nº 2623.0534981-73/2019**

**CONTRATO DE FINANCIAMENTO QUE,  
ENTRE SI, FAZEM A CAIXA ECONÔMICA  
FEDERAL E O MUNICÍPIO DE IPIRA/SC  
DESTINADO AO APOIO FINANCEIRO  
PARA O FINANCIAMENTO DE DESPESAS  
DE CAPITAL, CONFORME PLANO DE  
INVESTIMENTO – COM RECURSOS DO  
FINISA: PROGRAMA DE FINANCIAMENTO  
À INFRAESTRUTURA E AO  
SANEAMENTO.**

Por este instrumento as partes adiante nominadas e qualificadas, representadas como ao final indicado, têm justo e contratado, entre si, a concessão de **FINANCIAMENTO**, na forma a seguir ajustada:

**I – AGENTE FINANCEIRO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº. 759, de 12 de agosto de 1969, alterado pelo Decreto-Lei nº. 1.259, de 19 de fevereiro de 1973, e constituída pelo Decreto nº. 66.303, de 06 de março de 1970, regendo-se pelo Estatuto vigente, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 4, Lote 3/4, em Brasília-DF, CNPJ/MF 00.360.305/0001-04, neste ato representada pelo Gerente Geral de Rede da Agência Capinzal, Senhor Marcos Leandro Carpes, brasileiro, RG nº 3562946 expedido pelo órgão emissor SSP/SC, CPF nº 007.441.619-75, doravante designada simplesmente **CAIXA**.

**II – TOMADOR – MUNICÍPIO DE IPIRA/SC**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 82.814.260/0001-65, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Emerson Ari Reichert, CPF nº 758.846.159-49, RG nº 1877623 expedido pelo órgão emissor SSP/SC, brasileiro, representado neste ato pelo abaixo assinado, doravante designado **TOMADOR**.

**CAIXA e TOMADOR**, isoladamente, também podem ser designados **PARTE** e, quando considerados em conjunto **PARTES**.

**CONSIDERANDO,**

I - manifestação favorável quanto à verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, na forma do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000, por meio do Ofício nº 0398/2020/CEGOV, de 29/06/2020;

28.087 v013micro

1



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

II - a adimplência do **TOMADOR** com as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como de inexistência de pendências de registro no Sistema de Registro de Operações com o Setor Público (CADIP), nos termos do art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal;

III - a entrega de parecer jurídico atualizado do contratante sobre o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à operação de crédito;

IV - A Autorização Legislativa para contratação de operação de crédito, por meio da Lei Autorizadora de nº 1.309, de 14 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial do **TOMADOR** em 18/11/2019.

V - Os limites estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.589/17;

VI - Que os recursos foram captados no mercado pela **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**;

VIII - Considerando, ainda, que cada expressão abaixo tem, para efeito deste **CONTRATO**, o seguinte significado:

**BACEN** – Banco Central do Brasil.

**CADIP** – Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

**CDI** – Certificado de Depósito Interfinanceiros/Interbancários, divulgado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, por meio do endereço eletrônico <http://www.cetip.com.br>.

**CONTA VINCULADA** – É a conta bancária individualizada, aberta pelo **TOMADOR** em seu nome, em agência da Caixa Econômica Federal, com a finalidade específica de registrar os recursos financeiros relativos ao(s) desembolsos.

**DIA ELEITO** – É aquele definido para que o **TOMADOR** efetue o pagamento de suas prestações.

**DÍVIDA VINCENDA** – Significa a dívida composta pelas liberações, suas respectivas amortizações, e que é base de cálculo para os encargos previstos neste instrumento.

**FIEL DEPOSITÁRIO** – Pessoa jurídica que assume o encargo pela boa guarda, conservação e entrega dos livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos que lhe pertencem, decorrentes das operações de compra, referentes à aplicação dos recursos objeto deste **CONTRATO**, bem como, dos documentos fiscais referentes à prestação de serviços realizados.

**FINISA** – Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento.

**INADIMPLÊNCIA FINANCEIRA** – Para fins do disposto neste **CONTRATO**, a inadimplência de quaisquer obrigações financeiras será caracterizada na ocorrência de não pagamento do serviço da dívida, seja na fase de carência ou na fase de retorno,



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

compreendendo no todo ou em parte, do principal, encargos, juros de mora, multas, tarifas e acessórios, entre outras obrigações financeiras, conforme previsto neste **CONTRATO**.

**IPCA** – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

**JUROS** – Significa a taxa nominal negociada para este **CONTRATO**, previsto na Cláusula Quinta;

**LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** – Trata-se das Leis Orçamentárias do **TOMADOR**, que são o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA, devendo estar previstas nessas leis as ações/projetos a serem financiadas com recursos deste **CONTRATO**.

- PPA: Lei 1218/2017 de 30/08/2017, publicada no Diário Oficial dia 30/08/2017;
- LDO: Lei 1303/2019, de 23/10/2019, publicada no Diário Oficial dia 11/11/2019; e
- LOA: Lei 1311/2019, de 19/11/2019, publicada no Diário Oficial dia 19/12/2019.

**PROJETOS/AÇÕES** – são os **PROJETOS/AÇÕES** previstos na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** a serem executados pelo **TOMADOR** com recursos deste **CONTRATO**, conforme **ANEXO I**.

**SAC** – Sistema de Amortização Constante.

Têm, entre si, justo e acordado o que se contém nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1** A **CAIXA** concede ao **TOMADOR** financiamento no valor de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), proveniente de recursos ordinários da **CAIXA**, com a finalidade única e exclusiva de financiar as Despesas Capital, discriminadas no ANEXO I, previstas na **LEGISLAÇÃO ORÇAMENTÁRIA** do ano de 2020 e dos exercícios financeiros subsequentes e suas suplementações e conforme **Lei Autorizadora** de nº **1.309**, de 14 de novembro de 2019, a saber: Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Econômico – Indústria e Comércio, observada a legislação vigente.
- 1.2** É vedada a aplicação dos recursos obtidos com o presente financiamento em Despesas Correntes do **TOMADOR**, nos termos do artigo 35, §1º, inciso I, da Lei Complementar de nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

## CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO DO CRÉDITO

- 2.1** É de inteira e exclusiva responsabilidade do **TOMADOR** a execução das ações e atividades, obras de engenharia civil, a aquisição de bens e serviços e quaisquer outros investimentos, enquadrados como Despesas de Capital, que venham a ultrapassar o valor inicialmente previsto nos **PROJETOS/AÇÕES** citados neste **CONTRATO**.
- 2.2** É vedada a destinação dos recursos para pagamento de despesa realizada em data anterior à assinatura deste **CONTRATO**.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS

### 3.1 DO PRAZO PARA UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

- 3.1.1** O prazo para utilização do crédito total deste **FINANCIAMENTO** é de até 90 dias contados do término de carência deste **CONTRATO**, sendo possível sua prorrogação por igual período, desde que devidamente acordada entre as **PARTES**.

### 3.2 DO PRAZO PARA O 1º DESEMBOLSO

- 3.2.1** O prazo para o 1º desembolso é de até 90 dias contados a partir da data de assinatura deste **CONTRATO**, sendo possível sua prorrogação, no máximo, por igual período, desde que devidamente acordada entre as **PARTES**.

### 3.3 DO PRAZO TOTAL DO FINANCIAMENTO

- 3.3.1** O prazo total deste **CONTRATO** é de **120 meses**, compostos por um período de **carência de 24 meses**, e um período de **amortização de 96 meses**.

### 3.4 DO PRAZO DE CARÊNCIA

- 3.4.1** O período de carência será de **24 meses**, contados a partir da data de assinatura deste **CONTRATO**, considerando como primeiro, o mês subsequente ao da contratação.

### 3.5 DO PRAZO DE RETORNO

- 3.5.1** Este **CONTRATO** será amortizado em **96 meses** contados a partir do mês seguinte ao do término de carência.

## CLÁUSULA QUARTA – DOS ENCARGOS

### 4.1 NA CARÊNCIA



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 4.1.1** Durante esta fase e após o primeiro desembolso, serão devidos e cobrados, mensalmente, Juros de Carência.
- 4.1.2** Os Juros de Carência terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao **DIA ELEITO** e a Taxa de Juros estipulada na Cláusula Quinta.
- 4.2 NO RETORNO**
- 4.2.1** As prestações, mensais e sucessivas, serão calculadas segundo o Sistema SAC.
- 4.2.2** As Prestações, compostas por cotas de Amortização e Juros Contratuais, terão como base de cálculo a Dívida Vincenda existente no dia anterior ao **DIA ELEITO** e a Taxa de Juros estipulada na Cláusula Quinta.
- 4.2.3** O **DIA ELEITO** para o **TOMADOR** corresponde ao dia **17 de cada mês**.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS JUROS**

- 5.1** Sobre a **DÍVIDA VINCENDA**, tanto na fase de carência quanto na fase de retorno, incidirão juros correspondentes a variação acumulada das taxas médias diárias do Certificado de Depósito Interfinanceiros – CDI, acrescidas de 5,35% a.a. (cinco vírgula trinta e cinco por cento ao ano).
- 5.1.1** O cálculo de Juros previsto na cláusula 5.1, observará a equação presente no subitem **1.2 do ANEXO IV**.
- 5.2** Observado o estabelecido abaixo, no caso de indisponibilidade temporária da CDI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista no presente **CONTRATO**, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa CDI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte do **TOMADOR** quanto por parte da **CAIXA**, quando da divulgação posterior da Taxa CDI que seria aplicável.
- 5.3** Na hipótese de extinção, suspensão, falta de divulgação por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa CDI, fica, desde já, convencionado que a **CAIXA** e o **TOMADOR** poderão, mediante mútuo e prévio acordo por escrito, adotar para as mesmas finalidades, índices ou taxas que vierem a ser divulgados e determinados pelas autoridades competentes, ou, na falta de sua divulgação, os índices, taxas ou bases de remuneração substitutas e que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias.

**CLÁUSULA SEXTA – DA COBRANÇA**

- 6.1 PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA** – a cobrança do principal e encargos será feita da seguinte forma:



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 6.1.1** A **CAIXA** expedirá Aviso de Cobrança ao **TOMADOR**, para que este promova a liquidação de suas obrigações até o **DIA ELEITO**, preferencialmente na Agência onde se encontra aberta a **CONTA VINCULADA** ou em qualquer outra da **CAIXA**.
- 6.1.2** O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o **TOMADOR** da obrigação de pagar as prestações do principal e dos encargos nas datas estabelecidas neste **CONTRATO**.
- 6.1.3 Vencimento em dias feriados** - ocorrendo vencimento em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, este será, para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até esta data, se iniciando, também a partir desta data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.
- 6.1.4** A **CAIXA** manterá à disposição do **TOMADOR** as informações, dados e cálculos que servirem de base para apuração dos valores devidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO INADIMPLEMENTO FINANCEIRO**

- 7.1** Na ocorrência de inadimplemento de qualquer obrigação financeira deste **CONTRATO**, os débitos em atraso ficarão sujeitos, a partir da data do inadimplemento, sem prejuízo das demais sanções previstas neste **CONTRATO**, **aos seguintes encargos:**
- I. multa, de 3% (três por cento) sobre o valor da dívida vencida e não paga;
  - II. juros remuneratórios contratados para o período de adimplência da operação, previstos na **CLÁUSULA QUINTA**; e
  - III. juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês), equivalentes a 12,68% a.a. (doze vírgula sessenta e oito por cento ao ano), incidentes sobre o saldo devedor vencido, que serão calculados, dia a dia, até a data da efetiva liquidação do débito;
- 7.1.1** Nos casos em que o valor oferecido em pagamento for insuficiente para liquidação do débito em atraso, e caso a **CAIXA** admita o pagamento parcial da dívida vencida, esse procedimento não importará em novação da dívida, nem poderá ser invocado como causa suficiente para interromper ou elidir a mora ou exigibilidade imediata da obrigação.
- 7.2** Sobre as parcelas vincendas da dívida continuarão a ser aplicados os juros contratuais
- 7.3** Na hipótese de ocorrer a imediata exigibilidade da dívida, incidirão sobre todo o disposto o saldo devedor, a pena convencional, juros moratórios, juros contratuais, previstos neste **CONTRATO**.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

**CLÁUSULA OITAVA – DA PENA POR VENCIMENTO ANTECIPADO**

- 8.1** O **TOMADOR**, nas hipóteses de vencimento antecipado, fica sujeito à multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o montante dos recursos liberados e não aplicados na forma contratualmente ajustada, ou que não tenha ocorrido o aceite pela **CAIXA**, na forma e prazos ora pactuados.
- 8.2** Além da multa prevista acima, caso seja declarado o vencimento antecipado da dívida por quaisquer dos motivos listados na Cláusula Décima Nona e tenham ocorrido despesas operacionais após a contratação desta operação objetivando sua eficácia, ou outras que porventura sejam pertinentes, o **TOMADOR** deve ressarcir a **CAIXA** tais despesas, limitadas a 1% (um por cento) do **VALOR DO FINANCIAMENTO**.

**CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA E AMORTIZAÇÕES EXTRAORDINÁRIAS**

- 9.1** O **TOMADOR** poderá realizar a liquidação antecipada da dívida, bem como pagamentos extraordinários para amortizar a dívida, desde que a quantia amortizada corresponda ao valor mínimo de 02 (duas) prestações.
- 9.2** Para qualquer evento, liquidação antecipada da dívida ou amortização extraordinária, serão cobradas as taxas previstas nas **CLÁUSULAS QUARTA - DOS ENCARGOS e QUINTA - DOS JUROS**, aplicadas sobre o saldo devedor atualizado *pro rata* até a data prevista de liquidação, conforme fórmulas abaixo, em sua integralidade, de forma a assegurar o retorno à **CAIXA** dos custos operacionais, de captação e de capital alocado para o presente **FINANCIAMENTO**.
- 9.3** O Saldo Devedor para Liquidação Antecipada será igual ao saldo devedor atualizado *pro rata*, multiplicado pelo fator correspondente à taxa de juros prevista na Cláusula Quinta.

$$SDLA = SD \times (1 + \text{preencher com o valor do CDI} + \text{TAXA DE JUROS}):$$

Onde:

SDLA = Saldo Devedor para Liquidação Antecipada; e,

SD = Saldo Devedor atualizado *pro rata*;

- 9.4** O Valor Total da Amortização Extraordinária será igual ao valor da amortização antecipada, multiplicado pelo fator correspondente ao somatório da taxa de juros acrescida de **CDI**, previstas nas **CLÁUSULAS QUARTA - DOS ENCARGOS, QUINTA - DOS JUROS e SEXTA - DA COBRANÇA**.

$$VTAE = VAE \times (1 + \text{preencher com o valor do CDI} + \text{TAXA DE JUROS}):$$

Onde:

VTAE = Valor Total da Amortização Extraordinária

VAE = Valor da Amortização Extraordinária



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO INADIMPLEMENTO NÃO-FINANCEIRO**

- 10.1** Na hipótese de atraso no cumprimento de obrigação não-financeira, o **TOMADOR** ficará sujeito a multa de 1% a.a. (um por cento ao ano), incidente sobre o saldo devedor corrigido de principal e encargo, a partir do dia seguinte fixado pela **CAIXA** ou por meio de notificação judicial ou extrajudicial, para cumprimento da obrigação inadimplida.
- 10.2** Se ocorrer descumprimento de obrigação não-financeira, na hipótese de liquidação antecipada, a multa será calculada sobre o valor recebido antecipadamente pela **CAIXA**, corrigido de acordo com os critérios do subitem 9.3 deste **CONTRATO**.
- 10.2.1** Se o descumprimento de obrigação não-financeira ocorrer em operação de prestação de garantia, o saldo devedor será o da obrigação garantida.
- 10.2.2** Nas hipóteses de aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista neste instrumento, o **TOMADOR** ficará sujeito, a partir da data fixada por meio de notificação judicial ou extrajudicial, ao ressarcimento dos pedidos de devolução dos recursos da **CAIXA**, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada até a data da efetiva liquidação do débito.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FORMA DE UTILIZAÇÃO**

- 11.1** O desembolso dos recursos é efetuado periodicamente pela **CAIXA**, respeitada a solicitação do **TOMADOR** e o Cronograma de Desembolso – **ANEXO II**.
- 11.1.1** Os meses para o desembolso dos recursos serão definidos após o evento do primeiro desembolso, observado o prazo constante no item 3.2 e a periodicidade contratada, indicada no Cronograma de Desembolso – **ANEXO II**.
- 11.1.2** O **TOMADOR** se responsabiliza pela aplicação dos recursos deste **FINANCIAMENTO** nos **PROJETOS/AÇÕES** contratados.
- 11.2** Os recursos de que trata o item 11.1 serão creditados na **CONTA VINCULADA** aberta na agência da **CAIXA – Capinzal – 1071-5, sob o nº 006.71024-4**, cujos recursos destinam-se, obrigatoriamente, ao pagamento dos faturamentos dos **PROJETOS/AÇÕES** constantes no Anexo I deste **CONTRATO** e nos documentos de solicitação de desembolso apresentados pelo **TOMADOR**, vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim que não a execução dos **PROJETOS/AÇÕES**.
- 11.3** As parcelas do **FINANCIAMENTO** a serem desembolsadas não farão jus à atualização monetária, independentemente do prazo previsto para a execução da obras e/ou serviços.



**Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital**

- 11.4** O **TOMADOR** concorda com o disposto no item 11.3 e assume, perante a **CAIXA**, inteira responsabilidade por eventuais diferenças de atualização, reclamadas por terceiros, que porventura recaiam sobre o **FINANCIAMENTO** ora concedido.
- 11.5** A transferência dos recursos depositados na **CONTA VINCULADA** é exclusivamente para pagamento ao beneficiário de direito e ocorre mediante solicitação do **TOMADOR**, devendo ser apresentada listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das contas de destino, observadas as rubricas orçamentárias constantes no Anexo I deste **CONTRATO**.
- 11.6** O prazo para o **TOMADOR** comprovar à **CAIXA** a aplicação dos recursos liberados é contado a partir da data do depósito dos recursos na conta vinculada e segue a seguinte sistemática, observados os percentuais estipulados no subitem 11.6.2:

PERIODICIDADE DOS DESEMBOLSOS	PRAZO PARA COMPROVAR A APLICAÇÃO DOS RECURSOS	VALOR NÃO COMPROVADO
Trimestral	60 dias	Glosar do valor a ser desembolsado na parcela subsequente <b>OU</b> Caso não ocorra o próximo desembolso conforme programação contratada, devolver (ressarcir) à CAIXA até o 1º dia útil do mês subsequente ao programado para o desembolso.
Quadrimestral	90 dias	
Quimestral	120 dias	
Semestral	150 dias	
Parcela única	60 dias	Devolver (ressarcir) à CAIXA em até 30 dias contados do fim do prazo de comprovação

**11.6.1** Os percentuais não comprovados nos prazos estipulados na tabela acima, referente à parcela única ou último desembolso, são ressarcidos à **CAIXA** em até 30 dias, contados do fim do prazo de comprovação.

**11.6.2** A comprovação das parcelas deverá observar a seguinte sistemática, salvo nas situações descritas no item 11.6.4:

Parcelas	Comprovação de aplicação
1ª (primeira)	Não se aplica.
2ª (segunda)	Mínimo de 80% do 1º desembolso.
3ª (terceira)	Mínimo de 80% do 2º desembolso e 100% do 1º desembolso.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

Intermediárias	Mínimo de 80% do desembolso anterior e 100% dos demais.
Última	100% de comprovação de TODOS os desembolsos anteriores.

**11.6.3** O último desembolso deve ser de, no mínimo, 5% do valor total do financiamento constante do item 1.1, s. sendo condicionada à visita de constatação final.

**11.6.3.1** Nas situações em que a última parcela prevista no cronograma de desembolso for superior a 5% do valor do financiamento, o percentual (5%) será retido para desembolso após a visita de constatação final.

**11.6.4** Em ano eleitoral, a prestação de contas de recursos desembolsados sob a forma de adiantamento ao **TOMADOR**, cujo mandato do chefe do poder executivo seja objeto do pleito eleitoral, deverá ser realizada até 30 de Junho, e ter seu aceite pela **CAIXA** em até 30 dias, independentemente da data em que ocorreu o desembolso dos recursos na **CONTA VINCULADA**.

**11.6.4.1** A partir de 30 de junho, os novos desembolsos deverão ser realizadas, *pari passu* à realização da despesa, devendo ser apresentada previamente pelo **TOMADOR** listagem contendo as despesas a serem pagas com os respectivos dados bancários das contas destino juntamente com as notas fiscais/boletim de faturamento, observadas as rubricas orçamentárias constantes no **ANEXO I** deste **CONTRATO**.

**11.7** Caso o **TOMADOR** não comprove aplicação dos recursos desembolsados ou a comprovação não seja fundamenta e aceita pela **CAIXA** nos prazos definidos nesta **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**, a **CAIXA** poderá suspender o desembolso, ou, a seu critério, declarar o vencimento antecipado da dívida.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

**12.1** O **TOMADOR** declara e concorda que a **CAIXA** não detém competência ou atribuição para fiscalizar a atuação do **TOMADOR** nos procedimentos licitatórios, ou execução de obras e serviços sendo a **CAIXA** isenta de toda e qualquer responsabilidade ou obrigação para avaliar ou fiscalizar tais procedimentos.

**12.2** O **TOMADOR** se obriga a ressarcir e/ou indenizar a **CAIXA** e seus empregados, por qualquer perda ou dano, de qualquer prejuízo financeiro ou à imagem e/ou qualquer quantia que vier a ser compelida a pagar por conta de decisões judiciais transitadas em julgado, decisões administrativas dentro das esferas administrativa, legislativa e/ou jurídica, ou procedimentos de arbitragem ou inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público ou ações civis públicas ou Termos de Ajustamento que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos procedimentos licitatórios e de fiscalização de responsabilidade do **TOMADOR** relativos ao objetivo deste **CONTRATO**.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – OUTRAS TARIFAS, TAXAS E MULTAS**

- 13.1** Outras tarifas pós-contratuais podem ser cobradas pela **CAIXA**, conforme Tabela de Tarifas publicada e afixada em suas agências, tarifas estas cobradas individualmente, pagas pelo **TOMADOR** no momento do recebimento da solicitação do evento pela **CAIXA**.
- 13.2** As alterações contratuais motivadas por iniciativa da **CAIXA**, ou da **GARANTIDORA** em decorrência de normas legais e/ou infralegais não serão objeto de cobrança de tarifas, taxas ou multas.
- 13.3** O **TOMADOR** obriga-se a reembolsar a **CAIXA** por todas as multas e penalidades a esta impostas pelo **BACEN**, por atrasos ou cancelamentos de desembolsos, decorrentes de fatos imputáveis ao **TOMADOR**, tais como atraso ou irregularidade nas obras, serviços, estudos e projetos, ou por estar o **TOMADOR** em situação cadastral irregular, comprovada por documentos, que não lhe permita receber recursos da **CAIXA**.
- 13.4** O **TOMADOR** autoriza, desde já, a cobrança de Comissão de Estruturação de **2%** (dois por cento) sobre o valor total do **FINANCIAMENTO** em favor da **CAIXA**, a ser paga com recursos próprios, previamente à liberação do primeiro desembolso.
- 13.4.1** O recurso que trata esta comissão não é valor financiável e não faz parte do valor a ser garantido.
- 13.5** A eventual tolerância da **CAIXA** quanto aos direitos instituídos por este **CONTRATO**, inclusive sobre a cobrança, ou, eventual não cobrança de multas, taxas e outras tarifas, não importará alteração, novação ou renúncia dos referidos direitos, que poderão ser exercidos pela **CAIXA** a qualquer tempo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESPONSABILIDADE POR EVENTUAIS TRIBUTOS OU ENCARGOS**

- 14.1** Fica expressamente acordado entre o **TOMADOR** e a **CAIXA** que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos (incluindo quaisquer impostos, taxas e/ou contribuições devidos), relacionados à celebração, registro ou execução e acompanhamento do presente **CONTRATO** e da garantia nele prevista, ou, de qualquer alteração, serão de responsabilidade e correrão por conta do **TOMADOR**, inclusive o acompanhamento por parte da **CAIXA** no que seja pertinente às visitas de constatação e inspeções que serão realizadas, mesmo na hipótese de cancelamento parcial ou total do crédito aberto.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS GARANTIAS**

**15.1** Em garantia ao pagamento do **FINANCIAMENTO** ora concedido, demais obrigações contraídas neste **CONTRATO**, e recomposição de valor liberado e não comprovado nos termos pactuados, o **TOMADOR** oferece à **CAIXA**:

**15.2 VINCULAÇÃO DE RECEITA DO ENTE DA FEDERAÇÃO**

**15.2.1** O **TOMADOR** outorga à **CAIXA**, nesta data, poderes irrevogáveis e irretratáveis para, em caso de inadimplemento ou vencimento antecipado da dívida, efetuar o bloqueio e repasse dos recursos decorrentes da arrecadação de receitas provenientes do FPM – Fundo de Participação dos Municípios, conforme estabelecido nos Artigos 157 e 158 e nos incisos I e II do Artigo 159 da Constituição Federal de 1988, e pela Lei Municipal nº 1.309/2019, de 14 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios em 18/11/2019, até o limite do saldo devedor atualizado.

**15.2.2** Em decorrência da vinculação da receita ora constituída, e para o efeito de assegurar a efetividade das garantias oferecidas neste instrumento, o **TOMADOR**, como forma e meio de efetivo pagamento integral da dívida, cede e transfere à **CAIXA**, em caráter irrevogável e irretratável, os créditos efetuados na(s) sua(s) conta(s) de depósito, mantida(s) no **BANCO DO BRASIL S/A**. A cessão ora estipulada se faz a título “pro solvendo” e nos exatos valores a serem requisitados por escrito pela **CAIXA**.

**15.2.2.1** Na ocorrência de inadimplemento por parte do **TOMADOR**, a **CAIXA** solicita ao **BANCO DO BRASIL S/A** a retenção dos recursos do **FPM**, destinando-os à quitação do encargo, nos termos do **ACORDO OPERACIONAL** firmado entre a **CAIXA** e o **BANCO DO BRASIL S/A**, em 23/03/1998, o qual regulamenta esse procedimento.

**15.2.2.1.1** Fica o **TOMADOR** ciente neste ato que, por força do acordo operacional supracitado, o **BANCO DO BRASIL** comprometeu-se a:

- I. não acatar contra-ordem de pagamento do **TOMADOR**, exceto quando se tratar de ordem judicial;
- II. obedecer à ordem de priorização estabelecida para liquidação de dívidas, qual seja; dívidas junto ao Tesouro Nacional, junto ao **BANCO DO BRASIL S/A** e junto à **CAIXA**;
- III. pagar à **CAIXA**, no prazo de até 02 (dois) dias úteis bancários a partir da efetiva retenção de que trata o subitem anterior, as quantias suficientes à quitação das obrigações vencidas, levando a débito daquela conta os valores correspondentes.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OUTRAS OBRIGAÇÕES**

**16.1** Constituem obrigações do **TOMADOR**, independentemente de outras previstas neste **CONTRATO**:

- I. manter-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – **FGTS**, Instituto Nacional de Seguridade Social - **INSS** e à **CAIXA**;
- II. realizar o(s) **PROJETOS/AÇÕES** com o devido empenho e eficiência e de acordo com normas e práticas técnicas, econômicas, financeiras, gerenciais, ambientais e sociais confiáveis;
- III. contratar e/ou adquirir os bens, obras e serviços para os quais foram destinados recursos deste **CONTRATO** de acordo com a legislação em vigor;
- IV. garantir que todos os bens, obras e serviços para os quais foram destinados os recursos deste **FINANCIAMENTO** sejam utilizados exclusivamente para o cumprimento dos objetivos dos **PROJETOS/AÇÕES** constantes nas rubricas orçamentárias relacionadas no Anexo I deste **CONTRATO**;
- V. manter procedimentos adequados para registrar o andamento de suas respectivas partes dos **PROJETOS/AÇÕES**, inclusive o custo e os benefícios dele resultantes, com o objetivo de identificar os bens, as obras e os serviços para os quais foram destinados recursos deste **FINANCIAMENTO** e divulgar o seu uso nos **PROJETOS/AÇÕES**, bem como fornecer esses registros à **CAIXA**;
- VI. manter todos os registros – contratos, pedidos, faturas, cobranças, recibos e outros documentos – que comprovem as despesas relacionadas às suas respectivas partes dos **PROJETOS/AÇÕES**, pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**;
- VII. elaborar e apresentar à **CAIXA** todas as informações que a **CAIXA** justificadamente solicitar com relação às obrigações indicadas neste instrumento;
- VIII. responsabilizar-se pelo retorno à **CAIXA** deste **FINANCIAMENTO** nos prazos e condições estabelecidos no presente **CONTRATO**;
- IX. pagar todas as importâncias devidas por força deste **CONTRATO** em Agência da **CAIXA**, em especial aquelas a que der causa por impontualidade, previstas neste **CONTRATO**;
- X. arquivar em sua contabilidade analítica, todos os documentos comprobatórios das despesas que permanecem à disposição da **CAIXA** pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**;
- XI. apresentar à **CAIXA**, a critério desta ou quando por esta exigido, relatórios, dados, informações, balancetes financeiros e/ou prestações de contas, instruídos com a documentação comprobatória referentes ao presente **CONTRATO**;
- XII. comunicar prontamente à **CAIXA** qualquer ocorrência que importe modificação dos investimentos previstos, indicando as providências a serem adotadas;
- XIII. manter vigentes, durante todo o prazo do **FINANCIAMENTO**, todas as licenças, principalmente ambientais, autorizações e demais exigências de órgãos governamentais;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- XIV. fornecer à **CAIXA**, quando for o caso, cópia das licenças ambientais relativas ao(s) empreendimento(s) objeto(s) dos **PROJETOS/AÇÕES**, e suas renovações, bem como de todas as autuações, relatórios e fiscalizações administrativas, relativas ao meio ambiente;
- XV. permitir aos representantes da **CAIXA** livre acesso, em horário comercial, a todos os documentos, informações e registros contábeis a eles pertinentes, mediante aviso prévio daquela ao **TOMADOR**, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para análise do andamento dos **PROJETOS/AÇÕES** e verificação das obrigações assumidas neste **CONTRATO**;
- XVI. apresentar à **CAIXA**, quando por esta solicitado, listagem de pendências que envolvam assuntos ambientais, relativas aos empreendimentos objetos dos **PROJETOS/AÇÕES**, consubstanciadas em ações judiciais, procedimentos administrativos ou procedimentos de arbitragem, incluindo descrição pormenorizada das respectivas pendências, montantes envolvidos e atual estágio de eventuais negociações, incluindo: autos de infração emitidos pela autoridade ambiental; inquéritos civis e procedimentos investigatórios promovidos pelo Ministério Público; ações civis públicas; Termos de Ajustamento – TAC – assinados com o Ministério Público ou órgão ambiental;
- XVII. não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do **CONTRATO**, bem como não vender ou, de qualquer forma, alienar os bens financiados sem a autorização expressa da **CAIXA**, sob pena de rescisão de pleno direito do **CONTRATO**, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis;
- XVIII. apresentar, preferencialmente, por meio de arquivo eletrônico, listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do **FINANCIAMENTO** a ser utilizada, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**. Em relação aos bens, deverão ser apresentadas informações de forma a comprovar que as máquinas e equipamentos são adquiridos com recursos do presente **CONTRATO**;
- XIX. adotar modelo de placa de inauguração definido pela **CAIXA**, caso o **TOMADOR** optar pela sua instalação.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDICIONANTES CONTRATUAIS

### 17.1 CONDIÇÃO DE EFICÁCIA CONTRATUAL

### 17.2 CONDIÇÕES RESOLUTIVAS

- 17.2.1 Sob pena de resolução do **CONTRATO** de **FINANCIAMENTO** fica condicionado que o **TOMADOR** deverá apresentar o presente **CONTRATO**, à **CAIXA**, devidamente registrado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data da assinatura, observadas as exigências legais de registro deste **CONTRATO** no(s) cartório(s)



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

competente(s), bem como de publicação do ato em meio oficial e encaminhamento de uma via do **CONTRATO** ao Tribunal de Contas do Estado ou Distrito Federal ou do Município, apresentando à **CAIXA** as competentes provas da realização desses atos, sendo este prazo prorrogável a critério da **CAIXA**;

**17.2.2** O valor de financiamento do presente **CONTRATO** deverá estar dentro do limite global de endividamento do setor público ou de excepcionalidade, regulado pelo Conselho Monetário Nacional e controlado pelo BACEN, por meio do CADIP - Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público.

**17.3 CONDIÇÕES PARA INÍCIO DE DESEMBOLSO:**

**17.3.1** Para utilização do **FINANCIAMENTO**, o **TOMADOR** obriga-se a cumprir, além das condições previstas nas Cláusulas de Garantias, as seguintes condições:

I. Para utilização da primeira parcela do **FINANCIAMENTO**:

- a) apresentação de pedido de desembolso de recursos, discriminando a(s) despesa(s) de capital a que se destinarão os recursos;
- b) atender integralmente as condições de eficácia, se houver, e resolutivas expressas neste **CONTRATO**;
- c) inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, perante a **CAIXA**, e ou de qualquer fato que, a critério da **CAIXA**, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do **TOMADOR** e, que a critério da **CAIXA**, possa afetar a segurança do crédito a ser concedido;
- d) comprovação da regularidade fiscal do **TOMADOR**, mediante consulta pela **CAIXA** da Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND ou da Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN;
- e) comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante consulta pela **CAIXA** do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- f) comprovação da regularidade junto ao **FGTS** e à **CAIXA**;
- g) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, em relação aos **PROJETOS/AÇÕES**, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do **TOMADOR** sobre a continuidade da validade de tal documento;
- h) quando for o caso, apresentar, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, a listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- i) comprovação, mediante consulta ao Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público - CADIP, do Banco Central do Brasil, da inexistência de anotações cadastrais impeditivas em nome do **TOMADOR**;
- j) inexistência de inscrição do **TOMADOR** no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH N° 4 DE 11/05/2016, a ser verificada pela **CAIXA**, mediante consulta na internet, no endereço [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br);
- k) apresentação de toda documentação necessária e suficiente para a análise, pela a **CAIXA**, do Plano de Investimento, caso o início do desembolso esteja previsto para o exercício financeiro subsequente ao deste **CONTRATO**.
- l) pagamento à **CAIXA** de taxas ou tarifas ou comissões pré-contratuais, devidas pelo **TOMADOR**.
- m) afixar, em local visível ao público, 01 (uma) placa de obra, conforme modelo definido pela **CAIXA**, mantida durante toda a execução dos **PROJETOS/AÇÕES**.

II. Para utilização das demais parcelas:

- a) apresentação de pedido de desembolso de recursos, discriminando a(s) despesa(s) de capital a que se destinarão os recursos.
- b) comprovação da regularidade fiscal do **TOMADOR**, mediante consulta pela **CAIXA** da Certidão Negativa de Débitos relativos a Contribuições Previdenciárias - CND ou da Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN;
- c) comprovação da regularidade previdenciária relacionada ao regime próprio de previdência social, mediante consulta pela **CAIXA** do Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP;
- d) comprovação da regularidade junto ao **FGTS** e à **CAIXA**;
- e) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração do **TOMADOR** sobre a continuidade da validade de tal documento;
- f) inexistência de inscrição do **TOMADOR** no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, instituído pela Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH N° 4 DE 11/05/2016, a ser verificada pela **CAIXA**, mediante consulta na internet, no endereço [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br);
- g) comprovação, mediante consulta ao Sistema de Registro de Operações de Crédito com o Setor Público - CADIP, do Banco Central do Brasil, da inexistência de anotações cadastrais impeditivas em nome do **TOMADOR**;
- h) quando for o caso, apresentar, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, a listagem contendo dados que identifiquem as despesas de capital correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pela **CAIXA**;

i) inexistência de inadimplemento de qualquer natureza, perante a **CAIXA**, e ou de qualquer fato que, a critério da **CAIXA**, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira do **TOMADOR** e, que a critério da **CAIXA**, possa afetar a segurança do crédito a ser concedido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA SUSPENSÃO DOS DESEMBOLSOS

**18.1** A **CAIXA** pode, a qualquer momento, mediante comunicação por escrito ao **TOMADOR**, suspender os desembolsos, na hipótese de ocorrerem, e enquanto persistirem, quaisquer das seguintes circunstâncias:

- I. mora no pagamento de importâncias devidas por força do presente contrato, independentemente da aplicação das cominações nele previstas;
- II. irregularidade de situação do **TOMADOR** perante o FGTS, INSS e a **CAIXA**;
- III. qualquer ato, processo ou circunstância que possa reduzir a livre administração do **TOMADOR** ou a capacidade de disposição de seus bens;
- IV. inadimplemento, por parte do **TOMADOR**, de obrigação assumida com a **CAIXA** no presente contrato;
- V. atraso, falta de comprovação dos pagamentos efetuados com os recursos obtidos da **CAIXA**, ou aceite da comprovação pela **CAIXA**;
- VI. alteração de qualquer das disposições das normas legais e infralegais federais, distritais, municipais ou estaduais, que possam surtir efeitos neste **CONTRATO**, que contrarie, direta ou indiretamente, o ajustado neste **CONTRATO** e nos demais a ele vinculados;
- VII. ocorrência de fato superveniente que venha a afetar a **CAIXA** e/ou afete a(s) garantia(s) constituídas para este **CONTRATO**.
- VIII. descumprimento da comprovação das parcelas liberadas.
- IX. descumprimento de qualquer obrigação prevista no presente instrumento de acordo com os **PROJETOS/AÇÕES** relacionados no **ANEXO I** deste **CONTRATO**;
- X. realização de declaração falsa ou incorreta pelo **TOMADOR**, no âmbito deste **CONTRATO**, ou ainda qualquer exposição de fatos ou declaração incorreta em qualquer aspecto relevante fornecida pelo **TOMADOR** à **CAIXA** para a concessão deste **FINANCIAMENTO**;
- XI. conhecimento pela **CAIXA**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH Nº 4 DE 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- XII. demais situações previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação correlata;
  - XIII. em decorrência de decisão ou determinação judicial ou de órgão de controle externo ou interno, podendo ser glosados os valores que correspondam a irregularidades apontadas, sem prejuízo a outras medidas a serem tomadas.
- 18.2** Caso a suspensão dos desembolsos para as situações descritas acima não seja medida suficiente para assegurar o regular cumprimento das obrigações assumidas, poderá ser declarado o vencimento antecipado da dívida.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO VENCIMENTO ANTECIPADO**

- 19.1** Constituem motivos de vencimento antecipado da dívida, a critério da **CAIXA**:
- I. ineficácia da suspensão dos desembolsos para os motivos que lhe originaram;
  - II. inexatidão ou falsidade das declarações prestadas, relacionadas com o presente **CONTRATO**;
  - III. inadimplemento de qualquer das obrigações estipuladas neste **CONTRATO**;
  - IV. ocorrência de procedimento judicial e extrajudicial que afete a garantia constituída em favor da **CAIXA**;
  - V. a cessão ou transferência a terceiros das obrigações assumidas neste **CONTRATO** sem prévia e expressa autorização da **CAIXA**;
  - VI. modificação ou inobservância dos **PROJETOS/AÇÕES** e demais documentos aceitos e integrantes do respectivo processo de contratação desta operação de crédito, sem prévio e expresso consentimento da **CAIXA**;
  - VII. conhecimento pela **CAIXA**, a qualquer tempo, de que as atividades do **TOMADOR** geram danos ao meio ambiente, utilizam mão de obra em situação análoga à condição de trabalho escravo, conforme previsto na Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH N° 4 DE 11/05/2016, trabalho infantil de forma não regulamentada, exploração da prostituição ou exerçam atividades ilegais, constando ou não no Cadastro de Empregadores;
  - VIII. descumprimento de qualquer obrigação do **TOMADOR** prevista no presente instrumento;
  - IX. se ocorrer a incidência de novos tributos de qualquer natureza sobre as operações da espécie, ou aumento substancial das alíquotas ou valores dos tributos vigentes;
  - X. eventos de responsabilidade do **TOMADOR** que possam causar prejuízo à imagem da **CAIXA** no contexto da sociedade e do Sistema Financeiro Nacional;
  - XI. se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, conseqüentemente o declínio de seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pela **CAIXA**, após o primeiro desembolso.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 19.2** Na ocorrência de aplicação de recursos em finalidade diversa da prevista na **CLÁUSULA SEGUNDA**, devidamente enquadrada pela **CAIXA**, e/ou não comprovação da aplicação dos recursos após transcorrido todos os prazos previstos neste **CONTRATO** com o respectivo aceite da **CAIXA**, além de adotar as medidas previstas nesta Cláusula e neste **CONTRATO**, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº. 7.492 de 16 de junho de 1986.
- 19.3** Nos casos de vencimento antecipado, tornam-se exigíveis, desde logo, o principal, juros e demais obrigações contratualmente ajustadas, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, além dos previstos nos Artigos 333 e 1.425 do Código Civil, devendo a **CAIXA**, depois de constatada a irregularidade, notificar o **TOMADOR**, concedendo-lhe o prazo de até 60 (sessenta) dias, também a critério da **CAIXA**, contados do recebimento da notificação, para sanar qualquer dos casos acima elencados.
- 19.4** O **TOMADOR** obriga-se a dar conhecimento e/ou esclarecimento expresso e imediato à **CAIXA** da ocorrência, iminência ou veiculação de notícia a respeito de qualquer situação relacionada nos incisos das **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** e **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**, sob pena de incorrer na hipótese do inciso II do item 19.1.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

- 20.1** O presente **CONTRATO** pode ser extinto, via rescisão contratual, pelo descumprimento das obrigações pactuadas, nos seguintes casos:
- I. não sendo cumprida(s) a(s) condição(ões) de eficácia, incidir alguma condição resolutivas ou impedimento para desembolso, conforme **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA**;
  - II. se, por ocasião de reavaliação da capacidade de pagamento do **TOMADOR**, seja constatada a perda da capacidade de pagamento e, conseqüentemente, o declínio do seu conceito de risco de crédito, não alcançando o conceito mínimo exigido pela **CAIXA**, antes da primeira liberação de desembolso;
  - III. se, verificada qualquer uma das hipóteses relacionadas nas **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** e **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**;
  - IV. se ocorrerem divergências entre o pedido de financiamento apresentado e/ou as premissas e parâmetros dos **PROJETOS/AÇÕES** analisados e, conseqüentemente, alterando as análises econômico-financeiras e jurídica que subsidiaram a presente contratação;
  - V. se ocorrerem eventos graves que, de comum acordo entre **TOMADOR** e **CAIXA**, tornem impossíveis, ou desaconselháveis, o cumprimento das obrigações assumidas neste **CONTRATO**;
  - VI. descumprimento, por parte do **TOMADOR**, do prazo para o primeiro desembolso, estipulado na **CLÁUSULA TERCEIRA**.
- 20.2** O presente **CONTRATO** poderá ser extinto, ainda, via rescisão, por acordo mútuo entre a **CAIXA** e o **TOMADOR**.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 20.3** Tanto no caso de rescisão quanto no caso de rescisão, a extinção do pacto se operará mediante comunicação escrita, ficando o **TOMADOR** obrigado a pagar à **CAIXA** o valor equivalente a 1% (um por cento) do **VALOR DO FINANCIAMENTO**, referente a despesas operacionais ocorridas.
- 20.4** O valor apurado será cobrado mediante a emissão de **AVISO DE COBRANÇA** ao **TOMADOR**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS**

- 21.1** O **TOMADOR**, a partir da assinatura do presente instrumento, autoriza à **CAIXA** negociar, a qualquer momento, durante a vigência deste **CONTRATO**, o montante do crédito ora concedido, em parte ou no todo, junto às outras instituições financeiras, desde que mantidas as condições contratuais e mediante prévia ciência do **TOMADOR**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DECLARAÇÕES DO TOMADOR**

- 22.1** O **TOMADOR** declara:

- I. responsabilizar-se pela execução e conclusão dos **PROJETOS/AÇÕES** para os quais foram destinados recursos do objeto/objetivo deste **CONTRATO**.
- II. conhecer e estar de acordo com a condição estabelecida na **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** e declara, ainda, reconhecer que nenhuma responsabilidade é imputada à **CAIXA** em relação às despesas incorridas por ele, **TOMADOR**, no período de vigência da condição resolutiva, caso seja realizada ou autorizada alguma despesa relativa aos **PROJETOS/AÇÕES**;
- III. que todas as aprovações e medidas necessárias para celebrar o presente **CONTRATO** foram tomadas, obtidas e estão válidas e eficazes;
- IV. que a celebração do presente **CONTRATO** não infringe ou viola qualquer disposição ou cláusula contida em qualquer acordo, contrato ou avença de que o **TOMADOR** seja parte;
- V. cumprir a legislação relativa à Reserva Legal, Reserva Indígena, Área de Preservação Permanente, Área de Preservação Ambiental, Zoneamento Urbano, Zoneamento Ecológico Econômico e Zoneamento Agroeconômico e a legislação sobre o patrimônio cultural brasileiro, assim compreendido o patrimônio histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, geológico e paleontológico;
- VI. que a execução dos investimentos dos **PROJETOS/AÇÕES** não implica violação à Legislação Ambiental em vigor;
- VII. que a área dos **PROJETOS/AÇÕES** não é área embargada, área contaminada e/ou área degradada;
- VIII. não haver Termo de Ajustamento de Conduta relativo aos **PROJETOS/AÇÕES** ou que, caso existente, se obrigará a todos os termos e condições acordados com o Ministério Público.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 22.2** As declarações prestadas pelo **TOMADOR** subsistirão até o final e total cumprimento das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, ficando todos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, responsáveis por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à **CAIXA** oriundos da não veracidade ou da inexatidão de todas as declarações aqui prestadas.
- 22.3** O **TOMADOR** declara, ainda, estar ciente de que os dados e informações referentes ao presente **CONTRATO** serão registrados no Sistema de Informações de Créditos - SCR, atendendo à determinação do **BACEN**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL**

- 23.1** O **TOMADOR** obriga-se a respeitar a legislação ambiental e informar à **CAIXA** sobre a ocorrência de qualquer irregularidade ou evento relacionado aos **PROJETOS/AÇÕES** que possa levar os órgãos competentes a considerar descumprida qualquer norma ambiental ou devida obrigação de indenizar qualquer dano ambiental.
- 23.2** O **TOMADOR** deverá ressarcir à **CAIXA** qualquer quantia a que a **CAIXA** venha a ser compelida a pagar por conta do dano ambiental que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado aos **PROJETOS/AÇÕES**, assim como deverá indenizar a **CAIXA** por qualquer perda ou dano que esta venha a experimentar em razão do dano ambiental.
- 23.3** O **TOMADOR** obriga-se a comunicar imediatamente à **CAIXA** qualquer evento que cause grave lesão ao meio ambiente ou violação às leis e práticas de proteção ambiental durante a execução dos **PROJETOS/AÇÕES** apoiados com os recursos deste **CONTRATO**, com a indicação das ações reparadoras das ocorrências e as atitudes de reversão adotadas para a respectiva solução.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS AUTORIZAÇÕES DO TOMADOR**

- 24.1** O **TOMADOR** expressamente autoriza a **CAIXA**, durante a vigência deste **CONTRATO**, a solicitar e receber informações acerca da existência ou não de registros no **CADIN** a seu respeito, bem como a acessar a Central de Risco do Banco Central do Brasil para obter dados sobre o seu endividamento junto ao Sistema Financeiro Nacional, nos termos do inciso I do Art. 8º da Resolução CMN n.º 3.658, de 17 de dezembro de 2008, e suas alterações.
- 24.2** O **TOMADOR** declara ter ciência de que a **CAIXA**, bem como as demais instituições financeiras, por força de determinação do Conselho Monetário Nacional, com base nas atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 4.595, de 31 de dezembro de 1964, está obrigada a prestar informações ao **BACEN** sobre a situação contábil deste e de todos os créditos de sua responsabilidade, sendo essas informações consolidadas no sistema Central de Risco de Crédito, na forma da Resolução CMN n.º 3.658, de 17 de dezembro de 2008, e suas atualizações, cujo propósito é permitir ao **BACEN** a supervisão indireta da solvência das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 24.3** O **TOMADOR** autoriza a **CAIXA**, de forma irrevogável e irretratável, a prestar informações sobre o presente **CONTRATO** aos órgãos de fiscalização e/ou de controle externo e/ou judicante, quando legalmente a isso obrigada, ou em razão de ordem judicial.
- 24.4** O **TOMADOR** autoriza a **CAIXA** a remeter informação ao Sistema de Informações de Créditos (SCR) do **BACEN**, nos termos definidos na Resolução nº 4.571, de 26 de maio de 2017.
- 24.5** As autorizações acima mencionadas serão automaticamente estendidas a qualquer outra entidade que, no curso deste **CONTRATO**, venha a substituir, em sua competência e função, os órgãos regulatórios/fiscalizadores acima mencionados.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA CONDIÇÃO DE FIEL DEPOSITÁRIO DA DOCUMENTAÇÃO**

- 25.1** O **TOMADOR** assume o encargo de guardar, conservar e entregar em perfeito estado os livros e/ou documentos fiscais, notas fiscais, faturas, duplicatas ou outros documentos relativos às operações de compra referentes à aplicação dos recursos objeto deste **CONTRATO**, bem como os documentos fiscais referentes aos serviços realizados relativamente ao **PROJETOS/AÇÕES**, possuindo-os em nome da **CAIXA**.
- 25.2** Desde já, o **TOMADOR** se obriga a guardar, conservar e entregar de imediato e em perfeito estado tal documentação à **CAIXA**, quando por esta solicitado, sob as penas civis e criminais previstas na legislação em vigor.
- 25.3** O **TOMADOR** assume o encargo previsto nesta Cláusula, em nome da **CAIXA**, de forma não onerosa durante toda a vigência deste **CONTRATO**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – OUTRAS CONSIDERAÇÕES**

- 26.1** Qualquer tolerância, por parte da **CAIXA**, pelo não cumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, é considerada como ato de liberalidade, não se constituindo em novação ou procedimento invocável pelo **TOMADOR**.
- 26.2** Se qualquer item ou cláusula deste **CONTRATO** vier a ser considerado ilegal, inexecutável ou, por qualquer motivo ineficaz, todos os demais itens e cláusulas permanecerão plenamente válidos e eficazes.
- 26.3** As partes desde já se comprometem a, no menor prazo possível, negociar item ou cláusula que, conforme o caso, venha a substituir o item ou a cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz.
- 26.3.1** Nessa negociação, deverá ser considerado o objetivo das **PARTES** na data de assinatura deste **CONTRATO**, bem como o contexto no qual o item ou a cláusula ilegal, inexecutável ou ineficaz foi inserido(a).



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DA CERTEZA E LIQUIDEZ DA DÍVIDA

- 27.1** Ficam expressamente asseguradas, a qualquer tempo, a certeza e a liquidez da dívida do **TOMADOR**, que reconhecerá como prova, para determinação da dívida resultante deste **CONTRATO**, os lançamentos que a **CAIXA** realizar, por sua vez, os recibos ou comunicações que expedir sobre as quantias creditadas na respectiva **CONTA VINCULADA**, indicada na **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA PRESERVAÇÃO DE DIREITOS

- 28.1** Fica expresso e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte da **CAIXA**, de quaisquer direitos que lhe assista por força deste **CONTRATO** ou a concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigações do **TOMADOR**, não afetarão aqueles direitos ou faculdades, que poderão ser exercidos a qualquer tempo e não alterarão, de nenhum modo, as condições estipuladas neste instrumento, nem obrigarão a **CAIXA** relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA IMPUTAÇÃO AO PAGAMENTO

- 29.1** As quantias recebidas para crédito do **TOMADOR** serão imputadas ao pagamento das verbas a seguir discriminadas, obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA – MARKET FLEX

- 30.1** A **CAIXA** e o **TOMADOR**, de comum acordo, reservam-se o direito de, a qualquer momento, requererem modificação de quaisquer termos deste **CONTRATO** nas seguintes, mas não limitadas, situações:

- I. Ocorrência de mudança material ou substancial nas condições de mercado;
- II. Ocorrência de alteração material adversa nas operações, no negócio ou nas condições financeiras do **TOMADOR**;

- 30.2** As modificações citadas no subitem acima devem ser previamente submetidas à apreciação da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

#### CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA COMPROVAÇÃO DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

- 31.1** A sistemática a ser adotada para efeitos de comprovação da aplicação do **FINANCIAMENTO** obedecerá, no mínimo, ao que segue:

- I. A obrigação pela comprovação da aplicação correta dos recursos cabe ao **TOMADOR**, cabendo à **CAIXA** promover a aceitação, ou não, após análise da documentação apresentada para tal;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- II. O **TOMADOR** deverá apresentar notas fiscais com a respectiva quitação financeira (tais como: TED, DOC, ordem de pagamento, depósito em conta corrente, boleto bancário quitado e recibos), além das notas de empenho e de liquidação; sejam dos recursos obtidos com este **CONTRATO**, sejam com outras fontes de financiamento, recursos próprios, entre outros;
- a) tais documentos, para efeitos de comprovação, serão aceitos com data a partir da assinatura deste **CONTRATO** e pelo prazo de até 24 meses após o respectivo desembolso;
  - b) nas notas de empenho, devem contar os códigos da ação orçamentária e o código do grupo de natureza de despesa de capital previstos no contrato de financiamento, bem como o código de fonte de recursos de operação de crédito.
- III. No caso de bens fabricados sob encomenda, a comprovação da aplicação do crédito deverá ser por meio da apresentação de cópia autenticada de contrato de compra e venda para entrega futura, firmado entre o fabricante, com aceite do **TOMADOR**, contendo a descrição dos serviços a serem realizados, os valores e as datas de conclusão previstas para cada etapa, acompanhado dos recibos de pagamentos ou adiantamentos porventura efetuados, ou nota fiscal de venda futura, além da comprovação do cumprimento dos ditames da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações);
- IV. No caso de apresentação de recibos, e quando o vendedor ou prestador de serviços esteja legalmente desobrigado da emissão de nota fiscal, do recibo deverá constar: o registro do CPF, do documento de identidade (ou do CNPJ, no caso de Pessoa Jurídica), com a identificação do representante legal do CNPJ, devidamente assinado;
- V. No caso de desapropriação, a comprovação é feita com recibo de depósito judicial em favor do desapropriado;
- VI. Quando se tratar de obras de engenharia civil, a **CAIXA** poderá realizar visitas de constatação, devendo o **TOMADOR** disponibilizar à **CAIXA**, assim que disponível, e no mínimo com 30 dias úteis de antecedência da visita de constatação, os projetos descritivos de engenharia, as especificações, os orçamentos, os cronogramas de andamento físico e físico-financeiro das obras e os contratos de empreitadas, bem como, o roteiro de acesso com croqui de localização do empreendimento devendo, se possível, identificar em qual trecho das obras foram aplicados os recursos obtidos com o **FINANCIAMENTO** deste **CONTRATO**;
- a) tais documentos apresentados serão utilizados nas demais visitas de constatação, se for o caso.
- VII. O **TOMADOR** deverá apresentar, também, licenças ambientais prévias, de instalação ou operação, na forma da legislação ambiental aplicável, conforme a respectiva etapa do projeto/ações, expedidas pelo órgão ambiental competente, em nome do **TOMADOR** ou entidade diretamente responsável pela execução dos **PROJETOS/AÇÕES**;



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

VIII. A fim de manter a transparência na utilização dos recursos, o **TOMADOR** se obriga a efetuar o pagamento aos fornecedores, com a utilização dos recursos obtidos deste **CONTRATO**, liberados na **CONTA VINCULADA**.

**31.1.1** A **CAIXA** poderá solicitar outros documentos que venham a ser exigíveis pelas políticas e/ou normas internas da **CAIXA** ou legislação que lhe é aplicável.

**31.2** O **TOMADOR** obriga-se a guardar as notas fiscais, faturas, recibos, notas de empenho, notas de liquidação e outros documentos decorrentes das operações de venda e prestação de serviços realizados com os recursos deste **CONTRATO** e entregar cópias autenticadas, por agente público do próprio **TOMADOR**, à **CAIXA**, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, quando por este solicitado, podendo a **CAIXA** considerar o **CONTRATO** vencido, na forma da **CLÁUSULA DÉCIMA NONA**, caso o prazo seja descumprido.

**31.2.1** Tais documentos comprovarão as despesas públicas (de capital) realizadas, nos termos do artigo 63 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964.

**31.3** Nenhum documento de comprovação de aplicação de recursos será aceito contendo ressalvas, rasuras, acertos e/ou condições restritivas, os quais ficarão sujeitos à análise e aceitação pela **CAIXA**.

**31.4** O **TOMADOR** assume o compromisso de manter arquivado, pelo prazo de 05 anos após a liquidação da dívida deste **CONTRATO**, toda e qualquer documentação utilizada para comprovação de aplicação dos recursos.

**31.5** O **TOMADOR** se compromete a apresentar comprovantes de que o pagamento a fornecedor estrangeiro, no caso de sua ocorrência, se deu mediante a comprovação da entrega dos bens adquiridos no exterior, conforme previsto no contrato de compra e venda e de acordo com as especificações constantes do projeto financiado, observadas as disposições legais pertinentes a tais transações, inclusive quanto ao cumprimento da legislação licitatória pertinente.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – LIVRE ACESSO E SITUAÇÃO FUNDIÁRIA**

**32.1** O **TOMADOR** assume o compromisso de permitir, além de facilitar, à **CAIXA** e seus representantes devidamente identificados e indicados por ela, ampla verificação da aplicação dos recursos deste **CONTRATO** e do desenvolvimento das atividades por meio deste **CONTRATO** financiadas, franqueando a seus representantes e prepostos, quando for o caso, livre acesso às dependências do **TOMADOR** e às obras de engenharia civil, bem como, aos comprovantes de pagamentos de fornecedores, documentos comprobatórios do regular processo licitatório envolvido, pagamento de impostos, registros contábeis, jurídicos e qualquer outra informação solicitada e atinente aos recursos deste **CONTRATO**, sob pena de vencimento antecipado deste **CONTRATO** e imediata exigibilidade da dívida.

**32.2** A **CAIXA** poderá, sempre que julgar necessário, exigir a apresentação de comprovação de tomada de preços ou de concorrências, de homologação de resultados, bem como a apresentação de contratos com empreiteiros e outros



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

fornecedores, consultores e auditores externos que tenham sido pagos ou que serão pagos com os recursos oriundos deste **CONTRATO**.

- 32.3** O **TOMADOR** compromete-se a apresentar à **CAIXA**, sempre que por esta solicitado, a documentação referente ao processo de regularização das áreas de intervenção promovidas com os recursos deste **CONTRATO**, revestidas das formalidades legais, de acordo com cada situação.
- 32.4** O **TOMADOR** e a **CAIXA** poderão, de comum acordo, visitar a sistemática constante desta Cláusula, estabelecendo novas condições ou as alterando, desde que de acordo com os meios previstos na legislação nacional e verificadas as exigências da legislação local.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 33.1** O **TOMADOR** obriga-se a atender às intimações que lhe venham a ser feitas pela **CAIXA**, no interesse da segurança e realização do crédito ora aberto, na forma e no prazo que delas constarem, as quais se tornarão efetivas pela aposição do “ciente” do **TOMADOR**, representado por agente público ou carimbo/recibo do seu protocolo oficial, ou em virtude de aviso por via postal.
- 33.2** Fica facultado à **CAIXA** mencionar, em qualquer divulgação que fizer sobre suas atividades, a colaboração financeira concedida por meio deste **CONTRATO**.
- 33.3** O **TOMADOR** assume o compromisso de mencionar expressamente a cooperação da **CAIXA**, como entidade financiadora dos **PROJETOS/AÇÕES** objetos deste **CONTRATO**.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 34.1** As obrigações assumidas neste **CONTRATO** poderão ser objeto de execução específica por iniciativa da **CAIXA**, nos termos do disposto do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente **CONTRATO**.
- 34.2** Nenhuma ação ou omissão, tanto do **TOMADOR** quanto da **CAIXA** importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente **CONTRATO**.
- 34.3** Os direitos e recursos previstos neste **CONTRATO** são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos em lei.
- 34.4** O **TOMADOR** não poderá ceder ou transferir, no todo ou em parte, quaisquer de seus direitos e obrigações previstos no presente **CONTRATO** sem o prévio consentimento da **CAIXA**.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 34.5** Os **PROJETOS/AÇÕES** descritos neste **CONTRATO** serão executados, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**, que será responsável pela coordenação geral de suas atividades.
- 34.5** Toda e qualquer notificação ou comunicação trocada entre o **TOMADOR** e a **CAIXA**, relativamente ao presente **CONTRATO**, deverá ser feita por escrito e entregue via correio o portador, para o endereço indicado a seguir:

**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

Endereço: Rua Sete de Setembro, 91D – 2º andar – Centro.  
89801-140 – Chapecó – SC  
Telefone: (49) 2049-8800

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA**

Endereço: R. XV de Agosto, 342 - Centro  
CEP 89699-000 - Ipira - SC  
Telefone: (49) 3558-0451

- 34.6** Qualquer alteração no endereço acima deverá ser comunicada à **CAIXA**, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados de sua ocorrência.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO**

- 35.1** O **TOMADOR** declara que está expressamente ciente e autoriza a **CAIXA**, de forma irrevogável e irretratável, a prestar informações no âmbito do presente **CONTRATO**, ciente de que a **CAIXA** poderá encaminhá-las aos órgãos de fiscalização.
- 35.2** O **TOMADOR** está ciente que o Banco Central do Brasil – **BACEN**, a Secretaria Federal de Controle Interno – **SFCI** da Controladoria-Geral da União - **CGU**, o Tribunal de Contas da União – **TCU**, a Secretaria do Tesouro Nacional – **STN** e o Ministério Público Federal - **MPF**, por meio de seus representantes indicados, podem nos termos e limites da lei, ter livre acesso às informações relativas ao presente **FINANCIAMENTO** com a finalidade de efetuar, quando necessário, inspeções técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, inclusive, a critérios daquelas instituições, à sua contabilidade e arquivos.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – VALIDADE**

- 36.1** A validade do presente **CONTRATO** está condicionada à existência de margem no limite para contratação da operação de financiamento estabelecido nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.589/17 e suas alterações, que será verificado pela **CAIXA** em até 5 dias úteis após a assinatura desse instrumento contratual, quando inicia-se também a vigência e todos os efeitos de direito.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO**

- 37.1** O **TOMADOR** obriga-se a providenciar a publicação deste **CONTRATO** ou de extrato, no Diário Oficial do Estado/Distrito Federal/Município, às suas expensas, até



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para fins de validade e eficácia do instrumento.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO**

**38.1** Integram o presente **CONTRATO**, para todos os fins de direito, além dos documentos entregues à **CAIXA**:

- I. ANEXO I - Detalhamento **PROJETOS/AÇÕES**;
- II. ANEXO II – Cronograma de Desembolso;
- III. ANEXO III – Modelo para Solicitação de Desembolso;
- IV. ANEXO IV – Fórmulas das taxas de juros contratuais.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DO FORO**

**39.1** As **PARTES** aceitam este instrumento tal como está redigido e se obrigam, por si e sucessores, ao fiel e exato cumprimento do que ora ficou ajustado, estabelecendo-se como foro, com privilégio sobre qualquer outro, para conhecimento e solução de toda e qualquer questão decorrente da sua interpretação ou execução, o da Seção Judiciária da Justiça Federal com jurisdição no local de assinatura deste **CONTRATO**.

E, por estarem assim acordes, firmam com as testemunhas abaixo o presente instrumento em 04 (quatro) vias originais de igual teor e para um só efeito.

IPIRA/SC \_\_\_\_\_, 02 de setembro de 2020  
Local/Data

MARCOS LEANDRO  
CARPES:00744161975

Assinado de forma digital por  
MARCOS LEANDRO  
CARPES:00744161975  
Dados: 2020.09.02 20:01:15 -03'00'

EMERSON ARI  
REICHERT:75884615949

Assinado de forma digital por  
EMERSON ARI  
REICHERT:75884615949  
Dados: 2020.09.02 19:29:36 -03'00'

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
AGENTE FINANCEIRO  
MARCOS LEANDRO CARPES  
CPF: 007.441.619-75

MUNICÍPIO DE IPIRA/SC  
TOMADOR  
Nome: EMERSON ARI REICHERT  
CPF: 758.846.159-49

**TESTEMUNHAS**

GILDETE DA SILVA CHAVES:04536310967

Assinado de forma digital por GILDETE  
DA SILVA CHAVES:04536310967  
Dados: 2020.09.02 19:31:06 -03'00'

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

Neile Aparecida da  
Silva Cabral

Assinado de forma digital por Neile  
Aparecida da Silva Cabral  
Dados: 2020.09.02 19:47:34 -03'00'

Nome: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)  
**Para pessoas com deficiência auditiva ou de fala:** 0800 726 2492  
**Ouvidoria:** 0800 725 7474  
[caixa.gov.br](http://caixa.gov.br)



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

**ANEXO I – DETALHAMENTO PROJETOS/AÇÕES**

<b>CÓDIGO AÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>CÓDIGO DO GRUPO DE NATUREZA DE DESPESA</b>	<b>PROJETOS/AÇÕES</b>
06.02.15.451.0012.1.011	4.4.90.00.00	Modernização Urbana



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

**ANEXO II – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

CT nº	Estado/Município/Distrito Federal	UF
0534981-73/2019	Município de Ipira	SC
Programa	<b>TOMADOR</b>	
<b>FINISA</b>	Município de Ipira/SC	
Data da Primeira Amortização	Valor do Financiamento	
17/10/2022	R\$ 1.500.000,00	
Periodicidade dos desembolsos		
Trimestral		

**Total por Exercício**

Ano	Valor (R\$)
2020	1.000.000,00
2021	500.000,00



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

**ANEXO III**  
**MODELO PARA SOLICITAÇÃO DE DESEMBOLSOS**

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

À

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - GIGOVCH

Endereço: Rua Sete de Setembro, 91D - 2º andar - Centro.

CEP 89.801-140 - Chapecó - SC

Telefone: (49) 2049-8800

REF: Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento – FINISA –  
Despesas de Capital nº 0534981-73/2019

Nos termos do pactuado no Contrato em referência, solicitamos o desembolso de recursos,  
em favor do Município de IPIRA, no valor de R\$ ( ).

O **TOMADOR**, nos termos do **CONTRATO** e dos respectivos Documentos de Garantia,  
concorda com o valor ora solicitado, ficando ratificadas todas as garantias prestadas.

Atesto, para todos os efeitos da presente:

- (i) estar em dia com todas as obrigações decorrentes do **CONTRATO**;
- (ii) ter atendido as todas as condições previstas no **CONTRATO**, para a realização do  
presente desembolso;

Também para os efeitos do presente desembolso, apresentamos, anexos, os seguintes  
documentos:

- (i) Certidão Negativa de Débito – CND, expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social  
– INSS;

Reitero nossa concordância com todas as cláusulas e condições do **CONTRATO**, inclusive,  
sem limitação, as condições financeiras aplicáveis ao presente desembolso e o  
compromisso de aplicar os recursos desembolsados, exclusivamente, nos  
**PROJETOS/AÇÕES** relacionados no **ANEXO I** do **CONTRATO**.

Os termos e expressões aqui utilizados em maiúscula ou com iniciais em maiúscula e não  
definidos neste instrumento terão o significado a eles atribuído no **CONTRATO**.

Atenciosamente,

EMERSON ARI

REICHERT:75884615949

Assinado de forma digital por EMERSON  
ARI REICHERT:75884615949  
Dados: 2020.09.02 19:36:55 -03'00'

Assinatura do Representante Legal do **TOMADOR**

Nome: EMERSON ARI REICHERT

CPF: 758.846.159-49



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

**ANEXO IV**

**FÓRMULAS DAS TAXAS DE JUROS CONTRATUAIS**

1. Sobre o valor contratado incidirão encargos financeiros correspondentes ao da taxa média diária dos Certificados de Depósitos Interbancários - **CDI**, divulgada pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - **CETIP**, nos seguintes termos:

**1.1 PERCENTUAL DO CDI**

- 1.1.1 Quando for utilizado um percentual do **CDI** (% DO CDI), a prestação do financiamento será calculada conforme segue:

$$J_{DIA} = SD \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{CDI_{DIA}}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] \times \frac{P}{100} \right\}$$

$$J_{PERÍODO} = \sum_{i=1}^{DU_n} J_{DIA}$$

Onde:

$J_{DIA}$  = juros por dia.

$J_{PERÍODO}$  = juros do período.

$SD$  = saldo devedor para a data de início do período.

$DU_n$  = período em dias úteis compreendido entre o dia útil anterior ao Dia Eleito anterior (inclusive) ou Dia do Evento (inclusive) e o dia útil anterior (inclusive) ao Dia Eleito do Vencimento.

$P$  = percentual da taxa DI.

$CDI_{Dia}$  = CDI diário anualizado divulgado pela CETIP.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

## 1.2 CDI + TAXA DE JUROS

- 1.2.1 Quando for utilizado CDI acrescido de Taxa de Juros (CDI + TAXA DE JUROS), a prestação do financiamento será calculada conforme segue:

$$J_{DIA} = SD \times \left\{ \left[ \left( 1 + \frac{tx}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] + \left[ \left[ \left( 1 + \frac{CDI}{100} \right)^{1/252} - 1 \right] \times \frac{P}{100} \right] \right\}$$

$$J_{PERÍODO} = \sum_{i=1}^{DU_n} J_{DIA}$$

Onde:

$J_{DIA}$  = juros do dia.

$J_{PERÍODO}$  = juros do período.

$SD$  = saldo devedor para a data de início do período.

$DU_n$  = período em dias úteis compreendido entre o dia útil anterior ao Dia Eleito anterior (inclusive) ou Dia do Evento (inclusive) e o dia útil anterior (inclusive) ao Dia Eleito do Vencimento.

$P$  = percentual da taxa DI, se houver.

$CDI_{Dia}$  = CDI diário anualizado divulgado pela CETIP.

$Tx$  = taxa de juros do contrato.

- 1.3 Os juros na fase de carência serão cobrados mensalmente.
- 1.4 As prestações mensais e sucessivas são compostas por cobrança de juros acrescidas de amortização e calculadas de acordo com o Sistema de Amortização Constante – SAC.
- 1.5 Os referidos encargos financeiros são calculados e capitalizados por dias úteis, sendo incorporados ao saldo devedor e serão cobrados juntamente com a prestação.
- 1.6 Nos casos de pagamento, amortização extraordinária ou liquidação antecipada em épocas diferentes da data de aniversário do presente **CONTRATO**, será feita a aplicação “pro - rata” dia útil.



Contrato de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento –  
FINISA – Apoio Financeiro para Despesa de Capital

- 1.6.1** Consideram-se, para esse fim, como dias não úteis, sábados, domingos, feriados bancários nacionais e o dia 31 de dezembro.
- 1.7** O índice de **CDI CETIP** utilizado no cálculo dos encargos é o índice acumulado diariamente para o período de apuração, sendo que se o índice não estiver atualizado para algum dos dias do período, é utilizado o último índice divulgado.
- 1.8** O índice de **CDI CETIP** é divulgado pela **CETIP** – Câmara de Custódia e Liquidação, por meio do endereço eletrônico <http://www.cetip.com.br>.
- 1.9** Na hipótese de extinção, suspensão, falta de divulgação por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou impossibilidade de aplicação da Taxa CDI, fica, desde já, convencionado que a **CAIXA** e o **TOMADOR** poderão, mediante mútuo e prévio acordo por escrito, adotar para as mesmas finalidades, índices ou taxas que vierem a ser divulgados e determinados pelas autoridades competentes, ou, na falta de sua divulgação, os índices, taxas ou bases de remuneração substitutas e que melhor reflitam os custos de captação de recursos para aplicações em operações creditícias.

# Ipuacú

## PREFEITURA

### 1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N°. 57.2019

Publicação N° 2639077

DATA DE ADITAMENTO: 09/09/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N. ° 57 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N. ° 57/2019 PARA A AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES DE GÁS DE COZINHA 13KG PARA DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-SC PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: SOARES DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ sob N° 09.377.562/0001-23.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei n° 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 71/2019, Pregão Presencial Pref n.º 33/2019 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 27 /2019 datada de 10/09/2019.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Fms n. ° 57 de 10 de setembro de 2019, firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 10 de setembro de 2021.

### 1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N°. 63.2019

Publicação N° 2638796

DATA DE ADITAMENTO: 03/09/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N. ° 63 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS N.º 63/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA DESTINADOS AOS PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU/SC PARA OS FINS QUE ESPECIFICA - AUMENTO DE QUANTIDADE.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: BORNELLI SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n° 27.754.757/0001-27.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei n° 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório FMS 13/2019, Pregão Presencial FMS 10/2019 e Ata de Registro de Preços n. ° 06/2019 datada de 28/11/2019.

DO AUMENTO DE QUANTIDADE: O Contrato Fms n.º 63 de 28 de novembro de 2019, conforme previa no parágrafo único da cláusula sexta do referido contrato que poderia haver adição de quantitativos até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade Inicial licitada, dessa maneira faz –se o aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) no item 14.

Valor total do termo aditivo é de o montante de até R\$ 845,64 (oitocentos e quarenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).

### 1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N°. 133.2019

Publicação N° 2639419

DATA DE ADITAMENTO: 09/09/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. ° 133 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N. ° 133/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PRIVADA (VIGILÂNCIA ORGÂNICA), QUANDO DA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, CAMPEONATO MUNICIPAL DE FUTEBOL DE CAMPO, SUÍÇO E DEMAIS SOB RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU.

CONTRATADA: JF SEGURADORA PRIVADA EIRELI, inscrita no CNPJ sob N° 27.615.896/0001-70.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei n° 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 72/2019, Pregão Presencial Pref n.º 34/2019 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 26/2019 datada de 05/2019.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref n. ° 133 de 10 de setembro de 2019 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 10 de setembro de 2021.

**1 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 134.2019**

Publicação Nº 2639100

DATA DE ADITAMENTO: 09/09/2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 134 DE 10 DE SETEMBRO DE 2019.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF N.º 134/2019 PARA A AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES DE GÁS DE COZINHA 13KG PARA DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUAÇU-SC PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU.

CONTRATADA: SOARES DISTRIBUIDORA DE GÁS LTDA, inscrita no CNPJ sob Nº 09.377.562/0001-23.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 71/2019, Pregão Presencial Pref n.º 33/2019 e Ata de Registro de Preços PREF n.º 27 /2019 datada de 10/09/2019.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Pref n.º 134 de 10 de setembro de 2019 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 10 de setembro de 2021.

**2 TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 56.2019**

Publicação Nº 2638356

DATA DE ADITAMENTO: 04/09/2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 56 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº. 56/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA SEGURO DA FROTA MUNICIPAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- BENS MÓVEIS DO MUNICIPIO DE IPUAÇU-SC PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO E PREVISÃO DE DESEMBOLSO.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A, inscrita no CNPJ sob Nº 90.180.605/0001-02.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 73/2019, Pregão Presencial Pref n.º 35/2019.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: O Contrato Fms nº. 56 de 06 de setembro de 2019 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 06 de setembro de 2021.

DA PREVISÃO DE DESEMBOLSO: Fica estabelecido o desembolso de até R\$ 11.266,84 (onze mil, duzentos e sessenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).

**4 TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 132.2019**

Publicação Nº 2638364

DATA DE ADITAMENTO: 04/09/2020.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 132 DE 06 DE SETEMBRO DE 2019.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF Nº. 132/2019 QUE CONTRATA EMPRESA PARA SEGURO DA FROTA MUNICIPAL- BENS MÓVEIS DO MUNICIPIO DE IPUAÇU-SC PARA OS FINS QUE ESPECIFICA- PRORROGAÇÃO DE PRAZO E PREVISÃO DE DESEMBOLSO.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUAÇU.

CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A, inscrita no CNPJ sob Nº 90.180.605/0001-02.

FUNDAMENTO LEGAL: Vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório Pref. n.º 73/2019, Pregão Presencial Pref n.º 35/2019.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO:

O Contrato Pref n.º 132 de 06 de setembro de 2019 firmado entre as partes passa a ter a sua vigência prorrogada até a data de 06 de setembro de 2021.

DA PREVISÃO DE DESEMBOLSO : Fica estabelecido o desembolso de até R\$ 39.555,90 (trinta e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa centavos).

**CONTRATO PREF Nº. 117.2020**

Publicação Nº 2638974

CONTRATO PREF N.º 117 DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ADAPTAÇÃO DE VEÍCULO NA CONDIÇÃO DE VIATURA A SER CEDIDO A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE IPUAÇU/SC.

CONTRATADA: ALGACIR JOAO CERATTO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 81.833.865/0001-30.

FUNDAMENTO LEGAL: vincula-se o presente Contrato às normas previstas na Lei nº 8.666/93, e suas alterações e também Processo Licitatório PREF nº. 58/2020, Dispensa de Licitação PREF nº.26/2020.

DO OBJETO: Fornecimento de materiais e prestação de serviços para adaptação de veículo na condição de viatura a ser cedido a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

DO VALOR: O Município pagará a Contratada em moeda corrente o valor de até R\$ 9.950,00 (nove mil, novecentos e cinquenta reais).

DO PRAZO: O presente contrato tem sua vigência da data da assinatura do contrato que é de 08 de setembro de 2020, e perdurará até a data de 31 de dezembro de 2020.

**DECRETO Nº 163 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020. CONSTITUI E NOMEIA COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, CRIA COMISSÕES ESCOLARES DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, COM BASE NAS DIRETRIZES ESTADUAIS DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639012

DECRETO Nº 163

DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

CONSTITUI E NOMEIA COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, CRIA COMISSÕES ESCOLARES DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, COM BASE NAS DIRETRIZES ESTADUAIS DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 91, inciso VI, da Lei Orgânica do Município; e

Considerando os Decretos Estaduais nº 509 e 515, de 17 de março de 2020, e os Decretos Municipais nº 069, de 18 de março de 2020 e 070, de 23 de março de 2020, referente às medidas adotadas para contenção da proliferação da Pandemia do COVID-19/Coronavírus, bem como, o atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Ipuacu;

Considerando a orientação prevista no documento de referências intitulado Diretrizes para Retorno as Aulas elaborado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

Considerando a retomada gradual das atividades presenciais da Rede Municipal de Educação de Ipuacu, organizada de forma diferenciada, promovendo um diálogo com os demais setores, com redução de riscos e traumas voltados para o sentido biopsicossocial do servidor;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no âmbito da Educação, para deliberar, coordenar, articular e propor estratégias referentes ao retorno das aulas presenciais, no Município de Ipuacu.

Art. 2º O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no Âmbito da Educação será composto por representantes dos seguintes órgãos:

I – Representante da Secretaria de Educação, que o presidirá:  
Vagner Piana

II – Representantes da Secretaria de Saúde:  
Daiane Lorenzon Vizolli  
Osana Gonçalves Mendes

III – Representante da Secretaria de Assistência Social ou equivalente:  
Maristela Fátima Rovani Fuzinatto

IV – Representante da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:  
Weslen Möllmann

V – Representante dos profissionais e trabalhadores de educação:  
Mariana Pires

VI – Representante dos estudantes da Educação Básica:

Ana Luiza Zatta

VII – Representante do Conselho Municipal de Educação:  
Rafaela Ferreira Giroto

VIII – Representante das Comissões Escolares:

IX – Representante das escolas da Rede Estadual:  
Dirceu Fumagali  
Cleomar Aparecida Tonello

X – Representante das escolas da Rede Privada:  
Suzana Lodi Visoli

XI – Representante do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência:  
Indiamara Tonello Rodrigues

XII – Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar:  
Sueli Terezinha Brandalise Binotto

XIII – Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB:  
Juciane Ferri Pavan

XIV – Representante dos grupos organizados dos transportadores escolares:  
Ivonei Altíssimo

XV – Representante dos Indígenas:  
Gentil Belino

Art. 3º São atribuições do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no Âmbito da Educação:

- I – Elaborar o Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação do COVID-19, exclusivamente para o retorno das aulas presenciais no âmbito do Município de Ipuacu.
- II – Monitorar os resultados das testagens mínimas realizada na população, em um processo contínuo no município ou região, que constitui como indicador da “Matriz de Risco Potencial Regional”;
- III – Auxiliar na criação e treinamento de “Comissões Escolares” de fiscalização dos regramentos sanitários aplicáveis, na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino, extensão e pesquisas presenciais;
- IV – Constituir uma ouvidoria para receber denúncias de descumprimento dos protocolos e que este grupo tenha acesso às informações;
- V – Analisar e validar os Protocolos elaborados pelas Comissões Escolares.

Art. 4º Cada Unidade Escolar pertencente a Secretaria Municipal de Ensino de Ipuacu deverá instituir uma Comissão Escolar de Gerenciamento da Pandemia COVID 19.

Art. 5º A Comissão Escolar será composta de forma paritária por:

- I – 01 Gestor Escolar (diretor);
- II – 01 Representantes do quadro de professores;
- III – 01 Representantes das famílias dos alunos;
- IV – 01 Representante da Associação de Pais e Professores - APP;
- V – 01 Representante de outros trabalhadores (higienização/administrativo/alimentação).

§ 1º A Comissão Escolar será presidida pelo gestor escolar e constituída através de registro em ata.

§ 2º A Comissão se destituirá imediatamente após cessado o período de emergência sanitária com a edição do ato legal das autoridades políticas.

Art. 6º São atribuições da Comissão Escolar de Gerenciamento da Pandemia COVID 19:

- a) Elaborar seus próprios Protocolos, tendo como base o Plano de Contingência Municipal, no que couber a cada estabelecimento, ajustando às suas especificidades;
- b) Submeter seus Protocolos à análise e validação do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no Âmbito da Educação.

Art. 7º O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação, em reunião preferencialmente online, deverá elaborar o planejamento para aplicação dos protocolos sanitários para viabilizar o retorno das aulas presenciais, conforme atribuições do artigo 3º.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal considera o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação como órgão consultivo e fiscalizador dos protocolos escolares no âmbito do Município de Ipuacu para o retorno das atividades escolares

presenciais;

Art. 9º Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão.

Art. 10 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Ipuauçu, 10 de setembro de 2020.

CLORI PEROZA

Prefeita do Município.

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## **PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 58.2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO PREF Nº.26.2020**

Publicação Nº 2638983

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO PREF Nº. 58/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO PREF Nº. 26 /2020

A PREFEITA MUNICIPAL DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação conforme este edital.

MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

DO OBJETO: Fornecimento de materiais e prestação de serviços para adaptação de veículo na condição de viatura a ser cedido a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

DO FUNDAMENTO LEGAL: tendo por base o Inciso II do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

DA CONTRATADA: ALGACIR JOAO CERATTO EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n.º 81.833.865/0001-30.

DO VALOR: O Município pagará a Contratada em moeda corrente o valor de até R\$ 9.950,00 (nove mil, novecentos e cinquenta reais).

# Ipumirim

## PREFEITURA

### COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS/CMV

Publicação Nº 2639027

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

PROCESSO LEGISLATIVO Nº 2561/2020 DATA: 1º/9/2020

PROJETO DE LEI Nº 9/2020 – Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2021 - LDO e dá outras providências.

EMENTA: Constatação da presença dos Anexos e apresentação de Cronograma de Ações para o trâmite do projeto

RELATOR: Ezequiel Canton

RITO: Especial

#### RELATÓRIO

É recebido por esta Comissão o Projeto de Lei nº 9/2020 - Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2021 - LDO e dá outras providências, para análise.

O Prefeito Municipal, através da Mensagem nº 17/2020 de 1º de setembro de 2019, nos encaminha o presente Projeto, que tem por finalidade dispor sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária Anual do Município- LDO, para o exercício de 2021.

Conforme expresso no Regimento Interno, os projetos de Leis que tratam do Plano Plurianual - das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Especial possuem tramitação em Rito Especial, sendo de responsabilidade da Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas a sua análise.

O Projeto foi apresentado à Câmara no dia 1º de setembro de 2020, cumprindo assim o que determina o inciso I, do art. 164, da Lei Orgânica Municipal, In verbis:

(Art. 164 ..... )

II- O Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias será encaminhado a Câmara Municipal, pelo Poder Executivo, até o dia 1º de setembro de cada exercício.

O Projeto foi apresentado aos Vereadores na Sessão Plenária Ordinária realizada no 8 de setembro, cumprindo o disposto no Inciso I, do §1º, do Art. 144 do Regimento Interno. In verbis:

Art. 144 .....

§1º

II. Realizada a divulgação de que trata o caput deste artigo, o projeto de lei do orçamento anual, seus anexos e a exposição de motivos que o acompanha, serão comuns e disponibilizados aos Vereadores, por meio eletrônico, na Sessão Plenária Ordinária subsequente.

#### ANÁLISE

Designado relator ao projeto supra mencionado, neste primeiro momento cabe ao relator, em cumprimento ao disposto na alínea b, do inciso II, do §1º, do art. 144 do Regimento Interno, proceder a confirmação que o projeto se faz acompanhar dos documentos e anexo exigidos por lei. In verbis:

Art. 144 .....

§1º

b. Designado o Relator, o mesmo confirmará se o projeto de lei do orçamento anual possui os documentos e anexos exigidos em lei, para sua tramitação.

Analisando o projeto, atesto que o mesmo está acompanhado dos seguintes documentos e anexos:

Memória de Cálculo de Receita para o exercício de 2021;

Anexos de Metas Fiscais

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

Anexo 1.4 - Demonstrativos da Memória de Cálculo das Metas Fiscais de Despesas;

Anexo IV - Demonstrativos das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

Demonstrativos da Origem e Destinação dos Recursos Previstos para 2021;

Relatório sobre Projetos em Exercício e Despesas com Conservação do Patrimônio Público no exercício de 2021; (Art. 45 L.R.F);

Demonstrativo I - Metas Anuais/2021;

Demonstrativo III - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Anexos de Metas Fiscais

Anexo I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas - Total das Receitas;

Anexo 1.4 - Demonstrativo da memória de Cálculo das metas Fiscais de Despesa;

Anexo III - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário e Nominal;

Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das metas Anuais para o Montante da dívida;

Anexo VI - Demonstrativo da receita corrente líquida;

Anexo de Riscos Fiscais - Demonstrativos de Riscos Fiscais e Providências;

Estes portanto são os documentos e Anexos que acompanham o Projeto de Lei nº 9/2019.

Restando assim cumprido o disposto regimental.

Ainda, em cumprimento ao disposto na alínea "d" do inciso II do § 1º do art. 144 do Regimento Interno, proponho, para fins de trâmite e instruções do projeto o seguinte cronograma de ações: In verbis:

Art. 144 .....

§1º

d. Confirmados os documentos e anexos necessários para a tramitação da matéria, o Relator proporá à Comissão um cronograma de ações para a instrução do projeto de lei do orçamento anual, com a definição das datas para a realização de audiências públicas, recebimento de propostas pela comunidade e apresentação de emendas parlamentares.

Data	Ações
18/9	Audiência Pública
21/22/9	Prazo para recebimento de propostas da comunidade
23/24/25/9	Prazo final para recebimento de emendas parlamentares
28/9	Início da contagem e prazo para apresentação do Voto do Relator
5/10	Devolução ao Presidente para publicação e demais procedimentos

Diante do exposto, apresento a apreciação dos demais membros da Comissão o presente Relatório, confirmando a presença dos Anexos exigidos em lei, bem como submeto a apreciação o cronograma das ações para o tramite do projeto.

Sala das Comissões, aos 10 dias do mês de setembro de 2020

Ezequiel Canton

Relator

PELAS CONCLUSÕES

Kleber Toni Tecchio  
Presidente

Diego Spricigo  
Membro

Ezequiel Canton  
Relator

## EXTRATO DA ATA DE REG. DE PREÇOS DO PL 55, PP 17-2018-AP OESTE-GÊNEROS ALIMENTÍCIOS-FEIJÃO E ARROZ

Publicação Nº 2637989

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020  
PROCESSO DE LICITAÇÃO 55/2020

O Município de Ipumirim, faz saber que está registrando preços nos termos do inciso II do art. 15 da Lei 8.666/93, em conformidade com as propostas classificadas no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2020, do PROCESSO Nº 55/2020, homologado aos 09 de setembro de 2020, cujo objeto é: registro de preços para, aquisição de gêneros alimentícios com entrega parcelada, destinado para o programa de alimentação escolar, dos Núcleos Educacionais da Rede Municipal de Ensino, para os itens constantes na atas abaixo elencadas, com características e condições de execução individualizadas no Memorial Descritivo constante no Anexo III do edital de licitação retrocitado.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2020.55.8920  
de 10 de setembro de 2020

FORNECEDOR: AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA, situada na RUA XANXERÊ Nº 250 E, BAIRRO: LIDER, CEP: 89.805-270, Município de CHAPECÓ-SC, inscrita no CNPJ sob n. 05.919.156/0001-94 e no Cadastro de Contribuintes Estaduais n. 254.648.533, representado pela Senhora RENATA RAQUEL AHLF DOS SANTOS CPF: 005.351.199-92.

ITEM: 1		Obs: ITEM 01				
Item	Descrição		UND	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Feijão preto, tipo 1, novo, de 1ª qualidade, constituído de no mínimo 90 a 98% de grãos inteiros e íntegros, sem a presença de grãos mofados e/ou cartuchos, na cor característica e variedade correspondente de tamanho e formato naturais, maduros, limpos e secos, não contendo glúten, com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 12,2g de carboidrato, 0g de proteína e 0,3g de lipídio, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno, transparente, resistente, de 1Kg, original do fabricante, com especificações do produto, informações do fabricante, data de fabricação, prazo de validade mínimo de 6 meses e lote, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE). MARCA: BELA.		PCT	2.000	R\$ 7,00	R\$ 14.000,00
ITEM: 2		Obs: ITEM 02				
Item	Descrição		UND	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	Arroz , classe longo fino, parboilizado, tipo 1, subgrupo parboilizado, acondicionado em embalagem plástica de polipropileno original do fabricante, resistente e transparente, com 01 Kg, isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade e fragmentos estranhos, deve ser de procedência nacional e ser de safra corrente, produto isento de registro no Ministério da Agricultura - Serviço de Inspeção Federal (SIF) ou Serviço de Inspeção Estadual (SIE), informações do fabricante, especificação do produto, data de validade e lote, estampados na embalagem, sem glúten, contendo no mínimo 90% de grãos inteiros com no máximo 14% de umidade e com valor nutricional para porção de 100g de aproximadamente: 32,3g de carboidratos, 2,3g de proteínas e 2,9 de gorduras totais. Com rendimento após o cozimento de no mínimo 2,5 vezes a mais do peso anterior a cocção, devendo também apresentar coloração branca, grãos íntegros e soltos após o cozimento. MARCA: CHINÊS PARBOILIZADO.		kg	1.000	R\$ 5,00	R\$ 5.000,00
Valor Total do lote					R\$ 19.000.00	

Os extratos das atas retrocitadas possuem vigência de 12 (doze) meses.

# Iraceminha

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 197/2020, 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638673

PORTARIA Nº 197/2020, 10 DE SETEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal Nº 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

#### RESOLVE

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 30 dias, ao Servidor Público Municipal, Sra. CARLA ADRIANE KOCH, contratada em Caráter Temporário (ACT) conforme classificação do Teste Seletivo 002/2019, para atuar como AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE com 40 horas semanais e lotação na Secretaria Municipal de Saúde no período de 14 DE SETEMBRO A 13 DE OUTUBRO DE 2020, referente ao período aquisitivo de 21/05/2019 A 20/05/2020.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Iraceminha/SC, 10 de Setembro de 2020.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

RGF 2º QUADRIMESTRE 2020

Publicação Nº 2638336

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "g")

DESPESAS COM PESSOAL		DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
		LÍQUIDADAS												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (c)	(b)
		Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		666.349,47	715.263,80	1.309.415,58	763.540,59	757.981,12	792.316,58	763.889,75	733.984,15	762.446,94	738.176,62	742.691,74	726.766,93	9.497.863,27	0,00
Pessoal Ativo		666.349,47	682.356,80	1.270.820,23	755.755,59	750.638,12	784.513,83	776.057,01	726.173,40	739.215,69	706.505,78	720.305,49	720.978,18	9.295.903,58	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis		544.221,37	563.971,47	1.053.346,39	629.925,95	622.414,03	655.542,36	643.799,20	599.106,48	610.004,64	582.143,25	592.461,44	594.127,36	7.691.093,94	0,00
Obrigações Patronais		117.871,10	118.855,33	217.473,84	126.826,64	128.225,09	128.971,47	132.267,80	127.066,92	129.211,05	124.362,53	127.814,05	128.850,82	1.604.809,64	0,00
Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista		7.257,00	7.257,00	13.365,35	7.785,00	7.342,00	7.802,75	7.602,75	7.820,75	7.806,75	7.708,75	7.908,75	7.808,75	97.697,60	0,00
Pensões		6.303,00	6.303,00	12.441,35	6.303,00	6.303,00	6.763,75	6.763,75	6.763,75	6.763,75	6.763,75	6.763,75	6.763,75	84.999,60	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		954,00	954,00	954,00	1.482,00	1.039,00	1.039,00	1.039,00	1.057,00	1.043,00	945,00	1.145,00	1.045,00	12.698,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adono de manutenção		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		666.349,47	715.263,80	1.309.415,58	763.540,59	757.981,12	792.316,58	763.889,75	733.984,15	762.446,94	738.176,62	742.691,74	726.766,93	9.497.863,27	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V): 166 da CF (V)

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 1º, da CF) (VI)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)

DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + II II)

LIMITE MÁXIMO (IX) (Índices I, II e III, art. 20 da LRF)

LIMITE PRELIMINAR (X) = 0,95 x (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)

LIMITE DE ALERTA (XI) = 0,90 x (X) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI LIME  
CONTRADOR CROSCO 016 770-0-9

TIONES EDELFRANZEN  
Controlador Interno

FONTE:



MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.000.000,00</b>	<b>1.365.785,00</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	1.000.000,00	1.000.000,00	1.365.785,00	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>3.078.018,38</b>	<b>1.266.850,94</b>	<b>4.068.119,00</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa	3.078.018,38	1.266.850,94	4.068.119,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.135.552,56	1.615.249,62	4.269.038,02	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	57.534,18	348.398,68	200.919,02	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-2.078.018,38</b>	<b>-266.850,94</b>	<b>-2.702.334,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>18.735.624,57</b>	<b>18.809.226,34</b>	<b>20.180.586,96</b>	<b>0,00</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	0,00	1.178.768,15	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>18.735.624,57</b>	<b>18.809.226,34</b>	<b>19.001.818,81</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	5,34%	5,32%	7,19%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-11,09%	-1,42%	-14,22%	0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>22.482.749,48</b>	<b>22.571.071,61</b>	<b>22.802.182,57</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>20.234.474,54</b>	<b>20.313.964,45</b>	<b>20.521.964,31</b>	<b>0,00</b>
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	249,70	48.127,75	1.265,10	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	787.498,94	4.378.801,17	4.698.253,14	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Pecatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

IRACEMINHA, 10/09/2020

\_\_\_\_\_  
JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
LAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/O-9

\_\_\_\_\_  
TIONES EDIEL FRANZEN  
Controle Interno

FONTE:

MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>18.735.624,57</b>	<b>18.809.226,34</b>	<b>20.180.586,96</b>	<b>0,00</b>
<b>( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.178.768,15</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)</b>	<b>18.735.624,57</b>	<b>18.809.226,34</b>	<b>19.001.818,81</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>4.121.837,41</b>	<b>4.138.029,79</b>	<b>4.439.729,13</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>3.709.653,67</b>	<b>3.724.226,81</b>	<b>3.995.756,22</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

IRACEMINHA, 10/09/2020

\_\_\_\_\_  
JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
LAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/O-9

\_\_\_\_\_  
TIONES EDIEL FRANZEN  
Controle Interno

MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>20.180.586,96</b>	<b>—</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	1.178.768,15	—
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>19.001.818,81</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>3.040.291,01</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>2.736.261,91</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.330.127,32</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/O-9

TIONES EDIEL FRANZEN  
Controle Interno

**MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC**  
**RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**Até o 2º Quadrimestre de 2020**

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	20.180.586,96	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	19.001.818,81	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	19.001.818,81	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE ARCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	9.497.863,27	49,98
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	11.401.091,29	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	10.831.036,73	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	10.260.982,16	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE ARCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.702.334,00	-14,22
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	22.802.182,57	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE ARCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.439.729,13	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE ARCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.228.893,91	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.412.641,09	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO )
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

IRACEMINHA, 10/09/2020

\_\_\_\_\_  
 JEAN CARLOS NYLAND  
 PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
 LAURI LINKE  
 CONTADOR CRC/SC 016170/O-9

\_\_\_\_\_  
 TIONES EDIEL FRANZEN  
 Controle Interno

MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores	Do Exercício	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)</b>	1.829.452,08	0,00	113.848,45	45.732,43	953,10	0,00	1.668.918,10	1.410.866,61	0,00	258.051,49
Recursos Ordinários	1.857.680,68	0,00	113.848,45	20.402,41	953,10	0,00	1.522.476,72	1.220.984,99	0,00	301.491,73
Outros Recursos não Vinculados	171.771,40	0,00	0,00	25.330,02	0,00	0,00	146.441,38	189.881,62	0,00	(43.440,24)
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)</b>	2.439.585,94	0,00	87.070,57	1.241,76	312,00	0,00	2.350.961,61	3.240.412,34	0,00	(689.450,73)
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação	66.372,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.372,28	320.593,35	0,00	(254.221,07)
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Sai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	571.450,62	0,00	13.491,47	0,00	0,00	0,00	557.959,15	374.571,36	0,00	183.387,79
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Movos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	1.801.763,04	0,00	73.579,10	1.241,76	312,00	0,00	1.726.630,18	2.545.247,63	0,00	(818.617,45)
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	4.269.038,02	0,00	200.919,02	46.974,19	1.265,10	0,00	4.019.879,71	4.651.278,95	0,00	(631.399,24)

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND PREFEITO MUNICIPAL	LAURI LINKE CONTADOR CRC/SC 016170/O-9	TIONES EDEIL FRANZEN Controle Interno
--	---	--



## RREO 4º BIMESTRE 2020

Publicação Nº 2638330

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>18.896.563,98</b>	<b>18.896.563,98</b>	<b>4.579.124,69</b>	<b>24,23</b>	<b>14.517.706,60</b>	<b>4.378.857,38</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>18.669.718,98</b>	<b>18.669.718,98</b>	<b>4.210.124,69</b>	<b>22,55</b>	<b>13.607.682,29</b>	<b>5.062.036,69</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.285.746,13	1.285.746,13	244.816,42	19,04	980.117,52	305.628,61
IMPOSTOS	1.041.604,20	1.041.604,20	239.383,61	22,98	881.320,74	160.283,46
TAXAS	198.772,93	198.772,93	5.432,81	2,73	98.796,78	99.976,15
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	45.369,00	45.369,00	0,00	0,00	0,00	45.369,00
CONTRIBUIÇÕES	113.422,50	113.422,50	19.125,21	16,86	79.403,08	34.019,42
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	113.422,50	113.422,50	19.125,21	16,86	79.403,08	34.019,42
RECEITA PATRIMONIAL	216.069,85	216.069,85	2.677,90	1,24	16.197,73	199.872,12
VALORES MOBILIÁRIOS	216.069,85	216.069,85	2.677,90	1,24	16.197,73	199.872,12
RECEITA AGROPECUÁRIA	3.402,68	3.402,68	0,00	0,00	0,00	3.402,68
RECEITA DE SERVIÇOS	27.221,42	27.221,42	261,18	0,96	983,58	26.237,84
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	23.818,74	23.818,74	261,18	1,10	983,58	22.835,16
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	3.402,68	3.402,68	0,00	0,00	0,00	3.402,68
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.938.789,52	16.938.789,52	3.935.271,32	23,23	12.404.922,84	4.533.866,68
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	9.849.401,22	9.849.401,22	2.526.392,15	25,65	7.481.117,98	2.368.283,24
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	5.841.740,80	5.841.740,80	1.222.957,12	20,93	4.201.604,65	1.640.136,15
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.247.647,50	1.247.647,50	185.922,05	14,90	722.200,21	525.447,29
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	85.066,88	85.066,88	7.972,66	9,37	126.057,54	-40.990,66
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	34.026,75	34.026,75	6.367,64	18,71	16.621,17	17.405,58
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	17.013,38	17.013,38	1.421,29	8,35	91.978,94	-74.965,56
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	34.026,75	34.026,75	183,73	0,54	17.467,43	16.569,32
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>226.845,00</b>	<b>226.845,00</b>	<b>369.000,00</b>	<b>162,67</b>	<b>910.024,31</b>	<b>-683.179,31</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	365.785,00	-365.785,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	0,00	0,00	365.785,00	-365.785,00
ALIEÇÃO DE BENS	226.845,00	226.845,00	0,00	0,00	0,00	226.845,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	226.845,00	226.845,00	0,00	0,00	0,00	226.845,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	369.000,00	0,00	544.239,31	-544.239,31
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	119.000,00	0,00	144.239,31	-144.239,31
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	250.000,00	0,00	400.000,00	-400.000,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>18.896.563,98</b>	<b>18.896.563,98</b>	<b>4.579.124,69</b>	<b>24,23</b>	<b>14.517.706,60</b>	<b>76,83</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)</b>	<b>18.896.563,98</b>	<b>18.896.563,98</b>	<b>4.579.124,69</b>	<b>24,23</b>	<b>14.517.706,60</b>	<b>76,83</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)</b>	<b>18.896.563,98</b>	<b>18.896.563,98</b>	<b>4.579.124,69</b>	<b>24,23</b>	<b>14.517.706,60</b>	<b>76,83</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>1.734.527,16</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>1.734.527,16</b>	<b>—</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	1.734.527,16	—	—	1.734.527,16	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>18.896.563,98</b>	<b>24.117.424,45</b>	<b>3.706.859,88</b>	<b>17.439.375,58</b>	<b>6.678.048,87</b>	<b>3.291.456,46</b>	<b>12.788.096,63</b>	<b>11.329.327,82</b>	<b>12.587.177,61</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>17.429.587,14</b>	<b>19.799.792,82</b>	<b>2.238.477,01</b>	<b>13.900.608,45</b>	<b>5.899.184,37</b>	<b>2.854.086,17</b>	<b>11.364.050,11</b>	<b>8.435.742,71</b>	<b>11.163.131,09</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.270.298,13	9.536.095,00	1.458.723,41	6.070.460,42	3.465.634,58	1.478.222,26	6.056.920,34	3.479.174,66	6.055.875,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.476,47	132.476,47	15.896,33	63.631,77	68.844,70	15.896,33	63.631,77	68.844,70	63.631,77
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.146.812,54	10.131.221,35	763.857,27	7.766.516,26	2.364.705,09	1.359.967,58	5.243.498,00	4.887.723,35	5.043.623,98
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.346.976,84</b>	<b>4.197.631,63</b>	<b>1.468.382,87</b>	<b>3.538.767,13</b>	<b>658.864,50</b>	<b>437.370,29</b>	<b>1.424.046,52</b>	<b>2.773.585,11</b>	<b>1.424.046,52</b>
INVESTIMENTOS	1.335.192,62	4.185.847,41	1.468.382,87	3.538.767,13	647.080,28	437.370,29	1.424.046,52	2.761.800,89	1.424.046,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	11.784,22	11.784,22	0,00	0,00	11.784,22	0,00	0,00	11.784,22	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.896.563,98	24.117.424,45	3.706.859,88	17.439.375,58	6.678.048,87	3.291.456,46	12.788.096,63	11.329.327,82	12.587.177,61
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	120.000,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00	0,00	120.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.896.563,98	24.117.424,45	3.706.859,88	17.439.375,58	6.678.048,87	3.291.456,46	12.788.096,63	11.329.327,82	12.587.177,61
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	18.896.563,98	24.117.424,45	3.706.859,88	17.439.375,58	6.678.048,87	3.291.456,46	12.788.096,63	11.329.327,82	12.587.177,61
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.729.609,97	—	1.930.528,99
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	18.896.563,98	24.117.424,45	3.706.859,88	17.439.375,58	—	3.291.456,46	14.517.706,60	—	14.517.706,60
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 415.204,88

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPALLAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/O-9TIONES EDIEL FRANZEN  
Controlador Interno

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/MÊS AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)				R\$ 1,00
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							SALDO (c) = (a-b)
Receita de Alienação De Bens Móveis		232.516,12				54,98	232.461,14
Receita de Alienação De Bens Imóveis		226.845,00				0,00	226.845,00
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras		0,00				0,00	0,00
		5.671,12				54,98	5.616,14
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		232.516,12	0,00	0,00	0,00	0,00	232.516,12
Investimentos		232.516,12	0,00	0,00	0,00	0,00	232.516,12
		232.516,12	0,00	0,00	0,00	0,00	232.516,12
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (lb - (Ilf + Ilg))				SALDO ATUAL (k) = (Ili + Ilii)
Valor(III)							
FONTE:		0,00					-102.159,75

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPALLAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/O-9TONES EDIEL FRANZEN  
Controle Interno

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)										R\$ 1,00	
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS		
									Até o Bimestre(b)		% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					996.303,25		996.303,25		869.727,03		87,30
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU					148.504,07		148.504,07		108.096,05		72,79
IPTU					119.093,62		119.093,62		99.675,59		83,70
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU					29.410,45		29.410,45		8.420,46		28,63
Recita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI					144.613,69		144.613,69		146.459,97		101,28
ITBI					144.613,69		144.613,69		146.459,97		101,28
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI					0,00		0,00		0,00		0,00
Recita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS					334.562,36		334.562,36		299.482,59		89,51
ISS					317.560,32		317.560,32		290.713,84		91,55
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS					17.002,04		17.002,04		8.768,75		51,57
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF					368.623,13		368.623,13		315.688,42		85,64
RECITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					15.729.432,30		15.729.432,30		9.502.145,37		60,41
Cota-Parte FPM					8.846.955,00		8.846.955,00		4.638.894,38		52,43
Cota-Parte ITR					3.402,68		3.402,68		918,78		27,00
Cota-Parte IPVA					510.401,25		510.401,25		336.733,79		65,97
Cota-Parte ICMS					6.238.237,50		6.238.237,50		4.471.459,22		71,68
Cota-Parte IPI-Exportação					102.080,25		102.080,25		54.139,20		53,04
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais					28.355,62		28.355,62		0,00		0,00
Desoneração ICMS (LC 87/86)					28.355,62		28.355,62		0,00		0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II					16.725.735,55		16.725.735,55		10.371.872,40		62,01
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
					Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)			2.933.505,08	3.123.394,04	68,13	1.732.305,94	55,46	1.681.591,88	53,84	-	
Despesas Correntes			2.830.290,61	2.998.940,26	68,60	1.704.578,44	56,84	1.653.864,38	55,15	-	
Despesas de Capital			103.214,47	124.453,78	56,80	27.727,50	22,28	27.727,50	22,28	-	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Despesas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
SUPPORTO PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Despesas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)			88.469,55	117.469,55	63,81	73.373,52	62,46	73.373,52	62,46	-	
Despesas Correntes			85.066,87	95.066,87	59,39	54.873,52	57,72	54.873,52	57,72	-	
Despesas de Capital			3.402,68	22.402,68	82,58	18.500,00	82,58	18.500,00	82,58	-	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Despesas Correntes			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	
Despesas de Capital			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	3.021.974,63	3.240.863,59	2.202.951,76	67,97	1.805.679,46	55,72	1.754.965,40	54,15	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS									
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)			DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)		
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			2.202.951,76		1.805.679,46		1.754.634,11		
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			0,00		0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			0,00		0,00		0,00		
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)			2.202.951,76		1.805.679,46		1.754.634,11		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)							1.555.780,86		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)							0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)			647.170,90		249.898,60		-		
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			0,00		-		-		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)			21,24		17,41		-		
LIMITE NÃO CUMPRIDO									
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012			Saldo Inicial (no exercício atual) (h)		Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Saldo Final (não aplicado)* (F - h - (I ou J))		
					Empenhadas (i)		Liquidadas (j)		Pagas (k)
Diferença de limite não cumprido em 2020			-		-		-		-
Diferença de limite não cumprido em 2019			-		-		-		-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores			-		-		-		-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)			-		-		-		-

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se <0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indivisiavelmente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se <0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012				Saldo Inicial (w)		Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))	
						Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)		
				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo  Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (e)	RECEITAS REALIZADAS		% (b/a)*100		
						Até o Bimestre (b)				
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)				0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	1.461.115,45	2.406.334,72	1.898.734,81	78,91	1.406.310,68	58,44	1.372.919,21	57,05	-
Despesas Correntes	1.347.692,95	2.134.285,65	1.700.328,62	79,67	1.351.251,13	63,31	1.317.859,66	61,75	-
Despesas de Capital	113.422,50	272.049,07	198.406,19	72,93	55.059,55	20,24	55.059,55	20,24	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	33.612,76	42.023,27	40.850,54	97,21	37.850,54	90,07	37.850,54	90,07	-
Despesas Correntes	33.612,76	42.023,27	40.850,54	97,21	37.850,54	90,07	37.850,54	90,07	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>	<b>1.494.728,21</b>	<b>2.448.357,99</b>	<b>1.939.585,35</b>	<b>79,22</b>	<b>1.444.161,22</b>	<b>58,98</b>	<b>1.410.769,75</b>	<b>57,62</b>	<b>-</b>

Município de IRACEMINHA - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Página 5/5

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	4.394.620,53	5.529.728,76	4.026.729,05	72,82	3.138.616,62	56,76	3.054.511,09	55,24	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	122.082,31	159.492,82	116.808,06	72,61	111.224,06	69,74	111.224,06	69,74	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)</b>	<b>4.516.702,84</b>	<b>5.689.221,58</b>	<b>4.142.537,11</b>	<b>72,81</b>	<b>3.249.840,68</b>	<b>57,12</b>	<b>3.165.735,15</b>	<b>55,64</b>	<b>-</b>
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes <sup>2</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)</b>	<b>4.516.702,84</b>	<b>5.689.221,58</b>	<b>4.142.537,11</b>	<b>72,81</b>	<b>3.249.840,68</b>	<b>57,12</b>	<b>3.165.735,15</b>	<b>55,64</b>	<b>-</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.  
<sup>2</sup> Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).  
<sup>3</sup> Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
 PREFEITO MUNICIPAL

LAURI LINKE  
 CONTADOR CRC/SC 016170/O-9

TIONES EDIEL FRANZEN  
 Controle Interno

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020 BIMESTRE JULHO - AGOSTO

R\$ 1,00

PRÉO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 26)

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
		Nº Bimestre	Ano o Bimestre									
TOTAL DE ATIVOS	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Constituídos pela SPE	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE PASSIVOS	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provedores de PPP	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obrigações contratuais	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Provisões	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Condições	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos Contingentes	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE PPP	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratadas (I.1)	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratar (I.2)	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratar (II.2)	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	-	-	20.180.586,99	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (V) = (I) / (IV)	-	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

LAUR LIME  
CONTADOR CROSC 0161700-9

TOMES EDELFRANZEN  
Controlador Interno

Município de IRACEMINHA - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			18.896.563,98	
Previsão Atualizada			18.896.563,98	
Receitas Realizadas			14.517.706,60	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			1.734.527,16	
DESPESAS				
Dotação Inicial			18.896.563,98	
Créditos Adicionais			5.220.860,47	
Dotação Atualizada			24.117.424,45	
Despesas Empenhadas			17.439.375,58	
Despesas Liquidadas			12.788.096,63	
Despesas pagas			12.587.177,61	
Superavit Orçamentário			1.729.609,97	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			17.439.375,58	
Despesas Liquidadas			12.788.096,63	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			20.180.586,96	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento			19.001.818,81	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal			19.001.818,81	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			125.239,31	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			125.239,31	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	766.685,06	0,00
Resultado Primário		0,00	814.119,10	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	787.498,94	0,00	740.524,75	46.974,19
EXECUTIVO	787.498,94	0,00	740.524,75	46.974,19
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	57.534,18	0,00	57.534,18	0,00
EXECUTIVO	57.534,18	0,00	57.534,18	0,00
TOTAL:	845.033,12	0,00	798.058,93	46.974,19

Continua 1/2

Município de IRACEMINHA - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.740.537,55	25%	25,64
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		691.645,73	60%	95,77
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			365.785,00	-365.785,00
Despesa de Capital Líquida			3.538.767,13	658.864,50
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			54,98	232.461,14
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	232.516,12
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		1.805.679,46	15,00	17,41
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/O-9

TIONES EDIEL FRANZEN  
Controle Interno

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020 BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>								
Legislativa	18.896.563,98	24.117.424,45	3.706.859,88	17.439.375,58	100,00	3.291.456,46	12.788.096,63	11.329.327,82
Ação Legislativa	987.909,98	987.909,98	136.087,17	568.396,32	3,26	136.459,64	568.396,32	419.513,66
Administração	987.909,98	987.909,98	136.087,17	568.396,32	3,26	136.459,64	568.396,32	419.513,66
Administração Geral	2.601.697,67	2.755.789,65	305.612,59	1.870.988,75	10,73	402.029,35	1.636.711,85	1.099.077,80
Administração Financeira	1.833.535,59	1.915.327,57	182.634,48	1.346.579,44	7,72	275.677,04	1.125.277,99	790.049,58
Controle Interno	515.933,91	601.933,91	90.886,05	365.536,71	2,10	91.146,05	365.536,71	236.397,20
Formação de Recursos Humanos	87.335,32	87.335,32	14.804,28	65.409,54	0,38	14.804,28	60.209,54	27.125,78
Administração de Receitas	50.970,90	50.970,90	9.318,60	39.705,94	0,23	11.264,96	39.615,94	11.354,96
Comunicação Social	70.321,95	70.321,95	7.969,18	43.857,12	0,25	26.464,83	40.671,67	29.650,28
Segurança Pública	43.600,00	9.900,00	0,00	9.900,00	0,06	1.800,00	5.400,00	4.500,00
Policimento	69.754,83	105.902,99	1.094,60	44.491,40	0,26	7.596,76	35.158,91	70.744,08
Assistência Social	69.754,83	105.902,99	1.094,60	44.491,40	0,26	7.596,76	35.158,91	70.744,08
Assistência ao Idoso	1.130.822,28	1.335.573,40	183.462,32	759.446,20	4,35	216.614,77	625.312,27	710.261,13
Assistência à Criança e ao Adolescente	5.671,12	5.671,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.671,12
Assistência Comunitária	190.549,77	91.362,06	965,53	965,53	0,01	965,53	965,53	90.396,53
Saúde	934.601,39	1.238.540,22	182.496,79	758.480,67	4,35	215.649,24	624.346,74	614.193,48
Atenção Básica	4.516.702,84	5.689.221,58	771.995,21	4.142.537,11	23,75	1.546.684,47	863.623,37	2.439.380,90
Vigilância Sanitária	4.394.620,53	5.529.728,76	756.294,43	4.026.729,05	23,09	1.502.999,71	827.241,94	2.391.112,14
Educação	122.082,31	159.492,82	15.700,78	115.808,06	0,66	43.684,76	111.224,06	48.268,76
Alimentação e Nutrição	3.674.013,41	4.095.455,07	373.740,28	2.863.197,16	16,42	1.232.257,91	1.785.263,59	2.310.191,48
E ensino Fundamental	209.831,62	212.710,55	-32.367,10	102.639,40	0,59	14.933,22	70.188,45	142.522,10
E ensino Profissional	2.446.781,99	2.890.344,72	317.450,26	2.139.037,79	12,27	751.306,93	1.204.597,64	1.685.747,08
E ensino Superior	39.697,88	39.697,88	0,00	220,00	0,00	0,00	220,00	39.477,88
Educação de Jovens e Adultos	107.751,38	82.751,38	-25.000,00	82.627,10	0,47	0,00	16.707,43	66.043,95
Cultura	864.279,42	864.279,42	113.657,12	538.672,87	3,09	325.606,55	493.550,07	370.729,35
Difusão Cultural	5.671,12	5.671,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.671,12
Turismo	65.785,03	15.303,20	0,00	14.066,63	0,08	0,00	14.066,63	1.236,57
Urbanismo	10.208,01	10.208,01	0,00	8.971,44	0,05	0,00	8.971,44	1.236,57
Planejamento e Orçamento	55.577,02	5.095,19	0,00	5.095,19	0,03	0,00	5.095,19	0,00
Administração Geral	839.759,38	1.334.810,64	54.970,39	1.184.182,45	6,79	150.628,19	845.544,83	489.265,96
Infra-Estrutura Urbana	5.104,01	5.104,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.104,01
Serviços Urbanos	289.227,37	365.227,37	42.063,16	298.866,78	1,71	66.360,59	260.080,16	105.147,21
	125.764,75	514.816,01	0,00	490.113,57	2,81	24.702,44	298.942,95	215.873,06
	419.663,25	449.663,25	12.907,23	395.202,10	2,27	54.461,15	286.521,57	163.141,68

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>										
Habitação	18.896.563,98	24.117.424,45	3.706.859,88	17.439.375,58	100,00	6.678.048,87	3.291.456,46	12.788.096,63	100,00	11.329.327,82
Habitação Urbana	58.979,69	2.979,69	0,00	0,00	0,00	2.979,69	0,00	0,00	0,00	2.979,69
Gestão Ambiental	58.979,69	2.979,69	0,00	0,00	0,00	2.979,69	0,00	0,00	0,00	2.979,69
Promoção da Produção Agropecuária	11.342,25	342,25	0,00	0,00	0,00	342,25	0,00	0,00	0,00	342,25
Agricultura	11.342,25	342,25	0,00	0,00	0,00	342,25	0,00	0,00	0,00	342,25
Extensão Rural	1.322.506,35	1.570.506,35	231.183,26	1.026.114,91	5,88	544.391,44	280.330,81	965.115,88	7,55	605.390,47
Indústria	1.322.506,35	1.570.506,35	231.183,26	1.026.114,91	5,88	544.391,44	280.330,81	965.115,88	7,55	605.390,47
Administração Geral	252.910,87	31.380,19	0,00	27.547,25	0,16	3.832,94	0,00	27.547,25	0,22	3.832,94
Promoção Industrial	133.817,25	31.380,19	0,00	27.547,25	0,16	3.832,94	0,00	27.547,25	0,22	3.832,94
Comércio e Serviços	119.093,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial	52.684,50	32.684,50	0,00	10.000,00	0,06	22.684,50	0,00	10.000,00	0,08	22.684,50
Transporte	32.684,50	32.684,50	0,00	10.000,00	0,06	22.684,50	0,00	10.000,00	0,08	22.684,50
Transporte Rodoviário	2.346.028,49	4.671.996,85	1.023.717,35	3.758.644,92	21,55	913.351,93	702.526,59	2.481.900,78	19,41	2.190.096,07
Desporto e Lazer	2.346.028,49	4.671.996,85	1.023.717,35	3.758.644,92	21,55	913.351,93	702.526,59	2.481.900,78	19,41	2.190.096,07
Desporto Comunitário	269.945,53	791.945,53	571.196,89	690.757,87	3,96	101.187,66	21.959,92	125.695,90	0,98	666.249,63
Encargos Especiais	269.945,53	791.945,53	571.196,89	690.757,87	3,96	101.187,66	21.959,92	125.695,90	0,98	666.249,63
Refinanciamento da Dívida Interna	575.720,88	595.622,58	53.799,82	479.004,61	2,75	116.617,97	98.208,76	417.541,89	3,27	178.080,69
Serviço da Dívida Interna	2.268,44	2.268,44	0,00	0,00	0,00	2.268,44	0,00	0,00	0,00	2.268,44
Outras Transferências	21.992,25	141.992,25	15.896,33	63.631,77	0,36	78.360,48	15.896,33	63.631,77	0,50	78.360,48
Outros Encargos Especiais	188.508,19	193.409,89	0,00	193.342,78	1,11	67,11	42.101,25	136.060,06	1,06	57.349,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	362.952,00	257.952,00	37.903,49	222.030,06	1,27	35.921,94	40.211,18	217.850,06	1,70	40.101,94
TOTAL (III) = (I + II)	18.896.563,98	24.117.424,45	3.706.859,88	17.439.375,58	100,00	6.678.048,87	3.291.456,46	12.788.096,63	100,00	11.329.327,82

FONTE:

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/D-9

TIONES EDIEL FRANZEN  
Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Agø/2020	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.731.161,78</b>	<b>1.534.276,96</b>	<b>1.674.089,58</b>	<b>2.624.168,38</b>	<b>1.711.479,52</b>	<b>2.004.204,18</b>	<b>1.890.092,63</b>	<b>1.830.274,83</b>	<b>1.764.979,30</b>	<b>2.147.815,91</b>	<b>2.814.482,73</b>	<b>1.846.063,83</b>	<b>21.871.505,44</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	558.648,98	93.255,36	117.448,95	83.804,65	116.209,54	87.292,69	75.191,81	141.765,40	228.189,27	88.653,39	129.025,51	115.790,81	1.285.746,13
I.P.T.U.	1.422,33	1.400,60	714,47	2.025,60	1.051,90	2.283,88	54,58	14.918,92	79.041,89	4.073,80	4.271,51	1.903,57	148.504,07
I.R.R.F.	32.777,44	35.483,73	67.284,94	42.790,03	33.892,30	44.595,08	39.674,67	42.399,36	39.108,80	40.236,59	40.236,59	39.941,77	398.833,13
I.U.S.S.	19.285,31	47.749,22	23.590,47	28.315,30	44.846,46	18.948,88	23.376,18	42.089,65	34.551,13	25.088,62	51.785,57	58.810,86	334.562,36
I.T.B.I.	0,00	6.462,46	22.540,00	5.000,00	33.086,73	13.400,00	1.980,00	23.986,52	20.019,10	14.270,00	28.458,62	11.289,00	144.513,68
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.363,90	2.169,33	3.349,07	5.703,72	3.350,12	8.004,85	9.653,38	18.371,95	56.467,35	6.346,92	4.292,22	3.925,71	289.442,89
Contribuições	10.174,87	9.673,98	0,00	19.389,22	10.126,19	10.441,36	10.164,67	9.899,45	10.227,77	9.443,43	9.470,30	9.654,91	113.422,50
Recetta Patrimonial	6.529,68	5.145,73	2.823,69	2.716,41	3.739,93	2.844,46	2.792,11	1.203,91	1.327,29	1.612,13	1.555,43	1.122,47	216.069,85
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeira	6.529,68	5.145,73	2.823,69	2.716,41	3.739,93	2.844,46	2.792,11	1.203,91	1.327,29	1.612,13	1.555,43	1.122,47	216.069,85
Recetta Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.402,68
Recetta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	117,72	255,25	78,68	1.478,19	42,06	84,06	20,66	292,84	219,46	63,09	63,09	198,09	27.221,42
Transferências Correntes	1.655.010,60	1.421.128,00	1.551.108,42	2.509.315,20	1.575.763,30	1.890.671,62	1.494.753,85	1.472.643,16	1.444.390,11	2.041.718,25	2.660.646,97	1.715.016,22	21.441.185,70
Cota-Parte do FPM.	513.751,82	472.975,26	641.895,11	1.094.325,20	645.958,94	933.381,83	545.774,19	534.979,53	555.932,49	455.001,03	784.375,24	493.254,06	9.639.570,25
Cota-Parte do IC MS.	590.925,20	595.614,57	603.905,97	643.144,92	673.963,08	645.373,14	699.841,07	464.367,05	402.059,42	473.234,56	590.175,49	598.445,40	6.238.237,50
Cota-Parte do IPVA.	38.217,15	37.582,19	14.594,09	7.875,21	26.238,39	38.468,59	39.348,69	51.618,94	42.970,34	47.728,92	49.718,14	40.645,78	510.401,25
Cota-Parte do ITR.	6.417,92	3.565,52	383,77	335,53	15,71	191,43	26,10	40,15	20,82	44,87	198,08	410,62	3.402,68
Outras Transferências Correntes	407.807,91	217.128,62	181.538,54	644.800,79	119.003,48	160.211,94	194.743,71	338.716,67	339.892,22	975.910,21	1.156.522,02	477.494,57	5.214.170,83
Transferências da LC 81/1995	8.175,24	7.234,99	7.597,79	8.930,50	6.982,57	7.553,36	6.970,66	6.255,58	6.237,23	5.609,06	6.738,06	7.792,88	102.980,25
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	28.355,62
Transferências do FUNDEB	99.715,36	97.025,85	100.784,15	109.900,25	103.601,17	105.463,33	98.046,43	76.666,04	74.277,59	78.191,60	91.951,94	93.970,11	1.129.625,82
Outras Recetas Correntes	3.479,93	4.816,64	2.629,84	7.464,71	5.598,50	12.869,99	6.169,33	4.470,07	82.651,37	6.325,62	4.691,43	3.261,23	144.450,66
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>228.487,23</b>	<b>221.394,49</b>	<b>253.676,98</b>	<b>265.476,59</b>	<b>270.631,55</b>	<b>324.985,07</b>	<b>240.391,90</b>	<b>211.452,03</b>	<b>205.043,86</b>	<b>197.523,10</b>	<b>220.681,79</b>	<b>228.790,08</b>	<b>3.140.215,34</b>
Dedução da Receta Para Formação do FUNDEB	229.487,23	221.394,49	253.676,98	265.476,59	270.631,55	324.985,07	240.391,90	211.452,03	205.043,86	197.523,10	220.681,79	228.790,08	3.140.215,34
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.501.664,55</b>	<b>1.312.882,47</b>	<b>1.420.412,60</b>	<b>2.338.691,79</b>	<b>1.440.847,97</b>	<b>1.679.211,11</b>	<b>1.348.700,73</b>	<b>1.418.822,80</b>	<b>1.559.935,44</b>	<b>1.950.293,81</b>	<b>2.593.770,94</b>	<b>1.616.353,75</b>	<b>18.675.390,10</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV):													
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE EMPENHO (V) = (III - IV):</b>	<b>1.501.664,55</b>	<b>1.312.882,47</b>	<b>1.420.412,60</b>	<b>2.338.691,79</b>	<b>1.440.847,97</b>	<b>1.679.211,11</b>	<b>1.348.700,73</b>	<b>1.418.822,80</b>	<b>1.559.935,44</b>	<b>1.950.293,81</b>	<b>2.593.770,94</b>	<b>1.616.353,75</b>	<b>18.675.390,10</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de Lancada (art. 166, § 1º, da CF) (V):													
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - VI):</b>	<b>1.501.664,55</b>	<b>1.312.882,47</b>	<b>1.420.412,60</b>	<b>2.338.691,79</b>	<b>1.440.847,97</b>	<b>1.679.211,11</b>	<b>1.348.700,73</b>	<b>1.418.822,80</b>	<b>1.559.935,44</b>	<b>1.950.293,81</b>	<b>2.593.770,94</b>	<b>1.616.353,75</b>	<b>18.675.390,10</b>
FONTE:													
IRACEMINHA, 10/09/2020													
JEAN CARLOS NYLAND PREFEITO MUNICIPAL							LAURI LINKE CONTADOR CRC/SC 016170/O-9						
							TÍONES EDIEL FRANZEN Controlador Interno						

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso II)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 30 Jun 2020 (B)	Em 31 Ago 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.000.000,00	1.365.785,00	1.365.785,00
DEDUÇÕES (II)	3.078.018,38	2.855.368,98	4.068.119,00
Disponibilidade de Caixa	3.078.018,38	2.855.368,98	4.068.119,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.135.552,56	3.092.620,80	4.269.038,02
(-) Restos a Pagar Processados (Excoeto Precatórios)	57.534,18	237.251,82	200.919,02
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - Vlb)	Jan a Ago 2020 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>

FONTE:

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/O-9

TIONES EDIEL FRANZEN  
Controle Interno

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020 RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	18.666.316,30	13.607.682,29
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
I.P.T.U.	1.285.746,13	980.117,52
I.S.S.	148.504,07	108.096,05
I.T.B.I.	334.562,36	299.478,58
I.R.R.F.	144.613,69	146.459,97
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	368.623,13	315.688,42
Contribuições	289.442,88	110.394,50
Receita Patrimonial	113.422,50	79.403,08
Aplicações Financeiras(II)	216.069,85	16.197,73
Outras Receitas Patrimoniais	216.069,85	16.197,73
Transferências Correntes	0,00	0,00
Cota-Parte do FPM	16.938.789,52	12.404.922,84
Cota-Parte do ICMS	7.860.179,25	4.028.878,66
Cota-Parte do IPVA	4.990.590,00	3.577.168,09
Cota-Parte do ITR	408.321,00	269.387,66
Transferências da LC 87/1996	2.722,14	735,07
Transferências da LC 61/1989	22.684,50	0,00
Transferências do FUNDEB	81.664,20	43.311,44
Outras Transferências Correntes	1.247.647,50	722.200,21
Demais Receitas Correntes	2.324.980,93	3.763.241,71
Outras Receitas Financeiras (III)	112.288,30	127.041,12
Receitas Correntes Restantes	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-III)	112.288,30	127.041,12
RECEITAS DE CAPITAL (V)	18.450.246,45	13.591.484,56
Operação de Crédito(VI)	226.845,00	910.024,31
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	365.785,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	226.845,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre/2020			
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS(a)			
Outras Alienações de Bens	226.845,00				0,00
Transferências de Capital	0,00				544.239,31
Convênios	0,00				250.000,00
Outras Transferências de Capital	0,00				294.239,31
Outras Receitas de Capital	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00				0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00				0,00
RECEITA S PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	226.845,00				544.239,31
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>18.677.091,45</b>				<b>14.135.723,87</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	19.799.792,62	13.900.608,45	11.364.050,11	11.163.131,09	8.480,18	23.319,12	23.319,12
Pessoal e Encargos Sociais	9.536.095,00	6.070.460,42	6.056.920,34	6.055.875,34	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	132.476,47	63.631,77	63.631,77	63.631,77	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.131.221,35	7.766.516,26	5.243.498,00	5.043.623,98	8.480,18	23.319,12	23.319,12
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	10.131.221,35	7.766.516,26	5.243.498,00	5.043.623,98	8.480,18	23.319,12	23.319,12
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	19.667.316,35	13.836.976,68	11.300.418,34	11.099.499,32	8.480,18	23.319,12	23.319,12
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.197.631,63	3.538.767,13	1.424.046,52	1.424.046,52	49.054,00	717.205,63	717.205,63
Investimentos	4.185.847,41	3.538.767,13	1.424.046,52	1.424.046,52	49.054,00	717.205,63	717.205,63
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	11.784,22	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	4.185.847,41	3.538.767,13	1.424.046,52	1.424.046,52	49.054,00	717.205,63	717.205,63

Continua 2/4

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2020					
			DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOSA PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							LIQUIDADOS	PAGOS (c)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)		120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)		23.973.163,76	17.375.743,81	12.724.464,86	12.523.545,84	57.534,18	740.524,75	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]		814.119,10						
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
JUROS NOMINAIS		Até o Bimestre/2020						
		VALOR INCORRIDO						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		16.197,73						
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		63.631,77						
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		766.685,06						
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE						
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00						
ABAIXO DA LINHA		SALDO						
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		Em 31 Dez 2019(a)		Até o Bimestre/2020(b)				
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		1.000.000,00		1.365.785,00				
DEDUÇÕES (XXIX)		3.078.018,38		4.068.119,00				
Disponibilidade de Caixa		3.078.018,38		4.068.119,00				
Disponibilidade de Caixa Bruta		3.135.552,56		4.269.038,02				
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		57.534,18		200.919,02				
Demais Haveres Financeiros		0,00		0,00				
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		-2.078.018,38		-2.702.334,00				
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		624.315,62						

Continua 3/4

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)	-143.384,84
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>	<b>767.700,46</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)</b>	<b>815.134,50</b>
<b>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</b>	<b>PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	1.734.527,16
Recursos Alocados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	1.734.527,16
<b>RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)		RP NÃO PROCESSADOS										RS 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS					Saldo Total L = (e+k)	
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)		Saldo k = (f+g) - (h+i)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	57.534,18	57.534,18	-	-	-	787.488,94	740.524,75	740.524,75	-	46.974,19	46.974,19
EXECUTIVO	0,00	57.534,18	57.534,18	0,00	0,00	0,00	787.488,94	740.524,75	740.524,75	0,00	46.974,19	46.974,19
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	57.534,18	57.534,18	0,00	0,00	0,00	787.488,94	740.524,75	740.524,75	0,00	46.974,19	46.974,19
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	8.480,18	8.480,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	626,00	626,00	626,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E	0,00	49.054,00	49.054,00	0,00	0,00	0,00	5.178,40	2.645,43	2.645,43	0,00	2.532,97	2.532,97
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.540,14	4.279,20	4.279,20	0,00	1.260,94	1.260,94
SECRETARIA DE IND. COMERCIO E DESENV/ECOI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.880,00	0,00	0,00	0,00	6.880,00	6.880,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA TRANSP E PL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	765.350,79	729.228,76	729.228,76	0,00	36.122,03	36.122,03
SECRETARIA MUNIC DE ASSISTENCIA SOCIAL E H	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.195,28	1.195,28	1.195,28	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRACAO E F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.618,25	1.440,00	1.440,00	0,00	178,25	178,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.110,08	1.110,08	1.110,08	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	0,00	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	57.534,18	57.534,18	0,00	0,00	0,00	787.488,94	740.524,75	740.524,75	0,00	46.974,19	46.974,19
FONTE:												

FONTE:

IRACEMINHA, 10/09/2020

LAURI LINKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTADOR CRCSC 0161700-9

TIONES EDIEL FRANZEN  
Controlador Interno

**MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	996.303,25	996.303,25	869.723,02	87,30
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	148.504,07	148.504,07	108.096,05	72,79
1.1.1- IPTU	119.093,62	119.093,62	99.675,59	83,70
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	29.410,45	29.410,45	8.420,46	28,63
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	144.613,69	144.613,69	146.459,97	101,28
1.2.1- ITBI	144.613,69	144.613,69	146.459,97	101,28
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	334.562,36	334.562,36	299.478,58	89,51
1.3.1- ISS	317.560,32	317.560,32	290.713,84	91,55
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	17.002,04	17.002,04	8.764,74	51,55
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	368.623,13	368.623,13	315.688,42	85,64
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	16.512.047,55	16.512.047,55	9.819.908,30	59,47
2.1- Cota-Parte FPM	9.629.570,25	9.629.570,25	4.956.657,31	51,47
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.846.955,00	8.846.955,00	4.638.894,38	52,43
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	396.978,75	396.978,75	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	385.636,50	385.636,50	317.762,93	82,40
2.2- Cota-Parte ICMS	6.238.237,50	6.238.237,50	4.471.459,22	71,68
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	28.355,62	28.355,62	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	102.080,25	102.080,25	54.139,20	53,04
2.5- Cota-Parte ITR	3.402,68	3.402,68	918,78	27,00
2.6- Cota-Parte IPVA	510.401,25	510.401,25	336.733,79	65,97
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>17.508.350,80</b>	<b>17.508.350,80</b>	<b>10.689.631,32</b>	<b>61,05</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	147.449,25	147.449,25	72.469,62	49,15
5.1- Transferências do Salário-Educação	147.449,25	147.449,25	72.469,62	49,15
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	-	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	-	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	260.871,75	260.871,75	24.341,77	9,33
6.1- Transferências de Convênios	260.871,75	260.871,75	24.341,77	9,33
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	28.321,60	28.321,60	690.177,04	2.436,93
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>436.642,60</b>	<b>436.642,60</b>	<b>786.988,43</b>	<b>180,24</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	3.140.215,34	3.140.215,34	1.900.427,38	60,52
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.769.391,00	1.769.391,00	927.778,65	52,43
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.247.647,50	1.247.647,50	894.291,13	71,68
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	-	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	20.416,05	20.416,05	10.827,76	53,04
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	680,54	680,54	183,71	26,99
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	102.080,25	102.080,25	67.346,13	65,97
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	1.247.647,50	1.247.647,50	722.200,21	57,88
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.247.647,50	1.247.647,50	722.200,21	57,88
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.892.567,84</b>	<b>-1.892.567,84</b>	<b>-1.178.227,17</b>	<b>62,26</b>
<b>DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.258.989,75	1.273.078,18	691.645,73	54,33	691.645,73	54,33
13.1- Com Educação Infantil	436.676,62	436.676,62	283.743,97	64,98	283.743,97	64,98
13.2- Com Ensino Fundamental	822.313,13	836.401,56	407.901,76	48,77	407.901,76	48,77
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.258.989,75	1.273.078,18	691.645,73	54,33	691.645,73	54,33
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB					VALOR	
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						691.645,73
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						95,77
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - ((19.1 + 19.2)) %						4,23
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020²						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	864.279,42	864.279,42	538.672,87	62,33	493.550,07	57,11
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.976.078,60	1.994.989,44	1.353.012,09	67,82	1.068.760,31	53,57
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	822.313,13	836.401,56	407.901,76	48,77	407.901,76	48,77
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.153.765,47	1.158.587,88	945.110,33	81,57	660.858,55	57,04
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	2.840.358,02	2.859.268,86	1.891.684,96	66,16	1.562.310,38	54,64
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-1.178.227,17
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.1)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-1.178.227,17
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						2.740.537,55
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						25,64
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	151.986,15	154.670,33	113.771,55	73,56	7.178,20	4,64
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	681.669,24	1.081.515,88	857.740,65	79,31	215.775,01	19,95
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	833.655,39	1.236.186,21	971.512,20	78,59	222.953,21	18,04
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.674.013,41	4.095.455,07	2.863.197,16	69,91	1.785.263,59	43,59
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2020 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			400,00		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			400,00		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	14.088,43	306,32
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	722.200,21	72.469,62
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	691.645,73	7.178,20
47.1 Orçamento do Exercício	691.645,73	7.178,20
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	44.642,91	65.597,74
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	44.642,91	65.597,74

IRACEMINHA, 10/09/2020

JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

LAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/O-9

TIONES EDIEL FRANZEN  
Controle Interno

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de IRACEMINHA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>	<b>0,00</b>	<b>365.785,00</b>	<b>-365.785,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.197.631,63	3.538.767,13	658.864,50
Investimentos	4.185.847,41	3.538.767,13	647.080,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	11.784,22	0,00	11.784,22
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>4.197.631,63</b>	<b>3.538.767,13</b>	<b>658.864,50</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)</b>	<b>4.197.631,63</b>	<b>3.172.982,13</b>	<b>1.024.649,50</b>

FONTE:

IRACEMINHA, 10/09/2020

\_\_\_\_\_  
JEAN CARLOS NYLAND  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
LAURI LINKE  
CONTADOR CRC/SC 016170/O-9

\_\_\_\_\_  
TIONES EDIEL FRANZEN  
Controle Interno

# Irani

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 589 DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638795

PORTARIA Nº 589, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020.

ARQUIVA SINDICÂNCIA INSTAURADA POR MEIO DA PORTARIA Nº 491, DE 03 DE JULHO DE 2020.

CLAUDETE DEITOS GONZAGA, Secretária Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 148, de 12 de novembro de 2019.

CONSIDERANDO a documentação juntada dos autos da Sindicância, bem como o Relatório Final apresentado pela Comissão de Sindicância (fls. 49/50),

Resolve:

Art. 1º- Arquivar o procedimento de Sindicância, instaurado pela Portaria nº 491, de 03 de julho de 2020, para apurar eventual irregularidade no atendimento ao serviço público.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 03 de setembro de 2020.

CLAUDETE DEITOS GONZAGA

Secretária Municipal de Assistência Social

### PORTARIA Nº 590 DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638797

PORTARIA Nº 590, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

ARQUIVA SINDICÂNCIA INSTAURADA POR MEIO DA PORTARIA Nº 490, DE 03 DE JULHO DE 2020.

MARGARIDA GAZONI ZENARO, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal e o Decreto Municipal nº 148, de 12 de novembro de 2019.

CONSIDERANDO a documentação juntada dos autos da Sindicância, bem como o Relatório Final apresentado pela Comissão de Sindicância (fls. 47/48),

Resolve:

Art. 1º- Arquivar o procedimento de Sindicância, instaurado pela Portaria nº 490, de 03 de julho de 2020, para apurar eventual irregularidade com relação à ausência de pagamento da guia de INSS 13/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 04 de setembro de 2020.

MARGARIDA GAZONI ZENARO

Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

### PORTARIA Nº 591 DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638803

PORTARIA Nº 591/2020.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARGARIDA GAZONI ZENARO, Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e com a Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o Artigo 105 da Lei Complementar nº 30 de 27 de abril de 2007, “Após cada q-inq-ênio de efetivo e ininterrupto exercício, o servidor estável terá direito a 30(trinta) dias de licença a título de prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência”;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência a servidora Ângela Marizan da Silva, brasileira, solteira, portadora do CPF nº 053.985.519-73, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, matrícula nº 2487, carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 12 de janeiro de 2012 a 10 de janeiro de 2017, para serem gozadas no período de 07 de setembro de 2020 a 06 de outubro de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 07 de setembro de 2020.

MARGARIDA GAZONI ZENARO

Secretária Mun. de Educação, Cultura e Esportes.

## **PORTARIA Nº 592 DE 08 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638807

PORTARIA Nº 592/2020.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE, DESEMPENHO E EFICIÊNCIA A SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DILCE SALETE ZENARO, Secretária Municipal de Saúde, do Município de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e com a Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

CONSIDERANDO o Artigo 105 da Lei Complementar nº 30 de 27 de abril de 2007, “Após cada q-inq-ênio de efetivo e ininterrupto exercício, o servidor estável terá direito a 30(trinta) dias de licença a título de prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência”;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder licença prêmio por assiduidade, desempenho e eficiência ao servidor Altair Pasquali, brasileiro, casado, portador do CPF nº 486.476.679-72, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Vigilância Sanitária, matrícula nº 523, carga horária de 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2002 a 28 de fevereiro de 2007, para serem gozadas no período de 08 de setembro de 2020 a 07 de outubro de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 08 de setembro de 2020.

DILCE SALETE ZENARO

Secretária Municipal de Saúde

## **PORTARIA Nº 593 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638809

PORTARIA Nº. 593/2020.

“EXONERA SERVIDORA A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a servidora Rosemari Sartori, brasileira, solteira, portadora do RG nº 3.572.670 e CPF nº 020.040.519-57, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Copa e Limpeza, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº 2684, nomeada através da Portaria nº 364/2012 de 29 de maio de 2012.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, Município de Irani/SC, 09 de setembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal de Irani

**PORTARIA Nº 594 DE 14 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638812

PORTARIA Nº 594/2020.

**“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”**

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito Municipal de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e, em conformidade com o Decreto nº 148, de 12 de novembro de 2019 e com a Lei Complementar nº. 030, de 27 de abril de 2007;

**RESOLVE:**

Art. 1º- Conceder férias regulamentares a servidora Margarida Gazoni Zenaro, brasileira, casada, portadora do RG nº 1.073.994 e do CPF nº 447.061.129-34, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora na área de Artes (designada Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes), matrícula nº 667, atuando na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, referente ao período aquisitivo de 02 de agosto de 2018 a 01 de agosto de 2019, para serem gozadas no período de 14 de setembro de 2020 a 13 de outubro de 2020.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Município de Irani, SC, 14 de setembro de 2020.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES

Prefeito Municipal

# Irati

## CÂMARA MUNICIPAL

### RESOLUÇÃO 32/2020

Publicação Nº 2639519

RESOLUÇÃO Nº 32, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

“Dispõe sobre o retorno das reuniões presenciais, estabelece novas orientações e procedimentos quanto às medidas de proteção para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19) e revoga resolução que especifica. ”

A Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Irati/SC, no uso de suas atribuições regimentais e, de acordo com a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno, em razão da pandemia denominada COVID-19, resolve:

Art. 1º As sessões plenárias e reuniões das comissões retornam a ser na forma presencial, na forma do Regimento Interno, observadas as ações necessárias para prevenção de contágio pelo novo Coronavírus – Covid-19, em conformidade aos decretos e regulamentos editados pelo Governo do Estado de Santa Catarina, de aplicabilidade automática no Município (Decreto n. 108 de 16 de abril de 2020), bem como, os Decretos Municipais de complementação das ações dos Governos Estadual e Federal.

Art. 2º Durante a realização das Sessões Plenárias Ordinárias no período em que persistir a pandemia, a sala do plenário poderá ser ocupada em, no máximo, por 50% (cinquenta por cento) da capacidade prevista, observado o distanciamento de 2 (dois) metros entre cada assento disponibilizado ao público.

Art. 3º Durante o período em que persistir a pandemia, todo o público que se fizer presente no Plenário deverá utilizar máscara de proteção, na forma do Decreto Executivo Municipal nº 166/2020, auferir a temperatura e higienizar as mãos com álcool Gel 70% na entrada.

Art. 4º Durante o período em que persistir a pandemia, o microfone da tribuna deverá, após cada utilização, ser devidamente higienizados antes do próximo orador.

Art. 5º - As sessões Legislativas serão transmitidas em tempo real pela página do Facebook “Câmara de Vereadores de Irati - SC”, e, também, após o término da sessão, através do link disponibilizado no site da Câmara Municipal de Vereadores na internet para o acesso da população, no endereço: <https://www.camairati.sc.gov.br/>.

Art. 6º Esta Resolução Legislativa entra em vigor na data de sua publicação e vigorará enquanto perdurar com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, podendo ser revista a qualquer tempo para edição de novos atos normativos.

Art. 7º Ficam revogadas as Resoluções nº 28/2020 de 05 de maio de 2020 e Resolução nº 31/2020 de 02 de setembro de 2020.

Câmara de Vereadores de Irati – SC, em 10 de setembro de 2020.

CLEUSA BORTOLUZ FORTUNA

Presidente

# Irineópolis

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 41/2020 - PM

Publicação N° 2638533

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 41/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 25/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 24 de Setembro de 2020, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE 1000 TONELADAS DE CBUQ (CONCRETO BETUMINOSO USINADO QUENTE), COM CAP, PARA MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS E RURAIS DO MUNICÍPIO, PARA O PERÍODO DE 12 MESES, COM ENTREGA PARCELADA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 10 de setembro de 2020.  
JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2020 CONCORRÊNCIA Nº 004/2020

Publicação Nº 2638302

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2020, CONCORRÊNCIA Nº. 004/2020 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Aos dez dias do mês de setembro de dois mil e vinte às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o presidente e a membros da comissão permanente de licitações designados pelo Decreto nº 062 de 10 de junho de 2020, sob a Presidência do Senhor Delso Minski, estando presentes os membros Jocias André Kurmann e Silviane Carla Mertins, para o ato de análise da documentação de habilitação e propostas das empresas participantes da Concorrência nº 004/2020, Processo Licitatório nº 049/2020 destinada a venda pelo maior lance, do lote urbano nº 65-B1, de propriedade do Município de Itá - SC. Apresentou envelopes de Proposta de Preços e Documentação a empresa: LIS SERVIÇOS E OBRAS LTDA, neste ato, representada pela Senhora: Ivani Lurdes Rhoden Simin. Da análise da documentação verificou-se que a empresa não apresentou a certidão de falência e recuperação judicial do sistema EPROC, e em atendimento ao item 7.12 do edital, o presidente deliberou em baixar em diligência verificando no respectivo site a emissão da referida, a qual foi emitida e juntada ao processo, restando em HABILITAR a empresa participante do certame, por cumprir os requisitos do edital. Perguntado ao licitante presente se desistiria de recurso quanto a fase de habilitação o mesmo respondeu positivamente, passando a assinar o termo de renúncia de recurso, possibilitando a abertura do envelope de proposta, os documentos nele contidos foram vistados e rubricados pelo licitante presente e comissão de licitação. Analisado a proposta pela comissão de licitações ficou classificado conforme segue: A empresa LIS SERVIÇOS E OBRAS LTDA ficou classificada no item: 01 do edital com valor total de R\$ 215.200,00 (duzentos e quinze mil e duzentos reais). Perguntado ao licitante presente se desistiria de recurso quanto a fase de propostas o mesmo respondeu positivamente passando a assinar o termo de renúncia de recurso quanto a fase de propostas possibilitando a homologação do edital. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Presidente e membros e licitante presente. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá e lançada na internet, [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), e entregue pessoalmente ao licitante presente.

Delso Minski  
Presidente

Silviane Carla Mertins  
Membro

Jocias André Kurmann  
Membro

LIS SERVIÇOS E OBRAS LTDA  
Licitante

## CÂMARA MUNICIPAL

**PORTARIA N.º 030/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020. O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ – SC, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE O REGIMENTO INTERNO E CONSIDERANDO QUE O PRESIDENTE DESTA CÂMARA LEGISLATIVA AUTORIZOU A REALIZAÇÃO DAS CONVENÇÕES PARTIDÁRIAS NOS PERÍODOS COMPREENDIDOS DE 15**

Publicação Nº 2638279

PORTARIA N.º 030/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE ITÁ – SC, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno e

CONSIDERANDO que o presidente deste poder legislativo autorizou a realização das convenções partidárias nos períodos compreendidos de 15 á 16 de setembro do presente ano corrente.

DETERMINA-SE:

Art. 1º - A suspensão do expediente de funcionamento da Câmara Municipal de Vereadores de ITÁ SC nos períodos de 15 de setembro de 2020 e 16 de setembro de 2020 (parte da manhã).

Art. 2º - Sendo necessária alteração das medidas previstas nesta Portaria, serão expedidos novos atos complementares.

ITÁ/SC 10 de Setembro de 2020.  
CLÉO CARLOS MOCELLIN  
Presidente da Câmara de Vereadores

**PORTARIA Nº 029/2020 CONCEDE FÉRIAS Á SERVIDORES PÚBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2637970

PORTARIA Nº 029/2020

concede férias Á servidorES público MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

CLÉO CARLOS MOCELLIN, Presidente da Câmara de Vereadores de Itá, Estado de Santa Catarina, com fulcro na legislação em vigor, e;  
Considerando que as servidoras Dileia Marta Scheffler Cerutti, matrícula nº20, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Serviços Gerais e  
Andressa Pessoa de Chaves, matrícula nº70, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Comunicação, possuem direito legal a férias;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias as Servidoras Públicas do Poder Legislativo de Itá, SC, a contar das datas e períodos aquisitivos, a saber:

Servidor	Cargo	Período Aquisitivo	Período de Férias
Dileia Marta Scheffler Cerutti	Assistente de Serviços Gerais	05/11/2017 a 04/11/2018	24/09/2020 à 23/10/2020 = 30 dias
Andressa Pessoa de Chaves	Assessor de Comunicação	28/08/2019 a 27/08/2020	23/09/2020 a 02/10/2020 = 10 dias

Art. 2º Considerando que a servidora Andressa Pessoa de Chaves, Assessora de Comunicação possui direito legal de 30 dias de férias, a mesma optou por usufruir apenas 10 dias nesta ocasião, sendo que os 20 dias restantes serão usufruídos dentro do ano vigente;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itá, Santa Catarina, 09 de setembro de 2020.

CLÉO CARLOS MOCELLIN

Presidente Câmara Vereadores

Registrado e Publicado no DOM

# Itapiranga

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 031/2020

Publicação N° 2637987

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 031/2020  
Aditivo N°: 1 T.A 031/2020  
Tipo Aditivo: Prazo  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: ABATEDOURO DE PESCADOS STULP LTDA  
Licitação: Dispensa de Licitação 65/2020  
Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE AMPLIAÇÃO DO SUBSOLO DO UBS VUNIBALDO RECH, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA/SC.  
Vigência: Início: 12/09/2020 Término: 15/11/2020  
Assinatura: 09/09/2020  
Itapiranga, 10 de setembro de 2020

### EXTRATO DO CONTRATO N° 050/2020

Publicação N° 2639007

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 050/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: AGROPECUARIA ITAPIRANGA LTDA EPP  
Licitação: Pregão Eletrônico 102/2020  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, TAMPOS DE GRANITO E PORTA DE VIDRO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.  
Vigência: Início: 08/09/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 08/09/2020  
Valor R\$: 2.932,33 (Dois Mil, Novecentos e Trinta e Dois Reais e Trinta e Três Centavos)  
Dotação: 56 - 08.002.1030.3449052420000000000.01001000  
Dotação: 155 - 08.002.2045.3339030210000000000.01001000  
Dotação: 155 - 08.002.2045.3339030240000000000.01001000  
Dotação: 213 - 03.001.1004.3449052120000000000.01001000  
Dotação: 273 - 06.001.1017.3449052420000000000.01011001  
Dotação: 411 - 08.002.1030.3449052420000000000.03001000  
Itapiranga, 10 de setembro de 2020

### EXTRATO DO CONTRATO N° 051/2020

Publicação N° 2639028

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 051/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: ESCRIBLU COMERCIO DE MOVEIS EIRELI  
Licitação: Pregão Eletrônico 102/2020  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, TAMPOS DE GRANITO E PORTA DE VIDRO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.  
Vigência: Início: 08/09/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 08/09/2020  
Valor R\$: 6.600,00 (Seis Mil e Seiscentos Reais)  
Dotação: 56 - 08.002.1030.3449052420000000000.01001000

Dotação: 155 - 08.002.2045.3339030210000000000.01001000  
Dotação: 155 - 08.002.2045.3339030240000000000.01001000  
Dotação: 213 - 03.001.1004.3449052120000000000.01001000  
Dotação: 273 - 06.001.1017.3449052420000000000.01011001  
Dotação: 411 - 08.002.1030.3449052420000000000.03001000  
Itapiranga, 10 de setembro de 2020

**EXTRATO DO CONTRATO N° 052/2020**

Publicação N° 2639057

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 052/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: JACKSON NEIMAR PEDRASSANI - ME  
Licitação: Pregão Eletrônico 102/2020  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, TAMPOS DE GRANITO E PORTA DE VIDRO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.  
Vigência: Início: 08/09/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 08/09/2020  
Valor R\$: 8.000,00 (Oito Mil Reais)  
Dotação: 56 - 08.002.1030.3449052420000000000.01001000  
Dotação: 155 - 08.002.2045.3339030210000000000.01001000  
Dotação: 155 - 08.002.2045.3339030240000000000.01001000  
Dotação: 213 - 03.001.1004.3449052120000000000.01001000  
Dotação: 273 - 06.001.1017.3449052420000000000.01011001  
Dotação: 411 - 08.002.1030.3449052420000000000.03001000  
Itapiranga, 10 de setembro de 2020

**EXTRATO DO CONTRATO N° 053/2020**

Publicação N° 2639072

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°: 053/2020  
Contratante: MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA  
Contratada: R.S. COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA  
Licitação: Pregão Eletrônico 102/2020  
Objeto: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, TAMPOS DE GRANITO E PORTA DE VIDRO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS DESTA MUNICIPALIDADE.  
Vigência: Início: 08/09/2020 Término: 31/12/2020  
Assinatura: 08/09/2020  
Valor R\$: 11.798,92 (Onze Mil, Setecentos e Noventa e Oito Reais e Noventa e Dois Centavos)  
Dotação: 56 - 08.002.1030.3449052420000000000.01001000  
Dotação: 155 - 08.002.2045.3339030210000000000.01001000  
Dotação: 155 - 08.002.2045.3339030240000000000.01001000  
Dotação: 213 - 03.001.1004.3449052120000000000.01001000  
Dotação: 273 - 06.001.1017.3449052420000000000.01011001  
Dotação: 411 - 08.002.1030.3449052420000000000.03001000  
Itapiranga, 10 de setembro de 2020

**PORTARIA N° 178/2020**

Publicação N° 2638167

Portaria nº 178, de 10 de setembro de 2020.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar 39/2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica designada a servidora municipal Eliana Simon, matrícula nº 14176/02 para substituir as férias de Marilice Welter Henn, ocupante do cargo de Tesoureiro, no período 10/9/2020 até 24/9/2020.

Parágrafo único. A designação prevista no caput deste artigo, não acarretará ônus aos cofres públicos municipais.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.  
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga SC, 10 de setembro de 2020.  
Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos

## QUADRO DE VENCEDORES D PREGÃO N° 103/2020

Publicação N° 2638066

Pág 1 / 1

## MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores - Lote



**Relatório de Vencedores - Pregão Eletrônico - 103 / 2020**  
**REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO, DE FORMA PARCELADA, DE BATERIAS A BASE DE TROCA, DESTINADAS PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA**

Fornecedor: 660671 - ALEXSANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA 04833567946						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	
2	BATERIA NOVA 12V 180 AMPERES - PARTIDA A FRIO 990 A.	PREMIUM	UND	20	498,00	9.960,00
3	BATERIA NOVA 12V 90 DSA AMPERES - PARTIDA A FRIO DE 580 A	PREMIUM	UND	30	360,00	10.800,00
4	BATERIA NOVA 12V 110 AMPERES - PARTIDA A FRIO DE 670 A	PREMIUM	UND	35	395,00	13.825,00
5	BATERIA NOVA 12V 45 AMPERES - PARTIDA A FRIO DE 280 A	PREMIUM	UND	30	180,00	5.400,00
6	BATERIA NOVA 12V 60 AMPERES - PARTIDA A FRIO DE 420 A	PREMIUM	UND	60	195,00	11.700,00
7	BATERIA NOVA 12V 70 AMPERES - PARTIDA A FRIO DE 500 A	PREMIUM	UND	30	280,00	8.400,00
Total por Fornecedor:						60.085,00
Fornecedor: 6394 - AUTO ELETRICA PAULINHO LTDA ME -						
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	
1	BATERIA NOVA 12V 150 AMPERES- PARTIDA A FRIO DE 870 A..	MAXION	UND	30	446,00	13.380,00
Total por Fornecedor:						13.380,00
Total Geral:						73.465,00

## Resumo dos Fornecedores

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
660671 - ALEXSANDRA APARECIDA DE OLIVEIRA 04833567946	:2, :3, :4, :5, :6, :7	60.085,00
6394 - AUTO ELETRICA PAULINHO LTDA ME -	:1	13.380,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461203-3263-YIWIWVLDOPXQ-1 - Emitido por: ALFREDO WELTER STAHL

10/09/2020 09:47:06

# Itapoá

## PREFEITURA

### CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL N° 031/2020 PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE MOTORISTA

Publicação N° 2638008

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL – EDITAL N° 031/2020

Processo Seletivo para contratação temporária de Motorista

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais COMUNICA:

#### CLASSIFICAÇÃO PARCIAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTOS	PROVA	TOTAL
1º	Luiz Claudio de Mello	02	3.980	3.982
2º	Ricardo Vinicius Selbach	0	3.960	3.960
3º	Rafael Antonio Almeida Soares	0	3.940	3.940
4º	Darci Kraieski	0	3.940	3.940
5º	Thiago Henrique Otto	176	3.750	3.926
6º	Sandro Fiamoncini	0	3.880	3.880
7º	Marcelo Alexandre	160	3.590	3.750
8º	Edvaldo Alves de Freitas	158	3.590	3.748
9º	Israel Claudio Pereira	74	3.590	3.664
10º	Cleison Adinan Linzmeyer	0	3.630	3.630
11º	Helton Luis Yuseinski	76	3.510	3.586
12º	Sandro Roberto Batista Cavalcanti	0	3.440	3.440
13º	Claudinei Francisco da Silva	10	2.880	2.890
14º	Edson Moreira Paifer	0	2.430	2.430
15º	Wilson Ramos	70	0	70
16º	Tássio Cerqueira Miranda	40	0	40
17º	Luiz Ancelmo Diesel	22	0	22
18º	Jonas Miranda da Silva	0	0	0
19º	Marlon Estevão de Araujo Petermann	0	0	0
20º	Clovis Eduardo Blum	0	0	0
21º	Marcos Paulo Viana	306	0*	0

\* Reprovado

Itapoá, 10 de setembro de 2020.

Célia Maria Reinert  
PresidenteCristiane R. de B. Costa  
MembroVandressa A. Chervinski  
Secretária

#### PORTARIA N°6425/2020

Publicação N° 2638466

PORTARIA N° 6.425/2020.

De: 27 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, Artigo 29, e considerando:

· Resultado do Exame para Avaliação de Capacidade Laborativa;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o remanejamento do(a) Servidor(a) LIAMAR RODRIGUES PEREIRA, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II 40H – EDUCAÇÃO FÍSICA, na Secretaria de Esporte e Lazer, até o dia 20.02.21.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 20.08.20, revogando a portaria n° 1.546/2017.

Itapoá - SC, 27 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:



\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

**PORTARIA N°6427/2020**

Publicação N° 2638467

PORTARIA N° 6.427/2020.

De: 27 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, Artigo 29, e considerando:

· Resultado do Exame para Avaliação de Capacidade Laborativa;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o remanejamento do(a) Servidor(a) VERA LUCIA SOARES, investido(a) no cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, exercendo função equivalente a classe correspondente ao Grupo Ocupacional 2 do Anexo I da Lei n° 155/2003, até 20.11.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 20.08.20, revogando a portaria n° 1.707/2017.

Itapoá - SC, 27 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

**PORTARIA N°6429/2020**

Publicação N° 2638468

PORTARIA N° 6.429/2020.

De: 27 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE RATIFICAÇÃO DE READAPTAÇÃO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, Artigo 29, e considerando:

· Resultado do Exame para Avaliação de Capacidade Laborativa;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a ratificação da readaptação do(a) Servidor(a) ILZA DE LOURDES BARBOSA CZARNECKI, investido(a) no cargo efetivo de SERVENTE ESCOLAR, exercendo função equivalente a recepcionista, conforme a classe correspondente aos Grupos Ocupacionais 2 e 3 do Anexo I da Lei n° 155/2003.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 20.08.20.

Itapoá - SC, 27 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

**PORTARIA N°6431/2020**

Publicação N° 2638469

PORTARIA N° 6.431/2020.

De: 27 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, Artigo 29, e considerando:

· Resultado do Exame para Avaliação de Capacidade Laborativa;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o remanejamento do(a) Servidor(a) CLAUDETE THOMAS, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, exercendo função equivalente a classe correspondente ao Grupo Ocupacional 1 do Anexo I da Lei n° 155/2003, até o dia 31.12.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 20.08.20, revogando as portarias n° 1.305/2017 e 5.865/2020.

Itapoá - SC, 27 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

**PORTARIA N°6432/2020**

Publicação N° 2638471

PORTARIA N° 6.432/2020.

De: 27 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, Artigo 29, e considerando:

· Resultado do Exame para Avaliação de Capacidade Laborativa;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o remanejamento do(a) Servidor(a) ANA MARIA DE SOUSA, investido(a) no cargo efetivo de AJUDANTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS, exercendo função equivalente a classe correspondente ao Grupo Ocupacional 1 do Anexo I da Lei n° 155/2003, até o dia 20.11.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 20.08.20, revogando a portaria n° 3.296/2018.

Itapoá - SC, 27 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

**PORTARIA N°6433/2020**

Publicação N° 2638472

PORTARIA N° 6.433/2020.

De: 27 de agosto de 2020.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, Artigo 29, e considerando:

· Resultado do Exame para Avaliação de Capacidade Laborativa;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o remanejamento do(a) Servidor(a) DELICIA DE SOUZA ZIMERMANN, investido(a) no cargo efetivo de COZINHEIRA, exercendo função equivalente a classe correspondente ao Grupo Ocupacional 2 do Anexo I da Lei nº 155/2003, trabalhando 06 horas diárias, até o dia 20.11.20

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo a 20.08.20, revogando a portaria nº 1.817/2017.

Itapoá - SC, 27 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

**PORTARIA Nº6437/2020**

Publicação Nº 2638473

PORTARIA Nº 6.437/2020.

De: 27 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Tornar público a retificação da Portaria nº6.428/2020.

Onde se lê: ...exercendo atividades administrativas na Escola Ayrton Senna,...

Leia-se: ...exercendo atividades administrativas na Escola Alberto Speck,...

ARTIGO 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 27 de agosto de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

**PORTARIA Nº6451/2020**

Publicação Nº 2638475

PORTARIA Nº 6.451/2020.

De: 09 de setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO DE SERVIDOR(A) PARA ATIVIDADE EM DOMICÍLIO

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, considerando:

- Perícia médica;
- Grupo de risco relacionado ao COVID-19;
- Decreto Estadual nº 515/2020 e nº 562/2020;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público que de acordo com o resultado do Laudo Médico, fica o servidor(a) TATIANA CORDEIRO DA SILVA, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – B, liberada às atividades em domicílio, observadas as disposições legais do Decreto nº 4.418/2020, Artigo 06.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as portarias nº 4.452/2019 e nº 2.370/2018.

Itapoá - SC, 09 de setembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos  
CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

### PORTARIA N°6452/2020

Publicação N° 2638476

PORTARIA N° 6.452/2020.

De: 09 de setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO  
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Perícia médica;
- Grupo de risco relacionado ao COVID-19;
- Decreto Estadual n° 515/2020 e n° 562/2020;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) SILMARA REGINA RAMOS, investido(a) no cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, no nível salarial I – I, com vencimentos integrais, por tempo indeterminado.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 03.09.20.

Itapoá - SC, 09 de setembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos  
CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

### PORTARIA N°6453/2020

Publicação N° 2638477

PORTARIA N° 6.453/2020.

De: 09 de setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO  
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

- Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) ELAINE NUNES NEVES BURBELLO, investido(a) no cargo efetivo de PROFESSOR II, no nível salarial II – E, com vencimentos integrais, a partir de 17.08.20 e término em 01.01.21.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 17.08.20.

Itapoá - SC, 09 de setembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos  
CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva  
Ag. Administrativo I

**PORTARIA Nº 6454/2020**

Publicação Nº 2638478

PORTARIA Nº 6.454/2020.

De: 09 de setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO  
AUXÍLIO-DOENÇA DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; e conforme:

· Resultado do Laudo Médico;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) Servidor(a) SILVANA ESTER GIACOMINI GRANJA, investido(a) no cargo efetivo de FISIOTERAPEUTA I, no nível salarial VII – B, com vencimentos integrais, a partir de 21.08.20 e término em 05.09.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data, com efeito retroativo à 21.08.20.

Itapoá - SC, 09 de setembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

**PORTARIA Nº 6455/2020**

Publicação Nº 2638479

PORTARIA Nº 6.455/2020.

De: 09 de setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE SERVIDOR(A)

CÉLIA MARIA REINERT, Diretora do Departamento de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Municipal 44/2014, Artigo 29, e considerando:

· Resultado do Exame para Avaliação de Capacidade Laborativa;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Tornar público o remanejamento do(a) Servidor(a) IVONE JOSEFINA BOGO, investido(a) no cargo efetivo de COZINHEIRA, exercendo função equivalente a classe correspondente ao Grupo Ocupacional 2 do Anexo I da Lei nº 155/2003, até o dia 03.11.20.

ARTIGO 2º- Esta portaria entra em vigor nesta data.

Itapoá - SC, 09 de setembro de 2020.

CÉLIA MARIA REINERT

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

CONFERIDO E PUBLICADO:

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Sulmária M. da Silva

Ag. Administrativo I

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2020 - EDITAL 016/2019 - PSICÓLOGO**

Publicação Nº 2638554

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2020

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 016/2019

PSICÓLOGO

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata JULIANA DENISE STECKLING para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);

- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
  - Título de Eleitor (cópia e original);
  - Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
  - Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
  - Uma foto recente 3x4;
  - Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
  - Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
  - Registro no órgão de classe;
  - Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
  - Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
  - Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
  - Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
  - Certidão de regularização do CPF (internet);
  - Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
  - Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
  - Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
  - Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
  - Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
  - Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 10 de setembro de 2020.  
Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

#### **TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 003/2020 - EDITAL 032/2020 - MÉDICO ESF**

Publicação N° 2638371

TERMO DE CONVOCAÇÃO N° 003/2020  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 032/2020  
MÉDICO ESF

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA a candidata MARINA MEDEIROS DA SILVA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
  - Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
  - Título de Eleitor (cópia e original);
  - Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
  - Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
  - Uma foto recente 3x4;
  - Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
  - Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
  - Registro no órgão de classe;
  - Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
  - Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
  - Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
  - Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
  - Certidão de regularização do CPF (internet);
  - Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
  - Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
  - Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
  - Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
  - Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
  - Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 10 de Setembro de 2020.  
Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

**TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020 - EDITAL 032/2020 - MÉDICO ESF**

Publicação Nº 2638373

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020  
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 032/2020  
MÉDICO ESF

Sandra Regina Medeiros da Silva, Secretária Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o candidato RAFAEL BRUNO OLIVEIRA LOPES DA SILVA para comparecer ao Departamento de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura, no prazo de 05 (cinco) dias contados da publicação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante a apresentação dos documentos abaixo relacionados:

- Cédula de Identidade – RG (cópia e original);
- Cadastro de Pessoa Física – CPF (cópia e original);
- Título de Eleitor (cópia e original);
- Certidão de nascimento ou casamento (cópia e original);
- Carteira de Trabalho com Inscrição de Pis/Pasep (contendo número, série e data de emissão);
- Uma foto recente 3x4;
- Comprovante de residência – água, energia elétrica ou telefone fixo (cópia e original);
- Comprovante de Escolaridade exigido no edital para o cargo – diploma (cópia e original);
- Registro no órgão de classe;
- Certidão de nascimento dos filhos dependentes (cópia e original);
- Atestado de vacinação dos filhos menores de 05 anos;
- Certidão de Quitação Eleitoral (internet);
- Certidão de Antecedentes Criminais do Poder Judiciário, dos lugares onde tenha residido nos últimos 05 anos (fórum);
- Certidão de regularização do CPF (internet);
- Declaração de Qualificação Social (Site – consulta cadastral.inss.gov.br);
- Declaração de Bens (prefeitura fornece) ou IRRF;
- Declaração de não ter sofrido processo disciplinar (prefeitura fornece);
- Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de acumulação amparada pela constituição (prefeitura fornece);
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda (prefeitura fornece);
- Tipagem sanguíneo – Exame, carteira de doador ou declaração;
- Laudo médico, com aptidão para o trabalho e constando não pertencer ao Grupo de Risco para o COVID 19;
- Conta salário na Caixa Econômica Federal Itapoá (prefeitura fornece declaração)

Itapoá, 10 de Setembro de 2020.  
Sandra Regina Medeiros da Silva  
Secretária Municipal de Saúde

**RESOLUCAO CMAS 015.2020 - PRESTACAO DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Publicação Nº 2638026

**Conselho Municipal de  
Assistência Social de Itapoá****RESOLUÇÃO nº 015/2020**

Dispõe sobre a aprovação da Prestação de Contas do Estado de Santa Catarina.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), no uso das suas competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8742/1993 (LOAS) e pela Lei Municipal nº 761 de 05 de janeiro de 2018 alterada pela Lei Municipal 800 de 30 de agosto de 2018 e Lei Municipal 888/2019 de 15 de julho de 2019 as quais que dispõem sobre a Política de Assistência Social no Município e,

- **CONSIDERANDO** o encaminhamento por e-mail ocorrido em 04/05/2020 contendo o material orientativo e modelos para a realização da Prestação de Contas do Estado;
- **CONSIDERANDO** a Ata CPCONTAS 010/2020 apresentada ao Pleno do Conselho em Plenária de 28/08/2020;
- **CONSIDERANDO** o Parecer realizado pela Comissão de Prestação de Contas e apresentado ao Pleno do Conselho em Plenária de 28/08/2020;
- **CONSIDERANDO** as explanações ocorridas por ocasião da Plenária Ordinária de 28/08/2020;

**DECIDE:**

**APROVAR** de forma unânime a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ESTADO referente ao exercício de 2019.

Itapoá, 10 de setembro de 2020.

**Claudia da Silva Barboza**  
Vice-presidente do CMAS

# Ituporanga

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 117, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638507

DECRETO Nº 117, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

“Procede a abertura de Crédito Adicional Suplementar e Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ituporanga do Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, conformidade com a Lei Nº 2.790, de 20 de dezembro de 2019), LDO 2020 (LEI Nº 2.774, de 14 de outubro de 2019), PPA Quadriênio 2018-2021 (LEI Nº 2.701, de 13 de outubro de 2017) e a Lei nº 2.807/2020,

Art. 1º Fica aberto no orçamento financeiro de 2019 do Município de Ituporanga/SC, crédito adicional suplementar no valor de R\$13.567.306,95 (treze milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e seis reais e noventa e cinco centavos), na dotação orçamentária conforme relatórios: ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV.

Art. 2º Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar e especial, ficarão por conta de anulação de dotação orçamentária e excesso de arrecadação, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, §1º - II e III da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 09 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

### LEI Nº 2.807, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638505

LEI Nº 2.807, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

“Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder abertura de Crédito Adicional Suplementar e Especial no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Ituporanga do Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2020 do Município de Ituporanga/SC (LEI Nº 2.790, de 20 de dezembro de 2019) e consequente alteração da LDO 2020 (LEI Nº 2.774, de 14 de outubro de 2019) e PPA Quadriênio 2018-2021 (LEI Nº 2.701, de 13 de outubro de 2017) de um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR e ESPECIAL no valor de R\$13.567.306,95 (treze milhões, quinhentos e sessenta e sete mil, trezentos e seis reais e noventa e cinco centavos), na dotação orçamentária conforme relatórios: ANEXO I, ANEXO II, ANEXO III e ANEXO IV.

Art. 2º Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar e especial, ficarão por conta de anulação de dotação orçamentária e excesso de arrecadação, conforme relatório em anexo, nos termos do artigo 43, §1º - II e III da Lei nº 4.320/64.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga/SC, 09 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1.942, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639615

PORTARIA Nº 1.942, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Complementar nº 020/2008, e

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28 da Lei nº 2.189, de 21 de setembro de 2007 que dispõe sobre o plano de cargos e vencimento de servidores públicos do Poder Executivo do Município de Ituporanga.

Considerando o Requerimento nº 2188, de 23 de julho de 2020.

Considerando o Parecer exarado pela Comissão Permanente de Avaliação dos Servidores do Poder Executivo Municipal, deferindo a solicitação de progressão por curso de capacitação.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder progressão por curso de capacitação ao servidor ARY PETRIS FILHO, ocupante do cargo de provimento efetivo de INSEMINADOR, Nível 3 - Referência C, para o cargo de INSEMINADOR, Nível 3 - Referência D, na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 23 de julho de 2020.

Ituporanga, 03 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

LUIZ FERNANDO IOP

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

**PORTARIA Nº 1.950, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639617

PORTARIA Nº 1.950, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Complementar nº. 20, de 17.12.08, bem como a Lei nº 2.189, de 27 de setembro de 2007 e considerando o Requerimento nº 2646/2020,

**RESOLVE**

Art.1º Faz cessar os efeitos da PORTARIA Nº 1.850, DE 18 DE AGOSTO DE 2020 que concedeu ao servidor OSCAR RECK, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, na Secretaria de Infraestrutura, licença para atividade política no período de 15/08/2020 a 15/11/2020.

Art. 2º Designar o servidor OSCAR RECK, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, para desempenhar suas funções na Secretaria da Saúde.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de setembro de 2020, revogando as disposições em contrário.

Ituporanga, 09 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 1.952, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639619

PORTARIA Nº 1.952, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Complementar nº. 20/2008, bem como a Lei nº 2.189/2007 e considerando o Requerimento nº 2651/2020,

**RESOLVE**

Art.1º EXONERAR o servidor EDI MEICKON LUTZ, admitido em caráter temporário no cargo de OPERADOR DE EQUIPAMENTO, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ituporanga, 09 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 1.956, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639622

PORTARIA Nº 1.956, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Complementar nº. 20/2008, bem como a Lei nº 2.189/2007 e considerando o Requerimento nº 2601/2020,

**RESOLVE**

Art.1º EXONERAR o servidor OLIMPIO AMARO FERREIRA, admitido em caráter temporário no cargo de AUXILIAR DE MECÂNICO, na Secretaria de Infraestrutura, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 31 de agosto de 2020.

Ituporanga, 09 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

CELIO LUCIANO ERHARDT

Secretário de Infraestrutura

**PORTARIA Nº 1.957, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639606

PORTARIA Nº 1.957, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Complementar nº. 20/2008 e Lei Complementar nº 014/2006,

**RESOLVE**

Art.1º EXONERAR o servidor JACKSON RODRIGO CARDOSO DOS SANTOS, nomeado para exercer o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE EXECUTIVO, na Fundação FEXPONACE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ituporanga, 10 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO

Secretária da Administração

**PORTARIA Nº 1.958, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639607

PORTARIA Nº 1.958, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Complementar nº. 20/2008 e Lei Complementar nº 014/2006,

**RESOLVE**

Art.1º EXONERAR o servidor PAULO CESAR MOHR, nomeado para exercer o cargo em comissão de GERENTE DE ESPORTE E TURISMO, na Fundação FEXPONACE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Ituporanga, 10 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS

Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

**PORTARIA N° 1.959, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2639608

PORTARIA N° 1.959, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Complementar nº. 20/2008 e Lei Complementar nº 014/2006,

**RESOLVE**

Art.1º Nomear PAULO CESAR MOHR para exercer o cargo em comissão de SUPERINTENDENTE EXECUTIVO, na Fundação FEXPONACE, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 10 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

**PORTARIA N° 1.960, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2639611

PORTARIA N° 1.960, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS, Prefeito do Município de Ituporanga, Estado de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 65, da Lei Orgânica do Município, de conformidade com a Lei Complementar nº. 20/2008 e Lei Complementar nº 014/2006,

**RESOLVE**

Art.1º Nomear JACKSON RODRIGO CARDOSO DOS SANTOS para exercer o cargo em comissão de DIRETOR PRESIDENTE, na Fundação FEXPONACE, com jornada de trabalho de 40 horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ituporanga, 10 de setembro de 2020.

OSNI FRANCISCO DE FRAGAS  
Prefeito Municipal

BRUNA RUDOLFO  
Secretária da Administração

# Jaborá

## PREFEITURA

### ERRATA – EXTRATO DO EDITAL Nº 57/2020 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020

Publicação Nº 2638243

ERRATA – EXTRATO DO EDITAL Nº 57/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ

ERRATA Nº 001 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2020 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2020

A Prefeitura de Jaborá, através do Pregoeiro Aldo Guarese, vem a público retificar o Edital nº 57/2020 de 31 de agosto de 2020, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL E GESTÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC.

Onde se lê na especificação do Objeto do Item 1: “macaco de sustentação hidráulico”

Leia-se: “macaco de sustentação mecânico”

Em virtude desta alteração, altera-se também a data de realização da sessão pública de pregão para o dia 24 de setembro de 2020, às 09 horas. Os demais Termos constantes do Extrato permanecem inalterados.

Jaborá (SC), 10 de setembro de 2020.

Aldo Guarese  
Pregoeiro

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 93/2019

Publicação Nº 2638481

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 42/2019

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 80/2019.

Contrato Administrativo nº: 93/2019.

Objeto: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 93/2019.

Vigência: 14/11/2020.

Contratante: Município de Jaborá.

Contratada: CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.123.883/0001-03.

Jaborá, SC, 10 de setembro de 2020.

Adelir Manoel Inácio  
Prefeito Municipal

### LO Nº 1.667 INSTITUI AGOSTO LARANJA

Publicação Nº 2638758

Estado de Santa Catarina  
MUNICÍPIO DE JABORÁ

LEI Nº 1.667/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

INSTITUI E DENOMINA COMO "AGOSTO LARANJA" O MÊS DE AGOSTO E O INSERE NO CALENDÁRIO MUNICIPAL OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina.

FAÇO saber, em cumprimento as atribuições legais conferidas pela legislação em vigor, de que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituído no Município de Jaborá o "Agosto Laranja", dedicado à realização de ações de "Conscientização e Prevenção de Deficiências", anualmente do dia primeiro de agosto ao dia trinta e um do respectivo mês.

Art. 2º O Poder Executivo, por meio de ações nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social e em conjunto com as entidades afins,

poderá realizar campanhas de conscientização, prevenção às deficiências.

Art. 3º Durante a Campanha de Conscientização e Prevenção às Deficiências serão abordados todos os tipos de deficiências, sejam as físicas, intelectuais, auditivas, visuais, múltiplas e síndromes de caráter transitório ou permanente, bem como suas causas, considerando os indivíduos nos diferentes ciclos da vida, de forma a garantir, inclusive, a abordagem de especificidades.

Art. 4º As atividades desenvolvidas no "Agosto Laranja", visam ao desenvolvimento de conteúdos e debates para conscientizar a sociedade sobre as necessidades específicas de organização social e de políticas públicas para promover a prevenção, a inclusão social desse segmento populacional e para combater o preconceito e a discriminação.

Art. 5º - Esta lei entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABORÁ – SANTA CATARINA

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC, em 10/setembro/2020

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei no Diário Municipal dos Municípios em 11/setembro/2020

MARLENE F.M.C. PICINATTO

Secretaria de Administração

## PORTARIA Nº 121/2020

Publicação Nº 2637972

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 121, de 10 de setembro de 2020.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Municipal de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e na forma da legislação em vigor:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido férias de 30 (trinta) dias à servidora abaixo relacionada, referente ao período aquisitivo e de gozo em anexo, parte integrante desta portaria, sendo:

- Emanueli Luiza Nora

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 10/09/2020.

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 11 /setembro/2020.

MARLENE FÁTIMA MAGNABOSCO DA CRUZ PICINATTO

Secretária de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 08\_2020

Publicação Nº 2638085

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Agosto  
Página: 1

SANTA CATARINA  
CAMARA MUNICIPAL DE JABORA  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	50.902,92
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	50.902,92
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	49.107,32
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.795,60
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	98.000,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	98.000,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	109.022,39	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	111.454,86
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.784,08	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	4.784,08
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	50.902,92	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	53.335,39
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	53.335,39	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	53.335,39
SALDOS ANTERIORES	251.760,31	SALDOS ATUAIS	296.424,92
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	251.350,48	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	289.386,34
BANCO C/ MOVIMENTO	409,83	BANCO C/ MOVIMENTO	7.038,58
TOTAL	458.782,70	TOTAL	458.782,70

JABORA, 02/09/2020

ITAMAR TOIGO  
Presidente

JOVANI PEDRO TONIELLO  
Contador CRC SC-030442/O-0

**Jacinto Machado****PREFEITURA****DECRETO Nº 113 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639577

DECRETO Nº 113 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

REVOGA E ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO MUNICIPAL Nº 082 DE 16 DE JULHO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 60, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município.

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam revogados os incisos I, II, VI, do art. 2º, bem como os incisos III e IV do art. 3º, ambos do Decreto Municipal nº 082 de 16 de julho de 2020.

Art. 2º O art.3º do Decreto Municipal nº 082 de 16 de julho de 2020 passará a vigorar com a seguinte redação:

Art.3 .....

[...]

VII – As atividades de lanchonetes, bares, restaurantes, conveniências, padarias e demais estabelecimentos de serviço de alimentação poderão atuar no horário normal de funcionamento, devendo operar com o uso obrigatório de luvas descartáveis e máscara para aproximação ao Buffet, higienização de mesas, acentos, cardápios a cada novo cliente, mantendo ainda o afastamento entre os clientes, devendo ser disponibilizado álcool gel 70 % na entrada e saída do estabelecimento para higienização.

Jacinto Machado/SC, 10 de setembro de 2020.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - Nº 158/2020

Publicação Nº 2638237

#### APOSTILA DE INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL PARA O REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2019  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 423/2019  
Contratada: TRANSPÉZIA LTDA – CNPJ/MF nº 01.906.026/0001-66

#### APOSTILA Nº 158/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 062/2020/Gabpref-CG-PDC, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
02.003.06.122.0701.2600.	Manutenção das ações da Defesa Civil	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	0.3.00.0080

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

OTONIEL DA SILVA

Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

TACIANA TECILLA GESSNER

Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - Fmhis

DANIEL PEACH

Fundo Municipal do Desenvolvimento Rural e Agricultura – Froagro

### APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 157/2020

Publicação Nº 2638550

#### APOSTILA PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROCESSO LICITATÓRIO CONCORRÊNCIA Nº 054/2018  
CONTRATO Nº 547/2018  
Contratada: CLICZOOM PROPAGANDA E PUBLICIDADE – CNPJ/MF nº 08.295.563/0001-66

#### APOSTILA Nº 157/2020

Como mera execução contratual, com fundamento no artigo 65, § 8º da Lei Federal 8.666/93, bem como no Ofício nº 020/2020/GABPRE-F-DC, fica incluída a seguinte dotação orçamentária, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.002.10.131.0300.2689	Publicação legal, educativa, informativa e de orientação social - Saúde	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	0.2.38.0639

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2020.

Argos José Burgardt – Secretário Municipal de Administração

Alceu Moacir Moretti – Secretário Municipal de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde

André de Carvalho Ferreira – Ordenador do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2020**

Publicação Nº 2639565

**ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 133/2020**

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, com início as quatorze horas, realizou-se, na sala de reuniões da Gerência de Licitações e Contratos, do prédio-sede da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul, situado na Rua Walter Marquardt, 1111 – Bairro Rio Mo-lha, em Jaraguá do Sul, Santa Catarina, sessão pública, relativa à licitação modalidade Pregão Presencial nº 129/2020, que tem por objeto aquisição de ARTEFATOS DE CONCRETO (lajotas, tijolinhos, paver e meio fio) ao longo de 12 (doze) meses, destinados para manutenção de ruas pavimentadas com lajotas e/ou tijolinhos de concreto e calçadas, calçadão, praças, jardins e trevos, de responsabilidade do Município, com a presença da servidora Rosinei A.G. Dias, Pregoeira e dos servidores Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro, designados pelo Decreto nº 13.127/2019. Foram protocolados os envelopes 01 – Proposta Comercial e 02 – Habilitação, das seguintes empresas:

Proponente	Credenciado	Identificação
AJUS INDUSTRIA E COMERCIO DE PRÉ-FABRICADOS EM CONCRETO EIRELI ME	Leocir Vanderlei Safanelli	004.640.709-02
JARAGUÁ ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI ME	Marcelino Vargas	558.680.539-15
SANTA HELENA INDUSTRIAL LTDA EPP	Alissson deglmann	018.539.039-06
VOGELSANGER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	Anderson Nessler	053.091.999-00

Dando início a sessão foi realizada o credenciamento dos representantes presentes munidos de suas comprovações conforme exigido no Edital. Prosseguindo passou-se à abertura das propostas comerciais e após a análise, relativamente às imposições do edital, foram classificadas por estarem em conformidade com o exigido no edital. Os itens 02, 05 e 08 da empresa VOGELSANGER ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA foram desclassificados para a Disputa de lances, visto já ter o número mínimo de empresas enquadradas em ME/EPP para a disputa destes itens. Ato contínuo passou-se à próxima fase (lance), conforme mapa de preços em anexo. Em atendimento a LC 147/2014 este Edital foi lançado para participação de empresas ME/EPP com previsão de participação de Empresas de Grande Porte. Restaram vencedoras as seguintes empresas, com os seguintes preços finais para os itens:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid	Descrição do serviço	Valor unitário do item (R\$)
01	JARAGUÁ ART. CIMEN-TO EIRELI ME	9.000	m2 D.Ampla	Lajota sextavada de concreto prensada 25x25x8cm,com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781.	24,80
02	JARAGUÁ ART. CIMEN-TO EIRELI ME	1.000	m2 10% do item 02 ME/EPP	Lajota sextavada de concreto prensada 25x25x8cm,com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781.	24,80
03	SANTA HELENA IND. LTDA EPP	2.700	m2 D.Ampla	Lajota sextavada de concreto prensada 30x30x10cm,com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781.	33,00
04	SANTA HELENA IND. LTDA EPP	300	m2 10% do item 03 ME/EPP	Lajota sextavada de concreto prensada 30x30x10cm,com resistência a compressão mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781.	33,00
05	JARAGUÁ ART. CIMEN-TO EIRELI ME	20.000	un	Tijolinho de concreto prensado 25x15x8cm,com resistência a compres-são mínima de 35MPa atendendo a NBR 9781.	1,39
06	AJUS IND. COM. CON-CRETO EIRELI ME	4.500	un D.Ampla	Meio fio de concreto prensado 80x25x10cm,com resistência a compres-são mínima de 25 Mpa atendendo a NBR 9781.	14,60
07	AJUS IND. COM. CON-CRETO EIRELI ME	500	un 10% do item 06 ME/EPP	Meio fio de concreto prensado 80x25x10cm,com resistência a compres-são mínima de 25 Mpa atendendo a NBR 9781.	14,60
08	JARAGUÁ ART. CIMEN-TO EIRELI ME	5.000	un	Meio fio de concreto prensado 65x25x10cm,com resistência a compres-são mínima de 25 Mpa atendendo a NBR 9781.	6,45
09	AJUS IND. COM. CON-CRETO EIRELI ME	4.500	m2 D.Ampla	Paver de concreto prensado 10x20x8cm,com resistência a compressão mínima de 35 Mpa atendendo a NBR 9781	25,50
10	AJUS IND. COM. CON-CRETO EIRELI ME	500	m2 10% do item 09 ME/EPP	Paver de concreto prensado 10x20x8cm,com resistência a compressão mínima de 35 Mpa atendendo a NBR 9781	25,50
11	JARAGUÁ ART. CIMEN-TO EIRELI ME	4.500	m2 D.Ampla	Paver de concreto prensado 10x20x6cm,com resistência a compressão mínima de 35 Mpa atendendo a NBR 9781	20,45
12	JARAGUÁ ART. CIMEN-TO EIRELI ME	500	m2 10% do item 11 ME/EPP	Paver de concreto prensado 10x20x6cm,com resistência a compressão mínima de 35 Mpa atendendo a NBR 9781	20,45

A seguir procedeu-se a abertura do envelope 02-Documentação das licitantes vencedoras, concluindo-se pela HABILITAÇÃO das mesmas, visto terem atendido as exigências do edital. Não houve Manifestação de Intenção de Recurso. A decisão do certame será publicada no Diário Oficial dos Municípios para a devida publicidade e será submetida à apreciação do Senhor Prefeito Municipal, para a competente Homologação. E, nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião. Jaraguá do Sul, SC, 10 de setembro de 2020.

Rosinei Aparecida Gretter Dias	
Sidnei Correa de Almeida	
Elian Gustavo Hermes Vareiro	
Leocir Vanderlei Safanelli	
Marcelino Vargas	
Alissson deglmann	
Anderson Nessler	

**ATA Nº: 4607 REF. LICITAÇÃO Nº: 091/2020**

Publicação Nº 2638482

ATA Nº:	4607		
REF. LICITAÇÃO Nº:	091/2020		
MODALIDADE:	TOMADA DE PREÇOS – MENOR PREÇO GLOBAL		
OBJETO:	EXECUÇÃO GUARITA CONTROLE DE ACESSO ETA CENTRAL		
DATA DA SESSÃO:	10/09/2020	HORA DA SESSÃO:	09H

COMISSÃO DE LICITAÇÃO: (Designada pela Portaria nº 153/2020)

Bruno Dilmo de Souza
Deborah Melo Alfien
Enio Evandro Luchtenberg

Na presente data, na sala de reuniões do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, sita na Rua Erwino Menegotti, 478, bairro Água Verde, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação e os representantes presentes, para proceder a abertura dos Envelopes referentes à Tomada de Preços supracitada. Entregaram tempestivamente os Envelopes as seguintes empresas:

EMPRESAS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO:	REPRESENTANTES:
COMPACT CONSTRUTORA EIRELI ME	SHAIANE LOVEMBERGER
LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI	ANDERSON BRAZ
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELE ME	ALESSANDRO TRUPPEL MACHADO
WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS EIRELI	ANTONIO CLÁUDIO TASCHECK

Após a conferência da inviolabilidade dos Envelopes pela Comissão, passou-se para abertura dos Envelopes–Habilitação, colocando à disposição os documentos neles contidos, os quais foram rubricados pela Comissão e pelos representantes presentes. Em relação às exigências contidas, as empresas atenderam ao Edital e foram HABILITADAS. Os representantes das empresas renunciaram à interposição de recurso para a primeira fase do presente processo licitatório.

**1ª FASE - HABILITAÇÃO (Abertura do envelope contendo a documentação)**

COMPACT CONSTRUTORA EIRELI ME
LF EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI
VATTARO CONSTRUÇÕES EIRELE ME
WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS EIRELI

Dando prosseguimento a sessão, passou-se, então, para abertura dos Envelopes-Proposta.

**2ª FASE - CLASSIFICAÇÃO (Abertura do envelope contendo a proposta)**

Ato contínuo as empresas foram classificadas de acordo com o tipo da Licitação - "MENOR PREÇO GLOBAL", conforme mapa de preços, parte integrante desta ATA. O representante da empresa WR Construtora & Distribuição de Materiais Eireli manifestou intenção de interposição de recurso administrativo frente à ausência de assinatura do representante legal da empresa Compact Construtora Eireli no verso da primeira página da Proposta Comercial. A Comissão de Licitação verificou o documento e, tendo em vista a representante legal da empresa, Sra. Schaiane Lovemberger, estar presente na sessão e, também, a Proposta Comercial estar acompanhada de Procuração Pública que a nomeia como procuradora com poderes para firmar propostas em nome da empresa Compact e, também, as demais páginas e planilhas componentes da Proposta Comercial terem sido devidamente assinadas, a presente comissão julga a Proposta válida, sem razões legais para desclassificação. A Comissão de Licitação, com base no art. 43, §3º da Lei 8.666/93, solicitou à representante legal da empresa Compact Construtora que confirmasse os termos e valores da proposta comercial, sendo que o teor da proposta foi confirmado pela representante. Na forma da lei, abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, concedendo-se vistas às partes. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião e lavrou-se a presente ATA, a qual vai assinada pelos presentes.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UN.	QUANT.	EMPRESAS PARTICIPANTES				Menor Preço
				COMPACT	LF EMPREIT.	VATTARO	WR CONSTR.	Global
				PROPOSTA R\$	PROPOSTA R\$	PROPOSTA R\$	PROPOSTA R\$	
1	EXECUÇÃO GUARITA CONTROLE ACES- SO ETA CENTRAL	sv	1	241.506,78	313.830,51	277.777,71	257.422,25	241.506,78

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

Comissão de Licitação: Deborah Melo Alfien, Bruno Dilmo de Souza, Enio Evandro Luchtenberg

Representantes: SHAIANE LOVEMBERGER, ANDERSON BRAZ , ALESSANDRO TRUPPEL MACHADO, ANTONIO CLÁUDIO TASCHECK

**CONTRATO Nº 234/2020**

Publicação Nº 2638547

**EXTRATO DO CONTRATO 234/2020**

Processo: Pregão nº 082/2020; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Greentex Química Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE ANTIESPUMANTE; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 149.688,00 (cento e quarenta e nove mil, seiscentos e oitenta e oito reais). O pagamento dar-se-á 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias após a apresentação da Nota Fiscal. Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2020, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.003.17.512.1400.4406	Manutenção das Atividades Técnicas e Operacionais - Divisão Esgoto	3.3.90 - Aplicações Diretas	57	Próprios

Data da assinatura: 01/09/2020; Prazo de Fornecimento: Conforme necessidade do Samae, até 31/12/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ana Carolina B. S. Figur e Jan Buhr.

Ana Carolina B. S. Figur  
Diretora Presidente - Samae

**CONTRATO Nº 448/2020**

Publicação Nº 2639563

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 448/2020**

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 153/2020

FUNDAMENTO: Artigo 24, inciso X da Lei Federal 8.666/93 e Lei Federal 8.245/91.

LOCADORA: WERKEN QUIMICA BRASIL LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, CNPJ/MF: 10.489.658/0001-62

ANUENTE: MALWEE MALHAS LTDA.

OBJETO: objeto do presente é a Locação de imóvel, localizado na Rua 284 – Arduíno Pradi, esquina com a Rua 409 – Antonio J. Macedo, no Bairro São Luís, terreno com área edificada com um galpão de alvenaria de 653,99m², uma casa de 130m², Matrícula Imobiliária nº 31.798, Cadastro Municipal nº 26.686, destinado ao funcionamento da Diretoria de Trânsito e Transportes. O imóvel ora locado destina-se exclusivamente ao funcionamento da Diretoria de Trânsito e Transportes.

FORMA DE PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 227.500,00 (duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais), pelo período de 12 (doze) meses. O locatário se compromete a pagar até o dia 15º do mês seguinte ao vencido, mediante a apresentação de boleto bancário.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do objeto desta Dispensa correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2020, 2021, 2022 e 2023, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Nat. Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.122. 0302.2251	Pagamento de despesas fixas -Trânsito	3.3.90 – Aplicações Diretas	514	80 - Recursos Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da locação será de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 10/09/2020 com término em 09/09/2023, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DATA DA ASSINATURA: 08/09/2020

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Eduardo Bertoldi, Fabio Machado, Jefferson Zomignan, Amilcar Marcelo Nagel e Vantuir Siefert

Eduardo Bertoldi  
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

**DECRETO Nº 14.194/2020**

Publicação Nº 2638232

D E C R E T O Nº 14.194/2020

Oficializa o Prolongamento da Rua 1471 - Jorge Frederico Augusto Karsten.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal Nº 1.765/1993, de 09/12/1993, e do inciso XXIV, do artigo 71, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO a desapropriação realizada pela municipalidade para prolongamento de via pública;

CONSIDERANDO as obras de implantação da infraestrutura urbana ocorridas na via desapropriada;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 303/2020/Semplu, de 08 de setembro de 2020, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

DECRETA :

Art.1º Fica oficialmente reconhecido o prolongamento da via de circulação denominada Rua 1471 - Jorge Frederico Augusto Karsten, situado entre as Ruas 477 - Luciano Zapella e 05 - Prefeito José Bauer, bairro Rau, perímetro urbano, na extensão aproximada de 70,00m.

Art.2º A área de arreamento que integra a via, no trecho mencionado neste Decreto, foi desapropriada pela municipalidade, integrando o Patrimônio Público Municipal na categoria de bem de uso comum do povo.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 14.195/2020**

Publicação Nº 2638830

**D E C R E T O Nº 14.195/2020**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 102/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua Georg Reinke (início do entroncamento com a Rua Eurico Duwe até a ponte), no bairro Rio da Luz, com extensão total de 530,00m (quinhentos e trinta metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 14.197/2020**

Publicação Nº 2638832

**D E C R E T O Nº 14.197/2020**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 113/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua 533 - Abramo Pradi (início no entroncamento da Rua Bertha Weege até sua extensão total), no bairro Barra do Rio Cerro, com extensão total de 588,50m (quinhentos e oitenta e oito vírgula cinquenta metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 14.198/2020**

Publicação Nº 2638833

D E C R E T O Nº 14.198/2020  
Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;  
CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;  
CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 113/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua 533 - Abramo Pradi (início no entroncamento da Rua Bertha Weege até sua extensão total), no bairro Barra do Rio Cerro, com extensão total de 588,50m (quinhentos e oitenta e oito vírgula cinquenta metros);

DECRETA :

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal PATRICIA DALLA LANA MICHEL, matrícula 113714, Engenheira, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 113/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 113/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 14.199/2020**

Publicação Nº 2638834

D E C R E T O Nº 14.199/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 114/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua 553 - Adela Erdmann (início no entroncamento da Rua Oscar Schneider até o entroncamento com a Rua Augusto Germano João Hanemann), no bairro Barra do Rio Cerro, com extensão total de 108,76m (cento e oito vírgula setenta e seis metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 14.200/2020**

Publicação Nº 2638835

D E C R E T O Nº 14.200/2020  
Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993;  
CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 114/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua 553 - Adela Erdmann (início no entroncamento da Rua Oscar Schneider até o entroncamento com a Rua Augusto Germano João Hanemann), no bairro Barra do Rio Cerro, com extensão total de 108,76m (cento e oito vírgula setenta e seis metros);

**DECRETA :**

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal PATRICIA DALLA LANA MICHEL, matrícula 113714, Engenheira, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 114/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 114/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 14.201/2020**

Publicação Nº 2638837

**D E C R E T O Nº 14.201/2020**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

**DECRETA :**

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 115/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e obras complementares na Rua 1067 - Verena Schünke Kroeger (início no entroncamento com a Rua Gerhardt Müller até a extensão final), no bairro Rio da Luz, com extensão total de 245,50m (duzentos e quarenta e cinco vírgula cinquenta metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**DECRETO Nº 14.202/2020**

Publicação Nº 2638838

**D E C R E T O Nº 14.202/2020**

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993; CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 115/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplenagem e obras complementares na Rua 1067 - Verena Schünke Kroeger (início no entroncamento com a Rua Gerhardt Müller até a extensão final), no bairro Rio da Luz, com extensão total de 245,50m (duzentos e quarenta e cinco vírgula cinquenta metros);

**DECRETA :**

Art.1º Fica designado o servidor público municipal ARIANO JOSÉ TOASSI, matrícula 9591, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 115/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto

Municipal N° 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência N° 115/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal N° 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO N° 14.203/2020

Publicação N° 2638839

### D E C R E T O N° 14.203/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal N° 8.666/93, e alterações subsequentes,

DECRETA :

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA N° 116/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua 1147 - Lina Walz Schwarz (início do entroncamento com a Rua Prefeito José Bauer até sua extensão final), no bairro Três Rios do Sul, com extensão total de 590,22m (quinhentos e noventa vírgula vinte e dois metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

## DECRETO N° 14.204/2020

Publicação N° 2638841

### D E C R E T O N° 14.204/2020

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal N° 8.666/93, de 21 de junho de 1993; CONSIDERANDO o Decreto Municipal N° 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos; CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência N° 116/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial, sinalização viária, terraplanagem, serviços preliminares e obras complementares na Rua 1147 - Lina Walz Schwarz (início do entroncamento com a Rua Prefeito José Bauer até sua extensão final), no bairro Três Rios do Sul, com extensão total de 590,22m (quinhentos e noventa vírgula vinte e dois metros);

DECRETA :

Art.1º Fica designado o servidor público municipal HOMERO RAMOS DUARTE, matrícula 113844, Engenheiro, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência N° 116/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal N° 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência N° 116/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal N° 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 14.205/2020**

Publicação Nº 2638842

**D E C R E T O Nº 14.205/2020**

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no inciso XVI, do artigo 6º, da Lei Federal Nº 8.666/93, e alterações subsequentes,

**DECRETA :**

Art.1º Ficam designados os servidores públicos municipais IVAN ANDREIAS WOLTER, matrícula 8920; MARCIO BYLAARDT, matrícula 1972; e CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, para comporem a Comissão que, sob a presidência do primeiro, procederá a abertura e julgamento das propostas chegadas à esta Prefeitura, em razão da CONCORRÊNCIA Nº 132/2020, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, serviços preliminares, terraplenagem, drenagem pluvial, serviços complementares e sinalização viária na Rua 991 - Emílio Otto Augusto Oldenburg (início no entroncamento com a Rua Bertha Weege até sua extensão final), no bairro Jaraguá 99; na Rua 1285 - Ricardo Grutmacher (início no entrocamento com a Rua Augusto Demarchi até o entroncamento com a Rua Ida J. Gruetzmacher), no bairro Três Rios do Sul; e na Rua 694 - Félix Richert (início no entroncamento com a Rua Camilo Picoli até a esquina da casa Nº 311), no bairro Estrada Nova, com extensão total de 535,07m (quinhentos e trinta e cinco vírgula sete metros), em conformidade com o Projeto, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do Edital.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 14.206/2020**

Publicação Nº 2638843

**D E C R E T O Nº 14.206/2020**

Designa Fiscal e Gestor de Contrato.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município; e CONSIDERANDO o disposto no artigo 67, e seus parágrafos primeiro e segundo, todos da Lei Federal Nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993; CONSIDERANDO o Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019, que aprovou o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos;

CONSIDERANDO os termos do Processo Licitatório Concorrência Nº 132/2020, que tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais e mão de obra, para pavimentação asfáltica, serviços preliminares, terraplenagem, drenagem pluvial, serviços complementares e sinalização viária na Rua 991 - Emílio Otto Augusto Oldenburg (início no entroncamento com a Rua Bertha Weege até sua extensão final), no bairro Jaraguá 99; na Rua 1285 - Ricardo Grutmacher (início no entrocamento com a Rua Augusto Demarchi até o entroncamento com a Rua Ida J. Gruetzmacher), no bairro Três Rios do Sul; e na Rua 694 - Félix Richert (início no entroncamento com a Rua Camilo Picoli até a esquina da casa Nº 311), no bairro Estrada Nova, com extensão total de 535,07m (quinhentos e trinta e cinco vírgula sete metros);

**DECRETA :**

Art.1º Fica designada a servidora pública municipal PATRICIA DALLA LANA MICHEL, matrícula 113714, Engenheira, para FISCALIZAÇÃO, acompanhamento, verificação da regularidade e conformidade da execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 132/2020 com os termos do ato convocatório, do instrumento do contrato, do projeto básico e executivo e demais especificações técnicas integrantes do Processo Administrativo de Licitação, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.2º Fica designada a servidora pública municipal CARLA EDUARDA SCHEUER KEISER, matrícula 81995, Gerente Administrativa e Financeira, para GERIR, controlar, conhecer, encaminhar e acompanhar a execução do Contrato firmado em decorrência da Concorrência Nº 132/2020 com os termos do ato convocatório, conforme atividades previstas no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, aprovado pelo Decreto Municipal Nº 13.047/2019, de 31/07/2019.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.  
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito

**DECRETO Nº 14.207/2020**

Publicação Nº 2638847

D E C R E T O Nº 14.207/2020

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18/11/2019, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 8.278/2020, de 13/03/2020, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 8.158/2019, de 18 de novembro de 2019,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 38.948,42 (Trinta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos (Semop), a saber:

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

09.001.15.452.450.3.053 - Pavimentação Rua Manoel Pereira de Souza

4.4.00 - INVESTIMENTOS

09.001.768 4.4.90 - Aplicações Diretas

0.1.83.0631 - Op. Créd. - Bc. Brasil - Programa Operações Estruturadas R\$ 38.948,42

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da "Operação de Crédito" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente do recurso vinculado Operação de Crédito - Banco do Brasil - Programa Operações Estruturadas, no valor de R\$ 38.948,42 (Trinta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**ED I T A L PREGÃO PRESENCIAL Nº 345/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL COMUNICADO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO**

Publicação Nº 2639566

ED I T A L

PREGÃO PRESENCIAL Nº 345/2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Tipo: Menor preço global

COMUNICADO DE APRESENTAÇÃO DE RECURSO

O Município de Jaraguá do Sul, através da Pregoeira e sua Equipe de Apoio, designados pelo Decreto nº 14.188/2020, comunicam aos interessados no Pregão Presencial supracitado, que a empresa ORBENK ADM. E SERVIÇOS LTDA protocolou tempestivamente no dia 10/09/2020 sob o protocolo nº 21310/2020, RECURSO ADMINISTRATIVO referente à sua manifestação em ata.

Desta forma, por força do disposto no inciso XVII do artigo 4º da Lei Federal n.º 10.520/2002, fica a outra licitante cientificada de que poderá apresentar contrarrazões ao recurso administrativo apresentado, no prazo de 03 (três) dias consecutivos após publicação no Diário Oficial dos Municípios (D.O.M), compreendendo o período de 14/09/2020 com término em 16/09/2020.

Jaraguá do Sul (SC), 10 de setembro de 2020.

Rosinei Ap. Gretter Dias

Sidnei Correa de Almeida e Elian Gustavo Hermes Vareiro

Pregoeira e Equipe de Apoio

Decreto nº 14.188/2020

**PORTARIA Nº 295/2020/SEMTIP**

Publicação Nº 2638763

PORTARIANº 295/2020/Semtip

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE PÚBLICA, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 017/2020/1ªCPPAG, de 09/09/2020, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº

169/2015, de 20/10/2015;

**RESOLVE:**

Art.1º PRORROGAR, a partir de 23/06/2020, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Geral, concernentes ao Processo Administrativo Geral N° 011/2019, instaurado pela Portaria N° 840/2019, de 23/09/2019.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/06/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

VANESSA SCHWIRKOWSKY

Secretária Municipal da Transparência e Integridade Pública

**PORTARIA N° 243/2020/SEMSA**

Publicação N° 2638262

PORTARIAN° 243/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo N° 002/2017; e

CONSIDERANDO a Portaria N° 092/2018/Semsa de 03 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO a Portaria N° 007/2019/Semsa de 25 de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria N° 101/2019/Semsa de 15 de julho de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria N° 007/2020/Semsa de 07 de janeiro de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto N° 13.839/2020 de 05 de maio de 2020;

CONSIDERANDO o Ofício n° 0373/2020/Semsa de 08 de maio de 2020, que solicita suspensão do Contrato de trabalho do servidor Eduardo Moiola, a partir de 11 de maio de 2020;

**RESOLVE :**

Art.1º DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10 inciso II, da Lei Complementar n° 102/2010 de 12 de novembro de 2010, EDUARDO MOIOLI, admitido em Caráter Temporário para atuar como Médico Especialista, a partir de 14/08/2020.

Art.2º Em consequência, ficam revogadas as Portarias N° 092/2018/Semsa, 001/2019/Semsa, 101/2019/Semsa, 007/2020/Semsa e 232/2020/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de agosto de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de setembro de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA N° 244/2020/SEMSA**

Publicação N° 2638264

PORTARIAN° 244/2020/Semsa

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE de Jaraguá do Sul, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, de acordo com o disposto na Lei Complementar N° 102/2010 de 12 de novembro de 2010, e Processo Seletivo N° 002/2019; e

CONSIDERANDO a Portaria N° 186/2019/Semsa de 17 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO a Portaria N° 081/2020/Semsa de 30 de março de 2020;

**RESOLVE :**

Art.1º DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10 inciso II, da Lei Complementar n° 102/2010 de 12 de novembro de 2010, ADRIAN CAMARGO AMARAL JORGE ARAUJO, admitido em Caráter Temporário para atuar como Cirurgião Dentista, a partir de 01/09/2020.

Art.2º Em consequência, ficam revogadas as Portarias N° 186/2019/Semsa, 081/2020/Semsa e 232/2020/Semsa.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de setembro de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 635/2020**

Publicação Nº 2638821

PORTARIANº 635/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 066/2020/Sedein, de 08/09/2020, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Inovação;

RESOLVE :

Art.1º RETIFICAR o nome constante na Portaria Nº 299/2020, de 20/05/2020, de Rodrigo Boscani para RODRIGO BOSCAINI DE FREITAS.

Art.2º RETIFICAR o nome constante na Portaria Nº 299/2020, de 20/05/2020, de Side Adriano Karsten para SIDERNEI ADRIANO KARSTEN.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 09 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 636/2020**

Publicação Nº 2638822

PORTARIANº 636/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 434/2020/Semed/GABSECR, de 09/09/2020, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 14/09/2020, NATALIE JANINE PETRY do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL, da Diretoria de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 6º, da Portaria Nº 962/2019, de 31/10/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/09/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 637/2020**

Publicação Nº 2638823

PORTARIANº 637/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 820/2020/Semsa, de 03/09/2020, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, no período de 08/09/2020 a 22/09/2020, CAMILA VIEIRA SENS FERNANDES, matrícula 10784, Assistente de Controle e Fiscalização, para exercer, interinamente e cumulativamente, o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, da Secretaria Municipal de Saúde, do Poder Executivo do Município, em razão de licença-prêmio do titular, vedada a percepção simultânea de remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/09/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 638/2020**

Publicação Nº 2638824

PORTARIANº 638/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 055/2020/Semdra, de 17/08/2020, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 14/08/2020, NELSON DIRCEU ROPELATO da função gratificada de ENCARREGADO DE MANUTENÇÃO DA PATRULHA MECANIZADA, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Abastecimento, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1029/2019, de 18/11/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/08/2020, revogada a Portaria Nº 630/2020, de 08/09/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 639/2020**

Publicação Nº 2638825

PORTARIANº 639/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e  
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 418/2020/Semed/GABSECR, de 01/09/2020, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 02/09/2020, SANDRA REGINA PERON KAMCHEN do cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "RUI KROEGER", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 1198/2019, de 19/12/2019.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/09/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº 640/2020**

Publicação Nº 2638827

PORTARIANº 640/2020

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 49 a 52, da Lei Complementar Municipal Nº 240/2019, de 31/10/2019, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 252/2020, de 04/03/2020, e 253/2020, de 06/03/2020; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 430/2020/Semed/GABSECR, de 09/09/2020, da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 14/09/2020, DAGMAR HEMPKEMAIER DE OLIVEIRA FRANCO, matrícula 11148, ocupante do cargo efetivo de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL "RUI KROEGER", da Secretaria Municipal de Educação, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14/09/2020.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 10 de setembro de 2020.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

**PORTARIA Nº \_231/2020/SEMSA**

Publicação Nº 2638958

PORTARIA Nº \_231/2020/Semsa - DE 03/09/2020

Instaura Sindicância Administrativa a fim de apurar extravio de medicamentos durante entrega para Unidades Básicas de Saúde

Comissão Processante: PRIMEIRA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, composta pelos servidores públicos municipais SÉRGIO ANTÔNIO DE TOFEL, matrícula 8448-4, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos; SÔNIA MARIA ROWE-DE, matrícula 9057, lotada na Secretaria Municipal da Administração; e CLEONIS ROSÁLIA TOMASELLI, matrícula 80161-5, lotada na Secretaria Municipal da Educação, para, sob a presidência do primeiro, promover a apuração de fatos ensejadores de possível(is) falta(s) disciplinar(es) ou outras irregularidades, nos termos constantes da presente Portaria.

A presente publicação está de acordo com o Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019.

O servidor investigado terá acesso aos autos completos a partir da citação, conforme artigo 1º, do Decreto Municipal Nº 12.885/2019, de 24/05/2019, e Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, e alterações, não tendo prejuízo aos direitos constitucionais do contraditório e ampla defesa.

Jaraguá do Sul, 03 de setembro de 2020.

ALCEU GILMAR MORETTI

Secretário Municipal de Saúde

**RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 153/2020 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES**

Publicação Nº 2639564

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 153/2020  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO  
DIRETORIA DE TRANSITO E TRANSPORTES

OBJETO: Locação de imóvel, localizado na Rua 284 – Arduíno Pradi, esquina com a Rua 409 – Antonio J. Macedo, no Bairro São Luís, terreno com área edificada com um galpão de alvenaria de 653,99m², uma casa de 130m², Matrícula Imobiliária nº 31.798, Cadastro Municipal nº 26.686, destinado ao funcionamento da Diretoria de Transito e Transportes.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso X da Lei Federal Nº 8.666/93 e alterações posteriores e Lei Federal nº 8.245/91.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

LOCADORA: WERKEN QUIMICA BRASIL LTDA

ANUENTE: MALWEE MALHAS LTDA

VALOR E FORMA DE PAGAMENTO: O MUNICÍPIO pagará a CONTRATADA o valor mensal de R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), totalizando o valor de R\$ 227.500,00 (duzentos e vinte e sete mil e quinhentos reais), pelo período de 36 (trinta e seis) meses. O locatário se compromete a pagar até o dia 15º do mês seguinte ao vencido, mediante a apresentação de boleto bancário.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes do objeto desta Dispensa correrão por conta da dotação orçamentária dos exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023, a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição Nat. Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.122. 0302.2251	Pagamento de despesas fixas -Trânsito	3.3.90 – Aplicações Diretas	514	80 - Recursos Próprios

PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da locação será de 36 (trinta e seis) meses, compreendendo o período de 10/09/2020 com término em 09/09/2023, podendo ser prorrogado mediante acordo das partes, com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

Jaraguá do Sul (SC), 08 de setembro de 2020.

Douglas Antônio Conceição

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

**SAMAE - ADITAMENTO DA SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2020**

Publicação Nº 2638728

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

ADITAMENTO DA SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

O Samae de Jaraguá do Sul faz saber a todos os interessados que a data de abertura do Edital do Processo Licitatório nº 066/2020, referente à AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA VEÍCULOS DA FROTA, que estava previamente agendada para o dia 17/08/2020 às 14 horas e encontrava-se SUSPENSA para análise de um pedido de esclarecimento realizado ao Edital, foi reagendada para o dia 23/09/2020 às 09 horas. Os

esclarecimentos, e retificações foram divulgados no site da Autarquia. Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (047) 2106-9114.

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur  
Diretora Presidente

### **SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 101/2020**

Publicação Nº 2638729

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 101/2020

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS DE CONserto DE REDES DE PEAD

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 11/09/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 24/09/2020 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur  
Diretora Presidente

### **SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 102/2020**

Publicação Nº 2638730

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 102/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 11/09/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 25/09/2020 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur  
Diretora Presidente

### **SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO Nº 103/2020**

Publicação Nº 2638731

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO Nº 103/2020

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TÁBUAS DE PINUS, ESTACAS DE EUCALIPTO, PISO DE CONCRETO PODOTÁTIL E TELA SOLDADA

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 11/09/2020, das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 16 horas.

DATA DA ABERTURA: 24/09/2020 às 14 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados na Sede do Samae, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC e no site: [www.samaejs.com.br](http://www.samaejs.com.br)

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone (47) 2106-9100 ou e-mail: [compras@samaejs.com.br](mailto:compras@samaejs.com.br).

Ana Carolina Bornemann Silveira Figur  
Diretora Presidente

# Jardinópolis

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO 86-2020

Publicação N° 2638609

**AVISO DE LICITAÇÃO**

Pregão - 30/2020

Processo Administrativo: 86/2020

**AVISO DE LICITAÇÃO**

A comissão de Licitação da MUNICÍPIO DE JARDINÓPOLIS, nomeada pelo(a) Decreto - 5499/2019, no exercício de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados que se realizará no dia 24 de setembro de 2020, às 08:00:00 horas, no CENTRO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL, a reunião de recebimento e abertura das propostas, conforme determina o Edital de Licitações nº. 30/2020, na modalidade de Pregão.

Informamos ainda que se encontra disponível o edital em sua íntegra nos meios de comunicação conforme o que determina a Lei 8.666/93.

**Finalidade:**

Contratação de empresas para futura aquisição de mobília em geral, para manutenção das atividades do Departamento de Assistência Social conforme planilha anexa ao processo.

Jardinópolis - SC, 9 de setembro de 2020

VALTER TELÓ

Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

### ATA 135/2019/PMJ - TA 01

Publicação Nº 2639118

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2019/PMJ – TA 01

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, nº 378, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA, como órgão gerenciador, representada neste ato pelo Secretário, Sr. MICHEL CARLESSO ÁVILA, e a empresa FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 19.554.960/0001-21, estabelecida na TRAVESSA MARCON, 29 SL 5 – CENTRO, no município de CONCORDIA/SC, doravante denominada DETENTORA, representada por FABRICIO FRACASSO, inscrito no CPF sob o nº 005.122.639-14, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 135/2019/PMJ, firmada em 23/10/2019, proveniente do Processo de Licitação nº 78/2019/PMJ – Edital de Pregão Presencial nº 52/2019/PMJ, para Sistema de registro de preços para aquisição eventual e futura de peças de reposição, periféricos e demais equipamentos, destinados à recuperação e manutenção de equipamentos de informática, observando-se o disposto no inciso II, “d”, do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 7, 43 e 47 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando os mesmos a ter a seguinte redação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$	VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$
7	DISCO ESTADO SÓLIDO – SSD 2,5” – SATA III – CAPACIDADE DE 120 GB	un	PNY	126,00	198,00
43	PROCESSADOR AMD RYZEN 5 2600 OU SUPERIOR	un	AMD	920,00	1.081,52
47	KIT AMD	un	AMD / BIOSTAR / CRUCIAL	1.456,00	1.956,24

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 135/2019/PMJ.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

Joaçaba SC, 08 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

MICHEL CARLESSO ÁVILA - Secretário

FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA EPP

FABRICIO FRACASSO

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

### CONTRATO 63/2018/PMJ - RESCISÃO

Publicação Nº 2638919

#### TERMO DE RESCISÃO

#### CONTRATO Nº 63/2018/PMJ

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 82.939.380/0001-99, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, representada neste ato pela Secretária ANA BEATRIZ BRANCHER, doravante denominada CONTRATANTE, resolve celebrar o presente TERMO DE RESCISÃO, relativo ao contrato firmado com a empresa ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.531.343/0001-08, estabelecida na Rua Gerônimo Thives, 196, bairro Barreiros, no município de São José, SC, conforme cláusulas a seguir:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

Fica rescindido, em conformidade com o disposto no inciso XVII do art. 78 e no inciso II do art. 79 da Lei nº 8.666/93 e alterações, o contrato nº 63/2018/PMJ, celebrado com a CONTRATADA em 16 de maio de 2018, decorrente do Processo de Licitação nº 48/2018/PMJ, instaurado através do Edital de Pregão Presencial nº 29/2018/PMJ, cujo objeto era a prestação, pela CONTRATADA, de serviços diários de limpeza e conservação higiênica de espaços físicos, utensílios e equipamentos, bem como, serviços de manipulação, pré preparo e preparo de alimentação escolar, visando ao atendimento das demandas dos Centros de Educação Infantil e das Escolas Municipais de Joaçaba.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir do dia 09 de setembro de 2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste Termo, renunciando as partes a qualquer outro que lhes possa ser mais favorável.

Joaçaba (SC), 08 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ANA BEATRIZ BRANCHER - Secretária

ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**DECRETO Nº 6.034 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638557

DECRETO Nº 6.034 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC), no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei nº 5.350/2020,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar até a importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.35.0612 - R\$ 100.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, serão provenientes da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 16 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Atividade: 2.076 MANUTENÇÃO DOS SERVICOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.35.0612 - R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba - SC, 10 de setembro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**EXTRATO PL 59/2020/PMJ - PE 29/2020/PMJ**

Publicação Nº 2638900

PREFEITURA DE JOAÇABA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2020/PMJ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2020/PMJ

Objeto: Registro de Preços visando a eventuais contratações futuras de empresas para o fornecimento e instalação de complementos elétricos, preventivos de incêndio, de acessibilidade e acessórios, destinados ao aparelhamento de prédios públicos do Município de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor preço – por Lote DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 29 de setembro de 2020. HORÁRIO LIMITE: até 13h20min. DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 29 de setembro de 2020. HORÁRIO: às 13h30min. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou nos sites [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br)

Joaçaba, 10 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

DIOCLÉSIO PAGNINI - Prefeito

**PORTARIA Nº 7.129**

Publicação Nº 2639512

PORTARIA Nº 7.129 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020  
"EXONERA SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA."

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º - EXONERAR EM VIRTUDE DE SUA APOSENTADORIA, o(a) Senhor(a) ILTON ANTONIO SCHIMITZ do cargo de Monitor Social, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelas Leis Complementares nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e n.º 211 de 05 de dezembro de 2011.

Art. 2º – Fica declarada a vacância do cargo conforme Art. 34, Inciso IV da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de setembro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**PORTARIA Nº 7.130**

Publicação Nº 2639515

PORTARIA Nº 7.130 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020  
"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 04 de setembro de 2020, o contrato de trabalho do(a) Senhor(a) KELLY ANILY PEREIRA BRESSAN, Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, em virtude do término da licença maternidade.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 04 de setembro de 2020, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 09 de setembro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO**

Publicação Nº 2639528

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO APÓS CONVOCAÇÃO

Tendo em vista correspondência do candidato(a) Sr(a) FRANCIELI SILVEIRA DE AVILA HOSTERT, Cargo de Agente de Dengue, classificado em 02º lugar, referente ao Edital de Concurso Público n.º 001/2018, fica registrado a passagem para o final da lista de classificação, possibilitando a 2ª chamada conforme item 12.8 do referido edital.

Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 04 de setembro de 2020.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

**SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA****PREGÃO PRESENCIAL JHL 0044/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2637484

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0053/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0044/2020

PROTOCOLO JHL 1481/2020

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0044/2020 – Licitação 0053/2020, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE RÁDIOS DE TELECOMANDO, SISTEMA SOLAR FOTOVOLTAICO E BATERIAS PARA EAT 302, EAT 202 E DOIS CONJUNTOS RESERVA.

Da Entrega dos Envelopes: até as 08h 50min do dia 24/09/2020 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 24/09/2020 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 11/09/2020 a 24/09/2020.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: [licitacao@simae.sc.gov.br](mailto:licitacao@simae.sc.gov.br).

Joaçaba - SC, 09 de setembro de 2020.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae.

**RESUMO CONTRATO 89/2020**

Publicação Nº 2638927

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0089/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2020

PROTOCOLO Nº 1234/2020

Data assinatura: 03/09/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS PELAS EQUIPES TÉCNICAS DO SIMAE.

Contratado: BIANCHI COMÉRCIO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS LTDA

Valor : R\$ 8.511,00

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Prazo de vigência: 03/04/2021

Patricia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

**RESUMO CONTRATO 90/2020**

Publicação Nº 2638936

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0090/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2020

PROTOCOLO Nº 1234/2020

Data assinatura: 03/09/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS PELAS EQUIPES TÉCNICAS DO SIMAE.

Contratado: JOSE SILVIO MARTINELLI - EIRELI

Valor : R\$ 26.200,00

Órgão/Unidade: 14.01

Função/Programa: 17.512.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Prazo de vigência: 03/04/2021

Patricia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

**RESUMO CONTRATO 91/2020**

Publicação Nº 2638946

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0091/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2020

PROTOCOLO Nº 1234/2020

Data assinatura: 03/09/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS A SEREM UTILIZADOS PELAS EQUIPES TÉCNICAS DO SIMAE.  
Contratado: RAQUEL KUSTER DE OLIVEIRA  
Valor : R\$ 5.620,00  
Órgão/Unidade: 14.01  
Função/Programa: 17.512.0028  
Projeto/Atividade: 2.060  
Prazo de vigência: 03/04/2021  
Patricia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

**RESUMO CONTRATO 92/2020**

Publicação Nº 2638954

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0092/2020  
Concorrência 0003/2018  
Processo Licitatorio 0045/2018  
PROTOCOLO Nº 1406/2018  
Data assinatura: 09/09/2020

Objeto: Com fundamento no artigo 65, § 1º, inciso II da Lei 8666/93, e de acordo com a Clausula Oitava, item 8.1.33, do contrato aditado, as partes resolvem realizar acréscimos a razão de R\$ 717.910,50 (setecentos e dezessete mil, novecentos e dez reais e cinquenta centavos), passando o valor total a ser pago à Contratada de R\$ 16.635.659,16 (dezesseis milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e dezesseis centavos), sendo os valores acrescidos em função da necessidade de adequação da planilha orçamentária conforme comunicado dos fiscais do contrato.

Contratado: Construtora Elevação Ltda  
Valor : R\$ 717.910,50  
Órgão/Unidade: 14.01  
Função/Programa: 17.512.0028  
Projeto/Atividade: 1.115  
Prazo de vigência: permanece o mesmo  
Patricia Callegari Warken – Diretora Presidente do Simae

**RESUMO CONTRATO JHL 0093/2020 - SIMAE**

Publicação Nº 2638017

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0093/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0040/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO 0048/2020  
PROTOCOLO Nº 1325/2020  
Data: 09/09/2020

Objeto: Aquisição de conjunto moto bomba tipo anfíbia para água tratada para substituição na EAT-012 de propriedade do Simae.

Contratado: HELIBOMBAS – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS LTDA

Valor Contratado: R\$ 138.770,00 (cento e trinta e oito reais, setecentos e setenta reais)

Órgão/Unidade: 14.01  
Função/Programa: 17.512.0028  
Projeto/Atividade: 1.051

Prazo de vigência: 10/09/2020 a 09/05/2021.

Patrícia Callegari Warken- Diretora Presidente do Simae

**José Boiteux****CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO 005/2020**

Publicação Nº 2638307

**Resolução nº 005 de 09 de setembro de 2020****“Concede Licença ao Vereador Lindolfo Brehmer - PSDB”.**

Considerando o disposto no Artigo 43, inciso II da Lei Orgânica do Município;

Considerando o disposto no Inciso II e §2º do Artigo 240 do Regimento Interno desta casa Legislativa; e

Considerando o Requerimento nº 008/2020, de autoria do Vereador Lindolfo Brehmer, devidamente aprovado em Plenário

**A Mesa Diretora da Câmara Municipal de José Boiteux**, no uso de suas atribuições regimentais, promulga a seguinte **Resolução**:

Art. 1º Fica concedido ao Vereador Lindolfo Brehmer - PSDB, licença por período indeterminado, para tratar de assuntos particulares, a partir do dia 09 de setembro de 2020.

Art. 2º Convoca-se o suplente imediato, por meio de ofício.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário Celestino Meneghelli, 09 de setembro de 2020.

**Geovani Lunelli**

Presidente da Câmara de Vereadores

**Ivan Adriano Vendrami**  
Vice Presidente

**Gilberto dos Santos**  
1º Secretário

**Osmair da Silva**  
2º Secretário

Jupia

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020

Publicação Nº 2638043

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE JUPIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2020

Número do Registro de Preços: 11/2020		Data do Registro: 04/09/2020		Válido até: 02/09/2021			
Objeto da Compra: REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, QUANDO NO FORNECIMENTO DE 2.000M³ DE MATERIAL GRANULAR HOMOGÊNEO, COMPOSTO COM: PEDRISCO; PEDRA BRITA Nº 01; E PÓ DE PEDRA, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS RUAS, NAS AVENIDAS E NAS ESTRADAS VICINAIS, AMBAS, NESTE MUNICÍPIO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Aquisição de material granular homogêneo composto com: Pedrisco 30%; Pedra Brita nº 01 40%; e pó de pedra 30%, para pavimentação de Ruas no Perímetro Urbano e Estradas Vicinais no Interior deste Município, entregue no local da(s) obra(s), sendo: - (TRECHO 01): Rua São Paulo - entre a Avenida Cruzeiro e A Rua Mato Grosso; na Rua Mato Grosso - entre a Avenida Tupinambá e a Rua São Paulo; e na Rua Goiás - entre a Rua São Paulo e a Rua Paraiíba, sendo necessário a quantidade de 306,60m³. (TRECHO 02): na Rua Paraiíba - entre a Avenida Cruzeiro e Rua Anapá; e na Rua Ponta Porã - entre as Ruas São Paulo e Paraiíba, sendo necessário a quantidade de 131,95m³. (TRECHO 03): na Rua Santa Catarina - entre a Rua Rio de Janeiro e a Avenida Tupinambá, sendo necessário a quantidade de 47,25m³. (TRECHO 04): na Estrada Vicinal Geral, sita na Linha Morro Agudo, sendo necessário a quantidade de 1.314,60m³. Ambos definidos por Projeto de Engenharia, conforme Item nº 3.0 do Memorial Descritivo; e para uso geral nas Ruas e Estradas Vicinais neste Município a quantidade de 199,60m³. (01-01-40957)	M³	BRITADOR DAL ROSS - EIRELI (3909)	DAL ROSS	0	113.5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2020

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 11/2020		Data do Registro: 04/09/2020		Válido até: 02/09/2021			
Objeto da Compra: REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, QUANDO NO FORNECIMENTO DE 2.000M² DE MATERIAL GRANULAR HOMOGÊNEO, COMPOSTO COM: PEDRISCO; PEDRA BRITA Nº 01; E PÓ DE PEDRA, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS RUAS, NAS AVENIDAS E NAS ESTRADAS VICINAIS, AMBAS, NESTE MUNICÍPIO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			PEDREIRA KLEIN LTDA (4033)	KLEIN	0	113.5500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JUPIÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 11/2020

Número do Registro de Preços: 11/2020		Data do Registro: 04/09/2020		Válido até: 02/09/2021			
Objeto da Compra: REFERENTE AO REGISTRO DE PREÇOS, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, QUANDO NO FORNECIMENTO DE 2.000M² DE MATERIAL GRANULAR HOMOGÊNEO, COMPOSTO COM: PEDRISCO; PEDRA BRITA Nº 01; E PÓ DE PEDRA, PARA DISTRIBUIÇÃO NAS RUAS, NAS AVENIDAS E NAS ESTRADAS VICINAIS, AMBAS, NESTE MUNICÍPIO.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2020

PROCESSO Nº 18/2020

(3909) - BRITADOR DAL ROSS - EIRELI

(4033) - PEDREIRA KLEIN LTDA

Jupia, 4 de Setembro de 2020.

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
Responsável pelo Setor Compras

AUGUSTO CESAR NASCIMENTO LOUREIRO  
PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****PUBLICAÇÃO DA "LDO**

Publicação Nº 2638180

CLAUDIO BARBOSA, Presidente da Câmara de Vereadores de Jupiá, no uso de suas atribuições, atendendo as determinações do Regimento Interno da Câmara, Art. 297, Faz PUBLICAR o Projeto Lei nº 013/2020, que "DISPÕE SOBRE A ELABORAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publique-se.

Registre-se.

Sala das Sessões da Câmara, 10 de setembro de 2020.

CLAUDIO BARBOSA

Presidente

# Laguna

## PREFEITURA

### **DECRETO 6.318/2020 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639560

DECRETO Nº 6.318/2020, de 10 de setembro de 2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e, autorizado pelo artigo 6º, da Lei Municipal nº. 2.128/2019, DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento vigente do Município de Laguna, readequando a dotação orçamentária, no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) na seguinte classificação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Transporte e Obras

Recurso: 01.0000 – Recursos ordinários

Projeto/Atividade: 2.017 Secretaria de Transporte e Obras

86 – 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000/Aplicações diretas ..... R\$ 300.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica autorizado o uso em igual valor de recursos no orçamento vigente, da seguinte dotação:

Órgão: 09 – Poder Executivo

Unidade: 07 – Secretaria de Transporte e Obras Recurso: 01.0000 – Recursos ordinários

Projeto/Atividade: 2.017 Secretaria de Transporte e Obras

85 – 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000/Aplicações diretas ..... R\$ 300.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

### **DECRETO 6.319/2020 - PRORROGA A VIGÊNCIA DO DECRETO N.º 6.315/2020, QUE DISPÕE SOBRE MEDIDAS PARA ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DECORRENTE DA PANDEMIA DO COVID-19**

Publicação Nº 2639561

DECRETO Nº 6.319/2020, de 10 de setembro de 2020.

Prorroga a vigência do Decreto n.º 6.315/2020, que dispõe sobre medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do COVID-19, a serem observadas pela administração pública, pessoas jurídicas de direito público e privado, municípios e demais cidadãos, no território do Município de Laguna, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

Considerando que na Avaliação do Risco Potencial para COVID-19, que visa orientar a tomada de decisão de forma regionalizada e descentralizada para contenção da pandemia, a Região de Laguna foi classificada como RISCO POTENCIAL GRAVÍSSIMO, conforme demonstra a matriz de Risco Potencial para COVID-19 disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/> atualizado em 09 de setembro de 2020;

Considerando que a Portaria n.º 658/2020 – SES/SC, revogou o art. 9º, da Portaria n.º 592/2020 – SES/SC, passando ao Estado de Santa Catarina a responsabilidade de deliberar sobre as normas de enfrentamento ao COVID-19, de acordo com cada uma das matrizes de risco potencial;

Considerando que o Decreto Municipal n.º 6.280/2020, prorrogada pelo Decreto n.º 6.315/2020, guarda consonância com as medidas determinadas pelo Estado de Santa Catarina para a presente matriz de risco, na forma do art. 3º, da Portaria n.º 592/2020 – SES/SC,

DECRETA

Art. 1º Ficam prorrogadas as medidas para enfrentamento à emergência de saúde pública de importância nacional e internacional, decorrente do vírus COVID-19, tratadas no Decreto n.º 6.315/2020.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à data do dia 10 de setembro do ano em curso, revogando-se disposições em contrário.

MAURO VARGAS CANDEMIL

Prefeito Municipal

ANTONIO LUIZ DOS REIS  
Procurador Geral

VALÉRIA OLIVIER ALVES SOUZA  
Secretária de Saúde

## **PORTARIA INQUÉRITO ADMINISTRATIVO 02/2020 - MUNICÍPIO DE LAGUNA - SC**

Publicação Nº 2638567

### **PORTARIA 02/2020 DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO ADMINISTRATIVO**

O Prefeito Municipal de Laguna, MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente:

Considerando a Notícia de Fato nº 01.2020.00013358-4 e buscando melhor esclarecimento destes fatos.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Fica instaurado o presente INQUÉRITO ADMINISTRATIVO para verificação dos fatos contidos na notícia de fato relatada ao MPSC nº 01.2020.00013358-4, a qual será anexada aos documentos preliminares nesta sindicância.

Art. 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão terá acesso a toda a documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher depoimentos e tomar todas as medidas que entender pertinentes, inclusive podendo realizar inspeção in loco.

Art. 3º A Comissão ora constituída é integrada pelos servidores André Vargas Laureano, Mariane Vicente Zapelini e Syllas Timóteo Mariz Melo.

Parágrafo Único - A presente comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da publicação desta Portaria para concluir a apuração dos fatos, podendo requerer prorrogação fundamentada a necessidade, devendo dar ciência ao Prefeito Municipal e à Coordenadoria de Controle Interno.

Registre-se. Divulgue-se. Cumpra-se.  
Laguna, 03 de setembro de 2020.  
MAURO VARGAS CANDEMIL  
PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA

## **RESOLUÇÃO 024-2020 - APROVAR QUE TODOS OS PROJETOS REFERENTES AS EMENDAS IMPOSITIVAS, PAGAS COM RECURSO PROVENIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS, TERÃO QUE VIR VALIDADOS PELO MARCO REGULATÓRIO PARA POSTERIORMENTE SEREM RATIFICADOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CMS**

Publicação Nº 2638698

### **RESOLUÇÃO Nº 024/CMS 2020**

#### **APROVADO**

O Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº 1.802 de 01 de janeiro de 2015.

- 1- CONSIDERANDO a defesa incondicional do Sistema Único de Saúde – SUS e dos seus princípios e diretrizes constitucionais e legais;
- 2- CONSIDERANDO o preconizado pela Constituição Federal, e Leis nºs 8.142/1990, 8080/1990 e Resolução do CNS nº 333/2003 e 453/2012.
- 3- CONSIDERANDO deliberação da Reunião ordinária do dia 03 de setembro de 2020.

#### **RESOLVE**

Art. 1º Aprovar que todos os Projetos referentes as Emendas impositivas, pagas com recurso provenientes do Fundo Municipal de Saúde - FMS, terão que vir validados pelo Marco Regulatório para posteriormente serem ratificados pelo Conselho Municipal de Saúde - CMS.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Homólogo em, 04 de setembro de 2020

Sebastião Ferreira Nunes  
Presidente do CMS/Laguna

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO Nº 025/CMS 2020 - APROVAR O PLANO DE TRABALHO DO REFERENTE AO REPASSE NO VALOR DE R\$ 500.000,00 QUE SE SUCEDERÁ POR MEIO DE CONVÊNIO ENTRE A SMS E HCSBJP, COM BASE NA PORTARIA Nº 1666 DE 1º DE JULHO DE 2020**

Publicação Nº 2638612

RESOLUÇÃO Nº 025/CMS 2020

APROVADO

O Conselho Municipal de Saúde de Laguna/SC, com base em suas competências regimentais e no uso de suas atribuições, atendendo o disposto na Lei nº 1.802 de 01 de janeiro de 2015.

- 1- CONSIDERANDO a defesa incondicional do Sistema Único de Saúde – SUS e dos seus princípios e diretrizes constitucionais e legais;
- 2- CONSIDERANDO o preconizado pela Constituição Federal, e Leis nºs 8.142/1990, 8080/1990 e Resolução do CNS nº 333/2003 e 453/2012.
- 3- CONSIDERANDO deliberação da Reunião Ordinária do dia 03 de setembro de 2020.

RESOLVE

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho do referente ao repasse no valor de R\$ 500.000,00 que se sucederá por meio de convênio entre a SMS e HCSBJP, com base na portaria nº 1666 de 1º de julho de 2020.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor e passa a produzir seus efeitos a partir de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRA-SE

Homólogo em, 04 de setembro de 2020

Sebastião Ferreira Nunes  
Presidente do CMS/Laguna

Mauro Vargas Candemil  
Prefeito Municipal

# Leoberto Leal

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO REVOGADA TP Nº 001/2020 - PMLL

Publicação Nº 2638089

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO REVOGADA

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2020

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 027/2020

VITOR NORBERTO ALVES – Prefeito Municipal de Leoberto Leal, torna público que a licitação na modalidade Tomada de Preços na forma da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, visando à Reforma da Escola e Ginásio de Esportes Rio das Pedras, no Município de Leoberto Leal, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/2020, foi REVOGADA com base no art. 49 da Lei nº 8.666/93. Informações pelo e-mail: licitação@leobertoleal.sc.gov.br. Em 10/09/2020. VITOR NORBERTO ALVES – Prefeito Municipal.

### EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2020 - PMLL

Publicação Nº 2638086

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Contratos

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 038/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2020

OBJETO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: Constitui objeto do presente certame a contratação de empresa especializada para o ajuste cadastral de toda a base de imóveis urbanos do Município de Leoberto Leal. CONTRATADO: WALTER RICARDO SCHUELER, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob o nº 23.878.768/0001-68, com sede a Rua: Américo Vespúcio, nº 520, CEP: 85.887-000, Bairro Centro, Município de Matelândia, Estado do Paraná. VALOR: O valor total é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo o pagamento realizado em até 10 (dez) dias após a conclusão dos serviços, mediante emissão de nota fiscal. ENQUADRAMENTO: Art. 24, Inciso II, Lei 8.666/93. 10/09/2020. VITOR NORBERTO ALVES - Prefeito Municipal.

### PORTARIA Nº 101/2020

Publicação Nº 2638460

Portaria nº 101, de 14 de agosto de 2020.

" Concede Licença Para Atividade Política ao Servidor Municipal e dá outras providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política (afastamento do cargo e das funções) ao Servidor Edson Frutuoso, detentor da matrícula funcional nº 600, ocupante do cargo de Operador de Equipamentos II, da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos, no período de 14 de agosto à 15 de novembro de 2020, com direito à percepção dos seus vencimentos integrais, conforme estabelece art. 1º, inciso II, letra "I", da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 2º - O servidor deverá apresentar junto ao Setor de Pessoal comprovante do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, sob pena de perder a vantagem remuneratória de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 14 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA Nº 102/2020**

Publicação Nº 2638463

Portaria nº 102, de 14 de agosto de 2020.

" Concede Licença Para Atividade Política ao Servidor Municipal e dá outras providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política (afastamento do cargo e das funções) ao Servidor Edson Lopes, detentor da matrícula funcional nº 1.246, ocupante do cargo de Operador de Trator de Pneu, da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 14 de agosto à 15 de novembro de 2020, com direito à percepção dos seus vencimentos integrais, conforme estabelece art. 1º, inciso II, letra "I", da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 2º - O servidor deverá apresentar junto ao Setor de Pessoal comprovante do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, sob pena de perder a vantagem remuneratória de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 14 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA Nº 103/2020**

Publicação Nº 2638470

Portaria nº 103, de 14 de agosto de 2020.

" Concede Licença Para Atividade Política ao Servidor Municipal e dá outras providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política (afastamento do cargo e das funções) ao Servidor Nivaldo Roberto Berns, detentor da matrícula funcional nº 1.201, ocupante do cargo de Motorista, da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência social, no período de 14 de agosto à 15 de novembro de 2020, com direito à percepção dos seus vencimentos integrais, conforme estabelece art. 1º, inciso II, letra "I", da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 2º - O servidor deverá apresentar junto ao Setor de Pessoal comprovante do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, sob pena de perder a vantagem remuneratória de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 14 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA Nº 104/2020**

Publicação Nº 2638474

Portaria nº 104, de 14 de agosto de 2020.

" Concede Licença Para Atividade Política ao Servidor Municipal e dá outras providências."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para Atividade Política (afastamento do cargo e das funções) ao Servidor Odair José Martins, detentor da matrícula funcional nº 1.227, ocupante do cargo de Motorista, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no período de 14 de agosto à 15 de novembro de 2020, com direito à percepção dos seus vencimentos integrais, conforme estabelece art. 1º, inciso II, letra "I", da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990.

Art. 2º - O servidor deverá apresentar junto ao Setor de Pessoal comprovante do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, sob pena de perder a vantagem remuneratória de que trata o artigo anterior.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 14 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA Nº 105/2020**

Publicação Nº 2638480

Portaria n.º 105, de 14 de agosto de 2020.

"Exonera Servidora Municipal e dá outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a Senhorita BRUNA PRIM, Servidora Municipal inscrita sob a matrícula nº 1.774, nomeada no cargo em comissão de Assessora de Assuntos Administrativos, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 14 de agosto de 2020.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

VITOR NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES

Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA Nº 106/2020**

Publicação Nº 2638484

Portaria n.º 106, de 14 de agosto de 2020.

"Exonera Servidor Municipal e dá outras Providências"

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar o Senhor CARLOS ALBERTO COELHO, Servidor Municipal inscrito sob a matrícula nº 1.772, nomeado no cargo em comissão de Assessor de Assuntos Administrativos, com lotação no Gabinete do Prefeito, a partir de 14 de agosto de 2020.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionando sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 14 de agosto de 2020.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA Nº 107/2020**

Publicação Nº 2638486

Portaria nº107, de 31 de agosto de 2020.

“ Concede Férias aos Servidores Municipais e dá outras providências”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418 de 10 de Agosto de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedido Férias, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor	Período Aquisitivo	Período do Gozo
01	1310	Agnaldo Cruz dos Santos Nascimento	2019 a 2020	Agosto/2020
02	1976	Barbara de Souza Marian	2019 a 2020	Agosto/2020
03	1671	Daiani Andre Meurer	2019 a 2020	Agosto/2020
04	1968	Fabiana Aparecida Martins	2019 a 2020	Agosto/2020
05	1263	Fernando Lopes	2018 a 2019	Agosto/2020
06	1771	Henriquiana Elias	2019 a 2020	Agosto/2020
07	365	Inesio Antonio Bratfisch	2017 a 2018	Agosto/2020
08	608	Irene Maria da Cunha Otto	2019 a 2020	Agosto/2020
09	1461	Josi Hoffmann	2018 a 2019	Agosto/2020
10	1051	Marcos Rodrigo Kreusch	2016 a 2017	Agosto/2020
11	1070	Silvia C. Gonçalves Rubick	2018 a 2019	Agosto/2020
12	1910	Viviane Miguel	2019 a 2020	Agosto/2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 31 de agosto de 2020.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal  
Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

**PORTARIA Nº 108/2020**

Publicação Nº 2638489

Portaria nº 108, de 31 de agosto de 2020.

“ Concede Licença Prêmio aos Servidores Municipais e dá outras providências.”

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 66, inciso VII da Lei Orgânica do Município e em atenção à Lei Municipal 418, de 10 de Agosto de 1990,

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica Concedido Licença Prêmio, aos servidores municipais, da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal – SC, conforme segue abaixo:

Ordem	Mat.	Nome do Servidor (a)	Período Aquisitivo	Período do Gozo
01	1295	Bruna Marian Erhardt	2013 a 2016	Agosto 2020
02	372	Marcilei Farias	2013 a 2015	Agosto 2020
03	1384	Olegario José Hilleshein	2017 a 2020	Agosto 2020
04	1657	Rosimeri Schmitt Scheidt	2017 a 2020	Agosto 2020

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionado sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal, 31 de agosto de 2020.  
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.  
VITOR NORBERTO ALVES  
Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se.

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES  
Secretária de Administração, Contabilidade e Finanças

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2020

Publicação Nº 2638052

EDITAL Nº 03/2020  
CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Comissão de Finanças Orçamento e Fiscalização Financeira, no uso de suas atribuições legais.

#### RESOLVE

Art. 1º. Convocar Audiência Pública, a ser realizada no dia 22 de setembro de 2020, às 17h30min., tendo como local o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, em cumprimento ao disposto no § 4º, do Art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, a fim de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2020.

Art. 2º. Para a Audiência Pública, ficam convocados os titulares e suplentes da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, os representantes do Poder Executivo do Município de Lindóia do Sul e convidados todos os demais Vereadores e cidadãos Lindoienses maiores de 16 anos.

Lindóia do Sul, 10 de setembro de 2020.

Neudi Angelo Bertol

Presidente

Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira

### PORTARIA Nº 214, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639418

PORTARIA Nº 214, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Prorroga prazo de conclusão do Processo Administrativo Disciplinar n. 1/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município, Considerando os argumentos lançados na justificativa apresentada pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 01/2020.

#### RESOLVE

Art. 1º. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos do Processo Administrativo Disciplinar n. 1/2020, instaurado pela Portaria n. 90, de 06 de março de 2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina do dia 09 de março de 2020, edição n. 3.076, pg. 1.033.

Art. 2º. A prorrogação de que trata o art. 1º, contar-se-á a partir do dia 08/09/2020.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Lindóia do Sul, 09 de Setembro de 2020.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 133/2020

Publicação Nº 2638016

DECRETO Nº 133/2020  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão nº 67/2020 em 10 de setembro de 2020, pela Pregoeira e Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 67/2020, para Contratação de empresa especializada para coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final do lixo hospitalar do Município de Lontras. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 10 de setembro de 2020.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO

### DECRETO Nº 134/2020

Publicação Nº 2638662

DECRETO Nº 134 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE AS MEDIDAS DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À PANDEMIA CAUSADA PELO COVID-19"

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 97, inciso I, alínea "j", da Lei Orgânica do Município de Lontras,

CONSIDERANDO que em 03 de fevereiro de 2020, a Portaria nº 188 do Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV), estabelecendo-se o Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV) como mecanismo nacional da gestão coordenada da resposta à emergência no âmbito nacional;

CONSIDERANDO que no dia 06 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei nº 13.979 que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019 e que o artigo 3º da referida lei, prevê que para enfrentamento da emergência de saúde decorrente do coronavírus, as autoridades poderão adotar, no âmbito de suas competências, várias medidas, dentre outras, podendo ser imposta medida de quarentena, isolamento, estudo e investigação epidemiológica etc.;

CONSIDERANDO que o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art. 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020 e suas alterações, que declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense;

CONSIDERANDO que o § 8º do art. 3º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, determina que as medidas de enfrentamento ao coronavírus deverão resguardar o exercício e o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais;

CONSIDERANDO a decisão constante da Ação Civil Pública nº 5057977-49.2020.8.24.0023/SC promovida pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina em face do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que de acordo com a matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 do Governo do Estado de Santa Catarina (disponível em: <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>), a região da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI) continua enquadrada no risco potencial gravíssimo;

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual nº 630/2020 e das Portarias da Secretaria de Estado da Saúde (SES) 258/2020, 464/2020, 592/2020 e em especial da Portaria SES 658/2020, que retirou a autonomia decisória dos Municípios e das regiões de saúde quanto à flexibilização ou liberação de atividades;

CONSIDERANDO a Resolução DIR 016/2020 da AMAVI, de 04 de setembro de 2020;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 09 de setembro de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVÍSSIMO (4) para GRAVE (3) na matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 do Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO o estabelecido no artigo 4º da Portaria SES nº 592/2020 alterado pela Portaria SES 658/2020;

#### DECRETA:

Art. 1º As medidas sanitárias de enfrentamento da COVID-19 a serem implementadas no Município são as previstas no artigo 3º da Portaria

SES nº 592/2020 alterado pela Portaria SES 658/2020, cujo ato normativo determina a adoção das seguintes medidas:

I - suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não;

II - suspensão de atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, assim como de eventos, shows e espetáculos que acarretem reunião de público;

III - suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio e educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

IV - suspensão de concentração e de permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivo, como parques, praias e praças, com exceção da prática de esportes individuais;

V - suspensão de conferências públicas ou privadas que acarretem aglomeração de pessoas, excepcionadas as missas e cultos religiosos;

VI - autorização de funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais.

VII - fiscalização e encerramento das atividades de estabelecimentos que não estejam atendendo às normas sanitárias de prevenção à COVID-19, sejam elas orientadas por regramento específico ou geral, como uso obrigatório de máscara, distanciamento entre pessoas, prioridade à ventilação natural e disponibilização de álcool 70% para higienização das mãos;

VIII - autorização de funcionamento, condicionada ao cumprimento de Portarias SES que regulamentam protocolos sanitários específicos, das seguintes atividades:

- a) bares e restaurantes de atendimento no local;
- b) academia de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, Danças, Escolas de Natação, Hidroginástica, Hidroterapia, Academias de Lutas e áreas afins.
- c) shopping centers, galerias, centros comerciais, comércio de rua e no geral;
- d) supermercados e lojas de departamento;
- e) atividades relacionadas ao turismo, que já possuam regramento específico, como hotéis, pousadas, albergues e afins, ficando restritas às demais atividades relacionadas até a respectiva regulamentação por meio de Portaria;
- f) transporte coletivo urbano municipal, bem como transporte por táxis e aplicativos de mobilidade urbana;
- g) eventos e competições esportivas profissionais de automobilismo e futebol, sem presença de público, bem como o treinamento com ou sem bola;
- h) eventos públicos de entretenimento na modalidade drive-in;
- i) atividade exercida por empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas;
- j) serviços de delivery;
- k) leilões de bovinos;
- l) agências bancárias, correspondentes bancários, lotéricas e cooperativas de crédito;
- m) profissionais autônomos ou liberais de saúde;
- n) construção civil, obras de infraestrutura e atividades correlacionadas;
- o) aulas práticas de cursos técnicos, atividades de ensino presencial em estabelecimentos acadêmicos públicos e privados nas modalidades de ensino superior e pós-graduação, bem como aulas teóricas nas dependências do DETRAN e centro de formação de condutores.

§1º A suspensão da circulação de veículos de transporte intermunicipal de passageiros será avaliada e definida por ato específico e conjunto do Secretário de Estado da Saúde e do Secretário de Estado da Infraestrutura e Mobilidade.

§2º Consideram-se serviços públicos essenciais os previstos nos Decretos Federal nº 10.282/2020 e Estadual nº 562/2020, e em suas normas complementares, bem como os disciplinados no Anexo único deste Decreto e os que vierem a ser considerados como essenciais em ato normativo municipal.

§3º De acordo com a Portaria SES nº 664 de 03/09/2020 vigente nesta data, fica autorizada a retomada do futebol recreativo, que poderá ocorrer exclusivamente para atletas com idade igual ou superior a 16 anos e em dias alternados, observadas as demais medidas determinadas na referida Portaria.

Art. 2º As medidas sanitárias a serem observadas na execução das atividades autorizadas a funcionar são as publicadas no site oficial do Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até que novas medidas sejam determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina ou até que a região da AMAVI venha a ter alterada sua classificação na matriz estadual de avaliação de risco.

Lontras/SC, 10 de setembro de 2020.

MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO MUNICIPAL

Anexo  
Especificação dos Serviços Públicos Essenciais

- I – Serviços de assistência à saúde, incluídos os serviços médicos e hospitalares;
- II – Serviços de assistência social e atendimento à população em estado de vulnerabilidade;
- III – Serviços e atividades de segurança pública, incluídas a vigilância;
- IV – Órgão e atividades da defesa civil;
- V - Telecomunicações e internet;
- VI - Captação, tratamento e distribuição de água;
- VII – Captação, tratamento e destinação de esgoto e lixo;
- VIII - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluído a manutenção das centrais geradoras e dos sistemas de transmissão e distribuição de energia;
- IX - Iluminação pública;
- X - Serviços funerários;
- XI - Vigilância sanitária, epidemiológica e fitossanitária;
- XII - Inspeção de alimentos, produtos e derivados de origem animal e vegetal;
- XII - Controle de trânsito e tráfego, aéreo, aquático ou terrestre;
- XIII - Fiscalização ambiental;
- XIV - Atividade de assessoramento em resposta às demandas que continuem em andamento e às urgentes;
- XV - Atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e demais atividades essenciais;

**EDITAL 71/2020**

Publicação Nº 2638724

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 71/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MARMITAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS FUNCIONÁRIOS DA PREFEITURA MUNICIPAL. Entrega dos Envelopes: até às 08:30h do dia 23/09/2020; Abertura dos Envelopes: as 09:00h do dia 23/09/2020. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site [www.lontras.sc.gov.br](http://www.lontras.sc.gov.br) – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 10 de setembro de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**EXTRATO DE CONTRATO 51/2020**

Publicação Nº 2638333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
CREDENCIAMENTO N.º 51/2020  
EXTRATO DE CONTRATO 51.2020

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO ORIENTADOR SOCIAL OU EDUCADOR SOCIAL PARA O CREAS. Contratada: Lauana Grazieli Forbici, CPF 091.049.139-90. Valor: R\$ 17,00 (dezessete reais) por hora. Prazo: do dia 01/10/2020 até 31/12/2020. Lontras, 10 de setembro de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**EXTRATO DE CONTRATO 67.2020**

Publicação Nº 2638015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LONTRAS  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE LONTRAS. Contratada: GTA GESTAO AMBIENTAL LTDA, inscrito no CNPJ sob n.º 04.813.163/0001-44. Valor: R\$ 20,59 (vinte reais e cinquenta e nove centavos) por quilo. Totalizando um valor estimado para o período de 12 (meses) no montante de R\$ 30.885,00 (trinta mil oitocentos e oitenta e cinco reais). Prazo: 12 (doze) meses. Lontras, 10 de setembro de 2020. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

**Luiz Alves****PREFEITURA****DECRETO N.º 189/2020**

Publicação Nº 2638920

DECRETO N.º 189/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 51.279,00 (cinquenta e um mil, duzentos e setenta e nove reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

2.030 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 9

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 40.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operações entre Órgãos

Código Reduzido: 11

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 10.000,00

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

8.244.15.2.043 – Manutenção das Atividades de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 4.40.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 7

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.279,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

2.030 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 6

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 50.000,00

Órgão: 16 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Assistência Social

8.244.15.2.043 – Manutenção das Atividades de Proteção Social Básica

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 5

Fonte de Recursos: 0.1.00.0098 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 1.279,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 08 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO N.º 190/2020**

Publicação N° 2638924

DECRETO N.º 190/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 115.000,00 (cento e quinze mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

2.034 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 18

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 100.000,00

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 20

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 15.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes das anulações das dotações abaixo descrita na mesma importância:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

2.034 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 17

Fonte de Recursos: 0.1.02.0502 – Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde

Valor: R\$ 115.000,00

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 09 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**DECRETO N.º 192/2020**

Publicação N° 2638929

DECRETO N.º 192/2020

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso I da Lei Orçamentária para o exercício de 2020 - Lei Municipal n.º 1.795, de 27 de novembro de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 15 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.13.2.034 – Manutenção das Atividades de Atenção Básica na Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 17

Fonte de Recursos: 0.2.38.0007 – COVID-19 – Portaria 1.666/2020 - Saúde

Valor: R\$ 342.000,00

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Código Reduzido: 18

Fonte de Recursos: 0.2.38.0007 – COVID-19 – Portaria 1.666/2020 - Saúde

Valor: R\$ 25.000,00  
10.303.13.2.036 – Manutenção da Assistência Farmacêutica  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas  
Código Reduzido: 25  
Fonte de Recursos: 0.2.38.0007 – COVID-19 – Portaria 1.666/2020 - Saúde  
Valor: R\$ 15.000,00  
Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
Código Reduzido: 35  
Fonte de Recursos: 0.2.38.0007 – COVID-19 – Portaria 1.666/2020 - Saúde  
Valor: R\$ 33.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recurso proveniente do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2020, por conta dos Recursos do COVID-19 – Portaria 1.666/2020 - Saúde, na importância de R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais), dos recursos.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 10 de setembro de 2020.  
MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## DECRETO N.º 193/2020

Publicação Nº 2639559

### DECRETO N.º 193/2020

Dispõe sobre novas medidas gerais para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19, altera o Decreto Municipal n.º 175/2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil e os incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em 11 de março de 2020, em decorrência da infecção humana pela COVID-19, configurando emergência em saúde pública de importância internacional;

CONSIDERANDO o inciso II do artigo 23 da Constituição Federal que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde pública;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV);

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 592, de 17 de agosto de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde, que estabelece critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação de Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO que a região da Foz do Rio Itajaí, da qual o Município de Luiz Alves pertence, foi classificada como grave pela Avaliação de Risco Potencial para COVID-19 realizada pelo Estado de Santa Catarina, possibilitando a adoção de diferentes medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 625, de 21 de agosto de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde, que define critérios e autoriza a retomada dos eventos e competições esportivas do automobilismo e motociclismo;

CONSIDERANDO a Portaria n.º 664, de 03 de setembro de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde, que define critérios para a retomada do futebol recreativo;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade da prorrogação das ações fixadas por meio do Decreto Municipal n.º 175, de 12 de agosto de 2020, para enfrentamento à emergência em saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19;

### DECRETA:

Art. 1º A fim de dar integral cumprimento, no âmbito do Município de Luiz Alves, às medidas fixadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina e pela Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, ficam prorrogados, por mais 15 (quinze) dias, os prazos previstos nos caputs dos artigos 1º e 2º do Decreto Municipal n.º 175, de 12 de agosto de 2020.

Art. 2º Ficam alterados os incisos II, III e IV do artigo 2º do Decreto Municipal n.º 175, de 12 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º (...)

(...)

II - as atividades em cinemas, teatros, casas noturnas, museus, parques temáticos, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos, públicos ou privados, com exceção dos eventos autorizados pelo Decreto Municipal n.º 193/2020;

III - utilização de espaços de academias ao ar livre, playgrounds, parques, praças, clubes sociais e afins, com exceção das modalidades autorizadas pelo Decreto Municipal n.º 193/2020;

IV - esportivas coletivas, inclusa qualquer prática amadora de atividade esportiva coletiva, em áreas públicas ou privadas, com exceção das modalidades autorizadas pelo Decreto Municipal n.º 193/2020;

(...)

Art. 3º Fica autorizada a retomada dos jogos municipais de futebol e futsal recreativo em campos e quadras para atletas com idade igual ou superior a 16 anos, conforme regulamentado pela Portaria n.º 664, de 03 de setembro de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde, desde que sejam observadas, de forma integral, as seguintes disposições:

I - os jogos na quadra e campo somente podem ocorrer no mesmo local em dias alternados;

II - nos dias das partidas, somente podem acessar o local e suas dependências as pessoas diretamente envolvidas e em número reduzido ao mínimo necessário para sua execução, sem comprometimento de ordem organizacional e segurança;

III - todos os praticantes e demais presentes no local devem usar máscara, podendo o jogador retirar somente quando estiver efetivamente jogando;

IV - os árbitros devem fazer uso de máscaras, face shield (máscara escudo) e apitos eletrônicos durante os jogos;

V - ficam proibidas as seguintes condutas nos dias em que ocorrerem as partidas:

a) as rodas de aquecimento e confraternização, antes e após jogo, assim como o cumprimento físico inicial e final entre os praticantes;

b) o uso de churrasqueiras para confraternizações;

c) a presença de acompanhantes dos jogadores;

d) o uso de coletes que identificam os times;

e) a utilização de vestiários;

f) a utilização das arquibancadas;

g) a troca de lado pelas equipes participantes do jogo.

VI - cada participante deve chegar no evento devidamente uniformizado e portar sua própria toalha e garrafa de água com identificação, ficando vedada a troca de roupas e o compartilhamento de objetos durante os jogos;

VII - as equipes podem participar com no máximo 12 (doze) jogadores e a comissão técnica poderá ter no máximo 2 (dois) integrantes;

VIII - os organizadores do evento deverão implementar, durante todas as partidas, as seguintes medidas:

a) divulgar, em local visível, as informações de prevenção à COVID-19 estabelecidas pelo Município de Luiz Alves para estas atividades;

b) realizar agendamento para utilização do campo ou quadra por meio eletrônico, evitando filas ou aglomerações;

c) liberar acesso ao campo ou quadra somente para as pessoas cadastradas para o horário agendado;

d) permitir a entrada nas dependências do local dos jogos somente mediante a aferição de temperatura por método digital por infravermelho, cuja temperatura de corte será o máximo de 37,5º C;

e) impedir de entrar e participar do evento o participante ou trabalhador que apresente temperatura corporal maior ou igual a 37,5º C ou sintomas gripais, como por exemplo: tosse seca ou produtiva, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, devendo ser orientado a procurar uma unidade de assistência à saúde do município;

f) impedir de entrar e participar do evento, por um período de 10 (dez) dias, o participante ou trabalhador que tiver contato próximo com uma pessoa infectada pela COVID-19;

g) limitar o número de pessoas ao estritamente necessário para o funcionamento da atividade;

h) coletar os dados das pessoas que estiverem no local, fazendo constar em uma lista o nome completo, RG, CPF, endereço, telefone de contato, além de local e cronograma constando o agendamento das partidas, devendo estas informações ficarem sob a guarda do responsável pelo local por, pelo menos, 14 (quatorze) dias;

i) controlar o uso de áreas comuns, como sanitários, e a sua utilização para evitar agrupamentos;

j) adaptar bebedouros do tipo jato inclinado, de modo que somente seja possível o consumo de água com o uso de copo descartável;

k) disponibilizar em pontos estratégicos do local do evento (áreas onde ocorre a circulação de pessoas) locais para adequada lavagem das mãos e dispensadores de álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, devendo ser orientada e estimulada a constante higienização das mãos;

l) definir intervalo de 15 (quinze) minutos entre as partidas, para higienização das bolas, bancos de reserva, cadeiras, traves e da quadra com aplicação pulverizada de uma solução de água sanitária com diluição de 1 (um) copo (250 ml) de água sanitária para 1 (um) litro de água ou 1 (um) copo (200 ml) de alvejante para 1 litro de água;

m) realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade;

n) intensificar a desinfecção com álcool 70% ou sanitizantes de efeito similar dos utensílios, superfícies, equipamentos, maçanetas, balcões, mesas, interruptores, sanitários entre outros, respeitando a característica do material quanto à escolha do produto;

o) manter os lavatórios dos sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento;

p) manter todos os ambientes ventilados, com portas e janelas abertas, sempre que possível;

q) adotar medidas internas para evitar a transmissão da COVID-19, priorizando o afastamento das pessoas que pertencem a grupos de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, obesos e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento.

§ 1º A liberação para a prática esportiva nas quadras e campos ficará condicionada a apresentação, pelo responsável do local, de um plano de retorno às atividades de futebol ou futsal recreativo e cópia do alvará de localização e funcionamento do presente ano à Vigilância Sanitária Municipal.

§ 2º Fica vedada a realização de torneios, festivais, campeonatos e similares que possam acarretar aglomeração de pessoas.

Art. 4º Os eventos e competições esportivas de automobilismo e motociclismo poderão ser realizados no âmbito municipal, conforme estabelecido pela Portaria n.º 625, de 21 de agosto de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde, desde que sejam adotadas, integralmente, as seguintes medidas:

I - no dia do evento somente será permitida a participação de pilotos, mecânicos e demais profissionais envolvidos na organização, que

- tenham feito a testagem por meio de testes rápidos para COVID-19 em até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da competição, a qual deverá ser refeita a cada 72 (setenta e duas) horas durante a permanência do evento;
- II - a equipe que tenha um de seus membros testado positivo ficará impedida de participar;
- III - todas as pessoas devem fazer o uso de máscaras durante o evento;
- IV - as equipes deverão intensificar a higienização de equipamentos, ferramentas, capacetes e equipamentos com painéis eletrônicos de contato físico;
- V - fica terminantemente proibida a presença de público no evento enquanto durar a situação de emergência em saúde pública;
- VI - as competições não devem ser divulgadas, a fim de evitar aglomerações de pessoas para assistir o evento;
- VII - a competição deverá ser realizada, levando em conta o menor número possível de pessoas, garantindo segurança para todos os participantes das provas e equipe organizadora;
- VIII - no espaço de apoio mecânico, manter o distanciamento interpessoal de 1,50 metros, bem como respeitar a capacidade máxima de pessoas;
- IX - na necessidade de boxes para a realização do evento, estes devem ser montados com tendas ventiladas;
- X - somente podem acessar o local do evento e suas dependências as equipes participantes, a equipe organizadora e os demais trabalhadores envolvidos no evento;
- XI - equipes técnicas de montagem dos boxes, placas e demais materiais dos patrocinadores podem acessar o local somente para afixar material de propaganda ou similar, até quatro horas antes do início do evento, ficando proibida a sua permanência durante o mesmo, e na eventual necessidade de retirada do material de propaganda, fica definido que só poderá ser realizada após duas horas do término do evento;
- XII - durante o período de realização das competições, ficam proibidas todas as atividades comerciais de venda de bebidas alcoólicas localizadas no local do evento, pelo período de duas horas antes até duas horas após o encerramento das competições do dia.
- XIII - fica proibida a realização de todo e qualquer comércio ambulante, assim como o funcionamento de estacionamentos particulares, no raio de 500 (quinhentos) metros em relação ao local do evento;
- XIV - o acesso à imprensa deverá ser limitado, garantindo-se o distanciamento social.

§ 1º Ficam estabelecidas, ainda, as seguintes medidas a serem implementadas pelos organizadores do evento disposto no caput deste artigo:

- disponibilizar álcool 70% em pontos estratégicos em todo o local do evento para a higienização das mãos;
- prover todos os sanitários com sabonete líquido, papel toalha descartável e lixeiras acionadas por pedal;
- intensificar a limpeza e a desinfecção de todos os ambientes com água e sabão, álcool 70%, hipoclorito de sódio ou outro produto de efeito similar, conforme as especificações de uso pelo fabricante;
- divulgar em local visível as informações de prevenção à COVID-19 estabelecidas pelo Município de Luiz Alves;
- na existência de bebedouros, realizar a adaptação dos mesmos para o tipo jato inclinado, de modo que somente seja possível o consumo de água com o uso de copo descartável;
- em ambientes climatizados, manter o ar-condicionado com os filtros e dutos regularmente limpos e a manutenção em dia;
- adotar medidas internas para evitar a transmissão da COVID-19 no ambiente dos eventos e competições, priorizando o afastamento das pessoas pertencentes a grupos de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes, obesos e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento;
- utilizar barreiras físicas de proteção nos acessos de entrada e saída, sendo priorizados acessos distintos, a fim de evitar o cruzamento de fluxo entre os competidores e equipes;
- realizar rígido controle de acesso ao local, com credenciamento nominal e apresentação de documento de identificação de todos os que forem adentrar a praça desportiva, parque de manutenção ou apoio, mantendo o número mínimo de profissionais, a fim de evitar agrupamento de pessoas;
- permitir a entrada nas dependências do local do evento somente mediante a aferição de temperatura por método digital por infravermelho, cuja temperatura de corte será o máximo de 37,5° C;
- impedir de entrar e participar do evento o participante ou trabalhador que apresente temperatura corporal maior ou igual a 37,5° C ou sintomas gripais, como por exemplo: tosse seca ou produtiva, dor no corpo, dor de garganta, congestão nasal, dor de cabeça, falta de ar, devendo ser orientado a procurar uma unidade de assistência à saúde do município;
- impedir de entrar e participar do evento, por um período de 10 (dez) dias, o participante ou trabalhador que tiver contato próximo com uma pessoa infectada pela COVID-19.

Art. 5º As autorizações previstas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES,

Em, 10 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 371/2020**

Publicação N° 2638965

PORTARIA N.º 371/2020

Concede férias a Diretor do Departamento de Trânsito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias ao Diretor do Departamento de Trânsito, Sr. THIAGO FELIPE SUTIL DE OLIVEIRA, com início no dia 08 de setembro de 2020 e término no dia 12 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 04 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 372/2020**

Publicação N° 2638971

PORTARIA N.º 372/2020

Altera regime de trabalho de servidores públicos municipais, como medida emergencial para o enfrentamento da situação de emergência decorrente da pandemia pelo coronavírus – COVID-19, nos termos da Lei Municipal n.º 1.807/2020 e altera as Portarias n.º 239/2020 e n.º 254/2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município; e

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 62, de 12 de abril de 2020, que alterou os Decretos Municipais n.º 45/2020 e n.º 48/2020, que dispõem sobre medidas de combate e proteção ao contágio do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, que dispõe sobre medidas administrativas a serem adotadas no âmbito do Poder Executivo do Município de Luiz Alves para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID-19;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar, nos termos da alínea "d" do inciso II do artigo 2º da Lei Municipal n.º 1.807, de 29 de abril de 2020, regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 83, de 04 de maio de 2020, o regime de trabalho dos servidores públicos municipais abaixo elencados, vinculados à Secretaria Municipal de Educação, para suspender a realização de suas atividades e formar banco de horas para compensação futura:

I – LIAMAR SCHMITZ ERBS, zeladora;

II – MAURO EVELAR FUCK, motorista.

Art. 2º O regime de compensação de banco de horas perdurará enquanto estiver mantida a situação de emergência estabelecida pela pandemia decorrente do COVID-19.

Art. 3º Ficam revogados o inciso IV do artigo 2º da Portaria n.º 239/2020 e o inciso III do artigo 1º da Portaria n.º 254/2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 04 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal  
e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 373/2020**

Publicação N° 2638973

PORTARIA N.º 373/2020

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª ANA BEATRIZ DE PAULA, assistente social junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com início no dia 16 de setembro de 2020 e término no dia 25 de setembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 09 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 374/2020**

Publicação N° 2638978

PORTARIA N.º 374/2020

Concede férias à servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª ANDRÉA ALTINI, assistente social junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com início no dia 28 de setembro de 2020 e término no dia 07 de outubro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 09 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA N.º 375/2020**

Publicação N° 2638980

PORTARIA N.º 375/2020

Nomeia servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear a servidora Sr.ª ROSIANE FURTADO DA CUNHA, para o cargo de técnica em enfermagem, junto à Secretaria Municipal de Saúde, em razão de sua aprovação no Concurso Público n.º 01/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 14 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 10 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -  
[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva  
Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA N.º 376/2020**

Publicação Nº 2638981

### **PORTARIA N.º 376/2020**

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 11 de março de 2020, em decorrência da infecção humana pela COVID-19, configurando emergência em saúde pública de importância internacional;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 175, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre medidas gerais para enfrentamento da emergência de saúde pública do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e vigilância das famílias assistidas pelos agentes comunitários de saúde, especialmente diante da pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que este profissional é incumbido de orientar a população sobre medidas de prevenção e sintomas da COVID-19, bem como é responsável por realizar diversas outras ações voltadas ao enfrentamento desta pandemia, conforme as "Recomendações para adequação das ações dos agentes comunitários de saúde frente à atual situação epidemiológica referente à COVID-19", do Ministério da Saúde; CONSIDERANDO o inciso XII da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, alterada pela Lei Federal n.º 14.023, de 08 de julho de 2020, que considera os agentes comunitários de saúde como profissionais essenciais ao controle de doenças e manutenção da ordem pública;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª DAIANE FLAMINO PIRES, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar a função de agente comunitária de saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 14 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 10 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

## **PORTARIA N.º 377/2020**

Publicação Nº 2638984

### **PORTARIA N.º 377/2020**

Contrata servidora em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 1.025, de 09 de setembro de 2002, alterada pela Lei Municipal n.º 1.676, de 21 de junho de 2017, que autoriza a Administração Pública Municipal a contratar servidor por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia pela Organização Mundial da Saúde – OMS, em 11 de março de 2020, em decorrência da infecção humana pela COVID-19, configurando emergência em saúde pública de importância internacional;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Estadual n.º 562, de 17 de abril de 2020, que dispõe sobre a adoção de medidas voltadas ao enfrentamento do estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à epidemia do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal n.º 175, de 12 de agosto de 2020, que dispõe sobre medidas gerais para enfrentamento da emergência de saúde pública do coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e vigilância das famílias assistidas pelos agentes comunitários de saúde, especialmente diante da pandemia da COVID-19;

CONSIDERANDO que este profissional é incumbido de orientar a população sobre medidas de prevenção e sintomas da COVID-19, bem como é responsável por realizar diversas outras ações voltadas ao enfrentamento desta pandemia, conforme as "Recomendações para

adequação das ações dos agentes comunitários de saúde frente à atual situação epidemiológica referente à COVID-19”, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO o inciso XII da Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, alterada pela Lei Federal n.º 14.023, de 08 de julho de 2020, que considera os agentes comunitários de saúde como profissionais essenciais ao controle de doenças e manutenção da ordem pública;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário, a servidora Sr.ª JAQUELINE PRISCILA MOJE, junto à Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar a função de agente comunitária de saúde, nos termos da Lei Municipal n.º 1.025/2002.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 14 de setembro de 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 10 de setembro de 2020.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar Lorenceti da Silva

Secretário Municipal de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### PORTARIA 157/20

Publicação N° 2639459

PORTARIA N° 157/20 de 08 de Setembro de 2020.

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER o gozo de férias regulamentares aos servidores abaixo, relacionado conforme período aquisitivo e de gozo descritos:

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
Tiago Fagonde de Moraes	Diretor de Desenvolvimento Econômico e Inovação e Administração da ITL	23/01/2018 a 22/01/2019	09/09/2020 a 23/09/2020
Zélia Terezinha Tedesco	Agente de Copa e Limpeza	01/04/2018 a 31/03/2019	09/09/2020 a 18/09/2020

Art.2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 08 de setembro de 2020.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

# Macieira

## PREFEITURA

### AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO\_ PROCESSO LICITATÓRIO N° 0030/2020

Publicação N° 2638982

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO N° 0012/2020  
TIPO MENOR PREÇO POR ITEM  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 0030/2020

O MUNICÍPIO DE MACIEIRA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Rua José Augusto Royer, 133, Centro, na cidade de Macieira - SC, representado pelo Sr. ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como Lei n° 10.520/2002, Decreto Federal n° 10.024/2019, Decreto Municipal n° 1916/2020 alterado pelo Decreto n° 1919/2020, torna público e leva ao conhecimento das empresas interessadas, no ramo pertinente, que:

Considerando o exposto no Parecer Jurídico em anexo, considerando a resposta da secretaria solicitante, considerando ainda a capacidade do caminhão equipado com plataforma para transporte pertencente a frota municipal, RESOLVE nos termos do parecer NÃO ACOLHER, a impugnação da empresa MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA.

E desta feita Reabrir o Processo Licitatório n° 0030/2020, na modalidade PREGÃO ELETRONICO n° 0012/2020, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, conforme especificações a seguir:

Objeto: Aquisição de uma Escavadeira hidráulica, nova, (zero horas), conforme especificações do Anexo I do Edital

Valor Máximo: R\$ 447.820,00 (quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e vinte reais), conforme estabelecido no Anexo VI do Edital.

Recebimento das propostas: do dia 14/09/2020, às 09h00 ao dia 23/09/2020, às 08h30.

Limite para impugnação ao edital: até o dia 17/09/2020 às 13h00.

Abertura das propostas/Sessão Pública: dia 23 de setembro de 2020, às 09h00.

Site: Portal de Compras do Governo Federal – [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Maiores esclarecimentos relativos a presente licitação e às demais condições de seu objeto, bem como Edital na íntegra e seus avisos poderão ser obtidas diretamente no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Macieira no endereço citado no preâmbulo deste, através do e-mail [compras2@macieira.sc.gov.br](mailto:compras2@macieira.sc.gov.br) e [compras3@macieira.sc.gov.br](mailto:compras3@macieira.sc.gov.br), no site do Município em [www.macieira.sc.gov.br](http://www.macieira.sc.gov.br), ou ainda através do telefone (49) 3574-2000, ramal 2017, de segunda à sexta-feira, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min.

Macieira – SC, 10 de setembro de 2020.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

PREGOEIRA

### PUBLICAÇÃO RESUMIDA\_ CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 0001/2020 FMAS

Publicação N° 2638368

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA

Processo Licitatório n° 0001/2020

Pregão Eletrônico n° 0001/2020

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Piso laminado, com concomitante serviço de aplicação e entrega de todos os materiais necessários, a ser entregue no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, situado na Rua Severino José Constantini, n° 35, Centro, Macieira/SC, conforme especificações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Vigência do Contrato: Até 31 de dezembro de 2020 conforme Contrato Administrativo.

Pagamento: Em até 30 (trinta) dias após a entrega e emissão da Nota Fiscal.

Fiscal do Contrato: Fica designada a Secretária Municipal de Assistência Social a Srª Leida Maurina para acompanhar e fiscalizar os contratos, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal n° 8.666/93, e de acordo com o estabelecido na Portaria n° 4442/2020.

Para maiores informações, reclamações ou sugestões poderão ser obtidas junto aos Secretários através do telefone (49) 3574 2000.

Contrato Administrativo n° 0001/2020

Contratada: CIDIMAR DA ROSA ME.

Valor global: R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

Macieira/SC, 08 de setembro 2020.

REJANE SPANHOLO ABRAÃO

PREGOEIRA

# Mafra

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4362 DE 26 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2638625

DECRETO Nº 4362

DE 26 DE AGOSTO DE 2020

ATUALIZA A BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Considerando a necessidade de atualizar anualmente os valores dos tributos municipais, tendo em vista a inflação do período, objetivando compensar a perda de valor da moeda; e

Considerando que através de decreto o Município pode atualizar tributos utilizando percentual igual ou inferior a índice oficial de correção monetária, conforme se extrai da Súmula nº 160 do Superior Tribunal de Justiça e do inciso II e § 2º, ambos do art. 97, do Código Tributário Nacional - Lei nº 5172, de 25 de Outubro de 1966.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município:

#### DECRETA

Art. 1º Fica atualizada a base de cálculo dos tributos municipais para o exercício de 2021, a partir de 1º de janeiro de 2021, pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE/INPC, que registrou no período de agosto de 2019 a julho de 2020 uma variação de 2,72% (dois vírgula setenta e dois por cento).

ANO	MÊS	ÍNDICE NOMINAL	ÍNDICE ACUMULADO
2019	Agosto	0,12	0,1231
	Setembro	-0,05	-0,0514
	Outubro	0,04	0,0411
	Novembro	0,54	0,5551
	Dezembro	1,22	1,2586
2020	Janeiro	0,19	0,1900
	Fevereiro	0,17	0,1703
	Março	0,18	0,1807
	Abril	-0,23	-0,2313
	Maio	-0,25	-0,2507
	Junho	0,30	0,3001
	Julho	0,44	0,4400
		2,67	2,7256

Art. 2º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando-se as disposições em contrário.

Mafra, 26 de agosto de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

### DECRETO Nº 4363 DE 27 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2638622

DECRETO Nº 4363

DE 27 DE AGOSTO DE 2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR COM RECURSOS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO DE 2019.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com art. 43, § 1º, inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964:

#### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar com recursos do superávit financeiro do exercício de 2019, conforme segue:

Unidade Gestora: 10 - IPMM - Instituto de Previdência do Município de Mafra  
Órgão Orçamentário: 26000 - IPMM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE MAFRA  
Unidade Orçamentária: 26001 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPMM  
Função: 9 - Previdência Social  
Subfunção: 272 - Previdência do Regime Estatutário  
Programa: 26 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MAFRA - IPMM  
Ação: 0.3 - PREVIDÊNCIA SOCIAL E SEGURADOS  
Despesa: \_ 3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos  
Fonte de recurso: 0.6.03 - Superávit Financeiro - Contribuição para o Regime Próprio de Previdência - RPPS  
R\$: 71.500,00 (Setenta e um mil e quinhentos reais)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura do Município de Mafra, 27 de agosto de 2020.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINKSKI  
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

## DECRETO Nº 4366 DE 28 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2638594

DECRETO Nº. 4366  
DE 28 DE AGOSTO DE 2020  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2020

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e Lei nº 4489 de 27 de agosto de 2020:

### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Público Municipal de 2020 no valor de R\$ 752.000,00 (Setecentos e cinquenta e dois mil reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra  
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.252 - Enfrentamento da Emergência de Saúde - COVID 19  
Despesa: (454) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 1.38.1 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – COVID-19 - 0.1.38  
R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Despesa: (449) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 1381 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – COVID-19 - 0.1.38  
R\$ 411.905,52 (Quatrocentos e onze mil novecentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos)

Despesa: (476) 3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos  
Fonte de recurso: 1381 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União – COVID-19 - 0.1.38  
R\$ 240.094,48 (Duzentos e quarenta mil noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos)

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra  
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.91 - Vigilância em Saúde - Vigilância Epidemiológica  
Despesa: (211) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.197 - Terceirização de Serviços de Saúde  
Despesa: (157) 3.3.93.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais)

Subfunção: 301 - Atenção Básica  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.196 - Academia de Saúde  
Despesa: (194) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.214 - Unidades de Saúde  
Despesa: (165) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

Subfunção: 301 - Atenção Básica  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.87 - Atenção Básica - PAB Variável - Saúde Bucal  
Despesa: (172) 3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Subfunção: 301 - Atenção Básica  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.193 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF  
Despesa: (187) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais)

Subfunção: 301 - Atenção Básica  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.196 - Academia de Saúde  
Despesa: (193) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 7.000,00 (Sete mil reais)

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.89 - MAC - Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
Despesa: (201) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Despesa: (200) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais)

Subfunção: 301 - Atenção Básica  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.193 - Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF  
Despesa: (188) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 138 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/União - 0.1.38  
R\$ 15.000,00 (Quinze mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 28 de agosto de 2020.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI  
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

**DECRETO Nº 4366-A DE 28 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2638583

DECRETO Nº. 4366-A  
DE 28 DE AGOSTO DE 2020

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2020.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e Lei nº 4489 de 27 de agosto de 2020:

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Público Municipal de 2020 no valor de R\$ 8.484,00 (Oito mil quatrocentos e oitenta e quatro reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra  
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 - Atenção Básica  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.169 - Cofinanciamento Atenção Básica  
Despesa: (84) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 167 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - 0.1.67  
R\$ 8.484,00 (Oito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais)

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 2 - Fundo Municipal de Saúde de Mafra  
Órgão Orçamentário: 16000 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade Orçamentária: 16001 - PROGRAMAS E ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Função: 10 - Saúde  
Subfunção: 122 - Administração Geral  
Programa: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Ação: 2.252 - Enfrentamento da Emergência de Saúde - COVID 19  
Despesa: (443) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 167 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - 0.1.67  
R\$ 1.025,00 (Um mil e vinte e cinco reais)

Despesa: (444) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 167 - Transferências do Sistema Único de Saúde – SUS/Estado - 0.1.67  
R\$ 7.459,00 (Sete mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 28 de agosto de 2020.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI  
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

**DECRETO Nº 4367 DE 31 DE AGOSTO DE 2020**

Publicação Nº 2638577

DECRETO Nº. 4367  
DE 31 DE AGOSTO DE 2020

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL DO EXERCÍCIO DE 2020

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 68, inciso XVII da Lei Orgânica do Município e Lei nº 4488 de 27 de agosto de 2020:

**DECRETA**

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Público Municipal de 2020 no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), conforme descrição abaixo:

Unidade Gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Mafra  
Órgão Orçamentário: 31000 - CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL  
Unidade Orçamentária: 31001 - CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL

Função: 18 - Gestão Ambiental  
Subfunção: 541 - Preservação e Conservação Ambiental  
Programa: 54 - CONVÊNIO POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL  
Ação: 2.260 - UNIDOS PELO MEIO AMBIENTE  
Despesa: (477) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários - 0.1.00  
R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais)

Despesa: (478) 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários - 0.1.00  
R\$ 10.000,00 (Dez mil reais)

Art. 2º As despesas decorrentes do artigo anterior ocorrerão através de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora: 6 - Fundo Municipal de Educação de Mafra  
Órgão Orçamentário: 17000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
Unidade Orçamentária: 17001 - ADM. E GERÊNCIA DE APOIO AO ENSINO  
Função: 12 - Educação  
Subfunção: 365 - Educação Infantil  
Programa: 31 - APOIO A EDUCAÇÃO INFANTIL  
Ação: 2.253 - Atividades de Educação Ambiental  
Despesa: (460) 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso: 100 - Recursos Ordinários - 0.1.00  
R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 31 de agosto de 2020.  
WELLINGTON ROBERTO BIELECKI  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE SOLESINSKI  
Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

## EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2020

Publicação Nº 2638869

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2020  
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA / FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Empresa Registrada: ENGE ENTREGAS DE BENS E PRODUTOS LTDA  
CNPJ: 34.754.202/0001-40  
Valor registrado: R\$ 16.182,50 (dezesesseis mil cento e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).  
Objeto: visando aquisição de materiais de limpeza e higiene, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social.  
Origem: Processo nº 237/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 056/2020.  
Data de assinatura: 03 de agosto de 2020.  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 03 de agosto de 2021.  
Foro: Comarca de Mafra

## EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2020

Publicação Nº 2638865

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 203/2020  
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA  
Empresa Registrada: ENGE ENTREGAS DE BENS E PRODUTOS LTDA.  
CNPJ: 34.754.202/0001-40  
Valor registrado: R\$ 11,00 (onze reais).  
Objeto: aquisição de material de expediente destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social.  
Origem: Processo nº 077/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 032/2020.  
Data de assinatura: 06 de agosto de 2020.  
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 06 de agosto de 2021.  
Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2020**

Publicação Nº 2638873

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA/POLÍCIA CIVIL

Empresa Registrada: AUTO PEÇAS RENE LTDA - EPP

CNPJ: 01.488.404/0001-39

Valor registrado: R\$ 826.000,00 (oitocentos e vinte e seis mil reais).

Objeto: aquisição de peças e contratação de mão de obra mecânica, elétrica, destinadas a manutenção das viaturas da 9ª CIRETRAN de Mafra, vinculada a 9ª Delegacia Regional de Polícia Civil

Origem: Processo nº 241/2020, Pregão Eletrônico RP Nº 057/2020.

Data de assinatura: 28 de agosto de 2020.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 28 de agosto de 2021.

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 111/2020**

Publicação Nº 2638899

EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 111/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 111/2020

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: AUTO POSTO SAMPAIO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - EPP

CNPJ nº 09.404.910/0001-04

Objeto: aquisição de combustíveis para frota de veículos e máquinas das Secretarias Municipais

Modalidade Processo Licitatório n.º 113/2020. Pregão Eletrônico – RP Nº 045/2020.

Data Assinatura do termo aditivo: 14 de julho de 2020.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. Inicial R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Econômico Financeiro R\$
02	36847 - Gasolina comum	3,00	3,51

Foro: Comarca de Mafra

**EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2019**

Publicação Nº 2638853

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2019

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CONSTRUTORA E ARTEFATOS DE CONCRETO PLANALTINA LTDA – ME

CNPJ nº 17.970.164/0001-44

Objeto: contratação de empresa especializada para a execução de projetos de drenagem nas seguintes ruas Victor Celestino de Oliveira, Vila Ferroviária; Rua Florianópolis, Vila Ferroviária; Rua Euclides da Cunha, Vila Argentina; Rua do Portão, Vila Nova; Rua Servidor Carlos Reibnitz, Vila Nova; Rua Hermes Sprotte, Vila Nova; Rua Musico Valetim Stall, Vila Nova; Rua Benemérito Miguel Zatesko e Rua Estudante Ricardo Janchovski Sempko, Vila Nova; Rua João Francisco de Assis e Rua José Reitmeyer, Jardim América; Rua Agropecuarista Derondes Lulu Olsen, Jardim América; Rua Bento Manoel de Lima, Jardim América; Rua Rivadávia Haymussi, Jardim América; Rua 08 de Março; Rua Benemérito Eduardo Pscheidt, Vila Formosa; Rua Engenheiro Agrimensor Márcio Liebl, Rua Pioneira Clara Kundlatsch; Rua Pioneira Claudina Kundlatsch; Bairro Faxinal no município de MAFRA.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 123/2019 Tomada de Preço Nº 004/2019.

Data Assinatura do termo aditivo: 30 de julho de 2020.

Prazo: Fica prorrogado o presente contrato até a data 30 de agosto de 2020 a contar da data de vencimento do 2º Termo Aditivo do contrato nº 042/2019.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2019**

Publicação Nº 2638857

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2019

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: CONSTRUTORA E ARTEFATOS DE CONCRETO PLANALTINA LTDA – ME

CNPJ nº 17.970.164/0001-44

Objeto: contratação de empresa especializada para a execução de projetos de drenagem nas seguintes ruas Victor Celestino de Oliveira, Vila Ferroviária; Rua Florianópolis, Vila Ferroviária; Rua Euclides da Cunha, Vila Argentina; Rua do Portão, Vila Nova; Rua Servidor Carlos Reibnitz, Vila Nova; Rua Hermes Sprotte, Vila Nova; Rua Musico Valetim Stall, Vila Nova; Rua Benemérito Miguel Zatesko e Rua Estudante Ricardo Janchovski Sempko, Vila Nova; Rua João Francisco de Assis e Rua José Reitmeyer, Jardim América; Rua Agropecuarista Derondes Lulu Olsen, Jardim América; Rua Bento Manoel de Lima, Jardim América; Rua Rivadávia Haymussi, Jardim América; Rua 08 de Março; Rua

Benemérito Eduardo Pscheidt, Vila Formosa; Rua Engenheiro Agrimensor Márcio Liebl, Rua Pioneira Clara Kundlatsch; Rua Pioneira Claudina Kundlatsch; Bairro Faxinal no município de MAFRA.

Modalidade: Processo Licitatório n.º 123/2019 Tomada de Preço Nº 004/2019.

Data Assinatura do termo aditivo: 01 de setembro de 2020.

Prazo: Fica prorrogado o presente contrato até a data 30 de setembro de 2020 a contar da data de vencimento do 3º Termo Aditivo do contrato nº 042/2019.

Fica aditivado o valor de R\$ 5.037,15 (cinco mil, trinta e sete reais quinze centavos)

Foro: Comarca de Mafra.

## EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2020

Publicação Nº 2638848

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 066/2020

Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratado: INSTITUTO REDENÇÃO

CNPJ: 10.197.909/0002-16

Objeto: Contratação emergencial de instituição para acolhimento institucional, conforme Autos nº. 0902193-79.2018.8.24.0036/SC da 1ª Vara Cível da Comarca de Mafra/SC, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social.

Processo Licitatório n.º 384/2020; Dispensa Por Justificativa nº 021/2020.

Valor: O valor do presente instrumento fica ajustado em R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais) mensais.

Fundamento Legal: Conforme o art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666/93.

Data Assinatura: 28 de agosto de 2020.

Prazo: O presente contrato vigorará até 31/12/2020.

Dotação Orçamentária:

369 - 3 . 14002 . 8 . 243 . 14 . 2.119 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

370 - 3 . 14002 . 8 . 243 . 14 . 2.119 . 0 . 339000 Aplicações Diretas

Foro: Comarca de Mafra.

## LEI MUNICIPAL Nº 4490

Publicação Nº 2638851

Lei Nº. 4.490

DE 02 DE SETEMBRO DE 2020.

DENOMINA "CASA DAS ETNIAS – FERROVIÁRIO ERASTO DE OLIVEIRA", A EDIFICAÇÃO LOCALIZADA NA AV. CEL. JOSÉ SEVERIANO MAIA, AO LADO DA PRAÇA FERROVIÁRIO miguel bielecki, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mafra, Wellington Roberto Bielecki, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A edificação localizada na Avenida Coronel José Severiano Maia, ao lado da Praça Ferroviário Miguel Bielecki, conforme mapa anexo, fica denominada "Casa das Etnias – Ferroviário Erasto de Oliveira"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mafra/SC, 02 de setembro de 2020.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

## RESOLUÇÃO N. 006/2020/CMDCA

Publicação Nº 2638942

RESOLUÇÃO N. 006/2020/CMDCA Mafra, 10 de setembro de 2020.

Aprova Prestações de Contas dos projetos financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, referente ao Chamamento Público 001/2019.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Mafra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei nº 1838, de 06 de outubro de 1992, e conforme deliberado em plenária, durante sua reunião ordinária realizada no dia 09 de setembro de 2020, e considerando:

O Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra/SC;

O teor do inciso XII do art. 6º da Lei n. 1838/92, que confere ao CMDCA a competência de gerir o Fundo Municipal para a Infância, definindo as políticas de captação, administração, controle e aplicação dos recursos financeiros que venham a constituir, no município, em cada exercício;

Os relatórios emitidos pela Comissão de Monitoramento e Avaliação das Parcerias apresentados à plenária, contendo informações a respeito do repasses de verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente- FIA, referente aos Termos de Colaboração decorrentes

do Chamamento Público 001/2019, que demonstram a aplicação dos recursos conforme projeto e plano de trabalho previamente aprovados, RESOLVE:

Art. 1º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra – CMDCA, gestor dos Termos de Colaboração decorrentes do Edital de Chamamento Público 001/2019/CMDCA, considerando os relatórios emitidos pela Comissão de Monitoramento e Avaliação dos Termos de Colaboração vimos por meio deste encaminhar a aprovação das prestações de contas, conforme segue:

- Prestação de contas da 2ª parcela do Termo de Colaboração 001/2019 firmado com a APAE de Mafra – decorrente da execução do projeto “Atenção especial à saúde” – Aprovada regular com ressalvas;
- Prestação de contas da 1ª parcela do Termo de Colaboração 003/2019 firmado com a APAE de Mafra – decorrente da execução do projeto “Prevenção é cuidar de mais de um coração” – Aprovada regular com ressalvas;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Kátia Aparecida Borges Saliba

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Mafra/SC- CMDCA

# Major Vieira

## PREFEITURA

### DECRETO N. 1.911, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638212

DECRETO N. 1.911, de 10 de setembro de 2020.

Altera, temporariamente, o horário de expediente das repartições públicas do Município de Major Vieira e dá outras providências.

FRANCISCO JURACZEKY, Prefeito do Município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como Pandemia a doença causada pelo Coronavírus (Covid-19);

Considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde de servidores, agentes e colaboradores e população em geral;

Considerando o grande fluxo de pessoas recebido diariamente nas dependências do Poder Público Municipal;

Considerando a necessidade de estabelecer medidas aptas a evitar a contaminação e a restringir os riscos de contaminação;

Considerando a necessidade de manutenção dos serviços postos à disposição da população e necessidade de uniformização dos atendimentos prestados pelo Poder Público;

#### DECRETA

Art. 1º Em caráter excepcional e temporário, a partir de 14 de setembro de 2020, o horário de funcionamento para atendimento ao público nas repartições públicas municipais passará a ser das 08h00 às 13h00.

Parágrafo único. As unidades administrativas deverão manter regime de plantão remotamente pelos meios tecnológicos disponíveis ou por telefone.

Art. 2º O horário de funcionamento para atendimento ao público na Secretaria de Saúde será normal, podendo ser estabelecida escala.

Art. 3º. A medida de que trata o presente Decreto tem caráter temporário, com vigência até disposição em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Major Vieira, SC, 10 de setembro de 2020.

FRANCISCO JURACZEKY

Prefeito em exercício

### DECRETO Nº 1.912 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638629

DECRETO Nº 1.912 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

"RATIFICA O DECRETO MUNICIPAL N. 1.764 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 QUE APROVOU LOTEAMENTO MUNICIPAL RESIDENCIAL POPULAR MIGUEL MARON BECIL"

FRANCISCO JURACZEKY, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº. 017, de 28 de junho de 2007:

#### DECRETA

Art. 1º - Fica ratificado o Decreto Municipal nº. 1764 de 18 de dezembro de 2018 que aprovou o Loteamento denominado "Loteamento Municipal Residencial Popular Miguel Maron Becil, de um terreno urbano, medindo 16.486,00m², devidamente Registrado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Canoinhas - SC, sob o n.º 34.071, Registro Geral n.º 02.

§1º - A área loteada passará a constituir-se pelas seguintes quadras e respectivos lotes:

a) Quadra "A", subdividida em 15 (quinze) lotes, numerados de 1 a 15, a saber:

I – Lote 1, com área 204, 10m², com as seguintes confrontações: Frente: Norte 6,19m em curva e 8,10m em reta, ambas com rua A, distando 0,00m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 02; Esquerda: Oeste 13,09m com rua Victor Fernandes de Souza; Fundos: Sul 12,39 com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

II – Lote 2, com área de 157,250 m², com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 12,39m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 03; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 01; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

III – Lote 3, com área de 157,250 m², com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, dist.21,64m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 04; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 02; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

IV – Lote 4, com área de 227,230 m², com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, dist.30,89m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 05; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 03; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

V – Lote 5, com área de 157,250 m², com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, dist.40,14m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 06; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 04; Fundos: Sul 9,25m com terras

de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

VI – Lote 6, com área de 157,250 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 49,39m da esquina da Rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 07; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 05; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

VII – Lote 7, área do terreno 157,250 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 58,64m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 08; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 06; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

VIII – Lote 8, área do terreno 157,250 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 67,89m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 09; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 07; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

IX – Lote 9, área do terreno 157,250m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 77,14m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 10; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 08; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

X- Lote 10, área do terreno 157,250 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, dist.86,39m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 11; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 09; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

XI – Lote 11, área do terreno 157,250 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 95,64m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 12; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 10; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

XII - Lote XII – Lote 12, área do terreno 157,250m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 104,89m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 13; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 11; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

XIII – Lote 13, área do terreno 157,250 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 114,14m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 14; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 12; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

XIV – Lote 14, com área do terreno 157,250 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 123,39m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com lote 15; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 13; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

XV – Lote 15, com área do terreno 157,250 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Norte 9,25m com rua A, distando 132,64m da esquina da rua Victor Fernandes de Souza com a rua A; Direita: Leste 17,00m com área verde 02; Esquerda: Oeste 17,00m com lote 14; Fundos: Sul 9,25m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

b) A Quadra B, subdividida em 13 (treze) lotes, numerados de 01 a 13, a saber:

I – Lote 1, com área do terreno 168,540 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 9,00m com rua Victor Fernandes de Souza, distando 34,72m da esq. da rua Victor Fernandes de Souza com rua A; Direita: Norte 18,51m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto; Esquerda: Sul 18,71m com lote 02; Fundos: Leste 9,11m com lote 09.

II – Lote 2, com área do terreno 169,340 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 9,00m com rua Victor Fernandes de Souza, distando 25,72m da esq. da rua Victor Fernandes de Souza com rua A; Direita: Norte 18,71m com lote 01; Esquerda: Sul 18,92m com lote 03; Fundos: leste 9,00m com lote 08.

III – Lote 3, com área do terreno 171,150 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 9,00m com rua Victor Fernandes de Souza, dist. 16,72m da esq. da rua Victor Fernandes de Souza com rua A; Direita: Norte 18,92m com lote 02; Esquerda: Sul 19,12m com lotes 04 e 05; Fundos: Leste 9,00m com lote 07.

IV - Lote 4 0004 34.071 0,000 227,230 pelas seguintes confrontações:

Frente: Sul 9,90m em reta e 6,37m em curva ambas com rua A, distando 0,00m da esq. da rua Victor Fernandes de Souza com rua A; Direita: Oeste 12,64m com rua Victor Fernandes de Souza; Esquerda: Leste 16,72m com lote 05; Fundos: Norte 13,62m com lote 03;

V – Lote 5, com área de 183,970 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Sul 11,00m com rua A, distando 13,62m da esq. da rua Victor Fernandes de Souza com rua A; Direita: Oeste 16,72m com lote 04; Esquerda: Leste 16,72m com lote 06; Fundos: Norte 11,00m com lotes 03 e 07.

VI – Lote 6, com área de 229,000 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Sul 9,95m em reta e 6,32m em curva, ambas com Rua A distando 24,62m da esq. da rua Victor Fernandes de Souza com rua A; Direita: Oeste 16,72m com lote 05; Esquerda: Leste 12,68m com rua B; Fundos: Norte 13,82m com lote 07.

VII – Lote 7, com área de 173,440 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste 9,00m com rua B, dist. 16,72m da esq. da rua B com rua A; Direita: Sul 19,32m com lotes 05 e 06; Esquerda: Norte 19,22m com lote 08; Fundos: Oeste 9,00m com lote 03.

VIII – Lote 8, com área de 172,600 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste 9,00m com rua B, distando 25,72m da esq. da rua B com rua A; Direita: Sul 19,22m com lote 07; Esquerda: Norte 19,13m com lote 09; Fundos: Oeste 9,00m com lote 02.

IX – Lote 9, com área de 175,470 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste 9,29m com rua B, distando 34,72m da esq. da rua B com rua A; Direita: Sul 19,13m com lote 08; Esquerda: Norte 19,04m com lote 10 e terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto. Fundos: Oeste 9,11m com lote 01

X – Lote 10, com área de 160,080 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste 10,00m com rua B, distando 44,01m da esq. da rua B com rua A; Direita: Sul 16,15m com lote 09; Esquerda: Norte 15,86m com lote 11; Fundos: Oeste 10,00m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

XI – Lote 11, com área de 157,040 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste 10,00m com rua B, dist. 54,01m da esq. da rua B com rua A; Direita: Sul 15,86m com lote 10; Esquerda: Norte 15,55m com lote 12; Fundos: Oeste 10,00m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

XII – Lote 12, com área de 161,620 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste 10,50m com rua B, distando 64,01m da esq. da rua B com rua A; Direita: Sul 15,55m com lote 11; Esquerda: Norte 15,23m com lote 13; Fundos: Oeste 10,50m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

XIII – Lote 13, com área de 158,260 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste 10,50m com rua B, distando 74,51m da esq. da rua B com rua A; Direita: Sul 15,23m com lote 12; Esquerda: Norte 14,91m com área verde 01; Fundos: Oeste 10,50m com terras de Vilson

Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

c) Quadra "C" subdividida em 04 (quatro) lotes, numerados de 01 a 04, a saber:

I – Lote 01, com área de 174,510 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Sul 10,00m com rua C, distando 31,50m da esq. da rua C com a rua D; Direita: Oeste 17,78m com área verde 01; Esquerda: Leste 17,12m com lote 02; Fundos: Norte 10,02m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

II – Lote 02, com área de 167,950 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Sul 10,00m com rua C, dist. 21,50m da esq. da rua C com rua D; Direita: Oeste 17,12m com lote 01; Esquerda: Leste 16,47m com lote 03; Fundos: Norte 10,02m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

III – Lote 03, com área de 169,290 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Sul 10,50m com rua C, distando 11,00m da esq. da rua D com rua C; Direita: Oeste 16,47m com lote 02; Esquerda: Leste 15,78m com lote 04; Fundos: Norte 10,52m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

IV – Lote 04, com área de 169,420 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Sul 11,00m com rua C, dist. 0,00m da esq. da rua D com rua C; Direita: Oeste 15,78m com lote 03

Esquerda: Leste 15,06m com terras de Jair Dirschnabel; Fundos: Norte 11,00m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

d) Quadra "D", subdividida em 18 (dezoito) lotes, numerados de 1 a 18, a saber:

I – Lote 1, com área de 243,950 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 8,14m em reta e 6,24m em curva, ambas com a rua B, distando 0,00m da esquerda da rua B com rua A; Direita: Norte 20,51m com lote 02; Esquerda: Sul 16,42m com a rua A; Fundos: Leste 12,10m com lote 18.

II – Lote 2, com área de 190,140 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 9,25m com rua B, dist. 12,10m da esq. da rua B com rua A; Direita: Norte 20,60m com lote 03; Esquerda: Sul 20,51m com lote 01; Fundos: Leste 9,25m com lote 17.

III – Lote 3, com área de 191,020 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 9,25m com rua B, dist. 21,35m da esq. da rua B com rua A; Direita: Norte 20,70m com lote 04; Esquerda: Sul 20,60m com lote 02; Fundos: Leste 9,25m com lote 16.

IV – Lote 4, com área de 191,900 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste 9,25m com rua B, dist. 30,60m da esq. da rua B com rua A; Direita: Norte 20,79m com lote 05; Esquerda: Sul 20,70m com lote 03; Fundos: Leste 9,25m com lote 15.

V – Lote 5, com área de 192,780 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 9,25m com rua B, dist. 39,85m da esq. da rua B com rua A; Direita: Norte 20,89m com lote 06; Esquerda: Sul 20,79m com lote 04; Fundos: Leste 9,25m com lote 14.

VI – Lote 6, com área de 193,660 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 9,25m com rua B, dist. 49,01m da esq. da rua B com rua A; Direita: Norte 20,98m com lote 07; Esquerda: Sul 20,89m com lote 05; Fundos: Leste 9,25m com lote 13.

VII – Lote 7, com área de 194,540 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 9,25m com rua B, dist. 58,35m da esq. da rua B com rua A; Direita: Norte 21,08m com lote 08; Esquerda: Sul 20,98m com lote 06; Fundos: Leste 9,25m com lote 12.

VIII – Lote 8, com área de 195,430 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 9,25m com rua B, distando 67,60m da esq. da rua B com rua A; Direita: Norte 21,17m com lote 09; Esquerda: Sul 21,08m com lote 07; Fundos: Leste 9,25m com lote 11.

IX – Lote 9, com área de 240,670 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Oeste 7,46m em reta e 6,32m em curva com rua B, dist. 0,00m da esq. da rua B com rua C; Direita: Norte 17,25m com rua C; Esquerda: Sul 21,17m com lote 08; Fundos: Leste 11,50m com lote 10.

X – Lote 10, com área de terreno de 229,460 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste, 7,51m em reta e 6,28m em curva, ambas com rua D, distando 0,00m da esq. da rua C com rua D; Direita: Sul, 20,26m com Lote 11; Esquerda: Norte, 16,25m com Rua C; Fundos: Oeste, 11,50 com Lote 09.

XI – Lote 11, com área de terreno de 187,470 m<sup>2</sup>, com as seguintes confrontações: Frente: Leste, 9,25m com Rua D, distando 11,50m da esq. da rua C com rua D; Direita: Sul, 20,27m com Lote 12; Esquerda: Norte, 20,26m com Lote 10; Fundos: Oeste, 9,25m com Lote 08.

XII – Lote 12, com área de terreno de 187,610 m<sup>2</sup>; Frente: Leste, 9,25m com Rua D, dist. 20,75m da esq. da rua C com rua D. Direita: Sul, 20,29m com Lote 13. Esquerda: Norte, 20,27m com Lote 11; Fundos: Oeste, 9,25m com Lote 07.

XIII – Lote 13, com área de terreno 187,750 m<sup>2</sup>; Frente: Leste, 9,25m com Rua D, dist. 30,00m da esq. da rua C com rua D. Direita: Sul, 20,30m com Lote 14. Esquerda: Norte, 20,29m com Lote 12. Fundos: Oeste, 9,25m com Lote 06.

XIV – Lote 14, com área do terreno de 187,880 m<sup>2</sup>, Frente: Leste, 9,25m com Rua D, dist. 39,25m da esq. da rua C com rua D. Direita: Sul, 20,32m com Lote 15. Esquerda: Norte, 20,30m com Lote 13. Fundos: Oeste, 9,25m com Lote 05.

XV – Lote 15, com área de terreno de 188,020 m<sup>2</sup>; Frente: Leste, 9,25m com Rua D, dist. 48,50m da esq. da rua C com rua D. Direita: Sul, 20,33m com Lote 16. Esquerda: Norte, 20,32m com Lote 14. Fundos: Oeste, 9,25m com Lote 04.

XVI – Lote 16, com área de terreno de 188,160 m<sup>2</sup>; Frente: Leste, 9,25m com Rua D, dist. 57,75m da esq. da rua C com rua D. Direita: Sul, 20,35m com Lote 17. Esquerda: Norte, 20,33m com Lote 15. Fundos: Oeste, 9,25m com Lote 03.

XVII – Lote 17, com área do terreno de 188,300 m<sup>2</sup>; Frente: Leste, 9,25m com Rua D, dist. 67,00m da esq. da rua C com rua D. Direita: Sul, 20,36m com Lote 18. Esquerda: Norte, 20,35m com Lote 16. Fundos: Oeste, 9,25m com Lote 02.

XVIII – Lote 18, área do terreno com 242,990 m<sup>2</sup>; Frente: Leste, 8,09m em reta e 6,29m em curva, ambas com rua D, dist. 0,00m da esq. da rua A com rua D. Direita: Sul, 16,38m com Rua A. Esquerda: Norte, 20,36m com Lote 17. Fundos: Oeste, 12,10 com Lote 01.

e) Quadra "E", subdividida em 03 (três) lotes, numerados de 1 a 3, a saber:

I – Lote 1, com área de terreno de 172,250 m<sup>2</sup>; Frente: Oeste, 9,09m com Rua D, dist. 20,62m da esq. da rua A com rua D. Direita: Norte, 19,05m com Terras de Jair Dirschnabel. Esquerda: Sul, 19,03m com Lote 02. Fundos: Leste, 9,00m com Área Verde 02.

II – Lote 2, com área de 171,230 m<sup>2</sup>; Frente: Oeste, 9,00m com Rua D, dist. 11,62m da esq. da rua A com rua D. Direita: Norte, 19,03m com Lote 01. Esquerda: Sul, 19,02m com Lote 03. Fundos: Leste, 9,00m com Área Verde 02.

III – Lote 3, com área do terreno de 217,510 m<sup>2</sup>; Frente: Oeste, 7,63m em reta e 6,28m em curva, ambas com Rua D, distando 0,00m da esq. da rua A com rua D. Direita: Norte, 19,02m com Lote 02. Esquerda: Sul, 15,01m com Rua A. Fundos: Leste, 11,62m com Área Verde 02.

f) Áreas Verdes subdivididas em duas áreas, a saber:

I – Área Verde 1, com área de 614,620 m<sup>2</sup>, Frente: Sul, 17,07m em reta e 11,07m em curva com Rua C; 8,26m com Rua B e 14,91m com o Lote 13 QB. Direita: Oeste 10,56m, 14,08m e 25,20m todas com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto. Esquerda: Leste, 17,78m com Lote 01 da Quadra C. Fundos: Norte, 24,56m com terras de Vilson Marcos Fernandes e Vitor Fernandes Neto.

II – Área Verde 2, com área de 1508,340m, Frente: Sul, 7,55m reta e 37,29m em curva, com a Rua A; 17,00m em reta com Lote 15 da Q. A, 5,62m com Herdeiros de Pedro P. Fernandes. Direita: Oeste, 29,62m com Lotes 01,02 e 03 da Quadra E. Esquerda: Leste, 64,67m com Terras de Doris das Dores Maron Alliev. Norte: 51,38m com Terras de Jair Dirschnabel.

g) Resumo Geral

I – Área Escriturada: 16486,00 m<sup>2</sup> - 100%.

II – Área dos Lotes: 9.577,15m<sup>2</sup> - 58,09%.

III – Área das Ruas e Passeios: 4.785,90m<sup>2</sup> e Área Verde: 2.122,95 m<sup>2</sup> (mínimo de 5m<sup>2</sup>/Hab.-5hab./lote = 40 m<sup>2</sup>/lote (53 lotes = 2.120,00 m<sup>2</sup> de Área Verde Exclusiva), sendo o mínimo a ser destinado correspondente a 35% da área do loteamento e o efetivamente destinado correspondente a 41,91%;

IV – Área Média dos Lotes: 180,70 m<sup>2</sup> - 53 Unidades.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto n. 1.708 de 11 de agosto de 2.016.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste decreto correrão por conta das dotações específicas do orçamento vigente.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Major Vieira (SC), 10 de setembro de 2020.

FRANCISCO JURACZEKY

Prefeito Municipal em exercício

Este decreto foi publicado na Secretaria Municipal  
De Administração em 10.09.2020

Cristiane Siems

Secretária Mun. De Administração

## DECRETO Nº 1910/2020 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638638

DECRETO Nº 1910/2020 de 09 de Setembro de 2020

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO JURACZEKI, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhes foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Major Vieira e autorização contida na Lei Municipal nº 2513/20 de 09 de Setembro de 2020; DECRETA:

ART. 1o. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Major Vieira – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.300.000,00 ( Um milhão, e trezentos mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
04.122.0009.0.002		AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	
DOTAÇÃO	4.6.90.00.0500	Aplicações Diretas	150.000,00
04.122.0009 2.003		MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	150.000,00
ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0100.2.006		MANUTENÇÃO E DESENVOLV. ENSINO FUNDAMENTAL	
Dotação	3.1.90.00.0516	Aplicações Diretas	400.000,00
Dotação	3.1.90.00.0517	Aplicações Diretas	200.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
25.752.0101.1.007		PAVIMENTAÇÕES E RECUPERAÇÕES DE RUAS E ESTRADAS	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.0501	Aplicações Diretas	100.000,00
25.752.0101.2.017		Manut. da Secretaria Munic. De Viação e Obras Públicas.	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	100.000,00
25.752.0101.2.018		Manut. De Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL GERAL			1.300.000,00

ART. 2o Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a Suplementar o valor de R\$ 1.300.000,00 (Um milhão, e trezentos mil reais), oriundo do Excesso de Arrecadação apurado até o período de junho/2020, conforme Relatório de Excesso em anexo.

ART. 30. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 09 de Setembro de 2020  
FRANCISCO JURACZEKI  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 11/09/2020 e Site [www.majorvieira.sc.gov.br](http://www.majorvieira.sc.gov.br) em 10/09/2020

Cristiane Siems  
Sec. Administração e Gestão

## LEI Nº 2513/2020 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638643

LEI Nº 2513/2020 de 09 de Setembro de 2020  
“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

FRANCISCO JURACZEKI, Prefeito Municipal de Major Vieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI:

ART. 1o. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Major Vieira – Estado de Santa Catarina, no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.300.000,00 ( Um milhão, e trezentos mil reais) com a seguinte classificação institucional, funcional e programática:

ÓRGÃO	03.00	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Unidade Orçamentária	03.01	SEC DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
04.122.0009.0.002		AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA	
DOTAÇÃO	4.6.90.00.0500	Aplicações Diretas	150.000,00
04.122.0009 2.003		MANUTENÇÃO DA SEC. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	150.000,00
ÓRGÃO	06.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
Unidade Orçamentária	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
12.361.0100.2.006		MANUTENÇÃO E DESENVOLV. ENSINO FUNDAMENTAL	
Dotação	3.1.90.00.0516	Aplicações Diretas	400.000,00
Dotação	3.1.90.00.0517	Aplicações Diretas	200.000,00
ÓRGÃO	07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
Unidade Orçamentária	07.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	
25.752.0101.1.007		PAVIMENTAÇÕES E RECUPERAÇÕES DE RUAS E ESTRADAS	
DOTAÇÃO	3.3.90.00.0501	Aplicações Diretas	100.000,00
25.752.0101.2.017		Manut. da Secretaria Munic. De Viação e Obras Públicas.	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	100.000,00
25.752.0101.2.018		Manut. De Ruas, Estradas, Praças, Jardins, Pontes e Bueiros	
Dotação	3.3.90.00.0500	Aplicações Diretas	200.000,00
TOTAL GERAL			1.300.000,00

ART. 2o Para Suporte do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo precedente, fica o Executivo Municipal autorizado a Suplementar o valor de R\$ 1.300.000,00 (Um milhão, e trezentos mil reais), oriundo do Excesso de Arrecadação apurado até o período de junho/2020, conforme Relatório de Excesso em anexo.

ART. 30. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Major Vieira, 09 de Setembro de 2020  
FRANCISCO JURACZEKI  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 11/09/2020 e Site [www.majorvieira.sc.gov.br](http://www.majorvieira.sc.gov.br) em 10/09/2020

Cristiane Siems  
Sec. Administração e Gestão

# Maracajá

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N. 051/2020

Publicação N° 2638861

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 051/2020

OBJETIVO: Registro de Preços para aquisição parcelada de achocolatado, leite integral, leite zero lactose e mingau, para atender as pessoas idosas e com eficiência acolhidas no Serviço de Acolhimento Institucional e em atendimento no Serviço Social Especial, no município de Maracajá/SC, diante a pandemia do COVID-19.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até o dia 24 de setembro de 2020 às 09h00min.

ABERTURA: Dia 24 de setembro de 2020 às 09h15min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1111, ou através do site: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 10 de setembro de 2020.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 30/04/2020		Válido até: 30/04/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE DIETAS E FÓRMULAS INFANTIS PARA LACTANTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE COMPOSTA POR AMINOÁCIDOS LIVRES, DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	FÓRMULA INFANTIL ELEMENTAR - com 100% de aminoácidos livres, nutricionalmente completa, em pó. Com polímeros de glicose ou maltodextrina, ácidos graxos essenciais, com adição de vitaminas, minerais e oligoelementos, isenta a proteína láctea, lactose, galactose, frutose e glúten. Indicado para lactentes com alergia as proteínas do leite de vaca, alergia proteica múltipla e situações que comprometam a digestão e/ou absorção. Indicado para lactentes, lata contendo 400g."	LT	NUTRIPOINT COMERCIAL LTDA. (110755)	NEOCATE LCI	0	129.5000	1
2	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTANTES APARTI DE 6 MESES DE IDADE - Com óleo vegetal, com lactose e maltodextrina ou exclusivamente lactose, vitaminas e minerais. DHA e ARA e adição de prebióticos. Não contém glúten. Lata contendo 800 g.	LT	SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI (111626)	NESTLÉ	0	25.1500	1
			MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA (110804)	AFAMINO	0	129.9000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 30/04/2020		Válido até: 30/04/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE DIETAS E FÓRMULAS INFANTIS PARA LACTANTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFÂNCIA DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE COMPOSTA POR AMINOÁCIDOS LIVRES, DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRIPORT COMERCIAL LTDA. (110755)	APTAMIL PRE	0	45,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACAJA  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....

Número do Registro de Preços: 1/2020		Data do Registro: 30/04/2020		Válido até: 30/04/2021			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS DE DIETAS E FÓRMULAS INFANTIS PARA LACTANTES E CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFANCIA DESTINADA A NECESSIDADE DIETOTERÁPICAS ESPECÍFICAS COM RESTRIÇÃO DE LACTOSE COMPOSTA POR AMINOÁCIDOS LIVRES, DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ/SC.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descrto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2020  
PROCESSO Nº 3/2020  
(110755) - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA.  
(110804) - MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA  
(111626) - SULMEDIC COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Maracajá, 30 de Abril de 2020.

# Maravilha

## PREFEITURA

### EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO N. 132/2020

Publicação Nº 2638768

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 132/2020 - Modalidade Pregão Presencial n. 058/2020. O Secretário de Indústria, Comércio e Turismo de Maravilha - SC, GELSON ROSSETTO, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de empresa para instalação de equipamentos e iluminação, para a decoração natalina do Município de Maravilha - SC, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 23 de setembro de 2020 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital, poderão ser obtidas no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7:30 as 11:30 e das 13 às 17h. Maravilha - SC, 10 de setembro de 2020. GELSON ROSSETTO – Secretário de Indústria, Comércio e Turismo.

# Massaranduba

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO SEGUNDO COLOCADO PP 15 - ITEM 72

Publicação Nº 2638785

#### CONVOCAÇÃO DE SEGUNDO COLOCADO

Considerando o deferimento do pedido interposto pela empresa SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALAR EIRELI EPP, que requereu pedido de desistência do item 72 do Processo Licitatório 15/2020 – Pregão Presencial FMS, em razão de o produto cotado não atender ao descritivo do item no que tange ao “Conforme NR32”.

Considerando que a referida empresa solicitou a desclassificação de sua proposta, e considerando a necessidade da aquisição dos referidos itens e as prerrogativas ante as circunstâncias, FICA CONVOCADA a licitante remanescente classificada como segundo menor preço, para, querendo, assumir o respectivo item no prego apresentado em sua proposta, atendendo as especificações do Edital, conforme tabela abaixo.

BLUMEDICA PROD MEDICOS E CIRURG LTDA			
ITEM	PRODUTO	MARCA	R\$ UNIT.
72	EQUIPO MACROGOTAS COM INJETOR LATERAL, EM TUBO PVC DE 150CM COM EXTENSÃO DE 9,5CM. LAN-CETA PERFURANTE PARA CONEXÃO AO RECIPIENTE DE SOLUÇÃO, CÂMARA FLEXÍVEL MACROGOTAS PARA VISUALIZAÇÃO DE GOTEJAMENTO, FILTRO DE PARTÍCULA (ABERTURA 15MICRA) DE ACORDO COM A NORMA NBR ISSO 8536-4. PLATAFORMA DE PROTEÇÃO DE DEDOS CONFORME NR32. EXTENSÃO EM PVC CRISTAL, CONTROLADOR DE FLUXO TIPO PINÇA, CONEXÃO PARA DISPOSITIVO DE ACESSO VENOSO. INJETOR LATERAL ISENTO DE LÁTEX. FILTRO DE AR HIDRÓFOTO BACTERIOLÓGICO.	EMBRAMED	1,82

Havendo concordância da empresa, ratifique-se o ato, permanecendo inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 06/2020 que deu origem a este documento, o qual integrará a Ata para todos os efeitos.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
BLUMEDICA PROD MEDICOS E CIRURG LTDA
CARLOS EDUARDO HORT
CONTRATADA

Massaranduba, 04 de setembro de 2020

CIRIO MARTINI

PREGOEIRO

### PROCESSO LICITATÓRIO 05.2020 PP 05.2020 - MOBILIÁRIO PARA O CONSELHO TUTELAR

Publicação Nº 2638875

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR LOTE do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CONSELHO TUTELAR.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 13h30min do dia 25/09/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 13h45min do dia 25/09/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

### PROCESSO LICITATÓRIO 148.2020 PP 148.2020 - BATERIAS VEICULARES PARA FROTA MUNICIPAL

Publicação Nº 2638999

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE BATERIAS VEICULARES PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 28/09/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 28/09/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

## **PROCESSO LICITATÓRIO 47.2020 PP 47.2020 - CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL E CONCESSÃO DE CILINDROS DE OXIGÊNIO**

Publicação Nº 2638083

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE CARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL INCLUINDO A CONCESSÃO DE CILINDROS EM FORMA DE COMODATO.

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 25/09/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 25/09/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

## **PROCESSO LICITATÓRIO 48.2020 PP 48.2020 - MEDICAMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE**

Publicação Nº 2638053

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 48/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2020

A Prefeitura de Massaranduba (SC) torna público que, conforme dispõe a Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal 3.749/18, com aplicação subsidiária da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações vigentes e pertinentes à matéria, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com adjudicação POR ITEM do tipo MENOR PREÇO através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS AOS PACIENTES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h00min do dia 24/09/2020.

ABERTURA DA SESSÃO: 08h15min do dia 24/09/2020.

INFORMAÇÕES: a íntegra do edital e outras informações poderão ser obtidas na Prefeitura de Massaranduba (SC), situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, ou através do site: [www.massaranduba.atende.net](http://www.massaranduba.atende.net)

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

**Matos Costa****PREFEITURA****AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 44/2020**

Publicação Nº 2638692

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2020 - TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2020.

A Comissão de Licitação nomeada pelo Decreto 104/2020, no uso de suas atribuições, torna público que no dia 28 de setembro de 2020 realizará licitação do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa habilitada para CONSTRUÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA E PRÉ-MOLDADA PARA O PÁTIO DO CMEI - SEMENTINHA DO SABER, NO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC, conforme descrição constante do Termo de Referência deste Edital, vinculado a Portaria nº 179/SEF de 14/07/2020 - Emendas Impositivas - Transferências Especiais. Entrega dos envelopes no máximo até 09:00 horas do dia 28/09/2020. Abertura dos envelopes as 09:15 horas do mesmo dia. Maiores informações e o edital completo pode ser obtidos gratuitamente, na internet através do site: <http://www.matoscosta.sc.gov.br>, ou no departamento de compras e licitações do município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, 137 – no horário de expediente em vigor. Matos Costa, 10 de setembro de 2020. Dalton Fagundes - Presidente da Comissão.

**AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 45/2020**

Publicação Nº 2639092

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2020 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2020

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 104/2020, no uso de suas atribuições legais faz PUBLICAR a instauração de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei 8666/93.

OBJETO: Contratação de empresa para realização de serviços com MINI ESCAVADEIRA - BOBCAT, incluindo abertura de valas na obra de iluminação Pública na avenida Absalão Carneiro no Município de Matos Costa - SC.

VALOR TOTAL DE R\$: 3.000,00 (três mil reais).

Dotações utilizadas: 3.3.90.00.00.00.00 - (102)

Matos Costa, 10 de setembro de 2020. Dalton Fagundes - Presidente da Comissão.

**LEI MUNICIPAL 2.267/2020**

Publicação Nº 2638291

Lei Municipal Nº 2.267/2020 – de 10 de setembro de 2020.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial, no valor de R\$ 45.950,00 (Quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais), no orçamento fiscal do exercício financeiro de 2020, do Fundo Municipal de Assistência Social, que especifica:

ORGÃO	15.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
UNIDADE	15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		
PROJ/ATIV	2030	MANUTENÇÃO DO BLOCO PSB - FNAS		
DOTAÇÃO	4.4.90.00.00.00.1335	Aplicações Diretas		45.950,00

Art. 2º - Para o suporte do Crédito Adicional Especial de que trata o artigo anterior, fica autorizado à utilização de recursos, no valor de R\$ 45.950,00 (Quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta reais), oriundos do SUPERAVIT financeiro do PSB-FNAS.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço do Contestado, 10 de setembro de 2020.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM	A presente Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Oderlaine N S Moraes Assistente Administrativo II

**DEM DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REG PREV 4º BIMESTRE**

Publicação Nº 2638979

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2019 a 2094

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

## PLANO PREVIDENCIÁRIO

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=( "d" exercício anterior ) + (c)
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00
2091	0,00	0,00	0,00	0,00
2092	0,00	0,00	0,00	0,00
2093	0,00	0,00	0,00	0,00
2094	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 31/08/2020 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

MATOS COSTA, 10/09/2020

Osnei Jableski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

## RGF DEM CONSOLIDADO COM DESPESA DE PESSOAL 2º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2639005

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS EXERCÍCIOS (Últimos 12 Meses)														R\$ 1,00	
DESPESAS COM PESSOAL															
LÍQUIDAS															
	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Ago/2020	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	632.030,29	646.821,14	642.944,50	1.153.837,12	673.084,63	631.871,57	671.188,38	667.892,06	653.927,60	641.385,75	625.994,99	647.864,03	8.288.522,26	1.947,15	
Pessoal Ativo	620.753,13	635.543,98	631.387,34	1.131.262,80	661.884,47	619.916,67	669.213,88	655.937,16	641.972,70	629.765,62	614.040,09	634.632,81	8.135.506,45	1.947,15	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	500.386,95	513.897,74	509.235,51	912.923,33	537.776,16	504.594,19	537.755,05	532.469,96	520.770,40	509.959,36	502.039,47	509.929,19	6.592.307,50	1.947,15	
Obrigações Patronais	120.366,18	121.846,24	122.151,63	218.359,47	123.905,71	115.352,48	121.458,63	123.467,20	121.202,30	119.200,67	111.400,62	124.703,62	1.543.200,95	0,00	
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.277,16	11.277,16	11.277,16	22.554,32	11.400,16	11.954,90	11.954,90	11.954,90	11.954,90	12.222,13	11.954,90	13.212,22	153.013,81	0,00	
Aposentadorias, Reservas e Reformas	8.555,60	8.555,60	8.555,60	8.637,69	8.637,69	9.074,66	9.074,66	9.074,66	9.074,66	9.341,89	9.074,66	9.541,13	108.019,32	0,00	
Previdência	2.721,56	2.721,56	2.721,56	13.986,72	2.762,56	2.890,24	2.890,24	2.890,24	2.890,24	2.890,24	2.890,24	4.667,09	46.874,49	0,00	
Outras Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras despesas de pessoal decor. contratos tercelit. ou contratação forma Indefinida § 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS § 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alcance de permanência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	632.030,29	646.821,14	642.944,50	1.153.837,12	673.084,63	631.871,57	671.188,38	667.892,06	653.927,60	641.385,75	625.994,99	647.864,03	8.288.522,26	1.947,15	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL															
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)															
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da CF) (V) 166 da CF (V)															
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)															
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)															
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + III b)															
LIMITE MÁXIMO (IX) (inciso I, II e III, art. 20 da LRF)															
LIMITE PRELIMINAR (X) = 0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)															
LIMITE DE ALERTA (XI) = 0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)															

MATOS COSTA, 09/09/2020

Osnir Jablinski  
Contador CRCSC 0383610-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

FONTE:

## RGF DEM CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR 2º QUADRIMESTRE

Publicação Nº 2639029

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APOSA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Do Exercício	Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados em Exercícios Anteriores								
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)	(i) = (g - h)		
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	2.152.001,03	3.399,48	218.972,61	714,45	83.919,00	0,00	1.844.995,49	1.321.900,84	0,00	523.094,65	
Recursos Ordinários	2.152.001,03	3.399,48	218.972,61	714,45	83.459,77	0,00	1.845.454,72	1.321.900,84	0,00	523.553,88	
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	459,23	0,00	(459,23)	0,00	0,00	(459,23)	
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	4.173.574,34	0,00	146.662,30	0,00	58.328,77	0,00	3.968.563,27	1.506.192,49	0,00	2.462.390,78	
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	(145,52)	0,00	145,52	0,00	0,00	145,52	
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recalculados de Impostos e de Transferência de Impostos - Saú	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	19.327,17	0,00	17.485,19	0,00	1.451,27	0,00	390,71	738.809,33	0,00	(738.418,62)	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Vinculados	4.154.247,17	0,00	129.177,11	0,00	57.023,02	0,00	3.968.047,04	767.383,16	0,00	3.200.663,88	
TOTAL (III) = (I + II)	6.325.575,37	3.399,48	365.634,91	714,45	142.247,77	0,00	5.813.578,76	2.828.093,33	0,00	2.985.485,43	

R\$ 1,00

MATOS COSTA, 09/09/2020

Osnei Jablonski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

**RGF DEM CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL 2º QUADRIMESTRE**

Publicação Nº 2639036

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	16.697.558,48	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	16.247.504,78	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	16.158.904,78	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	8.290.469,41	51,31
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	9.695.342,87	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	9.210.575,73	57,00
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	8.725.808,58	54,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-3.934.412,15	-24,22
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	19.497.005,74	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.673.462,87	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	607.600,28	3,64
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.671.609,36	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.168.829,09	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO )
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

MATOS COSTA, 09/09/2020

Osnei Jableski

Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto

Prefeito Municipal

**RGF DEM DA DIVIDA CONSOLIDADA 2º QUADRIMESTRE**

Publicação Nº 2639003

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>1.669.748,37</b>	<b>2.031.738,94</b>	<b>2.022.128,83</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.046.440,91	1.518.808,79	1.623.212,75	0,00
Empréstimos	503.220,00	1.000.000,00	1.110.820,28	0,00
Internos	503.220,00	1.000.000,00	1.110.820,28	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	543.220,91	518.808,79	512.392,47	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	543.220,91	518.808,79	512.392,47	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	623.307,46	512.930,15	398.916,08	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>4.014.804,17</b>	<b>4.188.816,65</b>	<b>5.956.540,98</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa	4.014.804,17	4.188.816,65	5.956.540,98	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.222.843,18	4.517.278,71	6.325.575,37	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	208.039,01	328.462,06	369.034,39	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-2.345.055,80</b>	<b>-2.157.077,71</b>	<b>-3.934.412,15</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>15.399.166,33</b>	<b>15.860.504,30</b>	<b>16.697.558,48</b>	<b>0,00</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	0,00	300.000,00	450.053,70	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>15.399.166,33</b>	<b>15.560.504,30</b>	<b>16.247.504,78</b>	<b>0,00</b>
<b>% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)</b>	<b>10,84%</b>	<b>13,06%</b>	<b>12,45%</b>	<b>0,00%</b>
<b>% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)</b>	<b>-15,23%</b>	<b>-13,86%</b>	<b>-24,22%</b>	<b>0,00%</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>18.478.999,60</b>	<b>18.672.605,16</b>	<b>19.497.005,74</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>16.631.099,64</b>	<b>16.805.344,64</b>	<b>17.547.305,16</b>	<b>0,00</b>
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	126.880,43	146.573,31	142.247,77	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	301.849,68	2.790.194,90	2.828.807,78	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira"; no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

MATOS COSTA, 09/09/2020

\_\_\_\_\_  
Osnei Jableski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

\_\_\_\_\_  
Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

FONTE:

**RGF DEM DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES 2º QUADRIMESTRE**

Publicação N° 2639010

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO DE 2020

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>15.399.166,33</b>	<b>15.860.504,30</b>	<b>16.697.558,48</b>	<b>0,00</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)	0,00	300.000,00	450.053,70	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)</b>	<b>15.399.166,33</b>	<b>15.560.504,30</b>	<b>16.247.504,78</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>3.387.816,59</b>	<b>3.489.310,95</b>	<b>3.673.462,87</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>3.049.034,93</b>	<b>3.140.379,86</b>	<b>3.306.116,58</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

MATOS COSTA, 09/09/2020

Osnei Jableski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

**RGF DEM DAS OPERAÇÕES DE CREDITO 2º QUADRIMESTRE**

Publicação Nº 2639018

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	110.820,28	607.600,28
Interna	110.820,28	607.600,28
Empréstimo	110.820,28	607.600,28
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>110.820,28</b>	<b>607.600,28</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>16.697.558,48</b>	<b>—</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	450.053,70	—
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>16.247.504,78</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)</b>	<b>607.600,28</b>	<b>3,74</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>2.599.600,76</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>2.339.640,69</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>1.137.325,33</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

MATOS COSTA, 09/09/2020

Osnei Jableski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

## Publicação Nº 2638811

PRREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.086.000,00	16.086.000,00	3.961.286,63	24,63	12.431.100,41	77,28	3.654.899,59
RECEITAS CORRENTES	16.068.000,00	16.068.000,00	3.180.066,36	19,80	10.784.350,13	67,16	5.273.649,87
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	649.787,50	649.787,50	108.738,25	16,73	388.716,60	59,82	261.070,90
IMPOSTOS	444.315,00	444.315,00	83.266,92	18,74	300.838,99	67,71	143.476,01
TAXAS	92.242,50	92.242,50	25.471,33	27,61	87.877,61	95,27	4.364,89
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	113.230,00	113.230,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.230,00
CONTRIBUIÇÕES	566.150,00	566.150,00	83.595,65	14,77	335.679,45	59,29	230.470,55
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	500.000,00	500.000,00	76.991,16	15,40	309.243,61	61,85	190.756,39
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	66.150,00	66.150,00	6.604,49	9,98	26.435,84	39,96	39.714,16
RECEITA PATRIMONIAL	213.067,50	213.067,50	2.476,59	1,16	20.634,21	9,68	192.433,29
VALORES MOBILIÁRIOS	213.067,50	213.067,50	2.476,59	1,16	20.634,21	9,68	192.433,29
RECEITA AGROPECUÁRIA	13.000,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	67.000,00	67.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.000,00
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	63.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	63.000,00
OUTROS SERVIÇOS	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	14.479.935,50	14.479.935,50	2.969.018,11	20,50	10.019.145,66	69,19	4.460.789,84
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.815.800,50	8.815.800,50	2.074.612,79	23,53	6.674.142,69	75,71	2.141.657,81
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	4.064.135,00	4.064.135,00	649.071,88	15,97	2.392.238,75	58,86	1.671.896,25
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	1.600.000,00	1.600.000,00	245.333,44	15,33	952.764,22	59,55	647.235,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.059,50	69.059,50	16.237,75	23,51	20.174,21	29,21	48.885,29
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	16.102,50	16.102,50	3.542,93	22,00	4.783,50	29,71	11.319,00
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	29.741,55	29.741,55	0,00	0,00	0,00	0,00	29.741,55
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	23.215,45	23.215,45	12.694,82	54,68	15.390,71	66,30	7.824,74
RECEITAS DE CAPITAL	28.000,00	28.000,00	781.220,28	2.790,07	1.646.750,28	5.881,25	-1.618.750,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	110.820,28	0,00	607.600,28	0,00	-607.600,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	110.820,28	0,00	607.600,28	0,00	-607.600,28
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	28.000,00	28.000,00	670.400,00	2.394,29	1.039.150,00	3.711,25	-1.011.150,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	14.000,00	14.000,00	95.400,00	681,43	144.150,00	1.029,64	-130.150,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	14.000,00	14.000,00	575.000,00	4.107,14	895.000,00	6.392,86	-881.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.086.000,00	16.086.000,00	3.961.286,63	24,63	12.431.100,41	77,28	3.654.899,59

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
<b>OPERÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>						
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)</b>	<b>16.086.000,00</b>	<b>16.086.000,00</b>	<b>3.961.286,63</b>	<b>24,63</b>	<b>12.431.100,41</b>	<b>77,28</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>						
<b>TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)</b>						
	16.086.000,00	16.086.000,00	3.961.286,63	24,63	12.431.100,41	77,28
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>						
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	2.467.653,68	—	—	2.467.653,68	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—
	—	2.467.653,68	—	—	2.467.653,68	—
<b>TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)</b>						
	16.086.000,00	16.086.000,00	3.961.286,63	24,63	12.431.100,41	77,28
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>						
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	2.467.653,68	—	—	2.467.653,68	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—
	—	2.467.653,68	—	—	2.467.653,68	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (h) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (i)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>									
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>16.086.000,00</b>	<b>21.852.402,57</b>	<b>2.224.283,59</b>	<b>13.140.149,29</b>	<b>8.712.253,28</b>	<b>2.710.529,55</b>	<b>10.312.055,96</b>	<b>11.540.346,61</b>	<b>9.946.421,05</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.184.450,00	16.612.619,85	1.787.617,33	9.387.001,77	7.225.618,08	1.997.803,49	8.188.536,73	8.424.083,12	7.897.687,00
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	8.720.633,75	9.202.153,94	1.285.810,27	5.256.178,41	3.945.975,53	1.288.579,27	5.243.958,41	3.958.195,53	5.133.505,09
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	240.500,00	240.500,00	23.056,17	84.041,25	156.458,75	23.056,17	84.041,25	156.458,75	84.041,25
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>881.550,00</b>	<b>5.224.035,52</b>	<b>436.666,26</b>	<b>3.753.147,52</b>	<b>1.470.888,00</b>	<b>712.726,06</b>	<b>2.123.519,23</b>	<b>4.309.428,84</b>	<b>2.680.140,66</b>
INVESTIMENTOS	453.550,00	4.796.035,52	379.548,96	3.497.927,70	1.298.107,82	655.608,76	1.868.299,41	2.927.736,11	1.793.514,23
INVERSOES FINANCEIRAS	7.500,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00	0,00	7.500,00	0,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	420.500,00	420.500,00	57.117,30	255.219,82	165.280,18	57.117,30	255.219,82	165.280,18	255.219,82
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>20.000,00</b>	<b>15.747,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.747,20</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.747,20</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	20.000,00	15.747,20	0,00	0,00	15.747,20	0,00	0,00	15.747,20	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (l)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	16.086.000,00	21.852.402,57	2.224.283,59	13.140.149,29	8.712.253,28	2.710.529,55	10.312.055,96	11.540.346,61	9.946.421,05
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)</b>	16.086.000,00	21.852.402,57	2.224.283,59	13.140.149,29	8.712.253,28	2.710.529,55	10.312.055,96	11.540.346,61	9.946.421,05
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	—	—	—	—	—	—	2.119.044,45	—	2.484.679,36
<b>TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)</b>	16.086.000,00	21.852.402,57	2.224.283,59	13.140.149,29	—	2.710.529,55	12.431.100,41	—	12.431.100,41
<b>RESERVA DO RPPS</b>	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

MATOS COSTA, 09/09/2020

Osnei Jablleski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

## RREO DEM DAS REC E DEP COM AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2638990

Página 1/5

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

	RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
				Até o Bimestre (b)	%(b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)		444.315,00	444.315,00	301.774,11	67,92
Recita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU		47.715,00	47.715,00	12.728,00	26,68
IPTU		40.000,00	40.000,00	11.319,77	28,30
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU		7.715,00	7.715,00	1.408,23	18,25
Recita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI		100.600,00	100.600,00	85.833,74	85,32
ITBI		100.000,00	100.000,00	85.833,74	85,83
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI		600,00	600,00	0,00	0,00
Recita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS		136.000,00	136.000,00	109.938,12	80,84
ISS		130.000,00	130.000,00	103.769,81	79,82
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS		6.000,00	6.000,00	6.168,31	102,81
Recita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF		160.000,00	160.000,00	93.274,25	58,30
RECITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)		12.690.560,00	12.690.560,00	7.821.342,66	61,63
Cota-Parte FPM		8.200.000,00	8.200.000,00	4.638.894,38	56,57
Cota-Parte ITR		60.000,00	60.000,00	1.178,00	1,96
Cota-Parte IPVA		180.000,00	180.000,00	160.939,50	89,41
Cota-Parte ICMS		4.180.000,00	4.180.000,00	2.539.692,10	60,76
Cota-Parte IPI-Exportação		55.125,00	55.125,00	30.738,68	55,76
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais		15.435,00	15.435,00	450.000,00	2.915,45
Desoneração ICMS (LC 87/96)		15.435,00	15.435,00	0,00	0,00
Outras		0,00	0,00	450.000,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II</b>		<b>13.134.875,00</b>	<b>13.134.875,00</b>	<b>8.123.116,77</b>	<b>61,84</b>
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	2.740.291,25	2.742.671,14	1.389.889,36	50,68	-
Despesas Correntes	2.691.291,25	2.593.605,14	1.376.198,64	53,06	-
Despesas de Capital	49.000,00	149.066,00	13.690,72	9,18	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	-

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)</b>	<b>2.740.291,25</b>	<b>2.742.671,14</b>	<b>1.389.889,36</b>	<b>50,68</b>	<b>1.133.133,78</b>	<b>41,31</b>	<b>1.073.037,43</b>	<b>39,12</b>	<b>-</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS									
			DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)		
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)			1.389.889,36		1.133.133,78		1.073.037,43		
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)			0,00		0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)			0,00		0,00		0,00		
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)			0,00		0,00		0,00		
<b>(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)</b>			<b>1.389.889,36</b>		<b>1.133.133,78</b>		<b>1.073.037,43</b>		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)							1.218.467,52		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)							0,00		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)			171.421,84		-85.333,74		-		
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)			-85.333,74		-		-		
<b>PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)</b>			<b>17,11</b>		<b>13,95</b>		<b>-</b>		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012						LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência		Liquidadas (j)	Pagas (k)	Saldo Final (não aplicado)¹ (= h - (ou j))		
		Empenhadas (i)						
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-	-		
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-	-	-		
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-		
<b>TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>		

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO <sup>2</sup>	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indefinidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIII d)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	42.251,47	57.748,53	2.984,50	0,00
Empenhos de 2018	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00	780,00	99.220,00	535,88	-535,88
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012		Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência				Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))			
			Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)					
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a compensar(XXV)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a compensar(XXVI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII) Proveniente da União - Fundo a Fundo Proveniente dos Estados Proveniente de outros Municípios RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX) OUTRAS RECEITAS (XXX)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				% (b/a)*100			
			Até o Bimestre (b)							
			1.125.112,03		120,98					
			1.125.112,03		120,98					
			0,00		0,00					
			0,00		0,00					
26.050,00			7.820,90		30,02					
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	956.022,50	956.022,50	1.132.932,93				118,50			

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Página 5/5

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	3.913.378,75	5.332.275,27	2.572.450,15	48,24	2.240.639,61	42,02	2.129.342,97	39,93	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)</b>	<b>3.913.378,75</b>	<b>5.332.275,27</b>	<b>2.572.450,15</b>	<b>48,24</b>	<b>2.240.639,61</b>	<b>42,02</b>	<b>2.129.342,97</b>	<b>39,93</b>	<b>-</b>
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes <sup>3</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)</b>	<b>3.913.378,75</b>	<b>5.332.275,27</b>	<b>2.572.450,15</b>	<b>48,24</b>	<b>2.240.639,61</b>	<b>42,02</b>	<b>2.129.342,97</b>	<b>39,93</b>	<b>-</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.  
<sup>2</sup> Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).  
<sup>3</sup> Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

MATOS COSTA, 10/09/2020

Osnei Jablinski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

**RREO DEM DAS RECEITAS E DESPESAS COM MAN E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO 4º BIMESTRE**

Publicação Nº 2638957

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	<b>444.315,00</b>	<b>444.315,00</b>	<b>301.774,87</b>	<b>67,92</b>
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	47.715,00	47.715,00	12.728,00	26,68
1.1.1- IPTU	40.000,00	40.000,00	11.319,77	28,30
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	7.715,00	7.715,00	1.408,23	18,25
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.600,00	100.600,00	85.833,74	85,32
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	85.833,74	85,83
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	600,00	600,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	136.000,00	136.000,00	109.938,88	80,84
1.3.1- ISS	130.000,00	130.000,00	103.770,57	79,82
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	6.000,00	6.000,00	6.168,31	102,81
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	160.000,00	160.000,00	93.274,25	58,30
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>13.418.210,00</b>	<b>13.418.210,00</b>	<b>7.689.105,59</b>	<b>57,30</b>
2.1- Cota-Parte FPM	8.927.650,00	8.927.650,00	4.956.657,31	55,52
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.200.000,00	8.200.000,00	4.638.894,38	56,57
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	396.900,00	396.900,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	330.750,00	330.750,00	317.762,93	96,07
2.2- Cota-Parte ICMS	4.180.000,00	4.180.000,00	2.539.592,10	60,76
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	15.435,00	15.435,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	55.125,00	55.125,00	30.738,68	55,76
2.5- Cota-Parte ITR	60.000,00	60.000,00	1.178,00	1,96
2.6- Cota-Parte IPVA	180.000,00	180.000,00	160.939,50	89,41
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>13.862.525,00</b>	<b>13.862.525,00</b>	<b>7.990.880,46</b>	<b>57,64</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	<b>299.165,00</b>	<b>299.165,00</b>	<b>151.241,55</b>	<b>50,55</b>
5.1- Transferências do Salário-Educação	198.450,00	198.450,00	97.705,15	49,23
5.2- Transferências Diretas - PDDE	2.205,00	2.205,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	46.305,00	46.305,00	22.661,80	48,94
5.4- Transferências Diretas - PNATE	50.000,00	50.000,00	30.233,00	60,47
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	2.205,00	2.205,00	641,60	29,10
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>246.000,00</b>	<b>246.000,00</b>	<b>39.061,11</b>	<b>15,88</b>
6.1- Transferências de Convênios	246.000,00	246.000,00	39.061,11	15,88
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>18.191,25</b>	<b>18.191,25</b>	<b>76.020,91</b>	<b>417,90</b>
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>563.356,25</b>	<b>563.356,25</b>	<b>266.323,57</b>	<b>47,27</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>2.538.112,00</b>	<b>2.538.112,00</b>	<b>1.474.266,95</b>	<b>58,09</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.640.000,00	1.640.000,00	927.778,65	56,57
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	836.000,00	836.000,00	507.917,72	60,76
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.087,00	3.087,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.025,00	11.025,00	6.147,66	55,76
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	12.000,00	12.000,00	235,59	1,96
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	36.000,00	36.000,00	32.187,33	89,41
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>1.600.000,00</b>	<b>952.764,22</b>	<b>59,55</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.600.000,00	1.600.000,00	952.764,22	59,55
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-938.112,00</b>	<b>-938.112,00</b>	<b>-521.502,73</b>	<b>55,59</b>

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.206.615,00	1.206.615,00	704.028,16	58,35	704.028,16	58,35
13.1- Com Educação Infantil	415.000,00	415.000,00	309.079,19	74,48	309.079,19	74,48
13.2- Com Ensino Fundamental	791.615,00	791.615,00	394.948,97	49,89	394.948,97	49,89
14- OUTRAS DESPESAS	404.410,00	457.342,79	283.737,75	62,04	283.737,75	62,04
14.1- Com Educação Infantil	40.000,00	40.000,00	2.500,00	6,25	2.500,00	6,25
14.2- Com Ensino Fundamental	364.410,00	417.342,79	281.237,75	67,39	281.237,75	67,39
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.611.025,00	1.663.957,79	987.765,91	59,36	987.765,91	59,36
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						987.765,91
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						73,89
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						29,78
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-3,67
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020²						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	791.000,00	821.610,67	495.127,55	60,26	478.285,55	58,21
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	2.160.954,25	2.173.824,11	905.233,93	41,64	874.618,24	40,23
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.156.025,00	1.208.957,79	676.186,72	58,93	676.186,72	55,93
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.004.929,25	964.866,32	229.047,21	23,74	198.431,52	20,57
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	18.000,00	18.000,00	12.706,03	70,59	12.706,03	70,59
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	46.000,00	46.000,00	42.900,00	93,26	16.500,00	35,87
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	3.015.954,25	3.059.434,78	1.455.967,51	47,59	1.382.109,82	45,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-521.502,73
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ³						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)						3.829,24
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-517.673,49
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						1.870.577,28
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						23,41
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	199.552,50	240.613,78	19.167,23	7,97	16.189,97	6,73
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	431.778,75	514.748,94	44.076,39	8,56	39.830,88	7,74
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	631.331,25	755.362,72	63.243,62	8,37	56.020,85	7,42
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	3.647.285,50	3.814.797,50	1.519.211,13	39,82	1.438.130,67	37,70
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2020 (i)	
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		3.829,24	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		3.829,24	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	

MUNICÍPIO DE MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	169,24	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	952.764,22	97.705,15
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	52.932,79	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	52.932,79	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	591,82
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	900.000,67	98.296,97
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	900.000,67	98.296,97

MATOS COSTA, 10/09/2020

Osnei Jableski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

## RREO DEM DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2638937

Continua 1/4

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2020
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	16.045.000,00	10.784.350,13
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	649.787,50	388.716,60
I.P.T.U.	47.715,00	11.794,54
I.S.S.	136.000,00	109.936,46
I.T.B.I.	100.600,00	85.833,74
I.R.R.F.	160.000,00	93.274,25
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	205.472,50	87.877,61
Contribuições	566.150,00	335.679,45
Receita Patrimonial	213.067,50	20.634,21
Aplicações Financeiras (II)	213.067,50	20.634,21
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	14.479.935,50	10.019.145,66
Cota-Parte do FPM	7.287.650,00	4.028.878,66
Cota-Parte do ICMS	3.344.000,00	2.031.674,38
Cota-Parte do IPVA	144.000,00	128.752,17
Cota-Parte do ITR	48.000,00	942,41
Transferências da LC 87/1996	12.348,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	44.100,00	24.591,02
Transferências do FUNDEB	1.600.000,00	952.764,22
Outras Transferências Correntes	1.999.837,50	2.851.542,80
Demais Receitas Correntes	136.059,50	20.174,21
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	136.059,50	20.174,21
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	15.831.932,50	10.763.715,92
RECEITAS DE CAPITAL (V)	28.000,00	1.846.750,28
Operação de Crédito (VI)	0,00	607.600,28
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	28.000,00	1.039.150,00
Convênios	28.000,00	368.750,00

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre 2020					
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)					
Outras Transferências de Capital	0,00	670.400,00					
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00					
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	28.000,00	1.039.150,00					
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>15.859.932,50</b>	<b>11.802.865,92</b>					

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre 2020					
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XII)	16.612.619,85	9.387.001,77	8.188.536,73	7.897.687,00	199.488,72	129.604,40	129.604,40
Pessoal e Encargos Sociais	9.202.153,94	5.256.178,41	5.243.958,41	5.133.505,09	105.284,30	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	240.500,00	84.041,25	84.041,25	84.041,25	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.169.965,91	4.046.782,11	2.860.537,07	2.680.140,66	94.204,42	129.604,40	129.604,40
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.169.965,91	4.046.782,11	2.860.537,07	2.680.140,66	94.204,42	129.604,40	129.604,40
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	16.372.119,85	9.302.960,52	8.104.495,48	7.813.645,75	199.488,72	129.604,40	129.604,40
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	5.224.035,52	3.753.147,52	2.123.519,23	2.048.734,05	1.994,00	66.227,39	66.227,39
Investimentos	4.796.035,52	3.497.927,70	1.868.299,41	1.793.514,23	1.994,00	66.227,39	66.227,39
Inversões Financeiras	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	7.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	420.500,00	255.219,82	255.219,82	255.219,82	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	4.803.535,52	3.497.927,70	1.868.299,41	1.793.514,23	1.994,00	66.227,39	66.227,39
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	15.747,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)</b>	<b>21.191.402,57</b>	<b>12.800.888,22</b>	<b>9.972.794,89</b>	<b>9.607.159,98</b>	<b>201.482,72</b>	<b>195.831,79</b>	<b>195.831,79</b>

<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIa + XXIIIb + XXIIIc)]</b>		<b>1.798.391,43</b>
--	--	---------------------

Continuação 2/4

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
<b>JUROS NOMINAIS</b>		
Até o Bimestre/2020		
VALOR INCORRIDO		
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	20.634,21	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	84.041,25	
<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)</b>	<b>1.734.984,39</b>	
<b>META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL</b>		
VALOR CORRENTE		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
<b>ABAIXO DA LINHA</b>		
<b>CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL</b>		<b>SALDO</b>
		Em 31 Dez 2019(a)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	1.669.748,37	Até o Bimestre/2020(b)
DEDUÇÕES (XXIX)	4.014.804,17	2.022.128,83
Disponibilidade de Caixa	4.014.804,17	5.956.540,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.014.804,17	5.956.540,98
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	4.222.843,18	6.325.575,37
Demaís Haveres Financeiros	208.039,01	369.034,39
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
	-2.345.055,80	-3.934.412,15
<b>RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)</b>	<b>1.589.366,35</b>	
<b>AJUSTE METODOLÓGICO</b>		
		Até o Bimestre/2020
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)		-160.995,38
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)		0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)		0,00
PAGAMENTO DE PRECATORIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)		0,00
AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII)		0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)		0,00
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>		<b>1.750.351,73</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)</b>		
		<b>1.813.758,77</b>

Continua 3/4

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

<u>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</u>	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.467.653,68
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	2.467.653,68
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

## RREO DEM EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2638815

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 2 ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					(b/Total b)		(d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.086.000,00	21.852.402,57	2.224.283,59	13.140.149,29	100,00	2.710.529,55	10.312.055,96	11,5
Legislativa	822.000,00	822.000,00	93.371,60	463.054,57	3,52	105.501,34	435.850,76	4,23
Ação Legislativa	822.000,00	822.000,00	93.371,60	463.054,57	3,52	105.501,34	435.850,76	4,23
Administração	2.148.047,00	2.475.705,63	496.183,39	1.730.062,05	13,17	537.926,00	1.515.664,31	14,70
Administração Geral	2.148.047,00	2.475.705,63	496.183,39	1.730.062,05	13,17	537.926,00	1.515.664,31	14,70
Segurança Pública	70.653,75	70.653,75	9.491,50	36.775,06	0,28	11.146,89	34.174,15	0,33
Policimento	31.653,75	31.653,75	4.300,25	13.478,16	0,10	3.472,73	12.186,64	0,12
Defesa Civil	39.000,00	39.000,00	5.191,25	23.296,90	0,18	7.674,16	21.987,51	0,21
Assistência Social	1.021.000,00	1.215.841,31	156.017,45	576.641,21	4,39	130.256,34	517.768,67	5,02
Assistência à Criança e ao Adolescente	183.000,00	183.000,00	26.807,71	120.812,34	0,92	24.766,03	106.633,59	1,03
Assistência Comunitária	838.000,00	1.032.841,31	129.209,74	455.828,87	3,47	105.490,31	411.135,08	3,99
Previdência Social	162.000,00	162.000,00	25.186,12	96.576,60	0,73	25.186,12	96.576,60	0,94
Previdência do Regime Estatutário	162.000,00	162.000,00	25.186,12	96.576,60	0,73	25.186,12	96.576,60	0,94
Saúde	4.441.378,75	5.860.275,27	483.355,98	2.940.666,25	22,38	612.576,76	2.406.351,83	23,34
Atenção Básica	4.441.378,75	5.860.275,27	483.355,98	2.940.666,25	22,38	612.576,76	2.406.351,83	23,34
Educação	3.647.285,50	3.816.626,60	306.581,49	1.521.040,23	11,58	312.789,42	1.439.959,77	13,96
Alimentação e Nutrição	126.856,25	126.933,47	12.049,94	33.214,35	0,25	7.804,44	28.968,84	0,28
Ensino Fundamental	2.632.429,25	2.659.995,84	183.232,76	925.345,20	7,04	186.667,50	894.645,91	8,68
Ensino Superior	18.000,00	18.000,00	0,00	12.706,03	0,10	0,00	12.706,03	0,12
Educação Infantil	824.000,00	965.697,29	111.298,79	506.874,65	3,86	111.717,48	487.138,99	4,72
Educação Especial	46.000,00	46.000,00	0,00	42.900,00	0,33	6.600,00	16.500,00	0,16
Cultura	172.000,00	172.000,00	7.285,12	51.048,48	0,39	6.584,46	47.719,58	0,46
Difusão Cultural	172.000,00	172.000,00	7.285,12	51.048,48	0,39	6.584,46	47.719,58	0,46
Urbanismo	927.701,25	4.213.752,25	146.079,04	3.664.251,69	27,89	468.289,51	1.946.988,93	18,88
Infra-Estrutura Urbana	16.000,00	2.913.495,36	-4.181,34	2.734.591,66	20,81	234.933,86	1.323.085,15	12,83
Serviços Urbanos	911.701,25	1.300.256,89	150.260,38	929.660,03	7,07	233.355,65	623.923,78	6,05
Habituação	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

C

R\$ 1,00

DO
(a-d)

40.346,61

86.149,24

86.149,24

60.041,32

60.041,32

36.479,60

19.467,11

17.012,49

98.072,64

76.366,41

21.706,23

65.423,40

65.423,40

53.923,44

53.923,44

76.666,83

97.964,63

65.349,93

5.293,97

78.558,30

29.500,00

24.280,42

24.280,42

66.763,32

90.430,21

76.333,11

9.000,00

9.000,00

4.000,00

4.000,00

continua 1/2

Conti

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SAL (e) =
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
							% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Agricultura	16.086.000,00	21.852.402,57	2.224.283,59	13.140.149,29	8.712.253,28	2.710.529,55	10.312.055,96	11,5
Promoção da Produção Agropecuária	461.000,00	516.850,00	80.455,29	413.130,22	103.719,78	80.879,07	371.733,57	3,60
Indústria	461.000,00	516.850,00	80.455,29	413.130,22	103.719,78	80.879,07	371.733,57	3,60
Promoção Industrial	163.000,00	163.000,00	19.528,21	69.922,90	93.077,10	16.138,38	64.954,68	0,63
Transporte	163.000,00	163.000,00	19.528,21	69.922,90	93.077,10	16.138,38	64.954,68	0,63
Transporte Rodoviário	1.050.933,75	1.218.950,56	318.646,15	985.622,09	233.328,47	296.134,87	927.646,59	2
Desporto e Lazer	1.050.933,75	1.218.950,56	318.646,15	985.622,09	233.328,47	296.134,87	927.646,59	2
Desporto Comunitário	57.000,00	207.000,00	1.928,78	26.309,38	180.690,62	2.253,28	9.041,47	0,09
Encargos Especiais	57.000,00	207.000,00	1.928,78	26.309,38	180.690,62	2.253,28	9.041,47	0,09
Outros Encargos Especiais	909.000,00	909.000,00	80.173,47	565.048,56	343.951,44	104.867,11	497.625,05	4,83
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	909.000,00	909.000,00	80.173,47	565.048,56	343.951,44	104.867,11	497.625,05	4,83
	20.000,00	15.747,20	0,00	0,00	15.747,20	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>16.086.000,00</b>	<b>21.852.402,57</b>	<b>2.224.283,59</b>	<b>13.140.149,29</b>	<b>8.712.253,28</b>	<b>2.710.529,55</b>	<b>10.312.055,96</b>	<b>11,5</b>

FONTE:

MATOS COSTA, 09/09/2020

Osnei Jablonski  
Prefeito Municipal

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

Contador CRC/SC 029361/O-8

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E apensada neste demonstrativo por constar no orçamento.

nuação 2/2

DO
(a-d)

40.346,61

45.116,43

45.116,43

98.045,32

98.045,32

91.303,97

91.303,97

97.958,53

97.958,53

11.374,95

11.374,95

15.747,20

---

40.346,61

---

## RREO DEM RECEITA CORRENTE LIQUIDA4º BIMESTRE

Publicação Nº 2638862

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Sem/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Agº/2020	TOTAL (ULT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>1.453.119,05</b>	<b>1.299.083,46</b>	<b>1.412.106,89</b>	<b>2.524.404,83</b>	<b>1.354.976,40</b>	<b>1.659.574,45</b>	<b>1.343.321,78</b>	<b>1.568.643,30</b>	<b>1.467.967,38</b>	<b>1.345.422,40</b>	<b>1.826.026,47</b>	<b>1.682.084,90</b>	<b>18.946.531,31</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	40.250,55	40.841,47	39.149,36	78.654,33	26.896,93	39.088,32	41.333,74	76.704,65	41.333,74	43.388,57	48.547,62	60.190,83	587.622,51
I.P.T.U.	850,04	450,10	761,45	828,49	173,71	457,19	870,93	1.466,60	870,93	2.266,72	1.520,64	1.467,60	14.684,62
I.R.R.F.	12.308,01	11.775,16	12.427,27	31.109,85	1.055,62	8.299,10	13.283,47	14.728,26	14.087,89	13.999,46	14.311,22	13.949,23	169.904,54
I.S.S.	13.393,99	12.412,42	18.153,24	17.838,72	11.761,77	10.276,57	15.196,61	14.818,62	9.671,26	11.020,25	10.063,67	27.127,71	171.724,83
I.T.B.I.	0,00	6.496,46	0,00	23.182,25	8.680,67	4.183,09	2.248,86	37.924,83	9.224,81	8.813,63	8.169,62	6.637,23	115.512,47
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	13.698,51	9.707,31	7.797,40	5.715,22	5.245,16	15.942,37	16.345,05	7.746,43	7.476,85	7.666,51	14.462,47	10.988,95	124.796,05
Contribuições	37.225,15	46.985,47	41.709,70	47.512,24	35.871,89	40.061,73	47.587,26	42.109,81	44.320,79	42.132,32	41.425,76	42.169,89	508.112,01
Receita Patrimonial	5.109,11	6.252,34	-6.286,33	5.623,37	4.593,86	3.385,03	3.800,68	1.975,72	2.282,85	2.119,48	1.689,02	787,57	31.382,70
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	5.109,11	6.252,34	-6.286,33	5.623,37	4.593,86	3.385,03	3.800,68	1.975,72	2.282,85	2.119,48	1.689,02	787,57	31.382,70
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.448,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.448,17
Transferências Correntes	1.369.552,84	1.199.134,57	1.337.154,42	2.391.746,91	1.287.469,33	1.576.362,46	1.238.545,06	1.447.469,23	1.379.192,32	1.257.321,08	1.718.803,05	1.568.260,08	17.790.001,35
Cota-Parte do F.P.M.	513.751,82	472.975,26	641.895,11	1.094.325,20	646.958,94	933.381,83	546.774,19	534.979,53	559.932,49	465.001,03	784.375,24	468.254,05	7.679.694,70
Cota-Parte do I.C.M.S.	330.000,00	332.663,90	345.056,32	365.344,87	382.663,69	366.424,03	346.540,72	269.945,14	239.870,56	272.095,14	329.407,56	338.646,17	3.910.657,26
Cota-Parte do I.P.V.A.	20.400,00	19.846,54	10.147,43	5.120,17	14.733,34	18.749,90	17.740,08	18.053,57	23.401,33	19.233,26	28.957,91	20.061,11	215.543,64
Cota-Parte do I.T.R.	6.078,52	39.646,60	1.759,03	1.520,80	1.105,37	0,00	24,00	9,62	0,00	0,00	0,00	39,01	50.181,95
Outras Transferências Correntes	362.246,23	206.986,63	207.273,09	780.010,85	102.440,38	114.311,64	195.142,42	525.794,60	465.469,46	404.644,63	450.902,17	602.837,31	4.412.059,60
Transferências da LC 61/1989	4.644,05	4.109,93	4.316,03	5.073,10	3.964,52	4.288,57	3.957,72	3.551,74	3.541,31	3.184,67	3.825,69	4.424,46	48.881,79
Transferências do FUNDEC	127.342,15	123.906,71	128.707,41	140.351,92	136.602,89	139.206,49	129.356,93	101.125,03	97.977,09	103.162,35	121.334,48	123.988,96	1.473.072,41
Outras Receitas Correntes	2.733,23	6.669,61	339,74	857,78	144,39	676,91	1.402,64	393,89	837,68	460,95	15.561,02	676,73	30.964,57
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>17.492,67</b>	<b>173.648,00</b>	<b>200.234,61</b>	<b>228.830,40</b>	<b>209.644,98</b>	<b>264.598,68</b>	<b>182.808,94</b>	<b>164.107,68</b>	<b>165.146,98</b>	<b>148.902,67</b>	<b>163.760,47</b>	<b>172.264,55</b>	<b>2.281.972,83</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEC	174.992,67	173.648,00	200.234,61	228.830,40	209.644,98	264.598,68	182.808,94	164.107,68	165.146,98	148.902,67	163.760,47	172.264,55	2.281.972,83
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>1.280.326,38</b>	<b>1.125.435,46</b>	<b>1.211.872,28</b>	<b>2.295.574,43</b>	<b>1.145.291,42</b>	<b>1.395.005,77</b>	<b>1.161.112,84</b>	<b>1.404.535,62</b>	<b>1.302.818,40</b>	<b>1.195.519,73</b>	<b>1.662.266,00</b>	<b>1.519.800,35</b>	<b>16.657.558,48</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00	150.000,00	0,00	1,55	52,15	460.053,70
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENCAMENTAMENTO (V) = (III - IV):</b>	<b>1.280.326,38</b>	<b>1.125.435,46</b>	<b>1.211.872,28</b>	<b>2.295.574,43</b>	<b>1.145.291,42</b>	<b>1.395.005,77</b>	<b>1.161.112,84</b>	<b>1.104.535,62</b>	<b>1.152.818,40</b>	<b>1.195.519,73</b>	<b>1.660.264,45</b>	<b>1.519.748,20</b>	<b>16.197.504,78</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas da Câmara (art. 166, § 1º, da CF) (V):	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	86.600,00	0,00	0,00	0,00	86.600,00
<b>RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - V):</b>	<b>1.280.326,38</b>	<b>1.125.435,46</b>	<b>1.211.872,28</b>	<b>2.295.574,43</b>	<b>1.145.291,42</b>	<b>1.395.005,77</b>	<b>1.161.112,84</b>	<b>1.104.535,62</b>	<b>1.064.218,40</b>	<b>1.195.519,73</b>	<b>1.660.264,45</b>	<b>1.519.748,20</b>	<b>16.109.904,78</b>
FONTE:													
MATOS COSTA, 09/09/2020													
Omei Jã bleiski													
Contador CRCSC 02936110-8													
Prefeito Municipal													

RREO DEM RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APL DE REC 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2638988

Município de MATOS COSTA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)				SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	2.205,00	11,33	2.193,67			2.193,67	
Receita de Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00			0,00	
Receita de Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00			0,00	
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	2.205,00	11,33	2.193,67			2.193,67	
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	2.205,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.205,00
Despesas de Capital	2.205,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.205,00
Investimentos	2.205,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.205,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (Ib - (IIf + IIg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)	
Valor(III)	0,00	11,33				11,33	
FONTE:							

MATOS COSTA, 10/09/2020

Osnei Jabliski

Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto

Prefeito Municipal

## RREO DEM RECEITA E DESPESA PREVIDENCIARIA 4º BIMESTRE

Publicação N° 2638867

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receta de Contribuições dos Segurados				
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	103.727,79
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	103.727,79
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>103.727,79</b>

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (V)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)²</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>103.727,79</b>	<b>0,00</b>	<b>103.727,79</b>
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES						
Valor						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS						
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar						0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2020		2019	
Caixa e equivalentes de caixa				0,00		0,00
Investimentos e Aplicações				0,00		0,00
Outros Bens e Direitos				0,00		0,00

Continua 2/3

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/3

RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019		
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00		
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019	Até o Bimestre/2020	Até o Bimestre/2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII - XV)	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-

FONTE:

MATOS COSTA, 10/09/2020

Osnei Jablonski  
Contador CRC/SC 02.936.1/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

**RREO DEM RECEITAS OPERAÇÕES DE CREDITO E DESPESAS DE CAPITAL 4º BIMESTRE**

Publicação Nº 2638976

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)</b>			
	<b>0,00</b>	<b>607.600,28</b>	<b>-607.600,28</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.224.035,52</b>	<b>3.753.147,52</b>	<b>1.470.888,00</b>
Investimentos	4.796.035,52	3.497.927,70	1.298.107,82
Inversões Financeiras	7.500,00	0,00	7.500,00
Amortização de Dívida	420.500,00	255.219,82	165.280,18
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>5.224.035,52</b>	<b>3.753.147,52</b>	<b>1.470.888,00</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)</b>	<b>5.224.035,52</b>	<b>3.145.547,24</b>	<b>2.078.488,28</b>

FONTE:

MATOS COSTA, 10/09/2020

Osnei Jableski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

## RREO DEM RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2638943

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)												R\$ 1,0
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO ADMINISTRAÇÃO DIRETA FUNDO M. DE SAÚDE GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO SECRET. DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO SECRET. DA IND. COMERCIO E SERVIÇOS SECRET. DE DESPORTO, CULTURA E TURISMO SECRET. DE VIACÃO, OBRAS E URBANISMO SECRETARIA DA EDUCAÇÃO SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA DE FINANÇAS SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE MATOS COSTA FUNDO M. DE ASSIST. SOCIAL RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	2.550,00	205.489,01	201.482,72	3.156,81	3.399,48	98.662,13	203.187,55	195.831,79	105.303,44	714,45	4.113,93	
	2.550,00	205.489,01	201.482,72	3.156,81	3.399,48	98.662,13	203.187,55	195.831,79	105.303,44	714,45	4.113,93	
	2.550,00	195.157,80	191.518,13	2.750,19	3.399,48	98.662,13	187.812,85	180.858,59	104.901,94	714,45	4.113,93	
	0,00	40.887,51	40.607,51	280,00	0,00	1.907,90	8.059,12	3.303,36	6.663,66	0,00	0,00	
	0,00	6.756,38	6.756,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	7.120,22	7.120,22	0,00	0,00	0,00	5.263,95	4.707,50	0,00	546,45	546,45	
	0,00	1.689,59	1.689,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	5.715,91	2.676,43	0,00	3.039,48	93.041,86	0,00	0,00	93.041,86	0,00	3.039,48	
	360,00	18.447,05	18.447,05	0,00	360,00	0,00	50.819,11	50.651,11	0,00	168,00	528,00	
	2.190,00	0,00	0,00	2.190,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	12.850,17	12.950,17	0,00	0,00	345,00	4.505,46	4.505,46	4.505,46	345,00	0,00	
	0,00	984,58	984,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	0,00	100.606,39	100.286,20	320,19	0,00	3.367,37	119.175,21	117.691,16	4.651,42	0,00	0,00	
	0,00	10.331,21	9.954,59	366,62	0,00	0,00	15.374,70	14.973,20	401,50	0,00	0,00	
	0,00	10.331,21	9.954,59	366,62	0,00	0,00	15.374,70	14.973,20	401,50	0,00	0,00	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II):	2.550,00	205.489,01	201.482,72	3.156,81	3.399,48	98.662,13	203.187,55	195.831,79	105.303,44	714,45	4.113,93	
FONTE:												

FONTE:

MATOS COSTA, 10/09/2020

Osmel Jablinski  
Contador CRC/SC 0263610-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

## RREO DEM RESULTADO NOMINAL 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2638884

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 30 Jun 2020 (B)	Em 31 Ago 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.669.748,37	1.968.425,85	2.022.128,83
DEDUÇÕES (II)	4.022.834,42	4.711.446,59	5.964.571,23
Disponibilidade de Caixa	4.014.804,17	4.703.416,34	5.956.540,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.222.843,18	4.986.724,54	6.325.575,37
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	208.039,01	283.308,20	369.034,39
Demais Haveres Financeiros	8.030,25	8.030,25	8.030,25
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.166.528,37	968.425,85	911.308,55
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.166.528,37</b>	<b>-968.425,85</b>	<b>-911.308,55</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIIc - VIIb)	Jan a Ago 2020 (VIIc - VIIa)
<b>VALOR</b>	<b>57.117,30</b>	<b>255.219,82</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>447.932,50</b>

FONTE:

MATOS COSTA, 10/09/2020

Osnei Jableski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

RREO DEM RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA DEM DAS REC 4º BIMESTRE

Publicação Nº 2638995

R\$ 100

Município de MATOS COSTA - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.078, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	REGISTROS EFETUADOS EM 2020		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
		No Bimestre	Até o Bimestre									
TOTAL DE ATIVOS	-	0,00	0,00									
Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00									
TOTAL DE PASSIVOS	-	0,00	0,00									
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00									
Provisões de PPP	-	0,00	0,00									
Outros passivos	-	0,00	0,00									
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	0,00	0,00									
Obrigações contratuais	-	0,00	0,00									
Riscos não Provisoriados	-	0,00	0,00									
Garantias Concedidas	-	0,00	0,00									
Outros Passivos Contingentes	-	0,00	0,00									
DESPESAS DE PPP												
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	0,00	0,00									
Contribuições (I.1)	-	-	0,00									
Acontizável (I.2)	-	-	-									
DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	-	0,00	0,00									
Acontizável (II.2)	-	-	-									
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	0,00	0,00									
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	16.697.538,48	0,00									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	-	-	-									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (6%) (V) = (I / IV)	-	0,00	0,00									
MATOS COSTA, 10/09/2020												

Orneli Juhnkei  
Controlador ORÇOC 0293610-8  
Raul Pitua Nób  
Pleiteio Municipal

**RREO DEM SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXEC ORÇAMENTÁRIA 4º BIMESTRE**

Publicação Nº 2639000

Município de MATOS COSTA - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		16.086.000,00	
Previsão Atualizada		16.086.000,00	
Receitas Realizadas		12.431.100,41	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.467.653,68	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		16.086.000,00	
Créditos Adicionais		5.766.402,57	
Dotação Atualizada		21.852.402,57	
Despesas Empenhadas		13.140.149,29	
Despesas Liquidadas		10.312.055,96	
Despesas pagas		9.946.421,05	
Superavit Orçamentário		2.119.044,45	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		13.140.149,29	
Despesas Liquidadas		10.312.055,96	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		16.697.558,48	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		16.247.504,78	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		16.158.904,78	
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	1.734.984,39
Resultado Primário		0,00	1.798.391,43
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>	<b>Pagamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	301.849,68	105.303,44	195.831,79
EXECUTIVO	301.849,68	105.303,44	195.831,79
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	208.039,01	3.156,81	201.482,72
EXECUTIVO	208.039,01	3.156,81	201.482,72
<b>TOTAL:</b>	<b>509.888,69</b>	<b>108.460,25</b>	<b>397.314,51</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		1.870.577,28	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		704.028,16	60%

Continua 1/2

Município de MATOS COSTA - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		607.600,28	-607.600,28
Despesa de Capital Líquida		3.753.147,52	1.470.888,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		11,33	2.193,67
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		0,00	2.205,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.133.133,78	15,00	13,95

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor apurado no exercício corrente
Total das despesas/RCL (%)	0,00

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

MATOS COSTA, 10/09/2020

Osnei Jableski  
Contador CRC/SC 029361/O-8

Raul Ribas Neto  
Prefeito Municipal

# Meleiro

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 062-2020

Publicação N° 2638969

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 062/2020

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO torna público para conhecimento dos interessados que no dia 25/09/2020 às 14hs00min estará realizando a reunião de recebimento das propostas de REGISTRO DE PREÇOS para a possível e futura Contratação de empresa para a prestação de serviços de Pedreiro, Servente, e Assentador de Tubos, visando à execução da rede de distribuição de água para o bairro de Sapiroanga, conforme especificações constantes descritas no "Anexo I – "Termo de Referência" do presente edital.

A íntegra do Edital e maiores informações podem ser obtidos na Prefeitura Municipal de Meleiro, sito a Rua Sete de Setembro, nº 371 – Meleiro/SC, no horário das 7:30 as 11:30 horas e das 13:00 as 17:00 horas, de Segunda a Sexta-Feira ou pelo fone (48) 3537-8400. A retirada do Edital poderá ser feita no endereço acima citado ou através do site [www.meleiro.sc.gov.br](http://www.meleiro.sc.gov.br).

Meleiro/SC, 10 de setembro de 2020.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

### PORTARIA N° 273-2020

Publicação N° 2638563

PORTARIA nº 273/2020  
TRATA DA PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 95 e seus respectivos parágrafos da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

#### PRORROGAR

Art. 1.º A portaria nº 349/2019, que concede licença sem vencimentos por interesse particular ao servidor público municipal GISELE KRISTINE BITENCOURT DOS SANTOS ROSSI, ocupante do cargo de Enfermeira, por um período de 12 (doze) meses, conforme dispõe o caput do artigo 95 da Lei n.º 809/2000, de 03 de Abril de 2000.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de setembro de 2020.  
EDER MATTOS  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Finanças

### PORTARIA N° 274-2020

Publicação N° 2638568

PORTARIA nº 274/2020  
TRATA DA PRORROGAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DE ENFERMEIRA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei nº 910/2002 de 13 de março de 2002 e suas alterações e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

#### PRORROGAR

Art. 1.º Por um período de até 06 (seis) meses a contratação da Senhora SANDRA TEREZINHA DA ROSA, para o cargo de Enfermeira, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em substituição à servidora GISELE KRISTINE BITENCOURT DOS SANTOS ROSSI.

Parágrafo Único: O contrato poderá ser rescindido a qualquer momento em decorrência do interesse público.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 10 de setembro de 2020.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2020

Publicação Nº 2635630

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Nº: 1490/2020  
Modalidade: Pregão Nº 041/2020  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MÉDICO ESPECIALIZADO NA ÁREA DA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA PARA REALIZAÇÃO DE CONSULTAS AMBULATORIAIS NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MODELO/SC

Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 24 de setembro de 2020  
Abertura dos Envelopes: 13:45 horas do dia 24 de setembro de 2020.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br)

Modelo/SC 08/09/20.  
Barbara M. Geller Barom  
Gestora FMS

### DECRETO Nº 248/2020

Publicação Nº 2638859

Decreto nº 248/2020 de 10/09/20

Dispõe sobre a homologação do processo licitatório nº 1269/2020, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:  
ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no Processo Licitatório nº 1269/2020, Modalidade Pregão nº 34/2020, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto REGISTRO DE PREÇOS DESTINADO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE A SEREM USADOS PELOS DEPARTAMENTOS DA EDUCAÇÃO E SOCIAL, adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
E. M. INFORMATICA LTDA.	6.717,88
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP	12.947,35
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	16.604,10
DOUGLAS ALAN HEINEN	1.821,10
PREMIER COMERCIO LTDA	17.983,20

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Quinta-Feira, 10 de setembro de 2020.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

LEOCÁDIA WENTZ  
Depto. de Licitações

## DECRETOS 0

Publicação Nº 2637950



Estado de Santa Catarina

## MUNICIPIO DE MODELO

DECRETO MUNICIPAL Nº 088/2020 de 05 de março de 2020.

DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

## DECRETA

ART. 1º Fica remanejado credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde do município no valor de **R\$ 95.610,00 (NOVENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E DEZ REAIS)** conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saúde
10304	Vigilancia Sanitaria
103040007	VIDA SAUDAVEL
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
<b>449000000000 (727)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 128 Convenio Estado - Saude.....R\$ 95.610,00</b>

ART. 2º Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 2º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral Fundo de Saúde do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 95.610,00 (NOVENTA E CINCO MIL, SEISCENTOS E DEZ REAIS)**

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saúde
10304	Vigilancia Sanitaria
103040007	VIDA SAUDAVEL
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAUDE PUBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
<b>339000000000 (724)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 128 Convenio Estado - Saude.....R\$ 95.610,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 05 de março de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
SECRETARIA DE ADM

DECRETO 088/2020

1



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL N° 098/2020 de 13 de março de 2020.**

**DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica remanejado credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)** conforme a seguir especificado:

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100142.21300	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS
<b>44900000000 (626)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 45.000,00</b>

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)**

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100142.21300	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS
<b>33900000000 (625)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 45.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 13 de março de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**

1

DECRETO 098/2020



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL N° 099/2020 de 13 de março de 2020.**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPRAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal em exercício de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA**

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por superávit financeiro no orçamento geral do município no valor de **R\$ 711.088,05 (SETECENTOS E ONZE MIL, OITENTA E OITO REAIS E CINCO CENTAVOS)** conforme a seguir especificado:

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100141.091000	CONSTRUIR PONTE CONV.MIN.INT.NAC./CONSTRUIR E MANTER OS BUEIROS PROPORCIONANDO MAIOR TRAFEGABILIDADE AOS MORADORES DA AREA URBANA DO MUNICIPIO E AOS QUE ALI TRANSITAM SANEAMENTO BASICO
<b>44900000000 (622)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 135 Convenio Minist. Cidades .....R\$ 454.942,96</b>

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200131.104000	EXECUCAO OBRAS PAVIMENTACAO ASFALTICA/DRENAGEM/SINALIZACAO ESTRADA A LINHA SALETE - EIXO ESTRATEGICO DE DESENVOLVIMENTO
<b>44900000000 (622)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 136 Convneio MTUR paviment rural.....R\$ 256.145,09</b>

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 13 de março de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 117/2020 de 07 de abril de 2020.**

**DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica remanejado credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)** conforme a seguir especificado:

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
18	Gestao Ambiental
18512	Saneamento Basico Urbano
185120011	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA
1851200112.205000	MANUTENCAO E AMPLIACAO ACOES:SERVICOS LIMPEZA URBANA, COLETA DE LIXO, COLETA SELETIVA E DESTINO FINAL (ATERRO SANITARIO), IMPLANT. E MANUT LIXEIRAS, RECOLH.ENTULHOS/GER.RES.SOLIDOS E OUTROS LIMP.URB.
<b>33900000000 (651)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 0100 recursos ordinários.....R\$ 50.000,00</b>

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)**.

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
18	Gestao Ambiental
18512	Saneamento Basico Urbano
185120011	SERVICOS DE UTILIDADE PUBLICA
1851200112.205000	MANUTENCAO E AMPLIACAO ACOES:SERVICOS LIMPEZA URBANA, COLETA DE LIXO, COLETA SELETIVA E DESTINO FINAL (ATERRO SANITARIO), IMPLANT. E MANUT LIXEIRAS, RECOLH.ENTULHOS/GER.RES.SOLIDOS E OUTROS LIMP.URB.
<b>31900000000 (650)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 0100 recursos ordinários.....R\$ 40.500,00</b>
<b>44900000000 (652)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 0100 recursos ordinários.....R\$ 9.500,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 07 DE abril DE 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**

*Estado de Santa Catarina***MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 126/2020 de 14 de abril de 2020.**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO SUPLEMNTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA**

ART. 1º Fica aberto credito suplementar por excesso de arrecadação na fonte no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde do município no valor de **R\$ 335.000,00 (TREZENTOS E TRINTA E CINCO MIL REAIS)** conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saúde
10304	Vigilancia Sanitaria
103040007	VIDA SAUDAVEL
1030100072.254000	ESTRUTURACAO DA REDE DE SERVICOS DE ATENCAO BASICA DE SAUDE DO MUNICIPIO -RECURSOS GOVERNO FEDERAL - EQUIPAMENTO , OBRAS, ACADEMIA DA SAUDE, VEICULOS EOUTROS PARA ATENDIMETNO PROGRAMA DE SAUDE
3390000000000 (731)	APLICAÇÕES DIRETAS..... 123 Transf.de Convenios - Saude..... <b>R\$ 105.000,00</b>
4490000000000 (733)	APLICAÇÕES DIRETAS..... 123 Transf.de Convenios - Saude..... <b>R\$ 230.000,00</b>

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 14 de abril de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
SECRETARIA DE ADM



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 132/2020 de 29 de abril de 2020.**

**DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica remanejado credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS)** conforme a seguir especificado:

14	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESC
14.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESC
08	Assistencia Social
08243	Assistencia a Crianca e ao Adolescente
082430008	DESENVOLV. SOCIAL-CRIANCA E ADOLESCENTE ASSISTIDO
0824300082.236000	FIA - FUNDO MUN INF. E ADOLESCENCIA /DESENV. ACOES DE MANUT.MELHORIA E AMPLIACAO ATIVIDADES EM BENEFICIO/PROTECAO DA CRIANCA E ADOLESCENTE DO MUNICIPIO/DESENV.POLITICAS PUBLICAS E ACOES PRIORIDADES
33500000000 (660)	TRSNF.INST.PRIV.SEM FISN LUCRETIV.....100 recursos ordinários.....R\$ 12.500,00

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 12.500,00 (DOZE MIL E QUINHENTOS REAIS))**.

14	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESC
14.01	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESC
08	Assistencia Social
08243	Assistencia a Crianca e ao Adolescente
082430008	DESENVOLV. SOCIAL-CRIANCA E ADOLESCENTE ASSISTIDO
0824300082.236000	FIA - FUNDO MUN INF. E ADOLESCENCIA /DESENV. ACOES DE MANUT.MELHORIA E AMPLIACAO ATIVIDADES EM BENEFICIO/PROTECAO DA CRIANCA E ADOLESCENTE DO MUNICIPIO/DESENV.POLITICAS PUBLICAS E ACOES PRIORIDADES
33500000000 (660)	TRSNF.INST.PRIV.SEM FISN LUCRETIV.....100 recursos ordinários.....R\$ 12.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 29 DE abril DE 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL N° 152/2020 de 20 de maio de 2020.**

**DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica remanejado credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 34.000,00 (TRINTA E QUATRO MIL REAIS)** conforme a seguir especificado:

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.180000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DOS GINASIOS,MODULO ESPORTIVO E TODA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA DO MUNICIPIO
<b>339000000000 (559)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 10.000,00</b>

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	EDUCACAO MODELO
1236100052.235000	MANUTENCAO GERAL ACOES SECRETARIA MUNIC.EDUCACAO - ATENDIMENTO REDE MUNIC ENSINO
<b>3190000000000 (478)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas.....R\$ 24.000,00</b>

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 34.000,00 (TRINTA E QUATRO MIL REAIS)**

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.180000	MANUTENCAO E CONSERVACAO DOS GINASIOS,MODULO ESPORTIVO E TODA INFRA-ESTRUTURA ESPORTIVA DO MUNICIPIO
<b>449000000000 (560)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 10.000,00</b>

04	DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO
04.01	DEPART.MUNIC.DA EDUCACAO
12	Educacao
12361	Ensino Fundamental
123610005	EDUCACAO MODELO
1236100052.235000	MANUTENCAO GERAL ACOES SECRETARIA MUNIC.EDUCACAO - ATENDIMENTO REDE MUNIC ENSINO
<b>3390000000000 (481)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 104 FUNDEB - Educacao - Outras despesas.....R\$ 24.000,00</b>

ART. 3º Fica remanejado credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde do município no valor de **R\$ 62.000,00 (SESSENTA E DOIS MIL REAIS)** conforme a seguir especificado:



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO**

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saúde
10304	Vigilancia Sanitaria
103040007	VIDA SAUOAVEL
1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS/ATENDIMENTO DE SAUDE AS FAMILIAS MODELENSES
<b>3190000000000 (761)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atencao Basica - Bloco: BLATB.....R\$ 32.000,00</b>
1030100072.293000	MANUT.PROG./ATIV. PMAQ - MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DO ATEND. A SAUDE MUNICIPAL
<b>3190000000000 (765)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atencao Basica - Bloco: BLATB.....R\$ 30.000,00</b>

ART. 4º Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 3º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral Fundo de Saúde do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 62.000,00 (SESSENTA E DOIS MIL REAIS)**

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saúde
10304	Vigilancia Sanitaria
103040007	VIDA SAUOAVEL
1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA - MANUTENCAO E AMPLIACAO DOS SERVICOS/ATENDIMENTO DE SAUDE AS FAMILIAS MODELENSES
<b>3390000000000 (763)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atencao Basica - Bloco: BLATB.....R\$ 20.000,00</b>
<b>3350000000000 (762)</b>	<b>TRANSF. INST.PRIV.SEMFINS LUCRT..... 214 Atencao Basica - Bloco: BLATB.....R\$ 12.000,00</b>
1030100072.293000	MANUT.PROG./ATIV. PMAQ - MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DO ATEND. A SAUDE MUNICIPAL
<b>3350000000000 (766)</b>	<b>TRANSF. INST.PRIV.SEMFINS LUCRT..... 214 Atencao Basica - Bloco: BLATB.....R\$ 30.000,00</b>

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 20 de maio de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 160/2020 de 05 de junho de 2020.**

**DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica remanejado crédito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 155.000,00 (CENTO E CINQUENTA E CINCO MIL REAIS)** conforme a seguir especificado:

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100142.21300	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS
<b>44900000000 (626)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 140.000,00</b>

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200061.009000	MANUT. E AMPL. ESPACOS ESPORTIVOS/ ESTADIO/APOIO ATIV.DESENV.FUTEBOL CAMPO, SUICO E DEMAIS ATIVIDADES DESPORTIVOS FORMACAO ATLETAS
<b>44900000000 (551)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 15.000,00</b>

ART. 2º - Os recursos para a cobertura do crédito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)**

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100142.21300	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS
<b>33900000000 (625)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 90.000,00</b>
<b>31900000000 (624)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 50.000,00</b>

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200061.009000	MANUT. E AMPL. ESPACOS ESPORTIVOS/ ESTADIO/APOIO ATIV.DESENV.FUTEBOL CAMPO, SUICO E DEMAIS ATIVIDADES DESPORTIVOS FORMACAO ATLETAS
<b>33900000000 (550)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 15.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 05 de junho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**

DECRETO 160/2020

1

*Estado de Santa Catarina***MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL N° 191/2020 de 22 de julho de 2020.**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por excesso de arrecadação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 9.097,05 (NOVE MIL, NOVENTA E SETE REAIS E CINCO CENTAVOS)** conforme a seguir especificado:

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100142.257000	MANUTEN.AMPL.SERV. OBRAS ILUMINACAO PUBLICA NO MUNICIPIO
44900000000 (632)	APLICAÇÕES DIRETAS... 242 Conv, Estado Celesc Eficientização.....R\$ 9.097,05

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 22 de julho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 193/2020 de 22 de julho de 2020.**

**DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE CREDITO ORÇAMENTARIO POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

ART. 1º Fica remanejado credito suplementar por por anulação de dotação orçamentaria no orçamento geral do município no valor de **R\$ 52.500,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS)** conforme a seguir especificado:

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
<b>44900000000 (558)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 3.000,00</b>

07	FAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
08	Assistência Social
08244	Assistência Comunitária
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITARIO
0824400092.197000	MANUTENCAO/AMPLIACAO E EQUIPAM. PARA ATENDIMENTOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO FAS - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL.
<b>44900000000 (579)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 4.000,00</b>

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100142.215000	CONSTR. E MANUT. PRACA PUBLICA COM INFRA-ESTRUT.PARQUE INF.E OUT.REURBAN. PRACAS, CANTEIROS E JARDINS
<b>33900000000 (628)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 5.000,00</b>
1545100142.257000	MANUTEN.AMPL.SERV. OBRAS ILUMINACAO PUBLICA NO MUNICIPIO
<b>44900000000 (631)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 20.500,00</b>

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviário
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.209000	EXECUCAO OBRAS E SERV.MELHORIAS DAS ESTRADAS VICINAIS: PAVIMENTACAO: CALCAMENTO, CASCALHAMENTO, DRENAGEM. SINALIZ. ABERTURAS E ALARGAM/ PONTES/PONTILHOES BUEIROS E OUTROS REF.EIXOS DE DES.PRINC. E S
<b>33900000000 (669)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 20.000,00</b>

Art. 2º - Os recursos para a cobertura do credito de que trata o artigo 1º, serão provenientes de anulação de dotação orçamentária do orçamento geral do município , conforme a seguir especificado, no valor de **R\$ 52.500,00 (CINQUENTA E DOIS MIL E CINQUENTA REAIS)**



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO**

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
<b>33900000000 (557)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 3.000,00</b>

07	FAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
08	Assistência Social
08244	Assistência Comunitária
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITARIO
0824400092.197000	MANUTENCAO/AMPLIACAO E EQUIPAM. PARA ATENDIMENTOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO FAS - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL.
<b>33900000000 (577)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 4.000,00</b>

09	DEPART. DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100142.215000	CONSTR. E MANUT. PRACA PUBLICA COM INFRA-ESTRUT.PARQUE INF.E OUT.REURBAN. PRACAS, CANTEIROS E JARDINS
<b>44900000000 (629)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 5.000,00</b>
1545100142.257000	MANUTEN.AMPL.SERV. OBRAS ILUMINACAO PUBLICA NO MUNICIPIO
<b>44900000000 (631)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 20.500,00</b>

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviário
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.209000	EXECUCAO OBRAS E SERV.MELHORIAS DAS ESTRADAS VICINAIS: PAVIMENTACAO: CALCAMENTO, CASCALHAMENTO, DRENAGEM. SINALIZ. ABERTURAS E ALARGAM/ PONTES/PONTILHOES BUEIROS E OUTROS REF.EIXOS DE DES.PRINC. E S
<b>44900000000 (670)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 20.000,00</b>

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as dispões em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 22 de julho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

JANICE MARTINI MULLER  
 SECRETARIA DE ADM

*Estado de Santa Catarina***MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL N° 194/2020 de 22 de julho de 2020.**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por superávit financeiro no orçamento geral do município no valor de **R\$ 10.308,94**(DEZ MIL, TREZENTOS E OITO REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS) conforme a seguir especificado:

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100142.257000	MANUTEN.AMPL.SERV. OBRAS ILUMINACAO PUBLICA NO MUNICIPIO
44900000000 (632)	APLICAÇÕES DIRETAS... 242 Conv, Estado Celesc Eficientização.....R\$ 10.308,94

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 22 de julho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 195/2020 de 22 de julho de 2020.**

**DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

ART. 1º Fica remanejado credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 130.000,00(CENTO E TRINTA MIL REAIS)** conforme a seguir especificado:

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
<b>449000000000 (558)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 130.000,00</b>

ART. 2º Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 1º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 93.080,00 (NOVENTA E TRES MIL E OITENTA REAIS)**

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
<b>3190000000000 (555)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 101.000,00</b>
<b>3390000000000 (557)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 23.000,00</b>
<b>3350000000000 (556)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 100 RECURSOS ORDINARIOS.....R\$ 6.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 22 de julho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**

DECRETO 195//2020

1



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 196/2020 de 31 de julho de 2020.**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO ORÇAMENTARIO POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

ART. 1º Fica credito suplementar por excesso de arrecadação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 457.932,92 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MIL, NOVECENTOS E TRINTA E DOIS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS)** conforme a seguir especificado:

03	DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA
03.01	ADMINISTRACAO GERAL
04	Administracao
04122	Administracao Geral
041220003	ADMINISTRACAO GERAL
0412200032.169000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ADMINISTRACAO GERAL DO MUNICIPIO
31900000000 (1568)	APLICAÇÕES DIRETAS... 152 COVID19 REC. TRANSF. UNIÃO AUXILIO FINAN.....R\$ 33.250,70
04123	Administracao Financeira
041230004	ADMINISTRACAO FINANCEIRA
0412300042.175000	MANUTENCAO GERAL DAS ATIVIDADES FINANÇAS/TRIBUTACAO/CONTABILIDADE E OUTROS
31900000000 (1569)	APLICAÇÕES DIRETAS... 152 COVID19 REC. TRANSF. UNIÃO AUXILIO FINAN.....R\$ 27.570,20

06	DEPARTAMENTO GERAL DE ESPORTE
06.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTE
27	Desporto e Lazer
27812	Desporto Comunitario
278120006	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE E LAZER
2781200062.179000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES GERAIS DO DME (DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES)
31900000000 (1569)	APLICAÇÕES DIRETAS... 152 COVID19 REC. TRANSF. UNIÃO AUXILIO FINAN.....R\$ 45.000,00

07	FAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
08	Assistencia Social
08244	Assistencia Comunitaria
082440009	DESENVOLVIMENTO SOCIAL COMUNITARIO
0824400092.266000	MANUT.GERAL ATENDIM. CRAS- CENTRO DE REFERENCIA ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO DE MODELO SC
31900000000 (1579)	APLICAÇÕES DIRETAS... 152 covid19 recursos transf união auxilio finan....R\$ 20.263,13

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545100142.213000	MANUTENCAO/AMPLIACAO E MELHORIA ATIVIDADES GERAIS/ACOES DESENVOLVIMENTO OBRAS PUBLICAS E SERVICOS URBANOS
31900000000 (1602)	APLICAÇÕES DIRETAS... 152 covid19 recursos transf união auxilio finan....R\$ 96.996,65

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.090000	MANUT. GERAL ATIVID. DME-ESTRADAS VICIN, ACESSOS AS PROPRIED-PATIOS UN.PROD. EXECUCAO DE INFRA-ESTR, MANUT. DO PARQUE DE MAQ. E

1

DECRETO 196/2020



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO**

	AMPLIACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS
<b>31900000000 (1581)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 152 covid19 recursos transf união auxilio finan....R\$ 79.926,13</b>

11	DEPART.GERAL DA AGRICULTURA
11.01	DEPART. DA AGRICULTURA
20	Agricultura
20606	Extensao Rural
206060015	DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA
2060600152.100000	MANUTENCAO DOS PROGRAMAS E ATIVIDADES DE ASSISTENCIA GERAL NO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUARIA NO MUNICIPIO DE MODELO
<b>31900000000 (1582)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 152 covid19 recursos transf união auxilio finan....R\$ 66.330,31</b>

02	GABINETE DO PREFEITO
02.01	GABINETE DO PREFEITO
04	ADMINISTRAÇÃO
04122	ADMINISTRAÇÃO GERAL
041220002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR
0412200022.004000	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE ASSESSORIA e ADM.SERV. GABINETE EXECUTIVO
<b>31900000000 (1566)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 152 COVID19 REC. TRANSF. UNIÃO AUXILIO FINAN.....R\$ 12.422,08</b>
0412200022.167000	MANUTENCAO DO FUNCIONAMENTO DA ADMINISTRACAO SUPERIOR DO MUNICIPIO/GABINETE DO PREFEITO,VICE-PREFEITO E ASSESSORIAS E CONTROLE-INTERNO
<b>31900000000 (1567)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 152 COVID19 REC. TRANSF. UNIÃO AUXILIO FINAN.....R\$ 72.241,08</b>

05	DEPARTAMENTO DE CULTURA
05.01	SETOR DE CULTURA
13	CULTURA
13392	DIFUSÃO CULTURAL
133920019	DESENVOLVIMENTO DA CULTURA
1339200192.132000	DIFUSAO DA CULTURA EM GERAL DO MUNICIPIO
<b>31900000000 (1567)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 152 COVID19 REC. TRANSF. UNIÃO AUXILIO FINAN.....R\$ 3.932,64</b>

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 31 de julho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**

*Estado de Santa Catarina***MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL N° 197/2020 de 22 de julho de 2020.**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por excesso de arrecadação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde do município no valor de **R\$ 39.624,75 (TRINTA E NOVE MIL, SEISCENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)** conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAUDE
10	Saúde
10304	Vigilância Sanitária
103040007	VIDA SAUDAVEL
1030100072.182000	MANUTENCAO DESENV. GERAL DO ESF - ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA/MANTER E AMPLIAR OS PROGRAMAS DA SAUDE DA FAMILIA-ACOES/SERVICOS/ESTRATEGIA - SAUDE DA FAMILIA MUNICIPIO
<b>449000000000 (727)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 128 Convenio Estado - Saude.....R\$ 76.080,00</b>

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 22 de julho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**

*Estado de Santa Catarina***MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 0198/2020 de 22 de julho de 2020.**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por excesso de arrecadação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 21.336,41(VINTE E UM MIL, TREZENTOS E TRINTA E SEIS REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS)** conforme a seguir especificado:

07	FAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
08	Assistencia Social
08243	Assistencia a Crianca e ao Adolescente
082430008	DESENVOLV. SOCIAL-CRIANCA E ADOLESCENTE ASSISTIDO
0824300082.067000	CULTIVAR -MANUT. GERAL, MELHOR E AMPL. SERV.FORT.VINCULOS/ E OUTROS DE ATENDIMENTO E DE PROTECAO DA CRIANCA E ADOLESCENTE (MATER.SERV. OFICINAS, CURSOS, PESSOAL, REFORMAS E DEMAIS ATIV.CONFORME PLANO
31900000000 (1578)	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 152 covid19 recursos transf união auxilio finan....R\$ 21.336,41</b>

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 22 de julho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 204/2020 de 31 de JULHO de 2020.**

**DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA**

ART. 1º Fica remanejado credito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde do município no valor de **R\$ 320.000,00 (TREZENTOS E VINTE MIL REAIS)** conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAÚDE
10	Saúde
10301	Atenção Básica
103010007	VIDA SAUDAVEL
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
<b>449000000000 (726)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 102 RECURSOS DE IMPOSTOS SAÚDE.....R\$ 320.000,00</b>

ART. 2º Os recursos para a cobertura do credito de que tratam o artigo 2º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral Fundo de Saúde do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 320.000,00 (TREZENTOS E VINTE MIL REAIS)**

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAÚDE
10	Saúde
10301	Atenção Básica
103010007	VIDA SAUDAVEL
1030100072.185000	MANUTENCAO GERAL DAS ACOES DE DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE PÚBLICA NO MUNICIPIO DE MODELO-SC
<b>319000000000 (718)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 102 RECURSOS DE IMPOSTOS SAÚDE.....R\$ 250.000,00</b>
<b>339000000000 (723)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 102 RECURSOS DE IMPOSTOS SAÚDE.....R\$ 70.000,00</b>

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 31 de julho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**

1

DECRETO 204/2020



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 205/2020 de 31 de julho de 2020.**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por excesso de arrecadação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)** conforme a seguir especificado:

09	DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB
09.01	OBRAS, SERV.URBANOS E LIMPEZA PUBLICA
15	Urbanismo
15451	Infra-estrutura urbana
154510014	Urbanismo modelo qualidade de vida
1545200142.214000	MANUT. E AMPLIACAO INFRA-ESTRUTURA VIARIA URBANA/OBRAS/PASEIOS PUBLICOS/SINALIZACAO/ PONTES/PONTILHOES/PASSARELAS E OUTROS INFR.TURISTICA
<b>44900000000 (1564)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS.....72 emendas parlamentares impositivas.....R\$ 150.000,00</b>

10	DEPART. DE MANUT.DE ESTRADAS RODOV.MUNIC
10.01	DEP.DE MANUT.E DE ESTRADAS ROD.DO MUNIC.
26	Transporte
26782	Transporte Rodoviario
267820013	ESTRADAS VICINAIS
2678200132.209000	EXECUCAO OBRAS E SERV.MELHORIAS DAS ESTRADAS VICINAIS: PAVIMENTACAO:CALCAMENTO, CASCALHAMENTO, DRENAGEM. SINALIZ. ABERTURAS E ALARGAM/ PONTES/PONTILHOES BUEIROS E OUTROS REF.EIXOS DE DES.PRINC. E S
<b>44900000000 (1565)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS.....72 emendas parlamentares impositivas.....R\$ 150.000,00</b>

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 31 de julho de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**



Estado de Santa Catarina

**MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL Nº 227/2020 de 14 de agosto de 2020.**

**DISPÕE SOBRE REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR ANULAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

ART. 1º Fica remanejado crédito suplementar por anulação de dotação no orçamento geral do Fundo Municipal de Saúde do município no valor de **R\$ 93.080,00(NOVENTA E TRES MIL E OITENTA REAIS)** conforme a seguir especificado:

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAÚDE
10	Saúde
10304	Vigilância Sanitária
103040007	VIDA SAUDÁVEL
1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS/ATENDIMENTO DE SAÚDE AS FAMÍLIAS MODELENSES
<b>3190000000000 (761)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atenção Básica - Bloco: BLATB.....R\$ 12.000,00</b>
1030100072.293000	MANUT.PROG./ATIV. PMAQ - MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DO ATEND. A SAÚDE MUNICIPAL
<b>3190000000000 (765)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atenção Básica - Bloco: BLATB.....R\$ 34.580,00</b>
1030100072.291000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA: PROG.PAB FIXO -PISO DE ATENÇÃO BÁSICA
<b>3190000000000 (757)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atenção Básica - Bloco: BLATB.....R\$ 34.500,00</b>
1030100072.280000	SAÚDE BUCAL - ACOES/SERV/ESTRAT.-PROG.SORRIDENTE,KIT DENTAL, ATEND.PREV.CURATIVO,FORNEC.PROTESE DENTAL E OUTRAS ).
<b>3190000000000 (747)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atenção Básica - Bloco: BLATB.....R\$ 12.000,00</b>

ART. 2º Os recursos para a cobertura do crédito de que tratam o artigo 2º, serão provenientes de anulação da dotação orçamentária, do Orçamento Geral Fundo de Saúde do Município, conforme a seguir especificado no valor **R\$ 93.080,00 (NOVENTA E TRES MIL E OITENTA REAIS)**

08	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E DIRETORIA GER
08.01	FMS - FUNDO MUN.DA SAÚDE
10	Saúde
10304	Vigilância Sanitária
103040007	VIDA SAUDÁVEL
1030100072.292000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS/ATENDIMENTO DE SAÚDE AS FAMÍLIAS MODELENSES
<b>4490000000000 (764)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atenção Básica - Bloco: BLATB.....R\$ 12.000,00</b>
1030100072.293000	MANUT.PROG./ATIV. PMAQ - MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE DO ATEND. A SAÚDE MUNICIPAL
<b>3390000000000 (767)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atenção Básica - Bloco: BLATB.....R\$ 15.000,00</b>
<b>3350000000000 (766)</b>	<b>TRANSF. INST PRIVADAS SEM FINS LUC..... 214 Atenção Básica B BLATB.....R\$18.400,00</b>
<b>4490000000000 (768)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atenção Básica - Bloco: BLATB.....R\$ 1.180,00</b>
1030100072.291000	ACAO/SERVICOS/ESTRATEGIA: PROG.PAB FIXO -PISO DE ATENÇÃO BÁSICA
<b>4490000000000 (760)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atenção Básica - Bloco: BLATB.....R\$ 22.500,00</b>
<b>3350000000000 (758)</b>	<b>TRANSF. INST PRIVADAS SEM FINS LUC..... 214 Atenção Básica B BLATB.....R\$ 12.000,00</b>
1030100072.280000	SAÚDE BUCAL - ACOES/SERV/ESTRAT.-PROG.SORRIDENTE,KIT DENTAL, ATEND.PREV.CURATIVO,FORNEC.PROTESE DENTAL E OUTRAS ).
<b>4490000000000 (750)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS..... 214 Atenção Básica - Bloco: BLATB.....R\$ 12.000,00</b>



*Estado de Santa Catarina*

---

## **MUNICÍPIO DE MODELO**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 18 de agosto de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**

*Estado de Santa Catarina***MUNICIPIO DE MODELO****DECRETO MUNICIPAL N° 228/2020 de 14 de agosto de 2020.**

**DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICIPIO DE MODELO CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.**

**RICARDO LUIS MALDANER**, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, em especial, as contidas na Lei orgânica Municipal,

**DECRETA:**

Art. 1º: Fica aberto credito suplementar por excesso de arrecadação no orçamento geral do município no valor de **R\$ 78.740,00(SETENTA E OITO MIL, SETECENTOS E QUARENTA REAIS)** conforme a seguir especificado:

07	FAS FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.01	FAS FUNDO MUNICIPAL DA PROMOÇÃO SOCIAL
08	Assistencia Social
08244	Assistencia Comunitaria
082440008	DESENVOLV. SOCIAL-CRIANCA E ADOLESCENTE ASSISTIDO
0824400082.195000	MANUTENCAO ACOES GERAIS DESENVOLVIMENTO DA ASSISTENCIA SOCIAL NO MUNICIPIO DE MODELO
<b>44900000000 (574)</b>	<b>APLICAÇÕES DIRETAS... 134 CONVENIO ASSISTENCIA SOCIAL.....R\$ 78.740,00</b>

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo SC, aos 14 de agosto de 2020.

**RICARDO LUIS MALDANER**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

Registrado e Publicado na data supra:

**JANICE MARTINI MULLER**  
**SECRETARIA DE ADM**

# Mondaí

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N° 024.2020 - PMM

Publicação N° 2638555

PROCESSO LICITATÓRIO N° 076/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 024/2020

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação EXCLUSIVA PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº 024/2020. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura aquisição de toner e cartucho de tinta para suprir a necessidade das diversas Secretarias da Administração Municipal de Mondaí/SC, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I, com entrega parcelada, para o período de 12 (doze) meses após a data de homologação. ENTREGA DOS ENVELOPES DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: deverão ser entregues na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Mondaí, sito a Av. Laju, nº 420, Centro, CEP 89893-000 - Mondaí/SC, a partir das 07h45min até as 08h15min do dia 25 de setembro de 2020. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h30min do dia 25 de setembro de 2020. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico [www.mondai.sc.gov.br](http://www.mondai.sc.gov.br). Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo telefone (49) 3674-3100 ou pelos e-mails: [compras@mondai.sc.gov.br](mailto:compras@mondai.sc.gov.br) e [compras1@mondai.sc.gov.br](mailto:compras1@mondai.sc.gov.br). MONDAI (SC), 10 de setembro de 2020. ELISEU BOHN - Secretário de Administração e Fazenda - Ordenador da Despesa

# Monte Carlo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 86/2020

Publicação Nº 2639014

DECRETO Nº 86/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DO FUTEBOL RECREATIVO, NA MODALIDADE FUTEBOL DE CAMPO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MONTE CARLO/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Federal n.º 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019";

CONSIDERANDO o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020, que altera o art. 9º do Decreto Estadual nº 562 e dispõe que "A governança das medidas sanitárias adotadas no território estadual será compartilhada com os Municípios nas respectivas regiões de saúde, cabendo aos entes municipais a deliberação a respeito do funcionamento de atividades públicas ou privadas em seus territórios, de acordo com as informações técnicas emanadas pelas autoridades sanitárias federal, estaduais e municipais, bem como com as recomendações sanitárias e epidemiológicas do COES, a fim de conter a contaminação e a propagação do Coronavírus";

CONSIDERANDO que a região Meio Oeste se encontra classificada na situação de risco potencial grave por causa do coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Portaria n.º 664/2020 SES, de 03 de setembro de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina;

DECRETA:

Art. 1º Fica liberada a prática de futebol recreativo, na modalidade futebol de campo, para praticantes acima de 16 (dezesesseis) anos, conforme dispõe a Portaria n.º 664/2020 SES, de 03 de setembro de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 2º Os jogos deverão ocorrer em dias alternados, respeitando as condições previstas na Portaria n.º 664/2020 SES, de 03 de setembro de 2020, da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina.

Art. 3º As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19 do Estado de Santa Catarina na região de saúde em que o município se encontra.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Monte Carlo, 10 de setembro de 2020.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

### PORTARIA 320/2020

Publicação Nº 2638737

PORTARIA Nº 320/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- RETORNO DA LICENÇA COM VENCIMENTOS PARA CONCORRER À CARGO ELETIVO nos termos do Art.107 Inc. IV da Lei Complementar 17/2006 de 06 de março de 2006, ao(a) servidor (a) MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA, investido(a) no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; durante o período compreendido entre o dia 15/08/2020 até o 5º (Quinto)dia, após as eleições(20/11/2020), em consonância com a Lei Complementar 64/90 de 18/05/1990.

Parágrafo Único: em caso da não homologação da candidatura pelo Diretório Municipal do Partido competente, a Licença será cessada de imediato devendo o servidor retornar às suas atividades no primeiro dia útil subsequente à data da Convenção.

Art. 2º- Justifica-se a Concessão de Licença, o pedido Protocolado sob o nº 438/2020, devidamente acolhido pela Prefeita Municipal nos termos da Emenda Constitucional nº. 107, de 02 de julho de 2020, da Lei Complementar Federal 64/90 de 18/05/1990 e Parecer Jurídico 057/2020 de 06/07/2020.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 09 de setembro 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 09 de setembro de 2020.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal  
Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 321/2020**

Publicação Nº 2638743

**PORTARIA Nº 321/2020**

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º- RETORNO DO AFASTAMENTO POR AUXÍLIO-DOENÇA, da (o) servidor (a) ARACÉLI GIRARDI DA SILVA; investida na função de PROFESSOR I do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO pelo período de 173(cento e setenta e três) dias a contar do dia 21 de março de 2020 a 09 de setembro de 2020. Retorna com remuneração correspondente ao nível salarial "121-I-M" e jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria gera efeitos a partir da data de 09 de setembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 09 de setembro de 2020.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal.  
Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 322/2020**

Publicação Nº 2638745

**PORTARIA Nº 322/2020**

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º. NOMEAR, o(a) servidor(a) JANAINA XAVIER RG 4.968.511,SSP/PI para exercer o cargo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM do quadro de pessoal com provimento TEMPORÁRIO, EMERGENCIAL E EXCEPCIONAL, pelo prazo de 60(sessenta dias); nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "388-TÉCNICA EM EMFERMAGEM" e jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais".

Art. 2º- Justifica-se a presente contratação pela necessidade emergencial de dispor de profissional pra atender no Centro de Triagem do COVID-19, conforme parecer jurídico nº 57/2020.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 de setembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de setembro de 2020.  
SONIA SALETE VEDOVATTO  
Prefeita Municipal  
Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 323/2020**

Publicação Nº 2638746

**PORTARIA 323/2020**

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art.1º- CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO para o (s) servidor (es) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, conforme decreto nº 065 de 30 de julho de 2020, a contar do 01 de setembro de 2020 a 29 de novembro de 2020 e 08 de setembro de 2020 a 06 de dezembro de 2020, compreendendo assim os períodos de afastamentos, nos termos do Parecer Jurídico.

COD	SERVIDOR	PARECER JURÍDICO	PERÍODO
518	BERNADETE RIBEIRO FERREIRA	Nº 040/2020	01/09/2020 A 29/11/2020
586	CLAUDENIR JOÃO PARISE	Nº 036/2020	01/09/2020 A 29/11/2020
1570	ELIDIANE DE SOUZA	Nº 004/2020	01/09/2020 A 29/11/2020
223	GILMAR FRANCISCO FERRARI	Nº 052/2020	08/09/2020 A 06/12/2020
61	ISRAEL RODRIGUES	Nº 102/2018	01/09/2020 A 29/11/2020
2195	MARGARETE DE FATIMA DOS SANTOS SACRAMENTO	Nº 011/2020	01/09/2020 A 29/11/2020

Art. 2º- As licenças-prêmio serão concedidas pelo motivo da pandemia do COVID-19, tomando como medidas de prevenção e combate ao contágio.

Art. 3º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros retroagindo na data de 01 setembro 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de setembro de 2020

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal

## PORTARIA 324/2020

Publicação Nº 2638749

PORTARIA Nº 06/201PORTARIA 324/2020

O Prefeito Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de SETEMBRO/2020, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
SIRLEY SCHUMACHER FORTES	05/01/2019 A 04/01/2020	01/09/2020 A 30/09/2020

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 01 de setembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 10 de setembro de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal

## PORTARIA 325/2020

Publicação Nº 2638751

PORTARIA Nº 235/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- RETORNO DA LICENÇA SEM VENCIMENTOS da (o) servidor (a) DIANA TAVARES DA ROSA investido(a) no cargo de PSICÓLOGA do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado pela Lei Complementar Municipal 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, pelo período de 190(cento e noventa) dias a contar do dia 03 de março de 2020 a 08 de setembro de 2020. Retorna com remuneração correspondente ao nível salarial simbologia "378-PSICÓLOGA" e jornada de trabalho de 40(quarenta) horas semanais.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos, inclusive os financeiros, na data de 08 de setembro de 2020, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 08 de setembro de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 326/2020**

Publicação N° 2638752

PORTARIA N° 326/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º- EXONERAR POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA o (a), servidor (a) MARIANA MANGOLT VIEIRA, investido (a) no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE do quadro de Pessoal com Provimento TEMPORÁRIO, criados e aprovados pela Lei 17/2006 de 06 de março de 2006; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos retroagindo na data de 01 de setembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de setembro de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 327/2020**

Publicação N° 2638755

PORTARIA N° 327/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º-EXONERAR POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, ao (a) servidor (a) NOELI IZABEL ALBERTI investido(a) na cargo de PROFESSOR IV do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos retroagindo na data de 01 de setembro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 10 de setembro de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**PORTARIA 328/2020**

Publicação N° 2638756

PORTARIA N° 328/2020

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º- CONCEDER a(o) servidor(a) PAULO CESAR FELIX investido(a) no cargo de MOTORISTA do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; LICENÇA SEM VENCIMENTOS criada e aprovada pela Lei Complementar nº 17/2006 de 06 de março de 2006, conforme Parecer Jurídico N°. 065/2020 de 01 de setembro de 2020; pelo período de 730(setecentos e trinta dias) a contar desta portaria.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos, inclusive os financeiros, retroagindo na data de 01 de setembro de 2020, revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 10 de setembro de 2020.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

**RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0030/2020 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0030/2020 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2020**

Publicação Nº 2638269

RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0030/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0030/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0024/2020

A Prefeitura de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, através do Pregoeiro e Comissão de Licitações, torna público aos interessados a Retificação do Edital:

Alteração da data de Abertura:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 horas do dia 11/09/2020 até 09:45 horas do dia 24/09/2020.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 09:45 às 10:00 horas do dia 24/09/2020.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 24/09/2020.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

Seguem as seguintes alterações:

Alteração da descrição e valores dos Itens.

Monte Carlo, 10 de Setembro de 2020.

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE PUBLICAÇÕES DE PROPOSIÇÕES**

Publicação Nº 2639521

EXTRATO DE PROPOSIÇÕES ANALISADAS  
(RESOLUÇÕES N. 01 E 03/2020)  
Sessão do Plenário Virtual de 10/09/2020

Proposição: Pedido de Informações nº. 22, de 2020.

Assunto: Que a Chefe do Poder Executivo Municipal informe, tendo em vista as suplementações recebidas na Câmara Municipal, nestes últimos dois meses, protocoladas com a finalidade de aquisição de veículo – ônibus, qual o real quantitativo de veículos - ônibus pretendidos com estas suplementações

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Joel de Oliveira – PP; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios. Remessa ao Poder Executivo para providências

Proposição: Projeto de Resolução nº. 05, de 2020.

Assunto: ALTERA E ACRESCENTA DISPOSITIVO NO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL (RESOLUÇÃO 01/95) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Vereadores presentes: Volnir Stratmann - PSD (Presidente); Ademir Valduga – MDB (Vice-Presidente); Dirceu de Souza – PSDB (1º Secretário); Luizinho Cordeiro – MDB (2º Secretário); Adair Luiz Gonçalves - MDB; Joel de Oliveira – PP; Maria Cristina Dick Rigo – PSD, Thais Camile Frozza – PSDB e Valcemir Antonio Cordeiro - MDB.

Súmula da votação em Plenário: Aprovado, em 2º turno, à unanimidade.

Encaminhamento: À publicação no Diário Oficial dos Municípios.

# Monte Castelo

## CÂMARA MUNICIPAL

**DECRETO 06/2020**

Publicação Nº 2638030

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2020**

**“Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente de infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) no âmbito das dependências do legislativo municipal e dá outras providências.”**

**LEANDRO SIMÕES DE LIMA**, Presidente da Câmara Municipal de Monte Castelo/SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas no artigo 20, § 2.º da Lei Orgânica Municipal e dos artigos 23 e 24 do Regimento Interno.

**Considerando** a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de Janeiro de 2020, decorrente da infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19);

**Considerando** a necessidade de reduzir o risco de contágio da população;

**Considerando** a necessidade de conter a propagação de infecção e transmissão local e preservar a saúde de parlamentares, servidores e a população em geral;

**RESOLVE:**

**Artigo 1.º** Adotar as seguintes medidas:

I – Permitir a presença de público durante as sessões ordinárias, não podendo ser excedido 50% (cinquenta por cento) da capacidade do ambiente e as mesmas continuarão a serem transmitidas pela página do Facebook da Câmara de Vereadores do Município de Monte Castelo;

II – Durante as sessões, deverá ser respeitado, o distanciamento necessário a segurança de todos, o uso obrigatório de máscaras e a utilização de álcool gel para assepsia das mãos e de todos os ambientes;

III – Durante o expediente regular da Câmara, o acesso do público é permitido desde que respeitado o uso obrigatório de máscaras de segurança, mantendo-se o distanciamento necessário e o uso de álcool gel, sendo que as medidas deste inciso deverão ser respeitadas por prazo indeterminado;

IV - Qualquer pessoa que atue nas dependências da Câmara que esteja incluída no grupo de risco, (peçoas com idade igual ou superior a 65 anos, portadores de doenças crônicas [cardiovasculares, **diabetes**, hipertensão e doença pulmonar obstrutiva crônica] e os pacientes com **câncer** diagnosticado há menos de cinco anos. Os últimos estudos, porém, propuseram novos fatores de risco: pacientes em **diálise** ou outro tratamento para doença renal crônica, **obesidade**, **asma** moderada ou grave e **tabagismo**”) devem informar ao chefe de gabinete e caso apresente sintomas similares aos da gripe e se tiverem contato com pessoa potencialmente contaminada pelo coronavírus não devem comparecer no recinto;

Artigo 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

---

LEANDRO SIMÕES DE LIMA

PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO 163/2020

Publicação Nº 2638245

DECRETO Nº 163/2020, DE 10 de Setembro de 2020.

DEFINE CRITÉRIOS PARA A RETOMADA DO FUTEBOL RECREATIVO .

O Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do coronavírus;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à COVID19;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia no Estado, com a emissão da Portaria SES nº 664, de 03 de setembro de 2020, que definiu critérios para a retomada do futebol recreativo em todo o território catarinense,

#### DECRETA

Art. 1º O retorno do futebol recreativo se dará de forma gradual e monitorada, considerando a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19, nos termos do estabelecido pelo Estado de Santa Catarina, nas regiões de saúde, obedecidos os seguintes critérios, conforme o Município se encontrar em situação de Risco Potencial Alto, Grave ou Gravíssimo:

I- se classificado como em Risco Potencial ALTO (representado pela cor amarela) na Avaliação de Risco Potencial para COVID-19: os jogos estão liberados em todos os dias da semana;

II- se classificado como em Risco Potencial GRAVE (representado pela cor laranja) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19: os jogos somente podem ocorrer em dias alternados;

III- se classificado como em Risco Potencial GRAVISSIMO (representado pela cor vermelha) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19: os jogos ficam proibidos pelo período de tempo determinado pela Portaria SES nº 592 de 17/08/2020 e suas atualizações.

Art. 2º Deverão ser observadas as exigências constantes da Portaria SES n. 664, de 03 de setembro de 2020, para o exercício da atividade de futebol recreativo.

Parágrafo único. As medidas previstas no caput deste artigo são complementares às outras normas sanitárias vigentes que se apliquem à atividade, devendo ser observadas regras mais ampliativas ou restritivas eventualmente impostas por normas e atos expedidos pelo Governo Federal ou Estadual.

Art. 3º A fiscalização será realizada, por parte do Município, pelo órgão da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, agentes de Defesa Civil e agentes de fiscalização municipais, que ficam autorizados a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território do Município, durante a vigência da pandemia da COVID-19.

Art. 4º As autorizações previstas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 162/2020**

Publicação Nº 2638962

DECRETO Nº 162/2020, em 09 de setembro de 2020.

NOMEIA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, NOS TERMOS DO ARTIGO 170 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2009, QUE TRATA DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA.

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 69, XII, da Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar Municipal nº 002/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituído o Conselho Municipal de Contribuintes, nos termos do artigo 170, da Lei Complementar nº 002/2009, que trata do Código Tributário do Município de Morro da Fumaça, sendo composto pelos seguintes integrantes:

1. Fernando Vicente Guollo- membro efetivo- Contribuinte Representante do Comércio
- André Luiz Cechinel- membro suplente- Contribuinte Representante do Comércio
2. Andréia da Silva Rodrigues- membro efetivo- Contribuinte Representante da Indústria
- Jonata Cardoso Henfrain- membro suplente- Contribuinte Representante da Indústria
3. Dilney Junior Leonardo Goulart- membro efetivo- Representante do Governo Municipal
- Vanessa Mussó Garcia- membro suplente- Representante do Governo Municipal
4. Willian Bruning- membro efetivo- Representante do Governo Municipal
- Nilda Maurina Patricio- membro suplente- Representante do Governo Municipal

Art. 2º - Nos termos do artigo 171, da Lei Complementar nº 002/2009, fica nomeado o Senhor Gustavo Carrer Jochen como presidente do Conselho Municipal de Contribuintes.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 09 de setembro de 2020.

AGENOR CORAL  
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO  
Secretário do Sistema Econômico  
Publicado no Diário Oficial do Município e no site [www.morrodafumaca.sc.gov.br](http://www.morrodafumaca.sc.gov.br)

**ERRATA DO REGISTRO DE PREÇO 025/2020**

Publicação Nº 2637958

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA. ERRATA do Registro de Preço 025/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, CONSTANTES DO GUIA DA FARMÁCIA, PARA USO IMEDIATO, EMERGENCIAL E CUMPRIMENTO DE MANDADOS JUDICIAIS, conforme anexo. Altera-se o anexo I. Data 23/09/2020 às 13:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**ERRATA DO REGISTRO DE PREÇO 130/2020**

Publicação Nº 2638327

MORRO DA FUMAÇA. ERRATA do Registro de Preço 130/2020. Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, conforme anexo. Altera-se o anexo I. Data 24/09/2020 às 08:30 Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

**PORTARIA 1 - PRONTO PARA PUBLICAÇÃO**

Publicação Nº 2638682

PORTARIA Nº 01 XXXXXX.

Estabelece periodicidade das inspeções do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça, nos estabelecimentos registrados sob fiscalização periódica.

A Secretaria do Sistema de Infraestrutura, no uso das atribuições que lhe confere o Lei Municipal nº 1.922 de 17 de abril de 2019, e de acordo com o Art.11 parágrafo 4 do Decreto municipal nº 126/2019 resolve:

RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer a periodicidade das inspeções do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça, nos estabelecimentos registrados sob fiscalização periódica, a qual será a seguinte:

I – CARNE E DERIVADOS

- a) Unidade de beneficiamento de carne e produtos cárneos: mensal.
- b) Unidade de beneficiamento de produtos não comestíveis: trimestral.

## II – LEITE E DERIVADOS

- a) Granja leiteira: mensal.
- b) Posto de refrigeração: mensal.
- c) Usina de beneficiamento: mensal.
- d) Fábrica de laticínios: mensal.
- e) Queijaria: mensal.

## III – PESCADO E DERIVADOS

- a) Estação depuradora de moluscos bivalves: mensal.
- b) Barco fábrica: trimestral.
- c) Unidade de beneficiamento de pescado e produtos de pescado: mensal.
- d) Abatedouro frigorífico de pescado: mensal.

## IV – OVOS E DERIVADOS

- a) Granja Avícola: mensal.
- b) Unidade de beneficiamento de ovos e derivados: mensal.

## V – PRODUTOS DE ABELHAS E DERIVADOS

- a) Unidade de extração e beneficiamento de produtos de abelhas: trimestral.
- b) Entrepasto de beneficiamento de produtos de abelhas e derivados: trimestral.

## VI - ESTABELECIMENTOS DE ARMAZENAGEM:

- a) Entrepasto de produtos de origem animal: trimestral.
- b) Casa atacadista: trimestral.
- c) Unidade de beneficiamento de produtos de origem animal em supermercados e similares: mensal.

Art. 2.º Fica estabelecido o uso do Relatório de Inspeção Individual e Controle de Vistoria como check-list a ser aplicado nas inspeções e documento de registro das ações fiscais realizadas nos estabelecimentos regulados pelo Decreto municipal n.º 126/2019.

Parágrafo único. Os documentos serão preenchido em 2 (duas) vias, ficando uma via com o responsável pelo estabelecimento no dia da inspeção, e uma via com o médico veterinário responsável pela inspeção e fiscalização sanitária do SIM.

Art. 3.º Fica estabelecido o uso do Relatório de Não Conformidades (RNC) como documento de notificação escrita das falhas de atendimento às exigências regulamentares, que será utilizado como procedimento padrão para registro das não conformidades encontradas durante as inspeções do SIM nos estabelecimentos regulados pelo Decreto municipal N.º 126/2019.

§ 1.º O RNC será preenchido em 2 (duas) vias, ficando uma via com o responsável pelo estabelecimento no dia da inspeção, e uma via com o médico veterinário responsável pela inspeção e fiscalização sanitária do SIM.

§ 2.º O estabelecimento terá prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de recebimento do RNC, para executar as ações corretivas e apresentar ao SIM relatório das ações realizadas ou um Plano de Ações Corretivas incluindo solicitação de prazos para execução de cada item não conforme.

§ 3.º Os prazos serão revisados, deferidos ou indeferidos pelo SIM, utilizando-se de caráter técnico para definição. Para os prazos indeferidos, o SIM estipulará novos prazos, os quais deverão ser acatados pelo estabelecimento.

§ 4.º O responsável legal pelo estabelecimento poderá solicitar ao SIM, por escrito, a prorrogação dos prazos, por no máximo 2 (duas) vezes, antes do vencimento dos mesmos, caso não os consiga cumprir.

§ 5.º O SIM poderá solicitar justificativa técnica, a ser elaborada pelo Responsável Técnico do estabelecimento ou profissional de competência específica comprovada, para conceder as prorrogações.

§ 6.º A verificação do cumprimento dos prazos do RNC e respectivo Plano de Ação Corretiva, será efetuada pelo Médico Veterinário responsável do SIM. O não cumprimento de 100% (cem por cento) dos itens apontados no RNC poderá acarretar em adicional ação administrativa e legal.

§ 7.º Acarretará em auto de infração quando a idêntica não conformidade for apontada por 3 (três) vezes, consecutivas ou não, no período de 12 (doze) meses desde que a não conformidade incorra em risco sanitário.

Art. 4.º A fiscalização do SIM poderá adotar, isolada ou cumulativamente, as medidas cautelares descritas no Art. 481 do Decreto N.º 126/2019.

Art. 5.º Será aplicado pelo médico veterinário responsável pelo SIM uma vez ao ano o Laudo de Inspeção Sanitária.

§ 1.º O Laudo de Inspeção Sanitária classificará o estabelecimento conforme o número de itens em conformidade, observando a seguinte graduação:

I – GRUPO 1: de 85 a 100% de atendimento dos itens;  
II – GRUPO 2: de 61 a 84,99 % de atendimento dos itens;  
III – GRUPO 3: de 0 a 60,99 % de atendimento dos itens.

§ 2.º As não conformidades assinaladas no Laudo de Inspeção Sanitária necessitam ser respondidas pelos estabelecimentos nas mesmas condições do RNC.

Art. 6.º Fica estabelecida a periodicidade anual para realização da Supervisão das Inspeções do SIM pelo CIM-AMREC em todos os estabelecimentos registrados no SISBI-SUASA, podendo ser realizada Supervisão pelo CIM-AMREC em outros estabelecimentos registrados no SIM.

§ 1.º O Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal dos municípios consorciados que não possuem estabelecimentos consorciados no SISBI-SUASA passarão por supervisão realizada pelo CIM-AMREC.

§ 2.º Será adotado o documento Laudo de Supervisão como check-list dos itens a serem avaliados na supervisão previstos no caput.

§ 3.º A supervisão será realizada pelo médico veterinário do CIM-AMREC, podendo ser acompanhada por Médicos Veterinários de outros municípios consorciados.

§ 4.º O Laudo de Supervisão também classificará o estabelecimento conforme o número de itens em conformidade, observando a mesma graduação descrita no Art. 5º, parágrafo 1.º desta portaria.

Art. 7.º As periodicidades descritas nos artigos 1º, 5º e 6º são consideradas mínimas, ficando a juízo do SIM e CIM-AMREC a necessidade de realizar inspeções e/ou supervisões com frequências maiores do que as estabelecidas.

Art. 8.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Local e data.

Responsáveis pelas assinaturas

Publicada XXXXXXXXXXXX

## PORTARIA 2 - PRONTO PARA PUBLICAÇÃO

Publicação Nº 2638684

PORTARIA Nº 2, DATA

Estabelece a periodicidade das análises fiscais, físico-químicas e microbiológicas de água de abastecimento interno e de produtos de origem animal dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça.

A Secretaria do Sistema de Infraestrutura, no uso das atribuições que lhe confere o Lei Municipal nº 1.922 de 17 de abril de 2019, e de acordo com o Título VIII do Decreto municipal nº 126/2019 resolve:

Art. 1º Estabelecer a periodicidade das análises fiscais, físico-químicas e microbiológicas de água de abastecimento interno e de produtos de origem animal dos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça, da seguinte forma:

- I – Análises Físico-químicas de Água de Abastecimento Interno – anual.
- II – Análises Microbiológicas de Água de Abastecimento Interno - a cada 4 (quatro) meses.
- III – Análises Físico-químicas de Produtos de Origem Animal - a cada 6 (seis) meses.
- IV – Análises Microbiológicas de Produtos de Origem Animal - a cada 3 (três) meses.

§ 1º Para os estabelecimentos que possuem um único produto registrado no SIM, a análise físico-química de produto terá periodicidade anual. O mesmo se aplica aos estabelecimentos com mais de um produto registrado, mas com único produto aplicável ao ensaio físico-químico.

Art. 2º Para efeito desta Portaria entende-se por “análise fiscal” a amostra ou item de ensaio encaminhados para laboratório oficial acompanhados de requisição de análise do SIM ,coletados e lacrados por servidor do serviço oficial de inspeção ou na presença deste.

Art. 3º A periodicidade poderá ser alterada a qualquer momento, a critério do SIM, sendo as periodicidades descritas no Art. 1º desta Portaria consideradas mínimas, ficando a juízo do SIM a necessidade de realizar análises fiscais com frequências maiores do que as estabelecidas.

Parágrafo único.O serviço oficial pode,conforme julgar necessário, solicitar análises de qualquer produto produzido pelo estabelecimento, assim como matérias-primas ou ingredientes utilizados pelo mesmo, fora da periodicidade estabelecida no Art.1o desta portaria.

Art. 4º Os parâmetros analisados e os padrões legais aceitáveis deverão obedecer à legislação vigente, conforme artigo 463 do Decreto municipal nº 126/2019.

§ 1o Nos casos de ensaios laboratoriais de produtos de origem animal que não possuam Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade (RTIQ), Norma Interna Regulamentadora (NIR) ou legislação específica, poderá ser permitido o seu enquadramento nos critérios estabelecidos para um produto similar.

§ 2º O serviço oficial pode, conforme julgar necessário, solicitar a análise de parâmetros microbiológicos e físico-químicos complementares, não dispostos na determinação do Art 463 do Decreto municipal nº 126/2019, incluindo ainda características organolépticas e fatores de qualidade.

Art. 5º Os produtos a serem coletados serão determinados pelo SIM, sendo de forma alternada, afim de que todos os produtos elaborados pelo estabelecimento sejam analisados, obedecendo ao disposto no Art. 6º desta Portaria. As coletas fiscais e o lacre das amostras devem ser realizados pelo servidor do SIM, com preenchimento do termo de colheita, no qual deve constar obrigatoriamente o número de registro do estabelecimento e do produto.

§ 1º É responsabilidade do estabelecimento, garantir a preservação da integridade física da amostra e conferir a sua adequada conservação durante o seu acondicionamento e transporte até o laboratório credenciado.

§ 2º Poderá o SIM realizar o transporte de amostras fiscais até o laboratório oficial de escolha do estabelecimento.

§ 3º Os estabelecimentos registrados deverão informar por escrito ao SIM o laboratório credenciado de sua escolha.

Art. 6º As amostras fiscais devem ser coletadas proporcionalmente ao número de categorias que o estabelecimento industrializa, conforme segue:

I – 1 (um) a 4 (quatro) categorias - análise de 01 (um) produto

II – 5 (cinco) ou mais categorias - análise de 02 (dois) produtos diferentes

Art. 7º Para os estabelecimentos que apresentarem análises físico-químicas e/ou microbiológicas da água de abastecimento interno ou análises físico-químicas e/ou microbiológicas de produto em desacordo com os padrões legais vigentes, serão adotados os procedimentos abaixo descritos:

I – O SIM irá notificar o estabelecimento através de RNC.

II – Levando em consideração o risco sanitário e a fraude econômica, o SIM determinará ao estabelecimento a realização do recolhimento do lote do produto e sua inutilização.

III – O SIM solicitará a detecção e correção com brevidade da causa da inconformidade;

IV – Em resposta ao RNC, o SIM solicitará a apresentação de plano de ações corretivas e medidas preventivas para evitar a reincidência da não conformidade.

V – Será realizado novo ensaio laboratorial para os parâmetros inconformes em um prazo máximo de 15 (quinze) dias, com exceção de produtos de origem animal cujo tempo de fabricação seja maior que esse período.

§ 1º É facultado ao interessado requerer ao MVO a análise pericial da amostra de contraprova, nos casos em que houver, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da data de ciência do resultado, devidamente comprovado por documento auditável.

§ 2º Em casos de reincidência de relatórios de ensaios laboratoriais inconformes, para o mesmo parâmetro, em ensaios consecutivos, o estabelecimento será submetido ao Regime Especial de Fiscalização (REF), sujeito às sanções previstas no Decreto municipal nº 126/2019, ou outro que venha a substituí-lo, e demais legislações pertinentes.

§ 3º A critério do SIM, além do ensaio laboratorial para os parâmetros inconformes, poderá ser solicitada a análise dos demais parâmetros.

Art. 8º Fica estabelecida a obrigatoriedade do envio das análises para laboratórios credenciados pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 9º As despesas decorrentes das análises fiscais são de responsabilidade dos estabelecimentos fiscalizados, conforme Art. 471 do Decreto municipal nº 126/2019.

Parágrafo único. A não emissão do laudo de análise por parte do laboratório oficial em função de débitos existentes por parte da empresa acarretará auto de infração ao estabelecimento por não cumprimento ao cronograma fiscal de análises.

Art. 10. Fica estabelecido o Status da Qualidade da Água – SQA, onde a periodicidade para análise microbiológica da água de abastecimento interno descrita no Art. 1º, inciso II, desta Portaria passa a ser semestral.

§ 1º Para o estabelecimento registrado atingir o SQA são necessários os seguintes requisitos:

I – possuir 2 (duas) análises microbiológicas fiscais de água consecutivas dentro dos padrões legais vigentes;

II – possuir 3 (três) meses de documentos auditáveis dos procedimentos relativos à qualidade da água de abastecimento interno com o monitoramento da cloração e do pH da água e da limpeza e desinfecção do reservatório.

§ 2º O estabelecimento perderá o SQA se houver qualquer não conformidade que por ventura gere RNC ou auto de infração, seja por análise fiscal fora dos padrões de potabilidade de água, conforme legislação vigente, ou falhas no programa de autocontrole de águas de abastecimento que possam ocasionar risco ao processo produtivo da empresa e inocuidade dos produtos finais.

Art. 11. .Regime Especial de Fiscalização (REF)

a) O Regime Especial de Fiscalização (REF) inicia a partir do recebimento do segundo resultado insatisfatório consecutivo do mesmo produto para o mesmo parâmetro analítico, em análises laboratoriais fiscais ou de monitoramento.

b) Deve(m) ser analisado(s) o(s) parâmetro(s) que apresentaram resultados inconformes, para o produto ou água, seguindo a Tabela de Ensaios Laboratoriais. Análises complementares poderão ser solicitadas a critério do servidor do SIM;

c) Após verificação do segundo resultado insatisfatório consecutivo o Médico Veterinário do SIM deve emitir um RNC, que deve:

1. Suspender temporariamente a comercialização do produto;

2. Informar que o produto produzido a partir do 2º resultado insatisfatório está sequestrado, e só será liberado para comercialização mediante relatório de ensaio laboratorial com resultado satisfatório do parâmetro analisado e ciência do Médico Veterinário;

3. Solicitar o cumprimento do disposto no Procedimento Padrão da empresa para produtos com resultados insatisfatórios. O recolhimento do produto expedido bem como sua destinação é de responsabilidade do estabelecimento, que deve manter registros auditáveis do procedimento;

4. Quando suspeitar de problemas na linha de produção o veterinário do SIM pode suspender toda a linha de produção e não apenas o produto em REF.

d) O veterinário do SIM pode aplicar um auto de infração. Se houver a emissão deste, o processo segue o rito do Processo Administrativo. O MVO deve levar em consideração os RNCs, inconformidades nas inspeções, supervisões e auditorias e o histórico dos resultados das análises laboratoriais de monitoramento e oficiais (microbiológicas e físico-químicas);

e) O REF é finalizado com:

1. A correção do processo, com apresentação do plano de ação, descrevendo as ações implantadas;
2. Apresentação de 3 (três) relatórios de ensaios laboratoriais com resultado satisfatório de lotes diferentes e consecutivos do produto para o parâmetro analisado. A coleta das amostras deve ser acompanhada pelo Médico Veterinário ou servidor do SIM. Os lotes produzidos ficarão sequestrados até o resultado da amostra destes lotes;
3. O lote com resultado satisfatório é liberado para a comercialização, mesmo o estabelecimento encontrando-se em REF;
4. A comercialização dos lotes produzidos e sequestrados com resultado satisfatório durante o REF poderá ser autorizada pelo Médico Veterinário do SIM;
5. A finalização do REF será formalizada com a conclusão do RNC pelo MVH. Finalizado o REF procede-se o arquivamento de toda documentação: RNCs, plano de ação, documentos de recolhimento, relatório de ensaios laboratoriais e outros, se houver.

f) Observações:

1. Os lotes que apresentarem resultados insatisfatórios deverão ser inutilizados ou encaminhados para outro destino quando houver previsão legal. Este procedimento deve ser acompanhado e registrado pelo servidor do SIM;
2. Caso o plano de ação não contemple medidas aceitáveis o estabelecimento continuará em REF até a revisão do plano e a comprovação de medidas efetivas corretivas;
3. O REF poderá ser instituído em casos de fraudes, adulterações, falsificações ou outras situações que o Serviço de Inspeção Municipal julgar necessário, conforme art. 525 do decreto 126/2019.

Art. 12. Em relação às categorias para análise de produtos, observado o que dispõe o art. 6º desta portaria, estipula-se:

#### GRUPO 1: CARNES E DERIVADOS

Categoria 1.1PRODUTOS PROCESSADOS TERMICAMENTE - ESTERILIZAÇÃO COMERCIAL.

Categoria 1.2PRODUTOS EM NATUREZA.

Categoria 1.3PRODUTOS COM ADIÇÃO DE INIBIDORES.

Categoria 1.4PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO.

Categoria 1.5PRODUTOS SUBMETIDOS A HIDRÓLISE.

Categoria 1.6PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO.

Categoria 1.7PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO-COCÇÃO.

#### GRUPO 2: MEL E DERIVADOS

Categoria 2.1CERA DE ABELHA.

Categoria 2.2MEL.

Categoria 2.3GELEIA REAL.

#### GRUPO3:OVOS E DERIVADOS

Categoria 3.1PRODUTOS EM NATUREZA.

Categoria 3.2PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO.

Categoria 3.3PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO –COCÇÃO.

Categoria 3.4PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO– DESIDRATAÇÃO.

Categoria 3.5PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO– PASTEURIZAÇÃO.

#### GRUPO 4: PESCADO

Categoria 4.1PRODUTOS EM NATUREZA.

Categoria 4.2PRODUTOS COM ADIÇÃO DE INIBIDORES.

Categoria 4.3PRODUTOS NÃO SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO.

Categoria 4.4PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO.

Categoria 4.5PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO–COCÇÃO.

Categoria 4.6PRODUTOS SUBMETIDOS A TRATAMENTO TÉRMICO -ESTERILIZAÇÃO COMERCIAL.

#### GRUPO 5: LEITE E DERIVADOS

Categoria 5.1CASEÍNA.

Categoria 5.2CASEÍNATO.

Categoria 5.2GORDURA ANIDRA DE LEITE.  
Categoria 5.3MANTEIGA.  
Categoria 5.4MARGARINA.  
Categoria 5.5PRODUTO LÁCTEO CRU.  
Categoria 5.6PRODUTO LÁCTEO EM PÓ.  
Categoria 5.7PRODUTO LÁCTEO ESTERILIZADO.  
Categoria 5.8PRODUTO LÁCTEO FERMENTADO.  
Categoria 5.9PRODUTO LÁCTEO FUNDIDO.  
Categoria 5.10PRODUTO LÁCTEO PARCIALMENTE DESIDRATADO.  
Categoria 5.11PRODUTO LÁCTEO PASTEURIZADO.  
Categoria 5.12PRODUTO LÁCTEO UHT.  
Categoria 5.13QUEIJO MATURADO.  
Categoria 5.14QUEIJO MOFADO.  
Categoria 5.15QUEIJO NÃO MATURADO.  
Categoria 5.16QUEIJO RALADO.  
Categoria 5.17RICOTA.  
Categoria 5.18QUEIJO ULTRAFILTRADO.  
Categoria 5.19SOBREMESA LÁCTEA.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

XXXXXXXXXX

Secretário Municipal da Agricultura  
Publicado no Diário Oficial XXXXXXXXX

### PORTARIA 3 - PRONTO PARA PUBLICAÇÃO

Publicação N° 2638686

PORTARIA N° XXXXXXXX.

Estabelece requisitos mínimos necessários a serem preenchidos pelos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça – SIM, para fins de obtenção de indicação ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA.

A Secretaria do Sistema de Infraestrutura, no uso das atribuições que lhe confere o Lei Municipal nº 1.922 de 17 de abril de 2019, e de acordo com o Título III, Capítulo I do Decreto municipal nº 126/2019 resolve:

#### RESOLVE:

Art. 1.º Estabelecer os requisitos mínimos necessários a serem preenchidos pelos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça – SIM para fins de obtenção de indicação ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SISBI-POA, os quais são os seguintes:

I – ser classificado como Grupo 1 no Laudo de Inspeção Sanitária e no Laudo de Supervisão;

II – ser classificado como Grupo 1 na Avaliação dos Programas de Autocontrole;

III – ser classificado como Grupo 1 na Avaliação Documental (In loco) da aplicação dos Programas de Autocontrole;

IV – ter no mínimo 3 (três) meses de registros auditáveis após ser classificado como Grupo 1 na Avaliação Documental (In loco) da aplicação dos Programas de Autocontrole.

Parágrafo único. A primeira Avaliação Documental (In loco) da aplicação dos Programas de Autocontrole deverá ser conduzida pelo médico Veterinário responsável pelo SIM após 30 (trinta) dias da comunicação por escrito, por parte do estabelecimento, da implantação dos Programas de Autocontrole.

Art. 2.º Para uma auto-avaliação, os estabelecimentos poderão utilizar como modelo os documentos do SIM mencionados no artigo anterior, os quais estarão disponíveis no Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça.

Art. 3.º O pedido de indicação ao SISBI-POA deve ser protocolado no escritório do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça, pelo estabelecimento solicitante, através de requerimento assinado pelo responsável legal do estabelecimento.

Art. 4.º Os estabelecimentos cujas categorias o SIM não possui prerrogativa de indicação, ou seja, aquelas categorias não avaliadas na auditoria de reconhecimento da equivalência do SIM ao SISBI-POA, ainda deverão passar por auditoria documental e operacional realizada por instância superior ao Município, a fim de aferição da eficiência e eficácia com relação à nova categoria.

Art. 5.º Preenchidos os requisitos, o SIM deverá reconhecer os estabelecimentos equivalentes através de Portaria a ser expedida pelo Prefeito Municipal após a expedição de Portarias de reconhecimento de Equivalência publicadas pelo MAPA e pelo CIM-AMREC.

Art. 6.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PORTARIA 4 - PRONTO PARA PUBLICAÇÃO**

Publicação N° 2638687

**PORTARIA N° 4.**

Estabelece os Programas de Autocontrole -PAC's a serem implantados em caráter obrigatório nos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal de Morro da Fumaça- SIM.

A Secretaria do Sistema de Infraestrutura, no uso das atribuições que lhe confere o Lei Municipal nº 1.922 de 17 de abril de 2019, e de acordo com o Art.72 do Decreto municipal nº 126/2019 resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1.º Estabelecer a obrigatoriedade de implantação dos Programas de Autocontrole – PAC's, especificados abaixo, nos estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal – SIM de Morro da Fumaça.

I – PAC 1	MANUTENÇÃO DAS INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS – incluindo aferição e calibração de instrumentos
II – PAC 2	ÁGUA DE ABASTECIMENTO INTERNO E GELO
III – PAC 3	CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS
IV – PAC 4	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E LÍQUIDOS – incluindo águas residuais
V – PAC 5	PROCEDIMENTO PADRÃO DE HIGIENE OPERACIONAL – PPHO
VI – PAC 6	PROCEDIMENTO SANITÁRIO DAS OPERAÇÕES – PSO
VII – PAC 7	MANIPULADORES – incluindo treinamento, higiene, hábitos higiênicos e saúde dos manipuladores
VIII – PAC 8	CONTROLE DE MATÉRIAS-PRIMAS, INGREDIENTES E MATERIAL DE EMBALAGENS
IX – PAC 9	CONTROLE DE TEMPERATURAS
X – PAC 10	ANÁLISES LABORATORIAIS
XI – PAC 11	RASTREABILIDADE E RECOLHIMENTO
XII – PAC 12	BEM-ESTAR ANIMAL
XIII – PAC 13	APCC

§ 1.º Conforme pertinência e o disposto no Art.72 do Decreto N.º 126/2019, os estabelecimentos deverão instituir outros PAC's a critério do SIM.

§ 2º Os PACs não necessariamente deverão estar em ordem e em número dos listados nos incisos I ao XIII deste artigo, desde que todos os tópicos estejam contemplados.

§ 3.º Os PAC's deverão conter como anexos os Procedimentos Operacionais Padronizados (POP's) e planilhas de controle. Quando necessário, também poderão ser anexados fluxogramas de atividades e Instruções de Trabalho (IT's), entre outros elementos.

§ 4.º A critério do SIM, os estabelecimentos poderão ser dispensados da apresentação de elemento de controle específico dentro do PAC, caso este controle não seja aplicável.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PORTARIA 5 - PRONTO PARA PUBLICAÇÃO**

Publicação N° 2638689

**PORTARIA N° xxxxxxxxx.**

Estabelece Procedimentos Operacionais Padronizados – POP's, que deverão ser utilizados pelo Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça para registro e fiscalização dos estabelecimentos de produtos de origem animal.

A Secretaria do Sistema de Infraestrutura, no uso das atribuições que lhe confere o Lei Municipal nº 1.922 de 17 de abril de 2019, e de acordo com o Art.527 do Decreto municipal nº 126/2019 resolve:

**RESOLVE:**

Art. 1.º Estabelecer os Procedimentos Operacionais Padronizados – POP's, que deverão ser utilizados pelo Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça para registro e fiscalização dos estabelecimentos de produtos de origem animal, os quais serão os seguintes:

I – POP 1	REGISTRO E HABILITAÇÃO
II – POP 2	ENCERRAMENTO DE ATIVIDADES TEMPORÁRIAS OU DEFINITIVAS
III – POP 3	REFORMA E MODIFICAÇÕES ESTRUTURAIS
IV – POP 4	FISCALIZAÇÃO E VISTORIA
V – POP 5	REGISTRO DE PRODUTOS
VI – POP 6	ANÁLISE DE ROTULOS
VII – POP 7	COLETA DE PRODUTOS PARA ANÁLISE OFICIAL
VIII – POP 8	COLETA DE ÁGUA PARA ANALISE OFICIAL
IX – POP 9	COMBATE A CLANDESTINIDADE E EDUCAÇÃO SANITÁRIA
X – POP 10	CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO DE SERVIDORES E EMPRESAS
XI – POP 11	LANÇAMENTO DE PRODUÇÃO MENSAL
XII – POP 12	PROCESSO ADMINISTRATIVO

XIII – POP 13	EMIÇÃO DE TAXAS E MULTAS
XIV – POP 14	AUDITORIA DOS ESTABELECIMENTOS

Parágrafo Único. Os POP´s acima listados deverão constar no Manual do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos de Origem Animal do Município de Morro da Fumaça.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

## REGISTRO DE PREÇO Nº 134/2020

Publicação Nº 2638149

Morro da Fumaça. PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇO Nº 134/2020. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO, PULVERIZAÇÃO E POLIMENTO, NOS VEÍCULOS DA FROTA DO MUNICÍPIO. Data: 25/09/2020. Hora: 08:30. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

# Navegantes

## PREFEITURA

**3034/2020**

Publicação Nº 2638448

PORTARIA N º 3034 DE 31 DE AGOSTO DE 2020.  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, por este ato, do cargo de confiança de CHEFE DE SEÇÃO, ANTONIO CARLOS MEES.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a contar de 01/09/2020.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 31 DE AGOSTO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

MÁRCIO DA ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 11/2020 FUMSCI -- RETIFICADO E REPUBLICADO**

Publicação Nº 2638379

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 11/2020 FUMSCI  
RETIFICADO E REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão eletrônico para registro de preços visando a aquisição de materiais de atendimento pré-hospitalar (itens fracassados do pregão presencial para registro de preços 06/2020) para serem utilizados pelas guarnições do Corpo de Bombeiros Militar de Navegantes/SC, através do Fundo de Segurança Contra Incêndio e Pânico - FUMSCI. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deveram cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 11/09/2020 até as 7h30 do dia 24/09/2020. Início da sessão em meio eletrônico as 8h00 do dia 24/09/2020. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### **AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO ELETRÔNICO 94/2020 PMN -- RETIFICADO E REPUBLICADO**

Publicação Nº 2638369

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO ELETRÔNICO 94/2020 PMN  
RETIFICADO E REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do Pregão eletrônico para registro de preço visando a aquisição de reparador asfáltico a frio para atender as necessidades de reparos na manta asfáltica das vias públicas do município, através da Secretaria Municipal de Obras do município de Navegantes/SC. Disputa em meio eletrônico com uso da plataforma BNC. Interessados deveram cadastrar-se no site <http://bnc.org.br/cadastro/>. Entrega das propostas a partir do dia 11/09/2020 até as 7h30 do dia 23/09/2020. Início da sessão em meio eletrônico as 8h00 do dia 23/09/2020. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

### **AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 47/2020 FMS**

Publicação Nº 2638340

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 47/2020 FMS

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a aquisição de medicamentos a serem destinados aos pacientes do município de Navegantes para tratamento da infecção causada pelo Coronavírus/Covid-19, através do Fundo Municipal de Saúde do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 23/09/2020 até às 7h50. Abertura/envelopes: 23/09/2020 às 8h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº 100, Navegantes/SC e no site: [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br) link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito Municipal

**DECRETO 195/2020**

Publicação Nº 2639518

DECRETO Nº 195 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

PREVÊ A CONTINUIDADE DAS MEDIDAS DE COMBATE À CONTAMINAÇÃO PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 60, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando os termos da Portaria SES nº 664, de 03 de setembro de 2020, definindo critérios para a retomada do futebol recreativo no Estado de Santa Catarina; e,

Considerando a necessidade de esclarecimento de algumas particularidades sobre o tema;

DECRETA:

Art. 1º Fica acrescentado o inciso III no parágrafo 8º, do art. 1º, do Decreto Municipal nº 186, de 29 de agosto de 2020, com a seguinte redação:

"III – A exceção da prática do futebol recreativo prevista no inciso I acima se aplica apenas para os campos e quadras esportivas privadas (quadras de futebol sintético comerciais, campos de futebol particulares, campos de futebol de associações etc), não se aplicando aos espaços públicos de lazer, praças, campos e quadras públicas."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2020.

EMÍLIO VIEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Marcio da Rosa

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**EXTRATO DA ATA 01/2020 FME**

Publicação Nº 2638446

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020 FME

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 01/2020, relativa ao Pregão Eletrônico nº 01/2020 FME - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS COM FITAS PARA AS PREMIAÇÕES DOS CAMPEONATOS E EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS E APOIADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC.

Conforme Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 01/2020 FME.

Fornecedores:

CLEBER BORGES BISPO ME

CNPJ:26.194.954/0001-76

Proprietário: Cleber Borges Bispo

Valor: R\$ 83.910,00

VIGÊNCIA 08/09/2020 A 08/09/2021.

FOOT COMERCIAL LTDA

CNPJ:11.397.879/0001-73

Sócio: Telmo Nazario

Valor: R\$ 66.547,20

VIGÊNCIA 08/09/2020 A 08/09/2021.

VINICIUS RAUBER

CNPJ:03.506.715/0001-09

Proprietário: Vinicius Rauber

Valor: R\$ 50.951,30

VIGÊNCIA 08/09/2020 A 08/09/2021.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 10 de setembro de 2020.

**HOMOLOGAÇÃO CACS FUNDEB 2020-2022**

Publicação Nº 2638545

**HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DOS CANDIDATOS PARA A ELEIÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL – FUNDEB DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES**

Biênio 2020/2022

Navegantes, 08 de setembro de 2020.

O Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS do FUNDEB, em cumprimento à Lei Federal nº 11.494 de 20 de junho de 2007 e à Lei Municipal nº 2.043 de 14 de maio de 2007, vem tornar pública a homologação das inscrições dos candidatos para a eleição de membros deste conselho no segmento de pais de aluno.

**DEFERIDOS SEGMENTO DE PAIS DE ALUNOS**

Numero Nome do Candidato

1. Adriene Botelho Albuquerque
2. Aline Gonçalves de Araújo
3. Amanda de Souza da Trindade
4. Benice Dubreus
5. Bruna Oliveira Costa da Silva
6. Cleusa Souza dos Santos Vieira
7. Débora Cristine Ignácio
8. Denise Brito Boneti
9. Desilus Simeon
10. Francisca Martins de Moura
11. Hemyllee Karen Rocha
12. Isamara Fernanda Rodrigues
13. Izabel Íris Cordeiro
14. Julia Natieli Freitas Valente
15. Laelson Leal dos Santos
16. Luciene Fachini
17. Margarete Fortuna
18. Maria da Piedade de Oliveira Cruz
19. Maria Terezinha Felício
20. Mayara Araújo Camargo
21. Mônica da Luz
22. Patrícia Nunes da Silva
23. Regina Fachini dos Santos
24. Tiane Clara da Silva Pires

**INDEFERIDOS SEGMENTO DE PAIS DE ALUNOS**

Numero Nome do Candidato

1. Analice Dias (Indeferido Conforme Lei nº 2043/2007, Art. 2º, §4º, IV)

**DA VOTAÇÃO**

1. O processo de votação será realizado no período de 14 a 18 de setembro de 2020 e dar-se-á por meio da Ficha Eleitoral Eletrônica, devendo ser acessada pelo link, disponível no site <https://forms.gle/bq32LMp3qhDAT54DA>.
2. A votação será aberta.
3. A Ficha Eleitoral Eletrônica deverá ser preenchida, sendo anulados os votos irregulares recebidos pelos candidatos.
4. Será eleito o candidato que obtiver a maioria simples dos votos.
5. Serão eleitos 4 (quatro) membros para o segmento pais/responsáveis, sendo o primeiro e o segundo colocados mais votados os titulares, e o terceiro e o quarto os suplentes.
6. Em caso de empate será considerado (a) eleito (a) o (a) candidato (a) com maior idade cronológica.
7. Os resultados gerados a partir da Ficha Eleitoral Eletrônica serão acessados e analisados pela Comissão Eleitoral do CACS do FUNDEB de Navegantes, para a apuração dos resultados, no dia 22 de setembro de 2020.
8. A publicação do resultado das eleições ocorrerá no Diário Oficial de Navegantes.

9. Os casos não previstos em Lei ou no Edital serão resolvidos pela Comissão Eleitoral do CACS do FUNDEB de Navegantes – Biênio 2020/2022.

10. Os conselheiros eleitos, de acordo com o disposto na legislação vigente, participarão de formação sobre a organização e atribuições do CACS FUNDEB.

11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

MARCOS FABRÍCIO ROSSETTI BITTENCOURT  
Conselho de Acompanhamento e Controle Social -FUNDEB  
Presidente Biênio 2020/2022

## LAUDO DOS REGISTROS APRESENTADO DO PREGÃO PRESENCIAL 29/2020 FMS

Publicação Nº 2639613

Navegantes, 08 de setembro de 2020.

DE: Almocharifado da Saúde

PARA: Prefeitura Municipal de Navegantes / Setor de Compras

Assunto: Análise dos registros da Licitação 29/2020 – REMUME

Prezados,

Venho por meio desta, emitir parecer sobre a análise de registro do pregão 29/2020, visando a aquisição de medicamentos da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais - REMUME.

Participante 15239 – INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
20	AMIODARONA, CLORIDRATO 200mg	APROVADO

Item aprovado.

Sem mais, agradeço

Vivian Berkenbroch Ramos Bento  
Farmacêutica - Secretaria Municipal da Saúde

## PORTARIA 3158/2020

Publicação Nº 2638549

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n° 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N° 3158 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Natalia Ferreira Costa, Adriana Correa e Soraia Youshi para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível acúmulo indevido de cargos públicos pelo servidor F.P. F.N, conforme apontado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através do Sistema de Gestão de Trilhas de Auditoria – SGTA.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Emílio Vieira  
PREFEITO

Márcio Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3159/2020**

Publicação Nº 2638551

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CGC 83.102.855/0001-50  
Rua João Emílio n.º 100 - Centro  
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC  
Fone/Fax: (47) 3342-9500  
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA Nº 3159 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.  
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,  
RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Natalia Ferreira Costa, Adriana Correa e Soraia Youshi para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível acúmulo indevido de cargos públicos pelo servidor G.A.F, conforme apontado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina através do Sistema de Gestão de Trilhas de Auditoria – SGTA.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2020.  
Emílio Vieira  
PREFEITO

Márcio Rosa  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA Nº 3157 DE 10 SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638442

PORTARIA Nº 3157 DE 10 SETEMBRO DE 2020  
DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR CONTRATOS VIGENTES CONFORME ESPECIFICA.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes

RESOLVE:

I - DESIGNAR, por este ato para acompanhar e fiscalizar a Ata 01/2020 FME do processo licitatório, Pregão Eletrônico nº 01/2020 FME, cujo objeto PREGÃO ELETRONICO PARA REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS COM FITAS PARA AS PREMIAÇÕES DOS CAMPEONATOS E EVENTOS ESPORTIVOS ORGANIZADOS E APOIADOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE NAVEGANTES/SC.

Fiscais: ROBERTO COSTA -- (titular)  
EDER GONZALEZ DO NASCIMENTO -- (suplente).

II - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 10 DE SETEMBRO DE 2020.  
MÁRCIO DA ROSA  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**RELATÓRIO/DECISÃO PROC. FISCAL 166/2020**

Publicação Nº 2638726

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E RECEITA  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS E FISCALIZAÇÃO  
Processo Administrativo nº 166/2019  
Contribuinte: Valdir Momm.

**RELATÓRIO/DECISÃO**

Com o objetivo de verificar a exatidão do recolhimento do ISS de Obras referente Alvará de Construção nº481/2019, foi emitida a Intimação nº5842/2020, enviada por Aviso de Recebimento (AR) 16/06/2020, a qual retornou em 23/06/2020 com a informação de que o endereço não existe (endereço do cadastro do contribuinte). Ato contínuo, em 02/07/2020 emitiu-se a intimação nº6544/2020, desta vez, a intimação foi realizada através do Diário Oficial dos Municípios (publicação nº2548944, Edição nº3189 de 03/07/2020) a qual solicitava os seguintes documentos Cópia de notas fiscais de serviços tomados e Guias de Recolhimento de ISSQN de Terceiros. Não havendo manifestação por parte do contribuinte, partiu-se para a modalidade de arbitramento, como preconiza o Art. 265 da Lei Complementar 06/2002, sendo aplicada a fórmula prevista do Art. 6º do Decreto 629/2014. Foi alcançado o valor de R\$5.479,10 (cinco mil, quatrocentos e setenta e nove reais e dez centavos), conforme memória de cálculo integrante do processo administrativo supramencionado e, ainda, tendo como base o CUB desonerado, padrão Galpão Industrial – GI. O ISS de Construção Civil no caso em tela, caracteriza-se por substituição tributária, nos moldes do Art. 262 da LC municipal nº 06/2002. O presente Relatório/Decisão foi enviado ao Contribuinte por Aviso de Recebimento (AR), retornando em 19/08/2020 com a informação de que o endereço não existe. Posto isso, publica-se o presente no Diário Oficial dos Municípios a fim de notificar o Contribuinte, bem como do lançamento de ISS realizado. Por se tratar de um novo ato, aplicar-se o Art.181, §3º da Lei Complementar 06/2002.

Navegantes, 11 de setembro de 2020.

WILLIAN JOSÉ DE SOUZA

AUDITOR FISCAL

Mat. 633.172-01

**RESULTADO PARCIAL PROCESSO PROGRESSÃO VERTICAL EDUCAÇÃO SET/2020**

Publicação Nº 2638548

RESULTADO PARCIAL DO PROCESSO DE PROGRESSÃO VERTICAL, PARA OS OCUPANTES DO CARGO EFETIVO DE ESPECIALISTAS E PROFESSORES DO QUADRO DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE NAVEGANTES CONFORME OFÍCIO SME Nº 376/2020.

**INDEFERIDOS**

MATRICULA	NOME	CARGO/SEGMENTO	MOTIVO
61833-10	Caroline Mendes Bortolato	Professora dos Anos Iniciais	A CANDIDATA NÃO ATENDE o ART. 23 da Lei Complementar Nº 9 – Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Navegantes e dá outras Providências. Art. 23 – “Durante o estágio probatório, não poderá ocorrer progressão funcional ou qualquer outra movimentação do nomeado, exceto remoção, que poderá ser concedida após 365 dias de trabalho efetivo”. LEI COMPLEMENTAR Nº 72 DE 08 DE JANEIRO DE 2010. DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E A REMUNERAÇÃO DOS INTEGRANTES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL Art. 23 Os Profissionais do Magistério poderão progredir na carreira mediante comprovação de conclusão de curso de graduação plena e pós-graduação específica de duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas/aula. A Professora apresentou Curso de Pós Graduação “Lato Sensu” em Supervisão Escolar. Não sendo de área específica ao qual a Professora é efetiva.
1984804	Jucéli Sedrez de Souza	Professora dos Anos Finais (Ciências)	A CANDIDATA NÃO ATENDE o ART. 23 da Lei Complementar Nº 9 – Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município de Navegantes e dá outras Providências. Art. 23 – “Durante o estágio probatório, não poderá ocorrer progressão funcional ou qualquer outra movimentação do nomeado, exceto remoção, que poderá ser concedida após 365 dias de trabalho efetivo”.
1547-02	Viviane Berkenbrock Ramos	Professora de Informática	A CANDIDATA NÃO ATENDE O ART. 48 da LDBE - Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Art. 48. Os diplomas de cursos superiores reconhecidos, quando registrados, terão validade nacional como prova da formação recebida por seu titular. § 1º Os diplomas expedidos pelas universidades serão por elas próprias registrados, e aqueles conferidos por instituições não-universitárias serão registrados em universidades indicadas pelo Conselho Nacional de Educação. § 2º Os diplomas de graduação expedidos por universidades estrangeiras serão revalidados por universidades públicas que tenham curso do mesmo nível e área ou equivalente, respeitando-se os acordos internacionais de reciprocidade ou equiparação. § 3º Os diplomas de Mestrado e de Doutorado expedidos por universidades estrangeiras só poderão ser reconhecidos por universidades que possuam cursos de pós-graduação reconhecidos e avaliados, na mesma área de conhecimento e em nível equivalente ou superior.
352804	Volmar Adriano Junior	Professor dos Anos Finais (Língua Inglesa)	De acordo com a Lei Complementar nº 72 de 08 de janeiro de 2010, o processo constará de: Art. 25 Somente terá direito à progressão funcional, o servidor do Magistério que, durante o período aquisitivo: III Não tiver 03 faltas injustificadas ao serviço;

**DEFERIDOS**

MATRICULA	NOME	CARGO/SEGMENTO	CARGA HO- RARIA	NÍVEL/ REFE- RÊNCIA ATUAL	ALTERAR PARA NI- VEL/ REFERÊNCIA
61919-02	Iara França Ritter	Professora da Educação Infantil	20	MAG- II	MAG- III
4511-03	Cristiane Raquel de Quevedo Fernandes	Professora da Educação Infantil	20	MAG- II	MAG- III
61997-03	Maelly Custodio Pivatto	Professora da Educação Infantil	20	MAG- II	MAG- III
4972-10	Ledinéia Correia	Professora da Educação Infantil	20	MAG- II	MAG- III
244127	Fabiana de Queiroz Borges Rodrigues	Professora da Educação Infantil	20	MAG- II	MAG- III
4254-02	Rosimere Aparecida de Freitas Bueno	Professora da Educação Infantil	20	MAG- II	MAG - III
62041-04	Paula Pricila da Silva Korb	Professora da Educação Infantil	40	MAG- II	MAG- III
2457-10	Daniela Baron Kolher	Professora dos Anos Iniciais	20	MAG - II	MAG – III
633615-01	Scarlet Louise Pott Lemos	Professora dos Anos Iniciais	20	MAG - II	MAG – III
1737818	Raquel Paloma da Silva	Professora dos Anos Iniciais	20	MAG- II	MAG- III
62035-10	Liliane Ribeiro Burlier da Silveira	Professora dos Anos Iniciais	20	Mag- II	MAG- III
62831-05	Maria de Fátima de Souza	Professora dos Anos Iniciais	20	MAG- II	MAG- III
3842-21	Janaina Forlim de Souza	Professora dos Anos iniciais	20	MAG- II	MAG- III
19855-16	Mirela Cristina Leite Mothé	Professora dos Anos Finais (História)	10	MAG- II	MAG – III
408003	Anderson do Rosário	Professor dos Anos Finais (Arte)	30	MAG- II	MAG – III

Navegantes, 10 de setembro de 2020.

Comissão de Avaliação – Conforme Portaria Nº 961 de 12 de fevereiro de 2020.

Mari Ângela Rocha Ferreira Rita de Cássia da Silva Sérgio Soares

Tereza Cristina Socorro dos Santos Vilma Bernardes de Souza Viviane dos Santos Simão

Lígia Gorges  
Secretária de Educação

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2020 PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 41/2020 A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA ERECHIM/SC

Publicação Nº 2638781

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 71/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 41/2020

O Município de Nova Erechim, por intermédio da sua Pregoeira e Equipe de Apoio designados pelo decreto 227/2020, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço por Item, sendo que a disputa se destina exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme determinação do artigo 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, em sessão pública eletrônica a partir das 9:15 horas (horário de Brasília- DF) do dia 23/09/2020, através do site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), destinado A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA ERECHIM/SC, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no edital e seus anexos, relativo ao Processo nº 71/2020, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto nº 10.024/19, Lei Federal 8.666/1993 e suas alterações posteriores e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço Avenida Francisco Ferdinando Losina, nº 139, Centro em Nova Erechim/SC – Sala de Licitações e Contratos e nos sites: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), [www.novaerechim.sc.gov.br](http://www.novaerechim.sc.gov.br) ou e-mail: [licitacoes.ne@gmail.com](mailto:licitacoes.ne@gmail.com)

Maria Eduarda Nichetti  
Pregoeira

### DECRETO Nº 228/2020 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 2638105

Estado de Santa Catarina  
Município de Nova Erechim  
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68  
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: [prefeitura@novaerechim.sc.gov.br](mailto:prefeitura@novaerechim.sc.gov.br)

DECRETO Nº 228, de 08 de Setembro de 2020.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1911, de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$90.000,00 (noventa mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2022	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE-ATENÇÃO BÁSICA.	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 3.038	R\$90.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2019, conforme art. 5º § 1º inciso II da Lei Orçamentária nº1911/2019 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 08 de Setembro de 2020.

NÉDIO ANTONIO CASSOL  
Prefeito Municipal

FABIELLI POLLI  
Secretária da Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO Nº 229/2020 DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL SOLANGE PIRES MORAIS MUNDEL**

Publicação Nº 2638258

DECRETO Nº 229, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre a Exoneração da Servidora Municipal Solange Pires Moraes Mundel.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a Sra. SOLANGE PIRES MORAIS MUNDEL, ocupante do Cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a pedido.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 133, de 01 de julho de 2019.

Nova Erechim (SC), em 10 de setembro de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 230/2020 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 2638107

Estado de Santa Catarina  
Município de Nova Erechim  
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68  
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº 230, de 10 de Setembro de 2020.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1911, de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, no Fundo Municipal de Saúde de Nova Erechim, no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE	
Unidade	01	Fundo Municipal de Saúde	
Função	10	Saúde	
Sub-função	301	Atenção Básica	
Programa	0009	SAÚDE PARA TODOS	
Atividade	2025	MANUT. DAS ATIV. DE SAÚDE-MAC	
Elemento	3.3.93.00	Aplicações Diretas Dec. De Operação Entre Órgãos D.R. 2.038	R\$150.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do provável excesso de arrecadação do exercício de 2020, conforme art. 5º § 1º inciso I da Lei Orçamentária nº1911/2019 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 10 de Setembro de 2020.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

FABIELLI POLLI

Secretária da Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO Nº 231/2020 DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR**

Publicação Nº 2639133

Estado de Santa Catarina  
Município de Nova Erechim  
Av. Francisco Ferdinando Losina 139 – Centro – CNPJ: 83.021.840/0001-68  
Fone: 49 3333 3100 - E-mail: prefeitura@novaerechim.sc.gov.br

DECRETO Nº. 231 de 10 de Setembro de 2020.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1911, de 10 de Dezembro de 2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$30.000,00 (Trinta mil reais) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

Órgão	08	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Unidade	01	Fundo Municipal de Assistência Social	
Função	08	Assistência Social	
Sub-função	244	Assistência Comunitária	
Programa	0018	ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO	
Atividade	2043	MAN. DO BLOCO DE PROTEÇÃO SOC. BÁSICA	
Elemento	3.3.90.00	Aplicações Diretas D.R. 30.35	R\$30.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º. Utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2019, conforme art. 5º § 1º inciso II da Lei Orçamentária nº1911/2019 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 10 de Setembro de 2020.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

FABIELLI POLLI

Secretária da Administração, Finanças e Planejamento

**DECRETO Nº 232/2020 DISPÕE SOBRE A ESTABILIDADE DA SERVIDORA MUNICIPAL LUCIANE WERNER**

Publicação Nº 2638709

DECRETO Nº 232, 10 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a estabilidade de servidor municipal aprovado no estágio probatório.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 126 de 20 de março de 2019, combinada com a Lei Complementar nº 025 de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Estável a servidora municipal LUCIANE WERNER, Matrícula 5451/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações, durante o período de Estágio Probatório e pelo cumprimento do disposto no Art. 19 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Erechim (SC), em 10 de setembro de 2020.

NEDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 91-2020

Publicação Nº 2639588

#### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 91/2020, de 10/09/20

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Itaberaba

CONTRATADO: L E Z COMERCIO E INSTALAÇÕES ELETRICAS LTDA

OBJETO: Deslocamento de Postes da Rede de Energia Elétrica de Nova Itaberaba, conforme Projeto Nº19738194 em anexo.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais)

AMPARO LEGAL Dispensa por Limite nº 152/2020, Lei nº 10.520/02 e  
Lei nº 8666/93 e suas alterações posteriores.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 116/2020

Publicação Nº 2638492

Decreto nº 116, de 21 de agosto de 2020

Faz remanejamento de dotação dentro do Orçamento do Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto-SAMAE/ exercício de 2020 e dá outras providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 3º e 4º e art. 17, § 4º, da Lei Municipal nº 2.731/2019 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2020, DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2020, Lei Municipal nº 2.737/2019:

11 – Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto-SAMAE

01 – Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto-SAMAE

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
	REDUÇÃO	3.702,43
1301.1.008	Ampliação e Melhoria Rede de Distribuição de Água	3.702,43
(3) 4.4.90.00.00.00.00.3071	Aplicações Diretas	3.702,43
	SUPLEMENTAÇÃO	
1301.1.008	Ampliação e Melhoria Rede de Distribuição de Água	3.702,43
(2) 3.3.90.00.00.00.00.3071	Aplicações Diretas	3.702,43
	REDUÇÃO	10.347,89
1301.2.035	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	10.347,89
(13) 4.4.90.00.00.00.00.3071	Aplicações Diretas	10.347,89
	SUPLEMENTAÇÃO	10.347,89
1301.2.035	Captação, Tratamento e Distribuição de Água	10.347,89
(12) 3.3.90.00.00.00.00.3071	Aplicações Diretas	10.347,89
TOTAL		14.050,32

Fls. 02 – Decreto nº 116/2020

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 21 de agosto de 2020.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário M. Administração e Finanças

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

### DECRETO Nº 120/2020

Publicação Nº 2638488

DECRETO nº 120 / 2020

Acrescenta o art. 93-A ao Decreto nº 27, de 05 de junho de 2002, que regulamenta a prestação dos serviços de água e esgotos pelo Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) de Nova Trento, e dá outras providências

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 30, inciso I da CF; artigo 11, inciso VI, e artigo 94, incisos IX e X, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 3º, da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19) responsável pelo surto de 2019;

CONSIDERANDO que o Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO a edição do Decreto Estadual nº 525, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre novas medidas para enfrentamento da

emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus e estabelece outras providências;  
CONSIDERANDO a edição do Decreto Municipal nº 036, de 18 de março de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);  
CONSIDERANDO que, devido à pandemia, verificou-se uma vertiginosa elevação no número de usuários inadimplentes, os quais, com a retomada da possibilidade da suspensão do serviço pelo inadimplemento das tarifas, deverão procurar o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMA E) de Nova Trento para renegociação de suas dívidas, exigindo a criação de uma solução legal para equacionar essa questão;  
DECRETA:

Art. 1º Fica acrescido o art. 93-A ao Decreto nº 27, de 05 de junho de 2002, com a seguinte redação:

“Art. 93-A. Os débitos de usuário inadimplente poderão ser parcelados mediante Termo de Acordo e Confissão de Dívida, firmado pelo usuário, sendo necessária a anuência do proprietário quando for o caso.

Parágrafo único. No parcelamento o valor da parcela não poderá ser inferior à média mensal da tarifa paga nos últimos 6 (seis) meses e nem superior a um período de 12 (doze) meses, devendo o respectivo débito ser incluído no valor da tarifa mensal, na hipótese da continuidade do consumo”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 03 de setembro de 2020.

gian francesco voltolini

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina - DOM/SC, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume. Cumpra-se.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretária Municipal de Administração e Finanças

## DECRETO Nº 121/2020

Publicação Nº 2638536

DECRETO Nº 121, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Homologa a Resolução nº 02 de 01 de setembro de 2020, do Conselho Municipal de Educação que aprova as Diretrizes para o Protocolo de Retorno das Aulas Presenciais da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando da competência que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 04/04/1994,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução 02 de 01 de setembro de 2020, do Conselho Municipal de Educação que aprova as Diretrizes para o Protocolo de Retorno das Aulas Presenciais da Rede Municipal de Ensino de Nova Trento na forma do texto em anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 10 de setembro de 2020.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal de Nova Trento

VALDEMIR LUIZ QUAIATTO

Secretário Municipal de Administração e Finanças de Nova Trento

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

## PORTARIA 772/2020

Publicação Nº 2638436

PORTARIA Nº 772/2020

Concede Licença Prêmio

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal) e de acordo com a Lei Complementar 675 de 24/04/2020 e Decreto nº 059 de 27/04/2020,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio, à Servidora Pública Municipal INÊS DE AGUIRRE TAMANINI, matrícula nº 11, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, nível IV, Referência E, com 20(vinte) horas semanais, em exercício na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01(um) mês, com efeitos a contar de 01 de setembro de 2020 até 30 de setembro de 2020, referente ao período aquisitivo de 10/09/2006 a 08/09/2018.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de setembro de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell

Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 769/2020 A**

Publicação Nº 2638309

PORTARIA Nº 769/2020 "A"  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saude e Desenvolvimento Comunitario, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal CLEONIR CASTIONI, matrícula nº 8393, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 07(sete) dias, a contar de 04 de setembro de 2020 até 10 de setembro de 2020, conforme atestado medico, datado de 04/09/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 08 de setembro de 2020.  
Adauton Raulino  
Secretário Municipal de Saude e Desenvolvimento Comunitario

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 771/2020**

Publicação Nº 2638315

PORTARIA Nº 771/2020  
Concede Licença para Tratamento de Saúde

Adauton Raulino, Secretário Municipal de Saude e Desenvolvimento Comunitario, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

Conceder Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal ISABEL CRISTINA VALCZAK, matrícula nº 7486, ocupante do cargo de Agente Comunitario de Saude, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade de Saude Basica Aguti, pertencente ao Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 15(quinze) dias, a contar de 04 de setembro de 2020 até 18 de setembro de 2020, conforme atestado medico, datado de 04/09/2020.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de setembro de 2020.  
Adauton Raulino  
Secretário Municipal de Saude e Desenvolvimento Comunitario

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **PORTARIA Nº 773/2020**

Publicação Nº 2638444

PORTARIA Nº 773/2020  
Concede Licença Prêmio

Isabel Cristina Cipriani Tell, Secretária Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal) e de acordo com a Lei Complementar 675 de 24/04/2020 e Decreto nº 059 de 27/04/2020,

**RESOLVE:**

Conceder Licença Prêmio, à Servidora Pública Municipal SANDRA CIPRIANI DARÓS, matrícula nº 1131, ocupante do cargo de provimento

efetivo de Professor, nível I, Referência Q, com 40(quarenta) horas semanais, em exercício no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 01(um) mês, a contar de 08 de setembro de 2020 até 07 de outubro de 2020, referente ao período aquisitivo de 21/06/2006 a 20/06/2011.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 09 de setembro de 2020.

Isabel Cristina Cipriani Tell  
Secretária Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Valdemir Luiz Quaiatto  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **RESOLUÇÃO Nº 02/2020**

Publicação Nº 2638538

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
NOVA TRENTO – SC

RESOLUÇÃO nº 02/2020/CME

O Conselho Municipal de Educação de Nova Trento no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar em sessão plenária, as Diretrizes para o protocolo de Retorno das Aulas Presenciais na Rede Municipal de Educação de Nova Trento, apresentado a este Conselho, pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta resolução tem sua vigência prevista somente em caso de retorno das aulas presenciais, provocado pela Pandemia do Corona Vírus, na Rede Pública Municipal de Ensino de Nova Trento.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Trento, 01 de setembro de 2020  
Sirléia Piuco  
Presidente do CME

# Nova Veneza

## PREFEITURA

### ABERTURA DA PROPOSTA DE PREÇO - TOMADA DE PREÇOS N.º 130/2020 - PMNV

Publicação Nº 2638044

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE CONVOCAÇÃO DE SESSÃO DE ABERTURA DE  
PROPOSTAS E JULGAMENTO

TOMADA DE PREÇOS N.º 130/2020

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, SC, por intermédio da Comissão Permanente de Licitações, torna público, que estará realizando sessão pública junto a sala de licitações deste Paço Municipal, na data de 11 de setembro de 2020, às 10:00 horas, para a abertura dos envelopes de propostas de preços das empresas habilitadas, correspondente a licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS N.º 130/2020.

Informamos que a presença do representante legal das empresas se faz fundamental para a continuidade dos fatos.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 09 de setembro de 2020.  
JOANA MACCARINI TORQUATO  
Presidente da Comissão de Licitação

### ERRATA - LEI N.º 2.807

Publicação Nº 2638370

#### ERRATA

O Município de Nova Veneza/SC vem a público fazer a seguinte retificação no ato publicado no dia 18/08/2020 junto ao Diário Oficial dos Municípios de Divulgação dos Atos Legais, conforme segue:

#### 1. DA RETIFICAÇÃO:

##### 1.1 Na página 837 da edição de 18/08/2020:

Onde se lê:

"DENOMINA "RODOVIA EDVIRGES BRÍGIDO", NA COMUNIDADE DE RIO CEDRO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Leia-se:

"DENOMINA "RODOVIA JOÃO CARRADORE", NA COMUNIDADE DE RIO CEDRO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Nova Veneza/SC, 10 de setembro de 2020.  
Rogério José Frigo  
Prefeito Municipal

### LEI N.º 2.816, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638506

LEI N.º 2.816, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"ALTERA A LEI MUNICIPAL N.º 1.416, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1999, QUE DISPÕE SOBRE OS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, INSTITUI O PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Municipal n.º 1.416, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre os profissionais da educação, institui o plano de cargos, carreiras e remuneração do magistério público municipal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 38 - .....

Parágrafo único – São atribuições do Diretor de Escola:

- I – elaborar e executar a proposta pedagógica da unidade escolar, respeitadas as normas comuns e as do Sistema Municipal de Ensino;
- II - administrar o pessoal e os recursos materiais e financeiros da unidade escolar;
- III – assegurar o cumprimento dos dias letivos e hora-aula estabelecidos;
- IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- V - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;
- VI – planejar, organizar, coordenar, avaliar e integrar as atividades desenvolvidas na unidade escolar;
- VII – outras atribuições definidas no Sistema Municipal de Ensino.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI N.º 2.817, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638508

LEI N.º 2.817, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

“INSTITUI CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, PARA FAZER FACE AO CUSTO DAS OBRAS PÚBLICAS QUE MENCIONA, DAS QUAIS DECORRAM VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída Contribuição de Melhoria, na forma do art. 145, inciso III, da Constituição Federal, art. 81, caput, do Código Tributário Nacional e art. 63, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Nova Veneza, para fazer face ao custo das obras públicas que menciona a seguir, das quais decorram valorização imobiliária:

- I – Pavimentação asfáltica da Rua 03, no Distrito de São Bento Baixo, com extensão aproximada de 139,09 metros;
- II – Pavimentação asfáltica da Rua 05, no Distrito de São Bento Baixo, com extensão aproximada de 119,77 metros;
- III – Pavimentação asfáltica da Rua Angélica Bortolotto Panato, Distrito de São Bento Baixo, com extensão aproximada de 120,82 metros;
- IV - Pavimentação asfáltica da Rua Ernesto Daminelli, Distrito de São Bento Baixo, com extensão aproximada de 108,89 metros;
- V - Pavimentação asfáltica da Rua Projetada n.º 2 (Santo Antônio), Bairro Bortoluzzi, com extensão aproximada de 45,00 metros;
- VI - Pavimentação asfáltica da Rua Projetada n.º 1 (Santo Antônio), Bairro Bortoluzzi, com extensão aproximada de 35,00 metros;
- VII - Pavimentação asfáltica da Rua Angélica Aléssio Cerimbelli, Bairro Centro, com extensão aproximada de 41,50 metros;
- VIII - Pavimentação asfáltica da Rua Orlando Bortoluzzi, Bairro Bortoluzzi, com extensão aproximada de 71,88 metros;
- IX - Pavimentação asfáltica da Rua Ítalo Amboni (trecho 2), Bairro Rio Cedro Médio, com extensão aproximada de 115,29 metros;
- X - Pavimentação asfáltica da Rua Ítalo Amboni (trecho 1), Bairro Rio Cedro Médio, com extensão aproximada de 106,19 metros;
- XI - Pavimentação asfáltica da Rua Jackson Malgarezi, Distrito de Nossa Senhora do Caravaggio, com extensão aproximada de 234,83 metros.

Parágrafo único - As obras referidas neste artigo destinam-se à qualificação viária do Município de Nova Veneza, com recursos próprios do Tesouro Municipal.

Art. 2º - A Contribuição de Melhoria instituída tem como fato gerador a valorização imobiliária decorrente das obras públicas mencionadas no art. 1º desta Lei.

Art. 3º - O contribuinte da Contribuição de Melhoria é o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título.

Parágrafo único – Os créditos tributários sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, ainda que o alienante ou transmitente a qualquer título não tenha comunicado o lançamento do tributo, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

Art. 4º - O Poder Executivo publicará edital, na forma do art. 82, do Código Tributário Nacional, contendo, dentre outros, os seguintes elementos:

- I - memorial descritivo do projeto;
- II - orçamento do custo da obra;
- III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- IV - delimitação da zona beneficiada;
- V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

§1º - Os interessados poderão impugnar qualquer dos elementos referidos neste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de sua publicação.

§2º - A impugnação será julgada em primeira instância pelo Setor de Tributos do Município, cabendo, desta decisão, recurso administrativo à autoridade superior no prazo de 5 (cinco) dias.

§3º - Havendo a necessidade, poderá o Fiscal de Tributos responsável pelo julgamento da impugnação solicitar parecer técnico da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

Art. 5º - A Contribuição de Melhoria relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo das obras a que se refere o inciso III, do art. 4º, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

Parágrafo único - A Contribuição de Melhoria tem como limite total o custo das obras e como limite individual o acréscimo de valor que das obras resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 6º - Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

Art. 7º - Fica determinada a parcela de 50% (cinquenta por cento) do custo da obra a ser financiada pela Contribuição de Melhoria, nos termos do art. 4º, inciso III.

Art. 8º - O contribuinte poderá liquidar o crédito tributário mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

- I - PLANO A: pagamento à vista, em até trinta dias após o lançamento, da totalidade do crédito tributário, com desconto de 30% (trinta por cento);
- II - PLANO B: pagamento em até 3 (três) parcelas, com desconto de 15% (quinze por cento);
- III - PLANO C: pagamento em até 6 (seis) parcelas, com desconto de 10% (dez por cento);
- IV - PLANO D: pagamento em até 9 (nove) parcelas, com desconto de 5% (cinco por cento); e
- V - PLANO E: pagamento em até 12 (doze) parcelas, sem desconto.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## LEI N.º 2.818, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação N° 2638516

LEI N.º 2.818, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL XOKLENG, NO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o “Parque Natural Municipal Xokleng”, com área total de 34.279,41 m<sup>2</sup> (trinta e quatro mil, duzentos e setenta e nove metros quadrados e quarenta e um centésimos de metro quadrado) e perímetro de 869,76 m (oitocentos e sessenta e nove metros, e setenta e seis centésimos de metro), conforme memorial descritivo e mapa que constam no Anexo I da presente Lei, em imóvel de posse e domínio do poder público municipal, localizado em área de Floresta Ombrófila Densa nos domínios da Mata Atlântica, anexa à Câmara Municipal, bairro Bortoluzzi, na região urbana central do Município de Nova Veneza.

Art. 2º - O Parque Natural Municipal Xokleng é uma Unidade de Conservação (UC) do grupo de Proteção Integral, conforme estabelecido nos arts. 7º e 8º da Lei Federal n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.

Art. 3º - São objetivos da criação do Parque Natural Municipal Xokleng:

- I - preservar os ecossistemas, recursos naturais e a biodiversidade de remanescente da Floresta Ombrófila Densa na região central do município;
- II - incentivar a realização de pesquisas científicas, a recuperação de áreas degradadas, o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza;
- III - garantir espaços verdes e livres para a promoção do turismo sustentável e lazer em área natural;
- IV - conservar, proteger e recuperar o ecossistema de Mata Atlântica existente e o patrimônio paisagístico da área;
- V - garantir a preservação e a proteção da fauna e da flora nativa;
- VI - criar um espaço de permanência da memória acerca dos povos indígenas que habitavam a região e foram extintos após a colonização europeia.

Art. 4º - A área do Parque Natural Municipal Xokleng está totalmente inserida no imóvel de matrícula n.º 479, de propriedade da Prefeitura Municipal de Nova Veneza, registrado no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, tendo o seguinte memorial descritivo de limite, conforme levantamento topográfico: inicia-se a descrição do perímetro a partir do ponto denominado 01, coordenadas UTM X 646022.62 E e Y 6831803.25 N, percorrendo 103,00 (cento e três metros) na direção norte até o ponto 02, com as coordenadas UTM X 646023.70 E e Y 6831906.24 N, após percorrendo 332,00 m (trezentos e vinte e dois metros) na direção oeste até o ponto 03, coordenadas UTM X 645691.69 E e Y 6831909.36 N, após 103,83 m (cento e três metros e oitenta e três centímetros) na direção sul até o ponto 04, coordenadas UTM X 645691.69 E e Y 6831805.57 N, percorrendo ao final 330,93 m (trezentos e trinta metros e noventa e três centímetros) até o ponto inicial 01 (Anexo I). Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, fuso 22 Sul, tendo como Datum o SIRGAS 2000 - Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas.

Art. 5º - O Parque Natural Municipal Xokleng será administrado pela Fundação Municipal do Meio Ambiente de Nova Veneza - Fundave, que deverá tomar as medidas necessárias para sua implementação e gestão.

Parágrafo único - A Fundave disponibilizará corpo técnico, estrutura mínima e recursos necessários à implantação, administração e manutenção do Parque Natural Municipal Xokleng, de forma a garantir o cumprimento de seus objetivos.

Art. 6º - Após a publicação desta Lei, no prazo máximo de dois (02) anos, deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo Municipal um projeto de lei criando o conselho consultivo do Parque Natural Municipal Xokleng, que deverá ser indicado pela Fundave.

Art. 7º - A zona de amortecimento e outras regulamentações específicas do Parque Natural Municipal Xokleng serão estabelecidas a partir de seu Plano de Manejo, que deverá ser elaborado em até cinco (05) anos, a partir da publicação desta Lei.

Parágrafo único - Enquanto não for elaborado e aprovado o Plano de Manejo, todas as atividades e obras desenvolvidas nas Unidades de Conservação de proteção integral devem se limitar àquelas destinadas a garantir a integridade dos recursos que a unidade objetiva.

Art. 8º - Fica proibido dentro dos limites do Parque Natural Municipal Xokleng as seguintes atividades:

- I - degradação e/ou supressão de vegetação nativa;
- II - caça e captura de animais silvestres para fins que não sejam científicos;
- III - atividades agrossilvipastoris;
- IV - atividades que geram poluição sonora e perturbação da fauna;
- V - abertura de vias de circulação e canais;
- VI - drenagem de áreas úmidas;
- VII - queimadas;
- VIII - outras atividades que o órgão gestor entenda que não estejam de acordo com os objetivos da Unidade de Conservação.

Art. 9º - Os recursos necessários à implantação do Parque Natural Municipal Xokleng serão oriundos de dotação orçamentária própria do Município, podendo receber doações de instituições conveniadas e de entidades públicas ou privadas, através do Fundo Municipal do Meio Ambiente.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Nova Veneza poderá buscar a colaboração de instituições públicas ou privadas, municipais, estaduais, federais ou internacionais, visando a efetiva implantação e manejo do Parque.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI N.º 2.819, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638565

LEI N.º 2.819, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

“AUTORIZA A DESAFETAÇÃO DE ÁREA DE TERRA QUE MENCIONA DESTINADA A PERMUTA COM ÁREA AFETADA, SEM ÔNUS AO MUNICÍPIO, PARA MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizada a desafetação de área de terra consubstanciada em parte da “rua projetada 05, do Loteamento Angélica Panatto”, identificada no mapa em anexo, sem ônus ao Município, para fins averbação nos registros imobiliários, tendo em vista alteração da finalidade em decorrência da mudança do traçado da Rod-SC 443, que exige adequação do sistema viário do Loteamento Zeferino Bortolotto, conforme segue:

**ÁREA DESAFETADA:**

207,04 m<sup>2</sup> (duzentos e sete metros e quatro centímetros quadrados), cadastrada como Rua Projetada 05 do Loteamento Angélica Panatto (sem denominação), assim confrontado: Norte: 19,09 metros com terras de Benito João Bortolotto (matrícula 12.779 do 2º Ofício de Registro de Imóveis), Sul; 12,27 metros com a Rod. SC 443 – Rod. (Mons. Quinto Davide Baldessar); Leste; 16,69 metros com Nacional Investimentos e Participações Ltda. (matrícula n.º 5.106 do 2º Ofício de Registro de Imóveis); Oeste: 19,73 metros, com terras de Veneza Construções (Matrícula 14.967 do 2º Ofício de Registro de Imóveis), conforme planta e memorial descritivo em anexo.

§ 1º – Fica autorizada a Administração Municipal a realizar as averbações necessárias, inclusive solicitar a emissão de matrícula própria, bem como inserir as confrontações necessárias para efeitos de concretização dos comandos da presente lei.

§ 2º – A área desafetada poderá ser permutada pelo Município com outra área de propriedade de terceiro, visando melhoria e adequação do sistema viário no local.

Art. 2º - Fica autorizada a afetação de área de terra destinada ao encontro da ‘Estrada Projetada 04 do Loteamento Zeferino Bortolotto’, com a Rodovia SC, Rod-SC 443, que exige adequação do sistema viário do Loteamento Zeferino Bortolotto, conforme segue:

**ÁREA AFETADA:**

168,26 m<sup>2</sup> (centos e sessenta e oito metros e vinte e seis centímetros quadrados), inserida na Matrícula 5.106 de propriedade de Nacional Investimentos e Participações Ltda. do 2º Ofício de Registro de Imóveis: Norte: 12,00 metros com Estrada Projetada n.º 04, Sul; 12,18 metros com a Rod. SC 443 – Rod. Mons. Quinto Davide Baldessar; Leste; 13,50 metros com terras de Nacional Investimentos e Participações Ltda. (matrícula n.º 5.106 do 2º Ofício de Registro de Imóveis); Oeste: 14,60 metros, com terras de Nacional Investimentos e Participações Ltda. (matrícula n.º 5.106 do 2º Ofício de Registro de Imóveis), conforme planta e memorial descritivo em anexo.

§ 1º – A área de terra de que trata o caput encontra-se inserida na matrícula n.º 5.106 de propriedade de Nacional Investimentos e Participações Ltda., registrada junto ao 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma.

§ 2º – A Administração Municipal deverá realizar as averbações necessárias, bem como inserir as novas medidas e confrontações pertinentes.

Art. 3º - Fica autorizada a aquisição de uma área de terra de 168,26 m<sup>2</sup> (cento e sessenta e oito metros quadrados e vinte e seis centésimos de metro quadrado), de propriedade de Nacional Investimentos e Participações Ltda., mediante desapropriação amigável por utilidade pública, nos termos do art. 17, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município, conforme planta e memorial descritivo em anexo.

Parágrafo único – A área de terra de que trata o caput encontra-se inserida na matrícula n.º 5.106, registrada junto ao 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma.

Art. 4º - O Município fica autorizado a expedir demais atos necessários a consecução das obrigações acessórias para efeitos de concretização dos comandos da presente lei.

Art. 5º – As despesas decorrentes da aplicação da presente Lei correrão por conta das dotações vigentes no Orçamento do Município, bem como recursos provenientes de outras fontes, suplementadas se necessário.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI N.º 2.820, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638572

LEI N.º 2.820, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"AUTORIZA, O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A ABRIR, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 1.160.000,00, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, crédito suplementar no valor de R\$ 1.160.000,00 (um milhão, cento e sessenta mil reais), para atender a programação abaixo discriminada:

**Órgão 07: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Unidade 01: Departamento de Educação Infantil e Fundamental

Proj./Ativ. 2.018: Manutenção das Creches

Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0719 (049) – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000.000,00

**Órgão 09: SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO**

Unidade 01: Departamento de Cultura/Esportes e Turismo

Proj./Ativ. 2.021: Manutenção da Secr. de Cultura, Esportes e Turismo

Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0700 (072) – Aplicações Diretas ..... R\$ 160.000,00

Total ..... R\$ 1.160.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

**Órgão 07: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Unidade 01: Departamento de Educação Infantil e Fundamental

Proj./Ativ. 1.012: Ampliação da Rede Física de Educação Básica

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0719 (026) – Aplicações Diretas ..... R\$ 151.000,00

**Órgão 07: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Unidade 01: Departamento de Educação Infantil e Fundamental

Proj./Ativ. 1.013: Manutenção da Educação Básica

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0719 (040) – Aplicações Diretas ..... R\$ 107.000,00

**Órgão 07: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Unidade 01: Departamento de Educação Infantil e Fundamental

Proj./Ativ. 1.014: Transporte Escolar

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0719 (044) – Aplicações Diretas ..... R\$ 234.000,00

**Órgão 07: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Unidade 01: Departamento de Educação Infantil e Fundamental

Proj./Ativ. 2.018: Manutenção das Creches

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0719 (053) – Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

**Órgão 07: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Unidade 01: Departamento de Educação Infantil e Fundamental

Proj./Ativ. 2.019: Serviços Administrativos da Educação

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0719 (020) – Aplicações Diretas ..... R\$ 88.000,00

**Órgão 09: SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO**

Unidade 01: Departamento de Cultura/Esportes e Turismo

Proj./Ativ. 2.075: Infraestrutura, Manutenção e Incentivos a Eventos

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0700 (076) – Aplicações Diretas ..... R\$ 160.000,00

**Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB**

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ. 2.040: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0700 (100) – Aplicações Diretas ..... R\$ 320.000,00

Total ..... R\$ 1.160.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## LEI N.º 2.821, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638573

LEI N.º 2.821, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"AUTORIZA, O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A ABRIR, AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 400.000,00, POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica, o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir, ao Orçamento Fiscal do Município de Nova Veneza (Lei Municipal n.º 2.730, de 28 de outubro de 2019), em favor da Secretaria Municipal de Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), para atender a programação abaixo discriminada:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.024: Manutenção da Rede Municipal de Saúde

Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0720 (007) – Aplicações Diretas ..... R\$ 400.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o caput do art. 1º decorrem da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ. 1.027: Const. Ampl. Unid. Aquis. Veículos e Equipamentos

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0720 (001) – Aplicações Diretas ..... R\$ 97.000,00

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.024: Manutenção da Rede Municipal de Saúde

Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00 0720 (017) – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.025: Transferências de Recursos

Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 0720 (018) – Aplicações Diretas ..... R\$ 80.000,00

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.030: Manutenção de Outros Programas de Saúde Pública

Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00.00 0720 (027) – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

Órgão 13: SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade 01: SECRETARIA DE SAÚDE

Proj./Ativ. 2.030: Manutenção de Outros Programas de Saúde Pública

Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 0720 (028) – Aplicações Diretas ..... R\$ 15.000,00

Órgão 10: SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URB

Unidade 01: Departamento de Estradas de Rodagem

Proj./Ativ. 2.040: Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 0700 (100) – Aplicações Diretas ..... R\$ 138.000,00

Total ..... R\$ 400.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 31 de agosto de 2020.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI N.º 2.822, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638575

LEI N.º 2.822, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"DENOMINA RUA NO BAIRRO JARDIM FLORENÇA, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada "RUA ALAMANDA", aquela que inicia na Avenida Jardim e termina na Avenida Coqueiros, conforme mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI N.º 2.823, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638576

LEI N.º 2.823, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"DENOMINA RUA NO BAIRRO JARDIM FLORENÇA, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada "RUA DAS ROSAS", aquela que inicia na Avenida Jardim e termina na Avenida Coqueiros, conforme mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI N.º 2.824, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638578

LEI N.º 2.824, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"DENOMINA RUA NO BAIRRO JARDIM FLORENÇA, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada "RUA PRIMAVERA", aquela que inicia na Avenida Jardim e termina na Avenida Coqueiros, conforme mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI N.º 2.825, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638581

LEI N.º 2.825, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"DENOMINA RUA NO BAIRRO JARDIM FLORENÇA, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada "RUA DOS PINHEIROS", aquela que inicia na Avenida Jardim e termina na Avenida Coqueiros, conforme mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE

Secretário Municipal de Administração e Finanças

**LEI N.º 2.826, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638582

LEI N.º 2.826, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"DENOMINA RUA NO BAIRRO JARDIM FLORENÇA, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada "RUA QUARESMEIRA", aquela que inicia na Avenida Jardim e termina na Avenida Coqueiros, conforme mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI N.º 2.827, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638586

LEI N.º 2.827, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

“DENOMINA RUA NO BAIRRO JARDIM FLORENÇA, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada “RUA PALMEIRA”, aquela que inicia na Avenida Jardim e termina na Avenida Coqueiros, conforme mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI N.º 2.828, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638590

LEI N.º 2.828, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

“DENOMINA RUA NO BAIRRO JARDIM FLORENÇA, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada “RUA DAS CAMÉLIAS”, aquela que inicia na Avenida Jardim e termina na Avenida Coqueiros, conforme mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **LEI N.º 2.829, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638593

LEI N.º 2.829, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

“DENOMINA RUA NO BAIRRO JARDIM FLORENÇA, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada “AVENIDA JARDIM”, aquela que inicia na margem esquerda do Rio Mãe Luzia e termina no sítio de propriedade do Ronsani, conforme mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI N.º 2.830, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638597

LEI N.º 2.830, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"DENOMINA "LINHA CORAL", NA COMUNIDADE DE RIO CEDRO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada "LINHA CORAL", aquela que inicia na Rodovia Municipal Silvino Morelli e termina na propriedade de Neide Zanelatto Coral, conforme consta no mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **LEI N.º 2.831, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2638599

LEI N.º 2.831, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"DENOMINA "RUA ANDRÉ CORAL", NA COMUNIDADE DE SÃO BENTO ALTO, MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO, Prefeito Municipal de Nova Veneza, SC, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica denominada "RUA ANDRÉ CORAL", aquela que inicia na Rodovia Municipal Silvino Morelli e termina na Rodovia NVA-156, conforme consta no mapa em anexo.

Art. 2º– Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º– Revogam-se as disposições em contrário.

Nova Veneza, SC, 04 de setembro de 2020.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada em 04 de setembro de 2020.

OSNIR ÂNGELO GHELLERE  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 142/2020 - PMNV**

Publicação Nº 2638868

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 142/2020

OBJETO: Aquisição de ventiladores e luminárias para o Museu do Imigrante – Conego Miguel Giacca do município de Nova Veneza, SC

Abertura: às 09:30 horas do dia 23/09/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 10 de setembro de 2020.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 149/2020 - PMNV**

Publicação Nº 2638836

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 149/2020

OBJETO: Contratação de empresa ou pessoa para realizar serviço de troca do estofado dos bancos da Gondola Lucille do Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 23/09/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE: [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo telefone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 10 de setembro de 2020.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

**TOMADA DE PREÇOS N.º 152/2020 - PMNV**

Publicação Nº 2638782

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA  
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS N.º 152/2020

OBJETO: Contratação de empresa para pavimentação asfáltica da Rodovia Mario Nazari no Município de Nova Veneza, SC.

Abertura: às 08:30 horas do dia 25/09/2020

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, n.º 44 – Centro - Nova Veneza, SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE [WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR](http://WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR).

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza, SC, 10 de setembro de 2020.  
ROGÉRIO JOSÉ FRIGO  
Prefeito Municipal de Nova Veneza

# Novo Horizonte

## PREFEITURA

### EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO AO PL N° 021/2020

Publicação N° 2638498

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

-----  
PROCESSO LICITATÓRIO N° 021/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2020  
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 09.09.2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO À PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE PARA O FIM DE REFORMA DE RESIDÊNCIAS

-----  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE  
Contratada...: BEVILAQUA CONSTRUTORA E MATERIAL DE CONSTRUÇÕES LTDA  
Valor ..... : 4.918,06 (quatro mil, novecentos e dezoito reais e seis centavos)

-----  
DATA: 09.09.2020 – Vandelei Sanagiotto – Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 2 QUADRI 2020

Publicação Nº 2638006

Município de Novo Horizonte - SC - Poder Legislativo  
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020

DESPESAS EXECUTADAS (Últimas 12 Meses)													R\$ 1,00
DESPESAS COM PESSOAL													
	Set/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Mai/2020	Jun/2020	Jul/2020	Agos/2020	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
													TOTAL (a)
													12 MESES
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.839.611	41.087.433	41.087.433	58.895.701	42.107.433	40.907.118	44.198.332	44.161.711	45.887.744	44.668.118	43.913.721	51.088.333	540.822.781
Pessoal Ativo	40.759.544	39.041.361	39.041.361	54.803.591	42.107.433	38.981.111	39.946.451	41.935.911	43.681.944	42.462.381	41.707.592	48.862.533	513.265.491
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	34.279.443	32.530.225	32.530.225	46.813.541	35.466.161	32.248.338	33.352.211	34.874.881	36.539.844	35.371.341	34.747.882	41.902.433	429.048.541
Obrigações Patronais	6.515.111	6.515.111	6.515.111	8.990.021	6.641.271	6.011.731	6.594.241	7.061.022	7.142.110	7.091.041	6.960.710	8.960.101	83.016.951
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Pensões e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Períodos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos terceirizados ou contratação forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	2.046.071	2.046.071	2.046.071	4.092.114	0,00	2.046.071	4.251.871	2.205.801	2.205.801	2.205.801	2.205.801	2.205.801	27.557.291
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativas e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abono de permanência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>	<b>42.839.611</b>	<b>41.087.433</b>	<b>41.087.433</b>	<b>58.895.701</b>	<b>42.107.433</b>	<b>40.907.118</b>	<b>44.198.332</b>	<b>44.161.711</b>	<b>45.887.744</b>	<b>44.668.118</b>	<b>43.913.721</b>	<b>51.088.333</b>	<b>540.822.781</b>
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)</b>													<b>0,00</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>													
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>													
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)		18.028.631,21		-									
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)		0,00	0,00	-									
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)		18.028.631,21		-									
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III + VII)</b>		<b>540.822,78</b>		<b>3,00</b>									
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		1.081.717,87		9,00									
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.027.631,96		5,70									
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		973.545,08		5,40									

Novo Horizonte, 10/09/2020

LOURDES DE MACHADO  
CONTADOR CRC SC-0242440-9 PRESIDENTE

JUAREZ ZILLI  
COORDENADOR DE CONTROLE

FONTE:



# Orleans

## PREFEITURA

### CONTRATO 14/2020 SAMAE

Publicação Nº 2638077

Contrato Nº 14/2020 Licitação: 5/2020

Valor: 61.250,00

Vigência: 01/09/2020 a 31/12/2020

Objeto da Contratação: Aluminato de Sódio, estado líquido, densidade 1,30 a 1,40 g/cm<sup>3</sup> pH 11 a 13. Coloração Âmbar claro âmbar escuro, solúvel em água. Transporte em Container de 1.000 litros para transferência em reservatório do SAMAE Orleans,

Contratante: SAMAE DE ORLEANS

Contratada: AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Fabio Echeli Bett  
DIRETOR DO SAMAE

### DECRETO 4.881 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638854

DECRETO Nº 4.881 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DEFINE CRITÉRIOS PARA A RETOMADA DO FUTEBOL RECREATIVO NO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pelo artigo 88, VIII e 103, I, "h", da Lei Orgânica do Município e, ainda;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do coronavírus;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 464, de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia no Estado, com a emissão da Portaria SES nº 664, de 03 de setembro de 2020, que definiu critérios para a retomada do futebol recreativo em todo o território catarinense,

#### DECRETA:

Art. 1º O retorno do futebol recreativo se dará de forma gradual e monitorada, considerando a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19, nos termos do estabelecido pelo Estado de Santa Catarina, nas regiões de saúde, obedecidos os seguintes critérios, conforme o Município se encontrar em situação de Risco Potencial Alto, Grave ou Gravíssimo:

I- se classificado como em Risco Potencial ALTO (representado pela cor amarela) na Avaliação de Risco Potencial para COVID-19: os jogos estão liberados em todos os dias da semana;

II- se classificado como em Risco Potencial GRAVE (representado pela cor laranja) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19: os jogos somente podem ocorrer em dias alternados;

III- se classificado como em Risco Potencial GRAVISSIMO (representado pela cor vermelha) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19: os jogos ficam proibidos pelo período de tempo determinado pela Portaria SES nº 592 de 17/08/2020 e suas atualizações.

Art. 2º Deverão ser observadas as exigências constantes da Portaria SES n. 664, de 03 de setembro de 2020, para o exercício da atividade de futebol recreativo.

Parágrafo único. As medidas previstas no caput deste artigo são complementares às outras normas sanitárias vigentes que se apliquem à atividade,

devendo ser observadas regras mais ampliativas ou restritivas eventualmente impostas por normas e atos expedidos pelo Governo Federal ou Estadual.

Art. 3º A fiscalização será realizada, por parte do Município, pelo órgão da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, bem como pelos agentes

de Defesa Civil e agentes de fiscalização municipais, que ficam autorizados a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território do Município, durante a vigência da pandemia da COVID-19.

Art. 4º As autorizações previstas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans/SC, 10 de setembro de 2020; 136 anos da Fundação e 107 anos de Emancipação Político Administrativa.

JORGE LUIZ KOCH  
Prefeito de Orleans

Registrado o presente Decreto nesta Secretaria Municipal de Administração, aos dez dias do mês de setembro de 2020 e publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

JAIR HENRIQUE DE SOUZA WAGNER  
Secretário da Administração

## PROCESSO Nº 197/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2639449

PROCESSO Nº 197/2020

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 68/2020

REGISTRO DE PREÇO

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITAS), EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 25/09/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 28/09/2020, às 13h30min.

Este processo é pautado pela Regra Geral (ampla concorrência).

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 10 de Setembro de 2020

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

## PROCESSO Nº 198/2020 PREFEITURA

Publicação Nº 2639450

PROCESSO Nº 198/2020

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 69/2020

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) PAR DE RECEPTORES GNSS L1/L2 RTK, 01 (UM) COLETOR DE DADOS E DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS AO PERFEITO FUNCIONAMENTO DO CONJUNTO PARA AUXILIAR NA MEDIÇÃO E LOCAÇÃO DE PROJETOS LIGADOS AO SETOR DE PLANEJAMENTO (ENGENHARIA) DA PREFEITURA DE ORLEANS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 25/09/2020 às 17h30min. Abertura dos Envelopes: dia 28/09/2020, às 15h30min.

ESTE PROCESSO LICITATÓRIO DESTINA-SE EXCLUSIVAMENTE AS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site [www.orleans.sc.gov.br](http://www.orleans.sc.gov.br) e-mail [licitacao@orleans.sc.gov.br](mailto:licitacao@orleans.sc.gov.br)

Orleans - SC, 10 de Setembro de 2020

Jorge Luiz Koch  
Prefeito Municipal

# Ouro

## PREFEITURA

**PR 0041/2020**

Publicação Nº 2638650

MUNICÍPIO DE OURO / SC  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0041/2020

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 24/09/2020, às 14:00horas, o Processo Licitatório nº. 0072/2020, na modalidade Pregão na forma Presencial N. 0041/2020, tipo menor preço por item, com execução parcelada. Objeto:A presente licitação COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, tem por objeto a contratação de empresa jurídica com profissional habilitado para prestação de serviços de fisioterapia domiciliar, para o restante do exercício de 2020, conforme especificado no Anexo I, do edital. Obtenção do edital:licitacoes@ouro.sc.gov.br;www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 10/09/2020. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

# Palhoça

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO TP 178-2020

Publicação Nº 2638493

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO Nº 178/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a abertura da Tomada de Preço nº 178-2020, no dia 29 de setembro de 2020, às 14h00min, a entrega dos envelopes é até às 13h30min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇO nº 178- 2020 têm como objeto a Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para: (LOTE 01) – Execução de drenagem, pavimentação em paver e sinalização viária da Rua Aurino José Machado no bairro Barra do Aririú; (LOTE 02) – Execução de tubulação na vala entre a Rua Acioli Nunes e a Rua Marfim no Centro; (LOTE 03) – Execução de drenagem, pavimentação em paver e sinalização viária da Rua Manoel Vitorino Pereira no bairro Brejarú; (LOTE 04) – Execução de drenagem, pavimentação em blocos de concreto intertravados e sinalização da Servidão Miguel João Jacinto no bairro Bela Vista e (LOTE 05) – Execução de drenagem, pavimentação em paver da Rua Inêz ,Wanderlind no bairro Barra do Aririú neste Município, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>.

Palhoça, 10 de setembro 2020.  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 180/2020

Publicação Nº 2639597

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 180/2020

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 28 de setembro de 2020, às 09:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 180/2020, que tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de oxigênio medicinal e com os cilindros em comodato, para as Unidades da Rede Municipal de Saúde, através do Sistema de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes do Edital. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 11 de setembro de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

### ERRATA 001 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2020

Publicação Nº 2638525

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
ERRATA Nº 001  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2020

O Município de Palhoça torna público que houve um equívoco na divulgação do edital Convocatório, ficando apazado para o dia 23/09/2020, às 14h00min, a abertura dos envelopes de proposta e habilitação do Pregão Presencial nº 174/2020. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13h00min às 19h00min, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.atende.net](http://www.palhoca.atende.net). Palhoça, 10 de setembro de 2020. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

**TERMO DE PARCERIA N° 022, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação N° 2634968

TERMO DE PARCERIA N° 022, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020.

Que entre si celebram o Município de Palhoça e Thiago Andriago Vesely (CEFOTV).

Pelo presente instrumento de TERMO DE PARCERIA que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº 82.892.316/0001-08, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, Senhor CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS e de outro lado THIAGO ANDRIGO VESELY (CEFOTV), pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF nº 30.358.070/0001-87, com sede na Rua Bento Gonçalves, 61, andar 1, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88.010-080, neste ato representada por se titular, Sr. THIAGO ANDRIGO VESELY, brasileiro, portador do RG 1844236 - SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 694.279.091-53, com amparo na Lei nº 8.666/1993 e no Edital de Credenciamento nº 002/2020, têm justo e acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 O presente Termo tem por objeto estabelecer a mútua cooperação entre o Município de Palhoça e a CEFOTV visando disponibilizar para a população palhocense o fornecimento de no mínimo 3.000 (três mil) vagas para cursos de qualificação profissional, de forma gratuita, através do emprego da tecnologia.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES****2.1 Compete ao Município de Palhoça:**

- I - designar gestor, para acompanhar a execução deste termo;
- II - autorizar a divulgação institucional deste termo em seus meios de comunicação interna e externa;
- III - permitir o acesso à informações à parte parceira, desde que não assegurados por sigilo, para o amplo acesso de usuários aos cursos;
- IV - fiscalizar o pleno cumprimento deste instrumento e registrar os atos decorrentes de seus atos;
- V - realizar demais atos necessários para garantir a execução do objetivo deste instrumento.

**2.2 Compete à CEFOTV:**

- I - disponibilizar o fornecimento de no mínimo 3.000 (três mil) vagas em cursos de qualificação profissional;
- II - designar gestor, para acompanhar a execução deste termo;
- III - prestar as informações necessárias ao Município, quando previamente requisitadas;
- IV - disponibilizar todas as informações para que os usuários tenham acesso aos cursos de qualificação profissional;
- V - não cessar os cursos enquanto houver usuário matriculado para o respectivo curso;
- VI - informar sobre a existência deste termo de parceria para todos os usuários, com prévia autorização da Diretoria de Comunicação do Município;
- VII - realizar demais atos necessários para garantir a execução do objetivo deste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA EXECUÇÃO**

3.1 As atividades decorrentes do presente Termo serão executadas fielmente pelos partícipes, de acordo com suas cláusulas, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

3.2 As ações relacionadas à execução das atividades objeto deste Termo dar-se-ão conforme solicitação do Município, sendo que os partícipes disciplinarão de forma conjunta sobre o prazos de início e o cronograma.

**CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS OU DO ÔNUS**

4.1 Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros entre os partícipes para a execução do presente termo.

4.2 Os serviços decorrentes do presente termo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações pelos mesmos.

**CLÁUSULA QUINTA - DO ACOMPANHAMENTO**

5.1 Cada partícipe indicará um gestor e seu respectivo substituto (pessoa física) para acompanhar a execução deste acordo.

5.2 Ao gestor do termo, competirá dirimir as dúvidas que surgirem na sua execução e de tudo mais que se fizer necessário.

5.3 O gestor do termo registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

5.4 O acompanhamento não exclui e nem reduz a responsabilidade dos outros partícipes.

**CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

6.1 O prazo de vigência do presente termo é de 05 (cinco) anos, contado a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por

igual período, havendo concordância de ambas as partes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

7.1 Este Termo poderá ser alterado em qualquer de suas cláusulas e disposições, exceto quanto ao seu objeto, mediante Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que tal interesse seja manifestado, previamente, por escrito.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

8.1 A denúncia ou rescisão deste termo poderá ocorrer a qualquer tempo, por iniciativa de qualquer um dos partícipes, mediante notificação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

8.2 A eventual rescisão deste termo não prejudicará a execução de atividades previamente acordadas entre as partes, já iniciadas, os quais manterão seu curso normal até sua conclusão.

8.3 Constituem motivo para rescisão de pleno direito o inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, o descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente ou a superveniência de norma legal ou fato que tome material ou formalmente inexecutável, imputando-se aos partícipes as responsabilidades pelas obrigações.

#### CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 A publicação do presente Termo será providenciada pelo Município de Palhoça, no Diário Oficial, até o quinto dia útil do mês subsequente ao de sua assinatura, devendo ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, em conformidade com o que estabelece o parágrafo único do art. 61, da lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 Fica dispensada a prestação de contas, tendo em vista que não haverá repasse de recursos públicos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da comarca de Palhoça/SC, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste acordo, com expressa renúncia de qualquer outro.

E, por estarem justos e acordados, firmam o presente termo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que adiante assinam.

Palhoça, 01 de setembro de 2020.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

THIAGO ANDRIGO VESELY  
(CEFOTV)

#### TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

#### TOMADA DE PREÇOS 179/2020 - AVISO

Publicação Nº 2638619

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 179/2020

O Município de Palhoça torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 179/2020, no dia 30 de setembro de 2020, às 14h00min, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC. A TOMADA DE PREÇOS nº 179/2020 tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de recuperação do telhado do Ginásio de Esportes da Escola Básica Reinaldo Weingartner, incluindo mobilização e desmobilização dos equipamentos necessários para o serviço, em virtude do ciclone que assolou o Estado de Santa Catarina no dia 30 de junho de 2020, conforme decreto do vendaval nº 2.607 de 2020, de acordo com as especificações contidas nos anexos. O Edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min ou pelo site: <http://palhoca.atende.net>. Palhoça, 10 de setembro de 2020. COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

**CÂMARA MUNICIPAL****ATA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 11/2020**

Publicação Nº 2639116

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
Ata de Realização do Pregão Eletrônico  
Nº 00011/2020 (SRP)

Às 14:00 horas do dia 04 de setembro de 2020, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 93/2020 de 01/09/2020, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 12, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00011/2020. Modo de disputa: Aberto. Objeto: Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para formação de registro de preços para futuras e eventuais aquisições de gêneros de alimentação (açúcar, café, leite, filtro de papel, água mineral sem gás em garrafas descartáveis de 500ml (fardo) e água sem gás em garrafas de 20 litros) destinados ao atendimento e necessidades de consumo da Câmara Municipal de Palhoça/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e detalhadas no Termo de Referência. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1  
Descrição: CAFÉ  
Descrição Complementar: CAFÉ, APRESENTAÇÃO TORRADO MOÍDO, INTENSIDADE MÉDIA, TIPO SUPERIOR, EMPACOTAMENTO VÁCUO, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 06 MESES  
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP.  
Quantidade: 500  
Unidade de fornecimento: Pacote 500,00 G  
Valor Estimado: R\$ 10,8100  
Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso  
Aplicabilidade Decreto 7174: Não  
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não  
Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,05  
Aceito para: JOSE MAURICIO GOMES LELIS - EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 7,0000 e a quantidade de 500 Pacotes de 500,00 G.

Intenções de Recurso para o Item  
CNPJ/CPF: 13.839.796/0001-12  
Motivo da intenção: Empresa primeiro colocado no Item 1 não cumpriu com o exigido no edital. Conforme motivo: 6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA, 6.1.5. Para o CAFÉ, a proposta deverá ser acompanhada de Laudo que deverá estar dentro da validade ou, na sua ausência, deverão ser datados dos 120 (cento e vinte) dias anteriores, emitidos por Órgãos habilitados, empresas idôneas e/ou provadores devidamente credenciados e autorizados pelos Órgãos governamentais competentes nas áreas de agricultura e/ou saúde...  
Situação: Aceito

Item: 2  
Descrição: AÇÚCAR  
Descrição Complementar: AÇÚCAR, TIPO REFINADO, COLORAÇÃO BRANCA, PRAZO VALIDADE MÍNIMO 24 MESES  
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP.  
Quantidade: 250  
Unidade de fornecimento: Embalagem 1,00 KG  
Valor Estimado: R\$ 3,3400  
Situação: Aceito e Habilitado.  
Aplicabilidade Decreto 7174: Não  
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não  
Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,05  
Aceito para: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, pelo melhor lance de R\$ 2,3500 e a quantidade de 250 Embalagens de 1,00 KG.

Item: 3  
Descrição: LEITE FLUIDO  
Descrição Complementar: LEITE FLUIDO, ORIGEM DE VACA, TIPO A, TEOR GORDURA DESNATADO, PROCESSAMENTO UHT, TIPO RESTRIÇÃO ZERO LACTOSE.  
Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP.  
Quantidade: 3.000  
Unidade de fornecimento: Caixa 1,00 L  
Valor Estimado: R\$ 4,5700  
Situação: Aceito e Habilitado.  
Aplicabilidade Decreto 7174: Não  
Aplicabilidade Margem de Preferência: Não  
Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,05  
Aceito para: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS, pelo melhor lance de R\$ 3,7000 e a quantidade de 3.000

Caixas de 1,00 L.

Item: 4

Descrição: COADOR DESCARTÁVEL CAFÉ

Descrição Complementar: COADOR DESCARTÁVEL CAFÉ, MATERIAL PAPEL, TAMANHO 103, CARACTERÍSTICA ADICIONAIS DUPLA COSTURA, CELULOSE, ISENTO DE IMPUREZA.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP.

Quantidade: 150

Unidade de fornecimento: Caixa 30,00 UN

Valor Estimado: R\$ 3,9600

Situação: Aceito e Habilitado.

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,05

Aceito para: PLANETA COMERCIAL LTDA, pelo melhor lance de R\$ 2,6000 e a quantidade de 150 Caixa 30,00 UN.

Item: 5

Descrição: ÁGUA MINERAL NATURAL

Descrição Complementar: ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO SEM GÁS, MATERIAL EMBALAGEM PLÁSTICO, TIPO EMBALAGEM RETORNÁVEL.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP.

Quantidade: 100

Unidade de fornecimento: Garrafão 20,00 L

Valor Estimado: R\$ 9,9500

Situação: Aceito e Habilitado.

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,05

Aceito para: DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL CAMBIRELA EIRELI, pelo melhor lance de R\$ 6,4000 e a quantidade de 100 Garrafão 20,00 L.

Item: 6

Descrição: ÁGUA MINERAL NATURAL

Descrição Complementar: ÁGUA MINERAL NATURAL, TIPO SEM GÁS, MATERIAL EMBALAGEM PLÁSTICO, TIPO EMBALAGEM DESCARTÁVEL.

Tratamento Diferenciado: Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP.

Quantidade: 3.000

Unidade de fornecimento: Garrafa 500,00 ML

Valor Estimado: R\$ 1,0700

Situação: Aceito e Habilitado com intenção de recurso

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Intervalo mínimo entre lances: R\$ 0,05

Aceito para: PLANETA COMERCIAL LTDA, pelo melhor lance de R\$ 0,8200 e a quantidade de 3.000 Garrafas 500,00 ML .

Intenções de Recurso para o Item

CNPJ/CPF: 07.023.855/0001-87

Motivo da intenção: ENVIADO TODOS OS DOCUMENTOS, DESCLASSIFICADO POR ALEGAR NÃO ABRIR O ARQUIVO ENVIADO.

Situação: Aceito

Empresas participantes

Razão social: AAAB COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 20.603.864/0001-05

Razão social: DISTRIBUIDORA DE AGUA MINERAL CAMBIRELA EIRELI

CNPJ: 02.148.257/0001-10

Razão social: DMG DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA

CNPJ: 18.934.961/0001-39

Razão social: ELO COMERCIO E SERVICOS EIRELI

CNPJ: 14.990.312/0001-02

Razão social: HIPERAGUA COMERCIO DE AGUA LTDA

CNPJ: 07.023.855/0001-87

Razão social: IMPERATRIZ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS

CNPJ: 14.546.646/0001-83

Razão social: JOSE MAURICIO GOMES LELIS - EIRELI

CNPJ: 28.055.048/0001-16

Razão social: LPK LTDA  
CNPJ: 00.535.560/0001-40

Razão social: MOMM COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI  
CNPJ: 08.310.833/0001-60

Razão social: PLANETA COMERCIAL LTDA  
CNPJ: 04.112.923/0001-96

Razão social: SAFI COMERCIO ATACADISTA EIRELI  
CNPJ: 13.839.796/0001-12

Razão social: TREZE COMERCIAL LTDA  
CNPJ: 82.330.937/0001-90

#### Observações

Data limite para registro de recurso: 15/09/2020.

Data limite para registro de contrarrazão: 18/09/2020.

Data limite para registro de decisão: 25/09/2020.

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 45, do Decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 14:48 horas do dia 10 de setembro de 2020, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

Esta ata pode ser lida em sua íntegra no sítio eletrônico [cmp.sc.gov.br](http://cmp.sc.gov.br).

DELEON DE SOUSA  
Pregoeiro Oficial

JACQUELINE PAGANI LUZ WERNER  
Equipe de Apoio

---

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

---

#### **EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO N° 115/2020, AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°03/2018, PREGÃO PRESENCIAL N° 55/2017**

Publicação N° 2639427

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

TERCEIRO TERMO ADITIVO N° 115/2020, AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°03/2018, PREGÃO PRESENCIAL N° 55/2017– PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica CONSESC & NACIONAL ELEVADORES LTDA - ME, CNPJ n° 04.191.047/0001-30. OBJETO: – Fica acrescido o valor de R\$ 4.563,00 (quatro mil quinhentos e sessenta e três reais), no percentual de 12,71% do valor atualizado do contrato n° 03/2018.

As despesas do presente termo aditivo correrão por conta dos seguintes recursos:

“378” – 17.01.21.42.3.33.90.30.25.01380269.

DATA: 10/09/2020.

# Palma Sola

## PREFEITURA

### **AVISO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL N°. 39/2020 - PRÓTESES DENTÁRIA**

Publicação N° 2637967

Aviso de Revogação de Licitação – Processo de Licitação n°. 87/2020 - Pregão Presencial n° 39/2020.

O Município de Palma Sola - SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, torna público que o Processo de Licitação n° 87/2020, na modalidade de Pregão Presencial n° 39/2020, tipo menor preço por item, tendo como objeto à Contratação de laboratório protético, que seria realizado no dia 15 de setembro de 2020, publicado no DOM-SC, no dia 01 de setembro de 2020, Edição n°. 3249, publicado ainda no Mural da Prefeitura e no site [www.palmasola.sc.gov.br](http://www.palmasola.sc.gov.br) foi revogado para que o Município possa fazer correções no referido edital e seus anexos e que será publicado um novo edital e data para a realização do certame. Maiores informações entrar em contato com a Administração Municipal, setor de licitações, pelo telefone 49 3652-3200, em dias úteis das 08h:00horas às 11:45h e das 13:30 às 17:30h, ou através do email: [compras@palmasola.sc.gov.br](mailto:compras@palmasola.sc.gov.br).

Palma Sola, SC, 10 de setembro de 2020.  
Marines Fátima Sansigolo  
Pregoeira

# Palmeira

## PREFEITURA

### AUDIÊNCIA PÚBLICA ORÇAMENTO 01/2020

Publicação N° 2639558

Estado de Santa Catarina

Município Palmeira

Editais de Audiência Pública

Fernanda de Souza Córdova prefeita de Palmeira/SC no uso de suas atribuições conferidas por lei, torna público que no dia 14/09/2020 as 14:00hs na câmara de vereadores do município, será realizada audiência pública, para discussão e elaboração, da Lei de diretrizes orçamentárias(LDO) e lei orçamentária anual(LOA) 2021, assim como, alterações do Plano Plurianual(PPA)2018-2021.

Serão observados todos os protocolos de segurança decorrente da pandemia do corona vírus.

Palmeira 08 de Setembro de 2020

Fernanda de Souza Córdova

Prefeita

**PL\_09\_CR\_05\_CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS - PLANTÃO**

Publicação N° 2639424

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PREFEITURA DE PALMEIRA

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO****PROCESSO LICITATÓRIO N°. 09/2020\_FMS  
CREDENCIAMENTO N°. 05/2020**

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob n°. 01.610.566/0001-06, com sede a Rua Roberto Hemkemaier, n°. 200, centro, em Palmeira/SC, representada por sua Prefeita Municipal, Sra. Fernanda de Souza Córdova, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA – SC**, inscrito no CNPJ sob n° 11.299.998/0001-93 e pela Gestora do Fundo Municipal de Saúde Bruna Larissa de Jesus Muniz, tornam público aos interessados, no uso de suas prerrogativas legais, a realização de **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS PARA ATENDIMENTO COMO PLANTONISTAS NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO**, nas condições estabelecidas em Edital. O Credenciamento deverá ser feito junto ao Departamento de Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Palmeira, sendo que a abertura dos envelopes da documentação será realizada na medida em que forem entregues. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos em via impressa deverão apresentar comprovante de depósito bancário no valor de R\$ 10,00 (dez reais), em nome da Prefeitura Municipal de Palmeira, conta corrente n° 75-7, agência 3082, op. 006 do Banco CEF, ou poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br>. Impugnações ou questionamentos acerca do edital, inclusive os de ordem técnica, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço [licitacoes@palmeira.sc.gov.br](mailto:licitacoes@palmeira.sc.gov.br), desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.palmeira.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões. Palmeira, 28 de agosto de 2020. **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

# Papanduva

## PREFEITURA

### **DECRETO N. 2985, DE 04.09.2020 - NOMEIA O CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2638118

DECRETO Nº 2985, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

Nomeia o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo inciso VI do artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei 1796, de 27 de agosto de 2007, alterada pela Lei nº 1867, de 19.08.2009,

#### DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, composto pelos seguintes representantes:

Representante do Poder Executivo

Titular: Grazieli Aparecida Goss Tibes

Suplente: Arnaldo Oratch

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Leriany Marquardt

Suplente: Luzia de Fátima Bialeski

Representante dos Professores da Educação das Escolas Básicas Públicas

Titular: Joelma Aparecida Gonçalves Lima

Suplente: Edenilson Padilha

Representante dos Técnicos Administrativos das Escolas Básicas Públicas

Titular: Cristiane Narloch

Suplente: Michele Cristina Popovicz Leal

Representante do Conselho Municipal de Educação

Titular: Elisabete Gresczuk Machado

Suplente: Denise Fátima de Paula

Representante do Conselho Tutelar

Titular: Camilla Carneiro

Suplente: Clarice de Fátima Rosa

Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas

Titular: Eliane Aparecida Padilha

Suplente: Luciane Pereira Bastos Tabalipa

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública

Titular: Divonsir Alves de Oliveira

Suplente: Inês Wozniak Fladinski

Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública Indicado pela Entidade de Estudantes secundaristas.

Titular: Larissa Eduarda Leal

Suplente: Francieli Gugel

Representante dos Pais dos Alunos das Escolas de Educação Básica Pública

Titular: Carina Massaneiro

Suplente: Fernanda Caroline de Paula

Titular: Eliane Ulbrich

Suplente: Gislaine Gonçalves do Vale

Art. 2º. O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 2803, de 28 de setembro de 2018.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 04 de setembro de 2020.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Estela Mari Ferens  
Administradora

## **DECRETO N. 2987, DE 09.09.2020 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA**

Publicação Nº 2638634

Decreto nº 2987, de 09 de setembro de 2020.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade do Município de Papanduva com a área total de 5.644,35m<sup>2</sup> (cinco mil seiscentos e quarenta e quatro metros e trinta e cinco decímetros quadrados), localizado no Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585539.880 e N:7081235.052, com base no Ponto OPP - matrícula 10.785-Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(dois) LOTES, sendo Lote 02-A e Lote 02-B:

Descrição do "LOTE 02-A", Área = 3.640,10m<sup>2</sup>

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585539.880 e N:7081235.052, com base no Ponto OPP.

Frente:- 38,44 metros com o Município pelo Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON;

Fundos:- 39,20 metros com o LOTE 02-B, DESMEMBRADO;

Lado Direito:- 98,91 metros com a Matrícula nº 10.786-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 03;

Lado Esquerdo:- 90,88 metros com a Matrícula nº 10.784-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 01.

Descrição do "LOTE 02-B", Área = 2.004,25m<sup>2</sup>

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

OBS: O LOTE 02-B DEVERÁ SER REMEMBRADO NA MATRÍCULA 10.784-PAPANDUVA/SC

Localização: O imóvel está localizado nos fundos do LOTE 02-A, distante 98,91 metros do Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585501.317 e N:7081326.135, com base no Ponto OPP.

Frente:- 39,20 metros com o LOTE 02-A, DESMEMBRADO;

Fundos:- 18,24 metros com a Matrícula nº 5.748-Papanduva/SC, de DILACI GRANEMANN RUTHES;

Lado Direito:- 7,16 metros com a Matrícula nº 10.786-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 03; 76,97 metros com a Matrícula nº 10.788-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 05-E;

Lado Esquerdo:- 23,50 metros, 23,04 metros, 62,96 metros com a Matrícula nº 10.784-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 01.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 09 de setembro de 2020.

Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Estela Mari Ferens  
Administradora

## **DECRETO N. 2988, DE 09.09.2020 - APROVA REMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA**

Publicação Nº 2638636

Decreto nº 2988, de 09 de setembro de 2020.

APROVA REMEMBRAMENTO DE IMÓVEIS URBANOS, QUE IDENTIFICA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

**DECRETA**

Art. 1º. Em decorrência dos desmembramentos feitos através dos Decretos números 2986 e 2987 dos imóveis urbanos de propriedade do Município de Papanduva, objetos das matrículas 10.785 e 10.788, registrados no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, localizados no lado ímpar da Rua Artemino Bordignon, neste Município de Papanduva, Estado de Santa Catarina, ficam os LOTES nº 05-E com a Área de 231,16m² da matrícula n. 10.788 e 02-B, com a Área de 2.004,25m² da matrícula n. 10785 REMEMBRADOS ao imóvel objeto da matrícula n. 10.784, passando a constar com uma única Área, sendo:

Descrição da Área Total do Lote 01-B-E – 12.676,67m²

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585571.357 e N:7081257.114, com base no Ponto OPP.

Frente:- 55,97 metros com o Município pelo Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON;

Fundos:- 90,00 metros com a Matrícula nº 5.748-Papanduva/SC, de DILACI GRANEMANN RUTHES;

Lado Direito:- 90,88 metros, 39,20 metros, 7,16 metros, 3,07 metros com a Matrícula nº 10.786-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 02-A; 38,57 metros com a Matrícula nº 10.788-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 05-F; 38,56 metros com a Matrícula nº 10.788-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 05-D;

Lado Esquerdo:- 176,88 metros com a Matrícula nº 5.461-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 09 de setembro de 2020.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Estela Mari Ferens

Administradora

**DECRETO N. 2989, DE 09.09.2020 - APROVA RETIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO, QUE IDENTIFICA**

Publicação Nº 2638637

Decreto nº 2989, de 09 de setembro de 2020.

APROVA RETIFICAÇÃO E DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO, QUE IDENTIFICA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

**DECRETA**

Art. 1º. Fica retificado o imóvel urbano de propriedade de WALDEMAR DA CONCEIÇÃO, com a área total de 1.025,34m² (Um mil e vinte e cinco metros e trinta e cinco décimos quadrados), localizado no Lado Par da Rua CEL. SEVERO DE ALMEIDA, esquina com o Lado Par da Rua PEDRO POVALUK, nas Coordenadas E:586265.897 e N:7079002.337, com base no Ponto OPP, Município Papanduva, objeto da matrícula nº 3.293- do ORI desta Comarca de Papanduva/SC, passando a constar:

Descrição da Área Total do Lote – 1.025,34m²

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua CEL. SEVERO DE ALMEIDA, esquina com o Lado Par da Rua PEDRO POVALUK, nas Coordenadas E:586265.897 e N:7079002.337, com base no Ponto OPP.

Frente:- 49,66 metros com o Município pelo Lado Par da Rua CEL. SEVERO DE ALMEIDA;

Fundos:- 53,25 metros com a Matrícula nº 9.641-Papanduva/SC, de CIRINEU PIVOVAR;

Lado Direito:- 32,15 metros com o Município pelo Lado Par da Rua PEDRO POVALUK;

Lado Esquerdo:- 10,05 metros com a Matrícula nº 3.455-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 02.

Art. 2º. Em decorrência do disposto neste Decreto, fica DESMEMBRADO o imóvel mencionado no Art. 1º em 02(duas) áreas, sendo "LOTE 01-A" e "LOTE 01-B":

Descrição do "LOTE 01-A", Área 705,83m²

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua CEL. SEVERO DE ALMEIDA, esquina com o Lado Par da Rua PEDRO POVALUK, nas Coordenadas E:586265.897 e N:7079002.337, com base no Ponto OPP.

Frente:- 26,88 metros com o Município pelo Lado Par da Rua CEL. SEVERO DE ALMEIDA;

Fundos:- 32,15 metros com a Matrícula nº 9.641-Papanduva/SC, de CIRINEU PIVOVAR;

Lado Direito:- 32,15 metros com o Município pelo Lado Par da Rua PEDRO POVALUK;

Lado Esquerdo:- 5,66 metros, 13,59 metros com o LOTE 01-B, DESMEMBRADO.

Descrição do "LOTE 01-B", Área 319,52m²

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua CEL. SEVERO DE ALMEIDA, distando 26,88 metros da esquina com o Lado Par da

Rua PEDRO POVALUK, nas Coordenadas E:586241.017 e N:7079012.514, com base no Ponto OPP.

Frente:- 22,78 metros com o Município pelo Lado Par da Rua CEL. SEVERO DE ALMEIDA;

Fundos:- 21,10 metros com a Matrícula nº 9.641-Papanduva/SC, de CIRINEU PIVOVAR;

Lado Direito:- 5,66 metros, 13,59 metros com o LOTE 01-A DESMEMBRADO;

Lado Esquerdo:- 10,05 metros com a Matrícula nº 3.455-Papanduva/SC, de MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 02.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 09 de setembro de 2020.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Estela Mari Ferens

Administradora

## **DECRETO N.2986, DE 09.09.2020 - APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA**

Publicação Nº 2638632

Decreto nº 2986, de 09 de setembro de 2020.

APROVA DESMEMBRAMENTO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade do Município de Papanduva com a área total de 28.642,37m<sup>2</sup> (vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e dois metros e trinta e sete decímetros quadrados), localizado na RUA ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E: 585347.018 e N: 7081101.526, com base no Ponto OPP - matrícula 10.788-Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 06(seis) LOTES, sendo Lote 05-A, Lote 05-B, Lote 05-C, Lote 05-D, Lote 05-E e Lote 05-F:

Descrição do "LOTE 05-A", Área = 3.299,75m<sup>2</sup>

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585347.018 e N:7081101.526, com base no Ponto OPP.

Frente:- 18,95 metros, 18,98 metros com o Município pelo Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON;

Fundos:- 28,95 metros com o LOTE 05-C, DESMEMBRADO;

Lado Direito:- 97,65 metros com a Matrícula nº 11.372-Papanduva/SC, do MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 06-A;

Lado Esquerdo:- 99,72 metros com o LOTE 05-B, DESMEMBRADO.

Descrição do "LOTE 05-B", Área = 2.832,75m<sup>2</sup>

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585379.646 e N:7081119.873, com base no Ponto OPP.

Frente:- 29,27 metros com o Município pelo Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON;

Fundos:- 28,95 metros com o LOTE 05-C, DESMEMBRADO;

Lado Direito:- 99,72 metros com o LOTE 05-A, DESMEMBRADO;

Lado Esquerdo:- 97,80 metros com o LOTE 05-C, DESMEMBRADO.

Descrição do "LOTE 05-C", Área = 6.936,07m<sup>2</sup>

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585402.522 e N:7081138.141, com base no Ponto OPP.

Frente:- 6,25 metros, 3,92 metros com o Município pelo Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON;

Fundos:- 58,85 metros com a Matrícula nº 2.971-Papanduva/SC, de DILACI GRANEMANN RUTHES;

Lado Direito:- 97,80 metros, 28,95 metros com LOTE 05-B, DESMEMBRADO; 28,95 metros com o LOTE 05-A, DESMEMBRADO; 97,66 metros com a Matrícula nº 11.372-Papanduva/SC, do MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 06-A;

Lado Esquerdo:- 190,29 metros com o LOTE 05-D, DESMEMBRADO.

Descrição do "LOTE 05-D", Área = 8.145,85m²

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585410.601 e N:7081144.308, com base no Ponto OPP.

Frente:- 10,11 metros com o Município pelo Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON;

Fundos:- 11,09 metros com a Matrícula nº 2.971-Papanduva/SC, de DILACI GRANEMANN RUTHES; 156,04 metros com a Matrícula nº 5.748-Papanduva/SC, de DILACI GRANEMANN RUTHES;

Lado Direito:- 190,29 metros com o LOTE 05-C, DESMEMBRADO;

Lado Esquerdo:- 147,36 metros, 154,71 metros com o LOTE 05-F, DESMEMBRADO; 38,56 metros, com o LOTE 05-E, DESMEMBRADO.

Descrição do "LOTE 05-E", Área = 231,16m²

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Localização: O imóvel está localizado nos fundos do LOTE 05-F, distante 253,24 metros do Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585498.527 e N:7081332.726, com base no Ponto OPP.

OBS: O LOTE 05-E DEVERÁ SER REMEMBRADO NA MATRÍCULA 10.784-PAPANDUVA/SC.

Frente:- 3,07 metros com a Matrícula nº 10.786-Papanduva/SC, do MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 03;

Fundos:- 3,04 metros com a Matrícula nº 5.748-Papanduva/SC, de DILACI GRANEMANN RUTHES;

Lado Direito:- 38,57 metros com o LOTE 05-F, DESMEMBRADO; 38,56 metros com o LOTE 05-D, DESMEMBRADO;

Lado Esquerdo:- 76,97 metros com a Matrícula nº 10.785-Papanduva/SC, do MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 02.

Descrição do "LOTE 05-F", Área 7.196,79m²

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Localização: O imóvel está localizado no Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON, nas Coordenadas E:585418.842 e N:7081150.157, com base no Ponto OPP.

Frente:- 8,49 metros, 1,61 metros com o Município pelo Lado Par da Rua ARTEMINO BORDIGNON;

Fundos:- 154,71 metros com o LOTE 05-D, DESMEMBRADO;

Lado Direito:- 147,36 metros com o LOTE 05-D, DESMEMBRADO;

Lado Esquerdo:- 104,73 metros, 100,59 metros, com a Matrícula nº 10.787 -Papanduva/SC, do MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 04; 44,85 metros com a Matrícula nº 10.786-Papanduva/SC, do MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, LOTE 03; 38,57 metros com o LOTE 05-E, DESMEMBRADO.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 09 de setembro de 2019.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Estela Mari Ferens

Administradora

## EXTRATO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 055-2020 - PAV. - NEREU RAMOS

Publicação Nº 2638801

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05352020

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 055/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA NA RUA NEREU RAMOS . Entrega dos envelopes: 29/09/2020; Início da Sessão Pública: 08:30 h – Base legal: Lei Federal n.º 8.666/93, Decreto Municipal nº 1783 de 31/05/2007 e demais legislações vigentes e pertinentes à matéria; O edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no site [www.papanduva.sc.gov.br](http://www.papanduva.sc.gov.br) e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08:00 às 12:00 horas e da 13:30 às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166 - Papanduva/SC, 10 de Setembro de 2020 - LUIZ HENRIQUE SALIBA - PREFEITO MUNICIPAL.

# Paraíso

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 2281/2020 "DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 2637948

DECRETO Nº 2281/2020

"Dispõe sobre a Nomeação da Comissão Permanente de Licitações, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 09 de novembro de 1993, e demais legislações em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, Clades Diesel Konzen, Franklin Antônio Mezzomo e Daniel Camillo, para constituírem, sob a presidência do primeiro, a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES, encarregada de receber e proceder abertura e julgamento dos processos licitatórios, na forma da legislação vigente.

§- 1º - Substituirá o presidente, na sua ausência, Daniel Camillo e na ausência deste Franklin Antônio Mezzomo.

§- 2º - Ficam nomeadas Denise Aparecida Bacin e Gisele Eduarda Schneider membros suplentes, que ocuparam o lugar dos titulares ora nomeados, verificada a ausência destes.

Art. 2º O período de vigência da presente Comissão será de um ano.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Paraíso/SC, 10 de setembro de 2020.

Valdecir Antônio Casagrande

Prefeito municipal

Este Decreto foi registrado e Publicado na forma da Lei.

Paraíso(SC), 10 de setembro de 2020.

Servidor Responsável

### **DECRETO Nº 2282/2020. "DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DA NOMEAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO DO PREGOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 2637949

DECRETO Nº 2282/2020.

"DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE PREGOEIRO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DA NOMEAÇÃO DA EQUIPE DE APOIO DO PREGOEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto nº 1083/2006 de 16 de outubro de 2006, alterado pelo decreto nº 1394/2011 e com os artigos 64, incisos VI e VIII, da Lei Orgânica Municipal promulgada em 09 de novembro de 1993,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Municipal CLADES DIESEL KONZEN matrícula nº 29 para exercer as funções de Pregoeiro da Administração Municipal, na ausência desta exercera as funções a servidora ADRIANE ORSO matrícula nº 568.

Art. 2º Ao Pregoeiro compete entre outras a atribuição de, receber as propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.

Art. 3º Pelo exercício da função de pregoeiro não será devida qualquer remuneração adicional.

Art. 4º -Ficam nomeados, os senhores(as) GISELE EDUARDA SCHNEIDER, DANIEL CAMILO E FRANKLIN ANTONIO MEZZOMO, para constituírem a Equipe de Apoio do Pregoeiro, para atuarem nas licitações na modalidade de Pregão, a serem realizadas pela Administração Municipal, obedecendo o regulamento estabelecido no Decreto nº 1083/2006 alterado pelo decreto nº 1394/2011.

§. 1º -Ficam nomeados LIZIANE FRANTZ e DENISE APARECIDA BACIN, membros suplentes da Equipe de Apoio do Pregoeiro, que ocuparam o lugar dos titulares ora nomeados, verificadas a ausência destes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência para (1) um ano, ficando revogado na íntegra o decreto nº 2161/2019.

Paraíso/SC, em 10 de setembro de 2020.  
VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e Publicado na data supra  
Paraíso (SC), 10 de setembro de 2020.

Servidor Responsável

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### PORTARIA 153/2020

Publicação N° 2638528

PORTARIA 153 DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pela servidora, ANA PAULA FERREIRA SENA, onde consta que a mesma apresenta-se incapacitada para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde à servidora Pública Municipal, ANA PAULA FERREIRA SENA, até a mesma apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de setembro de 2020.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2020.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

### PORTARIA 154/2020

Publicação N° 2638529

PORTARIA N° 154 DE 03 DE SETEMBRO DE 2020.

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, ROBERT FRANCIS BROCCA MINOTTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio o servidor Públic Municipal ROBERT FRANCIS BROCCA MINOTTO, referente ao período aquisitivo de: 02/01/2015 à 01/01/2020.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal N° 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 03/09/2020 com término em 01/12//2020 .

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 03 de setembro de 2020.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 03 de setembro de 2020.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA 155/2020**

Publicação N° 2638530

PORTARIA Nº. 155, DE 05 DE SETEMBRO DE 2020.

“PRORROGA A LICENÇA INTERESSE CONCEDIDA À SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL JAQUELINE MONTEIRO RAMOS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal ;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica prorrogada por mais um ano, a licença Interesse concedida no Art. 1º da Portaria nº 154/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres, em 05 de setembro de 2020.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças em, 05 de setembro de 2020.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**PORTARIA 156/2020**

Publicação N° 2638532

PORTARIA 156 DE 08 DE SETEMBRO DE 2020

“CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando o atestado médico apresentado pelo servidor, RONALDO SANTOS CÂNDIDO, onde consta que o mesmo apresenta-se incapacitado para o trabalho;

Considerando que a legislação vigente dá amparo a concessão de licença para tratamento de saúde;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de saúde ao servidor Público Municipal, RONALDO SANTOS CÂNDIDO, até o mesmo apresentar a Comunicação de Decisão do fim do Benefício emitido pelo médico pericial do INSS.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 08 de setembro de 2020.

Jonas Gomes de Souza

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 08 de setembro de 2020.

Marcio Luiz Abatti

Secretário Municipal de Administração e Finanças.

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº 0025/2020**

Publicação Nº 2639126

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

PORTARIA Nº 0025 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

“CONCEDE MAJORAÇÃO À SERVIDORA ZENAIDE DE ANDRADE FERREIRA DO QUADRO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O cidadão André Cardoso, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passo de Torres, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno e a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido majoração de 3% (três) por cento nos vencimentos da servidora Zenaide de Andrade Ferreira por atender o artigo 8º, parágrafo segundo e artigo 9º, inciso I, da Lei Municipal 760 de 01 de Setembro de 2011, conforme certificados de cursos de aperfeiçoamento ou atualização.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, 09 de Setembro de 2020.

André Cardoso

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registre-se e Publique-se

Registrado e publicado nesta secretaria na data supra.

Jaci Anacleto Eziquiel

1º Secretário

# Passos Maia

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0034/2020

Publicação Nº 2638502

ATA DE REGISTRO DE PREÇO n. 0034/2020

PROCESSO LICITATÓRIO n. 0032/2020

PREGÃO ELETRÔNICO n. 0022/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA/SC

Contratada: FLASH PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EIRELLI EPP

Objeto: Constitui objeto da presente Ata de Registro de Preços o registro dos preços dos produtos especificados no Anexo I, do Edital de Pregão eletrônico n. 0022/2020, com as características constantes das propostas julgadas vencedoras, que passam a fazer parte desta ATA, como parte integrante. Valor: Para os itens que a CONTRATADA se sagrou vencedora no processo licitatório acima identificado, a CONTRATANTE pagará a quantia de R\$ 6.745,00 (seis mil setecentos e quarenta e cinco reais).

A presente ATA terá validade a partir de sua assinatura e terá validade até 31 de dezembro de 2020.

Passos Maia, SC, 10 de setembro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 348, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639037

PORTARIA Nº 348, de 10 de setembro de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES BÁSICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;

Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);

Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);

Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

#### RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Salete Aparecida Ankler, ocupante do cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, até o dia 30/11/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI

Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

**PORTARIA Nº 349, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639041

PORTARIA Nº 349, de 10 de setembro de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES BÁSICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;  
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);  
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);  
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Rosane Aparecida Cavalheiro, ocupante do cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, até o dia 30/11/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

**PORTARIA Nº 350, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639043

PORTARIA Nº 350, de 10 de setembro de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES BÁSICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;  
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);  
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);  
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Liliane Itchenko Mezalira, ocupante do cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, até o dia 30/11/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

### **PORTARIA Nº 351, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639046

PORTARIA Nº 351, de 10 de setembro de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES BÁSICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;  
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);  
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19);  
Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Ivanir Arcari de Lima, ocupante do cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, até o dia 30/11/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

### **PORTARIA Nº 352, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639048

PORTARIA Nº 352, de 10 de setembro de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES BÁSICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,  
Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020;  
Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);  
Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo

e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19); Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Clemencia Aparecida Delirio da Silva, ocupante do cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, até o dia 30/11/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

**PORTARIA Nº 353, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639050

PORTARIA Nº 353, de 10 de setembro de 2020.

“PRORROGA CONTRATOS DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO VISANDO MANTER AS ATIVIDADES BÁSICAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL ATÉ A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO E/OU CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

LEOMAR ROBERTO LISTONI, Prefeito Municipal de Passos Maia, no uso das atribuições de seu cargo, e em conformidade com o Art. 62, X, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando a revogação do Edital de Processo Seletivo nº 01/2020, conforme disposto no Decreto nº 014, de 30 de janeiro de 2020; Considerando a necessidade de manter pessoal essencial ao desempenho das atividades indispensáveis da administração pública municipal, especialmente durante o período de enfrentamento da pandemia do novo coronavírus (Covid-19);

Considerando que foi contratada, por meio do Processo Licitatório nº 16/2020, empresa responsável pela realização de Processo Seletivo e Concurso Público, todavia não há possibilidade de dar andamento a realização dos atos do certame em razão do período de isolamento social e demais medidas impostas pelo poder público Federal e Estadual, visando conter a disseminação do novo coronavírus (Covid-19); Considerando o disposto nos incisos VI e VII, do art. 3º, da Lei Municipal n. 243, de 13 de outubro de 1998, que autoriza a contratação de servidores em caráter temporário até a realização de Concurso Público e/ou Processo Seletivo para o preenchimento das vagas na forma da Lei;

**RESOLVE:**

Art. 1º PRORROGAR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora Suzete Terezinha Ferreira Lima, ocupante do cargo de Assistente de Programas Sociais I, lotada na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Social, até o dia 30/11/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Passos Maia-SC, 10 de setembro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI  
Prefeito Municipal

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

CLEVERSON LUIZ ALVES DE SANTI  
Responsável pela publicação dos Atos Oficiais

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 0036/2020**

Publicação Nº 2638090

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0036/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N. 0026/2020

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0036/2020, Modalidade de Pregão Eletrônico n.0026/2020 – Objeto: Constitui o objeto da presente licitação o Registro de Preços para aquisição parcelada de cestas básicas para distribuição pela secretaria de assistência social para famílias carentes do município de Passos Maia, constatadas através de estudo social; conforme as especificações constantes no Anexo I do deste Edital. As propostas deverão ser anexadas no sistema do dia 11/09/2020 a partir das 08:00 Hs, até às 08:45 Hs do dia 24/09/2020, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 Hs, do mesmo dia.

Retirada do Edital pelo site [www.bl.org.br](http://www.bl.org.br) "Acesso Identificado no link – licitações". Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 10 de setembro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 0037/2020**

Publicação Nº 2638779

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA  
PROCESSO LICITATÓRIO N. 0037/2020  
PREGÃO PRESENCIAL N. 0027/2020

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0037/2020, Modalidade de Pregão Presencial n. 0027/2020 – Objeto: O Objeto do presente pregão presencial consiste na contratação de Leiloeiro Oficial do Estado de Santa Catarina, para preparação, organização e condução de Leilão Público de veículos e máquinas, da Prefeitura Municipal de Passos Maia, sem custo ao contratante, de acordo com as especificações técnicas descritas no termo de referência. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 23 de setembro de 2020, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs, e pelo site [WWW.passosmaia.sc.gov.br](http://WWW.passosmaia.sc.gov.br). Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 10 de setembro de 2020.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

**TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO 0030/2020**

Publicação Nº 2638633

TERMO ADITIVO 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 0030/2020

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0022/2020

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0015/2020

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA – SC, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 95.993.085/0001-62, sediado na Avenida Padre João Bottero, n. 485, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Leomar Roberto Listoni, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 639.458.199-20 e RG n. 2.074.422, de ora em diante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado empresa, POSTO COPLAVAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 00.107.328/0002-92, sediada na Avenida Padre João Bottero, n. 433, centro, Município de Passos Maia – Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Anderson José Ely, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n. 048.063.559-50 e RG n. 4.551.914-5, doravante denominada de CONTRATADA, de comum acordo resolvem celebrar o Presente Termo Aditivo, amparado pelo Processo de Licitação n. 0022/2020, na modalidade de Pregão Presencial sob o n. 0015/2020, – Aquisição de Combustível, nos termos das Cláusulas abaixo:

**CLAUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

O presente termo aditivo tem sua fundamentação legal prevista no artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal n. 8.666/93, bem como no Edital de Licitação N. 0022/2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA**

Como é de conhecimento, observou-se que houve uma significativa alta nos preços dos combustíveis conforme Notas fiscais anexada a solicitação do fornecedor.

Como também é de conhecimento, houve uma mudança na formulação da Gasolina.

Para tanto, aduziu que houve uma significativa alta no custo dos produtos licitado – Óleo diesel comum, Óleo diesel S10 e gasolina comum; conforme se observa.

Sobre a possibilidade de reajuste contratual, tem-se que tanto o Edital de Licitação quanto a Ata de Registro de Preços firmada com o

fornecedor, trazem a previsão de reajuste para restabelecer o equilíbrio econômico – financeiro originariamente pactuado, nos exatos moldes previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal n. 8.666/93.

Assim, conclui-se que o acréscimo dos valores ora contratado deve ocorrer, eis que devidamente documentado e fundamentado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE

Os preços fixados no Processo Licitatório N. 0022/2020, ficam reajustados da seguinte forma:

Item 01 - Óleo diesel b5 S10 – O valor previsto para este item fica reajustado em 2,95% passando para R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos).

Item 02 – Óleo diesel b5 S500 – O valor previsto para este item fica reajustado em 2,95% passando para R\$ 3.40 (três reais e quarenta centavos).

Item 03 – gasolina comum - O valor previsto para este item fica reajustado em 3,37% passando para R\$ 4,39 (quatro reais e trinta e nove centavos)

#### CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas na ata de registro de preço n. 0022/2020 e seus aditivos, às quais se aplicam ao presente Termo Aditivo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Ponte Serrada – Estado de Santa Catarina, para dirimir qualquer litígio oriundo deste Termo Aditivo.

E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de duas testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Passos Maia/SC, 08 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA LEOMAR ROBERTO LISTONI Contratante	POSTO COPLAVAL ANDERSON JOSÉ ELY Contratada
---	---

**Paulo Lopes****PREFEITURA****390/2020**

Publicação Nº 2639573

PORTARIA Nº 390/2020

ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSCH, Secretário de Saúde do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65, de 7 de dezembro de 2017; e

Considerando a Lei Municipal nº 1473, de 16 de novembro de 2011;

**RESOLVE:**

Art. 1º - PRORROGAR o Contrato Temporário de Cledio Francisco Padilha, para desempenhar a função de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, matrícula nº 11740, com carga horária de 40 horas semanais, com término previsto para 12/02/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de setembro de 2020.

Alfredo Rodolfo Schmidt Hebbel Busch  
Secretária de Saúde

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em 11 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**391/2020**

Publicação Nº 2639574

PORTARIA Nº 391/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto no Artigo 85 da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, e

Considerando a necessidade de organização e distribuição de servidores nos diversos órgãos municipais;

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Municipal nº 12, de 20 de março de 2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º - RELOTAR na Secretaria Municipal de Saúde, de forma excepcional e temporária, a partir de 01/08/2020, pelo tempo que perdurar a pandemia pelo novo coronavírus (COVID-19), o servidor Rodrigo Menezes Wheeler, matrícula nº 11657, devendo regressar à secretaria de origem após esse período.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 017 de 06 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de setembro de 2019.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 11 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**392/2020**

Publicação N° 2639575

## PORTARIA N° 392/2020

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto n° 65 de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a Lei Municipal n° 1221 de 10 de julho de 2007,

## RESOLVE:

Art. 1º - DESLIGAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a partir de 17/08/2020, a estagiária Daiany Silveira Luiz, matrícula n° 11637, contratada pela Portaria n° 270/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em 11 de setembro de 2020.

**393/2020**

Publicação N° 2639576

## PORTARIA N° 393/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 85, inciso II da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes, e

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991;

Considerando o Pedido da Sevidora,

## RESOLVE:

Art. 1º - FINALIZAR, a partir de 24/08/2020, a Licença para Tratamento de Interesses Particulares, concedida pela Portaria n° 300/2020, a servidora Neusa Pereira Fermiano Botega, matrícula n° 325, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto n° 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 01 de setembro de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em 11 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

**394/2020**

Publicação N° 2639579

## PORTARIA N° 394/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 85, inciso II da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando a Lei Municipal n° 497, de 18 de fevereiro de 1991;

## RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 14/08/2020, Marcos Paulo Pereira, matrícula nº 11778, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Setor Ambulatorial.

Art. 2º - O servidor nomeado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de setembro de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em 11 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

### 395/2020

Publicação Nº 2639580

#### PORTARIA Nº 395/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 85, inciso II da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991;

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 18/08/2020, Daiany Silveira Luiz, matrícula nº 11779, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Departamento de Organização Escolar.

Art. 2º - A servidora nomeada nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de setembro de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em 11 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

### 396/2020

Publicação Nº 2639581

#### PORTARIA Nº 396/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 85, inciso II da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991;

#### RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, a partir de 01/09/2020, Sergio Luiz Moisés, matrícula nº 11779, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Setor Ambulatorial.

Art. 2º - O servidor nomeado nos termos desta Portaria, é assegurado à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme

legislação federal pertinente.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de setembro de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em 11 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

### 397/2020

Publicação Nº 2639582

#### PORTARIA Nº 397/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Municipal, e

Considerando a Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991,

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR APOSENTADORIA, do Cargo Auxiliar de Manutenção e Conservação, a partir de 04/09/2020, o servidor Alécio Licínio Pereira, matrícula nº 37, a disposição da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Declara a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no artigo 61, inciso V, da Lei Municipal nº 497, de 18 de fevereiro de 1991, Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Paulo Lopes.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 4 de setembro de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em 11 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

### 398/2020

Publicação Nº 2639584

#### PORTARIA Nº 398/2020

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições em conformidade com o disposto no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991;

Considerando a Lei Municipal nº 936 de 30 de abril de 2002;

Considerando o Comunicado de Decisão do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS de 1 de setembro de 2020,

#### RESOLVE:

Art. 1º - AMPLIAR A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, concedida pela Portaria nº 282/2019 e ampliada pelas Portarias nº 284/2019 e nº 338/2019, até 12/10/2020 ao servidor Carlos Eduardo Moiseis, matrícula nº 1009, ocupante do cargo de Assistente Administrativo II.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à

publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 10 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em 11 de setembro de 2020.

### 399/2020

Publicação Nº 2639585

#### PORTARIA Nº 399/2020

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 85, inciso II da Lei Orgânica Municipal; e

Considerando a Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991, Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Paulo Lopes;

Considerando o pedido da servidora,

#### RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a partir de 10/09/2020, do cargo em comissão de Gerente de Proteção Social Municipal, Thays Borges Ramos, matrícula nº 11738, nomeada pela Portaria nº 115/2020.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto nº 17, de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 10 de setembro de 2020.

Nadir Carlos Rodrigues  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina ([www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)) em 11 de setembro de 2020.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa  
Secretária Municipal de Administração

### AVISO DE LICITAÇÃO - PE 07/2020 - PL 26/2020

Publicação Nº 2638380

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 07/2020  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2020

O Município de Paulo Lopes, através da Prefeitura Municipal de Paulo Lopes, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de entrega parcelada, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, através de sistema de registro de preços, pretendendo a aquisição de teste rápido visando o diagnóstico do covid-19 em pacientes, para o Fundo Municipal de Saúde de Paulo Lopes. As propostas deverão ser entregue por meio de sistema de compras eletrônicas no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) até as 08h25min do dia 24/09/2020. A sessão pública será realizada a partir das 08h30min do dia 24/09/2020, no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site [www.paulolopes.sc.gov.br](http://www.paulolopes.sc.gov.br), onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Paulo Lopes, 10 de setembro de 2020.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Secretária Municipal de Administração

**CÂMARA MUNICIPAL****PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 01/2019**

Publicação Nº 2637966

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2019 – INEXIGIBILIDADE 01/2019**

Pelo presente instrumento contratual, de um lado a Câmara Municipal de Paulo Lopes, ente despersonalizado, com sede na Rua Florianópolis, nº 05, Centro, Paulo Lopes/SC, inscrito no CNPJ sob nº 79886578/0001-47, neste ato representado por seu Presidente Sr. Aguinaldo Rodrigues, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e, de outro lado, LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, com sede na Rua 240, nº 400, sala 02, Itapema/SC, inscrita no CNPJ sob nº 03.725.725/0001-35, portadora dos direitos do domínio [www.LeisMunicipais.com.br](http://www.LeisMunicipais.com.br), neste ato representada por seu sócio administrador, Sr. CARLITO MELLO DE LIZ, brasileiro, maior, casado, portador do CPF nº 181.488.089-53 e da cédula de identidade nº 220.562, de ora em diante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum acordo, ADITAR contrato original de nº 01/2019, cujo objeto consiste no SERVIÇO DE GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DA CONTRATADA à CONTRATANTE.

CLÁUSULA PRIMEIRA - As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Quinta do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por 04 (quatro) meses, de 01/09/2020 à 31/12/2020, nos termos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - Considera-se como valor para a execução deste Termo a quantia total de R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais), pago em Parcela Única.

CLÁUSULA TERCEIRA – Acrescenta-se ao Termo inicial, caso ainda não esteja contemplado e sem ônus, no que tange ao objeto, a inclusão do sistema de pesquisa aos atos do Estado, com a legislação apresentada na mesma usabilidade do banco de dados da legislação do Município. A CONTRATANTE poderá, inclusive, solicitar URL à CONTRATADA para criação de Link com a Legislação Estadual na própria página institucional do Município.

CLÁUSULA QUARTA – As demais cláusulas e condições contratuais permanecem inalteradas.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Paulo Lopes (SC), 01 de setembro de 2020.

AGUINALDO RODRIGUES CARLITO MELLO DE LIZ  
CÂMARA MUNICIPAL LIZ Serviços Online Ltda.

Testemunhas:

# Penha

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 3570/2020 ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA TRAMITAÇÃO E ANÁLISE DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – (REURB), PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.465 DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2638808

DECRETO Nº 3570/2020

ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA TRAMITAÇÃO E ANÁLISE DE PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – (REURB), PREVISTO NA LEI FEDERAL Nº 13.465 DE 11 DE JULHO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base na alínea “d” do Inciso I do Art. 89, da Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Legislação em vigor, e

CONSIDERANDO a ausência de procedimento para instruir, conduzir e sanear os procedimentos administrativos tendo por objeto a aplicação da Regularização Fundiária Urbana prevista na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que impôs a obrigatoriedade do Município de Penha/SC em receber tais feitos e com o objetivo de adotar uma rotina administrativa que objetive maior eficiência e efetividade na análise destas demandas,

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos para tramitação e análise de processos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) instituída pela Lei Federal nº 13.465/2017, protocolados pelas empresas legitimadas no Edital 001/2020 do Município de Penha/SC.

Parágrafo único. A Reurb deverá ser realizada observando-se as disposições deste Decreto, da Lei Federal nº 13.465/2017, do Decreto Federal nº 9.310/2018 e do Decreto Federal 9.597/2018, das demais normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis.

#### Capítulo I

#### DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 2º Objetivando conduzir o procedimento administrativo de regularização fundiária urbana (Reurb) no âmbito municipal, das empresas credenciadas, será instituída, por ato do Prefeito Municipal, "Comissão de Regularização Fundiária", composta no mínimo por:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento, responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb;

II – 01 (um) representante do meio Ambiental do Município de Penha/SC, responsável pela análise ambiental dos processos de Reurb;

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social, responsável pela análise social dos processos de Reurb;

IV – 01 (um) representante da Procuradoria Jurídica do Município, responsável pela análise jurídica dos processos de Reurb;

V – 01 (um) representante do Departamento de Receitas do Município, responsável pela análise dos cadastros imobiliários no processo de Reurb;

VI – 01 (um) representante da Defesa Civil do Município, responsável pela análise das áreas de risco no processo de Reurb.

Parágrafo único. Ficará a cargo do Secretário de Administração a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º Constituem atribuições da Comissão de Regularização Fundiária:

I - estabelecer áreas prioritárias para a regularização fundiária;

II - propor a abertura dos processos de Reurb de iniciativa do município;

III - conduzir os processos de Reurb no âmbito da administração municipal;

IV - produzir os atos administrativos correspondentes aos processos de Reurb;

V - mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de Reurb;

VI - emitir parecer único conclusivo multidisciplinar a fim de subsidiar a emissão da Certidão de Regularização Fundiária - CRF;

VII - solicitar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do processo de Reurb, quando de interesse social;

VIII - assessorar o Prefeito naquilo que disser respeito à Reurb;

IX - dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão.

Art. 4º O mandato dos membros da Comissão corresponderá ao período de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do decreto de nomeação, podendo haver recondução.

Parágrafo único. A Comissão desempenhará suas funções sem ônus para o erário municipal.

## Capítulo II DAS FASES DA REURB

Art. 5º A tramitação e análise dos processos de regularização fundiária urbana - Reurb no âmbito municipal obedecerá às seguintes fases:

I - protocolo do requerimento da Reurb por um dos credenciados no Edital 001/2020;

II - análise do requerimento pela Comissão de Regularização Fundiária e decisão quanto ao seu deferimento ou não, com a classificação da modalidade da Reurb;

III - homologação da decisão da Comissão de Regularização Fundiária pelo Prefeito Municipal com a instauração da Reurb por Decreto;

IV - notificação dos titulares de domínio, dos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, dos confrontantes e dos terceiros eventualmente interessados;

V - processamento administrativo do projeto de regularização fundiária pela Comissão de Regularização Fundiária;

VI - decisão da aprovação urbanística e ambiental do projeto de regularização fundiária pela autoridade competente, mediante ato formal ao qual se dará publicidade;

VII - expedição da CRF pela autoridade competente;

VIII - registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis.

Parágrafo único. O protocolo que trata o inciso I se dará após a adesão de mínimo 20 (vinte) moradores por bairro.

## Capítulo III DO REQUERIMENTO E DA INSTAURAÇÃO DA REURB

Art. 6º A abertura do processo administrativo da Reurb será solicitada por meio de requerimento de um dos credenciados, após, a ser protocolado no Município, acompanhado dos seguintes documentos:

I - cópia atualizada da(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) que compõem o núcleo urbano informal, expedida(s) por Cartório de Registro de Imóveis competente;

II - croqui de localização do núcleo urbano informal, contendo, suas medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, nome dos proprietários confrontantes, nome e distância da rua mais próxima e demais informações pertinentes;

III - estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental atual do núcleo urbano informal;

IV - indicação da modalidade da Reurb requerida, com base em estudo socioeconômico elaborado por profissional habilitado, com a apresentação dos documentos para fins de enquadramento da modalidade e qualificação dos ocupantes;

V - documentos pessoais com validade nacional com foto onde deve constar o número do Registro Geral e do Cadastro de Pessoa Física;

VI - comprovação do Estado Civil;

VII - comprovação da Residência, considerando-se para tanto, contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa;

VIII - comprovação da Renda, observado o disposto no art. 10 desta norma.

IX - comprovação da Posse;

X - certidão ou Declaração emitida pelo Ofício de Registro de Imóveis com circunscrição sobre o imóvel para determinar sua titularidade do domínio onde está situado o núcleo urbano informal a ser regularizado ou da inexistência de registro.

XI - declaração emitida pelo órgão municipal ambiental, ou correspondente, informando se a área a ser regularizada, ou parte dela, está inserida em Área de Preservação Permanente - APP.

XII - declaração emitida pela Defesa Civil, ou correspondente, informando se a área a ser regularizada, ou parte dela, está inserida em Área de Risco.

XIII - declaração emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento, ou correspondente, informando se a área ou núcleo a ser regularizado possui características de área urbanizada.

XIV - apresentação dos demais itens solicitados quando do edital de credenciamento 001/2020, incluindo todas as obrigações ali postas;

§ 1º A comprovação da união estável poderá ser aceita por declaração expressa do casal, devidamente acompanhada da certidão de estado civil emitida pelo Cartório do Registro Civil;

§ 2º A comprovação a que se refere o inciso VI deste artigo poderá ser aceita quando a certidão emitida pelo Cartório do Registro Civil ou Tabelionato estiver desatualizada, desde que, acompanhada de declaração assinada pelos requerentes, com firma reconhecida, confirmando

o estado civil.

§ 3º Os solteiros, viúvos, divorciados ou separados judicialmente devem apresentar Declaração Negativa de União Estável, com firma reconhecida.

§ 4º A comprovação de posse poderá ser aceita por meio da apresentação de contratos de compra e venda, recibos, carnês de IPTU, histórico de contas emitidas por empresas prestadoras de serviços de energia elétrica, saneamento e telefonia fixa, alvarás de construção, entre outros, podendo ser considerados separadamente ou em conjunto.

§ 5º Em caso de falecimento de um dos cônjuges, a aquisição da propriedade será de direito do(a) viúvo(a) com a anuência dos eventuais herdeiros.

§ 6º Na aquisição da propriedade de posse advinda dos pais e atualmente exercida por um ou mais dos filhos, será aceita a anuência dos demais herdeiros em favor daquele que pretende regularizar.

§ 7º Na aquisição por um dos cônjuges separado ou divorciado, em que não se arrolou o bem possuído na partilha, será aceita declaração de desistência para o outro cônjuge.

§ 8º As declarações descritas nos incisos XI e XII deste artigo, indicarão expressamente qual parte da área ou núcleo a ser regularizado foi, eventualmente, atingido pela limitação;

§ 9º Se em 10 (dez) dias após o protocolo do pedido no ente competente pelas declarações descritas nos incisos XI, XII e XIII deste artigo, não houver resposta, será considerada cumprida sua exigência.

Parágrafo único. A comprovação da data de ocupação se dará mediante apresentação de documentos, laudo técnico ou por qualquer outro instrumento que possua valor legal, inclusive por levantamento aerofotogramétrico, reconhecido por órgãos públicos e/ou constantes na base de dados do cadastro imobiliário municipal.

Art. 7º Nos casos de Requerimento fundamentado na modalidade de Reurb-E, o pedido também deve vir acompanhado dos seguintes documentos, observado o disposto no art. 35 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017:

I – levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), que demonstrará as unidades, as construções, o sistema viário, as áreas públicas, os acidentes geográficos e os demais elementos caracterizadores do núcleo a ser regularizado;

II – planta do perímetro do núcleo urbano informal com demonstração das matrículas ou transcrições atingidas, quando for possível;

III – estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental;

IV – projeto urbanístico;

V – memoriais descritivos;

VI – proposta de soluções para questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso;

VII – estudo técnico para situação de risco, quando for o caso;

VIII – estudo técnico ambiental, para os fins previstos neste Decreto, quando for o caso;

IX – proposta de cronograma físico de serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, definidas por ocasião da aprovação do projeto de regularização fundiária; e

X – minuta de termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, pelo cumprimento do cronograma físico definido no inciso IX deste artigo.

Parágrafo único. O projeto de regularização fundiária deverá considerar as características da ocupação e da área ocupada para definir parâmetros urbanísticos e ambientais específicos, além de identificar as unidades, as vias de circulação e as áreas destinadas a uso público, quando for o caso.

Art. 8º Após o protocolo, o requerimento de solicitação de instauração da Reurb será encaminhado à Comissão de Regularização Fundiária, que deverá, no prazo de até 15 (quinze dias), deferi-lo, classificando-o em uma das modalidades da Reurb, ou indeferi-lo, mediante decisão fundamentada, indicando as medidas a serem adotadas com vistas à reformulação e reavaliação do requerimento, quando for o caso.

Art. 9º O deferimento do requerimento pela Comissão de Regularização Fundiária deverá ser homologado pelo Prefeito Municipal, por meio de Decreto Municipal que fará a classificação da modalidade e a instauração da Reurb.

Art. 10 Presume-se de baixa renda, não dispondo norma federal ou estadual de forma diversa, a pessoa natural integrante de entidade familiar que aufera renda familiar mensal líquida não superior a três salários mínimos federais;

§ 1º Para os fins dispostos neste Decreto, entidade familiar é toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar e que se mantém pela contribuição de seus membros.

§ 2º Renda familiar é a soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da entidade familiar, maiores de dezoito anos, excluindo-se:

I - rendimentos concedidos por programas oficiais de transferência de renda e de benefícios assistenciais;

II - valor comprovadamente pago a título de contribuição previdenciária oficial;

III - gastos mensais comprovados com tratamento médico por doença grave ou aquisição de medicamento de uso contínuo;

IV - plano de Saúde.

§ 3º O valor do imóvel não interfere na avaliação econômico-financeira do interessado.

§ 4º Os critérios estabelecidos neste artigo não excluem a aferição da hipossuficiência no caso concreto, através de manifestação devidamente fundamentada emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 5º Para auferir a renda líquida, não serão descontados do valor bruto, quantias relativas a empréstimos e financiamentos ou outros que o Município entender pertinentes.

§ 6º Será Reurb-S, quando as custas e emolumentos do Registro de Imóveis ultrapassar 30 % do valor da renda líquida mensal familiar, limitada ao quádruplo do salário mínimo vigente no País, sob pena de comprometer o sustento do Requerente.

Art. 11 O Requerimento inicial será indeferido quando:

I – o Requerente for manifestamente ilegítimo;

II – o Requerente carecer de interesse;

III – constatar-se casos de especulação imobiliária;

IV – a modalidade escolhida pelo Requerente for inadequada, segundo art. 13 da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

V – o Requerimento contrariar qualquer dispositivo desta norma.

Parágrafo único. Caso o Município entenda que não houve má-fé na escolha indicada no inciso IV, poderá fazer a revisão da modalidade solicitando a atualização do Requerimento, nos termos do § 3º do art. 30 da Lei Federal nº 13.465/2017.

#### Capítulo IV DA NOTIFICAÇÃO E DA SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS

Art. 12 Instaurada a Reurb, a Comissão de Regularização Fundiária promoverá a notificação dos titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confrontantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar manifestação e impugnação no prazo de até 15 (quinze) dias, contados da data de recebimento da notificação;

§ 1º A notificação dos titulares e confrontantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição do imóvel e será considerada efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§ 2º A notificação da Reurb também poderá ser feita por meio de publicação de edital, com prazo de 30 (trinta) dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição do núcleo urbano informal a ser regularizado, nos seguintes casos:

I - quando o proprietário e os confrontantes não forem encontrados; e

II - quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

§ 3º A ausência de manifestação dos titulares de domínio, dos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, dos confrontantes e dos terceiros eventualmente interessados, será interpretada como concordância com a Reurb.

§ 4º Na hipótese de apresentação de impugnação, será iniciado o procedimento extrajudicial de composição de conflitos.

§ 5º O Município poderá rejeitar impugnação infundada, por meio de ato fundamentado do qual constem as razões pelas quais assim a considerou, e dar seguimento à Reurb se o impugnante não apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da decisão de rejeição. Considera-se infundada a impugnação que:

I - não indicar, de forma plausível, onde e de que forma a Reurb avança na propriedade do impugnante;

II - não apresentar motivação, ainda que sumária; ou

III - versar sobre matéria estranha ao procedimento da Reurb em andamento.

§ 6º Apresentada a impugnação apenas em relação a parte da área objeto da Reurb, é facultado ao Município prosseguir com a Reurb em relação à parcela não impugnada.

Art. 13 O Município poderá criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito da administração local, inclusive mediante celebração de ajustes com o Tribunal de Justiça Estadual, o qual terá competência para dirimir conflitos relacionados à Reurb, mediante solução consensual.

§ 1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o caput deste artigo será estabelecido em ato do Poder Executivo municipal.

§ 2º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá condição para a conclusão da Reurb e, se inexistente acordo, o processo administrativo da Reurb ficará suspenso até a solução judicial do litígio, ou ainda, será extinto no caso da promoção da regularização fundiária no âmbito judicial.

§ 3º O Município poderá instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação coletiva de conflitos relacionados à Reurb.

§ 4º A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflitos no âmbito da Reurb suspende a prescrição.

§ 5º O Município poderá, mediante a celebração de convênio, utilizar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ou as câmaras de mediação credenciadas nos Tribunais de Justiça.

#### Capítulo V DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO

Art. 14 Inexistindo impugnação acerca da Reurb ou se dirimidos os conflitos, a Comissão notificará o requerente da Reurb para que apresente o correspondente projeto de regularização fundiária.

Art. 15 Protocolado o projeto de regularização fundiária, este será submetido à análise e avaliação da Comissão de Regularização Fundiária que terá o prazo de 15 dias (quinze dias) para decidir por deferir ou indeferir o projeto, requerendo, para sua análise e decisão, sempre que necessário, pareceres técnicos e informações dos setores e técnicos que compõem a administração municipal ou de terceiros contratados:

I - se deferido o processo, será expedido parecer recomendando a aprovação do projeto de regularização fundiária e a emissão da CRF pela autoridade competente.

II - se indeferido o processo, será expedido parecer técnico, legalmente fundamentado, de modo a permitir, quando possível, a reformulação do projeto.

III - se o processo for indeferido e o legitimado reapresentá-lo, deverá passar por nova análise que observará a correção das pendências da primeira análise, para o que a Comissão de Regularização Fundiária terá o prazo de 15 (quinze) dias para expedição de novo parecer.

Art. 16 O projeto de regularização fundiária a ser apresentado para análise conterá, no mínimo:

I - levantamento topográfico georeferenciado, subscrito por profissional legalmente habilitado, que demonstrará os elementos caracterizadores do núcleo urbano informal a ser regularizado;

II - planta do perímetro do núcleo urbano informal, com demonstração das matrículas ou das transcrições atingidas;

III - cópia atualizada da(s) matrícula(s) do núcleo urbano informal a regularizar expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;

IV - documentos que comprovem a posse pelos ocupantes do(s) imóvel(is) a regularizar;

V - projeto urbanístico, conforme conteúdo mínimo estabelecido no art. 13 deste Decreto;

VI - memorial descritivo, conforme conteúdo mínimo estabelecido no art. 14 deste Decreto;

VII - estudo técnico para situações de risco, quando for o caso;

VIII - estudo técnico ambiental, observando o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651/12, quando o núcleo urbano informal for situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente - APP, Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou área de proteção de manancial definidas pela União, Estado ou Município;

IX - memorial descritivo das propostas de soluções para as questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso, com a indicação das medidas de mitigação, contrapartidas e compensações urbanísticas e ambientais que integrarão o Termo de Compromisso;

X - indicação do(s) instrumento(s) jurídico(s) a serem aplicados, observada a Lei Federal nº 13.465/2017;

XI - anotação ou Registro de responsabilidade dos técnicos responsáveis por todos os projetos e estudos apresentados para análise;

XII - cópia da convenção de Condomínio, quando for o caso.

XIII - cronograma físico dos serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, o qual deverá conter também previsão dos custos necessários;

XIV - termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, para cumprimento do cronograma físico definido no inciso anterior;

§ 1º O Município poderá exigir ainda, além dos documentos mencionados neste artigo, a apresentação de outros desenhos, cálculos, documentos e detalhes que julgar necessário ao esclarecimento do projeto.

§ 2º O termo de compromisso será assinado, também, por duas testemunhas, de modo a formar título executivo extrajudicial na forma estabelecida no inciso III do caput do art. 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil.

§ 3º Na regularização de núcleo urbano informal que já possua a infraestrutura essencial implantada e para o qual não haja compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados, fica dispensada a apresentação do cronograma físico e do termo de compromisso previstos nos incisos anteriores.

§ 4º Na hipótese a que se refere o parágrafo anterior, constará na CRF que o núcleo urbano regularizado já possui a infraestrutura essencial e que não existem compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.

Art. 17 O projeto urbanístico de regularização fundiária indicará, no mínimo:

I - a localização do núcleo urbano informal a ser regularizado, suas medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

II - as unidades imobiliárias a serem regularizadas, indicando: área, medidas perimetrais, confrontações, edificações existentes (com suas medidas e características), nome da via e o número da designação cadastral, quando houver;

III - as quadras e as suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade à regularizar;

IV - as vias de circulação existentes, as áreas destinadas ao uso público e outros equipamentos urbanos, incluindo compensações quando for o caso, com indicação de área, medidas perimetrais e confrontantes;

V - as eventuais áreas já usucapidas;

VI - a localização de cursos d'água (dormentes e correntes), nascentes, mananciais, vegetação expressiva e outras indicações topográficas

relevantes;

VII - a indicação de faixas não edificáveis existentes, devidamente cotadas, conforme estabelecidas pela legislação vigente (faixa de domínio de rodovias, linhas de transmissão de energia de alta tensão, áreas de preservação permanente, faixas sanitárias, entre outras);

VIII - o quadro resumo das diversas áreas indicadas no projeto com as proporções (área total do núcleo informal, área total dos lotes a regularizar, área verde, área de equipamentos comunitários, áreas destinadas à circulação, áreas remanescentes, entre outras coisas do gênero);

IX - as medidas de adequação para correção das desconformidades ambientais e de risco, quando necessárias;

X - as medidas necessárias à adequação da mobilidade, da acessibilidade, da infraestrutura e da relocação de edificações, quando necessárias;

XI - o(s) projeto(os) das obras de infraestrutura essenciais, quando ainda não implantadas.

§ 1º Os projetos apresentados para análise somente serão aceitos quando legíveis, na escala que se fizer necessária para a perfeita compreensão do Projeto e de acordo com as normas usuais de desenho estabelecidas pela ABNT.

§ 2º Quando a Reurb for implementada em etapas e abranger o núcleo urbano informal de forma total ou parcial, o projeto de que trata este artigo deve definir a parcela do núcleo urbano informal a ser regularizada em cada etapa respectiva.

Art. 18 O memorial descritivo do núcleo urbano informal conterá, no mínimo:

I - a identificação do núcleo urbano informal objeto da Reurb com sua localização, medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

II - a descrição técnica das unidades imobiliárias a serem regularizadas com suas medidas perimetrais, área, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, confrontantes, número e quadra, além da designação do seu ocupante;

III - a descrição das vias de circulação existentes ou projetadas que componham o núcleo urbano informal;

IV - a descrição das áreas destinadas ao uso público, com suas medidas perimetrais, área, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

V - a descrição dos equipamentos urbanos comunitários existentes e dos serviços públicos e de utilidade pública que integrarão o domínio público com o registro da regularização;

#### Subseção II - Dos Imóveis Públicos

Art. 19 Os Núcleos Urbanos Informais Consolidados, total ou parcialmente, inseridos em área pública municipal, deve ter aprovada pela Câmara Municipal a desafetação da parcela atingida na definição do perímetro do núcleo como condição para o deferimento do Projeto de Regularização Fundiária.

Art. 20 Os Núcleos Urbanos Informais Consolidados, total ou parcialmente, inseridos em área pública estadual, deve ter aprovada pela Assembleia Legislativa a desafetação da parcela atingida na definição do perímetro do núcleo, nos termos do inciso IX, art. 39 da Constituição do Estado de Santa Catarina, como condição para o deferimento do Projeto de Regularização Fundiária.

Art. 21 Os Núcleos Urbanos Informais Consolidados, total ou parcialmente, inseridos em área pública federal, deve ter a aprovação do Órgão Federal com circunscrição sobre a parcela atingida na definição do perímetro do núcleo, como condição para o deferimento do Projeto de Regularização Fundiária.

#### Capítulo VI

##### DA APROVAÇÃO DO PROJETO E EMISSÃO DA CRF

Art. 22 A decisão da aprovação urbanística e ambiental do projeto de regularização fundiária após parecer favorável da Comissão de Regularização Fundiária se dará mediante ato formal ao qual se dará publicidade e deverá:

I - aprovar o projeto de regularização fundiária resultante da Reurb;

II - indicar as intervenções a serem executadas (obras de implantação da infraestrutura essencial, serviços e compensações urbanísticas e ambientais), conforme o projeto de regularização fundiária aprovado;

III - indicar os instrumentos jurídicos aplicáveis a Reurb;

IV - identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada e os seus direitos reais.

Art. 23 Aprovado o projeto de regularização fundiária, o Município emitirá a Certidão de Regularização Fundiária - CRF, que conterá, no mínimo:

I - o nome e a localização do núcleo urbano informal regularizado;

II - a área total e o número de lotes regularizados;

III - a modalidade da Reurb;

IV - os responsáveis pelas obras e serviços constantes do cronograma;

V - a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando possível; e

VI - a listagem dos ocupantes que houverem adquirido a unidade, por meio de título de legitimação fundiária ou de ato único de registro, e que conterà o nome do ocupante, seu estado civil, sua profissão, seu número de inscrição no CPF, o número de sua carteira de identidade e a sua filiação.

Art. 24 Emitida a CRF, no caso da Reurb-E, deverá o requerente apresentar o projeto de regularização fundiária aprovado juntamente com a CRF ao oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.

#### Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 Caberá ao requerente providenciar os documentos e vias adicionais que sejam solicitadas pelo oficial do cartório de registro de imóveis, para o registro da Reurb.

Art. 26 Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3º Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 27 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 13 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos treze dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

### **DECRETO Nº 3576/2020 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639516

DECRETO Nº 3576/2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.387,75 (Dezenove trezentos e oitenta e sete mil reais e setenta e cinco centavos) para atender a seguinte dotação orçamentária, consoante preconiza o Art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019 (LOA):

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 8.244.0008

Fonte de Recursos: 0.1.0065.0000 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado

Atividade: 2.071 - Proteção Social Especial

Elemento: 3.3.90.00.00.00 - Aplicações Diretas ..... R\$ 19.387,75

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação referente ao repasse estadual na conta de custeio da ação de Proteção Social Especial de Média Complexidade.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 28 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário da Administração

**DECRETO Nº 3577/2020. DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639517

DECRETO Nº 3577/2020.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

**DECRETA**

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) para atender a seguinte dotação orçamentária, consoante preconiza o Art. 43, §1º, III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019 (LOA) e o Art. 17 Lei Municipal Complementar nº 133, de 20 de março de 2020.

Órgão: 90 – Fundação Municipal Cultural de Penha

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal Cultural de Penha

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.135 - Funcionamento e manutenção da Fundação Municipal Cultural

Recurso: Próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 (03) - Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 2º A suplementação da dotação decorrente com a execução da presente Lei correrá por conta da anulação parcial do saldo da seguinte dotação orçamentária, como segue:

Órgão: 90 – Fundação Municipal Cultural de Penha

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal Cultural de Penha

Programa de Trabalho: 13.392.0010

Atividade: 2.135 - Funcionamento e manutenção da Fundação Municipal Cultural

Recurso: Próprios

Elemento: 3.3.50.00.00.00.00 (02) - Aplicações Diretas ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 28 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário da Administração

**DECRETO Nº 3581/2020 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639509

DECRETO Nº 3581/2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Legislação em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 1.875.000,00 (Um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil reais), conforme inciso I, art.12 da Lei Municipal nº 3134 de 11 de dezembro de 2019, para a suplementação das seguintes dotações:

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.361.0009

Atividade: 2.125 – Funcionamento e manutenção do FUNDEB 60% - Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0018 – FUNDEB 60%

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00(026) – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.850.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento do art. 1º do Decreto de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.850.000,00 (Um milhão oitocentos e cinquenta mil reais), correrá por conta do provável excesso de arrecadação, conforme observado a tendência da arrecadação do Município, referente aos recursos específicos de Receitas da FUNDEB, fonte de recursos 0018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 04 de setembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

## **DECRETO Nº 3582/2020 DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639510

DECRETO Nº 3582/2020

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 19.132,65 (Dezenove cento e trinta e dois mil reais e sessenta e cinco centavos) para atender a seguinte dotação orçamentária, consoante preconiza o Art. 43, §1º, II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei Municipal nº 3.134, de 11 de dezembro de 2019 (LOA):

Órgão: 40 - Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade Orçamentária: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social

Programa de Trabalho: 8.244.0008

Fonte de Recursos: 0.1.0065.0552 - Transferência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS - Benefícios Eventuais - Estado

Atividade: 2.098 - Gestão Benefícios Eventuais

Elemento: 3.3.90.00.00.00/52 - Aplicações Diretas ..... R\$ 19.132,65

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação referente ao repasse estadual para Benefícios Eventuais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 04 de setembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário da Administração

## **DECRETO Nº 3583/2020 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$6.500.000,00 (SEIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639511

DECRETO Nº 3583/2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$6.500.000,00 (SEIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei

Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso II do art. 167, da Constituição Federal, inciso I do art. 41, da Lei nº. 4.320/64, inciso V, VI do Art. 132, da Lei Orgânica Municipal e na Lei nº 3134 de 11 de dezembro de 2019, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.500.000,00 (Seis milhões e quinhentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 05 – Secretaria da Administração

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo

Programa de Trabalho: 04.122.0004

Atividade: 2.007 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração

Fonte de Recursos: 0.1.0000.000000 – Recursos próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (007) – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 3.250.000,00

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.116 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0.1.0000.000000 – Recursos próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00.00 (005) – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 3.250.000,00

Art. 2º As suplementações das dotações decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento Operacional

Programa de Trabalho: 15.451.0013

Atividade: 2.040 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional

Fonte de Recursos: 0.1.0000.000000 – Recursos próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 (047) – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 6.500.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 10 de setembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário da Administração

**DECRETO Nº 3584/2020 DEFINE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639513

**DECRETO Nº 3584/2020**

**DEFINE NOVAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO AO CONTÁGIO PELO CORONAVÍRUS (COVID-19) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município e,

CONSIDERANDO que o Decreto nº 3.511, de 19 de março de 2020, declarou situação de emergência de saúde pública no Município de Penha, para complementação de ações no plano local de enfrentamento da pandemia decorrente do Coronavírus,

CONSIDERANDO o disposto na Lei n. 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que "dispõe sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 4 de fevereiro de 2020, Ministério da Saúde, que declarou Emergência em Saúde Pública de

Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

CONSIDERANDO a situação epidemiológica apresentada pelo Estado de Santa Catarina, através da Matriz de Avaliação de Risco Potencial de 07 de julho de 2020, relacionada à região da Foz do Rio Itajaí, incluindo a região como risco potencial gravíssimo da doença do novo coronavírus;

CONSIDERANDO a dinâmica e celeridade necessárias no processo decisório na região do da Foz do Rio Itajaí, sem prejuízo da observância dos princípios da precaução e prevenção sanitária e de saúde pública;

CONSIDERANDO a variação do avanço da doença, principalmente nas dimensões de isolamento social e investigação/testagem e isolamento de casos;

CONSIDERANDO a recomendação do Ministério Público de Santa Catarina ao Estado e aos Municípios;

CONSIDERANDO a Matriz Multiescalar Territorial Covid-19 e as recomendações pelo Governo Estadual, avaliadas de forma regionalizada, com adoção de critérios técnicos-científicos para autorizar ou suspender atividades que acarretem incremento do risco sanitário à sua população, além da avaliação do risco x benefício da atividade para autorizar funcionamentos e/ou restrições no seu território;

CONSIDERANDO a elaboração e divulgação do Documento orientador nº 01/2020, datado de 10 de julho de 2020 pelo Comitê Regional de Enfrentamento da Pandemia de COVID-19;

CONSIDERANDO a necessidade de buscar medidas que visem garantir maior estabilidade jurídica para as tomadas de decisões de enfrentamento e combate ao COVID-19; e

CONSIDERANDO as deliberações ocorridas em reunião realizada na sede da AMFRI na data de 13 de julho de 2020, visando a padronização das ações para implantar uma política de regionalização para o combate ao COVID-19 na região da AMFRI e que as medidas surtiram efeito e fizeram com que a taxa de contaminação dentro dos Municípios da AMFRI caíssem consideravelmente;

CONSIDERANDO a Portaria Conjunta nº 612/2020 SED/SES de 19/08/2020 que prorrogou a suspensão das aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino, municipal, estadual e federal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino profissional, em todos os níveis e modalidades, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, em todo território nacional;

CONSIDERANDO a Portaria nº 583/2020 SIE/SES, de 24 de agosto de 2020 que autoriza a realização das atividades de transporte intermunicipal, urbano ou rodoviário,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam definidas, até 23 de setembro de 2020, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território municipal, as seguintes medidas:

I - Para os estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios (mercados, mercearias e supermercados) e congêneres:

- a) a limitação do acesso a apenas 01 (uma) pessoa por família, sem prejuízo da liberação do ingresso com menores de idade ou dependentes;
- b) a redução da capacidade de entrada de pessoas em no mínimo 20% do limite permitido;
- c) horário permitido de funcionamento das 06:00hs às 00:00hs, de segunda-feira à domingo.
- d) deve ser feita a mensuração de temperatura da população e dos funcionários na entrada dos estabelecimentos;
- e) fornecimento de álcool em gel, uso de máscaras, desinfecção de cestas e carrinhos de compras, bem como o controle da fila na entrada, mantendo o distanciamento de no mínimo 1,5 metros;

II - Para serviços que envolvam a alimentação, tais como restaurantes, padarias e similares:

- a) para as padarias e restaurantes o horário permitido de funcionamento será de segunda-feira à domingo, das 6:00hs às 23:00hs;
- b) para os bares e similares, o horário de funcionamento será de segunda-feira a domingo das 08hs às 23hs;
- c) no período noturno está permitido os serviços por delivery, de segunda-feira à domingo, sem restrição de horário;
- d) limitação de entrada e permanência de pessoas em 50% (cinquenta por cento) da capacidade máxima de público do estabelecimento, com a devida informação visível desse quantitativo, devendo ser retirado e/ou isoladas do salão as mesas e cadeiras excedentes;
- e) priorização do atendimento mediante reserva com agendamento de horário;
- f) intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento e em cada mesa ou balcão;

- g) disponibilização de informações visíveis sobre higienização de mãos, sabonete líquido, toalha descartável e lixeira com acionamento a pedal nos lavatórios de higienização;
- h) controle de acesso e marcação de lugares na área interna, reservados aos clientes, obedecendo a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as mesas com a devida demarcação a fim de aumentar os espaços circulantes;
- i) controle da área externa do estabelecimento, respeitadas as boas práticas e a distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre cada pessoa com a devida demarcação horizontal (solo);
- j) uso obrigatório de máscaras pelos atendentes;
- k) higienização das máquinas de cartão ou totens de pedido a cada uso;
- l) proibição de acondicionamento de copos em refrigeradores;
- m) afastamento obrigatório de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos e gestantes de alto risco, com comprovação médica, exceto para o trabalho remoto (Home Office);
- n) priorização de trabalho remoto para os setores administrativos quando couber;
- o) fica vedada a utilização de bandas musicais, sendo permitido voz e violão ou similares, desde que tenha uma proteção de acrílico, separando o artista do público;
- p) fica proibida a permanência de pessoas em pé no interior do estabelecimento exceto, em filas e para acesso aos sanitários;
- q) fica proibida a caracterização do estabelecimento de forma temática ou comemorativa (tais como aniversários e festas típicas do calendário);
- r) deve ser priorizada a ventilação natural dos ambientes;
- s) Obedecer à distância mínima de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;
- t) Adoção de medidas internas, especialmente aquelas relacionadas à saúde no trabalho, tais como a lavagem das mãos com água e sabão ou higienização com álcool gel 70%, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho e no atendimento ao público;
- u) Posse obrigatória de máscara por todo cliente que estiver no interior estabelecimento durante a alimentação;
- v) Higienização das mesas, cadeiras e cardápios a cada uso;

III - que os velórios realizados em âmbito municipal tenham a duração máxima de 03 (três) horas, limitando-se a entrada ao local em 10 (dez) pessoas por vez, devendo as celebrações de despedidas também serem limitadas à presença de somente 10 (dez) pessoas, utilizando obrigatoriamente a máscara, quanto aos sepultamentos, estes deverão ocorrer até as 17h30min., em todos os casos, deverão ser obedecidas as normas da Vigilância Sanitária Estadual (Nota Técnica Conjunta nº. 025/2020 –DIVS);

IV - em relação as academias de ginástica, musculação, crossfit, funcionais, estúdios, danças, escolas de natação, hidroginástica em estabelecimentos privados e/ou condomínios:

- a) permitida somente práticas individuais respeitando a taxa de ocupação de 50% e o distanciamento de 1,5 m entre as pessoas e equipamentos;
- b) realizar a desinfecção total do ambiente uma vez por período, com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde;
- c) adotar o uso de máscara de tecido por todos os colaboradores;
- d) utilizar pedilúvio com quaternário de amônio ou outro degermante de ação equivalente com registro no Ministério da Saúde nos locais de acesso a academia;
- e) utilizar os aparelhos de treinamento cardiorrespiratório em uso intercalado ou distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre os mesmos;
- f) A utilização de espaços e equipamentos compartilhados fica permitida devendo ser higienizado a cada utilização, com material sanitizante;

V - quanto aos serviços autônomos e de profissionais liberais ficam autorizados, desde que observada a necessidade de agendamento para atendimento individual, respeitando o limite de ocupação de 50% do espaço do local, a necessidade de distanciamento de pelo menos 1,5 metro entre pessoas e o reforço das medidas de biossegurança;

VI - hotéis, pousadas e similares devem cumprir as regras previstas neste decreto, e:

- a) poderão ativar 100% de sua capacidade total de hospedagem, respeitando as recomendações de higiene e segurança estabelecidas nesse decreto;
- b) devem disponibilizar álcool gel para uso dos clientes na recepção, nas portas dos elevadores e nos corredores de acesso aos quartos;
- c) os serviços de alimentação, tais como restaurantes, bares e lanchonetes, localizados dentro das hospedagens poderão atender aos hóspedes atendendo o disposto no artigo 1º deste decreto;
- d) as áreas sociais e de convivência, tais como sala de jogos, academias e piscinas, deverão ser previamente agendadas para uso, tendo a limitação de até 10 pessoas por vez;
- e) o serviço de governança deverá intensificar a higienização dos quartos e banheiros com desinfecção das superfícies com álcool a 70º ou sanitizantes de efeito similar, além da limpeza de rotina;
- f) ao final da estadia do hóspede deverá ser realizada limpeza e desinfecção completa do quarto e superfícies, antes da entrada de novo hóspede; e
- g) todos os trabalhadores deverão usar máscaras de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão durante todo seu turno de serviço, independentemente de estarem em contato direto com o público;

VII - estabelecimentos bancários: os estabelecimentos devem ter um funcionário local para organizar o distanciamento nas filas e uso de máscaras, dispor de álcool gel junto aos caixas eletrônicos, inclusive aos finais de semana;

VIII - quanto ao funcionamento de comércio em geral: abertura de segunda-feira à domingo, sendo que ficará restrito ao horário das 08hs às 22hs;

IX - quanto a Rede de Atenção Básica, deverá:

- a) dispor de atendimento para a população por telefone ou sistema on-line para orientar quanto ao melhor local para atendimento de acordo com os sintomas apresentados;
- b) organizar o fluxo de atendimento na unidade de saúde de forma a diminuir contato de pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19 das pessoas não doentes, inclusive destinando consultório somente para esta finalidade, mantendo o paciente apenas neste local, devendo a equipe técnica acessar este espaço;
- c) ampliar o horário para atendimento de pessoas com sintomas respiratórios;
- d) monitorar as pessoas com sintomas respiratórios em tratamento domiciliar;
- e) monitorar pessoas com doenças crônicas;
- f) notificar os casos suspeitos para COVID-19 e comunicar a vigilância epidemiológica municipal;
- g) realizar ações de educação em saúde para população local voltada para prevenção da transmissão da COVID-19;
- h) suspender atendimentos eletivos;
- i) treinar equipe para atendimento pessoas suspeitas ou confirmadas para COVID-19;
- j) treinar equipe para paramentação e desparamentação adequada e cuidados com proteção individual;
- k) ações de enfrentamento, combate e tratamento profilático ou terapêutico relacionados a COVID-19, deverão obedecer o regimento estipulado para a ação específica;

X - Fica autorizado o funcionamento de quadras esportivas particulares, para fins de locação e funcionamento, sendo permitido somente 2 (dois) jogos por noite, com intervalo mínimo de 1 hora entre os jogos, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

- a) Disponibilização de álcool 70% em todas as instalações do estabelecimento para higienização das mãos;
- b) Todos os atletas e colaboradores deverão fazer uso de máscaras enquanto permanecerem no local, ressalvado o período em que estiver realizando a prática de esporte;
- c) Proibição da utilização de churrasqueiras e demais ambientes de uso comum e/ou de recreação;
- d) Proibição do compartilhamento de equipamentos e utensílios;
- e) Bolas e demais equipamentos de uso coletivo devem ser obrigatoriamente higienizados com álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar, após cada utilização, respeitando as características e as informações da rotulagem;

- f) Manutenção dos lavatórios e sanitários providos de sabonete líquido, toalha descartável, álcool 70% ou preparações antissépticas de efeito similar e lixeiras com tampa de acionamento sem as mãos;
- g) Proibir o uso de bebedouros ou qualquer equipamento similar;
- h) Todos os atletas e/ou colaboradores que apresentarem sintomas respiratórios como tosse, febre, dor de garganta e mal estar geral devem ser proibidos de adentrar ao local;
- i) Proibição de confraternização ou outras as atividades sociais e de lazer, entre outras, decorrentes destas atividades.

XI – Fica autorizado o funcionamento das aulas presenciais de formação de condutores, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

- a) fica estabelecida a limitação de entrada de alunos nas salas de aulas teóricas dos CFC – Centro de Formação de Condutores - no quantitativo de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, mantendo-se o distanciamento mínimo de raio entre as pessoas de 2 m (dois metros).
- b) Deverá ser previsto um intervalo mínimo de 30 minutos entre cada turma para que seja providenciado a limpeza de todo o ambiente com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, mesas, corrimãos, cadeiras e interruptores;
- c) Todos os alunos e instrutores deverão utilizar máscara durante as aulas, bem como seguir as medidas de segurança constantes na Portaria SES nº 238 de 08 de abril de 2020 e nas normativas que a sucederem.

XII - Fica autorizado o funcionamento de aulas presenciais de cursos livres, mediante a observância das seguintes medidas protetivas:

- a) fica estabelecida a limitação de entrada de alunos nas salas de aulas dos cursos livres - no quantitativo de 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade, mantendo-se o distanciamento mínimo de raio entre as pessoas de 2 m (dois metros).
- b) Deverá ser previsto um intervalo mínimo de 30 minutos entre cada turma para que seja providenciado a limpeza de todo o ambiente com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, mesas, corrimãos, cadeiras e interruptores;
- c) Todos os alunos e professores deverão utilizar máscara durante as aulas, bem como seguir as medidas de segurança constantes no artigo 2º deste Decreto.

XIII – Fica autorizado a realização de aulas particulares individuais, desde que obedecidos todas as diretrizes sanitárias.

XIV – Fica autorizado a realização de competições esportivas públicas e privadas, oficiais ou não, desde que obedecidos os requisitos estabelecidos na Portaria SES nº 592/ de 17 de agosto de 2020, proibido o acesso de público.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de que trata o inciso I deste artigo devem seguir as diretrizes sanitárias do Estado: <http://dados.sc.gov.br/dataset/covid-19-diretrizes-sanitarias/resource/093d8933-94ba-4f3f-82f6-074f73c3a632>, com atenção ao controle da temperatura dos clientes e funcionários.

Art. 2º Todos os estabelecimentos deste tópico devem seguir as diretrizes sanitárias estabelecidas pelo Estado: COVID-19 - COVID-19 - Diretrizes Sanitárias - Diretrizes Sanitárias – Alimentação.

Art. 3º A fiscalização desses estabelecimentos deve ser ampliada pela vigilância sanitária municipal, com apoio da Polícia Militar, Bombeiro Militar, Polícia Civil e Defesa Civil, buscando garantir o cumprimento das diretrizes estabelecidas.

Art. 4º Ficam SUSPENSAS, até 23 de setembro de 2020, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, em todo o território municipal, as seguintes atividades:

- I - as atividades em casas noturnas, bem como a realização de eventos, shows e espetáculos, públicos ou privados;
- II - espaços de academias ao ar livre, playgrounds, parques, praças, clubes sociais, mirantes, espaços públicos e afins, em qualquer modalidade;
- III - praias: ficam suspensas as atividades esportivas aquáticas, incluindo passeios náuticos na modalidade “amadrinhada”, aglomeração de pessoas, nas faixas de areia e em torno dos rios e lagoas, com exceção da pesca profissional, amadora e artesanal, bem como fica permitida a prática individual de esportes;
- IV - aulas coletivas presenciais da rede pública e privada, de cursos superiores e técnicos, inclusive estágios;
- V - cirurgias eletivas em todos os estabelecimentos de saúde públicos ou privados que atendem na rede complementar ao SUS (respeitando a Portaria SES/SC nº 421, de 22/06/2020).
- Art. 5º Fica mantido o funcionamento de Parque Temático, bem como os ambientes e locais turísticos, o qual deve limitar e ordenar o seu público, desde que não ultrapassem a capacidade permitida de até 80% (oitenta por cento) devendo, obrigatoriamente, organizar as atividades, atendendo no mínimo as seguintes condições:

- I. Devem ser disponibilizados dispensador com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar, para higienização das mãos, na entrada e saída dos estabelecimentos, praça de alimentação, brinquedos, shows e afins;
- II. É obrigatório o uso de máscaras descartáveis, de tecido não tecido (TNT) ou tecido de algodão por todos os funcionários e clientes durante a permanência no estabelecimento, como também manter o distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas;
- III. Os bebedouros devem estar fechados, sendo de responsabilidade de cada visitante levar seu recipiente com água, que não deve ser compartilhado;
- IV. Durante o horário de funcionamento do estabelecimento, deve ser realizada a limpeza geral e a desinfecção de todos os ambientes (Praças de Alimentação, brinquedos, shows e afins) após utilização de cada cliente;
- V. O Parque Temático deve organizar filas com grupos de usuários para entrada nos estabelecimentos e recomenda-se a aferição da temperatura na entrada, afim de evitar a disseminação do coronavírus. Quem apresentar febre a partir de 37,8º graus deve ser procurar atendimento médico especializado.
- VI. Deve haver um distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros) entre as pessoas, nas filas dos estabelecimentos;
- VII. Todos os ambientes devem permanecer limpos com o máximo de ventilação natural possível e, para os estabelecimentos que possuam exclusivamente ar condicionado, os mesmos devem fazer a limpeza dos filtros diariamente;
- VIII. Devem ser disponibilizado cartazes com as regras de funcionamento autorizadas e as restrições sanitárias adotadas, em local visível e de fácil acesso;
- IX. Os clientes do grupo de risco e/ou com qualquer sintoma de gripe e resfriado não devem frequentar os estabelecimentos;
- X. O estabelecimento deve disponibilizar álcool 70% em pontos estratégicos, para higienização das mãos;
- XI. Clientes e funcionários devem realizar a higienização de mãos com álcool 70% na entrada e na saída dos estabelecimentos, sempre que utilizá-los;
- XII. Os equipamentos, como brinquedos e afins, devem, após cada uso, ser higienizados com álcool 70% ou outras substâncias degermantes, em conformidade com as orientações dos fabricantes dos equipamentos, tanto para o tipo de degermante quanto para os pontos possíveis de higienização;
- XIII. Equipamentos de uso comum que não sejam possíveis de serem higienizados devem ser evitados, neste momento;
- XIV. É responsabilidade do estabelecimento fornecer álcool 70% ou outras substâncias degermantes, bem como orientar os usuários quanto à sua utilização;
- XVII. O estabelecimento deve recomendar aos usuários que evitem utilizar luvas;
- XVIII. Não é permitido o uso dos vestiários para banhos e trocas de vestimentas no local;
- XIX. Os banheiros devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool 70%;
- XX. Os locais disponíveis para assento deverão estar sinalizados de forma adequada para fácil identificação por parte dos clientes;
- XXI. Somente os clientes que estiverem de máscaras poderão acessar o estabelecimento;
- XXII. O estabelecimento deve fornecer álcool 70% para os clientes, na entrada e saída do local.
- XXIII. Intensificar a higiene e manter os ambientes ventilados naturalmente.
- XXIV. Aumentar a frequência de higienização de superfícies (mesas, cadeiras, maçanetas, balcões e etc.) do estabelecimento.
- XXV. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos trabalhadores sobre a correta higienização das instalações, equipamentos, utensílios e higiene pessoal (com comprovação documental, de acordo com a Resolução RDC nº 216/2004);
- XXVI. Os trabalhadores devem ser orientados a intensificar a higienização das mãos e antebraços, principalmente após tocarem o rosto, nariz, olhos e boca, após uso de sanitários e após tocar em dinheiro ou cartões de banco;
- XXVII. Disponibilizar álcool 70% no caixa para higienização das mãos, dos clientes e dos trabalhadores;
- XXVIII. Os saneantes utilizados devem estar devidamente regularizados junto a ANVISA e o modo de uso deve seguir as instruções descritas nos rótulos dos produtos;

XXIX. Os responsáveis pelo estabelecimento devem fazer orientações aos funcionários sobre a correta higienização do estabelecimento e higiene pessoal.

XXX. Quando possível, realizar o pagamento com cartão, diminuindo o contato com o funcionário do caixa.

XXXI. Os idosos e aqueles que integram o grupo de risco para COVID-19 deverão, em caso de filas, terem prioridade no atendimento;

XXXII. A comercialização de ingressos, deverá ser, prioritariamente, por meios eletrônicos, quando for realizada no local, afim de evitar filas e aglomerações;

XXXIII. O estabelecimento deverá contar, no seu interior, com monitores treinados para orientar o público a fim de evitar aglomerações e observar a etiqueta sanitária;

XXXIV. Os funcionários, colaboradores e terceiros deverão fazer o uso de máscaras;

XXXV. O estabelecimento, poderá disponibilizar máscaras ao público;

XXXVI. Os estabelecimentos que possuem veículos próprio e/ou terceirizados para transfer deverão garantir a segurança do transporte tanto dos motoristas quanto dos usuários, bem como a limpeza e desinfecção de tais veículos, inclusive, deverá o motorista possuir esquema vacinal completo, álcool em gel 70% à disposição dos usuário, o uso de máscaras para motoristas e passageiros, cumprimento das regras de etiqueta respiratória, controle de usuários com escala, apresentação de procedimentos operacionais padrão sobre a atividade.

XXXVII. Empresas terceirizadas deverão seguir as mesmas medidas de prevenção exigidas aos parques;

XXXVIII. Instruir os funcionários acerca da obrigatoriedade da adoção de cuidados pessoais, sobretudo da lavagem das mãos frequente, da utilização de produtos antissépticos durante o desempenho de suas tarefas, como álcool em gel 70%, etiqueta respiratória (cobrir boca e nariz, o uso de lenço descartável ou cotovelo ao tossir e espirrar), da manutenção da limpeza dos instrumentos de trabalho, da utilização de máscaras caseiras, observando o correto manuseio e higienização, bem como o modo correto de relacionamento com o público no período de emergência de saúde pública decorrente do COVID-19, evitando qualquer contato físico, como apertos de mão, abraços, etc.

XXXIX. O Parque Temático poderá adotar medidas mais restritivas para o combate ao COVID-19, desde que estiverem de acordo com este Decreto.

XL. Disponibilizar lixeiras com tampas por acionamento sem as mãos;

XLI. Organizar bancos de uso comum de forma a garantir o distanciamento mínimo de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre os visitantes.

XLII. Orientar e desestimular o acesso de pessoas pertencentes a grupos de risco, tais como idosos, hipertensos, imunodeprimidos, diabéticos, gestantes ou portadores de doenças crônicas neste momento;

XLIII. Verificar a temperatura corporal com termômetro infravermelho digital (sem contato direto) de todas as pessoas que acessarem o estabelecimento;

XLIV. Disponibilizar informativos sobre a COVID-19 e suas medidas de prevenção e práticas de proteção em todo espaço, da bilheteria à saída para conhecimento de colaboradores, fornecedores e cliente;

XLV. Não compartilhar alimentos, copos e garrafas;

XLVI. Programar a utilização dos refeitórios, restaurantes, lanchonetes e similares de forma a evitar agrupamento e cruzamento, além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e meio) de raio entre as pessoas;

XLVII. Não utilizar a modalidade de buffet de alto serviço (self service) para as refeições;

XLVIII. Preferencialmente definir sistema de fluxo unidirecional de visitantes (sistema semelhante à trânsito de veículos – “mão e contra-mão”), de forma a evitar o cruzamento de pessoas na mesma linha de condução;

XLIX. Os locais que disponham de estacionamentos controlados devem ter alternativas de acessos e saídas com comandos sem o contato das mãos, tanto para os colaboradores quanto para os fornecedores e visitantes;

L. Nos veículos de fretamento para transporte de colaboradores, a ocupação de cada veículo recomendada é de 50% da capacidade de passageiros sentados, intercalando a posição janelacorredor (zigzague);

LI. Capacitar os colaboradores para aplicação das medidas de prevenção de contaminação pela COVID-19, incluindo a capacitação para paramentação e retirada dos equipamentos de proteção individual (EPI's);

LII. Monitorar os colaboradores, com vistas à identificação precoce de sintomas compatíveis à COVID-19 (sintomas respiratórios, tosse seca, dor de garganta ou dificuldade respiratória, com ou sem febre e sintomas gripais);

LIII. Manter afastados os colaboradores que coabitam ou tenham outras formas de contato com pessoas suspeitas ou com diagnóstico de infecção de COVID-19 até parecer médico liberando o retorno às atividades laborais;

LIV. Se positivo para COVID-19, manter isolamento domiciliar por, 14 dias do início dos sintomas, ou conforme orientação médica, podendo retornar às atividades após esse período desde que esteja assintomático por, no mínimo 72 horas ou após avaliação clínica atestando sua aptidão para o trabalho;

LV. Se resultado negativo, pode retornar as atividades laborais desde que assintomático há mais de 72 horas ou após avaliação clínica.

LVI. Todos os casos suspeitos ou confirmados para COVID-19 devem ser imediatamente informados para as autoridades sanitárias locais;

Art. 6º Quanto aos trabalhadores dos estabelecimentos citados no artigo 5º:

I. Os trabalhadores devem usar máscaras enquanto permanecerem nos ambientes de uso coletivo;

II. Recomendar que os trabalhadores não retornem às suas casas diariamente com as roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme;

III. Os locais para refeição, quando presentes, devem ser utilizados com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade (por vez). Devem organizar cronograma para sua utilização de forma a evitar aglomerações e cruzamento entre os trabalhadores (fluxos interno e de entradas e saídas), além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);

IV. Adotar medidas internas relacionadas à saúde do trabalhador, necessárias para evitar a transmissão do Coronavírus no ambiente de trabalho, priorizando o afastamento, sem prejuízo de salários, dos trabalhadores pertencentes a grupos de risco, tais como pessoas com idade acima de 60 (sessenta) anos, hipertensos, diabéticos, gestantes e imunodeprimidos ou portadores de doenças crônicas que também justifiquem o afastamento;

V. Em caso de algum dos trabalhadores (proprietários, empregados próprios ou terceirizados) apresentar sintomas de contaminação pelo COVID-19, buscar orientação médica, bem como serem afastados do trabalho, pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades sanitárias devem ser imediatamente informadas desta situação.

VI. Os trabalhadores devem evitar conversar, tocar o rosto, nariz, boca e olhos;

VII. Seguir a etiqueta da tosse, que orienta que ao tossir ou espirrar deve-se cobrir o nariz e a boca com um lenço descartável, descartá-lo imediatamente e realizar higienização das mãos. Caso não tenha disponível um lenço descartável cobrir o nariz e boca com o braço flexionado;

VIII. Caso a atividade necessite de mais de um trabalhador ao mesmo tempo manter a distância mínima entre eles de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros), sendo que todos deverão usar máscaras;

IX. Disponibilizar álcool gel 70% em cada posto de trabalho, devendo ser orientada e estimulada a sua utilização pelos trabalhadores;

X. Manter ventilados, dentro do possível, todos os postos de trabalho;

XI. Realizar diariamente procedimentos que garantam a higienização do ambiente de trabalho, intensificando a limpeza com desinfetantes próprios para a finalidade, bem como a desinfecção com álcool 70% de maçanetas, corrimãos e interruptores;

XII. Os lavatórios dos locais para refeição e sanitários deverão estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool 70%;

XIII. Adotar a modalidade de trabalho remoto para os setores administrativos, sempre que possível;

Art. 7º Ficaram mantidas as seguintes recomendações para a Sociedade em Geral e o Setor Privado, a fim de minimizar os efeitos da Pandemia de COVID-19 no município de Penha:

I - Higienizar as mãos com frequência;

II - Adotar como prática a etiqueta da tosse;

III - Evitar viajar e realizar comemorações com a presença de pessoas que não residem em sua casa;

IV - Ficar em casa a maior parte do tempo;

V - Ingerir bastante água e se alimentar de forma saudável;

VI - Manter distância de 1,5 metros de outras pessoas;

VII - Não participar ou frequentar locais em que possa haver aglomeração de pessoas;

VIII - Priorizar serviços de delivery;

IX - Quando possível adiar consultas, exames médicos, cirurgias e outros procedimentos que possam provocar dano a saúde e a ida a locais onde há pessoas potencialmente doentes;

X - Utilizar máscara em espaços públicos e espaços privados compartilhados;

XI - Não frequentar locais que não sigam as recomendação e adequações necessárias para minimizar a transmissão do coronavírus;

Parágrafo único. Ao Setor Privado:

- a) Adaptar seu funcionamento para manter o distanciamento de 1,5m entre as pessoas, sanitização de ambientes e higienização;
- b) Adequar o funcionamento de atividades essenciais com a menor quantidade de pessoas possível;
- c) Adotar regimes de escala, rodízio e/ou novos turnos de trabalho com redução do número de trabalhadores presentes ao mesmo tempo no ambiente de atividades essenciais;
- d) Afastar colaboradores confirmados ou suspeitos de COVID-19;
- e) Afastar trabalhadores que pertençam aos grupos de risco;
- f) Apresentar informativo visível das normas de funcionamento do local para a prevenção de contaminação com COVID-19;
- g) Disponibilizar pias com água e sabão ou álcool 70% para higienização das mãos de funcionários e clientes nas atividades essenciais;
- h) Higienizar com frequência equipamentos e utensílios com álcool 70% ou preparações antissépticas respeitando as características do produto nas atividades essenciais;
- i) Intensificar higienização dos ambientes com preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar nas atividades essenciais;
- j) Monitorar temperatura corporal de funcionários e clientes e evitar a permanência no ambiente de pessoas com temperatura acima de 37,5°;
- k) Priorizar a ventilação natural dos ambientes nas atividades essenciais;
- l) Procurar testar regularmente colaboradores;
- m) Uso de máscaras pelos funcionários de atividades essenciais durante todo o período de funcionamento;

Art. 8º Fica autorizado, em todo o território do município de Penha, às igrejas, templos religiosos e afins a realização de missas e cultos religiosos presenciais de segunda à domingo, desde que obedecidos as seguintes orientações:

I – A lotação máxima autorizada será de 50% (cinquenta por cento) da capacidade do templo ou igreja;

II – Os lugares de assento deverão ser disponibilizados de forma alternada entre as fileiras de bancos, devendo estar bloqueados de forma física aqueles que não puderem ser ocupados;

III – Deverá ser assegurado que todas as pessoas, ao adentrarem ao templo ou igreja, estejam utilizando máscara e higienizem as mãos com álcool gel 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar.

§2º Os estabelecimentos citados no art. 1º deverão ainda seguir todos os demais regramentos estabelecidos pelas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde no que diz respeito ao seu funcionamento, desde que não forem contrários ao presente Decreto.

Art. 9º Fica SUSPENSO, até dia 12 de outubro de 2020, as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, ensino médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino profissional, em todos os níveis e modalidades, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, em todo município de Penha, exceto as aulas mencionadas no inciso XI e XII e XIII do artigo 1º deste Decreto.

Art. 10 Fica autorizado o retorno das atividades do transporte municipal e intermunicipal rodoviário, assim como o transporte interestadual e de fretamento que já se encontram autorizados a operar, sendo que as empresas transportadoras devem adotar as seguintes medidas:

I. Priorizar o afastamento, de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com 60 anos ou mais, imunossuprimidos, com doenças preexistentes crônicas ou graves, gestantes, bem como as pessoas responsáveis pelo cuidado ou contactante domiciliar de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de Covid-19;

II. Encaminhar imediatamente para teste, todo trabalhador que apresente qualquer dos sintomas de Covid- 19, e caso positivo afastá-lo pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades de saúde local devem ser imediatamente notificadas;

- III. Priorizar o trabalho remoto para os setores administrativos, quando possível, nos termos do art. 75-C, parágrafo 1º da CLT;
- IV. Priorizar a comercialização de bilhetes de passagem por internet ou meios digitais;
- V. Disponibilizar bilhetes de passagens até 50% da capacidade de assentos de passageiros sentados, intercalando a posição janela corredor (zigue-zague);
- VI. Exigir a utilização de máscaras por todos os passageiros e motoristas, durante todo o percurso e nos terminais de embarque, observadas as normas estabelecidas pelo órgão de saúde ou vigilância sanitária competentes;
- VII. Demarcar distância de segurança de no mínimo 1,5 (um metro e meio) nos terminais de embarque e desembarque ou locais destinados para fila, evitando a aglomeração de pessoas.
- VIII. Realizar intervalo mínimo de 01(uma) hora entre as partidas da mesma linha;
- IX. Manter as salas VIP fechadas;
- X. Aplicar as orientações do Guia Sanitário de Veículos Terrestres nº 18/2019 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que descreve medidas e ações para limpeza e desinfecção dos veículos, em especial aquelas sobre o controle de qualidade dos ambientes climatizados e controle de vetores, bem como dos requisitos a serem seguidos pelas empresas de transporte em resposta a eventos de saúde pública ocorridos a bordo dos veículos e sua notificação a autoridade de saúde brasileira;
- XI. Circular, preferencialmente, evitando-se o uso do ar condicionado, sendo que quando necessário deverá permitir a renovação do ar condicionado. Realizar a limpeza e troca dos filtros conforme recomendações técnicas.
- XII. Realizar a limpeza e desinfecção completa dos veículos ao término de cada viagem, especialmente, a porta de acesso ao salão, as poltronas, os apoios de braço, os encostos de cabeça e perna, o maleiro (porta pacotes), as maçanetas e corrimões (Interno e externo), espaldar da poltrona e os sanitários (incluindo paredes), utilizando produtos regularizados;
- XIII. Fica proibida a utilização de geladeiras no interior dos veículos;
- XIV. Disponibilizar álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar para a higienização das mãos, no interior do veículo, e nos guichês de atendimento ao público;
- XV. Exigir que antes de ingressar no veículo todas as pessoas efetuem a higienização das mãos com álcool 70% ou preparações antissépticas ou sanitizantes de efeito similar;
- XVI. Garantir a disponibilização de sabão líquido e álcool 70% nos banheiros dos ônibus, quando existir;
- XVII. Higienizar os guichês de atendimento e, após cada cliente atendido, determinar para que os atendentes efetuem a higienização das mãos e dos equipamentos de uso compartilhado, como as máquinas para pagamento com cartões.
- XVIII. Repassar orientações e informações, no início de cada viagem, acerca das medidas básicas sobre higienização e cuidados a serem adotados pelos passageiros quanto à prevenção do COVID19;
- XIX. Divulgar por meio do sistema audiovisual do ônibus ou por funcionário, no mínimo três vezes durante a viagem, medidas básicas sobre higienização e cuidados a serem adotados pelos passageiros quanto à prevenção do COVID19;
- XX. Afixar no espaldar de cada poltrona um encarte com as orientações aos passageiros sobre etiqueta da tosse, uso da máscara, higienização das mãos e distanciamento social.
- XXI. Acompanhar os guichês de atendimento, garantindo que haja a higienização das mãos dos colaboradores antes e após cada procedimento de cobrança ou atendimento
- XXII. Capacitar os trabalhadores, disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades.
- XXIII. Designar colaborador para que ao início de cada viagem, repasse orientações de segurança sanitária preventivas em relação ao COVID-19.
- XXIV. Determinar para que todas as pessoas envolvidas com a operação de transporte de passageiros obrigatoriamente usem máscaras de tecido ou "faceshield" durante todo o expediente, seguindo as orientações de uso conforme já descritas na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020;
- XXV. Recomendar para que os trabalhadores não retornem às suas casas diariamente com suas roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme;
- XXVI. Aferir a temperatura dos passageiros antes de ingressar o ônibus, ficando vedado o embarque daqueles que registrarem temperatura superior a 37,8°C;

XXVII. Aferir, antes de iniciar cada turno de serviço, a temperatura de todos os colaboradores envolvidos na operação de transporte de passageiros, ficando vedado o trabalho daqueles que registrarem temperatura superior a 37,8°C;

§1º As administradoras dos terminais de transporte rodoviário estão autorizados a operar, devendo-se adotar as seguintes medidas sem prejuízo das anteriores descritas:

I. Priorizar o afastamento de empregados pertencentes ao grupo de risco, tais como pessoas com 60 anos ou mais, imunossuprimidos, com doenças preexistentes crônicas ou graves, gestantes, bem como as pessoas responsáveis pelo cuidado ou contactante domiciliar de uma ou mais pessoas com suspeita ou confirmação de diagnóstico de Covid-19;

II. Encaminhar imediatamente para teste, todo trabalhador que apresente qualquer dos sintomas de Covid- 19, e caso positivo afastá-lo pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, ou conforme determinação médica, sendo que as autoridades de saúde local devem ser imediatamente notificadas;

III. Priorizar o trabalho remoto para os setores administrativos, quando possível, nos termos do art. 75-C, parágrafo 1º da CLT;

IV. Priorizar para que os serviços no terminal sejam pagos por meio digital;

V. Providenciar cartazes informativos dos cuidados, que devem ser afixados em todos os ambientes de operação de transporte, sobre higienização das mãos, uso do álcool 70%, uso de máscaras, distanciamento entre as pessoas, limpeza de superfícies, ventilação e limpeza dos ambientes;

VI. Controlar o acesso das pessoas aos terminais, permitindo o acesso somente das pessoas que estejam a utilizar o transporte.

VII. Nos locais de atendimento ao público nos terminais, demarcar e orientar os usuários a manter uma distância mínima de 1,50 (um metro e 50 centímetros) das demais pessoas. Esta orientação também deve estar disponível nos pontos de ônibus, demarcação no chão e assentos nos terminais rodoviários;

VIII. Aplicar as orientações do Guia Sanitário de Veículos Terrestres nº 18/2019 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, que descreve medidas e ações para limpeza e desinfecção dos veículos, em especial aquelas sobre o controle de qualidade dos ambientes climatizados e controle de vetores, bem como dos requisitos a serem seguidos pelas empresas de transporte em resposta a eventos de saúde pública ocorridos a bordo dos veículos e sua notificação a autoridade de saúde brasileira;

IX. Acompanhar os guichês de atendimento, garantindo que haja a higienização das mãos dos colaboradores antes e após cada procedimento de cobrança ou atendimento

X. Orientar para que motoristas e demais trabalhadores de operadoras de transporte reforcem seus cuidados pessoais, lavando sempre as mãos com água e sabão e a utilizarem o álcool 70% para higienização das mãos;

XI. Determinar a todas as pessoas o uso obrigatório de máscaras de tecido durante todo o expediente, seguindo as orientações de uso conforme já descritas na Portaria SES nº 224, de 03 de abril de 2020;

XII. Os locais para refeição dos trabalhadores, quando existentes, poderão ser utilizados com apenas 1/3 (um terço) da sua capacidade (por vez). Deverá ser organizado cronograma para sua utilização de forma a evitar aglomerações e cruzamento entre os trabalhadores (fluxos internos e de entradas e saídas), além de garantir a manutenção da distância mínima de 1,5 metros (um metro e cinquenta centímetros);

XIII. Realizar a desinfecção completa do terminal no fim de cada dia de operação;

XIV. Os locais para refeição dos trabalhadores e sanitários devem estar providos de sabonete líquido, toalha de papel e álcool 70%;

XV. Recomendar para que os trabalhadores não retornem as suas casas diariamente com suas roupas de trabalho quando estes utilizarem uniforme;

XVI. Permitir a entrada apenas do passageiro no terminal rodoviário, sendo proibida a entrada de acompanhantes;

XVII. Higienizar os guichês de atendimento e acompanhar para que o atendente, após cada cliente atendido, efetue higienização das mãos e dos equipamentos de uso compartilhado, como as máquinas para pagamento com cartões.

XVIII. Disponibilizar estruturas móveis extras, como pias e lavatórios, para higienização das mãos nas plataformas de embarque e desembarque, além das existentes na estrutura;

XIX. Manter equipe específica e capacitada para higienização contínua das estruturas dos terminais;

XX. Nos casos dos Terminais Rodoviários, aferir a temperatura dos passageiros ao ingressar no terminal rodoviário ficando vedada o embarque daqueles que registrarem temperatura superior a 37,8°C.

XXI. Aferir, antes de iniciar cada turno de serviço, a temperatura de todos os colaboradores que operam no terminal, ficando vedado o trabalho daqueles que registrarem temperatura superior a 37,8°C;

XXII. Capacitar os trabalhadores, disponibilizar e exigir o uso dos EPIs apropriados para a realização das atividades

§2º No retorno das atividades do transporte municipal e intermunicipal com características urbanas, a operação de transporte está condicionada ao funcionamento do terminal urbano.

§3º Cabe aos órgãos de fiscalização municipal, promoverem ações e operações que garantam o cumprimento das medidas sanitárias de controle quanto ao transporte urbano, intermunicipal e interestadual.

Art. 11 Fica autorizada a prestação dos serviços de passeios de escuna no Município de Penha, observadas as seguintes condições:

I - funcionamento limitado a 8h (seis horas) diárias, das 10h às 18h, com ocupação máxima de 70% (setenta por cento) da embarcação;

II - uso obrigatório de máscaras faciais por funcionários, colaboradores e clientes;

III - disponibilização de álcool em gel 70% para higienização das mãos;

IV - observância do distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre os grupos familiares;

V - aferição de temperatura corporal previamente ao embarque e, caso se verifique temperatura superior a 37,5°C ou qualquer outro sintoma de COVID-19, o cliente ou tripulante ficará impedido de embarcar e deverá ser orientado a procurar imediatamente os serviços de saúde;

VI - adoção de providências para se evitarem aglomerações, em especial nas filas para compra de ingressos e para o embarque e desembarque;

VII - proibição da venda de alimentos durante o passeio;

VIII - limitação do uso e controle de acesso aos banheiros, os quais deverão ser utilizados apenas em casos de urgência e higienizados periodicamente;

Parágrafo único. Os serviços de escuna citados no caput deste artigo, deverão ainda seguir todos os demais regramentos estabelecidos pelas Portarias da Secretaria Estadual de Saúde e Secretaria Municipal de Saúde no que diz respeito ao seu funcionamento, desde que não forem contrários ao presente Decreto.

Art. 12 Ficam autorizados jogos de mesa e bocha em estabelecimentos comerciais, desde que respeitado o distanciamento social, a devida utilização de máscaras, álcool em gel, e protocolos já preestabelecidos, ficando vedado torneios/campeonatos/competições.

§1º Os jogos de mesa apenas poderão ocorrer com no máximo quatro participantes, devendo os jogadores permanecerem todo o período da partida utilizando máscaras.

§2º Os jogos de bocha apenas poderão ocorrer entre dois competidores, devendo durante a partida os competidores utilizarem máscaras.

§3º Os donos de estabelecimentos deverão deixar permanentemente o álcool em gel sobre a mesa de jogo e na saída da cancha de bocha, para que os participantes higienizem as mãos durante as partidas e após o jogo.

§4º Os donos de estabelecimentos deverão higienizar as mesas e cadeiras após a troca de participantes nos jogos e, as bolas de bocha após cada troca de jogadores.

Art. 13 Fica mantida em todo território do Município de Penha a obrigatoriedade do uso de máscaras pelos cidadãos em todos os ambientes públicos ou privados.

Art. 14 As atividades de fiscalização e de poder de polícia necessárias ao fiel cumprimento do disposto neste Decreto será feita em conjunto por servidores municipais, polícia militar e demais autoridades competentes.

Art. 15 O descumprimento do disposto neste Decreto constitui infração sanitária nos termos da Lei Estadual 6.320/1983 e nas legislações municipais vigentes.

Art. 16 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir do dia 28 de agosto de 2020, revogando-se as disposições contrárias, especialmente o Decreto nº 3574/2020.

Penha/SC, 10 de setembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**DECRETO Nº 3585/2020 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS DE PENHA PARA A ASSOCIAÇÃO SUL CATARINENSE DE PILOTOS DE ENDURO – ASCPE**

Publicação Nº 2639514

DECRETO Nº 3585/2020

DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS DE PENHA PARA A ASSOCIAÇÃO SUL CATARINENSE DE PILOTOS DE ENDURO – ASCPE.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI e art. 100, §3º, ambos da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º Fica autorizada a utilização do Centro de Eventos de Penha para a Associação Sul Catarinense de Pilotos de Enduro – ASCPE, nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2020, para a realização da 3ª e 4ª etapas do Campeonato Brasileiro de Enduro da Confederação Brasileira de Motociclismo CBM.

Art. 2º A Associação Sul Catarinense de Pilotos de Enduro – ASCPE se responsabilizará pela organização, limpeza e proteção do patrimônio local, sendo de sua responsabilidade quaisquer ocorrências e prejuízos que possam vir a ocorrer.

Art. 3º Nos termos do inciso I do artigo 3º da Portaria SES nº 592/2020 e do inciso XIV do artigo 1º do Decreto nº 3584/2020, fica determinado a suspensão do acesso de público a competições esportivas públicas ou privadas, oficiais ou não.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 10 de setembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**LEI Nº 3208/2020 ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.103, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUE "DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE DÍVIDA NÃO EMPENHADA E NÃO PAGA DE EXERCÍCIO ANTERIOR**

Publicação Nº 2639495

LEI Nº 3208/2020

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 3.103, DE 18 DE SETEMBRO DE 2019, QUE "DISPÕE SOBRE O RECONHECIMENTO DE DÍVIDA NÃO EMPENHADA E NÃO PAGA DE EXERCÍCIO ANTERIOR.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o Art. 2º da Lei Municipal nº 3.103, de 18 de setembro de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"...

Art. 2º A despesa decorrente da execução da presente Lei correrá por conta da dotação orçamentária vigente do Fundo Municipal de Saúde de Penha, conforme abaixo:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Programa de Trabalho: 10.302.0014

Atividade: 2.059 – MAC – Manutenção Média e Alta Complexidade

Fonte de Recursos: 0.1.0200.0000 – Receitas de impostos e de transferências de impostos - Saúde

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

..."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Penha, 26 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**LEI Nº 3209/2020 DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639500

LEI Nº 3209/2020

DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO POR NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Câmara de Vereadores de Penha, poderá haver contratação, por prazo determinado, não superior a 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, caso em que o contratado não será considerado servidor público efetivo para fins de qualquer efeito.

Art. 2º São de necessidade temporária de excepcional interesse público, as contratações previstas nesta Lei exclusivamente para:

I - substituir profissional em período de licença maternidade, licença médica prolongada, demais licenças legais;

II - substituir a insuficiência de pessoal decorrente da vacância, nos casos de demissão, exoneração, licença, falecimento e aposentadoria, enquanto não ultimado o concurso público respectivo e o preenchimento da vaga;

§ 1º - As contratação previstas deverão observar rigorosamente a ordem de colocação nos concursos e ou processos seletivos realizados para tais fins.

§ 2º - Em caso de substituição, a contratação só ocorrerá desde que o afastamento do servidor seja por período igual ou superior a trinta dias.

Art. 3º A remuneração do pessoal contratado com base nesta Lei será fixada em importância não superior aos valores pagos aos servidores municipais dos respectivos cargos.

Art. 4º O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - por interesse público;

II - pelo término do prazo contratual;

III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo único - A extinção do contrato, nos casos dos incisos II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 30(trinta) dias.

Art. 5º As infrações disciplinares cometidas pelo pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante processo administrativo, que deverá ser concluído no prazo de 60(sessenta) dias.

Art. 6º No caso de demissão, por infrações disciplinares cometidas pelo pessoal contratado nos termos desta Lei apurado mediante processo administrativo, incompatibiliza o ex-contratado para nova investidura através de contratação por necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos desta Lei, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Art. 7º É proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Município de Penha, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Art. 8º O pessoal contratado sob o regime desta Lei terá seu contrato de trabalho regido pelas normas do Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, que "Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho".

Art. 9º O contrato de trabalho temporário celebrado de acordo com esta Lei poderá ser rescindido a qualquer tempo.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 26 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**LEI Nº 3210/2020 DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639504

LEI Nº 3210/2020

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA PÚBLICA DE SINALIZAÇÃO DE ORIENTAÇÃO TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE PENHA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A sinalização e informação sobre atrativos e infraestrutura turísticos e equipamentos de lazer presentes no espaço público do Município obedecerão aos procedimentos, padrões, critérios e recomendações do Guia Brasileiro de Sinalização Turística.

Parágrafo único Para os efeitos do disposto nesta lei consideram-se as seguintes definições:

I - atrativos turísticos: são locais, instalações ou objetos que motivam o deslocamento de pessoas para visita ou contemplação, incluindo, entre outros, os sítios naturais e arqueológicos, edificações tombadas, monumentos, museus, ruínas, centros de cultura e bibliotecas;

II - equipamentos de lazer: são locais e instalações nas quais se desenvolvem atividades esportivas, culturais, de recreação, incluindo, entre outros, centros esportivos, teatros, centros de convenção, pavilhões de feiras e exposições, praças, represas, parques temáticos e urbanos, e mirantes;

III - infraestrutura turística: são instalações e serviços destinados ao desenvolvimento da atividade turística, incluindo, entre outros, hotéis, terminais de transporte, aeroporto, serviços de comunicação e informações turísticas, restaurantes, consulados e agentes de turismo.

Art. 2º As mensagens da sinalização de que trata esta lei, sempre que possível, deverão ser grafadas também nos idiomas espanhol ou inglês, ou ambos.

Art. 3º A Administração Municipal poderá celebrar convênios com entidades de direito público ou privado para a implantação dos dispositivos requeridos nos correspondentes projetos.

Art. 4º Esta lei será regulamentada no prazo de 90 (noventa) dias da data de sua publicação.

Art. 5º As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 26 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**LEI Nº 3211/2020 ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 2º, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.109, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019, QUE 'INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA, A CAMPANHA AGOSTO LILÁS A SER REALIZADA ANUALMENTE, DURANTE O MÊS DE AGOSTO**

Publicação Nº 2639506

LEI Nº 3211/2020

ACRESCENTA O PARÁGRAFO ÚNICO AO ARTIGO 2º, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.109, DE 24 DE SETEMBRO DE 2019, QUE 'INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA, A CAMPANHA AGOSTO LILÁS A SER REALIZADA ANUALMENTE, DURANTE O MÊS DE AGOSTO.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei acrescenta ao artigo 2º o parágrafo único, da Lei nº 3.109/2019, que passa a vigorar com as seguintes redação:

Art. 2º ...

Parágrafo único. Na semana que antecede o quarto sábado do mês de agosto será realizada a Semana "Quebrando o Silêncio" terá por finalidade:

I - esclarecer a população quanto à importância de dar apoio e ênfase contra a violência doméstica praticada contra as mulheres, as crianças e os idosos;

II - informar e divulgar os constantes abusos que se apresentam diariamente na sociedade e o silêncio das vítimas desses atos com o fim

de desenvolver um sentido de respeito nos relacionamentos;  
III - estimular e incentivar as mulheres, as crianças e os idosos a terem a capacidade e a coragem de enfrentar e denunciar estas circunstâncias.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha, 26 de agosto de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

**LEI Nº 3212/2020 DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$6.500.000,00 (SEIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2639507

LEI Nº 3212/2020

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO VALOR DE R\$6.500.000,00 (SEIS MILHÕES E QUINHENTOS MIL REAIS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas por Lei, FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no inciso II do art. 167, da Constituição Federal, inciso I do art. 41, da Lei nº. 4.320/64, inciso V, VI do Art. 132, da Lei Orgânica Municipal e na Lei nº 3134 de 11 de dezembro de 2019, autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.500.000,00 (Seis milhões e quinhentos mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 05 – Secretaria da Administração

Unidade Orçamentária: 01 – Departamento Administrativo

Programa de Trabalho: 04.122.0004

Atividade: 2.007 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Administrativo da Secretaria de Administração

Fonte de Recursos: 0.1.0000.000000 – Recursos próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00 (007) – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 3.250.000,00

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Programa de Trabalho: 12.361.0009

Atividade: 2.116 – Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0.1.0000.000000 – Recursos próprios

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00 (005) – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 3.250.000,00

Art. 2º As suplementações das dotações decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias, como segue:

Órgão: 12 – Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade Orçamentária: 03 – Departamento Operacional

Programa de Trabalho: 15.451.0013

Atividade: 2.040 – Funcionamento e Manutenção do Departamento Operacional

Fonte de Recursos: 0.1.0000.000000 – Recursos próprios

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00 (047) – Aplicações Diretas

Valor: R\$ 6.500.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha, 10 de setembro de 2020.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA  
Secretário de Administração

# Peritiba

## PREFEITURA

### AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 66/2020, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2020

Publicação Nº 2639626

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PERITIBA

Resumo de Inexigibilidade de Licitação

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação nº 66/2020 – Inexigibilidade de Licitação nº 06/2020

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de profissional habilitado do ramo de engenharia e arquitetura ou corretor de imóveis para elaboração de avaliação imobiliária, para confecção de laudo/parecer técnico de avaliação mercadológica.

Dados do Contrato: Contrato nº 109/2020 / Contratado: ANDRADE LOPES ENGENHARIA E AVALIAÇÕES LTDA - CNPJ: 03.074.611/0001-72-

Data do Contrato: 11/09/2020 - Valor do Contrato (Fins Contábeis): R\$ 13.937,50 (Treze mil, novecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) – Vigência do contrato: 11/09/2020 até 11/09/2021 - Informações complementares: O edital na íntegra está disponível no site <http://www.peritiba.sc.gov.br>. Inexigibilidade de Licitação, Lei nº 8.666 Artigo 25.

Peritiba – SC., 11 de setembro de 2020.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### LEI ORDINÁRIA Nº 335, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638375

LEI ORDINÁRIA Nº 335, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

“ALTERA O ARTIGO 3º DA LEI ORDINÁRIA Nº 94 DE 09 DE MARÇO DE 2015, CRIA O ANEXO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e das demais disposições legais; FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a presente lei.

Art. 1º - Fica alterado o artigo 3º da Lei Ordinária nº 94 de 09 de Março de 2015, passando a vigorar com a redação que segue:

“Art. 3º Para compor o efetivo de plantão fica autorizado o município a ceder servidores municipais efetivos, temporários ou comissionados para a organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil, bem como prestarem auxílio junto ao Corpo de Bombeiros Militar, visando qualificar e agilizar os serviços junto ao setor de atividades técnicas, conforme Termo de Convênio, constante do Anexo Único.”

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Pescaria Brava/SC, 10 de Setembro de 2020.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA  
Prefeito Municipal

Anexo Único

#### TERMO DE CONVÊNIO

TERMO DE CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC E O ESTADO DE SANTA CATARINA – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, POR MEIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAPIVARI DE BAIXO-SC, VISANDO QUALIFICAR E AGILIZAR OS SERVIÇOS JUNTO AO SETOR DE ATIVIDADES TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAPIVARI DE BAIXO-SC.

PRIMEIRO CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 16.780.795/0001-38, com sede administrativa na Rodovia SC 437, KM 08, Centro, Pescaria Brava/SC, CEP nº 88798-000, adiante denominado simplesmente MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito, XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, estado civil, inscrito no CPF/MF XXX.XXX.XXX-XX, portador da identidade nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, também na cidade de Pescaria Brava/SC.

SEGUNDO CONVENIENTE: ESTADO DE SANTA CATARINA – CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76, por meio do Corpo de Bombeiros Militar de Capivari de Baixo-SC, com sede na Rua Salvador Joaquim Nunes, nº 265, Centro, Capivari de Baixo/SC, CEP nº 88745-000, adiante denominado simplesmente CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAPIVARI DE BAIXO-SC, neste ato representado pelo Comandante do 1º Grupo do 1º Pelotão da 1ª Companhia do 8º Batalhão de Bombeiro Militar (1º/1º/1ª/8º BBM), com sede em Capivari de baixo – SC, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, a fim de estabelecer o que têm justo e acertado nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui-se objeto do presente Convênio a parceria que se estabelecerá entre o MUNICÍPIO e o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAPIVARI DE BAIXO-SC visando a cedência de servidores municipais efetivos, temporários ou comissionados, para atuarem como auxiliares de defesa civil, bem como prestarem auxílio junto ao Corpo de Bombeiros Militar da cidade de Capivari de Baixo/SC, visando qualificar e agilizar os serviços junto ao setor de atividades técnicas.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS ATRIBUIÇÕES DO MUNICÍPIO

O MUNICÍPIO manterá cedido ao CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAPIVARI DE BAIXO-SC, sem ônus para este, até o máximo de 1 (um) estagiário de nível superior, bem como até o máximo de 1 (um) servidor para atuar no apoio administrativo junto ao CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAPIVARI DE BAIXO-SC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS ATRIBUIÇÕES DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAPIVARI DE BAIXO-SC

Disponibilizar aos estagiários todas as condições de aprimoramento educacional, fornecendo a experiência profissional necessária aos estudantes.

Utilizar dos servidores cedidos, unicamente para fins de atendimento a grande demanda de procedimentos técnicos e administrativos do

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAPIVARI DE BAIXO-SC.**

Parágrafo único. Incumbe ao CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CAPIVARI DE BAIXO-SC o controle da efetividade dos estagiários e servidores, encaminhando ao MUNICÍPIO, até o penúltimo dia útil de cada mês, relatório detalhado dos horários de trabalho de cada estagiário e servidor, com indicação da área de atuação de cada um, bem como se vem atendendo às necessidades do serviço público.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

Este Convênio entra em vigor na data de sua assinatura, e terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993, mediante termo aditivo.

**CLÁUSULA QUINTA - DO ADITAMENTO**

O Convênio poderá ser modificado de comum acordo entre as partes, mediante termo aditivo, desde que não ocorra mudanças no seu objeto.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO**

O Convênio poderá ser rescindido de pleno direito, por qualquer uma das partes convenientes e a qualquer tempo, mediante aviso, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem qualquer ônus para os partícipes.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO**

Para as questões divergentes que surjam do presente Convênio, não resolvidas na esfera administrativa, os integrantes elegem o Foro da Comarca de Laguna/SC, para dirimir qualquer dúvida oriunda do Convênio.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes firmam o presente Convênio para que surta seus legais efeitos, através dos representantes responsáveis, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma que, após lido e achado conforme, segue assinado juntamente com duas testemunhas.

Pescaria Brava/SC, XX de XXXXXXXXXX de XXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Prefeito Municipal

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Capivari de Baixo/SC

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

# Petrolândia

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL 27 2020 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação N° 2638601

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 38/2020

PREGÃO PRESENCIAL N° 27/2020 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO N° 38/2020 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, MATERIAIS ELÉTRICOS E FERRAMENTAS PARA USO NA MANUTENÇÃO DE TODOS OS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 23/09/2020, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail [licita@petrolandia.sc.gov.br](mailto:licita@petrolandia.sc.gov.br). Petrolândia, 11 de setembro de 2020. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

**215**

Publicação Nº 2638058

DECRETO Nº 215/2020, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) nos seguintes projetos/atividades do Orçamento Municipal abaixo:

08.003.0014.0422.0017.2044 – ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33500000	0.1.09.0013	Outras Despesas Correntes – Transferências a instituições privadas sem fins lucrativos	2.500,00

10.002.0017.0512.0020.1016 – PROGRAMA DE SANEAMENTO URBANO

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	20.000,00

13.001.0022.0661.0022.2061 – INCENTIVO AO EMPREENDEDOR

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º, ficam anulados R\$ 32.500,00 (trinta e dois mil e quinhentos reais) nas dotações orçamentarias nos seguintes projetos/atividades:

08.003.0014.0422.0017.2044 – ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.09.0013	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	2.500,00

10.002.0017.0512.0020.1016 – PROGRAMA DE SANEAMENTO URBANO

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44930000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	20.000,00

13.001.0022.0661.0022.2061 – INCENTIVO AO EMPREENDEDOR

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho – SC, 01 de setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM  
Prefeito de PinhalzinhoWANDERLEI BORBA  
Secretário de Administração e PlanejamentoRegistrado e Publicado em data supra  
Sílvia Regina Kulakowski Utzig  
Supervisora

**216**

Publicação Nº 2638059

DECRETO Nº 216/2020, DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, ESPÉCIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso II do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional, espécie suplementar no valor de R\$ 91.519,97 (noventa e um mil quinhentos e dezenove reais e noventa e sete centavos) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:

## 10.002.0015.0451.0020.1017 – CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PARQUE E PRAÇAS PÚBLICAS

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.3.34.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	63.571,95

## 08.003.0014.0422.0017.2044 – CONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PARQUE E PRAÇAS PÚBLICAS

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
335000	0.3.09.0012	Outras Despesas Correntes – Transferência a instituições privadas s/ fins lucrativos.	23.840,00
335000	0.3.09.0013	Outras Despesas Correntes – Transferência a instituições privadas s/ fins lucrativos.	4.108,02

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte os recursos o valor de R\$ 91.519,97 (noventa e um mil quinhentos e dezenove reais e noventa e sete centavos) provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no exercício financeiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 01 de setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

**217**

Publicação Nº 2638060

DECRETO Nº 217/2020, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente.

Considerando a necessidade de adequar as contas a realidade do município e de que existe restos a pagar inscritos, no exercício de 2015 e 2019 não processados, devido a supressão de contrato e a não realização da despesa.

Considerando que a contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;

DECRETA:

Art. 1º Ficam cancelados as despesas empenhadas abaixo, inscritas em Restos não processados:

Ano	Nº Emp.	Dotação	Vínculo	Credor	Valor	Motivo
2015	2924	10.002.0015.0451.0 018.1010.44930000 0000000	01000400	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENV. INFRAES- TRUTURA RODOVI- ÁRIA – CIDIR	1.972,01	Supressão ao con- trato nº 110/2015, Contrato Adminis- trativo nº 175/2020

2015	2925	10.002.0015.0451.0 018.1010.44930000 0000000	01340416	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DESENV. INFRAES- TRUTURA RODOVI- ÁRIA – CIDIR	41.498,42	Supressão ao con- trato nº 110/2015, Contrato Adminis- trativo nº 175/2020
2019	8467	10.001.0026.0782.0 008.2017.33390000 0000000	01000000	JANDIR KEMPF -ME	5.000,00	Despesa não Rea- lizada.
2019	8469	10.002.0015.0451.0 020.1022.33390000 0000000	01000000	JANDIR KEMPF -ME	3.820,00	Despesa não Rea- lizada.
2019	8471	10.002.0015.0452.0 009.2018.33390000 0000000	01000000	JANDIR KEMPF -ME	4.874,66	Despesa não Rea- lizada.

Art. 2º Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

Art. 3º Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Pinhalzinho – SC, 02 de setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM  
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA  
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Silvia Regina Kulakowski Utzig  
Supervisora

**218**

Publicação Nº 2638061

DECRETO Nº 218/2020, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020

“TRANSFERE VEÍCULO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA - FMEC PARA O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESTRADAS E RODAGENS – DMER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito de Pinhalzinho, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente;

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o veículo Fiat/Uno Mille Fire, placa nº MEV 4862, nº patrimônio nº 10060, destinado a Fundação Municipal de Esporte e Cultura – FMEC para o Departamento Municipal de Estradas e Rodagem – DMER.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 131/2020.

Pinhalzinho - SC, 02 de Setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM  
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA  
Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig  
Supervisora

**219**

Publicação Nº 2638062

DECRETO Nº 219/2020, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso I do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, espécie Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 16.614,95 (dezesesse mil seiscentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos) destinados a suplementar as seguintes Atividades:

06.001.0012.0365.0025.1005 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTOS DE CEI

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.79.0002	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	16.614,95

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, Espécie Suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte de recurso o valor de R\$ 16.614,95 (dezesesse mil seiscentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos) provenientes do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, referente a emenda parlamentar impositiva do estado, apurado no exercício financeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 02 de setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

**220**

Publicação Nº 2638063

DECRETO Nº 220/2020, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso I do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, espécie Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 104.400,00 (cento e quatro mil, cento e quatrocentos reais) destinados a suplementar as seguintes Atividades:

08.001.0008.0244.0006.2014 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.35.0050	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	62.000,00
44900000	0.1.35.0050	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	10.000,00
33900000	0.1.35.0051	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	10.350,00
33900000	0.1.35.0052	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	22.050,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, Espécie Suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte de recurso o valor de R\$ 104.400,00 (cento e quatro mil, cento e quatrocentos reais) provenientes do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO referente as ações de enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), apurado no exercício financeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 02 de setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra  
Sílvia Regina Kulakowski Utzig  
Supervisora

**221**

Publicação Nº 2638064

DECRETO Nº 221/2020, DE 02 DE SETEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no artigo 13 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, Espécie Suplementar no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:

10.002.0015.0451.0020.1024 – INFRAESTRUTURA PROGRAMA MOBILIDADE URBANA

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33900000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	35.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º, ficam anulados R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) nas dotações orçamentárias no seguintes projeto/atividade:

10.002.0015.0451.0020.1024 – INFRAESTRUTURA PROGRAMA MOBILIDADE URBANA

NAT.DESP.	RECURSO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
33930000	0.1.00.0000	Outras Despesas Correntes – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	5.000,00
44900000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	10.000,00
44930000	0.1.00.0000	Outras Despesas de Capital – Aplicação direta decorrente de operação de órgãos, fundos e entidades dos OFSS com consórcio público do qual o ente participe	20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Pinhalzinho – SC, 02 de setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM  
Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA  
Secretário de Administração e Planejamento  
Registrado e Publicado em data supra  
Sílvia Regina Kulakowski Utzig  
Supervisora

**222**

Publicação Nº 2638065

DECRETO Nº 222/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, ESPÉCIE SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso II do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional, espécie suplementar no valor de R\$ 23,18 (vinte três reais e dezoito centavos) no seguinte projeto/atividade do Orçamento Municipal abaixo:

08.001.0008.0244.0016.2037 – MANUTENÇÃO BLOCO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.3.64.0083	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	9,46

339000	0.3.35.0048	Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas	13,72
--------	-------------	--	-------

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito adicional, espécie suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte os recursos o valor de R\$ 23,18 (vinte três reais e dezoito centavos) provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no exercício financeiro de 2019.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 03 de setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

## 223

Publicação Nº 2638067

DECRETO Nº 223/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL, SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal do Município de Pinhalzinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no Inciso I do artigo 14 da Lei Municipal No 2.643/2019 de 20/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional, espécie Suplementar por excesso de arrecadação no valor de R\$ 307,01 (trezentos e sete reais e um centavo) destinados a suplementar as seguintes Atividades:

08.001.0008.0244.0016.2037 – MANUTENÇÃO BLOCO DE SERVIÇOS PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE

NAT.DESP.	FR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
449000	0.1.64.0083	Outras Despesas de Capital – Aplicações Diretas	307,01

Art. 2º Para dar cobertura ao Crédito Adicional, Espécie Suplementar aberto no artigo 1º serão utilizados como fonte de recurso o valor de R\$ 307,01 (trezentos e sete reais e um centavo) provenientes do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO referente ao rendimento financeiro, apurado no exercício financeiro de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho - SC, 03 de setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e Publicado em data supra

Sílvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

## 224

Publicação Nº 2638068

DECRETO Nº 224/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

“CONVOCA AUDIÊNCIA PÚBLICA ON-LINE PARA PROPOSTA DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS E LEI ORÇAMENTARIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2021, E AVALIAÇÃO DAS METAS FISCAIS DO 2º QUADRIMESTRE DE 2020, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito em exercício, do Município de Pinhalzinho - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a legislação vigente:

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Audiência Pública on-line para proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2021 e avaliação das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2020, a ser realizada no dia 15 de setembro de 2020, às 14 horas, com acesso através do convite disponibilizado no site do município, que direcionará à plataforma Google Meet, especificamente na reunião virtual agendada.

Art. 2º A Audiência Pública tem como objetivo específico a obtenção de dados, subsídios, informações, sugestões e críticas sobre o objeto de convocação, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação popular na gestão da cidade.

§ 1º A sessão será de livre acesso a qualquer pessoa, bem como aos meios de comunicação, respeitados os limites impostos pela plataforma

on-line Google Meet.

§ 2º O quorum para abertura será o presente à sessão pública e todos os participantes terão a presença registrada no momento do seu acesso ao ambiente virtual.

Art. 3º A Audiência, convocada pela Administração Pública Municipal, será aberta pelo Secretário de Administração e Planejamento, Sr. Wanderlei Borba, que dará início aos trabalhos.

Art. 4º A Audiência será conduzida pela servidora Daniele Sell Pezzini, Presidente indicada pela Administração Pública, auxiliada pela Diretora de Planejamento, Jéssica Weirick de Lima, que exercerá a função de Secretaria e pelo servidor Anderson Roberto Hollas, que exercerá a função de Suporte Técnico na área de informática.

Art. 5º São prerrogativas do Presidente da Audiência Pública:

I - apresentar os objetivos e regras de funcionamento da Audiência;

II – mediar os trabalhos de perguntas e respostas;

III – decidir sobre a pertinência das questões formuladas;

IV – autorizar intervenções orais.

Art. 6º São atribuições da Secretária:

I - controlar o tempo das manifestações orais, quando autorizadas, registrando-as;

II – encaminhar o relatório consolidando as sugestões recebidas e as perguntas e respostas da Audiência para o Executivo Municipal.

III – redigir a Ata da Audiência Pública;

Art. 7º São atribuições do Suporte Técnico da Área de Informática:

I - Autorizar e controlar o acesso à sala virtual;

II – Gerenciar os dispositivos de microfone e vídeo dos participantes;

III – Gravar a reunião;

IV – Receber as mensagens enviadas através do chat e repassá-las à Presidente.

Art. 8º Será considerado participante da Audiência Pública qualquer cidadão, sem distinção de qualquer natureza, interessado em contribuir com o processo de discussão do objeto da convocação.

Art. 9º Os participantes poderão, após a exposição do tema, formular perguntas, pedidos de esclarecimentos e fornecimento de informações, bem como encaminhar sugestões que deverão ser apresentadas verbalmente.

Parágrafo único. As formulações que eventualmente não se limitarem às questões objetivadas na Audiência Pública serão desconsideradas.

Art. 10 Os participantes deverão respeitar o tempo estabelecido para apresentação das perguntas, a ordem de oferecimento, o tempo de manifestações verbais e, tratar com respeito e civilidade os demais participantes da audiência, seus organizadores e expositores.

Art. 11 Deverá ser respeitado o tempo máximo de 4 horas para a realização da audiência.

Art. 12 As questões formuladas serão lidas e respondidas oralmente ao público pela equipe responsável.

Parágrafo único. Se houver excesso de questões formuladas, levando-se em conta a necessidade de observar o horário previsto para o término da Audiência Pública, as respectivas respostas poderão ser apresentadas por blocos, organizados por coerência de conteúdo, caso em que, não serão permitidas manifestações orais.

Art. 13 O encerramento da Audiência Pública será efetuado pela Presidente.

Art. 14 Ao final da audiência será lavrada Ata que será subscrita pelo Presidente da Audiência e pela secretária, devendo ser anexadas a esta a lista de presença e relatório consolidando as sugestões recebidas e as perguntas e respostas, que será submetida ao Executivo Municipal e publicadas na página eletrônica do Município.

Art. 15 As sugestões, opiniões, críticas e informações colhidas na Audiência Pública terão caráter consultivo, destinando-se a subsidiar a motivação do Executivo Municipal quando da tomada de decisão acerca da matéria objeto da Audiência.

Art. 16 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhalzinho/SC, 09 de setembro de 2020.

MARIO AFONSO WOITEXEM

Prefeito de Pinhalzinho

WANDERLEI BORBA

Secretário de Administração e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

Silvia Regina Kulakowski Utzig

Supervisora

## ATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 051-2020

Publicação Nº 2638113

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/2020 - PMP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 051/2020- PMP

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA; E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DESINSTALAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO SPLIT, MANUTENÇÃO ELÉTRICA PREDIALEINFRAESTRUTURA DE REDE LÓGICA E SISTEMAS DE MONITORAMENTO, para atender as necessidades da administração na manutenção de Prédios Públicos, Parques e Praças do Município, conforme descrição do anexo "A" do edital.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Ao decimo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, às oito horas e quarenta e cinco minutos, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, reuniu-se o reuniu-se a Pregoeira Sra. Valquiria Astrigi e sua Equipe de apoio, constituída pelos servidores Sr. Samuel Eckert e Srta. Marli Widmer, todos designados pelo Decreto nº 182/2019, com a finalidade de efetuar o recebimento dos envelopes e julgamento da Licitação em epígrafe. Registramos a presença da Srta. Gabriela Cuchi, membro do Observatório Social.

**DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para protocolização dos envelopes de Proposta de Preços e Habilitação, em conformidade com o item 4.1 do Edital. Protocolou os envelopes de Proposta de Preços e Habilitação a empresa: INTEGRA MONITORAMENTO LTDA, DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – EPP, ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA, As empresas apresentaram por escrito, por fora do envelope, Declaração referente o disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (De acordo com item 8.1 do Edital).

**DO CREDENCIAMENTO DE “ME” E “EPP”:** A Pregoeira declarou aberta a sessão recepcionando os Licitantes para o credenciamento “ME” e “EPP”. Credenciaram-se as empresas: INTEGRA MONITORAMENTO LTDA, DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – EPP, ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA,

#### DO CREDENCIAMENTO

Ato contínuo passou-se ao credenciamento dos licitantes ou seus representantes legais (item 5 do Edital), os quais apresentaram documentos que comprovam possuir poderes para formulação de lances verbais e para prática de todos os demais atos inerentes ao pregão: INTEGRA MONITORAMENTO LTDA, Sr. Alceu Jose Mahle, DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA – EPPn Sr. Leandro de Oliveira. ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA, Sr. Fabio Provence.

#### DA CONSULTA AO PORTAL TRANSPARÊNCIA E CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA:

Foram consultados no Portal Transparência (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:CERTIDAO:0:>) e Conselho Nacional de justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade](http://www.cnj.jus.br/improbidade)) as empresas participantes da presente licitação e sócios majoritários, não tendo sido constatada nenhuma irregularidade.

**DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS:** Os envelopes de Habilitação e Propostas de Preços foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados, verificando-se que os mesmos foram protocolizados dentro do prazo fixado no subitem 1.2 deste Pregão Presencial. Ato contínuo foram abertos os Envelopes nº 01 – Proposta de Preços das licitantes, os quais foram rubricados pela Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes das licitantes. Após análise. A Pregoeira declarou as propostas formais compatíveis com os requisitos mínimos fixados no Edital, classificando-se para a fase de lances. Por conseguinte, a Pregoeira deu início à fase dos lances verbais, iniciando pela licitante que ofertou maior valor na sua proposta inicial. Ressalte-se que os lances ofertados foram registrados e assinados pelos proponentes, cujos formulários integram a presente ata:

**DA CLASSIFICAÇÃO:** Assim, após a respectiva rodada de lances ofertados pelos representantes legais, foi apurada a classificação, conforme documento “Histórico do Pregão”, Anexo, rubricado pelo Pregoeiro e pelas licitantes ofertantes dos lances para cada item.

**DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO:** Ato contínuo, procedeu-se à abertura do Envelope nº 02 – Documentação de Habilitação das licitantes vencedoras, sendo que os documentos nele contido foram conferidos e rubricados pela Pregoeira, sua Equipe de Apoio e pelos representantes credenciados. A empresa INTEGRA MONITORAMENTO LTDA, deixou de apresentar documento referente ao subitem “g” do item 7.1. A CPL abriu o prazo de 05 dias para que a mesma apresente documento regular.

Os restantes das empresas apresentaram documentação de habilitação em plena conformidade com os requisitos constantes no item 7 (e respectivos subitens) do Edital, desta forma, a Pregoeira declarou as mesmas habilitadas.

**DOS RECURSOS:** Encerrada a etapa de julgamento das propostas e de habilitação, a Pregoeira declarou o vencedor e oportunizou aos licitantes para, querendo, manifestassem motivadamente a intenção de recorrer. Os representantes presentes renunciaram expressamente o direito de recorrer.

**DO ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, sobre o presente julgamento, a pregoeira encerra os trabalhos com a lavratura desta ata, que após lida e achada em conforme, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de Apoio e licitantes presentes à sessão e, em seguida, submetida à apreciação da Autoridade Superior, para, se assim entender e concordar, promover sua homologação e adjudicação do objeto licitado à empresa vencedora.

Valquiria Astrigi Presidente da CPL	Samuel F. Eckert Membro CPL
INTEGRA MONITORAMENTO LTDA (se retirou)	Marli Widmer Membro CPL
DELVALLE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP	Gabriela Cuchi Observatório Social Municipal

ELETRO LIGHT PROVENCE LTDA	

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL 059-2020 - PMP - TUBOS DE CONCRETO**

Publicação N° 2638645

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 059/2020 – PMP

Objeto: o REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO, para atender as atividades do D.O.S.U, DMER, e demais Secretarias, Fundo de Saúde, Fundação de Esportes e CIDIR, de acordo com as especificações constantes no ANEXO "A" do Edital.  
Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 06/10/2020 Abertura: dia 06/10/2020, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00. Informações através do e-mail: [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho, SC, 10 de setembro de 2020

Algacir Dall Agnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

**AVISO PREGÃO PRESENCIAL 060-2020 - PMP - TINTAS E INSUMOS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA**

Publicação N° 2638631

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 060/2020 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual Aquisição de Tintas e Insumos para Sinalização Viária, para atender as atividades do D.O.S.U, DMER e CIDIR, de acordo com as especificações constantes no ANEXO "A" do Edital.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30h do dia 07/10/2020 Abertura: dia 07/10/2020, às 08:45h

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00. Informações através do e-mail: [compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras.02@pinhalzinho.sc.gov.br)

Pinhalzinho, SC, 10 de setembro de 2020

Algacir Dall Agnol

Secretário Municipal de Transportes e Obras

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2020

Publicação Nº 2638399

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições, resolve, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, para REGISTRO DE PREÇOS nº 059/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 104/2020, publicado no Diário oficial dos Municípios DOM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

0.1. A presente Ata CONSTITUI OBJETO DO PRESENTE CERTAME: O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA CONsertos em geral de PNEUS, REMOÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO NAS MAQUINAS E VEICULOS PERTENCENTES AO MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE ITEM	SECRETARIA	OBJETO	MARCA	VALOR UNIT.
LOTE 01	100 – Educação 100 – Cras 200 – Saúde 150 – administração, Gabinete e Conselho tutelar	REMOÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E CONserto DE PNEUS - P (AUTOMÓVEIS / VEÍCULOS UTILITÁRIOS)	PRÓPRIA	R\$ 20,00
LOTE 02	60 – Educação 20 – Cras 70 – Saúde 70 – administração, Gabinete e Conselho tutelar	BALANCEAMENTO PNEUS - P (AUTOMÓVEIS / VEÍCULOS UTILITÁRIOS)	PRÓPRIA	R\$ 19,00
LOTE 03	20 – Educação 10 – Cras 50 – Saúde 30 – administração, Gabinete e Conselho tutelar	GEOMETRIA AUTOMÓVEIS P (AUTOMÓVEIS / VEÍCULOS UTILITÁRIOS)	PRÓPRIA	R\$ 65,00
LOTE 04	100 – Obras 200 – Educação 300 - Saúde	REMOÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E CONserto DE PNEUS - M (VANS/ AMBULANCIA, DISTRIBUIDOR DE ADUBO E HILUX)	PRÓPRIA	R\$ 40,00
LOTE 05	20 – Obras 80 – Agricultura 60 – Educação 60 – Saúde	BALANCEAMENTO PNEUS - M (VANS/ AMBULANCIA / CAMINHONETES / DISTRIBUIDOR DE ADUBO E HILUX)	PRÓPRIA	R\$ 24,00
LOTE 06	10 – Obras 30 – Agricultura 50 – Educação 50 – Saúde	GEOMETRIA M (VANS/ AMBULANCIA / CAMINHONETES / DISTRIBUIDOR DE ADUBO E HILUX)	PRÓPRIA	R\$ 73,00
LOTE 07	70 – Obras 70 – Agricultura 60 - Educação	REMOÇÃO DE PNEUS – G	PRÓPRIA	R\$ 35,00
LOTE 08	200 – Obras 200 – Agricultura 200 - Educação	MONTAGEM, DESMONTAGEM E CONserto DE PNEUS - G (MICRO ONIBUS/ CAÇAMBA E CAMINHÕES)	PRÓPRIA	R\$ 50,00

LOTE 09	30 – Obras 40 – Agricultura 30 -Educação	REMOÇÃO DE PNEUS - GG	PRÓPRIA	R\$ 50,00
LOTE 10	50 – Obras 90 - Agricultura	MONTAGEM, DESMONTAGEM E CONserto DE PNEUS - GG (TRATOR AGRÍCOLA/ RETRO-ESCAVADEIRA/ CARREGADEIRA/ MOTONIVELADORA/ MÁQUINAS PESADAS)	PRÓPRIA	R\$ 100,00

**3. EMPRESA REGISTRADA NA PRESENTE ATA:**

Empresa: NORBERTO PNEUS LTDA ME

CNPJ: 09.075.902/0001-61

Endereço: Rua Padre Fridmundo, 320, sala 01 Centro Tangara SC

Responsável: Karyne Weber

**4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

4.1. O órgão gerenciador será O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

4.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	
SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL	

**5. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

**6. VALIDADE DA ATA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

**7. REVISÃO E CANCELAMENTO**

7.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.8.1. por razão de interesse público; ou

7.8.2. a pedido do fornecedor.

**8. DAS PENALIDADES**

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

#### 9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

9.2. É Vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7892/13.

9.3. ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892, de 2014.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pinheiro Preto, 08 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	NORBERTO PNEUS LTDA ME
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

#### TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF:

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2020

Publicação Nº 2638393

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2020

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede na Avenida marechal Costa e Silva, 111, nesta cidade de Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, PEDRO RABUSKE, e de ora diante denominada simplesmente MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições, resolve, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, REGISTRO DE PREÇOS nº 062/2020, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 107/2020, publicado no Diário oficial dos Municípios DOM, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### 1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE FORMA PARCELADA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, DESINSTALAÇÃO, CARGA DE GAS DOS APARELHOS DE AR CONDICIONADOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO E DELEGACIA DE POLICIA MILITAR, EM PINHEIRO PRETO CONFORME ESPECIFICAÇÕES E LOTES:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNITARIO
Lote 01	Limpeza anual em aparelho de ar condicionado.	PRÓPRIA	R\$ 258,00
Lote 02	Limpeza semestral em aparelho de ar condicionado.	PRÓPRIA	R\$ 190,00
Lote 03	Limpeza trimestral em aparelho de ar condicionado	PRÓPRIA	R\$ 110,00
Lote 04	Instalação	PRÓPRIA	R\$ 450,00
Lote 05	Desinstalação	PRÓPRIA	R\$ 210,00
Lote 06	Valor da manutenção preventiva e corretiva	PRÓPRIA	R\$ 186,00

Lote 07	Carga de gás em aparelhos de ar condicionado.	PRÓPRIA	R\$ 330,00
------------	--	---------	------------

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

**3. EMPRESA REGISTRADA NA PRESENTE ATA:**

Empresa: COMERCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME

CNPJ: 02.220.031/0001-83

Endereço: TV Theobaldo Fritsch, 33, Centro Fraiburgo SC

Responsável: Marcelo Jombra

**4. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

4.1. O órgão gerenciador será O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

4.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	
SECRETARIA DE SAUDE E BEM ESTAR SOCIAL	
DELEGACIA DE POLICIA MILITAR	

**5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

5.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

**6. VALIDADE DA ATA**

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

**7. REVISÃO E CANCELAMENTO**

7.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

7.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

7.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

7.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

7.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

7.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

7.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

7.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

7.5.3. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

7.6. O registro do fornecedor será cancelado quando:

7.6.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

7.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

7.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

7.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

7.8.1. por razão de interesse público; ou

7.8.2. a pedido do fornecedor.

**8. DAS PENALIDADES**

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

8.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

8.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

**9. CONDIÇÕES GERAIS**

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital.

9.2. É Vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, § 1º do Decreto nº 7892/13.

9.3. ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, § 4º do Decreto nº 7.892, de 2014.

9.4. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Pinheiro Preto 08 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO	COMERCIO REFRI MJ LTDA ME
PEDRO RABUSKE	Representante
Prefeito Municipal	

**TESTEMUNHAS:**

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF:

**PORTARIA Nº 553, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638401

PORTARIA Nº 553, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 059/2020 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 059/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, visando a conserto de pneus P, M, G, GG, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

I. NORBERTO PNEUS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 09.075.902/0001-61, o lote e respectivo valores unitários: Lote 01 R\$ 20,00; Lote 02 R\$ 19,00; Lote 03 R\$ 65,00; Lote 04 R\$ 40,00; Lote 05 R\$ 24,00; Lote 06 R\$ 73,00; Lote 07 R\$ 35,00; Lote 08 R\$ 50,00; Lote 09 R\$ 50,00 e Lote 10 R\$ 100,00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE SETEMBRO DE 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 555, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638396

PORTARIA Nº 555, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 062/2020 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 062/2020, modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, visando serviço de manutenção de ar condicionado, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

I. COMERCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 09.075.902/0001-6102.220.031/0001-83, o lote e respectivo valores unitários: Lote 01 R\$ 258,00; Lote 02 R\$ 190,00; Lote 03 R\$ 110,00; Lote 04 R\$ 450,00; Lote 05 R\$ 210,00; Lote 06 R\$ 186,00 e Lote 07 R\$ 330,00.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 08 DE SETEMBRO DE 2020.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**RESOLUÇÃO 005/2020 - DISCIPLINA A APROVAÇÃO DA SEGUNDA PARCELA EXTRA DO COFINANCIAMENTO ESTADUAL**

Publicação Nº 2639586

	CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO AVENIDA MARECHAL COSTA E SILVA – 111 – CENTRO FONE: (49) 3562-2007 – E-MAIL: cras@pinheiropreto.sc.gov.br
--	---

RESOLUÇÃO Nº 005/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Disciplina a Aprovação do Cofinanciamento Estadual – Proteção Social Básica, exercício 2020 – 2ª Parcela Extra, pela Lei Complementar nº 137 de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19).

O Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Pinheiro Preto, através de sua presidente, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.909, de 25 de outubro de 2016, e de acordo com o disposto no Decreto Municipal nº 5.074 de 23 de setembro de 2019.

Considerando, que o Conselho Municipal de Assistência Social, visa, deliberar, fiscalizar e regulamentar as ações sociais desenvolvidas na área de Assistência Social no Município de Pinheiro Preto – SC.

**RESOLVE:**

Art.1º APROVAR o PLANO DE TRABALHO do Cofinanciamento Estadual 2020 – Proteção Social Básica – 2ª Parcela Extra, disponibilizada pela Lei Complementar nº 173 de 27 de maio de 2020, a serem repassados 100% para CUSTEIO.

Art.2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto, 10 de setembro de 2020.

TÂNIA ZANELLA  
PRESIDENTE DO CMAS

**TERMO ADITIVO Nº 64/2020**

Publicação Nº 2638404

TERMO ADITIVO Nº 64/2020

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

AO CONTRATO Nº 178/2020

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ sob o nº 82.827.148/0001-69, com sede administrativa na Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, Pinheiro Preto/SC, neste ato representado pelo Prefeito Pedro Rabuske, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.837.846/0001-22, com sede na Rod Presidente Dutra, s/n KM 315 – Parte, Bairro Itatiaia, Município de Itatiaia Estado do Rio de Janeiro RJ, doravante denominada CONTRATADA, resolvem firmar o primeiro termo aditivo ao contrato nº 178/2020, nos termos da Lei nº 8.666/93, que se regerá mediante as cláusulas e condições que subseguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

0.1 Constitui objeto deste termo aditivo a REPACTUAÇÃO DE PRAZO no contrato nº 178/2020, que versa sobre AQUISIÇÃO DE UMA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, autorizado através do processo nº 095/2020, Licitação nº 052/2020, modalidade PREGÃO.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO**

2.1 O prazo de entrega conforme edital cláusula oitava do contrato nº 178/2020 que trata da entrega, passará a vigorar com a seguinte redação:

2.1 O objeto será entregue até a data de 30/10/2020, ou seja um acréscimo de 46 (quarenta e seis) dias no prazo de entrega, cujo contrato vigorará de 14 de agosto de 2020 até 31/12/2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

4.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do contrato nº 178/2020, independente de transcrição.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

5.1 O presente termo aditivo será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina dando-se cumprimento ao disposto no art. 61, parágrafo único da Lei 8.666/93.

E por estarem, assim, justos e acertados, assinam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, após lido e achado conforme, para que produza os seus efeitos legais.

Pinheiro Preto, 09 de setembro de 2020

PEDRO RABUSKE HYUNDAI HEAVY INDUSTRIES S/A  
Prefeito CONTRATADA  
CONTRATANTE

# Piratuba

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 292/2020

Publicação Nº 2638070

PORTARIA Nº 292/2020, de 09 de setembro de 2020

Nomeia servidor por concurso público para o exercício de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/2015, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piratuba, combinado com a Lei Complementar nº 67/2015, que dispõe sobre a alteração da estrutura da Lei Complementar nº 29, de 02 de maio de 2007 que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores Públicos do Município de Piratuba e dá outras providências, faz compilação de leis, revoga leis e dá outras providências, e considerando também a homologação final do Concurso Público nº001/2019, através do Decreto nº 1.187/2019, de 16 de setembro de 2019.

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO:

ALAN ELILTON COLOMBO, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na comunidade de Lageado Mariano, s/nº, município de Piratuba-SC, portador da carteira de identidade nº7.157.599 e CPF sob o nº 110.940.399-26, para exercer o cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS EXTERNOS, constante no Anexo I, Grupo D, da lei complementar nº 67/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível 20-INI do Anexo III da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais.

A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Piratuba - SC, 09 de setembro de 2020.

Evando Antônio de Azeredo  
Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público  
Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.  
Em 09 de setembro de 2020.

Giovani Gelson Meneghel  
Secretário de Administração e Finanças

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### EDRP046\_2020

Publicação Nº 2638764

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 046/2020
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2020
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE DETONAÇÃO.
Entrega dos Envelopes: 07:45hs. do dia 23 de Setembro de 2020.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 23 de Setembro de 2020.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 10 de Setembro de 2020 .
JUARES BET
Prefeito

### EDRP047\_2020

Publicação Nº 2639107

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
EXTRATO DE EDITAL
Processo Adm. Nº. 047/2020
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2020
Tipo: Menor Preço/Por Item
Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE MÁQUINAS DE RETROESCAVADEIRA E TRATOR DE ESTEIRAS.
Entrega dos Envelopes: 07:45hs. do dia 24 de Setembro de 2020.
Abertura dos Envelopes: 08:00hs. do dia 24 de Setembro de 2020.
O Edital e esclarecimento poderão ser obtido no seguinte endereço e horário: Av. Santa Catarina, 390 - centro-Planalto Alegre, nos dias úteis, das Segundas à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone 3335-0066 e no site:www.planaltoalegre.sc.gov.br
PLANALTO ALEGRE, 10 de Setembro de 2020.
JUARES BET
Prefeito

# Pomerode

## PREFEITURA

### PORTARIA 26.972

Publicação N° 2638360

	PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE Rua 15 de novembro, 525 - C. P. 36 - FAX (47) 3387-7254 Fone (47) 3387-7200 - CNPJ 83.102.251/0001-04 89107-000 - POMERODE - Santa Catarina
--	---

PORTARIA N° 26.972

NOMEIA POR CONCURSO PÚBLICO (EDITAL 015/2018) ADRIANA BERGAMO PARA O CARGO DE ENFERMEIRA.

A Secretária de Saúde, LIGIA HOEPFNER, no uso de suas atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 3364/18, em seu artigo 1º, inciso II;

**RESOLVE:**

De acordo com o Artigo nº 17, Lei Complementar nº 269 de 05 de dezembro de 2014, NOMEAR ADRIANA BERGAMO, para o cargo de ENFERMEIRA, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, na Secretaria de Saúde, a partir de 10 de setembro de 2020.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Município de Pomerode, 10 de setembro de 2020.

LIGIA HOEPFNER  
Secretaria de Saúde

### PORTARIA N.º 26.973

Publicação N° 2638616

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
RUA 15 DE NOVEMBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000  
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-00PORTARIA N° 26.973

DESIGNA ANDRÉ LUIS AMORIM PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 014 / 2020 SAÚDE.

A Secretária do Fundo de Saúde, LIGIA HOEPFNER, Gestor de Contrato – Processo Administrativo nº 008 / 2020 SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto nº 3721/2019, de 09 de setembro de 2019,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar, a partir de 11 de Setembro de 2020, servidor ANDRÉ LUIS AMORIM, ocupante do cargo de Engenheiro Civil matrícula n.º 152579, para atuar como Fiscal de Contrato Administrativo nº 014 / 2020 SAÚDE entre a Empresa ARBO SERVIÇOS DE OBRAS EIRELI, firmado com a Secretaria Municipal de Saúde.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Pomerode / SC, em 10 de Setembro de 2020.

LÍGIA HOEPFNER  
Secretária Municipal de Saúde

**CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO**

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

ANDRÉ LUIS AMORIM  
Engenheiro Civil

**PORTARIA N° 26.927**

Publicação N° 2638754

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
RUA 15 DE NOVENBRO, N.º525 – CENTRO | Pomerode/SC | CEP 89.107-000  
Fone: (47) 3387-7229 | CNPJ: 83.102.251/0001-0PORTARIA N° 26.927

DESIGNA GILSON JUARI WUDTKE PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 076 / 2020

O Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária, Genrado Riemer, Gestor de Contrato – Processo Administrativo n° 036 / 2020, no uso de suas atribuições legais e em observância ao disposto no Decreto n° 3721/2019, de 09 de setembro de 2019.

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar, a partir de 20 de Agosto de 2020, servidor GILSON JUARI WUDTKE, ocupante do cargo de Superintendente Financeiro, matrícula 153672, para atuar como Fiscal do Contrato Administrativo n° 076 / 2020, firmado entre o Município de Pomerode e a Empresa Banco Bradesco S.A.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos desde 20 de Agosto de 2020.

Pomerode / SC, em 31 de Agosto de 2020.

\_\_\_\_\_  
GENRADO RIEMER

Secretário de Gestão Administrativa e Fazendária

**CIÊNCIA DO SERVIDOR DESIGNADO**

Declaro-me ciente da designação ora atribuída, e das funções que são inerentes em razão da função.

GILSON JUARI WUDTKE

Superintendente Financeiro

**SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE****AVISO PROCESSO LICITATÓRIO 013-2020**

Publicação N° 2639572

SAMAE POMERODE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 013/2020  
EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO N.º 009/2020

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE HORA-MÁQUINA (RETROESCAVADEIRA) E (MINI-RETROESCAVADEIRA) COM OPERADOR E SERVIÇOS DE (CAMINHÃO BASCULANTE) COM MOTORISTA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SETOR DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO EDITAL.

Data e local de entrega das propostas: 09h00min do dia 23/09/2020 no SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro N° 2233 Centro de Pomerode/SC.

Data e local da sessão pública: 09h30min do dia 23/09/2020 na Sala de licitações da Prefeitura Municipal De Pomerode. Rua Avenida 15 De Novembro, N.º 525 Centro Pomerode/SC.

O Edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos através: Da página eletrônica [WWW.pomerode.sc.gov.br](http://WWW.pomerode.sc.gov.br) ou [www.samaepomerode.com.br](http://www.samaepomerode.com.br), no Departamento de Licitações e Compras do SAMAE POMERODE Av. 21 de Janeiro N° 2233, pelo e-mail: [samae@samaepomerode.com.br](mailto:samae@samaepomerode.com.br) ou pelo fone (47) 3387 2550 durante o horário de atendimento comercial.

Pomerode SC, 10 de Setembro de 2020.

Ricardo Campestrini  
Presidente do SAMAE

# Ponte Alta do Norte

## PREFEITURA

### CONTRATOS 2020 FMS

Publicação Nº 2637982

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FM DE SAUDE DE PONTE ALTA DO NORTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 08/2020  
Contratante.: FM DE SAUDE DE PONTE ALTA DO NORTE  
Contratada.: CLINICA CARDIACA DA SERRA CATARINENSE  
Valor.: 200.000,00 (duzentos mil reais)  
Vigência.: Início: 24/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: Outras Modalidades Nº.: 5/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e jurídicas, interessadas na prestação de serviços de assistência à saúde (Consultas médicas e exames) de forma complementar do Sistema Único de Saúde no município (artigo 24, da Lei nº 8.080/90).  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Contrato Nº.: 09/2020  
Contratante.: FM DE SAUDE DE PONTE ALTA DO NORTE  
Contratada.: CLINICA DR. MIRANDA LTDA  
Valor.: 200.000,00 (duzentos mil reais)  
Vigência.: Início: 24/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: Outras Modalidades Nº.: 5/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e jurídicas, interessadas na prestação de serviços de assistência à saúde (Consultas médicas e exames) de forma complementar do Sistema Único de Saúde no município (artigo 24, da Lei nº 8.080/90).  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Contrato Nº.: 10/2020  
Contratante.: FM DE SAUDE DE PONTE ALTA DO NORTE  
Contratada.: TECMEDIC COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA.  
Valor.: 38.000,00 (trinta e oito mil reais)  
Vigência.: Início: 04/08/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 6/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de teste rápido para diagnóstico de pacientes com suspeita do covid-19 conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Contrato Nº.: 11/2020  
Contratante.: FM DE SAUDE DE PONTE ALTA DO NORTE  
Contratada.: LABORATORIO MARTINEZ EIRELLI - ME  
Valor.: 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)  
Vigência.: Início: 11/08/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: Outras Modalidades Nº.: 5/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: CREDENCIAMENTO de pessoas físicas e jurídicas, interessadas na prestação de serviços de assistência à saúde (Consultas médicas e exames) de forma complementar do Sistema Único de Saúde no município (artigo 24, da Lei nº 8.080/90).  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Contrato Nº.: 12/2020  
Contratante.: FM DE SAUDE DE PONTE ALTA DO NORTE  
Contratada.: SOCETE COMERCIO DE VEICULOS LTDA  
Valor.: 189.900,00 (cento e oitenta e nove mil e novecentos reais)  
Vigência.: Início: 01/09/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA PASSAGEIROS, TIPO VAN 16 LUGARES COM ACESSIBILIDADE PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

**CONTRATOS PM 2020**

Publicação Nº 2637980

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 088/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada.: RODRIGO GOMES POSANSKI EIRELI ME  
Valor.: 38.345,00 (trinta e oito mil trezentos e quarenta e cinco reais)  
Vigência.: Início: 23/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: ADQUIRIR GENÉROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Contrato Nº.: 089/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada.: GELVAN COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI  
Valor.: 4.816,00 (quatro mil oitocentos e dezesseis reais)  
Vigência.: Início: 23/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: ADQUIRIR GENÉROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Contrato Nº.: 090/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada.: SAN MARINO ONIBUS E IMPLEMENTOS LTDA  
Valor.: 274.000,00 (duzentos e setenta e quatro mil reais)  
Vigência.: Início: 27/07/2020 Término: 27/07/2021  
Recursos.: Dotação: 1.062.4.4.90.00.00.00.00 (33), 1.062.4.4.90.00.00.00.00 (153), 1.062.4.4.90.00.00.00.00 (158)  
Objeto.: Aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado Ônibus Rural Escolar e Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA) em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no edital do PREGÃO ELETRÔNICO FNDE n.º 11/2019, para Registro de Preços.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Aditivo Nº.: 1 Termo Ad 073 - Contrato Nº.: 073/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada.: RFP MAQUINAS E EMPREENDIMENTOS LTDA  
Valor.: 14.289,55 (quatorze mil duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos)  
Vigência.: Início: 29/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 073/2020 PARA REEQUILIBRIO. REFERENTE A AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO PARA PASSAGEIROS, TIPO VAN 16 LUGARES COM ACESSIBILIDADE.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Contrato Nº.: 091/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada.: VALDECIR MARIANO  
Valor.: 228.290,81 (duzentos e vinte e oito mil duzentos e noventa reais e oitenta e um centavos)  
Vigência.: Início: 07/08/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO COM BLOCO INTERTRAVADO SEXTAVADO DA RUA RENATO GOETTEN COM FORNECIMENTO DE MATERIAL, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, ÁREA TOTAL DE 107,81M, CONFORME PROJETO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº.....: 1 Termo Ad. 075 - Contrato Nº: 075/2020  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada....: ALCIBIADES LOPES - ME  
Valor.....: 18.224,00 (dezoito mil duzentos e vinte e quatro reais)  
Vigência.....: Início: 23/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 21/2020  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: SERVIÇOS FOTOGRAFICOS E DE PUBLICAÇÕES  
LEGAIS, ANÚNCIOS, INFORMATIVOS E NOTÍCIAS DO MUNICÍPIO EM  
IMPRESSA ESCRITA, SITE PRÓPRIO E MÍDIA SOCIAL, DAS AÇÕES DA  
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Aditivo Nº.....: 1 Ad, 036 - Contrato Nº: 036/2020  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada....: VANIR PIRES DA CRUZ  
Valor.....: 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)  
Vigência.....: Início: 27/07/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 9/2020  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: CONTRATAR MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA  
(CARPINTeiro, PEDREIRO, PINTOR E ELETRICISTA) PARA  
MANUTENÇÃO OU REPAROS EM UNIDADES HABITACIONAIS E  
SANITÁRIOS POPULARES.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Aditivo Nº.....: 1 Termo ad. 114 - Contrato Nº: 114/2019  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada....: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE -  
CIMCATARINA  
Valor.....: 6.711,24 (seis mil setecentos e onze reais e vinte e quatro  
centavos)  
Vigência.....: Início: 13/08/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.....: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 9/2019  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PARA USO DO  
BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, INSTALADO  
NO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO NORTE CONFORME RELAÇÃO  
EM ANEXO.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Contrato Nº.: 092/2020  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada....: DEDETIZADORA BARROS LTDA.  
Valor.....: 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)  
Vigência.....: Início: 17/08/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 28/2020  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: CONTRATAR EMPRESA ESPECIALIZADA PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, SUÇÃO, TRANSPORTE E  
DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÉPTICOS PARA MANUTENÇÃO  
DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

Contrato Nº.: 093/2020  
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE

Contratada....: ESPORTE CENTER COMERCIO DE ARTIGOS  
ESPORTIVOS EIRE  
Valor.....: 82.000,00 (oitenta e dois mil reais)  
Vigência.....: Início: 20/08/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2020  
Recursos.....: Dotação:  
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O  
FORNECIMENTO, AQUISIÇÃO E PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA,  
SÃO CARLOS OU CURITIBANA EM PLACAS EM ÁREAS DIVERSAS DO  
MUNICÍPIO.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
EXTRATO CONTRATUAL

-----  
Contrato N°.: 094/2020  
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE  
  
Contratada.: CAMATTI LOCACOES LTDA  
Valor.: 55.650,00 (cinquenta e cinco mil seiscentos e cinquenta reais)  
Vigência.: Início: 27/08/2020 Término: 31/12/2020  
Licitação.: PREGÃO PRESENCIAL N°.: 30/2020  
Recursos.: Dotação:  
Objeto.: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINA, MEDIANTE LOCAÇÃO POR HORA TRABALHADA, DE 01 (UM) ROLO COMPACTADOR, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I DESTE EDITAL, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.  
Ponte Alta do Norte, 10 de Setembro de 2020

-----

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### DECRETO 532/2020

Publicação Nº 2637962

DECRETO Nº 532/2020 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

CRIA PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA E ESTABELECE PROTOCOLOS PARA O ENFRENTAMENTO DA NOVA ETAPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 562/2020 e suas atualizações; CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais-econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes;

CONSIDERANDO a Portaria nº 464, de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à COVID19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 658, de 28 de agosto de 2020, que altera a Portaria nº 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria SES 664 de 03 de setembro de 2020, que define os critérios para retomada do futebol recreativo;

CONSIDERANDO o mapa atualizado de gestão de risco da Secretaria de Estado de Saúde divulgado pela SES em 26 de Agosto de 2020;

CONSIDERANDO a queda significativa nos casos ativos no Município;

CONSIDERANDO a necessidade de reavaliação das medidas restritivas vigentes desde o início da Pandemia, e,

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 236 de 18 de Março de 2020;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 240 de 23 de Março de 2020;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 241 de 24 de Março de 2020;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 248 de 01 de Abril de 2020;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 263 de 08 de Abril de 2020;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 309 de 29 de Abril de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Estabelece o Plano de Ação e Critérios para retomada de atividades, balizadas pelas medidas de enfrentamento ao COVID-19 para o Município de Ponte Serrada, de acordo com análises de riscos e informações monitoradas pela Vigilância Epidemiológica, Defesa Civil e Comitê de enfrentamento à Pandemia.

Art. 2º: A partir de 10 de Setembro de 2020 ficam liberadas/autorizadas as seguintes práticas e atividades:

I – A circulação de crianças e adolescentes em espaços Públicos e privados destinados a prática de atividade física e lazer;

II – A utilização de espaços Públicos coletivos como praças e parques;

III – A realização de aulas práticas de cursos técnicos e profissionalizantes;

IV – A retomada, em espaços privados, dos jogos de futebol, bocha, bolão e demais atividades recreativas coletivas, observando todos os critérios e medidas preventivas estabelecidos na Portaria SES 664 de 03 de Setembro de 2020, para atletas com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos nos termos desta portaria;

§1º. Para as atividades dos itens I, II e III, devem ser observadas as medidas de prevenção da Portaria SES 448/2020.

§2º. Os jogos devem ser marcados/realizados em dias alternados, considerando a Avaliação de Risco Potencial da Região.

§3º Nos dias das partidas, somente poderão acessar o local e suas dependências as pessoas diretamente envolvidas nas mesmas e o número mínimo necessário de pessoas para realização dos jogos, vedada participação de expectadores.

Art. 3º. A partir de 14 de setembro de 2020 ficam liberadas/autorizadas as seguintes práticas e atividades:

I – A realização de pequenos eventos de formação como palestras e cursos com contingente de pessoas de acordo com as previsões do §2º deste artigo;

II – Fica autorizado também a apresentação de som ao vivo em pequenos eventos, bares e restaurantes, ficando vedada a realização de bailes e festas comunitárias;

§1º. Os pequenos eventos, sejam realizados em locais particulares, em restaurantes e/ou sedes, serão sempre de responsabilidade dos organizadores e devem obedecer as medidas preventivas contidas na Portaria SES 666/2020.

§2º. Os pequenos eventos de formação só estão autorizados a ser realizados em local próprio como auditório, salas de reuniões ou salas de aulas que atendam as regras de distanciamento e prevenção estabelecidas na portaria SES 352/2020.

§3º. A apresentação de som ao vivo em pequenos eventos fica permitida com reserva de mesas, respeitada a capacidade de lotação de pessoas sentadas, mediante prévia autorização da Vigilância Sanitária Municipal, vedada a abertura de pista de dança, bailes e afins.

Art. 4º. O descumprimento das medidas ora adotadas, sujeitará o responsável a pena de suspensão dos alvarás exarados pelo Município.

Art. 5º. As previsões deste decreto serão novamente discutidas após 14 (quatorze) dias de sua publicação.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 09 DE SETEMBRO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## DECRETO 533/2020

Publicação Nº 2638027

DECRETO Nº 533/2020 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

CONSTITUI E NOMEIA COMITÊ MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NA ÁREA DA EDUCAÇÃO, CRIA COMISSÕES ESCOLARES DE GERENCIAMENTO DA PANDEMIA DE COVID-19, COM BASE NAS DIRETRIZES ESTADUAIS DE RETORNO ÀS AULAS PRESENCIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições legais, em conformidade com o artigo 6º, inciso 5º da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 509 e 515, de 17 de março de 2020, e o Decreto Municipal nº 236 de 18 de março de 2020, referente às medidas adotadas para contenção da proliferação da Pandemia do COVID-19/Coronavírus, bem como, o atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Ponte Serrada.

CONSIDERANDO a orientação prevista no documento de referências intitulado Diretrizes para Retorno as Aulas elaboradas pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a retomada gradual das atividades presenciais da Rede Municipal de Educação de Ponte Serrada, organizada de forma diferenciada, promovendo um diálogo com os demais setores, com redução de riscos e traumas voltados para o sentido biopsicossocial do servidor;

Resolve:

Art. 1º. Constitui o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação no âmbito do Município de Ponte Serrada.

Art. 2º. Nomeia membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação, com representantes dos seguintes órgãos e entidades:

- I - 01- Representante da Secretaria de Educação; - Andressa Caleffi Tamanho;
- II - 02 - Representantes da Secretaria de Saúde; - Eliane Luiza Celestrino Pedroso e Daiana Rossi;
- III - 02 - Representantes da Secretaria de Assistência Social; - Fábio Luís dos Reis e Laísa de Lourdes Mendes;
- IV - 01 - Representante da Secretaria Municipal de Fazenda ou de Administração; - Ronivaldo de Oliveira;
- V - 02- Representantes dos profissionais e trabalhadores de educação; Marla de Oliveira da Silva e Juceli Cagliari;
- VI - 02- Representantes dos estudantes da Educação Básica; - Gabrielle Milena da Rosa Pereira Chaves e Viviane Franzen Ghiggi;
- VII - 01- Representante do Conselho Municipal de Educação; - Cecilia Borf Alves Pereira;
- VIII - 01- Representante das Comissões Escolares; - Mariza Lopes Pimentel;
- IX - 02 -Representante das escolas da Rede Estadual; Samara Piovesan Foppa e Sandra Mara Vieira de Jesus Gabiatti;
- X - Representante do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência; - Rosmeri Vicensi;
- XI - Representante do Conselho Municipal da Alimentação Escolar; - Leila Angela Tirelli da Motta;
- XII - Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB;- Caroline Bruxel Barbiero;

Art. 3º. O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação possui as seguintes atribuições:

- I - Elaborar o Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação do COVID-19, exclusivamente para o retorno das aulas presenciais no âmbito do Município de Ponte Serrada;
- II - Monitorar os resultados das testagens mínimas realizada na população, em um processo contínuo no município ou região, que constitui como indicador da ☐Matriz de Risco Potencial Regional☐.
- III - Auxiliar na criação e treinamento de ☐Comissões Escolares☐ de fiscalização dos regimentos sanitários aplicáveis, na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino, extensão e pesquisas presenciais;
- IV - Constituir uma ouvidoria para receber denúncias de descumprimento dos protocolos e que este grupo tenha acesso às informações;
- V - Analisar e validar os Protocolos elaborados pelas Comissões Escolares.

Art. 4º. As Comissões Escolares serão indicadas pela Secretaria Municipal de Educação e nomeadas por ato do Chefe do Executivo e terão a seguinte composição:

- I - Gestor;
- II - Representantes do quadro de professores;

- III - Representantes de alunos;
- III - Representantes das famílias dos alunos; (quando aplicável)
- IV - Representantes das entidades colegiadas;
- V- Representantes de outros trabalhadores; (higienização/administrativo/alimentação)

Parágrafo Único. São atribuições das Comissões Escolares:

- I - Elaborar seus próprios Protocolos, tendo como base o Plano de Contingência Municipal da Educação, no que couber a cada estabelecimento, ajustando às suas especificidades;
- II - Submeter seus Protocolos à análise e validação do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19;

Art. 5º. O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação, em reunião preferencialmente online, deverá elaborar o planejamento para aplicação dos protocolos sanitários para viabilizar o retorno das aulas presenciais, conforme atribuições do artigo 2º.

Art. 6º. O Poder Executivo Municipal considera o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 na área da Educação como órgão consultivo e fiscalizador dos protocolos escolares no âmbito do Município de Ponte Serrada para o retorno das atividades escolares presenciais;

Art. 7º. Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão.

ART. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

## **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 65/2020**

Publicação N° 2638757

AVISO DE PUBLICAÇÃO  
ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 65/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N° 65/2020

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO EM JARDINAGEM, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO, SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL EM GERAL E SERVIÇO DE CARPINTARIA PARA MANUTENÇÃO DE IMÓVEIS E ESPAÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA. O julgamento será MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 28/09/2020. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 28/09/2020. Edital e anexos, disponíveis no site do município [www.ponteserrada.sc.gov.br](http://www.ponteserrada.sc.gov.br) em 10/09/2020. Informações complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 11h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail [compras@ponteserrada.sc.gov.br](mailto:compras@ponteserrada.sc.gov.br) ou pelo telefone (49) 34356000. Ponte Serrada, 10 de setembro de 2020.

ALCEU ALBERTO WRUBEL  
Prefeito Municipal.

# Porto Belo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRG 059/2020 - PMPB - RETIFICADO

Publicação Nº 2631655

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

MULTIENTIDADES

Modalidade de licitação: Pregão Presencial - Registro de Preço - Nº 059/2020 - PMPB - Retificado

Tipo de licitação: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: Registro de Preço - Contratação de empresa com mão de obras especializada, visando aquisição, montagem e instalação de móveis sob medida/planejados, com elaboração de projeto incluso, atendendo as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 08h30min do dia 23/09/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09h00min do dia 23/09/2020, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 - ramal 248 ou pelo e-mail [licitacao2@portobelo.sc.gov.br](mailto:licitacao2@portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo, 11 de Setembro de 2020

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONTRATO 006/2020 - FMS

Publicação Nº 2638527

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATO Nº 006/2020 - FMS

Contratação de empresa especializada em consultoria em saúde pública, objetivando o cumprimento de metas definidas pelo Ministério da Saúde, fornecimento de produto para acompanhamento de indicadores de atenção primária, bem como treinamento e suporte ao Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e a Empresa RADAR ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA.

Pelo presente instrumento particular de contrato, de um lado o MUNICÍPIO DE PORTO BELO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Felix Walendowsky, nº 321, Balneário Perequê, Porto Belo/SC, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.721.828/0001-92, daqui por diante denominada simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Emerson Luciano Stein, brasileiro, divorciado, portador da carteira de identidade nº 3.322.508, CPF sob o nº 946.748.509-59, e de outro a empresa RADAR ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA, com sede na Rua Koesa, bairro Kobrasol, Cidade de São José/SC, inscrição no CNPJ/MF nº 37.638.993/0001-31 neste ato representado pelo Sr. Udo Hawerth, residente e domiciliado a Rua João Nilo Morfim, nº 01, apto 101, Bairro Nossa Senhora do Rosário, cidade de São José/SC, portador do CPF sob nº 023.401.699-09, doravante denominada CONTRATADA. As partes contratantes sujeitam-se às normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 republicada com a redação introduzida pelas leis que a alteraram, ao Pregão nº 022/2020 - Pregão Eletrônico nº 007/2020 - FMS; e às seguintes cláusulas deste contrato:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Tem o presente instrumento a Contratação de empresa especializada em consultoria em saúde pública, objetivando o cumprimento de metas definidas pelo Ministério da Saúde, fornecimento de produto para acompanhamento de indicadores de atenção primária, bem como treinamento e suporte ao Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

1.2 - A CONTRATADA obriga-se a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo dos serviços no montante de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme art. 65, §1º da Lei nº 8.666/93.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - Pela integral e satisfatória execução de serviços disposto na Cláusula Primeira a CONTRATADA receberá a importância de R\$ 64.500,00 (sessenta e quatro mil e quinhentos reais).

2.2 - A importância mencionada no item acima será paga mensalmente em até 30 dias após a emissão da Nota Fiscal Eletrônica, acompanhada do seu devido aceite, de acordo com o serviço entregue/prestado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 - Os recursos necessários para execução do presente instrumento correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Projeto/Atividade: 0010.0301.0018.2.054 - Manutenção das Atividades de Atenção Básica da Saúde

Dotação: 620 - 3.3.90.00.00.00.00

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DA CONTRATADA**

4.1 - responder pelas ações e omissões de seus fornecedores assim como por ações e omissões de seus próprios diretores e empregados. Nenhuma disposição deste Contrato criará uma relação contratual entre qualquer subfornecedor/subcontratado e o CONTRATANTE, para pagar ou fazer com que sejam pagos quaisquer dos referidos subcontratados;

4.2 - arcar com o ônus de todas as obrigações tributárias, trabalhistas, previdenciárias ou securitárias, devidas fora ou dentro do Brasil, incidentes sobre os bens objeto deste Contrato;

4.3 - garantir que o serviço seja executado no prazo;

4.4 - a existência e atuação da fiscalização do CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA em relação à execução dos serviços.

4.5 - Emitir nota fiscal eletrônica.

4.6 - Obrigação do CONTRATADO a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referentes ao objeto contratado, para servidores do órgão ou entidade pública concedente e dos órgãos de controle interno e externo, conforme determina o Artigo 43 da Portaria Interministerial nº 424/2016.

**CLÁUSULA QUINTA - RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE**

5.1 - Fornecer toda legislação municipal pertinente à matéria;

**CLÁUSULA SEXTA - LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

6.1 - A CONTRATADA deverá iniciar os serviços, após recebimento da Ordem de Compra, em até 03 (três) dias úteis;

6.2 - O local da entrega será no Fundo Municipal de Saúde, localizado na Rua Felix Walendowsky, nº 321, Bairro Balneário Perequê, Porto Belo/SC.

**CLÁUSULA SÉTIMA - MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

7.1 - A CONTRATADA obriga-se a manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES**

8.1 - Ficará impedido de licitar e de contratar com o município de Porto Belo e será descredenciado no portal de compras públicas, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

8.1.1 - Não entregar o objeto;

8.1.2 - Não entregar a documentação exigida no edital;

8.1.3 - Apresentar documentação falsa;

8.1.4 - Causar o atraso na execução do objeto;

8.1.5 - Não mantiver a proposta;

8.1.6 - Falhar na execução do objeto;

8.1.7 - Fraudar a execução do objeto;

8.1.8 - Comportar-se de modo inidôneo;

8.1.9 - Declarar informações falsas, e;

8.1.10 - Cometer fraude fiscal;

8.2 - Pela recusa em cumprir sua proposta, será imputada a multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, sem prejuízo de outras sanções legalmente estabelecidas;

8.3 - Pela inexecução total ou parcial do objeto, além do disposto nos itens acima e premissas elencadas no artigo 7º da lei nº 10.520/2002, estará o licitante sujeito às seguintes sanções:

8.3.1 - Advertência;

8.3.2 - Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida;

8.3.3 - Declaração de inidoneidade;

8.4 - O descumprimento injustificado do prazo de entrega e instalação caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-a, dentre outras penalidades, à multa moratória, assegurada a ampla defesa, após devido processo legal, nos termos do art. 86 da Lei nº 8.666/93, na seguinte condição:

8.4.1 - multa de 2% por dia de atraso até o máximo de 20% do valor da parcela inadimplida;

8.5 - Caso seja aplicada sanção pecuniária, esta deverá ser paga em parcela única;

8.6 - Em observância ao princípio da moralidade administrativa e da indisponibilidade dos interesses públicos tutelados, a declaração de inidoneidade também poderá ser aplicada aos sócios, mediante processo de desconsideração da personalidade jurídica prevista no art. 14 da Lei federal nº 12.846/13, garantido o contraditório e a ampla defesa;

8.7 - O cancelamento do vínculo com o fornecedor e demais sanções administrativas serão precedidos de processo administrativo a ser

examinado pelo órgão gerenciador do sistema (Secretaria de Compras do Município), sendo que a decisão final deverá ser fundamentada;  
8.8 - No caso de a contratada encontrar-se em lugar ignorado, incerto ou inacessível, a comunicação das sanções administrativas e contratuais será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se intimado da decisão proferida, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

#### CLÁUSULA NONA - DA DURAÇÃO DO CONTRATO

9.1 - O prazo de vigência do contrato será de 06 (seis) meses, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso IV da lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, com as devidas justificativas e após aprovação prévia pela fiscalização do Município.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA LICITAÇÃO

10.1 - O presente Contrato reger-se-á pelos critérios da Lei nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e pelo disposto neste Edital, homologado em 10/09/2020.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 - A Lei nº 8.666/93 alterada pela Lei nº 8.883/94 regerá a aplicação deste Contrato e a solução de litígios que, eventualmente, dele possam resultar.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Para dirimir todas as questões oriundas do presente Contrato é competente o Juízo da Comarca do Município de Porto Belo – SC.

E, para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado e contratado, é lavrado o presente Contrato, em 03 (três) vias, o qual, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes, pelas testemunhas abaixo nomeadas, dele extraindo-se as cópias necessárias para sua aprovação e execução.

Porto Belo (SC) \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

EMERSON LUCIANO STEIN J  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

AINARA NORDIO  
SECRETÁRIA DE SAÚDE  
CONTRATANTE

RADAR ASSESSORIA EM SAÚDE LTDA  
CNPJ: 37.638.993/0001-31  
UDO HAWERROTH  
CPF: 023.401.699-09  
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:  
CPF: CPF:

## Porto União

## PREFEITURA

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 102/2020

Publicação Nº 2638190

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA de Registro de Preços 102/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO E DE OUTRO A EMPRESA COMERCIAL JDC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, NA FORMA ABAIXO.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2020  
Processo LICITATÓRIO nº 153/2020

Aos 27 dias do mês de agosto de 2020, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 83.102.541/0001-58 situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ELISEU MIBACH, em face da classificação das propostas de preços - no Pregão Presencial para formação da Ata de Registro de Preços, tendo como fundamento a Ata de julgamento e classificação das propostas de preços, RESOLVE registrar os preços para aquisição de materiais de construção constantes no referido Edital, que passam a fazer parte desta Ata de Registro de Preços, tendo sido a empresa COMERCIAL JDC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ/MF 06.990.079/0001-21, sediada na Rua Expedicionário Edmundo Arrabar, nº 1581, bairro Santa Rosa, CEP 89.400-000, município de Porto União, Estado de Santa Catarina, telefone (42) 3522-5141, classificada com os respectivos itens e preços, conforme planilha anexa. A Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura. Esta será utilizada pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, como ÓRGÃO GERENCIADOR, na forma prevista no Edital, com as empresas que tiverem preços registrados, na forma do Anexo I do Edital. Depois de cumpridas as formalidades legais e nada mais havendo para registrar, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Sr. Eliseu Mibach, bem como, pelo representante da empresa com preços registrados, Sr. César Javorski, para que opere seus efeitos jurídicos e legais.

Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 065/2020 e seus Anexos, Processo Licitatório nº 153/2020, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do FORNECEDOR REGISTRADO.

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de materiais de construção constantes da proposta comercial referente ao Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2020 e dos anexos.

## 1.2. Itens Homologados:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDE	UN	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
01	DOBRADIÇA 3" PARA PORTA	SILVANA	60	UN	1,95	117,00
02	PARAFUSO DOBRADIÇA 3.0 X 3.2	CISER	280	UN	0,04	11,20
03	BUCHA 6 MM	KE	80	UN	0,04	3,20
04	BUCHA 8 MM	KE	80	UN	0,07	5,60
05	BUCHA 10 MM	KE	32	UN	0,12	3,84
06	PARAFUSO PARA BUCHA 6	KE	80	UN	0,08	6,40
07	PARAFUSO PARA BUCHA 8	KE	80	UN	0,10	8,00
08	PARAFUSO PARA BUCHA 10	KE	32	UN	0,16	5,12
09	TUBO PVC 20MM – BARRA 06M	PLASTILIT	06	BR	11,90	71,40
10	TUBO PVC 25MM – BARRA 06M	PLASTILIT	12	BR	12,90	154,80
11	TUBO PVC 32MM – BARRA 06M	PLASTILIT	08	BR	27,90	223,20
12	TUBO PVC 40MM – BARRA 06M	PLASTILIT	06	BR	23,88	143,28
13	TUBO PVC 50MM – BARRA 06M	PLASTILIT	06	BR	36,60	219,60

15	TELHA CIMENTO AMIANTO 50CMX-244CMX4MM	ISDRALIT	200	UN	11,90	2.380,00
16	TELHA CIMENTO AMIANTO 110CMX-244CMX6MM	ISDRALIT	100	UN	47,00	4.700,00
20	CAIXA D' ÁGUA 250 LITROS	FORTELEV	02	UN	169,90	339,80
21	CAIXA DE DES-CARGA	METASUL	02	UN	26,65	53,30
23	FORRO DE PVC 200X8MM - M2	LOGASA	02	UN	118,00	236,00
27	FECHADURA EX-TERNA DE FERRO PARA EMBUTIR	SOPRANO	08	UN	40,00	320,00
29	CAL HIDRATADA – 20kg	COLOMBO	20	PCT	7,60	152,00
31	ARGAMASSA AC I - 20kg	QUARTZOLIT	80	PCT	7,90	632,00
32	ARGAMASSA AC II – 20kg	QUARTZOLIT	80	PCT	18,50	1.480,00
37	TELA SOLDADA 2 MT X 3 MT FERRO 4.2	GERDAU	32	UN	69,00	2.208,00
38	TRELIÇA 4.2 X 6 MTS	GERDAU	28	UN	25,90	725,20
39	FERRO 4.2 BARRA DE 12 MTS	GERDAU	08	UN	7,30	58,40

Valor total: R\$ 14.257,34 (quatorze mil duzentos e cinquenta e sete reais e trinta e quatro centavos)

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA DE FORNECIMENTO

2.1. – A forma de fornecimento será de acordo com a NECESSIDADE da Secretaria responsável.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

3.1. A Secretaria Municipal de Assistência Social efetuará os pedidos dos itens através da autorização de fornecimento, conforme a necessidade, sendo que sua totalidade poderá ser retirada até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses, se houver interesse entre as partes.

3.2. Após o recebimento da autorização de fornecimento, a empresa vencedora deverá efetuar a entrega no prazo máximo de 05 (cinco) dias consecutivos, em área designada pela Secretaria de Desenvolvimento Social, nos limites do município de Porto União/SC, sem custo adicional, sendo de total responsabilidade da empresa vencedora a entrega.

3.3. Os itens que não atenderem as exigências do edital serão devolvidos para a empresa fornecedora, a qual deverá retirá-los no local em que se encontram armazenados e promover a substituição dos mesmos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.

2.4. Os materiais deverão ser isentos de nós ou de outros fatores que prejudiquem a qualidade dos mesmos.

3.5. O recebimento do objeto será realizado na forma do inciso II do art. 73 da Lei nº. 8.666/1993:

3.5.1. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação;

3.5.2. Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação, conforme disposto no Termo de Referência.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para a execução do fornecimento decorrente desta Ata de Registro de Preços correrão à conta dos recursos determinados pelo Departamento de Compras.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1. Pelo fornecimento do material o ÓRGÃO GERENCIADOR pagará ao FORNECEDOR REGISTRADO, conforme os preços registrados na Ata de Registro de Preços, mediante apresentação pelo FORNECEDOR REGISTRADO da nota fiscal, devidamente formalizadas e atestadas pelos responsáveis pelo recebimento dos materiais.

#### CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos ficarão condicionados às disponibilidades financeiras do Município de Porto União e serão liberados em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da respectiva Nota Fiscal, nas condições exigidas no texto do Edital. A Nota Fiscal deverá obrigatoriamente conter o CNPJ/MF, correspondente ao CNPJ/MF do cadastramento no Município de Porto União e ser atestada pelos responsáveis pelo recebimento. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

6.2. Após o devido processamento, os pagamentos serão creditados em nome do FORNECEDOR, através de ordem bancária em conta indicada na nota fiscal de fornecimento, devendo para isto ficar explicitado o nome do banco, identificação da agência e da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, após as retenções devidas. As empresas optantes pelo SIMPLES deverão apresentar cópia do termo de opção.

6.2.1. As Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optante pelo Simples Nacional, enquanto permaneçam na condição de ME e EPP, estão dispensadas do recolhimento das contribuições às terceiras entidades (SESI, SESC, SENAI, SENAC, SEBRAE, INCRA e Salário Educação), conforme disposto no § 3º do art. 13 da Lei Complementar nº. 123/2006.

6.3. O MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de suspender o pagamento caso o fornecimento seja efetuado em desacordo com as especificações constantes da Nota de Empenho.

6.4. A nota fiscal a ser emitida por ocasião do fornecimento do objeto, deverá conter o mesmo número do CNPJ/MF com o qual o licitante tenha se habilitado na licitação, sob pena de suspensão do pagamento até a regularização da divergência.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses, se houver interesse entre as partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO

8.1. Efetuar a entrega dos objetos desta licitação de acordo com os prazos e especificações constantes no Edital.

8.2. Efetuar a troca do material, no total ou em parte, o objeto do presente pregão em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de materiais ou técnicas empregadas.

8.3. Reconhecer todos os direitos do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, em caso de rescisão administrativa do compromisso assumido, com a finalidade de que a Administração não sofra solução de continuidade nas suas atividades.

8.4. Manter, durante o período de vigência até o pagamento dos materiais, todas as condições de habilitação e qualificação previamente exigidas, quando da fase de habilitação da licitação que lhe deu origem, sujeitando-se às penalidades decorrentes do desatendimento a tal obrigação.

8.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, em decorrência de sua culpa ou dolo, na execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 70 da Lei nº. 8.666/1993.

8.6. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata, na forma do que dispõe o art. 71 da Lei nº. 8.666/1993.

8.7. E outras obrigações constantes no do referido Edital.

#### CLÁUSULA NONA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços, na forma do que estabelece o art. 4º, § 3º do Decreto nº. 7892/13.

9.2. Exercer a fiscalização, examinando quanto ao cumprimento da Ata de Registro de Preços, por meio de servidor especialmente designado, na forma prevista no art. 67 da Lei nº. 8.666/1993.

9.3. Efetuar o pagamento referente ao fornecimento dos materiais objeto do Pregão Presencial 065/2020, deduzindo-se das faturas as eventuais glosas determinadas pelo Fiscal do Contrato, sendo assegurado ao FORNECEDOR REGISTRADO o direito à ampla defesa.

9.4. Não obstante o FORNECEDOR REGISTRADO seja o único responsável pelo fornecimento de todos os materiais, o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a fiscalização mais ampla e completa sobre os produtos entregues e aceitos pela Administração.

9.5. Prestar as informações e esclarecimentos que venham ser solicitados.

9.6. E outras obrigações constantes no referido Edital.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º, da Lei nº. 10.520/2002, e art. 28, do Decreto nº. 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Porto União, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das cominações legais e multa a CONTRATADA e a adjudicatária que:

- a) Não retirar ou não aceitar a nota de empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) Deixar de entregar documentação exigida nesta Ata;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) Não manter a proposta;
- f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo;
- h) Fizer declaração falsa;
- i) Cometer fraude fiscal.

10.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87, da Lei nº 8.666/93, o Fornecedor Registrado ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- a) Multa de 10%;
- c) Suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar.

10.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com a de advertência, suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração do MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, e impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.

10.4. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Contratante ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.5. As penalidades previstas poderão ser suspensas, no todo ou em parte, quando o atraso no cumprimento das obrigações for devidamente justificado pela empresa contratada, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

11.1. O FORNECEDOR REGISTRADO poderá requerer ao ÓRGÃO GERENCIADOR o cancelamento do seu Registro na Ata, mediante solicitação, por escrito, na forma do que dispõe o art. 21, II, do Decreto nº. 7892/13.

11.2. O FORNECEDOR REGISTRADO terá seu registro cancelado, quando sobrevierem algumas das condições previstas nos art. 20 e 21, do Decreto nº. 7892/13.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FUNDAMENTO LEGAL.

12.1. Aplicam-se a esta Ata de Registro de Preços decorrente de Pregão Presencial nº 065/2020, a Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei 8.078, de 11 de setembro de 1990, o Decreto nº. 7892/13, e o Decreto nº. 5.450, de 31 de maio de 2005, e, ainda, subsidiariamente, as normas da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

13.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pelo MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO, segundo as disposições contidas na Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais regulamentos e normas administrativas que fazem parte integrante desta Ata, independente de suas transcrições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO.

14.1. Quaisquer dúvidas ou questões oriundas do fornecimento dos materiais constantes da presente Ata de Registro de Preços e que não forem passíveis de solução amigável, serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Porto União, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

14.2. E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, pelas partes supramencionadas, rubricadas as páginas precedentes, para que surta seus efeitos jurídicos, obrigando-se por si e seus sucessores.

Porto União (SC), 27 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach  
MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME  
FORNECEDOR

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 103/2020**

Publicação N° 2638198

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA de Registro de Preços 103/2020

O Município de Porto de União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. Eliseu Mibach, a seguir denominada GERENCIADOR DA ATA, e a empresa Mecânica Marjovan LTDA – EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Manoel Estevão, nº 415 e 406, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-010, Telefone (42) 3523-3300, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.318.010/0001-20, neste ato representada por seu diretor, Sr. Marcos Cesar Szyminovicz (ou representante legal), a seguir denominada DETENTOR DA ATA, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº 154/2020 – MULTIENTIDADE, modalidade Pregão Presencial nº 066/2020, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES**

1. O presente pregão tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUÍNAS E/OU ORIGINAIS, PARALELAS/RECUPERADAS OU RECONDICIONADAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO com vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidas, nos termos do Edital e no Termo de Referência - Anexo "D", que fica fazendo parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.

2. As peças deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3. A relação dos equipamentos constantes no Termo de Referência servem apenas como referência para o quantitativo de peças, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novas máquinas, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

**CLÁUSULA II - DO PREÇO**

O valor estimado para as aquisições é de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais) e o desconto será dado conforme a tabela abaixo:

LOTE/DESCRIÇÃO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%) OU R\$	VALOR MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
Lote 07	53 %	130.000,00
Lote 10	52 %	12.000,00
Lote 13	43 %	5.000,00
Lote 14	46 %	3.000,00
Lote 17	23,5 %	12.000,00
Lote 18	29 %	6.000,00
Lote 19	24 %	8.000,00
Lote 20	35%	4.000,00
Lote 25	39 %	5.000,00
Lote 26	43,5 %	3.000,00

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fretes, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

**CLÁUSULA III - DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO**

1. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao Departamento de Licitações desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

2. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por item.

4. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do município.

#### CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Porto União.

2. O prazo de validade de registro de preços será até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses oficiais, contado da emissão da presente ata.

#### CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais ou prestação dos serviços e mediante apresentação da Nota Fiscal. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do processo licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

2. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado, com os respectivos percentuais de desconto concedidos sobre o valor das peças aplicadas.

3. O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

4. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

5. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

6. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

#### CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o Município poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município, observada as condições do Edital e o preço registrado.

4. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pelo Departamento de Compras do Município.

5. As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o Município constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.

6. O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

#### CLÁUSULA VII - DA ENTREGA

1 - Para emissão da Autorização de Fornecimento, será apresentado o valor os valores constantes no sistema de orçamentação CILIA ou sistema semelhante. Marcas e Modelos de veículos que não tiverem a listagem de peças disponibilizada em sistema de orçamentação, o desconto deverá ser realizado através dos preços praticados na Concessionária correspondente a Marca dos veículos; o qual servirá como base para aplicação do desconto Registrado na Ata de Registro de Preços, sendo que as peças deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas após a aprovação do orçamento, podendo ser prorrogado por mais 48 (quarenta e oito) horas, se for conveniente entre as partes;

2 - Caso os valores sejam superiores ao praticado no mercado local, o Município poderá negociar diretamente com o detentor da ata mediante a apresentação de 3 (três) orçamentos.

2.1 - Dos valores dos 3 (três) orçamentos deverá ser proposto ao detentor da ata de registro de preços o valor médio entre eles.

3 – Todos orçamentos deverão ser fornecidos em papel timbrado da empresa e com a assinatura do responsável bem como acompanhada da "Tela de Consulta" no sistema CÍLIA ou Similar.

4. Todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR.

5. Caso as peças não correspondam ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

6. A empresa devesse apresentar a GARANTIA das peças e mão de obra de no mínimo 6 (seis) meses, sendo que, quando for solicitada, a empresa vencedora deverá fornecer peças originais.

#### CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

1. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

2. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

3. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

3. A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94;

5. Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

1. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um (1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

2. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois (2) anos no caso de inexecução total do contrato;

3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

2. Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

3. O licitante reconhece os direitos do Município nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

- Pela Administração no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa

- Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

2. A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito no Departamento de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

3. A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

4. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

5. No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

#### CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da dotação estabelecida pela Coordenação de Compras no ato da aquisição.

2. Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados a Polícia Militar de Porto União a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de Porto União/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

#### CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 066/2020 para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa Mecânica Marjovan LTDA – EPP, classificada em 1º lugar, nos lotes 07, 10, 13, 14, 17, 18, 19, 20, 25 e 26 da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Porto União (SC) 01 de setembro de 2020.

Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Mecânica Marjovan LTDA – EPP  
Representante legal da Detentora da Ata

#### ANEXO

LOTE 07									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTÍVEL	VALOR
7	111	54	saude	chevrolet/Classic LS	2012/2013	branca	MLE 8467	flex	5.000,00
7	112	58	Obras	Chevrolet/Classic Spirit	2008	branca	MEV 7834	flex	5.000,00
7	113	59	saude	Chevrolet/Classic Spirit	2008	branca	MEV 7884	flex	5.000,00
7	114	61	obras	Chevrolet/Classic Life	2009/2010	branca	MFY 6605	flex	5.000,00
7	115	64	DME	Chevrolet/Agile LT	2011	preta	MJC 9215	flex	5.000,00
7	116	160	Urbanismo	Chevrolet/Corsa Wind	2000/2001	vermelho	MBZ 6339	gasolina	5.000,00
7	117	4	Agricultura	Chevrolet/Montana Conqueste	2009	branca	MHJ 9015	flex	5.000,00
7	118	229	Obras	Chevrolet/Astra Sedan Confort	2006	branca	MFT 5311	gasolina	5.000,00

7	119	20	gabinete	Chevrolet/ Astra Sedan Confort	2007	prata	MDR 6755	flex	5.000,00
7	120	163	Obras	Chevrolet/ Corsa GL	1997	Verde	CKI 008	gasolina	5.000,00
7	121	164	Obras	Chevrolet/ S10 deluxe	1995/1996	vermelho	CBM 9295	gasolina	5.000,00
7	122	242	obras	chevrolet/s10 LT DD4	2012	branca	MLD 7728	diesel	5.000,00
7	123	67	obras	ChevroletS10 RONTAN	2001	branca	MCI 1991	gasolina	5.000,00
7	124	71	urbanismo	Chevrolet/ Montana Conquista	2007	vermelha	APL 4178	gasolina	5.000,00
7	125	191	obras	chevrolet/ classic life	2009/2010	branca	MFY 5305	flex	5.000,00
7	126	193	Urbanismo	chevrolet/ monza GL	1994	vermelha	LZP 9749	gasolina	5.000,00
7	127		bombeiro	chevrolet/ corsa hatch 1.4 MAXX	2009	vermelha	MGQ 4494	flex	5.000,00
7	128		bombeiro	chevrolet/ corsa seda premium 18	2007	vermelha	MDX 5813	flex	5.000,00
7	129	189	DEMUTRAN	chevrolet/ onix MT LS	2016	branca	QHS 3428	flex	5.000,00
7	130	194	educação	chevrolet/ onix 1.4 MT LT	2017/2018	branco	QII 7408	flex	5.000,00
7	131	197	saude	chevrolet/ ipanema GL	1996/1997	branca	MED 1291	flex	5.000,00
7	132	198	saude	chevrolet/ Spin 1.8 MT LTZ	2018	branca	QIX 6991	flex	5.000,00
7	133		polícia civil	chevrolet/ S10 AB CAB. DUPLA	2017/2018	branca	QIW 3867	FLEX	5.000,00
7	134	70	Desenv. Social	Chevrolet/ Celta			MLO 6423		5.000,00
7	135		Sindicato rural	chevrolet/ prisma MAXX	2009/2010	branca	MHM 3449	flex	5.000,00
7	136	230	educação	chevrolet/ montana LS	2018/2019	branca	QJV 1172	flex	5.000,00
TOTAL LOTE 07									130.000,00

## LOTE 10

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
10	167		bombeiros	ford/ranger	2014	vermelha	MLR 5747	Diesel	3.000,00
10	168	75	saude	ford/fiesta sedan 1.6	2010/2011	prata	ATB 8933	flex	3.000,00
10	169		IMPRESS	ford/fiesta 1,6	2008	prata	AQO 8411	flex	3.000,00
10	170	222	Desenvol. Social	ford/KA SE 1.5 SD B	2018	branca	QJB 6945	flex	3.000,00
TOTAL LOTE 10									12.000,00

## LOTE 13

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/ MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
13	179		bombeiros	toyota/hilux CD 4x4	2008	vermelha	MFM 524	Diesel	5000,00
TOTAL LOTE 13									5.000,00

## LOTE 14

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
14	180		bombeiros	toyota/hilux CD 4x4	2008	vermelha	MFM 524	Diesel	3000,00
TOTAL LOTE 14									3.000,00

LOTE 17									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
17	185	39	saude	yamaha/mo- toneta T11	2013/2014	preta	QHC 0015	gasolina	2.000,00
17	186	55	agricultura	yamaha/ moto lander XTZ 250	2011	vermelha	MIY 6027	gasolina	2.000,00
17	187	56	saude	yamaha/ moto T115 Crypton ED	2012	vermelha	MKI 9253	gasolina	2.000,00
17	188	57	saude	yamaha/ moto T115 Crypton ED	2012	vermelha	mki 9273	gasolina	2.000,00
17	189		policia militar	yamaha/ moto XTZ 250 lander	2016/2017	branca	QIB 0326	gasolina	2.000,00
17	190		policia militar	yamaha/ moto XTZ 250 lander	2016/2017	branca	QJB 0296	gasolina	2.000,00
TOTAL LOTE 17									12.000,00

LOTE 18									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
18	191	39	saude	yamaha/mo- toneta T11	2013/2014	preta	QHC 0015	gasolina	1.000,00
18	192	55	agricultura	yamaha/ moto lander XTZ 250	2011	vermelha	MIY 6027	gasolina	1.000,00
18	193	56	saude	yamaha/ moto T115 Crypton ED	2012	vermelha	MKI 9253	gasolina	1.000,00
18	194	57	saude	yamaha/ moto T115 Crypton ED	2012	vermelha	mki 9273	gasolina	1.000,00
18	195		policia militar	yamaha/ moto XTZ 250 lander	2016/2017	branca	QIB 0326	gasolina	1.000,00
18	196		policia militar	yamaha/ moto XTZ 250 lander	2016/2017	branca	QJB 0296	gasolina	1.000,00
TOTAL LOTE 18									6.000,00

LOTE 19									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
19	197	50	administra- ção	honda/moto CG 125	2000	branca	BEM 8762	gasolina	2.000,00
19	198	167	obras	honda/moto CG 125 titan	1994/1995	vermelha	AFB 7074	gasolina	2.000,00
19	199	221	saude	honda/moto CB 300R	2012	branca	MLB 5087	gasolina	2.000,00
19	200	223	saude	honda/moto CB 300R	2012	branca	MLB 5127	gasolina	2.000,00
TOTAL LOTE 19									8.000,00

LOTE 20									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/ MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR

20	201	50	administração	honda/moto CG 125	2000	branca	BEM 8762	gasolina	1.000,00	
20	202	167	obras	honda/moto CG 125 titan	1994/1995	vermelha	AFB 7074	gasolina	1.000,00	
20	203	221	saude	honda/moto CB 300R	2012	branca	MLB 5087	gasolina	1.000,00	
20	204	223	saude	honda/moto CB 300R	2012	branca	MLB 5127	gasolina	1.000,00	
TOTAL LOTE 20									4.000,00	

LOTE 25									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTÍVEL	VALOR
25	209		FUNREBOM	mitsubishi/L200	2009	vermelha	MGX 6714	diesel	5.000,00
TOTAL LOTE 25									5.000,00


LOTE 26									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTÍVEL	VALOR
26	210		FUNREBOM	mitsubishi/L200	2009	vermelha	MGX 6714	diesel	3.000,00
TOTAL LOTE 26									3.000,00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 104/2020

Publicação Nº 2638200

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA de Registro de Preços 104/2020

O Município de Porto de União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. Eliseu Mibach, a seguir denominada GERENCIADOR DA ATA, e a empresa Osni Paggi 59474505934, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Francisco de Souza Bacelar, nº 145, município de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 99819-9508, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.021.155/0001-14, neste ato representada por seu diretor, Sr. Osni Paggi (ou representante legal), a seguir denominada DETENTOR DA ATA, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº 154/2020 – MULTIENTIDADE, modalidade Pregão Presencial nº 066/2020, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

### CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1. O presente pregão tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUÍNAS E/OU ORIGINAIS, PARALELAS/RECUPERADAS OU RECONDICIONADAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO com vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidas, nos termos do Edital e no Termo de Referência - Anexo "D", que fica fazendo parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.

2. As peças, deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3. A relação dos equipamentos constantes no Termo de Referência servem apenas como referência para o quantitativo de peças, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novas máquinas, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

### CLÁUSULA II - DO PREÇO

O valor estimado para as aquisições é de R\$ 252.400,00 (duzentos e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais) e o desconto será dado conforme a tabela abaixo:

ITEM/DESCRIÇÃO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%) OU R\$	VALOR MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
Lote 01	54 %	95.000,00
Lote 02	62 %	57.000,00
Lote 08	58 %	78.000,00
Lote 29	40,5 %	5.000,00
Lote 31	R\$ 29,00	17.400,00

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fretes, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

### CLÁUSULA III - DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

1. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao Departamento de Licitações desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

2. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por item.

4. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do município.

### CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Porto União.

2. O prazo de validade de registro de preços será até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses oficiais, contado da emissão da presente ata.

### CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais ou prestação dos serviços e mediante apresentação da Nota Fiscal. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do processo licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

2. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado, com os respectivos percentuais de desconto concedidos sobre o valor das peças aplicadas.

3. O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.

4. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

5. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

6. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

### CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

2. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.

3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o Município poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município, observada as condições do Edital e o preço registrado.

4. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pelo Departamento de Compras do Município.

5. As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o Município constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.

6. O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

#### CLÁUSULA VII - DA ENTREGA

1 - Para emissão da Autorização de Fornecimento, será apresentado o valor os valores constantes no sistema de orçamentação CILIA ou sistema semelhante. Marcas e Modelos de veículos que não tiverem a listagem de peças disponibilizada em sistema de orçamentação, o desconto deverá ser realizado através dos preços praticados na Concessionária correspondente a Marca dos veículos; o qual servirá como base para aplicação do desconto Registrado na Ata de Registro de Preços, sendo que as peças deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas após a aprovação do orçamento, podendo ser prorrogado por mais 48 (quarenta e oito) horas, se for conveniente entre as partes;

2 - Caso os valores sejam superiores ao praticado no mercado local, o Município poderá negociar diretamente com o detentor da ata mediante a apresentação de 3 (três) orçamentos.

2.1 - Dos valores dos 3 (três) orçamentos deverá ser proposto ao detentor da ata de registro de preços o valor médio entre eles.

3 - Todos orçamentos deverão ser fornecidos em papel timbrado da empresa e com a assinatura do responsável bem como acompanhada da "Tela de Consulta" no sistema CÍLIA ou Similar.

4. Todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR.

5. Caso as peças não correspondam ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.

6. A empresa devesse apresentar a GARANTIA das peças e mão de obra de no mínimo 6 (seis) meses, sendo que, quando for solicitada, a empresa vencedora deverá fornecer peças originais.

#### CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.

2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

1. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

2. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

3. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

3. A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94;

5. Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

1. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um (1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

2. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois (2) anos no caso de inexecução total do contrato;

3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da

punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.
2. Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).
3. O licitante reconhece os direitos do Município nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:
  - Pela Administração no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa
  - Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.
2. A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito no Departamento de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.
3. A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.
4. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.
5. No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.
6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

#### CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da dotação estabelecida pela Coordenação de Compras no ato da aquisição.
2. Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados a Polícia Militar de Porto União a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de Porto União/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

#### CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 066/2020 para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa Osni Paggi 59474505934, classificada em 1º lugar, nos lotes 01, 02, 08, 29 e 31 da licitação.
2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Porto União (SC) 01 de setembro de 2020.  
Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Osni Paggi 59474505934  
Representante legal da Detentora da Ata

## ANEXO

LOTE 01									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
1	1	1	Saude	Volkswagem/ gol 1.0 GIV	2012	Branca	MJV 9681	Flex	5.000,00
1	2	65	Saude	Volkswagem/ Kombi	2006/2007	Branca	MJM 4780	Flex	5.000,00
1	3	172	Obras	volkswagem/ Parati 1.6 City	2005	Branca	MCZ 6033	Flex	5.000,00
1	4	11	Defesa Civil	Volkswagem/ Gol Power	2007/2008	Branca	MFW 3819	Flex	5.000,00
1	5	174	Educação	Volkswagem/ Kombi	2013/2014	Branca	MLK 5480	Gasolina	5.000,00
1	6	175	Educação	Volkswagem/ kombi	2013/2014	branca	MLK 5530	Gasolina	5.000,00
1	7	5	Agricultura	Volkswa- gem/Gol Power 1.6	2007/2008	branca	MFW 3829	Flex	5.000,00
1	8	73	Agricultura	volkswagem/ Fox 1.6 Plus	2007/2008	Prata	APP 6918	Gasolina	5.000,00
1	9	17	Desenv. Social	Volkswagem/ Kombi	2006/2007	branca	MJM 4970	Gasolina	5.000,00
1	10	40	Desenv. Social	Volkswagem/ gol 1.0 GIV	2011/2012	branca	MKP 6329	Gasolina	5.000,00
1	11	68	Urbanismo	Volkswagem/ Parati 1.6ML	1998/1999	branca	MAX 5179	Gasolina	5.000,00
1	12	15	D.M.E	Volkswagem/ kombi	2011/2012	Branca	MJT 2878	Flex	5.000,00
1	13	19	financas	Volkswagem/ Gol 1.0 GIV	2012	Branca	MJV 9631	Flex	5.000,00
1	14	14	obras	volkswagem/ kombi	2011/2012	branca	MJT 2688	Flex	5.000,00
1	15	72	OBRAS	Volkswagem/ Saveiro	2010/2011	Preto	ENV 1483	Flex	5.000,00
1	16	162	Obras	Volkswagem/ Gol Special	2003	cinza	AKW 9352	Gasolina	5.000,00
1	17	24	Urbanismo	Volkswagem/ Kombi	2008	Branca	MGZ 7501	Flex	5.000,00
1	18	66	Urbanismo	Volkswagem/ kombi	2008	branca	MGZ 7641	Flex	5.000,00
1	19	188	Saude	Volkswagem/ Bora	2008/2009	Prata	MGN 2749	Gasolina	5.000,00
TOTAL LOTE 01									95.000,00
LOTE 02									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
2	20	1	Saude	Volkswagem/ gol 1.0 GIV	2012	Branca	MJV 9681	Flex	3.000,00
2	21	65	Saude	Volkswagem/ Kombi	2006/2007	Branca	MJM 4780	Flex	3.000,00
2	22	172	Obras	volkswagem/ Parati 1.6 City	2005	Branca	MCZ 6033	Flex	3.000,00
2	23	11	Defesa Civil	Volkswagem/ Gol Power	2007/2008	Branca	MFW 3819	Flex	3.000,00
2	24	174	Educação	Volkswagem/ Kombi	2013/2014	Branca	MLK 5480	Gasolina	3.000,00

2	25	175	Educação	Volkswagem/ kombi	2013/2014	branca	MLK 5530	Gasolina	3.000,00
2	26	5	Agricultura	Vollks- wagem/Gol Power 1.6	2007/2008	branca	MFV 3829	Flex	3.000,00
2	27	73	Agricultura	volkswagem/ Fox 1.6 Plus	2007/2008	Prata	APP 6918	Gasolina	3.000,00
2	28	17	Desenv. Social	Volkswagem/ Kombi	2006/2007	branca	MJM 4970	Gasolina	3.000,00
2	29	40	Desenv. Social	Volkswagem/ gol 1.0 GIV	2011/2012	branca	MKP 6329	Gasolina	3.000,00
2	30	68	Urbanismo	Volskwagem/ Parati 1.6ML	1998/1999	branca	MAX 5179	Gasolina	3.000,00
2	31	15	D.M.E	Volkswagem/ kombi	2011/2012	Branca	MJT 2878	Flex	3.000,00
2	32	19	financas	Volkswagem/ Gol 1.0 GIV	2012	Branca	MJV 9631	Flex	3.000,00
2	33	14	obras	volkswagem/ kombi	2011/2012	branca	MJT 2688	Flex	3.000,00
2	34	72	OBRAS	Volkswagem/ Saveiro	2010/2011	Preto	ENV 1483	Flex	3.000,00
2	35	162	Obras	Volkswagem/ Gol Special	2003	cinza	AKW 9352	Gasolina	3.000,00
2	36	24	Urbanismo	Volkswagem/ Kombi	2008	Branca	MGZ 7501	Flex	3.000,00
2	37	66	Urbanismo	Volkswagem/ kombi	2008	branca	MGZ 7641	Flex	3.000,00
2	38	188	Saude	Volkswagem/ Bora	2008/2009	Prata	MGN 2749	Gasolina	3.000,00
TOTAL LOTE 02									57.000,00

## LOTE 08

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/ MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
8	137	54	saude	chevrolet/ Classic LS	2012/2013	branca	MLE 8467	flex	3.000,00
8	138	58	Obras	Chevrolet/ Classic Spirit	2008	branca	MEV 7834	flex	3.000,00
8	139	59	saude	Chevrolet/ Classic Spirit	2008	branca	MEV 7884	flex	3.000,00
8	140	61	obras	Chevrolet/ Classic Life	2009/2010	branca	MFY 6605	flex	3.000,00
8	141	64	DME	Chevrolet/ Agile LT	2011	preta	MJC 9215	flex	3.000,00
8	142	160	Urbanismo	Chevrolet/ Corsa Wind	2000/2001	vermelho	MBZ 6339	gasolina	3.000,00
8	143	4	Agricultura	Chevrolet/ Montana Conqueste	2009	branca	MHJ 9015	flex	3.000,00
8	144	229	Obras	Chevrolet/ Astra Sedan Confort	2006	branca	MFT 5311	gasolina	3.000,00
8	145	20	gabinete	Chevrolet/ Astra Sedan Confort	2007	prata	MDR 6755	flex	3.000,00
8	146	163	Obras	Chevrolet/ Corsa GL	1997	Verde	CKI 008	gasolina	3.000,00
8	147	164	Obras	Chevrolet/ S10 deluxe	1995/1996	vermelho	CBM 9295	gasolina	3.000,00
8	148	242	obras	chevrolet/ s10 LT DD4	2012	branca	MLD 7728	diesel	3.000,00
8	149	67	obras	Chevro- letS10 RONTAN	2001	branca	MCI 1991	gasolina	3.000,00

8	150	71	urbanismo	Chevrolet/ Montana Conqueste	2007	vermelha	APL 4178	gasolina	3.000,00
8	151	191	obras	chevrolet/ classic life	2009/2010	branca	MFY 5305	flex	3.000,00
8	152	193	Urbanismo	chevrolet/ monza GL	1994	vermelha	LZP 9749	gasolina	3.000,00
8	153		bombeiro	chevrolet/ corsa hatch 1.4 MAXX	2009	vermelha	MGQ 4494	flex	3.000,00
8	154		bombeiro	chevrolet/ corsa seda premium 18	2007	vermelha	MDX 5813	flex	3.000,00
8	155	189	DEMUTRAN	chevrolet/ onix MT LS	2016	branca	QHS 3428	flex	3.000,00
8	156	194	educação	chevrolet/ onix 1.4 MT LT	2017/2018	branco	QII 7408	flex	3.000,00
8	157	197	saude	chevrolet/ ipanema GL	1996/1997	branca	MED 1291	flex	3.000,00
8	158	198	saude	chevrolet/ Spin 1.8 MT LTZ	2018	branca	QIX 6991	flex	3.000,00
8	159		polícia civil	chevrolet/ S10 AB CAB.DUPLA	2017/2018	branca	QIW 3867	FLEX	3.000,00
8	160	70	Desenv. Social	Celta			MLO 6423		3.000,00
8	161		Sindicato Rural	Chevrolet/ prisma MAXX	2009/2010	branca	MHM 3449	flex	3.000,00
8	162	230	educação	chevrolet/ montana LS	2018/2019	branca	QJV 1172	flex	3.000,00
TOTAL LOTE 08									78.000,00

## LOTE 29

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
29	213		polícia militar	CITROEN/ AIRCROSS LIVE AT	2019/2020	BRANCA	RDT 1161	flex	5.000,00
TOTAL LOTE 29									5.000,00

## LOTE 31

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT.	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
31	215	MAO DE OBRA HORA/HOMEM SER- VIÇOS MECANICOS LINHA LEVE	600	29,00	17.400,00
TOTAL LOTE 31					17.400,00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 105/2020

Publicação Nº 2638201

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA de Registro de Preços 105/2020

O Município de Porto de União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. Eliseu Mibach, a seguir denominada GERENCIADOR DA ATA, e a empresa Moacir Adalberto Bodnar – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Dr. Cruz Machado, nº 1051, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-440, Telefone (42) 3522-6873, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.195.405/0001-09, neste ato representada por seu diretor, Sr. Moacir Adalberto Bodnar (ou representante legal), a seguir denominada DETENTOR DA ATA, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº 154/2020 – MULTIENTIDADE, modalidade Pregão Presencial nº 066/2020, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras



dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES

1. O presente pregão tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUÍNAS E/OU ORIGINAIS, PARALELAS/RECUPERADAS OU RECONDICIONADAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO com vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidas, nos termos do Edital e no Termo de Referência - Anexo "D", que fica fazendo parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.

2. As peças, deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3. A relação dos equipamentos constantes no Termo de Referência servem apenas como referência para o quantitativo de peças, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novas máquinas, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

#### CLÁUSULA II - DO PREÇO

O valor estimado para as aquisições é de R\$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais) e o desconto será dado conforme a tabela abaixo:

ITEM/DESCRIÇÃO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%) OU R\$	VALOR MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
Lote 03	54 %	80.000,00
Lote 04	63,5 %	48.000,00

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fretes, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

#### CLÁUSULA III - DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

1. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao Departamento de Licitações desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

2. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por item.

4. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do município.

#### CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Porto União.

2. O prazo de validade de registro de preços será até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses oficiais, contado da emissão da presente ata.

#### CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais ou prestação dos serviços e mediante apresentação da Nota Fiscal. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do processo licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

2. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado, com os respectivos percentuais de desconto concedidos sobre o valor das peças aplicadas.

3. O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.
4. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
5. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
6. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

#### CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
2. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.
3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o Município poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município, observada as condições do Edital e o preço registrado.
4. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pelo Departamento de Compras do Município.
5. As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o Município constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.
6. O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

#### CLÁUSULA VII - DA ENTREGA

- 1 - Para emissão da Autorização de Fornecimento, será apresentado o valor os valores constantes no sistema de orçamentação CILIA ou sistema semelhante. Marcas e Modelos de veículos que não tiverem a listagem de peças disponibilizada em sistema de orçamentação, o desconto deverá ser realizado através dos preços praticados na Concessionária correspondente a Marca dos veículos; o qual servirá como base para aplicação do desconto Registrado na Ata de Registro de Preços, sendo que as peças deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas após a aprovação do orçamento, podendo ser prorrogado por mais 48 (quarenta e oito) horas, se for conveniente entre as partes;
- 2 - Caso os valores sejam superiores ao praticado no mercado local, o Município poderá negociar diretamente com o detentor da ata mediante a apresentação de 3 (três) orçamentos.
  - 2.1 - Dos valores dos 3 (três) orçamentos deverá ser proposto ao detentor da ata de registro de preços o valor médio entre eles.
- 3 - Todos orçamentos deverão ser fornecidos em papel timbrado da empresa e com a assinatura do responsável bem como acompanhada da "Tela de Consulta" no sistema CÍLIA ou Similar.
4. Todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR.
5. Caso as peças não correspondam ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.
6. A empresa devesse apresentar a GARANTIA das peças e mão de obra de no mínimo 6 (seis) meses, sendo que, quando for solicitada, a empresa vencedora deverá fornecer peças originais.

#### CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.
2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:
  1. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;
  2. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada

sobre o valor da Nota de Empenho;

3. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

3. A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94;

5. Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

1. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um (1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

2. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois (2) anos no caso de inexecução total do contrato;

3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

2. Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

3. O licitante reconhece os direitos do Município nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

- Pela Administração no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa

- Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

2. A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito no Departamento de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

3. A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

4. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

5. No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

#### CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da dotação estabelecida pela Coordenação de Compras no ato da aquisição.

2. Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados a Polícia Militar de Porto União a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias, podem servir de cobertura às despesas com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

#### CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de Porto União/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

### CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 066/2020 para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa Moacir Adalberto Bodnar – ME, classificada em 1º lugar, nos lotes 03 e 04 da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Porto União (SC) 01 de setembro de 2020.

Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Moacir Adalberto Bodnar – ME  
Representante legal da Detentora da Ata

### ANEXO

LOTE 03									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
3	39	8	Saude - CAPS	fiat/uno mille	2005/2006	branca	MCM 2814	flex	5.000,00
3	40	53	saúde	fiat/doblo greencar MO4	2012/2013	branca	MKI 3307	flex	5.000,00
3	41	63	saúde	fiat/ducato MC Rontana MB	2010	branca	MID 7918	diesel	5.000,00
3	42	13	cultura	Fiat/Strada fire	2010/2011	branca	MJT 1609	flex	5.000,00
3	43	185	saúde	fiat/siena fire	2009	branca	IPT 2705	gasolina	5.000,00
3	44	9	Agricultura	fiat/uno mille fire	2007/2008	branca	MDW 0393	flex	5.000,00
3	45	10	desenv. Social	fiat/uno mille fire	2009/2010	branca	MHF 9084	gasolina	5.000,00
3	46	177	desenv. Social	fiat/uno	2013/2014	branca	MLM 8022	gasolina	5.000,00
3	47	79	urbanismo	fiat/uno mille fire	2005/2006	branca	MCW 9194	flex	5.000,00
3	48	3	obras	fiat/uno 1.0	1995	verde	ALM 0172	gasolina	5.000,00
3	49	180	planeja- mento	fiat/palio fire eco- nomy	2014/2015	branca	MCU 2906	flex	5.000,00
3	50	190	desenv. Social	fiat/mobi easy on	2016/2017	branca	QHT 9939	flex	5.000,00
3	51		Polícia Militar	fiat/weeke- nd adven- ture	2016/2017	branca	QHR 6329	flex	5.000,00
3	52		Polícia Militar	fiat/weeke- nd adven- ture	2016/2017	branca	QHR 6319	flex	5.000,00
3	53	228	obras	fiat/uno mil- le economy	2013	branca	FKV 0973	flex	5.000,00
3	54	176	conselho tutelar	fiat/palio weekend	2013/2014	branca	MLM 5170	gasolina	5.000,00
TOTAL LOTE 03									80.000,00
LOTE 04									

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
4	55	8	Saude - CAPS	fiat/uno mille	2005/2006	branca	MCM 2814	flex	3.000,00
4	56	53	saúde	fiat/doblo greencar MO4	2012/2013	branca	MKI 3307	flex	3.000,00
4	57	63	saúde	fiat/ducato MC Rontana MB	2010	branca	MID 7918	diesel	3.000,00
4	58	13	cultura	Fiat/Strada fire	2010/2011	branca	MJT 1609	flex	3.000,00
4	59	185	saúde	fiat/siena fire	2009	branca	IPT 2705	gasolina	3.000,00
4	60	9	Agricultura	fiat/uno mille fire	2007/2008	branca	MDW 0393	flex	3.000,00
4	61	10	desenv. Social	fiat/uno mille fire	2009/2010	branca	MHF 9084	gasolina	3.000,00
4	62	177	desenv. Social	fiat/uno	2013/2014	branca	MLM 8022	gasolina	3.000,00
4	63	79	urbanismo	fiat/uno mille fire	2005/2006	branca	MCW 9194	flex	3.000,00
4	64	3	obras	fiat/uno 1.0	1995	verde	ALM 0172	gasolina	3.000,00
4	65	180	planeja- mento	fiat/palio fire eco- nomy	2014/2015	branca	MCU 2906	flex	3.000,00
4	66	190	desenv. Social	fiat/mobi easy on	2016/2017	branca	QHT 9939	flex	3.000,00
4	67		Polícia Militar	fiat/weeke- nd adven- ture	2016/2017	branca	QHR 6329	flex	3.000,00
4	68		Polícia Militar	fiat/weeke- nd adven- ture	2016/2017	branca	QHR 6319	flex	3.000,00
4	69	228	obras	fiat/uno mil- le economy	2013	branca	FKV 0973	flex	3.000,00
4	70	176	conselho tutelar	fiat/palio weekend	2013/2014	branca	MLM 5170	gasolina	3.000,00
TOTAL LOTE 04									48.000,00

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 106/2020**

Publicação Nº 2638202

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
ATA de Registro de Preços 106/2020

O Município de Porto de União, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, situada na Rua Padre Anchieta, 126, Centro, município de Porto União, Santa Catarina, neste ato representada por seu Prefeito, Sr. Eliseu Mibach, a seguir denominada GERENCIADOR DA ATA, e a empresa Baiak & Cia LTDA., Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Francisco Fernandes Luís, nº 510, Box 01 e 03, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.605-168, Telefone (42) 3524-6803, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.780.604/0001-40, neste ato representada pela Sra. Jacira Afonso Cavalheiro Baiak (ou representante legal), a seguir denominada DETENTOR DA ATA, acordam e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo de Licitação nº 154/2020 – MULTIENTIDADE, modalidade Pregão Presencial nº 066/2020, pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**CLÁUSULA I - DO OBJETO E CONDIÇÕES**

1. O presente pregão tem como objeto a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM APLICAÇÃO E FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS GENUÍNAS E/OU ORIGINAIS, PARALELAS/RECUPERADAS OU RECONDICIONADAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO com vigência até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses, com quantitativos e especificações técnicas estabelecidas, nos termos do Edital e no Termo de Referência - Anexo "D", que fica fazendo parte do presente instrumento como se transcrito estivesse.

2. As peças, deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle



de qualidade industrial - ABNT, INMETRO, etc. - atentando-se o proponente, principalmente para as prescrições do art. 39, inciso VIII da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

3. A relação dos equipamentos constantes no Termo de Referência servem apenas como referência para o quantitativo de peças, podendo contudo, sofrer alterações durante a execução do contrato, devido a baixa ou aquisição de novas máquinas, sendo que essas alterações não implicam em reajuste no valor contratado.

#### CLÁUSULA II - DO PREÇO

O valor estimado para as aquisições é de R\$ 295.500,00 (duzentos e noventa e cinco mil e quinhentos reais) e o desconto será dado conforme a tabela abaixo:

ITEM/DESCRIÇÃO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%) OU R\$	VALOR MÁXIMO ESTIMADO (R\$)
Lote 05	41 %	100.000,00
Lote 06	45 %	60.000,00
Lote 09	46 %	20.000,00
Lote 11	41 %	40.000,00
Lote 12	52 %	32.000,00
Lote 15	40 %	10.000,00
Lote 16	43 %	6.000,00
Lote 21	38 %	5.000,00
Lote 22	45 %	3.500,00
Lote 23	36 %	5.000,00
Lote 24	41 %	3.000,00
Lote 27	41,5 %	5.000,00
Lote 28	43 %	3.000,00
Lote 30	57 %	3.000,00

1. O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta.

2. Os preços propostos serão considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), fretes, descarregamento, materiais e produtos e limpeza, todas as despesas com deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais contratados para execução dos serviços, entrega e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Edital.

#### CLÁUSULA III - DO REEQUILÍBRIO FINANCEIRO

1. O beneficiário do registro, em função da dinâmica do mercado poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal ao Departamento de Licitações desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

2. A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

3. O pedido de atualização dos preços aos preços praticados no mercado poderá acarretar pesquisa de preços junto aos demais fornecedores com preços registrados podendo ocorrer substituição na ordem classificatória de fornecedor devido à obrigatoriedade legal de aquisição pelo maior desconto por item.

4. Independentemente do disposto no item 3, a Comissão poderá, na vigência do registro, solicitar a redução dos preços registrados, garantida a prévia defesa do beneficiário do registro, e de conformidade com os parâmetros de pesquisa do mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação na Imprensa Oficial do município.

#### CLÁUSULA IV - DOS PRAZOS

1. O FORNECEDOR poderá ser convocado a firmar as contratações decorrentes do registro de preços no prazo de 03 (três) dias úteis a contar a data de homologação, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Porto União.

2. O prazo de validade de registro de preços será até 31/12/2020, podendo ser prorrogado até o limite de 12 (doze) meses oficiais, contado da emissão da presente ata.

#### CLÁUSULA V - DOS PAGAMENTOS

1. Os pagamentos serão efetuados em 30 (trinta) dias após a entrega dos materiais ou prestação dos serviços e mediante apresentação da Nota Fiscal. Na nota fiscal deverá constar obrigatoriamente o nº do processo licitatório que originou a aquisição e a assinatura do responsável pelo recebimento.

2. Na Nota Fiscal deverá constar: número do processo licitatório que originou a aquisição, valor do material empregado, com os respectivos percentuais de desconto concedidos sobre o valor das peças aplicadas.
3. O FORNECEDOR deverá fazer o recolhimento de todos os impostos inerentes ao objeto, caso não venha impresso na Nota Fiscal os descontos os mesmos poderão ser descontados pela Administração Municipal.
4. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das Notas Fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.
5. Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.
6. A nota fiscal deverá ser entregue exatamente conforme o empenho encaminhado (Deverá ser observado o CNPJ do empenho).

#### CLÁUSULA VI - DA CONTRATAÇÃO

1. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sem que caiba direito à indenização de qualquer espécie. Fica facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
2. Na hipótese do FORNECEDOR primeiro classificado ter seu registro cancelado, não assinar, não aceitar ou não retirar o contrato no prazo e condições estabelecidas, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto ao preço, independentemente da cominação prevista no art. 81, da Lei 8.666/93.
3. Observados os critérios e condições estabelecidos no Edital, o Município poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Município, observada as condições do Edital e o preço registrado.
4. Os pedidos de fornecimento serão formalizados pelo Departamento de Compras do Município.
5. As empresas licitantes classificadas no Registro de Preços deverão atender o Município constante na Nota de Empenho, independente do valor, sob pena de penalização.
6. O FORNECEDOR deverá manter-se nas mesmas condições da habilitação quanto à regularidade fiscal durante a vigência do presente Registro de Preços.

#### CLÁUSULA VII - DA ENTREGA

- 1 - Para emissão da Autorização de Fornecimento, será apresentado o valor os valores constantes no sistema de orçamentação CILIA ou sistema semelhante. Marcas e Modelos de veículos que não tiverem a listagem de peças disponibilizada em sistema de orçamentação, o desconto deverá ser realizado através dos preços praticados na Concessionária correspondente a Marca dos veículos; o qual servirá como base para aplicação do desconto Registrado na Ata de Registro de Preços, sendo que as peças deverão ser entregues em até 48 (quarenta e oito) horas após a aprovação do orçamento, podendo ser prorrogado por mais 48 (quarenta e oito) horas, se for conveniente entre as partes;
- 2 - Caso os valores sejam superiores ao praticado no mercado local, o Município poderá negociar diretamente com o detentor da ata mediante a apresentação de 3 (três) orçamentos.
  - 2.1 - Dos valores dos 3 (três) orçamentos deverá ser proposto ao detentor da ata de registro de preços o valor médio entre eles.
- 3 - Todos orçamentos deverão ser fornecidos em papel timbrado da empresa e com a assinatura do responsável bem como acompanhada da "Tela de Consulta" no sistema CÍLIA ou Similar.
4. Todas as despesas de transportes, carga e descarga destes correrão por conta do FORNECEDOR.
5. Caso as peças não correspondam ao exigido no Edital, a empresa vencedora deverá providenciar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a sua substituição visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital.
6. A empresa devesse apresentar a GARANTIA das peças e mão de obra de no mínimo 6 (seis) meses, sendo que, quando for solicitada, a empresa vencedora deverá fornecer peças originais.

#### CLÁUSULA VIII - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A recusa injustificada das empresas com propostas classificadas na licitação e indicadas para registro dos respectivos preços em assinar a Ata do Registro de Preços, ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94 e Lei 10.520/02, a critério da Administração.
2. Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (representado por Nota de Empenho), o Município poderá aplicar, às detentoras da Ata, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:
  1. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o fornecedor sujeito a multa de 1% (um por cento) por cento por dia de

atraso, incidente sobre o valor total da Nota de Empenho a ser calculado desde o sexto dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a trinta dias;

2. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Nota de Empenho;

3. Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido na Nota de Empenho, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação;

3. A penalidade pecuniária prevista neste capítulo será calculada sobre o valor contratado e descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou pode ser inscrita, para cobrança como dívida ativa do Município, na forma da Lei.

4. As penalidades pecuniárias serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas e/ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94;

5. Além da aplicação da multa poderão ser aplicadas sanções previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei 8666/93, conforme segue:

1. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de um (1) ano no caso de inexecução parcial do contrato;

2. Suspensão de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de dois (2) anos no caso de inexecução total do contrato;

3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos de determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação após o ressarcimento da Administração dos prejuízos resultantes da inexecução parcial ou total do Contrato.

#### CLÁUSULA IX - DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Poderão ser motivo de rescisão contratual as hipóteses elencadas no art. 78, da Lei 8666/93.

2. Caso a contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Edital, na Lei 8666/93 e no Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/90).

3. O licitante reconhece os direitos do Município nos casos de rescisão previstos nos artigos 77 a 80, da Lei 8666/93.

#### CLÁUSULA X - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

1. O registro de preços do fornecedor poderá ser cancelado, nos seguintes casos:

- Pela Administração no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da notificação: quando o fornecedor deixar de firmar a Ata decorrente do Registro de Preços, sem justificar ou não cumprir as exigências do Edital que deu origem aos preços registrados; por razões de interesse público, fundamentado; quando o fornecedor não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese dos preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado; quando o fornecedor não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável; quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do Registro de Preços por um dos motivos constantes no artigo 78, da Lei 8666/93 e alterações posteriores, assegurado o contraditório e a ampla defesa

- Pelos fornecedores, mediante solicitação por escrito acompanhada de comprovação na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação para fornecimento.

2. A solicitação do cancelamento do preço registrado deverá ser formulada por escrito no Departamento de Licitações e Contratos facultado à Administração a aplicação das sanções previstas neste Edital, caso não aceitas as razões do pedido.

3. A solicitação do cancelamento do registro do(s) preço(s) não o desobriga do fornecimento dos produtos até a decisão final do órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, a qual deverá ser prolatada em 30 (trinta) dias.

4. O cancelamento dos preços registrados, nos casos previstos nesta cláusula será feito por notificação.

5. No caso de ser ignorado, inacessível o lugar do fornecedor, a notificação será feita por publicação na imprensa oficial do município, transcorrendo o prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia a contar do dia seguinte ao da publicação. Não havendo manifestação do notificado neste prazo, o registro de preços será cancelado.

6. Enquanto perdurar o cancelamento, poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens constantes do registro de preços.

#### CLÁUSULA XI - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÕES DE BENS COM PREÇOS REGISTRADOS

1. As despesas decorrentes na execução do Contrato relativo ao presente Edital correrão por conta da dotação estabelecida pela Coordenação de Compras no ato da aquisição.

2. Os recursos orçamentários provenientes de outros Municípios; do Estado; Distrito Federal; União e/ou entidades públicas ou privadas nacionais e estrangeiras; de outro país, ou ainda de organismos internacionais, repassados a Polícia Militar de Porto União a título de convênio, ajustes, doações e outros instrumentos equivalentes, recepcionados por dotações orçamentárias, podem servir de cobertura às despesas

com contratações decorrentes do Sistema de Registro de Preços.

## CLÁUSULA XII - DO FORO

1. Fica eleito o Foro da cidade de Porto União/SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pelo presente Edital e pelo futuro contrato, (representado pela Ata de Registro de Preços e Nota de Empenho), com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam ser.

## CLÁUSULA XIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Integram esta Ata, o Edital do Pregão Presencial nº 066/2020 para Registro de Preços, a Ata de Lances do presente pregão e a proposta da empresa Baiak & Cia LTDA, classificada em 1º lugar, nos lotes 05, 06, 09, 11, 12, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 27, 28 e 30 da licitação.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

Porto União (SC) 01 de setembro de 2020.

Prefeito Municipal  
CONTRATANTE

Baiak & Cia LTDA.  
Representante legal da Detentora da Ata

## ANEXO

LOTE 05									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI-VEL	VALOR
5	71	35	Saúde	Renault/Sandero EXP 1.0 16V	2014	preto	QHC 0065	gasolina	5.000,00
5	72	36	Saúde	Renault/Sandero EXP 1.0 16V	2014	preto	QHC 0335	gasolina	5.000,00
5	73	225	Saúde	Renault/Logan EXP 1.6 16V	218/2019	branca	QJB 1237	flex	5.000,00
5	74	38	saude	Renault/logan ex-pression 1.6 M 8v	2014/2015	branca	QHC 0275	gasolina	5.000,00
5	75	183	saude	Renault/Sandero Auth 1.0	2015/2016	branca	QHM 6576	flex	5.000,00
5	76	184	saude	Renault/Sandero Auth 1.0	2015/2016	branca	QHM 6626	flex	5.000,00
5	77	48	Saude	Renault/master Rontanamb	2006	branca	MEC 8117	Diesel	5.000,00
5	78	77	educação	Renault/Sandero 16V	2014/2015	branca	MLT 3537	flex	5.000,00
5	79	173	educação	Renault/Sandero EXP 16	2013/2014	branca	MLS 0251	gasolina	5.000,00
5	80		bombeiros	renault/master 11M3 - ambulancia	2012	branca	MKT 2291	Diesel	5.000,00
5	81	12	Administração	Renault/Sandero EXP16	2011/2012	branca	MIY 7246	Flex	5.000,00
5	82	76	Cultura	Renault/Scenic AUT 1616V	2007	prata	AOS 1121	flex	5.000,00
5	83	159	desenvol. Social	Renault/Logan	2013	branca	MML 6743	gasolina	5.000,00
5	84	196	Educação	Renault/Logan EXP 1.6 SCE	2017/2018	Branca	QIQ 5528	Flex	5.000,00
5	85		Funrebom	Renaul/Logan	2009/2010	vermelho	MHI 364	flex	5.000,00
5	86	226	desenvol. Social	Renault/Logan WXP 1.6 16V	2018/2019	Branca	QJJ 2966	flex	5.000,00
5	87	154	saude	Renault/masteramb Rontan	2010	Branca	MID 9856	Diesel	5.000,00
5	88	156	saude	Renault/Master Altchamb - Ambulancia	2002/2003	branca	MEL 9542	Diesel	5.000,00
5	89		APAE	Renault Master NIKS M020 - 13 PESSOAS	2017/2018	branca	QJH 5531	Diesel	5.000,00

5	90	208	demutran	Caminhonete/Furgao Renault/FUR L2H2	2018/2019	branca	QJI 2950	Diesel	5.000,00
TOTAL LOTE 05									100.000,00
LOTE 06									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTIVEL	VALOR
6	91	35	Saúde	Renault/Sandero EXP 1.0 16V	2014	preto	QHC 0065	gasolina	3.000,00
6	92	36	Saúde	Renault/Sandero EXP 1.0 16V	2014	preto	QHC 0335	gasolina	3.000,00
6	93	225	Saúde	Renault/Logan EXP 1.6 16V	218/2019	branca	QJB 1237	flex	3.000,00
6	94	38	saude	Renault/logan expression 1.6 M 8v	2014/2015	branca	QHC 0275	gasolina	3.000,00
6	95	183	saude	Renault/Sandero Auth 1.0	2015/2016	branca	QHM 6576	flex	3.000,00
6	96	184	saude	Renault/Sandero Auth 1.0	2015/2016	branca	QHM 6626	flex	3.000,00
6	97	48	Saude	Renault/master Rontanamb	2006	branca	MEC 8117	Diesel	3.000,00
6	98	77	educação	Renault/Sandero 16V	2014/2015	branca	MLT 3537	flex	3.000,00
6	99	173	educação	Renault/Sandero EXP 16	2013/2014	branca	MLS 0251	gasolina	3.000,00
6	100		bombeiros	renault/master 11M3 - ambulancia	2012	branca	MKT 2291	Diesel	3.000,00
6	101	12	Administração	Renault/Sandero EXP16	2011/2012	branca	MIY 7246	Flex	3.000,00
6	102	76	Cultura	Renault/Scenic AUT 1616V	2007	prata	AOS 1121	flex	3.000,00
6	103	159	desenvol. Social	Renault/Logan	2013	branca	MML 6743	gasolina	3.000,00
6	104	196	Educação	Renault/Logan EXP 1.6 SCE	2017/2018	Branca	QIQ 5528	Flex	3.000,00
6	105		Funrebom	Renaul/Logan	2009/2010	vermelho	MHI 364	flex	3.000,00
6	106	226	desenvol. Social	Renault/Logan WXP 1.6 16V	2018/2019	Branca	QJJ 2966	flex	3.000,00
6	107	154	saude	Renault/masteramb Rontan	2010	Branca	MID 9856	Diesel	3.000,00
6	108	156	saude	Renault/Master Altchamb - Ambulancia	2002/2003	branca	MEL 9542	Diesel	3.000,00
	109		APAE	Renault Master NIKS M020 - 13 PESSOAS	2017/2018	branca	QJH 5531	Diesel	3.000,00
6	110	208	demutran	Caminhonete/Furgao Renault/FUR L2H2	2018/2019	branca	QJI 2950	Diesel	3.000,00
TOTAL LOTE 06									60.000,00

LOTE 09									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTIVEL	VALOR
9	163		bombeiros	ford/ranger	2014	vermelha	MLR 5747	Diesel	5.000,00
9	164	75	saude	ford/fiesta sedan 1.6	2010/2011	prata	ATB 8933	flex	5.000,00
9	165		IMPRESS	ford/fiesta 1,6	2008	prata	AQO 8411	flex	5.000,00
9	166	222	Desenvol. Social	ford/KA SE 1.5 SD B	2018	branca	QJB 6945	flex	5.000,00
TOTAL LOTE 09									20.000,00

LOTE 11									
---------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTIVEL	VALOR
11	171	78	saude	mercedes benz/sprinter - ambulancia	2006	vermelha	MBK 3072	diesel	10.000,00
11	172	201	saude	mercedes benz/CDI Sprinter ambulancia	2010/2011	vermelha	MIO 5432	diesel	10.000,00
11	173		funrebom	mercedes benz/sprinter	2013/2014	vermelha	MKU 7026	diesel	10.000,00
11	174		funrebom	mercedes benz/sprinter	2014	vermelha	MKU 7106	diesel	10.000,00
TOTAL LOTE 11									40.000,00

## LOTE 12

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTIVEL	VALOR
12	175	78	saude	mercedes benz/sprinter - ambulancia	2006	vermelha	MBK 3072	diesel	8000,00
12	176	201	saude	mercedes benz/CDI Sprinter ambulancia	2010/2011	vermelha	MIO 5432	diesel	8000,00
12	177		funrebom	mercedes benz/sprinter	2013/2014	vermelha	MKU 7026	diesel	8000,00
12	178		funrebom	mercedes benz/sprinter	2014	vermelha	MKU 7106	diesel	8000,00
TOTAL LOTE 12									32.000,00

## LOTE 15

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTIVEL	VALOR
15	181	69	urbanismo	peugeot/206	2008	preto	JVM 2394	gasolina	5000,00
15	182	234	obras	peugeot/hoggar XR	2010/2011	prata	ETM5E62	gasolina	5000,00
TOTAL LOTE 15									10.000,00

## LOTE 16

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTIVEL	VALOR
16	183	69	urbanismo	peugeot/206	2008	preto	JVM 2394	gasolina	3000,00
16	184	234	obras	peugeot/hoggar XR	2010/2011	prata	ETM5E62	gasolina	3000,00
TOTAL LOTE 16									6.000,00

## LOTE 21

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTIVEL	VALOR
21	205	224	administração	KIA/sorento EX2 3.5 G17	2011	preta	NRJ 9126	flex	5.000,00
TOTAL LOTE 21									5.000,00

## LOTE 22

LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTIVEL	VALOR
22	206	224	administração	KIA/sorento EX2 3.5 G17	2011	preta	NRJ 9126	flex	3.500,00
TOTAL LOTE 22									3.500,00

LOTE 23									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
23	207	195	agricultura	Chery/AA 1.0 look	2017/2018	branca	QIV 3757	flex	5.000,00
TOTAL LOTE 23									5.000,00
LOTE 24									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
24	208	195	agricultura	Chery/AA 1.0 look	2017/2018	branca	QIV 3757	flex	3.000,00
TOTAL LOTE 24									3.000,00
LOTE 27									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
27	211		hermom	hyundai/ HB20 1.6 COMF	2014	branca	OOL 6877	flex	5.000,00
TOTAL LOTE 27									5.000,00
LOTE 28									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
28	212		hermom	hyundai/ HB20 1.6 COMF	2014	branca	OOL 6877	flex	3.000,00
TOTAL LOTE 28									3.000,00
LOTE 30									
LOTE	ITEM	Nº FROTA	LOCALIZA- ÇÃO	MARCA/MO- DELO	ANO	COR	PLACA	COMBUSTI- VEL	VALOR
30	214		polícia militar	CITROEN/ AIRCROSS LIVE AT	2019/2020	BRANCA	RDT 1161	flex	3.000,00
TOTAL LOTE 30									3.000,00

**DECRETO Nº 1.023/2020**

Publicação Nº 2638518

DECRETO Nº 1.023, de 08 de setembro de 2020.

Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.595, de 10 de julho de 2019 (LDO) e 4.636, de 12 de dezembro de 2019 (LOA),

**DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Próprio do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ORGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Funda- mental		
MODALIDADE	4490 – 108 – Aplicações Diretas	13	150.000,00



	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito citado no artigo precedente, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO ORGÃO	1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
UNIDADE	1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
ATIVIDADE	2014 – Manutenção Ensino Fundamental		
MODALIDADE	3390 – 108 – Aplicações Diretas	12	150.000,00
	TOTAL DA ANULAÇÃO		150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de setembro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

## DECRETO Nº 1.024/2020

Publicação Nº 2638520

DECRETO Nº 1.024, de 08 de setembro de 2020.

Dispõe sobre Crédito Suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 4.595, de 10 de julho de 2019 (LDO) e 4.636, de 12 de dezembro de 2019 (LOA),

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento do Município, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ORGÃO ORGÃO	0200 – PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO		
UNIDADE	0213 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
ATIVIDADE	2105 – Atenção Básica Saúde		
MODALIDADE	3390 – 3195 – Aplicações Diretas	105	150.000,00
	TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO		150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado, serão utilizados recursos provenientes de superávit financeiro.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União (SC), 08 de setembro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF  
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL  
Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO - 036/2020

Publicação Nº 2638048

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 036/2020

Concurso Público Municipal nº. 001/2018

ELISEU MIBACH, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA o (a) candidato (a) abaixo relacionado (a),

APROVADO (a) no Concurso Público Municipal nº 001/2018 a comparecer junto a Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do dia 11/09/2020 a 17/09/2020, no horário das 13:00 às 17:30 horas, de segunda a sexta feira, para apresentar FOTOCÓPIA e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item 2.5 do Edital 001/2018, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão Nascimento, Casamento ou União Estável;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir);
- Certidões Negativas Criminais do 1º Grau de Jurisdição expedidas pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, uma via do Sistema Eproc e uma via do Sistema SAJ/SG5;
- Certidão Negativa Criminal Fins Gerais 1º Grau pelo Poder Judiciário Federal;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso;
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso;
- Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos e CPF dos mesmos;
- Declaração de bens ou cópia da declaração do Imposto de Renda (modelo CRH\*);
- Declaração de não possuir acúmulo de cargo, função, emprego público ou aposentadoria exceto os previstos em Lei (modelo CRH\*);
- Declaração de "Ficha Limpa" (Lei Municipal nº 4.094/2013) (modelo CRH\*);
- Declaração de dependentes para fins de Declaração de Imposto de Renda (modelo CRH\*);
- Declaração de não ter sofrido penalidades no serviço público (modelo CRH\*);
- Declaração de não ter sido demitido do serviço público federal, estadual ou municipal nos últimos 05 (cinco) anos (modelo CRH\*);

\* Modelo CRH – São modelos de documentação gerados pela Chefia de Recursos Humanos mediante a apresentação dos demais documentos. Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 2.5.21 do Edital 001/2018, o (a) candidato (a) deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo.

Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

#### CARGO: ENFERMEIRO DO PSF

NOME	CLAS	ASSINATURA	DATA
VANIA BEATRIZ MACHE	13º		

Porto União (SC), 10 de setembro de 2020.

ELISEU MIBACH  
Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 045/2019 - F.A.S

Publicação Nº 2638210

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento ao Contrato 045/2019 – FAS – Sequencial 1.

Partes: Município de Porto União e Nutri SC Comercio De Alimentos LTDA.

#### OBJETO DO APOSTILAMENTO:

Concede-se reequilíbrio financeiro para os itens:

- 01 – Farinha de trigo, passando do valor de R\$ 8,29 (oito reais e vinte e nove centavos) para R\$ 9,23 (nove reais e vinte e três centavos).
- 03 – Macarrão tipo espagete, passando do valor de R\$ 3,10 (três reais e dez centavos) para R\$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos).
- 04 – Sal refinado, passando do valor de R\$ 0,83 (oitenta e três centavos) para R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos).
- 05 – Leite em pó integral, passando do valor de R\$ 7,59 (sete reais e cinquenta e nove centavos) para R\$ 10,55 (dez reais e cinquenta e cinco centavos).
- 14 – Arroz parboilizado, passando do valor de R\$ 10,03 (dez reais e três centavos) para R\$ 16,89 (dezesseis reais e oitenta e nove centavos).
- 15 – Feijão Preto tipo I, passando do valor de R\$ 2,97 (dois reais e noventa e sete centavos) para R\$ 5,15 (cinco reais e quinze centavos).
- 16 – Óleo de soja, passando do valor de R\$ 3,23 (três reais e vinte e três centavos) para R\$ 4,44 (quatro reais e quarenta e quatro centavos).

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 28 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DE CONTRATO 037/2020 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2638169

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 037/2020 – EDUCAÇÃO.  
Partes: Município de Porto União e Valter José Duarte Imunização e Controle de Pragas Urbanas.  
Objeto: Contratação de Serviços de Desinsetização e Limpeza de caixas d'água.  
Valor: R\$ 2.928,60 (dois mil novecentos e vinte e oito reais e sessenta centavos).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 014/2020 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 26 de agosto de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Valter José Duarte Imunização e Controle de Pragas Urbanas.  
Contratado.

**EXTRATO DE CONTRATO 038/2020 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2638173

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 038/2020 – EDUCAÇÃO.  
Partes: Município de Porto União e Previne Desinsetizadora Ltda.  
Objeto: Contratação de Serviços de Desinsetização e Limpeza de caixas d'água.  
Valor: R\$ 8.021,00 (oito mil e vinte e um reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 014/2020 – EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 26 de agosto de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Previne Desinsetizadora Ltda.  
Contratado.

**EXTRATO DE CONTRATO 123/2020**

Publicação Nº 2638119

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 123/2020.  
Partes: Município de Porto União e Luís Fernando Tracz.  
Objeto: Contratação de um artista plástico para execução da obra de arte para o Memorial da Mulher  
Valor: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais).  
Vigência: 03 (três) meses.  
Base legal: Inexigibilidade de Licitação 016/2020, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 31 de agosto de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.  
Luís Fernando Tracz.  
Contratado.

**EXTRATO DE CONTRATO 124/2020**

Publicação Nº 2638178

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Extrato de Contrato 124/2020.  
Partes: Município de Porto União e Antonholi & Garcia Maquinas e Equipamentos Ltda.  
Objeto: Aquisição de Veículo tipo Furgão para transformação em Auto Socorro de Urgência (ASU)  
Valor: R\$ 164.200,00 (cento e sessenta e quatro mil e duzentos reais).  
Vigência: 12 (doze) meses.  
Base legal: Pregão Presencial 064/2020, Lei 8.666/93.  
Porto União SC, 02 de setembro de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

Antonholi & Garcia Maquinas e Equipamentos Ltda.  
Contratado.

**EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 098/2020**

Publicação Nº 2638163

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Primeiro Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços Nº 098/2020.  
Partes: Município de Porto União e Peças e Oficina São José Ltda ME.

Onde lê-se:

**CLÁUSULA II - DO PREÇO**

O valor estimado para as aquisições é de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) e o desconto será dado conforme a tabela abaixo:

LOTE /DESCRIÇÃO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%) OU R\$	VALOR MÁXIMO ESTIMADO
LOTE 7	60%	R\$ 20.000,00
LOTE 15	59%	R\$ 85.000,00
LOTE 16	45%	R\$ 30.000,00

Assim como:

Lote	Item	DESCRIÇÃO	QDADE	R\$ UNT	Valor
15	53	MAO DE OBRA HORA HOMEM	1000	R\$ 85,00	R\$ 85.000,00

Leia-se:

**CLÁUSULA II - DO PREÇO**

O valor estimado para as aquisições é de R\$ 109.000,00 (cento e nove mil reais) e o desconto será dado conforme a tabela abaixo:

LOTE /DESCRIÇÃO EQUIPAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%) OU R\$	VALOR MÁXIMO ESTIMADO
LOTE 7	60%	R\$ 20.000,00
LOTE 15	R\$ 59,00	R\$ 59.000,00
LOTE 16	45%	R\$ 30.000,00

Assim como:

Lote	Item	DESCRIÇÃO	QDADE	R\$ UNT	Valor
15	53	MAO DE OBRA HORA HOMEM	1000	R\$ 59,00	R\$ 59.000,00

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 31 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

Peças e Oficina São José Ltda ME.

Contratada.

**EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 403/2019**

Publicação Nº 2638134

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Fornecimento nº 403/2019.  
Partes: Município de Porto União e Eletro Led Material Elétrico Ltda – EPP.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL**

Adita-se o valor de R\$ 41.802,50 (quarenta e um mil oitocentos e dois e cinquenta centavos), referente aos itens:

ITEM	PRODUTO	QTDE LICIT.	QTDE A ADITAR	EQUIVALENTE
01	Embutido de Solo Externo Redondo: Poste reto 4,00 (metros) livre, com base e chumbadores, galvanizado a fogo e pintura eletrostática a pó na cor preta, para iluminação a LED, deve possuir ótimo acabamento e a pintura que garanta o toque refinado do produto. (Tubo 76,2X60,03) para praça externa, com: Diâmetro mínimo de 15 cm; Encache de luminária de $\phi$ 63mm; Garantia mínima de 02 anos; Conforme Nome ABNT 14.744; Tubo de aço SAE 1010/2020.	115	28	24,34 %
02	Luminária de LED: tipo taça, externa com acabamento em alumínio, injetado à alta pressão ou por extrusão, ou fundido, pintura eletrostática a pó, cor preta, com vedação própria para ambientes externos, resistente a intempéries, com as seguintes especificações: Sistema de iluminação com LED'S ornamental em alumínio injetado; Sistema óptico com grau de proteção IP 65; Acesso facilitado ao Driver; Fonte de energia grau de proteção IP 67; Vida útil mínima de 50.000 horas; Com IRC mínimo 80; Temperatura da cor de 4.500 K a 6.000 K; Com potência máxima de 100 watts; Com cor da luz na cor branca; Fluxo luminoso mínimo de 12.000 lumens; diâmetro da base $\phi$ 0,63mm; Fator de Potencia $\geq 0,92@127V/\geq 220V$ ; Apresentar Laudo de laboratório acreditado pelo INMETRO; Será exigido catálogo com amostra, na apresentação da proposta; Garantia 12 meses; Com três ou quatro raios de sustentação (sugestão de modelos).	115	28	24,34 %
03	Fio flexível 2,5mm (rolo de 100 metros)	15	3,75	25%
04	Fio flexível 4,0mm (rolo de 100 metros)	10	2,5	25%
05	Fio flexível 6,0mm (rolo de 100 metros)	12	03	25%

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 31 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

Eletro Led Material Elétrico Ltda – EPP.

Contratada.

## EXTRATO DE QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 094/2016

Publicação Nº 2638208

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 094/2016.

Partes: Município de Porto União e Telefônica Brasil S/A.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Adita-se 02 (duas) linhas habilitadas (sem fornecimento de aparelho) para a Prefeitura Municipal de Porto União. Mantem-se habilitado os 16 (dezesesseis) aparelhos telefônicos celulares com as linhas habilitadas para a Secretaria Municipal de Saúde.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 31 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

Telefônica Brasil S/A.

Contratada.

**EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 006/2020**

Publicação Nº 2638154

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Execução de Obra nº 006/2020.

Partes: Município de Porto União e José Lucas Moreira Empreendimentos.

**CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL**

Adita-se o valor de R\$ 20.865,64 (vinte mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos) ao aludido contrato superior. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 31 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

José Lucas Moreira Empreendimentos.

Contratada.

**EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 011/2020**

Publicação Nº 2638160

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 011/2020.

Partes: Município de Porto União e Luciano Betiate 01998336999.

**CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

Altera-se a modalidade da capacitação, anteriormente prevista para ser realizada de forma PRESENCIAL, para a forma ONLINE através da plataforma GOOGLE MEET, conforme solicitação realizada através do Ofício nº 137/2020 – SMDS devido à pandemia e demais legislações referente ao COVID-19.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

Porto União SC, 31 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal

Contratante.

Luciano Betiate 01998336999.

Contratada.

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO 072/2020 - AMASPU**

Publicação Nº 2638986

Extrato de Termo Aditivo nº 072/2020 ao Contrato 012/2018

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e CLÍNICA MÉDICA G.E.L.M. LTDA ME

Valor: Adita-se o valor estimado em R\$6.000,00 (Seis mil reais).

Porto União, SC, 10 de setembro de 2020.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU

CLÍNICA MÉDICA G.E.L.M. LTDA ME

Contratada

**EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 014/2020 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2638175

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 023/2020 – EDUCAÇÃO.

Pregão Presencial 014/2020.

Termo de Homologação e Adjudicação.

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Previne Desinsetizadora Ltda e Valter José Duarte Imunização e Controle de Pragas Urbanas.

Porto União SC, 26 de agosto de 2020.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 064/2020**

Publicação Nº 2638186

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 150/2020.  
Pregão Presencial 064/2020.  
Termo de Homologação e Adjudicação.  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Antonholi & Garcia Maquinas e Equipamentos Ltda.  
Porto União SC, 02 de setembro de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 065/2020 - REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2638193

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 153/2020 – REGISTRO DE PREÇOS.  
Pregão Presencial 065/2020 – Exclusivo – ME – EPP – Âmbito Local – Decreto Mun. 535/2018.  
Termo de Homologação e Adjudicação.  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Comercial JDC Materiais de Construção Ltda – ME.  
Porto União SC, 27 de agosto de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 066/2020 - MULTIENTIDADE - REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2638204

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 154/2020 – MULTIENTIDADE – REGISTRO DE PREÇOS.  
Pregão Presencial 066/2020 – Exclusivo – ME – EPP – Âmbito Local – Decreto Mun. 535/2018.  
Termo de Homologação e Adjudicação.  
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas Mecânica Marjovan LTDA – EPP, Osni Paggi 59474505934, Moacir Adalberto Bodnar – ME e Baiak & Cia LTDA.  
Porto União SC, 01 de setembro de 2020.  
Eliseu Mibach.  
Prefeito Municipal.

**EXTRATO DE TERMO DE REVOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO 002/2020 - EDUCAÇÃO**

Publicação Nº 2638206

Município de Porto União  
Estado de Santa Catarina  
Processo Licitatório 027/2020 – EDUCAÇÃO.  
Pregão Eletrônico 002/2020.  
Termo de Revogação  
Revoga-se o aludido processo licitatório com base no artigo 49 da lei 8.666/93, tendo em vista que deu-se deserta.  
Porto União SC, 04 de setembro de 2020.  
Eliseu Mibach  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2020 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2020**

Publicação Nº 2638623

**ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2020

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2020

Dispensa a Licitação com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei nº. 8.666/93 em favor da Empresa YAM PRODUÇÕES E INSTALAÇÕES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 22.254.902/0001-97, sito na Rua Balduino Bohrer, nº 150, São Basílio Magno, Município de União da Vitória, Estado do Paraná, para consertar a mesa de som digital XR18 da Câmara de Vereadores de Porto União, no valor total de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)

Porto União (SC), 01 de Setembro de 2020.

Maira Teresinha Lusa

Presidente da Comissão de Licitação

**EXTRATO DE CONTRATO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2020 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2020**

Publicação Nº 2638626

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato – Processo Licitatório nº 029/2020 – Dispensa de Licitação nº 025/2020

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: YAM PRODUÇÕES E INSTALAÇÕES – CNPJ nº 22.254.902/0001-97

Objeto: Conserto da mesa de som digital XR18

Valores: R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.39.17.00.00.00 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos

Complemento – 3.3.90.30.29.00.00.00 – Material para Áudio, Vídeo e Foto

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 24, inciso II da Lei nº 8.666/93

Sandro Luciano Calikoski

Presidente

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### 14 CREDENCIAMENTO DE MEDICOS

Publicação Nº 2638523

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POUSO REDONDO  
PROCESSO Nº14/2020  
CHAMENTO PUBLICO Nº 07/2020

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados a abertura do CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA, MÉDICO CLÍNICO GERAL NO MUNICÍPIO DE POUSO REDONDO, PARA ATENDIMENTO MÉDICO NO PRONTO SOCORRO MUNICIPAL E PARA OUTRAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, a partir das 08:00 horas do dia 24.08.2020. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, pelo fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br ou site www.pousoredondo.sc.gov.br

Pouso Redondo, em 10 de setembro de 2020.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

### EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020 - ESTABELECE NORMAS PARA A CHAMADA PÚBLICA DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM, DESTINADA A PROVER VAGA TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO NA SECRETARIA DA SAÚDE NO ANO DE 2020

Publicação Nº 2638495

EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2020 DE 10 de SETEMBRO de 2020

Estabelece normas para a chamada pública de Técnico em enfermagem, destinada a prover vaga temporária de excepcional interesse público na Secretaria da Saúde no ano de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, Oscar Gutz, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.392 de 20 de março de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento de vagas em virtude da Pandemia no novo Coronavírus.

#### 1. DAS VAGAS

1.

Técnico em enfermagem	01 vaga	40 horas	R\$ 1.959,36
-----------------------	---------	----------	--------------

#### 2. DOS PROCEDIMENTOS

2.1. Os candidatos interessados deverão se dirigir ao Setor de Recursos Humanos, na Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, Rua Antônio Carlos Thiesen, nº 74, Centro, do dia 10/09/2020, das 7h30 às 11h30 e 13h00 às 17h00, até às 13h do dia 11/09/2020, munido de cópia dos seguintes documentos:

- a) RG e CPF;
- b) diploma de conclusão de curso e registro profissional no órgão de classe;
- c) Especialização na área de saúde pública, se possuir.

2.2. Os candidatos que forem classificados serão convocados para preencher a vaga conforme lista de classificação que será publicada no dia 11 de setembro de 2020 às 14h.

#### 3. CLASSIFICAÇÃO

3.1. Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, será verificado o seguinte critério de classificação:

- a) Especialização na área de saúde pública.

Pouso Redondo, 10 de setembro de 2020.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

**ERRATA PR 088 2020 DL 04 2020**

Publicação N° 2639616

AVISO DE ALTERAÇÃO  
PROCESSO N°088/2020  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°04/2020

O Município de Pouso Redondo torna publico o aviso de alteração do edital, com objetivo de correção do valor total global do processo nº 88/2020, Dispensa de licitação nº04/2020, onde Altera-se o valor e acréscimo do item 52, As demais cláusulas permanecem inalteradas. Pouso Redondo, em 10 de julho de 2020.

Oscar Gutz  
Prefeito Municipal

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N° 75/2020

Publicação N° 2638639

#### EXTRATO DE CONTRATO

N° 75/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	ÍTACA EIRELI
OBJETO:	Tem por objeto a contratação de empresa para a aquisição de tubos e conexões para criação de rede de abastecimento e fornecimento de água potável no Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O preço total ajustado para a aquisição dos itens é a importância de R\$ 1.659,80 (um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), valor este que o Contratante pagará à Contratada. O pagamento devido à empresa será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e efetiva apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, na Instituição Financeira SICCOB MAXICREDITO 756 Agência: 3069-4 e Conta Corrente: 86.699-7.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Leonir Lovato, representando neste ato o Município, conforme Portaria n° P/0945/2020, de 10 de setembro de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	A vigência do presente Contrato é da sua assinatura até o limite de 31 de dezembro de 2020.

### EXTRATO DE CONTRATO N° 76/2020

Publicação N° 2638640

#### EXTRATO DE CONTRATO

N° 76/2020

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
CONTRATADA:	LAJE ÁGUA COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP
OBJETO:	Tem por objeto a contratação de empresa para a aquisição de tubos e conexões para criação de rede de abastecimento e fornecimento de água potável no Município de Presidente Castello Branco/SC.
VALOR:	O preço total ajustado para a aquisição dos itens é a importância de R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e quatrocentos reais), valor este que o Contratante pagará à Contratada. O pagamento devido à empresa será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega dos itens e efetiva apresentação da nota fiscal, que será feito através de crédito em conta, na Instituição Financeira BANCO DO BRASIL Agência: 0139-2 e Conta Corrente: 28.154-9.
FISCAL DO CONTRATO:	O presente contrato será fiscalizado pelo servidor municipal Sr. Leonir Lovato, representando neste ato o Município, conforme Portaria n° P/0945/2020, de 10 de setembro de 2020, nos termos do art. 67 da Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.
VIGÊNCIA:	A vigência do presente Contrato é da sua assinatura até o limite de 31 de dezembro de 2020.

**LEI Nº 1.883/2020, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638192

Lei nº 1.883/2020, de 04 de setembro de 2020.

Estabelece o procedimento para a doação, repasse e o descarte de livros da Biblioteca Pública do Município de Presidente Castello Branco, e dá outras providências.

Ademir Domingos Miotto, Prefeito Municipal de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte,

Lei

Capítulo I  
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º. Esta Lei estabelece o procedimento para a doação, o repasse e o descarte de livros da Biblioteca Pública do Município de Presidente Castello Branco – SC.

Capítulo II  
DA DOAÇÃO

Art. 2º. Toda doação de livros ou outros materiais destinados à Biblioteca Pública Municipal deverá ser realizada através de prévio agendamento, possibilitando a seleção do material a ser recebido.

Parágrafo único. A doação de livros ou de outros materiais à biblioteca deverá ser realizada pessoalmente pelo doador.

Art. 3º. A pessoa interessada em realizar a doação de livros à Biblioteca Pública Municipal poderá encaminhar mensagem eletrônica ou pessoalmente, contendo a relação dos materiais a serem doados, a fim de que o servidor público responsável possa avaliar e apontar quais livros ou materiais são de interesse da biblioteca.

Parágrafo único. O servidor responsável pela seleção das obras indicará ao doador a relação dos livros e materiais de interesse da biblioteca e este realizará a doação conforme indicado pelo servidor.

Art. 4º. As doações à biblioteca não poderão ser realizadas se constadas das seguintes situações:

I – obras danificadas (ausência de páginas, folhas soltas, infectadas por fungos e/ou insetos, que sofreram ação de umidade, rabiscadas ou sublinhadas);

II – obras com conteúdo ultrapassado;

III – livros didáticos com defasagem de 5(cinco) anos da data atual;

IV – cópias de materiais bibliográficos;

V – livros infanto-juvenis e outros materiais com o objetivo de divulgação de marketing institucional (contendo a marca/personagem da marca);

VI – livros infanto-juvenis que contenham passatempos e álbum de figuras;

VII – materiais que não atendam a demanda dos usuários.

Art. 5º. O doador, ao entregar os livros ou outros materiais na biblioteca, receberá uma cópia de termo de doação, devidamente assinado pelo receptor e doador.

Parágrafo único. Os materiais que não se encontrarem em condições físicas de uso serão devolvidos ao doador e não constarão no termo de doação.

Art. 6º. Em se tratando de edição rara ou esgotada, ou de valor histórico para o Município, e se houver apenas um único exemplar, a obra será encaminhada para fins de arquivo histórico.

Capítulo III  
DO REPASSE

Art. 7º. Fica criado o Programa de Repasse de Materiais da Biblioteca Pública Municipal de Presidente Castello Branco, permitindo o repasse de materiais baixados do acervo, originários ou não de doações.

§ 1º. Os materiais doados espontaneamente somente poderão ser repassados caso não sejam de utilidade.

§ 2º. Terão preferência no recebimento de repasse dos materiais institucionais sem fins lucrativos, desde que formalmente requisitado à biblioteca, observando-se a seguinte ordem:

I – casas de apoio ligadas à assistência social;

II – hospitais e asilos;

III – bibliotecas de cidades vizinhas;

§ 3º. A Biblioteca Pública Municipal de Presidente Castello Branco - poderá realizar o repasse de livros à comunidade como parte de projetos culturais e de incentivo à leitura, tais como feiras literárias e outros eventos promovidos por outros setores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

§ 4º. Para que seja realizado o repasse deverão ser observados os seguintes critérios:

I – duplicidade de obras no acervo da biblioteca;

II – irrelevância de demanda para a biblioteca;

III – desatualização do conteúdo acima de 05(cinco) anos;

IV – mau estado de conservação do material.

Art. 8º. As instituições sem fins lucrativos, bem como qualquer pessoa que receber os materiais na forma de repasse deverão assinar, juntamente com o bibliotecário, o termo de repasse de doações, conforme modelo fornecido pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

#### Capítulo IV DO DESCARTE

Art. 9º. Fica regulamentado o descarte de materiais da Biblioteca Pública Municipal de Presidente Castello Branco, que consiste na retirada definitiva de livros ou outros materiais que já não justificam sua permanência para alocação de novos materiais.

Art. 10. Caberá a Comissão específica constituída de profissionais da educação, selecionar os materiais incorporados ou não ao acervo que sejam passíveis de descarte, indicando as situações previstas no artigo 11 desta Lei.

Art. 11. O descarte de livros ou outros materiais poderá ser realizado, desde que esgotadas as tentativas de repasse nos termos desta Lei, se constatadas quaisquer das seguintes situações:

I – obras desatualizadas e que foram substituídas ou não por edições mais recentes;

II – obras em condições físicas irrecuperáveis;

III – obras com excesso de duplicadas;

IV – obras sem demanda há mais de 05(cinco) anos.

Parágrafo único. Caso seja constatada a existência de obras que se enquadrem no item II deste artigo, estas poderão ser encaminhadas diretamente para descarte.

Art. 12. O descarte de livros será encaminhado para reciclagem, sendo disponibilizado anteriormente para ONGs e cooperativas cadastradas junto ao Poder Executivo Municipal, se houverem.

Art. 13. O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60(sessenta) dias, contado se sua publicação.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Presidente Castello Branco – SC, em 04 de setembro de 2020.

Ademir Domingos Miotto  
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei em 04/09/2020, na forma da Lei Orgânica Municipal.

Angélica Frigo  
Diretora da Secretaria Municipal de Administração,  
Planejamento e Finanças

# Presidente Getúlio

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2020

Publicação Nº 2638666

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 58/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 109/2020

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL. A entrega dos envelopes acontecerá no dia 24/09/2020 às 09h00min. A sessão de abertura será às 09h15min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto M-Iler, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, SC, em 10 de setembro de 2020.  
NELSON VIRTUOSO – Prefeito Municipal

### TERMO DE DESERÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2020 - FMS

Publicação Nº 2639110

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 42/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA FROTA DA SECRETARIA DE SAÚDE.

A comissão de licitações no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, decide:  
Revogar o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto mencionado acima. Para futuras contratações de acordo com a conveniência e as necessidades da administração pública.

MOTIVO: Em razão do não acudirem interessados na participação do certame, razão pela qual foi considerado deserto.

Presidente Getúlio, SC, em 10 de setembro de 2020.  
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

### TERMO DE DESERÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2020

Publicação Nº 2638651

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO  
PREGÃO PRESENCIAL P/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 53/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 95/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LAVAÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

A comissão de licitações no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei 8.666/93 e suas alterações, decide:  
Revogar o processo licitatório, e consequentemente a licitação em seu todo, cujo objeto mencionado acima. Para futuras contratações de acordo com a conveniência e as necessidades da administração pública.

MOTIVO: Em razão do não acudirem interessados na participação do certame, razão pela qual foi considerado deserto.

Presidente Getúlio, SC, em 10 de setembro de 2020.  
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

# Princesa

## PREFEITURA

### CONTRATO 13/2020 RAIMED

Publicação Nº 2638669

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2020  
Contratante.: FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA  
Contratada...: RAIMED CLINICA DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM  
MARAVILHA  
Valor ..... : 29.125,00 (vinte e nove mil cento e vinte e cinco reais)  
Vigência ..... : Início: 11/09/2020 Término: 13/02/2021  
Licitação ..... : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 6/2020  
Recursos ..... : Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00 (91)  
Objeto ..... : CREDENCIAMENTO para Contratação de pessoa jurídica  
para aquisição de exames de imagem de ressonância nuclear magnética  
para pacientes residentes no Município de Princesa - SC.  
Princesa, 10 de Setembro de 2020  
Denacir Eping  
Gestor Fundo Municipal de Saude

### DECRETO Nº. 678, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638177

DECRETO Nº. 678, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 79.616,88 (Setenta e nove mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos) destinado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.451.0009.1.009- Pavimentação de Ruas e Passeios

MODALIDADE:	(265) 4.4.90.00.0.3.3440.0000-	Aplicações Diretas	R\$	30.502,27
MODALIDADE:	(262) 4.4.90.00.0.3.3400.0000-	Aplicações Diretas	R\$	49.114,61
FONTE DE RECURSO: 3440 e 3400– Recursos FEP e Próprios				
TOTAL			R\$	79.616,88

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 79.616,88 (Setenta e nove mil, seiscentos e dezesseis reais e oitenta e oito centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2019 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, nas fontes de recurso acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.  
PRINCESA - SC, 10 de Setembro de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti  
Contadora  
CRC/SC 026787/O-2

**DECRETO Nº. 679, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638179

DECRETO Nº. 679, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar nos termos do Art. 11 da Lei Orçamentária Anual nº. 1.026, de 28 de Novembro de 2019, no valor de R\$ 554.021,12 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil, vinte e um reais e doze centavos), destinado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES

UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA, OBRAS, URBANISMO

PROJ./ATIV.: 15.451.0009.1.009- Pavimentação de Ruas e Passeios

MODALIDADE:	(161) 4.4.90.00.0.1.1456.0000-	Aplicações Diretas	R\$	228.894,28
MODALIDADE:	(266) 4.4.90.00.0.1.1408.0000-	Aplicações Diretas	R\$	7.000,00
MODALIDADE:	(267) 4.4.90.00.0.1.1511.0000-	Aplicações Diretas	R\$	318.126,84
FONTE DE RECURSO: 3440 e 3400– Recursos FEP e Próprios				
TOTAL			R\$	554.021,12

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 554.021,12 (Quinhentos e cinquenta e quatro mil, vinte e um reais e doze centavos), de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado nas fontes de recurso acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 10 de Setembro de 2020.

Edilson Miguel Volkweis  
Prefeito Municipal

Keli Fernanda Meotti  
Contadora  
CRC/SC 026787/O-2

**NOTA DE ANULAÇÃO - PL 30.2020-FMS, PR 11.2020-FMS - PROC. GINECOLÓGICOS**

Publicação Nº 2638534

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRINCESA****CNPJ:** 11.430.652/0001-82  
**Rua Sete de Setembro, 605**  
**C.E.P.:** 89935-000 - Princesa - SC**PREGÃO PRESENCIAL  
Nr.: 11/2020 - PR****Processo Administrativo:** 26/2020  
**Processo de Licitação:** 30/2020  
**Data do Processo:** 25/08/2020

**Objeto:** REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de EXAMES E PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS (Colposcopia; Criocauterização / eletrocoagulação de colo uterino; Biópsia de colo uterino; Colocação ou retirada de DIU; Biópsia de lesões vaginais; entre outras) para pacientes do Município de Princesa/SC.

**NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2020**

**Motivo:** Devido ao não comparecimento de proponentes ou interessados, bem como a inexistência de qualquer demonstração de interesse no objeto deste certame, o processo licitatório nº 30/2020-FMS foi declarado DESERTO, conforme Ata de Reunião da Comissão.

Princesa, 10 de Setembro de 2020

-----  
Denacir Epping  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**PORTARIA Nº 178 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639628

PORTARIA Nº. 178 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

“REVOGA EFEITOS DE PORTARIA QUE CONCEDEU FUNÇÃO GRATIFICADA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no art. 9º, e incisos IX, X e XXIX do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal; combinado com o art. 140 da Lei Complementar 024 de 30 de Dezembro de 2014 e arts. 8º e 25da Lei Complementar 023 de 30 de Dezembro de 2014, que concede gratificação ao servidor ocupante de função designada;

**RESOLVE:**

Art. 1º. REVOGAR, os efeitos da Portaria nº 159, de 11 de Setembro de 2019, que concedeu Função Gratificada à servidora Simone Marli Nielsson, ocupante do cargo de Controle Interno, em razão de desempenho de Coordenadora do Sistema de Controle Interno, carga horária de 40 horas semanais, a contar da data de 01 de setembro de 2020.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigência na data de sua publicação, com efeitos ex tunc à data de 1º de setembro de 2020.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),  
em 11 de setembro de 2020.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

PREFEITO MUNICIPAL

Esta Portaria foi Registrada e Publicada na forma da Lei.

Publicação no DOM/SC – Ato nº 2639628

Data da Publicação: 11 de setembro de 2020

Edineia Inês Wille

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO TP 76/2020

Publicação Nº 2638750

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº: 76/2020
Modalidade: TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 76/2020
Tipo: Menor Preço
Regime de Execução: Indireta/Empreitada por Preço Global
Objeto: AQUISIÇÃO DE EMPREITADA GLOBAL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PASSEIOS PÚBLICOS, NA AVENIDA CEL. ERNESTO FRANCISCO BERTASO (CENTRO), MUNICÍPIO DE QUILOMBO, COM ÁREA TOTAL DE 1.286,31 M², CONFORME PROJETO DO MUNICÍPIO.
Entrega dos Envelopes: 09:00 horas do dia 29/09/2020.
Abertura dos Envelopes: 09:10 horas do dia 29/09/2020.
A íntegra do Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou no site do município <a href="http://www.quilombo.sc.gov.br">www.quilombo.sc.gov.br</a>
Quilombo, 10 de setembro de 2020.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 267/2020 - DE 04 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638101

DECRETO Nº 267/2020 - DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos IX e XXIII, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o inciso I do Art. 9º da Lei Complementar Municipal nº 032 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001 e Art. 6º da Lei Complementar Municipal nº 031 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, de 05 de dezembro de 2001,

Considerando a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2020, através do Decreto nº 191/2020, de 23 de julho de 2020,

Considerando a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, Servidores para o Município,

Considerando a Comunicação Interna nº 054/2020, expedida pelo Secretário Municipal da Saúde, na data de 04 de agosto de 2020,

Considerando o Decreto nº 219/2020, 13 de agosto de 2020, que dispõe da sobre a reclassificação da candidata aprovada no concurso público nº 001/2020,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, para tomar posse no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar da publicação do presente, atendendo disposto no § 1º do Art. 14, da Lei Complementar nº 032/2001, a candidata aprovada no concurso público nº 001/2020, classificada em 3º lugar, abaixo denominada e enquadrada de acordo com a Lei Complementar nº 031 – Plano de cargos e remuneração dos servidores públicos municipais e alterações, conforme segue:

Nome:	Ivandra Lucia Paravisi Pasinato
Categoria Funcional:	Técnico em Enfermagem
Código:	04.01
Nível da Referência:	41
Carga Horária:	40H semanais

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de setembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal  
Registrada e Publicado

Em \_\_/08/2020.  
Lei Municipal nº 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

## **DECRETO Nº 269/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638300

DECRETO Nº 269/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 0098/2020, DE 14 DE ABRIL DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o do artigo 1º, do Decreto nº 098/2020, de 14 de abril de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica nomeado, a partir de 09 de setembro de 2020, Antônio Luiz Zamignan, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Transportes e Obras, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes e Obras.”

Art. 2º As demais disposições contidas no Decreto nº 098/2020, permanecem inalteradas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e com efeitos financeiros a partir da competência 09/2020.

Gabinete do Executivo Municipal, em 09 de setembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado  
Em \_\_/09/2020  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

## **DECRETO Nº 270/2020 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638872

DECRETO Nº 270/2020 - DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DE BARES, RESTAURANTES E SIMILARES NO MUNICÍPIO DE QUILOMBO-SC, COMO MEDIDA DE ENFRENTAMENTO DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

Silvano de Pariz, Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

CONSIDERANDO o art. 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o art.30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

CONSIDERANDO o art. 8º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que diz que as ações e serviços de saúde serão organizados de forma regionalizada e hierarquizada;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID19;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes;

CONSIDERANDO o Programa de Descentralização e Regionalização das Ações de Combate à COVID19, instituído pela Portaria n 464, de 03 de julho de 2020, que deixou por conta dos municípios e às respectivas Regiões de Saúde as atribuições de avaliar e aplicar as estratégias necessárias para a restrição ou, se possível, para a flexibilização das atividades sociais e econômicas;

CONSIDERANDO que a Comissão Intergestores Regional (CIR) homologará as decisões tomadas pelo conjunto de Municípios de seu território após a avaliação, orientação e organização técnica para subsidiar a tomada de ação de enfrentamento à COVID-19 por parte do conjunto de Municípios da Região de Saúde;

CONSIDERANDO o contido no § 3º do artigo 8º do Decreto Estadual nº 562, de 17 de abril de 2020, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 630, de 1º de junho de 2020, que atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 348, de 22 de maio de 2020, que determina a permanência da proibição da aglomeração de pessoas em qualquer ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, para a realização de atividades de qualquer natureza;

CONSIDERANDO que o Município de Quilombo, de acordo com as informações contidas no sítio oficial do Governo do Estado de Santa Catarina, encontra-se classificado como Risco Potencial Grave.

**DECRETA:**

Art. 1º As atividades desempenhadas por bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres serão condicionadas à observância do horário diário de funcionamento das 07h00min às 24h00min, ficando vedado o funcionamento após este horário.

§ 1º A restrição descrita no caput do artigo 1º deste Decreto vigorará até disposição em contrário.

§ 2º As restrições e obrigações estabelecidas por este artigo não se aplicam aos serviços de tele-entrega ou retirada no estabelecimento.

Art. 2º É de responsabilidade da Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, da Segurança Pública e demais órgãos fiscalizadores, quando for o caso, a fiscalização dos estabelecimentos referenciados no caput do art. 1º.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 190/2020, de 22 de julho de 2020.

Gabinete do Executivo Municipal, em 10 de setembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Em \_\_/09/2020.

Lei Municipal nº 1087/1993

Tairone Padilha dos Santos

Funcionário Designado

**PORTARIA Nº. 0671/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638171

PORTARIA Nº. 0671/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JAQUELYNE DALPONT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Jaquelyne Dalpont (20287), ocupante do cargo de Enfermeira, nos dias 10 e 11 de setembro de 2020, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7837, de 09 de setembro de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento da referida servidora, na competência 09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de setembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

### **PORTARIA Nº. 0673/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638265

PORTARIA Nº. 0673/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL BÁRBARA MICHELON BACKES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Bárbara Michelon Backes (20318), ocupante do cargo de Chefe de Programas, no dia 10 de setembro de 2020, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7835, de 09 de setembro de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento da referida servidora, na competência 09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de setembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

### **PORTARIA Nº. 0674/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638273

PORTARIA Nº. 0674/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELA CRISTINA GIOTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Daniela Cristina Giotto (20320), ocupante do cargo de Chefe de Programas, no dia 11 de setembro de 2020, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 7836, de 09 de setembro de 2020.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo, o período não trabalhado será descontado na folha de pagamento da referida servidora, na competência 09/2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de setembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

### **PORTARIA Nº. 0675/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638280

PORTARIA Nº. 0675/2020 - DE 09 DE setembro DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL CLECI TEREZINHA MARAFON COMIN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Cleci Terezinha Marafon Comin (1696), ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, nos dias 14 de setembro de 2020, no período matutino, para realização de exame médico e no dia 16 de setembro de 2020, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimentos sob Protocolos Nº 7828 e 7829, de 08 de setembro de 2020.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 21 de setembro de 2020, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica, o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de setembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

### **PORTARIA Nº.0672/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638253

PORTARIA Nº.0672/2020 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELISA USANOVICH MASCHIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo,

Considerando o Requerimento sob protocolo nº 7834, de 09 de setembro de 2020,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Elisa Usanovich Maschio (20365), ocupante do cargo de Odontóloga, nos dias 17, 18 e 19 de setembro de 2020, para participar de Pós-Graduação.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, Declaração de Comparecimento/Participação e/ou Certificado da Capacitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 09 de setembro de 2020.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada  
Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Lei Municipal 1087/1993

Jean Wilian Dalla Riva Devisê  
Funcionário Designado

# Rio do Campo

## PREFEITURA

### 406 PORTARIA Nº 406 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAUDE A SERVIDORA MARILSA BACK DE BRITO

Publicação Nº 2638038

PORTARIA Nº. 406, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

"Concede licença para tratamento de saúde a servidora MARILSA BACK DE BRITO".

RODRIGO PREIS, prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde a servidora MARILSA BACK DE BRITO, de acordo com atestado de incapacidade emitido pelo Dr. Klaus Peplau – CRM 2994, em anexo, pelo período de 05 de setembro de 2020 a 04 de dezembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 05 de setembro de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de setembro de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini  
Secretaria de Administração e Finanças

### 407 PORTARIA Nº 407 RETIFICA PORTARIA 237-2020

Publicação Nº 2638353

PORTARIA Nº. 407, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

"RETIFICA portaria 237/2020, que concede aposentadoria voluntária a servidora ROSELI AUGUSTO BORINELLI."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, principalmente as estabelecidas na Lei Municipal nº 1.646, de 28 de outubro de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. RETIFICA art.1º da portaria 237/2020, que passa a dispor da seguinte forma: "Concede aposentadoria, a partir de 12 de maio de 2020, a servidora ROSELI AUGUSTO BORINELLI, matrícula nº 6504-01, portadora da cédula de identidade (RG) nº 2.624.798– SSP/SC e inscrita no CPF nº 928.594.109-53, ocupante do cargo de Professor, nível 1 – especialização, classe referência A-F, aposentadoria voluntária por tempo de contribuição e idade, com fundamento no Art. 40 da Constituição Federal, tendo como base de cálculo para proventos, a última remuneração recebida na ativa, com as devidas ressalvas contidas no Art. 63, da Lei complementar nº 01/2009 e no art. 6º, incisos I e IV da Emenda Constitucional nº 41 /2003 c/c art. 40, § 5º da Constituição Federal".

Art. 2º. Revogam-se disposições em contrário.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 11 de maio de 2020.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de setembro de 2020.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Elite Zanghelini  
Secretaria de Administração e Finanças

## Rio do Oeste

## PREFEITURA

## DECRETO\_2604\_SUPLEMENTA\_EXCESSO\_PMRO

Publicação N° 2638606

DECRETO N° 2504 DE 15 DE JANEIRO DE 2020

Suplementa dotações orçamentárias para o Fundo Municipal de Assistência Social utilizando o superávit financeiro do exercício de 2019.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições, e pelo que lhe confere o inciso II, cc § 2º, art. 5º da Lei nº 2280 de 18/12/2019.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas as dotações orçamentárias constantes no Anexo I do presente decreto no valor total de R\$ 102.537,00 (cento e dois mil, quinhentos e trinta e sete reais).

Art. 2º Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2019 no valor de R\$ 102.537,00 (cento e dois mil, quinhentos e trinta e sete reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 14/01/2019

Rio do Oeste – SC, 15 de janeiro de 2020

HUMBERTO PESSATTI  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado no Diário Oficial em 15/01/2019

FLÁVIO MALIKOSKI  
Chefe de Gabinete

ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO N° 2504/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6,00
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602,00
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8,00
Sub-função:	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244,00
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	602,00
Atividade	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	2.021,00
FONTE DOS RECURSOS		
03350003	IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	11.492,20
03350004	Rem. Dep. Banc. IGD	2.818,58
03350009	IGD SUAS	3.955,00
SOMA		18.265,78
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.000,00	DESPESAS CORRENTES	18.265,78
3.300,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.265,78
3.390,00	APLICAÇÕES DIRETAS	18.265,78
03350003	IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família (Ref. 351)	11.492,20
03350004	Rem. Dep. Banc. IGD (Ref. 352)	2.818,58
03350009	IGD SUAS (Ref. 353)	3.955,00

TOTAL		18.265,78
ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO DECRETO Nº 2504/2020		
Órgão:	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	6,00
Unidade Orçamentária:	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	602,00
Função:	ASSISTÊNCIA SOCIAL	8,00
Sub-função:	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	244,00
Programa:	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	603,00
Atividade	Centro de Referência de Assistência Social	2.022,00
FONTE DOS RECURSOS		
03650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	15.465,72
03650012	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	68.805,50
SOMA		84.271,22
NATUREZA DA DESPESA		
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.000,00	DESPESAS CORRENTES	15.465,72
3.300,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	15.465,72
3.390,00	APLICAÇÕES DIRETAS	15.465,72
03650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado (Ref. 354)	15.465,72
4.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	68.805,50
4.400,00	INVESTIMENTOS	68.805,50
4.490,00	APLICAÇÕES DIRETAS	68.805,50
03650012	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/Estado (Ref. 355)	68.805,50
TOTAL		84.271,22

ANEXO II Superávit Financeiro de 2019 DECRETO Nº 2504/2020		
VÍNCULO	ESPECIFICAÇÃO	Saldo 2019
03350003	IGD - Índice Gestão Descentralizada Bolsa Família	11.492,20
03350004	Rem. Dep. Banc. IGD	2.818,58
03350009	IGD SUAS	3.955,00
03650011	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	15.465,72
03650012	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado	68.805,50
SOMA		102.537,00

**DECRETO\_2606\_INFORMACOES\_CASOS\_COVID**

Publicação Nº 2638046

DECRETO Nº 2.606, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispõe sobre o compartilhamento de informações referentes aos casos confirmados e suspeitos de infecção por covid-19 no âmbito do Município de Rio do Oeste.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecimento de um fluxo de informações referente aos casos confirmados e suspeitos de infecção por covid-19 no âmbito municipal

CONSIDERANDO que o Decreto Municipal nº 2.579, de 24 de julho de 2020 atribuiu competência a diversos órgãos para realizar a fiscalização das normas municipais de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus,

DECRETA:

Art. 1º A Vigilância Epidemiológica do Município de Rio do Oeste deverá comunicar o nome, CPF e o endereço completo das pessoas identificadas como casos suspeitos ou confirmados de infecção por covid-19, bem como a data estimada do fim do isolamento ou quarentena de cada caso, aos seguintes órgãos:

I – Vigilância Sanitária Municipal;

II – Defesa Civil Municipal;

III – Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, por meio do 13º Batalhão de Polícia Militar, situado em Rio do Oeste.

IV – Polícia Civil do Estado de Santa Catarina, por meio da Delegacia de Polícia da Comarca de Rio do Oeste.

§ 1º A comunicação a que se refere o caput do art. 1º será realizada no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, contados a partir do conhecimento do caso.

§ 2º Todas as comunicações serão realizadas por meio eletrônico, por endereços oficiais.

§ 3º O disposto nesse artigo não exclui o dever de inserção dos dados nos sistemas informatizados governos federal e estadual, conforme as diretrizes emanadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde.

§ 4º A Vigilância Epidemiológica comunicará aos órgãos fiscalizadores o fim do isolamento ou quarentena, caso ocorra em data anterior à estimada inicialmente, bem como eventuais prorrogações.

Art. 2º As pessoas identificadas como casos suspeitos ou confirmados deverão ser informadas a respeito do compartilhamento dos dados pessoais entre os órgãos referidos no artigo 1º.

Parágrafo único. A informação de que trata o caput deverá constar no termo de notificação emitido pelos profissionais de saúde do Município.

Art. 3º Os dados pessoais das pessoas identificadas como casos suspeitos ou confirmados deverão ser utilizados somente para fins de fiscalização do cumprimento das determinações emanadas pelas autoridades de saúde, sendo vedado o compartilhamento com pessoas estranhas aos órgãos mencionados no art. 1º.

Art. 4º O uso dos dados pessoais para fins diversos dos estabelecidos neste Decreto acarretará a instauração de processo administrativo disciplinar ou a comunicação à corregedoria do respectivo órgão quando for o caso.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste – SC, 10 de setembro de 2020.

LUIS CARLOS MULLER  
Prefeito de Rio do Oeste em exercício

## **DECRETO\_2607\_MEDIDAS\_CORONAVIRUS\_ALTERA\_DECRETO\_2587**

Publicação Nº 2638304

DECRETO Nº 2.607, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Altera o Decreto nº 2.587/2020, que instituiu medidas sanitárias preventivas relativas à COVID-19.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do art. 65, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí recebeu alerta de alteração do status de GRAVÍSSIMO (4) para GRAVE (3)

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º do Decreto nº 2.587, de 10 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Permanecem suspensas por tempo indeterminado:

I - a realização de todo e qualquer evento público ou privado que implique em aglomeração de pessoas (shows, cinemas, teatros etc.);

II - música ao vivo em eventos de qualquer natureza;

III - parques, ginásios e clubes de lazer, públicos e privados, ficando permitido somente o funcionamento de restaurantes e academias (dentro de clubes), conforme protocolos preestabelecidos;

IV - quaisquer atividades esportivas coletivas e recreativas, com exceção do futebol, que deverá observar o disposto na Portaria 664 da Secretaria de Estado da Saúde, de 03 de setembro de 2020;

Art. 2º Fica alterado o caput artigo 3º do Decreto nº 2.587, de 10 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O comércio não essencial (galerias, shoppings, lojas de variedades, lojas de rua e comércios em geral) deverá adotar horário reduzido de funcionamento, podendo funcionar todos os dias até as 21 horas.

Art. 3º Fica alterado o parágrafo único artigo 5º do Decreto nº 2.587, de 10 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único. A comercialização de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos citados no caput só poderá ocorrer até as 21 horas.

Art. 4º Fica alterado o caput artigo 14 do Decreto nº 2.587, de 10 de agosto de 2020, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14. Fica determinado o horário de funcionamento até as 23 horas das seguintes atividades:

Art. 5º Fica revogado o § 1º do artigo 14 do Decreto nº 2.587, de 10 de agosto de 2020.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Oeste - SC, 10 de setembro de 2020.

LUIS CARLOS MULLHER  
Prefeito em Exercício

## **DECRETO\_2608\_COMISSAO\_AVALIADORA\_TERRENO\_RIBEIRAO\_SUMIDOR\_MATRICULA\_2517**

Publicação Nº 2638306

DECRETO Nº 2.608, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Institui comissão especial para avaliação do imóvel pertencente ao Município de Rio do Oeste, registrado sob a matrícula nº 2.517.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso de suas atribuições do Art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a comissão especial de avaliação de imóveis, composta pelos membros abaixo relacionados, para avaliarem, mediante registro em ata e/ou laudo, o bem imóvel pertencente ao Município de Rio do Oeste, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio do Oeste sob a matrícula nº 2.517:

- I – Ary Bueno, exercendo as funções de presidente;
- II – Edmar Busana, exercendo as funções de secretário;
- III – Josnei Moser, exercendo as funções de membro.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Oeste - SC, 10 de setembro de 2020.

LUIS CARLOS MULLER  
Prefeito em exercício

CIENTE DOS MEMBROS DA COMISSÃO	
Ary Bueno Presidente	Edmar Busana Secretário

Josnei Moser Membro	
------------------------	--

**PROCESSO 088/2020 - AQUISIÇÃO DE MATERIAIS EPI PARA A SECRETARIA DE SAÚDE**

Publicação N° 2638621

**AVISO DE LICITAÇÃO**

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE / SC. PROCESSO LICITATÓRIO N. 088/2020 – PREGÃO PRESENCIAL N. 049/2020. TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM. OBJETO: Registro de Preços para Aquisição de EPI para os funcionários da Secretaria de Saúde durante a pandemia de COVID-19. Considerando que a Organização Mundial de Saúde reconhece a necessidade de elevação do nível de proteção em contextos onde os PGA sejam frequentemente realizados e, em respeito a necessidade de precauções de contato, gotículas e aerossóis durante toda a assistência ocorrida em áreas críticas na pandemia do novo coronavírus, o COFEN recomenda o uso de EPI para todos os profissionais de saúde. Recebimento dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 24/08/2020. Credenciamento: após o Recebimento dos envelopes. Abertura dos envelopes de Proposta de Preços para inserção no sistema: após o credenciamento. A íntegra do Edital está no site: <https://riodooeste.atende.net>, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste, 10 de setembro de 2020.

Luis Carlos Muller  
Prefeito em exercício

**PROCESSO 089/2020 - COBERTURA DE UMA CANCHA DE BOCHA**

Publicação N° 2638987

**AVISO DE LICITAÇÃO - MUNICÍPIO RIO DO OESTE/SC**

TOMADA DE PREÇOS 009/2020 - PROCESSO LICITATÓRIO N° 089/2020. TIPO DE JULGAMENTO: Menor valor Global. OBJETO: Construção de uma cobertura em cancha de bocha. Recebimento dos envelopes: até 09:00 horas do dia 28/09/2020. Credenciamento: Após a entrega dos envelopes. Abertura dos envelopes para digitação: após o credenciamento. A íntegra do Edital poderá ser consultada no portal do Município, <https://riodooeste.atende.net> no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 10 de setembro de 2020.

Luis Carlos Muller  
Prefeito em exercício

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 020/2020/FMS

Publicação Nº 2638209

1º TERMO ADITIVO Nº 020/2020 – DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 037/2020/FMS, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE LUVAS, ÁLCOOL EM GEL E LANCETA, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A EMPRESA ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Aos trinta e um (31) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ROBERTA HOCHLEITER, ora denominada CONTRATANTE, e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar LTDA, com sede na Estrada Boa Esperança, 2320, Fundo Canoas, na Cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.163-554, inscrita no CNPJ/MF sob n. 00.802.002/0001-02, representada neste ato por seu representante legal, ANACLETO FERRARI, portador do CPF n. 523.140.819-00, doravante designada CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação 036/2020/FMS, e no Contrato original de Fornecimento de Bens nº 037/2020/FMS, datado de 06 de agosto de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 4º I, da Lei nº 13.979/2020 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação do Gabinete da Secretaria de Saúde, datada de 21 de agosto de 2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido o valor de R\$ 5.107,50 (cinco mil, cento e sete reais e cinquenta centavos) assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme Memorandos nº 1104/2020/GAB/SEC e 1105/2020/GAB/SEC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

ROBERTA HOCHLEITER  
Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul  
Contratante

ANACLETO FERRARI  
Altermed Material Médico Hospitalar LTDA  
Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:  
CPF CPF

### ADITIVO Nº 021/2020/FMS

Publicação Nº 2638098

1º TERMO ADITIVO Nº 021/2020 – DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 038/2020/FMS, REFERENTE AO FORNECIMENTO DE LUVAS, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A EMPRESA ODONTOMEDI PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES.

Aos trinta e um (31) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ROBERTA HOCHLEITER, ora denominada CONTRATANTE,

e a empresa Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares, com sede na Avenida Luiz Antonio Faedo, 1612, Centro, na Cidade de Francisco Beltrão/PR, CEP 85.601-275, inscrita no CNPJ/MF sob n. 06.194.440/0001-03, representada neste ato por seu representante legal, ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES, portador do CPF n. 896.860.049-04, doravante designada CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Dispensa de Licitação 036/2020/FMS, e no Contrato original de Fornecimento de Bens nº 038/2020/FMS, datado de 06 de agosto de 2020, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no Artigo 4º I, da Lei nº 13.979/2020 e alterações posteriores. Justificada através da solicitação do Gabinete da Secretaria de Saúde, datada de 24 de agosto de 2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido o valor de R\$ 1.382,50 (mil, trezentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos) assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme Memorando nº 1106/2020/GAB/SEC.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

ROBERTA HOCHLEITER  
Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul  
Contratante

ANIMARI TEREZINHA GUIMARÃES  
Odontomedi Produtos Odontológicos e Hospitalares  
Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:  
CPF CPF

### PORTARIA N. 0936/DGP DE 01 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2635661

PORTARIA n. 0936/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

#### RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, ao servidor EVANDRO CARLOS EING, matrícula n. 3646501, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista de Veículo Leve, com fundamento ao disposto no artigo 184, inciso I e II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015 e, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 073/2019, que concluiu que o servidor transgrediu o artigo 170, incisos III e X e o artigo 171, inciso I, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de setembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0942/DGP DE 02 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2635724

PORTARIA n. 0942/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, ao servidor HUIGUIMAR THIAGO TAVARES BENÍCIO, matrícula n. 31593453, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedreiro, com fundamento ao disposto no artigo 184, incisos I e II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015 e, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 044/2019, que concluiu que o servidor transgrediu o artigo 170, incisos III e X e o artigo 171, inciso I, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Esta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de setembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA N. 0944/DGP DE 02 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2635715

PORTARIA n. 0944/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o artigo 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, à servidora ROSANE TERESINHA EING, matrícula n. 1453201, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I, com fundamento ao disposto no artigo 184, incisos I e II, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015 e, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 003/2019, que concluiu que a servidora transgrediu o artigo 170, incisos III e X e o artigo 171, inciso I, ambos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Determinar ao Departamento de Gestão de Pessoas que realize orientações aos servidores integrantes do Departamento de lotação da servidora Rosane Terezinha Eing, sobre seus direitos, deveres e obrigações, bem como, que a sua Assistente Social realize atendimento à servidora em questão, visando realizar os encaminhamentos que se fizerem necessários.

Art. 3º Esta entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de setembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

**PORTARIA Nº 0710/DGP**

Publicação Nº 2638524

PORTARIA N. 0710/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto no Art. 264, da Lei Complementar Nº 309/2015, alterado pela Lei Complementar nº 367/2017, Licença para Aleitamento Materno a servidora:

Nome	Cargo	Período
SABRINA LOFFAGEN TOBIAS	MONITOR ESCOLAR	01/07/2020 a 30/12/2020

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 02 de Julho de 2020

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
TAS

## PORTARIA Nº 0717/DGP

Publicação Nº 2638526

PORTARIA Nº 0717/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 151 e 152, parágrafo 1º, da Lei Complementar Nº 309/2015, Licença Prêmio em gozo ao servidor:

Nome	Período Gozo
ALMIR BOLDUAN	03/08/2020 a 16/09/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de julho de 2020

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
TAS

## PORTARIA Nº 0899/DGP

Publicação Nº 2638522

PORTARIA Nº 0899/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder com fundamento no disposto nos Art. 151 e 152, parágrafo 1º, da Lei Complementar Nº 309/2015, Licença Prêmio em gozo ao servidor:

Nome	Período Gozo
CLAUDIMAR FERREIRA DE SOUZA JUNIOR	20/08/2020 a 17/11/2020
CAMILA STOLF SUMARIVA ANGIOLETTI	31/08/2020 a 14/10/2020

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de Agosto de 2020

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
TAS

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2020

Publicação Nº 2638080

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 080/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE PNEUS DE CAMINHÕES E MAQUINÁRIOS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E AGRICULTURA DE RIO DO SUL/SC

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A partir das 08h00min do dia 11/09/2020.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Às 08h00min do dia 24/09/2020.

INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 08h01min do dia 24/09/2020.

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL: Portal de Licitações Compras BR, no endereço eletrônico: [www.comprasbr.com.br](http://www.comprasbr.com.br)

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 8955/2020 e Decreto Municipal N. 6760/2017, subsidiariamente a Lei 8.666/93.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 09 de setembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ADRIANA IUNCEK RAMOS  
Secretária Municipal de Obras e Agricultura

### **PREGÃO PRESENCIAL Nº 128/2020**

Publicação Nº 2637941

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 128/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, HIGIENIZAÇÃO E LAVAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS LEVES/UTILITÁRIOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar Federal 123/2006, Decreto Municipal nº 80/2007, Decreto Municipal nº 6070/2017 e subsidiariamente a Lei 8.666/93.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 08h00min do dia 25/09/2020, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal [www.riodosul.sc.gov.br](http://www.riodosul.sc.gov.br) no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul, 10 de setembro de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário de Administração e Fazenda

### **RESUMO DO CONTRATO Nº 152/2020**

Publicação Nº 2637975

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 152/2020

Pregão Eletrônico nº 111/2020

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: JS Simões Eireli ME

Objeto: Aquisição de equipamentos técnicos a fim de atender as necessidades do Departamento de Meio Ambiente.

Item	Qtd	Medida	Produto	Marca	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	2	Unidade	GPS Portátil	OREGON	R\$ 3.755,00	R\$ 7.510,00

Valor Total: R\$ 7.510,00 (sete mil quinhentos e dez reais).

Vigência: 31 de dezembro de 2020.

Recurso: 86.07.2090.4490.9252 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Prazo de Entrega: até 30 (trinta) dias do recebimento da ordem de compra.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

Rio do Sul/SC, 20 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## RESUMO DO CONTRATO Nº 153/2020

Publicação Nº 2637981

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 153/2020

Pregão Eletrônico nº 111/2020

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Inova Tech Informática Eireli

Objeto: Aquisição de equipamentos técnicos a fim de atender as necessidades do Departamento de Meio Ambiente.

Item	Qtd	Medida	Produto	Marca	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	2	Unidade	Trena Laser	BOSCH	R\$ 705,00	R\$ 1.410,00

Valor Total: R\$ 1.410,00 (um mil quatrocentos e dez reais).

Vigência: 31 de dezembro de 2020.

Recurso: 86.07.2090.4490.9252 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Prazo de Entrega: até 30 (trinta) dias do recebimento da ordem de compra.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

Rio do Sul/SC, 20 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## RESUMO DO CONTRATO Nº 154/2020

Publicação Nº 2637985

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 154/2020

Pregão Eletrônico nº 111/2020

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Adrian Vasson 03797057962

Objeto: Aquisição de equipamentos técnicos a fim de atender as necessidades do Departamento de Meio Ambiente.

Item	Qtd	Medida	Produto	Marca	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	4	Unidade	Tablet 8"	SAMSUNG	R\$ 1.125,00	R\$ 4.500,00

Valor Total: R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).

Vigência: 31 de dezembro de 2020.

Recurso: 86.07.2090.4490.9252 e demais dotações decorrentes do orçamento vigente.

Prazo de Entrega: até 30 (trinta) dias do recebimento da ordem de compra.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores

Rio do Sul/SC, 20 de agosto de 2020.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

## **TERMO DE CANCELAMENTO DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 021/2020/FMS**

Publicação Nº 2639596

TERMO DE CANCELAMENTO DE ITENS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2020/FMS, QUE CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL E A EMPRESA MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI.

Aos oito (08) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte (2020), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, inscrito no CNPJ sob o nº 10.469.199/0001-55, com sede na Rua Tuiuti, nº154, Centro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde, Sra. ROBERTA HOCHLEITER, ora denominada CONTRATANTE, e a empresa MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, com sede na Rua Pascoal Gomes Librelotto, nº 20, bairro Dom Antônio Reis, Santa Maria/RS, CEP 97.065-290, inscrita no CNPJ/MF sob n. 27.105.456/0001-72, doravante designada CONTRATADA, resolvem nos termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 052/2019/FMS e Ata de Registro de Preços nº 21/2020/FMS, datada de 04 de março de 2020, celebrar o presente TERMO DE CANCELAMENTO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO**

Ficam cancelados, a partir da presente data, o registro dos itens 53 (Luvas de Procedimentos Descartáveis, tamanho P, com talco), 55 (Luvas de Procedimentos Descartáveis, tamanho M, com talco), 56 (Luvas de Procedimentos Descartáveis, tamanho M, sem talco), 58 (Luvas de Procedimentos Descartáveis, tamanho G, sem talco) e 59 (Máscara Descartável Dupla com Elástico) da Ata de Registro de Preços nº 021/2020/FMS, conforme Memorando nº 1118/2020 do Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Saúde e Memorando nº 079/2020 da Divisão de Fiscalização de Contratos e Orçamento da Controladoria Geral do Município.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

ROBERTA HOCHLEITER  
Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul  
Contratante

MEDICENTRO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI  
Contratada

Testemunhas:

Nome: Nome:  
CPF CPF

# Rio dos Cedros

## PREFEITURA

**1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2020 DATA: 01/09/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE CONTRATO: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP**

Publicação Nº 2638071

1º TA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2020

Data: 01/09/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 89/2017. MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE

CONTRATO: RCPA EMPREITEIRA LTDA EPP CNPJ nº 8.920.909/0001-70

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC, POR SISTEMA DE MUTIRÃO, DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 216/2012 E ALTERAÇÕES. ESPECIFICAMENTE PARA A Rua Rondônia, da Estaca 10 + 3,6m até Estaca 17 + 11,20m NOS IMÓVEIS QUE SERÃO SUJEITOS AO REGIME DE TRIBUTAÇÃO POR CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA. SUPRESSÃO NO ITEM 1

INÍCIO: 01/09/2020

TÉRMINO: 03/12/2020

VALOR: R\$38.764,00 (trinta e oito mil, setecentos e sessenta e quatro reais),

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2020 DATA: 03/09/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2020. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: POR ITEM - JULGAMENTO: MENOR PREÇO CONTRATO: VMT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA**

Publicação Nº 2638074

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 134/2020

Data: 03/09/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2020. - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL - TIPO COMPARAÇÃO: Por Item - JULGAMENTO: Menor Preço

CONTRATO: VMT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA CNPJ 06.910.596/0001-43

OBJETO: CONTRATAÇÃO PESSOA JURIDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA ASSENTAMENTO DE LAJOTAS, PAVER, PARALELEPÍPEDOS E MEIO FIO DE CONCRETO.

INÍCIO: 03/09/2020

TÉRMINO: 03/09/2021

VALOR: Total de R\$ 371.500,00 (trezentos e setenta e um mil e quinhentos reais).

## DECRETO DE 12 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2638097

DECRETO DE 12 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE

03 – SECRETARIA DE FAZENDA

002 – DIRETORIA DO SERVIÇO DE TRIBUTAÇÃO

0004.0122.0015.2093 – Manutenção das Atividades da Diretoria do Serviço de Tributação

33190000000000000000 – Aplicações diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários)....R\$1.000,00

PARA:

03 – SECRETARIA DE FAZENDA

002 – DIRETORIA DO SERVIÇO DE TRIBUTAÇÃO

0004.0122.0015.2093 – Manutenção das Atividades da Diretoria do Serviço de Tributação

33390000000000000000 – Aplicações diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários)....R\$1.000,00

Total .....R\$1.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 12 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 12 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

Publicação Nº 2638123

DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DOS CEDROS 0008.0244.0140.2035 – Man. Fundo Municipal de Assistência Social

33390000000000000000– Aplicações diretas (1.356.300 - Trans. sis. ún. a. social-suas/união Bolsa F) .....  
..... R\$ 2.850,00

PARA:

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DOS CEDROS 0008.0244.0140.2035 – Man. Fundo Municipal de Assistência Social

34490000000000000000– Aplicações diretas (1.356.300 - Trans. sis. ún. a. social-suas/união Bolsa F) .....  
..... R\$ 2.850,00

Total .....R\$ 2.850,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 13 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2638115

DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

0010.0301.0150.2070 – Aquisição de Equipamentos e Veículos - Saúde

34490000000000000000 – Aplicações diretas (3.386.421 – Transf. SUS/União - Programa Informatização UBS) .....  
..... R\$ 8.000,00

34490000000000000000 – Aplicações diretas (3.383.304– Transf - SUS/União - Equipamentos) .....  
..... R\$ 28.087,79

Total .....R\$ 36.087,79

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 13 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

### DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

Publicação Nº 2638117

DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

0010.0301.0150.2070 – Aquisição de Equipamentos e Veículos - Saúde

34490000000000000000 – Aplicações diretas (3.676.414 – Assistência Sist. único - Sus/estado - esf) .....  
.....R\$ 1.300,00

Total .....R\$ 1.300,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 13 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

### DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

Publicação Nº 2638120

DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DOS CEDROS 0008.0244.0140.2035 – Man. Fundo Municipal de Assistência Social

34490000000000000000 – Aplicações diretas (1.356.300 - Trans. sis. ún. a. social-suas/união Bolsa F) .....  
.....R\$ 3.717,02

Total .....R\$ 3.717,02

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 13 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

Publicação Nº 2638100

DECRETO DE 13 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

0010.0301.0150.2070 – Aquisição de Equipamentos e Veículos - Saúde

34490000000000000000 – Aplicações diretas (1.386.421 – Transf.SUS/União - Programa Informatização UBS) .....  
..... R\$ 26.187,00

Total .....R\$ 26.187,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 13 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 13 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 14 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO**

Publicação Nº 2638131

DECRETO DE 14 DE AGOSTO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE  
02 – GABINETE DO PREFEITO  
001 – ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
0004.0122.0015.2002 – ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$1.500,00

PARA:  
02 – GABINETE DO PREFEITO  
001 – ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
0004.0122.0015.2002 – ADMINISTRAÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$1.500,00  
Total .....R\$ 1.500,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 14 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## **DECRETO DE 14 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO**

Publicação Nº 2638128

DECRETO DE 14 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:  
Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE  
03 – SECRETARIA DE FAZENDA  
001 – DIRETORIA GABINETE FAZENDA  
0004.0122.0015.2005 – Manutenção das Atividades da Diretoria Fazendária  
3339000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$ 2.000,00

PARA:  
03 – SECRETARIA DE FAZENDA  
001 – DIRETORIA GABINETE FAZENDA  
0004.0122.0015.2005 – Manutenção das Atividades da Diretoria Fazendária  
3449000000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$2.000,00  
Total .....R\$ 2.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 14 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 14 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 17 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 2638187

DECRETO DE 17 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Município de Rio dos Cedros

04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

003 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

0015.0451.0020.1004 – Pavimentação de Ruas e Avenidas

3449000000000000 – Apl. Diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$ 20.000,00

Total ..... R\$ 20.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 17 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 17 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 17 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 2638189

DECRETO DE 17 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Município de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DOS CEDROS

0008.0244.0140.2035 – Man. Fundo Municipal de Assistência Social

33390000000000000000 – Aplicações diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$ 500,00

Total ..... R\$ 500,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 17 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 17 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 18 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT**

Publicação Nº 2638191

DECRETO DE 18 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam suplementadas por conta do Superávit financeiro apurado no exercício anterior as dotações orçamentárias abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Município de Rio dos Cedros

03 – SECRETARIA DE FAZENDA

001 – DIRETORIA GABINETE FAZENDA

0004.0122.0015.2005 – Manutenção das Atividades da Diretoria Fazendária

3449000000000000 – Aplic. Diretas (3.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$ 12.000,00

Total .....R\$ 12.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 18 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 18 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

Publicação Nº 2638196

DECRETO DE 24 DE AGOSTO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito do Município de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 8º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Fica suplementada por conta do excesso de arrecadação do corrente exercício a dotação orçamentária abaixo relacionada até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS

0010.0301.0150.2014 – Manutenção dos Serviços Gerais de Saúde

33390000000000000000 – Aplicações diretas (1.790.100) - Emenda Parl. Impositiva - Transf.Estado - Saúde (897) .....  
.....R\$ 10.000,00

Total .....R\$ 10.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 24 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 24 de Agosto de 2020.

Margaret Silvia Gretter

Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 2020. RETIFICA LANÇAMENTOS EFETUADOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, REMANEJANDO-OS E CONVALIDANDO OS ATOS ATÉ ENTÃO PRATICADOS**

Publicação Nº 2638199

DECRETO DE 26 DE AGOSTO DE 2020.

RETIFICA LANÇAMENTOS EFETUADOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO, REMANEJANDO-OS E CONVALIDANDO OS ATOS ATÉ ENTÃO PRATICADOS.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam retificados e devidamente remanejados os lançamentos realizados no âmbito do Poder Executivo, na forma abaixo:

Unidade Orçamentária: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

Empenho 1193/2020 no valor de R\$233,08

De: Outras máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas (1231101990000000000)

Para: Veículos em geral (1231105010000000000)

Empenho 552/2020 no valor de R\$1.459,08

De: Equipamentos de tecnologia da informação (1231102020000000000)

Para: Equipamento de processamento de dados (1231102010000000000)

Empenho 490/2020 no valor de R\$1.796,00

De: Aparelhos e utensílios domésticos (1231103010000000000)

Para: Áudio, vídeo e foto (1231104050000000000)

Empenho 3471/2020 no valor de R\$1.178,00

De: Aparelhos e utensílios domésticos (1231103010000000000)

Para: Obras em andamento (1232106010100000000)

Empenho 3473/2020 no valor de R\$6.422,00

De: Mobiliário em geral (1231103030000000000)

Para: Obras em andamento (1232106010100000000)

Empenho 3472/2020 no valor de R\$2.598,00

De: Mobiliário em geral (1231103030000000000)

Para: Obras em andamento (1232106010100000000)

Empenho 1702/2020 no valor de R\$37.706,00

De: Veículos de tração mecânica (1231105030000000000)

Para: Veículos em geral (1231105010000000000)

Empenho 1703/2020 no valor de R\$21.394,00

De: Veículos de tração mecânica (1231105030000000000)

Para: Veículos em geral (1231105010000000000)

Unidade Orçamentária: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

Empenho 308/2020 no valor de R\$118.200,00

De: Veículos de tração mecânica (1231105030000000000)

Para: Veículos em geral (1231105010000000000)

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, convalidados os atos até então praticados.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 26 de Agosto de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 26 de Agosto de 2020.

**DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO**

Publicação Nº 2638091

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros

DE  
04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
001 – DIRETORIA DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL  
0026.0782.0020.2008 – Manutenção Dos Serviços Rodoviários  
33190000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$60.000,00

PARA:  
04 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
001 – DIRETORIA DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL  
0026.0782.0020.2008 – Manutenção Dos Serviços Rodoviários  
33390000000000 – Aplic. Diretas (1.000.000 – Recursos Ordinários) ..... R\$60.000,00  
Total .....R\$60.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

**DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO**

Publicação Nº 2638092

DECRETO DE 29 DE JULHO DE 2020.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - REMANEJAMENTO

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e devidamente autorizado pelo artigo 7º da Lei Municipal nº 2.072 de 03 de dezembro de 2019.

DECRETA:

Art.1º. Ficam remanejados dentro dos respectivos projetos/atividades os valores das dotações abaixo relacionadas até o limite de:

Unidade Gestora: Fundo Municipal de Saúde de Rio dos Cedros

DE  
10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS  
0010.0301.0150.2014 – Manutenção Dos Serviços Gerais de Saúde  
33190000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Impostos - Saúde) ..... R\$100.000,00

PARA:  
10 – SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL  
001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DOS CEDROS  
0010.0301.0150.2014 – Manutenção Dos Serviços Gerais de Saúde  
33390000000000 – Aplic. Diretas (1.020.000 – Rec. Impostos - Saúde) ..... R\$100.000,00  
Total .....R\$100.000,00

Art.2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros, em 29 de Julho de 2020.  
MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

O presente Decreto foi devidamente registrado e publicado na forma regulamentar em 29 de Julho de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

## **LEI ORDINÁRIA Nº 2.105, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020. ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES**

Publicação Nº 2638088

LEI ORDINÁRIA Nº 2.105, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

### **ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES**

MARILDO DOMINGOS FELIPPI, Prefeito Municipal de Rio dos Cedros, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art.1º. Fica anulada no orçamento vigente a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros  
05 – Secretaria de Educação  
002 – Educação Básica

0012.0361.0060.2013 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Fundamental  
3339000000000000 – Aplic. dir. (1.190.000 – Trasn.fundeb (out.desp.ensino)) .....50.000,00

0012.0365.0050.2019 – Manutenção do Transporte Escolar – Ensino Infantil  
3339000000000000 – Aplic. dir. (1.190.000 – Trasn.fundeb (out.desp.ensino)) ..... 165.828,27

Total Geral .....215.828,27

Art.2º. Com a soma da anulação do artigo anterior, fica suplementada a dotação orçamentária a seguir demonstrada até o limite de:

Unidade Gestora: Prefeitura Municipal de Rio dos Cedros  
05 – Secretaria de Educação  
002 – Educação Básica  
0012.0361.0060.2010 – Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental  
3449000000000000 – Aplic. dir. (1.190.000 – Trasn.fundeb (out.desp.ensino)) .....50.000,00

0012.0365.0050.2011 – Manutenção de Creches  
3319000000000000 – Aplic. dir. (1.190.000 – Trasn.fundeb (out.desp.ensino)) .....135.828,27

0012.0365.0050.2012 – Manutenção CEI/Jardim  
3319000000000000 – Aplic. dir. (1.190.000 – Trasn.fundeb (out.desp.ensino)) .....30.000,00

Total Geral ..... .215.828,27

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio dos Cedros, 09 de setembro de 2020.

MARILDO DOMINGOS FELIPPI

Prefeito de Rio dos Cedros

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma regulamentar  
em 09 de setembro de 2020.

Margaret Silvia Gretter  
Diretora de Gabinete

**MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC - AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATORIO Nº 59/2020 -PREGÃO PRESENCIAL - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MELHORIA E DESLOCAMENTO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA ADEQUAÇÃO DA POSIÇÃO DOS POSTES EM CONFORMIDADE COM A OBRA DE INTERSEÇÃO DA AVENIDA TIRADENTE**

Publicação Nº 2638849

MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATORIO Nº 59/2020  
PREGÃO PRESENCIAL

O Município de Rio dos Cedros – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE MELHORIA E DESLOCAMENTO DE REDE DE DISTRIBUIÇÃO E ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA ADEQUAÇÃO DA POSIÇÃO DOS POSTES EM CONFORMIDADE COM A OBRA DE INTERSEÇÃO DA AVENIDA TIRADENTES COM A RUA NEREU RAMOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA) do presente edital. RECEBIMENTO DO CRENCIAMENTO E DOS ENEVELOPES DE PROPOSTAS E HABILITAÇÃO: até às 08h45min do dia 24 de Setembro de 2020. INICIO DA SEÇÃO PÚBLICA: a partir das 09h00min do dia 24 de Setembro de 2020. LOCAL: Salão Nobre Municipal, 2º andar do prédio da Prefeitura Municipal. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro ou pelo Fone: (47) 3386-1050 Ramal 2006, no site: [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) e no e-mail: [licitacao@riodoscedros.sc.gov.br](mailto:licitacao@riodoscedros.sc.gov.br).

Rio dos Cedros (SC), 10 de Setembro de 2020.

Diego Ricardo Fernandes  
Secretario de Infraestrutura

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº58/2020 MODALIDADE LEILÃO ELETÔNICO TIPO DE LICITAÇÃO: POR ITEM FORMA DE JULGAMENTO: MAIOR LANCE OU OFERTA**

Publicação Nº 2638050

PROCESSO LICITATÓRIO Nº58/2020  
MODALIDADE LEILÃO ELETÔNICO  
Tipo de Licitação: Por Item  
Forma de Julgamento: Maior lance ou oferta

O Município de RIO DOS CEDROS, Santa Catarina, com sede na Rua Nereu Ramos, nº 205, Centro, CEP 89.121-000, cidade de Rio dos Cedros, fone (47) 3386-1050, fax: (47) 3386-1050, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, na forma que dispõe a lei 8.666/93 e suas alterações e da IN Nº 110/09, através do Leiloeiro Oficial Sr. Paulo Pizzolatti Neto, inscrito na JUCESC sob o nº AARC/0019 Conforme portaria nº 316/2020, comunica aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO ELETRÔNICO ON-LINE, DO TIPO MAIOR LANCE através do site do leiloeiro [www.topleiloes.com.br](http://www.topleiloes.com.br) para a alienação dos bens móveis identificados no item 2 do presente Edital, que serão arrematados pelo maior lance oferecido, igual ou acima da avaliação, no dia 01/10/2020 com início de fechamento sequencial dos lotes às 14h00min. Maiores informações e cópia do Edital poderão ser obtidas na Prefeitura através do site [www.riodoscedros.sc.gov.br](http://www.riodoscedros.sc.gov.br) ou através do leiloeiro pelo site [www.topleiloes.com.br](http://www.topleiloes.com.br), ou ainda pelos telefones (47) 3336-3041/ 99101-6605 (leiloeiro) ou (47) 3386-1050 ramal 2006 (Prefeitura).

MARILDO DOMINGOS FELIPPI  
Prefeito Municipal

# Rio Negrinho

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 14.083 DE 04 SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639590

ALTERA VALOR DE UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA MONETÁRIA - UFRM, E DOS CRÉDITOS FISCAIS DA FAZENDA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII do art. 96 da Lei Orgânica Municipal de acordo com a Lei Complementar nº 021 de 17 de dezembro de 2002, que alterou a Lei nº 736 de 07 de dezembro de 1994 - Código Tributário Municipal, alterada pela Lei Complementar nº 051 de 08 de dezembro de 2009;

DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em R\$ 12,38 (doze reais e trinta e oito centavos), o valor da Unidade Fiscal de Referência Monetária - UFRM, e dos créditos fiscais da Fazenda Municipal, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, tendo por base o percentual da variação deste, no exercício anterior ao de referência.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio negrinho, 04 setembro de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 14.084 DE 04 SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639593

DEFINE PRAZOS PARA RECOLHIMENTO DO IPTU/2021 E REQUERIMENTO DE REVISÕES DO IPTU COM VIGÊNCIA PARA 2021 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso XVII e XXI do art. 96 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o que dispõe o art. 221 do Decreto nº 8.264 de 28 de junho de 2004 da Consolidação da Legislação Tributária e o Decreto nº 9.828/2008;

DECRETA

Art. 1º - Ficam definidos a forma e os prazos para o recolhimento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, de que trata o Decreto nº 8.264 de 28/06/2004 da Consolidação da Legislação tributária, para o exercício de 2021, a seguir mencionados:

I - Em cota única, com desconto de 10% (dez por cento), para pagamento até o dia 20 de abril de 2021;

II - De forma parcelada, em 08 (oito) parcelas, com os seguintes vencimentos: 1ª parcela - até 20/04/2021; 2ª parcela - até 20/05/2021; 3ª parcela - até 22/06/2021; 4ª parcela - até 20/07/2021; 5ª parcela - até 20/08/2021, 6ª parcela - até 21/09/2021, 7ª parcela - até 20/10/2021 e 8ª parcela - até 22/11/2021.

Art. 2º - Fica definida a forma e o prazo para o requerimento de revisão e isenção do IPTU, a seguir mencionados:

I - Para o IPTU 2021 (vigência 2021): protocolar requerimento com carnê(s) anexo (s) até o dia 20/04/2021;

II - A partir de 21/04/2021, os requerimentos de revisão e isenção somente terão vigência para o exercício 2022.

Art. 3º - Considerando a necessidade de fixação de valor mínimo para cada parcela do recebimento parcelado do IPTU no ano de 2021, em razão de custos de tarifas bancárias, não haverá parcela inferior à 03 (três) UFRM = R\$ 37,14 para o exercício de 2021.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio negrinho, 04 setembro de 2020.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 14.085 DE 04 SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639595

ATUALIZA A BASE DE CÁLCULO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2021.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas que lhe são conferidas pelo inciso IV e XXI do art. 96 da Lei Orgânica Municipal, e nos termos do art. 200 da Lei Orgânica Municipal e art. 176 da Lei nº 736, de 07 de dezembro de 1994 - Código Tributário Municipal, do parágrafo único, art. 1º do Decreto nº 6876, de 13 de dezembro de 2000 e considerando:

- Que cabe ao Prefeito Municipal promover periodicamente, a atualização da base de cálculo dos tributos municipais;

- O indicador inflacionário medido pelo INPC/IBGE acumulado nos últimos 12 meses;

DECRETA

Art. 1º - Fica atualizada em 2,69% (dois virgula sessenta e nove) por cento, a base de cálculo vigente dos tributos municipais abaixo relacionados, para vigorar no exercício de 2021:

I - Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU;

II - Taxas de Atos de Vigilância Sanitária do Município de Rio Negrinho, constantes do Anexo I, parte integrante do Decreto nº 6876, de 13 de dezembro de 2000, alterado pelo Decreto nº 8853, de 13 de dezembro de 2005.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2021.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
Rio negrinho, 04 setembro de 2020.  
JULIO CESAR RONCONI  
Prefeito Municipal

## EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO 002/2020

Publicação Nº 2639624

Em razão de os contribuintes abaixo relacionados não terem sido encontrados em seus endereços, após várias tentativas de localização, através do presente edital ficam os mesmos, NOTIFICADOS da existência de débitos constatados em consulta ao Cadastro de Tributos Municipal, referentes aos tributos e valores conforme descrição abaixo, já inscritos e de suas responsabilidades. Ficam ainda INTIMADOS oficialmente a comparecer no Departamento de Tributação desta Prefeitura no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da publicação deste edital. Os valores serão corrigidos até a data do efetivo pagamento. Caso o débito já estiver pago, favor comparecer no mesmo setor portando os comprovantes de pagamento. Cientificamos que o não comparecimento implicará ao contribuinte inadimplente, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal, a inscrição de seu débito na Dívida Ativa do Município (se ainda não estiver inscrito), bem como, o envio do mesmo para protesto extrajudicial e para cobrança judicial, acarretando para o contribuinte, além do pagamento do tributo devido, o pagamento das custas judiciais do processo.

CONTRIBUINTE	TRIBUTO/ANO	VALOR R\$	DATA DO CÁLCULO
ADEMIR RIBEIRO DE ARAUJO	IPTU (2015, 2018)	R\$ 226,71	09/07/2020
AGROPECUÁRIA NETOS LTDA	ÁLVARA SANITÁRIO (2015, 2019)	R\$ 943,10	09/07/2020
ALTAMIR ROCHA	ISSQN FIXO PESSOA JURÍDICA (2016, 2017, 2018, 2019) TAXA DE LOCALIZAÇÃO (2015)	R\$ 1.541,26	08/07/2020
AMANDIO FRANCO DE LIMA	IPTU ( 2016,2017,2018,2019)	R\$ 2.188,16	08/07/2020
ANTONIO LINZMEYER (ESPÓLIO)	IPTU ( 2015, 2016,2017,2018 2019)	R\$ 1.936,89	08/07/2020
ANTONIO SIQUEIRA DE CARVALHO FILHO	RECEITAS DE CEMITÉRIOS (2015,2016,2017)	R\$ 698,29	09/07/2020
ARLINDO NOGUEIRA	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS (2015)	R\$ 6.120,02	08/07/2020
ATAIR BAGNHUK	IPTU (2015, 2016)	R\$ 192,72	09/07/2020
CELIOMAR DO PRADO (ESPÓLIO)	IPTU ( 2015, 2016, 2017, 2018, 2019)	R\$ 573,54	09/07/2020
CLAUDIA DE OLIVEIRA	TAXA DE UTILIZAÇÃO DE TERRENO (2015)	R\$ 36,68	09/07/2020
CLEITON MARCELO MOREIRA	RECEITA DE CEMITÉRIO (2015)	R\$ 561,56	09/07/2020
DEBORA CRISTINA PEYERL	I.S.S.Q.N.FIXO PESSOA JURÍDICA ( 2015) I.S.S.Q.N. EVENTUAL (2016)	R\$ 1.327,56	09/07/2020
DV RENTAL ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA	IPTU (2015)	R\$ 2.891,13	09/07/2020
EDINETE JUBANSKI	IPTU (2015, 2017, 2018, 2019)	R\$ 1.054,57	09/07/2020
ELCIO MAURICIO LINZMEYER	IPTU (2015)	R\$ 272,13	08/07/2020
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA MULHBAUER LTDA - ME	NOTA AVULSA (2015)	R\$ 86,11	09/07/2020
EVERALDO LUCIO DA SILVA	IPTU (2015, 2016,2017,2018,2019)	R\$ 876,05	09/07/2020
FRIDA DOROTEIA BREY SCHIER	IPTU ( 2015, 2016, 2018, 2019)	R\$ 5.311,03	08/07/2020
GABRIEL PEREIRA	IPTU ( 2015, 2016, 2019)	R\$ 2.544,70	08/07/2020
GK PNEUS LTDA - ME	TAXA (2016) AUTO DE INFRAÇÃO (2015)	R\$ 2.517,97	09/07/2020
HELLYSAN DOS SANTOS	NOTA AVULSA (2015) AUTO DE INFRAÇÃO (2015)	R\$ 1.571,51	09/07/2020
ILARIO JOSE NADERER	I.S.S.Q.N Fixo Pessoa Jurídica (2015, 2019)	R\$ 609,35	09/07/2020
JAQUELINE PAVLITZKY - ME	ÁLVARA SANITÁRIO (2015)	R\$ 36,74	09/07/2020
JAQUES VARELA	IPTU ( 2015, 2016, 2018, 2019)	R\$ 1.172,99	09/07/2020
JEAN PEREIRA	RECEITAS DE CEMITÉRIOS ( 2015, 2016)	R\$ 1.050,69	09/07/2020
JESSICA FAGUNDES	ÁLVARA SANITÁRIO (2015, 2016, 2018)	R\$ 1.323,05	09/07/2020
JONAS MACHADO	Parcelamento Único: Taxa de Utilização de Terrenos Públicos (2015)	R\$ 177,80	09/07/2020

JULIA ALEXANDRONI MASUTTI	I.S.S.Q.N Fixo Pessoa Jurídica (2015, 2016, 2017, 2018, 2019)	R\$ 3.482,46	09/07/2020
JULIANA GALDINO DOS SANTOS	IPTU (2015, 2016, 2017, 2018, 2019)	R\$ 2.129,27	09/07/2020
KETLIN APARECIDA SCHNEIDER	IPTU (2015, 2016, ,2018,2019)	R\$ 1.325,48	08/07/2020
LEONILDA MARIA RUCKL	IPTU ( 2015, 2017,2019)	R\$ 2.166,87	08/07/2020
LUCILDE FRANCO SANCHES	IPTU (2015, 2018, 2019)	R\$ 540,00	09/07/2020
LUCIOMAR DA ROCHA	I.S.S.Q.N Eventual (2016) ÁLVARA SANITÁRIO (2015) I.S.S.Q.N Fixo Pessoa Jurídica (2015,2016)	R\$ 829,78	09/07/2020
MARIA BORGES AUGUSTIN	IPTU (2015, 2016, 2018, 2019)	R\$ 467,10	08/07/2020
MAURICIO RIBAS	RECEITA DE CEMITÉRIO (2015)	R\$ 89,98	09/07/2020
MERCADO E TRANSPORTES NAIN LTDA - ME	ÁLVARA SANITÁRIO (2015)	R\$ 128,46	09/07/2020
MIRNO NEIDERT	IPTU (2015)	R\$ 356,45	09/07/2020
NAIR DE OLIVEIRA	IPTU ( 2015, 2016, 2017, 2018, 2019). Contribuição de Melhoria (2017)	R\$ 22.718,74	09/07/2020
RC2 MÓVEIS LTDA - EPP	TAXA DE LOCALIZAÇÃO (2015)	R\$ 1.754,55	09/07/2020
ROBERTO CARDOSO	IPTU (2015, 2016, 2017, 2018, 2019) Contribuição de Melhoria (2018, 2019)	R\$ 3.229,93	09/07/2020
ROBERTO CASAGRANDE	I.S.S.Q.N Fixo Pessoa Jurídica (2015, 2016, 2017, 2018,2019)	R\$ 3.482,46	09/07/2020
ROMEU MARCELO STIEGLER	IPTU (2015)	R\$ 298,88	09/07/2020
ROWPEL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	ÁLVARA SANITÁRIO (2015, 2016)	R\$ 990,70	09/07/2020
SANDREA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME	I.S.S.Q.N Simples Nacional (2015)	R\$ 4,47	09/07/2020
SAUL CARLIN	I.S.S.Q.N Eventual (2015)	R\$ 139,25	08/07/2020
SIDNEI JOSE SCHROEDER	IPTU ( 2015, 2016, 2017, 2018, 2019)	R\$ 1.207,44	09/07/2020
SPT PROMOÇÕES ARTÍSTICAS S/C LTDA	I.S.S.Q.N Eventual (2015)	R\$ 579,80	09/07/2020
TERCYTEC INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA - ME	TAXA DE LOCALIZAÇÃO (2015)	R\$ 1.713,59	09/07/2020
TEREZA VIEIRA DOS SANTOS	IPTU (2015, 2016, 2017,2018,2019)	R\$ 636,02	08/07/2020
VANDERLEIA APARECIDA DA SILVA - ME	ÁLVARA SANITÁRIO (2015, 2017)	R\$ 333,02	09/07/2020

Rio Negrinho, 11 de setembro de 2020.

Secretário Municipal de Finanças

## EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002

Publicação Nº 2637960

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO  
EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2020

O Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho torna público que em 22 de junho de 2020, foi emitida a Ata de Registro de Preços, referente ao Processo Licitatório 054/2020 – Pregão Presencial para Registro de Preços visando futuros fornecimento de cestas básicas, para distribuição a famílias carentes cadastradas na Secretaria da Família e Desenvolvimento Comunitário, para entregas nos domicílios das famílias beneficiadas, em quantidade total estimada para entregas durante o prazo de 12(doze) meses.

MAPA DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	EMPRESA	VALOR UNIT.
01	2600	Unid	Cesta Básica (02 Pacotes de leite em pó integral instantâneo, embalagem laminada com 400 gramas; 02 Pacotes de feijão preto: tipo 1, embalagem: pacote plástico transparente contendo 1 Kg; 01 Pacote de açúcar refinado especial, embalagem: pacote plástico contendo 5 Kg; 01 Pacote de arroz parboilizado tipo 1, embalagem: pacote plástico transparente CONTENDO 5 kg; 01 Pacote de Farinha de trigo especial, embalagem contendo 5 KG; 01 Pacote de macarrão de sêmola com ovos, embalagem: pacote plástico transparente contendo 1 KG; 01 Pacote de fubá grosso (polenta): embalagem: pacotes contendo 500 gramas; 01 Pacote de café em pó: torrado e moído, embalado à vácuo, embalagem contendo 500 gramas do produto; 01 Pacote de sal: refinado, iodado, embalagem: pacote plástico transparente contendo 1 Kg; 01 Pacote de fermento para pão, embalagem com 100 gramas; 01 Pote de margarina com sal, embalagem com 500 gramas; 01 Frasco ou lata de óleo de soja refinado, embalagem padronizada contendo 900ml; 01 Pacote de sabão em barra, embalagem contendo 05 barras de 200 gramas cada; 01 Pacote de Biscoito doce, embalagem com 400 gramas).	PHS COMÉRCIO EIRELI - ME	99,40

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2020

O Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho torna público que em 25 de junho de 2020, foi emitida a Ata de Registro de Preços, referente ao Processo Licitatório nº 055/2020- Pregão Presencial tem por objetivo o registro de preços, para futura aquisição de areia, brita, pó de brita, pedrisco, arenito, pedra rachão e pedra detonada, incluindo entregas nos locais indicados, para uso das Secretarias, Fundo Municipal de Saúde e Fundação Municipal de Esportes da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, durante o prazo de 12 (doze) meses.

## MAPA DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UNID.	MATERIAL	EMPRESA	VALOR UNIT.
01	1.560	TONELADA	AREIA FINA	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	51,30
02	1.530	TONELADA	AREIA MÉDIA	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	51,30
03	1.530	TONELADA	AREIA GROSSA.	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	51,30
04	3.030	TONELADA	BRITA Nº 1 - ABRASÃO - LOS ANGELES II DEVE SER INFERIOR A 50% - DURABILIDADE - NÃO DEVE APRESENTAR PERDA SUPERIOR A 12% - ÍNDICE DE FORMA - DEVE SER INFERIOR A 3,00	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	44,05
05	5.000	TONELADA	PEDRA RACHÃO - ABRASÃO - LOS ANGELES II DEVE SER INFERIOR A 50% - DURABILIDADE - NÃO DEVE APRESENTAR PERDA SUPERIOR A 12% - ÍNDICE DE FORMA - DEVE SER INFERIOR A 3,00	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	42,05
06	8.000	TONELADA	PEDRISCO COM PÓ DE BRITA. COMPOSIÇÃO 60% PÓ DE BRITA E 40% PEDRISCO	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	47,30
07	5.000	TONELADA	BRITA Nº 2 - ABRASÃO - LOS ANGELES II DEVE SER INFERIOR A 50% - DURABILIDADE - NÃO DEVE APRESENTAR PERDA SUPERIOR A 12% - ÍNDICE DE FORMA - DEVE SER INFERIOR A 3,00	PORTO DE AREIA FRAGOSOS LTDA	46,60
08	5.000	TONELADA	BRITA GRADUADA - ABRASÃO - LOS ANGELES II DEVE SER INFERIOR A 50% - DURABILIDADE - NÃO DEVE APRESENTAR PERDA SUPERIOR A 12% - ÍNDICE DE FORMA - DEVE SER INFERIOR A 3,00	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	48,50
09	5.030	TONELADA	PÓ DE BRITA	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	48,70
10	7.000	TONELADA	ARENITO DETONADO BRITADO LAVADO COM TRANSPORTE	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	44,30
11	7.000	TONELADA	PEDRA DETONADA E BRITADA MEDINDO DE 0 A 7 CM (SAIBRO) - COM FRETE	EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA	39,30

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2020

O Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho torna público que ao 1º dia do mês de julho de 2020, foi emitida a Ata de Registro de Preços, referente ao Processo Licitatório nº062/2020- Pregão Presencial para registro de preços, visando futuras contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos tipo automóvel, utilitários leves e vans da frota da Prefeitura, Fundos

e Fundações, pelo período de 12 (doze) meses.  
MAPA DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UNID.	SERVIÇO	EMPRESA	VALOR UNIT.
01	4.000	Hora	Serviços de eletricitista de manutenção preventiva e corretiva veículos tipo automóvel, utilitários leves e vans de diversas marcas e modelos, de propriedade do Município.	FH AUTO ELÉTRICA LTDA ME	54,00
02	5.550	Hora	Serviços mecânicos de manutenção preventiva e corretiva veículos tipo automóvel, utilitários leves e vans de diversas marcas e modelos, de propriedade do Município.	OFICINA JAI LTDA	49,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2020

O Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho torna público que em 06 de julho de 2020, foi emitida a Ata de Registro de Preços, referente ao Processo Licitatório nº063/2020– Pregão Presencial visando futuras contratação de serviços de manutenção mecânica e elétrica dos veículos tipo utilitários pesados, caminhão, ônibus e maquinário pesado, das Secretarias de Infraestrutura, Educação e Saúde pelo período de 12 (doze) meses.

#### MAPA DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	VALOR UNIT.
01	2.120	hora	SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIO PESADO, CAMINHÃO, ÔNIBUS DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.	AUTO PEÇAS INGO LTDA ME	54,00
02	1.200	Hora	SERVIÇOS MECÂNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE MAQUINÁRIO PESADO (MOTONIVELADORA, PÁ CARREGADEIRA, RETROESCAVADEIRA, ROLO COMPACTADOR, TRATOR ESTEIRA, ENTRE OUTROS), DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.	BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS LTDA	59,00
03	1.620	hora	SERVIÇOS DE ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS TIPO UTILITÁRIO PESADO, CAMINHÃO, ÔNIBUS E MAQUINÁRIO PESADO DE DIVERSAS MARCAS E MODELOS, DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO.	PATRICK HACKE EIRELI	72,00

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2020

O Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho torna público que em 14 de julho de 2020, foi emitida a Ata de Registro de Preços, referente ao Processo Licitatório nº 064/2020- Pregão Presencial, tem por objetivo o registro de preços, visando futuras aquisições de gêneros alimentícios e materiais de consumo para uso da prefeitura, fundo e fundações, durante o prazo de 12 meses.

#### MAPA DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UNID.	MATERIAL	EMPRESA	VALOR UNIT.
01	128	KILOGRAMA	ABACATE (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,58
02	386	UNIDADE	ABACAXI TIPO PÉROLA IN NATURA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO, COM GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO, SEM APRESENTAR AVARIAS DE CASCA, PROCEDENTE DE ESPÉCIES GENUÍNAS E SÃS. ISENTO DE LESÕES DE ORIGEM FÍSICA, MECÂNICA OU BIOLÓGICA, MATÉRIA TERROSA, SUJIDADES OU CORPOS ESTRANHOS ADERIDOS À SUPERFÍCIE EXTERNA, LIVRE DE ENFERMIDADES, INSETOS, PARASITAS E LARVAS. COROA COM FOLHAS VERDES E TENRAS, COM APARÊNCIA DE FRESCAS. POLPA TOTALMENTE AMARELA. POLPA E CASCA FIRME E INTACTA. COLORAÇÃO ENTRE VERDE CLARA E AMARELA. PESO MÉDIO DO PRODUTO: 1,3 À 1,6KG. (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,66

03	196	KILOGRAMA	ABOBRINHA BRASILEIRA EXTRA, BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO IN NATURA, BRASILEIRA, EXTRA, COLORAÇÃO VERDE, BOA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO; ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTREGA DO PRODUTO FORA DOS PADRÕES EXIGIDOS PARA CONSUMO (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,00
04	100	PACOTE	ABSORVENTE FEMININO - 08 UNIDADES C/ ABAS (SYMM)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	5,03
05	100	PACOTE	ABSORVENTE FEMININO NOTURNO - 8 UNIDADES (SYMM)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	7,09
06	285	UNIDADE	ACHOCOLATADO EM PÓ 1, 010KG (TODDY)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	12,19
07	140	PACOTE	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO: INGREDIENTES: AÇÚCAR, CACAU EM PÓ, MALTODEXTRINA, SAL, VITAMINAS, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA E AROMATIZANTE. ACONDICIONADO EM PACOTES DE 400 G, PRAZO DE VALIDADE MÍNIMO DE 10 MESES (ITALAC)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	6,04
08	20	PACOTE	AÇUCAR CONFEITEIRO 500GR (APTI)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,14
09	248	UNIDADE	AÇÚCAR DE BAUNILHA 100 GR (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,69
10	6	UNIDADE	AÇÚCAR DE BAUNILHA: INGREDIENTES: AÇÚCAR E AROMA ARTIFICIAL DE BAUNILHA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. EMBALAGEM: POTE PLÁSTICO TRANSPARENTE COM TAMPAS, CONTENDO NO MÍNIMO 40 GRAMAS DO PRODUTO. VALIDADE: MÍNIMO 8 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,64
11	784	PACOTE	AÇÚCAR REFINADO 1 KG (ALTO ALEGRE)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	3,18
12	1.124	PACOTE	AÇÚCAR REFINADO 5 KG (ALTO ALEGRE)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	14,05
13	157	FRASCO	ADOÇANTE DIETETICO LIQUIDO 200 ML (ADOCIL)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	8,03
14	47	FARDO	ÁGUA MINERAL COM GÁS 500 ML COM 12 UNIDADES (VITA-FORT)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	17,24
15	524	FARDO	ÁGUA MINERAL SEM GÁS 500 ML COM 12 UNIDADES (VITA-FORT)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	16,49
16	128	KILOGRAMA	AIPIM (MANDIOCA/MACAXEIRA) TIPO BRANCA, DE PRIMEIRA QUALIDADE, RAÍZES GRANDES, CARNUDAS E GROSSAS, DESCASCADA, LIMPA, CRUA, CONGELADA, CORTADA EM PEDAÇOS. EMBALAGEM PLÁSTICA, FLEXÍVEL, ATÓXICA, RESISTENTE, TRANSPARENTE, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA (DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE E IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR). NÃO SERÃO ACEITAS EMBALAGENS REAPROVEITADAS. DEVERÁ ESTAR ACONDICIONADA DE FORMA A EVITAR DANOS FÍSICOS, MECÂNICOS E BIOLÓGICOS. ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS, LARVAS E CORPOS ESTRANHOS. (COLONIAL)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	6,69
17	488	UNIDADE	ALFACE HIDROPÔNICA (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	2,17
18	20	CAIXA	ALGODAO 50GR (CREMER)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,60
19	450	PACOTE	ALHO PCT COM 100 G (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,74
20	130	PACOTE	AMENDOIM 500GR (JARAGUA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	6,34
21	80	PACOTE	AMENDOIM TORRADO E MOIDO 290 GR (JARAGUA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	8,94
22	269	PACOTE	AMIDO DE MILHO - EMBALAGEM 500 GRAMAS DE MILHO, PRODUTO AMILÁCEO EXTRAÍDO DO MILHO, FABRICADO A PARTIR DE MATÉRIAS PRIMAS Sãs E LIMPAS, ISENTAS DE MATERIAIS TERROSOS E PARASITAS, NÃO PODENDO ESTAR ÚMIDOS, FERMENTADOS OU RANÇOSOS. SOB A FORMA DE PÓ, EMBALAGEM DE 500G, ACONDICIONADO EM PACOTES OU CAIXAS. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	6,33

23	82	KIT	APARELHO DE BARBEAR (BIC)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	6,84
24	20	UNIDADE	APARELHO ELÉTRICO PARA INSETICIDA EM PASTILHA (MAT INSET)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	17,69
25	360	KILOGRAMA	APRESUNTADO FATIADO (CASA DO QUEIJO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	14,99
26	122	PACOTE	ARROZ PARBOILIZADO - 5 KG - TIPO 1, SUBGRUPO PARBOILIZADO POLIDO, CLASSE LONGO FINO, CONSTITUÍDOS DE GRÃOS INTEIROS, DE PROCEDÊNCIA NACIONAL E DE SAFRA CORRENTE. ISENTO DE MOFO, SUJIDADES, ODORES E MATERIAIS ESTRANHOS E SUBSTÂNCIAS NOCIVAS. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR GRÃOS DISFORMES (QUEBRADOS, QUEIMADOS, PEDRAS, CASCAS E CARUNCHOS). EMBALADOS EM PACOTES DE 5KG, EM PLÁSTICO ATÓXICO, DEVENDO CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO, PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, NÚMERO DE LOTE, QUANTIDADE DO PRODUTO. COM SELO DE APROVAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ARROZ PARBOILIZADO (ABIAP). VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (TIO LORO)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	15,14
27	60	UNIDADE	AZEITE DE OLIVA 500ML (DU CHEF)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	21,42
28	116	KILOGRAMA	BACON (GIRARD)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	21,82
29	855	PACOTE	BALA SABORES DIVERSOS 600GR (DORI)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	9,62
30	1.852	KILOGRAMA	BANANA COMUM (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	3,35
31	48	KILOGRAMA	BANHA SUINA - EMBALAGEM 1KG (ALIBEM)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	10,51
32	128	KILOGRAMA	BATATA DOCE ESPECIALBATATA DOCE: ROXA OU BRANCA, EXTRA, IN NATURA, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO À MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSUMO, ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,15
33	530	KILOGRAMA	BATATA LAVADA ESPECIAL. (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,58
34	46	PACOTE	BATATA PALHA 400 GR (TIMBEK)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	13,20
35	150	PACOTE	BATATA PALHA 80 GRAMAS (KI FRITAS)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,89
36	108	PACOTE	BATATA PALITO CONGELADA 2 KG (PRIME FRIES)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	21,13
37	84	KILOGRAMA	BETERRABA, CLASSIFICAÇÃO EXTRABETERRABA: CLASSIFICAÇÃO EXTRA, FIRME, TENRA, RAZOAVELMENTE MACIA, REDONDA, DE COR VERMELHO-VIVO E COM PELE LISA (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	3,48
38	481	PACOTE	BISCOITO DOCE SABOR LEITE - CARACTERÍSTICAS: DEVE TER ENTRE SEUS INGREDIENTES: FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO (VITAMINA B9), AÇÚCAR, GORDURA VEGETAL HIDROGENADA, AÇÚCAR INVERTIDO, AMIDO, SORO DE LEITE, SAL, FOSFATO TRICÁLCICO, FERMENTO QUÍMICO, ESTABILIZANTE LECITINA DE SOJA, AROMATIZANTE E MELHORADOR DE FARINHA. O PRODUTO DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRO, COM SABOR E ODOR AGRADÁVEL. A EMBALAGEM PRIMÁRIA (PROTETORA) EM POLIETILENO TRANSPARENTE DEVE REVESTIR 400G DE BISCOITO, REVESTIDOS INTERNAMENTE EM PACOTES INDIVIDUALIZADOS, ACONDICIONADAS EM CAIXAS DE PAPELÃO REFORÇADO. VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (ESTRELA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	4,93
39	252	PACOTE	BISCOITO DOCE TIPO MARIA 400 GRAMAS (ESTRELA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI – ME	5,05
40	368	PACOTE	BISCOITO DOCE TIPO ROSQUINHA - 400 GRAMAS (GALO)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI – ME	7,80
41	170	PACOTE	BISCOITO ROSQUINHA 800 GRAMAS (GALO)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI – ME	10,00
42	318	UNIDADE	BISCOITO SALGADO 400GR (ESTRELA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	5,80

43	1.969	FORMA	BOLO SADORES DIVERSOS FORMA 30X40CM, CENOURA, FUBÁ, BOMBOM, XODÓ DA BAHIA, TOALHA FELPUDA, LIMÃO, NEGA MALUCA, ASSADOS. (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	27,69
44	319	UNIDADE	BOLO TIPO ANIVERSÁRIO MÍNIMO 50 FATIAS (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	146,56
45	2.485	CAIXA	BOMBOM DE CHOCOLATE - CAIXA COM NO MÍNIMO 250 GRAMAS (GAROTO)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	11,54
46	20	CAIXA	BOMBOM DE CHOCOLATE - CAIXA COM NO MÍNIMO 300 GRAMAS (GAROTO)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	36,89
47	210	PACOTE	BOMBOM DE CHOCOLATE SONHO DE VALSA - 1KG (SERENATA DE AMOR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	40,66
48	296	UNIDADE	BRÓCOLIS DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIOS; ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTREGA DO PRODUTO FORA DOS PADRÕES EXIGIDOS PARA CONSUMO. PESO DA UNIDADE VARIANDO ENTRE 500 A 600 GRAMAS (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,88
49	5.682	PACOTE	CAFÉ EM PÓ 500GR CAFÉ EM PÓ: TRADICIONAL A FORTE, EM PÓ, HOMOGÊNEO, TORRADO E MOÍDO. ACONDICIONAMENTO: EMBALAGEM CONTENDO 500 GRAMAS DO PRODUTO. INGREDIENTES: 100% CAFÉ. COM SELO DE PUREZA EXPEDIDO PELA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ (ABIC). PONTO DE TORRA: PREFERENCIALMENTE MÉDIO. AROMA E SABOR: AGRAVÁVEL E CARACTERÍSTICO DO PRODUTO. COR ESCURA E HOMOGÊNEA. DURANTE O PREPARO NÃO DEVE APRESENTAR GRUMOS NA SUPERFÍCIE. VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (ODEBREECH)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	10,05
50	338	POTE/FRASCO/VIDRO	CAFÉ SOLÚVEL INSTANTÂNEO 200 GRAMAS (PELÉ)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	15,14
51	114	CAIXA	CALDO DE CARNE 57 GR C/ 06 UNIDADES (APTI)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,48
52	114	CAIXA	CALDO DE GALINHA 57 GR C/ 06 UNIDADES (APTI)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,48
53	129	CAIXA	CALDO DE LEGUMES 57 GR, COM 06 UNIDADES (APTI)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,48
54	60	PACOTE	CALDO DE PEIXE PCT 1 KG (KNOR)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	22,21
55	118	UNIDADE	CANELA EM PÓ - CARACTERÍSTICAS: CANELA PROVENIENTE DE CASCAS SÃS, LIMPAS E SECAS, EM FORMA DE PÓ FINO. EMBALAGEM: POTE TRANSPARENTE COM TAMPA, DEVE APRESENTAR-SE ÍNTEGRA, DE MATERIAL ATÓXICO, RESISTENTE, VEDADA HERMETICAMENTE E LIMPA. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM CONTENDO ENTRE 25 E 30 GRAMAS DO PRODUTO. VALIDADE: MÍNIMO 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,09
56	80	UNIDADE	CANELA EM RAMA - CANELA PROVENIENTE DE CASCAS SÃS, LIMPAS E SECAS. EMBALAGEM: PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, PERMITINDO A VISUALIZAÇÃO DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. EMBALAGEM CONTENDO ENTRE 10 E 15 GRAMAS DO PRODUTO. VALIDADE: MÍNIMO 1 ANO A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	7,64
57	192	PACOTE	CANJICA BRANCA 500GR (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,45
58	148	PACOTE	CANUDINHO 160 GR (OURO)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	8,89
59	290	KILOGRAMA	CARNE BOVINA DE PRIMEIRA MENESTRINA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	31,00
60	150	UNIDADE	CARNE BOVINA TIPO CONTRA-FILÉ (MENESTRINA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	32,65
61	160	KILOGRAMA	CARNE DE GADO TIPO PATINHO (MENESTRINA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	28,89

62	64	KILOGRAMA	CARNE DEFUMADA TIPO CHARQUE (MENESTRINA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	31,10
63	250	KILOGRAMA	CARNE MOIDA DE PRIMEIRA (IRMÃO DO VALE)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	26,73
64	444	KILOGRAMA	CARNE MOIDA DE SEGUNDA (IRMÃO DO VALE)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	19,82
65	280	KILOGRAMA	CARNE SUINA TIPO BISTECA (GIRARDI)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	16,09
66	100	KILOGRAMA	CARNE SUINA TIPO LOMBO (GIRARDI)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	21,62
67	200	KILOGRAMA	CARNE SUÍNA TIPO PERNILCARNE SUÍNA, MAGRA, SEM OSSO, SEM PELE, SEM TOUCINHO E ISENTA DE APONERVOSES. EMBALADO EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL COM NÚMERO DE INSPEÇÃO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO OBEDECENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE QUANTO À TEMPERATURA. (GIRARDI)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	17,26
68	532	KILOGRAMA	CEBOLA (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	6,28
69	247	MAÇO	CEBOLINHA: DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIOS; ISENTO DE SUJIDADES E PARASITAS. NÃO SERÁ ACEITA A ENTREGA DO PRODUTO FORA DOS PADRÕES EXIGIDOS PARA CONSUMO. PESO DO MAÇO VARIANDO ENTRE 100 E 120G (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	3,41
70	384	KILOGRAMA	CENOURA (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,64
71	120	PACOTE	CEREAL INFANTIL MULTICEREAIS PARA ALIMENTAÇÃO INFANTIL: À BASE DE, NO MÍNIMO, TRIGO, MILHO E ARROZ. DEVE TER ENTRE SEUS INGREDIENTES: FARINHA DE CEREAIS, AÇÚCAR, VITAMINAS, MINERAIS E AROMATIZANTE. DEVERÁ CONTER FOSFATO TRICÁLCICO E/OU CARBONATO DE CÁLCIO. TEOR MÁXIMO ACEITÁVEL DE CARBOIDRATOS: 17G POR PORÇÃO DE 20G DO PRODUTO. EMBALAGEM CONTENDO DE 200 A 230 GRAMAS DO PRODUTO. VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (MUCILON)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	10,35
72	180	CAIXA	CEREAL MATINAL SUCRILHOS - CAIXA COM 300 GRAMAS (CORN)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	13,00
73	212	CAIXA	CHÁ MATE 40G, EMBALAGEM C/ 25 SAQUINHOS (CHINES)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,36
74	718	PACOTE	CHÁ MATE 500 GRCHÁ MATE, SABOR NATURAL, EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. INGREDIENTES: FOLHAS E TALOS DE ERVA MATE TOSTADA (ILEX PARAGUARIENSIS, ST. HIL.). ISENTO DE GLÚTEN. VALIDADE: MÍNIMO 12 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (MATINE)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	8,65
75	90	PACOTE	CHANTILY 50 G (HULALA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	6,81
76	10	UNIDADE	CHANTILY EM PÓ - 200GR (HULALA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	10,86
77	110	MAÇO	CHEIRO VERDE: MAÇO MISTO DE SALSINHA E CEBOLINHA. DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIOS, ISENTO DE SUJIDADES E PARASITAS. NÃO SERÁ ACEITA A ENTREGA DO PRODUTO FORA DOS PADRÕES EXIGIDOS PARA CONSUMO. (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	3,48
78	65	PAR	CHINELO SOLA E TIRA DE BORRACHA (IPANEMA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	17,99
79	89	PACOTE	CHOCOLATE GRANULADO 1,010 KG (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	26,67
80	108	KILOGRAMA	CHUCHU (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	3,87
81	424	PACOTE	CÔCO RALADO - EMBALAGEM 100 G (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,72
82	34	UNIDADE	COMINHO EM PÓ 50 GR (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,04

83	264	UNIDADE	COUVE-FLOR: DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA PRÓPRIO E COR BRANCA OU CREME. ISENTA DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. PESO DA UNIDADE VARIANDO ENTRE 600 E 700 GRAMAS (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,74
84	290	KILOGRAMA	COXA E SOBRECOXA DE FRANGO: CONGELADA, EM EMBALAGENS INDIVIDUALIZADAS CONTENDO 1KG, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, COM NÚMERO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO OBEDECENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE QUANTO À TEMPERATURA. NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTREGA DE PRODUTOS FRACIONADOS SEM A DEVIDA ROTULAGEM PREVISTA EM LEI. (JAGUA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	12,07
85	3.000	UNIDADE	COXINHA 150 GR, FRITOS EM ÓLEO NÃO REUTILIZADOS. (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,53
86	26	UNIDADE	CRAVO DA INDIA 10GR (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,91
87	92	UNIDADE	CREME DE CEBOLA 68 GR (MAGGI)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	6,35
88	560	CAIXA	CREME DE LEITE 200 GR CREME DE LEITE EMBALAGEM 200 GR (CATIVA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,65
89	25	UNIDADE	CREME DENTAL 50GR (SORRISO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	3,32
90	1.200	TUBO	CREME DENTAL 90 GR (COLGATE)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	5,01
91	60	POTE	CREME PARA PENTEAR (KANESCHOWN)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	12,54
92	2.853	FORMA	CUCA SABORES REQUEIJÃO, BANANA, FAROFA) FORMA 30X40CM, ASSADOS (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	28,17
93	1.225	FRASCO	DESODORANTE ROLL ON (MONANGE)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	10,36
94	110	POTE	DOCE DE FRUTAS 400 GRAMAS (NATURALE)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,54
95	284	POTE	DOCE DE LEITE 400 GR (FRELIS)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	6,26
96	58	POTE	DOCE DE LEITE COM CHOCOLATE 400 G (OLIVEIRA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	7,74
97	840	UNIDADE	EMPANADOS DE FRANGO 100GR (LAR)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	2,13
98	156	LATA	ERVILHA COM MILHO EMBALAGEM COM 200 GR ERVILHA COM MILHO ENLATADO: INGREDIENTES: ERVILHA, MILHO VERDE, ÁGUA E SAL. EMBALAGEM: LATA CONTENDO 200G DO PRODUTO DRENADO. VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (FUGINI)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,46
99	573	LATA	ERVILHA EM CONSERVA - EMBALAGEM 200 G (PREDILECTA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,32
100	1.125	UNIDADE	ESCOVA DENTAL ADULTOO CERDAS MACIAS, CABO RETO, EMBALAGEM COM 1 UNIDADE (DENTIL)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	5,38
101	577	CAIXA	EXTRATO DE TOMATE 350G (BONARE)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	4,23
102	78	PACOTE	FARINHA DE MANDIOCA, BRANCA EXTRA FINA, TIPO 1 EMBALAGEM 1KG (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,74
103	23	PACOTE	FARINHA DE MANDIOCA: FINA, CRUA OU TORRADA. EMBALADAS EM PLÁSTICOS RESISTENTES, TRANSPARENTES, LIMPOS, NÃO VIOLADOS, QUE GARANTAM INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 1 KG. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE E QUANTIDADE. VALIDADE: MÍNIMO 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	7,12

104	67	PACOTE	FARINHA DE MILHO 1 KG FARINHA DE MILHO EMBLAGEM 1KG (AGRICAL)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	6,19
105	68	PACOTE	FARINHA DE ROSCA - 500GR (PÃO NINO)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,03
106	182	PACOTE	FARINHA DE TRIGO - 1 KG (OXFORD)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,84
107	406	PACOTE	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL 5 KG ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO NAS PROPORÇÕES DETERMINADAS PELA ANVISA. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUOS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. EMBALAGEM: PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, CONTENDO 5KG DO PRODUTO. DEVE APRESENTAR ROTULAGEM COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. VALIDADE: MÍNIMO 5 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (AURIVERDE)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	12,21
108	60	UNIDADE	FARINHA LÁCTEA: INGREDIENTES FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, AÇÚCAR, LEITE EM PÓ INTEGRAL, SAL, VITAMINAS, SAIS MINERAIS E AROMATIZANTES (AROMA IDÊNTICO AO NATURAL DE BAUNILHA). EMBALAGEM CONTENDO 230 À 300 GRAMAS DO PRODUTO. VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (ALNUTRI)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	11,28
109	146	PACOTE	FAROFIA PRONTA 500 GR (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	6,26
110	354	PACOTE	FEIJÃO PRETO TIPO 1 - 1 KG FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMBALAGEM 1KG (REI DA MESA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	7,50
111	10	PACOTE	FEIJÃO VERMELHO 1 KG (APTI)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	8,39
112	210	LATA	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ 250 GR (ROYAL)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	8,50
113	194	LATA/POTE/TUBO	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO 100 G FERMENTO EM PÓ QUÍMICO: PRODUTO FORMADO DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS, QUE PELA INFLUÊNCIA DE CALOR E/OU DA UMIDADE, PRODUZ DESPRENDIMENTO GASOSO CAPAZ DE EXPANDIR MASSAS ELABORADAS COM FARINHAS, AMIDO OU FÉCULAS, AUMENTANDO-LHES O VOLUME E A POROSIDADE. O PRODUTO NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADES E MATÉRIAS ESTRANHAS. NA COMPOSIÇÃO DO FERMENTO QUÍMICO PODERÃO ENTRAR COMO COMPONENTES ESSENCIAIS ALGUMAS DAS SEGUINTE SUBSTÂNCIAS: AMIDO DE MILHO OU FÉCULA DE MANDIOCA, FOSFATO MONOCÁLCICO, BICARBONATO DE SÓDIO, E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERMITIDAS DESDE QUE MENCIONADAS. EMBALAGEM: POTE PLÁSTICO CONTENDO 100 GRAMAS DO PRODUTO. VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. SERÁ REALIZADA AVALIAÇÃO DE QUALIDADES ORGANOLÉPTICAS E DE EMBALAGEM. (ROYAL)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	6,14
114	176	PACOTE	FERMENTO PARA PÃO, GRANULADO - 125 G (POKAMAYA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	6,79
115	70	KILOGRAMA	FIGADO BOVINO (MENESTRINA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	16,84
116	156	KILOGRAMA	FILÉ DE PEIXE (TILÁPIA) SEM ESPINHAS CONGELADO FILÉ DE PEIXE CONGELADO: FILÉ DE TILÁPIA, CONGELADO, SEM PELE, ESPINHAS E CARTILAGENS, DE BOA QUALIDADE, EMBALAGEM EM SACO PLÁSTICO ATÓXICO TRANSPARENTE, LACRADA, CONTENDO 01 KG DO PRODUTO, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADA NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, COM NÚMERO DE SERVIÇO DE INSPEÇÃO. SEM RUPTURA/DANIFICAÇÃO DA EMBALAGEM OU INVÓLUCRO. SEM SINAIS DE DESCONGELAMENTO. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO OBEDECENDO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE QUANTO À TEMPERATURA. NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTREGA DE PRODUTOS FRACIONADOS SEM A DEVIDA ROTULAGEM PREVISTA EM LEI. AS ENTREGAS DEVERÃO OBEDECER ÀS QUANTIDADES PREVISTAS EM PLANILHAS FORNECIDAS PELO DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. (COPACOL)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	30,74

117	392	ROLO	FILME PVC EM ROLO - 29 CM X 30 M (BOMPACK)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	5,16
118	1.534	CAIXA	FILTRO DE PAPEL P/ CAFE REF. 103, COM 30 UNIDADES. (TRÊS CORAÇÕES)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,09
119	1.060	ROLO	FIO DENTAL COM 100MTS. (DENTIL)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	9,88
120	168	PACOTE	FLOCOS DE MILHO PRÉ-COZIDO. TENDO ENTRE SEUS INGREDIENTES: FARINHA DE MILHO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO. INSTANTÂNEO. INSCRIÇÃO REFERENTE AO GLÚTEN EM DESTAQUE. NÃO DEVERÁ APRESENTAR RESÍDUO E IMPUREZAS, BOLOR OU CHEIRO NÃO CARACTERÍSTICO. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA, CONTENDO 500G DO PRODUTO. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE: 6 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (SINHA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,91
121	300	UNIDADE	FRALDA INFANTIL DESCARTAVEL TAMANHO GRANDE (G) FRALDA INFANTIL DESCARTÁVEL COM PROTEÇÃO DE GEL PARA 8 HORAS, GEL SUPERABSORVENTE, POLPA DE CELULOSE, FORMATO ANATÔMICO, 3 FIOS DE ELÁSTICO, FITA ADESIVA QUE PERMITA O AJUSTE, FAIXA FRONTAL. NDICDOR DE UMIDADE; PRODUTO HIPOALERGÊNICO. TAMANHO GRANDE. EMBALAGEM: PACOTES CONTENDO NO MÍNIMO 40 E NO MÁXIMO 50 UNIDADES (ANJINHO)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	41,59
122	110	KILOGRAMA	FRANGO INTEIRO CONGELADO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRÓPRIA (GIBOM)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	10,61
123	80	PACOTE	FRUTAS CRISTALIZADASEMBALAGEM 150G (LAVIOLETERA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	7,24
124	152	PACOTE	FUBÁ FINO (AGRICAL)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,89
125	800	PACOTE	GARFO DESCARTÁVEL - 20 UM (STRAPACK)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,79
126	108	UNIDADE	GELEIA DE FRUTA 400 GR (OLE)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	14,28
127	35	KILOGRAMA	GENGIBRE KG (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	8,55
128	840	UNIDADE	HAMBURGER DE CARNE BOVINA 56 G (FRIBOI)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	1,65
129	30	CAIXA	HASTES FLEXÍVEIS C/100 UNIDADES (COTONETES)HASTES FLEXÍVEIS C/100 UNIDADES (ISABABY)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,09
130	60	ENVELOPE	INSETICIDA EM PASTILHA PARA APARELHOS ELÉTRICOS (RAID)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,95
131	68	LATA	INSETICIDA SPRAY (ULTRA INSET)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	12,36
132	820	PACOTE	IOGURTE COM POLPA DE FRUTASIOGURTE COM POLPA DE FRUTAS: TENDO ENTRE SEUS INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL PASTEURIZADO, AÇÚCAR, POLPA OU PREPARADO DE FRUTA (MORANGO E COCO), AMIDO, FERMENTO LÁCTEO, ESPESSANTE E CONSERVANTE. CLASSIFICAÇÃO: PRODUTO OBTIDO ATRAVÉS DE LEITE E/OU LEITE RECONSTITUÍDO PADRONIZADO EM SEU CONTEÚDO DE GORDURAS, CULTIVO DE BACTÉRIAS LÁCTEAS ESPECÍFICAS. CONTENDO POLPA DE FRUTAS. ISENTO DE CONTAMINAÇÕES, SUJIDADES, COMPOSTOS ESTRANHOS. EMBALAGEM PLÁSTICA PADRONIZADA ATÓXICA CONTENDO ENTRE 850 E 1.000 GRAMAS DO PRODUTO. NÃO SERÃO PERMITIDAS EMBALAGENS DANIFICADAS E/OU REAPROVEITADAS. O PRODUTO DEVERÁ SER ROTULADO DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE. O TRANSPORTE DEVERÁ SER REALIZADO EM VEÍCULO LICENCIADO PARA TAL FIM, COM ALVARÁ SANITÁRIO, CARROCERIA FECHADA, ISOTÉRMICO OU REFRIGERADO, CONFORME DECRETO ESTADUAL Nº 31.455, DE 20/02/1987. VALIDADE: MÍNIMO 30 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (TIROL)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	8,91
133	200	BANDEIJA	IOGURTE C/ POLPA DE FRUTAS - BANDEJA C/ 06 UM (TIROL)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,34
134	550	PACOTE	LÃ DE AÇO EMBALAGEM C/ 8 UNLÃ DE AÇO EMBALAGEM C/ 08 UN, CONFECCIONADA EM AÇO CARBONO. (VEJA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,17

135	1.458	KILOGRAMA	LARANJA PÊRA - TAMANHO MÉDIO, CASCA DE COR ALARANJA-DA, ODOR AGRADÁVEL, DOCE, SUCULENTA, SEM PRESENÇA DE BOLOR APARENTE. (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,50
136	740	CAIXA	LEITE CONDENSADO - EMBALAGEM 395 G (PIRACANJUBA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,24
137	298	POTE/FRASCO/VIDRO	LEITE DE CÔCO - EMBALAGEM 200 ML (MENINA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	5,54
138	654	LATA/PA-COTE	LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO 400 GR LEITE EM PÓ INTEGRAL INSTANTÂNEO: TENDO ENTRE SEUS INGREDIENTES: LEITE INTEGRAL, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, VITAMINAS A E D. SABOR E ODOR AGRADÁVEL. DISSOLUÇÃO EFETIVA DO PRODUTO APÓS PREPARO. EMBALAGEM CONTENDO 400 GRAMAS DO PRODUTO. FABRICAÇÃO NACIONAL. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. FABRICAÇÃO NACIONAL. (AURORA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	12,24
139	9.241	CAIXA	LEITE INTEGRAL UHT - EMBALAGEM 1 LITRO (SANTA CLARA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,72
140	80	BALDE	LENÇO UMEDECIDO - COM 450 UNID. (ANJINHO)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	18,15
141	168	KILOGRAMA	LIMÃO GALEGO LIMÃO (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,82
142	186	KILOGRAMA	LINGUICA CALABRESA (GIRARDI)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	22,51
143	90	KILOGRAMA	LINGUICINHA BOVINA (MENESTRINA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	18,16
144	60	KILOGRAMA	LINGUICINHA DE FRANGO (COPACOL)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	19,65
145	90	KILOGRAMA	LINGUICINHA SUINA (GIRARDI)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	19,80
146	1.626	KILOGRAMA	MAÇA FUJI/GALAMAÇA: VARIEDADES FUJI/GALA, TAMANHO MÉDIO, PESANDO ENTRE 140 - 170 GRAMAS A UNIDADE, CASCA ÍNTEGRA, SEM AMASSADOS. NÃO SERÁ PERMITIDO A ENTREGA DO PRODUTO FORA DOS PADRÕES EXIGIDOS PARA CONSUMO (FUJI/CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	6,24
147	200	PACOTE	MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS TIPO ESPAGUETE 500 GR (JOIA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,03
148	152	PACOTE	MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS TIPO PARAFUSO. - MACARRÃO DE SÊMOLA COM OVOS TIPO PARAFUSO: TENDO ENTRE SEUS INGREDIENTES: SÊMOLA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, OVOS, CORANTE NATURAL URUCUM E CÚRCUMA. O PRODUTO DEVERÁ TER A DESIGNAÇÃO "COM OVOS". INSCRIÇÃO REFERENTE AO GLÚTEN EM DESTAQUE. O PRODUTO NÃO DEVERÁ APRESENTAR SUJIDADE, BOLOR, MANCHAS OU FRAGILIDADE À PRESSÃO DOS DEDOS. NÃO PODENDO ESTAR RANÇOSO OU FERMENTADO E NÃO DEVE APRESENTAR DEFORMAÇÕES E NEM QUEBRAS. O FORMATO E A COR DEVEM SER UNIFORMES, LIVRE DE RUGOSIDADES E PONTUAÇÕES E TEXTURA LISA. O MACARRÃO, AO SER COLOCADO NA ÁGUA, NÃO DEVERÁ TURVÁ-LA ANTES DA COCÇÃO. APÓS A COCÇÃO, O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR-SE COM ASPECTO DE MASSA COZIDA, SOLTA, ÍNTEGRA (SEM DEFORMAÇÕES E EMPAPAMENTO), COR, ODOR E SABOR PRÓPRIOS DE MASSA COZIDA E CONSISTÊNCIA MACIA. O PRODUTO DEVE ESTAR ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PRIMÁRIA PLÁSTICA, ATÓXICA, TRANSPARENTE, TERMOSSOLDADA, INTACTA, RESISTENTE, DE 500G E EMBALAGEM SECUNDÁRIA DE FARDOS PLÁSTICOS, RESISTENTES, TERMOSSOLDADOS. VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (JOIA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,50
149	80	PACOTE	MACARRÃO EMBALAGEM 1 KG (ESTRELA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	6,15
150	160	COPO	MACARRÃO INSTANTANEO EM COPO DE POLIESTIRENO COM NO MINIMO 64GR - (CUP NOODLES).	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	4,49
151	132	PACOTE	MACARRÃO TALHARIM 500 GR (ESTRELA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	6,00

152	404	POTE	MAIONESE - EMBALAGEM 500 GMAIONESE COM ÔMEGA 3 E VITAMINAS - EMBALAGEM 500 G (SUAVIT)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	6,52
153	872	KILOGRAMA	MAMÃO - VARIEDADE FORMOSA, EXTRA, CASCA FINA, LISA, AMARELA (EM PROCESSO DE AMADURECIMENTO), SEM MANCHAS E AMASSADOS, POLPA MACIA, SEM A PRESENÇA DE BOLOR APARENTE. (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,41
154	260	KILOGRAMA	MANGA (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,76
155	839	POTE	MARGARINA VEGETAL 80% LIPÍDIOS - 500GR (COAMO FAMILIA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,54
156	128	PACOTE	MASSA PARA LASANHA - 500GR (BELLA ITALIA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	6,79
157	228	PACOTE	MASSA PRONTA PARA PASTEL 500 GR TAM M (BELLA ITALIA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	9,75
158	80	KILOGRAMA	MEIO DA ASA DE FRANGO (LAR)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	17,82
159	54	POTE	MELADO DE CANA 500 GR (TIÃO)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	8,69
160	325	KILOGRAMA	MELANCIA: DE PRIMEIRA, TAMANHO MÉDIO, COM PEDÚNCULO. FRUTOS PERFEITOS, ISENTOS DE DANOS MECÂNICOS, PRAGAS, DOENÇAS OU SUJIDADES, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO À MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSUMO (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	3,65
161	190	PACOTE	MILHO PIPOCA 500 G (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,65
162	556	LATA	MILHO VERDE EM CONSERVA 200GRMILHO VERDE EM CONSERVA: INGREDIENTES: MILHO, ÁGUA E SAL, ISENTO DE GLÚTEN. EMBALAGEM LATA DE 200 GRAMAS. VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. (PREDILECTA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	3,19
163	372	KILOGRAMA	MIMOSA (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,91
164	390	CAIXA	MISTURA PRONTA PARA BOLO 400 GR DIVERSOS SABORES (APTI)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	5,24
165	300	BANDEIJA	MORANGO SUCULENTO, AROMA E COR PRÓPRIOS. ISENTO DE SUJIDADEMORANGO: SUCULENTO, AROMA E COR PRÓPRIOS. ISENTO DE SUJIDADES. APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO À MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSUMO. ACONDICIONAMENTO: EMBALAGEM PLÁSTICA, RESISTENTE E TRANSPARENTE, CONTENDO APROXIMADAMENTE 300 GRAMAS DO PRODUTO. (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	8,16
166	332	PACOTE	NATA 400 GRAMAS (HOLANDES)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	8,91
167	828	FRASCO	ÓLEO DE SOJA REFINADO 900MLÓLEO DE SOJA REFINADO: OBTIDO DE MATÉRIA-PRIMA VEGETAL. ASPECTO LÍMPIDO E ISENTO DE IMPUREZAS, RANÇO E OUTRAS CARACTERÍSTICAS INDESEJÁVEIS. COR E ODOR CARACTERÍSTICOS. EMBALAGEM: GARRAFAS PLÁSTICAS TRANSPARENTES DE 900ML, ACONDICIONADAS EM CAIXAS COM 20 UNIDADES. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO 10 MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA (COAMO)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,92
168	201	PACOTE	ORÉGANO DESIDRATADO 5GR (NEILAR)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	2,47
169	1.432	DUZIA	OVOS DE GALINHA, VERMELHOS, GRAÚDOS (CARMINATTI)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	7,07
170	2	POTE	PAÇOCA C/50UN (PRODASA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	39,00
171	940	UNIDADE	PANETONE 400 GRAMAS 90035411PANETONE 400 GRAMAS (ROMA)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	3,54
172	350	KILOGRAMA	PAO D'AGUA - KG (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	10,61
173	1.214	UNIDADE	PÃO DE FORMA FATIADO (MCA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,92
174	1.090	PACOTE	PÃO FATIADO QUADRADO P/ SANDUICHE (MCA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	6,13
175	1.890	KILOGRAMA	PAO FRANCES - KG (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	9,97

176	590	PACOTE	PÃO INTEGRAL FATIADO (MCA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	7,41
177	301	UNIDADE	PAPEL ALUMINIO 45CM 7,5 MTS (BOMPACK)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,95
178	2.950	UNIDADE	PASTEL 80GR TAMANHO MÉDIO, FRITOS EM ÓLEO NÃO REUTILIZADOS. (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,29
179	2.150	UNIDADE	PASTEL ASSADO TAMANHO MÉDIO (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,41
180	378	KILOGRAMA	PEITO DE FRANGO COM OSSOCOM OSSO, SEM PELE, COM ASPECTO FÍSICO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIO. CONGELADO EM EMBALAGEM INDIVIDUALIZADA CONTENDO 1 KG, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE. (JAGUA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	11,23
181	170	KILOGRAMA	PEITO DE FRANGO DESOSSADOPEITO DE FRANGO: SEM OSSO, SEM PELE, COM ASPECTO FÍSICO, CHEIRO, COR E SABOR PRÓPRIO. CONGELADO EM EMBALAGEM INDIVIDUALIZADA CONTENDO DE 500 GRAMAS A 1000 GRAMAS, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, COM NÚMERO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO OBEDECENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE QUANTO À TEMPERATURA. NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTREGA DE PRODUTOS FRACIONADOS SEM A DEVIDA ROTULAGEM PREVISTA EM LEI. AS ENTREGAS DEVERÃO OBEDECER ÀS QUANTIDADES PREVISTAS EM PLANILHAS FORNECIDAS PELO DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. (JAGUA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	14,12
182	65	UNIDADE	PENTE P/ CABELO (TONG)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	7,35
183	10	UNIDADE	PENTE P/ CABELO C/ CABO GRANDE (CONDOR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	9,00
184	576	VIDRO	PEPINO EM CONSERVA 300 GR (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	6,59
185	152	KILOGRAMA	PEPINO SALADA: TAMANHO MÉDIO, DE BOA QUALIDADE, APRESENTANDO GRAU DE MATURAÇÃO ADEQUADO À MANIPULAÇÃO, TRANSPORTE E CONSUMO. ISENTO DE SUJIDADES, PARASITAS E LARVAS. COLORAÇÃO VERDE ESCURA, CARACTERÍSTICA DA ESPÉCIE. (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,22
186	250	KILOGRAMA	PESSEGO (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	6,08
187	110	LATA	PESSEGO EM CALDA 450GR (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	11,11
188	70	CARTELA	PILHA PEQUENA COM 04 UNIDADES (ELGIN)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	8,20
189	68	FRASCO	PIMENTA EM PÓ 40 GR (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,20
190	56	KILOGRAMA	PIMENTÃO (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	6,71
191	1.420	PACOTE	PIPOCA DOCE 100 GR (BAMPINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	2,61
192	260	PACOTE	PIRULITO EM PACOTE C/ 24UNIDADES (PECCIN)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	11,08
193	1.200	UNIDADE	PIZZA PRONTA (CENTRAL SALGADOS)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	12,59
194	1.728	CAIXA	PO PARA GELATINA DIVERSOS SABORES - CX 85 GR (APTI)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	2,69
195	420	PACOTE	PÓ PARA PUDIM DIVERSOS SABORES, EMBALAGEM 85GR (APTI)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	3,30
196	1.800	ENVELOPE	PÓ PARA SUCO 30 G (TRINK)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	1,58
197	1.180	UNIDADE	PO PARA SUCO 500GR (APTI)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	7,68
198	150	UNIDADE	POLVILHO AZEDO 500GR (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,95

199	1.440	PACOTE	PRATO DESCARTÁVEL PLÁSTICO 30 CM C/10UN (BOMPACK)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,12
200	796	KILOGRAMA	PRESUNTO COZIDO FATIADO (CASA DO QUEIJO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	22,48
201	890	KILOGRAMA	QUEIJO MUZZARELA FATIADO (CASA DO QUEIJO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	23,16
202	488	KILOGRAMA	QUEIJO PRATO FATIADO (CASA DO QUEIJO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	28,16
203	386	PACOTE	QUEIJO RALADO 40GR (NONITO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,44
204	1.612	UNIDADE	REFRIGERANTE 2 LITROS (CAPRICHOS)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	5,36
205	30	UNIDADE	REMOVEDOR DE ESMALTE 100ML (VIPP)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	5,62
206	136	UNIDADE	REPOLHO VERDE EM CABEÇA (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,63
207	1.225	UNIDADE	SABONETE 90 GRAMASSABONETE: SOLIDO, EM BARRA, FRAGRÂNCIA AGRADÁVEL. REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM: COM NO MÍNIMO 90 G, COM DADOS DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE (FRANCIS)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	1,94
208	78	PACOTE	SAGU 500 GR (PINDUCA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	6,17
209	128	PACOTE	SAL REFINADO - IODADO 1KG (REALTA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	2,28
210	526	CENTO	SALGADINHOS 45 GR, MINI PASTEL, MINI COXINHAS, MINI RISOLIS, MINI QUIBES, BOLINHAS DE QUEIJO, FRITOS EM ÓLEO NÃO REUTILIZADOS. (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	74,79
211	494	PACOTE	SALSICHA TIPO HOT DOG - 1 KG SALSICHA HOT DOG: CONGELADA, DE BOA QUALIDADE, CONTENDO NO MÁXIMO 2% DE AMIDO, NÃO SENDO PERMITIDO A ADIÇÃO DE CORANTES ARTIFICIAIS. EMBALADA EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE COM 1 KG POR EMBALAGEM, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL CONTENDO NÚMERO DE INSPEÇÃO, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO OBEDECENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE QUANTO À TEMPERATURA. NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTREGA DE PRODUTOS FRACIONADOS SEM A DEVIDA ROTULAGEM PREVISTA EM LEI. AS ENTREGAS DEVERÃO OBEDECER ÀS QUANTIDADES PREVISTAS EM PLANILHAS FORNECIDAS PELA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. (LEBRON)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	11,99
212	258	MAÇO	SALSINHA: DE PRIMEIRA, APRESENTANDO GRAU DE EVOLUÇÃO COMPLETO DE TAMANHO, AROMA E COR PRÓPRIOS; ISENTOS DE SUJIDADES E PARASITAS. NÃO SERÁ ACEITA A ENTREGA DO PRODUTO FORA DOS PADRÕES EXIGIDOS PARA CONSUMO. PESO DO MAÇO VARIANDO ENTRE 80 E 100 GRAMAS (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,71
213	5.300	UNIDADE	SANDUICHE NATURAL (PÃO, QUEIJO, PRESUNTO, ALFACE E TOMATE), EMBALADOS EM PLÁSTICO FILME. (NALDINHO)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,62
214	276	LATA	SARDINHA 125G EM CONSERVA (88)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,07
215	225	UNIDADE	SHAMPOO - 300 ML À 350 ML (SUAVE)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	9,85

216	196	KILOGRAMA	SOBRECOXA DE FRANGO: CONGELADA, EM EMBALAGENS INDIVIDUALIZADAS, CONTENDO 1KG, DEVENDO CONSTAR NA EMBALAGEM ROTULAGEM OFICIAL, DE ACORDO COM AS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO ÓRGÃO SANITÁRIO COMPETENTE, COM NÚMERO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO. O TRANSPORTE DEVERÁ SER FEITO OBEDECENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO FABRICANTE QUANTO À TEMPERATURA. NÃO SERÁ PERMITIDA A ENTREGA DE PRODUTOS FRACIONADOS SEM A DEVIDA ROTULAGEM PREVISTA EM LEI. AS ENTREGAS DEVERÃO OBEDECER ÀS QUANTIDADES PREVISTAS EM PLANILHAS FORNECIDAS PELO DEPARTAMENTO DE MERENDA ESCOLAR DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DEVENDO SER ENTREGUES PESADAS, EMBALADAS E SEPARADAS POR UNIDADE ESCOLAR. (JAGUA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	12,65
217	328	FRASCO	SUCO CONCENTRADO 500ML (MAGUARY)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	9,03
218	410	UNIDADE	SUCO DE FRUTAS COM SOJA 1 LITRO (PURITY)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	7,08
219	160	PACOTE	SUCO EM PO 35 GRAMAS (NEILAR)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	1,54
220	66	FRASCO	TEMPERO COMPLETO 300 GRAMAS COM ALHO E SAL (ARISCO)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	4,75
221	30	FRASCO	TEMPERO COMPLETO 300GR SEM ALHO (ARISCO)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – EPP	4,70
222	340	UNIDADE	TEMPERO EM PÓ (SINHA)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	4,70
223	54	CAIXA	TEMPERO PARA FEIJÃO 40GR. (NEILAR)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	4,16
224	85	UNIDADE	TOALHA DE BANHO (MARTINS)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI – ME	27,90
225	100	UNIDADE	TOALHA DE ROSTO (MARTINS)	MAXIMA ATACADISTA EIRELI - ME	14,00
226	974	KILOGRAMA	TOMATE (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	6,42
227	30	KILOGRAMA	TOUCINHO DEFUMADO (GIRADI)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	18,05
228	90	KILOGRAMA	UVA (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	10,27
229	56	PACOTE	UVAS PASSAS, EMBALAGEM 200 G (LAVIOLETERA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	8,49
230	40	KILOGRAMA	VAGEM CARACTERÍSTICA BEM DEFINIDAVAGEM: CARACTERÍSTICAS BEM DEFINIDAS, COM VAGEM DE FORMATO RETILÍNEO. VAGENS TENRAS, PARTINDO-SE FACILMENTE NAS PONTAS AO SEREM ENVERGADAS; POSSUIR GRÃOS SALIENTES NAS VAGENS. LIMPAS E LIVRES DE DANOS MECÂNICOS E PRAGAS (CEASA)	PHS COMERCIO EIRELI - ME	5,74
231	136	FRASCO	VINAGRE DE ÁLCOOL EMBALAGEM COM 900 ML (HENNING)	PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP	2,64

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2020

Aos 12 dias do mês de agosto de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Presencial nº 073/2020 que tem por objetivo o registro de preços, visando futura aquisição de materiais elétricos, para estoque no almoxarifado da Prefeitura, para uso nas secretarias, fundos e fundações, em pequenas obras, reparos, manutenções e reformas, em quantidade total estimada para entregas durante o prazo de 12 (doze) meses.

## MAPA DO REGISTRO DE PREÇOS

TEM	QUANT.	UNID.	MATERIAL	EMPRESA	VALOR UNIT.
01	3.000	UNIDADE	ABRACADEIRA NYLON 2,50 X 108MM PRETA - DECORLUX	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	0,05
02	120	PEÇA	ABRACADEIRA P/ELETRODUTO 3/4 CINZA – KOWSKI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	0,60
03	20	PEÇA	ARMAÇÃO GLAV. A FOGO 1 ROLDANA - MILANO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	6,50

04	300	PEÇA	BOCAL DE PVC ISOLADO E -27 PARA LÂMPADA (C/RABICHO) - DECORLUX	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	1,53
05	20	PEÇA	CABECOTE P/ PONTALETE 3/4 (ALUMÍNIO) – P/GRANJEIRO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,21
06	20	UNIDADE	CABECOTE P/PONTALETE 1 POLEGADA (ALUMINIO) - FERRARI	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,69
08	800	METROS	CABO 1 KV MULTIPLEXADO QUADRUPLIX 4X 10 MM2 - KV	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	4,90
09	800	METROS	CABO 1 KV VERDE 10.00 MM2 SEMI RÍGIDO P/TUBULAÇÃO SUBTERRÂNEA – CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	6,95
10	1.200	METROS	CABO AUTO FLEXÍVEL AZUL 6 MM - CLASSE A - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	3,40
11	1.200	METROS	CABO AUTO FLEXÍVEL PRETO 6 MM - CLASSE A - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	3,40
12	400	METROS	CABO DE COBRE NU 35 MM2 NORMATIZADO -MM2	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	17,50
13	3.500	METROS	CABO DE REDE CAT5E - MEGATRON	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	1,24
14	1.100	METROS	CABO FLEXÍVEL 750 V 1,5 MM AZUL - FLEXSUL	SNT COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO EIRELI ME	0,80
15	1.100	METROS	CABO FLEXÍVEL 750 V 1,5 MM PRETO - FLEXSUL	SNT COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO EIRELI ME	0,80
16	1.100	METROS	CABO FLEXÍVEL 750 V 4 MM AZUL - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	2,40
17	700	METROS	CABO FLEXIVEL ANTI-CHAMA 750V 10 MM2 – AZUL - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	6,10
18	1.000	METROS	CABO FLEXÍVEL ANTI-CHAMA 750V 2,5MM – AZUL - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	1,45
19	1.100	METROS	CABO FLEXÍVEL ANTI-CHAMA 750V 2,5MM – PRETO - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	1,50
20	1.100	METROS	CABO FLEXÍVEL ANTI-CHAMA 750V 2,5MM – VERDE - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	1,50
21	4.300	METROS	CABO ISOLADO PP 2 X 1,5 MM 1 KV NBR - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,93
22	3.600	METROS	CABO ISOLADO PP 2 X 2,5 MM 1 KV NBR - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	3,90
23	1.400	METRO	CABO ISOLADO PP 3 X 2.5 MM 1 KV NBR- CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	5,50
24	900	METROS	CABO SEMIRÍGIDO VERMELHO 1KV, PARA TUBULAÇÃO SUBTERRÂNEA - 10 MM - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	6,70
25	1.400	METROS	CABO SEMIRRÍGIDO AZUL 1KV, PARA TUBULAÇÃO SUBTERRÂNEA-10 MMM -CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	6,70
26	900	METROS	CABO SEMIRRÍGIDO BRANCO 1KV, PARA TUBULAÇÃO SUBTERRÂNEA - 10 MM-CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	6,70
27	900	METROS	CABO SEMIRRÍGIDO PRETO 1KV, PARA TUBULAÇÃO SUBTERRÂNEA - 10 MM-CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	6,70
28	350	UNIDADE	CAIXA DE ATERRAMENTO COM TAMPA, EM CONCRETO 30X30 - CONCREPLAN	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	23,50

29	190	UNIDADE	CAIXA DE LUZ 2X4 EM PVC - DEMI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	0,39
30	40	PEÇA	CAIXA PARA ELETRODUTO ENTRADA E SAÍDA 3/4 CINZA COMPLETA COM 01 TECLA ENERGIA - DIM	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI	7,95
31	20	PEÇA	CAIXA PARA ELETRODUTO ENTRADA E SAÍDA 3/4 CINZA COMPLETA COM TAMPA CEGA - DIM	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI	6,80
32	30	PEÇA	CAIXA PARA ELETRODUTO ENTRADA E SAÍDA 3/4 CINZA COMPLETA COM TOMADA CONETOR DE INTERNET - MAXIDUTO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	17,28
33	40	PEÇA	CAIXA PARA ELETRODUTO ENTRADA E SAÍDA 3/4 CINZA COMPLETA COM TOMADA PARA ENERGIA 2P + T - MAXIDUTO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	11,07
34	30	PEÇA	CAIXA PARA ELETRODUTO ENTRADA E SAÍDA 3/4 CINZA COMPLETA COM TOMADA PARA TELEFONE - MAXIDUTO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	12,60
35	40	UNIDADE	CAIXA PVC P/ 01 DISJUNTORE SOBREPOR - MONDIALE	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	4,30
36	20	UNIDADE	CAIXA PVC P/ 04 DISJUNTORES - QUADRO EMBUTIR (QUADRO P/ DISJUNTORES) - DIM	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI	14,95
37	20	UNIDADE	CAIXA PVC P/ 04 DISJUNTORES - QUADRO SOBREPOR (QUADRO P/ DISJUNTORES) - DIM	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI	13,10
38	20	UNIDADE	CAIXA PVC P/ 08 DISJUNTORES SOBREPOR - BRUM	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	24,90
39	480	UNIDADE	CANALETA SISTEMA "X" 20 X 10 C/2 M -ILUMI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	3,90
40	60	UNIDADE	CASCATA EM LED. CASCATA EM LED, CONFECCIONADAS COM 200 LEDS FIXOS 220V NA COR BRANCA, COM FIO ELÉTRICO BRANCO 2 X 0,5MM², MEDINDO ENTRE 3,5 M E 3,90M DE COMPRIMENTO X 0,70M DE QUEDA ASSIMÉTRICA. A CASCATA POSSUI 9W DE POTÊNCIA, COM ISOLAMENTO EXTRA NA CAIXA CONVERSORA EM RESINA CRISTAL LÍQUIDA, POSSIBILITANDO MAIOR RESISTÊNCIA QUANDO EXPOSTO À IINTEMPÉRIES. - GUIMARÃES	SNT COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO EIRELI ME	60,00
41	70	UNIDADE	CONECTOR CUNHA ALUMINIO TIPO III - VERMELHO 10MM C/ CAPA - INTELLI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	3,00
42	90	UNIDADE	CONECTOR PARA HASTE TERRA 5/8 (PRESILHA) - INTELLI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	3,50
43	70	UNIDADE	CONECTOR SAPATA 35 MM (TERMINAL) - INTELLI	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	3,51
44	80	PEÇA	CURVA DE 180° 3/4 ELETRODUTO CINZA - GASPER	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI	1,80
45	80	PEÇA	CURVA EM PVC 180° ROSCAVEL 1' - MAXIDUTO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	1,34
46	115	UNIDADE	DISJUNTOR 32 AMPERES MONOFASICO DIN - SOPRANO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	5,65
47	115	UNIDADE	DISJUNTOR 40 AMPERES MONOFASICO DIN - SOPRANO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	7,16

48	105	UNIDADE	DISJUNTOR 50 AMPERES MONOFASICO DIN - SOPRANO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	7,16
49	60	PEÇA	DISJUNTOR MONOFASICO DIN 10A - SOPRANO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	5,74
50	25	UNIDADE	DISJUNTOR MONOFASICO DIN 25A - SOPRANO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	5,74
51	100	UNIDADE	DISJUNTOR MONOFASICO DIN 6A - SOPRANO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	5,74
52	60	BARRA	ELETRODUTO 3/4 CINZA - BARRA COM 3 METROS - KOWSKI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	9,00
53	300	METROS	ELETRODUTO 3/4" PVC FLEXÍVEL REFORÇADO P/LAJE CINZA ELETRODUTO 3/4" PVC FLEXÍVEL REFORÇADO P/LAJE CINZA- MASI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	1,15
54	100	BARRA	ELETRODUTO EM PVC 3 M X 1 POL PRETO - MAXIDUTO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	6,10
55	300	METROS	ELETRODUTO PEAD 1 1/2" TIPO KANAFLEX MANGUEIRA CORRUGADA ELETRODUTO PEAD 1 1/2" TIPO KANAFLEX MANGUEIRA CORRUGADA - GERPLAST	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	2,70
56	400	METROS	ELETRODUTO PEAD 1 1/4 " TIPO KANAFLEX MANGUEIRA CORRUGADA ELETRODUTO PEAD 1 1/4 " TIPO KANAFLEX MANGUEIRA CORRUGADA - GERPLAST	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	2,20
57	150	PEÇA	EXTENSÃO PARA MANGUEIRA DECORATIVA LUMINOSA INCANDESCENTE 2 FIOS 13 MM, 220V, CABO DE FORÇA, IGUAL, OU EQUIVALENTE, OU SIMILAR, OU DE MELHOR QUALIDADE AO PRODUTO TASHIBRA REFERÊNCIA A-03. - REMANCI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	11,50
58	1.800	PEÇA	EXTENSÃO PARA MANGUEIRA DECORATIVA (LED 13 MM) 220V "CABO DE FORÇA" - BEKASA CHRISTIMAS	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	7,90
59	1.500	METROS	FIO ELÉTRICO PARALELO MARROM 2 X 1,5 MM 300V SELO INMETRO, NBR 13249, PESO MINIMO 4,2 KG/100M - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,24
60	1.350	METROS	FIO PARALELO 2 X 2,5 MM BRANCO -CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	3,00
61	900	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 10 MM - AZUL - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	7,05
62	900	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 10 MM - BRANCO - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	7,05
63	900	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 10 MM - PRETO - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	7,05
64	900	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 10 MM - VERDE - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	7,05
65	900	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 10 MM - VERMELHO - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	7,05
66	700	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 1,5 MM - AZUL - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	0,99
67	700	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 1,5 MM - BRANCO - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	0,99
68	700	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 1,5 MM - PRETO - CORFIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	0,99

69	700	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 2,5 MM – AZUL - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	1,60
70	700	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 2,5 MM – PRETO - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	1,60
71	900	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 4 MM – AZUL- CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,65
72	800	METROS	FIO SÓLIDO ANTI-CHAMA 750V 4 MM – PRETO - CORFIO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,75
73	50	ROLO	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 10 M - DECORLUX	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	11,70
74	600	ROLO	FITA ISOLANTE ALTO FUSÃO 5 MTS - DECORLUX	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	6,75
75	600	UNIDADE	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 19 MM X 10 M - DECORLUX	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	2,10
76	200	ROLO	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 19 MM X 20 M - DECORLUX	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	3,50
77	16	PEÇA	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" X 2,40M 15,88 MM - OLIVIO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	30,00
78	150	UNIDADE	INTERRUPTOR PARA EMBUTIR DUPLO (2 TECLAS COMPLETO) C/ CAIXA E PLACA ESPELHO - TRAMONTINA	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	5,67
79	147	PEÇA	INTERRUPTOR PARA EMBUTIR SIMPLES (1 TECLA COMPLETO) C/ CAIXA E PLACA ESPELHO - TRAMONTINA	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	4,19
80	150	UNIDADE	ISOLADOR ROLDANA 72 X 72 – PORCELANA - ENERBLU	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	3,60
81	80	PEÇA	JOELHO P/ELETRODUTO 3/4 CINZA - KOWSKI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	2,80
82	50	UNIDADE	LAMPADA COMPACTA ESPIRAL 20 W LUZ BRANCA E27 MÍNIMO 6400K 220 V - EMPALUX	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	8,95
83	50	PEÇA	LAMPADA COMPACTA ESPIRAL 32 W LUZ BRANCA E27 MÍNIMO 6400 K 220 V - OUROLUX	FTS PRO SONORIZAÇÃO LTDA	15,70
84	50	UNIDADE	LAMPADA COMPACTA ESPIRAL 55 W LUZ BRANCA E27 MÍNIMO 6400 K 220 V - EMPALUX	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	32,50
85	50	PEÇA	LAMPADA COMPACTA ESPIRAL 90 W LUZ BRANCA E27 MÍNIMO 6400 K 220 V - TACHIBRA	FTS PRO SONORIZAÇÃO LTDA	52,30
86	50	UNIDADE	LAMPADA COMPL ELET ESPIRAL 45W LUZ BRANCA E 27 MÍNIMO 6400 K 220 V - EMPALUX	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	23,30
87	700	PEÇA	LAMPADA LED 09 W EQUIVALE 100W INC. /25W ECONÔMICA FRIA/BRANCA, MÍNIMO DE 64000K - APROVADA PELO INMETRO - LUMANTI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	4,60
88	1.500	PEÇA	LAMPADA LED 12 W EQUIVALE 150W INC. /30W ECONÔMICA. FRIA BRANCA, MÍNIMO DE 64000K - APROVADA PELO INMETRO - LUMANTI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	6,90
89	500	PEÇA	LAMPADA LED 14 W EQUIVALE 29W ECONÔMICA. BULBO E27 FRIA BRANCA, MÍNIMO DE 6500K - APROVADA PELO INMETRO - KIAN	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	9,40

90	50	PEÇA	LÂMPADA LED ALTA POTÊNCIA 40 W LUZ BRANCA BIVOLT BULBO E-27 MÍNIMO 6500 K - KIAN	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	30,00
91	50	PEÇA	LÂMPADA LED ALTA POTÊNCIA 80 W LUZ BRANCA BIVOLT BULBO E-40 MÍNIMO 6500 K -OUROLUX	FTS PRO SONORIZAÇÃO LTDA	104,80
92	240	UNIDADE	LÂMPADA MISTA 500 W BOCAL E40 - GOODLUX	MULTILUZ COMERCIAL LTDA	21,20
93	1.420	UNIDADE	LAMPADA TUBULAR T8 LED 20W 60 CM MÍNIMO 6500 K – BLUMENAU ILUMINAÇÃO	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	12,00
94	40	PEÇA	LAMPADA TUBULAR T8 LED 36W 120 CM MÍNIMO 6500 K - MANPLEX	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI	33,50
95	350	UNIDADE	LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400 W E-40 OVOIDE - OUROLUX	MULTILUZ COMERCIAL LTDA	32,80
96	300	UNIDADE	LUVA PARA ELETRODUTO 1" - GASPER	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI	0,80
97	80	PEÇA	LUVA PARA ELETRODUTO 3/4" CINZA - MAXIDUTO	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	1,11
98	300	METROS	MANGUEIRA CORRUGADA 5/8 AMARELA - CIRTUBO	WR CONSTRUTORA & DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS LTDA	0,95
99	1.200	METRO	MANGUEIRA LED VERMELHO-MANGUEIRA LUMINOSA DE LED EM PVC FLEXÍVEL EXTRUSADO TRANSPARENTE, DE 13 MM DE DIÂMETRO, 02 FIOS COM 30 LEDS VERMELHOS POR METRO NA TENSÃO DE 220 V, LEDS NA HORIZONTAL VISTA COM A MANGUEIRA NA HORIZONTAL QUE PERMITE A AMPLA ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE DE POSIÇÃO DA MANGUEIRA NAS PEÇAS OU PAREDE, PERMITINDO CORTE A CADA 1 METRO. ROLO COM 100 M- DEKASA	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	4,99
100	2.000	METRO	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED AMARELA MANGUEIRA LUMINOSA AMARELA DE LED EM PVC FLEXÍVEL EXTRUSADO TRANSPARENTE, DE 13 MM DE DIÂMETRO, 02 FIOS, COM 30 LEDS POR METRO NA TENSÃO DE 220 V, LEDS NA HORIZONTAL VISTA COM A MANGUEIRA NA HORIZONTAL QUE PERMITE A AMPLA ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE DE POSIÇÃO DA MANGUEIRA NAS PEÇAS OU PAREDE, PERMITINDO CORTE A CADA 1 METRO. - DEKASA	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	4,99
101	1.200	METROS	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED AZULMANGUEIRA LUMINOSA AZUL DE LED EM PVC FLEXÍVEL EXTRUSADO TRANSPARENTE, DE 13 MM DE DIÂMETRO, 02 FIOS, COM 30 LEDS POR METRO NA TENSÃO DE 220 V, LEDS NA HORIZONTAL VISTA COM A MANGUEIRA NA HORIZONTAL QUE PERMITE A AMPLA ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE DE POSIÇÃO DA MANGUEIRA NAS PEÇAS OU PAREDE, PERMITINDO CORTE A CADA 1 METRO. - DEKASA	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	4,99

102	400	METRO	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED COLORIDA (RGB/EB) MANGUEIRA LUMINOSA COLORIDA (RGB/EB) DE LED EM PVC FLEXÍVEL EXTRUSADO TRANSPARENTE, DE 13 MM DE DIÂMETRO, 02 FIOS, COM 30 LEDS POR METRO NA TENSÃO DE 220 V, LEDS NA HORIZONTAL VISTA COM A MANGUEIRA NA HORIZONTAL QUE PERMITE A AMPLA ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE DE POSIÇÃO DA MANGUEIRA NAS PEÇAS OU PAREDE, PERMITINDO CORTE A CADA 1 METRO.- V8	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	5,99
103	3.000	METRO	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED EM PVC FLEXÍVEL EXTRUSADO TRANSPARENTE, DE 13 MM DE DIÂMETRO, 02 FIOS, COM 30 LEDS POR METRO NA TENSÃO DE 220 V, LEDS NA HORIZONTAL VISTA COM A MANGUEIRA NA HORIZONTAL QUE PERMITE A AMPLA ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE DE POSIÇÃO DA MANGUEIRA NAS PEÇAS OU PAREDE, PERMITINDO CORTE A CADA 1 METRO. - GUIMARÃES	SNT COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO EIRELI ME	4,95
104	800	METRO	MANGUEIRA LUMINOSA DE LED VERDE MANGUEIRA LUMINOSA VERDE DE LED EM PVC FLEXÍVEL EXTRUSADO TRANSPARENTE, DE 13 MM DE DIÂMETRO, 02 FIOS, COM 30 LEDS POR METRO NA TENSÃO DE 220 V, LEDS NA HORIZONTAL VISTA COM A MANGUEIRA NA HORIZONTAL QUE PERMITE A AMPLA ILUMINAÇÃO INDEPENDENTE DE POSIÇÃO DA MANGUEIRA NAS PEÇAS OU PAREDE, PERMITINDO CORTE A CADA 1 METRO. - GUIMARÃES	SNT COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO EIRELI ME	4,95
105	1.100	PEÇA	PAFLON DUPLO E27 COM BOCAL DE PORCELANA 100W BRANCO - VENTISOL	DANNA COMERCIAL EIRELI EPP	7,20
106	1.200	UNIDADE	PAFLON E27 COM BOCAL DE PORCELANA 100W BRANCO - DEMI	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	2,30
107	60	UNIDADE	PINO FÊMEA 2P 10 A - VOLTIM	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,16
108	86	UNIDADE	PINO FÊMEA 2P+T 10 A (NOVO PADRÃO) - VOLTIM	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,30
109	86	UNIDADE	PINO MACHO 2P + T 10 A (NOVO PADRÃO)-VOLTIM	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,97
110	380	PEÇA	PLACA CEGA 4X2 PARA TOMADA - PLUZIE	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	1,22
111	16	UNIDADE	POSTE DE CONCRETO NOVO PADRAO 7/100 MONOF C/ CXA EMB - CONCREPLAN	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	1.240,00
112	20	UNIDADE	POSTE DE CONCRETO NOVO PADRAO 7/150 TRIF C/ CXA EMB - CONCREPLAN	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	1.740,00
113	20	UNIDADE	POSTE DE CONCRETO NOVO PADRAO 8/100 MONOF C/ CXA EMB - CONCREPLAN	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	1.300,00
114	20	UNIDADE	POSTE DE CONCRETO NOVO PADRAO 8/150 TRIF C/ CXA EMB - CONCREPLAN	CONCREPLAN ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA	1.840,00

115	10	PEÇA	PROJETOR HOLOGRÁFICO DE USO EXTERNO (APENAS LUZES)220V. - GASPER	MÁXIMA ATACADISTA EIRELI	174,00
116	100	PEÇA	REATOR EXTERNO P/ LÂMPADA VAPOR MERCÚRIO 400W OVOIDE - JRC	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	40,59
117	100	PEÇA	REATOR EXTERNO P/ LÂMPADA VAPOR METÁLICO 400W OVOIDE/ TUBULAR - GOODLUX	MULTILUZ COMERCIAL LTDA	46,40
118	10	PEÇA	REFLETOR LED FLOOD LIGHT 100W IP68 220V LUZ AMARELA - REMANCI	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	159,80
119	10	PEÇA	REFLETOR LED FLOOD LIGHT 100W IP68 220V LUZ AZUL - BEKASA CHRISTIMAS	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	159,00
120	25	PEÇA	REFLETOR LED FLOOD LIGHT 100W IP68 220V LUZ BRANCA - REMANCI	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	107,30
121	10	PEÇA	REFLETOR LED FLOOD LIGHT 100W IP68 220V LUZ VERDE - REMANCI	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	159,00
122	10	PEÇA	REFLETOR LED FLOOD LIGHT 100W IP68 220V LUZ VERMELHA - BEKASA CHRISTIMAS	MP3 DISTRIBUIÇÃO E IMPORTAÇÃO DE UTILIDADES E MATERIAL ESCOLAR EIRELI	159,00
123	55	PEÇA	RELE FOTOELÉTRICO COM BASE RM 74/N - EXATRON	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	16,15
124	10	UNIDADE	RELE FOTOELETRICO SEM BASE - EXATRON	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	12,02
125	400	UNIDADE	ROLDANA PLÁSTICA 24 X 24 MM - R.FABRIL	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	0,25
126	400	UNIDADE	ROLDANA PLÁSTICA 30 X 30 MM - R.FRABIL	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	0,34
127	10	UNIDADE	TAMPA DE FERRO 600X400MM ENERGIA - WM	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	195,00
128	120	UNIDADE	TERMINAL SAPATA 50 MM (TERMINAL)- INTELLI	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	4,95
129	30	UNIDADE	TOMADA 2P + T 10 A EMBUTIR COMPLETA (NOVO PADRÃO) - PLUZIE	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	2,84
130	550	PEÇA	TOMADA SISTEMA X 2P+T 10 A SOBREPOR COMPLETA (NOVO PADRÃO) - PLUZIE	DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI	4,93
131	68	UNIDADE	TORNEIRA ELETRICA 1/2", BICA ALTA MÓVEL, 5500 WX220V BANCADATORNEIRA ELETRICA 1/2", BICA ALTA MÓVEL, 5500 WX220V CORPO PLÁSTICO, COM REGISTRO DE ABERTURA RAPIDO COM ALAVANCA, REGULAGEM MÍNIMA DE 04 TEMPERATURAS PARA USO EM BANCADA - HYDRA	JV COMERCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E DECORAÇÃO LTDA ME	93,00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2020

O Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho torna público que em 12 de agosto de 2020, foi emitida a Ata de Registro de Preços, referente ao Processo Licitatório nº079/2020-Pregão eletrônico, visando futuras aquisição de teste de diagnostico IGG/IGM para o COVID-19, teste rápido imunocromatográfico para a detecção qualitativa de anticorpos IGG e IGM (separados) ANTI-COVID-19, presente em amostras humanas de sangue total, soro ou plasma, cujas especificações e quantidades encontram-se detalhadas no Anexo Único – MAPA DE PREÇOS DOS BENS, desta Ata.

## MAPA DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UNID.	MATERIAL	EMPRESA	VALOR UNIT.
------	--------	-------	----------	---------	-------------

01	5.000	UN	TESTE DE DIAGNOSTICO IGG/IGM PARA O COVID-19, TESTE RÁPIDO IMUNOCROMATOGRÁFICO PARA A DETECÇÃO QUALITATIVA DE ANTICORPOS IGG E IGM (SEPARADOS) ANTI-COVID-19, PRESENTE EM AMOSTRAS HUMANAS DE SANGUE TOTAL, SORO OU PLASMA. APRESENTAÇÃO EM CASSETE. CADA KIT CONTÉM: DISPOSITIVO DE TESTE EMBALADO UNITARIAMENTE, PIPETAS CAPILARES, FRASCO DE SOLUÇÃO TAMPÃO/DILUENTE, MANUAL DE INSTRUÇÕES. REGISTRO ANVISA. SENSIBILIDADE TOTAL ACIMA DE 95%. OBS.: APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS, QUE DEVEM SER APRESENTADAS PELO VENCEDOR DO CERTAME EM NO MÁXIMO 02 DIAS UTEIS.	BIOPLASMA PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS E CORRELATOS LTDA EPP	24,00
----	-------	----	---	--	-------

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020

Aos treze dias do mês de agosto de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Presencial nº 071/2020, e do respectivo resultado publicado no Veículo Oficial de Divulgação dos Atos Oficiais do Município de Rio Negrinho. A presente Ata tem por objetivo o registro de preços para contratação de serviços de colocação de tubos, desobstrução de tubulação, confecção de meio fio, confecção e limpeza de bocas de lobo, no âmbito do município de Rio Negrinho, pelo período de 12 (doze) meses.

## MAPA DO REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	QUANT.	UNID.	SERVIÇO	EMPRESA	VALOR UNIT.
01	1.200	Hora	MÃO DE OBRA - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLOCAÇÃO DE TUBOS, DESOBSTRUÇÃO DE TUBULAÇÃO, CONFECCÃO DE MEIO FIO, CONFECCÃO E LIMPEZA DE BOCAS DE LOBO, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, SENDO QUE A EMPRESA DEVERÁ TER MÍNIMO 03 (TRÊS) FUNCIONÁRIOS REGISTRADOS	VMT PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA	75,00

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/ 2020

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2020, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Presencial nº 081/2020, e do respectivo resultado publicado no Veículo Oficial de Divulgação dos Atos Oficiais do Município de Rio Negrinho. A presente Ata tem por objetivo o registro de preços, visando futuras REGISTRO DE PREÇOS PARA PLOTAGEM DE CHAPA GALVANIZADA PARA USO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE E TRÂNSITO.

## MAPA DE REGISTRO DE PREÇOS

ITEM	QUANT	UNID	MATERIAL	EMPRESA	VALOR UNIT
1	200	UN	PLOTAGEM DE CHAPA GALVANIZADA QUADRADA 60X60CM CM, EM PELÍCULA REFLETIVA ADESIVA, GRAU TÉCNICO PRISMÁTICO COM RECORTE ELETRÔNICO, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ AUTOMOTIVO PU PARA VEDAR AS BORDAS, DURABILIDADE DE 7 (SETE) ANOS, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 14644/2013, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS MANUAIS BRASILEIROS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - VOLUME I E VOLUME II, RESOLUÇÃO Nº 180/2005 E RESOLUÇÃO Nº 243/2007, RESPECTIVAMENTE, NO QUE SE REFERE AS CORES E DIMENSÕES DOS SINAIS, ORLAS E TARJAS E/OU DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELO DETRANRINE. NO VERSO AS PLACAS DEVERÃO TER PINTURA EPÓXI NA COR PRETA FOSCA.	COR. COM IMPRESSÃO DIGITAL LTDA - EPP	45,00

2	100	UN	PLOTAGEM DE CHAPA GALVANIZADA RETANGULAR 50X60CM CM, EM PELÍCULA REFLETIVA ADESIVA, GRAU TÉCNICO PRISMÁTICO COM RECORTE ELETRÔNICO, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ AUTOMOTIVO PU PARA VEDAR AS BORDAS, DURABILIDADE DE 7 (SETE) ANOS, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 14644/2013, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS MANUAIS BRASILEIROS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - VOLUME I E VOLUME II, RESOLUÇÃO Nº 180/2005 E RESOLUÇÃO Nº 243/2007, RESPECTIVAMENTE, NO QUE SE REFERE AS CORES E DIMENSÕES DOS SINAIS, ORLAS E TARJAS E/OU DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELO DETRANRINE. NO VERSO AS PLACAS DEVERÃO TER PINTURA EPÓXI NA COR PRETA FOSCA.	COR. COM IMPRESSÃO DIGITAL LTDA - EPP	40,00
3	100	UN	PLOTAGEM DE CHAPA GALVANIZADA RETANGULAR 60X85CM CM, EM PELÍCULA REFLETIVA ADESIVA, GRAU TÉCNICO PRISMÁTICO COM RECORTE ELETRÔNICO, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ AUTOMOTIVO PU PARA VEDAR AS BORDAS, DURABILIDADE DE 7 (SETE) ANOS, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 14644/2013, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS MANUAIS BRASILEIROS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - VOLUME I E VOLUME II, RESOLUÇÃO Nº 180/2005 E RESOLUÇÃO Nº 243/2007, RESPECTIVAMENTE, NO QUE SE REFERE AS CORES E DIMENSÕES DOS SINAIS, ORLAS E TARJAS E/OU DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELO DETRANRINE. NO VERSO AS PLACAS DEVERÃO TER PINTURA EPÓXI NA COR PRETA FOSCA.	COR. COM IMPRESSÃO DIGITAL LTDA - EPP	70,00
4	100	UN	PLOTAGEM DE CHAPA GALVANIZADA REDONDA 50CM DIAMETRO PLOTAGEM DE CHAPA GALVANIZADA REDONDA 50 CM DE DIÂMETRO, EM PELÍCULA REFLETIVA ADESIVA, GRAU TÉCNICO PRISMÁTICO COM RECORTE ELETRÔNICO, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ AUTOMOTIVO PU PARA VEDAR AS BORDAS, DURABILIDADE DE 7 (SETE) ANOS, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 14644/2013, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS MANUAIS BRASILEIROS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - VOLUME I E VOLUME II, RESOLUÇÃO Nº 180/2005 E RESOLUÇÃO Nº 243/2007, RESPECTIVAMENTE, NO QUE SE REFERE AS CORES E DIMENSÕES DOS SINAIS, ORLAS E TARJAS E/OU DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELO DETRANRINE. NO VERSO AS PLACAS DEVERÃO TER PINTURA EPÓXI NA COR PRETA FOSCA.	COR. COM IMPRESSÃO DIGITAL LTDA - EPP	37,50
5	100	UN	PLOTAGEM DE CHAPA GALVANIZADA OITAVADA 60CMM, EM PELÍCULA REFLETIVA ADESIVA, GRAU TÉCNICO PRISMÁTICO COM RECORTE ELETRÔNICO, COM APLICAÇÃO DE VERNIZ AUTOMOTIVO PU PARA VEDAR AS BORDAS, DURABILIDADE DE 7 (SETE) ANOS, ATENDENDO A NORMA ABNT Nº 14644/2013, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DOS MANUAIS BRASILEIROS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO - VOLUME I E VOLUME II, RESOLUÇÃO Nº 180/2005 E RESOLUÇÃO Nº 243/2007, RESPECTIVAMENTE, NO QUE SE REFERE AS CORES E DIMENSÕES DOS SINAIS, ORLAS E TARJAS E/OU DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELO DETRANRINE. NO VERSO AS PLACAS DEVERÃO TER PINTURA EPÓXI NA COR PRETA FOSCA.	COR. COM IMPRESSÃO DIGITAL LTDA - EPP	27,50
6	100	UN	PLOTAGEM DE CHAPA GALVANIZADA RETANGULAR 60X25CM CM, EM PELÍCULA ADESIVA NOS DOIS LADOS DA CHAPA, PARA NOMENCLATURA DE RUAS, DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS PELO DETRANRINE NO QUE SE REFERE AO TAMANHO E ESTILO DA FONTE A SER UTILIZADA. AS CHAPAS DEVERÃO TER FUNDO NA COR AZUL E AS LETRAS NA COR BRANCA.	AÇÃO COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	27,50

**LEI Nº 3379 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639605

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Especial ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	08 - Secretaria de Finanças
Unidade	004 - Corpo de Bombeiros Militar
Funcional Programática:	08.004.0006.0181.0020.2216
Programa	0020 - Segurança Para Todos
Projeto/Atividade	2216 - Aquisição de Equipamentos
Despesa – 723	4493000000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.Entre Órgãos R\$ 140.000,00
Fonte/Recurso	06000742 - Superávit Financeiro - Convênio - Bombeiros

Art. 2º- Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	08 - Secretaria de Finanças
Unidade	004 - Corpo de Bombeiros Militar
Funcional Programática:	08.004.0006.0181.0020.2216
Programa	0020 - Segurança Para Todos
Projeto/Atividade	2216 - Aquisição de Equipamentos
Despesa – 624	4490000000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
Fonte/Recurso	06000742 - Superávit Financeiro - Convênio - Bombeiros
Funcional Programática:	08.004.0006.0181.0020.2219
Programa	0020 - Segurança Para Todos
Projeto/Atividade	2219 - Manutenção das Atividades do Funrebom
Despesa – 625	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
Fonte/Recurso	06000742 - Superávit Financeiro - Convênio - Bombeiros

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE  
Rio Negrinho, 09 de setembro de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 3380 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639612

AUTORIZA ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a abertura de Crédito Suplementar ao orçamento vigente do Município de Rio Negrinho no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	07 - Secretaria de Assistência Social
Unidade	003 - Departamento de Assistência Social
Funcional Programática:	07.003.0008.0244.0007.2100
Programa	0007 - Proteção Social Básica e Proteção Social Especial
Projeto/Atividade	2100 - Manutenção das Atividades do Departamento de Assistência Social
Despesa – 189	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários

Art. 2º- Para cobertura do disposto no artigo anterior é indicado como fonte de recurso, na forma do disposto no art. 42 e art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4320/1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	07 - Secretaria de Assistência Social
Unidade	003 - Departamento de Assistência Social
Funcional Programática:	07.003.0008.0241.0007.2309
Programa	0007 - Proteção Social Básica e Proteção Social Especial
Projeto/Atividade	2309 - Manutenção do Programa Atenção ao Idoso
Despesa – 195	3390000000 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Despesa – 195	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 2.060,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Funcional Programática:	07.003.0008.0244.0007.1106	
Programa	0007 - Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	
Projeto/Atividade	1106 - Construção e/ou Aquisição de Imóvel para o CREAS	
Despesa – 179	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 54.075,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Funcional Programática:	07.003.0008.0244.0007.2100	
Programa	0007 - Proteção Social Básica e Proteção Social Especial	
Projeto/Atividade	2100 - Manutenção das Atividades do Departamento de Assistência Social	
Despesa – 182	3190000000 - Aplicações Diretas	R\$ 18.865,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	
Despesa – 193	4490000000 - Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00
Fonte/Recurso	01000001 - Recursos Próprios - Ordinários	

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 09 de setembro de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3381 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639614

ACRESCENTA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 2238/2010 QUE INSTITUI O SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA DE RIO NEGRINHO, CRIA O FUNDO MUNICIPAL DE APOIO A CULTURA - FMAC, ESTABELECE DIRETRIZES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 2238, de 09 de setembro de 2010, que Institui o Sistema Municipal De Cultura de Rio Negrinho, Cria o Fundo Municipal de Apoio a Cultura - FMAC, Estabelece Diretrizes Para Políticas Públicas De Cultura, passa a vigorar com a seguinte forma e redação:

“Art. 38-A - A Conferência Municipal de Cultura será regra para a escolha dos Conselheiros municipais representantes da Sociedade Civil, sendo o Fórum setorial de cultura a exceção.

I – O Fórum de setoriais da Cultura será competente, somente, para a escolha de novos Conselheiros não sendo permitida outras atribuições e competências exclusivas da Conferência Municipal de Cultura.

Parágrafo único: O Fórum de setoriais da Cultura poderá ocorrer presencialmente ou via internet por meio de vídeo conferências de acesso público, com prévia e ampla divulgação na hipótese de caso fortuito ou força maior que impeçam os encontros presenciais, inclusive, como alternativa para a impossibilidade da instalação da Conferência Municipal de Cultura.

Art. 38-B - Por ser a exceção, o Fórum de Setoriais da Cultura seguirá regimento próprio, sendo competente unicamente para a escolha de Conselheiros representantes da sociedade civil, regendo-se da seguinte forma:

I – Será instalado o fórum de setorial de cultura através de Resolução do Conselho de Políticas Culturais, homologada pelo Prefeito Municipal, com única finalidade de escolha de Conselheiros representantes da sociedade civil, a qual irá prever o calendário para as reuniões setoriais na sede da Fundação Municipal de Cultura ou na plataforma de reuniões online de escolha do Conselho;

II - Após a homologação da Resolução, publicar-se-á, às expensas da Fundação Municipal de Cultura, edital do calendário das reuniões no sítio da Prefeitura Municipal e em jornal diário de grande circulação no município;

III - O Edital publicado deverá prever o prazo e a forma de inscrição dos agentes culturais e entidades interessados na participação das reuniões setoriais do Fórum e concorrer ao cargo de Conselheiro Municipal de Políticas Culturais;

IV – O intervalo entre cada reunião setorial não poderá ultrapassar o intervalo de 4 dias úteis;

V – As reuniões setoriais serão presididas pelo Presidente do Conselho Municipal de Cultura em conjunto com o Presidente da Fundação Municipal de Cultura;

VI – A eleição dos representantes dos setores previstos no artigo 3º da Lei 68/1984 ocorrerá na reunião setorial apazada em edital;

VII - A eleição será por voto identificado contendo o nome do candidato na cédula e obedecerá às formalidades contendo nas cédulas com os nomes dos candidatos e de acordo com a chamada, cada membro inscrito na Reunião, após votar em seu representante, fará a entrega de cédula ao secretário do Conselho Municipal de Políticas Culturais;

VIII - Será eleito Conselheiro Titular aquele que receber o maior número de votos, sendo seu suplente aquele que receber a segunda maior votação;

IX - Em caso de empate, o critério será a idade, sendo titular aquele mais idoso;

X – Os incisos IX e X poderão ser alterados de comum acordo, desde que consignados em ata com a assinatura de ambos os Conselheiros eleitos;

XI - Só poderão concorrer ao cargo de Conselheiro e/ou ter direito a voto aqueles regularmente inscritos conforme os termos do edital e presentes na reunião setorial;

XII - Se feita eleição através de vídeo conferência, o voto será manifestado verbalmente seguindo o regulamentado para eleições presenciais;

XIII – Tão logo instalado o Fórum de Setoriais de Cultura, o prazo máximo para escolha dos novos conselheiros será de 35 dias corridos;

XIV – Todas as reuniões setoriais deveram ser documentadas nas atas do Conselho Municipal de Políticas Culturais, consignando a assinatura dos presentes;

XV – O Fórum de Cultura será automaticamente dissolvido assim que escolhidos os representantes da Sociedade Civil para a nova composição do Conselho.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 09 de setembro de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3382 - DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639620

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N.º 68/1984 QUE DISPÕEM SOBRE O CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Rio Negrinho, Estado de Santa Catarina;

Faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei nº 068, de 27 de novembro de 1984, que DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA, passa a vigorar com a seguinte forma e redação:

“Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Política Cultural, órgão colegiado, deliberativo, consultivo e normativo, integrante da estrutura Fundação Municipal de Cultura, com composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil.

Art. 2º - Ao Conselho Municipal de Política Cultural compete:

I - Definir com os órgãos e entidades municipais de execução e ampla participação popular, a política municipal de cultura;

II - Articular-se com outros órgãos e instituições culturais de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais;

III - Cooperar para a defesa, conservação e recuperação do patrimônio histórico, arqueológico, arquitetônico e artístico do Município;

IV - Estimular e acompanhar o cadastramento e inventário dos bens do patrimônio natural e cultural do Município de Rio Negrinho, constituído por bens móveis ou imóveis, de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, existentes em seu território e cuja preservação seja de interesse público, dado o seu valor histórico, artístico, ecológico, bibliográfico, documental, religioso, folclórico, etnográfico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, turístico ou científico, para efeito de tombamento e preservação permanente;

V - Atuar nos processos de tombamento nos termos da Lei Municipal 1447/2002;

VI - Opinar sobre convênios e a concessão de subvenções, às instituições com fins culturais, tendo em vista a conservação e guarda do patrimônio histórico, artístico, científico ou bibliográfico do Município, bem como a execução de projetos específicos para a difusão da cultura científica, histórica, literária ou artística;

VII - promover o intercâmbio com outras entidades culturais, de modo a possibilitar a realização de exposições, espetáculos, conferências, debates e toda e qualquer outra entidade cultural;

VIII - promover campanhas municipais que visem ao desenvolvimento cultural e artístico;

IX - Emitir parecer sobre assuntos de questões de natureza cultural que lhes sejam submetidas pelos poderes públicos municipais, por seus Conselheiros ou por quaisquer entidades culturais do Município de Rio Negrinho;

X - Submeter a homologação do Prefeito Municipal, os atos e resoluções aprovadas em plenário, quando for o caso;

XI - Zelar pelo fiel cumprimento das instruções e resoluções dos Conselhos Federal e Estadual de Cultura;

XII - Sugerir providências necessárias para suprir carências no campo cultural do Município;

XIII - Exercer as demais atividades de interesse da cultura; XIV - cumprir e fazer cumprir as disposições desta Lei;

XIV - organizar e dirigir seus serviços administrativos;

XV - Elaborar e/ou efetuar as alterações necessárias em seu regimento interno;

XVI - Estabelecer cooperação com os movimentos sociais, organizações não governamentais e o setor empresarial;

XVII - Avaliar o reconhecimento de instituições culturais como Organizações Sociais;

XVIII - Auxiliar no direcionamento do repasse de auxílios emergenciais providos da União e do Estado;

XIX - Participar em eventos e ações que tratem de assuntos de relevância à área cultural;

XX - Todas as demais competências previstas na Lei Municipal 2238/2010.

Art. 3º - A escolha dos conselheiros, representantes da Sociedade Civil, se fará da seguinte forma:

I – Os membros representantes da sociedade civil serão escolhidos entre pessoas de reconhecida idoneidade, vivência e representatividade no meio cultural do Município, consoante ao Sistema Municipal de Cultura - Lei n.2238/2010, indicados e eleitos na Conferência Municipal de Cultura ou Fórum de Cultura organizado por setorial;

II - Qualquer pessoa física, acima de 18 (dezoito) anos pode se candidatar e ser eleita para representar a sociedade civil em um único segmento cultural, independentemente de vinculação a qualquer instituição ou associação cultural;

Art. 4º - Na composição do Conselho Municipal Política de Cultural, o Chefe do Poder Executivo nomeará, após a conferência municipal de cultura ou fórum setorial de cultura, 16 (dezesesseis) conselheiros titulares e igual número de suplentes, sendo 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes indicados pelo Executivo Municipal e 08 (oito) titulares e 08 (oito) suplentes, representantes da sociedade civil com sede, residência ou domicílio na cidade de Rio Negrinho obedecendo a seguinte composição:

I - Artes Visuais: representantes dos segmentos culturais e artísticos ligados à pintura, artesanato, fotografia, cerâmica, desenho, escultura e artes gráficas;

II - Música: representantes dos segmentos culturais e artísticos ligados à área de música;

III - Patrimônio Cultural Material e Imaterial: representantes dos segmentos culturais e artísticos ligados à área; abrangendo: artesanato, folclore, culturas étnicas, história, arquitetura, arqueologia, memória, arquivologia, museu, antropologia e sociologia;

IV - Artes Cênicas: representantes dos segmentos culturais e artísticos ligados à área, abrangendo: teatro, dança, circo, ópera, mímica e congêneres.

V - Humanidades: representantes dos segmentos culturais e artísticos ligados à área de livros e obras de referência, literatura, escritores, bibliotecas e editores;

VI - Instituições de Educação e Pesquisa: representantes dos segmentos da educação, comunicação, turismo, ciência e tecnologia, meio ambiente, esporte, saúde, segurança pública e desenvolvimento econômico e social;

VII - Economia da Cultura: representantes dos segmentos da indústria e empresas, demais setores aliados, trabalhadores, empresários e produtores culturais;

IX - Diversidade Cultural: representantes dos diferentes costumes da sociedade como: língua, crenças, comportamentos, valores, vestimenta, culinária, manifestações religiosas, tradições entre outros aspectos.

§ 1º - Os Conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, para um mandato de 2 (dois) anos, admitida a sua recondução por igual período;

§ 2º - A nomeação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes;

§ 3º - No caso de vaga, será nomeado substituto que completará o tempo restante do mandato.

Art. 5º - Os membros do Conselho não farão jus a qualquer remuneração e o desempenho de suas funções será considerada de natureza relevante, tendo prioridade sobre outras funções que eventualmente exercem no serviço público municipal.

Art. 6º - O Conselho será dirigido por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário, eleitos pelo Plenário, com mandato de 1 (um) ano, permitida apenas uma reeleição.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE

Rio Negrinho, 09 de setembro de 2020.

JULIO CÉSAR RONCONI

Prefeito Municipal

## **IPRERIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO**

### **EXTRATO CONTRATO MERKADIA**

Publicação Nº 2638282

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

7º Termo Aditivo ao Contrato 003/2013

Contratante: IPRERIO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Contratado: MERKADIA INTERNET EIRELI ME.

Objeto: Prestação de Serviços ao domínio do site [www.iprerio.sc.gov.br](http://www.iprerio.sc.gov.br).

Valor: R\$ 2.711,04 (dois mil, setecentos e onze reais e quatro centavos) divididos em 12 (doze) parcelas de R\$ 225,92 (duzentos e vinte e cinco reais e noventa e dois centavos) cada uma, que serão pagos a contratada mensalmente até o dia 05 (cinco) do mês subsequente a prestação de serviço.

Vigência: 01/09/2020 a 31/08/2021.

Fundamentação legal: artigo 24, inciso II da Lei 8.666/93

Dotação orçamentária: 33.90.00.00.00.00 – Manutenção das atividades do IPRERIO..

Rio Negrinho, 01 de setembro de 2020.

EDGAR ANTON

Diretor Executivo do IPRERIO

### **EXTRATO CONTRATO OAMV**

Publicação Nº 2639508

#### **EXTRATO DE CONTRATO**

Contrato de Prestação de Serviços

Contratante: IPRERIO – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

Contratado: OAMV ENGENHARIA DO ELEVADOR.

Objeto: Serviços de manutenção preventiva mensal do elevador do prédio do IPRERIO.

Valor global: R\$ 3.840,00 (três mil, oitocentos e quarenta reais) divididos em 12 parcelas de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais).

Prazo de execução: 10/09/2020 a 09/09/2021.

Fundamentação legal: Lei 8.666/93

Rio Negrinho, 10 de setembro de 2020.

EDGAR ANTON

Diretor Executivo do IPRERIO

# Rio Rufino

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 366

Publicação Nº 2638930

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO GABINETE DO PREFEITO
--	--

Decreto n. 366/2020.

Dispõe sobre a regulamentação do artigo 325, da Lei Complementar n. 16/2005, Delega competência para autorização de Alvará Sanitário durante a vigência do Estado de Calamidade Pública de combate ao coronavírus (COVID-19) no Município de Rio Rufino – SC.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO RUFINO/SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60 da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO: DECRETO LEGISLATIVO Nº 6, DE 2020, que Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

CONSIDERANDO: O teor do Art. 20 e parágrafo único da Lei 13.655/2018, que Inclui no Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), disposições sobre segurança jurídica e eficiência na criação e na aplicação do direito público.

CONSIDERANDO: Que a fiscal de Vigilância Sanitária concursada do Município pediu demissão do cargo recentemente, e que o novo chamado no concurso público para ocupação do cargo, não possui o curso específico e ministrado pelo Estado, o qual imprescindível para obter a CREDENCIAL de permissão e acesso para gerar o Alvará Sanitário no Município;

CONSIDERANDO: Que o Estado de Santa Catarina não está ofertando o curso de capacitação para vigilante sanitário, em decorrência do Estado de Calamidade Pública decorrente da COVID-19, impossibilitando o município de gerar o alvará sanitário, no sistema, imprescindível para os empresários obterem o alvará de funcionamento;

CONSIDERANDO: considerando a situação “sui generis” que se encontra o Município, que apesar de ter vigilante sanitário, devidamente concursado, não pode emitir alvará, pois que impossibilitado de realizar o curso de capacitação afim de obter a “credencial”, para o pleno exercício de suas atividades;

CONSIDERANDO: o direito a livre iniciativa; e, que os empresários não podem cessar suas atividades, tampouco funcionarem sem a devida autorização legal do poder público; a ainda o teor da LEI Nº 13.874, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019, que trata da liberdade econômica e concessão de alvará para as atividades de baixo risco.

CONSIDERANDO que os entes públicos não podem renunciar as receitas que lhe são próprias, sob pena de incorrer em infração a Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 325 da Lei Municipal n. 16/2005, o qual reza, em seu caput: “Além dos requisitos previstos neste Código, a concessão do Alvará ficará condicionada ao cumprimento, dos critérios estabelecidos no Plano Diretor do Município, normas de segurança, saúde e meio ambiente.”

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica Decretado que a Secretária de Saúde do Município, emitirá Declaração atestando as adequações sanitárias, dos estabelecimentos comerciais que necessitem do Alvará Sanitário, para seu funcionamento.

I – A Declaração emitida e assinada pela Secretária da Saúde, chamada de “Declaração Provisória de Inspeção Sanitária”, atestando o preenchimento dos requisitos legais por parte do solicitante, será documento hábil para obtenção do alvará de funcionamento, sem prejuízo do recolhimento das taxas próprias.

II – A Secretária de Saúde verificando o cumprimento dos requisitos legais por parte do estabelecimento, emitirá “Declaração Provisória de Inspeção Sanitária”.

III – A Secretária da Saúde emitirá da mesma forma, Declaração informando as razões de indeferimento quando o estabelecimento não apresentar os requisitos exigidos em Lei para funcionar.

IV – O contido no presente Decreto não exime o contribuinte do recolhimento das taxas inerentes aos atos e autorizações, dispostas em Lei, emanadas do exercício do poder de polícia administrativa do Município.

Art. 2º. Para fins de economia e celeridade norteadores dos atos administrativos, o anexo I do presente Decreto, deverá ser o Modelo adotado para emissão padrão de “Declaração Provisória de Inspeção Sanitária”.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, revogando-se o Decreto Municipal n. 362/2020,



do Município;

RESOLVE:

Artigo 1º. EXONERAR EDILAINI PICKLER COSTA, Matrícula: 1975 do cargo de ENFERMEIRO PSF, do quadro de pessoal da Prefeitura de Rio Rufino, de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 13/2005 e suas alterações posteriores.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Registre-se e publique-se.

Rio Rufino (SC), 08 de setembro de 2020.

THIAGO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

Registrado e publicado na data supra

## PORTARIA MUNICIPAL Nº246

Publicação Nº 2638997

PORTARIA Nº246, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

INSTAURA SINDICÂNCIA PARA APURAR O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE LABORAL POR SERVIDORA DURANTE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CONSIDERANDO a relato e imagens recebidas de que servidora afastada para tratamento de saúde estaria exercendo atividade laboral no ramo privado;

CONSIDERANDO a necessidade de apurar se houve cometimento de infração funcional pela servidora;

RESOLVE

Art.1º INSTAURAR sindicância para apurar eventual infração funcional pelo exercício da atividade laboral privada durante o afastamento para tratamento de saúde pela servidora TAMIRES CARVALHO LIMA, ocupante do cargo Psicóloga do NASF, provido na forma da Lei Complementar Municipal nº 41, de 22 de outubro de 2013, e nomeada pela Portaria Municipal nº 203, de 13 de junho de 2019.

Art. 2º Para a instrução e apuração dos atos descrito no art. 1º, desta portaria, ficam nomeados os servidores CLÁUDIA CABRAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora, matrícula nº 297, MATHEUS POCKRANDT HOOG, ocupante do cargo de provimento efetivo de fisioterapeuta, matrícula nº 973 e MARLI DAS GRAÇAS SOUZA DA SILVA, ocupante do cargo de provimento efetivo de professora, matrícula nº 102, integrantes da Comissão Disciplinar Permanente, para dar andamento à sindicância.

Parágrafo único. A presidência da Comissão Disciplinar Permanente para o desenvolvimento da sindicância instaurada por esta portaria será exercida pela servidora Claudia Cabral, qualificada no caput deste artigo, sendo que os demais membros ficarão encarregados de secretariá-la.

Art. 3º O prazo de conclusão da sindicância instaurada por esta portaria não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual prazo, conforme disposto no art. 126, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 05, de 02 de fevereiro de 2004.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THIAGO COSTA

Prefeito

## PORTARIA MUNICIPAL Nº247

Publicação Nº 2638998

PORTARIA MUNICIPAL Nº247 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

EMENTA: NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER EFETIVO

THIAGO COSTA, Prefeito do Município de Rio Rufino, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município e demais disposições vigentes,

Considerando o resultado final do Concurso Público n.001/2018, homologado no dia 19 de novembro de 2018;

Considerando as convocações feitas aos classificados, que aceitem as vagas oferecidas e providenciarem a documentação necessária à contratação;

Considerando a necessidade de contratação de servidores para suprirem as demandas existentes, no município de Rio Rufino, tendo em vista as exonerações dos servidores contratados em caráter temporário;

**RESOLVE:**

Artigo 1º. NOMEAR EDILAINI PICKLER COSTA, CPF N° 111.496.899-43 para exercer o cargo de ENFERMEIRO ESF, em caráter efetivo, do quadro de pessoal da Prefeitura de Rio Rufino, de acordo com as disposições do Concurso Público n.001/2018, bem como, da Lei Complementar nº 13/2005 e suas alterações posteriores.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º. Registre-se e publique-se.

Rio Rufino (SC), 10 de setembro de 2020.

Registrado e publicado na data supra

THIAGO COSTA

Prefeito de Rio Rufino

# Rodeio

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 50/2020 E 51/2020

Publicação Nº 2637955

Estado de Santa Catarina - Município de Rodeio – Contratados: Santa Clara Comércio de Veículos Ltda - contrato 50/2020 com valor de R\$ 193.600,00 e Societé Comércio de Veículos – contrato 51/2020 com valor de R\$ 360.500,00. Contratante: Município de Rodeio. Objeto: aquisição de veículos para secretaria municipal de educação Modalidade de licitação: pregão presencial 24/2020. Processo licitatório 36/2020. Rodeio 10 de setembro de 2020. Paulo Roberto Weiss - prefeito municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### ESCLARECIMENTO AO PROCESSO LICITATÓRIO 1644/2020 – PREGÃO 30/2020

Publicação N° 2638747

ESCLARECIMENTO AO PROCESSO LICITATÓRIO 1644/2020 – PREGÃO 30/2020

AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, ANO MODELO 2020 OU SUPERIOR, ZERO KM, TIPO MINIBUS PARA UTILIZAR NO TRANSPORTE DE MUNICÍPIOS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO V.

Por meio deste esclarecemos que o valor do objeto é de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) conforme anexo I do Termo de Referência. O valor informado no item 5 do Termo de Referência está incorreto, sendo que o mesmo já foi regularizado junto ao edital.

.

Romelândia SC, 10/09/2020

VALDINEI GREGOL  
Pregoeiro

### ESCLARECIMENTO AO PROCESSO LICITATÓRIO 1655/2020 – PREGÃO 31/2020

Publicação N° 2638738

ESCLARECIMENTO AO PROCESSO LICITATÓRIO 1655/2020 – PREGÃO 31/2020

Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO AUTOMOTOR, NOVO, ANO DE FABRICAÇÃO 2020, ANO MODELO 2020 OU SUPERIOR, ZERO KM, TIPO MINIBUS PARA UTILIZAR NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, CONFORME DEMAIS CARACTERÍSTICAS CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO V.

Por meio deste esclarecemos que o valor do objeto é de R\$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais) conforme anexo I do Termo de Referência. O valor informado no item 5 do Termo de Referência está incorreto, sendo que o mesmo já foi regularizado junto ao edital.

.

Romelândia SC, 10/09/2020

VALDINEI GREGOL  
Pregoeiro

# Saltinho

## PREFEITURA

### ERRATA TOMADA DE PREÇOS 003/2020

Publicação N° 2638230

Aviso de Licitação

ERRATA

Processo N.º 040/2020 – TOMADA DE PREÇOS nº 003/2020

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto a TOMADA DE PREÇOS 003/2020 – decorrente do PROCESSO 040/2020, visando a Empreitada Global, com fornecimento de material e mão de obra para Execução da 1ª Etapa do Centro de Eventos na cidade de Saltinho - SC.

OBJETO DA ERRATA:

VISITA TÉCNICA DEVERÁ SER REALIZADA NO DIA 16/09/2020

, Saltinho - SC, 01 de setembro de 2020. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal.

### PREGÃO 029/2020

Publicação N° 2638648

ESTADO DE SANTA CATARNA

MUNICÍPIO DE SALTINHO

Aviso de Licitação

Processo N.º 042/2020 - Pregão Presencial com Registro de Preços nº 029/2020

O Município de Saltinho – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL 029/2020 – decorrente do PROCESSO 042/2020, visando o. De acordo com REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS DE LED, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA INSTALAÇÃO DAS DIVERSAS RUAS DO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes N° 01 – PROPOSTA COMERCIAL e N° 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados e CREDENCIAMENTO dar-se-á até às 08:00MIN DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2020, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08:15MIN DO DIA 23 DE SETEMBRO DE 2020, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Saltinho/SC. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente pelo fone (49) 3656.0044, ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua Álvaro Costa nº 545, Saltinho - SC, 10 de setembro de 2020.. Deonir Luiz Ferronato - Prefeito Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL Nº 2.096, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639423

LEI MUNICIPAL Nº 2.096, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Santa Cecília um Crédito Suplementar Especial, no valor de R\$ 1.044.000,00 (Hum milhão e quarenta e quatro mil reais) do Superávit Financeiro do exercício de 2019, para o exercício de 2020 conforme especificados abaixo:

Órgão - 10- Fundo Municipal de Saúde de Santa Cecília

Proj/Ativ 2026 – Manutenção do Fundo de Saúde

Funcional: 10.301.0028.2026

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.020002... (Pessoal e Encargos) ..... R\$ 1.044.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste projeto de lei, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior, dentro de cada fonte, conforme discriminados acima.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 10 de Setembro de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA  
PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 10 de Setembro de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK  
Secretária de Administração

### LEI MUNICIPAL Nº 2.096, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639136

LEI MUNICIPAL Nº 2.095, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, Crédito Suplementar do Superávit Financeiro do Exercício anterior, no valor de R\$ 1.500.000,00 (Hum Milhão e Quinhentos Mil Reais ) do Superávit Financeiro do exercício de 2019, para o exercício de 2020 conforme especificados abaixo:

Órgão - 02- Gabinete do Pref/Vice

Proj/Ativ -2002- Manutenção do Gabinete/Vice

Funcional: 02.001.04.122.35

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 ..... (Pessoal e Encargos) ..... .. R\$ 200.000,00

Órgão - 03- Secretaria de Administração

Proj/Ativ -2003- Manutenção da Secretaria de Administração

Funcional: 03.001.04.122.2

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 ..... (Pessoal e Encargos) ..... .. R\$ 360.000,00

Órgão - 04- Secretaria de Finanças

Proj/Ativ -2.064- Manutenção da Secretaria de Finanças

Funcional: 06.001.15.451.19

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 ..... (Pessoal e Encargos) ..... .. R\$ 190.000,00

Órgão - 06– Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos

Proj/Ativ 2011– Manutenção dos Serviços Urbanos

Funcional: 06.001.15.451.19

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0000.0 ..... (Pessoal e Encargos) ..... R\$ 400.000,00

LEI MUNICIPAL Nº 2.095, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

FL. 02

Órgão – 07.2– Fundo Municipal de Educação

Proj/Ativ 2036– Manutenção do Ensino Infantil (Creches)

Funcional: 07.002.12.365.10

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0001.0 ..... (Pessoal e Encargos) ..... R\$ 200.000,00

Órgão - 07– Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Proj/Ativ 2061– Manutenção do Ensino Infantil (Pré-Escolar)

Funcional: 07.001.12.365.10

3.1.90.00.00.00.00.00.0.3.0001.0 ..... (Pessoal e Encargos) ..... R\$ 150.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste projeto de lei, será utilizado o superávit financeiro do exercício anterior, dentro de cada fonte, conforme discriminados acima.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 10 de Setembro de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA

PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 10 de Setembro de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK

Secretária de Administração

## LEI MUNICIPAL Nº 2097, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2639428

LEI MUNICIPAL Nº 2.097, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

"AUTORIZA A PREFEITA MUNICIPAL A PROMOVER A ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 104, Inciso III, da Lei Orgânica do Município, faz saber à todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescentado no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Cecília, Crédito Suplementar por anulação de função e dotações no mesmo órgão, no valor de R\$ 961.000,00 (Novecentos e Sessenta e um mil reais) para o exercício de 2020 conforme especificados abaixo:

Órgão - 07– Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Unidade – 07.02 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.361.10.2034 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.010001 ..... (Pessoal e Encargos) ..... R\$ 291.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190019 ..... (Pessoal e Encargos) ..... R\$ 250.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01000.1 ..... (Manutenção) ..... R\$ 350.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01000.1 ..... (Manutenção) ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º. Para suporte do crédito que se trata o Artigo 1º deste projeto de lei, será utilizado a anulação das dotações abaixo dentro da subfunção 368 e acrescentado acima com a subfunção 361, dentro de cada fonte, conforme discriminados acima.

Órgão - 07– Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Unidade- 07.02 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Funcional: 12.368.10.2068 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.010001 ..... (Pessoal e Encargos) ..... R\$ 200.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01000.1 ..... (Manutenção) ..... R\$ 100.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01000.1 ..... (Manutenção) ..... R\$ 50.000,00

LEI MUNICIPAL Nº 2.097, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

FL. 02

Órgão - 07– Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Unidade- 07.02 – Secretaria de Educação Cultura e Desporto

Funcional: 12.361.10.2035 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.010001 .....	.....( Pessoal e Encargos) .....	R\$ 91.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.190019 .....	.....( Pessoal e Encargos) .....	R\$ 250.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.01000.1 .....	.....( Manutenção) .....	R\$ 250.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.01000.1 .....	.....( Manutenção) .....	R\$ 20.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Santa Cecília, 10 de Setembro de 2020

ALESSANDRA APARECIDA GARCIA  
PREFEITA MUNICIPAL

Esta Lei foi publicada na data de 10 de Setembro de 2020.

ELIANI TERESINHA DUFFECK  
Secretária de Administração

# Santa Rosa de Lima

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO 39/2020

Publicação Nº 2638141

CONTRATO DE RATEIO	Contrato Administrativo nº 39/2020 Município de Santa Rosa de Lima
--------------------	---

#### AS PARTES:

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 82.926.593/0001-86, com sede administrativa na Rua 10 de Maio, nº 80, Centro, Santa Rosa de Lima, (SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. Salésio Wiemes, CPF nº. 767.649.829-53, o neste ato denominado de MUNICÍPIO e, de outro lado, o CIMAMUREL - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIOS DOS MUNICIPIOS DA AMUREL, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº. 28.692.509/0001-61, com sede na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de São Ludgero, o Sr. Ibaneis Lembeck, neste ato denominado de CONSÓRCIO, considerando o disposto no Protocolo de Intenções ratificado neste Município pela Lei nº. 2172/2017, bem como na Lei Federal nº. 11.107/05, Decreto 6.017/07 e alterações posteriores, resolvem formalizar o presente CONTRATO DE RATEIO, nos termos a seguir dispostos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO PRESENTE CONTRATO

1. O presente contrato tem por objeto a definição das responsabilidades econômicas-financeiras por parte do consorciado, bem como, estabelecer a forma de repasse de valores correspondentes à parte de responsabilidade do MUNICÍPIO, para realização das despesas para custear as atividades do Consórcio Público.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA NATUREZA DAS DESPESAS

2. As despesas cujos valores serão repassados ao CONSÓRCIO, com base neste contrato são referentes a:

- 2.1 - Despesas de Pessoal e Encargos: referente ao custeio das despesas de pessoal do CONSÓRCIO, consistentes em valores para suportar folha de pagamento em todos os seus termos, incluindo encargos sociais e provisão para eventual rescisão de contrato de trabalho;
- 2.2 - Despesas com manutenção das atividades do Consórcio: referente ao custeio das despesas gerais de manutenção das atividades do CONSÓRCIO.
- 2.3 - Despesas com Investimento: para bens patrimoniais do CONSÓRCIO, consistentes nos valores destinados à aquisição de móveis e equipamentos para instalação e funcionamento do CONSÓRCIO;

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO RATEIO E INDIVIDUALIZAÇÃO DA DESPESA

##### 3. 1 Rateio

3.1.1 Para a execução do objeto deste contrato, o Município repassará durante o exercício corrente ao consorcio a importancia de R\$ 13.051,55 (treze mil cinquenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), dividido em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 1.087,63 (um mil oitenta e sete reais sessenta e tres centavos) cada uma a ser debitada no dia 10 de cada mês.

##### 3.2 Registro no ente Consorciado:

3.1.1 Rateio pela Participação em Consórcio Público – CUSTEIO.

##### 3.3 Registro no CONSÓRCIO:

3.2.1 O orçamento do Consórcio deverá discriminar as despesas a serem executadas, observando os critérios de classificação funcional, programática, por natureza de despesa e modalidade de aplicação.

3.2.2 As receitas de transferências recebidas pelo CONSÓRCIO em virtude do presente Contrato de Rateio serão classificadas por fonte/destinação de recursos que reflitam as finalidades da transferência, obedecendo no mínimo a seguinte classificação:

3.3.2.1 Pelo registro da receita das Transferências Correntes:

##### 1.7.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

1.7.3.0.00.0.0 Transferências dos Municípios e suas Entidades

1.7.3.8.02.1.1 Transferências de Municípios à Consórcios Públicos

3.3.2.2 Pelo registro da receita das Transferências de Capital:

##### 2.4.0.0.00.0.0 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

2.4.3.0.00.0.0 Transferências dos Municípios e suas Entidades

2.4.3.8.01.1.0 Transferências de Municípios à Consórcios Públicos

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS DOS CONSORCIADOS

4.1 Fica o CIMAMUREL autorizado através do Banco do Brasil, a Debitar no dia 10 de cada mes da conta do Município nº 502871-x, o valor da Clausula Terceira.

4.2 As transferências serão realizadas mensalmente, mediante RECIBOS DE TRANSFERÊNCIAS, individualizados, com a respectiva classificação da despesa, encaminhados previamente pelo Consórcio, observando o seguinte:

4.2.1 RECIBO DE TRANSFERÊNCIA : PELA PARTICIPAÇÃO DO RATEIO – para cobrir despesas com a manutenção das atividades do Consórcio.

4.2.1.1 Os valores a serem transferidos relativo a participação do rateio (para despesas de manutenção do Consórcio) serão divididos em parcelas mensais de acordo com as necessidades do Consórcio, não excedendo ao orçado, salvo quando previamente acordado e após celebração dos termos legais e devem ser repassados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

(23) 07.01.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00.680 – Valor Previsto: R\$

(25) 07.01.2.032.3.3.90.30.00.00.00.00.00.96 – Valor Previsto: R\$

(27) 07.01.2.032.3.3.90.00.00.00.00.00.00.674 – Valor Previsto: R\$

5.1. A despesa decorrente do presente contrato de rateio esta prevista na Lei Orçamentária Anual do Município, respectivos anexos e suplementações, nas seguintes rubricas orçamentárias:

Atividades Atendidas	Ano	Mês
3.1.71.00 - Pessoal e Encargos	5.923,35	493,61
3.3.71.00 - Outras Despesas Correntes	6.942,63	578,55
4.4.71.00 - Investimentos	185,57	15,46
Valor Total por ente consorciado	13.051,55	1.087,63

#### CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONSÓRCIO

6.1 O consórcio público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente consorciado na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

6.2 O consórcio encaminhará até trinta dias do mês subsequente a execução das despesas, como relatório de Prestação de Contas, planilha demonstrando as transferências dos recursos recebidos e o rateio das despesas pertencentes aos entes consorciados.

6.3. Os recursos recebidos mediante contratos de rateio, quando utilizados em exercícios seguintes deverão atender ao objeto de sua vinculação, conforme estabelece o § único do art. 8º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

6.3.1 Caso a não utilização dos recursos transferidos por meio de Contrato de Rateio no exercício em que forem recebidos implique o não atendimento dos limites mínimos anuais previstos no § 2º do art. 198 e no art. 212 da Constituição Federal, a diferença será acrescida ao montante mínimo do exercício subsequente, sem prejuízo da base anual de impostos e transferências previstas constitucionalmente para os entes consorciados.

6.4 O Consórcio encaminhará ao Município Consorciado as informações necessárias para a elaboração dos demonstrativos fiscais pertinentes.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O consórcio público deverá seguir as normas de Direito Financeiro aplicáveis às entidades públicas, estando sujeito à fiscalização contábil, operacional e patrimonial pelo Tribunal de Contas competente para apreciar as contas do Chefe do Poder Executivo representante legal do consórcio, inclusive quanto à legalidade, legitimidade e economicidade das despesas, atos, contratos e renúncia de receitas, sem prejuízo do controle externo a ser exercido em razão de cada um dos contratos de rateio.

7.2 A fiscalização é atribuída ao próprio Consórcio, aos órgãos de controle interno e externo dos entes consorciados e da sociedade civil organizada.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA TRANSPARÊNCIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO

8. O CONSÓRCIO deverá dar ampla divulgação, inclusive em meio eletrônico de acesso público, dos documentos relativos ao orçamento, contrato de rateio, demonstrações contábeis, demonstrativos fiscais e relatório resumido da Execução Orçamentária, nos termos da Portaria 72/2012 da STN.

#### CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. É de responsabilidade do MUNICÍPIO:

I – elaborar a seu critério a planilha bimestral o orçamento financeiro autorizado por Lei Municipal;

II - repassar ordinariamente ao CONSÓRCIO, valores acordados neste instrumento para ter direito ao acesso continuado aos serviços pretendidos;

III - informar o CONSÓRCIO quaisquer situações que impossibilitem de formalizar o repasse dos valores, bem como as providências adotadas para regularizar tais pendências;

IV - denunciar ao CONSÓRCIO quaisquer irregularidades de natureza financeira, no atendimento pelos prestadores por ventura apresentados para cobrança do cidadão/paciente ou do próprio MUNICÍPIO;

V - incluir em sua prestação de contas os valores repassados ao CONSÓRCIO;

VI - apresentar ao seu legislativo, quando necessário, proposta de alteração orçamentária, a tempo de se elaborar termo aditivo, a fim de adequar sua legislação para a continuidade dos serviços públicos sustentados por este contrato;

VII - Cumprir o cronograma de desembolso do repasse dos recursos financeiros deste Contrato de Rateio, conforme previsto na Cláusula Terceira;

VIII – Cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas deste Contrato.

9.2. São obrigações do CONSÓRCIO:

I - gerir de forma regular os valores recebidos, sendo expressamente vedada à aplicação de recursos de modo diverso ao disposto no orçamento do CONSÓRCIO, aprovado em Assembléia Geral;

II - aplicar os recursos oriundos do presente Contrato de Rateio na consecução dos objetivos definidos no Contrato de Programa, observadas

as normas da contabilidade pública;

III - executar as receitas e despesas em conformidade com as normas de direito financeiro, aplicáveis às entidades públicas;

IV - apresentar em assembleia geral ordinária aos MUNICÍPIOS, relatório contábil bimestral, bem como relatório discriminando serviços contratados, utilizado e os respectivos valores;

V - prestar informações pertinentes quando solicitado;

VI - controlar a utilização dos serviços do Município em função do repasse de valores efetivado;

VII - encaminhar no prazo estipulado neste contrato a planilha de prestação de contas;

VIII - cumprir e fazer cumprir todas as cláusulas do Contrato de Rateio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DA VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 Este contrato terá vigência desde a data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2020.

10.2 As alterações e eventual modificação de valores constantes neste contrato, não se sujeita aos limitadores contidos no art. 65, §2º da Lei de Licitações.

10.3 Este contrato poderá ser alterado nos termos da Lei 11.107/2005 e demais regulamentações, objetivando a cumprir as obrigações do contrato de programa e garantir a manutenção do consórcio e a continuidade dos serviços.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INADIMPLÊNCIA E PENALIDADES

11.1 A inadimplência do MUNICÍPIO importará na suspensão de sua participação no Consórcio, bem como sua exclusão, conforme disciplina constante do Protocolo de Intenções.

11.2. No caso de inadimplência o consorciado será notificado para que regularize a sua situação perante o Consórcio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DESLIGAMENTO DO MUNICÍPIO

12.1 Havendo o desligamento do MUNICÍPIO, e a consequente perda da condição de integrante do presente Consórcio, ocorrerá automaticamente a rescisão do presente instrumento.

12.2 A retirada ou exclusão do MUNICÍPIO, ou a extinção do consórcio público, não prejudicará as obrigações já constituídas, inclusive os contratos de programas e contratos de rateios, cuja extinção dependerá do prévio pagamento das indenizações das obrigações já cumpridas pelo MUNICÍPIO, ficando este obrigado a repassar os valores referentes a serviços que tenham sido utilizados, bem como a parcela proporcional às despesas administrativas.

12.3 O Município inadimplente será inscrito em Dívida Ativa no Consórcio.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/93.

13.2 A legitimação da atuação do Consórcio decorre da transferência de prerrogativas para a gestão associado de serviço público.

13.3 O CIMAMUREL é um instrumento de execução das políticas públicas dos consorciados, integrando-se a Administração indireta de cada um dos entes consorciados.

13.4 A relação jurídica entre consórcio e consorciado é disciplinada pela lei federal nº 11.107, de 2005, e pelo Protocolo de Intenções.

13.5 As alterações e eventual modificação de valores constantes neste contrato, não se sujeita aos limitadores contidos no art. 65, §2º da Lei de Licitações.

13.6 E assim, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo identificadas

13.7 Fica eleito o foro da Comarca de Tubarão (SC) para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato.

Santa Rosa de Lima (SC), 06 de julho de 2020.

MUNICÍPIO CONTRATANTE	
SALESIO WIEMES Prefeito Municipal de Santa Rosa de Lima	

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIOS DOS MUNICIPIOS DA AMUREL  
CIMAMUREL

IBANIES LEMBECK  
Presidente do Consórcio  
Prefeito Municipal de São Ludgero

TESTEMUNHAS  
Nome: Ramon Correa Mendes  
CPF: 055.473.999-22

Nome: Celso Heidemann  
CPF: 714.907.449-91

**RESOLUÇÃO 002/2020 "PUBLICA NOMEAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE, QUE ASSUMIRÁ A FUNÇÃO ATÉ O TÉRMINO DE LICENÇA MATERNIDADE DE CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA**

Publicação Nº 2639625

**RESOLUÇÃO Nº. 002/2020**

"Publica nomeação de Conselheiro Tutelar suplente, que assumirá a função até o término de Licença Maternidade de Conselheira Tutelar do Município de Santa Rosa de Lima."

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Santa Rosa de Lima, no uso de suas atribuições legais;

Considerando que o Conselheiro Tutelar Titular possui direito à Licença Maternidade, conforme prevê a Lei Municipal Complementar Nº 2.038/2014;

Considerando que a Conselheira Tutelar Beatris Cristina Luchtemberg está afastada desde o dia 04 de setembro de 2020 em virtude de Licença Maternidade, que terá duração de 180 dias;

Considerando a deliberação deste colegiado em sessão extraordinária realizado em 09 de setembro de 2020;

**RESOLVE:**

Art.1 – Publicar a nomeação do membro suplente Grasiela da Silva, que assumirá a função de Conselheira Tutelar no período da licença maternidade da Conselheira Tutelar citada.

Art.2 – Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Santa Rosa de Lima, em 09 de setembro de 2020.

HELOISA ASSING  
Presidente

**RESULTADO DO PREGÃO 22/2020**

Publicação Nº 2637992

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DE LIMA

**RESULTADO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2020**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2020

OBJETO: FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA/SC.

VENCEDOR: VIP CAR PREMIUM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

VALOR HOMOLOGADO: R\$ 154.900,00.

DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 09 de setembro de 2020.

Santa Rosa de Lima, em 09 de setembro de 2020.

SALESIO WIEMES  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2020**

OBJETO: FORNECIMENTO DE 01 (UM) VEÍCULO PARA TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DE LIMA/SC

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima.

CNPJ/MF: 82.926.593/0001-86.

EMPRESA CONTRATADA:VIP CAR PREMIUM COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.

CNPJ/MF: 34.161.949/0002-76.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 154.900,00.

VIGÊNCIA: O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, iniciando-se na data de sua assinatura e tendo vigência até 31 de dezembro de 2020.

ADVOGADA: Dra. GISLAINE SCHLICKMANN.

Santa Rosa de Lima, em 09 de setembro de 2020.

SALESIO WIEMES  
Prefeito Municipal

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 185/2020

Publicação Nº 2638909

DECRETO Nº185/2020

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Parecer Jurídico 050/2020;

Considerando que o resultado parcial da Chamada Pública 003/2020 está em desacordo com as regras do Edital respectivo, eis que os candidatos inscritos foram classificados sem atender integralmente os requisitos de título e de tempo de serviço;

DECRETA

Art. 1º. Fica anulados os seguintes atos administrativos:

- Resultado parcial de Chamada Pública 003/2020, datado de 17 de agosto de 2020, exarado pela Comissão de Acompanhamento;
- Decreto 172/2020, de 19 de agosto de 2020;
- Edital de Convocação 001/2020, datado de 25 de agosto de 2020.

Art. 2º A Comissão de Acompanhamento da Chamada Pública 003/2020 deve se reunir novamente e exarar novo Resultado parcial e dar ciência pessoalmente aos interessados para que, querendo, interponham recurso, na forma prevista no edital.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 10 de setembro de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 186/2020

Publicação Nº 2638911

DECRETO Nº 186/2020

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas contidas no inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município e de acordo com a Lei nº 1461/2019.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, de que trata a Lei n. 1461, de 09 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
22	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.03800 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
122	0100	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103050025.2.043000 Vigilância em Saúde				
30	0138	3.3.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de

anulação de dotação orçamentárias constates do orçamento vigente, conforme a Lei n. 1461, de 09 de dezembro de 2019, no valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a seguir especificados:

03.00 Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico				
03.01 Depto de Administração				
041220009.2.003000 Manutenção das atividades do Dpto de Administração				
20	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00
12.00 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
12.01 Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
206060048.2.03800 Manutenção das atividades do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária				
121	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	30.000,00
09.00 Fundo Municipal de Saúde				
09.01 Fundo Municipal de Saúde				
103050025.2.043000 Vigilância em Saúde				
28	0138	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso,  
em 10 de setembro de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## PORTARIA MUNICIPAL Nº. 203/2020

Publicação Nº 2638906

PORTARIA Nº 203/2020

DESIGNA SERVIDORES PARA ATUAR EM SECRETARIAS DIVERSAS DAQUELAS ONDE SE ENCONTRAM LOTADOS, PARA O DESEMPENHO DE ATRIBUIÇÕES EQUIVALENTES OU AFINS ÀS DO RESPECTIVO CARGO, EM CARÁTER EXTRAORDINÁRIO E EXCEPCIONAL, POR PRAZO DETERMINADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

Considerando o disposto no Decreto 81/2020, que adota medidas administrativas no âmbito do Município em cumprimento às ações em saúde pública emanadas dos Governos Federal e Estadual voltadas ao enfrentamento e à eliminação dos riscos de disseminação e contágio do coronavírus (COVID19);

Considerando que o servidor ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, lotado no Departamento de Esportes de Santa Terezinha do Progresso, não se encontra desempenhando as suas atribuições, em função da pandemia do Corona vírus;

Considerando que na Secretaria Municipal de Saúde existe a necessidade de suprimento de 2 (duas) vagas no cargo de Motorista de Veículos Leves, decorrente de licença para atividade política;

Considerando os princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade;

### RESOLVE

Art. 1º. Fica designado, em caráter extraordinário e excepcional, para atuar em secretaria diversa daquela onde se encontram lotado, o seguinte servidor público municipal:

I – Tiego Henrique Drumm, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor de Educação Física, 20 horas, para ocupar o cargo de Motorista de Veículo Leves, junto a Secretaria Municipal de Saúde;

Parágrafo único. A designação de que trata este artigo é por tempo determinado, encerrando-se no dia anterior ao do retorno das atividades do setor municipal de esportes.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 09 de setembro de 2020.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

**QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 63/2019**

Publicação Nº 2638102

QUARTO TERMO DE APOSTILAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 63/2019.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves n. 337, Centro, sob o CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Sr. DERLI FURTADO, brasileiro, casado, portador do CPF n. 219.982.219-20, RG n. 311.170, residente e domiciliado na Av. Tancredo Neves n. 511, Centro, Santa Terezinha do Progresso – SC resolve apostilar a Ata de Registro de Preços nº. 63/2020, relativa ao Processo Licitatório nº. 133/2019, PP 85/2019, celebrado entre o Município e a empresa ABASTECEDORA GRALL LTDA, sob o CNPJ: 05.830.793/0001-90.

Objeto: Aquisição de combustível (óleo diesel s10 e s500), pelo período de 01 (um) ano, com comodato de bomba e tanque de armazenamento, conforme especificações do edital e seus anexos, pelo período de 01 (um) ano, sob o sistema de registro de preços.

Conforme notas fiscais de aquisição de diesel B S500 e óleo diesel B S10 nº 442611, 52209, 52137 (em anexo), apresentadas pela empresa Abastecedora Grall Ltda se comprova que houve um aumento nos valores dos combustíveis. Com uma taxa de aumento de 3,10% para o óleo diesel B S10 e de 2,62% para o óleo diesel B S500.

Cláusula Primeira: A revisão dos valores passa a ser a seguinte:

Os valores praticados eram os seguintes:

ÓLEO DIESEL B S500: R\$ 3,23 (três reais e vinte e três centavos).

ÓLEO DIESEL B S10: R\$ 3,26 (três reais e vinte e seis centavos).

E passam a vigorar como segue abaixo:

ÓLEO DIESEL B S500: R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos).

ÓLEO DIESEL B S10: R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos).

Cláusula Segunda: As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Terceira: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes na Ata original, não expressamente alteradas por este termo. Santa Terezinha do Progresso – SC, 08 de setembro de 2020.

DERLI FURTADO FLÁVIO ROBERTO TARTARI

Prefeito Municipal Abastecedora Grall

CONTRATADA DETENTORA

**QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 63/2019**

Publicação Nº 2638103

QUINTO TERMO DE APOSTILAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 63/2019.

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa na Avenida Tancredo Neves n. 337, Centro, sob o CNPJ n. 01.612.847/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Sr. DERLI FURTADO, brasileiro, casado, portador do CPF n. 219.982.219-20, RG n. 311.170, residente e domiciliado na Av. Tancredo Neves n. 511, Centro, Santa Terezinha do Progresso – SC resolve apostilar a Ata de Registro de Preços nº. 63/2020, relativa ao Processo Licitatório nº. 133/2019, PP 85/2019, celebrado entre o Município e a empresa ABASTECEDORA GRALL LTDA, sob o CNPJ: 05.830.793/0001-90.

Objeto: Aquisição de combustível (óleo diesel s10 e s500), pelo período de 01 (um) ano, com comodato de bomba e tanque de armazenamento, conforme especificações do edital e seus anexos, pelo período de 01 (um) ano, sob o sistema de registro de preços.

Conforme notas fiscais de aquisição de diesel B S500 e óleo diesel B S10 nº 52137, 443214, 52209 (em anexo), apresentadas pela empresa Abastecedora Grall Ltda se comprova que houve uma redução nos valores dos combustíveis. Com uma taxa de baixa de -1,33% para o óleo diesel B S10 e de -0,88% para o óleo diesel B S500.

Cláusula Primeira: A revisão dos valores passa a ser a seguinte:

Os valores praticados eram os seguintes:

ÓLEO DIESEL B S500: R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos).

ÓLEO DIESEL B S10: R\$ 3,36 (três reais e trinta e seis centavos).

E passam a vigorar como segue abaixo:

ÓLEO DIESEL B S500: R\$ 3,28 (três reais e vinte e oito centavos).

ÓLEO DIESEL B S10: R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos).

Cláusula Segunda: As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta do orçamento vigente.

Cláusula Terceira: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições constantes na Ata original, não expressamente alteradas por este termo. Santa Terezinha do Progresso – SC, 08 de setembro de 2020.

DERLI FURTADO FLÁVIO ROBERTO TARTARI

Prefeito Municipal Abastecedora Grall

CONTRATADA DETENTORA

# Santo Amaro da Imperatriz

## PREFEITURA

### EDITAL DE PREGÃO N° 40/2020

Publicação N° 2639429

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

PREGÃO PRESENCIAL N° 40/2020

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada em recuperação e repavimentação asfáltica para manutenção das rodovias do Município de Santo Amaro da Imperatriz, de acordo com especificações estão contidas nos Anexos, parte integrante deste Edital.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 14:00 h do dia 24 de setembro de 2020.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Santo Amaro da Imperatriz, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h:00min às 18h00min, ou pelo site [www.santoamaro.sc.gov.br](http://www.santoamaro.sc.gov.br)

Santo Amaro da Imperatriz, em 10 de setembro de 2020.

Edésio Justen

Prefeito Municipal

**EDITAL Nº 39/2020 - TP**

Publicação Nº 2638968



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 39/2020**  
**MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS**  
**REGIME DE CONTRATAÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**  
**CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO**  
**ABERTURA E ENTREGA DAS DOCUMENTAÇÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:**  
**DATA: 28 de Setembro de 2020.**  
**HORÁRIO: 14:00h**

**NA SEGUINTE ORDEM:**

**1º FASE - HABILITAÇÃO** (Abertura do invólucro nº 1 contendo as documentações) - Envelope 1.

**2º FASE - PROPOSTA** (Abertura do invólucro nº 2 contendo as propostas) - Envelope 2.

O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz - SC, através da **Comissão Permanente de Licitação** torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, na modalidade **TOMADA DE PREÇO** do **TIPO MENOR PREÇO GLOBAL**, para **EXECUÇÃO INDIRETA** pelo regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, regida pela Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações das Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98, e por este EDITAL e seus Anexos, partes integrantes, em sessão pública na data e horário acima especificado.

**Na hipótese de ocorrer feriado ou outro fato impeditivo, a realização da sessão pública, fica a mesma adiada para o primeiro dia útil imediato, no mesmo local ou em outro a ser definido por critério exclusivo da administração.**

**1- DO OBJETO DA LICITAÇÃO**

**1.1-** O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO À LAJOTA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA**, da Rua Otávio Israel Ferreira, conforme especificações contidas nos Anexos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X e XI parte integrante deste Edital.

**2 - PREÇO MÁXIMO**

**2.1 – R\$ 263.685,47 (duzentos e sessenta e três mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).**

**3 – DESPESA**

**3.1 -** A despesa resultante desta **TOMADA DE PREÇOS** correrá por conta de recursos da Caixa Econômica Federal, através da seguinte dotação orçamentária:

**Projeto/Atividade:**

**04.01.1078.4490.5191 – (132) FINISA**

**4 – FAZEM PARTE DESTA EDITAL**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

Anexo I – Objeto

Anexo II – Memorial Descritivo

Anexo III – Planilha Orçamentária com BDI

Anexo IV – Cronograma Físico Financeiro

Anexo V – Memória de Cálculo

Anexo VI – Composições de Preços

Anexo VII - Projetos

Anexo VIII – Modelo de Termo de Renúncia da fase Habilitação

Anexo IX – Modelo de Termo de Renúncia da fase Proposta de Preços

Anexo X – Minuta Contratual

Anexo XI – Placa da Obra

**5 - DA ENTREGA DOS ENVELOPES**

**5.1** - Os envelopes 01 e 02, deverão ser entregues e protocolados no dia, mês e ano indicados no preâmbulo, na Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz/SC, devidamente fechados e numerados. O envelope nº 01 com a DOCUMENTAÇÃO e o envelope nº 02 com a PROPOSTA, e com as seguintes inscrições no anverso de cada envelope:

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PRAÇA GOVERNADOR IVO SILVEIRA, 306.

CENTRO - SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROPONENTE:

TOMADA DE PREÇOS Nº

ABERTURA:

HORAS:

ENVELOPE Nº \_\_\_\_\_

**5.2 – DA NUMERAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS PREÇOS CONTIDOS NOS ENVELOPES**

**5.2.1** - Todas as folhas contidas dentro dos envelopes deverão ser numeradas na parte superior direita da folha que tenha o número da página/número da quantidade de páginas dentro do envelope. Podendo ser impressa ou carimbada.

**6 - DOS PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO**

**6.1** - Poderão participar desta licitação, todas as empresas cadastradas, interessadas na execução do objeto deste edital.

**6.2** - Não poderão participar desta licitação as empresas que:

**6.2.1** - Tiverem contratos rescindidos, por iniciativa da Prefeitura;

**6.2.2** - Tiverem seus cadastros cancelados, por iniciativa da Prefeitura;

**6.2.3** - Tenham sido declaradas impedidas de se cadastrarem, licitarem ou contratarem com a Prefeitura, enquanto durar o impedimento;

**6.2.4** - Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Prefeitura, enquanto perdurar o motivo determinante da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

**6.2.5** – Que tenham como proprietário, ou que figurem em seu quadro societário, o Prefeito, o Vice-Prefeito, Vereador, os auxiliares diretos do Prefeito, bem como as pessoas a qualquer um deles ligadas por matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, subsistindo a proibição até seis meses depois de findas as respectivas funções.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

## 7 - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**7.1** - Poderão participar desta licitação, todas as empresas interessadas com prévia inscrição no “**CADASTRO DE FORNECEDORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS**” da Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, com o ramo compatível com o objeto ora licitado. Caso a empresa interessada, não possua Cadastro ou o mesmo encontre-se com o prazo de validade vencido, a mesma poderá protocolar os documentos necessários para inscrição/renovação até a **data de 24/09/2020**.

## 8 - HABILITAÇÃO

**8.1** - São necessários para a habilitação:

**8.1.1 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO JURÍDICA E REGULARIDADE FISCAL:**

**8.1.1.1 – CRC** – Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz;

**8.1.1.2 –** Certidão Negativa de Débitos Relativos a **Créditos Tributários Federais** e à Dívida Ativa da União (De acordo com a Portaria RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014);

**8.1.1.3 -** Certidão Negativa de Débito junto ao Governo do **Estado** do domicílio ou sede da proponente;

**8.1.1.4 -** Certidão Negativa de Débitos para com o **Município** do domicílio ou sede da proponente;

**8.1.1.5 -** Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - **FGTS**, fornecido pela Caixa Econômica Federal, em conformidade ao disposto na Lei nº 8.036/90;

**8.1.1.6 -** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**);

**8.1.1.7 - Declaração** expressa de aceitação das condições do presente Edital, sem restrições de qualquer natureza, e de que, se vencedora, executará as obras de acordo com as normas e especificações constantes deste edital, pelo preço proposto.

**8.1.1.8 - Declaração** do representante legal da licitante firmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, nas esferas federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

**8.1.1.9 – Declaração** expressa de que não possui em seu quadro societário, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

**8.1.1.10 – Declaração** expressa do representante legal da licitante, de que seu proprietário ou sócio, nos últimos 6 (seis) meses não ocupou o cargo de Prefeito, Vice-Prefeito, Vereador, ou auxiliar direto do Prefeito, bem como no mesmo período, não possuiu vínculo de matrimônio, parentesco afim ou consanguíneo até segundo grau, igualmente por adoção, com pessoas que tenha exercido os cargos mencionados. (Art. 75 da Lei Orgânica Municipal)

**8.1.1.11 –** Certidão Negativa de **Infrações Trabalhistas** à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente, nos moldes da IN nº 27/2002, da Secretaria de Inspeção do Trabalho **ou Declaração** firmada pela proponente nos termos do Decreto nº 4.358, de 05/09/2002.

**8.1.2 -** Os documentos referidos nos artigos anteriores deverão ser apresentados em 01(uma) via em original ou autenticada. A autenticação poderá ser feita por cartório competente ou acompanhados de seus originais para sua respectiva autenticação pela Comissão de Licitação, antes do horário para entrega e abertura dos envelopes contendo as documentações e propostas.

**8.1.3 -** A falta de apresentação de quaisquer destes documentos, acarretará a inabilitação, de ofício, da empresa participante.

**8.1.4 -** As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**8.1.5 -** E em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**8.1.6** - E a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º deste artigo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**8.1.7** - Para os licitantes que queiram se beneficiar das prerrogativas da Lei Complementar n. 123/06, devem apresentar *Certidão Simplificada da Junta Comercial* da sede da empresa ou do *Registro Civil de Pessoas Jurídicas*, conforme a forma da constituição empresarial.

**8.1.7.1** - A Certidão deverá ser entregue fora dos envelopes de proposta e habilitação, podendo sê-los em original, autenticados em Cartório ou na Prefeitura Municipal munidos do original.

**9.1.2 - DOCUMENTAÇÃO QUANTO A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

**9.1.2.1** – Registro ou inscrição da proponente (Certidão de Pessoa Jurídica), bem como do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s) (Certidão de Pessoa Física), no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

**9.1.2.2** – Deverá comprovar também possuir em seu quadro, profissional de nível superior, devidamente inscrito no CREA ou CAU, responsável pela obra cuja comprovação deverá ser feita por cópia do registro da carteira de trabalho ou ficha de registro funcional devidamente autenticada pela Delegacia Regional do Trabalho - DRT, ou Contrato de Prestação de Serviços, **ou ainda**, se o profissional for sócio da proponente, através de contrato social atualizado.

**9.1.2.3** – A proponente deverá apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido por órgão público ou privado, comprovando que **ela ou seu responsável técnico** tenha executado obra compatível ou superior a licitada, devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da Certidão de Acervo Técnico (CAT). O(s) atestado(s) a ser apresentado(s) deverá(ão) constar o carimbo do CREA ou CAU, devendo os dados constantes desse carimbo corresponder com o acervo apresentado. Serão considerados obrigatórios para habilitação da proponente no certame:

Atividade	Serviço Técnico	Quantidade
Execução	Pavimentação à lajota	1.680 m²
Execução	Drenagem	291 m

**9.1.2.4 – Declaração** fornecida pela empresa participante de que o profissional (indicar dados pessoais) detentor do atestado de responsabilidade técnica citado no sub-item 9.1.2.3 bem como o indicado no subitem 9.1.2.2, será o responsável técnico que acompanhará a execução da obra, caso a empresa venha a ser vencedora, ficando a substituição sujeita a aprovação pela Prefeitura, respeitado o estabelecido no art. 30, inciso IV, parágrafo 10 da Lei de Licitações.

**9.1.2.5 – Declaração** de que tomou conhecimento de situação e dos recursos de material e mão de obra existentes na região, assinada pelo responsável técnico inscrito no CREA ou CAU e pelo responsável da empresa.

**9.1.2.6 – Declaração** formal de disponibilidade de equipamentos, ferramentas e pessoal necessários a execução dos serviços objeto da presente licitação.

**9.1.2.7** – A Licitante, deverá apresentar, **declaração formal** assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, que assume total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeira junto a Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**10.1.3 - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA**

**a) Balanço patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses, contados da data de apresentação da proposta. Em relação as S.A, aplica-se o art. 132 da Lei 6.404./64.

**b) Certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de origem**, indicando os cartórios distribuidores de falência e concordata e recuperação judicial, da sede da licitante.

**c) Certidões negativas de falência, concordata e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio do licitante através dos sistemas e-Proc e SAJ;**

**d) Comprovação de possuir Patrimônio Líquido mínimo**, na data da apresentação da proposta, de valor não inferior a 10% (dez por cento) do valor da obra. As proponentes deverão comprovar a situação do Patrimônio Líquido através da apresentação do **Balanço Patrimonial**, já exigíveis e apresentados na forma da Lei.

**e) A proponente deverá apresentar garantia da proposta equivalente a 1% do valor estimado no Anexo III. A Garantia da Proposta poderá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º da Lei de Licitações, quais sejam:**

I – Caução em dinheiro; ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

II – Seguro-garantia e

III – Fiança bancária.

**10.1.4** – A sessão de abertura dos envelopes acontecerá no mesmo horário. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase habilitação, bem como a desistência expressa da interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, artigo 43, da Lei Federal nº 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia, conforme modelo do Anexo VIII, proceder-se-á, na mesma data, à abertura dos Envelopes nº 02 – Proposta de Preços.

**11 - DA PROPOSTA**

**11.1** - A proposta deverá ser apresentada em **1 (uma) via, devidamente assinada pelo responsável técnico da empresa e pelo representante legal, ambos em todas as páginas**, em envelope fechado, indicando, em sua parte externa, o nome e o endereço do licitante, bem como o número desta Tomada de Preços, e:

**11.1.1** - Estar datilografada ou impressa, em papel próprio da empresa licitante, sem rasura, emenda, entrelinha ou ressalva;

**11.1.2** - Indicar o número desta **Tomada de Preços**, bem como o dia da sua realização;

**11.2** – Na proposta deverão ficar perfeitamente definidos:

**11.2.1** – Quadro de quantidades e custos, observando a ordem estabelecida nas planilhas do Anexo III;

**11.2.2** – Os preços unitários em algarismo e o preço global algarismado e por extenso, em moeda brasileira, considerando-se 02 (duas) casas decimais após a vírgula, **cujo preço máximo, tanto unitário, como total, não poderão exceder os estabelecidos na planilha do Anexo III;**

**Obs.: Recomenda-se, nas multiplicações, desprezar a 3ª casa decimal. [usar, no Excel, a função: =TRUNCAR(X\*Y;2)].**

**11.2.3** – Prazo de validade da proposta, no mínimo 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da licitação;

**11.2.4** – Prazo para a execução do objeto, o qual não poderá ser superior ao constante no cronograma físico-financeiro, que deverá ser observado quando da execução da obra.

**11.2.5** – Apresentar Cronograma físico-financeiro, observando o estabelecido no Anexo IV.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**11.3 – Declaração** de que o preço global proposto compreende todas as despesas concernentes à execução da obra projetada, com fornecimento dos materiais e mão de obra, bem como encargos sociais, ferramental, equipamentos e assistência técnica, benefícios e despesas indiretas, licenças inerentes a especialidade e tributos e tudo mais necessário a perfeita e cabal execução da obra.

**11.4** - A fiscalização e controle das obras, será exercida pelo setor de engenharia do Município.

**11.5** - Os preços dos serviços/materiais serão obtidos pela multiplicação da quantidade pelo preço unitário. Cada item de discriminação dos serviços/materiais deverá ser subdividido em tantos itens quantos forem necessários para a sua perfeita caracterização. A soma dos valores dos subitens fornecerá o preço total por item e a soma dos preços totais por item será o valor do custo, para obtenção do preço por item consignado na CARTA PROPOSTA. No caso de haver erro na multiplicação entre o preço unitário e a quantidade prevalecerá o preço unitário.

**11.6** - A coluna de quantidade do orçamento é de responsabilidade da proponente, não podendo o interessado arguir omissões, enganos e erros, para alterar o valor global proposto.

**11.7** – A omissão ou exclusão no orçamento de qualquer item especificado nas peças fornecidas pela Prefeitura Municipal, não exime o licitante de incluí-la dentro da proposta.

**11.8** – A ART – Anotação de Responsabilidade Técnica de Execução é de responsabilidade da empresa vencedora do certame.

**11.9** - Após a entrega dos envelopes, não serão admitidas sob pretexto algum, modificações ou substituições da proposta ou de qualquer documento.

**11.10 – Serão abertos os envelopes nº 02 – Proposta de Preços, contendo as propostas dos proponentes habilitados, desde que tenha havido renúncia expressa de todos os proponentes de interposição de recursos de que trata o art. 109, inc. I “a” da Lei Federal nº 8.666/93, através da assinatura da Ata ou Termo de Renúncia, conforme modelo do Anexo VIII do presente Edital.**

**12 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**12.1** - Para julgamento das Propostas a Comissão levará em consideração o **MENOR PREÇO GLOBAL**.

**12.2** - Não será considerada qualquer oferta ou vantagem não prevista neste EDITAL.

**12.3** - Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências deste Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado. (art. 48 da Lei de Licitações).

**12.4** - No caso de desclassificação de todas as propostas apresentadas, a Comissão convocará todos os licitantes para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem novas propostas escoimadas das causas que motivaram a desclassificação, nos termos do item;

**12.5** - No caso de absoluta igualdade das propostas, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos serviços:

a) produzidos ou prestados por empresas brasileiras de capital nacional;

b) produzidas no país;

c) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

**12.6** - Persistindo o empate, a Comissão convocará todos os licitantes para, em ato público, assistirem o sorteio que definirá a vencedora.

**12.7.** Após a divulgação do resultado da classificação das propostas, em sessão pública, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da lavratura da ata, para interposição de recursos, conforme previsto na alínea “b”, do inciso I do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**12.8.** Havendo a interposição de recurso, será comunicado aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação oficial, conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/1993.

**12.9.** Definidas as proponentes classificadas nesta fase e transcorrido o prazo recursal e/ou não havendo a interposição de recursos, as licitantes serão convocadas, em data intimada



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

através da ata de sessão de divulgação da classificação das propostas, ou ainda por publicação junto à Imprensa Oficial do Município ou e-mail, a participarem da sessão de abertura e classificação das propostas de preços.

**12.10-** Havendo a renúncia da interposição de recursos nesta fase, por parte de todos os participantes, conforme modelo do Anexo IX do presente Edital, a divulgação da classificação será realizada no mesmo dia da sessão pública de habilitação da proposta.

**12.11** - O resultado do julgamento das propostas será publicado no Diário Oficial dos Municípios.

**12.12** - Após a divulgação do julgamento, e decorrido o prazo recursal previsto em lei, o Presidente da Comissão submeterá o processo à autoridade superior, para fins de homologação, revogação ou anulação desta licitação.

**12.13** - A presente licitação poderá ser revogada por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros, através de parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes direito a indenização.

**12.14** - Ocorrendo anulação ou revogação da Tomada de Preço, a Prefeitura providenciará a publicação no Diário Oficial dos Municípios, contando-se a partir desta o prazo para solicitação de reconsideração.

### **13 - DAS PENALIDADES**

**13.1** - Sem prejuízo das demais sanções previstas em lei, o licitante vencedor ficará sujeito as seguintes penalidades:

**a)** multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total cotado, pela recusa injusta a assinar o respectivo contrato;

**b)** multa moratória, não compensatória, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor total, em reais, pela impontualidade no cumprimento das obrigações pactuadas;

**c)** multa compensatória, limitada a 20% (vinte por cento) sobre o valor total, em reais, pela rescisão determinada por ato da PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, no caso de inexecução parcial ou total de quaisquer das obrigações estipuladas.

**13.2** - A multa prevista nas letras "b" e "c", será devida a partir da homologação do processo até o seu efetivo pagamento.

### **14 - DO PAGAMENTO**

**14.1** - O pagamento será efetuado, com base nas medições mensais, mediante apresentação de nota fiscal/fatura correspondente e termo de recebimento de obra/serviços bem como do recolhimento a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS). As empresas com sede neste Município, também deverão apresentar Certidão Negativa de Débito Municipal (CNDM).

**14.2** – As medições de que trata o item anterior, serão efetuadas no período de 30 (trinta) dias, com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da contratada.

**14.3** – A nota fiscal/fatura será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% (onze por cento) do valor dos serviços, a título de Retenção para Seguridade Social, conforme alteração da Lei nº 8.212/91, do INSS.

**14.4** – A importância retida será recolhida pela CONTRATANTE em nome do estabelecimento da empresa cedente, aqui denominada CONTRATADA, em GRPS – Guia de Recolhimento da Previdência Social, até o dia dois do mês subsequente.

**14.5** - O pagamento ocorrerá até 30 (trinta) dias corridos da emissão da nota fiscal/ fatura, mediante crédito bancário na Caixa Econômica Federal.

**14.5.1** – A empresa que na ocasião não possuir conta bancária na Caixa Econômica Federal, será deduzida da parcela a receber, as tarifas bancárias decorrentes da transferência para outro banco, se for o caso.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**14.6** – A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto, assim como das normas técnicas, não serão objetos de medição.

**15 - DO REAJUSTE**

**15.1** – Não haverá reajuste dos preços cotados, por um período de 12 (doze) meses a contar da data de apresentação das Propostas.

**15.2** – O Município de Santo Amaro da Imperatriz reserva-se no direito de proceder ao acréscimo ou supressão sobre a variação das quantidades, atendendo as suas necessidades, sobre o objeto da presente licitação, nos termos do parágrafo primeiro, artigo 65 da Lei nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 8.883/94 e 9.648/98.

**16 - DA ASSINATURA DO CONTRATO**

**16.1** - O licitante vencedor será convocado para a assinatura do CONTRATO, cuja minuta está em anexo, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da homologação.

**16.2** - O prazo de assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, se solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Prefeitura.

**16.3** - Não assinado o contrato no prazo fixado ou na prorrogação, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, e ficará, temporariamente, suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com a Prefeitura pelo período de 12 (doze) meses.

**16.4** - Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Prefeitura poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela vencedora.

**16.5** - A empresa vencedora deverá apresentar no ato da assinatura do contrato, ART – CREA/SC do profissional responsável pela execução da obra, cujos encargos são de sua responsabilidade.

**16.6** - Este edital e seus anexos farão parte do contrato a ser celebrado se nele estivessem transcritos.

**17 - DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

**17.1** - A obra objeto desta licitação, será recebida pelo contratante, consoante o disposto no artigo. 73 inciso I, em se tratando de obras serviços, e inciso II, do mencionado artigo, em se tratando de compras ou locação de equipamentos da Lei nº 8.666/93, com suas alterações introduzidas pelas Leis 8.883/94 e 9.648/98.

**18 - DOS RECURSOS**

**18.1** - De todas as decisões proferidas pela Comissão de Licitação caberão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, os recursos previstos na legislação em vigor.

**19 - DAS PENALIDADES**

**19.1** - Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente edital, por parte da CONTRATADA, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

- a) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega do objeto;
- b) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor vincendo;
- c) advertência por escrito;
- d) suspensão do direito de participar em licitações do Município até 02 (dois) anos;
- e) declaração de idoneidade para licitação na Administração publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.

§1º – As penalidades poderão ser aplicadas simultâneas, combinadas ou separadamente,



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

§2º – No ato do pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do fornecedor.

**20 - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1** - O Município de Santo Amaro da Imperatriz reserva-se no direito de executar os serviços no todo ou em parte, bem como anular total ou parcialmente, a presente licitação a qualquer tempo, em defesa de seus interesses, especialmente os que relacionem preços elevados ou desproporcionais, baseados noutras licitações efetuadas pelo Município de Santo Amaro da Imperatriz ou inseridas em publicações categorizadas.

**20.2** - A proponente obriga-se a cotar somente o (s) item (s) que possa(m) atender e entregar o (s) material (s) / serviço (s) nos prazos fixados, sob as penas da lei.

**20.3** - Quaisquer informações relativas à presente licitação serão prestadas pela Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento, na Praça Governador Ivo Silveira, 306 - Centro - Santo Amaro da Imperatriz, diariamente no período das 12:00 horas as 18:00 horas.

Santo Amaro da Imperatriz, 10 de setembro de 2020.

EDESIO JUSTEN  
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**ANEXO I**

**< OBJETO >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**ANEXO II**

**< MEMORIAL DESCRITIVO >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**ANEXO III**

**< PLANILHA ORÇAMENTÁRIA COM BDI >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

#### **ANEXO IV**

**< CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**ANEXO V**

**< MEMÓRIA DE CÁLCULO >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

## **ANEXO VI**

**< COMPOSIÇÕES DE PREÇOS >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

## **ANEXO VII**

**< PROJETOS >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**ANEXO VIII**

**< Modelo de Termo de Renúncia fase Habilitação >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

## **ANEXO VIII**

### **MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA DA FASE HABILITAÇÃO**

Razão Social: Endereço: Cidade/Estado: CNPJ:

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
Santo Amaro da Imperatriz, SC

### **TERMO DE RENÚNCIA**

O proponente abaixo assinado, participante da licitação sob a modalidade TOMADA DE PREÇOS N° 39/2020, do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, pelo seu representante legal, DECLARA, na forma e sob as penas impostas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitações que julgou os documentos da fase de habilitação, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se à abertura do envelope de proposta de preço dos proponentes habilitados.

Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

(Nome e assinatura do Responsável Legal) (Número da Cédula de Identidade e Órgão Emissor)



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**ANEXO IX**

**< Modelo de Termo de Renúncia fase Proposta de Preço >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

## **ANEXO IX**

### **MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA DA FASE DE PROPOSTA DE PREÇO**

Razão Social: Endereço: Cidade/Estado: CNPJ:

À  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES  
Santo Amaro da Imperatriz, SC

### **TERMO DE RENÚNCIA**

O proponente abaixo assinado, participante da licitação sob a modalidade TOMADA DE PREÇOS N° 39/2020, do Município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, pelo seu representante legal, DECLARA, na forma e sob as penas impostas pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, que não pretende recorrer da decisão da Comissão Permanente de Licitações que julgou os documentos da fase de proposta de preços, renunciando, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório, passando-se para a classificação final.

Local, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2020.

(Nome e assinatura do Responsável Legal) (Número da Cédula de Identidade e Órgão Emissor)



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**ANEXO X**

**< Minuta Contratual >**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**Anexo X  
(Minuta Contratual)**

CONTRATO Nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, PARA EXECUÇÃO DE  
SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTO AMARO DA  
IMPERATRIZ E A EMPRESA  
.....

**1. Partes:** a) O Município de Santo Amaro da Imperatriz, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 82.892.324/0001-46, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, 306, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz, neste ato representado por seu Prefeito, Senhor Edésio Justen, brasileiro, casado, empresário, CPF nº 288.673009-20, residente e domiciliado à Rua Frei Dalvino Munaretto, nº230, na cidade de Santo Amaro da Imperatriz - SC, doravante denominado simplesmente **Contratante**;

b) ....., doravante denominado simplesmente **Contratado**, em decorrência do Processo Licitatório nº 39/2020 - TP, homologado em ....../....../....., mediante a sujeição mútua às normas constantes da Lei nº 8.666/93, com as alterações das Leis 8.883/94 e 9648/98, ao Edital Convocatório, a proposta de preços, têm justo e contratado:

**2. Objeto:**

**2.1.** O Objeto desta licitação consiste na contratação de empresa para a EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO À LAJOTA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, da Rua Otávio Israel Ferreira, incluindo fornecimento de material, nas condições previstas na proposta de preços da TP Nº 39/2020 e seus anexos, partes integrantes e inseparáveis deste contrato.

**3. Do Valor e seu Pagamento:**

**3.1.** As obras descritas no objeto, conforme proposta vencedora, serão executadas ao preço total de R\$ ..... (...), cujo pagamento será efetuado com base nas medições, sendo R\$ ..... de mão de obra e R\$ ..... de materiais, mediante a apresentação de fatura/nota fiscal correspondente e termo de medição da obra/etapa realizada, com o recolhimento dos valores relativos a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Municipais.

**3.2.** As medições serão realizadas a cada período de trinta dias, com base nos quantitativos e preços unitários constantes da proposta da contratada.

**3.3.** A fatura/nota fiscal será emitida após a medição efetuada pela Prefeitura (Contratante), em conjunto com a Caixa Econômica Federal, sendo que nesta deverá estar destacado a retenção correspondente a 11% do valor dos serviços a favor da Seguridade Social (INSS), conforme Lei nº 8.212/91.

**3.4.** A importância retida será recolhida pela Contratante, em nome da Contratada, em GRPS até o dia 20 (vinte) do mês subsequente a retenção.

**3.5.** O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias da emissão da fatura/nota fiscal, mediante crédito bancário.

**3.6.** A parcela da obra considerada defeituosa ou fora das especificações do projeto e normas técnicas não serão objeto de medição e pagamento.



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**4. Do Prazo de Execução das Obras:**

**4.1.** O Contratado se compromete a executar as obras no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da expedição da ordem de serviço.

**4.2.** Os prazos serão contados em dias corridos, exceto quando explicitamente disposto de modo diferente, iniciando e vencendo em dia normal de expediente da Contratante.

**5. Da Classificação da Despesa:**

**5.1.** A Contratante empenhará a despesa decorrente da execução deste contrato na seguinte dotação orçamentária:

**Projeto/Atividade: 04.01.1078.4490.5191 – (132) FINISA**

**6. Da Responsabilidade e Obrigações Específicas da Contratada:**

**A Contratada se obriga:**

**6.1.** efetuar a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA das obras em execução, através de seus profissionais;

**6.2.** aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões que se fizerem em seu objeto até 25% do seu valor inicial atualizado;

**6.3.** responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da Contratante, por si ou seus prepostos;

**6.4.** responder pela solidez, segurança e perfeição do objeto deste contrato, assim como responsabilidade ético-profissional de sua perfeita execução, nos termos do artigo 618, do CC, mesmo após o seu recebimento provisório ou definitivo;

**6.5.** observar, quanto ao pessoal empregado na execução do objeto deste contrato a legislação pertinente, especialmente quanto as obrigações previdenciárias e trabalhistas;

**6.6.** manter, durante toda a execução deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório;

**6.7.** responder financeiramente por ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto deste contrato.

**6.8.** afixar no local placa alusiva a obra no modelo/padrão fornecida pela Prefeitura (contratante) no ato da assinatura do contrato, sem qualquer ônus para a Contratante.

**7. Da Fiscalização:**

**7.1.** A fiscalização das obras, objeto deste contrato, será exercida pela Contratante através do Setor de Engenharia, o qual ficará responsável pelos termos de medição e recebimento das obras em conjunto com a Caixa Econômica Federal.

**7.2.** A Contratada deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos, ou entidades públicas concedentes ou contratantes, bem como dos órgãos de controle interno e externo, a seus documentos e registros contábeis.

**8. Da Rescisão:**

**8.1.** As partes poderão rescindir o presente contrato a qualquer momento na hipótese de inadimplência de quaisquer das cláusulas contidas no presente instrumento, sem prejuízo do disposto na cláusula seguinte.

**9. Das Penalidades:**



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**9.1.** Ocorrendo a inexecução parcial das cláusulas contidas no presente contrato por parte da contratada, ficará esta sujeita as seguintes penalidades:

- a) multa de 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor contratado, por dia de atraso na entrega ou conclusão das obras;
  - b) multa de vinte por cento (20%) sobre o valor vincendo pela injusta recusa de conclusão das obras;
  - c) multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratual pela rescisão determinada pela Contratante no caso de inexecução parcial ou total das obras ou quaisquer outras obrigações assumidas por este contrato;
  - d) advertência por escrito;
  - e) suspensão do direito de participar em licitações do Município até dois anos;
  - f) declaração de inidoneidade para licitação na Administração, publicada no Diário Oficial, observados os pressupostos legais vigentes.
- As penalidades poderão ser aplicadas simultânea, combinadas ou separadamente.
  - No ato de pagamento, se tiver sido imposta multa, o valor correspondente será deduzido do crédito do contratado.

**10. Da Vigência:**

**10.1.** Este contrato entra em vigor na data da sua assinatura, com vigência por 120 (cento e vinte) dias.

**11. Da Vinculação ao Edital e Proposta:**

**11.1.** Este contrato vincula as partes ao Edital de Licitação n° 39/2020.

**12. Do Foro:**

**12.1.** As partes elegem o Foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz, com renúncia de qualquer outro, para dirimir questões oriundas do presente contrato.

**12.2.** Por estarem acordes, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em quatro vias de igual teor e forma.

Santo Amaro da Imperatriz, em ...../...../2020.

Contratante

Contratada

Testemunhas

1.....  
Nome :

2 .....  
Nome:



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ**

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4330/4324

**ANEXO XI**

**< PLACA DA OBRA >**

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 170/2020

Publicação Nº 2639589

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 170/2020

EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, TANTO PREVENTIVA COMO CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA TÉCNICAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS NOS EQUIPAMENTOS DE DIVERSAS SECRETARIAS, POLÍCIA MILITAR, POLÍCIA CIVIL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDAÇÃO CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Forma do Pregão: ELETRÔNICO

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Recebimento das propostas: até às 08h30min do dia 25/09/2020

Início da sessão: dia 25/09/2020, às 09h00min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos e Patrimônio – Divisão de Compras – do município de São Bento do Sul, situado à Rua Jorge Lacerda, 75, Centro, das 08h00 às 12h00min e das 13h00min às 16h00min, ou através do telefone (47)36316125.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020.

NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

FABIA ALESSANDRA MENGARDA BERLAMINO

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

MARCIO BROSOWSKY

DIRETOR PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

MIRIAM REGINA SCHWETLER FILIPP

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

LUIZ CLAUDIO GAYER SCHUVES

SECRETARIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

PRESIDENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

SANDRA MARIA SADOWSKI ANDRZEJEWSKI

PREGOEIRA MUNICIPAL

### DECISAO PROCESSO ADM Nº 10306/2020

Publicação Nº 2638039

#### DECISÃO

Processo Administrativo nº 10306/2020

Interessado: Irineu Carlos Koch

Origem: Comissão Permanente de Ressarcimento de Danos Materiais.

Diante da decisão proferida pela Comissão, além do resumo fático acima narrado, bem como pela análise perene do conjunto probatório que consta no processo ora estudado, HOMOLOGO a decisão, pelo DEFERIMENTO do pedido, na forma do § 1º do art. 6º da Lei nº 3435/2014, e determino:

I - a atualização do valor devido e a certificação, dentro dos autos do processo, da existência de previsão orçamentária para promover o ressarcimento dos danos materiais ao Interessado.

II - seja verificada a existência de lei, na forma do art. 10 da Lei nº 3435/2014, que deve contemplar, inclusive, menção expressa sobre a possibilidade de compensação entre o valor ora cobrado e eventuais débitos fiscais ou extra fiscais que o Interessado tenha com o Erário Público Municipal.

III - a intimação do Interessado acerca do resultado final do processo.

Publique-se.

Cumpra-se, observando-se, no que couber, as disposições do §2º do artigo 58 da LOM.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## **DECISAO PROCESSO ADM N° 1538/2016**

Publicação N° 2638035

### **DECISÃO**

Processo Administrativo nº 1538/2016

Interessado: Ildo Rank

Origem: Comissão Permanente de Ressarcimento de Danos Materiais

Diante da decisão proferida pela Comissão às (fls. 55/61), bem como pela análise perene dos fatos e do conjunto probatório que consta no processo ora estudado, HOMOLOGO a decisão que indeferiu o pedido de ressarcimento ao Interessado, na forma do § 1º do art. 6º da Lei nº 3435/2014.

Intime-se o requerente acerca do resultado do processo, inclusive dando ciência da Ata de Análise e Decisão emitida pela Comissão.

Publique-se. Cumpra-se.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## **DECISAO PROCESSO ADM N° 2717/2018**

Publicação N° 2638031

### **DECISÃO**

Processo Administrativo nº 2717/2018

Interessado: Raquel Kuchller Wotroba

Origem: Comissão Permanente de Ressarcimento de Danos Materiais.

Diante da decisão proferida pela Comissão, além do resumo fático acima narrado, bem como pela análise perene do conjunto probatório que consta no processo ora estudado, HOMOLOGO a decisão, pelo DEFERIMENTO do pedido, na forma do § 1º do art. 6º da Lei nº 3435/2014, e determino:

I – a atualização do valor devido e a certificação, dentro dos autos do processo, da existência de previsão orçamentária para promover o ressarcimento dos danos materiais ao Interessado.

II – seja verificada a existência de lei, na forma do art. 10 da Lei nº 3435/2014, que deve contemplar, inclusive, menção expressa sobre a possibilidade de compensação entre o valor ora cobrado e eventuais débitos fiscais ou extra fiscais que o Interessado tenha com o Erário Público Municipal.

III – a intimação do Interessado acerca do resultado final do processo.

Publique-se.

Cumpra-se, observando-se, no que couber, as disposições do §2º do artigo 58 da LOM.

São Bento do Sul, 24 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

**DECISAO PROCESSO ADM N° 3040/2018**

Publicação N° 2638037

**DECISÃO**

Processo Administrativo nº 3040/2018

Interessado: Elisete Dalandrea

Origem: Comissão Permanente de Ressarcimento de Danos Materiais.

Diante da decisão proferida pela Comissão, além do resumo fático acima narrado, bem como pela análise perene do conjunto probatório que consta no processo ora estudado, HOMOLOGO a decisão, pelo DEFERIMENTO do pedido, na forma do § 1º do art. 6º da Lei nº 3435/2014, e determino:

I – a atualização do valor devido e a certificação, dentro dos autos do processo, da existência de previsão orçamentária para promover o ressarcimento dos danos materiais ao Interessado.

II – seja verificada a existência de lei, na forma do art. 10 da Lei nº 3435/2014, que deve contemplar, inclusive, menção expressa sobre a possibilidade de compensação entre o valor ora cobrado e eventuais débitos fiscais ou extra fiscais que o Interessado tenha com o Erário Público Municipal.

III – a intimação do Interessado acerca do resultado final do processo.

Publique-se.

Cumpra-se, observando-se, no que couber, as disposições do §2º do artigo 58 da LOM.

São Bento do Sul, 19 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**DECISAO PROCESSO ADM N° 7653/2016**

Publicação N° 2638040

**DECISÃO**

Processo Administrativo nº 7653/2016

Interessado: GFB Grupo Franco Brasileiro de Comércio e Exportação de Móveis LTDA

Origem: Comissão Permanente de Ressarcimento de Danos Materiais

Diante da decisão proferida pela Comissão, além do resumo fático acima narrado, bem como pela análise perene do conjunto probatório que consta no processo ora estudado, HOMOLOGO a decisão, pelo DEFERIMENTO do pedido, na forma do § 1º do art. 6º da Lei nº 3435/2014, e determino a intimação do requerente acerca do resultado final do processo, inclusive dando ciência da Ata de Análise e Decisão.

Publique-se, observando-se a regra disposta § 2º do art. 58 da Lei Orgânica Municipal.

Cumpra-se.

São Bento do Sul, 14 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

**DECISAO PROCESSO ADM N° 9852/2017**

Publicação N° 2638032

**DECISÃO**

Processo Administrativo nº 9852/2017

Interessado: Paulo Marcelo Paes

Origem: Comissão Permanente de Ressarcimento de Danos Materiais.

Diante da decisão proferida pela Comissão, além do resumo fático acima narrado, bem como pela análise perene do conjunto probatório que consta no processo ora estudado, HOMOLOGO a decisão, pelo DEFERIMENTO do pedido, na forma do § 1º do art. 6º da Lei nº 3435/2014, e determino:

I – a atualização do valor devido e a certificação, dentro dos autos do processo, da existência de previsão orçamentária para promover o

ressarcimento dos danos materiais ao Interessado.

II – seja verificada a existência de lei, na forma do art. 10 da Lei nº 3435/2014, que deve contemplar, inclusive, menção expressa sobre a possibilidade de compensação entre o valor ora cobrado e eventuais débitos fiscais ou extra fiscais que o Interessado tenha com o Erário Público Municipal.

III – a intimação do Interessado acerca do resultado final do processo.

Publique-se.

Cumpra-se, observando-se, no que couber, as disposições do §2º do artigo 58 da LOM.

São Bento do Sul, 17 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## **DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 9336/2018**

Publicação Nº 2638772

### **DECISÃO**

Processo nº 9336/2018  
Interessada: Secretaria de Administração

Considerando o que tudo mais consta dos presentes autos, em especial as razões do relatório final da Comissão Processante, o qual adoto no todo como as próprias razões de minha decisão, DECIDO:

I - Aplicar à servidora V. J. H., investida no cargo público de provimento efetivo de Nutricionista, matrícula funcional sob nº 39.343, a pena de advertência, diante da infração disciplinar disposta no inciso XII do art. 131 da Lei nº 228/2001, com fundamento no artigo 140 da Lei Municipal nº 228/2001.

II - Comunique-se a Secretaria Municipal de Administração para que adote as providências cabíveis.

Intime-se a servidora sobre o resultado do PAD.

Publique-se.

São Bento do Sul, 04 de agosto de 2020.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## **DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2411/2020**

Publicação Nº 2638033

DECISÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2411/2020

### **I – DOS FATOS**

Foi instaurado o processo administrativo supra para apurar notícias que a empresa ROSMAR DE SOUZA & CIA LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 26.616.959/0001-40, cometeu diversas irregularidades, no caso em tela, acerca dos contratos nº 102/2019, 168/2019 e 169/2019, destacamos: atrasos na execução e instalação de materiais diferentes dos especificados e com qualidade inferior, atrasos no pagamento dos encarregados pelas obras, a não regularização fiscal durante a vigência dos contratos, entre outras.

No dia 24 de março de 2020, a SECAD determinou a abertura de processo administrativo por não cumprimento das obrigações assumidas pela empresa contratada, conforme os fatos supracitados e toda a documentação dos autos. Destacamos que é farta a instrução dos autos, em especial o relatório elaborado pela fiscal do contrato, que aponta inúmeras irregularidades, conforme fls. 02 a 31 do conjunto probatório. No dia 15 de abril de 2020, tempestivamente, a empresa notificada apresentou defesa acerca dos fatos relatados. Alega, em apertada síntese que: i) corrigiu os problemas relativos as calhas, condutores e colarinhos de aluzineo e que sempre cumpriu com suas obrigações; ii) que sempre pagou os seus funcionários e que atrasos de fornecedores e substituição de materiais não foram o principal motivo do atraso nas obras; iii) quanto ao funcionário acusado de assédio sexual, informa que afastou o funcionário das obras de São Bento do Sul, iv) que está ciente do atraso na obra da PEM Cantinho do Céu, iniciada em dezembro e que, segundo a empresa, em 17/02/2020 não foi concluída em razão da rescisão contratual; v) que regularizou seus débitos junto à Receita Federal, porém, o Município exigiu a CND como forma de comprovação.

Em 15 de abril de 2020, a defesa apresentada foi encaminhada a fiscal do contrato, para que avaliasse as questões levantadas.

Em seu parecer, a fiscal do contrato em apertada síntese refuta as justificativas apresentadas pela contratada, reforçando que a empresa

não cumpriu com suas obrigações contratuais, destacando que o engenheiro responsável da empresa nunca esteve na cidade, que houve atrasos na entrega e colocação de materiais básicos, o que foi fator determinante para a celebração de aditivos contratuais de prazo, e quanto à PEM Cantinho do Céu, o fiscal alega que a obra, em especial a cobertura, foi mal feita, que as goivas não foram devidamente fixadas nas telhas e acabaram voando e causando prejuízo ao prédio. Sustenta, quanto à questão da PEM Cantinho do Céu, que se a obra estivesse de fato 100% concluída, como alega a recorrente, as peças deveriam estar bem fixadas.

É o relatório.

## II – FUNDAMENTAÇÃO

Conforme se denota, as condutas da empresa Rosmar de Souza & Cia Ltda afrontam as cláusulas do Edital de Tomada de Preços 100/2019 e 159/2019 e a cláusula terceira – das obrigações da contratada, dos contratos nº 102/2019, 168/2019 e 169/2019, e se encontram em total afronta as normas legais, especialmente a lei 8.666/93, que assim dispõe:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial.

(...)

Art. 70. O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. O relatório elaborado de forma primordial pelo fiscal do contrato, não deixa dúvidas quanto ao péssimo serviço prestado à Secretaria de Educação.

A notificada ao se manifestar acerca das irregularidades narradas não trouxe qualquer elemento probatório para corroborar com sua defesa, além de mal fadadas justificativas.

É inadmissível, porquanto quem contrata com a Coisa Pública e, mais ainda, com área tão sensível quanto à educação, deve ter muito claro que atrasos e inexecuções podem acarretar inúmeros transtornos, o que efetivamente aconteceu. Os alunos e professores da PEM Cantinho do Céu precisaram sair do seu espaço de aprendizagem e se mudar para outra unidade escolar, que adaptou sua estrutura para receber os alunos. O transtorno causado foi extremamente grave e alterou significativamente a rotina de pais, alunos e professores.

Nos causa perplexidade as condutas da empresa notificada. Uma breve análise dos documentos anexados pelo fiscal do contrato são suficientes para atestar o descaso da empresa com a Secretaria Municipal de Educação.

Ademais, repise-se, não pode o Município de São Bento do Sul pagar pela ineficiência da contratada, eis que ao participar da licitação, assumiu a responsabilidade de obedecer aos prazos e regras dispostos no edital.

Passa-se da hora de que se entenda que quem contrata com a Administração Pública contrata com o Dinheiro Público e, bem por isso, não se pode falar em serviço razoável, mas em excelência, uma vez que a “conta” é paga pela população.

Nesse ponto, o parecer da Advocacia Geral da União é extremamente didático e esclarecedor:

“Essa possibilidade está lastreada na supremacia do interesse público, que confere um conjunto de prerrogativas à Administração, inclusive, o poder de aplicar sanções, motivada pela inexecução total ou parcial do ajuste. Por outro lado, é com base no princípio da indisponibilidade do interesse público que a Administração tem o dever de aplicar sanções às contratadas, sempre que diante de infrações contratuais ou descumprimento às regras que causem repercussão jurídica na órbita administrativa, não sendo possível relevá-las por mera conveniência e oportunidade”.

Acerca dessa matéria, a Jurisprudência catarinense possui importantes precedentes:

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA FORNECIMENTO DE BOTES INFLÁVEIS À POLÍCIA MILITAR. PRODUTOS NÃO ENTREGUES PELA CONTRATADA. TRANSCURSO DE MAIS DE CINCO MESES DO FIM DO PRAZO PREVISTO. RESCISÃO UNILATERAL DECLARADA PELA ADMINISTRAÇÃO, COM IMPOSIÇÃO DE SANÇÃO: PROIBIÇÃO DE PARTICIPAR DE LICITAÇÃO POR DOIS ANOS E MULTA COMPENSATÓRIA DE 20% (VINTE POR CENTO), CALCULADA SOBRE O VALOR DO CONTRATO. POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA RESGUARDADOS. REJEIÇÃO DA ALEGADA FORÇA MAIOR E TEORIA DA IMPREVISÃO. EMPRESA CONTRATADA QUE DEVERIA ESTAR PREPARADA PARA ATENDER O OBJETO DA LICITAÇÃO. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. A empresa vitoriosa em processo licitatório deve estar preparada para cumprir a proposta nos exatos termos em que foi lançada. Se assim não o faz, deixando de adotar as providências mais elementares para assegurar o fornecimento dos bens pretendidos pelo Poder Público, apresenta-se correta a rescisão unilateral do contrato, com a imposição de multa e suspensão do direito de licitar com a Administração, o que se fez em estrita observância ao devido processo legal. (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2005.029265-3, da Capital, rel. Des. Jânio Machado, j. 24-01-2008). (grifo nosso)

Outrossim, conforme os artigos 87 e 88, da Lei federal nº 8.666/93, está concretizada a obrigação da Administração em aplicar as sanções administrativas necessárias em casos de inexecução contratual, com assim se expõe:

"(...)Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (grifo nosso).

## III – DECISÃO

Da análise dos documentos e fatos acostados aos autos do processo administrativo 2411/2020, resta diáfano que a Secretaria de Educação está devidamente amparado sob todos os aspectos legais e editalícios, para poder aplicar as sanções retrocitadas, tanto no sentido de reaver ao menos parte dos prejuízos indiretos aos cofres públicos, quanto para servir de demonstração de capacidade para exigir de seus contratados o cumprimento adequado dos contratos administrativos, provenientes de processos licitatórios, não podendo, jamais, ser

indiferente e compassivo com práticas irresponsáveis e inconsequentes para com a res publica.

Pelos motivos ensejadores da gravidade dos fatos referenciados, relatados e diligenciados nos autos do processo Administrativo, caracterizando inadimplemento por parte da empresa contratada, determino em relação à empresa Rosmar de Souza & Cia. Ltda, inscrita sob o CNPJ nº 26.616.959/40, por reiterados descumprimentos contratuais, a aplicação de:

- a) Conforme a cláusula décima primeira, art. 2º, inc. V dos contratos nº 168/2019 e 169/2019 e o art. 87, inc. III da Lei 8.666/93, a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos;
- b) Conforme a cláusula décima primeira, art. 2º, inc. II do contrato nº 168/2019 e o art. 87, inc. II da Lei 8.666/93, multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, pela inexecução parcial do contrato, totalizando a cifra de R\$ 8.806,70 (oito mil, oitocentos e seis reais e setenta centavos);
- c) Conforme a cláusula décima primeira, art. 2º, inc. II do contrato nº 169/2019 e o art. 87, inc. II da Lei 8.666/93, multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, pela inexecução parcial do contrato, totalizando a cifra de R\$ 3.050,46 (três mil, cinquenta reais e quarenta e seis centavos);
- d) Segundo o fiscal do contrato, existem saldos à pagar de R\$ 23.222,50, sendo R\$ 5.731,54 do contrato nº 168/2019 e R\$ 17.490,96 do contrato nº 169/2019. Quanto à esses valores, solicito à SEMED que proceda o regular pagamento, devendo o valor das multas aplicadas nos itens 'b' e 'c' dessa decisão ser descontado do pagamento que a contratada faz jus. Quanto ao valor de R\$ 9.111,31, referente à obra executada no contrato nº 169/2019, não cabe a Administração realizar seu pagamento, visto que a contratada não acatou a orientação para não efetuar o serviço sem o devido termo aditivo.

As sanções aplicadas deverão ser objeto de registro na ficha de registro cadastral da empresa, e ser levada a efeito sua publicação na Diário Oficial do Município, bem assim comunicada à penalizada, para que, caso queira, e que não alegue ausência do exercício de direito ao contraditório, apresente as contraprovas em sua defesa, com relação as citações retrocitadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, desta notificação recebida, com base no art. 87, § 3º de Lei federal nº 8.666/93 e demais alterações posteriores.

Publique-se.

Intime-se.

Registre-se.

São Bento do Sul/SC, 09 de setembro de 2020.

Margareth Bayerl Keiser

Secretária de Administração

## EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2020

Publicação Nº 2638250

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2020

OBJETO: Aquisição de Álcool etílico e Álcool em gel, ambos a 70%, para que os técnicos atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possam utilizar com a finalidade de prevenir a si e aos demais usuários da política do SUAS. Estes itens serão dispostos nos diversos locais com atendimento ao público e nos diversos equipamentos do SUAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, e assim buscar evitar a contaminação com a COVID-19, e pelo fato da Secretaria Municipal de Assistência Social possuir grandes atendimentos indispensáveis para a continuação e o bem da população de São Bento do Sul, tende a realizar atendimentos indispensavelmente presenciais, principalmente para com aquelas pessoas com baixa vulnerabilidade social, conforme Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020, altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 em conversão da Medida Provisória nº 926, de 2020.

CONTRATADO: Papelaria São Bento Ltda.

VALOR TOTAL: R\$ 540,00.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2020.

Fabia Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária de Assistência Social

## EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 172/2020

Publicação Nº 2638266

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 172/2020

OBJETO: Aquisição de Máscara cirúrgica tripla com elástico descartável, para que os técnicos atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possam utilizar com a finalidade de prevenir a si e aos demais usuários da política do SUAS. Estes itens serão dispostos nos diversos locais com atendimento ao público e nos diversos equipamentos do SUAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, e assim buscar evitar a contaminação com a COVID-19, e pelo fato da Secretaria Municipal de Assistência Social possuir grandes atendimentos indispensáveis para a continuação e o bem da população de São Bento do Sul, tende a realizar atendimentos indispensavelmente presenciais, principalmente para com aquelas pessoas com baixa vulnerabilidade social, conforme Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020, altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 em conversão da Medida Provisória nº 926, de 2020..

CONTRATADO: Farmácia e Drogaria Nissei S.A.

VALOR TOTAL: R\$ 1.198,00.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2020.

Fabia Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária de Assistência Social

**EXTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 176/2020**

Publicação N° 2638711

**EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO  
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 176/2020**

**OBJETO:** Aquisição de Proteção de Mesa em Acrílico Cristal para o atendimento ao público nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS Vereadora Rita Maria Dums, CRAS Centenário e CRAS Serra Alta) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CRE-AS), que estão em contato com a população, para assim evitar a contaminação com o COVID-19, conforme Lei n° 14.035, de 11 de agosto de 2020, altera a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 em conversão da Medida Provisória n° 926, de 2020.

**CONTRATADO:** São Bento Decorações Eireli.

**VALOR TOTAL:** R\$ 5.640,00

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020.

Fabia Alessandra Mengarda Belarmino – Secretária de Assistência Social

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 182/2020**

Publicação N° 2638705

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 182/2020**

**DA ESPÉCIE:** Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de n° 059/2020, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP, em 25 de março de 2020, conforme Dispensa de Licitação n° 57/2020, tendo em vista a Rescisão Contratual com a 1ª Colocada no Edital de Tomada de Preços n° 159/2019.

Considerando o objeto do Contrato n° 059/2020, que constitui na contratação de empresa para fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias para a reforma da cobertura, pintura externa e ampliação da PEM Cantinho do Céu, situado na Rua Moema n° 469, Bairro Cruzeiro, São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao Edital de Tomada de Preços n° 159/2019, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando que quando da retirada total dos forros de madeira da unidade foi verificada a extrema necessidade em se refazer a parte elétrica, visto que a fiação existente estava bastante deteriorada, velha e obsoleta, podendo acarretar riscos futuros à edificação.

Considerando também a necessidade de incluir a colocação de piso vinílico em uma área maior à prevista inicialmente no projeto, visto que o piso parquet de madeira existente no local foi bastante danificado pela chuva durante o período em que a obra ficou parada, dado o encerramento do contrato com a primeira colocada com abertura de Processo Administrativo para sanções e elaboração de novo contrato e autorização de continuidade da obra com a segunda colocada no Edital de Tomada de Preços n° 159/2019, e também a necessidade de ajustes referentes a serviços previstos em projeto e não executados.

Diante do exposto, se faz necessário aditar e suprimir o referido contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei n° 8.666/93, conforme abaixo:

Fica aditivado no Contrato o valor total de R\$ 35.897,20 (trinta e cinco mil oitocentos e noventa e sete reais e vinte centavos) conforme os itens abaixo, para pagamentos conforme contrato original:

Aditivo - Reforma com Ampliação da PEM Cantinho do Céu					
Item	Serviços	Unid.	Qtidade	Custo Unit.	Custo Total
1.	SERVIÇOS PRELIMINARES				
1.9	Retirada de piso parquet	m²	29,95	R\$ 2,98	R\$ 89,25
	Total do Grupo				R\$ 89,25
6.	ACABAMENTOS				
6.16	Piso vinílico colado - instalado e com regularização capa fina	m²	83,07	R\$ 168,56	R\$ 14.002,45
6.17	Contrapiso em concreto armado	m²	83,07	R\$ 25,93	R\$ 2.154,01
6.18	Rodapé em madeira - altura 7 cm	m	56,00	R\$ 15,19	R\$ 850,36
6.19	Recomposição de vidros quebrados	m²	4,00	R\$ 112,50	R\$ 450,00
	Total do Grupo				R\$ 17.456,82
9.	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
9.2	Pontos de tomada e interruptor - completos	pt	91,00	R\$ 67,43	R\$ 6.136,13
9.9	Quadro de distribuição de energia - secretaria (inclusas adequações do quadro de energia antigo)	un.	1,00	R\$ 380,00	R\$ 380,00

9.10	Eletricista (adequações, retirada de cabeamentos antigos e eliminação de pontos)	h	72,00	R\$ 12,50	R\$ 900,00
9.11	Rasgos em alvenaria para novos pontos de iluminação e tomadas nas áreas existentes	m	225,00	R\$ 11,00	R\$ 2.475,00
9.12	Luminária tipo calha, de sobrepor, para lâmpadas tubulares de LED 22 W (2 x 22W) corpo em chapa de aço pintado em branco, incluindo lâmpadas 6500K, tensão 90-240V, fluxo luminoso maior ou igual a 1600 lm	un.	50,00	R\$ 90,00	R\$ 4.500,00
9.13	Cabo de cobre flexível isolado, 1,5 mm², anti-chama 450/750 V	m	800,00	R\$ 1,90	R\$ 1.520,00
9.14	Cabo de cobre flexível isolado, 2,5 mm², anti-chama 450/750 V	m	400,00	R\$ 2,80	R\$ 1.120,00
9.15	Cabo de cobre flexível isolado, 6 mm², anti-chama 450/750 V	m	220,00	R\$ 6,00	R\$ 1.320,00
	Total do Grupo				R\$ 18.351,13
Total Geral					R\$ 35.897,20

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 12.296,74 (doze mil duzentos e noventa e seis reais e setenta e quatro centavos) conforme os itens abaixo:

Supressão - Reforma com Ampliação da PEM Cantinho do Céu					
Item	Serviços	Unid.	Qdade	Custo Unit.	Custo Total
6.	ACABAMENTOS				
6.11	Piso vinílico em manta com rodapés - contemplando regularização	m²	53,12	R\$ 101,68	R\$ 5.401,24
	Total do Grupo				R\$ 5.401,24
9.	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				
9.5	Luminária de sobrepor para lâmpadas tubulares de LED T8 2x22W, refletor e aletas parabólica em alumínio brilhante, corpo em chapa de aço pintado em branco, incluindo lâmpadas 6500K, tensão 90-240V, fluxo luminoso maior ou igual a 1600 lm	unid	50,00	R\$ 137,91	R\$ 6.895,50
	Total do Grupo				R\$ 6.895,50
Total Geral					R\$ 12.296,74

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 25 de março de 2020 e Termo Aditivo nº 152/2020 de 05 de agosto de 2020, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 31 de agosto de 2020.

Ass: NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, pela Secretaria de Educação do Município.

LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP, como Contratada.

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 183/2020**

Publicação Nº 2638708

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 183/2020**

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 103/2020, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP, em 02 de junho de 2020, conforme Dispensa de Licitação nº 82/2020, tendo em vista a Rescisão Contratual com a 1ª Colocada no Edital de Tomada de Preços nº 159/2019.

Considerando o objeto do Contrato nº 103/2020, que constitui na contratação de empresa para fornecimento de materiais, mão de obra e demais obrigações necessárias para a reforma do Depósito de Alimentação Escolar no Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper, situado à Rua Benjamin Constant, nº 120, Bairro Centro, São Bento do Sul/SC, conforme memorial descritivo e projetos em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 159/2019 e Dispensa de Licitação nº 082/2020, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

Considerando que durante a execução da obra do Depósito de Alimentação Escolar foi verificada a necessidade da realização de alguns serviços não previstos em projeto inicial, tais como a aplicação de mais demãos de tinta em alguns locais para cobrir de forma ideal algumas superfícies e também referente à parte hidro sanitária, visto não existir fossa séptica no local, como se previa antes do início da obra. Considerando também a necessidade de ajustes de serviços não realizados, se faz necessário aditar e suprimir o referido contrato, com base no Art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93, conforme abaixo:

Fica aditivado no Contrato o valor total de R\$ 7.334,90 (sete mil trezentos e trinta e quatro reais e noventa centavos) conforme os itens abaixo, para pagamentos conforme contrato original:

Aditivo - Reforma Depósito SEMED Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper					
Item	Serviços	Unid.	Qdade	Custo Unitário	Custo Total
1.	FECHAMENTOS E REVESTIMENTOS				
1.1	Alvenaria em bloco cerâmico (área da rampa de carga e descarga)	m²	6,30	R\$ 38,33	R\$ 241,48
1.2	Chapisco (área da rampa de carga e descarga)	m²	6,30	R\$ 2,97	R\$ 18,71
1.3	Reboco (área da rampa de carga e descarga)	m²	6,30	R\$ 15,65	R\$ 98,60
	Total do Grupo				R\$ 358,79
2.	ACABAMENTOS				
2.1	Pintura Acrílica - externa (fachadas)	m²	236,31	R\$ 11,02	R\$ 2.604,10
2.2	Pintura esmalte - esquadrias (portão dos fundos)	m²	7,88	R\$ 18,00	R\$ 141,75
2.3	Pintura do madeiramento do telhado existente	m²	70,60	R\$ 11,02	R\$ 778,01
	Total do Grupo				R\$ 3.523,86
3.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
3.1	Recomposição das calçadas	m²	20,43	R\$ 30,00	R\$ 612,90
3.2	Readequação do portão dos fundos	Unid.	250,00	R\$ 1,00	R\$ 250,00
3.3	Reforço do portão principal	Unid.	250,00	R\$ 1,00	R\$ 200,00
3.4	Placas de concreto pré-moldadas 0,90x0,45x0,03 m p/ fechamento de canaleta no piso	Unid.	8,00	R\$ 60,00	R\$ 480,00
	Total do Grupo				R\$ 1.542,90
4.	INSTALAÇÕES HIDROSSANITÁRIAS				
4.1	Fossa séptica cilíndrica com tampa e filtro anaeróbio cilíndrico em concreto pré moldado - fornecimento e instalação	Unid.	1,00	R\$ 1.909,35	R\$ 1.909,35
	Total do Grupo				R\$ 1.909,35
Total Geral					R\$ 7.334,90

Fica suprimido do Contrato o valor total de R\$ 206,61 (duzentos e seis reais e sessenta e um centavos) conforme os itens abaixo:

Supressão - Reforma Depósito SEMED Centro Administrativo Leopoldo Zschoerper					
Item	Serviços	Unid.	Qdade	Custo Unitário	Custo Total
3.	ESQUADRIAS				
3.1	Puxador horizontal em inox 40 cm - sanitário acessível	Unid.	1,00	R\$ 66,00	R\$ 66,00
	Total do Grupo				R\$ 66,00
4.	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				
4.1	Corrimão duplo em tubo aço galvanizado e pintura epóxi - fornecimento e instalação - conf. NBR 9050/2015	m	1,50	R\$ 93,74	R\$ 140,61
	Total do Grupo				R\$ 140,61
Total Geral					R\$ 206,61

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato Primitivo, firmado em 02 de junho de 2020 permanecem inalteradas. São Bento do Sul, 31 de agosto de 2020.

Ass: NOELI REGINA NOVAK DOS SANTOS, pela Secretaria de Educação do Município.  
LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP, como Contratada.

## TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N 176/2020

Publicação Nº 2638712

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 176/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15521/2020

### 1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020:

Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020, altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Artigo 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 14.035 de 11 de agosto de 2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as aquisições ou contratações realizadas com base nesta Lei serão disponibilizadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da realização do ato, em site oficial específico na internet, observados, no que couber, os requisitos previstos no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, com o nome do contratado, o número de sua inscrição na Secretaria da Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição ou contratação.

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993:

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Artigo 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência em todo o território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19.

Artigo 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020:

Art. 1º Fica decretada a situação de emergência no âmbito do Município de São Bento do Sul, para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2/Covid 19.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:  
[...]

II – nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal n 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;

## 2. DO OBJETO

Aquisição de proteção de mesas de atendimento ao público nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS Vereadora Rita Maria Dums, CRAS Serra alta e CRAS Centenário) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que estão em contato com a população, para assim evitar a contaminação com o COVID-19, e pelo fato da Secretaria Municipal de Assistência Social possuir grandes atendimentos indispensáveis para a continuação e o bem da população de São Bento do Sul, tende a realizar atendimentos indispensavelmente presenciais, principalmente para com aquelas pessoas com baixa vulnerabilidade social. Ressalta-se que estão sendo evitado ao máximo estes atendimentos presenciais, sendo substituídos por atendimentos via telefone, mas nem toda a população é alcançada nesta dinâmica. Serão adquiridas conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
PROTEÇÃO PARA MESA EM ACRÍLICO CRISTAL 4MM 1.200X900.	12	R\$ 470,00	R\$ 5.640,00

## 3. DA CONTRATADA

Os materiais listados no item OBJETO deste termo, será entregue pela empresa SAO BENTO DECORACOES EIRELI – ME, inscrita no CNPJ 28.474.756/0001-91, situada na Avenida Argolo, 04, sala 44, Bairro Centro, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.280-064.

## 4. DO VALOR

A presente aquisição se dará conforme a tabela descrita no item 2 (DO OBJETO), totalizando R\$ 5.640,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta reais).

## 5. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante fornecimento da mercadoria e emissão da nota fiscal (paga em ordem cronológica).

## 6. DA JUSTIFICATIVA

A aquisição de proteção de mesas de atendimento ao público nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS Vereadora Rita Maria Dums, CRAS Serra Alta e CRAS Centenário) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que estão em contato com a população, se faz necessário para evitar a contaminação com o COVID-19 por parte dos servidores, pelo fato da Secretaria Municipal de Assistência Social possuir grandes atendimentos indispensáveis para a continuação e o bem da população de São Bento do Sul, tende a realizar atendimentos indispensavelmente presenciais, principalmente para com aquelas pessoas com baixa vulnerabilidade social. Ressalta-se que estão sendo evitado ao máximo estes atendimentos presenciais, sendo substituídos por atendimentos via telefone, mas nem toda a população é alcançada nesta dinâmica.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020.

Fábia Alessandra Mengarda Belarmino  
Secretária de Assistência Social  
Secretária Municipal de Assistência Social

## TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2020

Publicação Nº 2638255

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15235/2020

### 1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020:

Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020, altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Artigo 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 14.035 de 11 de agosto de 2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as aquisições ou contratações realizadas com base nesta Lei serão disponibilizadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da realização do ato, em site oficial específico na internet, observados, no que couber, os requisitos previstos no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, com o nome do contratado, o número de sua inscrição na Secretaria da Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição ou contratação.

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993:

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Artigo 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência em todo o território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19.

Artigo 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020:

Art. 1º Fica decretada a situação de emergência no âmbito do Município de São Bento do Sul, para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2/Covid 19.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:

[...]

II – nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;

## 2. DO OBJETO

Aquisição de Álcool etílico e Álcool em Gel, para que os técnicos atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possam utilizar com a finalidade de prevenir a si e aos demais usuários da política do SUAS. Estes itens serão disponibilizados aos técnicos dos diversos equipamentos do SUAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, e assim buscar evitar a proliferação e contaminação com a COVID-19, e pelo fato da Secretaria Municipal de Assistência Social possuir grandes atendimentos indispensáveis para a continuação e o bem da população de São Bento do Sul, tende a realizar atendimentos indispensavelmente presenciais, principalmente para com aquelas pessoas com baixa vulnerabilidade social. Ressalta-se que estão sendo evitado ao máximo estes atendimentos presenciais, sendo substituídos por atendimentos via telefone, mas nem toda a população é alcançada nesta dinâmica. Serão adquiridas conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Álcool (Álcool etílico hidratado – concentração 70% INPM. Frasco de 01 litro)	50	R\$ 5,30	R\$ 265,00
Álcool em gel (álcool etílico hidratado, Tipo: Gel sanitizante, Concentração 70 % INPM, Neutralizante, Espessante, com registro no Ministério da Saúde, Frasco com 500 ml)	50	R\$ 5,50	R\$ 275,00

## 3. DA CONTRATADA

Os materiais listados no item OBJETO deste termo, será entregue pela empresa Papelaria São Bento LTDA – ME, inscrita no CNPJ 07.634.816/0001-16, situada na Rua Estrada Cruzeiro, 386, bairro Cruzeiro, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.286-370.

## 4. DO VALOR

A presente aquisição se dará conforme a tabela descrita no item 2 (DO OBJETO), totalizando R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais).

## 5. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante fornecimento da mercadoria e emissão da nota fiscal (paga em ordem cronológica).

## 6. DA JUSTIFICATIVA

Aquisição de Álcool etílico e Álcool em Gel, para que os técnicos atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possam utilizar com a finalidade de prevenir a si e aos demais usuários da política do SUAS. Estes itens serão disponibilizados aos técnicos dos diversos equipamentos do SUAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, e assim buscar evitar a proliferação e contaminação com a COVID-19, e pelo fato da Secretaria Municipal de Assistência Social possuir grandes atendimentos indispensáveis para a continuação e o bem da população de São Bento do Sul, tende a realizar atendimentos indispensavelmente presenciais, principalmente para com aquelas pessoas com baixa vulnerabilidade social. Ressalta-se que estão sendo evitado ao máximo estes atendimentos presenciais, sendo substituídos por atendimentos via telefone, mas nem toda a população é alcançada nesta dinâmica.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2020.

Fábila Alessandra Mengarda Belarmino  
Secretária Municipal de Assistência Social

## **TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 172/2020**

Publicação Nº 2638268

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 172/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15236/2020

### **1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020:

Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020, altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

Artigo 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 14.035 de 11 de agosto de 2020:

Art. 4º É dispensável a licitação para aquisição ou contratação de bens, serviços, inclusive de engenharia, e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional de que trata esta Lei.

§ 1º A dispensa de licitação a que se refere o caput deste artigo é temporária e aplica-se apenas enquanto perdurar a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.

§ 2º Todas as aquisições ou contratações realizadas com base nesta Lei serão disponibilizadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contado da realização do ato, em site oficial específico na internet, observados, no que couber, os requisitos previstos no § 3º do art. 8º da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, com o nome do contratado, o número de sua inscrição na Secretaria da Receita Federal do Brasil, o prazo contratual, o valor e o respectivo processo de aquisição ou contratação.

Artigo 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993:

IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

Artigo 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020:

Art. 1º Fica declarada situação de emergência em todo o território estadual para fins de prevenção e combate à epidemia do COVID-19.  
Artigo 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020:

Art. 1º Fica decretada a situação de emergência no âmbito do Município de São Bento do Sul, para o enfrentamento da pandemia ocasionada pelo coronavírus Sars-Cov-2/Covid 19.

Art. 2º Para o enfrentamento da situação de emergência ora declarada, ficam estabelecidas as seguintes medidas:  
[...]

II – nos termos do art. 24, IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, fica autorizada a dispensa de licitação para aquisição de bens e serviços destinados ao enfrentamento da emergência;

### **2. DO OBJETO**

Aquisição de Máscara Cirúrgica Tripla com elástico descartável (EPI's – Equipamentos de Proteção Individual) para que os técnicos atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possam utilizar com a finalidade de prevenir a si e aos demais usuários da política do SUAS. Estes itens serão disponibilizados aos técnicos dos diversos equipamentos do SUAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, e assim buscar evitar a proliferação e contaminação com a COVID-19, e pelo fato da Secretaria Municipal de Assistência Social possuir grandes

atendimentos indispensáveis para a continuação e o bem da população de São Bento do Sul, tende a realizar atendimentos indispensavelmente presenciais, principalmente para com aquelas pessoas com baixa vulnerabilidade social. Ressalta-se que estão sendo evitado ao máximo estes atendimentos presenciais, sendo substituídos por atendimentos via telefone, mas nem toda a população é alcançada nesta dinâmica. Serão adquiridas conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Máscara Cirúrgica Tripla com elástico descartável – Com 50 unid	1000	R\$ 1,198	R\$ 1.198,00

### 3. DA CONTRATADA

Os materiais listados no item OBJETO deste termo, será entregue pela empresa FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S/A, inscrita no CNPJ 79.430.682/0215-53, situada na Avenida Argolo, 177, bairro Centro, na cidade de São Bento do Sul – SC, CEP 89.280-061.

### 4. DO VALOR

A presente aquisição se dará conforme a tabela descrita no item 2 (DO OBJETO), totalizando R\$ 1.198,00 (hum mil, cento e noventa e oito reais).

### 5. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante fornecimento da mercadoria e emissão da nota fiscal (paga em ordem cronológica).

### 6. DA JUSTIFICATIVA

Aquisição de Máscara Cirúrgica Tripla com elástico descartável (EPI's – Equipamentos de Proteção Individual) para que os técnicos atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possam utilizar com a finalidade de prevenir a si e aos demais usuários da política do SUAS. Estes itens serão disponibilizados aos técnicos dos diversos equipamentos do SUAS da Secretaria Municipal de Assistência Social, e assim buscar evitar a proliferação e contaminação com a COVID-19, e pelo fato da Secretaria Municipal de Assistência Social possuir grandes atendimentos indispensáveis para a continuação e o bem da população de São Bento do Sul, tende a realizar atendimentos indispensavelmente presenciais, principalmente para com aquelas pessoas com baixa vulnerabilidade social. Ressalta-se que estão sendo evitado ao máximo estes atendimentos presenciais, sendo substituídos por atendimentos via telefone, mas nem toda a população é alcançada nesta dinâmica.

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2020.

Fábia Alessandra Mengarda Belarmino  
Secretária Municipal de Assistência Social

## TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2020

Publicação Nº 2638260

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 171/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15235/2020

### RATIFICAÇÃO

Em virtude das justificativas e fundamentações apresentadas no Termo de Dispensa de Licitação em epígrafe, por este ato resolvo:

1. Declarar e Ratificar a dispensa de procedimento licitatório, nos termos da Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, do art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 14.035 de 11 de agosto de 2020, do art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, do art. 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020 e alterações posteriores e do art 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020, para o fornecimento de Álcool etílico e Álcool em Gel para que os técnicos atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possam utilizar com a finalidade de prevenir a si e aos demais usuários da política do SUAS, e assim evitar a propagação do COVID-19.

2. Adjudicar o objeto da Dispensa de Licitação em favor da empresa PAPELARIA SÃO BENTO LTDA – ME, no valor unitário de R\$ 5,30 (cinco reais e trinta centavo) para o álcool etílico de 1 litro e R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) para o álcool em gel, para 50 (cinquenta) unidades de cada, perfazendo o valor global de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais), onde o pagamento será efetuado mediante fornecimento da mercadoria e emissão da nota fiscal (paga em ordem cronológica).

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2020.

Fábia Alessandra Mengarda Belarmino  
Secretária Municipal de Assistência Social

**TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 172/2020**

Publicação Nº 2638274

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 172/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15236/2020

**RATIFICAÇÃO**

Em virtude das justificativas e fundamentações apresentadas no Termo de Dispensa de Licitação em epígrafe, por este ato resolvo:

1. Declarar e Ratificar a dispensa de procedimento licitatório, nos termos da Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, do art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 14.035 de 11 de agosto de 2020, do art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, do art. 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020 e alterações posteriores e do art 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020, para o fornecimento de Máscara Cirúrgica Tripla com elástico descartável (EPI's – Equipamentos de Proteção Individual) para que os técnicos atuantes no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) possam utilizar com a finalidade de prevenir a si e aos demais usuários da política do SUAS, e assim evitar a propagação do COVID-19.

2. Adjudicar o objeto da Dispensa de Licitação em favor da empresa FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S/A, no valor unitário de R\$ 1,198 (hum real, cento e noventa e oito centavos) para 1000 (hum mil) unidades, perfazendo o valor global de R\$ 1.198,00 (hum mil, cento e noventa e oito reais), onde o pagamento será efetuado mediante fornecimento da mercadoria e emissão da nota fiscal (paga em ordem cronológica).

São Bento do Sul, 08 de setembro de 2020.

Fábia Alessandra Mengarda Belarmino  
Secretária Municipal de Assistência Social

**TERMO DE RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 176/2020**

Publicação Nº 2638715

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 176/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 15521/2020

**RATIFICAÇÃO**

Em virtude das justificativas e fundamentações apresentadas no Termo de Dispensa de Licitação em epígrafe, por este ato resolvo:

1. Declarar e Ratificar a dispensa de procedimento licitatório, nos termos da Medida Provisória nº. 926 de 20 de março de 2020, do art. 4º, §§ 1º e 2º da Lei Federal 14.035 de 11 de agosto de 2020, do art. 24, inciso IV da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, do art. 1º do Decreto Estadual de Santa Catarina nº. 515 de 17 de março de 2020 e alterações posteriores e do art 1º e 2º, inc. II, do Decreto Municipal nº. 1723, de 30 de março de 2020, para a aquisição de proteção de mesas de atendimento ao público nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS Vereadora Rita Maria Dums, CRAS Serra Alta e CRAS Centenário) e no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que estão em contato com a população, para assim evitar a contaminação com o COVID-19.

2. Adjudicar o objeto da Dispensa de Licitação em favor da empresa SAO BENTO DECORACOES EIRELI – ME, no valor global de R\$ 5.640,00 (cinco mil, seiscentos e quarenta reais), onde o pagamento será efetuado mediante fornecimento da mercadoria e emissão da nota fiscal (paga em ordem cronológica).

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020.

Fábia Alessandra Mengarda Belarmino  
Secretária Municipal de Assistência Social

**TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 128/2020 - 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 145/2006**

Publicação Nº 2638104

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL  
TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 128/2020 - 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 145/2006

Pelo presente termo, fica RETIFICADO o 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 145/2006, celebrado entre o Município de São Bento do Sul e a empresa Lanchonete 23 de Setembro Ltda, cujo objeto consiste na permissão onerosa de 01 (uma) sala representada por lanchonete-restaurante, dispensa cozinha e demais instalações, com área total de 199,23 m², com vigência de 26 de abril de 2006 a 25 de abril de 2021, com redução do espaço concedido, passando de 199,23 m² para 47,90 m², conforme Termo Aditivo nº 287/2015 de 13 de outubro de 2015, conforme segue:

- Na cláusula 3ª. onde se lê:

"Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 167/2020 conforme anexo, fica suspenso o pagamento do aluguel pela Permissionária durante o período de efetiva suspensão das atividades comerciais referente a bares e restaurantes, de 18 de março de 2020 até 12 de abril de 2020".

Leia-se:

"Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 167/2020 conforme anexo, fica cancelado o pagamento do aluguel pela Permissionária durante o período de efetiva suspensão das atividades comerciais referente a bares e restaurantes, de 18 de março de 2020 até 12 de abril de 2020".

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto mantendo inalteradas as demais cláusulas do 15º Termo de Aditivo Contratual do Contrato nº 145/2006.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020

Magno Bollmann  
Prefeito Municipal

Miriam Regina Schwetler Filipp  
Secretária de Obras e Serviços Urbanos

## **TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 129/2020 - 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 147/2006**

Publicação Nº 2638112

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 129/2020 - 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 147/2006

Pelo presente termo, fica RETIFICADO o 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 147/2006, celebrado entre o Município de São Bento do Sul e a empresa Banca Beti Ltda, cujo objeto consiste na permissão onerosa de 01 (uma) sala no andar térreo destinado a exploração de banca de revistas num total de 26,11 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul – SC, conforme segue:

- Na cláusula 2ª. onde se lê:

"Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 168/2020 conforme anexo, fica suspenso o pagamento do aluguel pela Permissionária durante o período de efetiva suspensão das atividades comerciais referente a bares e restaurantes, de 18 de março de 2020 até 12 de abril de 2020".

Leia-se:

"Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 168/2020 conforme anexo, fica cancelado o pagamento do aluguel pela Permissionária durante o período de efetiva suspensão das atividades comerciais referente a bares e restaurantes, de 18 de março de 2020 até 12 de abril de 2020".

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto mantendo inalteradas as demais cláusulas do 15º Termo de Aditivo Contratual do Contrato nº 147/2006.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020

Magno Bollmann  
Prefeito Municipal

Miriam Regina Schwetler Filipp  
Secretária de Obras e Serviços Urbanos

## **TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 130/2020 - 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 157/2006**

Publicação Nº 2638116

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 130/2020 - 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 157/2006

Pelo presente termo, fica RETIFICADO o 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 157/2006, celebrado entre o Município de São Bento do Sul e a empresa Expresso São Bento Ltda, cujo objeto consiste na permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 11,28 m2, situada junto ao Terminal Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul – SC, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 117/2006 de 02 de maio de 2006., conforme segue:

- Na cláusula 2ª. onde se lê:

"Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 172/2020 conforme anexo, e que os serviços de transporte coletivo intermunicipais continuam suspensos, fica suspenso o pagamento do aluguel pela Permissionária durante o período de 18 de março de

2020 até o retorno das atividades de transporte coletivo intermunicipais a ser definido pelos Governo Estadual e Municipal.

Leia-se:

"Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 172/2020 conforme anexo, e que os serviços de transporte coletivo intermunicipais continuam suspensos, fica cancelado o pagamento do aluguel pela Permissionária durante o período de 18 de março de 2020 até o retorno das atividades de transporte coletivo intermunicipais a ser definido pelos Governo Estadual e Municipal.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto mantendo inalteradas as demais cláusulas do 15º Termo de Aditivo Contratual do Contrato nº 157/2006.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020

Magno Bollmann  
Prefeito Municipal

Miriam Regina Schwetler Filipp  
Secretária de Obras e Serviços Urbanos

## **TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 131/2020 - 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 155/2006**

Publicação Nº 2638121

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

TERMO DE RETIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO 131/2020 - 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 155/2006

Pelo presente termo, fica RETIFICADO o 15º ADITIVO CONTRATUAL DO CONTRATO Nº 155/2006, celebrado entre o Município de São Bento do Sul e a empresa Auto Viação Catarinense Ltda, cujo objeto consiste na permissão onerosa de 01 (uma) sala no pavimento inferior, interna, destinada a venda de passagens rodoviárias, num total de 22,55 m2, situada junto ao Termina Rodoviário de Passageiros de São Bento do Sul – SC, conforme Inexigibilidade de Licitação nº 117/2006 de 02 de maio de 2006, conforme segue:

- Na cláusula 2ª. onde se lê:

"Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 173/2020 conforme anexo, e que os serviços de transporte coletivo intermunicipais continuam suspensos, fica suspenso o pagamento do aluguel pela Permissionária durante o período de 18 de março de 2020 até o retorno das atividades de transporte coletivo intermunicipais a ser definido pelos Governo Estadual e Municipal.

Leia-se:

"Considerando que a solicitação foi deferida conforme Parecer Jurídico nº 173/2020 conforme anexo, e que os serviços de transporte coletivo intermunicipais continuam suspensos, fica cancelado o pagamento do aluguel pela Permissionária durante o período de 18 de março de 2020 até o retorno das atividades de transporte coletivo intermunicipais a ser definido pelos Governo Estadual e Municipal.

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto mantendo inalteradas as demais cláusulas do 15º Termo de Aditivo Contratual do Contrato nº 155/2006.

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020

Magno Bollmann  
Prefeito Municipal

Miriam Regina Schwetler Filipp  
Secretária de Obras e Serviços Urbanos

## **SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**

### **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 55/2020**

Publicação Nº 2638766

Pregão Presencial nº 55/2020  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 55/2020  
MENOR PREÇO POR LOTE.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 24 de setembro de 2020, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de equipamentos, vidrarias, reagentes, padrões, peças de reposição e materiais de consumo para o Laboratório da

ETA do SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

## **AVISO DE LICITAÇÃO Nº 56/2020**

Publicação Nº 2638769

Pregão Presencial nº 56/2020  
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL  
Processo Administrativo Nº 56/2020  
MENOR PREÇO POR LOTE.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 28 de setembro de 2020, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de ferramentas e equipamentos para manutenção eletromecânica e civil das unidades e equipamentos operacionais do sistema de abastecimento de água e Esgotamento Sanitário.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: [www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao](http://www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao)

São Bento do Sul, 10 de setembro de 2020.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM  
Diretor Presidente

# São Bernardino

## PREFEITURA

### LEI Nº 1.318/2020

Publicação Nº 2637951

LEI Nº 1.318/2020 DE 09/09/2020

	AUTORIZA A DOAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, AQUISIÇÃO DE CASAS E O PAGAMENTO DE MÃO-DE-OBRA A FAMÍLIAS CARENTES DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	O Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a adquirir e doar materiais de construção, para construção ou reforma de casas residenciais, adquirir casas fabricadas ou pré-fabricadas novas ou usadas, bem como efetuar o pagamento da mão-de-obra, às famílias consideradas carentes que residam no Município de São Bernardino - SC.

Art. 2º. Para aquisição dos materiais, casas e a mão-de-obra, o valor máximo que poderá ser despendido pelo Município para cada família, não poderá ser superior a R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Art. 3º. Para se beneficiar do Programa criado pela presente Lei, a família deverá preencher os seguintes requisitos:

- a) - Residir no município pelo menos à 01(um) ano.
- b) - Atender os requisitos constantes do estudo sócio-econômico.
- c) - Ter parecer favorável de Assistente Social.

Parágrafo único – A família contemplada não poderá receber novamente o auxílio moradia antes de 05 anos, mas melhorias na moradia existente poderá ser feita a qualquer momento mediante análise técnica por depreciação do material pela Secretaria competente.

Art. 4º. O Executivo Municipal poderá editar normas complementares, visando à aplicação da presente Lei.

Art. 5º. Os recursos para aplicação da presente Lei, correrão por conta do Orçamento vigente em cada exercício.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 149/1999 de 08/09/1999, Lei nº 359/2003 de 27/03/2003, Lei nº 380/2003 de 30/06/2003 e Lei nº 965/2012 de 26/06/2012.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 09 de Setembro de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. Adm. e Fazenda

### LEI Nº 1.319/2020

Publicação Nº 2637956

LEI Nº 1.319/2020 DE 09/09/2020

	ALTERA O PLANO PLURIANUAL 2018/2021 DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Ficam alterados os anexos abaixo relacionados, relativo aos valores, objetivos e metas da Administração Pública Municipal de São Bernardino-SC, constantes no Plano Plurianual para o quadriênio 2.018/2021, aprovado pela Lei Municipal nº 1.205/2017 de 06/09/2017:

- a) Relação detalhada das Receitas Planejadas.

- b) Resumo das Receitas por Fonte de Recurso;  
c) Relação de Despesas Planejadas

Art. 2º - As alterações constantes no anexo supra citado, passa a ter a redação e valores, conforme constam em anexo a presente Lei, ficando as demais despesas inalteradas.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino-SC, aos 09 de Setembro de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. Adm. e Fazenda

## PORTARIA 369/2020

Publicação Nº 2638283

PORTARIA Nº 369/2020 DE 09/09/2020

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997 e artigo 1º, inciso II, do Decreto 127/2020 de 29/04/2020;

### RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Sra. ROSICLER KNOB HORN KRINDGES, ocupante do cargo de Auxiliar técnico em enfermagem, carga horária de 40 horas semanais, matrícula 1368/01, no período de 08/09/2020 a 07/12/2020, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 a 31/05/2016, conforme lei 004/97/ de 06/01/1997.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/09/2020.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 09 de setembro de 2020.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER  
Sec. Adm. e Fazenda

## São Carlos

## PREFEITURA

## EXTRATO CONTRATUAL N. 055/2020 - ADM

Publicação N° 2638451

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 055/2020 - ADM	
Processo Adm. n°:	104/2020 - ADM
Licitação:	Tomada de Preços p/Obras e Sv. de Engenharia n° 015/2020 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHO DA RUA XV DE NOVEMBRO.
Valor ..... :	R\$ 95.627,50 (noventa e cinco mil seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos).
Vigência ..... :	31/10/2020
Recursos ..... :	1.008.4490.00 - 00 - 34/2020 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E PEDRAS IRREGULARES - DOSU.
SÃO CARLOS/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

## EXTRATO CONTRATUAL N. 056/2020 - ADM

Publicação N° 2638452

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 056/2020 - ADM	
Processo Adm. n°:	103/2020 - ADM
Licitação:	Tomada de Preços p/Obras e Sv. de Engenharia n° 014/2020 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	GETELL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM TRECHO DA AV. SANTA CATARINA – PROCESSO SGPe N° SCC 10912/2020.
Valor ..... :	R\$ 305.177,51 (trezentos e cinco mil cento e setenta e sete reais e cinquenta e um centavos).
Vigência ..... :	31/12/2020
Recursos ..... :	1.008.4490.00 - 1079 - 263/2020 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E PEDRAS IRREGULARES - DOSU; 1.008.4490.00 - 00 - 34/2020 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E PEDRAS IRREGULARES - DOSU.
SÃO CARLOS/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**EXTRATO CONTRATUAL N. 057/2020 - ADM**

Publicação Nº 2638453

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2020 - ADM	
Processo Adm. nº:	108/2020 - ADM
Licitação:	Inexigibilidade de Licitação nº 016/2020 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	CONSTRUTORA PORTAL DAS TERMAS EIRELI - ME
Objeto ..... :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES EM TRECHO INICIAL DA RODOVIA EMSC-005.
Valor ..... :	R\$ 154.779,21 (cento e cinquenta e quatro mil setecentos e setenta e nove reais e vinte e um centavos).
Vigência ..... :	31/12/2020
Recursos ..... :	1.008.4490.00 - 00 - 34/2020 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E PEDRAS IRREGULARES – DOSU; 1.008.4490.00 - 176 - 273/2020 - PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E PEDRAS IRREGULARES - DOSU.
SÃO CARLOS/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2020.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

**PORTARIA Nº 0107/2020**

Publicação Nº 2638099

PORTARIA Nº 0107/2020

QUE DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

“RESOLVE”

Ar. 1º - Fica exonerada, á pedido, a senhora CAROLINE DE AZEREDO UES do cargo de Auxiliar Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º - Fica revogada em seu inteiro teor a Portaria nº 075/2015 de 29 de Julho de 2016.

Art. 3º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 10 de Setembro de 2020.

RUDI MIGUEL SANDER  
Prefeito Municipal.

Registre-se e Publique-se.

# São Domingos

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 126/2020 I

Publicação Nº 2637996

No dia 10 de setembro de 2020, às 08:45 horas, a Comissão de Licitações reuniu-se para realização de Sessão Pública de Licitação referente ao Processo Licitatório PREFE n. 126/2020, Modalidade Tomada de Preços n. 014/2020, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA NO DISTRITO DO MARATÁ. Participaram do certame apresentando envelopes de n. 01 e n. 02 as empresas: ALCEMIR FRANCISCO NADALETI EIRELI., CNPJ N. 28.614.001/0001-45, credenciado o Sr. Jorge Lino Barreto, CPF n. 944.403.289-20; CONSTRUTORA SENHORE LTDA., CNPJ N. 07.821.359/0001-79, credenciado o Sr. Fernando Senhore, CPF n. 058.178.759-50. Ambas as licitantes comprovaram sua condição de Microempresa, item n. 5.9 do Edital. Inicialmente, verificou-se a inviolabilidade dos envelopes de n. 01 - Documentos de Habilitação e Envelope n. 02 - Proposta de Preços. Os envelopes foram rubricados pela Presidente e membros da Comissão de Licitações. Realizou-se a abertura do envelope n. 01 - Documentos de Habilitação, sendo que esses foram igualmente rubricados pela Presidente e membros da Comissão. As licitantes cumpriram integralmente com os requisitos editalícios, sendo declaradas HABILITADAS para apresentação da respectiva proposta de preço. Desta feita, fica aberto o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/93, sendo designada pela Comissão de Licitações o dia 18 de setembro de 2020, às 08:30 horas, para a abertura dos envelopes de n. 02. Em caso de interposição de recurso, as participantes serão comunicadas via e-mail, cancelando-se, assim, a data já designada. A presente ata será publicada no Diário Oficial do Municípios. Nada mais.

# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO CONT. 092-2020 CONCESSÃO 064-2020 AB ADMINISTRAÇÃO DE BENS

Publicação Nº 2638205

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO REMUNERADO Nº 092-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL -SC

CONTRATADA: AB ADMINISTRAÇÃO DE BENS NEGOCIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA

PROCESSO LICITATÓRIO: Concorrência nº 064/2020, homologado em 27/07/2020

OBJETO: CONCESSÃO DE USO da área das instalações destinadas à hangaragem de aeronaves com estacionamento das mesmas, no Aeródromo Municipal de São Francisco do Sul/SC, com área de pista regulamentada pela Portaria DECEA Nº 404/ICA, de 05 de julho de 2018 – HANGAR N. 03 CONTENDO 110.352m².

VIGÊNCIA: 05(cinco) anos, a contar da sua assinatura, iniciando-se no dia 03 de Agosto de 2020 e encerrando-se no dia 03 de Agosto de 2025.

VALOR MENSAL: R\$ 6.076,19 (seis mil setenta e seis reais e dezenove centavos).

São Francisco do Sul, 03 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONT. 093-2020 PE. 071-2020 TR FAUSTO E CIA LTDA

Publicação Nº 2638207

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 093-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: T R FAUSTO E CIA LTDA.

PROCESSO: Licitação n.º 071/2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada em Segurança e Medicina do trabalho para elaboração de laudos técnicos (PPRA, PCMSO e LTCAT), ITENS 01, 02 E 03.

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses

VALOR: R\$ 13.999,04 (treze mil novecentos e noventa e nove reais e quatro centavos).

São Francisco do Sul, 04 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

### EXTRATO CONT. 094-2020 PE. 073-2020 CINCA COM. VAREJISTA

Publicação Nº 2638214

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 094-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: CINCA COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE FERRAMENTAS EIRELI – ME.

PROCESSO: Licitação 073-2020

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos para serem utilizados nas instalações existentes no Ginásio da Escola Waldemar da Costa, local onde será montado um Centro de Recuperação do Novo Corona Vírus – COVID-19, itens 2, 3, 4 e 14

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

VALOR: R\$ 1.180,02 (um mil cento e oitenta reais e dois centavos).

São Francisco do Sul, 12 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONT. 095-2020 PE. 073-2020 GR COMÉRCIO EIRELI**

Publicação N° 2638220

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO N° 095-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: GR COMERCIO EIRELI.

PROCESSO: Licitação 073-2020

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos para serem utilizados nas instalações existentes no Ginásio da Escola Waldemar da Costa, local onde será montado um Centro de Recuperação do Novo Corona Vírus – COVID-19, ITEM 06

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

VALOR: R\$ 542,00 (quinhentos e quarenta e dois reais).

São Francisco do Sul, 12 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONT. 096-2020 PE. 073-2020 JOSÉ ARECIO DOS REIS**

Publicação N° 2638223

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO N° 096-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: JOSÉ ARECIO DOS REIS

PROCESSO: Licitação 073-2020

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos para serem utilizados nas instalações existentes no Ginásio da Escola Waldemar da Costa, local onde será montado um Centro de Recuperação do Novo Corona Vírus – COVID-19, ITEM 05, 07 E 13

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias

VALOR: R\$ 899,01 (oitocentos e noventa e nove reais e um centavos).

São Francisco do Sul, 12 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONT. 097-2020 PE. 070-2020 RD NEGÓCIOS DE INFORMÁTICA**

Publicação N° 2638226

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO N° 097-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: RD NEGOCIOS DE INFORMATICA LTDA.

PROCESSO: Licitação 070-2020

OBJETO: Aquisição de computadores para serem instalados nas unidades escolares municipais de São Francisco do Sul, que serão utilizados na aplicação do Ensino à Distância pelos professores e alunos

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias e a execução 20 dias

VALOR: R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais).

São Francisco do Sul, 17 de agosto de 2020.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

**EXTRATO CONT. 098-2020 PE. 059-2020 NIVISA SOLUÇÕES AMBIENTAIS**

Publicação N° 2638229

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO N° 098-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: NIVISA SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA.

PROCESSO: Licitação n.º 059-2020

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação predial nas Unidades da Secretaria

Municipal de Educação, compreendendo as Escolas Básicas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil, num total de 45 (quarenta e cinco) postos de trabalho para auxiliar de serviços gerais I e mais 02 (dois) postos de trabalho para auxiliar de serviços gerais II, num período de 12 (doze) meses

VALOR: R\$ 1.560.000,00 (um milhão quinhentos e sessenta mil reais.).

São Francisco do sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO CONT. 099-2020 PE. 074-2020 ALESSANDRO JUVENAL BOGO**

Publicação Nº 2638236

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 099-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: ALESSANDRO JUVENAL BOGO

PROCESSO: Licitação 074/2020

OBJETO: Aquisição de materiais de pintura, hidrossanitário, construção, eletro/eletrônico, ferramentas e outros que serão destinados aos quartéis pertencentes ao 2º Pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul/SC, ITEM 58

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

VALOR: R\$ 22,00 (vinte e dois reais).

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO CONT. 100-2020 PE. 074-2020 CINCA COM. ATACADISTA**

Publicação Nº 2638240

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 100-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: CINCA COMERCIO ATACADISTA E VAREJISTA DE FERRAMENTAS EIRELI

PROCESSO: Licitação 074/2020

OBJETO: Aquisição de materiais de pintura, hidrossanitário, construção, eletro/eletrônico, ferramentas e outros que serão destinados aos quartéis pertencentes ao 2º Pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul/SC, ITENS Nº 17, 19, 22, 24, 37, 51, 54 E 84

VIGÊNCIA: R\$ 1.050, 18 (um mil cinquenta reais e dezoito centavos).

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO CONT. 101-2020 PE. 074-2020 COMERCIAL VANGUARDEIRA**

Publicação Nº 2638242

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 101-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: COMERCIAL VANGUARDEIRA EIRELI

PROCESSO: Licitação 074/2020

OBJETO: Aquisição de materiais de pintura, hidrossanitário, construção, eletro/eletrônico, ferramentas e outros que serão destinados aos quartéis pertencentes ao 2º Pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul/SC, ITEM 23, 25, 43, 55, 57 E 86

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020.

VALOR: R\$ 728,55 (setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e cinco centavos).

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 102-2020 PE. 074-2020 EZ TECHS**

Publicação Nº 2638244

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 102-2020

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: EZ TECHS IMPORTADORA, EXPORTADORA E REPRESENTACOES EIRELI

PROCESSO: Licitação 074/2020

OBJETO: Aquisição de materiais de pintura, hidrossanitário, construção, eletro/eletrônico, ferramentas e outros que serão destinados aos quartéis pertencentes ao 2º Pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul/SC, ITEM 59

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

VALOR: R\$ 265,56 (duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos).

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 103-2020 PE. 074-2020 JARDEL J. VIEIRA**

Publicação Nº 2638248

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 103-2020

CONTRANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: JARDEL J VEIRA EIRELI

PROCESSO: Licitação 074/2020

OBJETO: Aquisição de materiais de pintura, hidrossanitário, construção, eletro/eletrônico, ferramentas e outros que serão destinados aos quartéis pertencentes ao 2º Pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul/SC, TEM 61 E 63

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020

VALOR: R\$ 109,45 (cento e nove reais e quarenta e cinco centavos).

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 104-2020 PE. 074-2020 NSC COMÉRCIO DE FERRAGENS**

Publicação Nº 2638252

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 104-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: N.S.C COMERCIO DE FERRAGENS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA

PROCESSO: Licitação 074/2020

OBJETO: Aquisição de materiais de pintura, hidrossanitário, construção, eletro/eletrônico, ferramentas e outros que serão destinados aos quartéis pertencentes ao 2º Pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul/SC ITENS DIVERSOS

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

VALOR: R\$ 16.493,88 (dezesesseis mil quatrocentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos).

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 105-2020 PE. 074-2020 PORTO UNIÃO COM. E REPRESENTAÇÃO**

Publicação Nº 2638256

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº 105-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL - PMSFS

CONTRATADA: PORTO UNIAO COMERCIO E REPRESENTACAO EIRELI

PROCESSO: Licitação 074/2020

OBJETO: Aquisição de materiais de pintura, hidrossanitário, construção, eletro/eletrônico, ferramentas e outros que serão destinados aos quartéis pertencentes ao 2º Pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul/SC, ITEM 02 E 03

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020

VALOR: R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais).

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO CONT. 106-2020 PE. 074-2020 MERCADO SANTA CLARA**

Publicação Nº 2638263

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 106-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: MERCADO SANTA CLARA DE ASSIS LTDA

PROCESSO: Licitação 074/2020

OBJETO: Aquisição de materiais de pintura, hidrossanitário, construção, eletro/eletrônico, ferramentas e outros que serão destinados aos quartéis pertencentes ao 2º Pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul/SC, ITEM 26, 73, 74 E 75

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020

VALOR: R\$ 648,03 (seiscentos e quarenta e oito reais e três centavos).

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO CONT. 107-2020 PE. 074-2020 SSM COMÉRCIO DE TINTA**

Publicação Nº 2638272

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul

CONTRATO Nº 107-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: SSM COMERCIO DE TINTA LTDA – ME

PROCESSO: Licitação 074/2020

OBJETO: Aquisição de materiais de pintura, hidrossanitário, construção, eletro/eletrônico, ferramentas e outros que serão destinados aos quartéis pertencentes ao 2º Pelotão de Bombeiros Militar localizado na cidade de São Francisco do Sul/SC, ITEM 04

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2020

VALOR: R\$ 704,00 (setecentos e quatro reais).

São Francisco do Sul, 24 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO  
PREFEITO MUNICIPAL

#### **EXTRATO CONT. 108-2020 PE. 075-2020 DO SUL PNEUS**

Publicação Nº 2638276

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 108-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: DO SUL PNEUS JOINVILLE EIRELI - EPP.

PROCESSO: Licitação 075/2020

OBJETO: Aquisição de pneus para a frota leve, ITENS 03, 04 E 05

VIGÊNCIA: 90 {noventa} dias e execução em 30 {trinta} dias

VALOR: R\$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais).

São Francisco do Sul, 28 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 109-2020 PE. 075-2020 GREEN HILL COM. DE PNEUS**

Publicação N° 2638286

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 109-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: GREEN HILL COMERCIO DE PNEUS LTDA

OBJETO: Aquisição de pneus para a frota leve, ITEM 12

VIGÊNCIA: 90 {noventa} dias e execução em 30 {trinta} dias

VALOR: R\$ 1.530,00 (uns mil quinhentos e trinta reais).

São Francisco do Sul, 28 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 110-2020 PE. 075-2020 LUDA PNEUS LTDA**

Publicação N° 2638289

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 110-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: LUDA PNEUS LTDA

PROCESSO: Licitação 075/2020

OBJETO: Aquisição de pneus para a frota leve, ITEM 14

VIGÊNCIA: 90 {noventa} dias e execução em 30 {trinta} dias

VALOR: R\$ 2.066,00 (dois mil e sessenta e seis reais).

São Francisco do Sul, 28 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 111-2020 PE. 075-2020 LUKAUTO COM. DE PNEUMÁTICOS**

Publicação N° 2638298

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 111-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: LUKAUTO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA

PROCESSO: Licitação 075/2020

OBJETO: Aquisição de pneus para a frota leve, ITEM 02 E 16

VIGÊNCIA: 90 {noventa} dias e execução em 30 {trinta} dias

VALOR: R\$ 2.894,71 (dois mil oitocentos e noventa e quatro reais e setenta e um centavos).

São Francisco do Sul, 28 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO

PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 112-2020 PE. 075-2020 MILANO COM. DE PNEUMATICOS**

Publicação N° 2638319

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

## EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 112-2020

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS

CONTRATADA: MILANO COMERCIO DE PNEUMATICOS LTDA.

PROCESSO: Licitação 075/2020

OBJETO: Aquisição de pneus para a frota leve, ITEM 15

VIGÊNCIA: 90 {noventa} dias e execução em 30 {trinta} dias

VALOR: R\$ 1.928,00 (um mil novecentos e vinte e oito reais).

São Francisco do Sul, 28 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 113-2020 PE. 075-2020 COMÉRCIO DE PNEUS OENINNG**

Publicação N° 2638326

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 113-2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS  
CONTRATADA: COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA  
PROCESSO: Licitação 075/2020  
OBJETO: Aquisição de pneus para a frota leve, ITEM 09  
VIGÊNCIA: 90 {noventa} dias e execução em 30 {trinta} dias  
VALOR: R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).  
São Francisco do Sul, 28 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 114-2020 PE. 075-2020 RP. FERRAGENS**

Publicação N° 2638328

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 114-2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS  
CONTRATADA: R.P FERRAGENS LTDA.  
PROCESSO: Licitação 075/2020  
OBJETO: Aquisição de pneus para a frota leve, ITEM 10  
VIGÊNCIA: 90 {noventa} dias e execução em 30 {trinta} dias  
VALOR: R\$ 1.482,40 (um mil quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos).  
São Francisco do Sul, 28, de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 115-2020 PE. 075-2020 XAP COMÉRCIO**

Publicação N° 2638337

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 115-2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS  
CONTRATADA: XAP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA –ME  
PROCESSO: Licitação 075/2020  
OBJETO: Aquisição de pneus para a frota leve, ITENS 01, 06, 07, 08, 11 E 13  
VALOR: R\$ 8.563,20 (oito mil quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos).  
São Francisco do Sul, 28 de agosto de 2020

RENATO GAMA LOBO  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO CONT. 116-2020 PE. 067-2020 VIASAN ENGENHARIA EIRELI**

Publicação N° 2638342

Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul-SC

EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO N° 116-2020  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL – PMSFS  
CONTRATADA: VIASAN ENGENHARIA EIRELI.  
PROCESSO: Licitação 067-2020  
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos,

para execução de 1.200m<sup>2</sup> de serviços de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (Usinagem de CBUQ),  
VIGÊNCIA: 08 (oito) meses, e execução de 07 (sete) meses.  
VALOR: R\$ 141.300,00 (cento e quarenta e um mil e trezentos reais)  
São Francisco do Sul, 31 de agosto de 2020.  
RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 16.649/2020**

Publicação Nº 2638421

PORTARIA nº 16.649, de 10 de setembro de 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam revogados os itens I e V, do art. 1º, da Portaria nº 16.607, de 19 de agosto de 2020, que designou o Secretário Municipal de Assistência Social, LINCON MACHADO CAMARGO, como Gestor dos Termos de Fomento firmados entre o Município e as organizações da sociedade civil.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a 4 de agosto de 2020.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de setembro de 2020.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.650/2020**

Publicação Nº 2638422

PORTARIA nº 16.650, de 10 de setembro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL de EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto Municipal nº 3.400/2020 e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população francisquense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER férias pelo período abaixo relacionado a cada servidor dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

I – Secretaria Municipal de Educação:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
CIBELE ROMANA DOS SANTOS BECK	Sim	2019/2020	13/08/2020-11/09/2020	30 dias

Art. 2º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de setembro de 2020.

JUCELIO DE CARVALHO  
Secretário Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.651/2020**

Publicação Nº 2638427

PORTARIA nº 16.651, de 10 de setembro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE INTERINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto Municipal nº 3.400/2020 e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população franciscanense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER férias pelo período abaixo relacionado a cada servidor dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

**I – Secretaria Municipal de Saúde:**

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
LETICIA VAZ LEAL	SIM	2017/2018	10/08/2020 - 27/08/2020	18 DIAS
TEREZA DE GOES	SIM	2018/2019	01/09/2020 - 30/09/2020	30 DIAS
CRISTIANE SPESSATTO	SIM	2018/2019	01/09/2020 - 30/09/2020	30 DIAS
TATIANE DE SOUZA BATISTA	SIM	2018/2019	01/09/2020 - 30/09/2020	30 DIAS

Art. 2º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de setembro de 2020.

JEFFERSON PACHECO DE MORAES

Secretário Municipal Interino

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

**PORTARIA Nº 16.652/2020**

Publicação Nº 2638430

PORTARIA nº 16.652, de 10 de setembro de 2020.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, alínea "c", todos da Lei Orgânica do Município, com o Decreto Municipal nº 3.400/2020 e considerando a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), que classificou como pandemia a doença causada pelo Novo Coronavírus (Covid-19), e as orientações emanadas do Ministério da Saúde; considerando a necessidade de preservar a integridade física e a saúde dos servidores públicos municipais, bem como da população franciscanense; considerando a Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Novo Coronavírus responsável pelo surto de 2019;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER férias pelo período abaixo relacionado a cada servidor dos órgãos que compõem a Administração Pública Municipal, conforme segue:

**I – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos:**

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
RACHEL LOPES	Sim	2019/2020	09/09/2020 - 08/10/2020	30 DIAS
MARCO LAZARO MALTA	SIM	2015/2016	03/08/2020 - 01/09/2020	30 DIAS
ADEMAR ZANIOL	SIM	2017/2018	03/08/2020 - 01/09/2020	30 DIAS

JOSE BELMIRO DE LIMA	SIM	2013/2014	09/09/2020 - 08/10/2020	30 DIAS
----------------------	-----	-----------	-------------------------	---------

## II – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo:

Nome	Férias a Pagar	Período Aquisitivo	Fruição de Período	Fruição de Dias
MAURÍCIO MIRANDA FLOR	SIM	2014/2015	09/09/2020 – 08/10/2020	30 DIAS

Art. 2º - Os servidores que fazem jus a percepção do terço constitucional de férias, receberão em regime de programação financeira, de acordo com ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul - SC, 10 de setembro de 2020.

MARIA JOSÉ COSTA  
Secretária Municipal

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_. Edição DOM nº \_\_\_\_\_.

## IPRESF - FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL

### ATA DA 4ª REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO IPRESF 2020

Publicação Nº 2638219

ATA Nº 04/2020 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF

LOCAL: Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São Francisco do Sul - IPRESF

DATA: 27/08/2020

HORÁRIO: 09:30 horas

#### 1. PARTICIPANTES

##### 1.1. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES

Beatris Dircêlha dos Santos (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF)

Flávia Regina Celestino (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF)

Idelson Alves Porto (Secretaria Municipal de Educação) - Via Team Viewer

Yara de Oliveira Marcomini (Secretaria Municipal de Educação) - Via Team Viewer

#### 1.2. SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

1.2.1. Patrícia Maria Serapião Queiroz (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF)

#### 2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A reunião ordinária do Conselho Administrativo teve início, às 09:40 horas e término às 12:24 horas, sob a coordenação da Presidente, Srta. Flávia Regina Celestino, com a presença dos Conselheiros (as), e da Secretária Executiva.

#### 3. PAUTA DA REUNIÃO

3.1. Aprovação das contas de competências de junho e julho de 2020 do IPRESF;

3.2. Alteração da Lei Complementar Nº 72, de 10 de julho de 2015 (Revisão Benefícios e Parcelamentos);

3.3. Apresentação Cálculo Atuarial;

3.4. Questionamentos ao Executivo Municipal (Alterações e Adequações da Lei Complementar 72, de 10 de julho de 2015),

3.5. Afastamento de Membro do Conselho Administrativo – Licença para atividades políticas.

#### 4. APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a Ata nº 003, da reunião extraordinária do Conselho Administrativo, do dia 25 de junho de 2020, sem nenhuma ressalva.

#### 5. DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS

##### 5.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS

Não foram expedidos ofícios.

##### 5.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS

5.2.1. Ofício S/N: Encaminhado pela Conselheira Fiscal, Sra. Cristiane Fernandes, comunicando o afastamento para participação de atividades políticas, nos termos do artigo 109, da Lei Complementar 08, de 30 de outubro de 2003 (Estatuto do Servidor Público) e da Lei Complementar n.º 645, de 18 de maio de 2020, a partir de 15 de agosto de 2020.

##### 5.3. RESOLUÇÃO

#### 6. ASSUNTOS TRATADOS

##### 6.1. APROVAÇÃO DAS CONTAS DE COMPETÊNCIAS DE JUNHO E JULHO DE 2020 DO IPRESF

A Presidente Flávia deu início a reunião recebendo a documentação contendo as demonstrações financeiras e contábeis das competências de Junho e Julho de 2020 da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, estes já analisados pelo Conselho Fiscal. Após, a Presidente fez a leitura da Ata de nº 10, da reunião do Conselho Fiscal, de 14 de agosto de 2020, referente

aos meses descritos acima. O Colegiado fez considerações sobre alguns apontamentos constantes na ata em questão, como a falta de informação no relatório "Cálculo Atuarial", apontada pelo Conselho Fiscal anteriormente, que já foi sanado. No "Relatório de Pessoal Benefícios Previdenciários", solicitou que seja discriminado o total de benefícios (aposentadorias e pensões), visto que consta somente os valores, o que nos relatórios anteriores era feito, pedindo ao contador do IPRESF, que seja verificado junto a IPM e feita a correção. No "Relatório Folha de Pagamento Pessoal Consolidado", conforme solicitado anteriormente que conste o número preciso de servidores. No "Relatório Quadro de Pessoal Valores", apontaram que continua apresentando informações de valores no item servidores recebidos à disposição de outras esferas de governo. A Presidente do IPRESF, Sra. Beatris, informou que o contador já solicitou todas as correções apontadas pelo Conselho Fiscal, e está acompanhando junto a empresa. Quanto ao relatório contábil específico apontando a falta das informações atuariais, ressaltou que as informações foram alimentadas no sistema após o recebimento do cálculo atuarial, e que os mesmos são apuradas durante o exercício do ano, o que todos conhecem como Recadastramento Anual, sendo que as informações recebidas são tabuladas pela empresa contratada para essa finalidade, e que o prazo para encaminhamento à Secretaria de Previdência é normalmente até 31 de março do ano subsequente ao exercício em questão. Atipicamente, em função da pandemia que assola o país, neste ano o prazo foi estendido para 31 de julho, e, portanto, o contador só consegue realizar o lançamento das informações quando o Instituto recebe formalmente o relatório do estudo atuarial pela empresa. Após os informes da gestão do IPRESF, a Presidente deu continuidade fazendo a leitura do Parecer n.º 20, emitido pelo Conselho Fiscal na data de 014 de agosto de 2020, sendo favorável a aprovação das contas dos meses em questão, não observando irregularidades quanto a aplicação dos recursos do IPRESF. O Conselheiro Idelson, questionou os valores no relatório TC03, das conciliações bancárias, visto ser um valor que não constava nos meses anteriores, no montante de R\$ 126.000,00 (Cento e vinte e seis mil reais). A Presidente do IPRESF, disse que foram dois valores de depósitos realizados pelo COMPREV e um valor referente a um pagamento de juros e multa da Câmara de Vereadores, e que no próximo mês já terá saído da conciliação. Não havendo mais questionamentos e feitos os esclarecimentos necessários para as contas do mês, a Presidente Flávia coloca para votação a aprovação das contas dos meses de junho e julho de 2020, que foram APROVADAS por unanimidade pelos membros do Conselho Administrativo.

#### 6.2. ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 10 DE JULHO DE 2015 (REVISÃO BENEFÍCIOS E PARCELAMENTOS)

A Presidente do IPRESF, Sra. Beatris, falou que a alteração da Lei se faz necessária em virtude de situação ocorrida conforme relato a seguir. É de conhecimento que os processos de aposentadoria passam pelo crivo do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e que o registro das aposentadorias são requisitos obrigatórios para o posterior processo de compensação previdenciária. O que ocorre, é que esses processos seguem os trâmites administrativos do tribunal e que podem levar até 5 (cinco) anos para análise, e que em alguns casos podem ser apontados valores a pagar e/ou receber pelo Instituto. Já fomos oficializados para um caso, após análise, e apontamentos do TCE, que após a verificação e constatação da irregularidade, a servidora em questão foi notificada, e sendo sanada a situação, os valores a serem restituídos pela mesma precisarão serem feitos através de parcelamento. Essa alteração da lei trará o embasamento legal para fazer isso, pois atualmente não existe legislação para tal finalidade. A Conselheira Yara destacou que deve ser estabelecido um limite de desconto para preservar a manutenção da vida da pessoa, o que todos concordaram. Após foi realizada a leitura da minuta da proposta da alteração da lei. Referente ao artigo 65B §2, o Conselho sugere que seja estipulado um limite, podendo ser não inferior a 10% do salário mínimo vigente e não podendo ser superior a 25% dos proventos do segurado/servidor. Outro item a ser esclarecido é sobre o parcelamento num prazo mais longo, sendo que o valor não sofreria nenhum acréscimo, a Conselheira Yara disse que embora entenda que o segurado não deva ser responsabilizado, o IPRESF como instituição também não deveria sofrer nenhum tipo de perda de receita, exemplificou que bancos e até mesmo a receita federal, estipulam um prazo para pagamento sem juros, e caso a pessoa opte por um parcelamento mais longo, estes valores sofrem reajustes. A Conselheira Beatris disse que existe previsão legal para a aplicabilidade de juros, multa e correção monetária indicadas nos parágrafos 5º e 6º da referida minuta, mas nesse caso onde a pessoa recebeu de boa-fé, no seu entendimento a mesma não pode ser responsabilizada por uma demanda que a mesma não causou. A Conselheira Yara manifestou que ficaria mais confortável em deliberar sobre esse item após uma consulta ao setor jurídico do IPRESF. Sendo que os demais itens da minuta foram pré aprovados pelo Conselho, devendo ser chamada uma reunião extraordinária mais brevemente possível, para tratar do assunto pendente.

#### 6.3. AFASTAMENTO DE MEMBRO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – LICENÇA PARA ATIVIDADES POLÍTICAS

A Presidente Flávia falou do afastamento do Conselheiro Abelard para atividades políticas, sendo que ele falou sobre o assunto na última reunião do Conselho, mas que o mesmo não oficializou a situação. Sendo obtida a informação através da publicação de portaria, que concedeu a licença a partir de 15 de agosto de 2020. A Conselheira Beatris pontuou que os trabalhos do Conselho Administrativo não serão prejudicados por tal afastamento, mas que o colegiado deverá rever a indicação de membro para a participação no Comitê de Investimentos. O Conselheiro Idelson disse que ele ainda deverá passar pela convenção do partido, e somente após registro da candidatura deveria ser indicado novo membro. O Conselho aguardará até o dia 31 de agosto de 2020 para fazer a indicação da Conselheira Yara junto ao Comitê de Investimentos do IPRESF.

#### 6.4. QUESTIONAMENTOS AO EXECUTIVO MUNICIPAL (ALTERAÇÕES E ADEQUAÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR 72, DE 10 DE JULHO DE 2015)

O Conselho questionou a Diretora do IPRESF sobre as alterações aprovadas por este órgão deliberativo, referentes as alterações na Lei Complementar 72, de 10 de julho de 2020, para a atualização e enquadramento das diversas normas que foram expedidas pelos órgãos fiscalizadores como a Secretaria da Previdência e também em especial a alteração da EC 103, de 12 de novembro de 2019. A Conselheira Beatris informou que todas as alterações foram encaminhadas para o Executivo, inclusive que referente as alterações trazidas pela EC 103, foram solicitadas diversas vezes por meio de ofícios. Disse ainda que a prorrogação do prazo, não exime das responsabilidades dos gestores, inclusive informou que os órgãos responsáveis, Município, Câmara Legislativa e IPRESF, receberam ofício do MPC/SC, solicitando informações sobre os encaminhamentos para atender a emenda constitucional. Disse que está elaborando a resposta, e será anexada os ofícios encaminhados pela diretoria do IPRESF, assim como as atas e resoluções emitidas pelo Conselho Administrativo, comprovando que foram feitas todas as articulações para que as exigências trazidas pela EC 103 fossem atendidas. A Conselheira Yara indagou sobre a situação dos municípios vizinhos ou aqueles que fazem parte a AMUNESC, o que a Conselheira Beatris informou que poucos municípios fizeram as alterações, em especial a tocante a alíquota, inclusive Joinville não conseguiu alterar até o momento. A Conselheira Yara falou da preocupação com a CRP (Certidão de Regularidade Previdenciária). A Conselheira Beatris disse que o jurídico do Município está tomando as providências para solicitar judicialmente, caso seja necessário. Esgotada as discussões, o Conselho Administrativo aprovou o encaminhamento de ofício para o Executivo Municipal, solicitando informações acerca da atual situação das alterações aprovadas por este colegiado e encaminhadas pela gestão do IPRESF, referente as alterações da Lei Complementar Municipal, nº 72, de 10 de julho de 2015.

#### 6.5. APRESENTAÇÃO CÁLCULO ATUARIAL

A Presidente Flávia colocou o documento em tela para que todos acompanhassem a apresentação que foi realizada pela Presidente do IPRESF, Sra. Beatris, que informou que o documento está disponível no site do IPRESF, para que todos os servidores possam ter acesso ao

mesmo. Informou que o estudo atuarial foi feito por empresa contratada, e que neste ano além do estudo, foi realizado contrato de assessoramento, visto os planos de carreira que foram implementados pelo executivo, além dos que estavam planejando instituir durante o ano, que geram impacto no estudo atuarial e por consequência devem ser provisionados para a manutenção do equilíbrio atuarial e financeiro do Instituto. Após realizou uma explanação sobre os números apresentados no relatório, informando que a Portaria 464/2018, continua vigente, sendo um dos instrumentos legais que as empresas usam para nortear os trabalhos. Falou sobre as novas alíquotas para a taxa de administração, inclusive foi utilizada no cálculo, sendo que para nosso instituto a alíquota poderá ser de até de 3,50% sobre a base de remuneração da folha, pois fomos enquadrados como médio porte. Após a apresentação, os Conselheiros pediram que fosse encaminhado o relatório final do estudo atuarial por e-mail, a Presidente Flávia disse que o documento está disponível na página institucional do IPRESF, mas encaminharia como o solicitado.

#### 8. PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: Dia 24 de setembro de 2020

Horário: 08:30 horas

Local: Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul -IPRESF

#### 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Srta. Flávia Regina Celestino, encerrou a reunião, e eu, Patrícia M. S. Queiroz, Auxiliar Executiva do IPRESF, lavro a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais Conselheiros presentes. //////////////////////////////////////  
////////////////////////////////////

Flávia Regina Celestino  
Presidente

Yara de Oliveira Marcomini  
Vice-Presidente

Idelson Alves Porto  
Conselheiro

Beatris Dircélha dos Santos  
Conselheira

### ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO IPRESF 2020

Publicação Nº 2638224

ATA Nº 05/2020 – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DO IPRESF

LOCAL: Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de São Francisco do Sul - IPRESF

DATA: 01/09/2020

HORÁRIO: 13:00 horas

#### 1. PARTICIPANTES

##### 1.1. CONSELHEIROS TITULARES PRESENTES

Beatris Dircélha dos Santos (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF)

Flávia Regina Celestino (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF)

Idelson Alves Porto (Secretaria Municipal de Educação) - Via Team Viewer

Yara de Oliveira Marcomini (Secretaria Municipal de Educação) - Via Team Viewer

##### 1.2. SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

1.2.1. Patricia Maria Serapião Queiroz (Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF)

#### 2. DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A reunião extraordinária do Conselho Administrativo teve início, às 13:00 horas e término às 13:40 horas, sob a coordenação da Presidente, Srta. Flávia Regina Celestino, com a presença dos Conselheiros (as), e da Secretária Executiva.

#### 3. PAUTA DA REUNIÃO

3.1. Alteração da Lei Complementar Nº 72, de 10 de julho de 2015 (Revisão Benefícios e Parcelamentos);

#### 4. APROVAÇÃO DA ATA

Aprovada a Ata nº 004, da reunião ordinária do Conselho Administrativo, do dia 27 de agosto de 2020, sem nenhuma ressalva.

#### 5. DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS

##### 5.1. DOCUMENTOS EXPEDIDOS

Não foram expedidos ofícios.

##### 5.2. DOCUMENTOS RECEBIDOS

##### 5.3. RESOLUÇÃO

#### 6. ASSUNTOS TRATADOS

##### 6.1. ALTERAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 72, DE 10 DE JULHO DE 2015 (REVISÃO BENEFÍCIOS E PARCELAMENTOS)

A Presidente Flávia iniciou a reunião falando que o Colegiado pediu que fosse realizada uma consulta para o Procurador Jurídico, referente ao parcelamento mais longo de dívida a ser regularizada junto ao Instituto, visando a proteção do patrimônio do mesmo, por não ser aplicado juros. Informou que se reuniram com o Dr. Fernando, ela e a Conselheira Beatris, e que o mesmo informou que buscou todas as legislações pertinentes ao assunto para a formulação da referida alteração, utilizando a mesma legislação que o Município aplica, sendo

embasada na Instrução Normativa N.TC – 13/2012, sendo o documento apresentado a este Conselho. Nesse sentido os Conselheiros Idelson e Yara se manifestaram favoravelmente a manutenção dos parágrafos 5º e 6º da referida minuta, onde apresentam a previsão legal para a aplicabilidade de juros, multa e correção monetária. A Conselheira Yara falou da alteração sugerida na reunião anterior, sobre o artigo 65B §2, o Conselho sugere que seja estipulado um limite, podendo ser não inferior a 10% do salário mínimo vigente e não podendo ser superior a 25% dos proventos do segurado/servidor, o que todos concordaram, sendo que o jurídico do IPRESF, irá receber a sugestão e avaliar a legalidade, não havendo impeditivo, será alterada a minuta. Sanada a questão, foi aprovada por UNANIMIDADE a alteração da Lei Complementar n.º 72, de 10 de julho de 2015, conforme minuta anexa no final desta ata.

#### 8. PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: Dia 24 de setembro de 2020

Horário: 08:30 horas

Local: Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul -IPRESF

#### 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nada mais havendo a tratar, a Presidente, Srta. Flávia Regina Celestino, encerrou a reunião, e eu, Patrícia M. S. Queiroz, Auxiliar Executiva do IPRESF, lavro a presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos demais Conselheiros presentes. //////////////////////////////////////  
////////////////////////////////////

Flávia Regina Celestino  
Presidente

Yara de Oliveira Marcomini  
Vice-Presidente

Idelson Alves Porto  
Conselheiro

Beatris Dircélha dos Santos  
Conselheira

### RESOLUÇÃO Nº 012 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO IPRESF 2020

Publicação Nº 2638228

RESOLUÇÃO Nº 012, 27 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a aprovação das Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de JUNHO de 2019.

O Conselho Administrativo do IPRESF – da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 04ª Reunião Ordinária de 2020:

Considerando, a 10ª Ata da reunião do Conselho Fiscal, de 14 de agosto de 2020, do Conselho Fiscal;

Considerando, o Parecer de nº 20, de 14 de agosto de 2020, emitido pelo Conselho Fiscal, que concede Parecer Favorável na Aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referentes ao mês de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de JUNHO de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

São Francisco do Sul – SC, 27 de agosto de 2020.

FLÁVIA REGINA CELESTINO Presidente		YARA DE O. MARCOMINI Vice -Presidente
---------------------------------------	--	--

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS IDELSON ALVES PORTO  
Conselheira Conselheiro

### RESOLUÇÃO Nº 013 DO CONSELHO ADMINISTRATIVO IPRESF 2020

Publicação Nº 2638231

RESOLUÇÃO Nº 013, 27 DE AGOSTO DE 2020.

Dispõe sobre a aprovação das Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de JULHO de 2019.

O Conselho Administrativo do IPRESF – da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas no art. 80 da Lei Complementar nº 72, de 10 de julho de 2015, e considerando a deliberação da 04ª Reunião Ordinária de 2020:

Considerando, a 10ª Ata da reunião do Conselho Fiscal, de 14 de agosto de 2020, do Conselho Fiscal;

Considerando, o Parecer de nº 20, de 14 de agosto de 2020, emitido pelo Conselho Fiscal, que concede Parecer Favorável na Aprovação das Demonstrações Financeiras e Contábeis da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referentes ao mês de junho de 2020.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Contas da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, referente a competência de JULHO de 2020.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua assinatura.

São Francisco do Sul – SC, 27 de agosto de 2020.

FLÁVIA REGINA CELESTINO Presidente		YARA DE O. MARCOMINI Vice -Presidente
---------------------------------------	--	--

BEATRIS DIRCÉLHA DOS SANTOS  
Conselheira

IDELSON ALVES PORTO  
Conselheiro

# São João Batista

## PREFEITURA

### EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 022/SISAM/2015

Publicação Nº 2637963

Extrato do terceiro termo aditivo ao Contrato nº 022/SISAM/2015

Contratante: Serviços de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista – SISAM, inscrito no CNPJ nº 07.585.406/0001-22; Contratada: Construtora e Incorporadora Jaraguá Ltda, inscrita no CNPJ nº. 84.433.705/0001-92; Processo Licitatório 021/SISAM/2014 – Concorrência 021/SISAM/2014; Objeto: Ficam acrescidos ao valor contratado o importe de R\$ 238.548,07 (duzentos e trinta e oito mil quinhentos e quarenta e oito reais e sete centavos), conforme planilha de fls.1040/1042 do Processo Administrativo n.º 0020.0002739/2020, que serão pagos através de recursos próprios do SISAM através da seguinte dotação orçamentária: (1) 4.4.90.51.98.00.00.00; Data da assinatura: 09/09/2020.

### PROCESSO LICITATÓRIO 33/FMS/2020 - DISPENSA Nº 10/FMS/2020 - COVID-19

Publicação Nº 2638338

PROCESSO LICITATÓRIO 33/FMS/2020 - DISPENSA Nº 10/FMS/2020

O Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, inscrito no CNPJ nº 08.361.788/0001-73, com sede na Rua Gilson Geraldo Sartori, 411, Centro, São João Batista, de conformidade com a Lei nº 13.979/2020 e Lei nº 8.666/1993, por intermédio de Karin Cristine Geller Leopoldo, Secretária de Saúde, comunica que dispensou o processo licitatório conforme:

Processo Licitatório 33/FMS/2020 – Dispensa 10/FMS/2020;

OBJETO: Aquisição emergencial de 2.100 (dois mil e cem) comprimidos de azitromicina 500mg e 200 (duzentos) frascos de dexclorfeniramina+betametasona 2mg/5ml + 0,25mg/5ml, destinados ao Fundo Municipal de Saúde de São João Batista, na forma prevista no art. 4º da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020;

CONTRATADA: Promefarma Representações Comerciais Ltda, inscrita no CNPJ nº 81.706.251/0001-98;

VALOR GLOBAL: R\$ 4.547,00 (quatro mil quinhentos e quarenta e sete reais);

PRAZO CONTRATUAL: 90 (noventa) dias;

DESPESA ORÇAMENTÁRIA: (85) 3.3.90.30.09.00.00.00.00 – Recurso Federal;

BASE LEGAL: Artigo 4º, da Lei nº 13.979/2020 c/c art. 26, da Lei nº 8.666/93.

São João Batista, 10 de setembro de 2020.

Karin Cristine Geller Leopoldo  
Secretária Municipal de Saúde

### PROCESSO LICITATÓRIO 88/PMSJB/2020- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/PMSJB/2020 – ART. 24, XIII, DA LEI 8.666/93

Publicação Nº 2638794

PROCESSO LICITATÓRIO 88/PMSJB/2020- DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 6/PMSJB/2020 – ART. 24, XIII, DA LEI 8.666/93

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), inscrito no CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Rafaela Tamanini dos Santos, Secretária Municipal de Educação, comunica que dispensou o processo licitatório conforme:

Processo Licitatório 88/PMSJB/2020 - Dispensa 6/PMSJB/2020;

OBJETO: Contratação de congresso virtual de educação, "A EDUCAÇÃO E OS NOVOS CENÁRIOS PEDAGÓGICOS" para aperfeiçoamento de profissionais de educação em tempos de pandemia do município de São João Batista, SC;

CONTRATADA: Associação Educacional e Assistencial Bethânia – Comunidade Bethânia, inscrita no CNPJ nº 00.816.354/0001-09;

VALOR GLOBAL: R\$ 69.560,00 (sessenta e nove mil quinhentos e sessenta reais);

DESPESA: (65) 3.3.90.39.48.00.00.00.00 e (40) 3.3.90.39.48.00.00.00.00;

VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias;

BASE LEGAL: Artigo 24, XIII, da Lei Federal 8.666/93.

São João Batista, 10 de setembro de 2020.

Rafaela Tamanini dos Santos  
Secretária Municipal de Educação

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 087/PMSJB/2020 - PREGÃO ELETRÔNICO 072/PMSJB/2020 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2638164

Processo Licitatório nº 087/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 072/PMSJB/2020 – Sistema de Registro de Preços  
Licitação exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individual.

O Município de São João Batista (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura na Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93 e Decreto Federal 10.024/19, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório nº 087/PMSJB/2020 - Pregão Eletrônico 072/PMSJB/2020, do tipo menor preço por item, modo de disputa: aberto, para o registro de preços para eventual aquisição futura de pneus novos de 1ª linha, para reposição nos veículos da frota da administração municipal, incluindo autarquia, fundações e fundos do município de São João Batista, SC. Recebimento das propostas: até às 8h15min do dia 28/09/2020; Início da sessão: dia 28/09/2020, às 8h30min no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF. Informações complementares: O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados nos sites [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br) e [www.sjbatista.sc.gov.br](http://www.sjbatista.sc.gov.br). Quaisquer informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação do município de São João Batista, através do telefone (48) 3265-0195 ou e-mail: [licita@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita@sjbatista.sc.gov.br) ou [licita02@sjbatista.sc.gov.br](mailto:licita02@sjbatista.sc.gov.br).

São João Batista, 10 de setembro de 2020.

Augusto Correia Junior  
Pregoeiro Municipal

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2020 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 083/PMSJB/2020**

Publicação Nº 2638024

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/6

**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA****Processo Nº.: 83/2020****PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 69/2020****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 52/2020**

No dia 10 do mês de Setembro do ano de 2020, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 69/2020, Processo Licitatório nº. 83/2020, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE DIVISÓRIAS INCLUINDO MÃO DE OBRA PRA MONTAGEM E DESMONTAGEM DESTINADAS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
17246	COMPENSADOS SCHROEDER EIRELI	1, 2, 3, 4

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelos Decretos Municipais nº. 3378 (pregão) e nº. 2153 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
COMPENSADOS SCHROEDER EIRELI	21.457.714/0001-01		

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO FUTURA DE DIVISÓRIAS INCLUINDO MÃO DE OBRA PRA MONTAGEM E DESMONTAGEM DESTINADAS A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO GLOBAL, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 17246 - COMPENSADOS SCHROEDER EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	DIVISÓRIA MONTADA COM 35MM DE ESPESSURA, COM PAINÉIS EM RESINA MELANÍNICA, INCLUSO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A INSTALAÇÃO. COR A SER DEFINIDA.	M²	EUCATEX	1.000,000	59,0400	59.040,00
2	FECHADURA CILINDRICA BOLA EXT INOX ESCOVADO PARA DIVISÓRIA, INCLUSO MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO.	UN	VOLGA	100,000	59,0000	5.900,00
3	MÃO DE OBRA PARA DESMONTAR E MONTAR DIVISÓRIAS.	SEV	PRÓPRIA	2.000,000	22,5000	45.000,00
4	PORTA DE DIVISÓRIA COMPLETA, MEDINDO 0,90 X 2,11M, COR A SER DEFINIDA.	UN	EUCATEX	50,000	161,2000	8.060,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 2/6  
Processo N°.: 83/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO N°. 69/2020

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da mesma, sem a possibilidade de prorrogação.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 3/6  
**Processo N°: 83/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N° 69/2020**

**CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

**5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 4/6  
**Processo Nº.: 83/2020**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 69/2020**

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, de acordo com o especificado na Autorização de Fornecimento.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 5/6  
Processo Nº.: 83/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 69/2020

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

#### **CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS**

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**

Página: 6/6  
Processo Nº.: 83/2020  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 69/2020

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO**

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 10 de Setembro de 2020.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável

### **Empresas Participantes:**

COMPENSADOS SCHROEDER EIRELI

CNPJ: 21.457.714/0001-01 \_\_\_\_\_

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### DECRETO 096/2020

Publicação Nº 2637968

DECRETO Nº 096, de 08 de setembro de 2020

Dispõe sobre a criação e nomeação dos membros do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

FERNANDO BISIGO, Prefeito Municipal de São João do Oeste, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e com fundamento na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, e

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica criado, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19.

Parágrafo Único: O Comitê terá como atribuição principal, elaborar o Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da Disseminação da Covid-19, que orientará os estabelecimentos de ensino na definição de seus Protocolos específicos de retomada das aulas presenciais.

Art. 2º. Além da atribuição principal o Comitê também terá como atribuições:

- a) Monitorar os resultados das testagens mínimas realizada na população, em um processo contínuo no município ou região, que constitui como indicador da "Matriz de Risco Potencial Regional";
- b) Auxiliar na criação e treinamento de "Comissões Escolares" de fiscalização dos regramentos sanitários aplicáveis, na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino presencial;
- c) Constituir uma ouvidoria para receber denúncias de descumprimento dos protocolos e que este grupo tenha acesso às informações;
- d) Analisar e validar os Protocolos elaborados pelas Comissões Escolares.

Art. 3º. O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de Covid-19 no âmbito da Secretaria Municipal de Educação terá a seguinte composição e membros:

I – Representante da Secretaria Municipal de Educação – SILVANE INÊS SCHNEIDERS BAUMGARTEN

II – Representante da Secretaria de Saúde – MORGANA MAURA BRUM GRADE

III – Representante do Departamento de Vigilância Sanitária Municipal – LUCIELE KIPPER

IV – Representante do Departamento de Assistência Social – ANDRESSA MARASCA

V - Representante da Secretaria Municipal de Administração – VANEI ROGÉRIO RITTER

VI – Representante dos profissionais e trabalhadores de educação da Creche – SIMONE INÊS VOLLMER

VII – Representante dos profissionais e trabalhadores de educação da Pré-Escola – VANUSA LORA

VIII – Representante dos profissionais e trabalhadores de educação do Ensino Fundamental – SOLANGE PAULI e CARLISE NIRCE BRACHT

IX – Representante do Conselho Municipal de Educação – TERESINHA STAUB

X – Representante das Comissões Escolares – MARLISE INÊS HECK HERSCHAFT

XI – Representante das escolas da Rede Estadual – VANDERLI LIANE BACK MANSKE

XII – Representante das escolas da Rede Privada – VANESSA MARIA BACK SCHWENGBER

XIII – Representante do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – FABÍOLA FOLLMANN MALDANER

XIV – Representante do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB – CLAUNEI PAULO WEBER

XV – Representante das empresas de Transporte Escolar – ARIEL HALMENSCHLAGER

Art. 4º. O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no âmbito da Secretaria de Educação será presidido pelo Representante da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João do Oeste, SC, 08 de setembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

### DECRETO 097/2020

Publicação Nº 2637969

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE

Município tricampeão nacional em alfabetização Capital Catarinense da língua alemã

DECRETO Nº 097/20, DE 08/09/2020.

DÁ CONTINUIDADE ÀS MEDIDAS PREVENTIVAS E RESTRITIVAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE PRA ENFRENTAMENTO

DA EMERGÊNCIA DE SAÚDE PÚBLICA DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL DECORRENTE DA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).

FERNANDO BISIGO, Prefeito Municipal de São João do Oeste, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Municipal Nº 539, de 22 de maio de 2000;

CONSIDERANDO:

I - o estado de emergência em saúde pública de importância internacional declarado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID19);

II - a Lei Federal nº 13.979/2020 de 06 de fevereiro de 2020 que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID19);

III - o artigo 23, inciso II, da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para cuidar da saúde, bem como o artigo 30, inciso I, da Constituição, que dispõe que é de competência dos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local;

IV - o Decreto Estadual nº 630 de 01 de junho de 2020 que altera o Decreto nº 562 de 17 de abril de 2020 e declara estado de calamidade pública em todo o território catarinense para fins de enfrentamento à COVID-19, estabelece medidas de combate e enfrentamento à pandemia da COVID-19 e atribuiu às autoridades sanitárias municipais a competência para estabelecer medidas específicas que suspendam ou restrinjam as atividades a fim de conter a contaminação e a propagação do coronavírus em seus territórios;

V - a Portaria Estadual nº 464 de 03 de julho de 2020 que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate ao COVID-19 prevendo que os municípios de uma mesma Região de Saúde possam tomar decisões no sentido de flexibilizar ou restringir atividades sociais e econômicas embasados em critérios e dados epidemiológicos locais pertinentes a curva de contaminação e disseminação do novo Coronavírus – COVID-19 e que a Comissão Intergestores Regional – CIR homologará as decisões tomadas pelo conjunto de municípios de seu território após a avaliação, orientação e organização técnica para subsidiar a tomada de ação de enfrentamento à COVID-19 e posteriormente informará ao Centro de Operações de Emergência em Saúde – COES as

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE

Município tricampeão nacional em alfabetização Capital Catarinense da língua alemã

medidas adotadas na sua região de saúde;

VI - a Portaria nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde.

VII - as últimas recomendações exaradas pela COES – Central de Operações de Emergência em Saúde para a região oeste do Estado de Santa Catarina e da CIR – Comissão Inter Gestores Regional da Região de Saúde do Extremo-Oeste de Santa Catarina

VIII - a necessidade de regulamentação para a efetiva eficácia das medidas adotadas com vistas ao isolamento social e a aglomeração de pessoas, a fim de prevenir e evitar a transmissão de COVID-19 em nosso município,

DECRETA

Art. 1º. Ficam suspensos no território do município até 12 de outubro de 2020;

a) as aulas presenciais nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal relacionadas a educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA), sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente;

b) o calendário de eventos esportivos amadores organizados pelo Município, bem como o acesso público a eventos e competições da iniciativa privada, a prática de esportes coletivos, como vôlei de quadra, futsal, carteados, dominó, bocha, bilhar e outras modalidades que possam aglomerar pessoas, em clubes sociais, bares, lanchonetes e demais estabelecimentos sediados na cidade e no interior deste município, com exceção do futebol recreativo, cujos critérios para

c) a prática foram estabelecidos pelo Decreto Municipal nº 095, de 04 de setembro de 2020;

d) a realização de eventos culturais como shows, espetáculos, festas, teatro, cinema e similares que acarretem reunião de público em espaços públicos ou privados;

e) a concentração e a permanência de pessoas em espaços públicos de uso coletivos,

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE

Município tricampeão nacional em alfabetização Capital Catarinense da língua alemã

como centros sociais e/ou comunitários, parques, praças, áreas de lazer e afins.

Art. 2º. - É obrigatório o uso de máscara de tecido de proteção individual, de confecção manual, artesanal ou industrial, com cobertura da boca e nariz, para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em veículos utilizados para fretamento de pessoas.

Parágrafo único: Os estabelecimentos que, por suas características de prestação de serviços, necessitem de uso de EPI's específicos, não poderão substituí-los pelas máscaras de tecido.

Art. 3º - As atividades desempenhadas por bares, restaurantes, lanchonetes e estabelecimentos congêneres deverão observar as disposições constantes e vigentes nas Portarias da Secretaria de Estado da Saúde, nos decretos municipais vigentes e ainda:

- Horário diário de funcionamento compreendido entre as 6h00 até às 22h00;
- Priorização do atendimento mediante reserva e agendamento de horário, tele entrega ou retirada no estabelecimento;
- Proibição de utilização de espaços de playground existentes no interior dos estabelecimentos;
- Proibição da prática de qualquer espécie de jogos no interior dos estabelecimentos;
- Intensificação das medidas de higienização de superfícies e áreas circulantes, bem como, disponibilização de álcool gel 70% para os usuários nas entradas e saídas do estabelecimento, além de distanciamento mínimo de 1,5 m (um metro e cinquenta centímetros) entre os clientes;
- Priorização da ventilação natural dos ambientes.

Art. 4º Fica suspensa, até a data de 12 de outubro de 2020, em qualquer horário e ambiente, seja público ou privado, interno ou externo, a realização de eventos, confraternizações, festas e atividades de qualquer natureza que importem em aglomeração de pessoas.

§ 1º - O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo, acarretará a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de 1,0 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal), para o responsável e todos os participantes do evento.

§ 2º - Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoas físicas, o valor da multa será cobrado em dobro.

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE

Município tricampeão nacional em alfabetização Capital Catarinense da língua alemã

§ 3º - Em caso de reincidência do ato, por parte de pessoa jurídica, o valor da multa será cobrado em dobro, sem prejuízo da interdição do estabelecimento pelo prazo de 05 (cinco) dias.

§ 4º - Sem prejuízo da aplicação das multas previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal a ser apurada pela esfera competente.

§ 5º - Não se aplica a proibição constante do caput deste artigo para a realização das atividades que se encontram liberadas e reguladas pelas normas sanitárias vigentes.

§ 6º - Fica proibida também a realização de festas e confraternizações em residências particulares com pessoas que não as residentes no local com o intuito de evitar aglomerações e manter o isolamento social.

Art. 5º - As pessoas diagnosticadas infectadas com o coronavírus (Covid-19), devem manter-se em isolamento pelo tempo recomendado pelo profissional de saúde.

§ 1º - O descumprimento da medida prevista no caput deste artigo, acarretará a aplicação das infrações sanitárias e penalidades previstas na legislação sanitária vigente, além de multa no valor de 1,0 UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal).

§ 2º - Em caso de reincidência do ato o valor da multa será cobrado em dobro.

§ 3º - Sem prejuízo da aplicação das multas previstas acima, poderá haver a responsabilização criminal como incurso nas penas do artigo 268 do Código Penal por infração a determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa a ser apurada na esfera competente e, cumulativamente, às sanções previstas na Lei Municipal nº 016/12 (Código Sanitário Municipal).

Art. 6º - Ficam reconhecidos como autoridades de saúde no município de São João do Oeste os militares e servidores da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cabendo-lhes a fiscalização do cumprimento das medidas específicas de enfrentamento ao COVID-19, sem prejuízo da atuação de órgãos de competência fiscalizatória específica.

Art. 7º - Caberá à Vigilância Sanitária Municipal, compartilhada com Vigilância Sanitária Regional, à Defesa Civil Municipal e demais órgãos de saúde do município, como a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, a fiscalização das medidas constantes neste Decreto e demais normas sanitárias vigentes, as quais terão autonomia para interditar, multar ou adotar qualquer outra medida necessária para garantia da saúde pública, nas situações em que estejam descumprindo as normas estabelecidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19 previstas neste Decreto e em outros diplomas legais vigentes.

Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**

Município tricampeão nacional em alfabetização Capital Catarinense da língua alemã

Art. 8º - As medidas previstas neste Decreto poderão ser reavaliadas a qualquer momento, de acordo com a situação epidemiológica do município e da Região de Saúde.

Art. 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar das 0h do dia 08 de setembro de 2020.

São João do Oeste, 08 de setembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**DECRETO 098/2020**

Publicação Nº 2638075

DECRETO Nº 098, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO 1º CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FERNANDO BISIGO, Prefeito Municipal de São João do Oeste, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e a Lei Complementar nº 1.799, de 03 de abril de 2019, e

CONSIDERANDO-SE a aprovação do Regimento Interno do 1º Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São João do Oeste, conforme Ata da reunião realizada pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na data de 04 de setembro de 2020

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado o Regimento Interno do 1º Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São João do Oeste, na forma do texto anexo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São João do Oeste, SC, 10 de setembro de 2020.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

**REGIMENTO INTERNO DO 1º CONSELHO TUTELAR  
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE  
São João do Oeste /SC  
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - O presente Regimento Interno disciplina o funcionamento do Conselho Tutelar de São João do Oeste/SC, criado pela Lei Municipal nº 1.799/2019, de 20 de janeiro de 2020.

Art. 2º - O Conselho Tutelar de São João do Oeste /SC é composto por 05 (cinco) membros, escolhidos através do voto direto e secreto dos eleitores representantes de entidades previamente cadastradas no CMDCA.

§ 1º - Os membros do Conselho Tutelar serão nomeados e empossados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Oeste/SC, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha. (Redação dada pela Lei nº 13.824, de 2019)

§ 2º - Recondução significa a possibilidade de exercício de mandato subsequente, com a sujeição ao preenchimento de todos os requisitos para inscrição da candidatura e ao processo de escolha da comunidade.

§ 3º - Excepcionalmente o mandato 19 de dezembro de 2013 a 09 de janeiro de 2016, não será computado para recondução devido a alteração da legislação nacional (12.696/2012).

Art. 3º - O Conselho Tutelar funcionará em instalações exclusivas, fornecidas pelo Poder Público Municipal, situado à Rua Venâncio Aires, nº 88, Bairro: Centro, na sede do Município.

Art. 4º - O atendimento ao público será realizado na sede do Conselho, de segunda à sexta-feira, das 7:30 às 11:30 horas e das 13:15 às 17:15 horas.

§ 1º - Para o atendimento de situações emergenciais fora do horário de expediente, bem como aos sábados, domingos e feriados, será realizada uma escala de plantões, nos moldes do previsto no presente Regimento Interno, que será afixada na sede do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Oeste-SC.

a) o tempo em que o conselheiro tutelar ficar em sua residência aguardando, a qualquer momento, ser chamado para o serviço, será remunerado com 50% do valor da sua remuneração, conforme estabelece a lei municipal nº 1.799/2019 ( Art. 9 § 4º).

b) As horas extras comprovadas por justificativa e relógio ponto, serão negociadas e gozadas de forma compensatória com o aval do Presidente do Conselho Tutelar e comunicado ao colegiado antecipadamente.

§ 2º - O Conselho Tutelar também se deslocará periodicamente, em caráter preventivo, ou sempre que solicitado, às localidades situadas fora da sede do município, assim como para realizar visitas de inspeção às entidades e programas de atendimento à criança e ao adolescente

e outras diligências a seu cargo, caso em que permanecerão ao menos 02 (dois) membros do Conselho Tutelar em sua sede, durante o horário normal de expediente, de modo a garantir o regular atendimento ao público.

§ 3º - Os deslocamentos periódicos às localidades situadas fora da sede do município obedecerão a uma escala mensal previamente definida, sem prejuízo de outras diligências a serem realizadas naquelas, para atender a situações específicas que cheguem ao conhecimento do Conselho Tutelar.

## CAPÍTULO II - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 5º - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional encarregado pela comunidade local, de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, definidos na Lei nº 8.069/90 e Constituição Federal.

Art. 6º - São atribuições do Conselho Tutelar:

I- Atender as crianças e adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente: por ação ou omissão da Sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, e em razão de sua conduta, aplicando as seguintes medidas: a) Encaminhamento aos pais ou responsáveis; b) Orientação, apoio e acompanhamento temporários; c) Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; d) Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, criança e ao adolescente; e) Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial; f) Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos. g) Abrigo em entidade assistencial. II- Atender e aconselhar os pais ou responsável, e se for o caso, aplicar-lhes as seguintes medidas: a) Encaminhamento a programa oficial ou comunitário de promoção à família; b) Inclusão em programas de tratamento a alcoólatras e toxicômanos; c) Encaminhamento a cursos e programas de orientação; d) Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; e) Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar a sua frequência e aproveitamento escolar; f) Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamentos especializados; g) Advertência. III- Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) Requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) Representar junto a Autoridade Judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra o direito da criança e do adolescente; V- Encaminhar a Autoridade Judiciária os casos de sua competência; VI- Providenciar a medida estabelecida pela Autoridade Judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI do ECA para o adolescente autor de ato infracional; VII - Expedir notificações; VIII - Requisitar certidões de nascimento e de óbito de crianças ou adolescente;

IX- Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para plano e programa de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; X- Representar, em nome da pessoa e da família, contra programa ou programação de rádio ou televisão que desprezem valores éticos e sociais, bem como de propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente; XI- Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder. § 1º. O abrigo é medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para colocação em família substituta pela Autoridade Judiciária, não importando privação de liberdade. § 2º. O Conselho Tutelar encaminhará ao Promotor da Justiça da Infância e da Juventude o estudo social e outros documentos referentes à criança ou adolescente necessitado de família substituta, bem como os dados da família candidata ao encargo, para o ajuizamento da competente ação.

Art. 7º - As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas, pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Art. 8º - Sempre que necessário, os membros do Conselho Tutelar deverão orientar a todos que, na forma do disposto no art. 236, da Lei nº 8.069/90, constitui crime, punível de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção, impedir ou embaraçar a ação de membro do Conselho Tutelar, no exercício de atribuição prevista no referido Diploma Legal, podendo, a depender da situação, requisitar o concurso da força policial e mesmo dar voz de prisão àqueles que incorrerem na prática ilícita respectiva.

## CAPÍTULO III - DA COMPETÊNCIA:

Art. 9º- O Conselho se reunirá ordinariamente e extraordinariamente.

§ 1º - As sessões ordinárias serão realizadas semanalmente, todas as segundas-feiras com maioria simples de presenças e quinzenalmente com a presença de todos, registrando-se em ata.

§ 2º - As sessões, com acesso restrito aos Conselheiros Tutelares, objetivarão a discussão, deliberação, definição da linha de atuação, planejamento e avaliação de ações e análise das medidas, visando referendar ações tomadas individualmente em caráter emergencial.

Art. 10 - De cada sessão plenária do conselho será lavrada uma ata assinada pelos conselheiros presentes, contendo os assuntos tratados e as deliberações tomadas, com posterior registro no prontuário de casos.

Art. 11 - Poderão participar das reuniões do Conselho, mediante convite, sem direito a voto, representantes e dirigentes de instituições, cuja atividade contribua para a realização dos objetivos do Conselho.

Art. 12 - O Conselho Tutelar é competente para atender qualquer criança ou adolescente em situação de risco, cujos pais ou responsável tenham domicílio na área territorial correspondente ao município de São João do Oeste /SC (cf. arts 138 c/c 147, inciso I, da Lei nº 8.069/90).

§ 1º - Quando os pais ou responsável forem desconhecidos, já falecidos, ausentes ou estiverem em local ignorado, é competente o Conselho Tutelar do local em que se encontra a criança ou adolescente (cf. arts 138 c/c 147, inciso II, da Lei nº 8.069/90);

§ 2º - Tratando-se de criança ou adolescente cujos pais ou responsável tenham domicílio em outro município, realizado o atendimento emergencial, o Conselho Tutelar comunicará o fato às autoridades competentes daquele local;

§ 3º - O encaminhamento da criança ou adolescente para município diverso somente será concretizado após a confirmação de que seus pais ou responsável são de fato lá domiciliados, devendo as providências para o recâmbio ser providenciadas pelo órgão público responsável pela assistência social do município de origem da criança ou adolescente, cujos serviços podem ser requisitados pelo Conselho Tutelar local, na forma prevista no art.136, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.069/90;

§ 4º - Em nenhuma hipótese o recâmbio da criança ou adolescente a seu município de origem, ou a busca de uma criança ou adolescente cujos pais sejam domiciliados no município de São João do Oeste/SC, e se encontre em local diverso, ficará sob a responsabilidade do Conselho Tutelar, ao qual incumbe apenas a aplicação da medida correspondente (art.101, inciso I, da Lei nº 8.069/90), com a requisição, junto ao órgão público competente, dos serviços públicos necessários à sua execução (cf. art.136, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.069/90);

§ 5º - Com o retorno da criança ou adolescente que se encontrava em município diverso, antes de ser efetivada sua entrega a seus pais ou responsável, deve ser perquirido, se necessário com o auxílio de profissionais das áreas da psicologia e assistência social, as razões de ter aquele deixado a residência destes, de modo a apurar a possível ocorrência de maus tratos, violência ou abuso sexual, devendo, conforme

o caso, se proceder na forma do disposto no art.6º, deste Regimento Interno.

## CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO

### Seção I – Dos serviços administrativos:

Art. 13: A prefeitura Municipal de São João do Oeste disponibilizará, quando necessário, funcionários para dar apoio administrativo as atividades desenvolvidas pelo Conselho Tutelar.

§1º Não poderá compor a equipe de apoio, funcionários que sejam cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou em linha colateral até o 2º grau de qualquer dos Conselheiros;

§2º - Não poderão assinar nenhum documento e responder, em hipótese alguma, em nome do Conselho Tutelar;

Artigo 14 - Ao motorista a serviço quando solicitado pelo Conselho Tutelar competem transportar os Conselheiros Tutelares, pais e responsáveis, crianças, adolescentes ou qualquer pessoa da comunidade desde que esteja envolvida nos atendimentos do Conselho Tutelar.

I - Deverá transportar os Conselheiros Tutelares para: visitas, reuniões, assembleias, audiências, conferências, comissões pertinentes e cursos afins e/ou qualquer serviço de uso exclusivo do Conselho Tutelar;

II - Entregar documentos.

III – Conforme Lei Municipal os Conselheiros Tutelares Titulares devidamente habilitados poderão efetuar o transporte com o veículo do Conselho Tutelar.

### Seção II - Do Colegiado:

Art. 15 - São atribuições do colegiado:

I - coordenar as sessões plenárias, participando das discussões e votações;

II - convocar as sessões extraordinárias;

III – eleger (2) dois conselheiros para representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades;

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

VI - realizar rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de plantão;

VII – eleger 2 (dois) ou 1(um) conselheiro(s) para participar(em) das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos arts. 88, inciso III, 90, 101, 112 e 129, da Lei nº 8.069/90;

VIII - enviar mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a relação de frequência e a escala de plantões dos Conselheiros;

IX - comunicar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais e/ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI – encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão;

XII - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho.

### Seção III - Do Plenário:

Art. 16 - O Conselho Tutelar se reunirá periodicamente em sessões ordinárias e extraordinárias.

§ 1º - As sessões ordinárias ocorrerão todas as segundas feiras pela manhã, na sede do Conselho Tutelar, com a presença mínima de três Conselheiros;

§ 2º - As sessões extraordinárias serão convocadas por no mínimo, dois Conselheiros, podendo ocorrer a qualquer dia, horário e local, com prévia comunicação a todos os membros do Conselho Tutelar;

§ 3º - As sessões objetivarão a discussão e resolução dos casos, planejamento e avaliação de ações e análise da prática, buscando sempre aperfeiçoar o atendimento à população;

§ 4º - Serão também realizadas sessões periódicas especificamente destinadas à discussão dos problemas estruturais do município, bem como a necessidade de adequação do orçamento público às necessidades específicas da população infanto-juvenil;

§ 5º - Por ocasião das sessões referidas no parágrafo anterior, ou em sessão específica, realizada no máximo ao final de cada semestre, o Conselho Tutelar deverá discutir e avaliar seu funcionamento com a população e representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público e Poder Judiciário, de modo a aprimorar a forma de atendimento e melhor servir a população infanto-juvenil, sendo facultado à comunidade e demais autoridades a apresentação de sugestões e reclamações.

§ 6º - As deliberações do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria simples dos Conselheiros presentes;

§ 7º - Serão registrados em ata todos os incidentes ocorridos durante a sessão deliberativa, assim como as deliberações tomadas e os encaminhamentos efetuados.

Art. 17 - As sessões do Conselho Tutelar serão realizadas da seguinte forma:

I - Tratando-se de discussão e resolução de caso de criança ou adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional (conduta descrita pela lei como crime ou contravenção) a sessão será restrita, observado as regras dos arts. 143 e 247, da Lei nº 8.069/90;

II - Nestas situações bem como em outras que exigirem a preservação da imagem e/ou intimidade da criança ou do adolescente e de sua família (cf. arts. 15, 17 e 18, da Lei nº 8.069/90), somente será permitida a presença de familiares e dos técnicos envolvidos no atendimento do caso, além de representantes do Poder Judiciário, Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - Ressalvadas as situações descritas nos parágrafos anteriores, as sessões do Conselho Tutelar serão abertas ao público, caso em que qualquer pessoa, técnico ou representante de instituição, cuja atividade contribua para a realização dos objetivos do Conselho, poderá pedir a palavra para manifestar-se sobre a matéria do dia;

IV - Para as sessões em que forem discutidos problemas estruturais do município, bem como a necessidade de adequação do orçamento público às necessidades específicas da população infanto-juvenil, serão convidados representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, assim como dos órgãos públicos municipais encarregados da saúde, educação, assistência social, planejamento e finanças;

Parágrafo único - Todas as manifestações e votos dos membros do Conselho Tutelar serão abertas, sendo facultado ao(s) Conselheiro(s)

vencido(s) o registro, em ata, de seu(s) voto(s) divergente(s).

Art. 18 - As datas, horários e locais em que serão realizadas as sessões ordinárias e extraordinárias serão previamente comunicados à autoridade judiciária, representante do Ministério Público e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos quais será permitido o acompanhamento do caso e a manifestação, antes da decisão do Conselho Tutelar.

Art. 19 - De cada sessão lavrar-se-á, uma ata simplificada, assinada por todos os Conselheiros presentes, com o resumo dos assuntos tratados, das deliberações tomadas e suas respectivas votações.

Seção IV - Do Conselheiro:

Art. 20 - A cada Conselheiro Tutelar em particular compete, entre outras atividades:

I - proceder sem delongas a verificação dos casos (estudo da situação pessoal, familiar, escolar e social) que lhe sejam distribuídos, tomando desde logo as providências de caráter urgente, preparando sucinto relatório, escrito em relação a cada caso para apresentação à sessão do Plenário, cuidando da sua execução e do acompanhamento até que se complete o atendimento;

II - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de plantão, comparecendo à sede do Conselho nos horários previstos para o atendimento ao público;

III - auxiliar o colegiado nas suas atribuições específicas, especialmente na recepção de casos e atendimento ao público;

IV - discutir, sempre que possível, com outros Conselheiros as providências urgentes que lhe cabem tomar em relação a qualquer criança ou adolescente em situação de risco, assim como sua respectiva família;

V - discutir cada caso de forma serena respeitando às eventuais opiniões divergentes de seus pares;

VI - tratar com respeito e urbanidade os membros da comunidade, principalmente as crianças e adolescentes, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

VII - visitar a família da criança ou adolescente cuja verificação lhe couber;

VIII - executar outras tarefas que lhe forem destinadas na distribuição interna das atribuições do órgão.

Parágrafo único - É também dever do Conselheiro Tutelar declarar-se impedido de atender ou participar da deliberação de caso que envolva amigo íntimo, inimigo ou parente seu ou de cônjuge ou companheiro(a) até o 3º (terceiro) grau.

Art. 21 - É expressamente vedado ao Conselheiro Tutelar:

I - usar da função em benefício próprio;

II - romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre;

III - manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV - recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;

V - aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI - deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido;

VII - exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos da Lei;

VIII - receber, em razão do cargo, qualquer verba a título de honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências.

## CAPÍTULO V - DO PROCEDIMENTO TUTELAR:

Art. 22 - As regras de procedimento do presente Capítulo devem ser interpretadas como orientações gerais, conforme artigo 6º. do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 23 - Para deliberar acerca das medidas a serem aplicadas à criança, adolescente, seus pais ou responsável, o Conselho Tutelar atuará necessariamente de forma conjunta, através do colegiado, discutindo inicialmente cada caso cuja verificação já foi concluída pelo Conselheiro encarregado, e votando em seguida as medidas propostas pelo relator ou outro integrante.

§ 1º - Quando necessária a requisição de serviços públicos, nos moldes do previsto no art.136, incisos III, letra "a" e VIII, assim como quando do oferecimento de representação em razão de irregularidade em entidade de atendimento ou quando da prática de infração administrativa (art.136, inciso III, letra "b" e arts.191 e 194, da Lei nº 8.069/90), ou nas hipóteses do art.136, incisos X e XI, da Lei nº 8.069/90, será também exigida deliberação da plenária do Conselho Tutelar;

§ 2º - Nas demais hipóteses relacionadas no art.136, da Lei nº 8.069/90, é admissível a atuação isolada do Conselheiro encarregado de cada caso, mediante distribuição;

§ 3º - O Conselheiro Tutelar que prestar o atendimento inicial a uma criança, adolescente ou família, ficará vinculado a todos os demais casos que forem a estas relacionados, que lhe serão distribuídos por dependência, até sua efetiva solução;

§ 4º - A fiscalização de entidades de atendimento, nos moldes do previsto no art. 95, da Lei nº 8.069/90, será sempre realizada por, no mínimo, 02 (dois) Conselheiros, mediante escala mensal a ser elaborada, que deverão apresentar à plenária um relatório da situação verificada.

Art. 24 - Durante o horário de atendimento ao público, pelo menos 01 (um) Conselheiro Tutelar deverá permanecer na sede do órgão, ressalvada a necessidade de deslocamento, em caráter emergencial, para atendimento imediato de casos urgentes.

§1º - O Conselho Tutelar providenciará para que todos os órgãos e instituições que prestem atendimento emergencial à criança e adolescente, como hospitais, postos de saúde, Polícias Civil e Militar, Vara da Infância e da Juventude, Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude e outros sejam informadas do telefone e endereço dos Conselheiros Tutelares de plantão, assim como da escala respectiva.

Art. 25 - Ao receber o Conselho Tutelar qualquer notícia de criança ou adolescente em situação de risco, seja por comunicação de algum cidadão, dos pais ou da própria criança ou adolescente, seja de autoridade ou de funcionário público, seja de forma anônima, via postal ou telefônica, ou ainda por constatação pessoal, anotar-se-á os principais dados em livro ou ficha apropriada, distribuindo-se o caso de imediato a um dos Conselheiros, que desencadeará logo a verificação do caso.

§ 1º - As providências de caráter urgente serão tomadas pelo Conselheiro de plantão, independente de qualquer formalidade, procedendo depois ao registro dos dados essenciais para a continuação da verificação e demais providências;

§ 2º - Tal verificação far-se-á por qualquer forma de obtenção de informações, especialmente por constatação pessoal do Conselheiro, através de visita à família ou a outros locais, oitiva de pessoas, solicitação/requisição de exames ou perícias e outros;

§ 3º - Concluída a verificação, o Conselheiro encarregado fará um relatório do caso, registrando as principais informações colhidas, as providências já adotadas, as conclusões e as medidas que entende adequadas;

§ 4º - Na sessão do Conselho fará o encarregado primeiramente o relatório do caso, passando em seguida o colegiado a discussão e votação das medidas de proteção aplicáveis a criança ou adolescente (art. 101, I a VII do Estatuto da Criança e do Adolescente), aos pais e responsáveis (art. 129, I a VII do Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como outras iniciativas e providências que o caso requer;

§ 5º - Caso entenda o Conselho serem necessárias mais informações e diligências para definir as medidas mais adequadas, transferirá o caso para a ordem do dia da sessão seguinte, providenciando o Conselheiro encarregado a complementação da verificação;

§ 6º - Entendendo o Conselho Tutelar que nenhuma providência lhe cabe adotar, arquivará o caso;

§ 7º - Definindo o Plenário as medidas, solicitações e providências necessárias o Conselheiro Tutelar encarregado do caso cuidará de imediato da execução, comunicando-as expressamente aos interessados, expedindo as notificações necessárias (cf. art.136, inciso VII, da Lei nº 8.069/90), tomando todas as iniciativas para que a criança e/ou adolescente sejam efetivamente atendidos e seus problemas resolvidos;

§ 8º - Se no acompanhamento da execução o Conselheiro encarregado verificar a necessidade de alteração das medidas ou de aplicação de outras (cf. art. 99, da Lei nº 8.069/90), levará novamente o caso à próxima sessão do Conselho;

§ 9º - Cumpridas as medidas e solicitações e constatando o encarregado que a criança e o adolescente voltaram a ser adequadamente atendidos em seus direitos fundamentais, o Plenário arquivará o caso.

Art. 26 - Em recebendo o Conselho Tutelar notícia de fato que caracterize, em tese, infração penal praticada contra criança ou adolescente, inclusive em razão do disposto nos arts. 13 e 56, inciso I, da Lei nº 8.069/90, será efetuada imediata comunicação ao Ministério Público (cf. art. 136, inciso IV, da Lei nº 8.069/90).

Parágrafo único - Nas hipóteses previstas neste artigo, o Conselho Tutelar deverá articular sua atuação junto à polícia judiciária, de modo a não comprometer a investigação policial acerca da efetiva ocorrência da aludida infração penal, que cabe apenas a esta (e não ao Conselho Tutelar) realizar.

#### CAPÍTULO VIII – DOS SUPLENTE

Art. 27. Todos os candidatos que participarem do pleito, a partir do sexto mais votado por área serão considerados suplentes.

Art. 28. Na hipótese de vacância ou de substituição temporária por férias ou outra licença do titular, será convocado a assumir o suplente, segundo a ordem de classificação por área.

Art. 29. Sempre que necessária a convocação de suplente, e não houver nenhum na lista, cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar processo seletivo para preenchimento do cargo vago e definição de novos suplentes, pelo tempo restante do mandato dos demais membros.

Art. 30. Os suplentes serão convocados por ordem de classificação por área, nos casos de:

II – vacância, por renúncia, destituição ou perda da função, falecimento ou outras hipóteses de afastamento definitivo.

Art. 31. Durante a substituição temporária, terá o substituto direito à mesma remuneração do substituído e aplicam-se as normas da Administração Pública Municipal.

#### CAPÍTULO VI – DA PERDA DO MANDATO.

Artigo 32 - Perderá o mandato o conselheiro que for condenado por sentenças irrecorríveis pela prática de crimes dolosos ou de contravenção, que tenham relação com as atribuições do conselheiro tutelar.

Parágrafo Único – Verificada a hipótese prevista neste artigo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, declara vago o posto de conselheiro, dando posse imediata ao primeiro suplente.

#### CAPÍTULO VII – DAS LICENÇAS E FÉRIAS.

Artigo 33 - As licenças e férias serão concedidas conforme o disposto no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de São João do Oeste-SC, devendo ser requeridas por escrito, à presidência do Conselho de Direitos da Criança e Adolescente com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, salvo casos de urgências.

Artigo 34 - A licença maternidade será concedida a Conselheira Gestante, ou a Conselheira que adotar ou obtiver guarda judicial de criança para fins de adoção, por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo Único: no Período em que o Conselheiro estiver de férias ou licença acima de 15 dias assumirá as funções deste, durante a vigência do período de férias/licença o primeiro suplente deste, ou, o 6º suplente mais votado.

#### CAPÍTULO VIII - DOS SERVIÇOS AUXILIARES:

Art. 35 - São auxiliares do Conselho Tutelar os funcionários designados ou postos à disposição pelo Poder Público.

Parágrafo único - Os funcionários, enquanto à disposição do Conselho Tutelar, ficam sujeitos à coordenação e orientação do colegiado.

#### CAPÍTULO IX - DA VACÂNCIA:

Art. 36 - A vacância na função de Conselheiro Tutelar dar-se-á por:

I - falecimento;

II - perda do mandato;

III - renúncia.

Art. 37 - A vaga será considerada aberta na data do falecimento, na estabelecida na renúncia, ou da publicação da sentença irrecorrível que gerar a perda do mandato.

Art. 38 - O falecimento do Conselheiro deverá ser comunicado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo Presidente do Conselho Tutelar, dentro de, no máximo 05 (cinco) dias, contados da sua data.

Art. 39 - O pedido de renúncia será imediatamente encaminhado pelo próprio interessado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### CAPÍTULO X - DAS PENALIDADES:

Art. 40 - Estará sujeito à perda do mandato o Conselheiro Tutelar que:

I - faltar a cinco sessões alternadas ou três consecutivas sem uma justificativa aprovada pela Presidência do Órgão;

II - descumprir os deveres inerentes à função;

III - for condenado por crime ou contravenção com sentença transitada em julgado;

Parágrafo único - Nas hipóteses relacionadas nos itens I e II deste artigo, poderá ser aplicada, como alternativa à perda do mandato, a pena de suspensão do exercício da função, pelo período de 01 (um) a 03 (três) meses.

Art. 41 - Nas hipóteses relacionadas nos itens I, II e IV do artigo anterior, o Conselheiro Tutelar será submetido a um procedimento administrativo próprio, perante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sendo assegurado o contraditório e a ampla

defesa, nos moldes do previsto no art. 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal.

§ 1º - No curso do procedimento administrativo, poderá ser determinado o afastamento cautelar do Conselheiro Tutelar acusado do exercício das funções, caso em que terá direito ao recebimento de apenas a metade dos subsídios regulamentares;

§ 2º - Havendo a suspeita da prática, em tese, de infração penal por parte de membro do Conselho Tutelar, será o fato comunicado ao representante do Ministério Público, para a tomada das providências cabíveis, na esfera criminal.

Art. 42 - Faltando injustificadamente ao expediente ou aos plantões, o Conselheiro terá descontadas as suas faltas nos seus subsídios.

#### CAPÍTULO XI - DOS SUBSÍDIOS

Art. 43 - Os Conselheiros receberão subsídios mensais, através da Secretaria Municipal da Saúde e Promoção Social de São João do Oeste/SC, que fará o pagamento até o último dia de cada mês.

§ 1º A remuneração, considerando ser a atividade de membro do Conselho Tutelar exercida em caráter permanente e submetida a regime de horários próprios (art. 37, da Resolução nº 139/CONANDA), a Administração Municipal, a fim de definir a remuneração de seus membros deve levar em conta: a relevância e complexidade das atividades; e, também a carga horária requerida para o eficiente desempenho das funções, estabelecendo, no mínimo, uma remuneração equivalente ao menor vencimento praticado no município, para os servidores públicos (com nível superior) da municipalidade.

§ 2º o tempo em que o conselheiro tutelar ficar em sua residência aguardando, a qualquer momento, ser chamado para o serviço, será remunerado com 50% do valor da sua remuneração, conforme estabelece a lei municipal nº 1.799/2019.

§ 3º As horas extras comprovadas por justificativa e relógio ponto, serão negociadas e gozadas de forma compensatória com o aval do Presidente do Conselho Tutelar e comunicado ao colegiado antecipadamente.

Art. 44 - O Conselheiro Tutelar continuará recebendo seus subsídios, uma vez afastado por licença médica, pelo período de 15(quinze) dias, e o excedente receberá através da previdência social.

Parágrafo único - A licença médica deverá, obrigatoriamente, ser enviada ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para conhecimento.

Art. 45 - Os Conselheiros Tutelares terão direito à licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias e à licença-paternidade de 05 (cinco) dias. (Art. 22, PROJETO DE LEI PE/Nº 037/13)

Parágrafo único - O disposto no artigo anterior também se aplica no caso de adoção de criança ou adolescente, independentemente da idade do (a) adotado (a).

Art. 46 - Após cada ano de exercício no cargo o Conselheiro Tutelar terá direito a 30 (trinta) dias de férias, sem prejuízo de seus subsídios.

§ 1º - A escala de férias deverá ser enviada pelo Secretário Geral do Conselho Tutelar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o dia 20 de dezembro.

§ 2º - Não serão permitidas férias de mais de 02 (dois) Conselheiros Tutelares durante o mesmo período.

Art. 47 - Ocorrendo vacância, licenças, férias ou qualquer outra causa que determine o afastamento do Conselheiro Tutelar titular, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente convocará imediatamente o suplente para assumir a função, tendo este direito a receber os subsídios devidos pelo período em que efetivamente vier a ocupar a respectiva vaga, sem prejuízo da continuidade do pagamento dos subsídios ao titular, quando estes forem devidos.

#### CAPÍTULO XII - DISPOSIÇÕES FINAIS:

Art. 48 - O presente Regimento Interno poderá ser alterado por 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Tutelar de São João do Oeste/SC, em sessão extraordinária designada especificamente para este fim, da qual será feita comunicação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ministério Público e Poder Judiciário, assim como dada ampla publicidade à população local.

§ 1º - Este Regimento Interno deverá ser revisto no prazo máximo de 12 (doze) meses da data de sua publicação na Imprensa Oficial do Município.

§ 2º - As propostas de alteração serão analisadas ou modificadas pelos próprios Conselheiros Tutelares, e apresentadas aos representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Oeste/SC, Ministério Público, Poder Judiciário, Câmara Municipal e população em geral.

Art. 49 - As situações omissas no presente regimento serão resolvidas pela plenária do próprio Conselho Tutelar.

Art. 50 - Este Regimento Interno entrará em vigor após encaminhado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de São João do Oeste/SC e devidamente publicado pela Imprensa Oficial do Município.

Parágrafo único - Cópia integral deste Regimento Interno será afixada na sede do Conselho Tutelar, para conhecimento do público em geral.

[Anélia Ternus ]

[Jaqueline Rockenbach Teloeken ]

[Mikele Vogt da Luz ]

[Sidmar Zanette ]

[Vanessa Bouffleur]

São João do Oeste— SC, 31 de Agosto de 2020.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 091 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638311

DECRETO Nº 091 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

“Transpõe dotações do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 5º da Lei nº 1865 de 03 de dezembro 2019 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a transposição de saldos no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2022 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE E EQUIPES DE PROGRAMAS DE SAÚDE BÁSICA

3.3.93.00.00.00.00.0085 – Aplicação Direta Decorrente de Oper. entre Órgãos ..... R\$ 280.000,00

TOTAL ..... R\$ 280.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro, será anulada parcialmente a seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2022 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE E EQUIPES DE PROGRAMAS DE SAÚDE BÁSICA

3.1.90.00.00.00.00.0085 – Aplicações Diretas ..... R\$ 280.000,00

TOTAL ..... R\$ 280.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
10 de setembro de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária Municipal de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 092 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638317

DECRETO Nº 092 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

“Abre Crédito Suplementar ao Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências”.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 6º da Lei nº 1865 de 03 de dezembro 2019 (Lei Orçamentária);

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica determinada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 280.000,00 (duzentos e oitenta mil reais), para cobertura de dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, conforme segue:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0009.2022 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE E EQUIPES DE PROGRAMAS

DE SAÚDE BÁSICA

3.1.90.00.00.00.00.0090 – Aplicações Diretas ..... R\$ 280.000,00

TOTAL ..... R\$ 280.000,00

Art. 2º - Para cobertura da dotação do artigo primeiro será utilizado o excesso de arrecadação de recurso vinculado do SUS – Sistema Único de Saúde – Coronavírus (COVID 19), verificado no exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,  
10 de setembro de 2020.

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte.

TAISE DOS SANTOS ALVES  
Secretária Municipal de Administração e Finanças

# São Joaquim

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 324/2020

Publicação Nº 2638790

DECRETO Nº 324/2020

“QUE AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO  
OUTORGAR ESCRITURA PÚBLICA”

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - De acordo com o Requerimento Protocolado sob o Nº 014, datado de 09/09/2020; e em conformidade com as Leis Nº 1.918/1994, de 25/08/1994, Lei Nº 1.925/1994, de 13/10/1994 e Lei Nº 2.982/2010, de 26/11/2010; fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar a competente Escritura Pública a SERGIO DA SILVA MUNIS SOBRINHO de 01 (um) lote de terras Nº 443, quadra “025”, medindo 250,00m2, situado na Rua Acilio Cavalheiro do Amaral, Bairro Santa Paulina, Loteamento Olaria/Sandrini, nesta cidade.

Parágrafo Único – Fica fazendo parte integrante deste Decreto xerox do Mapa e Memorial Descritivo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 10 de setembro de 2020.

GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal

# São José

## PREFEITURA

### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA CONCORRÊNCIA Nº 003/2020

Publicação Nº 2638901

#### ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 003/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1345/2020  
PROCESSO DE COMPRA Nº 071/2020

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS, EM PONTOS DE PARADA DO TRANSPORTE COLETIVO URBANO E SUA ACESSIBILIDADE NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO à Qualificação Técnica.

#### EMPRESAS PARTICIPANTES:

- AJ MONTAGEM E SERRALHERIA EIRELI;
- STOCK CONSTRUÇÕES COMERCIAL LTDA EPP;
- DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI;
- METALFLEX LTDA;
- FLORIPAINES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA;
- TOMCZAK INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI;
- ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EIRELI ME;
- MW AMAZÔNIA SERVIÇOS LTDA EPP;
- KG2 ENGENHARIA LTDA;
- CONSTRUMAQ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

#### 1 - MANIFESTAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA:

Em colaboração com o presente certame, a Secretaria de SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E TRÂNSITO exarou despacho manifestando que todas as empresas participantes do certame estão **TECNICAMENTE HABILITADAS**.

#### 2 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente atendidas pelas empresas participantes do certame.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) **RESOLVE**:

#### HABILITAR AS EMPRESAS:

- AJ MONTAGEM E SERRALHERIA EIRELI;
- STOCK CONSTRUÇÕES COMERCIAL LTDA EPP;
- DELTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MOBILIÁRIO URBANO EIRELI;
- METALFLEX LTDA;
- FLORIPAINES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA;
- TOMCZAK INDÚSTRIA DE ESTRUTURAS METÁLICAS EIRELI;
- ANA CAROLINE CARDOSO EMPREITEIRA EIRELI ME;
- MW AMAZÔNIA SERVIÇOS LTDA EPP;
- KG2 ENGENHARIA LTDA;
- CONSTRUMAQ INDÚSTRIA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 21/09/2020, às 14h30h, no Centro Administrativo do Município de São José, conforme com a PORTARIA CONJUNTA SADM/PGM nº 008 de 15 de abril de 2020.

São José, 10 de setembro de 2020.

Júnior Palharini Garcia

Paulo Dutra



Presidente da CPL		Membro da CPL			
Humberto Alcino da Silva	Iriberto Antônio M. Júnior				
Membro da CPL	Membro da CPL				

**DECRETO Nº 13697/2020**

Publicação Nº 2639535

DECRETO Nº 13697/2020

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o inciso III do artigo 41 e artigo 44 da Lei Federal nº 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Extraordinário, na importância de R\$ 6.327.174,00 (seis milhões, trezentos e vinte e sete mil e cento e setenta e quatro reais), referente às dotações consignadas no Orçamento do Município de São José, a seguir especificadas:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.301.0102.2.531 – Ações de Atenção Básica

44608 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 2.685.580,00  
44609 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 27.583,00  
44610 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 1.157,00  
44611 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 56.763,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 2.771.083,00

25.01.10.301.102.2.532 – Ações de Saúde da Família

44612 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 596.692,00  
44613 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 16.139,00  
44614 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 403,00  
44615 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 20.427,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 633.661,00

25.01.10.301.102.2.533 – Ações do Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF

44616 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 91.043,00  
44617 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 126,00  
44618 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 3.954,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 95.123,00

25.01.10.301.102.2.535 – Ações com Agente Comunitários

44619 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 260.735,00  
44620 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 65.875,00 44621 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 722,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 327.332,00

## 25.01.10.302.0102.2.537 – Ações de Atenção Especializada

44623 – 3.1.90.04.00.00.1122 – Contratação por Tempo Determinado,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 11.991,00  
44624 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 1.186.513,00  
44625 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 18.881,00  
44626 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 616,00  
44627 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 29.600,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 1.247.601,00

## 25.01.10.302.0102.2.539 – Ações de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU

44628 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 70.681,00  
44629 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 13.865,00  
44630 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 92,00  
44631 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 6.312,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 90.950,00

## 25.01.10.302.102.2.540 – Ações do Centro de Atendimento Psicossocial

44632 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 246.441,00  
44633 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 9.763,00  
44634 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 92,00  
44635 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 10.613,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 266.909,00

## 25.01.10.304.102.2.542 – Ações de Vigilância Sanitária

44637 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 25.559,00  
44638 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 46,00  
44639 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 3.451,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 29.056,00

## 25.01.10.305.0102.2.543 – Ações da Vigilância Epidemiológica

44640 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 170.912,00  
44641 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 20.600,00  
44642 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 285,00  
44643 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 15.528,00  
Total desta Atividade ..... R\$ 207.325,00

## 25.01.10.305.102.2.544 – Ações de DST/AIDS/Hepatites Virais

44644 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 137.718,00 44645 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas  
Variáveis – Pessoal Civil,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 11.802,00  
44646 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 35,00

44647 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 2.827,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 152.382,00

25.01.10.122.0102.2.545 – Administração Geral da Saúde

44648 – 3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 458.958,00  
 44649 – 3.1.90.16.00.00.1122 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil,  
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 24.059,00  
 44650 – 3.3.90.08.00.00.1122 – Outros Benefícios Assistenciais,  
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 297,00  
 44651 – 3.3.90.46.00.00.1122 – Auxílio Alimentação,  
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 22.438,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 505.752,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 6.327.174,00  
 Total do Crédito Adicional Extraordinário ..... R\$ 6.327.174,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Extraordinário, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação dos Recursos previstos no inciso II do Artigo 5º da Lei Complementar 173/2020 (de livre movimentação), consignados no Orçamento vigente com o código 1122.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
 Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 13699/2020**

Publicação Nº 2639534

DECRETO Nº 13699/2020

ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2020.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município e, em conformidade com o inciso III do artigo 41 e artigo 44 da Lei Federal nº 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Extraordinário, na importância de R\$ 264.907,00 (duzentos e sessenta e quatro mil e novecentos e sete reais), criando, no Orçamento do Município de São José, nova Classificação Orçamentária, a seguir especificada:

25.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 25.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

25.01.10.304.102.2.542 – Ações de Vigilância Sanitária

3.1.90.11.00.00.1122 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil,  
 Recursos da Lei Complementar 173/2020 - Art.5º, Inc.II.....R\$ 264.907,00  
 Total desta Atividade ..... R\$ 264.907,00  
 Total do Órgão ..... R\$ 264.907,00  
 Total do Crédito Adicional Extraordinário ..... R\$ 264.907,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Extraordinário, aberto na forma disposta no artigo 1º deste Decreto, correrão à conta do Excesso de Arrecadação dos Recursos previstos no inciso II do Artigo 5º da Lei Complementar 173/2020 (de livre movimentação), consignados no Orçamento vigente com o código 1122.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de agosto de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
 Prefeita Municipal

**DECRETO Nº 13791/2020**

Publicação Nº 2638991

DECRETO Nº 13791/2020  
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, o servidor AUGUSTO BOUSFIELD do cargo de Coordenador Financeiro – CCM-5, com lotação na Autarquia São José Previdência.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos a partir de 10 de setembro de 2020.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de setembro de 2020.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

**INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2020**

Publicação Nº 2638499

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 002/2020

Fixa normas para a promoção por cursos de atualização ou aperfeiçoamento aos ocupantes de cargo de provimento efetivo dos membros do magistério municipal, de acordo com os artigos 16, II, e 19 da Lei Municipal nº 4.422/2006.

A Secretária Municipal de Educação de São José – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do Parágrafo único, do artigo 66, da Lei Orgânica Municipal e pelas demais disposições contidas na legislação municipal, e

Considerando a Lei Municipal nº 4.422/2006, nos artigos 15, parágrafo único e 16, parágrafo único, que dispõem sobre a progressão funcional do membro do magistério na modalidade promoção por cursos de atualização e /ou aperfeiçoamento;

Considerando a Lei Municipal nº 4.422/2006, artigo 17, I, o qual estabelece que o progresso funcional ocorrerá de forma horizontal de uma referência para outra imediatamente superior ou de forma vertical na situação da referência "E" para a referência "A" do nível subsequente nas modalidades previstas nos incisos I e II do artigo 16;

Considerando que a Lei Municipal nº 4.422/2006, no artigo 19, dispõe: a promoção por cursos de atualização ou aperfeiçoamento, até o limite de 07(sete) referências na carreira, ocorrerá a cada 03 (três) anos de forma intercalada com a promoção por tempo de serviço, a partir de agosto de 2012;

Considerando Art. 8º, IX, Lei Complementar nº173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19);

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando o teor do Decreto 515/2020 do Estado de Santa Catarina que decretou situação de emergência em todo território catarinense;

Considerando o teor do Decreto 132117/2020 que declarou Situação de Emergência de Saúde Pública no Município de São José;

RESOLVE:

Art. 1º - Disciplinar o envio online de diplomas, certificados e demais documentos de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e formação continuada referente ao progresso funcional por promoção por cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento aos ocupantes de cargo de provimento efetivo do Magistério Municipal admitidos nos anos de 2008 e 2014.

Parágrafo único – O progresso funcional promoção por cursos de atualização e / ou aperfeiçoamento aos ocupantes de cargo de provimento efetivo do Magistério Público Municipal obedecerá ao disposto nesta instrução normativa.

Art. 2º - O progresso funcional promoção por cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento referida nos artigos 16, II e 19 da Lei Municipal nº 4.422/2006 é a modalidade de progresso funcional de forma horizontal do membro do magistério público municipal que, atendidos os requisitos legais, alcançar a referência imediatamente superior.

Art. 3º - Não terão direito ao progresso funcional promoção por cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização, nos termos do artigo 22 da Lei Municipal nº 4.422/2006, o membro do magistério:

I – cuja estabilidade no cargo não tenha sido declarada (em estágio probatório);

II – que tenha interstício inferior a 02(dois) anos de efetivo exercício;

III – em licença sem vencimentos;

IV – à disposição de órgãos não pertencentes à estrutura da Secretaria Municipal de Educação e Fundação Municipal de Cultura e Turismo, exceto se no exercício de mandato classista em sindicato, federação ou confederação, representando os servidores do Quadro de Pessoal do Município de São José e no exercício de cargo de provimento em comissão no Município de São José;

V – que tenha recebido suspensão disciplinar superior a 03(três) dias;

VI – com prisão decorrente de decisão judicial transitada em julgado;

Art. 4º - A promoção por cursos de atualização e /ou aperfeiçoamento dar-se-á com o movimento funcional do servidor em uma referência por conclusão de cursos de atualização ou aperfeiçoamento que alcancem o somatório de 120 (cento e vinte) horas e que tenham relação

direta com o cargo, disciplina e área de ensino do membro do magistério.

§ 1º - Os cursos de atualização e /ou aperfeiçoamento serão considerados se registrados pela Secretaria Municipal de Educação, órgãos ou instituições autorizadas e/ou reconhecidas pelos Sistemas de Educação Estaduais, Municipais ou pelo Ministério da Educação.

§ 2º - Os cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento serão considerados em apenas uma promoção e, na hipótese da carga horária do curso ser superior ao somatório de 120(cento e vinte) horas, o servidor ascenderá apenas uma referência, desprezando-se eventual saldo remanescente, que não será aproveitado para nova promoção.

§ 3º - Os cursos de graduação ou pós-graduação, considerados ou não, respectivamente, para a habilitação profissional do membro do magistério ou promoção por nova habilitação, não serão computados para efeitos de promoção por cursos de aperfeiçoamento e/ou atualização.

§ 4º - Deverão ser utilizados os cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento realizados a partir de 1º de agosto de 2017.

§ 5º - A carga horária mínima para somatório dos cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento, não poderá ser inferior a 08 horas.

Art. 5º - Para solicitação de progressão funcional o servidor deverá enviar online os cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento, através do e-mail [promocaoporcursosme@pmsj.sc.gov.br](mailto:promocaoporcursosme@pmsj.sc.gov.br)

I – nome completo, Unidade Educacional de atuação e cargo ocupado.

II – digitalizar (escanear) frente e verso de cópia(s) autenticada(s) em cartório de diploma(s) ou certificado(s) de conclusão de cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento, e/ou cópia(s) simples de diploma(s) ou certificado(s) que possuir código de autenticidade digital.

Art. 6º - A comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação, através de Portaria, fará a análise de diplomas/certificados e demais documentos referentes à promoção por cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo no magistério municipal, em conformidade com o estabelecido na Lei Municipal nº 4.422/2006.

Art. 7º - Caberão aos membros da comissão os seguintes procedimentos:

I – conferir se as informações e documentos enviados atende o disposto no art. 5º;

II – proceder à diligência necessária, caso exista alguma providência a ser tomada em relação aos documentos enviados;

III – intimar o servidor acerca da diligência, por telefone, meio eletrônico ou pessoalmente, cujo prazo limite será 15 dias úteis, a contar da intimação do servidor;

IV – analisar os documentos enviados no estado em que se encontrar, após o decurso do prazo da diligência.

Parágrafo único: Quando se tratar de diploma/certificado, cuja autenticação se der por meio digital, caberá à comissão realizar o procedimento de verificação da autenticidade.

Art. 8º - Os diplomas/certificados dos cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento, considerados válidos, devem possuir os seguintes requisitos:

I - nome do estabelecimento, órgão ou entidade responsável pela emissão do diploma/certificado;

II - nome completo do servidor como cursista;

III - nome do curso;

IV - data de início e término;

V - carga horária expressa em horas;

VI - conteúdo programático;

VII - data e local da expedição;

VIII- assinatura do responsável pela expedição do diploma/certificado, ou validação eletrônica de autenticidade;

IX – registro no órgão competente

Parágrafo único – Serão considerados somente os diplomas/certificados em curso de aperfeiçoamento e/ou atualização em que o servidor participou como cursista.

Art. 09º - O envio online de diplomas/certificados para a promoção por cursos de atualização e/ou aperfeiçoamento deverá ser a partir de 14 de setembro de 2020.

Art. 10 - Os efeitos financeiros da promoção por curso de atualização e/ou aperfeiçoamento dar-se-ão a partir do mês de outubro, retroativo ao mês de agosto, para a documentação enviada por e-mail até 30 de setembro de 2020.

§ 1º Fora do prazo estabelecido no artigo 10, seus efeitos financeiros prevalecerão pela data de envio online de curso de atualização e/ou aperfeiçoamento.

Art. 11 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão juntamente com a Secretária Municipal de Educação.

Art. 12 - Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua publicação.

São José (SC), 10 de setembro de 2020.

LILIAN SANDIN BOEING  
Secretária Municipal de Educação  
São José - SC

**CÂMARA MUNICIPAL****LEI N.º 5.930, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639458

LEI N.º 5.930, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DISPÕE SOBRE A TRANSPARÊNCIA DOS BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ PROMULGA, NOS TERMOS DO ART. 53, §§ 3º E 7º, DA LEI ORGÂNICA c/c ART. 228 DO REGIMENTO INTERNO, A SEGUINTE LEI SANCIONADA TACITAMENTE, RESULTANTE DO PROJETO DE LEI NÃO VETADO PELO PREFEITO:

Art. 1º O Poder Executivo Municipal publicará no Portal de Transparência as informações referentes às concessões dos benefícios socioassistenciais pelo Município.

Art. 2º Para efeito desta Lei consideram-se "benefícios socioassistenciais", aqueles especificados na Legislação que dispõe sobre o Sistema Único de Assistência Social do Município de São José (SUAS-SJ), quais sejam:

I - Benefícios de Prestação Continuada;

II - Benefícios Eventuais;

III - Benefícios de Transferência de Renda.

Art. 3º A informação publicada no Portal de Transparência deverá contemplar o tipo de benefício concedido, o prazo de concessão deste, os custos destinados à prestação do benefício e a identificação do beneficiário, com base no registro do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico).

Art. 4º O Portal de Transparência deverá possibilitar a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações pela população.

LEI N.º 5.930, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Art. 5º O acompanhamento e a fiscalização da implementação desta Lei, poderá ser realizado pelo Órgão competente, observado o disposto na Lei Federal 12.527/11 (Lei que Regula o Acesso à Informação), no Decreto Municipal nº 37.065/12 e demais legislações vigentes.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará no que for necessário as medidas cabíveis à execução desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias após sua publicação.

Câmara Municipal de São José, 10 de setembro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

Presidente

**PORTARIA Nº 157/2020**

Publicação Nº 2638799

PORTARIA Nº 157/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Gabriel Macário, matrícula nº 1416, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete da Vereadora Sandra Pereira Alves Martins.

Câmara Municipal de São José, SC, 03 de setembro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER

PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 158/2020**

Publicação Nº 2638804

PORTARIA Nº 158/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear a senhora Janaina dos Santos Lima de Gois para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete – CCV-1, vinculado ao gabinete da Vereadora Sandra Pereira Alves Martins.

Câmara Municipal de São José, SC, 03 de setembro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER  
PRESIDENTE

### **PORTARIA N° 159/2020**

Publicação N° 2638806

PORTARIA N° 159/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Gabriel Macário para o cargo em comissão de Assessor Parlamentar – CCV-2, vinculado ao gabinete da Vereadora Sandra Pereira Alves Martins.

Câmara Municipal de São José, SC, 03 de setembro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER  
PRESIDENTE

### **PORTARIA N° 160/2020**

Publicação N° 2638813

PORTARIA N° 160/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Exonerar o servidor Phillipe Gonçalves, matrícula nº 1461, do cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do Vereador Abel Veiga, com efeitos a contar de 02 de setembro de 2020.

Câmara Municipal de São José, SC, 03 de setembro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER  
PRESIDENTE

### **PORTARIA N° 161/2020**

Publicação N° 2638814

PORTARIA N° 161/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

RESOLVE:

Nomear o senhor Luiz dos Santos para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete da Vereadora Sandra Pereira Alves Martins.

Câmara Municipal de São José, SC, 09 de setembro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER  
PRESIDENTE

**PORTARIA Nº 162/2020**

Publicação Nº 2638816

## PORTARIA Nº 162/2020

O Presidente da Câmara Municipal de São José, no uso das atribuições conferidas pelo art. 23, III, "a" e art. 70 do Regimento Interno,

## RESOLVE:

Nomear a senhora Mychele de Quadros da Silva para o cargo em comissão de Secretário Parlamentar – CCV-3, vinculado ao gabinete do Vereador Abel Veiga.

Câmara Municipal de São José, SC, 09 de setembro de 2020.

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER  
PRESIDENTE

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 144/2020/SF

Publicação Nº 2638109

DECRETO Nº 144/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso I do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 13.650,00 (treze mil seiscentos e cinquenta reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.1.07 BLOCO DE GESTÃO DO SUAS

"163"3.3.90.00.00.1.0052 Aplicações Diretas ..... R\$ 13.650,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Excesso de Arrecadação, no valor R\$ 13.650,00 (treze mil seiscentos e cinquenta reais), Recursos COVID-19 da Gestão do SUAS, fonte 1.0052.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de setembro de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos santos,  
Agente Administrativo.

### DECRETO Nº 145/2020/SF

Publicação Nº 2638110

DECRETO Nº 145/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do Art. 9º, da Lei Municipal nº 4.852/2019 LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.001 MANUTENÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

"35"3.2.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), Recursos Ordinários Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO. DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

0.001 MANUTENÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

"36"4.6.90.00.00.1.0000 Aplicações Diretas ..... R\$60.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de setembro de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

## DECRETO Nº143/2020/SF

Publicação Nº 2638108

DECRETO Nº. 143/2020 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.897/2020;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no orçamento geral de 2020 do Fundo Municipal de Saúde-FMS, Lei Nº 4.852 de 15/10/2019 no valor de R\$ 57.760,00 (cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta reais), para as verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

14.05 DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

2.149 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

“90” 3.3.90.00.00.00.1.3079 Aplicações Diretas ..... R\$ 47.760,00

“91” 4.4.90.00.00.00.1.3079 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 4º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do Excesso de Arrecadação, Fonte Nº1.3079 – Recursos Emergenciais da Covid-19 no valor de R\$ 57.760,00 (cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de setembro de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

## EXTRATO CREDENCIAMENTO 104-2020 PR 03-2020

Publicação Nº 2638349

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº104/2020  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2020

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 104/2020, Edital de Credenciamento Nº 03/2020, Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DO MÓDULO ESPORTIVO, SENDO ESPECIFICAMENTE A QUADRA POLIESPORTIVA COBERTA, O CAMPO DE FUTEBOL E AS DEMAIS INSTALAÇÕES. Recebimento dos documentos pertinentes ao credenciamento de acordo com o presente Edital, a partir das 09:00 horas do dia 05/10/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

## EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.105/2020

Publicação Nº 2639132

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº105/2020  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove o Processo Licitatório nº105/2020, Edital de Pregão Nº105/2020,

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE ALMOÇOS/MARMITAS PARA OS FUNCIONÁRIOS EM SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO. O recebimento, abertura e julgamento fica marcado para às 09:00 horas do dia 25/09/2020, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), maiores informações pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, no horário de expediente, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4897/2020**

Publicação Nº 2638111

LEI Nº 4.897, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

“INCLUI META NO PPA 2018/2021, INCLUI META NA LDO 2020, ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DE 2020 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE-FMS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTÔNIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica incluída a seguinte Ação na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.641 de 29/08/2017 – PPA 2018/2021 e Lei Municipal nº 4.841 de 23/08/2019- Reestimativa PPA/2020 com a seguinte discriminação:

**2.149 – PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	Mat.Consumo	UN	1	44.760,00	1.3079
	Equip.Mat.Perm.	UN	1	13.000,00	1.3079

Art. 2º. Fica incluída a seguinte Ação na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.845 de 27/08/2019 – LDO 2020, com a seguinte discriminação:

**2.149 – PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	Mat.Consumo	UN	1	44.760,00	1.3079
	Equip.Mat.Perm.	UN	1	13.000,00	1.3079

Art. 3º. Fica aberto um Crédito Especial no orçamento geral de 2020 do Fundo Municipal de Saúde-FMS, Lei Nº 4.852 de 15/10/2019 no valor de R\$ 57.760,00 (cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta reais), para as verbas a seguir discriminadas:

**14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS****14.05 DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE****2.149 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA**

“90” 3.3.90.00.00.00.0.1.3079 Aplicações Diretas ..... R\$ 47.760,00

“91” 4.4.90.00.00.00.0.1.3079 Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

Art. 4º. Para cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos do Excesso de Arrecadação, Fonte Nº1.3079 – Recursos Emergenciais da Covid-19 no valor de R\$ 57.760,00 (cinquenta e sete mil, setecentos e sessenta reais).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 09 de setembro de 2020.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito Municipal.

IDENE PAULI,  
Secretária Municipal de Saúde.

MAURO WEBER,  
Secretário Municipal da Educação e Cultura.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

MARCOS AURÉLIO BORTOLOTO,  
Secretário Municipal de Transportes e Obras

VERA REGINA CERIOLI COSTA,  
Secretária Municipal da Fazenda e  
Administração.

DOUGLAS CESAR PATEL,  
Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento

ODAIR JOSÉ MAZIERO,  
Secretário Municipal de Esportes.

JACIR ANTONIO CICONETI,

Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios.  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Charlise Barato dos Santos,  
Agente Administrativo.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020

Publicação Nº 2636114

1º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2020, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, neste ato representado pelos senhores: Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Daniel Rodrigo Hippler, brasileiro, casado, portador do RG nº 3.436.989 e inscrito no CPF sob o nº 991.345.609-63; e Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sr. Sérgio Pederssetti, brasileiro, portador do RG nº 1011874 SSP/SC e inscrito no CPF nº 465.318.079-20, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.013.833/0001-90, estabelecida na Rua Ernesto Beuter, nº 1145, Bairro Brasília, no Município de São Lourenço do Oeste/SC, CEP: 89.990-000, neste ato representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. Jair Cesar Visoli, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob o nº 384.492.009-97 e portador da Cédula de Identidade sob nº 7032838, residente e domiciliado no Município de São Lourenço do Oeste/SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 038/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2020, expedida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, para que se faça o acréscimo de 6% (seis por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário em razão de que as quantidades inicialmente contratadas não foram suficientes para suprir as demandas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ R\$ 900,00 (novecentos reais), o que perfaz o acréscimo de 6% (seis por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 038/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 021/2020, que trata da AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRÁULICOS E AREIA A SEREM UTILIZADOS, NO PROGRAMA "MORAR MELHOR", E EM OUTRAS OBRAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC., o seguinte item:

Contratada: VISOLI MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME;

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
93	AREIA MEDIA - GRÃOS ENTRE 0,42 milímetros e 2,00 milímetros	GR	M3	06	R\$ 150,00	R\$ 900,00
TOTAL						R\$ 900,00

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 900,00 (novecentos reais).

São Lourenço do Oeste - SC, 08 de setembro de 2020.

SÉRGIO PEDERSSETTI Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano	DANIEL RODRIGO HIPPLER Prefeito Municipal em Exercício	JAIR CESAR VISOLI Visoli Materiais de Construção Ltda Me
--	---	---

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2020, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020 - ICSL

Publicação Nº 2639600

EXTRATO DO CONTRATO Nº 025/2020, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020 - ICSL.

Origem: Processo Licitatório nº 003/2020, Modalidade Inexigibilidade no 002/2020.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: ETCHEVERRY SANTI REBELATTO 08839886907, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 29.925.506/0001-93.

Objeto: CONTRATAÇÃO DO MÚSICO "ETCHEVERRY SANTI REBELATTO", PARA COMPOR A MESA DE JURADOS TÉCNICOS DO 48º FLIC (FESTIVAL LOURENCIANO DE INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO), QUE OCORRERÁ NOS DIAS 03 E 04 DE DEZEMBRO DE 2020, NO CENTRO DE EVENTOS GOVERNADOR LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Instituto Cultural de



São Lourenço do Oeste, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com a seguinte rubrica orçamentária: D - 2/2020 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço - Instituto Cultural de São Lourenço. Forma de pagamento: O valor pactuado será pago mediante transferência bancária à Contratada até o segundo dia útil após a prestação do objeto deste Contrato, com a devida emissão da nota fiscal cujo documento deverá conter todas as especificações.

Data de Assinatura: 04/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Cleria Wenzel Grzebieluchas (Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço), e Etcheverry Santi Rebelatto pela contratada.

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020 - ICSL**

Publicação Nº 2639603

EXTRATO DO CONTRATO Nº 026/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020 - ICSL.

Origem: art. 24, inc. II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste - SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Contratada: ISRAEL DOS SANTOS 00967487960, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.787.139/0001-05.

Objeto: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA PARA DESENVOLVER UM SISTEMA PARA CONTROLE DAS INSCRIÇÕES DO FLIC - FESTIVAL LOURENCIANO DA INTERPRETAÇÃO DA CANÇÃO.

Valor: R\$ 3.529,50 (três mil, quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com a seguinte rubrica orçamentária: D - 2/2020 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00.1000 - Manutenção do Instituto Cultural de São Lourenço - Instituto Cultural de São Lourenço.

Forma de pagamento: O pagamento será efetuado em duas parcelas, sendo uma entrada de R\$ 1.000,00 (Um Mil Reais) na assinatura do contrato, e o restante na finalização do serviço, no valor de R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais). Este valor não compreende suporte técnico presencial, caso necessário será devera ser pago mais R\$ 529,50 (Quinhentos e Vinte e Nove Reais e Cinquenta Centavos). O pagamento das parcelas será efetuado via depósito bancário em até 5 dias úteis após a prestação dos serviços e a entrega da nota fiscal. O pagamento se dará da seguinte forma: R\$1.000,00 (mil reais) na assinatura do contrato; R\$2.000,00 (dois mil reais) no momento da disponibilização do sistema para uso; R\$ 529,50 (quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta centavos), que serão pagos somente considerando a necessidade de visita técnica para suporte presencial. Este valor compreende o custo R\$150,00 (cento e cinquenta reais) de diária e deslocamento padrão estabelecido pela empresa, de acordo com o item 7 do orçamento apresentado, ao valor de R\$1,65 (um real e sessenta e cinco centavos) por quilometro rodado para efetuar o atendimento presencial (quilometragem estimada em 230 km);Paragrafo Único: Não haverá custo mensal para manter o serviço.

Data de Assinatura: 10/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Cleria Wenzel Grzebieluchas (Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço), e Israel dos Santos pela contratada.

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 246/2020, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639111

EXTRATO DO CONTRATO Nº 246/2020, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 136/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 050/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0001-57.

Objeto: reajustar os valores do Contrato nº 136/2019, de 02/05/2019, (originário do Processo Licitatório nº 050/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRESENCIAL NÃO ARMADA, PARA ATENDER OS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC), no percentual de 3,30%, a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual/proposta.

Novo valor mensal: R\$ 15.109,68 (quinze mil, cento e nove reais e sessenta e oito centavos).

Data de Assinatura: 1º/09/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Ronaldo Benkendorf pela contratada.

## **EXTRATO DO CONTRATO Nº 247/2020, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639114

EXTRATO DO CONTRATO Nº 247/2020, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 186/2019.

Origem: Processo Licitatório nº 050/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0001-57.

Objeto: reajustar os valores do Contrato nº 186/2019, (originário do Processo Licitatório nº 050/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRESENCIAL NÃO ARMADA, PARA ATENDER OS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC), no percentual de 3,30%, a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12

(doze) meses de vigência contratual/proposta.

Novo valor mensal: R\$ 7.521,17 (sete mil, quinhentos e vinte e um reais e dezessete centavos).

Data de Assinatura: 1º/09/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Ronaldo Benkendorf pela contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 248/2020, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639117

EXTRATO DO CONTRATO Nº 248/2020, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 093/2020.

Origem: Processo Licitatório nº 050/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0001-57.

Objeto: reajustar os valores e prorrogar a vigência do Contrato nº 093/2020, (originário do Processo Licitatório nº 050/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRESENCIAL NÃO ARMADA, PARA ATENDER OS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC), no percentual de 3,30%, a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual/proposta.

Novo valor mensal: R\$ 9.392,31 (nove mil, trezentos e noventa e dois reais e trinta e um centavos).

Data de Assinatura: 1º/09/2020 até 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Ronaldo Benkendorf pela contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 249/2020, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639120

EXTRATO DO CONTRATO Nº 249/2020, DE 1º DE SETEMBRO DE 2020.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2020.

Origem: Processo Licitatório nº 050/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ORBENK SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.576.552/0001-57.

Objeto: reajustar os valores e prorrogar a vigência do Contrato nº 021/2020, (originário do Processo Licitatório nº 050/2019, Modalidade Pregão Presencial nº 039/2019, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL PRESENCIAL NÃO ARMADA, PARA ATENDER OS ÓRGÃOS E SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC), no percentual de 3,30%, a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual/proposta.

Novo valor mensal R\$ 9.312,35 (nove mil, trezentos e doze reais e trinta e cinco centavos).

Data de Assinatura: 1º/09/2020 até 31/12/2020.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) pela contratante, e Ronaldo Benkendorf pela contratada.

### **EXTRATO DO CONTRATO Nº 250/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639122

EXTRATO DO CONTRATO Nº 250/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: art. 24, inc. I, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: P C ZYDEK E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.650.056/0001-17.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZA PARA FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA DETONAÇÃO DE ROCHAS PARA REBAIXAMENTO E REGULARIZAÇÃO DE LEITO DE RUA, LOCALIZADO NO LOTEAMENTO MACEDO NO MUNICIPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE/SC.

Valor: R\$ 29.648,00 (vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e oito reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, via depósito bancário em conta corrente em nome da contratada em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega dos serviços e apresentação da nota fiscal com todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2020, com a seguinte rubrica orçamentária: D - 097/2020 - 09.01.15.451.4511.2.0 34.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Se2cretaria do Desenvolvimento Urbano - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Data de Assinatura: 03/09/2020.

Vigência: 30/10/2020.

Signatários: Daniel Rodrigo Hippler (Prefeito Municipal em Exercício) pela contratante, e Paulo Cesar Zydek pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 251/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639123

EXTRATO DO CONTRATO Nº 251/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MECANICA ROMANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.412.710/0001-29.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2020.

Valor: R\$ 4.640,78 (quatro mil, seiscentos e quarenta reais e setenta e oito centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 03/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdecir Dulcimar Romanoski pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639125

EXTRATO DO CONTRATO Nº 252/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MECANICA ROMANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.412.710/0001-29.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2020.

Valor: R\$ 3.583,30 (três mil, quinhentos e oitenta e três reais e trinta centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 03/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdecir Dulcimar Romanoski pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639128

EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2020, DE 03 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 112/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 064/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ADRIANA SILVEIRA MONITORAMENTO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.675.875/0001-60.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE VIDEOMONITORAMENTO NA PRAÇA DA LIBERDADE E NO CENTRO DE COMERCIALIZAÇÃO AGRÍCOLA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 26.500,00 (vinte e seis mil e quinhentos reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 097/2020 - 09.01.15.451.4511.2.034.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria do Desenvolvimento Urbano - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano; D - 114/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura e Agricultura.

Data de Assinatura: 03/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Adriana Silveira pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 254/2020, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639130

EXTRATO DO CONTRATO Nº 254/2020, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MECANICA ROMANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.412.710/0001-29.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2020.

Valor: R\$ 1.498,81 (um mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 03/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdecir Dulcimar Romanoski pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 255/2020, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639131

EXTRATO DO CONTRATO Nº 255/2020, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MECANICA ROMANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.412.710/0001-29.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2020.

Valor: R\$ 3.184,93 (três mil, cento e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 04/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdecir Dulcimar Romanoski pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 256/2020, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639135

EXTRATO DO CONTRATO Nº 256/2020, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2017

Origem: Processo Licitatório nº 016/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: empresa SILVEIRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ sob o nº 05.830.358/0001-65.

Objeto: reajustar o valor do Contrato nº 026/2017, de 14/02/2017, (originário do Processo Licitatório nº 016/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 015/2017, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA A DISTÂNCIA CONSISTENTE NO MONITORAMENTO REMOTO DE SISTEMAS DE ALARMES E DE VISTORIA DE PRONTA RESPOSTA, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, 7 (SETE) DIAS POR SEMANA, COM VÍDEO MONITORAMENTO, COMPREENDENDO A SOLUÇÃO DO SISTEMA, SUA IMPLANTAÇÃO, INCLUÍDA A INSTALAÇÃO E LOCAÇÃO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERTINENTES A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, ALÉM DE PATRULHA TÁTICA MÓVEL PARA ATENDIMENTO E VERIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS NA SEDE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO E PARQUE DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC), 4,01% (quatro vírgula zero um por cento), a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual.

Novo valor mensal: R\$ 3.775,56 (três mil, setecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos) mensais.

Data de Assinatura: 08/09/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Terezinha Altina Silveira pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2020, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639138

EXTRATO DO CONTRATO Nº 257/2020, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 043/2016

Origem: Processo Licitatório nº 013/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 008/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: empresa SILVEIRA SEGURANÇA PRIVADA LTDA. ME, pessoa jurídica de direito privada, inscrita no CNPJ sob o nº 05.830.358/0001-65.

Objeto: aditar o valor global do Contrato nº 043/2016, de 16/02/2016, (originário do Processo Licitatório nº 013/2016, Modalidade Pregão Presencial nº 008/2016, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARMES E VIGILÂNCIA COM PATRULHA TÁTICA MÓVEL PARA ATENDIMENTO E VERIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, NO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS), NÚCLEO DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE (NACA), CONSELHO TUTELAR E CENTRO DE IDOSOS CONVIVER, TODOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC), em R\$ 15,00 (quinze reais) mensais, para monitoramento das Imagens do CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS); CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela contratada, e decisão favorável do Executivo Municipal, quanto à necessidade de reajustar os valores do Contrato nº 043/2016, de 16/02/2016, no percentual de 4,01% (quatro vírgula zero um por cento), a título de reajuste, conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual.

Novo valor mensal: R\$ 483,05 (quatrocentos e oitenta e três reais e cinco centavos) mensais.

Data de Assinatura: 08/09/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Terezinha Altina Silveira pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 258/2020, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639143

EXTRATO DO CONTRATO Nº 258/2020, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MECANICA ROMANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.412.710/0001-29.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2020.

Valor: R\$ 5.383,35 (cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 08/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdecir Dulcimar Romanoski pela contratada..

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 259/2020, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639147

EXTRATO DO CONTRATO Nº 259/2020, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MECANICA ROMANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.412.710/0001-29.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2020.

Valor: R\$ 5.423,72 (cinco mil, quatrocentos e vinte e três reais e setenta e dois centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 08/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdecir Dulcimar Romanoski pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 260/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639218

EXTRATO DO CONTRATO Nº 260/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.397.355/0001-30.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE SISTEMA INFORMATIZADO INTEGRADO E OFICIAL DE COMUNICAÇÃO INTERNA, EXTERNA, GESTÃO DOCUMENTAL E CENTRAL DE ATENDIMENTO COM MÓDULOS MEMORANDO, CIRCULAR, OUVIDORIA DIGITAL, PROTOCOLO ELETRÔNICO, PEDIDO - LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, OFÍCIO ELETRÔNICO, PROCESSO ADMINISTRATIVO E FUNCIONALIDADES, QUE TEM COMO OBJETIVO PADRONIZAR A COMUNICAÇÃO, REDUZIR GASTOS PÚBLICOS, OFERECER TRANSPARÊNCIA E REGISTRAR INFORMAÇÕES DE ATENDIMENTO AOS CONTRIBUINTES DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: Para a execução deste contrato não serão dispendidos recursos financeiros por parte da CONTRATANTE.

Data de Assinatura: 09/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Leonardo Cesar Ladeira pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 261/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639258

EXTRATO DO CONTRATO Nº 261/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MECANICA ROMANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.412.710/0001-29.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2020.

Valor: R\$ 1.949,71 (um mil, novecentos e quarenta e nove reais e setenta e um centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 08/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdecir Dulcimar Romanoski pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 262/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639298

EXTRATO DO CONTRATO Nº 262/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 041/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 024/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: VALDAIR RANZAN ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.197.182/0001-84.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA EM LEIVA, COM PLANTIO E PREPARAÇÃO DE SOLO COM COMPOSTO ORGÂNICO, BEM COMO SERVIÇOS DE CAPINA, LIMPEZA E MANUTENÇÃO DE FLORES NOS LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

Valor: R\$ 11.758,00 (onze mil e setecentos e cinquenta e oito reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 44/2020 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção da Secretaria de Educação - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 09/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler pela contratante, e Valdair Ranzan i pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 263/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639341

EXTRATO DO CONTRATO Nº 263/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 069/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 037/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: MECANICA ROMANOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.412.710/0001-29.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TORNO COM DESMONTAGEM E MONTAGEM DE MÁQUINAS PESADAS, PARA A MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, NO ANO DE 2020.

Valor: R\$ 7.937,95 (sete mil, novecentos e trinta e sete reais e noventa e cinco centavos).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 113/2020 - 10.01.20.606.4507.2.025.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção da Secretaria de Agricultura - Secretaria Municipal de Agricultura.

Data de Assinatura: 10/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler, e Valdecir Dulcimar Romanoski pela contratada.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639386

EXTRATO DO CONTRATO Nº 264/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Origem: Processo Licitatório nº 112/2020, Modalidade Pregão Presencial nº 064/2020.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ADRIANA SILVEIRA MONITORAMENTO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 15.675.875/0001-60.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO DE ALARMES E VIGILÂNCIA COM PATRULHA TÁTICA MÓVEL PARA ATENDIMENTO E VERIFICAÇÕES DE OCORRÊNCIAS RELATADAS PELO SISTEMA DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO, 24 HORAS, NOS LOCAIS INDICADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 9.730,00 (nove mil e setecentos e trinta reais).

Forma de Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica do exercício 2020 estabelecida pelo Decreto nº 6.480, de 05 de novembro de 2019, que poderá ser de no máximo trinta dias, após a completa prestação do objeto contratado e, após a devida emissão da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato, serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2020, com as seguintes rubricas orçamentárias: D - 044/2020 - 08.01.12.361.4505.2.012.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 - Manutenção da Secretaria de Educação - Secretaria Municipal de Educação; D - 049/2020 - 08.01.12.361.4505.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção do Ensino Fundamental - Secretaria Municipal de Educação; D - 056/2020 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 - Manutenção do Ensino Infantil Pré-Escolar - Secretaria Municipal de Educação.

Data de Assinatura: 10/09/2020.

Vigência: 31/12/2020.

Signatários: Prefeito Municipal em exercício, o Sr. Daniel Rodrigo Hippler pela contratante, e Adriana Silveira i pela contratada.

**PORTARIA Nº 947, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638106

PORTARIA Nº 947, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 107, § 2º da Lei Complementar nº 99, de 03 de fevereiro de 2009 e no artigo 27 da Lei Complementar Nº 090, de 26 de dezembro de 2007,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a partir de 11 de setembro de 2020, a Senhora REGIANE TRENTO HENRIQUE, servidora pública municipal, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, matrícula nº 285/02, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, no CEIM Mundo Colorido.

§ 1º Pelo exercício da função a servidora receberá Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3).

§ 2º Durante o exercício do cargo em comissão que cita o artigo 1º, a servidora perceberá os vencimentos relativos à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de setembro de 2020.

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020.

## **PORTARIA Nº 948 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638216

PORTARIA Nº 948 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 08/2019, homologado pelo Decreto nº 6.561, de 23 de dezembro de 2020,  
CONSIDERANDO, que a professora efetiva Regiane Trento Henrique foi nomeada para exercer cargo comissionado, conforme portaria nº947/2020;

### **RESOLVE:**

Art.1º Admitir, em caráter temporário, pelo período de 11 de setembro a 15 de novembro de 2020, a Senhora SILVIA LORENZETTI CAVANHOL no cargo de Professor Habilitado – ACT, para atuar na área de Educação Infantil, carga horária de 20 (vinte) horas semanais turno matutino, no CEIM Mundo Colorido.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de setembro de 2020.

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020.

## **PORTARIA Nº 949, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638249

PORTARIA Nº 949, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

### **RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal LUCIANA PAGLIOSA FINGER, matrícula nº 3484/01, ocupante do cargo de Coordenador Executivo do Procon, no período de 13 a 27 de outubro de 2020, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de setembro de 2020.

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020.

**PORTARIA Nº 950, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638646

PORTARIA Nº 950, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº 248, de 22/10/2019, e de acordo com o Processo Seletivo 04/2020, homologado pelo Decreto nº 6.679, de 27 de abril de 2020, CONSIDERANDO, o Memorando nº 4.581/2020 do Sistema 1Doc;

**RESOLVE:**

Art.1º Admitir em caráter temporário, a Senhora JESSICA KEILLA SANTIN, no cargo de Enfermeiro, para atuar na Secretaria Municipal de Saúde – Combate a pandemia Covid-19, 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput vigorará enquanto perdurar o estado de calamidade pública em vista da Pandemia de Covid-19, de acordo com o Decreto Municipal nº 6.688, de 04 de maio de 2020.

Art. 2º A remuneração para o cargo está prevista no Anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de Outubro de 2005.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de setembro de 2020.

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020.

**PORTARIA Nº 951, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2639426

PORTARIA Nº 951, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município e com base no art. 41 inciso II, da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010; e artigo 17 do decreto 6.720 de 05 de junho de 2020.

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Regime especial de Trabalho a servidora pública CAMILA LORENZET ocupante do cargo de Enfermeiro, matrícula 3000/26, 40 (quarenta) horas semanais, sendo de segunda a sexta-feira, das 07h às 13h.

Art.2º Fica revogada a portaria nº678 de 09 de junho de 2020.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 10 de setembro de 2020.

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2020.

## Publicação Nº 2638818

RGF – ANEXO 1 (URF, art. 55, inciso I, alinea "a")

**Fonte:**

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)</b>	<b>8.475.439,06</b>	<b>10.318.979,52</b>	<b>13.705.371,61</b>	<b>0,00</b>
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	204.060,74	196.878,10	189.695,46	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	204.060,74	196.878,10	189.695,46	0,00
De Tributos	204.060,74	196.878,10	189.695,46	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	1.633.799,10	1.633.799,10	1.633.799,10	0,00
Outras Dívidas	6.637.579,22	8.488.302,32	11.881.877,05	0,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>10.577.500,60</b>	<b>12.865.346,88</b>	<b>14.492.999,48</b>	<b>0,00</b>
Disponibilidade de Caixa	10.533.831,08	12.821.677,36	14.449.329,96	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.291.379,95	14.601.966,39	15.754.534,03	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exeto Precatórios)	757.548,87	1.780.289,03	1.305.204,07	0,00
Demais Haveres Financeiros	43.669,52	43.669,52	43.669,52	0,00
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)</b>	<b>-2.102.061,54</b>	<b>-2.546.367,36</b>	<b>-787.627,87</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>86.328.628,59</b>	<b>88.079.300,17</b>	<b>92.962.952,40</b>	<b>0,00</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	525.000,00	1.124.901,00	1.524.901,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>85.803.628,59</b>	<b>86.954.399,17</b>	<b>91.438.051,40</b>	<b>0,00</b>
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	9,88%	11,87%	14,99%	0,00%
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	-2,45%	-2,93%	-0,86%	0,00%
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%</b>	<b>102.964.354,31</b>	<b>104.345.279,00</b>	<b>109.725.661,68</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%</b>	<b>92.667.918,88</b>	<b>93.910.751,10</b>	<b>98.753.095,51</b>	<b>0,00</b>
<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	505.182,31	505.182,31	505.182,31	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES SEM CONTRAPARTIDA	212.171,18	444.058,55	251.226,61	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS	4.783.708,78	27.006.221,93	21.203.563,33	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada". Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020

Continuação 2/2

2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos".

FONTE:

**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO DE 2020**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>86.328.628,59</b>	<b>88.079.300,17</b>	<b>92.962.952,40</b>	<b>0,00</b>
<b>( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)</b>	<b>525.000,00</b>	<b>1.124.901,00</b>	<b>1.524.901,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)</b>	<b>85.803.628,59</b>	<b>86.954.399,17</b>	<b>91.438.051,40</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>18.992.298,29</b>	<b>19.377.446,04</b>	<b>20.451.849,53</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>17.093.068,46</b>	<b>17.439.701,44</b>	<b>18.406.664,58</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO DE 2020**

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>AOS ESTADOS (I)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>AOS MUNICÍPIOS (II)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)</b>				
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)</b>	<b>86.328.628,59</b>	<b>88.079.300,17</b>	<b>92.962.952,40</b>	<b>0,00</b>
<b>( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (VII)</b>	<b>525.000,00</b>	<b>1.124.901,00</b>	<b>1.524.901,00</b>	<b>0,00</b>
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)</b>	<b>85.803.628,59</b>	<b>86.954.399,17</b>	<b>91.438.051,40</b>	<b>0,00</b>
<b>% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%</b>	<b>18.992.298,29</b>	<b>19.377.446,04</b>	<b>20.451.849,53</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%</b>	<b>17.093.068,46</b>	<b>17.439.701,44</b>	<b>18.406.664,58</b>	<b>0,00</b>

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2020		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
<b>DOS ESTADOS (VII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DOS MUNICÍPIOS (VIII)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)</b>				
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**MEDIDAS CORRETIVAS:**

FONTE:

**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO**

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação	0,00	0,00
<b>TOTAL (III)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>92.962.952,40</b>	<b>—</b>
( - ) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º da C)	1.524.901,00	—
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)</b>	<b>91.438.051,40</b>	<b>—</b>
<b>OPERAÇÕES VEDADAS(VII)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII) = (IIIa + VII - Ia - IIa)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS</b>	<b>14.630.088,22</b>	<b>16,00</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%</b>	<b>13.167.079,40</b>	<b>14,40</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>6.400.663,60</b>	<b>7,00</b>

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - PODER EXECUTIVO/MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE**  
**RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO**

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LÍQUIDOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Líquidos e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras						
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício								
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (b + c + d + e) - f	(h)	(i) = (g - h)			
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	10.252.872,77	21.328,73	1.059.009,29	1.103.929,58	226.862,75	0,00	14.121.199,97	0,00	(6.279.457,55)		
Recursos Ordinários	7.967.104,33	21.328,73	890.399,42	1.059.794,35	164.348,35	0,00	13.440.101,12	0,00	(7.608.867,64)		
Outros Recursos não Vinculados	2.285.768,44	0,00	168.609,87	44.135,23	62.514,40	0,00	681.098,85	0,00	1.329.410,09		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	5.200.315,95	0,00	190.271,38	165.455,01	16.263,62	0,00	5.713.110,87	0,00	(884.784,93)		
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Edu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos Vinculados à Saúde	222.812,10	0,00	2.987,00	0,00	0,00	0,00	35.937,75	0,00	183.887,35		
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Ex	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Recursos de Alienação de Bens/Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outros Recursos Vinculados	4.977.503,85	0,00	187.284,38	165.455,01	16.263,62	0,00	5.677.173,12	0,00	(1.068.672,28)		
TOTAL (III) = (I + II)	15.453.188,72	21.328,73	1.246.280,67	1.269.384,59	243.126,37	0,00	19.834.310,84	0,00	(7.164.242,48)		

R\$ 1,00

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC - PODER EXECUTIVO  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE  
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
Até o 2º Quadrimestre de 2020

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente Líquida	92.962.952,40	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	91.438.051,40	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	91.438.051,40	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	41.399.755,95	45,28
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	49.376.547,76	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	46.907.720,37	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <%>	44.438.892,98	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-787.627,87	-0,86
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	109.725.661,68	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	20.451.849,53	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	14.874.072,38	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	6.507.406,67	7,00
RESTOS A PAGAR	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO )
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Publicação Nº 2638829

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>21.716.271,56</b>	<b>26,40</b>	<b>70.332.421,16</b>	<b>85,51</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>18.876.612,54</b>	<b>22,95</b>	<b>62.134.807,62</b>	<b>75,54</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	16.219.820,00	16.219.820,00	2.473.047,85	15,25	11.631.099,71	71,71
IMPOSTOS	13.515.220,00	13.515.220,00	2.233.767,47	16,53	10.085.365,78	74,62
TAXAS	2.350.631,00	2.350.631,00	239.280,38	10,18	1.430.537,12	60,86
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	363.969,00	363.969,00	0,00	0,00	115.196,81	32,54
CONTRIBUIÇÕES	2.050.650,00	2.050.650,00	246.592,94	12,03	1.040.967,56	50,76
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.050.650,00	2.050.650,00	246.592,94	12,03	1.040.967,56	50,76
RECEITA PATRIMONIAL	529.277,18	529.277,18	61.628,34	11,64	160.077,12	30,24
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	61.740,00	61.740,00	0,00	0,00	5.916,28	9,58
VALORES MOBILIÁRIOS	467.537,18	467.537,18	61.628,34	13,18	154.160,84	32,97
RECEITA AGROPECUÁRIA	2.205,00	2.205,00	0,00	0,00	165,00	7,48
RECEITA DE SERVIÇOS	101.430,00	101.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS	101.430,00	101.430,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	62.481.357,07	62.481.357,07	16.003.510,39	25,61	48.973.690,13	78,38
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	20.710.812,07	20.710.812,07	9.019.146,67	43,55	22.232.922,44	107,35
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	24.577.470,00	24.577.470,00	4.046.769,54	16,47	15.377.749,33	62,57
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	22.050,00	22.050,00	970,50	4,40	2.575,06	11,68
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	17.160.000,00	17.160.000,00	2.922.396,62	17,03	11.346.216,24	66,12
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	11.025,00	11.025,00	14.227,06	129,04	14.227,06	129,04
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	865.260,75	865.260,75	91.833,02	10,61	328.808,10	38,00
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	3.307,50	3.307,50	14.849,87	448,98	14.849,87	448,98
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	2.205,00	2.205,00	2.512,80	113,96	26.701,00	1.210,93
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	859.748,25	859.748,25	74.470,35	8,66	287.257,23	33,41
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.839.659,02</b>	<b>0,00</b>	<b>8.197.613,54</b>	<b>0,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	5.500.000,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	5.500.000,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS	0,00	0,00	87.778,72	0,00	142.328,72	0,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00	0,00	54.550,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	87.778,72	0,00	87.778,72	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	1.751.880,30	0,00	2.555.284,82	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	651.880,30	0,00	1.212.734,82	0,00
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	1.100.000,00	0,00	1.231.010,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	0,00	0,00	0,00	0,00	111.540,00	0,00

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	82.250.000,00	82.250.000,00	21.716.271,56	26,40	70.332.421,16	85,51
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>21.716.271,56</b>	<b>26,40</b>	<b>70.332.421,16</b>	<b>85,51</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>21.716.271,56</b>	<b>26,40</b>	<b>70.332.421,16</b>	<b>85,51</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
<b>TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>21.716.271,56</b>	<b>26,40</b>	<b>70.332.421,16</b>	<b>85,51</b>
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	3.059.584,21	—	—	3.059.584,21	—
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	3.059.584,21	—	—	3.059.584,21	—
<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO INICIAL (d)</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS</b>	<b>SALDO</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE</b>
			No Bimestre	(g) = (e-f)	Até o Bimestre	(i)
			Até o Bimestre	(f)	(h)	(j) = (e-h)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>103.824.212,85</b>	<b>13.622.704,47</b>	<b>22.198.165,26</b>	<b>17.535.419,66</b>	<b>60.407.993,51</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>72.804.763,12</b>	<b>82.920.194,79</b>	<b>11.009.975,61</b>	<b>16.184.161,20</b>	<b>13.674.403,37</b>	<b>49.564.829,59</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.255.553,36	38.917.488,41	6.304.959,55	9.876.323,17	7.178.150,50	26.215.351,22
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	366.000,00	0,00	662,56	3.511,05	311.619,19
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	36.249.209,76	43.636.706,38	4.705.016,06	6.307.175,47	6.492.741,82	23.037.659,18
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>9.415.236,88</b>	<b>20.874.018,06</b>	<b>2.612.728,86</b>	<b>5.984.004,06</b>	<b>3.861.016,29</b>	<b>10.843.363,92</b>

Continua 2/4

Continuação 3/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)	(f)	(g) = (e-f)	(h)	(i) = (e-h)	(j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	82.250.000,00	103.824.212,85	13.622.704,47	81.626.047,59	22.198.165,26	17.535.419,66	61.691.868,85	42.132.344,00	60.407.993,51
	9.003.109,38	20.421.890,56	2.612.728,86	14.451.900,39	5.969.990,17	3.857.424,97	10.588.667,67	9.833.222,89	10.573.296,47
	12.127,50	12.127,50	0,00	0,00	12.127,50	0,00	0,00	12.127,50	0,00
	400.000,00	440.000,00	0,00	438.113,61	1.886,39	3.591,32	270.067,45	169.932,55	270.067,45
	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
	—	—	—	—	—	—	—	—	—
	82.250.000,00	103.824.212,85	13.622.704,47	81.626.047,59	22.198.165,26	17.535.419,66	61.691.868,85	42.132.344,00	60.407.993,51
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	82.250.000,00	103.824.212,85	13.622.704,47	81.626.047,59	22.198.165,26	17.535.419,66	61.691.868,85	42.132.344,00	60.407.993,51
	—	—	—	—	—	—	8.640.552,31	—	9.924.427,65
	82.250.000,00	103.824.212,85	13.622.704,47	81.626.047,59	—	17.535.419,66	70.332.421,16	—	70.332.421,16
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—
	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 1.102.165,32

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIOANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				(b/Total b)			(d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (f)</b>				100,00			100,00	
Legislativa	82.250.000,00	103.824.212,85	13.622.704,47	81.626.047,59	100,00	17.535.419,66	61.691.868,85	42.132.344,00
Ação Legislativa	2.070.742,59	2.070.742,59	249.581,16	1.078.509,19	1,32	268.385,38	978.641,29	1.082.101,30
Judiciária	2.070.742,59	2.070.742,59	249.581,16	1.078.509,19	1,32	268.385,38	978.641,29	1.082.101,30
Defesa do Interesse Público	680.690,00	680.690,00	83.863,12	415.302,22	0,51	80.166,02	391.877,30	288.812,70
Defesa do Interesse Público	680.690,00	680.690,00	83.863,12	415.302,22	0,51	80.166,02	391.877,30	288.812,70
Administração	7.666.281,16	7.922.856,16	978.385,02	6.932.183,61	8,49	1.281.290,06	5.677.705,13	2.245.151,03
Administração Geral	6.471.808,66	6.611.808,66	752.034,67	5.899.240,45	7,23	1.064.972,48	4.784.043,83	1.827.764,83
Administração Financeira	559.975,00	559.975,00	69.149,84	321.160,28	0,39	74.533,75	311.086,39	248.888,61
Controle Interno	234.290,00	269.290,00	29.100,51	231.522,88	0,28	31.147,25	227.988,59	41.291,41
Outras Transferências	400.207,50	481.782,50	129.100,00	480.260,00	0,59	110.636,58	354.576,32	127.206,18
Defesa Nacional	1.102,50	1.102,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.102,50
Defesa Civil	1.102,50	1.102,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.102,50
Segurança Pública	300.542,50	653.542,50	160.356,46	577.252,93	0,71	76.884,53	299.319,19	354.223,31
Policimento	300.542,50	653.542,50	160.356,46	577.252,93	0,71	76.884,53	299.319,19	354.223,31
Assistência Social	3.146.920,00	3.671.134,11	411.060,64	2.259.275,61	2,77	463.631,15	1.844.399,23	1.826.734,88
Assistência ao Idoso	220.500,00	220.500,00	0,00	81.696,03	0,10	138.803,97	14.335,38	206.164,62
Assistência à Criança e ao Adolescente	214.223,50	277.223,50	20.300,40	155.441,82	0,19	121.781,68	155.270,32	121.953,18
Assistência Comunitária	2.712.196,50	3.173.410,61	390.760,24	2.022.137,76	2,48	1.151.272,85	1.674.793,53	1.498.617,08
Saúde	15.242.442,75	21.399.254,68	3.589.559,27	18.175.592,55	22,27	3.223.662,13	15.447.012,67	5.952.242,01
Atenção Básica	12.474.795,00	16.106.119,74	3.059.089,83	14.356.586,96	17,59	1.749.532,78	12.104.951,38	4.001.128,36
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.657.838,75	4.953.135,91	530.469,44	3.615.060,33	4,43	1.338.075,58	3.156.360,22	1.796.775,69
Vigilância Epidemiológica	109.809,00	339.999,03	0,00	203.945,26	0,25	136.053,77	185.661,07	154.337,96
Educação	26.193.961,00	28.940.537,54	3.096.440,23	22.020.612,46	26,98	6.919.925,08	15.607.777,62	13.332.759,92
Ensino Fundamental	20.466.318,50	23.093.845,34	2.498.425,47	17.655.524,27	21,63	5.438.321,07	12.322.127,79	10.771.717,55
Ensino Médio	135.607,50	135.607,50	1.068,00	85.300,27	0,10	50.307,23	1.068,00	120.117,12
Ensino Superior	2.205,00	12.205,00	0,00	8.450,00	0,01	3.755,00	8.450,00	3.755,00
Educação Infantil	5.589.830,00	5.698.879,70	596.946,76	4.271.337,92	5,23	1.427.541,78	3.261.709,45	2.437.170,25
Cultura	1.171.787,50	1.225.627,15	194.302,18	721.294,71	0,88	504.332,44	174.087,94	630.268,78
Divulgação Cultural	1.171.787,50	1.225.627,15	194.302,18	721.294,71	0,88	504.332,44	174.087,94	630.268,78
Urbanismo	9.446.112,50	17.131.649,46	3.279.038,94	14.009.548,52	17,16	3.584.901,21	10.313.542,31	6.818.107,15
Infra-Estrutura Urbana	7.241.112,50	14.926.649,46	2.679.038,94	11.817.557,56	14,48	3.109.091,90	8.723.657,09	6.202.992,37
Serviços Urbanos	2.205.000,00	2.205.000,00	600.000,00	2.191.990,96	2,69	13.009,04	502.024,92	615.114,78
Habitação	179.707,50	379.707,50	14.840,98	110.510,64	0,14	269.196,86	24.150,98	323.542,29
Habitação Urbana	179.707,50	379.707,50	14.840,98	110.510,64	0,14	269.196,86	24.150,98	323.542,29

R\$ 1,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)</b>	82.250.000,00	103.824.212,85	13.622.704,47	81.626.047,59	100,00	17.535.419,66	61.691.868,85	42.132.344,00
Saneamento	316.375,00	316.375,00	0,00	124.479,73	0,15	6.042,00	54.521,70	261.853,30
Saneamento Básico Rural	151.000,00	151.000,00	0,00	48.479,73	0,06	0,00	48.479,70	102.520,30
Saneamento Básico Urbano	165.375,00	165.375,00	0,00	76.000,00	0,09	6.042,00	6.042,00	159.333,00
Agricultura	6.376.025,00	6.968.002,30	1.346.101,18	6.331.094,76	7,76	1.661.562,82	5.163.559,26	1.804.443,04
Promoção da Produção Animal	185.000,00	230.000,00	13.316,19	198.086,19	0,24	0,00	157.895,00	72.105,00
Extensão Rural	6.180.000,00	6.595.477,30	1.332.784,99	6.133.008,57	7,51	1.661.562,82	5.005.664,26	1.589.813,04
Transporte Rodoviário	11.025,00	142.525,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	142.525,00
Indústria	500.000,00	550.000,00	21.169,90	271.169,90	0,33	15.243,98	265.243,98	284.756,02
Promoção Industrial	500.000,00	550.000,00	21.169,90	271.169,90	0,33	15.243,98	265.243,98	284.756,02
Energia	2.162.002,50	5.262.002,50	-112.408,33	4.927.152,65	6,04	439.684,84	2.471.775,38	2.790.227,12
Energia Elétrica	2.162.002,50	5.262.002,50	-112.408,33	4.927.152,65	6,04	439.684,84	2.471.775,38	2.790.227,12
Desporto e Lazer	2.750.000,00	2.610.000,00	123.140,46	1.282.935,56	1,57	269.027,43	652.141,64	1.957.858,36
Desporto Comunitário	2.150.000,00	2.150.000,00	81.597,46	1.241.392,56	1,52	227.484,43	610.598,64	1.539.401,36
Lazer	600.000,00	460.000,00	41.543,00	41.543,00	0,05	41.543,00	41.543,00	418.457,00
Encargos Especiais	4.015.307,50	4.010.988,86	186.273,26	2.388.132,55	2,93	366.989,13	1.872.828,57	2.138.160,29
Serviço da Divisão Interna	1.600.000,00	1.460.000,00	0,00	72.906,04	0,09	11.862,41	48.985,23	1.411.014,77
Outros Encargos Especiais	2.415.307,50	2.550.988,86	186.273,26	2.316.226,51	2,84	355.126,72	1.823.843,34	727.145,52
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>82.250.000,00</b>	<b>103.824.212,85</b>	<b>13.622.704,47</b>	<b>81.626.047,59</b>	<b>100,00</b>	<b>17.535.419,66</b>	<b>61.691.868,85</b>	<b>42.132.344,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**SETEMBRO/2019 A AGOSTO/2020**

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2020
	Sem/2019	Out/2019	Nov/2019	Dez/2019	Jan/2020	Fev/2020	Mar/2020	Abr/2020	Maio/2020	Jun/2020	Jul/2020	Agos/2020	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>7.673.576,19</b>	<b>7.118.524,80</b>	<b>7.353.389,58</b>	<b>11.705.633,89</b>	<b>7.194.484,97</b>	<b>8.602.597,25</b>	<b>10.186.536,37</b>	<b>7.387.785,85</b>	<b>7.383.460,46</b>	<b>6.900.811,66</b>	<b>11.466.452,95</b>	<b>8.814.992,25</b>	<b>101.680.616,22</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	964.005,72	1.190.423,24	1.109.199,28	1.446.347,56	828.475,05	1.369.026,74	3.717.610,40	1.046.694,05	1.082.527,00	1.112.718,02	1.381.841,71	1.091.206,14	16.341.075,51
I.P.T.U.	119.685,92	113.193,54	124.702,35	297.424,83	66.475,65	405.530,21	2.346.910,54	159.606,46	110.872,58	130.503,79	129.260,30	135.957,59	4.139.147,78
I.R.R.F.	156.317,02	151.416,44	212.079,56	379.822,42	13.261,64	160.677,83	154.035,17	185.331,17	184.222,39	190.596,16	345.629,15	21.077,25	2.151.466,20
I.S.S.	468.624,82	666.095,88	565.546,88	512.143,62	563.851,52	514.023,48	425.871,86	491.098,45	599.082,61	575.478,58	603.039,12	679.321,06	6.673.178,76
I.T.B.I.	114.700,96	120.065,34	105.475,43	146.884,22	66.211,56	62.017,56	133.816,75	122.262,08	79.970,06	105.889,51	168.319,97	154.483,03	1.387.771,27
Outras Impostas, Taxas e Contribuições de Melhoria	114.670,96	140.631,04	81.397,06	107.074,47	115.670,88	226.782,76	666.974,08	91.396,49	103.376,36	138.573,17	100.707,21	1.989.511,50	2.704.600,00
Contribuições	137.470,35	150.670,66	152.807,72	133.853,18	4.317,35	140.477,21	282.306,71	125.776,07	122.523,49	118.971,39	119.994,06	126.568,88	1.615.789,47
Receta Patrimonial	34.952,99	42.854,45	48.772,23	27.169,64	21.131,39	13.544,01	11.346,88	30.660,59	10.551,79	11.215,12	50.451,62	11.176,72	313.238,43
Outras Receitas Patrimoniais	1.318,26	7.078,01	13.964,04	2.493,89	1.503,40	2.072,08	1.735,71	638,47	0,00	463,07	0,00	0,00	30.702,93
Recebimentos de Aplicação Financeira	33.044,73	35.776,44	35.411,19	24.668,75	19.627,99	11.471,93	9.610,17	30.022,12	10.551,79	10.722,05	50.451,62	11.176,72	283.535,50
Receta Agropecuária	60,00	669,00	465,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	150,00	0,00	0,00	0,00	1.419,00
Receta Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	6.507.851,39	5.610.234,47	5.909.535,30	9.504.716,99	6.307.181,66	7.000.914,33	6.136.304,25	6.156.233,46	6.134.666,19	5.614.731,31	9.870.220,29	7.537.922,76	82.290.512,42
Cota-Parte do FPM	1.198.754,23	1.103.608,95	1.497.755,27	2.553.425,48	1.507.237,54	2.177.890,94	1.273.473,11	1.248.285,56	1.304.175,82	1.061.668,07	1.830.208,88	1.162.592,80	17.919.077,65
Cota-Parte do ICMS	1.934.733,07	1.950.321,40	2.011.143,73	2.141.604,65	2.257.161,01	2.162.027,71	2.042.743,31	1.556.150,20	1.414.707,63	1.606.303,88	1.940.657,99	1.995.059,38	23.012.593,96
Cota-Parte do IPVA	307.704,76	321.942,79	178.397,36	107.547,02	287.684,60	308.003,31	350.907,66	375.879,89	407.585,35	422.804,18	403.545,31	377.657,34	3.854.639,77
Cota-Parte do ITR	5794,26	10.012,75	246,13	493,57	278,77	426,66	843,31	173,24	235,36	900,71	184,60	538,03	19.313,01
Outras Transferências Correntes	1.884.838,44	790.533,97	732.352,68	3.075.122,90	606.234,55	660.384,67	904.972,81	1.750.373,80	1.820.196,45	1.275.791,27	4.222.779,55	2.469.991,37	19.931.542,46
Transferências da LC 61/1989	27.175,14	24.053,23	25.259,39	29.690,08	23.356,16	25.266,42	23.316,29	20.924,43	20.862,99	18.761,92	22.539,29	26.066,89	287.273,23
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.448.847,49	1.409.761,38	1.464.380,74	1.596.866,49	1.625.229,03	1.657.935,42	1.540.806,56	1.204.446,36	1.166.901,97	1.228.500,28	1.445.325,67	1.477.070,95	17.296.072,34
Outras Receitas Correntes	29.825,74	123.642,98	42.577,05	593.547,52	35.387,12	78.994,96	38.969,13	7.406,06	33.041,99	43.175,82	43.946,27	46.087,75	1.118.601,39
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>694.833,07</b>	<b>682.069,13</b>	<b>742.590,35</b>	<b>813.838,00</b>	<b>815.143,60</b>	<b>934.786,76</b>	<b>738.104,97</b>	<b>940.282,63</b>	<b>628.513,54</b>	<b>622.087,98</b>	<b>692.133,68</b>	<b>712.376,11</b>	<b>8.717.663,82</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	694.833,07	682.069,13	742.590,35	813.838,00	815.143,60	934.786,76	738.104,97	940.282,63	628.513,54	622.087,98	692.133,68	712.376,11	8.717.663,82
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>6.978.743,12</b>	<b>6.436.455,67</b>	<b>6.610.799,23</b>	<b>10.891.795,89</b>	<b>6.379.341,37</b>	<b>7.668.238,49</b>	<b>9.448.431,40</b>	<b>6.725.503,22</b>	<b>6.755.946,92</b>	<b>6.278.723,68</b>	<b>10.774.319,27</b>	<b>8.102.614,14</b>	<b>92.962.952,40</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	0,00	0,00	0,00	450.000,00	0,00	0,00	0,00	599.901,00	700.000,00	0,00	75.000,00	0,00	1.524.901,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENCAMENHO (V) = (III - IV)</b>	<b>6.978.743,12</b>	<b>6.436.455,67</b>	<b>6.610.799,23</b>	<b>10.741.795,89</b>	<b>6.379.341,37</b>	<b>7.668.238,49</b>	<b>9.448.431,40</b>	<b>6.125.602,22</b>	<b>6.055.946,92</b>	<b>6.278.723,68</b>	<b>10.699.319,27</b>	<b>8.102.614,14</b>	<b>91.438.051,40</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VI) = (V - V)</b>	<b>6.978.743,12</b>	<b>6.436.455,67</b>	<b>6.610.799,23</b>	<b>10.741.795,89</b>	<b>6.379.341,37</b>	<b>7.668.238,49</b>	<b>9.448.431,40</b>	<b>6.125.602,22</b>	<b>6.055.946,92</b>	<b>6.278.723,68</b>	<b>10.699.319,27</b>	<b>8.102.614,14</b>	<b>91.438.051,40</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 0315340-9	CINARA TISSIANI DOS SANTOS CONTROLADORA GERAL
---	---	--

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2019 (A)	Em 30 Jun 2020 (B)	Em 31 Ago 2020 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	8.475.439,06	12.708.962,93	13.705.371,61
DEDUÇÕES (II)	10.535.944,55	10.886.809,28	14.451.443,43
Disponibilidade de Caixa	10.533.831,08	10.884.695,81	14.449.329,96
Disponibilidade de Caixa Bruta	11.291.379,95	12.785.551,21	15.754.534,03
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	757.548,87	1.900.855,40	1.305.204,07
Demais Haveres Financeiros	2.113,47	2.113,47	2.113,47
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	1.822.153,65	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	1.633.799,10	1.633.799,10	1.633.799,10
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-1.633.799,10</b>	<b>188.354,55</b>	<b>-1.633.799,10</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vic - Vlb)	Jan a Ago 2020 (Vic - Vla)
<b>VALOR</b>	<b>-1.822.153,65</b>	<b>0,00</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-820.000,00</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre 2020
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	82.247.795,00	62.134.642,62
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.219.820,00	11.631.099,71
I.P.T.U.	4.644.815,00	3.484.141,14
I.S.S.	6.090.405,00	4.451.767,56
I.T.B.I.	1.280.000,00	897.626,32
I.R.R.F.	1.500.000,00	1.251.830,76
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.704.600,00	1.545.733,93
Contribuições	2.050.650,00	1.040.967,56
Receita Patrimonial	529.277,18	160.077,12
Aplicações Financeiras(II)	467.537,18	153.634,39
Outras Receitas Patrimoniais	61.740,00	6.442,73
Transferências Correntes	62.481.357,07	48.973.690,13
Cota-Parte do FPM	13.470.000,00	9.400.716,34
Cota-Parte do ICMS	20.200.000,00	11.979.832,89
Cota-Parte do IPVA	3.200.000,00	2.351.117,49
Cota-Parte do ITR	5.292,00	2.239,61
Transferências da LC 87/1996	61.740,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	229.320,00	144.873,09
Transferências do FUNDEB	17.160.000,00	11.346.216,24
Outras Transferências Correntes	8.155.005,07	13.748.694,47
Demais Receitas Correntes	966.690,75	328.808,10
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	48,78
Receitas Correntes Restantes	966.690,75	328.759,32
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	81.780.257,82	61.980.959,45
RECEITAS DE CAPITAL (V)	0,00	8.197.613,54
Operação de Crédito(VI)	0,00	5.500.000,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	142.328,72
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	142.328,72
Transferências de Capital	0,00	2.555.284,82
Convênios	0,00	809.757,41

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre 2020					
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS (a)					
Outras Transferências de Capital	0,00	1.745.527,41					
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00					
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00					
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	2.697.613,54					
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)</b>	<b>81.780.257,82</b>	<b>64.678.572,99</b>					
ACIMA DA LINHA		Até o Bimestre 2020					
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	
		DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	DESPESAS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	82.920.194,79	66.736.033,59	50.833.133,73	49.564.629,59	631.469,34	671.206,08	653.395,72
Pessoal e Encargos Sociais	38.917.488,41	29.041.165,24	26.862.136,03	26.215.351,22	530.336,01	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	366.000,00	365.337,44	311.619,19	311.619,19	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	43.636.706,38	37.329.530,91	23.659.378,51	23.037.659,18	101.133,33	671.206,08	653.395,72
Transferências Constitucionais e Legais	50.001,00	50.000,00	33.840,98	33.840,98	5.560,37	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	43.586.705,38	37.279.530,91	23.625.537,53	23.003.818,20	95.572,96	671.206,08	653.395,72
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	82.554.194,79	66.370.696,15	50.521.514,54	49.253.010,40	631.469,34	671.206,08	653.395,72
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	20.874.018,06	14.890.014,00	10.858.735,12	10.843.363,92	122.561,16	2.583.329,78	2.583.329,78
Investimentos	20.421.890,56	14.451.900,39	10.588.667,67	10.573.296,47	122.561,16	2.583.329,78	2.583.329,78
Inversões Financeiras	12.127,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	12.127,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	440.000,00	438.113,61	270.067,45	270.067,45	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	20.434.018,06	14.451.900,39	10.588.667,67	10.573.296,47	122.561,16	2.583.329,78	2.583.329,78
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)</b>	<b>103.018.212,85</b>	<b>80.822.596,54</b>	<b>61.110.182,21</b>	<b>59.826.306,87</b>	<b>754.030,50</b>	<b>3.254.535,86</b>	<b>3.236.725,50</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc)]</b>		<b>861.510,12</b>					

Continua 2/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 3/4

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		414.462,82
<b>JUROS NOMINAIS</b>		
		Até o Bimestre/2020
		VALOR INCORRIDO
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)		153.634,39
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)		311.619,19
<b>RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)</b>		<b>703.525,32</b>
<b>META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL</b>		
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		0,00
<b>ABAIXO DA LINHA</b>		
<b>CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL</b>		
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII) DEDUÇÕES (XXIX) Disponibilidade de Caixa Disponibilidade de Caixa Bruta (-) Restos a Pagar Processados (XXX) Demais Haveres Financeiros DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	Em 31 Dez 2019(a)	Até o Bimestre/2020(b)
	8.475.439,06	13.705.371,61
	10.577.500,60	14.492.999,48
	10.533.831,08	14.449.329,96
	11.291.379,95	15.754.534,03
	757.548,87	1.305.204,07
	43.669,52	43.669,52
<b>RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)</b>		<b>-1.314.433,67</b>
<b>AJUSTE METODOLÓGICO</b>		
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb) RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX) PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV) PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI) AJUSTES RELATIVOS AO RPPS (XXXVII) OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	Até o Bimestre/2020	
	-547.655,20	
	0,00	
	0,00	
	0,00	
	0,00	
	0,00	
<b>RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)</b>		<b>-766.778,47</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX - (XXV - XXVI)</b>		<b>-608.793,67</b>

Continua 3/4

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Continuação 4/4

<u>INFORMAÇÕES ADICIONAIS</u>	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.059.584,21
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	3.059.584,21
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)										RP NÃO PROCESSADOS										R\$ 1,00	
PODER/ÓRGÃO										RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS						
										Inscritos		Saldo e = (a+b) - (c+d)	Cancelados (d)	Pagos (c)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (h+g) - (h+i)	Saldo Total L=(e+k)
										Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2019 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2019 (g)					
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>										652,31	756.896,56	-	0,00	754.030,50	153.176,60	4.630.532,18	3.254.535,86	3.236.725,50	259.788,33	1.287.194,95	1.290.713,32
<b>EXECUTIVO</b>										652,31	756.896,56	0,00	0,00	754.030,50	153.176,60	4.630.532,18	3.254.535,86	3.236.725,50	259.788,33	1.287.194,95	1.290.713,32
ADMINISTRAÇÃO DIRETA										652,31	756.413,18	0,00	0,00	753.547,12	153.176,60	4.630.532,18	3.254.535,86	3.236.725,50	259.788,33	1.287.194,95	1.290.713,32
CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - CGM										0,00	6.408,20	0,00	0,00	6.408,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO										0,00	2.641,97	0,00	0,00	2.641,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS										0,00	87.703,79	0,00	0,00	87.703,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL - GPM										652,31	201.503,06	0,00	0,00	198.637,00	43.259,00	661.109,44	660.233,21	660.233,21	44.135,23	47.653,60	0,00
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM										0,00	10.660,30	0,00	0,00	10.660,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA										0,00	8.846,53	0,00	0,00	8.846,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE AGRICULTURA										0,00	122.931,68	0,00	0,00	122.931,68	68.749,82	37.004,32	64.518,24	19.777,56	48.972,26	48.972,26	0,00
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL										0,00	23.023,10	0,00	0,00	23.023,10	64.763,32	64.518,24	64.518,24	64.518,24	245,08	245,08	0,00
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO										0,00	22.142,60	0,00	0,00	22.142,60	40.975,15	40.975,15	36.324,93	36.324,93	4.650,22	4.650,22	0,00
SECRETARIA DE EDUCACAO										0,00	73.614,23	0,00	0,00	73.614,23	2.484.520,27	1.561.423,03	1.560.839,43	58.788,33	864.892,51	864.892,51	0,00
SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS										0,00	186.134,03	0,00	0,00	186.134,03	109.917,60	1.309.224,84	863.842,79	201.000,00	324.259,65	324.259,65	0,00
COMITE DESPORTIVO MUNICIPAL DE SAO LOUREN										0,00	10.803,09	0,00	0,00	10.803,09	1.189,34	1.189,34	1.189,34	1.189,34	0,00	0,00	0,00
COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM										0,00	483,38	0,00	0,00	483,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMITÊ DESPORTIVO MUNICIPAL - CDM										0,00	483,38	0,00	0,00	483,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>										-	0,00	-	0,00	-	-	-	-	-	-	-	-
										0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>										<b>652,31</b>	<b>756.896,56</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>754.030,50</b>	<b>153.176,60</b>	<b>4.630.532,18</b>	<b>3.254.535,86</b>	<b>3.236.725,50</b>	<b>259.788,33</b>	<b>1.287.194,95</b>	<b>1.290.713,32</b>
FONTE:																					

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER	ANTONIO JOCENEI WANS DOS SANTOS	CINARA TISSIANI DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	CONTADOR CRCSC 0315340-9	CONTROLADOR GERAL

**MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**  
Entidade: MUNICIPIO DE SAO LOURENCO DO OESTE

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	13.515.220,00	13.515.220,00	10.085.365,78	74,62
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	4.644.815,00	4.644.815,00	3.484.141,14	75,01
1.1.1- IPTU	4.250.000,00	4.250.000,00	3.311.738,42	77,92
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	394.815,00	394.815,00	172.402,72	43,67
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	1.280.000,00	1.280.000,00	897.626,32	70,13
1.2.1- ITBI	1.280.000,00	1.280.000,00	897.074,96	70,08
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	551,36	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	6.090.405,00	6.090.405,00	4.451.767,56	73,09
1.3.1- ISS	6.000.000,00	6.000.000,00	4.370.308,10	72,84
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	90.405,00	90.405,00	81.459,46	90,11
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.500.000,00	1.500.000,00	1.251.830,76	83,46
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	46.690.440,00	46.690.440,00	29.663.263,56	63,53
2.1- Cota-Parte FPM	17.070.000,00	17.070.000,00	11.565.533,72	67,75
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	15.570.000,00	15.570.000,00	10.824.086,89	69,52
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	750.000,00	750.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	750.000,00	750.000,00	741.446,83	98,86
2.2- Cota-Parte ICMS	25.250.000,00	25.250.000,00	14.974.791,11	59,31
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	77.175,00	77.175,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	286.650,00	286.650,00	181.091,39	63,18
2.5- Cota-Parte ITR	6.615,00	6.615,00	2.799,50	42,32
2.6- Cota-Parte IPVA	4.000.000,00	4.000.000,00	2.939.047,84	73,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>60.205.660,00</b>	<b>60.205.660,00</b>	<b>39.748.629,34</b>	<b>66,02</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	2.223.301,50	2.223.301,50	1.455.422,72	65,46
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.741.950,00	1.741.950,00	1.134.278,22	65,12
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	365.589,00	365.589,00	269.857,00	73,81
5.4- Transferências Diretas - PNATE	85.995,00	85.995,00	33.199,70	38,61
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	29.767,50	29.767,50	18.087,80	60,76
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	242.550,00	242.550,00	42.349,44	17,46
6.1- Transferências de Convênios	242.550,00	242.550,00	42.349,44	17,46
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	1.102,50	1.102,50	203.503,95	18.458,41
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>2.466.954,00</b>	<b>2.466.954,00</b>	<b>1.701.276,11</b>	<b>68,96</b>
<b>FUNDEB</b>				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	9.524.088,00	9.524.088,00	5.784.363,27	60,73
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.600.000,00	3.600.000,00	2.164.817,38	60,13
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	5.050.000,00	5.050.000,00	2.994.958,22	59,31
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	15.435,00	15.435,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	57.330,00	57.330,00	36.218,30	63,18
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.323,00	1.323,00	559,89	42,32
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	800.000,00	800.000,00	587.809,48	73,48
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	17.215.125,00	17.215.125,00	11.356.452,98	65,97
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	17.160.000,00	17.160.000,00	11.346.216,24	66,12
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	55.125,00	55.125,00	10.236,74	18,57
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>7.635.912,00</b>	<b>7.635.912,00</b>	<b>5.561.852,97</b>	<b>72,84</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>				

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	10.296.000,00	10.246.000,00	7.857.635,26	76,69	7.857.635,26	76,69
13.1- Com Educação Infantil	3.417.750,00	3.367.750,00	2.093.437,89	62,16	2.093.437,89	62,16
13.2- Com Ensino Fundamental	6.878.250,00	6.878.250,00	5.764.197,37	83,80	5.764.197,37	83,80
14- OUTRAS DESPESAS	6.864.000,00	7.393.633,25	5.565.991,67	75,28	2.587.044,47	34,99
14.1- Com Educação Infantil	1.521.450,00	1.101.450,00	1.079.970,78	98,05	451.034,30	40,95
14.2- Com Ensino Fundamental	5.342.550,00	6.292.183,25	4.486.020,89	71,30	2.136.010,17	33,95
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	17.160.000,00	17.639.633,25	13.423.626,93	76,10	10.444.679,73	59,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						10.444.679,73
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						69,19
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						22,78
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						8,03
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						49.633,25
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020²						49.633,25
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.291.052,50	4.821.052,50	3.506.616,42	72,74	2.829.079,42	58,68
22.1- Creche	1.502.500,00	1.102.500,00	1.096.109,84	99,42	1.095.889,84	99,40
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.450.000,00	1.050.000,00	1.043.676,00	99,40	1.043.676,00	99,40
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	52.500,00	52.500,00	52.433,84	99,87	52.213,84	99,45
22.2- Pré-escola	3.788.552,50	3.718.552,50	2.410.506,58	64,82	1.733.189,58	46,61
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.489.200,00	3.419.200,00	2.129.732,67	62,29	1.500.796,19	43,89
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	299.352,50	299.352,50	280.773,91	93,79	232.393,39	77,63
23- ENSINO FUNDAMENTAL	18.004.877,00	19.384.510,25	15.694.132,85	80,96	11.302.752,31	58,31
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	12.220.800,00	13.170.433,25	10.250.218,26	77,83	7.900.207,54	59,98
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.784.077,00	6.214.077,00	5.443.914,59	87,61	3.402.544,77	54,76
24- ENSINO MÉDIO	135.607,50	135.607,50	85.300,27	62,90	15.490,38	11,42
25- ENSINO SUPERIOR	2.205,00	12.205,00	8.450,00	69,23	8.450,00	69,23
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	23.433.742,00	24.353.375,25	19.294.499,54	79,23	14.155.772,11	58,13
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						5.561.852,97
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						49.633,25
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ³						-
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)						-
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						5.611.486,22
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))						8.520.345,51
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						21,44
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.768.410,00	2.523.410,00	977.826,32	38,75	646.086,87	25,60
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	605.934,00	1.677.877,29	1.469.737,64	87,60	728.090,28	43,39
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	2.374.344,00	4.201.287,29	2.447.563,96	58,26	1.374.177,15	32,71
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	25.808.086,00	28.554.662,54	21.742.063,50	76,14	15.529.949,26	54,39
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2020 (i)		
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			233.687,19		0,00	
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			165.100,79		0,00	
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			68.586,40		0,00	

Continuação 3/3

MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	0,00	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	11.346.216,24	1.134.278,22
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	0,00	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	10.236,74	17.369,21
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	11.356.452,98	1.151.647,43
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1. (+) Retenções	0,00	0,00
50.2. (-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3. (+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4. (+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	11.356.452,98	1.151.647,43

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>			
	<b>0,00</b>	<b>5.500.000,00</b>	<b>-5.500.000,00</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	20.874.018,06	14.890.014,00	5.984.004,06
Investimentos	20.421.890,56	14.451.900,39	5.969.990,17
Inversões Financeiras	12.127,50	0,00	12.127,50
Amortização de Dívida	440.000,00	438.113,61	1.886,39
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>20.874.018,06</b>	<b>14.890.014,00</b>	<b>5.984.004,06</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (II - I)</b>	<b>20.874.018,06</b>	<b>9.390.014,00</b>	<b>11.484.004,06</b>

FONTE:

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)							R\$ 1,00
RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)			SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)							
Receita de Alienação De Bens Móveis		0,00			142.328,72	-142.328,72	
Receita de Alienação De Bens Imóveis		0,00			54.550,00	-54.550,00	
		0,00			87.778,72	-87.778,72	
DESPESAS							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)							
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		Em 2019 (i)	Em 2020 (j) = (lb - (lif + lig)			SALDO ATUAL (k) = (liii + liij)	
Valor(III)		0,00	142.328,72			142.328,72	
FONTE:							

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS	CINARA TISSIANI DOS SANTOS
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	CONTADOR CRC/SC 031534/O-9	CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
							Até o Bimestre(b)	%(b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					13.515.220,00	13.515.220,00	10.085.365,78	74,62		
Recetta Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU					4.644.815,00	4.644.815,00	3.484.141,14	75,01		
IPTU					4.250.000,00	4.250.000,00	3.311.738,42	77,92		
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU					394.815,00	394.815,00	172.402,72	43,67		
Recetta Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI					1.280.000,00	1.280.000,00	897.626,32	70,13		
ITBI					1.280.000,00	1.280.000,00	897.074,96	70,08		
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI					0,00	0,00	551,36	0,00		
Recetta Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS					6.090.405,00	6.090.405,00	4.451.767,56	73,09		
ISS					6.000.000,00	6.000.000,00	4.370.308,10	72,84		
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS					90.405,00	90.405,00	81.459,46	90,11		
Recetta Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF					1.500.000,00	1.500.000,00	1.251.830,76	83,46		
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)					45.144.135,00	45.144.135,00	28.921.816,73	64,07		
Cota-Parte FPM					15.570.000,00	15.570.000,00	10.824.086,89	69,52		
Cota-Parte ITR					6.615,00	6.615,00	2.799,50	42,32		
Cota-Parte IPVA					4.000.000,00	4.000.000,00	2.939.047,84	73,48		
Cota-Parte ICMS					25.250.000,00	25.250.000,00	14.974.791,11	59,31		
Cota-Parte IPI-Exportação					286.650,00	286.650,00	181.091,39	63,18		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais					30.870,00	30.870,00	0,00	0,00		
Desoneração ICMS (LC 87/86)					30.870,00	30.870,00	0,00	0,00		
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II					58.659.355,00	58.659.355,00	39.007.182,51	66,50		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
				Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (IV)		9.434.100,00	9.434.100,00	8.986.067,13	95,25	7.340.737,72	77,81	7.230.470,10	76,64	-
Despesas Correntes		9.402.050,00	9.301.050,00	8.971.280,07	96,45	7.330.847,72	78,82	7.220.580,10	77,63	-
Despesas de Capital		32.050,00	133.050,00	14.787,06	11,11	9.890,00	7,43	9.890,00	7,43	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)		832.650,00	1.681.650,00	1.542.440,11	91,72	1.434.042,85	85,28	1.434.042,85	85,28	-
Despesas Correntes		716.625,00	896.625,00	842.425,80	93,96	750.253,54	83,68	750.253,54	83,68	-
Despesas de Capital		116.025,00	785.025,00	700.014,31	89,17	683.789,31	87,10	683.789,31	87,10	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)		3.969,00	3.969,00	3.620,00	91,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital		3.969,00	3.969,00	3.620,00	91,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCUADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)* (= h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2019	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)</b>	-	-	-	-	-

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO²	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se <0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Insc. Indevidamente no Exercício sem Disp. Financeira q = (XIIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + p)) se <0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u)
Empenhos de 2019	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.612,05	-17.612,05	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)										
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012										
				Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (aa) = (w - (x ou y))		
					Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)			
Restos a pagar cancelados ou prescritos em 2019 a compensar(XXV)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO										
				PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		% (b/a)*100		
						Até o Bimestre (b)				
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)				4.905.573,75	4.905.573,75	8.269.849,53				168,58
Proveniente da União - Fundo a Fundo				4.905.573,75	4.905.573,75	8.169.826,98				166,54
Proveniente dos Estados				0,00	0,00	100.022,55				0,00
Proveniente de outros Municípios				0,00	0,00	0,00				0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)				0,00	0,00	0,00				0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)				2.425,50	2.425,50	121.046,09				4.990,56
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)				4.907.999,25	4.907.999,25	8.390.895,62				170,96

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Página 5/5

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XI) = (IV + XXXII)	9.434.100,00	9.434.100,00	8.986.067,13	95,25	7.340.737,72	77,81	7.230.470,10	76,64	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	832.650,00	1.681.650,00	1.542.440,11	91,72	1.434.042,85	85,28	1.434.042,85	85,28	-
SUORTE PROFIÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	3.969,00	3.969,00	3.620,00	91,21	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (IX + XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)</b>	<b>10.270.715,00</b>	<b>11.115.719,00</b>	<b>10.532.127,24</b>	<b>94,72</b>	<b>8.774.780,57</b>	<b>78,91</b>	<b>8.664.512,95</b>	<b>77,92</b>	<b>-</b>
(c) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes <sup>2</sup>	4.971.723,75	10.179.035,68	7.542.965,31	74,10	6.572.222,10	64,57	6.265.006,00	61,55	-
<b>TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)</b>	<b>5.298.995,25</b>	<b>940.683,32</b>	<b>2.989.161,93</b>	<b>317,76</b>	<b>2.202.558,47</b>	<b>234,14</b>	<b>2.399.506,95</b>	<b>255,08</b>	<b>-</b>

FONTE:

<sup>1</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.  
<sup>2</sup> Até o exercício de 2018, o controle da execução dos restos a pagar considerava apenas os valores dos restos a pagar não processados (regra antiga). A partir do exercício de 2019, o controle da execução dos restos a pagar considera os restos a pagar processados e não processados (regra nova).  
<sup>3</sup> Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO	ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS CONTADOR CRC/SC 031534/O-9	CINARA TISSIANI DOS SANTOS CONTROLADORA GERAL
---	--	--

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
DEMONSTRATIVO DAS PARCEIRAS PÚBLICO - PRIVADAS  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 26)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE EXERCÍCIO ANTERIOR	RESÍDUOS EFETUADOS EM 2020		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
		No Bimestre	Até o Bimestre									
TOTAL DE ATIVOS	-	0,00	0,00									
Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00									
TOTAL DE PASSIVOS	-	0,00	0,00									
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	-	0,00	0,00									
Provisões de PPP	-	0,00	0,00									
Outros passivos	-	0,00	0,00									
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	0,00	0,00									
Obrigações contratuais	-	0,00	0,00									
Reservação Provisoriada	-	0,00	0,00									
Garantias Concedidas	-	0,00	0,00									
Outros Passivos Contingentes	-	0,00	0,00									
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE		2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratadas (I.1)	-			0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (I.2)	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
DAS ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)	-	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A contratar (II.2)	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	92.962.962,40		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)	-	0,00		-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (RCL) (V) = (I / IV)	-	0,00		-	-	-	-	-	-	-	-	-

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTÔNIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 081540-9

CINARA TESSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC  
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		82.250.000,00	
Previsão Atualizada		82.250.000,00	
Receitas Realizadas		70.332.421,16	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		3.059.584,21	
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		82.250.000,00	
Créditos Adicionais		21.574.212,85	
Dotação Atualizada		103.824.212,85	
Despesas Empenhadas		81.626.047,59	
Despesas Liquidadas		61.691.868,85	
Despesas pagas		60.407.993,51	
Superavit Orçamentário		8.640.552,31	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Despesas Empenhadas		81.626.047,59	
Despesas Liquidadas		61.691.868,85	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
Receita Corrente Líquida		92.962.952,40	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento		91.438.051,40	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal		91.438.051,40	
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>		<b>Até o Bimestre</b>	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas		1.102.165,32	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		1.102.165,32	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO</b>			
Receitas Previdenciárias Realizadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas		0,00	
Resultado Previdenciário		0,00	
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		0,00	703.525,32
Resultado Primário		414.462,82	861.510,12
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		4.783.708,78	259.788,33
EXECUTIVO		4.783.708,78	259.788,33
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		757.548,87	0,00
EXECUTIVO		757.548,87	0,00
<b>TOTAL:</b>		<b>5.541.257,65</b>	<b>259.788,33</b>
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		8.520.345,51	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		7.857.635,26	60%

Continua 1/2

Município de SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			5.500.000,00	-5.500.000,00
Despesa de Capital Líquida			14.890.014,00	5.984.004,06
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2020	2030	2040	2055
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			142.328,72	-142.328,72
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	8.774.780,57	15,00	22,50	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 09/09/2020

DANIEL RODRIGO HIPPLER  
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

ANTONIO JOCENEI WAISS DOS SANTOS  
CONTADOR CRC/SC 031534/O-9

CINARA TISSIANI DOS SANTOS  
CONTROLADORA GERAL

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 7/2020 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Publicação Nº 2638172

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST.SOC.SAO M. DO OESTE  
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº ..... : 1º ADT 7/2020 - Contrato Nº: 7/2020  
Contratante...: FUNDO MUN. DE ASSIST.SOC.SAO M. DO OESTE  
Contratada....: PF ENGENHARIA LTDA  
Valor ..... : R\$ 5.058,50 (cinco mil e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)  
Vigência ..... : Início: 26/08/2020 Término: 23/09/2020  
Licitação ..... : PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2020 TOMADA DE PREÇOS Nº.: 02/2020  
Objeto ..... : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE PINTURA DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA JOHN KENNEDY, BAIRRO SÃO LUIZ, MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL, MEMORIAL DESCRITIVO, ORÇAMENTOS, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETOS, PARTES INTEGRANTES DESTES PROCESSOS LICITATÓRIOS.

São Miguel do Oeste, 26 de agosto de 2020

### LEI Nº 7.748/2020

Publicação Nº 2639044

LEI Nº 7.748/2020  
AUTORIZA A ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL – PPA, DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO E DA LEI ORÇAMENTÁRIA – LOA, ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 140.000,00 (CENTO E QUARENTA MIL REAIS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

#### TÍTULO I

##### CAPÍTULO I DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.702, de 13 de dezembro de 2019, Plano Plurianual - PPA, para o exercício financeiro de 2020, em conformidade com o disposto no presente ato, relativamente à abertura de um Crédito Adicional Suplementar na ordem de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), objetivando as obras complementares do Centro Esportivo do Bairro Jardim Peperi, neste Município.

##### CAPÍTULO II DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.703, de 13 de dezembro de 2019 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), objetivando as obras complementares do Centro Esportivo do Bairro Jardim Peperi, neste Município.

##### CAPÍTULO III DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica autorizada a alteração da Lei nº 7.704, de 13 de dezembro de 2019 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2020, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), objetivando as obras complementares do Centro Esportivo do Bairro Jardim Peperi, neste Município.

##### CAPÍTULO IV DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por ato próprio, a abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), objetivando a reforçar dotação orçamentária, conforme abaixo discriminada:

12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E CULTURA

12.001 - ESPORTE  
27.812.0224.1.757 - IMPLANTAÇÃO E MELHORAMENTO DE  
EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS  
119 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 5º Para cobertura do crédito prescrito no artigo anterior deste ato fica promovida a redução parcial da dotação abaixo discriminada e constante da mesma matéria em execução.

07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL  
07.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL  
26.781.0523.1.034 - AMPLIAÇÃO E MELHORAMENTO DO AEROPORTO  
HÉLIO WASSUN.  
83 - 4.4.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC.  
Em, 10 de setembro de 2020.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Barbara Casales Giongo Rodrigues  
Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

## LEI Nº 7.749/2020

Publicação Nº 2639051

LEI Nº 7.749/2020  
AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO BENS MÓVEIS DA EMPRESA JOSÉ BATISTA SOBRINHO - JBS  
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal para, em nome do Município de São Miguel do Oeste, receber em doação da Empresa José Batista Sobrinho - JBS, os seguintes bens móveis:

- 12 (doze) Monitores Multiparamétrico, modelo C120 - básico I (ECG. RESP.Sp02 PLC, PNI, TEMP, CAPNOGRAFIA/AG);
- 2 (dois) Desfibriladores Externos Automáticos Adulto e Infantil;
- 03 (três) Macas Hospitalares;
- 10 (dez) Mesas de Refeição hospitalar;
- 10 (dez) Suportes para soro;
- 05 (cinco) Escadinhas;

Art. 2º Ficam os setores competentes da Municipalidade autorizados a proceder todos os atos necessários a inserção dos referidos bens ao Patrimônio do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelo orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC.  
Em, 10 de setembro de 2020.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Barbara Casales Giongo Rodrigues  
Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

## LEI Nº 7.750/2020

Publicação Nº 2639059

LEI Nº 7.750/2020

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE A RECEBER EM DOAÇÃO BENS MÓVEIS DA EMPRESA JOSÉ BATISTA SOBRINHO - JBS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA.

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal para, em nome do Município de São Miguel do Oeste, receber em doação da Empresa José Batista Sobrinho - JBS, os seguintes bens móveis:

- 06 (seis) Eletrocardiógrafos, portáteis, 12 derivações.

Art. 2º Ficam os setores competentes da Municipalidade autorizados a proceder todos os atos necessários a inserção dos referidos bens ao Patrimônio do Município de São Miguel do Oeste.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas pelo orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC.  
Em, 10 de setembro de 2020.

WILSON TREVISAN  
Prefeito Municipal

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Barbara Casales Giongo Rodrigues  
Procuradora Geral

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina  
em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

## PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1157/2020

Publicação Nº 2639433

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1157/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que o Art. 54 "d", da Lei Complementar 009/2012 de 02 de Abril de 2012, estabelece que o cargo público ficara vago em decorrência da aposentadoria;

RESOLVE:

Art.1º EXONERAR POR APOSENTADORIA a servidora pública municipal efetiva ANA MARIA DE RAMOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, desta Prefeitura Municipal, em decorrência de Aposentadoria por Tempo de Contribuição junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, a partir de 10 de setembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1158/2020**

Publicação Nº 2639435

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1163/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do Art. 108 da LCM 009/2012 que em situações de emergência, calamidade pública ou outras consideradas excepcionais, poderá ser concedido o gozo da licença prêmio de forma antecipada, ainda que o servidor não tenha completado o período aquisitivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 107/2020).

CONSIDERANDO o memorando 175/2020, pelo qual a servidora Maria Salete dos Santos, solicita antecipação de gozo de licença prêmio.

Considerando que a servidora apresentou atestado médico comprovando doença e por ser do grupo de risco do COVID19.

CONSIDERANDO que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

### **RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para a servidora pública municipal MARIA SALETE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03 de setembro de 2020 a 02 de outubro de 2020.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 03 de setembro de 2020;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SAFGP/DDP N° 1159/2020**

Publicação N° 2639438

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1159/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR A PEDIDO a servidora pública municipal efetiva THIANA LETICIA ZANETTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 20 de setembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SAFGP/DDP N° 1160/2020**

Publicação N° 2639441

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1160/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando que o Art. 54 "d", da Lei Complementar 009/2012 de 02 de Abril de 2012, estabelece que o cargo público ficara vago em decorrência da aposentadoria;

**RESOLVE:**

Art.1º EXONERAR POR APOSENTADORIA a servidora pública municipal efetiva ESAURA THEREZINHA BACIN, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, desta Prefeitura Municipal, em decorrência de Aposentadoria por Tempo de Contribuição junto ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, a partir de 10 de setembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SAFGP/DDP N° 1161/2020**

Publicação N° 2639442

PORTARIA SAFGP/DDP N° 1161/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade

pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do Art. 108 da LCM 009/2012 que em situações de emergência, calamidade pública ou outras consideradas excepcionais, poderá ser concedido o gozo da licença prêmio de forma antecipada, ainda que o servidor não tenha completado o período aquisitivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 107/2020).

CONSIDERANDO o memorando 280/2020 onde a Secretária Municipal de Assistência Social, justifica que devido a pandemia, as crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV/CRAS, ainda não voltaram as atividades, não tendo demanda de trabalho para a servidora, evitando assim aglomeração.

CONSIDERANDO que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para a servidora pública municipal efetiva SILDA MARLENE MULLER, ocupante do cargo de Merendeira, na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 14 de setembro de 2020 a 13 de outubro de 2020.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1162/2020**

Publicação Nº 2639443

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1162/2020**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do Art. 108 da LCM 009/2012 que em situações de emergência, calamidade pública ou outras consideradas excepcionais, poderá ser concedido o gozo da licença prêmio de forma antecipada, ainda que o servidor não tenha completado o período aquisitivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 107/2020).

CONSIDERANDO o protocolo 12960/2020, onde a servidora solicita antecipação de gozo de licença prêmio.

Considerando que a Secretária Municipal de Assistência Social, justifica que devido a pandemia, as crianças e adolescentes atendidos pelo SCFV/CRAS, ainda não voltaram as atividades, não tendo demanda de trabalho para a servidora, evitando assim aglomeração.

CONSIDERANDO que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para a servidora pública municipal efetiva ROZANE LACERDA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Merendeira, na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 15 de outubro de 2020 a 13 de novembro de 2020.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1163/2020**

Publicação Nº 2639444

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1163/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do Art. 108 da LCM 009/2012 que em situações de emergência, calamidade pública ou outras consideradas excepcionais, poderá ser concedido o gozo da licença prêmio de forma antecipada, ainda que o servidor não tenha completado o período aquisitivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 107/2020).

CONSIDERANDO o memorando 175/2020, pelo qual a servidora Maria Salete dos Santos, solicita antecipação de gozo de licença prêmio.

Considerando que a servidora apresentou atestado médico comprovando doença e por ser do grupo de risco do COVID19.

CONSIDERANDO que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para a servidora pública municipal MARIA SALETE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 03 de setembro de 2020 a 02 de outubro de 2020.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 03 de setembro de 2020;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

## **PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1164/2020**

Publicação Nº 2639445

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1164/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do Art. 108 da LCM 009/2012 que em situações de emergência, calamidade pública ou outras consideradas excepcionais, poderá ser concedido o gozo da licença prêmio de forma antecipada, ainda que o servidor não tenha completado o período aquisitivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 107/2020).

CONSIDERANDO o memorando 253/2020, onde a Diretora de Unidade Escolar do CEI Sonho Feliz, informa que a servidora Dolores Bedin Dall Agnol, faz parte do grupo de risco do COVID19

CONSIDERANDO que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para a servidora pública municipal DOLORES BEDIN DALL AGNOL, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 09 de setembro de 2020 a 08 de outubro de 2020.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1165/2020**

Publicação Nº 2639446

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1165/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o memorando 288/2020, onde o Diretor de Unidade Escolar da EMEIEF São João Batista de La Salle, informa que a servidora Jurema de Fátima Vitcoski, faz parte do grupo de risco do COVID19.

Considerando que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 3ª licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) a JUREMA DE FÁTIMA VITCOSKI, efetiva ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, concedido o direito conforme Portaria nº 1445/2018 de 16 de novembro de 2018, referente ao período de 01 de setembro de 2013 a 31 de agosto de 2018, a serem gozados de 09 de setembro de 2020 a 08 de outubro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1166/2020**

Publicação Nº 2639447

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1166/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do Art. 108 da LCM 009/2012 que em situações de emergência, calamidade pública ou outras consideradas excepcionais, poderá ser concedido o gozo da licença prêmio de forma antecipada, ainda que o servidor não tenha completado o período aquisitivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 107/2020).

Considerando o memorando 288/2020, onde o Diretor de Unidade Escolar da EMEIEF São João Batista de La Salle, informa que a servidora Neusa Salete Wrege, faz parte do grupo de risco do COVID19.

CONSIDERANDO que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para a servidora pública municipal NEUSA SALETE WREGE, ocupante do cargo de Merendeira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 09 de setembro de 2020 a 08 de outubro de 2020.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1167/2020**

Publicação Nº 2639448

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1167/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 9.343/2020, que delega ao Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando o memorando 314/2020, onde a Diretora de Unidade Escolar da EMEIEF Tranquilo José Rigoni, informa que a servidora Elizabete Rubia da Rosa, faz parte do grupo de risco do COVID19.

Considerando que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

### **RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER o gozo de 09(nove) dias restantes, da 2ª licença prêmio, nos termos do §3º do Art. 108 da Lei Complementar Municipal n. 009/2012 (Estatuto do Servidor) a ELIZABETE RUBIA DA ROSA, efetiva ocupante do cargo de Merendeira, concedido o direito conforme Portaria nº 1120/2017 de 16 de novembro de 2017, referente ao período de 08 de setembro de 2012 a 07 de setembro de 2017, a serem gozados de 10 de setembro de 2020 a 18 de setembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

## **PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1168/2020**

Publicação Nº 2639451

PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1168/2020

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020, o Governador do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto n. 515, por meio do qual declarou "situação de emergência em todo o território catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO o Art. 1º do Decreto Municipal n. 9.299/2020 que estabelece que em virtude da situação de emergência e calamidade pública decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19), fica a Secretaria Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência autorizada a conceder, de forma antecipada, licença prêmio a servidores públicos.

CONSIDERANDO o disposto no § 8º do Art. 108 da LCM 009/2012 que em situações de emergência, calamidade pública ou outras consideradas excepcionais, poderá ser concedido o gozo da licença prêmio de forma antecipada, ainda que o servidor não tenha completado o período aquisitivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 107/2020).

Considerando o memorando 314/2020, onde a Diretora de Unidade Escolar da EMEIEF Tranquilo José Rigoni, informa que a servidora Elizabete Rubia da Rosa, faz parte do grupo de risco do COVID19.

Considerando que tal medida não haverá aumento de despesa, visto que no período de gozo da licença prêmio não haverá a necessidade de contratação de profissional para substituir.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER GOZO DE LICENÇA PRÊMIO nos termos do artigo 108 da Lei Complementar n. 009/2012, para a servidora pública municipal ELIZABETE RUBIA DA ROSA, ocupante do cargo de Merendeira, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 21 de setembro de 2020 a 09 de outubro de 2020.

§ 1º Para fins de controle, a concessão da licença prêmio de que trata o caput deste artigo deve ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

§ 2º Quando completado o período aquisitivo e concedido o direito à licença prêmio, o setor de recursos humanos deverá informar no ato administrativo de concessão o período antecipado e já gozado pelo servidor.

§ 3º Caso o servidor seja exonerado ou demitido antes de ter completado o período aquisitivo, ele deverá restituir o erário municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1169/2020**

Publicação Nº 2639452

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1169/2020**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

Considerando os termos do art. 24, da LCM 009/2012;

Considerando os termos do Art. 27 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, o início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor por intermédio de portaria ou ato similar;

Considerando a portaria de nomeação SAFGP/DDP N. 1075/2020 de 10 de agosto de 2020.

**RESOLVE:**

Art. 1º DAR POSSE E INICIO DE EXERCÍCIO a KLEBERTON RICARDO TESSER, pelo Regime Estatutário, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Enfermeiro, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com lotação junto ao Órgão Central da Administração Municipal, designado para atuar junto a Unidade de Pronto Atendimento - UPA, na Secretaria Municipal de Saúde, em razão de aprovação no Concurso Público, Edital nº 010/2019, homologado em 18 de março de 2020, a partir de 08 de setembro de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 08 de setembro de 2020.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1170/2020**

Publicação Nº 2639454

**PORTARIA SAFGP/DDP Nº 1170/2020**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E GESTÃO DE PESSOAS DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso II, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência as atribuições dos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990;

Considerando a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, como é o caso;

Considerando a classificação do Processo Seletivo Edital 001/2019;

Considerando o princípio da continuidade do serviço público, asseverando a proibição da interrupção total da prestação do serviço público, uma vez que na Secretaria Municipal de Saúde, é considerado serviço essencial.

Considerando que a servidora titular, Maiara Dais Schoeninger, encontra-se em licença sem remuneração para estudo, conforme portaria SAFGP 0894/2020 de 03 de julho de 2020, retificada pela portaria SAFGP 1122/2020 de 25 de agosto de 2020.

Considerando o parecer jurídico 044/2020/PGM.

Considerando a essencialidade do serviço público de saúde.

**RESOLVE:**

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. BRUNA CARLA VILLA, pelo regime Estatutário, ACT, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para ocupar o cargo de Enfermeiro, atuando junto ao setor de Controle e Avaliação, na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 09 de setembro de 2020 até 08 de setembro de 2021 ou até que perdure o afastamento da titular.

Art. 2º Aplica-se ao servidor o disposto nos artigos 77 a 100, 111, 115 a 185, 188, 190, 191, 193, e 194 do Estatuto dos Servidores do Município, nos termos da Lei 6616/2012;

Art. 3º A contratação se dará pelo Regime Jurídico Único é Estatutário e o Regime Previdenciário é o Regime Geral de Previdência Social;

Art. 4º As partes têm direito de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,  
Em 09 de setembro de 2020.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

Esta Portaria foi publicada  
na presente data.

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### DECRETO 128/2020

Publicação N° 2638456

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO  
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP: 88.125-000 FONE (48) 3277-0122/3277-0219.  
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

#### DECRETO 128/2020

ANULA E SUPLEMENTA VERBAS NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA .  
ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei n° 1.306 de 2020:

#### DECRETA:

Art.1° – Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar no total de R\$ 625.000,00 (Seiscentos e vinte e cinco mil reais ) na dotação abaixo identificada:

#### 07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.0010.1.105 – Pavimentação e Recuperação de Ruas a Asfalto R\$ 625.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 625.000,00

2°– Para atender o Art. 1° deste Decreto fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado anular no valor de R\$ 625.000,00 (Seiscentos e vinte e cinco mil reais ) nas dotações abaixo identificadas:

#### 02 – GABINETE DO PREFEITO DO VICE-PREFEITO

02.01.4.122.0002.2.002 –Func. e Manutenção do Gabinete do Prefeito

E do Vice-Prefeito R\$ 124.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 124.000,00

#### 03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.4.122.0003.2004 –Func. e Manutenção da Secretaria de Administração,  
Finanças e Planejamento R\$ 169.372,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 169.372,00

#### 14 – SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTOS

14.01.4.122.0016.2.096- Func. e Manutenção da Secretaria de Fiscalização,  
E Tributos R\$ 35.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 35.000,00

#### 04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

04.02.12.365.0004.2.103 – Func. e Manutenção do Ensino Infantil  
Outros Profissionais R\$ 45.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

04.02.12.361.0004.2.105 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental  
Outros Profissionais R\$ 57.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0081 – Aplicações Diretas R\$ 57.000,00

#### 05 – SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

05.02.8.244.0007.2.036 – Func. e Manutenção da Assistência Social R\$ 19.500,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 19.500,00

#### 10 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

10.10.20.606.0006.2.027 – Funcionamento e Manutenção da  
Agricultura R\$ 30.300,00

3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 30.300,00

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVICOS PÚBLICOS**

07.01.15.452.0010.2.078 – Func. e Manut. da Coordenadoria de Serviços Públicos R\$ 50.310,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 50.310,00

07.01.15.452.0010.2.077 – Func. e Manut. da Coordenadoria de Obras R\$ 94.518,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000 – Aplicações Diretas R\$ 94.518,00

Art. 3º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de setembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO Nº 129/2020**

Publicação Nº 2638459

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

**DECRETO Nº 129/2020**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1278/2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 115.356,38 (Cento e quinze mil trezentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos) por conta do Superávit de Recursos do ROYALTIES LEI 9478/97 na dotação abaixo identificada:

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

07.01.26.782.0010.1.105 – Pavimentação de Ruas a Asfalto R\$ 115.356,38

4.4.90.00.00.00.00.00.03.1213.00 – Aplicação Direta R\$ 115.356,38

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de setembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 130/2020**

Publicação Nº 2638461

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

**DECRETO Nº 130/2020**

Abre Crédito Suplementar por conta do Excesso de Arrecadação no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1278/2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura

Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais ) por conta de Recursos de Excesso de Arrecadação dos ROYALTIES LEI 9478/97 dotação abaixo identificada:

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

07.01.26.782.0010.1.105 – Pavimentação e Recuperação de Ruas a Asfalto R\$ 5.500,00

4.4.90.00.00.00.00.00.01.0792.000 – Aplicação Direta R\$ 5.500,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de setembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 131/2020**

Publicação Nº 2638462

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro  
CEP:88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.

**DECRETO Nº 131/2020**

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a Lei nº 1278/2019.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara no valor de R\$ 175.002,97 (Cento e setenta e cinco mil dois reais e noventa e sete centavos ) por conta dos recursos do Superávit de Recursos Ordinários na dotação abaixo identificada:

**07 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

07.01.26.782.0010.1.105 – Pavimentação e Recuperação de Ruas a Asfalto R\$ 175.002,97

4.4.90.00.00.00.00.00.03.000.00 – Aplicação Direta R\$ 175.002,97

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 10 de setembro de 2020.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

# Saudades

## PREFEITURA

### DECRETO N. 62, DE 28 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2638126

DECRETO N. 62, DE 28 DE AGOSTO DE 2020.

"ALTERA O DECRETO 66/2017 QUE ESTABELECE O LIMITE DO CONSUMO DOS CELULARES MANTIDOS PELO MUNICÍPIO DE SAUDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DANIEL KOTHE, Prefeito Municipal de Saudades, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n. 1.558, de 10 de Dezembro de 2004 e Decreto Municipal n. 064/2004,

DECRETA:

Art. 1º. Fica excluído o número de chip ao art. 3º do Decreto n. 66, de 18 de agosto de 2017, conforme segue:

NOME	NÚMERO DO CHIP
IVANILDO TRIER	9 8840-6361
SOLANI MARIA GUNTZEL KAPPAUN	9 8809-8241
EUZÉBIO ULLMANN	9 8840-8184

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Saudades /SC, 28 de Agosto de 2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na forma da Lei em data supra.

ROGERIO ANTONIO SEHNEM  
Secretário de Administração e Fazenda

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 058/2020

Publicação Nº 2638057

EXTRATO CONTRATUAL Nº 58/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SAUDADES

CONTRATADO: COMERCIO DE MAQUINAS ERECHIM LTDA OBJETO: AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS PARA O MUNICÍPIO DE SAUDADES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS NO ITEM 01 - DO OBJETO, TERMO DE REFERÊNCIA, CONVÊNIO Nº 2019TR001582 ENTRE O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR MEIO DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DA PESCA E DO DESENVOLVIMENTO RURAL E O MUNICÍPIO DE SAUDADES – PROCESSO Nº SEF 5105/2019.

VALOR: 25.600,00

PRAZO: 04/11/2020,

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1651/2020

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2020.

SAUDADES SC, 04/09/2020.

DANIEL KOTHE  
Prefeito Municipal

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2020

Publicação Nº 2638603

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SAUDADES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1776/2020

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2020

O Município de Saudades, SC, a partir do Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item.

OBJETO: Aquisição de um veículo automotor novo tipo furgão transformada em ambulância, para a Secretaria Municipal de Saúde.

Cadastro das Propostas: às 08:00h do dia 11 de setembro de 2020 até às 08:00h do dia 25 de setembro de 2020.

Abertura da sessão pública: Às 8h do dia 25 de setembro de 2020.

Legislação: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93 e alterações vigentes, Lei Complementar nº 123/2002 e suas alterações e pelo Decreto Federal nº 1.024/2019.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Castro Alves, nº 279, Centro ou pelo telefone (0xx49) 3334-3600, e o edital consta na íntegra no site: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), no qual os fornecedores deverão cadastrar as propostas e acompanhar a sessão pública, no site [www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br)

Saudades, SC, 11 de setembro de 2020.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2020 - PMS**

Publicação Nº 2639569

MUNICÍPIO DE SAUDADES

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1735/2020

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2020

OBJETO: Registro de Preços para futuras e eventuais aquisições de material de construção para as Secretarias Municipais.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 11 de setembro de 2020, no site: [www.saudades.sc.gov.br](http://www.saudades.sc.gov.br) ou em horário comercial, junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Saudades, sito à Rua Castro Alves, 279, Saudades - SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de proposta de preço, documentos de habilitação e credenciamento até às 08:30, horas do dia 23 de setembro de 2020, e a partir das 08:30 horas abertura das propostas, na sala do Departamento de Compras e Licitações, sito à Rua Castro Alves, 279, centro de Saudades - SC.

Saudades, SC, 11 de setembro de 2020.

DANIEL KOTHE

Prefeito Municipal de Saudades

# Schroeder

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2020-PMS

Publicação Nº 2638579

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
e - mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

#### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 66/2020-PMS  
PROCESSO Nº. 149/2020-PMS  
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados através da Comissão de Licitações, informa que a Sessão Pública para recebimento e abertura dos envelopes e abertura da licitação, realizada em 10 de setembro de 2020, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 14h e Abertura do processo: às 14h15min, visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de telhas de fibrocimento e pregos, para atender as necessidades das Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, foi declarada DESERTA, uma vez que não acudiram interessados à presente licitação.

O Prefeito Municipal comunica aos interessados que a nova Sessão de Abertura do Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS nº. 66/2020-PMS, realizar-se-á em 24 de setembro de 2020, na Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), Setor de Licitações, localizado no piso térreo da Sede da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Centro, Schroeder/SC, credenciamento e entrega dos envelopes até: às 08h45min e Abertura do processo: às 09h.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h00min às 16h30min. Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br).

Schroeder, 10 de setembro de 2020.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2020-FAS

Publicação Nº 2638691

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 06/2020-FAS  
PROCESSO Nº. 15/2020-FAS  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO:, Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de móveis planejados para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 25 de setembro de 2020 às 08h45min.  
Abertura do Processo: 25 de setembro de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.  
Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 11 de setembro de 2020.  
OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2020-FAS**

Publicação Nº 2638727

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2020-FAS

PROCESSO Nº. 14/2020-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de livros para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 28 de setembro de 2020 às 08h45min.

Abertura do Processo: 28 de setembro de 2020 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder ([www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br)) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 11 de setembro de 2020.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 5.264/2020, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638950

DECRETO Nº 5.264/2020, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

DISPÕE SOBRE O REGIME ESPECIAL DE ATIVIDADES ESCOLARES NÃO PRESENCIAIS NO ÂMBITO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SCHROEDER, PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO CALENDÁRIO LETIVO DE 2020, COMO MEDIDA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO CONTÁGIO DO CORONAVÍRUS (COVID-19).

Oswaldo Jurck, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e;

CONSIDERANDO a declaração de pandemia da Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus, que configura emergência em Saúde Pública de Importância Internacional;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 9.260, de 16 de março de 2020, o qual "Dispõe sobre as Medidas para Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente da Infecção Humana pelo Novo Coronavírus (COVID-19) e dá Outras Providências";

CONSIDERANDO que no dia 17 de março de 2020 o Governo do Estado de Santa Catarina publicou o Decreto nº 515, por meio do qual declarou "Situação de Emergência em todo o Território Catarinense", para os fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19;

CONSIDERANDO que no dia 11 de abril de 2020 o Governo do Estado de Santa Catarina promulgou o Decreto nº 554, por meio do qual dispôs sobre novas medidas para o enfrentamento da situação de emergência em saúde pública;

CONSIDERANDO o teor do art. 1º, inciso II, alínea "c", do Decreto nº 554, de 11 de abril de 2020, que suspendeu até dia 31 de maio de 2020.

CONSIDERANDO o Decreto Nº 5.246/2020 de 20 de agosto de 2020, que alterou o inciso II do art. 4º, do Decreto Nº 5.068, de 13 de abril de 2020, onde passa a vigorar a suspensão das aulas nas unidades escolares do município até 12 de outubro de 2020.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, o qual indica que a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

CONSIDERANDO que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao

adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), que consagra em seu art. 4º ser um dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [ ... ], e em seu Art. 4º-A, que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), que estabelece em seu art. 11, inciso III a autonomia dos municípios para baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

CONSIDERANDO os termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

CONSIDERANDO as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), dispõe em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver;

CONSIDERANDO que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta atividade se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais, e as regulamentações estabelecidas no Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017, que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32, da Lei nº 9.394/1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

CONSIDERANDO que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394/1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

CONSIDERANDO que em aplicação conjugada da Lei nº 11.738/2008 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, veio determinar qual a parcela mínima de carga horária do professor deve ser reservada a estudos, planejamento e avaliação.

CONSIDERANDO que trabalho a distância é realidade e presente no mundo laboral, apoiado pelo desenvolvimento tecnológico e instrumental da informática e das telecomunicações no processo produtivo.

CONSIDERANDO a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

CONSIDERANDO que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 1º, da Medida Provisória nº 934, de 1º de abril de 2020, o qual estabelece que "O estabelecimento de ensino de educação básica fica dispensado, em caráter excepcional, da obrigatoriedade de observância ao mínimo de dias de efetivo trabalho escolar, nos termos do disposto no inciso I do caput e no § 1º do art. 24 e no inciso II do caput do art. 31 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desde que cumprida a carga horária mínima anual estabelecida nos referidos dispositivos, observadas as normas a serem editadas pelos respectivos sistemas de ensino.";

CONSIDERANDO o Art. 7º da Resolução CEE/SC Nº 009, de 19 de março de 2020, o qual dispõe que "Os Conselhos Municipais de Educação do Estado de Santa Catarina poderão adotar esta Resolução ou emitir ato normativo próprio, de semelhante teor, em regime de colaboração e respeitada a autonomia dos sistemas.";

CONSIDERANDO a Resolução COMED nº 001/2020, de 31 de março de 2020, do Conselho Municipal de Educação e Cultura de Schroeder;

CONSIDERANDO o Parecer CNE/CP Nº 05, de 28 de abril de 2020, que trata da Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária anual em razão da Pandemia COVID-19, alterado pelo Parecer CNE/CP Nº 09/2020, de 8 de junho de 2020, que trata do Reexame do Parecer CNE/CP Nº 05/2020, que tratou da reorganização do Calendário Escolar 2020;

CONSIDERANDO o Parecer CNE//CP Nº 11/2020, de 7 de julho de 2020, que trata das Orientações Educacionais para a Realização de aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e não presenciais no contexto da Pandemia;

CONSIDERANDO, por fim, que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Município de Schroeder,

DECRETA :

Art. 1º Fica homologada a Resolução COMED nº 01/2020, de 31 de março de 2020, do Conselho Municipal de Educação do Município de Schroeder - SC, parte integrante do Anexo Único do presente Decreto, que dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Ensino de Schroeder, SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido pelo período em que perdurar a suspensão das aulas presenciais, de acordo com as orientações determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, sendo que conforme o Decreto Nº 5.068/2020, onde em seu Art. 9º, Parágrafo Único diz no que tange à Rede Pública Municipal de Ensino do Município de Schroeder, os primeiros 15 (quinze) dias da suspensão de aulas, contados de 23 de março de 2020, correspondem à antecipação do recesso escolar.

Art. 3º Para atender às demandas do atual cenário, que exigem medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, e conforme deliberado pelo Parecer 05/2020/CNE a Secretaria Municipal de Educação e Cultura organizou e está executando junto às Unidades de Ensino:

I – calendário escolar 2020 elaborado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Schroeder, adequado a nova situação emergencial com carga horária de 800 horas de efetivo trabalho escolar, dividido em três trimestres e considerando aulas/atividades não presenciais até o dia 7 de setembro de 2020, sendo que no período de 12 de fevereiro à 20 de março de 2020, foram cento e doze (112) horas/aula presenciais e de 23 de março a 6 de abril de 2020 foi antecipado o Recesso Escolar;

II - as atividades não presenciais da Rede Municipal de Ensino foram iniciadas em 7 de abril e com término previsto conforme Decreto Nº 5.246/2020 de 20/8/2020, para 12 de outubro do corrente ano;

III - a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, organizou o Calendário Escolar/2020 com atividades "não presenciais" e atividades complementares até dezembro de 2020, num total de 800 (oitocentas) horas/ aula, ficando a carga horária assim distribuída:

- a) abril: 64 (sessenta e quatro) horas;
- b) maio: 80 (oitenta) horas;
- c) junho: 84 (oitenta e quatro) horas;
- d) julho: 72 (setenta e duas) horas;
- e) agosto: 84 (oitenta e quatro) horas, mais 5 horas de Atividades Complementares;
- f) setembro: 84 (oitenta e quatro) horas, mais 5 horas de Atividades Complementares;
- g) outubro: 80 (oitenta) horas, mais 5 horas de Atividades Complementares;
- h) novembro: 80 (oitenta) horas, mais 5 horas de Atividades Complementares e;
- i) dezembro: 40 (quarenta) horas.

IV – as Atividades Complementares com cômputo total de 20 (vinte) horas, conforme citado no inciso III, distribuídas no período de agosto a novembro de 2020, serão encaminhadas pelas Unidades Escolares aos alunos, sendo que cada escola irá elaborar os seus projetos/pesquisas tendo como sugestões de tema: Educação Ambiental, Preconceito Racial, Cuidados e Prevenção contra o COVID-19, quais os impactos causados pela Pandemia, Relação família-escola em função da Pandemia.

V - o acesso dos alunos aos materiais/atividades impressas e outros materiais da escola como: livros didáticos, de literatura e outros, bem como, o auxílio dos professores aos discentes, no acesso aos meios tecnológicos necessários à realização de atividades escolares não presenciais está sendo realizado através da utilização de vídeos e grupos de WhatsApp por turma, reuniões pelas plataformas Google Meet e Zoom;

VI - fazer chegar aos estudantes que não possuem acesso à tecnologia o conhecimento das atividades propostas pelos professores;

VII - acompanhar, por meio dos relatórios elaborados pelos professores, a realização de atividades na modalidade não presencial, que serão desenvolvidas com os estudantes;

VIII - disponibilizar acompanhamento pedagógico dos profissionais responsáveis às atividades a serem propostas pelos professores aos

estudantes;

IX - zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, e de materiais realizados pelos alunos que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

X – registrar os dias letivos, as atividades e avaliações no Sistema Inteli/BR de cada atividade não presencial no período de realização da mesma, sendo esta não presencial realizada pelos alunos na forma online e impressa para os alunos sem acesso à internet.

Art. 4º Para que o trabalho desenvolvido pelos estudantes seja eficiente e esteja de acordo com a Base Curricular Nacional, garantindo os direitos de aprendizagem dos estudantes da Rede Municipal de Ensino de Schroeder, cabe ao corpo docente:

I - elaborar o planejamento e elaboração das ações pedagógicas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – registrar o planejamento diário das atividades desenvolvidas no Sistema Inteli/BR da Secretaria Municipal de Educação, sendo o mesmo acompanhado pelos Gestores Escolares, Orientadoras Escolares e Técnicos da Secretaria;

III - propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos postados na plataforma virtual do Sistema de Ensino da Secretaria (InteliBR), redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa;

IV - incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V - aos docentes que trabalham com as turmas de educação infantil, cabe propor atividades que motivem as famílias a auxiliar no desenvolvimento das mesmas e que promovam a estimulação necessária para o desenvolvimento pleno e integral dos estudantes, conforme campos de aprendizagem, previstos na BNCC, que estabelece a Base Curricular com os direitos de aprendizagem dos estudantes e que mantenham o vínculo da criança com o professor.

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pela Secretaria Municipal e pelo docente, podendo ser inclusive objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial;

§ 2º Quanto à etapa da educação infantil, a avaliação obedecerá ao caput do art. 31 da LDB, que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;

§ 3º No que concerne à etapa do § 2º, do art. 4º, deste Decreto, deverá ser garantido que obedeçam às propostas da Base Curricular Nacional, assegurado os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento da respectiva faixa etária;

§ 4º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial, deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período;

§ 5º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou rede de ensino registram em seu planejamento de atividades a carga horária de quatro (4) horas diárias das atividades que são realizadas pelos estudantes na forma não presencial;

§ 6º Para fins de cumprimento da Carga Horária mínima de 800 horas aula previstas na LDB, as instituições ou Rede Municipal de Ensino irão considerar, para cada dia de atividade não presencial, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior o regime de horas letivas diárias de cada escola, que será considerado como um dia letivo;

§ 7º A realização de atividades não presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não exclui a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não seja possível contemplar as 800 horas previstas em lei e acréscimo de atividades complementares já previstas no Calendário Escolar de 2020 da Rede Municipal de Ensino de Schroeder;

§ 8º Qualquer proposta de estudo para atividades não presenciais que demande o uso da internet são consideradas as condições de acesso dos estudantes à rede, levando-se em consideração a situação dos alunos que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet, o conteúdo/atividade é impressa e disponibilizada pela Unidade Escolar a ser retirada e devolvida na Escola pelos alunos ou responsáveis, com Protocolo de entrega e recebimento elaborado pela Unidade Escolar;

§ 9º Os estudantes que não possuem meios eletrônicos para acesso às atividades não presenciais não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto por estes profissionais/docentes.

Art. 5º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da Instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 6º Todos os atos decorrentes da aplicação deste Decreto e da Resolução do COMED nº 01/2020 deverão ser devidamente registrados

pela Secretaria Municipal de Educação ou instituições de ensino para ficar à disposição da supervisão pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 7º Fica considerado como Serviço Público Essencial as atividades finalísticas da Secretaria Municipal de Educação, exclusivamente para a produção e manutenção do Ensino não presencial, entrega de materiais didáticos e pedagógicos para alunos sem acesso à internet ou telefonia.

Art. 8º Sem prejuízo dos trabalhos, poderá a Secretaria Municipal de Educação autorizar a realização de trabalho remoto/teletrabalho a todos os professores da Rede Municipal de Ensino, conforme a jornada de trabalho prevista no cargo.

§ 1º Os servidores públicos que permanecerem em trabalho remoto/teletrabalho deverão estar com dispositivo de comunicação (WhatsApp e e-mail) em funcionamento e conectados aos grupos de trabalho virtual, durante os horários normais de expediente, conforme consta no Art. 1º da Instrução Normativa nº 002/2020 de 15/6/2020;

§ 2º Os servidores públicos que trabalharem em regime de trabalho remoto/teletrabalho ficarão vinculados às disposições deste Decreto, que serão consideradas, para todos os fins e efeitos, como integrantes do contrato de trabalho e/ou vínculo institucional;

§ 3º A vinculação precária ao regime de trabalho remoto/teletrabalho é aplicada somente aos servidores que atuam no trabalho pedagógico (professores), sendo que os orientadores e demais servidores ligados à área pedagógica que possuem filhos pequenos ficarão em regime home office de 4 (quatro) horas e 4 (quatro) horas de trabalho presencial, conforme determinação da chefia imediata e não constituirá direito adquirido do agente público;

§ 4º O regime de trabalho remoto/teletrabalho poderá ser extinto a qualquer tempo, independentemente de notificação;

§ 5º A vinculação precária ao regime de trabalho remoto/teletrabalho não acarretará a incidência de qualquer benefício ao servidor público, tampouco será motivo para qualquer espécie de indenização, devendo o servidor que aderir ao sistema se munir dos devidos equipamentos, a seu custo, para garantia de comunicação e produtividade estabelecida;

§ 6º Os serviços realizados durante o sistema de trabalho remoto/teletrabalho são registrados no Sistema InteliBR da Secretaria, para a devida comprovação de trabalho do professor (registro de ponto) e comprovação das atividades para cumprimento das oitocentas (800) horas de efetivo trabalho escolar, conforme Calendário Escolar de 2020 desta Secretaria.

§ 7º O ponto dos servidores públicos que estiverem em trabalho remoto/teletrabalho será registrado pelo acesso ao Sistema InteliBR, dentro do horário normal de expediente, dos docentes previsto no contrato de trabalho do servidor ou conforme horário da instituição de ensino, desde que a prestação do serviço tenha sido registrada no Sistema da Secretaria.

Art. 9º Em razão da instituição do regime especial de atividades escolares não presenciais e da prestação do serviço público por meio de trabalho remoto/teletrabalho, ficando declarada a necessidade do serviço público.

§ 1º A chefia imediata poderá convocar os servidores públicos para a realização de serviços necessários para atendimento a este Decreto, inclusive de forma presencial caso seja necessário.

§ 2º As chefias imediatas poderão, adicionalmente, flexibilizar a jornada de trabalho, com efetiva compensação, mediante justificativa.

Art. 10. O Secretário de Educação poderá, caso necessário, editar atos próprios em complementação aos termos do presente Decreto, Instruções Normativas específicas, memorandos, entre outros atos cabíveis.

Art. 11. As medidas previstas neste Decreto terão vigência enquanto perdurar a suspensão das aulas presenciais, de acordo com as orientações determinadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina e poderão ser reavaliadas a qualquer momento.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 9 de setembro de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

EBERTON VARGAS TRENTIN  
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO CME/SC Nº 0001, DE 31 DE MARÇO DE 2020.

Dispõe sobre o regime especial de atividades escolares não presenciais no Sistema Municipal de Educação de Schroeder – SC, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, como medida de prevenção e combate ao contágio do Coronavírus (COVID-19).

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SCHROEDER, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Sessão Plenária do dia 31 de março de 2020, e tendo em vista o plano de contingência e adoção

de medidas com o objetivo de reduzir os riscos de contágio e de disseminação do COVID-19:

Considerando o disposto no artigo 205 da Constituição Federal, de 1988, indicando que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

Considerando que o artigo 227 da Constituição Federal reitera ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em seu art. 4º consagra o dever do Estado com educação escolar pública e sua efetivação mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade [...] e o Art. 4º-A. Que assegura o atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018)

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art. 11 que estabelece a autonomia dos municípios e o III baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

Considerando os termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece o número mínimo de dias letivos a serem cumpridos pelas instituições e redes de ensino;

Considerando o artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispõe que aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 04 de fevereiro de 2020, que declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em razão da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando que, no dia 11 de março do corrente ano, a Organização Mundial de Saúde declarou como pandemia a infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

Considerando o Decreto Estadual n. 509, de 17 de março de 2020, que dá continuidade à adoção progressiva de medidas de prevenção e combate ao contágio pelo Coronavírus (COVID-19) nos órgãos e nas entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta e estabelece outras providências;

Considerando o Decreto Estadual n. 515, de 17 de março de 2020, que declara situação de emergência em todo o território catarinense, nos termos do COBRADE n.1.5.1.1.0 – doenças infecciosas virais, para fins de prevenção e enfrentamento à COVID-19, e estabelece outras providências;

Considerando que uma das principais medidas para conter a disseminação do novo Coronavírus é o isolamento e o distanciamento social, conforme orientação das autoridades sanitárias;

Considerando a importância de contribuir com as famílias na retenção das crianças e adolescentes no seio doméstico e familiar, impedindo o ócio desnecessário e inapropriado para as circunstâncias relativas aos cuidados para conter a disseminação do COVID-19;

Considerando as implicações da pandemia do COVID-19 no fluxo do calendário escolar, tanto na educação básica quanto na educação superior, bem como a perspectiva de que a duração das medidas de suspensão das atividades escolares presenciais, a fim de minimizar a disseminação da COVID-19, possa ser de tal extensão que inviabilize a reposição das aulas, de acordo com o planejamento do calendário letivo de 2020;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 23, § 2º, que o calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 24, que a carga horária mínima anual da educação básica, nos níveis fundamental e médio, será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver e, em seu artigo 31, que, na educação infantil, é exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas e de 75% nas outras etapas.

Considerando que o Parecer CNE/CEB 05/97 dispõe que não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a LDB, podendo esta se caracterizar por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados;

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe em seu artigo 32, § 4º, que o ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais; e as regulamentação dada no Decreto 9057, 25 de maio de 2017 que as situações emergenciais previstas no § 4º do art. 32 da Lei nº 9.394, de 1996, refere-se as pessoas que: I - estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; neste caso saúde pública.

Considerando que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispõe, em seu artigo 80, § 3º, que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e as modalidades de ensino, e de educação continuada, sendo que as normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas;

Considerando o disposto no Decreto n. 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, indicando que compete às autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa, autorizar os cursos e o funcionamento de instituições de educação na modalidade a distância na educação básica;

Considerando a nota de esclarecimento emitida pelo Conselho Nacional de Educação, em 18 de março de 2020, com orientações aos sistemas e os estabelecimentos de ensino, de todos os níveis, etapas e modalidades, que porventura tenham necessidade de reorganizar as atividades acadêmicas ou de aprendizagem, em face da suspensão das atividades escolares por conta da necessidade de ações preventivas à propagação do COVID-19;

Considerando que, ainda no exercício da autonomia e responsabilidade dos sistemas de ensino e respeitando-se os parâmetros e os limites legais, os estabelecimentos de educação, em todos os níveis, podem considerar a aplicação do previsto no Decreto-Lei n. 1.044, de 21 de outubro de 1969, de modo a possibilitar aos estudantes que direta ou indiretamente corram riscos de contaminação, serem atendidos em seus domicílios.

#### RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer o regime especial de atividades escolares não presenciais, para fins de cumprimento do calendário letivo do ano de 2020, definido essencialmente pela manutenção das atividades pedagógicas sem a presença de estudantes e professores nas dependências escolares, no âmbito de todas as instituições ou redes de ensino público municipal e educação infantil privadas, da Educação Básica, Profissional pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Schroeder.

Art. 2º Conforme o Decreto Estadual nº 525/2020, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 5.068/2020 as aulas da rede municipal ficam suspensas por 30 (trinta) dias, a contar de 23 de março, sendo os primeiros 15 (quinze) dias considerado recesso escolar. O regime especial de atividades escolares não presenciais será estabelecido por 15 (quinze) dias, a partir de 07 de abril de 2020, até dia 22 de abril de 2020, podendo ser alterado de acordo com as orientações das autoridades estaduais e sanitárias. DECRETO Nº 5.068, DE 24 DE MARÇO DE 2020

Art. 4º Ficam suspensas, em todo território municipal, sob regime de quarentena, nos termos do inciso II do art. 2º da Lei federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020: II – pelo período de 30 (trinta) dias: c) contados do dia 23 de março de 2020, as aulas nas unidades das redes pública e privada de ensino municipal, incluindo educação infantil, ensino fundamental, nível médio, educação de jovens e adultos (EJA) e ensino técnico, sem prejuízo do cumprimento do calendário letivo, o qual deverá ser objeto de reposição oportunamente.

Art. 3º Para atender às demandas do atual cenário, que exige medidas severas de prevenção à disseminação do vírus, os gestores das instituições ou redes de ensino terão as seguintes atribuições para execução do regime especial de atividades escolares não presenciais:

I – planejar e elaborar, com a colaboração e, executadas pelo corpo docente, (art. 13º LDB parágrafo II), as ações pedagógicas e administrativas a serem desenvolvidas durante o período em que as aulas presenciais estiverem suspensas, com o objetivo de viabilizar material de estudo e aprendizagem de fácil acesso, divulgação e compreensão por parte dos estudantes e familiares;

II – divulgar o referido planejamento entre os membros da comunidade escolar;

III – propor material específico para cada etapa e modalidade de ensino, com facilidade de execução e compartilhamento, como: videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico e outros meios digitais ou não que viabilizem a realização das atividades por parte dos estudantes, contendo, inclusive, indicação de sites e links para pesquisa.

IV – incluir, nos materiais para cada etapa e modalidade de ensino, instruções para que os estudantes e as famílias trabalhem as medidas preventivas e higiênicas contra a disseminação do vírus, com reforço nas medidas de isolamento social durante o período de suspensão das aulas presenciais;

V – zelar pelo registro da frequência dos estudantes, por meio de relatórios e acompanhamento da evolução nas atividades propostas, que computarão como aula, para fins de cumprimento do ano letivo de 2020;

VI – o conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais poderá compor, a critério de cada instituição ou rede de ensino, nota ou conceito para o boletim escolar.

VII - As direções e coordenação pedagógica apresentarão seus planos de ação, para a Secretária Municipal de Educação, que, como órgão gestor da educação, terá o papel de avaliar e deliberar sobre a pertinência e viabilidade dos planos de ação propostos, em decisão compartilhada com o Conselho Municipal de Educação.

§ 1º A avaliação do conteúdo estudado nas atividades escolares não presenciais ficará a critério do planejamento elaborado pelo docente, podendo ser objeto de avaliação presencial posterior, bem como ser atribuída nota ou conceito à atividade específica realizada no período não presencial.

§ 2º Quanto a etapa da educação infantil a avaliação obedecerá caput do art. 31º da LDB que define como meta o acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; deverá ser garantido nas atividades que possam serem desenvolvidas para esta etapa que obedecem as propostas do Currículo municipal e o Currículo Base do Território Catarinense garantido os , direitos de aprendizagem e de desenvolvimento desta faixa etária.

§ 3º As atividades que eventualmente não puderem, sem prejuízo pedagógico, ser realizadas por meio de atividades não presenciais no período deste regime especial deverão ser reprogramadas para reposição ao cessar esse período.

§ 4º Para fins de cumprimento da carga horária mínima anual prevista na LDB, as instituições ou redes de ensino deverão registrar em seu planejamento de atividades qual a carga horária de cada atividade a ser realizada pelos estudantes na forma não presencial.

§ 5º Para fins de cumprimento do número de dias letivo mínimo previsto na LDB, as instituições ou redes de ensino considerarão, para cada grupo de horas de atividades não presenciais, de acordo com o registro a ser feito, conforme consta no parágrafo anterior e o regime de horas letivas diárias de cada escola, um dia letivo realizado.

§ 6º A realização de atividades não-presenciais durante o período de suspensão das aulas presenciais, não exclui a possibilidade de reposição e de alteração do calendário escolar caso não sejam possíveis contemplar as 800 horas previstas em lei.

§ 7º Qualquer proposta de estudo para atividades não-presenciais que demande o uso da internet, deve considerar as condições de acesso de estudantes à rede. Ou seja, considerar a situação de estudantes que não têm computador disponível, ou mesmo celular/smartphone com planos de acesso de dados de internet. Tais estudantes não devem ser prejudicados, devendo-se propor estratégias viáveis para que possam desenvolver as atividades domiciliares propostas pelos docentes em cada unidade curricular, sempre com acompanhamento remoto do docente (a esses estudantes será fornecido material de igual teor impresso).

Art. 4º Todo o planejamento e o material didático adotado devem estar em conformidade com o Projeto Político Pedagógico da instituição ou rede de ensino e refletir, à medida do possível, os conteúdos anteriormente programados para o período.

Art. 5º As escolas que, por razões de não acesso à internet e que não conseguirem executar as atribuições constantes do art. 3º desta Resolução, deverão aprovar e dar ampla divulgação do novo calendário, contendo proposta de reposição das aulas presenciais referente ao período de regime especial, tão logo cesse esse período.

Art. 6º Todos os atos decorrentes da aplicação desta Resolução deverão ser devidamente registrados pelas instituições ou redes de ensino e ficar à disposição dos órgãos responsáveis pela supervisão do Conselho Municipal de Educação.

Após análise detalhada da legislação, este conselho está de acordo e emite parecer favorável. Com ressalva de que seja garantido o cumprimento do calendário escolar conforme a legislação vigente de 200 dias letivos e das 800 horas conforme (LDB) art. 24 e art. 31 na rede municipal de ensino, incluindo educação infantil, ensino fundamental do município.

Schroeder, 31 de março de 2020.

#### MEMBROS DO CONSELHO

Norberto Weiss – Presidente

#### CONSELHEIROS

Elisa Andréia da Silva de Assis  
Caroline Maria Wodzinski  
Jéssica Alves da Silva Cozer  
Cristiane Finckler Lavaqui  
Geziane Machado  
Lourdes Zelfeld Zoz  
Fabiane M-Iler  
Maria de Fátima Santana  
Débora Patrícia Grando  
Diana Ilaine Gnewuch de Abreu  
Elisa Moretti Pavanello  
Kleberson Wendt  
Luciana Rufino Marques Schmitt  
Alderí Silveira Borges  
Helena Voigt Dallabona  
Natascha Luize Kopper Strelow  
Aparecido Dalvino Alves

### DECRETO Nº 5.265/2020, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638953

DECRETO Nº 5.265/2020, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020.

ALTERA DISPOSITIVOS DO DECRETO Nº 5.231/2020, DE 5 DE AGOSTO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o "caput" do art. 1º do Decreto nº 5.231/2020, de 5 de agosto de 2020, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam suspensas até o dia 16 de setembro de 2020, podendo este prazo ser revisto a qualquer tempo, conforme estabelecido no artigo 7º, deste Decreto, as seguintes atividades:

[...]"

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições contidas no Decreto nº 5.231/2020, de 5 de agosto de 2020.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, condicionada a sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 9 de setembro de 2020.

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal  
Publicado por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA  
Procurador Municipal

## **DECRETO Nº 5.266/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638956

DECRETO Nº 5.266/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto nos artigos 27 e 28, da Lei Complementar nº 096/2010, de 14/12/2010, que trata da Progressão por Capacitação Profissional;

Considerando o ofício nº 19/2020 da avaliação realizada pelo Conselho Municipal de Educação (COMED), em 04 de agosto de 2020;

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado o acesso de uma classe do cargo de professor para outra, do funcionário abaixo relacionado, conforme disposto no art. 27 do Plano de Carreira e Remuneração do Magistério do Município de Schroeder – LC nº. 096/2010, de 14/12/2010, e suas alterações:

Nome	Nível Anterior	Nível Atual
Eberton Vargas Trentin	C-5-III	C-5-IV

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 09 de setembro de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

## **DECRETO Nº 5.269/2020 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638960

DECRETO Nº 5.269/2020 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

HOMOLOGA O RESULTADO FINAL DA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR EM ESTÁGIO PROBATÓRIO, REGIDO PELA LEI N.º 1.764/2009.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Legislação Municipal nº 1.764/2009, que vem estabelecer regras para a Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório do Município de Schroeder.

Considerando que o servidor nomeado para cargo efetivo do quadro de pessoal do Município de Schroeder fica sujeito a um período de 03 (três) anos de estágio probatório, nos termos do art. 41, § 4º da Constituição Federal.

Considerando o transcurso do prazo do estágio probatório.

Considerando que a organização e operacionalização da Avaliação do Estágio Probatório foram executadas por Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, nomeada pela Portaria nº. 6.570/2016 de 13 de junho de 2016.

Considerando a Ata nº 178, apresentada pela Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, que vem emitir parecer final para os servidores, a fim de homologar a sua confirmação no cargo a que foram nomeados.

## DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado conclusivo dos servidores que passaram pelo período do estágio probatório e obtiveram a aprovação ao cargo que foram nomeados, conforme Ata nº 178/2020 da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, conforme segue abaixo:

§ Edivânia Gubert Fari  
§ Luciana Antunes de Lima  
§ Wagner Borges Francisco

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 10 de setembro de 2020.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EXTRATO DO CONTRATO Nº. 102/2020-PMS**

Publicação Nº 2638658

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, 3201  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 102/2020-PMS  
Dispensa nº. 60/2020-PMS - Processo nº. 158/2020-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com pago municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratado: GIVANILDO LEMES DE SOUZA 78543843049, inscrita no CNPJ sob o nº. 15.430.886/0001-80, estabelecida na Rua André Tietz nº. 75, Centro Sul, Cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000

Objeto: Constitui o objeto presente contrato a Contratação de empresa de serviço de lavagem de veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Lavação de veículo até 05 ( cinco ) passageiros, externa e interna. O serviço deverá acontecer no município.	80	Unid.	30,00	2.400,00
2	Lavação de veículo até 09 ( nove ) passageiros, externa e interna. O serviço deverá acontecer no município.	50	Unid.	38,00	1.900,00
3	Lavação de veículo até 16 ( dezasseis ) passageiros, externa e interna. O serviço deverá acontecer no município.	40	Unid.	58,00	2.320,00
TOTAL R\$					6.620,00

Valor do contrato: R\$ 6.620,00 (seis mil seiscentos e vinte reais)

Data da Assinatura: 10/09/2020 Vigência: 31/12/2020

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

**ATA PREGÃO PRESENCIAL 64/2020-PMS (SEQUÊNCIA 02)**

Publicação Nº 2638122

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  <b>CNPJ: 83.102.491/0001-09</b> <b>RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201</b> <b>C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 64/2020 - PR</b>  <b>Processo Administrativo:</b> <b>Processo de Licitação: 144/2020</b> <b>Data do Processo: 11/08/2020</b>
	Folha: 1/2

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de mascara cirúrgica descartável, tripla camada, para atender as necessidades das Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 151/2020 (Sequência: 2)**

Ao(s) 10 de Setembro de 2020, às 10:00 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 8266/2020, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 144/2020, Licitação nº 64/2020 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para recebimento do Parecer 167/2020-PROJUR o qual traz em sua conclusão que "esta procuradoria sugere pelo conhecimento do recurso administrativo apresentado pela empresa MAYCON WILL EIRELI - EPP em face da proposta apresentada pela empresa C3 HEALTH SUPRIMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. - EPP, e no mérito, pelo seu indeferimento." Sendo assim mantém-se as decisões tomadas pela pregoeira e equipe de apoio dando regular andamento no processo. Encerra-se a sessão e pede-se que seja enviada a ata as empresas participantes.

**Participante: 14475 - C3 HEALTH SUPRIMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Mascara cirúrgica descartável, tripla camada, com gramatura mínima de 30 g/ m², sendo as camadas interna e externa em 100% polipropileno de tecido-não-tecido para uso odonto-médico-hospitalar e uma camada de filtro de retenção bacteriana Meltblow que assegure eficiência de filtragem bacteriana (EFB) maior que 95% e eficiência de filtragem de partículas (EFP) maior que 98%. A camada externa e o elemento filtrante devem ser resistentes à penetração de fluidos transportados pelo ar (repelência a fluidos). Hipoalergênica, atóxica, inodora, formato retangular com clipe para ajuste nasal e pregas horizontais para ajuste da face. Acabamento em toda a sua extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. Com elástico. Branca. Caixa com 50 unidades. Embalagem que permita retirada individual. Com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Ministério da Saúde (MS).	UN	675,00	C3Health	0,0000	22,00	14.850,00

**Total do Participante ----->** 14.850,00

**Total Geral ----->** 14.850,00

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**PREGÃO PRESENCIAL**  
**Nr.: 64/2020 - PR**

Processo Administrativo: 144/2020  
 Processo de Licitação:  
 Data do Processo: 11/08/2020

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 10 de Setembro de 2020

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- .....	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- .....	- Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- .....	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- .....	- Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	- .....	- Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	- .....	- Equipe de Apoio

## ATA PREGÃO PRESENCIAL 66\_2020-PMS (SEQUÊNCIA 01)

Publicação Nº 2638570

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 66/2020 - PR</b>
		<b>Processo Administrativo:</b> 149/2020 <b>Processo de Licitação:</b> 18/08/2020 <b>Data do Processo:</b>
		Folha: 1/1

**ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO****Número da ATA: 153/2020 (Sequência: 1)****OBJETO DA LICITAÇÃO:**

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de telhas de fibrocimento e pregos, para atender as necessidades das Secretarias de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação e Cultura e Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

A pregoeira e equipe de apoio reuniram para abertura da licitação conforme determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo é publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: [www.schroeder.sc.gov.br](http://www.schroeder.sc.gov.br) do Município de Schroeder/SC. Diante da ausência de participantes, caracterizada pela não apresentação envelopes de habilitação e propostas, bem como o credenciamento, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. O processo foi declarado deserto. Diante do acima exposto encerra-se a sessão.

Schroeder, 10 de Setembro de 2020

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki	- .....	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	- .....	- Equipe de Apoio
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- .....	- Equipe de Apoio
Valderi Rocha de Camargo	- .....	- Equipe de Apoio
Natascha Luize Kopper Strelow	- .....	- Equipe de Apoio
Rafaela Susan Kienen	- .....	- Equipe de Apoio

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 60\_2020-PMS

Publicação Nº 2638020

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 55/2020

Número do Registro de Preços: 55/2020 Data do Registro: 10/09/2020 Válido até: 10/09/2021

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Secretari

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofc.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	CONTRATAÇÃO DE VAN COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15 LUGARES, com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. E vedado a contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratados para outra empresa, que não seja a citada e homologada em contrato.	KM	SCHROEDER TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA (14221)		0	3,7500	1
2	CONTRATAÇÃO DE MICROÔNIBUS COM NO MÍNIMO 28 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. E vedado a contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratados para outra empresa, que não seja a citada e homologada em contrato.	KM	SCHROEDER TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA (14221)		0	6,0000	1

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 55/2020****Número do Registro de Preços: 55/2020      Data do Registro: 10/09/2020      Válido até: 10/09/2021****Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Secretari

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
3	CONTRATAÇÃO DE ÔNIBUS COM NO MÍNIMO 43 LUGARES, com banheiro e com sistema de refrigeração (ar condicionado) para transporte dentro do município e dentro do Estado de Santa Catarina. Tendo que a vencedora do certame disponibilizar no ato da contratação, veículos ônibus, para o referido transporte para facilitar o acesso imediato. Em caso de quebra, a empresa vencedora do certame, terá que efetuar a reposição imediata do veículo. E vedado a contratada substituir qualquer veículo (ônibus) por de outra empresa, bem como terceirizar os serviços contratos para outra empresa, que não seja a citada e homologada em contrato.	KM	SCHROEDER TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA (14221)		0	6,9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 55/2020

Número do Registro de Preços: 55/2020		Data do Registro: 10/09/2020		Válido até: 10/09/2021			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em transporte de passageiros para viagens especiais para suprir as necessidades da Secretaria de Educação e Cultura, Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo, Secretari							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2020  
PROCESSO Nº 133/2020  
(14221) - SCHROEDER TUR TRANSPORTE E TURISMO LTDA

Schroeder, 10 de Setembro de 2020.

## ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 64/2020-PMS

Publicação N° 2638124

Página: 1/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2020

Número do Registro de Preços: 56/2020 Data do Registro: 10/09/2020 Válido até: 10/09/2021

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de máscara cirúrgica descartável, tripla camada, para atender as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Munic

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Of.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Máscara cirúrgica descartável, tripla camada, com gramatura mínima de 30 g/ m², sendo as camadas interna e externa em 100% polipropileno de tecido-não-tecido para uso odontológico-hospitalar e uma camada de filtro de retenção bacteriana Meltblow que assegure eficiência de filtração bacteriana (EFB) maior que 95% e eficiência de filtração de partículas (EFP) maior que 98%. A camada externa e o elemento filtrante devem ser resistentes à penetração de fluidos transportados pelo ar (repelência a fluidos). Hipóalergênica, atóxica, inodora, formato retangular com clipe para ajuste nasal e pregas horizontais para ajuste da face. Acabamento em toda a sua extremidade por soldagem eletrônica pontilhada. Com elástico. Branca. Caixa com 50 unidades. Embalagem que permita retirada individual. Com registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) ou Ministério da Saúde (MS).	UN	C3 HEALTH SUPRIMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA (14475)	C3Health	0	22,0000	1
			MAYCON WILL EIRELI (13177)	Nobre	0	22.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2020

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 56/2020 Data do Registro: 10/09/2020 Válido até: 10/09/2021

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de máscara cirúrgica descartável, tripla camada, para atender as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Munic

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA (6517)		0	37.3710	3

Página: 3/3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDER  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 56/2020

Número do Registro de Preços: 56/2020		Data do Registro: 10/09/2020		Válido até: 10/09/2021	
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de máscara cirúrgica descartável, tripla camada, para atender as necessidades das Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social do Munic					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2020  
PROCESSO Nº 144/2020

- (6517) - ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
- (13177) - MAYCON WILL EIRELI
- (14475) - C3 HEALTH SUPRIMENTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA

Schroeder, 10 de Setembro de 2020.

## ATA TOMADA DE PREÇOS 19/2020-PMS (SEQUÊNCIA 02)

Publicação Nº 2638267

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE SCHROEDERCNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SCTOMADA DE PREÇO  
Nr.: 19/2020 - TPProcesso Administrativo: 137/2020  
Processo de Licitação: 21/07/2020  
Data do Processo:

Folha: 1/1

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃONúmero da ATA: 152/2020 (Sequência: 2)OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da RUA ALBERTO ZANELLA Est. OPP à Est. 9 +2,00m, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 182,00m e área total de 1.843,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, em regime

A comissão reuniu-se para abertura das propostas, conforme determinado anteriormente em ata. Foram abertos os envelopes de proposta comercial das empresas INFRASUL - INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA. e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Será paralisada a sessão, devido a dúvidas com relação às propostas, as mesmas serão encaminhadas para o Setor Jurídico e Setor de Engenharia para análise detalhada. Posteriormente será encaminhada ata com os resultados aferidos pelos setores. Encerra-se a sessão e pede-se para ser enviada cópia da ata e quadro comparativo às empresas participantes.

Schroeder, 10 de Setembro de 2020

COMISSÃO:

Daniela Samuleski	- .....	- Presidente da Comissão de Licitação
Ivandra de Souza	- .....	- Membro
Rafaela Susan Kienen	- .....	- Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Vianna	- .....	- Membro
Marlene Neumann	- .....	- Secretária
Valderi Rocha de Camargo	- .....	- Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	- .....	- Membro Suplente

**DISPENSA 60/2020-PMS**

Publicação Nº 2638647

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 60/2020 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>Processo Nr.: 158/2020</b> <b>Data: 10/09/2020</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor: GIVANILDO LEMES DE SOUZA 78543843049</b> Endereço: R ANDRE TIETZ,75 - ***** Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 15.430.886/0001-80	<b>Código: 14366</b>  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Contratação de empresa de serviço de lavação de veículos para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Secretaria de Assistência Social.	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	80,00	Lavação de veículo até 05 ( cinco ) passageiros, externa e interna. O serviço deverá acontecer no município.	UN	30,00	2.400,00
2	50,00	Lavação de veículo até 09 ( nove ) passageiros, externa e interna. O serviço deverá acontecer no município.	UN	38,00	1.900,00
3	40,00	Lavação de veículo até 16 ( dezasseis ) passageiros, externa e interna. O serviço deverá acontecer no município.	UN	58,00	2.320,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

solicitação de dispensa para a contratação de empresa de lavação de veículos, sendo a necessidade normal da limpeza dos mesmos, e atualmente pela pandemia que estamos passando, Covid 19, necessitamos a liberação da lavação.

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Schroeder, 10 de Setembro de 2020

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>		<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 60/2020 - DL</b>
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC		Processo Nr.: 158/2020 Data: 10/09/2020
		Folha: 2/2

08/09/2020

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 8 de Setembro de 2020

**Valor da Despesa:**

6.620,00 (seis mil seiscentos e vinte reais)

**Pagamento.....:**

15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

## Publicação Nº 2638271

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICIPIO DE SCHROEDER**

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano:	137/2020	Processo Administrativo:					Total dos Itens Vencedores:	0,00
Licitação.....:	19/2020 - TP							
Modalidade.....:	Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia							
Objeto.....:	<p>contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) mais serviços preliminares, drenagem, terraplanagem, serviços complementares e sinalização viária da pavimentação asfáltica da RUA ALBERTO ZANELLA Est. OPP à Est. 9 +2,00m, Bairro Rio Hern no Município de Schroeder/SC compreendendo uma extensão de 182,00m e área total de 1.843,00m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos, em regime</p>							
Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação

Item.....: 1	-	24005	- PAVIMENTAÇÃO RUA ALBERTO ZANELA -	Unidade: UN
9522			PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	1,000 275.282,26 0
11016			INFRASTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	1,000 278.061,41 0

Schroeder, Em ...../...../.....

Daniela Samuleski	-	Presidente da Comissão
Ivandra de Souza	-	Membro
Rafaela Susan Kienen	-	Membro
Guilherme Sandmann Da Silva Viana	-	Membro
Marlene Neumann	-	Secretária
Valderi Rocha de Camargo	-	Membro Suplente
Germana Heller Bauemle	-	Membro Suplente
Natascha Luize Kopper Strelow	-	Membro Suplente
Elcir José Wendt	-	Membro Suplente

# Seara

## PREFEITURA

### ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 074/2020-- PL 147/2020 – GARBIN

Publicação Nº 2638585

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N º 074/2020

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2020  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Garbin e Cazzarotto Comércio de Produtos Agropecuários Ltda-EPP, CNPJ Nº. 14.140.791/0001-60, estabelecida na av. Anita Garibaldi, nº. 501, sala 02, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Lindomar Cazzarotto, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº. 5.237.981-7, CPF nº. 064.044.439-37, residente e domiciliado na rua C, nº. 90, loteamento Nava, centro, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 074/2020, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos veterinários destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 57.565,00 são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 01/09/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/02/2021.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 074/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 01/09/2020.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Lindomar Cazzarotto  
Garbin e Cazzarotto Com. de Prod.  
Agropecuários Ltda – EPP  
Contratada

### ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 074/2020-- PL 147/2020 – TRM

Publicação Nº 2638588

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N º 074/2020

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2020  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa TRM Transportes e Comércio Ltda, CNPJ nº 12.076.817/0001-22, estabelecida na rua Nereu Ramos, 116, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Rodrigo Luis Walter, brasileiro, solteiro, empresário, RG nº 4.997.552, CPF nº 057.466.619-29, residente e domiciliado na rua São João, 52, bairro Niterói, Seara, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 074/2020, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de medicamentos veterinários destinados a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 67.885,00 são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 01/09/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 28/02/2021.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 074/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 01/09/2020.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Rodrigo Luis Walter  
TRM Transportes e Comércio Ltda  
Contratada

## **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 077/2020-- PL 150/2020 – KOPAV**

Publicação Nº 2638341

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2020 - PREGÃO PRESENCIAL N º 077/2020

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2020  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a avenida Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Kopav Pavimentação e Construção Ltda, CNPJ Nº. 31.659.735/0001-55, estabelecida na Rua Tancredo de Almeida Neves, nº. 5192, São Cristovão, Concórdia, SC, neste ato representada pela Sra. Traudi Sueli Patzlaff, brasileira, solteira, empresária, RG nº. 2.134.629, CPF nº. 831.803.039-72, residente e domiciliada na rua Oswaldo Valentim Zandavalli, nº. 44, apartamento 1001, Centro, Concórdia, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 077/2020, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais e prestação de serviço para recapeamento de ruas desta município, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 374.000,00 são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 10/09/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 09/03/2021.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 077/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 10/09/2020.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Traudi Sueli Patzlaff  
Kopav Pavimentação e Construção Ltda  
Contratada

## **ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 078/2020 -- PL 151/2020 – DIDÁTICA**

Publicação Nº 2638512

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 151/2020. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 078/2020 – REGISTRO DE PREÇO

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 055/2020

Pregão Presencial nº. 078/2020  
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Didática Livraria e Brinquedos Ltda - Me, CNPJ nº 08.985.825/0001-14, estabelecida na rua Santa Terezinha, nº. 87, bairro Centro, Jaborá, SC, neste ato representada pelo Sr. Vivaldino Pasqualotto, brasileiro, RG nº. 2.136.277, CPF nº. 655.988.909-25, residente e domiciliado na rua Elírio Antonio Poyer, nº. 222, Centro, Jaborá, SC, para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 078/2020, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição e instalação de parques infantis, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

“ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em R\$ 63.560,00, são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 10/09/2020, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 09/03/2021.

“ As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 078/2020, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

“ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 10/09/2020.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Vivaldino Pasqualotto  
Didática Livraria e Brinquedos Ltda - Me  
Contratada

## DECRETO Nº 2002

Publicação Nº 2639137

DECRETO Nº 2002, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Altera redação do Decreto nº 1220, de 18 de abril de 2017 que nomeia membros para compor a Equipe Técnica para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 5º da Lei Municipal nº 1819, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal De Educação – PME e dá outras providências

DECRETA

Art. 1º Fica alterado os incisos I à VIII art. 1º do Decreto nº 1220, de 18 de abril de 2017 que nomeia membros para compor a Equipe Técnica para monitoramento e avaliação do Plano Municipal de Educação e dá outras providências, que passa a ter a seguinte redação.

.....

Art. 1º .....:

I – Fabiana Mariani  
II – Filomena Salete Freyer  
III – Ana Paula Trentini Alves  
IV – Geni Paula Brandt  
V – Mariene Benetti  
VI – Cristiane Dutkewicz  
VII – Ivana Cerutti  
VIII – Fabiana Ana Manfrói Martello  
.....

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 10 de setembro de 2020

EDEMILSON CANALE  
Prefeito de Seara

Registra-se e Publica-se  
Em 10 de Setembro de 2020

Julio César Paludo  
Secretário da Fazenda

## DECRETO N° 2003

Publicação N° 2639139

DECRETO N° 2003, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Altera redação do Decreto n° 1221, de 18 de abril de 2017 que nomeia membros para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 5º da Lei Municipal n° 1819, de 24 de junho de 2015, que aprova o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado os incisos I e II do art. 1º do Decreto n° 1221, de 18 de abril de 2017 que nomeia membros para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação e dá outras providências, que passa a ter a seguinte redação:

.....

Art. 1º .....

I – .....

Titular: .....

Suplente: Ana Paula Trentini Alves

II – .....

Titular: Jonalda Arienti Rubas

Suplente: Silvana de Souza

.....

Art. 2º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 10 de setembro de 2020

EDEMILSON CANALE  
Prefeito de Seara

Registra-se e Publica-se  
Em 10 de Setembro de 2020

Julio César Paludo  
Secretário da Fazenda

## DECRETO N° 2004

Publicação N° 2639141

DECRETO N° 2004, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Nomeia Comissões Escolares de Gerenciamento da Pandemia de Covid-19, com base nas Diretrizes Estaduais de Retorno às Aulas Presenciais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 108 da Lei Orgânica e § 2º do art. 4º do Decreto n° 1997, de 04 de setembro de 2020, que constitui o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, cria Comissões Escolares de Gerenciamento da Pandemia de Covid-19, com base nas Diretrizes Estaduais de Retorno às Aulas Presenciais e dá outras providências

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeadas as seguintes Comissões Escolares de Gerenciamento da Pandemia de Covid-19, com base nas Diretrizes Estaduais de Retorno às Aulas Presenciais, sendo:

I – Escola Núcleo de Caraíba:

a) diretor/responsável pela Unidade Escolar: Graciele G. Schumann, gestora;

- b) representantes do quadro de professores: Raquel Trombetta e Joane Nicoden;
- c) representantes de alunos: Ana Keila Schimit e Vitor Fabrin;
- d) representantes das famílias dos alunos: Juciele Pitam e Naiton Prigol;
- e) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Roseli Lippet e Liane Fabrin;
- f) representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar: Cleusa de Bortoli e Angélica Schons.

II – Escola Núcleo Lira Camilla Petry:

- a) diretor/responsável pela Unidade Escolar: Fabiana A. M. Martelo, gestora;
- b) representantes do quadro de professores: Veranice Grebin Franke, Adriane Dannenhauer e Katiane W. Begnini;
- c) representantes de alunos: Eduarda Cauane Grolli e Gustavo Vitor Gaida;
- d) representantes das famílias dos alunos: Ilse Verônica Baron Carbonera e Daiane Rubert Andriolli;
- e) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Evandro Bevilaqua e Valeria Lonczynski;
- f) representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar: Lenir Salete Faenello e Alexandra Maia.

III – Centro de Educação Infantil Sete Anões:

- a) diretor/responsável pela Unidade Escolar: Ivia Nadia Kobs, gestora;
- b) representantes do quadro de professores: Elisangela Paludo e Talita Canei;
- c) representantes das famílias dos alunos: Renata Ferrari e Sandra Andréia Tiemann Käfer;
- d) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Judite Alessi e Daniela Tonello;
- e) representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar: Miria Canei.

IV – Escola Núcleo São Rafael:

- a) diretor/responsável pela Unidade Escolar: Mariene Benetti, gestora;
- b) representantes do quadro de professores: Julcini Molozzi e Mariza Zago Pelisson;
- c) representantes de alunos: Edimara Drumm Toffoli e Ediane Stoll;
- d) representantes das famílias dos alunos: Gilsemara Drumm Toffoli e Maricleia Soave;
- e) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Moacir Stoll;
- f) representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar: Nilva Lovera.

V – Escola de Educação Básica e Núcleo Rosina Nardi - Casa Familiar Rural Ludovico de Marco:

- a) diretor/responsável pela Unidade Escolar: Erickson Rodrigues do Espírito Santo, gestor;
- b) representantes do quadro de professores: Patrícia Biezus;
- c) representantes de alunos: Bernardo Zanoluchi;
- d) representantes das famílias dos alunos: Dejair Detofano;
- e) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Pâmela Cristina Cassanelli;
- f) representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar: Dilce Nardi e Marlene Manorov.

**VI – Centro de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho:**

- a) diretor/responsável pela Unidade Escolar: Cristiane Dutkewicz, gestora;
- b) representantes do quadro de professores: Marlene Becker, Vanessa Alves, Vanderleia Tibola e Mauren Hoffmann;
- c) representantes das famílias dos alunos: Bruna Mariani e Jéssica Paula Dreon;
- d) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Maiara Canossa e Eduarda Renata Galuppo;
- e) representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar: Araceli Baroni e Marciane Canal.

**VII – Centro de Educação Infantil Dona Ilse:**

- a) diretor/responsável pela Unidade Escolar: Geni Paula Brand, gestora;
- b) representantes do quadro de professores: Géssica Vanderléia Kochem e Sônia Emma Germendorf Martini;
- c) representantes das famílias dos alunos: Solange Dellabetta Biondo e Viviane Nardi Nodari;
- d) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Michele Gonçalves Martini e Juliane Perboni;
- e) representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar: Tânia Eliza Dutra Garghetti e Andréia Paula Canal.

**VIII – Centro de Educação Infantil Cinderela:**

- a) diretor/responsável pela Unidade Escolar: Ivia Nadia Kobs, gestora;
- b) representantes do quadro de professores: Geriane Mocellin de Carvalho e Dirlei Nardi;
- c) representantes das famílias dos alunos: Cassiane Rosa e Juliane Márcia Biondo Sandrin;
- d) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Josiane Cardoso e Gabriela Pavan;
- e) representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar: Elaine Burufke.

**IX – EEB Elisabete Matilde Simon e Escola Núcleo Municipal Teutônia:**

- a) diretor/responsável pela Unidade Escolar: Maira Salete Braun, gestora;
- b) representantes do quadro de professores: Juliane Maria Theobald Wollmann e Adriana Tochetto;
- c) representantes das famílias dos alunos: Fernanda Soares dos Santos e Kelly Regina O. Paludo;
- d) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Neiva Lorscheitter e Luana Carla T. Freyer;
- e) representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar: Franciele F. Hartmann e Veridiane M. Zanluchi;
- f) representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar: Dirce O. Freyer e Monica C. Mews.

§ 1º As Comissões nomeadas na forma do caput do presente artigo terá mandato com prazo indeterminado, ou seja, até a vigência ao estado de emergência e volta à normalidade das aulas presenciais.

§ 2º Na primeira reunião da Comissão será escolhido entre os seus membros o vice gestor e o secretário.

§ 3º As decisões da Comissão serão tomadas pela maioria absoluta dos seus membros, com a presença mínima de 50 % dos mesmos, e, havendo empate, a decisão será tomada por voto de “minerva” do (a) presidente.

§ 4º As decisões da Comissão serão submissas a apreciação do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, instituído pelo art. 1º deste Decreto nº 1997, de 04 de setembro de 2020 e sendo aprovadas serão realizadas por Resoluções, Editais ou Instruções Normativas, devidamente publicadas no Diário Oficial do Município – DOM e no Portal Oficial do Município.

Art. 2º As despesas decorrentes das atividades e manutenção do Comitê, assim como a estrutura de funcionamento correram por conta da Secretaria Municipal de Educação e de seu orçamento vigente.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 10 de setembro de 2020

EDEMILSON CANALE  
Prefeito de Seara

Registra-se e Publica-se  
Em 10 de setembro de 2020

Julio César Paludo  
Secretário da Fazenda

## DECRETO Nº 2005

Publicação Nº 2639142

DECRETO Nº 2005, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Abre crédito adicional suplementar pelo excesso de arrecadação no valor de R\$ 49.246,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do inciso II do art. 31 da Lei 2024, de 20 de novembro de 2019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “a”, do inciso IV, do art. 4º da Lei 2029 de 26 de dezembro de 2019, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2020 e com o inciso II § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964,

### DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão: 15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Projeto Atividade: 2.289 – Ações de Assistência em Saúde de Média de Alta Complexidade - MAC

Modalidade: 67 - 3.3.90.00.00.00.00.0.1.0894 – Aplicações Diretas ..... R\$ 49.246,00

TOTAL ..... R\$ 49.246,00

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante no artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Fonte: 0.1.0894 – COVID-19 Portaria 1857/2020 ..... R\$ 49.246,00

TOTAL ..... R\$ 49.246,00

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara/SC, 10 de setembro de 2020

EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em, 10 de setembro de 2020

Julio César Paludo  
Secretário da Fazenda

## DECRETO Nº 2006

Publicação Nº 2639144

DECRETO Nº 2006, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 243.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos I do art. 31 da Lei 2.024, de 20 de novembro de 2019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e combinado com alínea “b” do inciso IV, do art. 4º da Lei 2029 de 26 de dezembro de 2019, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2020 e com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, e autorizado pela Lei nº 2053, de 10 de setembro de 2020,

### DECRETA

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 06 Superintendência de Cultura

Projeto Atividade: 2.275 – Ações, Fomento e Preservação, Conservação e Promoção do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico

Modalidade: 19 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1000 Aplicações Diretas 50.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 02 Gerência de Ensino Fundamental

Projeto Atividade: 1.105 – Informatização do Ensino Fundamental

Modalidade: 88 4.4.90.00.00.00.00.00 1.0001 Aplicações Diretas 60.000,00

Unidade: 03 Gerência de Ensino Infantil em Creche

Projeto Atividade: 1.111 – Informatização da Educação Infantil em Creche

Modalidade: 103 4.4.90.00.00.00.00.00 1.0001 Aplicações Diretas 3.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE

Unidade: 01 Departamento da Agropecuária

Projeto Atividade: 1.114 – Equipamentos, Material Permanente, Máquinas e Veículos para o Desenvolvimento Agropecuario

Modalidade: 126 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1000 Aplicações Diretas 100.000,00

Projeto Atividade: 2.247 – Ações de Melhorias Genéticas da Produção Animal

Modalidade: 135 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1000 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL .....R\$ 243.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 01 Departamento de Administração

Projeto Atividade: 1.102 - Ações de Conservação e Restauração do Patrimônio

Público do Executivo Municipal

Modalidade: 37 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1000 Aplicações Diretas 243.000,00

TOTAL .....R\$ 243.000,00

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 10 de setembro de 2020.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 10 de setembro de 2020

Julio César Paludo

Secretário da Fazenda

## LEI Nº 2053

Publicação Nº 2639146

LEI Nº 2053, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Abre créditos adicionais suplementares por conta da anulação de dotação orçamentária no valor de R\$ 243.000,00.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEARA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos II do art. 31 da Lei 2.024, de 20 de novembro de 2019 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2020 – LDO e dá outras providências, e combinado com o inciso VIII, do art. 4º da Lei 2029 de 26 de dezembro de 2019, que Estima a Receita e Fixa da Despesa para o exercício de 2020 e com o inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, de 17 de março de 1964, faz saber a todos os habitantes do Município que o Poder Legislativo Municipal aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir os seguintes créditos adicionais suplementares:

Órgão: 02 GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNICIPAL

Unidade: 06 Superintendência de Cultura

Projeto Atividade: 2.275 – Ações, Fomento e Preservação, Conservação e Promoção do Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico

Modalidade: 19 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1000 Aplicações Diretas 50.000,00

Órgão: 06 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Unidade: 02 Gerência de Ensino Fundamental  
Projeto Atividade: 1.105 – Informatização do Ensino Fundamental  
Modalidade: 88 4.4.90.00.00.00.00.00 1.0001 Aplicações Diretas 60.000,00

Unidade: 03 Gerência de Ensino Infantil em Creche  
Projeto Atividade: 1.111 – Informatização da Educação Infantil em Creche  
Modalidade: 103 4.4.90.00.00.00.00.00 1.0001 Aplicações Diretas 3.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE  
Unidade: 01 Departamento da Agropecuária  
Projeto Atividade: 1.114 – Equipamentos, Material Permanente, Máquinas e Veículos para o Desenvolvimento Agropecuário  
Modalidade: 126 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1000 Aplicações Diretas 100.000,00

Projeto Atividade: 2.247 – Ações de Melhorias Genéticas da Produção Animal  
Modalidade: 135 3.3.90.00.00.00.00.00 0.1000 Aplicações Diretas 30.000,00

TOTAL .....R\$ 243.000,00

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares constantes no artigo anterior serão abertos por conta da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 03 SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO  
Unidade: 01 Departamento de Administração  
Projeto Atividade: 1.102 - Ações de Conservação e Restauração do Patrimônio Público do Executivo Municipal  
Modalidade: 37 4.4.90.00.00.00.00.00 0.1000 Aplicações Diretas 243.000,00

TOTAL .....R\$ 243.000,00

Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Seara, em 10 de setembro de 2020.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

## PROCESSO LICITATÓRIO 167/2020

Publicação Nº 2639140

Processo Licitatório nº 167/2020.  
Edital de Pregão Presencial nº 083/2020.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 23/09/2020, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para contratação de apólices de seguro para veículos da frota do Município. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 10 de setembro de 2020.

Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. N° 074/2020-- PL 147/2020 - TRM

Publicação N° 2638591

Página: 1/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo:</b> 147/2020      <b>Licitação:</b> 74/2020 - PR  <b>Fornecedor:</b> 11242 - TRM TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA ME      <b>Data da Homologação:</b> 01/09/2020</p>									
1	433411993	KIT CESÁREA 04 - FIOS DE SUTURA CATGUT CROMADO SEM AGULHA N° 02 COM 1,5 METROS 2 LÂMINAS DE BISTURI N° 24 1 FRASCO DE 10ML DE CLORIDRATO DE XILAZINA A 2% 3 FRASCOS DE 50ML DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% 2 SERINGAS DE SCARTÁVEIS DE 20ML 2 FRASCOS DE DIPIRONA 500MG/ML 1 FRASCO DE 50ML ANTIBIÓTICO (CONSERVAÇÃO TEMPERATURA AMBIENTE) A BASE DE: BENZILPENICILINA PROCAÍNA 20.000.000 UI DIIDROESTREPTOMICINA (SULFATO) 8,00 G PIROXICAM 0,60 G CLORIDRATO DE PROCAÍNA 2,00 G VEÍCULO Q.S.P 100,00 ML OU BENZILPENICILINA PROCAÍNA 200.000 U.I. DIIDROESTREPTOMICINA 250 MG PROCAÍNA (CLORIDRATO) 20 MG VEÍCULO Q.S.P. 1 ML KIT MICRO-CIRÚRGICO 02 - FIOS DE SUTURA CATGUT CROMADO SEM AGULHA N° 02 COM 1,5 METROS 1 LÂMINAS DE BISTURI N° 24 2 FRASCOS DE 50ML DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% 2 SERINGAS DE SCARTÁVEIS DE 20ML 1 FRASCOS DE DIPIRONA 500MG/ML 1 FRASCO DE 50ML ANTIBIÓTICO (CONSERVAÇÃO TEMPERATURA AMBIENTE) A BASE DE: BENZILPENICILINA PROCAÍNA 20.000.000 UI DIIDROESTREPTOMICINA (SULFATO) 8,00 G PIROXICAM 0,60 G CLORIDRATO DE PROCAÍNA 2,00 G VEÍCULO Q.S.P 100,00 ML OU BENZILPENICILINA PROCAÍNA 200.000 U.I. DIIDROESTREPTOMICINA 250 MG PROCAÍNA (CLORIDRATO) 20 MG VEÍCULO Q.S.P. 1 ML	Cfe. Anexo Proposta	UN	100,000	0,0000	128,2500	12.825,00	Venceu
2	433411994	02 - FIOS DE SUTURA CATGUT CROMADO SEM AGULHA N° 02 COM 1,5 METROS 1 LÂMINAS DE BISTURI N° 24 2 FRASCOS DE 50ML DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2% 2 SERINGAS DE SCARTÁVEIS DE 20ML 1 FRASCOS DE DIPIRONA 500MG/ML 1 FRASCO DE 50ML ANTIBIÓTICO (CONSERVAÇÃO TEMPERATURA AMBIENTE) A BASE DE: BENZILPENICILINA PROCAÍNA 20.000.000 UI DIIDROESTREPTOMICINA (SULFATO) 8,00 G PIROXICAM 0,60 G CLORIDRATO DE PROCAÍNA 2,00 G VEÍCULO Q.S.P 100,00 ML OU BENZILPENICILINA PROCAÍNA 200.000 U.I. DIIDROESTREPTOMICINA 250 MG PROCAÍNA (CLORIDRATO) 20 MG VEÍCULO Q.S.P. 1 ML	Cfe. Anexo Proposta	UN	100,000	0,0000	89,2500	8.925,00	Venceu

Página: 2/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 147/2020      Licitação: 74/2020 - PR Fornecedor: 11242 - TRM TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA ME      Data da Homologação: 01/09/2020									
3	433411995	KIT FEBRE VITULAR 2 FRASCOS DE 500ML DE FLUIDOTERAPIA A BASE MINIMO DE: 6GLUCONATO DE CÁLCIO 20,00 G 6CLORETO DE MAGNÉSIO 2,00 G 6EM VEÍCULO GLICOSADO 1 FRASCO DE TÔNICO PROTETOR CARDÍACO 50 ML A BASE DE: 6HEXAMETILENOTETRAMINA 1,0 G 6CAFEINA 1,0 G 6BENZATO DE SÓDIO 1,0 G 6SULFATO DE ESPARTEINA 12,5 MG 6VEÍCULO GLICO-FISIOLÓGICO Q.S.P.100 ML 1 FRASCO DE 10 ML DE DEXAMETASONA MÍNIMO A 2MG 1 SERINGA DESCARTÁVEL DE 20ML 1 FRASCO DE FLUIDOTERAPIA DE 500ML COM A COMPOSIÇÃO MÍNIMA DE: 6RIBOFLAVINA (VITAMINA B2) 6CLORIDRATO DE PIRIDOXINA (VITAMINA B6) 6NICOTINAMIDA 6ACETIL-DL-METIONINA 6CLORETO DE SÓDIO 6CLORETO DE POTÁSSIO 6CLORETO DE CÁLCIO 6CLORETO DE MAGNÉSIO 6DEXTROSE OU GLICOSE 6VITAMINA B12 6VITAMINA B12	Cfe. Anexo Proposta	UN	250,000	0,0000	92,9000	23.225,00	Venceu
4	433411996	KIT INDIGESTÃO 02 FRASCOS DE 500 ML DE FLUIDO A BASE DE: 6CLORETO DE SÓDIO 592,00MG 6CLORETO DE POTÁSSIO 26,00MG 6CLORETO DE CÁLCIO 18,00MG 6LACTATO DE SÓDIO 50% 0,25ML 6ACETILMETIONINA 592,00G 6SORBITOL 10,00 G 02 PACOTES DE 500G DE PURGANTE (SALINO OU ATIVO) 01 SERINGA DESCARTÁVEL DE 20ML 1 FRASCO DE 100ML DE ANTI-TOXICO (HEPATOPROTETOR) A BASE DE: 6ACETILMETIONINA 6COLINA 6PIRIDOXINA 6NICOTINAMIDA 6DEXTROSE OU GLICOSE	Cfe. Anexo Proposta	UN	150,000	0,0000	107,4000	16.110,00	Venceu

Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p>Nr. do Processo: 1477/2020      Licitação: 74/2020 - PR      Data da Homologação: 01/09/2020  Fornecedor: 11242      - TRM TRANSPORTES E COMÉRCIO LTDA ME</p>									
7	433412494	VACINA INIBIDORA DO ESTRO (ANTI CIO) EM CANINOS E FELINOS, EMBALAGEM COM 1 ML, PRODUTO COM REGISTRO NO MAPA.	Lema injex	UN	2.000,000	0,0000	3,4000	6.800,00	Venceu
					Total do Fornecedor ----->			67.885,00	

Seara, 1 de Setembro de 2020.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº 074/2020-- PL 147/2020 – GARBIN

Publicação Nº 2638589

Página: 1/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**  
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
<p><b>Nr. do Processo: 147/2020</b>      <b>Licitação: 74/2020 - PR</b>      <b>Data da Homologação: 01/09/2020</b>  <b>Fornecedor: 11719</b>      <b>- GARBIN E CAZZAROTTO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECU/</b></p>									
5	433411997	KIT CETOSE 03 FRASCO DE 500ML DE FLUIDOTERAPIA A BASE DE GLICOSE 50% 1 FRASCO DE FLUIDOTERAPIA DE 500ML COM A COMPOSIÇÃO: oRIBOFLAVINA (VITAMINA B2) oCLORIDRATO DE PIRIDOXINA (VITAMINA B6) oNICOTINAMIDA oACETIL-D,L-METIONINA oCLORETO DE SODIO oCLORETO DE POTASSIO oCLORETO DE CALCIO oCLORETO DE MAGNESIO oDEXTROSE OU GLUCOSE oVITAMINA B12 1 FRASCO DE 10 ML DE DEXAMETASONA MÍNIMO A 2MG 01 SERINGA DESCARTÁVEL DE 20ML 1 FRASCO DE 100ML DE ANTITÓXICO (HEPATOPROTECTOR) A BASE DE: oACETILMETIONINA oCOLINA oPIRIDOXINA oNICOTINAMIDA oDEXTROSE OU GLUCOSE	Cfe. Anexo Proposta	UN	250,000	0,0000	118,4000	29.600,00	Vencou

Página: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
------	----------	-----------------------	------------------	----------	-------------	-----------	----------------	-------------	----------

Nr. do Processo: 147/2020 Licitação: 74/2020 - PR Data da Homologação: 01/09/2020

Fornecedor: 11719 - GARBIN E CAZZAROTTO COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECU

6	433411998	KIT TRISTEZA PARASITÁRIA BOVINA 2 FRASCOS DE 50ML OU 1 FRASCO DE 100ML DE OXITETRACICLINA A 20% COM CARENÇA MÁXIMA DE 5 DIAS NO LEITE 1 FRASCO DE 30ML DE DIACETURATO DE DIMINAZENO A 7% COM CARENÇA MÁXIMA DE 7 DIAS NO LEITE. 1 FRASCO DE 50 ML DE DIPIRONA 500MG/ ML 1 FRASCO DE 100ML DE ANTITÓXICO (HEPATOPROTECTOR) A BASE DE: ACETILMETIONINA SCOLINA SPIRIDOXINA NICOTINAMIDA DEXTROSE OU GLICOSE 1 SERINGA DESCARTÁVEL DE 20ML	Cfe. Anexo Proposta	UN	350,000	0,0000	79,9000	27.965,00	Venceu
Total do Fornecedor ---->								600,000	57.565,00

Seara, 1 de Setembro de 2020.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. N° 077/2020-- PL 150/2020 – KOPAV

Publicação N° 2638343

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 150/2020		Licitação: 77/2020 - PR		Data da Homologação: 10/09/2020					
Fornecedor: 13096		- KOPAV - PAVIMENTACAO E CONSTRUCAO LTDA							
1	433409663	CBUQ.(CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE PARA ASFALTO) APLICADO COM VIBROACABADORA OU EQUIPAMENTO EQUIVALENTE QUE POSSA ATENDER AS NECESSIDADES DA OBRA E ROLO COMPACTADOR TANDEM. VALOR COM FRETE E APLICAÇÃO.	KOPAV	TON	1.000,000	0,0000	356,0000	356.000,00	Venceu
2	433412465	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO RR2-C APLICADO COM EQUIPAMENTO MECÂNICO	KOPAV	M2	9.000,000	0,0000	2,0000	18.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->					10.000,000			374.000,00	

Seara, 10 de Setembro de 2020.

## ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. N° 078/2020 -- PL 151/2020 – DIDÁTICA

Publicação N° 2638514

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un.Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 151/2020      Licitação: 78/2020 - PR      Data de Homologação: 10/09/2020									
Fornecedor: 10270 - DIDÁTICA LIVRARIA E BRINQUEDOS LTDA - ME									
1	433405625	PLATAFORMA CONFECCIONADA EM MADEIRA PLÁSTICA, COM ALTURA MÍNIMA DE 1,30 M, ESTRUTURADA COM CANTONEIRA METÁLICA DE NO MÍNIMO 1,00 X 1,00 M, CANTONEIRA 4 CM GALVANIZADO, PINTADO E SEM COBERTURA, COM COQUEIRO 8 FOLHAS EM PLÁSTICO DECORATIVO E SUPORTE DE FIXAÇÃO EM ALUMÍNIO. (Quantidade 1)  PLATAFORMAS DE NO MÍNIMO 1,00 X 1,00 M, CONFECCIONADA EM TÁBUAS TIPO ASSOALHO DE MADEIRA PLÁSTICA E COBERTURA EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO ESTILO PIRÂMIDE QUADRADA DE NO MÍNIMO 1,20 X 1,20 COM ALTURA DO PATAMAR DE NO MÍNIMO 1,30 M. (Quantidade 2)  ESCORREGADOR RETO EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, SEÇÃO DE DESLIZAMENTO DE NO MÍNIMO 2.700MM X 530MM DE LARGURA. (Quantidade 1)  PASSARELA RETA COM ESTRUTURA TUBULAR DE AÇO, COM DIÂMETRO DE NO MÍNIMO 30 MM E PAREDE DE NO MÍNIMO 2,00 MM, BARRAS VERTICAIS COM DIÂMETRO MÍNIMO DE 9,00 MM. MEDINDO NO MÍNIMO 1950 MM DE COMPRIMENTO 940 MM DE LARGURA E ALTURA DE 800 MM. ASSOALHO EM MADEIRA PLÁSTICA COM TRAVESSAS DE ITAUBA. (Quantidade 1)  ESTRUTURA DE BALANÇO EM ALUMÍNIO COM 02 ASSENTOS EM ROTOMOLDADO CORRENTES DE ELO CURTO MEDINDO NO MÍNIMO 1,50 M DE COMPRIMENTO. ESTRUTURA DE AÇO TUBULAR DE DIÂMETRO MÍNIMO DE 40 MM COM PAREDE MÍNIMA DE 2 MM. (Quantidade 1)  RAMPA DE MADEIRA COM 7 TACOS MEDINDO NO MÍNIMO 2000 MM DE COMPRIMENTO, 920 MM DE LARGURA, COM ESTRUTURA, ASSOALHO E TACOS EM ITAUBA. (Quantidade 1)  TOBOGÁ EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO, COM 2 CURVAS DE 90°, COM NO MÍNIMO 2600 MM DE COMPRIMENTO E 750 MM DE DIÂMETRO, FIXADO A TORRE COM PAINEL DE PLÁSTICO ROTOMOLDADO E AO PISO COM SEÇÃO DE	KRENKE	UN	4,000	0,0000	15.890,0000	63.560,00	Venceu

Página: 2/2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA**

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
		SAÍDA EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO. (Quantidade 1)							
		RAMPA DE ESCALADA CURVA EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO DUPLA DE NO MÍNIMO 5 DEGRAUS. COM PORTAL DE SEGURANÇA EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO. (Quantidade 1)							
		ESCALADA EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO DUPLO COM NO MÍNIMO 5 DEGRAUS. MEDINDO NO MÍNIMO 1700 MM DE COMPRIMENTO E 600 MM DE LARGURA. CORRIMÕES EM AÇO TUBULAR RETANGULAR DE NO MÍNIMO 30 MM X 70 MM E PAREDE MÍNIMA DE 1,25 MM. (Quantidade 1)							
		KIT JOGO DA VELHA COMPOSTO POR 9 CILINDROS EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO COLORIDO, COM LETRAS "X" E "O" NA COR PRETA. (Quantidade 1)							
		TUBO CURVADO EM PLÁSTICO ROTOMOLDADO 90° MEDINDO NO MÍNIMO 1,80 M DE COMPRIMENTO E 75 CM DE DIÂMETRO DE ABERTURA. (Quantidade 1)							
		FECHAMENTOS EM PLÁSTICO ROTOMOLDADOS. (Quantidade 2)							
<b>Total do Fornecedor</b>					<b>4,000</b>			<b>63.560,00</b>	

Seara, 10 de Setembro de 2020.

# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 203/2020 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638247

DECRETO Nº. 203/2020 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ÉDNA PAULA MAGRIN PARA O CARGO DE TÉCNICA EM CONTRATOS E CONVÊNIOS, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL DE SERRA ALTA/SC, EDITAL Nº. 001/2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas no art. 40 da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 498/2001, Lei Complementar nº. 038/2018 e alterações posteriores, e de acordo com o Edital de Concurso Público nº. 001/2018, do Município de Serra Alta/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 11 de setembro de 2020, a Sra. ÉDNA PAULA MAGRIN, portador do CPF nº. 085.151.989-08, RG nº.5.770.951 SSP/SC, para o Cargo de Técnica em Contratos e Convênios, com lotação junto à Secretaria de Planejamento e Finanças, Nível 142, do Grupo IV – TEP, conforme Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Aplica-se a nomeação deste decreto o Regime Geral de Previdência Social, conforme art. 154, da Lei Municipal nº. 498/2001.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de setembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

### DECRETO Nº 204/2020 DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638615

DECRETO Nº 204/2020, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

“FICA SUSPENSA A LICENÇA PARA ATIVIDADE POLITICA DO SERVIDOR MUNICIPAL LUCIANO DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, e em especial à Lei nº 10.710/2003, Lei Municipal nº 498/2001 e Lei nº 038/2018,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suspensa, a partir do dia 10 de setembro de 2020, a Licença para Atividade Política do servidor LUCIANO DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Professor III, Nível 220, do Grupo II – MAG, 40 horas semanais, lotado junto a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, retornando a suas atividades inerentes ao cargo na presente data.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogadas às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 11 de setembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020.2020 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638143

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
Nº. 020/2020

**AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APROVAÇÃO E VALIDAÇÃO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR**

O MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 80.622.319/0001-98, com sede administrativa na Avenida Dom Pedro II, nº 830, centro, neste município, por intermédio de seu Prefeito Municipal Sr. DARCI CERIZOLLI, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF nº 430.332.889-87, e portador do RG nº 1.233.665, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 303, centro, na cidade de Serra Alta/SC, no uso de suas atribuições legais, cumprindo o estabelecido na Lei Municipal nº 934/2012 e Lei Federal nº 10.257/2001 e considerando o Decreto Municipal nº. 192/2020, torna público e CONVOCA a população em geral para participar da Audiência Pública na forma eletrônica (online) para tratar dos seguintes assuntos, a qual será realizada nos seguintes locais e horários:

OBJETIVO: Apresentação e discussão de alteração do Plano Diretor, ampliando a área industrial do Município de Serra Alta;

DATA: 30/09/2020 – Quarta-Feira;

HORÁRIO: 14h00min;

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://meet.google.com/ifc-uhvr-xow>

Para participar da audiência o cidadão deverá acessar o link disponibilizado acima e/ou através do link de acesso disponibilizado a partir da página inicial do sítio eletrônico oficial do Município ([www.serraalta.sc.gov.br](http://www.serraalta.sc.gov.br)).

Para questão de ordem, os microfones devem ser mantidos desligados e as perguntas devem ser efetuadas “CHAT (bate-papo)”.

Ficam também garantido o direito de manifestação através dos seguintes meios eletrônicos:

I - Via Ouvidoria, pelo sistema eletrônico Fala.br, disponível no site do município de Serra Alta/SC.

II – Via Lei de Acesso à Informação – LAI - disponível no site do município de Serra Alta/SC.

III – Pelo e-mail oficial do município [administracao@serraalta.sc.gov.br](mailto:administracao@serraalta.sc.gov.br).

IV – Pelo telefone da Prefeitura (49) 3364-0076;

V – De forma direta, no fim da apresentação da audiência, pelo sistema no qual a mesma será transmitida;

As manifestações de que tratam os incisos I, II e III, devem ser registradas até o dia imediatamente anterior a realização da audiência pública, para que seja possível, em tempo hábil, a análise e/ou inclusão das manifestações.

Ficando assim convocados todas as associações, representantes dos vários segmentos da comunidade e toda a população em geral.

Será imprescindível a presença de todos.

Serra Alta, SC, 10 de setembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

EDERSON CERIZOLLI  
Secretário de Administração

**EXTRATO CONTRATUAL Nº 053/2020**

Publicação Nº 2638284

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	
PROCESSO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	053/2020
Contratante	MUNICIPIO DE SERRA ALTA

Contratada	SAN MARINO ÔNIBUS LTDA
Objeto .....	A CONTRATADA obriga-se a fornecer os ITENS: nº01 E nº02, SENDO DOIS ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR, NOVOS, 0KM, Marca VOLARE/ Modelos: DV9L Escolar (Attack 9) e V8L Escolar (Attack 8), conforme as descrições constantes na sua proposta comercial e especificações mínimas do Anexo "II" do edital em epígrafe.
Valor .....	Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Eletrônico nº 034/2020, juntamente com seus anexos e a proposta comercial da CONTRATADA, independentemente de sua transcrição.
Vigência....	Pelo fornecimento dos bens previstos na Cláusula Primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 546.000,00 (Quinhentos e quarenta e seis mil reais), sendo R\$ 285.000,00 (Duzentos e oitenta e cinco mil reais) referente ao ITEM Nº 01 E R\$ 261.000,00 (Duzentos e sessenta e um mil reais) relativo ao ITEM Nº 02.
Dotação .....	10/09/2020 a 31/12/2020.
	Orçamento vigente: 05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES 05.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO Proj. Ativ. 2.500- MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL 44.90.00 DR 0002-Despesa 41/ DR 3192- Despesa 128
SERRA ALTA/SC, 10 de Setembro de 2020.	
DARCI CERIZOLLI	
PREFEITO MUNICIPAL	

**EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2020- SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS**

Publicação Nº 2638734

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SERRA ALTA  
AVISO DE LICITAÇÃO:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2020– SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS  
Tipo: Menor Preço/GLOBAL.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para a possível contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS COM TECNOLOGIA LED, BEM COMO O FORNECIMENTO DAS MESMAS E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS, visando a substituição das lâmpadas tradicionais de vapor de sódio e vapor metálico existentes em vários locais do perímetro urbano do Município de Serra Alta.

Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 24 de Setembro de 2020.

Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 24 de Setembro de 2020.

O Edital se encontra disponível na Prefeitura e no site <http://www.serraalta.sc.gov.br/> ou maiores informações no seguinte endereço e horário: Av.Dom Pedro II, nº 830, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:30 às 17:30horas.

SERRA ALTA/SC, 11 de setembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA 079/2020 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638748

PORTARIA Nº. 079/2020 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal de Contrato referente ao Processo Licitatório nº034/2020 na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, para acompanhar e fiscalizar a execução do referido Contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

CONTRATO Nº:		053/2020	
OBJETO:		AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS NOVOS, TIPO ÔNIBUS PARA TRANSPORTE ESCOLAR, OBJETIVANDO ATENDER AS NECESSIDADES DEMANDADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, BUSCANDO GARANTIR O TRANSPORTE ESCOLAR AOS ALUNOS QUE NECESSITAM.	
EMPRESA:		SAN MARINO ÔNIBUS LTDA	
CNPJ Nº:		93.785.822/0001-06	
FISCAL TITULAR			
SERVIDOR:	REGINA CELINA V. LINDEMANN		
CARGO:	SECRETÁRIA MUNICIPAL		
CPF:	790.103.939-68	MATRÍCULA:	1065
LOTAÇÃO:	Secretaria de Educação Cultura e Esportes		
EMAIL:	educacao@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364 0403		
FISCAL SUBSTITUTO			
SERVIDOR:	EDERSON CEREZOLLI		
CARGO:	SECRETÁRIO MUNICIPAL		
CPF:	029.867.439-43	MATRÍCULA:	1067
LOTAÇÃO:	Secretaria de Administração e Desenv. Econômico		
EMAIL:	administracao@serraalta.sc.gov.br FONE: 49 3364 0092		

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato e ou Ata de Registro de Preços titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013 de 22/05/2013, revogadas as disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 10 de setembro de 2020.

DARCI CERIZOLLI  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI  
Secretário de Administração

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2020**

Publicação Nº 2638281

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICÍPIO DE SERRA ALTA</b>  CNPJ: 80.622.319/0001-98 AV. DOM PEDRO II, 830 C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC	<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> <b>Nr.: 34/2020 - PE</b>  Processo Administrativo: 34/2020 Processo de Licitação: 34/2020 Data do Processo: 20/08/2020
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 34/2020  
b ) Licitação Nr.: 34/2020-PE  
c ) Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO  
d ) Data Homologação: 10/09/2020  
e ) Data da Adjudicação: 10/09/2020 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE DOIS VEÍCULOS AUTOMOTORES NOVOS TIPO: ÔNIBUS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR, EM ATENDIMENTO AS EMENDAS PARLAMENTARES IMPOSITIVAS Nº 712/19 E 579/19 PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA/SC, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do Edital. O Certame será realizado por meio da plataforma eletrônica [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

			(em Reais R\$)
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 007400 - SAN MARINO ÔNIBUS LTDA	<u>2</u>	0,0000	546.000,00
	2		546.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.500.4.4.90.00.00.00.00.00 (41), 2.500.4.4.90.00.00.00.00.00 (128)

Serra Alta, 10 de Setembro de 2020.

-----  
EDERSON CERIZOLLI  
Pregoeiro(a)

-----  
DARCI CERIZOLLI  
PREFEITO MUNICIPAL

# Siderópolis

## PREFEITURA

### 75/2020 MATERIAIS (PEDRAS)

Publicação Nº 2638348

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº. 75/2020  
AVISO DE SUSPENSÃO DO EDITAL DE PREGÃO PMS Nº. 17/2020

O Município de Siderópolis comunica aos interessados, que a abertura da licitação designada para o dia 10/09/2020 às 14h00min, cujo objeto é a Registro de Preços para fornecimento parcelado de materiais provenientes de extração de rocha, através de empresa devidamente licenciada, com recursos provenientes do FINISA, encontra-se suspensa em virtude de problemas apontados no Termo de Referência. Desta feita, oportunamente, será designada nova data para abertura da licitação. Informações: Fone: (48) 3435 8900 ou e-mail: licitação@sideropolis.sc.gov.br.

Siderópolis, 10 de setembro de 2020.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº249/2020

Publicação Nº 2638886

DECRETO N.º 249 DE 4 DE SETEMBRO DE 2020

NOMEIA FÁBIO ANTUNES DE MELLO COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FAMSID 01/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, inciso V, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei nº 8.666/93 estabelece que na execução dos contratos deva ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada FÁBIO ANTUNES DE MELLO, brasileiro (a), CPF/MF sob nº 016.342.399-70, engenheiro agrônomo, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FAMSID 01/2020, cujo objeto é contratação de empresa especializada em serviços de consultoria ambiental e sanitária na Fundação do Meio Ambiente de Siderópolis.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 4 de setembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 4 de setembro de 2020.

### DECRETO Nº250/2020

Publicação Nº 2638887

DECRETO N.º 250 DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

NOMEIA ROBSON BENTO MARTINS COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS 79/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, inciso V, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 estabelece que na execução dos contratos deva ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Robson Bento Martins, brasileiro, CPF nº 592.067.729-53, e-mail obras@sideropolis.sc.gov.br, telefone nº (48) 3435-8900, Almoxarife, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS 79/2020, cujo objeto é contratação de empresa especializada para serviços de reforma de eixo e polia fundida do britador excêntrico.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 8 de setembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP  
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 8 de setembro de 2020

## DECRETO Nº251/2020

Publicação Nº 2638889

DECRETO N.º 251 DE 8 DE SETEMBRO DE 2020

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2020 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HELIO ROBERTO CESA, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.352, de 11 de dezembro de 2019 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e,  
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;  
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos
CÓDIGO REDUZIDO	07	

Art. 2º A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, das dotações orçamentárias dos elementos de despesa abaixo designado:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.002	Receitas e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	05	

Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

Art. 3º Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2018/2021 – Lei Municipal nº. 2.243/2013 de 13 de Setembro de 2017, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2019 – Lei Municipal nº 2.345 de 23 de outubro de 2019 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2019 - Lei nº. 2.352, de 11 de dezembro de 2019, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

. Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 08 de setembro de 2020.

HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP  
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 08 de setembro de 2020.

## DECRETO Nº252/2020

Publicação Nº 2638903

DECRETO N.º 252 DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

NOMEIA ROBSON BENTO MARTINS COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PMS 80/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, inciso V, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 estabelece que na execução dos contratos deva ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado Robson Bento Martins, brasileiro, CPF nº 592.067.729-53, e-mail obras@sideropolis.sc.gov.br, telefone nº (48) 3435-8900, Almoxarife, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo PMS 80/2020, cujo objeto é Contratação de empresa especializada em fornecimento parcelado de material tipo "Areão" para manutenção dos serviços da Secretaria de Obras durante o exercício de 2020.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 9 de setembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP  
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 9 de setembro de 2020

## DECRETO Nº253/2020

Publicação Nº 2638912

DECRETO N.º 253 DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

NOMEIA ROSE MARA REIS COMO FISCAL DE CONTRATO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FMS Nº 40/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 51, inciso V, da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93;

CONSIDERANDO que o art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 estabelece que na execução dos contratos deve ser nomeado um representante da administração especialmente designado com a finalidade de fiscalização dos mesmos.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada Rose Mara Reis, brasileira, CPF nº 050.965.479-73, e-mail: saude@sideropolis.sc.gov.br, Assessor I, C2, telefone (48)3435-8900 e (48)99631-1864, para ocupar a função de Fiscal de Contrato, oriundo do Processo Administrativo FMS nº 40/2020, cujo objeto é contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços médicos de urgência e emergência, como forma de atender as demandas dos pacientes no Pronto Atendimento 24(vinte e quatro) horas do Município de Siderópolis, conforme cláusulas e condições previstas no Edital de Chamamento nº 22/2018.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 9 de setembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito

ESTER ZANETTE BARP  
Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 9 de setembro de 2020.

**DECRETO Nº254/2020**

Publicação Nº 2638918

DECRETO N.º 254 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

DEFINE CRITÉRIOS PARA A RETOMADA DO FUTEBOL RECREATIVO E REVOGA O ART. 9º DO DECRETO Nº 173, DE 30 DE JUNHO DE 2020.

O HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 6 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação do Coronavírus;

CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais e econômicas respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 464, de 3 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à COVID19;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação à evolução da pandemia no Estado, com a emissão da Portaria SES nº 664, de 3 de setembro de 2020, que definiu critérios para a retomada do futebol recreativo em todo o território catarinense,

**DECRETA**

Art. 1º O retorno do futebol recreativo se dará de forma gradual e monitorada, considerando a Avaliação do Risco Potencial para COVID-19, nos termos do estabelecido pelo Estado de Santa Catarina, nas regiões de saúde, obedecidos os seguintes critérios, conforme o Município se encontrar em situação de Risco Potencial Alto, Grave ou Gravíssimo:

I - se classificado como em Risco Potencial ALTO (representado pela cor amarela) na Avaliação de Risco Potencial para COVID-19: os jogos estão liberados em todos os dias da semana;

II - se classificado como em Risco Potencial GRAVE (representado pela cor laranja) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19: os jogos somente podem ocorrer em dias alternados;

III - se classificado como em Risco Potencial GRAVISSIMO (representado pela cor vermelha) na Avaliação de Risco Potencial ao COVID-19: os jogos ficam proibidos pelo período de tempo determinado pela Portaria SES nº 592 de 17/08/2020 e suas atualizações.

Art. 2º Deverão ser observadas as exigências constantes da Portaria SES nº. 664, de 3 de setembro de 2020, para o exercício da atividade de futebol recreativo.

Parágrafo único. As medidas previstas no caput deste artigo são complementares às outras normas sanitárias vigentes que se apliquem à atividade, devendo ser observadas regras mais ampliativas ou restritivas eventualmente impostas por normas e atos expedidos pelo Governo Federal ou Estadual.

Art. 3º A fiscalização será realizada, por parte do Município, pelo órgão da Vigilância Sanitária e Epidemiológica, bem como pelos agentes de Defesa Civil e agentes de fiscalização municipais, que ficam autorizados a agir na condição de autoridade de saúde em todo o território do Município, durante a vigência da pandemia da COVID-19.

Art. 4º Fica revogado o art. 9º do Decreto nº 173/20, de 30 de junho de 2020.

Art. 5º As autorizações previstas neste Decreto poderão ser revogadas a qualquer tempo diante da evolução da pandemia e seu impacto na rede de atenção à saúde.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 10 de setembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito

ESTER ZANETTE BARP

Secretária de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 10 de setembro de 2020.

**LEI Nº2.390/2020**

Publicação Nº 2638381

LEI Nº. 2.390/2020, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

**AMPLIA A ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O perímetro urbano do Município de Siderópolis fica ampliado com área de 200.000,00 m<sup>2</sup> (duzentos mil metros quadrados), conforme mapa, memorial descritivo anexo e descrição abaixo:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 1, situado no sentido Norte, de coordenadas UTM N 6.833.785,406 m. e E 646.724,336 m. referidas ao MC 51º WGr Sistema Geocêntrico SIRGAS 2000; deste, segue com azimute de 90º48'52" e distância de 406,37 m., confrontando com Gilio Moretto, ao Norte, até atingir o vértice 40, de coordenadas N 6.833.779,629 m. e E 647.130,667 m.; deste, segue com azimute de 99º20'05" e distância de 398,73 m., confrontando com Gilio Moretto, ao Norte, até atingir o vértice 39, de coordenadas N 6.833.714,955 m. e E 647.524,112 m.; deste, segue com azimute de 177º36'10" e distância de 8,22 m., confrontando com Rio Mãe Luzia, ao Leste, até atingir o vértice 38, de coordenadas N 6.833.706,741 m. e E 647.524,456 m.; deste, segue com azimute de 206º39'07" e distância de 16,20 m., confrontando com Rio Mãe Luzia, ao Leste, até atingir o vértice 37, de coordenadas N 6.833.692,258 m. e E 647.517,187 m.; deste, segue com azimute de 219º34'21" e distância de 21,71 m., confrontando com Rio Mãe Luzia, ao Leste, até atingir o vértice 36, de coordenadas N 6.833.675,524 m. e E 647.503,357 m.; deste, segue com azimute de 210º24'10" e distância de 58,60 m., confrontando com Rio Mãe Luzia, ao Leste, até atingir o vértice 35, de coordenadas N 6.833.624,979 m. e E 647.473,699 m.; deste, segue com azimute de 208º19'54" e distância de 32,36 m., confrontando com Rio Mãe Luzia, ao Leste, até atingir o vértice 34, de coordenadas N 6.833.596,492 m. e E 647.458,340 m.; deste, segue com azimute de 198º22'51" e distância de 98,60 m., confrontando com Rio Mãe Luzia, ao Leste, até atingir o vértice 33, de coordenadas N 6.833.502,924 m. e E 647.427,249 m.; deste, segue com azimute de 183º25'22" e distância de 46,96 m., confrontando com Rio Mãe Luzia, ao Leste, até atingir o vértice 32, de coordenadas N 6.833.456,043 m. e E 647.424,445 m.; deste, segue com azimute de 177º10'40" e distância de 46,12 m., confrontando com Rio Mãe Luzia, ao Leste, até atingir o vértice 31, de coordenadas N 6.833.409,975 m. e E 647.426,716 m.; deste, segue com azimute de 178º39'18" e distância de 46,93 m., confrontando com Rio Mãe Luzia, ao Leste, até atingir o vértice 30, de coordenadas N 6.833.363,060 m. e E 647.427,817 m.; deste, segue com azimute de 271º38'02" e distância de 515,31 m., confrontando com Armando Ghislandi, ao Sul, até atingir o vértice 29, de coordenadas N 6.833.377,754 m. e E 646.912,719 m.; deste, segue com azimute de 271º38'02" e distância de 44,43 m., confrontando com Armando Ghislandi, ao Sul, até atingir o vértice 28, de coordenadas N 6.833.379,021 m. e E 646.868,305 m.; deste, segue com azimute de 34º31'41" e distância de 9,87 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 27, de coordenadas N 6.833.387,153 m. e E 646.873,899 m.; deste, segue com azimute de 39º02'21" e distância de 28,91 m., confrontando neste trecho com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 26, de coordenadas N 6.833.409,611 m. e E 646.892,111 m.; deste, segue com azimute de 37º04'46" e distância de 18,83 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 25, de coordenadas N 6.833.424,634 m. e E 646.903,465 m.; deste, segue com azimute de 26º31'07" e distância de 30,06 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 24, de coordenadas N 6.833.451,536 m. e E 646.916,888 m.; deste, segue com azimute de 4º05'57" e distância de 17,52 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 23, de coordenadas N 6.833.469,012 m. e E 646.918,141 m.; deste, segue com azimute de 336º16'14" e distância de 20,73 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 22, de coordenadas N 6.833.487,988 m. e E 646.909,799 m.; deste, segue com azimute de 323º38'39" e distância de 17,01 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 21, de coordenadas N 6.833.501,683 m. e E 646.899,718 m.; deste, segue com azimute de 325º04'36" e distância de 10,60 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 20, de coordenadas N 6.833.510,375 m. e E 646.893,649 m.; deste, segue com azimute de 345º06'48" e distância de 8,95 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 19, de coordenadas N 6.833.519,027 m. e E 646.891,350 m.; deste, segue com azimute de 0º30'40" e distância de 5,83 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 18, de coordenadas N 6.833.524,861 m. e E 646.891,402 m.; deste, segue com azimute de 22º41'58" e distância de 16,99 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 17, de coordenadas N 6.833.540,537 m. e E 646.897,959 m.; deste, segue com azimute de 23º10'31" e distância de 19,41 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 16, de coordenadas N 6.833.558,382 m. e E 646.905,598 m.; deste, segue com azimute de 353º24'20" e distância de 27,87 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 15, de coordenadas N 6.833.586,072 m. e E 646.902,397 m.; deste, segue com azimute de 317º47'45" e distância de 27,05 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 14, de coordenadas N 6.833.606,110 m. e E 646.884,225 m.; deste, segue com azimute de 296º25'18" e distância de 24,58 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 13, de coordenadas N 6.833.617,048 m. e E 646.862,211 m.; deste, segue com azimute de 285º14'13" e distância de 18,33 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 12, de coordenadas N 6.833.621,865 m. e E 646.844,527 m.; deste, segue com azimute de 282º46'29" e distância de 20,96 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 11, de coordenadas N 6.833.626,500 m. e E 646.824,082 m.; deste, segue com azimute de 296º26'37" e distância de 10,75 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 10, de coordenadas N 6.833.631,287 m. e E 646.814,458 m.; deste, segue com azimute de 308º41'12" e distância de 9,24 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 9, de coordenadas N 6.833.637,062 m. e E 646.807,246 m.; deste, segue com azimute de 321º39'07" e distância de 14,98 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 8, de coordenadas N 6.833.648,812 m. e E 646.797,950 m.; deste, segue com azimute de 331º40'09" e distância de 27,58 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 7, de coordenadas N 6.833.673,085 m. e E 646.784,864 m.; deste, segue com azimute de 332º54'17" e distância de 24,82 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 6, de coordenadas N 6.833.695,185 m. e E 646.773,557 m.; deste, segue com azimute de 335º31'29" e distância de 28,20 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 5, de coordenadas N 6.833.720,847 m. e E 646.761,876 m.; deste, segue com azimute de 334º23'57" e distância de 23,59 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 4, de coordenadas N 6.833.742,119 m. e E 646.751,683 m.; deste, segue com azimute de 329º56'08" e distância de 19,79 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 3, de coordenadas N 6.833.759,248 m. e E

646.741,768 m.; deste, segue com azimuth de 325°49'25" e distância de 23,00 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 2, de coordenadas N 6.833.778,273 m. e E 646.728,851 m.; deste, segue com azimuth de 327°40'10" e distância de 8,44 m., confrontando com Estrada Geral Santo Antônio, ao Oeste, até atingir o vértice 1, de coordenadas N 6.833.785,406 m. e E 646.724,336 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 9 de setembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin,  
em 9 de setembro de 2020.

## LEI Nº2.391/2020

Publicação Nº 2638384

LEI Nº. 2.391/2020, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2020 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a suplementar no Orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), conforme abaixo discriminado:

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infraestrutura e Mobilidade Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infraestrutura Urbana
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	116	

VALOR: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 2º A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados.

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5.000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO	05	

VALOR: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 9 de setembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin,  
em 9 de setembro de 2020.

## LEI Nº2.392/2020

Publicação Nº 2638389

LEI Nº. 2.392/2020, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020

AMPLIA A ÁREA DO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município de Siderópolis, que a Câmara Municipal aprovou e foi sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º O perímetro urbano do Município de Siderópolis, na localidade de Jordão Baixo, fica ampliado, com área de 39.880,00m<sup>2</sup> (trinta e nove mil e oitocentos e oitenta metros quadrados), conforme mapa e memorial descritivo anexo e descrição abaixo:

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice 01, situado no sentido Norte, confrontando com o bordo da Estrada Geral, de coordenadas UTM N 6.837.697,108 m. e E 646.997,335 m., referidas ao MC. 51° WGr Sistema Geocêntrico SIRGAS 2000; deste, segue com azimute de 78°05'07", e distância de 225,78 m., confrontando com Salete Cecconi Botini ao Nordeste, até atingir o vértice 02, de coordenadas N 6.837.743,721 m. e E 647.218,248 m.; deste, segue com azimute de 180°31'50" e distância de 337,42 m., confrontando com Jairo Goulart, numa linha a Sudoeste, até atingir o vértice 03, de coordenadas N 6.837.406,315 m. e E 647.215,123 m., deste, segue com azimute de 320°32'52" e distância de 122,88 m., confrontando com a Estrada Geral numa linha a Noroeste, até atingir o vértice 04, de coordenadas N 6.837.501,201 m. e E 647.137,038 m.; deste, segue com azimute de 324°33'29" e distância 61,75 m., confrontando com a Estrada Geral numa linha a Noroeste, até atingir o vértice 05, de coordenadas N 6.837.551,511 m., e E 647.101,229 m.; deste, segue com azimute de 323°06'02" e distância de 84,20 m., confrontando com a Estrada Geral numa linha a Noroeste, até atingir o vértice 06, de coordenadas N 6.837.618,841 m. e E 647.050,672 m.; deste, segue com azimute de 325°43'27" e distância de 94,71 m., confrontando com a Estrada Geral numa linha a Noroeste, até atingir o vértice 01, de coordenadas N 6.837.697,108 m. e E 646.997,335 m.; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin  
Em, 9 de setembro de 2020.

HÉLIO ROBERTO CESA  
Prefeito

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal Antônio Feltrin,  
em 9 de setembro de 2020.

## PMS 76/2020 ERRATA

Publicação Nº 2638241

MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS  
EDITAL PMS Nº 76/2020  
TOMADA DE PREÇOS Nº PMS Nº 14/2020  
ERRATA

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de serviços com fornecimento de materiais para revitalização da iluminação pública com postes ornamentais e iluminação de LED na Avenida Municipal, Avenida 19 de Dezembro, Avenida Dom Luiz Orione e Praça Matriz de Siderópolis, de acordo com as especificações constante no Projeto Básico/Executivo.

O Município de Siderópolis comunica aos interessados que fica suprimida a exigência contida no item 5.5 "a" (p. 13) do Projeto Básico, referente ao prazo designado para apresentação de amostras. As disposições contidas no Edital mantem-se inalteradas. Informações: (48) 3435-8900 ou [licitação@sideropolis.sc.gov.br](mailto:licitação@sideropolis.sc.gov.br).  
Siderópolis, 10 de setembro de 2020.

HELIO ROBERTO CESA  
Prefeito Municipal

**TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1/2020**

Publicação Nº 2639425

**TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 1/2020**

Termo de Cessão de Uso de imóvel que entre si fazem a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE E O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, pessoa jurídica de direito privado, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 83.706.242/0001-22, com sede na Rua Diomicio Freitas, 79, Centro, Siderópolis/SC, neste ato representado pelo seu representante legal CREMENSON CESAR DOS SANTOS, inscrito no CPF/MF nº 009.269.479-90, denominado CEDENTE, e o MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS, através do Fundo Municipal de Saúde, com sede na Rua Presidente Dutra, 01, Centro, Siderópolis/SC, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.270.545/0001-34, aqui representado por seu Prefeito, Sr. Hélio Roberto Cesa, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº 415.499.109-49, CI nº. 967.298, residente e domiciliado na Rua Jorge Lacerda, 249, Centro, Siderópolis/SC, adiante designado CESSIONÁRIO, tem justo e contratado o que segue, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

É objeto deste Termo a cessão gratuita do direito de uso de um imóvel urbano com área de 220,00m² (duzentos e vinte metros quadrados), registrado sob matrícula nº 9.321, no 2º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Criciúma, localizado na Rua Diomicio Freitas, 79, bairro Centro, no Município de Siderópolis/SC, Comarca de Criciúma – SC, assim confrontado: Norte, 49,40 metros, com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis; Sul, com 34,65 metros, com terras da Prefeitura Municipal de Siderópolis; leste, 39,00 metros, com terras de particulares e a oeste, 36,00 metros, com a Rua Diomício Freitas, para instalação do Centro de Triagem COVID-19.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS BENS**

- a) O CESSIONÁRIO deverá manter o bem em perfeito estado de conservação, bem como, utiliza-lo exclusivamente no fim e na forma estabelecida na Cláusula Primeira deste Termo de Cessão de Uso;
- b) O CESSIONÁRIO compromete-se, ainda, a devolver à CEDENTE o bem especificado na Cláusula Primeira nas mesmas condições de uso, conforme laudo de vistoria anexo, a partir da data de extinção do presente instrumento.
- c) O imóvel será cedido sem ônus ao CESSIONÁRIO que se compromete a efetuar o pagamento das faturas de água e energia elétrica do imóvel objeto deste termo de cessão de uso.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E RESCISÃO**

A vigência do presente instrumento, a partir da sua assinatura, encerrar-se-á aos 31 (trinta e um) dias do mês de dezembro de 2020, podendo ser renovado por iguais períodos, desde que haja interesse das partes, mediante termos aditivos.

O presente termo poderá ser rescindido à qualquer tempo, desde que haja interesse das partes, ou unilateralmente, quando uma das partes tiver interesse, desde que notifique previamente a outra com antecedência de 30 (trinta) dias, por escrito.

**CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

Para eficácia, o CESSIONÁRIO promoverá a publicação do termo de cessão de uso no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

**CLÁUSULA QUINTA – FORO**

As partes elegem o foro da Comarca de Criciúma/SC, negando qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os conflitos emergentes deste termo. E assim, as partes firmam o presente instrumento em 3(três) vias de igual teor e forma.

Siderópolis, 23 de julho de 2020. .

HELIO ROBERTO CESA CREMENSON CESAR DOS SANTOS  
PREFEITO PRESIDENTE DA APAE  
CESSIONÁRIO CEDENTE

# Sombrio

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 28/2020

Publicação Nº 2638297

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2020

OBJETO: A presente ata tem por objeto o registro de preços para futura aquisição de areia para aterro e transporte de cargas de areia e material britado com caminhão basculante, conforme discriminado no Termo de Referência, especificados no item 1 e subitens do Termo de Referência, Anexo I do edital de Pregão Presencial nº 60/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: EMPREITEIRA DE MAO DE OBRA E ATERROS RUA NOVA LTDA ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ R\$ 604.000,00

Processo Licitatório nº 060/2020 – Pregão Presencial.

Sombrio, 01 de setembro de 2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 29/2020

Publicação Nº 2638325

MUNICIPIO DE SOMBRIO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2020

OBJETO: A presente ata tem por objeto registrar preços no intuito de selecionar a proposta mais vantajosa para futura(s) e eventual(is) prestação de serviços continuados de manutenção em máquinas pesadas, caminhões, carretas e implementos agrícolas e afins, por demanda, com fornecimento de peças de reposição e acessórios originais, genuínos ou similares da frota municipal, conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I) e demais condições do edital de Pregão Presencial nº 61/2020, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: G. APARECIDA BORGES TEIXEIRA ME

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ R\$ 1.044.283,70

Processo Licitatório nº 061/2020 – Pregão Presencial.

Sombrio, 01 de setembro de 2020

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

### AUDIENCIA PUBLICA

Publicação Nº 2638500

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO e LOA 2021

O Município de Sombrio, através da Secretaria de Finanças, Convida a todos para a Audiência Pública de apresentação da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária – LOA, para o Exercício de 2021, a realizar-se no dia 15 de setembro de 2020 às 11h00min no Auditório da Prefeitura Municipal, Avenida Nereu Ramos nº 31 – Centro – Sombrio/SC.

Considerando a necessidade de adoção de medidas preventivas para combater a propagação do vírus Covid-19, a Prefeitura Municipal de Sombrio tomará todas as medidas necessárias para que o espaço onde acontecerá a Audiência Pública seja seguro para todos os presentes, garantindo a devida marcação de distância entre os assentos a serem ocupados, disponibilizando álcool gel em na entrada, bem como promovendo a devida limpeza e ventilação do espaço.

Sombrio (SC), 10 de Setembro de 2021.

Zênio Cardoso

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 155/2020**

Publicação Nº 2638504

DECRETO Nº 155 DE 03 DE SETEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO – SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC, senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio - SC, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº. 2464, de 12 de dezembro 2019, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.220.000,00 (Um milhão, duzentos e vinte mil reais), na seguintes dotações orçamentárias:

04.00 – SEC MUN DE OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS

1.012 – Pavimentação de Vias Públicas

4.4.90.00.00.00.00.00.0091(261) – Aplicações Diretas ..... R\$ 220.000,00

2.057 - Manutenção da Rede Viária Municipal

3.3.90.00.00.00.00.00.0637(296) – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do excesso de arrecadação da fonte 91 – Alienação de bens e Fonte 637 – Convênio com Estado.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 03 de setembro de 2020.

Zênio Cardoso  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário  
Secretário Municipal de Finanças e Administração

**PUBLICAÇÃO P.P 010/2020-FMS**

Publicação Nº 2638294

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOMBRIO - AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2020-FMS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2020-FMS - REGISTRO DE PREÇOS - Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objetivo registrar preços com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa visando a futura contratação de empresa especializada na realização de exames de Mamografia para atender às pacientes da Rede Municipal de Saúde, conforme as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) e demais condições constantes no edital. Base Legal: Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 011 de 02 de fevereiro de 2015, Lei complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº 017, de 28 de janeiro de 2020, Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, da Portaria nº. 1286/93 do Ministério da Saúde, Lei Federal nº 8.078 de 11 de novembro de 1990 e subsidiariamente Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993. Entrega e Abertura dos Envelopes: Os envelopes deverão ser protocolados até às 09h00min do dia 23 de setembro de 2020, com início do credenciamento e abertura marcada para às 09h00min do dia 24 de setembro de 2020. O Edital e maiores informações no Setor de Licitações na Prefeitura Municipal, sito à Av. Nereu Ramos, nº 31, Centro de Sombrio/SC, no horário de atendimento das 07h00min às 13h00min, de segunda à sexta-feira, através do e-mail: [licita.sombrio@gmail.com](mailto:licita.sombrio@gmail.com) ou pelo telefone: (48) 3533-5225. Sombrio/SC, 10 de setembro de 2020. Dângelo da Silva Santos - Secretário Municipal de Saúde.

# Tangará

## PREFEITURA

### ATA LEILÃO 001.2020

Publicação Nº 2639068

#### ATA EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2020 LEILÃO Nº001/2020

Aos oito dias do mês de setembro de 2.020, às 10h00min reuniram-se na sala de licitações, segundo andar da Prefeitura Municipal, sito na Avenida Irmãos Piccoli, 267, Centro, Tangará/SC para abertura do leilão nº 001/2020. Aberta a sessão e verificada a presença dos lançadores e leilão online através de data show, passa-se para a primeira fase com a abertura dos lances presenciais e online. Para o lote 01 arrematante Sra. Vanusa Corrêa Muller, inscrito no CPF nº 753.133.249-34, pelo valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); Para o lote 02 arrematante Sra. Vanessa Oliveira da Rocha, inscrito no CPF nº 100.048.169-78, pelo valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais); Para o lote 03 arrematante Sra. Andréia Maria Mohr, inscrito no CPF nº 041.617.199-06, pelo valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); Para o lote 04 arrematante Sr. Antonio Dario, inscrito no CPF nº 899.962.249-53, pelo valor de R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais); Para o lote 05 arrematante Sr. Odei José da Silva, inscrito no CPF nº 690.485.841-91, pelo valor de R\$ 74.000,00 (setenta e quatro mil reais); Para o lote 06 arrematante Sra. Priscila Rodrigues Porto Pereira, inscrito no CPF nº 317.131.218-24, pelo valor de R\$ 4.650,00 (quatro mil seiscentos e cinquenta reais); Para o lote 7 arrematante Sr. Altamir Marcelo Zimmermann, inscrito no CPF nº 461.260.150-53, pelo valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais); Para o lote 8 arrematante Sr. Andreilino Correa Filho, inscrito no CPF nº 037.092.949-75, pelo valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais); Para o lote 9 arrematante Sr. Francisco Adolar Werner, inscrito no CPF nº 804.011.399-72, pelo valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais); Para o lote 10 arrematante Sr. Helvio Barros Leite, inscrito no CPF nº 642.771.008-72, pelo valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) e para o lote 11 arrematante a empresa Ana Carla Silvy Me, inscrito no CNPJ nº 35.989.820/0001-32, pelo valor de R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais). Nada mais havendo encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata.

Tangará, 08 de Setembro de 2020.

Portaria Municipal n.º 454/2020

Leiloeira

Cristiane Piccinin

### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020 DE 05 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638944

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2020 DE 05 DE SETEMBRO DE 2020

ESTABELECE NORMAS PARA A CHAMADA PÚBLICA DESTINADA A PROVER VAGAS TEMPORÁRIAS DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE ÓRGÃOS MUNICIPAIS, DO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará/SC, no uso de suas atribuições e tendo por base a Lei Municipal n.º 1.556, de 22/05/2002, e demais dispositivos legais pertinentes à matéria, baixa este Edital para contratação de servidores para órgãos do Município e do Hospital Municipal Frei Rogério, em caráter temporário de excepcional interesse público, com inscrições até a data de 25 de setembro de 2020, e contratação conforme a necessidade e conveniência do interesse público, e;

Considerando que em alguns cargos da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação e na Autarquia Municipal Hospital Frei Rogério, não houve aprovados e em outros sequer houve inscritos nos concursos e processos seletivos realizados anteriormente;

Considerando a consequente necessidade temporária de excepcional interesse público para provimento de vagas no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação e da autarquia Hospital Municipal Frei Rogério;

Considerando que a saúde é um direito constitucional, cabendo ao Município garantir a continuidade da prestação desses serviços essenciais à população, torna público os procedimentos para a CHAMADA PÚBLICA de diversos cargos, destinados ao provimento de vagas temporárias o quadro geral do Município, especificamente para a Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação e para a Autarquia Municipal Hospital Frei Rogério.

#### I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Os candidatos habilitados e classificados neste processo serão regidos pelo regime administrativo e serão filiados ao Regime Geral da Previdência Social – RGPS, como contribuinte obrigatório do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e do contido na Lei Municipal nº 1.556/2002, e da Lei Complementar Municipal n.º 060/2012, 57/2012, 073/2014, 078/2014, 092/2017 e 20/2003 e as alterações que houver.

#### II - DOS CARGOS, DAS VAGAS, DOS REQUISITOS, DA CARGA HORÁRIA E DO VENCIMENTO MENSAL:

a) Hospital Municipal Frei Rogério

Cargo	Remuneração	Carga horária semanal	Vagas	Requisitos para provimento
Farmacêutico	R\$ 1.477,43	20 h	1	Ensino Superior completo em farmácia com registro no respectivo Conselho Regional

## b) Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação

Cargo	Vagas	Remuneração	Carga Horária Semanal	Requisitos para Provimento
Agente Comunitário Saúde PSF (*)	2	R\$ 1.470,07	40 horas	I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público; II - haver concluído o ensino fundamental.
Farmacêutico NASF	1	R\$ 1.476,95	20 horas	Ensino Superior completo em farmácia com registro no respectivo Conselho Regional

## AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA I

Area	M.A	Vagas	Ruas/Linha/Comunidade
III	21	1	Avenida Irmãos Piccoli, Ruas: Faustino Nardi, Francisco Nardi, Julio Fuganti, Padre Fridmundo, Ricardo Martarello, Rio de Janeiro
III	22	1	Linhas: Avícola, Caravaginho, Lourdes, Passo da Felicidade

(\*) Agente Comunitário de Saúde – Área/Microárea de atuação - (M.A):

## III - DATA E LOCAL

3.2 A data determinada para a inscrição na Chamada Pública para os cargos acima referidos será de 10 de setembro de 2020 até 25 de setembro de 2020, das 08h00min às 12h00h e das 13h30min às 17h30min, no setor de protocolo junto à Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças, sito à Av. Irmãos Piccoli, n.º 276, Centro, em Tangará/SC, ou através do e-mail [processoseletivo@tangara.sc.gov.br](mailto:processoseletivo@tangara.sc.gov.br).

## IV - DA CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS

4.1. O resultado será divulgado na data de 30 de setembro de 2020, e, em seguida os candidatos aprovados serão convocados por ordem crescente da classificação, conforme a necessidade.

4.2. A convocação para contratação será feita via contato telefônico, ou via correio eletrônico, Diário Oficial dos Municípios (disponível no site [www.tangara.sc.gov.br](http://www.tangara.sc.gov.br)) e pelos demais meios oficiais da Prefeitura Municipal de Tangará/SC.

## V – PROCEDIMENTOS

5.1. A documentação abaixo relacionada deverá ser apresentada no local indicado no item 3.2, em envelope lacrado e devidamente identificado, ou encaminhados através do e-mail indicado no item 3.2:

- a) Cópias dos documentos pessoais (Cédula de Identidade e CPF);
- b) Comprovante de tempo de serviço público na área de atuação do cargo pretendido; (se possuir); Até a data limite de 09/09/2020 – contendo o cargo exercido, anos, meses e dias trabalhados em papel timbrado e assinatura do responsável.
- c) Anexo I e II preenchidos e assinados;

## VI – CLASSIFICAÇÃO

6.1 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios de classificação:

Farmacêutico (Hospital e NASF).

- a) Maior Escolaridade
- b) Maior tempo de serviço público na área de atuação do cargo pretendido.

Agente Comunitário de Saúde.

- a) Maior escolaridade;
- b) Maior tempo de serviço público.

6.2 Havendo dois ou mais candidatos empatados após as análises dos critérios do item 6.1 do Edital, terão preferência os que tiverem maior idade, e, persistindo a igualdade, precederá o sorteio entre os mesmos.

## VII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por ocasião da contratação deverão ser apresentadas cópias dos seguintes documentos:

- CPF;
- Título de Eleitor;
- Carteira de Identidade RG;
- Carteira de Trabalho CTPS;
- Comprovante de residência;
- Certificado de Escolaridade ou Diploma;
- Histórico Escolar;
- Registro Profissional (Carteira do Conselho de Classe ou Órgão da Categoria);
- Certificado Militar (se homem);
- Declaração de Não Acumulação de Cargo (Caso haja o acúmulo, apresentar Certidão do Órgão Empregador, contendo o Regime Jurídico, a carga horária e o horário de trabalho, com firma reconhecida);
- 1 Foto 3X4 recente;
- Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 18 Anos;
- Certidão Negativa de antecedentes criminais da esfera federal, estadual e da Comarca onde reside;
- Certidão Negativa de débitos Municipais;
- Comprovante de quitação eleitoral;
- Exame admissional;
- Declaração de Bens.

Para efeito da contratação fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico admissional segundo a natureza e especificidade da função, respectiva área de atuação e à apresentação, no prazo legal, dos documentos que lhe foram exigidos.

Caberá ao Prefeito Municipal a homologação dos resultados deste Processo.

Para que não se alegue ignorância, faz baixar o presente Edital que será afixado no mural do Paço Municipal, e no site oficial do município <http://www.tangara.sc.gov.br>.

Tangará/SC, em 09 de setembro de 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### ANEXO I FICHA DE INSCRIÇÃO PARA TESTE SELETIVO N.º 003/2020

Nome:		
Nome da Mãe:		
RG nº	CPF nº	Título de Eleitor nº:
Endereço Completo:		
Cidade:		Estado:
E-MAIL:		
Telefone Residencial nº:	Telefone Celular nº:	
Cargo:		

Tangará/SC, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_ DE 2020.

### ASSINATURA DO CANDIDATO

Inscrição nº:
Portador de Necessidade Especial ( ) sim ( ) não Qual? _____ CID _____

Você é mãe recentemente e precisa amamentar seu filho.

( ) sim ( ) não

Necessidade a ser atendida na aplicação da Prova:

Responsável pela informação:

Data:

Assinatura do responsável:

## ANEXO II

### TERMO DE CONCORDÂNCIA

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que me submeto a todas as condições estabelecidas no Edital nº 003/2020 do Processo Seletivo para Contratação de servidores junto ao Município de Tangará/SC.

Tangará/SC, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

ASSINATURA DO CANDIDATO

## LEI Nº 2.514, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020. "DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA

Publicação Nº 2638921

LEI Nº 2.514, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA."

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no artigo 167, inciso II, da Constituição Federal; no artigo 41, inciso I, da Lei nº 4.320/64; e de conformidade com a Lei nº 2.483/19; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o poder executivo autorizado a anular, do atual orçamento do Município de Tangará o valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais) nas dotações abaixo especificadas.

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação 3.1.90.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 23.000,00

Art. 2º. Com o produto da anulação fica o poder executivo autorizado a abrir crédito adicional especial, no atual orçamento do Município de Tangará no valor de R\$ 23.000,00 (Vinte e três mil reais) nas dotações abaixo especificadas.

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Atividade 2003

Modalidade de Aplicação 3.3.93.00.00.0149 Aplicações Diretas ..... R\$ 23.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 09 DE SETEMBRO DE 2020.

NADIR BAU DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

## LEI Nº 2.515, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020. "INSTITUI O REGIME DE ADIANTAMENTO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS, BEM COMO NORMATIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO

Publicação Nº 2638925

LEI Nº 2.515, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"INSTITUI O REGIME DE ADIANTAMENTO E RESSARCIMENTO DE DESPESAS, BEM COMO NORMATIZA O PAGAMENTO DE DESPESAS DE PRONTO ATENDIMENTO".

NADIR BAU DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 68 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. O regime de adiantamento e ressarcimento é aplicável aos casos de despesas expressamente definidos em lei e consiste na entrega de numerário a servidor, agente político ou membro de conselhos, sempre precedida de empenho na dotação própria, a fim de realizar as despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Caracterizam-se como despesas de pronto atendimento aquelas não abrangidas na Lei 1.894, de 20 de maio de 2009 (Fixa o valor de diárias para o Prefeito e demais Servidores), tais como despesas de deslocamento do servidor, alimentação, manutenção do veículo, passagem rodoviária ou aérea e hospedagem.

Art. 3º. A concessão de adiantamento ou ressarcimento se dará mediante requisição específica que indicará:

I – assinatura da autoridade competente;

II – nome, cargo ou função do requisitante;

III – a importância a entregar e o fim a que se destina;

Art. 4º. O valores de que trata os arts. 1º e 2º serão depositados em conta bancária individualizada e vinculada, movimentada por ordem de pagamento nominal ao servidor.

Paragrafo único. O valor máximo para depósito na conta individualizada e vinculada será de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), podendo ser atualizado, pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo, mediante Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º. A prestação de contas deverá ocorrer mediante a apresentação do roteiro de viagem, com apresentação do relatório, por escrito, comprobatório do deslocamento, em no máximo três dias úteis do seu retorno, na forma do ANEXO I da presente lei.

Paragrafo único. Constituem comprovantes regulares da despesa pública a nota fiscal, relatório resumo de viagem, bilhete de passagem, ticket pedágio e outros.

Art. 6º. Serão restituídos pelo servidor à conta do adiantamento e ressarcimento, em no máximo três dias úteis, contados da data de retorno da viagem, os valores recebidos em excesso para atender despesas decorrentes desta lei.

Art. 7º. O pagamento de despesas e passagens de que trata esta lei, para participação de servidores, agentes políticos e membros de conselhos em eventos como cursos, seminários, palestras, conferências, reuniões e assemelhados, somente é possível quando relacionado com o desenvolvimento de suas atividades, mediante exposição de motivos fundamentada, apresentada pelo titular do órgão, com autorização do Chefe do Poder Executivo.

Art. 8º. A conta de que trata o art. 4º será movimentada por servidor efetivo nomeado por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

Paragrafo único. O servidor responsável deverá, no prazo máximo de 50 (cinquenta) dias, efetuar a prestação de contas à administração do valor da parcela adiantada, vedada a prestação cumulada de mais de um adiantamento.

Art. 9º. Ficam revogadas as Leis nº 1.502, de 29 de agosto de 2001 e 2.422, de 20 de novembro de 2018.

Art. 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 09 DE SETEMBRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO/RESSARCIMENTO DE DESPESAS

FAVORECIDO: \_\_\_\_\_

CARGO/FUNÇÃO: \_\_\_\_\_

NATUREZA DA DESPESA: \_\_\_\_\_

VIAGEM: CARRO PRÓPRIO ( )

CARRO OFICIAL ( )

ÔNIBUS ( )

MOTIVO DA VIAGEM:

Em casos de participação em cursos, simpósios, seminários, reuniões e etc deverá ser anexado cópia do programa ou comprovante de participação.

VALOR DAS DESPESAS: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

TANGARÁ/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**LEI Nº 2.516, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020. "ALTERA O ART. 6º DA LEI Nº 2.488, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 2638933

LEI Nº 2.516, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"ALTERA O ART. 6º DA LEI Nº 2.488, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 6º da Lei nº 2.488, de 17 de dezembro de 2019, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. O Município de Tangará subsidiará, diante da previsão orçamentária, até 50 (cinquenta) unidades mensais de Aluguel Social."

Art. 10º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 09 DE SETEMBRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 2.517, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020. "DENOMINA PONTE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

Publicação Nº 2638938

LEI Nº 2.517, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

"DENOMINA PONTE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a nova ponte, sobre o Rio Bonito, localizada na Linha Perotto, neste Município de Tangará/SC, de PONTE JOÃOZINHO DA CASTELHANA.

Art. 2º A administração municipal promoverá a afixação de placas identificativas no local.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 09 DE SETEMBRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**LEI Nº 2.518, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020 "DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL QUE ESPECIFICA"**

Publicação Nº 2638939

LEI Nº 2.518, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL QUE ESPECIFICA".

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município; Faz saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica anulada a importância de R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais) na seguinte dotação orçamentária do atual orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Projeto 1001

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.0400 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.360,00

Art. 2º. Com o produto da anulação acima fica aberto o Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 3.360,00 (três mil trezentos e sessenta reais) na seguinte dotação do atual orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Projeto 2001

Modalidade de Aplicação: 3.3.93.00.00.0400 - Aplicações Diretas ..... R\$ 3.360,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus jurídicos e econômicos efeitos a partir de 01 de julho de 2020.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 09 DE SETEMBRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

## **PORTARIA Nº 514, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 2638940

PORTARIA Nº 514, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso IV, da Lei n. 8.666/93 c/c o art. 6º do Decreto Municipal nº 122/2020. RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para aquisição de ferragens para parabólica pertencente ao Hospital Municipal Frei Rogério à qual foi danificada pelo tornado do dia 14/08 no Município de Tangará/SC, no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), da empresa VANDERLEI SLONGO ME, CNPJ nº 02.464.990/0001-44, conforme determina o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93 c/c o art. 6º do Decreto Municipal nº 122/2020.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 10 DE SETEMBRO DE 2020.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

# ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020

Publicação Nº 2639527

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

## ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Tangará  
 Prefeitura Municipal de Tangará  
 Prefeitura Municipal de Tangará

Pregão Eletrônico nº 93/2020

Às 14:01 do dia 10/09/2020, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o registro de preço a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CALHAS E MÃO-DE-OBRA RELACIONADA ÀS MESMAS, PARA TODAS ÀS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO E AO HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

Inicialmente, o pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lances e dado prosseguimento aos demais tramites do processo, até sua fase de homologação.

### Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
25/08/2020 17:17	26/08/2020 14:00	04/09/2020 14:00	10/09/2020 14:00	10/09/2020 14:01

### Lotes Licitados

Lote	Item	Descrição	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001		LOTE 1				
	0001	Mão de Obra Para Adaptação, Consertos e Serviços Relacionados A Calhas.	80,00	1.000	HR	Adjudicado
	0002	Calha de Beiral Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Desenvolvimento 25cm - Incluso Material e Mão de Obra	27,00	1.000	M	Adjudicado
	0003	Calha de Beiral Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Desenvolvimento 30cm - Incluso Material e Mão de Obra	30,00	1.000	M	Adjudicado
	0004	Calha de Beiral Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Desenvolvimento 33cm - Incluso Material e Mão de Obra	35,00	1.000	M	Adjudicado
	0005	Calha de Beiral Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Desenvolvimento 40cm - Incluso Material e Mão de Obra	42,00	1.000	M	Adjudicado
	0006	Calha Interna Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Desenvolvimento 50cm - Incluso Material e Mão de Obra	51,00	1.000	M	Adjudicado
	0007	Calha Interna Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Desenvolvimento 60cm - Incluso Material e Mão de Obra	62,00	1.000	M	Adjudicado
	0008	Calha Interna Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Desenvolvimento 70cm - Incluso Material e Mão de Obra	72,00	1.000	M	Adjudicado
	0009	Rufo Interno Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Corte de 20cm - Incluso Material e Mão de Obra	23,00	1.250	M	Adjudicado
	0010	Rufo Interno Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Corte de 25cm - Incluso Material e Mão de Obra	30,00	1.250	M	Adjudicado
	0011	Rufo Interno Em Chapa de Aço Galvanizado 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Corte de 30cm - Incluso Material e Mão de Obra	33,00	1.250	M	Adjudicado
	0012	Rufo de Fechamento Em Chapa Galvanizada 0,50mm Com Revestimento Z-275, Em Platibanda de Telha Trapezoidal, Com Vedação Resistente A Intérperes do Tempo e Recorte Conforme O Desenho da Telha (encaixe), Sendo Todos Os Encaixes Parafusado...(conforme Edital)	35,00	600	M	Adjudicado
	0013	13 Rufo de Fechamento Em Chapa Galvanizada 0,50mm Com Revestimento Z-275, Em Platibanda de Telha Trapezoidal, Com Vedação Resistente A Intérperes do Tempo e Recorte Conforme O Desenho da Telha (encaixe), Sendo Todos Os Encaixes Parafus...(conforme Edital)	45,00	600	M	Adjudicado
	0014	Rufo de Capa Com Pingadeira Em Chapa Galvanizada 0,50mm Revestimento Z-275, Com Corte de 25cm, Incluso Material e Mão de Obra	30,00	600	M	Adjudicado
	0015	Rufo de Capa Com Pingadeira Em Chapa Galvanizada 0,50mm Revestimento Z-275, Com Corte de 30cm, Incluso Material e Mão de Obra	33,00	600	M	Adjudicado
	0016	Rufo de Capa Com Pingadeira Em Chapa Galvanizada 0,50mm Revestimento Z-275, Com Corte de 40cm, Incluso Material e Mão de Obra	42,00	600	M	Adjudicado
	0017	Água Furtada Em Chapa Galvanizada 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Com Corte de 50cm, Incluso Material e Mão de Obra	51,00	600	M	Adjudicado
	0018	Água Furtada Em Chapa Galvanizada 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Com Corte de 60cm, Incluso Material e Mão de Obra	61,00	600	M	Adjudicado
	0019	Cumeeira Em Chapa Galvanizada 0,50mm, Com Revestimento Z-275, Incluso Material e Mão de Obra	52,00	600	M	Adjudicado
	0020	Suporte Metálico Para Calha de Beiral	5,00	180	UN	Adjudicado
	0021	Pingadeira Em Chapa Galvanizada 0,50mm, Revestimento Z-275, Corte 28cm, Incluso Material e Mão de Obra	31,00	600	M	Adjudicado
	0022	Pingadeira Em Chapa Galvanizada 0,50mm, Revestimento Z-275, Corte 33cm, Incluso Material e Mão de Obra	34,00	600	M	Adjudicado
	0023	Chapa de Aço Galvanizado Para Arremates e Rufos de Dimensões, Incluso Material e Mão de Obra	100,00	180	M²	Adjudicado

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

1/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

Lote	Item	Descrição	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
	0024	Condutor de Água Pluvial Pvc 50mm	6,00	1.200	M	Adjudicado
	0025	Condutor de Água Pluvial Pvc 75mm	8,00	1.200	M	Adjudicado
	0026	Condutor de Água Pluvial Pvc 100mm	9,00	1.200	M	Adjudicado
	0027	Joelho Pvc 50mm	3,00	150	UN	Adjudicado
	0028	Joelho Pvc 75mm	4,50	150	UN	Adjudicado
	0029	Joelho Pvc 100mm	6,00	150	UN	Adjudicado
	0030	Luva Pvc 50mm	4,00	150	UN	Adjudicado
	0031	Luva Pvc 75mm	6,00	150	UN	Adjudicado
	0032	Luva Pvc 100mm	7,00	150	UN	Adjudicado
	0033	Tê de Pvc 50mm	6,00	150	UN	Adjudicado
	0034	Tê de Pvc 75mm	10,00	150	UN	Adjudicado
	0035	Tê de Pvc 100mm	12,00	150	UN	Adjudicado
	0036	Anel de Borracha 50mm	1,50	150	UN	Adjudicado
	0037	Anel de Borracha 75mm	2,50	150	UN	Adjudicado
	0038	Anel de Borracha 100mm	3,00	150	UN	Adjudicado
	0039	Abraçadeira Para Condutores de 50mm	2,00	150	UN	Adjudicado
	0040	Abraçadeira Para Condutores de 75mm	2,00	150	UN	Adjudicado
	0041	Abraçadeira Para Condutores de 100mm	2,00	150	UN	Adjudicado
	0042	Silicone Selante (tubo)	25,00	150	UN	Adjudicado
	0043	Parafuso Brocante Trax 10-16x3/4	0,50	210	UN	Adjudicado
	0044	Parafuso Brocante Trax 12-14x7/8 Costura	0,50	210	UN	Adjudicado
	0045	Rebite de Repuxo 3,2 X 10	0,20	300	UN	Adjudicado
	0046	Serviço de Vedação de Rufos e Calhas Com Silicone	10,00	1.200	M	Adjudicado
VALOR TOTAL ESTIMADO			828.145,00			

## Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
25/08/2020	EDITAL PR ELETRÔNICO 02.pdf
09/09/2020	Relação dos Itens da Licitação PE 02.2020.pdf

## Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
10/09/2020 - 14:32	Negociação aberta para o processo 93/2020	Você recebeu um novo pedido de negociação no lote 1 do processo 93/2020. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
10/09/2020 - 14:32	Agendamento da data limite da fase de negociação	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 10/09/2020 às 16:32.

## Vencedores

Lote	Item	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/Fabricante	Melhor Lance	Valor Total
0001		LOTE 1					
	0001	MÃO DE OBRA PARA ADAPTAÇÃO, CONCERTOS E SERVIÇOS RELACIONADOS A CALHAS. CALHA DE BEIRAL EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 25CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		MÃO DE OBRA	MARCA PRÓPRIA	80,00	80.000,00
	0002	CALHA DE BEIRAL EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 30CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		CALHA DE BEIRAL	MARCA PRÓPRIA	26,00	26.000,00
	0003	CALHA DE BEIRAL EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 30CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		CALHA DE BEIRAL	MARCA PRÓPRIA	30,00	30.000,00
	0004	CALHA DE BEIRAL EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 33CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		CALHA DE BEIRAL	MARCA PRÓPRIA	35,00	35.000,00
	0005	CALHA DE BEIRAL EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 40CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		CALHA DE BEIRAL	MARCA PRÓPRIA	42,00	42.000,00
	0006	CALHA INTERNA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 50CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		CALHA INTERNA	MARCA PRÓPRIA	51,00	51.000,00

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

2/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

Lote	Item	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/Fabricante	Melhor Lance	Valor Total
	0007	CALHA INTERNA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 60CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		CALHA INTERNA	MARCA PRÓPRIA	62,00	62.000,00
	0008	CALHA INTERNA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 70CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		CALHA INTERNA	MARCA PRÓPRIA	72,00	72.000,00
	0009	RUFO INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, CORTE DE 20CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		RUFO INTERNO	MARCA PRÓPRIA	23,00	28.750,00
	0010	RUFO INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, CORTE DE 25CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		RUFO INTERNO	MARCA PRÓPRIA	28,01	35.012,50
	0011	RUFO INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, CORTE DE 30CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		RUFO INTERNO	MARCA PRÓPRIA	33,00	41.250,00
	0012	RUFO DE FECHAMENTO EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM COM REVESTIMENTO Z-275, EM PLATIBANDA DE TELHA TRAPEZOIDAL, COM VEDAÇÃO RESISTENTE A INTERPERES DO TEMPO E RECORTES CONFORME O DESENHO DA TELHA (ENCAIXE), SENDO TODOS OS ENCAIXES PARAFUSADOS... (Conforme Edital)		RUFO DE FECHAMENTO	MARCA PRÓPRIA	30,99	18.594,00
	0013	13 RUFO DE FECHAMENTO EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM COM REVESTIMENTO Z-275, EM PLATIBANDA DE TELHA TRAPEZOIDAL, COM VEDAÇÃO RESISTENTE A INTERPERES DO TEMPO E RECORTES CONFORME O DESENHO DA TELHA (ENCAIXE), SENDO TODOS OS ENCAIXES PARAFUSADOS... (Conforme Edital)		RUFO DE FECHAMENTO	MARCA PRÓPRIA	45,00	27.000,00
	0014	RUFO DE CAPA COM PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 25CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		RUFO DE CAPA	MARCA PRÓPRIA	30,00	18.000,00
	0015	RUFO DE CAPA COM PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 30CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		RUFO DE CAPA	MARCA PRÓPRIA	33,00	19.800,00
	0016	RUFO DE CAPA COM PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 40CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		RUFO DE CAPA	MARCA PRÓPRIA	42,00	25.200,00
	0017	ÁGUA FURTADA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 50CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		ÁGUA FURTADA EM CHAPA GALVANIZADA	MARCA PRÓPRIA	51,00	30.600,00
	0018	ÁGUA FURTADA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 60CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		ÁGUA FURTADA EM CHAPA GALVANIZADA	MARCA PRÓPRIA	61,00	36.600,00

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

3/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

Lote	Item	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/Fabricante	Melhor Lance	Valor Total
	0019	CUMEEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		CUMEEIRA EM CHAPA GALVANIZADA	MARCA PRÓPRIA	52,00	31.200,00
	0020	SUORTE METÁLICO PARA CALHA DE BEIRAL		SUORTE METÁLICO	MARCA PRÓPRIA	3,10	558,00
	0021	PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, REVESTIMENTO Z-275, CORTE 28CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA	MARCA PRÓPRIA	30,50	18.300,00
	0022	PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, REVESTIMENTO Z-275, CORTE 33CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM,	MARCA PRÓPRIA	33,50	20.100,00
	0023	CHAPA DE AÇO GALVANIZADO PARA ARREMATES E RUFOS DE DIMENSÕES, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA		CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	MARCA PRÓPRIA	80,01	14.401,80
	0024	CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 50MM		CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 50MM	PLASTILIT	4,50	5.400,00
	0025	CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 75MM		CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 75MM	PLASTILIT	3,98	4.776,00
	0026	CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 100MM		CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 100MM	PLASTILIT	5,12	6.144,00
	0027	JOELHO PVC 50MM		JOELHO PVC 50MM	AMANCO	1,80	270,00
	0028	JOELHO PVC 75MM		JOELHO PVC 75MM	AMANCO	2,70	405,00
	0029	JOELHO PVC 100MM		JOELHO PVC 100MM	AMANCO	3,70	555,00
	0030	LUVA PVC 50MM		LUVA PVC 50MM	AMANCO	1,50	225,00
	0031	LUVA PVC 75MM		LUVA PVC 75MM	AMANCO	3,50	525,00
	0032	LUVA PVC 100MM		LUVA PVC 100MM	AMANCO	4,99	748,50
	0033	TÊ DE PVC 50MM		TÊ DE PVC 50MM	AMANCO	2,99	448,50
	0034	TÊ DE PVC 75MM		TÊ DE PVC 75MM	AMANCO	5,99	898,50
	0035	TÊ DE PVC 100MM		TÊ DE PVC 100MM	AMANCO	4,97	745,50
	0036	ANEL DE BORRACHA 50MM		ANEL DE BORRACHA 50MM	AMANCO	1,29	193,50
	0037	ANEL DE BORRACHA 75MM		ANEL DE BORRACHA 75MM	AMANCO	2,45	367,50
	0038	ANEL DE BORRACHA 100MM		ANEL DE BORRACHA 100MM	AMANCO	2,99	448,50
	0039	ABRACADEIRA PARA CONDUTORES DE 50MM		ABRACADEIRA PARA CONDUTORES	MANPLEX	1,98	297,00
	0040	ABRACADEIRA PARA CONDUTORES DE 75MM		ABRACADEIRA PARA CONDUTORES	MANPLEX	1,12	168,00
	0041	ABRACADEIRA PARA CONDUTORES DE 100MM		ABRACADEIRA PARA CONDUTORES	MANPLEX	0,99	148,50
	0042	SILICONE SELANTE (TUBO)		SILICONE SELANTE (TUBO)	TEK BOND	10,90	1.635,00
	0043	PARAFUSO BROCANTE TRAX 10-16X3/4		PARAFUSO BROCANTE	CISER	0,50	105,00
	0044	PARAFUSO BROCANTE TRAX 12-14X7/8 COSTURA		PARAFUSO BROCANTE	CISER	0,46	96,60
	0045	REBITE DE REPUXO 3,2 X 10		REBITE DE REPUXO	CISER	0,19	57,00
	0046	SERVIÇO DE VEDAÇÃO DE RUFOS E CALHAS COM SILICONE		SERVIÇO DE VEDAÇÃO	MARCA PRÓPRIA	4,98	5.976,00
VENCEDOR		LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP					793.999,90

**Declarações Obrigatórias**

Título	Declaração
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA SERVIDORES PÚBLICOS	DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA SERVIDORES PÚBLICOS
Declaração de Veracidade	Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4° e 5° do art. 26 do decreto 10.024/2019.
Declaração de Não-Emprego de Menores	Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.
Declaração de Inexistência de Impedimentos	Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
Declaração de Conhecimento do Edital	Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

\* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

**Propostas Enviadas****LOTE 0001 - ITEM 0001 - MÃO DE OBRA PARA ADAPTAÇÃO, CONsertos e SERVIÇOS RELACIONADOS A CALHAS.**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:32:27	propria	propria	100,00	100.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:12:57	MÃO DE OBRA	MARCA PRÓPRIA	80,00	80.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0002 - CALHA DE BEIRAL EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275,**

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

4/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

**DESENVOLVIMENTO 25CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 15:02:47	propria	propria	100,00	100.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:13:55	CALHA DE BEIRAL	MARCA PRÓPRIA	27,00	27.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0003 - CALHA DE BEIRAL EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 30CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:33:45	propria	propria	100,00	100.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:33:44	CALHA DE BEIRAL	MARCA PRÓPRIA	30,00	30.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0004 - CALHA DE BEIRAL EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 33CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:34:45	propria	propria	100,00	100.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:34:21	CALHA DE BEIRAL	MARCA PRÓPRIA	35,00	35.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0005 - CALHA DE BEIRAL EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 40CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:35:06	propria	propria	100,00	100.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:35:01	CALHA DE BEIRAL	MARCA PRÓPRIA	42,00	42.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0006 - CALHA INTERNA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 50CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:35:43	propria	propria	100,00	100.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:35:55	CALHA INTERNA	MARCA PRÓPRIA	51,00	51.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0007 - CALHA INTERNA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 60CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:37:08	propria	propria	100,00	100.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:36:35	CALHA INTERNA	MARCA PRÓPRIA	62,00	62.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0008 - CALHA INTERNA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, DESENVOLVIMENTO 70CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:37:43	propria	propria	100,00	100.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:37:09	CALHA INTERNA	MARCA PRÓPRIA	72,00	72.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0009 - RUFO INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, CORTE DE 20CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:40:02	propria	propria	100,00	125.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:37:57	RUFO INTERNO	MARCA PRÓPRIA	23,00	28.750,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0010 - RUFO INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, CORTE DE 25CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:40:43	propria	propria	100,00	125.000,00	Sim

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

5/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:38:44	RUFO INTERNO	MARCA PRÓPRIA	30,00	37.500,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0011 - RUFO INTERNO EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, CORTE DE 30CM - INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:41:15	propria	propria	100,00	125.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:39:29	RUFO INTERNO	MARCA PRÓPRIA	33,00	41.250,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0012 - RUFO DE FECHAMENTO EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM COM REVESTIMENTO Z-275, EM PLATIBANDA DE TELHA TRAPEZOIDAL, COM VEDAÇÃO RESISTENTE A INTÉRPERES DO TEMPO E RECORTE CONFORME O DESENHO DA TELHA (ENCAIXE), SENDO TODOS OS ENCAIXES PARAFUSADO...(Conforme Edital)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:43:15	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:40:21	RUFO DE FECHAMENTO	MARCA PRÓPRIA	35,00	21.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0013 - 13 RUFO DE FECHAMENTO EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM COM REVESTIMENTO Z-275, EM PLATIBANDA DE TELHA TRAPEZOIDAL, COM VEDAÇÃO RESISTENTE A INTÉRPERES DO TEMPO E RECORTE CONFORME O DESENHO DA TELHA (ENCAIXE), SENDO TODOS OS ENCAIXES PARAFUS...(Conforme Edital)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:43:44	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:41:05	RUFO DE FECHAMENTO	MARCA PRÓPRIA	45,00	27.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0014 - RUFO DE CAPA COM PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 25CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:44:09	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:42:39	RUFO DE CAPA	MARCA PRÓPRIA	30,00	18.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0015 - RUFO DE CAPA COM PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 30CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:44:47	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:43:29	RUFO DE CAPA	MARCA PRÓPRIA	33,00	19.800,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0016 - RUFO DE CAPA COM PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 40CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:45:16	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:44:14	RUFO DE CAPA	MARCA PRÓPRIA	42,00	25.200,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0017 - ÁGUA FURTADA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 50CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:45:39	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:45:57	ÁGUA FURTADA EM CHAPA GALVANIZADA	MARCA PRÓPRIA	51,00	30.600,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0018 - ÁGUA FURTADA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, COM CORTE DE 60CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:46:10	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

6/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:47:22	ÁGUA FURTADA EM CHAPA GALVANIZADA	MARCA PRÓPRIA	61,00	36.600,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0019 - CUMEEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, COM REVESTIMENTO Z-275, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:46:35	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:48:08	CUMEEIRA EM CHAPA GALVANIZADA	MARCA PRÓPRIA	52,00	31.200,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0020 - SUPORTE METÁLICO PARA CALHA DE BEIRAL**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:47:34	propria	propria	100,00	18.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:48:45	SUPORTE METÁLICO	MARCA PRÓPRIA	5,00	900,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0021 - PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, REVESTIMENTO Z-275, CORTE 28CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:47:57	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:49:27	PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA	MARCA PRÓPRIA	31,00	18.600,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0022 - PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM, REVESTIMENTO Z-275, CORTE 33CM, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:48:21	propria	propria	100,00	60.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:50:09	PINGADEIRA EM CHAPA GALVANIZADA 0,50MM,	MARCA PRÓPRIA	34,00	20.400,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0023 - CHAPA DE AÇO GALVANIZADO PARA ARREMATES E RUFOS DE DIMENSÕES, INCLUSO MATERIAL E MÃO DE OBRA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:49:06	propria	propria	100,00	18.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:51:56	CHAPA DE AÇO GALVANIZADO	MARCA PRÓPRIA	100,00	18.000,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0024 - CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 50MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:50:18	propria	propria	100,00	120.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:53:21	CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 50MM	PLASTILIT	6,00	7.200,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0025 - CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 75MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:51:02	propria	propria	100,00	120.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:55:14	CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 75MM	PLASTILIT	8,00	9.600,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0026 - CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 100MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:52:01	propria	propria	100,00	120.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:56:48	CONDUTOR DE ÁGUA PLUVIAL PVC 100MM	PLASTILIT	9,00	10.800,00	Sim

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

7/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

**LOTE 0001 - ITEM 0027 - JOELHO PVC 50MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:52:27	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:57:26	JOELHO PVC 50MM	AMANCO	3,00	450,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0028 - JOELHO PVC 75MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:52:57	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:58:08	JOELHO PVC 75MM	AMANCO	4,50	675,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0029 - JOELHO PVC 100MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:53:19	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:58:52	JOELHO PVC 100MM	AMANCO	6,00	900,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0030 - LUVA PVC 50MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:53:39	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 18:59:44	LUVA PVC 50MM	AMANCO	4,00	600,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0031 - LUVA PVC 75MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:54:06	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:00:21	LUVA PVC 75MM	AMANCO	6,00	900,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0032 - LUVA PVC 100MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:54:26	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:01:11	LUVA PVC 100MM	AMANCO	7,00	1.050,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0033 - TÊ DE PVC 50MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:54:57	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:01:42	TÊ DE PVC 50MM	AMANCO	6,00	900,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0034 - TÊ DE PVC 75MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:55:15	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:02:32	TÊ DE PVC 75MM	AMANCO	10,00	1.500,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0035 - TÊ DE PVC 100MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:55:33	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:03:31	TÊ DE PVC 100MM	AMANCO	12,00	1.800,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0036 - ANEL DE BORRACHA 50MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:56:03	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

8/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:04:13	ANEL DE BORRACHA 50MM	AMANCO	1,50	225,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0037 - ANEL DE BORRACHA 75MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:56:23	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:04:56	ANEL DE BORRACHA 75MM	AMANCO	2,50	375,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0038 - ANEL DE BORRACHA 100MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:56:41	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:05:25	ANEL DE BORRACHA 100MM	AMANCO	3,00	450,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0039 - ABRAÇADEIRA PARA CONDUTORES DE 50MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:57:13	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:06:07	ABRAÇADEIRA PARA CONDUTORES	MANPLEX	2,00	300,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0040 - ABRAÇADEIRA PARA CONDUTORES DE 75MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:58:10	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:07:20	ABRAÇADEIRA PARA CONDUTORES	MANPLEX	2,00	300,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0041 - ABRAÇADEIRA PARA CONDUTORES DE 100MM**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:58:40	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:07:54	ABRAÇADEIRA PARA CONDUTORES	MANPLEX	2,00	300,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0042 - SILICONE SELANTE (TUBO)**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:59:10	propria	propria	100,00	15.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:08:38	SILICONE SELANTE (TUBO)	TEK BOND	25,00	3.750,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0043 - PARAFUSO BROCANTE TRAX 10-16X3/4**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:59:30	propria	propria	100,00	21.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:09:46	PARAFUSO BROCANTE	CISER	0,50	105,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0044 - PARAFUSO BROCANTE TRAX 12-14X7/8 COSTURA**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 14:59:48	propria	propria	100,00	21.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:10:31	PARAFUSO BROCANTE	CISER	0,50	105,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0045 - REBITE DE REPUXO 3,2 X 10**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 15:00:35	propria	propria	100,00	30.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:11:09	REBITE DE REPUXO	CISER	0,20	60,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0046 - SERVIÇO DE VEDAÇÃO DE RUFOS E CALHAS COM SILICONE**

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

9/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PROJECT ESQUADRIAS LTDA	33.369.894/0001-40	09/09/2020 - 15:01:00	propria	propria	100,00	120.000,00	Sim
LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP	10.783.598/0001-96	09/09/2020 - 19:12:13	SERVIÇO DE VEDAÇÃO	MARCA PRÓPRIA	10,00	12.000,00	Sim

**Lances Enviados****0001 - Lote 1**

Data	Valor	CNPJ	Situação
09/09/2020 - 14:32:27	2.603.000,00 (proposta)	33.369.894/0001-40	Válido
09/09/2020 - 18:12:57	828.145,00 (proposta)	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:05:07	828.144,99	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:10:21	828.000,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:10:47	827.999,99	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:13:19	827.900,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:13:35	827.899,99	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:14:36	827.799,98	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:15:04	827.799,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:15:53	825.000,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:16:47	824.990,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:17:37	824.000,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:17:52	823.000,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:19:01	822.900,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:19:34	822.899,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:21:03	822.000,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:21:32	820.000,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:22:04	819.990,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:22:25	818.000,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:22:55	817.999,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:24:10	810.000,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:24:58	809.999,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:25:28	800.000,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:26:00	799.999,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:27:05	799.900,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:27:58	799.800,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 14:29:44	799.600,00	33.369.894/0001-40	Válido
10/09/2020 - 14:29:50	795.000,00	10.783.598/0001-96	Válido
10/09/2020 - 15:15:28	793.999,90	10.783.598/0001-96	Válido

**Arquivos Enviados pelos Fornecedores**

Lote	Data/Hora	Enviado Por	Arquivo
------	-----------	-------------	---------

**Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões****Prazos**

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
10/09/2020 - 18:13	-	-

**Chat**

Data	Apelido	Frase
10/09/2020 - 14:02:20	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
10/09/2020 - 14:04:04	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
10/09/2020 - 14:04:06	Sistema	Conforme Art. 32 do Decreto 10.024/2019, No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
10/09/2020 - 14:04:06	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de R\$ 0,01. Se o lance for inferior ao limite mínimo, ele será desconsiderado.
10/09/2020 - 14:04:06	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
10/09/2020 - 14:04:16	Sistema	O lote 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
10/09/2020 - 14:04:16	Sistema	O lote 0001 tem empresas beneficiadas pela LC 123/2006 em sua disputa.
10/09/2020 - 14:31:52	Sistema	O lote 0001 foi encerrado.
10/09/2020 - 14:32:08	Sistema	O lote 0001 teve como arrematante LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP - EPP/SS com valor unitário de R\$ 795.000,00.
10/09/2020 - 14:32:08	Sistema	Iniciada a fase de negociação conforme decreto 10.024/2019, art. 38.
10/09/2020 - 14:32:57	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 10/09/2020 às 16:32.
10/09/2020 - 15:15:28	Sistema	O Lote 0001 recebeu um lance negociado no valor de R\$ 793.999,90.
10/09/2020 - 16:02:55	Sistema	O lote 0001 recebeu uma nova proposta readequada.
10/09/2020 - 16:33:55	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0001 foi definida pelo pregoeiro para 10/09/2020 às 17:33.
10/09/2020 - 16:34:43	Pregoeiro	Boa tarde, foi definido o prazo de 1h para envio da proposta readequada
10/09/2020 - 17:34:22	Sistema	A proposta readequada enviada para o lote 0001 foi aprovada pelo Pregoeiro.
10/09/2020 - 17:42:01	Sistema	Para o lote 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor LINCOLN FERNANDO MACHADO DE SOUZA EPP.
10/09/2020 - 17:42:51	Sistema	A data limite de intenção de recursos foi definida pelo pregoeiro para 10/09/2020 às 18:13.
10/09/2020 - 18:14:16	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
10/09/2020 - 18:14:24	Sistema	O Lote 0001 foi adjudicado por Cristiane Piccinin.

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

10/11

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

Após encerramento da fase de lances, os licitantes melhores classificados foram declarados para cada item, foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro **Vencedores** e foi concedido o prazo de intenção de recurso.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão cuja ata foi lavrada e assinada pelo pregoeiro(a), ordenador(a) e equipe de apoio.

---

Cristiane Piccinin  
Pregoeiro(a)

---

Nadir Baú da Silva  
Autoridade Competente

---

DAIANE NEIS ALVES DOS SANTOS  
Apoio

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123679.html

11/11

# ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03.2020

Publicação Nº 2639026

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

## ATA FINAL

Prefeitura Municipal de Tangará  
 Prefeitura Municipal de Tangará  
 Prefeitura Municipal de Tangará

Pregão Eletrônico nº 06/2020

Às 14:01 do dia 09/09/2020, reuniu-se o Pregoeiro(a) Oficial deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA VIRTUAL PARA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HOSPEDAGEM DO SISTEMA EM SERVIDOR VIRTUAL, DE MODO A ATENDER O DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO

Inicialmente, o pregoeiro(a) abriu a sessão pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas e abrindo a fase de lances. Ao final do prazo previsto no edital, foram encerradas as ofertas de lances e dado prosseguimento aos demais tramites do processo, até sua fase de homologação.

### Datas Relevantes

Publicado	Início de Propostas	Limite de Impugnação	Final de Propostas	Início da Sessão
25/08/2020 17:54	26/08/2020 14:00	03/09/2020 14:00	09/09/2020 14:00	09/09/2020 14:01

### Lotes Licitados

Lote	Item	Descrição	V. Referência	Qtde	Unidade	Situação
0001		LOTE ÚNICO				
	0001	Implantação, Conversão de Dados e Treinamento Aos Usuários/servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social.	10.216,66	1	SERV	Adjudicado
	0002	Licença de Uso de Sistema de Gestão da Assistência Social Por Prazo Determinado	1.045,33	12	MÊS	Adjudicado
	0003	Hospedagem de Sistema de Gestão da Assistência Social Em Servidor Virtual datacenter Por Prazo Determinado.	367,33	12	MÊS	Adjudicado
	0004	Hora Técnica Para Suporte Após O Período de Implantação	200,66	60	HR	Adjudicado
		VALOR TOTAL ESTIMADO	39.208,18			

### Documentos Anexados ao Processo

Data	Documento
25/08/2020	EDITAL PR ELETRÔNICO 03 - FMAS.pdf

### Mensagens Enviadas pelo Pregoeiro

Data	Assunto	Frase
09/09/2020 - 14:13	Negociação aberta para o processo 06/2020	Você recebeu um novo pedido de negociação no lote 1 do processo 06/2020. Acesse o seu ambiente logado para verificar os detalhes.
09/09/2020 - 14:14	Agendamento da data limite da fase de negociação	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 09/09/2020 às 16:13.

### Vencedores

Lote	Item	Produto	Fornecedor	Modelo	Marca/Fabricante	Melhor Lance	Valor Total
0001		LOTE ÚNICO					
	0001	IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO AOS USUÁRIOS/SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.		PRÓPRIO	PRÓPRIA	9.570,00	9.570,00
	0002	LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR PRAZO DETERMINADO		PRÓPRIO	PRÓPRIA	1.033,00	12.396,00
	0003	HOSPEDAGEM DE SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SERVIDOR VIRTUAL DATACENTER POR PRAZO DETERMINADO.		PRÓPRIO	PRÓPRIA	345,00	4.140,00
	0004	HORA TÉCNICA PARA SUPORTE APÓS O PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO		PRÓPRIO	PRÓPRIA	184,00	11.040,00
		VENCEDOR	PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.				37.146,00

### Declarações Obrigatórias

Título	Declaração
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA SERVIDORES PÚBLICOS	DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA SERVIDORES PÚBLICOS
Declaração de Veracidade	Declaro cumprir os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme parágrafos 4º e 5º do art. 26 do decreto 10.024/2019.
Declaração de Não-Emprego de Menores	Declaro para os devidos fins legais, conforme o disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezoito anos.

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123688 (1).html

1/3

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

**Título**

Declaração de Inexistência de Impeditivos  
Declaração de Conhecimento do Edital

**Declaração**

Declaro para os devidos fins legais, em cumprimento ao exigido no edital, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.  
Declaro para os devidos fins legais que conheço todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

\* As declarações supracitadas foram aceitas por todos os participantes.

**Propostas Enviadas****LOTE 0001 - ITEM 0001 - IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS E TREINAMENTO AOS USUÁRIOS/SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.	10.954.970/0001-80	27/08/2020 - 17:14:39	PRÓPRIO	PRÓPRIA	9.570,00	9.570,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0002 - LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL POR PRAZO DETERMINADO**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.	10.954.970/0001-80	27/08/2020 - 17:16:19	PRÓPRIO	PRÓPRIA	1.033,00	12.396,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0003 - HOSPEDAGEM DE SISTEMA DE GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SERVIDOR VIRTUAL DATACENTER POR PRAZO DETERMINADO.**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.	10.954.970/0001-80	27/08/2020 - 17:15:28	PRÓPRIO	PRÓPRIA	345,00	4.140,00	Sim

**LOTE 0001 - ITEM 0004 - HORA TÉCNICA PARA SUPORTE APÓS O PERÍODO DE IMPLANTAÇÃO**

Fornecedor	CNPJ/CPF	Data	Modelo	Marca/Fabricante	Valor Unitário	Valor Total	LC 123/2006
PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA.	10.954.970/0001-80	27/08/2020 - 17:17:07	PRÓPRIO	PRÓPRIA	184,00	11.040,00	Sim

**Lances Enviados****0001 - LOTE ÚNICO**

Data	Valor	CNPJ	Situação
27/08/2020 - 17:14:39	37.146,00 (proposta)	10.954.970/0001-80	Válido

**Arquivos Enviados pelos Fornecedores**

Lote	Data/Hora	Enviado Por	Arquivo
------	-----------	-------------	---------

**Intenções de Recurso, Recursos e Contrarrazões Prazos**

Intenção de Recurso	Recurso	Contrarrazão
09/09/2020 - 17:40	-	-

**Chat**

Data	Apelido	Frase
09/09/2020 - 14:01:05	Sistema	O processo está em fase de análise das propostas
09/09/2020 - 14:01:36	Sistema	As propostas foram analisadas e o processo foi aberto
09/09/2020 - 14:01:36	Sistema	Conforme Art. 32 do Decreto 10.024/2019, No modo de disputa aberto, de que trata o inciso I do caput do art. 31, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
09/09/2020 - 14:01:36	Sistema	O processo utiliza o intervalo de lances de 0,01. Se o lance for inferior ao limite mínimo, ele será desconsiderado.
09/09/2020 - 14:01:36	Sistema	Conforme o artigo 2º da instrução normativa nº 3 de 4 de outubro de 2013, o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 segundos e o intervalo entre os lances dos participantes não poderá ser inferior a 3 segundos.
09/09/2020 - 14:01:46	Sistema	O lote 0001 foi aberto pelo pregoeiro.
09/09/2020 - 14:11:48	Sistema	O lote 0001 foi encerrado.
09/09/2020 - 14:13:56	Sistema	O lote 0001 teve como arrematante PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA. - ME com valor unitário de R\$ 37.146,00.
09/09/2020 - 14:13:57	Sistema	Iniciada a fase de negociação conforme decreto 10.024/2019, art. 38.
09/09/2020 - 14:14:43	Sistema	A data limite para negociação foi definida pelo pregoeiro para 09/09/2020 às 16:13.
09/09/2020 - 16:48:40	Pregoeiro	Boa tarde, verificamos que o sistema exige que a empresa envie sua proposta de preço atualizada em forma de anexo. Quanto tempo seria necessário para que a empresa efetuar esse arquivo de proposta?
09/09/2020 - 16:52:10	Sistema	A data limite de envio de proposta readequada para o lote 0001 foi definida pelo pregoeiro para 09/09/2020 às 17:06.
09/09/2020 - 16:53:10	Sistema	O lote 0001 recebeu uma nova proposta readequada.
09/09/2020 - 17:07:44	Sistema	A proposta readequada enviada para o lote 0001 foi aprovada pelo Pregoeiro.

file:///C:/Users/cristiane.piccinin/Downloads/AtaTotal\_123688 (1).html

2/3

10/09/2020

Portal de Compras Públicas | Ata Final

Data	Apelido	Frase
09/09/2020 - 17:07:55	Sistema	Para o lote 0001 foi habilitado e declarado vencedor o fornecedor PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA..
09/09/2020 - 17:10:01	Sistema	A data limite de intenção de recursos foi definida pelo pregoeiro para 09/09/2020 às 17:40.
09/09/2020 - 17:41:22	Sistema	A sessão foi finalizada e o processo foi encaminhado para adjudicação.
09/09/2020 - 17:41:43	Sistema	O Lote 0001 foi adjudicado por Cristiane Piccinin.

Após encerramento da fase de lances, os licitantes melhores classificados foram declarados para cada item, foi divulgado o resultado da licitação conforme indicado no quadro **Vencedores** e foi concedido o prazo de intenção de recurso.

Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão cuja ata foi lavrada e assinada pelo pregoeiro(a), ordenador(a) e equipe de apoio.

---

Cristiane Piccinin  
Pregoeiro(a)

---

Nadir Baú da Silva  
Autoridade Competente

---

DAIANE NEIS ALVES DOS SANTOS  
Apoio

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO Nº 001-2020**

Publicação Nº 2638786

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE TANGARÁ  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO  
CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Nº 001/2020

Objeto: Contratação de Prestação de Serviços de Tecnologia da Informação.  
Contratante: Câmara Municipal de Vereadores de Tangará  
Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA)  
Valor: R\$ 3.360,00 (três mil, trezentos e sessenta reais).  
Tangará – SC, 06 de julho de 2020.

PEDRO ANDREA THOME  
Presidente

**PORTARIA Nº 021-2020**

Publicação Nº 2638765

PORTARIA Nº 021, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

“CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ QUE ESPECIFICA”

PEDRO ANDREA THOMÉ, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no art. 21, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º. Fica concedido o gozo de férias à servidora CLAUDIA ABERTI BOHNENBERGER DOS SANTOS, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, Copa e Cozinha – Nível 1 – Classe A, referente ao exercício de 2019 a 2020, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tangará - SC, 10 de setembro de 2020.

PEDRO ANDREA THOMÉ  
Presidente

# Tijucas

## PREFEITURA

### **AVISO DE RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/FMS/2020 TP Nº 002/FMS/2020**

Publicação Nº 2638010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/FMS/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº 002/FMS/2020  
RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Contratação de empresa especializada para o serviço de reforma e ampliação da UBS Doraci Rodrigues Fagundes, do bairro Itinga, do Fundo Municipal de Saúde, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor preço Global

Data de Abertura: 29 de setembro de 2020, às 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/PMT/2020 TP Nº 010/PMT/2020**

Publicação Nº 2638007

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/PMT/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº 010/PMT/2020  
RETIFICADO E NOVA DATA DE ABERTURA

Objeto: Contratação de empresa especializada para os Serviços de Demolição e Reconstrução do Muro do Cemitério Municipal, para Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Global

Data de Abertura: 29 de setembro de 2020, às 10h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. B-chelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

### **AVISO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/FMAS/2020 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 008/FMAS/2020**

Publicação Nº 2638420

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE SUSPENSÃO  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 008/FMAS/2020  
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 008/FMAS/2020

A Prefeitura Municipal de Tijucas, por meio de sua Pregoeira, comunica a SUSPENSÃO do Processo Licitatório nº 008/FMAS/20 – Pregão Presencial Registro de Preço nº 008/FMAS/2020, para readequação do referido edital.

**CÂMARA MUNICIPAL****CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA 02/2020**

Publicação Nº 2638367

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE TIJUCAS MUNICÍPIO DE TIJUCAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA

**CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA**

A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, da Câmara Municipal de Vereadores de Tijucas-SC convida a população para participar da Audiência Pública, no dia 30 de setembro de 2020 às 15h, na modalidade remota (internet), onde será demonstrado e avaliado o cumprimento das metas fiscais do 2º quadrimestre de 2020, conforme disposto no Art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Tijucas, 02 de setembro de 2020.

ELIZABETE MIANES DA SILVA  
Presidente da Comissão de Finanças

# Timbó

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 118.2020 SAMAE

Publicação Nº 2639522

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 118/2020 SAMAE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2020

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa J.MALUCCELLI EQUIPAMENTOS S/A, CNPJ nº. 95.424.321/0013-63, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 17/09/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 10 de setembro de 2020.  
RAFAELA DOS SANTOS GUEDES  
Central de Licitações

### CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56.2019 PMT - FREDY PNEUS

Publicação Nº 2639524

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO  
A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56-05/2019  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2019 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, FREDY PNEUS LTDA CNPJ Nº 80.934.631/0001-17 a comparecer para assinatura do Segundo Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 56/2019, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;  
DATA: até 18/09/2020.  
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 10 de setembro de 2020.  
PRISCILA MACEDO  
Central de Licitações

### DECRETO NO 5714 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638948

DECRETO No 5714 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o Decreto nº 5659 de 20/07/2020, prorroga o prazo das medidas de prevenção e combate ao coronavírus (COVID-19) no município de Timbó.

O Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V, VII e XVIII c/c art. 70, inciso I, alínea "n" da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que de acordo com o último boletim divulgado em 10/09/2020, a região de saúde do Município de Timbó continua classificada como de risco potencial grave, conforme informações colhidas nesta data junto ao endereço eletrônico oficial do coronavírus do Estado de Santa Catarina - <http://www.coronavirus.sc.gov.br/gestao-da-saude/>.

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 5659 de 20/07/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 2º. ...

I – até o dia 17 de setembro de 2020:

...

III – até o dia 17 de setembro de 2020:

...

Art. 3º Ficam estabelecidas as seguintes medidas de enfrentamento à emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19), até o dia 17 de setembro de 2020:

...

Art. 9º. Ficam estabelecidas, em todo o território municipal, até o dia 17 de setembro de 2020, as seguintes medidas de restrição visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19:

Art. 2º. Ficam mantidas todas as demais condições estabelecidas pelo Decreto nº. 5659 de 20/07/2020 e alterações.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de setembro de 2020; 150º ano de Fundação; 86º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER  
Prefeito de Timbó/SC

### **EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 02 2020 FMDE - AQUISIÇÃO MATERIAL ESCOLAR**

Publicação Nº 2639525

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2020 - FMDE

ÓRGÃO GESTOR: Fundo Municipal de Educação.

OBJETO: Aquisição de material escolar (educacional e de expediente) para uso na rede municipal de ensino.

EMPRESAS FORNECEDORAS: R.S. DISTRIB. COM. ART. PAPELARIA LTDA EPP, INFOTRIZ COMERCIAL LTDA – EPP, RSUL LTDA ME, DIPAR DISTRIBUIDORA DE PAPEIS E REVISTAS LTDA, M.C. DALABONA DISTRIBUIDORA – ME, MAXIMA ATACADISTA EIRELI – ME, TIAGO DANIEL VEDAN – ME, JS SIMÕES EIRELI ME, BILLIG COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, COMERCIAL PRINT LUX EIRELI e BIANCA RICACHESKI RAUBER. TOTAL ESTIMADO: R\$ 202.861,40 (duzentos e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e quarenta centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 10/09/2021

Timbó, 11/09/2020  
MÁRCIA WITTHOEFT MELLIES  
Secretário Municipal de Educação

### **EXTRATO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 02-04.2020 FMS - OASE**

Publicação Nº 2639526

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO DE CREDENCIAMENTO

CONTRATO CREDENCIAMENTO Nº. 02-04/2020

CONTRATANTE: Município de Timbó, através do Fundo Municipal de Saúde.

CONTRATADO: Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas de Timbó.

OBJETO: Credenciamento para realização de serviço de exames laboratoriais para o Fundo Municipal de Saúde.

DATA DA ASSINATURA: 09/09/2020.

PRAZO: 09/09/2020 até 23/02/2021.

ALFREDO JOÃO BERRI  
Secretário Municipal de Saúde e Assistência Social

# Três Barras

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 574 DE 27 DE AGOSTO DE 2020

Publicação Nº 2638644

PORTARIA Nº. 574 DE 27 DE AGOSTO DE 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER, aos servidores adiante nominados, licença para concorrer a mandato eletivo – de acordo com o previsto no art. 73, inciso IV, da Lei Complementar nº. 138/2009, e demais legislação vigente – visando o pleito eleitoral do corrente ano.

Nº.	NOME SERVIDOR	PROTOCOLO Nº.
001	Vitor Ivaniski dos Santos	713/2020
002	Abrahão JMussi	724/2020
003	Antonio Pacheco	729/2020
004	Elizandra Engel B. P. Graciano	730/2020
005	Sandrieli C. P. de Lima	731/2020
006	Josecleia Maria S. SimasGazaniga	732/2020
007	Fabiano José Mendes	733/2020
008	João Francisco Canani Júnior	737/2020
009	Ilda Vilevski	738/2020
010	Claudia Milchevski	741/2020
011	Maria Emília Jubanski	742/2020
012	Edson Ferreira Nunes	743/2020
013	Jeferson Rodrigo Markos	745/2020
014	Daniel da Cruz	746/2020
015	José Alfredo Maciel	747/2020
016	Gerson LuisLescovitz	748/2020
017	Adilson Martins	753/2020
018	EdenilsonEnguel	754/2020
019	Wanderley Francisco Valin	755/2020
020	Antonio Martinho Pedro	756/2020
021	Julcimar B. P. Dobrochinski	759/2020
022	SiomaraM-hlmann Corrêa	767/2020
023	Eder José Dubiel	768/2020
024	Rosemari Padilha	769/2020
025	Andrieli Cordeiro	770/2020

A licença de que trata esta Portaria entra em vigor a contar do dia: 14/08/2020.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 27 de Agosto de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI  
Advogado

### PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2020

Publicação Nº 2638695

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS – SC.  
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 101/2020.  
EDITAL DE CONCORRENCIA Nº. 04/2020.

A Prefeitura Municipal de Três Barras – SC torna público que sob a regência da Lei Federal nº. 8.666/93 com as alterações da 8.883/94 receberá até as 09 h e 00 min. do dia 15 de outubro de 2020, a Documentação e Propostas para “o fornecimento de materiais e mão de obra para execução de pavimentação asfáltica na Travessa da Erva Mate, Travessa das Palmeiras, Travessa Rosalina Leal de França Ostroski e na

Rua Ernesto Lourenço Schutt, localizadas no Bairro são Cristóvão, em conformidade com a Pasta Técnica e disposições contidas no edital. Recursos Financeiros: FINISA – Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento e próprios do município.

Abertura: em reunião pública, na Prefeitura Municipal, às 09 h e 15 min. do dia 15 de outubro de 2020.

Informações e cópias do Edital poderão ser obtidas na Coordenadoria de Licitações, na Avenida Santa Catarina, nº. 616 Centro – telefone 47 3623-0121 – Três Barras - SC ou no site: <http://tresbarras.sc.gov.br> ícone "LICITAÇÕES ABERTAS".

Três Barras - SC, 09 de setembro de 2020.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI – PREFEITO MUNICIPAL

ANTONIO EDUARDO MARTINS WEINFURTER - JURIDICO

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 69/2020**

Publicação Nº 2638501

**ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS**

PROCEDIMENTO LICITATORIO Nº. 69/2020.  
EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº. 17/2020.

Finalidade: "REVITALIZAÇÃO DA ÁREA EXTERNA NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DR. MARIO MUSSI".

Às nove horas do dia nove setembro do ano de dois mil e vinte, na sala de reuniões da PREFEITURA MUNICIPAL DE TRES BARRAS, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela portaria Nº. 30/2020, para proceder a abertura dos envelopes contendo as propostas das seguintes proponentes: COMPACT CONSTRUTORA EIRELI, CONSTRUTORA RUBI EIRELI, GABRIEL AARON LUIZ EIRELI e ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA. Não houve registro da participação de nenhum representante na reunião.

Iniciada a reunião, o Sr. Prefeito Municipal solicitou a comissão de licitação que não fosse dado continuidade ao ato em razão de sua intenção de revisar o projeto com referencia ao tipo de pavimentação a ser aplicada na obra, motivo de avocar o processo.

Em razão disso, a comissão de licitação suspendeu a reunião, sem ter procedido a abertura dos envelopes contendo as propostas das proponentes.

A reunião foi suspensa até nova manifestação do Sr. Prefeito.

Nada mais a tratar no momento, cientes os presentes, suspende-se o processo para as manifestações recursais.

**COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

DENISE MAGALI MOSKVIN	LUCIANE TOMCZYK	NILTON AVANIR HURMUS
Presidente	Membro	Membro

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº. 72/2020**

Publicação Nº 2638537

**CONVOCAÇÃO**

A Comissão Permanente de Licitações do Município de Três Barras, considerando o decurso do prazo recursal da fase de habilitação, convoca as proponentes ao Procedimento Licitatório nº. 72/2020 – Concorrência Pública nº. 03/2020, bem como os demais interessados, a participar da reunião de abertura dos envelopes contendo as propostas das empresas participantes, a realizar-se no dia 16 de setembro de 2020, as 09:00 horas, na sala de licitações do Paço Municipal.

Três Barras – SC, 10 de setembro de 2020.

# Treviso

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 418/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638387

DECRETO Nº 418/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

EXONERA A PEDIDO, A SERVIDORA MARIA LAURA ROSSA DE SOUZA DO CARGO COMISSONADO DE ASSESSOR ESPECÍFICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45., Incisos II, XXII e XXIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, na data de 09 de setembro de 2020, a servidora MARIA LAURA ROSSA DE SOUZA, do cargo comissionado de ASSESSOR ESPECÍFICO, vinculada ao Departamento de Saúde da Secretaria de Saúde, dentro da Estrutura Administrativa do Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de 09 de setembro de 2020.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC

Em, 09 de setembro de 2020.

JAIMIR COMIN

Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de setembro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 419/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638390

DECRETO Nº 419/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei nº 930/19, de 16 de dezembro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil reais) para adicionar as seguintes dotações orçamentárias do orçamento vigente:

02 – GABINETE DO PREFEITO

01 – GABINETE DO PREFEITO

2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Dotação 01

3.1.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 100.000,00

04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

0.001 – Precatórios Judiciais

Dotação 20

3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 100.000,00

06 – SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO

01 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

1.018 – Construção de Centro de Eventos

Dotação 57

4.4.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

1.019 – Aquisição de Veículos

Dotação 59

4.4.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

1.040 – Ampliação do Estádio Municipal Hamilton Toldo

Dotação 78

4.4.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

2.024 – Manutenção da Diretoria de Cultura e Turismo

Dotação 69

3.1.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 80.000,00

2.026 – Sinalização Turística

Dotação 75

3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

08 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

1.044 – Construção do CRAS

Dotação 85

4.4.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

2.027 – Sinalização e Manutenção de Vias Públicas

Dotação 96

3.1.93.00.00.00.00.0248 – Aplicações Diretas .....R\$ 80.000,00

09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

1.029 – Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas

Dotação 111

4.4.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 50.000,00

02 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE

2.032 – Manutenção e Destinação Final do Lixo

Dotação 121

3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 150.000,00

10 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

01 – FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.048 – Manutenção do FIA

Dotação 123

3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 40.000,00

16 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

01 – SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

1.031 – Aquisição de Veículo

Dotação 129

4.4.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 20.000,00

TOTAL ..... R\$ 720.000,00

Art. 2º. Os recursos destinados à abertura de crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, correrão por conta da anulação total e/ou parcial do seguinte recurso do orçamento vigente.

08 - SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS

2.028 – Manutenção da Secretaria de Viação, Obras e Serviços Municipais

Dotação 103

3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 200.000,00

Dotação 106

3.3.90.00.00.00.00.0248 – Aplicações Diretas .....R\$ 300.000,00

09 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

2.033 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura

Dotação 117

3.3.90.00.00.00.00.0001 – Aplicações Diretas .....R\$ 220.000,00

TOTAL ..... R\$ 720.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor a partir de 03 de setembro de 2020.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DELYRIO EGIDIO UBIALLI - TREVISÓ/SC  
Em, 10 de setembro de 2020.

JAIMIR COMIN  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de setembro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA  
Secretário de Administração e Finanças

## EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38/2020

Publicação Nº 2638023

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38/2020

OBJETO: Registro de preço para futuras aquisições de pneus, para atender as necessidades da Secretaria de Administração e Finanças e demais Secretarias pertencentes a Prefeitura Municipal de Treviso, conforme Termo de Referência em anexo, independentemente de transcrição.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ

DETENTOR DA ATA: COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA

VALOR: R\$ 3.860,00 (três mil oitocentos e sessenta reais).

ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 38/2020

Treviso(SC), 09 de setembro de 2020.

JAIMIR COMIN  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 488/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638359

PORTARIA Nº 488/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 24/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA., EM SUBSTITUIÇÃO AO EX-SERVIDOR LAURI CESCONETTO.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 24/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Macromaq Equipamentos Ltda., cujo objeto é a aquisição de 01 Retroescavadeira zero quilômetro, tração 4x4, potência mínima 75HP, 04 cilindros, ar condicionado quente/frio, peso operacional mínimo 7.000kg, transmissão 04 marchas à frente e 04 a ré, sistema de iluminação, alarme de ré, caçamba dianteira de largura mínima 2,30m e capacidade mínima de 1,00m³, equipada com dentes e 02 cilindros de basculante, caçamba traseira com capacidade mínima de 0,23m³, bem como todos os demais equipamentos obrigatórios exigidos pelo DETRAN, em substituição ao ex-servidor Lauri Cesconetto.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 394/2020, de 24 de julho de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubialli, em Treviso/SC, 10 de setembro de 2020.

Jaimir Comin  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 11 de setembro de 2020.

## PORTARIA Nº 489/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638361

PORTARIA Nº 489/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DO CONTRATO Nº 34/2020, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E O SR. OSVALDO JOÃO SANTIAGO, EM SUBSTITUIÇÃO AO EX-SERVIDOR LAURI CESCONETTO.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal do Contrato nº 34/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e o Sr. Osvaldo João Santiago, cujo objeto é a prestação de serviços de inseminação artificial em bovinos no Município de Treviso/SC, de acordo com a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura, em substituição ao ex-servidor Lauri Cesconetto.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 408/2020, de 05 de agosto de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 10 de setembro de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 11 de setembro de 2020.

## **PORTARIA Nº 490/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638362

PORTARIA Nº 490/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 43/2019, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA COMÉRCIO DE PNEUS OENNING LTDA., EM SUBSTITUIÇÃO AO EX-SERVIDOR LAURI CESCONETTO. JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 43/2019, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a empresa Comércio de Pneus Oenning Ltda., cujo objeto é registro de preço para futuras aquisições de pneus, câmaras e protetores, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura de Treviso nos próximos 12 meses, em substituição ao ex-servidor Lauri Cesconetto.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 378/2019, de 14 de novembro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 10 de setembro de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 11 de setembro de 2020.

## **PORTARIA Nº 491/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638363

PORTARIA Nº 491/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 42/2019, FIRMADA ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA MODELO PNEUS LTDA., EM SUBSTITUIÇÃO AO EX-SERVIDOR LAURI CESCONETTO.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018, RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 42/2019, celebrada entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Modelo Pneus Ltda., cujo objeto é registro de preço para futuras aquisições de pneus, câmaras e protetores, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura de Treviso nos próximos 12 meses, em substituição ao ex-servidor Lauri Cesconetto.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 377/2019, de 14 de novembro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 10 de setembro de 2020.

Jaimir Comin

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 11 de setembro de 2020.

**PORTARIA Nº 492/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638365

PORTARIA Nº 492/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 40/2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA AUTO ELÉTRICA TREVISÓ EIRELI, EM SUBSTITUIÇÃO AO EX-SERVIDOR LAURI CESCONETTO.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 40/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Auto Elétrica Treviso EIRELI, cujo objeto é a prestação de serviços elétricos (preventivo e corretivo) Hora/Homem trabalhada, necessários ao completo e perfeito funcionamento dos caminhões, máquinas pesadas, máquinas agrícolas e implementos pertencentes à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Treviso, em substituição ao ex-servidor Lauri Cesconetto.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 373/2019, de 08 de novembro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 10 de setembro de 2020.

Jaimir Comin  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 11 de setembro de 2020.

**PORTARIA Nº 493/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638366

PORTARIA Nº 493/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

DESIGNA O SERVIDOR LINDOMAR BONOMI COMO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 30/2019, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ E A EMPRESA HIDRAMIX COMÉRCIO E RECUPERAÇÃO DE BOMBAS E COMANDOS LTDA., EM SUBSTITUIÇÃO AO EX-SERVIDOR LAURI CESCONETTO.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais, conforme dispõe o Art. 45, Inciso II, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, o Art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto nº 643/18, de 27 de setembro de 2018,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Lindomar Bonomi, Assessor Estratégico lotado na Secretaria de Viação, Obras e Serviços, matrícula 2951, para desempenhar a função de Fiscal da Ata de Registro de Preço nº 30/2019, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Treviso e a Empresa Hidramix Comércio e Recuperação de Bombas e Comandos Ltda. ME, cujo objeto é a prestação de serviços mecânicos (preventivo e corretivo) Hora/Homem trabalhada, necessários ao completo e perfeito funcionamento dos caminhões, máquinas pesadas, máquinas agrícolas e implementos pertencentes à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Treviso, em substituição ao ex-servidor Lauri Cesconetto.

Art. 2º Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93, o Fiscal de Contrato será responsável por: acompanhar e fiscalizar o referido contrato; anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e; dar ciência a seus superiores, em tempo hábil, sobre as ocorrências que poderão surgir durante a vigência do contrato.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 352/2019, de 16 de outubro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Paço Municipal Delyrio Egídio Ubiali, em Treviso/SC, 10 de setembro de 2020.

Jaimir Comin  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em 11 de setembro de 2020.

**PORTARIA Nº 494/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638377

PORTARIA Nº 494/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE AO EMPREGADO LUIZ ANTONIO DOMINGOS.

JAIMIR COMIN, Prefeito Municipal de Treviso, no uso de suas atribuições, de conformidade com o Art. 90, Inciso XVI da Lei Orgânica do Município e Art. 49 e 59 da Lei Municipal Complementar nº 608/12, de 14 de março de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença paternidade de 05 (cinco) dias consecutivos, a contar de 14 de setembro de 2020, conforme documento de nascimento ou registro da criança em anexo, ao empregado LUIZ ANTONIO DOMINGOS, ocupante do emprego de AGENTE DE CONTROLE INTERNO.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 10 de setembro de 2020.

JAIMIR COMIN  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de setembro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.

## **PORTARIA Nº 495/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638378

PORTARIA Nº 495/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.  
CONCEDE FÉRIAS AO EMPREGADO ANDREI GERVASIO TEIXEIRA.

JAIMIR COMIN, Prefeito de Treviso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 45, Inciso XXIII da Lei Orgânica do Município; Art. 129 e 130 da CLT e Art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 608/12 de 14 de março de 2012,

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder férias pelo prazo de 30 (trinta) dias, a contar de 11 de setembro de 2020, referente ao período aquisitivo de 02 de junho de 2019 a 01 de junho de 2020, ao empregado ANDREI GERVASIO TEIXEIRA, ocupante do emprego de VIGILANTE.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Treviso/SC, 10 de setembro de 2020.

JAIMIR COMIN  
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM e registrado na Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de setembro de 2020.

GETULIO HOFFMANN MIRANDA Secretário de Administração e Finanças.

## **PREGÃO 18/2020**

Publicação Nº 2638211

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREVISÓ  
PROCESSO LICITATÓRIO 24/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2020

O Município de Treviso, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS, nos termos da lei nº 10.520/02, lei 123/06, por este edital e subsidiariamente pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, bem como as demais normas regulamentares aplicáveis, torna público para conhecimento dos interessados que está realizando licitação na modalidade Pregão Presencial/ Registro de Preço, do tipo menor preço por item, para futuras contratações de empresa especializada ou profissional liberal para prestação de serviços, por hora trabalhada, destinados à manutenção e instalação elétrica do sistema de iluminação pública, dos diversos prédios da Prefeitura Municipal de Treviso/SC e da decoração natalina, pelo período de 12 meses. A abertura dos envelopes de proposta de preço e documentação será realizada no dia 28/09/2020 às 08h30min, no Setor de Licitações. A íntegra do edital poderá ser obtida junto ao Setor de Licitações, sita a Av. Prof. José F. Abatti, 258, Centro, Treviso/SC, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min e através do site: <http://www.treviso.sc.gov.br/> (portal da transparência). Maiores informações sobre o Edital, comparecer no Setor de Licitações ou pelo telefone (48) - 3469-9000.

Treviso(SC), 10 de setembro de 2020.

Daniel Sebastião Stangherlin  
Secretaria de Viação, Obras e Serviços

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO N° 30/2020

Publicação N° 2638351

EXTRATO DE CONTRATO 30/2020

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: EGITO ENGENHARIA LTDA

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para execução de pavimentação em paralelepípedos nas ruas: Andreas Auer, André Perlochner, Maria Pattis e Barbarba Schaupenlener, totalizando 5.758,33 m<sup>2</sup>, conforme descrição constantes do anexo I do presente edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2020: 05.02.2214.44.90.00.00.00.00.

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 815.500,00 (Oitocentos e quinze mil e quinhentos reais), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação n° 46/2020, conforme Anexo I.

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 3 meses.

TREZE TÍLIAS, 10 de setembro 2020.

# Tunápolis

## PREFEITURA

### FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE PROCESSO DE COMPRA Nº.: 62/2020 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 17/2020 DATA EMISSÃO: 10/09/2020

Publicação Nº 2638941

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
Processo de Compra Nº.: 62/2020  
Pregão Presencial nº: 17/2020  
Data Emissão: 10/09/2020  
Forma de Julgamento: Menor Preço POR ITEM

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por item, para entrega imediata, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 9h do dia 24 de Setembro de 2020, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE, LIMPEZA, COPA E COZINHA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, conforme quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se no dia 24 de Setembro de 2020, e será conduzida pela Pregoeira ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

CARLOS ADOLFO BAUMGRATZ  
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

### PORTARIA Nº 5440/2020

Publicação Nº 2637954

PORTARIA Nº. 5.440/2020  
Em 10 de Setembro de 2020

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, combinada com a Lei Complementar nº 013/2006 de 17 de Maio de 2006, artigo 73, parágrafo 1º ao 4º conforme Decreto Municipal nº 2110, de 24 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública e definiu medidas para combate à pandemia do coronavírus, ficam sujeitos à concessão das seguintes medidas administrativas, CONCEDER o que segue;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder GOZO DE LICENÇA PRÊMIO, ao servidor (a), MARIETA RODRIGUES BORGES NICODEM, com o cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇOS GERAIS, conforme portaria de nomeação nº. 2.050/2008, desta municipalidade.

Período de Aquisição Proporcional da Licença Prêmio: 02.06.2018 à 01.06.2024, 60 (sessenta) dias.

Gozo da Licença Prêmio: 10.09.2020 à 09.10.2020, 30 (trinta) dias, sendo que os demais 30 (trinta) dias usufruídos a posterior.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.  
Em 10 de Setembro de 2020.

RENATO PAULATA  
Prefeito Municipal

BRUNO LENGERT  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na  
Presente data  
CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico de Controladoria Interna

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/2020 TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2020 PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Publicação Nº 2639081

Processo licitatório Nº 188/2020  
TOMADA DE PREÇO Nº 08/2020  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2020

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

O Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, nº 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e do outro lado a empresa INDIANARA FOLLMANN/IF PROJETOS pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 28.958.418/0001-32, estabelecida na Rua Itaberaba, 970, sala 02, centro do Município de São Miguel do Oeste/SC, deste ato devidamente representada pela sócia administradora Sra. Indianara Follmann, Arquiteta, devidamente inscrita no CPF Nº 076.472.999-39, doravante considerada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo, de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 188/2020, e Tomada de Preço nº 08/2020.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO PARA A CONCLUSÃO DO PROJETO DE MOBILIÁRIO PARA TODOS OS ESPAÇOS INTERNOS DA CRECHE MUNICIPAL, de acordo com a solicitação e justificativa em anexo.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 15(quinze dias), passando a vigência do dia 14 de setembro de 2020 até o dia 28 de setembro de 2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 10 de setembro de 2020.

RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL  
MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS

INDIANARA FOLLMANN/IF PROJETOS  
Indianara Follmann CPF Nº 076.472.999-39  
Sócia Administradora e Arquiteta

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico do Município de Tunápolis  
OAB/SC 33.683

MARCIANE ROHDEN TOILLIER  
Secretária da Educação  
Fiscal do Contrato

Testemunhas:  
Monalisa Schorr  
CPF: 094.852.659-99

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

# Turvo

## PREFEITURA

### 1º TA AO CONTRATO Nº 15/2020

Publicação Nº 2638784

Estado de Santa Catarina  
Município de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 15/2020

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Líder Pavimentação e Terraplanagem Ltda ME

Do Objeto: Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação de prazo de execução e vigência estabelecidos no Contrato nº 15/2020

Do Prazo: A vigência deste instrumento inicia em 24/08/2020 e se estende até 23/03/2021

Turvo/SC, 21/08/2020

# União do Oeste

## PREFEITURA

### 5º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2020

Publicação N° 2638081

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

5º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 02/2020.

As partes firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços n.º 02/2020, referente ao Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 01/2020, que registrou os preços apresentados pela empresa AUTO POSTO FRANKOFF LTDA, com fundamento no item 11 .2 do edital supra citado, item 3.5 da Ata de Registro de Preços N.º 02/2020 e artigo 14 do Decreto Municipal n.º 206/2007, conforme segue:

Cláusula Primeira. Fica alterado, por acordo entre as partes e a partir da data deste aditivo, o valor unitário do item 03, registrado na Ata de Registro de Preços n.º 02/2020, resultante do Processo Licitatório na modalidade de Pregão para Registro de Preços n.º 01/2020, passando a valer o seguinte valor:

Item	Descrição	Un. Medida	Marca	Preço Unt.
03	GASOLINA COMUM	Lt	MAXSUL	4,30

Cláusula Segunda. A alteração objetiva manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, como permitido pelo artigo 65, inciso II, letra 'd', da Lei 8.666/93.

Cláusula Terceira. As demais cláusulas da ata permanecem inalteradas e válidas.

União do Oeste, 10 de setembro 2020.

CELSO MATIELLO  
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIR KOFF  
AUTO POSTO FRANKOFF LTDA

Testemunhas:

01. \_\_\_\_\_  
Andressa G. Dozelli  
CPF 090.534.369-79

02. \_\_\_\_\_  
Joel Fernando Capeleto  
CPF 061.870.909-69

Publicado conforme Lei Municipal n° 1010/2014.

# Urussanga

## PREFEITURA

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 115/2019, 116/2019, 117/2019, 118/2019, 119/2019, 120/2019, 121/2019, 122/2019, 123/2019, 124/2019, 125/2019**

Publicação Nº 2638203

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 78/2019 Pregão Presencial 55/2019 - Ata de Registro de Preços nº 115/2019, 116/2019, 117/2019, 118/2019, 119/2019, 120/2019, 121/2019, 122/2019, 123/2019, 124/2019, 125/2019, visando registrar preço para de aquisição de aquisição parcelada de material de limpeza, higienização, copa e equipamentos de trabalho para limpeza, novos e de boa qualidade, para atendimento as diversas Secretarias, Diretorias, Fundos, Bombeiro, Delegacia de Polícia Civil e Polícia Militar do município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2985 de 22/11/2020, Pág. 1686, 1687 ,1688, 1689 e pelo site [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br)

Vigência: 18/11/2020  
4ª Publicação

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2020, 35/2020, 36/2020**

Publicação Nº 2638221

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 20/2020 Pregão Presencial 16/2020 - Ata de Registro de Preços nº 34/2020, 35/2020, 36/2020, visando registrar preço para aquisição parcelada de prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, para os veículos leves e pesados, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica, em conformidade com as determinações previstas em edital, da frota do município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3071 de 04/03/2020, Pág. nº 1704, 1705, 1706, 1707, 1708, 1709, 1710 e pelo site [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br)

Vigência: 19/02/2021  
3ª Publicação

### **EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 37/2020, 38/2020, 39/2020, 40/2020, 41/2020, 42/2020, 43/2020, 44/2020**

Publicação Nº 2638227

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 24/2020 Pregão Presencial 20/2020 - Ata de Registro de Preços nº 37/2020, 38/2020, 39/2020, 40/2020, 41/2020, 42/2020, 43/2020, 44/2020, visando registrar preço para objetivo de aquisição parcelada de materiais escolares, de expediente e artigos de escritório, novos e de boa qualidade, para o exercício do ano de 2020, de acordo com o edital e seus anexos, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 3078 de 11/03/2020, Pág. nº 1717, 1718, 1719, 1720, 1721 e pelo site [www.urussanga.sc.gov.br](http://www.urussanga.sc.gov.br)

Vigência: 10/03/2021  
3ª Publicação

# Vargeão

## PREFEITURA

### DECRETO 092-2020 - IMPLEMENTAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.017 - ALDIR BLANC

Publicação Nº 2638845

DECRETO Nº 092/2020, DE 10 SETEMBRO DE 2020.

REGULAMENTA, EM ÂMBITO MUNICIPAL, A FORMA DE APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.017, DE 29 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL A SEREM ADOTADAS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO LEGISLATIVO FEDERAL Nº 6, DE 20 DE MARÇO DE 2020, INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE TRABALHO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS DA REFERIDA LEI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal do Município de Vargeão/SC, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal nº 06, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 10.464 de 17 de agosto de 2020, que prevê no art. 2º § 4º que o Poder Executivo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios editará regulamento com os procedimentos necessários à aplicação dos recursos recebidos na forma prevista neste artigo, no âmbito de cada ente federativo, observado o disposto na Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc;

CONSIDERANDO a necessidade premente de elaboração do plano de ação e de aplicação do recurso a ser recebido em decorrência da Lei Nacional acima referenciada;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado os meios e critérios para a destinação dos recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo Federal nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 2º O recurso destinado ao município proveniente da Lei supracitada será de R\$ 42.112,77, que terá seu repasse de recursos da União realizado pela Plataforma Mais Brasil, no módulo de Transferências Fundo a Fundo e será gerido pelo Município de Vargeão.

Art. 3º Fica instituída a Comissão Municipal de Trabalho e Avaliação de Projetos da Lei Aldir Blanc do Município de Vargeão com os seguintes membros:

I – 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Administração e Finanças (ou equivalente):

Cristiano Pierog

II – 01 (um) membro da Secretaria Municipal de Educação (ou equivalente):

Gabriela Bernardi

III – 01 (um) membro do Departamento Municipal de Cultura (ou equivalente):

Mariana Gubert

IV – 03 (três) membros do Conselho Municipal de Cultura, representantes exclusivamente da Sociedade Civil:

Gabriel Kubiak

Saete Barbieri

Lenice de Matos Lando

Parágrafo único. Fica vedada a participação como membro desta Comissão de agentes beneficiários da Lei Federal nº 14.017 e ocupantes de cargos ligados a órgãos de controle interno.

Art. 4º A Comissão Municipal de Trabalho e Avaliação de Projetos da Lei Aldir Blanc ora nomeada, deverá iniciar os seus trabalhos imediatamente, buscando planejar, organizar, coordenar e executar todas as ações necessárias à Implementação da Lei Aldir Blanc, além de adotar as providências para a consecução de seus objetivos, em caráter de prioridade.

Art. 5º Pela relevância dos serviços prestados, os membros da Comissão Municipal de Trabalho e Avaliação de Projetos da Lei Aldir Blanc não receberão remuneração de qualquer espécie ou natureza, prestando seus serviços em forma de colaboração.

Art. 6º São atribuições da Comissão Municipal de Trabalho e Avaliação de Projetos da Lei Aldir Blanc:

I - Participar das discussões referentes à regulamentação no âmbito do Município para a distribuição dos recursos na forma prevista da Lei Federal nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc;

II - Acompanhar as etapas de transferência direta dos recursos do Governo Federal para o Município;

III - Fiscalizar a execução dos recursos transferidos;

IV - Elaborar relatório e balanço final a respeito da execução dos recursos no âmbito do municipal;

V – Selecionar as propostas objeto dos incisos II e III, do artigo 2º da Lei Federal n. 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc, regulamentada pelo Decreto Federal nº 10.464/2020, bem como das discussões e encaminhamentos sobre a destinação de recursos da referida Lei;

VI – Registrar seu trabalho, encaminhamentos e avaliações em documento próprio para suporte e consulta, sempre que necessário,  
VII – Fiscalizar a organização e manutenção da documentação dos trabalhos e dos beneficiários de forma a respeitar o prazo de arquivamento de prestação de contas de 10 (dez) anos, nos termos do art. 18 do Decreto Federal nº 10.464 de 17 de agosto de 2020;  
VIII – Buscar orientação técnica para dirimir eventuais questões e dúvidas que surgirem para a realização de seu trabalho e avaliação.  
Parágrafo único. Todas as Secretarias Municipais, Setor Jurídico, Contábil, Controle Interno e demais órgãos da Administração Direta envolvidos deverão dar o apoio e suporte necessários ao bom desempenho e desenvolvimento dos trabalhos da Comissão ora nomeada.

Art. 7º Os recursos provenientes da União, com o montante especificado no Art. 2º, deste Decreto serão distribuídos, conforme Inciso III, do Art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, que trata dos editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais.

§ 1º Parte do montante será dividido em um Edital para seleção de projetos culturais, que será regulamentado pela Comissão, onde serão selecionados 10 projetos que serão premiados com R\$ 1.000,00 cada, e a sua execução será através de Live ou transmissão nas redes sociais nas modalidades de artes visuais e música. E também projetos de agentes coletivos que receberão R\$ 5.000,00 para execução que seja transmitida via internet.

§ 2º O Edital de Chamamento Público selecionará profissionais com comprovada habilitação para executar oficinas culturais para os municípios via internet, nas modalidades de música, dança e identidade cultural.

§ 3º Os valores poderão sofrer alteração conforme o número de proponentes inscritos nos projetos e orçamentos das horas/aula dos cineiros.

Art. 8º A distribuição do benefício de renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, previsto no inciso I, do Art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc, não será de responsabilidade do município.

Art. 9º Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Municipal de Trabalho e Avaliação de Projetos da Lei Aldir Blanc.

Art. 10 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito de Vargeão - SC, em 10 de setembro de 2020.

VOLMIR FELIPE  
Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra  
GIOVANI LUIZ WILMSEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## DECRETO 093-2020 - RETOMADA ATIVIDADES ECONÔMICAS COVID 19

Publicação Nº 2638852

DECRETO Nº 093/2020, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

CRIA PLANO DE RETOMADA DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS E SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE VARGEÃO-SC EM VIRTUDE DA PANDEMIA DO COVID-19 E ESTABELECE PROTOCOLOS PARA O ENFRENTAMENTO DA NOVA ETAPA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR FELIPE, Prefeito Municipal de Vargeão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO a declaração de emergência em saúde pública de importância internacional pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 13.979/2020, de 06 de fevereiro de 2020, que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus (COVID-19);

CONSIDERANDO que a situação demanda o emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença no Estado de Santa Catarina, conforme Decreto nº 562/2020 e suas atualizações; CONSIDERANDO a importância e a necessidade da retomada gradativa das atividades sociais-econômicas, respeitada a situação epidemiológica local, associado ao cumprimento das exigências para prevenção e mitigação da disseminação da COVID-19;

CONSIDERANDO as análises realizadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina em relação a evolução da pandemia nas diferentes regiões do estado, combinadas com a disponibilidade de leitos e da atual estrutura de saúde existentes,

CONSIDERANDO a Portaria nº 464, de 03 de julho de 2020, que instituiu o programa de descentralização e regionalização das ações de combate à COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 592, de 17 de agosto de 2020, que estabelece os critérios de funcionamento das atividades de interesse regional e local, bem como as medidas de enfrentamento da COVID-19, de acordo com os níveis de risco da Avaliação do Risco Potencial Regional das regiões de saúde;

CONSIDERANDO a Portaria nº 658, de 28 de agosto de 2020, que altera a Portaria 592, de 17 de agosto de 2020;

CONSIDERANDO a Portaria SES nº 664 de 03 de setembro de 2020, que define os critérios para retomada do futebol recreativo;

CONSIDERANDO o mapa atualizado de gestão de risco da Secretaria de Estado de Saúde divulgada pela SES em 26 de agosto de 2020,

CONSIDERANDO a queda significativa nos casos ativos no Município,

CONSIDERANDO a necessidade de reavaliação das medidas restritivas vigentes desde o início da Pandemia, e,

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 020 de 18 de março de 2020;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 022 de 25 de março de 2020;

CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 024 de 01 de abril de 2020;  
CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 026 de 08 de abril de 2020;  
CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 031 de 13 de abril de 2020,  
CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 036 de 28 de abril de 2020,  
CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 067 de 30 de julho de 2020,  
CONSIDERANDO as previsões do Decreto Municipal nº 085 de 24 de agosto de 2020,

**DECRETA:**

Art. 1. Estabelece o Plano de Ação e Critérios para retomada de atividades, balizadas pelas medidas de enfrentamento ao COVID-19 para o Município de Vargão, de acordo com análises de riscos e informações monitoradas pela Vigilância Epidemiológica, Defesa Civil e Comitê de enfrentamento à Pandemia.

Art. 2. A partir de 10 de setembro de 2020 ficam liberadas/autorizadas as seguintes práticas e atividades:

I - A circulação de crianças e adolescentes em espaços Públicos e privados destinados a prática de atividade física e lazer;

II - A utilização de espaços Públicos coletivos como praças e parques;

III - A realização das aulas práticas de cursos técnicos e profissionalizantes;

IV - A retomada, em espaços privados, dos jogos de futebol, bocha, bolão e demais atividades recreativas coletivas, observando todos os critérios e medidas preventivas estabelecidos na Portaria SES 664 de 03 de Setembro de 2020, para atletas com idade igual ou superior a 16 (dezesesseis) anos nos termos desta portaria,

§ 1º. Para as atividades dos itens I, II e III, devem ser observadas as medidas de prevenção da Portaria SES 448/2020.

§ 2º. Os jogos devem ser marcados/realizados em dias alternados, considerando a Avaliação de Risco Potencial da Região.

§ 3º. Nos dias das partidas, somente poderão acessar o local e suas dependências as pessoas diretamente envolvidas nas mesmas e o número mínimo necessário de pessoas para realização dos jogos, vedada participação de expectadores.

Art. 3º. A partir de 14 de setembro de 2020 ficam liberadas/autorizadas as seguintes práticas e atividades:

I - A realização de pequenos eventos de formação como palestras e cursos com contingente de pessoas de acordo com as previsões do §2º deste artigo;

II - Fica autorizado também a apresentação de som ao vivo em pequenos eventos, bares e restaurantes, ficando vedada a realização de bailes e festas comunitárias;

§ 1º. Os pequenos eventos, sejam realizados em locais particulares, em restaurantes e/ou sedes, serão sempre de responsabilidade dos organizadores e devem obedecer as medidas preventivas contidas na Portaria SES 666/2020.

§ 2º. Os pequenos eventos de formação só estão autorizados a ser realizados em local próprio como auditório, salas de reuniões ou salas de aulas que atendam as regras de distanciamento e prevenção estabelecidas na portaria SES 352/2020.

§ 3º. A apresentação de som ao vivo em pequenos eventos fica permitida com reserva de mesas, respeitada a capacidade de lotação de pessoas sentadas, mediante prévia autorização da Vigilância Sanitária Municipal, vedada a abertura de pista de dança, bailes e afins.

Art. 4º. O descumprimento das medidas ora adotadas, sujeitará o responsável a pena de suspensão dos alvarás exarados pelo Município.

Art. 5º. As previsões deste decreto serão novamente discutidas após 14 (quatorze) dias de sua publicação.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vargão, Estado de Santa Catarina,  
em 10 de setembro de 2020.

VOLMIR FELIPE

Prefeito Municipal

Certifico que o Decreto foi publicado em data supra

GIOVANI LUIZ WILMSEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## **EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2020**

Publicação Nº 2638350

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Eletrônico nº 34/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VARGÃO

Município de Vargão torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Municipal 1.430/2009 de 07 de dezembro de 2009 e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Decreto Municipal nº 047/2012 de 28 de setembro de 2012 e Decreto Municipal nº 076/2019 de 07 de outubro de 2019 e Decreto Federal 10.024 de 20 de Setembro de 2019, e demais legislações aplicáveis, que realizará no dia 24 de setembro de 2020, às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço por lote, exclusivo para ME/EPP, visando o Registro de Preços com validade de 12 (doze) meses, para a aquisição parcelada de kits de natalidade, que serão adquiridos conforme a necessidade, de acordo com as especificações constantes do Edital de Pregão nº 34/2020. Local: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br). Informações complementares serão prestadas através do e-mail [compras@vargao.sc.gov.br](mailto:compras@vargao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargão, no link [http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con\\_licitacoes.faces](http://e-gov.betha.com.br/transparencia/01028-002/con_licitacoes.faces)

Vargão, SC, 10 de setembro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

**EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 35/2020**

Publicação N° 2638559

Extrato de EDITAL

Edital de Pregão Presencial n° 35/2020

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

O Município de Vargeão, torna público que, de acordo com a Lei Federal n.º 10.520 de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente a Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, e o Decreto Municipal n.º 75/2012, de 31 de dezembro de 2012, Decreto Municipal n.º. 047/2012 de 28 de setembro de 2012 e Decreto Municipal n.º 076/2019 de 07 de outubro de 2019 e demais legislações aplicáveis, que realizará no dia 25 de setembro de 2020 às 08h45min, processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, visando o REGISTRO DE PREÇOS com validade de 12 (doze) meses para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços de hora máquina - rolo compactador, com operador, combustível e horímetro para controle das horas trabalhadas, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos de Vargeão, de acordo com as especificações constantes no Edital de Pregão n° 35/2020. Informações complementares serão prestadas através do e-mail [compras@vargeao.sc.gov.br](mailto:compras@vargeao.sc.gov.br), fone fax (49) 3434-0148, informando o número da licitação. O Edital encontra-se disponível para download no site da Prefeitura Municipal de Vargeão, no link <https://e-gov.betha.com.br/transparencia/01037-041/recursos.faces?mun=IKP9n1VESO4=>

Vargeão, SC, 10 de Setembro de 2020.

Volmir Felipe

Prefeito Municipal

# Vargem

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N° 1079/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação N° 2637994

DECRETO MUNICIPAL N° 1079/2020, DE 09 DE SETEMBRO DE 2020  
Abre Crédito Adicional Suplementar.

A PREFEITA MUNICIPAL DE VARGEM/SC, EXMA SRA. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, no uso de suas atribuições e com fundamento no que dispõe a Lei Orgânica do Município, e com amparo na Lei Municipal nº 836/2019...

#### DECRETA:

Art 1st. Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

Órgão/Unidade 10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Atividade: 2.028 – Manutenção dos Serviços de Atenção Básica à Saúde

Modalidade 3.1.90.00.00.00.00.01.0053 ..... R\$ 230.000,00

Modalidade 3.3.90.00.00.00.00.01.0053 ..... R\$ 80.000,00

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos 0053 – Covid União, conforme art. 43, §3º da Lei nº 4.320/64.

Art 2nd. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Vargem/SC, em 09 de setembro de 2020.

Milena Andersen Lopes Becher,  
Prefeita Municipal.

Registrado e publicado o presente Decreto  
no átrio da Prefeitura Municipal na data supra

Danielly Cavalli,  
Secretária Municipal de Administração e Finanças.

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 17/2020/FMS - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 11/2020/FMS

Publicação N° 2637993

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório nº 17/2020/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 11/2020/FMS

Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos genéricos e éticos para o Fundo Municipal de Saúde, mediante aplicação de maior desconto sobre a Tabela ABC Farma.

Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 13h30min do dia 24/09/2020, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Angela Maria dos Passos Alves – Gestora do FMS.

### PROCESSO LICITATÓRIO N° 18/2020/FMS - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 12/2020/FMS

Publicação N° 2637986

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório nº 18/2020/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 12/2020/FMS

Objeto: Contratação de serviços de sessões de oxigenoterapia em câmara hiperbárica.

Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 15h30min do dia 24/09/2020, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra.

Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Angela Maria dos Passos Alves – Gestora do FMS.

# Vidal Ramos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 3.357/2020

Publicação Nº 2639096

DECRETO N. 3357/2020, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020.

"ESTABELECE PROCEDIMENTOS PARA TRAMITAÇÃO E ANÁLISE DE PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA – (REURB) INSTITUÍDA PELA LEI MUNICIPAL N. 2.034/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais,

#### DECRETA:

Art. 1º. Ficam estabelecidos os procedimentos para tramitação e análise de processos de Regularização Fundiária Urbana (Reurb) instituída pela Lei Municipal n. 2.034/2020 de 21 de agosto de 2020.

Parágrafo único. A Reurb deverá ser realizada observando-se as disposições deste Decreto, da Lei Municipal n. 2.034/2020, da Lei Federal nº 13.465/2017, do Decreto Federal nº 9.310/2018 e do Decreto Federal 9.597/2018, das demais normas federais, estaduais ou municipais aplicáveis.

#### CAPÍTULO I

##### DA COMISSÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Art. 2º. Objetivando conduzir o procedimento administrativo de regularização fundiária urbana (Reurb) no âmbito municipal será instituída, por ato do Prefeito Municipal, "Comissão de Regularização Fundiária", composta no mínimo por:

- I – um representante da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, responsável pela análise urbanística dos processos de Reurb;
- II – um representante da Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, responsável pela análise ambiental dos processos de Reurb;
- III – um representante da Secretaria Municipal da Assistência Social responsável pela análise social dos processos de Reurb;
- IV – um representante da assessoria jurídica do Município, responsável pela análise jurídica dos processos de Reurb;

Parágrafo Único. Ficará a cargo do servidor indicado no inciso I a coordenação dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º. Constituem atribuições da Comissão de Regularização Fundiária:

- I – estabelecer áreas prioritárias para a regularização fundiária;
- II – propor a abertura dos processos de Reurb de iniciativa do município;
- III – conduzir os processos de Reurb no âmbito da administração municipal;
- IV – produzir os atos administrativos correspondentes aos processos de Reurb;
- V – mediar eventuais conflitos que surgirem no transcorrer dos processos de Reurb;
- VI – emitir parecer único conclusivo multidisciplinar a fim de subsidiar a emissão da Certidão de Regularização Fundiária – CRF;
- VII – solicitar, junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do processo de Reurb, quando de interesse social;
- VIII – fiscalizar o recebimento das obras de infraestrutura essencial e das compensações urbanísticas e ambientais previstas no projeto urbanístico e no termo de compromisso;
- IX – assessorar o Prefeito naquilo que disser respeito à Reurb;
- X – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
- XI – dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão.

Art. 4º. O mandato dos membros da Comissão corresponderá ao período de 2 (dois) anos, contados a partir da publicação do decreto de nomeação, podendo haver recondução.

#### CAPÍTULO II

**DAS FASES DA REURB**

Art. 5º. A tramitação e análise dos processos de regularização fundiária urbana – Reurb no âmbito municipal obedecerá às seguintes fases:

I – protocolo do requerimento da Reurb por um dos legitimados previstos na Lei Federal nº 13.465/2017;

II – análise do requerimento pela Comissão de Regularização Fundiária e decisão quanto ao seu deferimento ou não, com a classificação da modalidade da Reurb;

III – homologação da decisão da Comissão de Regularização Fundiária pelo Prefeito Municipal com a instauração da Reurb por Decreto;

IV – notificação dos titulares de domínio, dos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, dos confrontantes e dos terceiros eventualmente interessados;

V – processamento administrativo do projeto de regularização fundiária pela Comissão de Regularização Fundiária;

VI – decisão da aprovação urbanística e ambiental do projeto de regularização fundiária pela autoridade competente, mediante ato formal ao qual se dará publicidade;

VII – expedição da CRF pela autoridade competente;

VIII – registro da CRF e do projeto de regularização fundiária aprovado perante o oficial do cartório de registro de imóveis.

**CAPÍTULO III****DO REQUERIMENTO E DA INSTAURAÇÃO DA REURB**

Art. 6º. A abertura do processo administrativo da Reurb será solicitada por meio de requerimento de um dos legitimados, a ser protocolado no Município, acompanhado dos seguintes documentos:

I – cópia atualizada da(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is) que compõem o núcleo urbano informal, expedida(s) por Cartório de Registro de Imóveis competente;

II – croqui de localização do núcleo urbano informal, contendo, suas medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, nome dos proprietários confrontantes, nome e distância da rua mais próxima e demais informações pertinentes;

III – estudo preliminar das desconformidades e da situação jurídica, urbanística e ambiental atual do núcleo urbano informal;

IV – indicação da modalidade da Reurb requerida, com base em estudo socioeconômico elaborado por profissional habilitado, com a apresentação dos documentos para fins de enquadramento da modalidade e qualificação dos ocupantes;

V – comprovação que o núcleo urbano informal foi implantado antes da data de 22 de dezembro de 2016, na forma da Lei 13.465/2017.

Parágrafo Único. A comprovação da data de ocupação se dará mediante apresentação de documentos, laudo técnico ou por qualquer outro instrumento que possua valor legal, inclusive por levantamento aerofotogramétrico, reconhecido por órgãos públicos e/ou constantes na base de dados do cadastro imobiliário municipal.

Art. 7º. Após o protocolo, o requerimento de solicitação de instauração da Reurb será encaminhado à Comissão de Regularização Fundiária, que deverá, no prazo de até 180 (cento e oitenta dias), deferi-lo, classificando-o em uma das modalidades da Reurb, ou indeferi-lo, mediante decisão fundamentada, indicando as medidas a serem adotadas com vistas à reformulação e reavaliação do requerimento, quando for o caso.

Art. 8º. O deferimento do requerimento pela Comissão de Regularização Fundiária deverá ser homologado pelo Prefeito Municipal, por meio de Decreto Municipal que fará a classificação da modalidade e a instauração da Reurb.

**CAPÍTULO IV****DA NOTIFICAÇÃO E DA SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS**

Art. 9º. Instaurada a Reurb, a Comissão de Regularização Fundiária promoverá a notificação dos titulares de domínio, os responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, os confrontantes e os terceiros eventualmente interessados, para, querendo, apresentar manifestação e impugnação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento da notificação;

§1º A notificação dos titulares e confrontantes será feita por via postal, com aviso de recebimento, no endereço que constar da matrícula ou da transcrição do imóvel e será considerada efetuada quando comprovada a entrega nesse endereço.

§2º A notificação da Reurb também poderá ser feita por meio de publicação de edital, com prazo de 30(trinta) dias, do qual deverá constar, de forma resumida, a descrição do núcleo urbano informal a ser regularizado, nos seguintes casos:

I – quando o proprietário e os confrontantes não forem encontrados; e

II – quando houver recusa da notificação por qualquer motivo.

§3º A ausência de manifestação dos titulares de domínio, dos responsáveis pela implantação do núcleo urbano informal, dos confrontantes e dos terceiros eventualmente interessados, será interpretada como concordância com a Reurb.

§4º Na hipótese de apresentação de impugnação, será iniciado o procedimento extrajudicial de composição de conflitos.

§5º O Município poderá rejeitar impugnação infundada, por meio de ato fundamentado do qual constem as razões pelas quais assim a considerou, e dar seguimento à Reurb se o impugnante não apresentar recurso no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da notificação da decisão de rejeição.

I - Considera-se infundada a impugnação que:

- a) não indicar, de forma plausível, onde e de que forma a Reurb avança na propriedade do impugnante;
- b) não apresentar motivação, ainda que sumária; ou
- c) versar sobre matéria estranha ao procedimento da Reurb em andamento.

§ 6º Apresentada a impugnação apenas em relação a parte da área objeto da Reurb, é facultado ao Município prosseguir com a Reurb em relação à parcela não impugnada.

Art. 10. O Município poderá criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito da administração local, inclusive mediante celebração de ajustes com o Tribunal de Justiça Estadual, o qual terá competência para dirimir conflitos relacionados à Reurb, mediante solução consensual.

§1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o caput deste artigo será estabelecido em ato do Poder Executivo municipal e, na falta do ato, pelo disposto na Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015.

§2º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá condição para a conclusão da Reurb, se inexistente acordo, o processo administrativo da Reurb ficará suspenso até a solução judicial do litígio, ou ainda, será extinto no caso da promoção da regularização fundiária no âmbito judicial.

§3º O Município poderá instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação coletiva de conflitos relacionados à Reurb.

§4º A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflitos no âmbito da Reurb suspende a prescrição.

§5º O Município poderá, mediante a celebração de convênio, utilizar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania ou as câmaras de mediação credenciadas nos Tribunais de Justiça.

## CAPÍTULO V DO PROJETO DE REGULARIZAÇÃO

Art. 11. Inexistindo impugnação acerca da Reurb ou se dirimidos os conflitos, a Comissão notificará o requerente da Reurb para que apresente o correspondente projeto de regularização fundiária.

Art. 12. Protocolado o projeto de regularização fundiária, este será submetido à análise e avaliação da Comissão de Regularização Fundiária que terá o prazo de 90 dias (noventa dias) para decidir por deferir ou indeferir o projeto, requerendo, para sua análise e decisão, sempre que necessário, pareceres técnicos e informações dos setores e técnicos que compõem a administração municipal ou de terceiros contratados;

I – Se deferido o processo, será expedido parecer recomendando a aprovação do projeto de regularização fundiária e a emissão da CRF pela autoridade competente.

II – Se indeferido o processo, será expedido parecer técnico, legalmente fundamentado, de modo a permitir, quando possível, a reformulação do projeto.

III – Se o processo for indeferido e o legitimado reapresentá-lo, deverá passar por nova análise que observará a correção das pendências da primeira análise, para o que a Comissão de Regularização Fundiária terá o prazo de 90 (noventa) dias para expedição de novo parecer.

Art. 13. O projeto de regularização fundiária a ser apresentado para análise conterá, no mínimo:

- I – levantamento topográfico georeferenciado, subscrito por profissional legalmente habilitado, que demonstrará os elementos caracterizadores do núcleo urbano informal a ser regularizado;
- II – planta do perímetro do núcleo urbano informal, com demonstração das matrículas ou das transcrições atingidas;
- III – cópia atualizada da(s) matrícula(s) do núcleo urbano informal a regularizar expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis;
- IV – documentos que comprovem a posse pelos ocupantes do(s) imóvel(is) a regularizar;

V – projeto urbanístico, conforme conteúdo mínimo estabelecido no art. 13 deste Decreto;

VI – memorial descritivo, conforme conteúdo mínimo estabelecido no art. 14 deste Decreto;

VII – estudo técnico para situações de risco, quando for o caso;

VIII – estudo técnico ambiental, observando o disposto nos arts. 64 e 65 da Lei Federal nº 12.651/12, quando o núcleo urbano informal for situado, total ou parcialmente, em área de preservação permanente - APP, Unidade de Conservação de Uso Sustentável ou área de proteção de manancial definidas pela União, Estado ou Município;

IX – memorial descritivo das propostas de soluções para as questões ambientais, urbanísticas e de reassentamento dos ocupantes, quando for o caso, com a indicação das medidas de mitigação, contrapartidas e compensações urbanísticas e ambientais que integrarão o Termo de Compromisso;

X – indicação do(s) instrumento(s) jurídico(s) a serem aplicados, observada a Lei Federal nº 13.465/2017.

XI – Anotação ou Registro de responsabilidade dos técnicos responsáveis por todos os projetos e estudos apresentados para análise;

XII – cópia da convenção de Condomínio, quando for o caso.

XIII – cronograma físico dos serviços e implantação de obras de infraestrutura essencial, compensações urbanísticas, ambientais e outras, quando houver, o qual deverá conter também previsão dos custos necessários;

XIV – termo de compromisso a ser assinado pelos responsáveis, públicos ou privados, para cumprimento do cronograma físico definido no inciso anterior;

§1º O Município poderá exigir ainda, além dos documentos mencionados neste artigo, a apresentação de outros desenhos, cálculos, documentos e detalhes que julgar necessário ao esclarecimento do projeto.

§2º O termo de compromisso será assinado, também, por duas testemunhas, de modo a formar título executivo extrajudicial na forma estabelecida no inciso III do caput do art. 784 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 – Código de Processo Civil.

§3º Na regularização de núcleo urbano informal que já possua a infraestrutura essencial implantada e para o qual não haja compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados, fica dispensada a apresentação do cronograma físico e do termo de compromisso previstos nos incisos anteriores.

§4º Na hipótese a que se refere o parágrafo anterior, constará na CRF que o núcleo urbano regularizado já possui a infraestrutura essencial e que não existem compensações urbanísticas ou ambientais ou outras obras e serviços a serem executados.

Art. 14. O projeto urbanístico de regularização fundiária indicará, no mínimo:

I – a localização do núcleo urbano informal a ser regularizado, suas medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

II – as unidades imobiliárias a serem regularizadas, indicando: área, medidas perimetrais, confrontações, edificações existentes (com suas medidas e características), nome da via e o número da designação cadastral, quando houver;

III – as quadras e as suas subdivisões em lotes ou as frações ideais vinculadas à unidade a regularizar;

IV – as vias de circulação existentes, as áreas destinadas ao uso público e outros equipamentos urbanos, incluindo compensações quando for o caso, com indicação de área, medidas perimetrais e confrontantes;

V – as eventuais áreas já usucapidas;

VI – a localização de cursos d'água (dormentes e correntes), nascentes, mananciais, vegetação expressiva e outras indicações topográficas relevantes;

VII – a indicação de faixas não edificáveis existentes, devidamente cotadas, conforme estabelecidas pela legislação vigente (faixa de domínio de rodovias, linhas de transmissão de energia de alta tensão, áreas de preservação permanente, faixas sanitárias, entre outras);

VIII – o quadro resumo das diversas áreas indicadas no projeto com as proporções (área total do núcleo informal, área total dos lotes a regularizar, área verde, área de equipamentos comunitários, áreas destinadas à circulação, áreas remanescentes, entre outras coisas do gênero).

IX – as medidas de adequação para correção das desconformidades ambientais e de risco, quando necessárias;

X – as medidas necessárias à adequação da mobilidade, da acessibilidade, da infraestrutura e da relocação de edificações, quando necessárias;

XI – o(s) projeto(os) das obras de infraestrutura essenciais, quando ainda não implantadas.

§1º Os projetos apresentados para análise somente serão aceitos quando legíveis, na escala que se fizer necessária para a perfeita compreensão do Projeto e de acordo com as normas usuais de desenho estabelecidas pela ABNT.

§2º Quando a Reurb for implementada em etapas e abranger o núcleo urbano informal de forma total ou parcial, o projeto de que trata este artigo deve definir a parcela do núcleo urbano informal a ser regularizada em cada etapa respectiva.

Art. 15. O memorial descritivo do núcleo urbano informal conterá, no mínimo:

I – a identificação do núcleo urbano informal objeto da Reurb com sua localização, medidas perimetrais, área total, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

II – a descrição técnica das unidades imobiliárias a serem regularizadas com suas medidas perimetrais, área, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites, confrontantes, número e quadra, além da designação do seu ocupante;

III – a descrição das vias de circulação existentes ou projetadas que componham o núcleo urbano informal;

IV – a descrição das áreas destinadas ao uso público, com suas medidas perimetrais, área, coordenadas georreferenciadas dos vértices definidores de seus limites e confrontantes;

V – a descrição dos equipamentos urbanos comunitários existentes e dos serviços públicos e de utilidade pública que integrarão o domínio público com o registro da regularização; e

VI – quando se tratar de condomínio, as descrições técnicas, os memoriais de incorporação e os demais elementos técnicos previstos na Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964.

## CAPÍTULO VI

### DA APROVAÇÃO DO PROJETO E EMISSÃO DA CRF

Art. 16. A decisão da aprovação urbanística e ambiental do projeto de regularização fundiária após parecer favorável da Comissão de Regularização Fundiária se dará mediante ato formal ao qual se dará publicidade e deverá:

I – aprovar o projeto de regularização fundiária resultante da Reurb;

II – indicar as intervenções a serem executadas (obras de implantação da infraestrutura essencial, serviços e compensações urbanísticas e ambientais), conforme o projeto de regularização fundiária aprovado;

III – indicar os instrumentos jurídicos aplicáveis a Reurb;

IV – identificar e declarar os ocupantes de cada unidade imobiliária com destinação urbana regularizada e os seus direitos reais.

Art. 17. Aprovado o projeto de regularização fundiária, o Município emitirá a Certidão de Regularização Fundiária – CRF, que conterá, no mínimo:

I – o nome e a localização do núcleo urbano informal regularizado;

II – a área total e o número de lotes regularizados;

III – a modalidade da Reurb;

IV – os responsáveis pelas obras e serviços constantes do cronograma;

V – a indicação numérica de cada unidade regularizada, quando possível; e

VI – a listagem dos ocupantes que houverem adquirido a unidade, por meio de título de legitimação fundiária ou de ato único de registro, e que conterá o nome do ocupante, seu estado civil, sua profissão, seu número de inscrição no CPF, o número de sua carteira de identidade e a sua filiação.

Art. 18. Emitida a CRF, no caso da Reurb-E, deverá o requerente apresentar o projeto de regularização fundiária aprovado juntamente com a CRF ao oficial do cartório de registro de imóveis em que se situe a unidade imobiliária com destinação urbana regularizada.

## CAPÍTULO VII

### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Caberá ao requerente providenciar os documentos e vias adicionais que sejam solicitadas pelo oficial do cartório de registro de imóveis, para o registro da Reurb.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vidal Ramos, 04 de setembro de 2020.

ODILMAR DE SOUZA

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 3.358/2020**

Publicação Nº 2639078

DECRETO Nº 3.358/2020 DE 09 DE SETEMBRO DE 2020.

Prorroga a vigência do Decreto nº 3355/2020, altera dispositivos e dá outras providências.

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 09 de setembro de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVÍSSIMO (4) para GRAVE (3) na matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 do Governo do Estado de Santa Catarina;  
CONSIDERANDO o estabelecido no artigo 4º da Portaria SES nº 592/2020 alterado pela Portaria SES 658/2020;  
CONSIDERANDO a Resolução DIR da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI);

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogada a vigência do Decreto Municipal nº3.355/2020, que passará a vigorar até que seja extinta sua vigência em ato normativo municipal de hierarquia equivalente ou superior.

Art. 2º Fica alterado o inciso VI do art. 1º do Decreto Municipal nº3.355/2020., que passará a vigorar com a seguinte redação:

V - autorização de funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais.

Art. 3º Fica acrescido § 3º ao art. 1º do Decreto Municipal nº 3.355/2020, com a seguinte redação:

§ 3º De acordo com a Portaria SES nº 664 de 03/09/2020 vigente nesta data, fica autorizada a retomada do futebol recreativo, que poderá ocorrer exclusivamente para atletas com idade igual ou superior a 16 anos e em dias alternados, observadas as demais medidas determinadas na referida Portaria.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vidal Ramos, 09 de setembro de 2020.

ODILMAR DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL**DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 33/2020**

Publicação Nº 2638383

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOSProcesso Licitatório nº. 75/2020  
Dispensa de Licitação nº. 32/2020

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos informa que o presente processo de Dispensa de Licitação é referente a contratação de empresa para aquisição de um processador Intel core I3 e um monitor 18" para atender as necessidades do departamento administrativo da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos.

**JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

Em face à reorganização administrativa, e as mudanças para o Sistema Betha Cloud, que veio para melhorar ainda mais os serviços prestados pela administração, precisou remanejar mais um funcionário para o setor de Compras e o mesmo precisa de equipamentos para poder trabalhar. Para viabilizar as ações planejadas, é imprescindível que o setor disponha de equipamentos destinados a boa manutenção dos trabalhos e que ofereça adequadas condições para a realização de suas atividades precípuas.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Nota-se, pelas razões fáticas acima apresentadas, que a contratação, conforme programação do Município ocorreria via licitação. Contudo, em razão do valor, tempo para conclusão do procedimento licitatório, isto não se mostrou viável no momento. Tendo que garantir os serviços essenciais em comento, abrimos mão do que dispõe o art. 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações:

**DO PREÇO**

O valor previsto para pagamento das peças é de R\$ 2.378,00 (dois mil trezentos e setenta e oito reais), o preço está baseado no menor valor dos orçamentos que conseguimos que foi no valor citado acima para o fornecimento das peças solicitadas.

QTD	UND	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	Und	PROCESSADOR INTEL CORE I3, PLACA MÃE, MEMÓRIA 4GB, SSD 240GB.	1.860,00	1.860,00
01	Und	MONITOR LED AOC D 18"	518,00	518,00
Valor total			2.378,00	

**DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Para a realização da presente dispensa de licitação foi verificada a existência de suficiência de recursos orçamentários, como segue:  
4.4.9.0.0.0.0.0.00.00.00.00

**DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DE VIGÊNCIA**

A entrega das peças será em até 5 dias após a autorização de fornecimento.

**DA DOCUMENTAÇÃO**

Poderão participar desta licitação quaisquer interessados, desde que:

Para habilitação entreguem os seguintes documentos:

Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou ainda, inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Regularidade Fiscal:

Prova de regularidade fiscal com as Fazendas Federal/INSS, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade fiscal perante o FGTS, do domicílio ou sede da empresa;

Prova de regularidade relativo à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

Declarações.

#### DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: VIDAL INFORMATICA LTDA, estabelecida na GILBERTO COMANDOLLI, 161, CENTRO, VIDAL RAMOS/SC, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 09.322.575/0001-03

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Sr. Odilmar de Souza, Prefeito Municipal, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 09 de setembro de 2020

Eduardo Thechrin

Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 75/2020

Dispensa de Licitação nº. 32/2020

#### RATIFICAÇÃO

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal de Vidal Ramos, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

RATIFICA a DISPENSA de licitação para a contratação direta da Empresa VIDAL INFORMATICA LTDA, estabelecida na GILBERTO COMANDOLLI, 161, CENTRO, VIDAL RAMOS/SC, CEP 88443-000, inscrita no CNPJ sob o número 09.322.575/0001-03, com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o pagamento da despesa, no Valor de R\$ 2.378,00 (dois mil trezentos e setenta e oito reais), em favor da empresa VIDAL INFORMATICA LTDA, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 09 de setembro de 2020.

ODILMAR DE SOUZA

Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### DECRETO 17.547/2020

Publicação Nº 2639455

DECRETO Nº 17.547/20, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Nomeia Chefe de Serviço de Enfermagem

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ROSE MARIA BALDO PEREIRA, para exercer o cargo comissionado de Chefe de Serviço de Enfermagem, símbolo DAS-3, criado pela Lei nº 3.566/18 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de setembro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni  
Procurador Geral  
OAB/SC 18.431

### DECRETO Nº 17.548/20

Publicação Nº 2639457

DECRETO Nº 17.548/20, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

Institui horário especial, em turno único, em órgãos e repartições da Administração Municipal que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, usando das atribuições que lhe confere o art. 72, incisos IX e XII da Lei Orgânica do Município,

Considerando a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Internacional pela Organização Mundial da Saúde em 30 de janeiro de 2020, em decorrência da Infecção Humana pelo novo coronavírus;

Considerando a Portaria n. 188/GM/MS, de 4 de fevereiro de 2020, que Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), em decorrência da Infecção Humana pelo novo COVID-19;

Considerando a classificação pela OMS, no dia 11 de março de 2020, como pandemia pelo novo coronavírus – COVID19;

Considerando que estudos recentes demonstram a eficácia das medidas de afastamento social precoce para contenção da disseminação da COVID-19;

Considerando o Decreto de nº 562, de 17 de abril de 2020 do Estado de Santa Catarina e suas alterações;

Considerando a necessidade de redução de circulação e aglomeração de pessoas em virtude da pandemia;

Considerando que as Prefeituras da região da AMARP estão adotando tal procedimento a fim de minimizar a contaminação pelo COVID-19;

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido horário especial de expediente, em turno único, das 7h00min às 13h00min, a partir de 14 de setembro de 2020, em todos os órgãos da Administração Municipal Direta e Indireta.

§1º Excetua-se do disposto no caput a Secretaria Municipal de Saúde que manterá o atual horário de expediente.

§2º Fica revogado o art. 5º do Decreto nº 17.319/2020.

§3º Os servidores Municipais que encontram-se exercendo suas atividades em home office ou em turnos de revezamento deverão respeitar a disposição do caput deste Decreto.

Art. 2º Fica proibida a realização de horas extras, a não ser os casos especiais pré-determinados em lei (adicional noturno, plantão) e, em casos de necessidade, desde que autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º A critério do Chefe do Poder Executivo e mediante exposição de motivos devidamente fundamentada do titular da Secretaria ou órgãos pertinentes, poderão ser estabelecidas exceções ao horário especial instituído pelo presente Decreto.

Parágrafo Único - Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente poderá ser estabelecida escala de plantão para até 2 (dois) servidores.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração editará todos os atos complementares necessários à plena execução deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 10 de setembro de 2020.

DORIVAL CARLOS BORG  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 10 dias do mês de setembro de 2020.

GENTIL GAEDKE  
Secretário de Administração Interino

## **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2020 - PMV**

Publicação Nº 2638587

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2020 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 46/2020 - PMV

HOMOLOGAÇÃO 10/09/2020

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA EMPRESA "AUTO MECANICA GERAL LTDA" PARA EFETUAR REVISÃO OBRIGATORIA DE UTILIZAÇÃO DOS 10.000 KM, DO VEÍCULO CHEVROLET CRUZE, PLACA QJZ 1655 UTILIZADO PELO GABINETE DO PREFEITO.

VALOR: R\$ 287,91 (Duzentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavos.)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 10 de setembro de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 43/2020**

Publicação Nº 2639431

SECRETARIA DA FAZENDA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 43/2020

O Secretário Municipal da Fazenda, no uso de suas atribuições legais com fundamento na Lei Orgânica artigo 100, no Código Tributário Municipal (Lei 69/85) artigo 87, §2º, e considerando ainda o que constam no Processo Administrativo 15045/2020, na Informação Fiscal e na Intimação, as quais se encontram à disposição da Contribuinte na Secretaria da Fazenda Municipal no Departamento de Tributação/Fiscalização Tributária:

DECLARA,

Notificada a empresa abaixo relacionada, por não ter sido localizada no endereço constante no cadastro municipal, da Informação Fiscal e

da Intimação lavrada.  
SECRETARIA DA FAZENDA  
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

#### INFORMAÇÃO FISCAL

Trata-se de informação fiscal tendo em vista a resposta ao Termo de Início de Fiscalização (PA15045/2020) lavrado pelo Fisco Municipal em face de ROSILENE DA ROSA SANTOS MEI, inscrita no CNPJ de nº 17.638.980/0001-05, o qual solicitou a apresentação de todos os seus blocos de notas fiscais de prestação de serviços.

Inicialmente destaca-se que a contribuinte em questão informou em resposta ao supracitado processo administrativo fiscal, que o Departamento de Tributação solicitou os seus blocos de notas fiscais de prestação de serviços, tendo em vista o requerimento de baixa de sua inscrição municipal.

Cumpra destacar que o PA15045/2020 – Verificação Fiscal teve início em 30/07/2020, conforme data apresentada no Termo de Início de Fiscalização - TIF, sendo este recebido pela contribuinte em 14/08/2020 em seu domicílio tributário (AR BO518613016BR).

Em consulta pública ao Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), junto ao sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil, verificamos que o CNPJ de Rosilene da Rosa Santos MEI foi baixado exatamente na data do recebimento do TIF, ou seja, em 14/08/2020. Ademais, o Departamento de Tributação só obteve informação do pedido de baixa da inscrição municipal da contribuinte em 16/08/2020, vide Protocolo 56000001614873 do Sistema de Gestão do Cadastro Integrado Municipal – GCIM (fl. 11).

Portanto, reforça-se que o TIF teve início antes mesmo de qualquer providência por parte da contribuinte e não em referência à baixa de sua inscrição municipal, conforme apontado pela mesma.

Outro quesito destacado pela contribuinte é que os blocos de notas fiscais de prestação de serviços anteriores a 2015 estariam prescritos para exigência fiscal, pelo lapso temporal de 5 anos.

Esse ponto merece uma separação dos conceitos da data da autorização para emissão de documentos fiscais – AIDF, e das datas das próprias notas fiscais inseridas nos referidos blocos. A AIDF irá apresentar a data em que foi autorizada a emissão dos blocos de notas fiscais de prestação de serviços, sendo que esta não coincide necessariamente com o prazo de prescrição citado, uma vez que nada impede que a contribuinte emita NFS nos anos seguintes, ainda que a AIDF tenha ocorrido período passado. Por exemplo, em uma AIDF de 2014, é perfeitamente possível o contribuinte emitir NFS em 2015, 2016, etc., uma vez que dependendo do tipo ou da demanda do serviço, um bloco de notas fiscais pode “perdurar” anos.

Ademais, ainda que a contribuinte tenha apresentado Boletim de Ocorrência (B.O) de extravio dos blocos de notas fiscais de prestação de serviços, verificou-se que o documento não atendeu aos requisitos previstos no art. 64 do Regulamento do Imposto Sobre Serviços, Decreto 4.118/1994, como, por exemplo, a informação se estavam em branco ou total ou parcialmente preenchidos. Para fins de esclarecimento, cita-se o referido texto legal:

Art. 64 - Na ocorrência de extravio, perda, furto, roubo, deterioração ou destruição de livros ou documentos fiscais relacionados direta ou indiretamente com o ISS ou com sujeitos passivos do imposto, deverá o contribuinte, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da ocorrência:

(...)  
II - providenciar a reconstituição da escrita fiscal, quando factível, em novos livros regularmente autenticados, bem como, se for o caso, a impressão de novos documentos fiscais, obedecida sempre a seq-ência natural da numeração, como se utilizados os livros e documentos fiscais extraviados, perdidos, furtados, roubados ou destruídos.

Parágrafo único - A comunicação a que se refere o inciso I do “caput” deverá conter, além da identificação do contribuinte, as seguintes informações:

- (...)  
II - situação de utilização dos mesmos, ou seja, se estavam em branco ou total ou parcialmente preenchidos;  
III - os períodos a que se referirem;  
IV - montante, mesmo aproximado, das prestações de serviços cujo imposto ainda não tiver sido pago.  
(grifos não constantes no original)

Atenta-se ao fato que o B.O só foi registrado posterior ao Termo de Início de Fiscalização, não obedecendo a exigência do registro em 48h da ocorrência da situação, conforme previsto no caput do art. 64 supracitado.

Portanto, equivoca-se a contribuinte nos quesitos respondidos em referência ao Processo Administrativo Fiscal 15045/2020, tanto no aspecto da prescrição dos blocos/notas de prestação de serviços, demonstrado e exemplificado no presente parecer, como no boletim de ocorrência apresentado, não contendo todos os requisitos exigidos pela legislação.

Videira, 1º de setembro de 2020.

Edvans Pasqual	Ricardo Garcia Schulz
Fiscal de Tributos Municipais	Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula nº 15.490	Matrícula nº 19.047

INTIMAÇÃO

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte (30/07/2020), iniciamos junto à contribuinte ROSILENE DA ROSA SANTOS MEI, inscrita no CNPJ de nº 17.638.980/0001-55, com endereço na Rua Brasil, nº 145, Bairro Centro, no município Videira/SC, procedimento administrativo fiscal tendente a verificar a regularidade no recolhimento do Imposto Sobre Serviços – ISS, dentro do período decadencial por ocasião do Processo Administrativo 15045/2020 – Verificação Fiscal, ficando esta INTIMADA a apresentar no prazo de quinze (15) dias contados da ciência deste, no Departamento de Fiscalização da Secretaria da Fazenda junto à Prefeitura Municipal de Videira/SC, sito a Avenida Manoel Roque, nº 188, na cidade de Videira/SC os seguintes documentos/informações:

1) Cópia dos Relatórios Mensais de Receitas Brutas, conforme previsto nas Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), compreendidos nos períodos de 01/08/2015 a 14/08/2020.

Destaca-se que o Relatório Mensal de Receitas Brutas deve atentar ao previsto no art. 106, § 2º, inciso I (Resolução 140/2018 CGSN), qual seja:

Art. 106. O MEI:

I - deverá comprovar a receita bruta mediante apresentação do Relatório Mensal de Receitas Brutas de que trata o Anexo X, que deverá ser preenchido até o dia 20 (vinte) do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;

(...)

§ 2º Nas hipóteses previstas nos incisos do caput:

I - deverão ser anexados ao Relatório Mensal de Receitas Brutas os documentos fiscais comprobatórios das entradas de mercadorias e serviços tomados referentes ao período, bem como os documentos fiscais relativos às operações ou prestações realizadas eventualmente emitidos;

(grifos não constantes no original)

2) Apresentar cópia dos comprovantes da contribuição previdenciária do funcionário, informações relativas ao segurado a seu serviço, bem como o recolhimento da CPP para a Seguridade Social nos termos das Resoluções do Comitê Gestor do Simples Nacional nos períodos de 01/01/2016 a 31/12/2016, 01/01/2018 a 31/12/2018, 01/01/2019 a 31/12/2019, 01/01/2020 a 14/08/2020.

Ademais, é sabido que toda e qualquer pessoa jurídica deverá manter em boa guarda e ordem, enquanto não decorrido o prazo decadencial e não prescritas eventuais ações que lhes sejam pertinentes, todos os livros de escrituração obrigatórios por legislação fiscal, bem como os documentos e demais papéis que serviram de base para escrituração comercial e fiscal.

Portanto, fica a intimada ciente de que em caso de recusa do cumprimento desta intimação será providenciado a lavratura de Auto de Infração com previsão legal no artigo 52, inciso II, alínea "b" item 3 da Lei 69/85 (Código Tributário Municipal), por embaraço ou impedimento à fiscalização, bem como da instauração do procedimento penal previsto artigo 1º, inciso I da Lei Federal nº 8137/90 in verbis:

Art. 1º Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

Este procedimento suspende todos os benefícios relacionados com a espontaneidade no cumprimento de quaisquer obrigações tributárias, relativas ao objeto de verificação, e seu prazo de encerramento está previsto em 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogado, quantas vezes necessárias, nos termos do Código Tributário Municipal, instituído pela Lei 69/85, artigo 132, §§ 1º e 2º.

Para sanar qualquer dúvida nos colocamos a disposição através dos seguintes contatos: Telefone (49) 3566 - 9031 ou (49) 3566 - 9032. Salientamos que os documentos e informações poderão ser encaminhados para os seguintes endereços eletrônicos: [fiscaltributos.edvans@videira.sc.gov.br](mailto:fiscaltributos.edvans@videira.sc.gov.br) e [fiscaltributos.ricardo@videira.sc.gov.br](mailto:fiscaltributos.ricardo@videira.sc.gov.br).

Desta forma, lavramos o presente que, depois de assinado por nós, será cientificada a contribuinte, mediante entrega e/ou envio de cópia do mesmo.

Videira, 1º de setembro de 2020.

Edvans Pasqual	Ricardo Garcia Schulz
Fiscal de Tributos Municipais	Fiscal de Tributos Municipais
Matrícula nº 15.490	Matrícula nº 19.047

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente Edital dando-se ciência do mesmo ao contribuinte notificado.

Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 09 de setembro de 2020.

Gentil Gaedke  
Secretário Municipal da Fazenda

**TERMO ADITIVO Nº 153/2020 - PMV**

Publicação Nº 2638182

Termo Aditivo nº 153/2020

Contrato/ATA nº 186/2019

Processo: PR 110/2019 - PMV

Contratado: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA

Objeto: Reequilibrar o valor do item 02 (Emulsão Asfáltica RM2C), passando o valor unitário para R\$ 2.789,05 (dois mil setecentos e oitenta e nove reais e cinco centavos)

Data: 10/09/2020.

**TOMADA DE PREÇO Nº 02/2020 - FMS**

Publicação Nº 2639432

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2020 – FMS

O Secretário Municipal de Gabinete comunica aos interessados que se encontra aberta a Tomada de Preços nº 02/2020 – FMS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUTAR PRAÇA COM ACADEMIA AO AR LIVRE NO BAIRRO VINHEDO, RUA PREFEITO CESAR FILHO, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 1.233,44 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO BÁSICO. As propostas e documentos serão recebidos até as 14:00:00h do dia 30 de setembro de 2020. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br), link "Transparência", sendo que os interessados poderão obter a cópia impressa junto ao Departamento de Compras e Licitações, mediante o pagamento de taxa no valor de R\$ 30,00. Informações na Rodovia SC 135, km 124, Campo Experimental (Terminal Rodoviário Irio Zardo), no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelo telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de setembro de 2020.

EURO VIECELI

Secretário Municipal de Gabinete

**VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020 - VISAN**

Publicação Nº 2638759

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2020 – VISAN

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

O Diretor Geral Interino da VISAN torna público que fará realizar o Pregão Eletrônico nº 28/2020 - VISAN. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO, COM PEDIDOS PARCELADOS, PARA AQUISIÇÕES FUTURAS, DE UNIFORMES PROFISSIONAIS PARA O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA – VISAN. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. Recebimento das propostas: do dia 11/09/2020 a partir das 08h00min até o dia 23/09/2020 às 13h59min. Abertura das propostas e início da sessão de disputa de lances: dia 23/09/2020 às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 10 de setembro de 2020.

LEONARDO ANTUNES MENEGOTTO

Diretor Geral Interino VISAN

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO 008/2020 FMS

Publicação Nº 2638977

Processo de Licitação 008/2020 FMS  
Modalidade: Inexigibilidade 001/2020 FMS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES  
Modalidade: Inexigibilidade

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto o Edital para credenciamento de prestadores de serviços da área da saúde de acordo com o Edital. O prazo de vigência das inscrições será no período de 14/09/2020 a 14/09/2021 no horário das 8h às 12h e das 13:30h às 17:30h, na Secretaria de Administração, Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura. Íntegra do Edital pelo site [www.vitormeireles.sc.gov.br](http://www.vitormeireles.sc.gov.br), informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 11 de setembro de 2020.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 085/2020

Publicação Nº 2639086

DECRETO Nº 085, DE 21 DE AGOSTO DE 2020.

PRORROGA A VIGÊNCIA DOS DECRETOS N. 67/2020, 73/2020, 74/2020 e 80/2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE VITOR OMEIRELES Estado de Santa Catarina, usando da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Região do Alto Vale do Itajaí, no dia 09 de setembro de 2020, recebeu alerta de alteração do status de GRAVÍSSIMO (4) para GRAVE (3) na matriz de Avaliação do Risco Potencial para COVID-19 do Governo do Estado de Santa Catarina;  
CONSIDERANDO o estabelecido no artigo 4º da Portaria SES nº 592/2020 alterado pela Portaria SES 658/2020;  
CONSIDERANDO a Resolução DIR17/2020 da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI);

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam prorrogadas, as medidas sanitárias de prevenção e enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19 determinadas pelos Decretos Municipais nº 67/2020, 73/2020, 74/2020 e 80/2020, no que não conflitem com as medidas determinadas no presente Decreto, até que seja extinta sua vigência em ato normativo municipal de hierarquia equivalente ou superior.

Art. 2º Fica autorizado o funcionamento dos serviços públicos municipais, estaduais e federais de forma presencial, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do total de agentes públicos em exercício nos respectivos órgãos, excetuados os serviços essenciais.

Art. 3º De acordo com a Portaria SES nº 664 de 03/09/2020, fica autorizada a retomada do futebol recreativo, que poderá ocorrer exclusivamente para atletas com idade igual ou superior a 16 anos e em dias alternados, observadas as demais medidas determinadas na referida Portaria.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Vitor Meireles, 10 de setembro de 2020.

BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

# Witmarsum

## PREFEITURA

### DECRETO N.º 163/20, DE 08 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638014

DECRETO N.º 163/20, de 08 de setembro de 2020.

RATIFICA EM TODOS OS SEUS TERMOS E HOMOLOGA A RESOLUÇÃO DIR Nº 016/2020, QUE DISPÕE SOBRE AS NOVAS MEDIDAS SANITÁRIAS PREVENTIVAS PARA ADOÇÃO EM ÂMBITO REGIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE WITMARSUM, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando as razões expostas na Recomendação nº 01/2020 da Comissão de Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí, que foi ratificada através do Decreto Municipal nº 97/20, de 13 de julho de 2020;

Considerando as razões expostas na Recomendação nº 02/2020 da Comissão de Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí, que foi ratificada através do Decreto Municipal nº 109/20, de 27 de julho de 2020;

Considerando as alterações expostas na Recomendação nº 03/2020 e as novas razões expostas na Recomendação nº 04/2020, ambas da Comissão de Intergestores Regional de Saúde do Alto Vale do Itajaí, bem como, da Recomendação DIR nº 009/2020, as quais foram ratificadas através do Decreto Municipal nº 117/20, de 04 de agosto de 2020;

Considerando as razões expostas na Recomendação DIR nº 010/2020 as quais foram ratificadas através e Decreto Municipal nº 124/20, de 10 de agosto de 2020 e as razões expostas na Recomendação DIR nº 012/2020 as quais foram ratificadas através e Decreto Municipal nº 151/20, de 24 de agosto de 2020;

Considerando as novas recomendações expostas na Recomendação DIR nº 016/2020, de 04 de setembro de 2020, que dispõe sobre as novas medidas sanitárias preventivas para adoção em âmbito regional, as quais seguem anexas;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica ratificada em todos os seus termos e homologada a Resoluções DIR nº 016/2020, de 04 de setembro de 2020, que dispõe sobre as novas medidas sanitárias preventivas para adoção em âmbito regional, em conformidade com as Portarias da Secretaria de Estado da Saúde nº 464, de 03 de julho de 2020, nº 592, de 17 de agosto de 2020, com alterações trazidas pela de nº 658, de 28 de agosto de 2020, a ser cumprida em todo o território do Município de Witmarsum, sem prejuízo de outras medidas sanitárias que se façam necessárias.

§ 1º - As medidas sanitárias a serem observadas na execução das atividades autorizadas a funcionar são as publicadas no site oficial do Governo do Estado de Santa Catarina.

§ 2º - Consideram-se serviços públicos essenciais os previstos no Decreto Federal nº 10.282/2020 e no Decreto Estadual nº 562/2020, e em suas normas complementares, bem como, aqueles que não puderem ser realizados remotamente (home office) e aqueles que forem requisitados de forma excepcional pelo Chefe do Poder Executivo e pelas respectivas Secretarias Municipais.

§ 3º - O Município de Witmarsum observará a vigência das medidas adotadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina, bem como, futuras determinações, e também a classificação na matriz estadual de avaliação de risco para a região do Alto Vale do Itajaí.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município – DOM, como condição indispensável a sua plena eficácia, com prazo de vigência limitado ao disposto nos §§ 2º e 3º do art. 1º e no art. 8º da Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 e Decreto Municipal nº 24/20, de 20 de março de 2020, que decretou situação de emergência em saúde pública no Município de Witmarsum.

WITMARSUM – SC, 08 de setembro de 2020.

CESAR PANINI  
Prefeito Municipal

# Xanxerê

## PREFEITURA

### CONTRATO DE TRAB. POR PERIODO DETERMINADO Nº 856

Publicação Nº 2638431

#### CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO nº 856

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, as partes abaixo qualificadas firmam Contrato de Trabalho por prazo determinado, nos termos das Leis do Trabalho – decreto Lei 5452/43, Lei Municipal nº 3.376/2011 e lei 3.402/2011 e suas alterações, e nas cláusulas e condições a seguir pactuadas:

1) EMPREGADOR: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, pessoa jurídica de direito publico, inscrita no CNPJ nº 83.009.860/0001-13, com sede administrativa a Rua Jose de Miranda Ramos, 455 Centro – Xanxerê – SC.

1) EMPREGADO: MARÍLIA BORGIA PRESTES, brasileiro (a), casado (a), Técnico de Enfermagem, inscrito no COREN/SC 000.366.958, portador (a) da identidade nº 4.244.485, e CPF nº 041.617.169-90, residente a Rua Independência, 219 Centro – Xanxerê - SC

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - Da contratação:

O empregado é admitido no CARGO TEMPORÁRIO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 Horas semanais, conforme Lei Complementar nº BLB 3.376/2011 e Lei nº BLB 3.402/2011 e suas alterações, e Processo Seletivo 010/2020 em regime de designação temporária para atender as necessidades de excepcional interesse público do Município enquanto perdurar o estado de calamidade e emergência de saúde decorrente do novo coronavírus (COVID-19) com amparo pelo art. 37, IX da Constituição Federal.

O regime de contratação é CLT e suas contribuições previdenciárias para o RGPS (Regime Geral da Previdência Social), nos termos do Decreto – lei 5452/43.

Fica ajustado que o empregado acatará ordens emanadas pela empregadora para prestação de serviço, estando vinculado quanto a esta obrigação a Secretaria Municipal de Saúde.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - Da Função – Remuneração e prazo da contratação:

O empregado admitido no quadro de funcionários da EMPREGADORA exercerá a função de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – 40 HORAS, com salário mensal de R\$ 2.286,40 (dois mil duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) por mês.

A contratação é por prazo determinado, iniciando em 01 de setembro de 2020, por um período de até 150 (cento e cinq-enta) dias, podendo ser rescindido a qualquer tempo e podendo ser prorrogado por igual período havendo interesse público devidamente justificado.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - Da jornada de trabalho:

A Jornada de Trabalho do Empregado será de 12 horas consecutivas por 36 horas de descanso.

Na hipótese de serem necessários serviços extraordinários, serão pagos ao empregado às horas respectivas e os adicionais que a Lei complementar, salvo ocorrência de compensação de jornada.

O empregado compromete-se a trabalhar em regime de compensação e/ou prorrogação de horas e escala de revezamento, sempre que as necessidades do empregador assim o exigir.

#### CLÁUSULA QUARTA – Dos descontos

O empregado autoriza o empregador promover os descontos previdenciários em seu salário. O empregado autoriza ainda, o empregador a promover os descontos em seu salário decorrentes de eventuais prejuízos a que der causa, resultantes de alguma conduta dolosa ou culposa.

E por estarem de pleno acordo, as partes contratantes, assinam o presente Contrato de Trabalho, em duas vias, de igual teor e forma, ficando a primeira em poder do empregador, e a segunda em poder do empregado.

Xanxerê – SC, 01 de setembro de 2020.

Prefeitura Municipal de Xanxerê  
JADER ADRIEL DANIELLI

Empregado: Marília Borgia Prestes  
CPF: 041.617.169-90

#### Testemunhas:

Marisangela Paula Basso Gava  
CPF: 004.965.519.14

Regina Amalia Gallon Toniai  
CPF: 705.381.409-25

**DECRETO Nº 222/2020**

Publicação Nº 2638407

**DECRETO Nº 222/2020**

REGULAMENTA EM ÂMBITO MUNICIPAL, A FORMA DE APLICAÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.017 DE 29 DE JUNHO DE 2020, QUE DISPÕE SOBRE AS AÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS AO SETOR CULTURAL A SEREM ADOTADAS DURANTE O ESTADO DE CALAMIDADE PÚBLICA RECONHECIDO PELO DECRETO FEDERAL Nº 06 DE 20 DE MARÇO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, inciso III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando a Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020 – Lei Aldir Blanc que dispõe sobre as ações emergenciais destinadas ao setor cultural;

Considerando o Decreto Federal nº 10.464 de 17 de agosto de 2020 que prevê no artigo 2º§4º que o poder executivo dos Estados, Distrito Federal e os Municípios editará regulamento com os procedimentos necessários a aplicação dos recursos recebidos no âmbito de cada ente federativo;

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam regulamentados os meios e critérios para a destinação dos recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc - que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.

Art. 2º O recurso destinado a Xanxerê, proveniente da Lei supracitada, será de R\$ 370.688,58 (Trezentos e setenta mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos), seu repasse ocorrerá pela Plataforma Mais Brasil, no Módulo de Transferências Fundo a Fundo, e deverá ser gerido pelo Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Cultura.

Art. 3º Os recursos provenientes da União, no montante especificado no art.2º deste Decreto, serão distribuídos conforme o Inciso II, do art. 2º da Lei Federal 14.017/2020 que trata do subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social.

§ 1º Para atendimento do disposto no caput, será destinado valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) na forma de subsídio mensal no valor mínimo de R\$ 3.000,00 (três mil reais) e no máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), observados os critérios estabelecidos pela Comissão de trabalho para implantação da Lei Federal 14.017, criada pelo Decreto Municipal nº 166/2020.

§ 2º Para fins de distribuição dos recursos fica estabelecido a realização de edital público de credenciamento dos espaços culturais, entidades da cultura sem fins lucrativos, organizações comunitárias da cultura, cooperativas culturais, micro e pequenas empresas culturais que utilizará como critério de seleção e de escalonamento dos recursos: o impacto econômico, o número de trabalhadores(as) e as despesas com manutenção conforme disposto no Anexo Único.

§ 3º Farão jus ao benefício referido no caput deste artigo os espaços culturais e artísticos, microempresas e pequenas empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas, coletivos e instituições culturais com atividades interrompidas, que comprovem sua inscrição e a respectiva homologação em no mínimo, um dos seguintes cadastros:

I - Cadastros Estaduais de Cultura;

II - Cadastros Municipais de Cultura;

III - Cadastro Distrital de Cultura;

IV - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;

V - Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;

VI - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic);

VII - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);

VIII - outros cadastros referentes a atividades culturais existentes na unidade da Federação, bem como projetos culturais apoiados nos termos da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à data de publicação da Lei Federal 14.017/2020).

§ 4º O subsídio mensal somente será concedido para a gestão responsável pelo espaço cultural, vedado o recebimento cumulativo, mesmo que o beneficiário esteja inscrito em mais de um cadastro, ou seja, responsável por mais de um espaço cultural.

§ 5º Após a retomada de suas atividades, as entidades de que trata o inciso II do caput do art. 2º ficam obrigadas a garantir como contrapartida de no mínimo 20% (mensuráveis) a realização de atividades destinadas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, de forma gratuita, em intervalos regulares, em cooperação e planejamento definido com o Departamento Municipal de Cultura do Município.

§ 6º Para fins de atendimento ao disposto no art. 9º da Lei nº 14.017, de 2020, os beneficiários do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º apresentarão ao responsável pela distribuição, juntamente à solicitação do benefício, proposta de atividade de contrapartida em bens ou serviços economicamente mensuráveis.

§ 7º Incumbe ao responsável pela distribuição do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º verificar o cumprimento da contrapartida de que trata este artigo.

§ 8º Fica vedada a concessão do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º a espaços culturais criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela, bem como a espaços culturais vinculados a fundações, a institutos ou instituições criados ou mantidos por grupos de empresas, a teatros e casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais e a espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S.

§ 9º O beneficiário do subsídio mensal previsto no inciso II do caput do art. 2º apresentará prestação de contas referente ao uso do benefício ao ente federativo responsável, conforme o caso, no prazo de 120 (cento e vinte dias) após o recebimento da última parcela do subsídio mensal.

§ 10 A prestação de contas deverá comprovar que o subsídio mensal recebido foi utilizado para gastos relativos à manutenção da atividade cultural do beneficiário, podendo incluir despesas realizadas com:

- I - internet;
- II - transporte;
- III - aluguel;
- IV - telefone;
- V - consumo de água e luz; e
- VI - outras despesas relativas à manutenção da atividade cultural do beneficiário.

§ 11 Na prestação de contas serão consideradas despesas pagas após a liberação do recurso, mesmo que vencidos em data anterior.

§ 12 Entende-se por despesas relativas à manutenção da atividade cultural aquelas relacionadas às despesas indiretas, podendo ser:

- I - os gastos com as equipes administrativas e de campo que trabalham regularmente no espaço ou na instituição/organização;
- II - as despesas com impostos, taxas, licenças, transportes, materiais de consumo e limpeza que são comuns na rotina do espaço ou da instituição/organização;
- III - outras despesas que garantam a continuidade das atividades básicas do espaço ou da instituição/organização.

Art. 4º Os recursos provenientes da União, no montante especificado no Art. 2º, deste Decreto, serão distribuídos conforme o Inciso III, do Art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020, que trata dos editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais.

§1º Para atendimento do disposto no caput, será destinado valor de R\$ 150.688,58 (cento e cinquenta mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos) para a realização de editais, chamadas públicas destinados a atender o inciso III, do art. 2º, da Lei Federal 14.017/2020.

§ 2º O saldo dos recursos do chamamento público de credenciamento do art. 3º deste decreto que trata do subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, poderá ser repassado para a execução do edital de projetos através de prêmios deste artigo.

Art. 5º A distribuição do benefício de renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura, previsto no inciso I, do Art. 2º da Lei Federal nº 14.017/2020 – Lei Aldir Blanc, será de responsabilidade do Estado.

Art. 6º Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão Municipal de Trabalho e Avaliação, bem como Observatório Municipal da Lei Federal nº 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Xanxerê, 10 de setembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

ESCALONAMENTO DOS RECURSOS  
LEI ALDIR BLANC – INCISO II. ART. 2º

	PONTUAÇÃO		
	10	20	30
FATURAMENTO/RECEITA DO ESPAÇO CULTURAL, REFERENTE ANO 2019	ATÉ R\$ 5.000,00	R\$ 5.001,00 A R\$ 10.000,00	ACIMA DE R\$ 10.000,00

DESPESA COM LOCAÇÃO OU FINANCIAMENTO DO ESPAÇO (valor mensal)	ATÉ R\$ 1.000,00	R\$ 1.001,00 A R\$ 3.000,00	ACIMA DE R\$ 3.000,00
DESPESA DO ESPAÇO COM ENERGIA, ÚLTIMOS 4 MESES DE 2019 (valor total dos 4 meses)	ATÉ R\$ 400,00	DE R\$ 401,00 A R\$ 1.500,00	ACIMA DE R\$ 1.501,00
DESPESA DO ESPAÇO COM ÁGUA NOS ÚLTIMOS 4 MESES DE 2019 (valor total dos 4 meses)	ATÉ R\$ 400,00	DE R\$ 401,00 A R\$ 1.500,00	ACIMADE R\$ 1.501,00
DESPESA DO ESPAÇO COM TELEFONE NOS ÚLTIMOS 4 MESES DE 2019 (valor total dos 4 meses)	ATÉ R\$ 400,00	DE R\$ 401,00 A R\$ 1.500,00	ACIMADE R\$ 1.501,00
DESPESA DO ESPAÇO COM INTERNET ÚLTIMOS 4 MESES DE 2019 (valor total dos 4 meses)	ATÉ R\$ 400,00	DE R\$ 401,00 A R\$ 1.500,00	ACIMADE R\$ 1.501,00
FUNCIONÁRIOS CONTRATADOS PELO ESPAÇO CULTURAL	01 FUNCIONÁRIO	ATÉ 05 FUNCIONÁRIOS	ACIMA DE 05 FUNCIONÁRIOS
SITUAÇÃO DO LOCAL DE FUNCIONAMENTO	PRÓPRIO	FINANCIADO	ALUGADO
QUAL A ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA MANUTENÇÃO DO ESPAÇO/EMPRESA	RECURSOS PRÓPRIOS	DOAÇÕES, LEI DE INCENTIVO, EDITAIS, PATROCÍNIOS, VENDA DE PRODUTOS E SERVIÇOS	MENSALIDADE, BILHETERIA, CONTRATAÇÃO

PONTUAÇÃO TOTAL	PONTOS	VALOR SUBSIDIO
	A PARTIR DE 90	R\$ 3.000,00
	91 A 200	R\$ 6.000,00
	ACIMA DE 201	R\$ 10.000,00

**DECRETO Nº 223/2020**

Publicação Nº 2638409

**DECRETO Nº AM 223/2020**

REGULAMENTA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 4173/2020 QUE REFORMULA O SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, NA MODALIDADE FAMÍLIA ACOLHEDORA PARA ADULTOS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e, ainda,

Considerando a Lei Municipal nº 4173/2020 que reformula o serviço de proteção social especial de alta complexidade, na modalidade família acolhedora para adultos com deficiência e idosos,

Considerando o Termo de Ajustamento de Conduta firmado no Inquérito Civil nº 06.2018.00002780-4,

**DECRETA:**

Art. 1º. A Secretaria Municipal de Assistência Social deve oferecer os meios necessários para que cada idoso inserido no programa esteja em acompanhamento direto da Equipe Técnica do Serviço da Família Acolhedora, bem como, do Conselho Municipal do Idoso.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Equipe Técnica do Serviço da Família Acolhedora, deverá elaborar Plano de Desenvolvimento do Usuário – PDU, no qual serão estabelecidas estratégias de inserção familiar e comunitária, bem como, atenção prioritária nos serviços de saúde.

Art. 3º. A Secretaria Municipal de Assistência Social deve garantir ao acolhido a frequência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos.

Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de frequência no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos, a Equipe Técnica do Serviço da Família Acolhedora deverá propor, conforme as especificidades individuais, atividades de socialização e inserção comunitária pertinente e previamente estabelecidas no Plano de Desenvolvimento do Usuário – PDU, sendo fiscalizada pelo Conselho do Idoso.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 10 de setembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ATA RP Nº 0012/2020

Publicação Nº 2638358

Extrato 1º Aditivo à Ata de Registro de Preço nº 0012/2020

Locatário: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Locadora: TRANSPORTES MARTINS LTDA - ME

Objeto: Fica aditado em 25% que equivale a 7.500 (sete mil e quinhentos) km rodado na quantidade da Ata de Registro de Preços originário, referente ao Item 2 (Transporte de Pacientes em veículo de passeio), conforme art. 65 da Lei 8.666/93, Ofício da Secretaria Municipal de Saúde e Parecer do Comitê Gestor nº 496/2020, em anexo.

ITEM	DESCRIÇÃO	Quant. a Aditar (25%)	Valor Unt. R\$	Valor Total R\$
02	Transporte de pacientes em veículo de passeio com capacidade de no mínimo 5 lugares, com ar condicionado, com no máximo 10 anos de uso, para viagens de até 100 km de distância de Xanxerê. Veículos Habilitados: Marca/Modelo: FIAT / SIENA 1.4 Placa: MLD-4318 Ano: 2012/2013	25% = 7.500KM	2,80	R\$ 21.000,00
	TOTAL:			R\$ 21.000,00

Xanxerê-SC, 10 de setembro de 2020. Irene Salete Goralski – Secretária Municipal de Saúde

### EXTRATO 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 0076/2017

Publicação Nº 2638239

Extrato 3º Aditivo ao Contrato nº 0076/2017

Locatário: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Locadora: IMOBILIÁRIA ZONTA LTDA

Objeto: Locação de uma Casa em Alvenaria, para acomodar o Acolhimento Institucional Casulo (Abrigo), programa da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 20 de setembro de 2020, vigorando até 19 de setembro de 2021, conforme solicitação em Ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social e Parecer do Comitê Gestor nº 495/2020, em anexo.

Xanxerê-SC, 10 de setembro de 2020. Olci Antonio Leonardo – Secretária Municipal de Assistência Social

### EXTRATO 6º TERMO ADITIVO A ATA RP Nº 0151/2019

Publicação Nº 2638072

6 Adt Ata RP 0151

SEXTO TERMO ADITIVO À

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 0151/2019

Pelo presente Termo Aditivo, que celebram o MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Rua Dr. José de Miranda Ramos nº 455, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. AVELINO MENEGOLLA, portador do R.G nº 1.690.862 SSP/SC e CPF sob o nº 145.268.160-00, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e de outro lado a empresa:

STANG & STANG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Rui Barbosa, nº 370, Centro, na cidade de Xanxerê-SC, inscrita no CNPJ sob nº 08.033.253/0005-05, representada neste ato pela sua procuradora, Sra. ZULEIDE NICOLETTI, brasileira, administradora, portador do CPF nº 030.959.349-20, denominada para este instrumento particular simplesmente de DETENTOR DA ATA, de comum acordo

firmam o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 0151/2019, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA:**

O presente termo aditivo tem embasamento legal no Processo de Licitação nº 0173/2019 – Pregão Presencial nº 0096/2019 - Ata de Registro de Preço nº 0151/2019, e pelo Art. 65, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, combinado com o Art. 12 do Decreto n. BLB 147/2009, que Regulamenta a Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA SEGUNDA:**

Este Termo Aditivo tem por objeto reajustar o valor unitário do item conforme relacionado em tabela abaixo, de acordo com o Requerimento da Detentora da Ata e parecer do Comitê Gestor nº 493/2020:

ITEM	PRODUTO	UNID	PREÇO ANTERIOR	PREÇO ATUAL
01	Gasolina Comum	Litro	R\$ 3,92	R\$ 4,06

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços Originária e aditivos. E, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam o presente, na presença de 02 (duas) testemunhas, sendo posteriormente publicado e arquivado, nos termos de Lei.

Xanxerê-SC, 10 de setembro de 2020.

MUNICÍPIO DE XANXERÊ Órgão Gerenciador	STANG & STANG LTDA Detentor da Ata
---	---------------------------------------

**TESTEMUNHAS:**

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0134/2020**

Publicação Nº 2638045

Extrato de Contrato nº 0134/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada em Segurança Desarmada, para os serviços de vigilância noturna e diurna no Centro de Atendimento do Coronavírus, instalado na Unidade de Saúde Hélio dos Anjos Ortiz, 24 horas por dia, todos os dias da semana inclusive domingos e feriados, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Valor Total: R\$ 207.720,00

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 09 de setembro de 2020. Irene S. Goralski – Secretária Municipal de Saúde.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 0135/2020**

Publicação Nº 2639610

Extrato de Contrato nº 0135/2020

Contratante: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, juntamente com o Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA

Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de licenciamento mensal de sistemas de gestão pública com usuários ilimitados, manutenção corretiva, legal e tecnológica, implantação, migração de dados, treinamento e aperfeiçoamento, provimento de Datacenter e suporte técnico, conforme padrões de desempenho e qualidade objetivamente descritos nos Anexos do Edital, destinado a diversos setores do município de Xanxerê.

Valor Total: R\$ 777.590,00

Prazo de vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 09 de setembro de 2020. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

**PORTARIA 746-2020**

Publicação Nº 2638513

PORTARIA Nº 746/2020

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 49 (quarenta e nove) dias a partir de 29.09.2020 a 16.11.2020, a Servidora Pública Municipal Sra. SOLANGE VIDAL DA COSTA CAMARGO, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 1.697.689 e CPF nº 638.778.139-68 nomeada pelo Decreto Municipal nº BLB 043/10, para o cargo de PROFESSOR MAGISTERIO CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:  
23.05.2012 a 22.05.2015 = 19 dias  
23.05.2015 a 22.05.2018 = 30 dias

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 08 de Setembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 747-2020

Publicação N° 2638515

PORTARIA N° 747/2020  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.  
RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 36 (trinta e seis) dias a partir de 16.11.2020 a 21.12.2020, ao Servidor Público Municipal Sr. CRISTIANO RODRIGUES DA COSTA CAMARGO, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 4.738.331-3 e CPF nº 006.127.359-74, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 053/2003, para o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:  
24.02.2003 A 24.07.2006 = 36 dias

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 08 de Setembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 748-2020

Publicação N° 2639411

PORTARIA N° 748/2020  
REVOGAR A PORTARIA N° 654/2020 QUE CONCEDIA FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.  
RESOLVE

REVOGAR, a partir de 08.09.2020 a Portaria 654/2020 que concedia férias por um período de 30 (trinta) dias, de 17.08.2020 a 15.09.2020, ao Servidor Público Municipal Sr. AUGUSTO DE MARTINI, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 5.716.460 e CPF nº 080.088.429-97, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 240/2017, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito.

O Servidor gozou férias no período de 17.08.2020 a 07.09.2020, perfazendo um total de 22 (vinte e dois) dias, sendo o saldo de 08 (oito) dias convertidos em abono pecuniário.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revoga-se a Portaria 654/2020 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 08 de Setembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 749-2020

Publicação Nº 2639413

PORTARIA Nº 749/2020

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E REVOGA A PORTARIA RH-AJG 341/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

DESIGNAR a servidora pública municipal Sra. LUTÉCYA PAULA GIROLETTI, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê - SC, portadora do RG nº 3.623.507 e CPF nº 006.343.259-57, nomeada pelo Decreto Municipal nº AJG 209/2014, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços.

Determinar que a designação vigore a partir de 11.09.2020 por período indeterminado.

Revoga-se a Portaria RH-AJG 341/2016 e demais disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 10 de Setembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 750-2020

Publicação Nº 2639414

PORTARIA Nº 750/2020

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E REVOGA A PORTARIA 456/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VII, Lei Municipal nº HW 1.775/91, Lei Municipal nº AM 2.907/06 e Lei Municipal BLB nº 3112/09.

RESOLVE

DESIGNAR o servidor público municipal Sr. AUGUSTO DE MARTINI, brasileiro, residente e domiciliado na cidade de Xanxerê - SC, portador do RG nº 5.716.460 e CPF nº 080.088.429-97, nomeado pelo Decreto Municipal nº AM 240/2017, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado no Gabinete do Prefeito, para desempenhar suas funções na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Determinar que a designação vigore a partir de 10.09.2020 por período indeterminado.

Revoga-se a Portaria 456/2019 e demais disposições em contrário.

Esta Portaria entra em vigor nesta data.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC  
Em 10 de Setembro de 2020.

AVELINO MENEGOLLA  
Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### DECRETO N. 500, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638352

DECRETO N. 500, DE 11 DE SETEMBRO DE 2020.

Constitui Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 e cria Comissões Escolares de Gerenciamento da Pandemia de Covid-19, com base nas Diretrizes Estaduais de Retorno às Aulas Presenciais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal; e

CONSIDERANDO os Decretos Estaduais nº 509 e 515, de 17 de março de 2020, referente às medidas adotadas para contenção da proliferação da Pandemia do COVID-19, bem como, o atendimento das crianças, adolescentes, jovens e adultos da Rede Municipal de Educação de Xavantina/SC;

CONSIDERANDO o texto das Diretrizes para Retorno às Aulas elaborado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;

CONSIDERANDO a retomada gradual dos trabalhos presenciais dos profissionais da Rede Municipal de Educação de Xavantina/SC, organizada de forma diferenciada, promovendo um diálogo com os demais setores, com redução de riscos e traumas voltados para o sentido biopsicossocial do servidor;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 no âmbito do Município de Xavantina/SC.

Art. 2º O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, instituído pelo art. 1º do presente Decreto, será composto por um representante dos seguintes órgãos e entidades:

I – da Secretaria Municipal de Educação, que o presidirá;

II – da Secretaria Municipal de Saúde;

III – da Assistência Social;

IV – da Secretaria Municipal de Administração;

V – dos profissionais da Educação;

VI – dos estudantes da Educação Básica;

VII – do Conselho Municipal de Educação;

VIII – da vigilância Epidemiológica;

IX – das escolas da Rede Estadual;

X – das escolas da Rede Privada e ensino técnico, caso existentes;

XI – da Defesa Civil;

XII – do Conselho Municipal da Alimentação Escolar;

XIII – do Conselho Municipal de Controle Social do FUNDEB;

XIV – dos grupos organizados dos transportadores escolares, caso existentes;

XV – da vigilância sanitária;

XVI – do Conselho Tutelar;

XVII – do Corpo de Bombeiros;

XVIII – das APPs;

XIX - da imprensa;

XX – do ensino superior;

Parágrafo único. Os representantes de cada órgão e entidade estabelecido no presente artigo são indicados por seus pares e nomeados por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, instituído pelo art. 1º deste decreto, possui as seguintes atribuições:

I – elaborar o Plano de Contingência Municipal de Prevenção, Monitoramento e Controle da disseminação do COVID-19, exclusivamente para o retorno das aulas presenciais no âmbito do Município de Xavantina/SC;

II – monitorar os resultados das testagens mínimas realizada na população, em um processo contínuo no município ou região, que constitui como indicador da “Matriz de Risco Potencial Regional”;

III – auxiliar na criação e treinamento de “Comissões Escolares” de fiscalização dos regramentos sanitários aplicáveis, na unidade escolar que se pretende o retorno do ensino, extensão e pesquisas presenciais;

IV – constituir um canal de comunicação para receber denúncias de descumprimento dos protocolos e que este grupo tenha acesso às informações;

V – fomentar a realização de Seminários Virtuais, que permitam um debate amplo entre os órgãos sanitários dos níveis da federação;

VI – analisar e validar os Protocolos elaborados pelas Comissões Escolares.

Art. 4º Ficam instituídas Comissões Escolares que terão a seguinte composição:

I – Diretor/responsável pela Unidade Escolar, seu gestor;

II – representantes do quadro de professores;

III – representantes de alunos;

IV – representantes das famílias dos alunos;

IV – representantes das entidades colegiadas com atuação na Unidade Escolar;

V – representantes de outros trabalhadores, como de higienização, administrativo, alimentação e outros que atuam diretamente na Unidade Escolar.

§ 1º São atribuições das Comissões Escolares:

I – elaborar seus próprios Protocolos, tendo como base o Plano de Contingência Municipal, no que couber a cada estabelecimento, ajustando às suas especificidades;

II – submeter seus Protocolos à análise e validação do Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19;

§ 2º Os membros das Comissões instituídas pelo presente artigo são escolhidos sob a coordenação da Direção ou responsável da Unidade Escolar e nomeados por ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º O Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19, em reunião preferencialmente online, deverá elaborar o planejamento para aplicação dos protocolos sanitários para viabilizar o retorno das aulas presenciais, conforme atribuições do art. 2º do presente Decreto.

Art. 6º O Poder Executivo Municipal considera o Comitê Municipal de Gerenciamento da Pandemia de COVID-19 como órgão consultivo e fiscalizador dos protocolos de saúde no âmbito do Município de Xavantina/SC para o retorno das atividades escolares presenciais;

Art. 7º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Xavantina, Estado de Santa Catarina, em 11 de setembro de 2020.

ENOIR FAZOLLO  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios)  
MATHEUS ALVES VIDAL  
Auditor de Controle Interno

**TP 002/2020 ACHSL**

Publicação N° 2638278

ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA HOSPITAL SÃO LUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO N° 002/2020 ACHSL

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia/arquitetura e/ou construção civil para a execução de obra em regime de empreitada global para reforma parcial da ala 01 do prédio do Hospital São Lucas, no Município de Xavantina, conforme Projeto Básico constante no Anexo "E" deste edital. Recurso oriundo de convênio n° 2020TR001068 celebrado entre a Associação Comunitária Hospital São Lucas e o Estado de Santa Catarina.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 30/09/2020.

Abertura: dia 30/09/2020, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas no Departamento administrativo da Associação Comunitária Hospital São Lucas, no endereço citado no preâmbulo deste Edital, ou através do telefone (0\*\*49) 3454-1108, de segunda à sexta-feira, das 07h45min às 11h45min horas e das 13h30min às 17h00min horas.

Xavantina - SC, em 10 de setembro de 2020.

INAIR TREVISAN PELIZZA

Presidente da Associação Comunitária Hospital São Lucas

## Zortéa

## CÂMARA MUNICIPAL

## RGF SICONFI 2º QUADRIMESTRE 2020

Publicação Nº 2638511

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p><b>TesouroNACIONAL</b></p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Zortéa - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2020
	Período de referência: 2º quadrimestre

## RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal											
	DISPÊNSAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)						LIQUIDADAS					
	<R-11>	<R-10>	<R-9>	<R-8>	<R-7>	<R-6>	<R-5>	<R-4>	<R-3>	<R-2>	<R-1>	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)
<b>Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)</b>												
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (f)	43.156,64	41.543,37	40.252,37	77.224,39	43.427,78	43.703,11	46.572,48	45.572,48	47.009,23	6.175,90	4.557,48	581.375,88
Pessoal Ativo	43.156,64	41.543,37	40.252,37	77.224,39	43.427,78	43.703,11	46.572,48	45.572,48	47.009,23	6.175,90	4.557,48	581.375,88
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	33.631,74	34.303,37	33.240,00	62.250,85	38.897,34	38.009,09	37.635,02	37.635,02	39.019,41	5.419,38	376,52	481.885,75
Outras Despesas Variáveis	7.485,90	7.240,00	6.992,37	14.973,54	7.530,44	7.693,99	7.937,46	7.937,46	8.019,82	7.756,52	1.881,96	99.490,13
Benefícios Previdenciários	2.125	2.125	2.125	21,25	34,11	34,11	34,11	34,11	34,11	34,11	34,11	272,88
Pessoal Inativo e Previdenciários												
Aposentadorias, Reserva e Reformas												
Pensões												
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização ou de contratação de forma especial												
DESPESAS NÃO COMPLETADAS (g) (1º do art. 19 da LRF) (h)												
Instituições por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária												
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Aquisição												
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Aquisição												
Indenizações e Pensões com Recursos Vinculados												
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (h) = (f) - (g) - (i)	43.156,64	41.543,37	40.252,37	77.224,39	43.427,78	43.703,11	46.572,48	45.572,48	47.009,23	6.175,90	4.557,48	581.375,88

Documento gerado em 10/09/2020 11:49:04

Página 1 de 4





Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

# Relatório de Gestão Fiscal

Câmara de Vereadores de Zortéa - SC (Poder Legislativo)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

CNPJ:

Exercício: 2020


Período de referência: 2º quadrimestre

## RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
<b>DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal</b>	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	19.945.239,75	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas Individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	0,00	
(-) Transferências Obrigatórias da União relativas às Emendas de Bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	19.945.239,75	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	581.375,88	2,91
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.196.714,39	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.136.878,67	5,70
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.077.042,95	5,40

## RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
<b>Notas Explicativas</b>	-
Notas Explicativas	

 Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro	<b>Relatório de Gestão Fiscal</b>
	<b>Câmara de Vereadores de Zortéa - SC (Poder Legislativo)</b>
	<b>Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social</b>
	<b>CNPJ:</b>
	<b>Exercício: 2020</b>
	<b>Período de referência: 2º quadrimestre</b>

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Tegridade de Roteiro ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Exercício em que Excedido o Limite			Transferência de Recursos ao Limite da Despesa Total com Pessoal		
	No Quadrimestre Subsequente			Caráter Provisório Subsequente		
	Limite Atualizado (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (a-b)	Realizar Máximo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3)c	Limite (e) = (b-d)	Realizar Resíduo (f) = (a-f)
	-	-	-	-	-	-
Tegridade de Roteiro ao Limite da Despesa Total com Pessoal						
Valor em Percentuais						



Sistema de Informações  
Contábeis e Fiscais  
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

**Relatório de Gestão Fiscal****Câmara de Vereadores de Zortéa - SC (Poder Legislativo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2020****Período de referência: 2º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2020
<b>Notas Explicativas</b>	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

## Lista de Assinaturas

## Assinatura: 1

Digitally signed by ROBERTO MENEGAZ:85433942953  
Date: 2020.09.10 11:49:50 GMT-03:00  
Perfil: Titular do Poder Legislativo  
Instituição: Câmara de Vereadores de Zortéa - SC

## Assinatura: 2

## Assinatura: 3

## Assinatura: 4

## Assinatura: 5

## Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

# Associações

## GRANFPOLIS

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA - Nº 04/2020

Publicação Nº 2638598

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2020

O Presidente da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca os Senhores Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidentes de Câmaras Municipais para a ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA que será realizada no dia 18 (dezoito) de setembro de 2020, às 9:00 horas em primeira convocação e às 9:30 horas em segunda convocação com qualquer número de participantes, de acordo com o estabelecido no Artigo 14 do Estatuto Social, sendo de FORMA VIRTUAL através de WEB-Conferencia, pelo link <https://us02web.zoom.us/j/85440912784>, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

09:00 hs - Abertura da Assembleia Geral Ordinária;

09:15 hs - Leitura da Ata da Assembleia Anterior;

09:30 hs Discussão sobre a possibilidade de retorno das aulas presenciais e demais dificuldades relativas a Educação, com a participação da Professora Gilmara da Silva – Consultora em Educação;

10:30 hs - Proposta de ocupação das funções de Diretor Executivo e Assessor Jurídico – na GRANFPOLIS;

11:30 hs - Assuntos Gerais.

Florianópolis (SC) em 10 de setembro de 2020.

EDÉSIO JUSTEN

PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

PRESIDENTE

# Consórcios

## CIGA

### ATA DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020

Publicação N° 2638774

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1435/2020/CIGA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 01/2020/CIGA

ATA DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 01/2020

Ao nono dia do mês de setembro de 2020, às 16 horas, na sede do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), localizado à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, no 1º Andar, na sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, Florianópolis/SC, compareceram os membros da Comissão de Licitação abaixo signatários, para, na forma da Lei n.º 10.520/02 e alterações posteriores, dar continuidade aos trabalhos licitatórios relativos ao Pregão Eletrônico n.º 01/2020, objeto do processo administrativo n.º 1435/2020/CIGA, visando a formação de registro de preços, com prazo máximo de 12 (doze) meses, para eventual contratação de empresa especializada em outsourcing (para locação, instalação, configuração, gerenciamento remoto e suporte) dos seguintes equipamentos: microcomputadores, notebooks, monitores e servidores com fornecimento de hardware, software e suporte técnico, conforme especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) para uso dos órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados ao Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, na condição de Órgãos Participantes desta licitação, e para uso do CIGA, na condição de Órgão Gerenciador e Órgão Participante desta licitação.

Declarou o Pregoeiro reaberta a Sessão Pública do Pregão Eletrônico n° 01/2020, informando a todos os presentes que esta será transmitida em tempo real nos termos do item 13.7 do Edital, bem como registrada em áudio e vídeo, e será disponibilizada para eventuais consultas posteriores. Ato contínuo, o Pregoeiro realizou o credenciamento do representante legal da licitante participante vencedora da etapa de lances, Sr. Neemias Alves Finamar - CPF 052.149.199-13, representante legal da licitante SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S/A - CNPJ 83.483.230/0001-86. Também participam da presente sessão como integrantes da referida licitante os senhores Luiz Gustavo Vilvert - CPF 065.922-189-67 e Rafael Porto – CPF 408.816.098-38. Participam desta Sessão Pública o seguinte licitante na condição de observador: Sr. Fernando Augusto Ongaro Mocelin da empresa SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ n° 07.432.517/0001-07.

Logo, comunicou o Pregoeiro a todos os presentes que, em cumprimento ao item 13 do Edital, referente à Prova de Conceito – POC, foi designada uma Comissão Técnica que avaliará os cumprimento dos requisitos técnicos previstos nos itens 5.8 e 5.9 e seus subitens, todos do Termo de Referência (Anexo I) do Edital. Informou também que a equipe é constituída pelos seguintes membros: Senhor Ricardo Bressan Tasca, Programador do CIGA, como Presidente; Senhor Francis Vagner dos Anjos Fontoura, Analista de Sistemas do CIGA, como membro da Comissão; e Senhor Renato Gonzalez Silva Ramão, Técnico de TI do CIGA, como membro da Comissão, todos designados através da Portaria CIGA n° 36 de 03 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial dos Municípios, edição n° 3251 - página 1482.

Ato contínuo, o Pregoeiro passou a condução dos trabalhos à Comissão Técnica designada à aplicação da Prova de Conceito conforme item 13.2 do Edital. O Presidente da Comissão de Avaliação informou a todos que eventuais dúvidas relativas à execução Prova de Conceito serão esclarecidas ao final da aplicação desta. A comissão passou então a avaliar os itens mandatórios descritos nos itens 5.8 e 5.9 do Anexo I – Termo de Referência do Edital, a saber:

#### ITEM 5.8 - Prova de Conceito para gerenciamento de Notebooks e Desktops

Item 5.8.1	Da Gestão dos Endpoints e Console de Gerenciamento:	Classificação	Apto/Inapto
5.8.1.1	Deverá ser comprovado, em um computador com Microsoft Windows® 10, que o agente (endpoint) está sendo executado (como aplicação ou serviço).	Mandatório	APTO
5.8.1.2	Deverá ser criada uma nova política restringindo algum acesso ao hardware da máquina em que o endpoint está instalado.	Mandatório	INAPTO
5.8.1.3	Deverá ser demonstrada a ativação e desativação remota do endpoint.	Mandatório	INAPTO
5.8.1.4	Deverá ser mostrado que o endpoint está enviando logs ao servidor.	Mandatório	APTO
5.8.1.5	Deverá ser demonstrada a instalação e desinstalação remota de algum software no computador onde o endpoint está instalado.	Mandatório	APTO
5.8.1.6	Deverá ser colocado o computador onde o endpoint está instalado em modo de stand by ou de hibernação.	Mandatório	APTO
5.8.1.7	Deverá ser exibida na console de gerenciamento a “presença” do computador com o endpoint ativo.	Mandatório	APTO

5.8.1.8	Deverá ser exibido na console de gerenciamento os logs coletados do computador onde o endpoint está operando.	Mandatório	APTO
Item 5.8.2	Dos Relatórios	Classificação	Apto/Inapto
5.8.2.1	Deverá ser criado um relatório em um formato digital com o inventário de software e hardware do computador com o endpoint instalado.	Mandatório	APTO
5.8.2.2	Deverá permitir a visualização de um relatório através de um endereço web.	Mandatório	APTO
5.8.2.3	Deverá ser possível através da interface web gerar um relatório com gráficos e com drill down.	Mandatório	APTO
Item 5.8.3	Do Inventário e descoberta de Endpoints em Computadores e Notebooks	Classificação	Apto/Inapto
5.8.3.1	Deverá ser exibida a descoberta automática de computadores locais.	Mandatório	APTO
5.8.3.2	Deverá ser exibida a descoberta automática de computadores por faixa de endereço IP	Mandatório	APTO
5.8.3.3	Deverá ser exibido o inventário básico contendo Hostname, domínio, Sistema Operacional (com versão), Idioma, Endereço MAC e IPv4.	Mandatório	APTO
5.8.3.4	Deverão ser exibidos no console de gerenciamento os eventos de logon e logoff e o tempo total logado da máquina demonstrada.	Mandatório	INAPTO
5.8.3.5	Deverá ser realizado um inventário de software da máquina com ou sem o agente instalado.	Mandatório	APTO
5.8.3.6	Deverá ser realizado e exibido um inventário de hardware contendo ao menos o tipo de processador e velocidade, fabricante do hardware, modelo do hardware, número de série e endereço MAC.	Mandatório	APTO
5.8.3.7	Deverá ser exibido um relatório com todos os softwares instalados, inclusive os ocultos.	Mandatório	APTO
5.8.3.8	Deverá ser demonstrada uma alteração no hardware ou software (instalação ou exclusão) do computador com endpoint e mostrar que a alteração foi replicada no console de gerenciamento.	Mandatório	APTO
Item 5.8.4	Da Gestão de Energia	Classificação	Apto/Inapto
5.8.4.1	Deverá ser demonstrada a alteração do perfil de energia no dispositivo com endpoint instalado.	Mandatório	INAPTO
Item 5.8.5	Do Gerenciamento de Contrato e uso de softwares	Classificação	Apto/Inapto
5.8.5.1	Deverá ser demonstrada a identificação de softwares instalados e licenciados.	Mandatório	APTO
5.8.5.2	Deverá ser excluído um software não permitido.	Mandatório	INAPTO
5.8.5.3	Deverá ser demonstrada o bloqueio de instalação de um software que esteja na lista negra (blacklist).	Mandatório	INAPTO
Item 5.8.6	Da Distribuição de Softwares	Classificação	Apto/Inapto
5.8.6.1	Deverá ser demonstrada a distribuição e/ou instalação remota de um software ou patch no computador com endpoint, de forma silenciosa, com acompanhamento em tempo real.	Mandatório	APTO
Item 5.8.7	Da Medição e Remoção de Softwares	Classificação	Apto/Inapto
5.8.7.1	Deverá ser visualizado a medição de utilização de um software instalado no computador com endpoint.	Mandatório	INAPTO
5.8.7.2	Deverá ser demonstrado o envio de alerta quando um software é removido do computador com endpoint.	Mandatório	INAPTO
5.8.7.3	Deverá ser demonstrado quais softwares estão em execução no computador com endpoint instalado.	Mandatório	INAPTO
Item 5.8.8	Da Gestão de Equipamentos	Classificação	Apto/Inapto
5.8.8.1	Deverá ser realizado um acesso remoto ao computador com endpoint instalado, sem consentimento do usuário, e demonstrar que logs foram gerados para esse acesso.	Mandatório	INAPTO
Item 5.8.9	Da Gestão de Performance	Classificação	Apto/Inapto

5.8.9.1	Deverá ser exibido a análise de performance com acompanhamento de ocupação de memória e CPU, espaço em disco e tráfego de rede.	Mandatório	APTO
---------	---	------------	------

## ITEM 5.9 - Prova de Conceito para gerenciamento de Servidores

Item 5.9.1	Da Gestão dos Endpoints e Console de Gerenciamento:	Classificação	Apto/Inapto
5.9.1.1	Deverá ser comprovado, em um computador com Microsoft Windows® Server 2003 ou superior, que o agente (endpoint) está sendo executado (como aplicação ou serviço).	Mandatório	APTO
5.9.1.2	Deverá ser criada uma nova política restringindo ou alterando algum acesso na máquina em que o endpoint está instalado.	Mandatório	INAPTO
5.9.1.3	Deverá ser demonstrada a ativação e desativação remota do endpoint.	Mandatório	INAPTO
5.9.1.4	Deverá ser mostrado que o endpoint está enviando logs ao servidor.	Mandatório	APTO
5.9.1.5	Deverá ser colocado o computador onde o endpoint está instalado em modo de stand by ou de hibernação.	Mandatório	APTO
5.9.1.6	Deverá ser exibida na console de gerenciamento a "presença" do computador com o endpoint ativo.	Mandatório	APTO
5.9.1.7	Deverá ser exibido na console de gerenciamento os logs coletados do computador onde o endpoint está operando.	Mandatório	APTO
Item 5.9.2	Dos Relatórios	Classificação	Apto/Inapto
5.9.2.1	Deverá ser criado um relatório em um formato digital com o inventário de software e hardware do computador com o endpoint instalado.	Mandatório	APTO
Item 5.9.3	Do Inventário e descoberta de Endpoints	Classificação	Apto/Inapto
5.9.3.1	Deverá ser exibida a descoberta automática de servidores locais.	Mandatório	APTO
5.9.3.2	Deverá ser exibida a descoberta automática de servidores por faixa de endereço IP.	Mandatório	APTO
5.9.3.3	Deverá ser exibido o inventário básico contendo Hostname, domínio, Sistema Operacional (com versão), Idioma, Endereço MAC e IPv4.	Mandatório	APTO
5.9.3.4	Deverão ser exibidos no console de gerenciamento os eventos de logon e logoff e o tempo total logado da máquina demonstrada.	Mandatório	APTO
5.9.3.5	Deverá ser realizado um inventário da máquina sem o agente instalado.	Mandatório	APTO
5.9.3.6	Deverá ser exibido um inventário de hardware contendo ao menos o tipo de processador e velocidade, fabricante do hardware, modelo do hardware, número de série e endereço MAC.	Mandatório	APTO
5.9.3.7	Deverá ser exibido um relatório com todos os softwares instalados, inclusive os ocultos.	Mandatório	APTO
5.9.3.8	Deverá ser demonstrada uma alteração no hardware ou software (instalação ou exclusão) do servidor com endpoint e mostrar que a alteração foi replicada no console de gerenciamento.	Mandatório	APTO
Item 5.9.4	Do Gerenciamento de Contrato e uso de softwares	Classificação	Apto/Inapto
5.9.4.1	Deverá ser demonstrada a identificação de softwares instalados e licenciados.	Mandatório	APTO
5.9.4.2	Deverá ser excluído um software não permitido.	Mandatório	INAPTO
5.9.4.3	Deverá ser demonstrada o bloqueio de instalação de um software que esteja na lista negra (blacklist).	Mandatório	INAPTO

Item 5.9.5	Da Distribuição de Softwares	Classificação	Apto/Inapto
5.9.5.1	Deverá ser demonstrada a distribuição e/ou instalação remota de um software ou patch no servidor com endpoint, de forma silenciosa, com acompanhamento em tempo real.	Mandatário	APTO
Item 5.9.6	Da Medição e Remoção de Softwares	Classificação	Apto/Inapto
5.9.6.1	Deverá ser visualizado a medição de utilização de um software instalado no servidor com endpoint.	Mandatário	INAPTO
5.9.6.2	Deverá ser demonstrado o envio de alerta quando um software é removido do servidor com endpoint.	Mandatário	INAPTO
5.9.6.3	Deverá ser demonstrado quais softwares estão em execução no servidor com endpoint instalado.	Mandatário	INAPTO
Item 5.9.7	Da Medição e Remoção de Softwares	Classificação	Apto/Inapto
5.9.7.1	Deverá ser realizado um acesso remoto ao servidor com endpoint instalado, sem consentimento do usuário, e demonstrar que logs foram gerados para esse acesso.	Mandatário	INAPTO
Item 5.9.8	Da Gestão de Performance	Classificação	Apto/Inapto
5.9.8.1	Deverá ser exibido a análise de performance com acompanhamento de ocupação de memória e CPU, espaço em disco e tráfego de rede.	Mandatário	APTO

Iniciada a Prova de Conceito, conforme item 13.10 do Edital, registrou a Comissão Técnica Avaliadora os seguintes apontamentos:

Não foram atendidos os itens 5.8.1.2, 5.8.1.3, 5.8.3.4, 5.8.4.1, 5.8.5.2, 5.8.5.3, 5.8.7.1, 5.8.7.2, 5.8.7.3, 5.8.8.1, 5.9.1.2, 5.9.1.3, 5.9.4.2, 5.9.4.3, 5.9.6.1, 5.9.6.2, 5.9.6.3 e 5.9.7.1 do Edital. Todos os demais itens estavam em conformidade com os itens 5.8 e 5.9 do Termo e Referência – Anexo I do Edital.

Registra-se que transcorrido o tempo previsto de uma hora para a execução da Prova de Conceito, o Presidente da Comissão, informou aos participantes que, conforme o item 13.6 do Edital, a Sessão está prorrogada por tempo indeterminado até a finalização da Prova de Conceito. Às 18:10 Presidente da Comissão de Avaliação suspendeu a Sessão por 10 (dez) minutos para um intervalo de descanso, sendo esta retomada logo em seguida.

Ato contínuo, terminada a Prova de Conceito do LOTE 01 abriu o Presidente da Comissão de Avaliação abriu a palavra para sanar eventuais dúvidas, à que foi interpelado pelo Sr. Fernando Augusto Ongaro Mocelin da empresa SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Que participa da Sessão do Pregão Eletrônico de forma remota, o qual questionou sobre os procedimentos a serem adotados quanto aos itens em que a licitante eventualmente não venha a atender os requisitos, respondendo o Presidente que cabe à Comissão de Licitação esclarecer este ponto ao fim da Prova de Avaliação- POC. O Pregoeiro solicitou a palavra para esclarecer que, conforme item 13.10 do Edital, a decisão de classificação ou desclassificação cabe à Comissão de Avaliação. Informou também que às manifestações dos participantes podem ser direcionadas diretamente à Comissão de Avaliação. Ato contínuo, retornou à palavra ao Presidente da Comissão de Avaliação para prosseguimento dos trabalhos.

O Sr. Fernando Augusto Ongaro Mocelin, através do chat da transmissão em tempo real, encaminhou os seguintes apontamentos, os quais são reproduzidos abaixo:

5.8.3.3 Deverá ser exibido o inventário básico contendo Hostname, domínio, Sistema Operacional (com versão), Idioma, Endereço MAC e IPv4	Deferido	Não atendeu as informações do SO, Idioma, IPv4 e MAC
5.8.3.4 Deverão ser exibidos no console de gerenciamento os eventos de login e logoff e o tempo total logado da máquina demonstrada.	Indeferido	Não mostra a soma do tempo total logado (Pregoeiro considerou como parcialmente atendido)
15.7.9. Estabelecimento de alvos de distribuição por filtros baseados em configurações de sistema operacional, hardware, componentes, softwares e versões, atualizados automaticamente conforme a inclusão ou exclusão de clientes ou da mudança de suas configurações; Não mostrou, gostaríamos de ver		
5.8.2.2 Deverá permitir a visualização de um relatório através de um endereço web.	Indeferido	Não atendeu

5.8.2.3 Deverá ser possível através da interface web gerar um relatório com gráficos e com drill down.	Deferido	Não atendido
5.8.1.3 Deverá ser demonstrada a ativação e desativação remota do endpoint.	Deferido	Aplicado a política de parada do serviço com sucesso, mas não conseguiu reativar o serviço remoto - erro 1060 (não conseguiu contactar o dispositivo remoto)
13.8.4.1 Deverá ser demonstrada a alteração do perfil de energia no dispositivo com endpoint instalado.	Indeferido	Não aplicou a politica
5.8.7.1 Deverá ser visualizado a medição de utilização de um software instalado no computador com endpoint.	Indeferido	Extraindo em relatório por e-mail mas não demonstrou a informação.
5.8.7.3 Deverá ser demonstrado quais softwares estão em execução no computador com endpoint instalado.	Indeferido	Não tem a função

Registrou o Sr. Neemias Alves Finamar que, no seu entendimento, existem itens solicitados na Prova de Conceito não contemplados no Termo de Referência, a saber: itens 5.8.1.2, 5.8.5.3, 5.9.1.2 e 5.9.4.3. Solicitou que fosse registrado também que quanto aos itens 5.8.1.3, 5.8.4.1, 5.8.5.2, 5.8.7.1, 5.8.7.2, 5.8.7.3, 5.9.1.3, 5.9.4.2, 5.9.6.1, 5.9.6.2, 5.9.6.3 e 5.9.7.1 a solução apresentada atende aos requisitos do Edital, uma vez que foi testada anteriormente em outro ambiente com sucesso, porém no ambiente do CIGA não tiveram tempo hábil para realizar todos os testes antes da Prova de Conceito. O Pregoeiro informou que o prazo recursal se dará nos termos do item 17.1 do Edital, ressaltando que a Prova de Conceito é parte integrante do Edital.

Terminada a Prova de Conceito, repassou o presidente da Comissão de Avaliação a palavra ao Pregoeiro para prosseguimento dos trabalhos.

Após análise da Comissão Técnica Avaliadora do CIGA, declarou o Pregoeiro a empresa SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S/A - CNPJ 83.483.230/0001-86 desclassificada do presente processo licitatório por não cumprir os seguintes itens da POC – Prova de Conceito: 5.8.1.2, 5.8.1.3, 5.8.3.4, 5.8.4.1, 5.8.5.2, 5.8.5.3, 5.8.7.1, 5.8.7.2, 5.8.7.3, 5.8.8.1, 5.9.1.2, 5.9.1.3, 5.9.4.2, 5.9.4.3, 5.9.6.1, 5.9.6.2, 5.9.6.3 e 5.9.7.1 conforme item 13.10 do Edital. Ato contínuo, conforme item 12.5 do Edital, informou o Pregoeiro que ficam convocados desde já os próximos licitantes com a melhor oferta na etapa de lances, a saber, a empresa SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 07.432.517/0001-07, vencedora da etapa de lances do lote 01 e; INVESTIPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO LTDA. - CNPJ nº 01.579.387/0001-45, vencedora da etapa de lances do lote 02, a comparecerem no dia 17 de setembro de 2020, às 14 horas, nos termos dos itens 2.5 e 13.2 do Edital 01/2020/CIGA, para a realização da POC – Prova de Conceito, estando todos os licitantes participantes e os presentes convidados a comparecerem a esta etapa.

Ato contínuo, informou o Pregoeiro a todos os participantes que em virtude da pandemia de COVID-19 e às recomendações sanitárias, nem todos os membros da Comissão de Avaliação puderam se fazer presentes. Desta feita, o senhor Renato Gonzalez Silva Ramão, membro da referida comissão, que participa da presente Sessão, não poderá subscrever a presente Ata de imediato estando, no entanto, sua concordância com os termos desta registrada em vídeo, aponto sua assinatura a posteriori.

Declarou o pregoeiro a suspensão da sessão pública às 19:37 horas, a ser retomada no dia 17 de setembro de 2020 às 14 horas, para a execução da Prova de Conceito das licitantes vencedoras da etapa de lances dos lotes 01 e 02. Da Sessão Pública lavrou-se a respectiva ata circunstanciada, lida aos presentes e assinada pelo Pregoeiro, seus Assistentes e por todos os licitantes participantes da Sessão Pública.

Florianópolis, 09 de setembro de 2020.

Marcus Vinícius da Silveira Pregoeiro	Guilherme da Rocha Koehler Equipe de Apoio
Cristiana Pereira Equipe de Apoio	Ricardo Bressan Tasca Presidente da Comissão Técnica avaliadora
Francis Vagner dos Anjos Fontoura Membro da Comissão Técnica Avaliadora	Renato Gonzalez Silva Ramão Membro da Comissão Técnica Avaliadora
Neemias Alves Finamar SELBETTI GESTÃO DE DOCUMENTOS S/A	Fernando Augusto Ongaro Mocelin SIMPRESS COMÉRCIO, LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

**AVISO DE RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2020**

Publicação Nº 2638129

**AVISO DE RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1664/2020  
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO N.º 02/2020

O Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), inscrito no CNPJ sob n.º 09.427.503/0001-12, torna público que a retomada da Sessão Pública do Pregão Eletrônico N.º 02/2020 será no dia 11 de setembro de 2020 às 14:00 horas, na qual será realizada o julgamento da habilitação ou inabilitação das licitantes vencedoras da etapa de lances.

Florianópolis, 10 de setembro de 2020.

MARCUS VINICIUS DA SILVEIRA  
Pregoeiro do CIGA

---

**CIM-AMAVI**

---

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020**

Publicação Nº 2638820

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 04/2020

Contratante.: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI (CIM-AMAVI)

Contratada...: HETRIOS TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA.

Vigência ..... : Início: 10/09/2020 Término: 10/09/2021

Licitação ..... : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 5/2020

Objeto ..... : FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA LIMPEZA DE PLAFORMA 2 DE RODOVIAS ESTADUAIS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, CONFORME CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL

Rio do Sul/SC, 10 de setembro de 2020

Joel Longen

Presidente do CIM-AMAVI

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2020 – TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Publicação Nº 2638817

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DA AMAVI (CIM-AMAVI)

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Presidente do CIM-AMAVI, Joel Longen, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Pregoeira e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente licitação nestes termos:

Processo nº: 07/2020

Licitação nº: 05/2020 PE – REGISTRO DE PREÇOS

Data Homologação: 08/09/2020

Objeto: FORMALIZAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA LIMPEZA DE PLAFORMA 2 DE RODOVIAS ESTADUAIS PAVIMENTADAS E NÃO PAVIMENTADAS, CONFORME CONDIÇÕES PREVISTAS NESTE EDITAL.

Fornecedores declarados vencedores do processo:

Hetrios terraplenagem e Construções Ltda.

Valor total da Ata de Registro de Preços R\$ 543.263,00

Rio do Sul (SC), 08 de setembro de 2020

Joel Longen

Presidente CIM-AMAVI

**CIMVI****CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DE CONTRATO DE RATEIO Nº 2020/010 - GESTÃO DE TURISMO - EXERCÍCIO DE 2014**

Publicação Nº 2638923

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DOS CONTRATOS DE RATEIO DO EXERCÍCIO DE 2014 - TURISMO Nº 2020/010

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DOS CONTRATOS DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GUABIRUBA, INDAIAL, LUIZ ALVES, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO ADICIONALMENTE AO RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO DE TURISMO NO EXERCÍCIO DE 2020, A TRANSFERÊNCIA VINCULADA DAS SOBRAS DE RECURSOS NÃO UTILIZADOS DOS CONTRATOS DE RATEIO N.º 2013/02, 2013/11, 2031/17, 2013/23, 2013/29, 2013/35, 2013/41, 2013/47 E 2013/53 (EXERCÍCIO DE 2014).

Pelo presente contrato de transferência das sobras de contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por sua Prefeita; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; LUIZ ALVES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.319/0001-55, com sede na Rua Erich Gielow, nº 35, na cidade de Luiz Alves, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2014, aprovada 15ª Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2013 e o decidido na 26ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI realizada na data de 09/02/2017 que aprovou a retenção dos créditos de devolução dos recursos não utilizados do Contrato de Rateio nº 2013/02, 2013/11, 2031/17, 2013/23, 2013/29, 2013/35, 2013/41, 2013/47 e 2013/53 a fim de que sejam utilizados pelo CIMVI em sua respectiva área de atuação (ou seja, vinculados à autorização originária), tem justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar a transferência adicional e uso vinculado ao rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2020 com sobras de recursos não utilizados dos contratos de rateio nº 2013/02, 2013/11, 2031/17, 2013/23, 2013/29, 2013/35, 2013/41, 2013/47 e 2013/53 (exercício de 2014), em complemento ao Contrato de Rateio nº 2019/02, celebrado em 12/12/2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na elaboração de estudos e projetos, com vistas ao planejamento, controle, regularização e execução de atividades concernentes ao turismo.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DA DISPENSA DOS REPASSES**

3.1. O rateio dos recursos (sobras de recursos não utilizados) entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção populacional, em observância aos Contratos de Rateio nº 2013/02, 2013/11, 2031/17, 2013/23, 2013/29, 2013/35, 2013/41, 2013/47 E 2013/53 e manterá seu caráter vinculado às atividades originariamente autorizadas.

3.2. Em razão de que o presente instrumento se presta à formalização do rateio de recursos não utilizados no exercício de 2014, os quais encontram-se retidos no CIMVI para utilização em sua respectiva área de atuação, os CONSORCIADOS ficam dispensados de qualquer

repassa ao CONSÓRCIO dos recursos de que tratam o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2020 o valor total de R\$ 10,27 (dez reais e vinte e sete centavos), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional com sobras de recursos não utilizados dos contratos de rateio nº 2013/02, 2013/11, 2031/17, 2013/23, 2013/29, 2013/35, 2013/41, 2013/47 e 2013/53 (exercício de 2014) resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Modalidade de Despesa	Valor ( R\$)	Valor Total (R\$)
Apiúna	3190	0,00	0,58
	3390	0,00	
	4490	0,58	
Ascurra	3190	0,00	0,44
	3390	0,00	
	4490	0,44	
Benedito Novo	3190	0,00	0,62
	3390	0,00	
	4490	0,62	
Doutor Pedrinho	3190	0,00	0,22
	3390	0,00	
	4490	0,22	
Indaial	3190	0,00	3,28
	3390	0,00	
	4490	3,28	
Pomerode	3190	0,00	1,66
	3390	0,00	
	4490	1,66	
Rio dos Cedros	3190	0,00	0,62
	3390	0,00	
	4490	0,62	
Rodeio	3190	0,00	0,65
	3390	0,00	
	4490	0,65	
Timbó	3190	0,00	0,22
	3390	0,00	
	4490	2,20	
TOTAL			10,27

4.3. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 1.º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser formalizado novo contrato de rateio, no exercício de 2021, caso persistam sobras decorrentes do presente instrumento.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTABILIZAÇÃO

6.1. Considerando que o presente instrumento não gera obrigação de transferência financeira pelos CONSORCIADOS, conforme cláusula 3.2, não há necessidade de consignação de dotações orçamentárias pelos CONSORCIADOS.

6.2. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.003	Gestão de Turismo

2003	Gestão de Turismo
44900000	Aplicações Diretas
3001314	Rec. Ordinários 2014- CIMVI - Turismo

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

**CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

9.3. Ficam convalidados todos os atos até então praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC JOSÉ GERSON GONÇALVES – Prefeito	MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI - Prefeito
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito	MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC JOSÉ LUIZ COLOMBI - Prefeito
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC SIMONI MERCIA MESCH NONES - Prefeita	MUNICÍPIO DE GUABIRUBA/SC MATIAS KOHLER - Prefeito
MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC ANDRÉ LUIZ MOSER – Prefeito	MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC MARCOS PEDRO VEBER - Prefeito
MUNICÍPIO DE POMERODE/SC ERCIO KRIEK - Prefeito	MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC MARILDO DOMINGOS FELIPPI – Prefeito

MUNICÍPIO DE RODEIO/SC  
PAULO ROBERTO WEISS - Prefeito

MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC  
JORGE AUGUSTO KRÜGER - Prefeito

Testemunhas:

-----  
Fernando Tomaselli  
Diretor Executivo do CIMVI  
CPF nº 016.637.969-71

-----  
Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo  
Advogado  
OAB/SC 17.721 - Visto

## **CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DE CONTRATO DE RATEIO Nº 2020/011 - GESTÃO DE TURISMO - EXERCÍCIO DE 2015**

Publicação Nº 2638928

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DO CONTRATO DE RATEIO DO EXERCÍCIO DE 2015 - TURISMO Nº 2020/011

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DO CONTRATO DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GUABIRUBA, INDAIAL, LUIZ ALVES, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO ADICIONALMENTE AO RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO DE TURISMO NO EXERCÍCIO DE 2020, A TRANSFERÊNCIA VINCULADA DAS SOBRAS DE RECURSOS NÃO UTILIZADOS DO CONTRATO DE RATEIO N.º 2014/03 (EXERCÍCIO DE 2015).

Pelo presente contrato de transferência das sobras de contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; LUIZ ALVES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.319/0001-55, com sede na Rua Erich Gielow, nº 35, na cidade de Luiz Alves, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2015, aprovada 18ª Assembleia Geral Ordinária de 10 de julho de 2014 e o decidido na 26ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI realizada na data de 09/02/2017 que aprovou a retenção dos créditos de devolução dos recursos não utilizados do Contrato de Rateio nº 2014/03 a fim de que sejam utilizados pelo CIMVI em sua respectiva área de atuação (ou seja, vinculados à autorização originária), tem justo e contratado o que segue:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar a transferência adicional e uso vinculado ao rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2020 com sobras de recursos não utilizados dos contratos de rateio nº 2014/03 (exercício de 2015), em complemento ao Contrato de Rateio nº 2019/02, celebrado em 12/12/2019.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO**

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na elaboração de estudos e projetos, com vistas ao planejamento, controle, regularização e execução de atividades concernentes ao turismo.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DA DISPENSA DOS REPASSES**

3.1. O rateio dos recursos (sobras de recursos não utilizados) entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção populacional, em observância aos Contratos de Rateio nº 2014/03 e manterá seu caráter vinculado às atividades originariamente autorizadas.

3.2. Em razão de que o presente instrumento se presta à formalização do rateio de recursos não utilizados no exercício de 2015, os quais encontram-se retidos no CIMVI para utilização em sua respectiva área de atuação, os CONSORCIADOS ficam dispensados de qualquer repasse ao CONSÓRCIO dos recursos de que tratam o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2020 o valor total de R\$ 33.215,66 (trinta e três mil, duzentos e quinze reais e sessenta e seis centavos), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional com sobras de recursos não utilizados do contrato de rateio nº 2014/03 (exercício de 2015) resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Modalidade de Despesa	Valor ( R\$)	Valor Total (R\$)
Apiúna	3190	287,20	1.860,29
	3390	1.566,50	
	4490	6,59	
Ascurra	3190	222,00	1.437,96
	3390	1.210,87	
	4490	5,09	
Benedito Novo	3190	308,80	2.000,19
	3390	1.684,31	
	4490	7,08	
Doutor Pedrinho	3190	107,80	698,25
	3390	587,98	
	4490	2,47	
Indaial	3190	1.637,83	10.608,56
	3390	8.933,17	
	4490	37,56	
Pomerode	3190	830,21	5.377,47
	3390	4.528,22	
	4490	19,04	
Rio dos Cedros	3190	307,60	1.992,41
	3390	1.677,76	
	4490	7,05	
Rodeio	3190	326,20	2.112,90
	3390	1.779,22	
	4490	7,48	
Timbó	3190	1.100,41	7.127,63
	3390	6.001,99	
	4490	25,23	
TOTAL			33.215,66

4.3. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 1.º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser formalizado novo contrato de rateio, no exercício de 2021, caso persistam sobras decorrentes do presente instrumento.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTABILIZAÇÃO

6.1. Considerando que o presente instrumento não gera obrigação de transferência financeira pelos CONSORCIADOS, conforme cláusula 3.2, não há necessidade de consignação de dotações orçamentárias pelos CONSORCIADOS.

6.2. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.003	Gestão de Turismo
2003	Gestão de Turismo
331900000	Aplicações Diretas
33390000	Aplicações Diretas
44900000	Aplicações Diretas
3001315	Rec. Ordinários 2015- CIMVI - Turismo

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

9.3. Ficam convalidados todos os atos até então praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI  
JEAN MICHEL GRUNDMANN – Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC JOSÉ GERSON GONÇALVES – Prefeito	MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI - Prefeito
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito	MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC JOSÉ LUIZ COLOMBI - Prefeito

MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC SIMONI MERCIA MESCH NONES - Prefeita	MUNICÍPIO DE GUABIRUBA/SC MATIAS KOHLER - Prefeito
MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC ANDRÉ LUIZ MOSER – Prefeito	MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC MARCOS PEDRO VEBER – Prefeito
MUNICÍPIO DE POMERODE/SC ERCIO KRIEK - Prefeito	MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC MARILDO DOMINGOS FELIPPI – Prefeito
MUNICÍPIO DE RODEIO/SC PAULO ROBERTO WEISS - Prefeito	MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC JORGE AUGUSTO KRÜGER - Prefeito

Testemunhas:

----- Fernando Tomaselli Diretor Executivo do CIMVI CPF nº 016.637.969-71	----- Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo Advogado OAB/SC 17.721 - Visto
--	---

## CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DE CONTRATO DE RATEIO Nº 2020/012 - GESTÃO DE TURISMO - EXERCÍCIO DE 2016

Publicação Nº 2638932

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DO CONTRATO DE RATEIO DO EXERCÍCIO DE 2016 - TURISMO Nº 2020/12

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DOS CONTRATOS DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GUABIRUBA, INDAIAL, LUIZ ALVES, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO ADICIONALMENTE AO RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO DE TURISMO NO EXERCÍCIO DE 2020, A TRANSFERÊNCIA VINCULADA DAS SOBRAS DE RECURSOS NÃO UTILIZADOS DO CONTRATO DE RATEIO N.º 2015/04 (EXERCÍCIO DE 2016).

Pelo presente contrato de transferência das sobras de contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; LUIZ ALVES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.319/0001-55, com sede na Rua Erich Gielow, nº 35, na cidade de Luiz Alves, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2016, aprovada na 21ª Assembleia Geral Ordinária de 23 de julho de 2015, e os Contratos de Rateio aprovados na 25ª Assembleia Geral Ordinária de 08 de dezembro de 2016 e o decidido na 26ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI realizada na data de 09/02/2017 que aprovou a retenção dos créditos de devolução dos recursos não utilizados do Contrato de Rateio nº 2015/04 a fim de que sejam utilizados pelo CIMVI em sua respectiva área de atuação (ou seja, vinculados à autorização originária), tem justo e contratado o que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar a transferência adicional e uso vinculado ao rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2020 com sobras de recursos não utilizados dos contratos de rateio nº 2015/04 (exercício de 2016), em complemento ao Contrato de Rateio nº 2019/02, celebrado em 12/12/2019.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na elaboração de estudos e projetos, com vistas ao planejamento, controle, regularização e execução de atividades concernentes ao turismo.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DA DISPENSA DOS REPASSES

3.1. O rateio dos recursos (sobras de recursos não utilizados) entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção populacional, em observância aos Contratos de Rateio nº 2015/04 e manterá seu caráter vinculado às atividades originariamente autorizadas.

3.2. Em razão de que o presente instrumento se presta à formalização do rateio de recursos não utilizados no exercício de 2016, os quais encontram-se retidos no CIMVI para utilização em sua respectiva área de atuação, os CONSORCIADOS ficam dispensados de qualquer repasse ao CONSÓRCIO dos recursos de que tratam o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2020 o valor total de R\$ 15.178,45 (quinze mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional com sobras de recursos não utilizados do contrato de rateio nº 2015/04 (exercício de 2016) resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Modalidade de Despesa	Valor ( R\$)	Valor Total (R\$)
Apiúna	3190	0,00	850,09
	3390	850,09	
	4490	0,00	
Ascurra	3190	0,00	655,82
	3390	655,82	
	4490	0,00	
Benedito Novo	3190	0,00	913,57
	3390	913,57	
	4490	0,00	
Doutor Pedrinho	3190	0,00	318,84
	3390	318,84	
	4490	0,00	
Indaial	3190	0,00	4.854,24
	3390	4.854,24	
	4490	0,00	
Pomerode	3190	0,00	2.455,76
	3390	2.455,76	
	4490	0,00	
Rio dos Cedros	3190	0,00	910,71
	3390	910,71	
	4490	0,00	
Rodeio	3190	0,00	965,12
	3390	965,12	
	4490	0,00	
Timbó	3190	0,00	3.254,30
	3390	3.254,30	
	4490	0,00	
TOTAL			15.178,45

4.3. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 1.º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser formalizado novo contrato de rateio, no exercício de 2021, caso persistam sobras decorrentes do presente instrumento.

**CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTABILIZAÇÃO**

6.1. Considerando que o presente instrumento não gera obrigação de transferência financeira pelos CONSORCIADOS, conforme cláusula 3.2, não há necessidade de consignação de dotações orçamentárias pelos CONSORCIADOS.

6.2. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.003	Gestão de Turismo
2003	Gestão de Turismo
33390000	Aplicações Diretas
3001316	Rec. Ordinários 2016- CIMVI - Turismo

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES**

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

**CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

9.3. Ficam convalidados todos os atos até então praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO**

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC JOSÉ GERSON GONÇALVES – Prefeito	MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI - Prefeito
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito	MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC JOSÉ LUIZ COLOMBI - Prefeito
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC SIMONI MERCIA MESCH NONES - Prefeita	MUNICÍPIO DE GUABIRUBA/SC MATIAS KOHLER - Prefeito
MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC ANDRÉ LUIZ MOSER – Prefeito	MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC MARCOS PEDRO VEBER – Prefeito
MUNICÍPIO DE POMERODE/SC ERCIO KRIEK - Prefeito	MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC MARILDO DOMINGOS FELIPPI – Prefeito
MUNICÍPIO DE RODEIO/SC PAULO ROBERTO WEISS - Prefeito	MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC JORGE AUGUSTO KRÜGER - Prefeito

## Testemunhas:

----- Fernando Tomaselli Diretor Executivo do CIMVI CPF nº 016.637.969-71	----- Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo Advogado OAB/SC 17.721 - Visto
--	---

## CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DE CONTRATO DE RATEIO Nº 2020/013 - GESTÃO DE TURISMO - EXERCÍCIO DE 2017

Publicação Nº 2638935

### CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DO CONTRATO DE RATEIO DO EXERCÍCIO DE 2017 - TURISMO Nº 2020/13

CONTRATO DE TRANSFERÊNCIA DAS SOBRAS DOS CONTRATOS DE RATEIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, E OS MUNICÍPIOS APIÚNA, ASCURRA, BENEDITO NOVO, BOTUVERÁ, DOUTOR PEDRINHO, GUABIRUBA, INDAIAL, LUIZ ALVES, POMERODE, RIO DOS CEDROS, RODEIO E TIMBÓ, OBJETIVANDO ADICIONALMENTE AO RATEIO DE RECURSOS PARA A GESTÃO DE TURISMO NO EXERCÍCIO DE 2020, A TRANSFERÊNCIA VINCULADA DAS SOBRAS DE RECURSOS NÃO UTILIZADOS DO CONTRATO DE RATEIO N.º 2016/06 (EXERCÍCIO DE 2017).

Pelo presente contrato de transferência das sobras de contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070, no Município de Timbó, Estado de Santa Catarina, aqui representada por seu Presidente, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de: APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito; ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito; BENEDITO NOVO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.780/0001-08, com sede à Rua Celso Ramos, nº 1.168, na cidade de Benedito Novo, neste Estado, representado por seu Prefeito; BOTUVERÁ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.350/0001-96, com sede na Rua João Morelli, nº 66, na cidade de Botuverá, neste Estado, representado por seu Prefeito; DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, com sede à Rua Brasília, nº 2, neste Estado, representado por seu Prefeito; GUABIRUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.368/0001-98, com sede na Rua Brusque, nº 344, na cidade de Guabiruba, neste Estado, representado por seu Prefeito; INDAIAL, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, na cidade de Indaial, neste Estado, representado por seu Prefeito; LUIZ ALVES, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.319/0001-55, com sede na Rua Erich Gielow, nº 35, na cidade de Luiz Alves, neste Estado, representado por seu Prefeito; POMERODE, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.251/0001-04, com sede à Rua XV de Novembro, nº 525, na cidade de Pomerode, neste Estado, representado por seu Prefeito; RIO DOS CEDROS, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.806/0001-18, com sede à Rua Nereu Ramos, nº 2.055, na cidade de Rio dos Cedros, neste Estado, representado por seu Prefeito; RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede à Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito; e TIMBÓ, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.764/0001-15, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 700, na cidade de Timbó, neste Estado, representado por seu Prefeito, doravante denominados simplesmente CONSORCIADOS, fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIMVI, bem como considerando a proposta de Orçamento para o exercício de 2017, aprovada na 24ª Assembleia Geral Ordinária de 26 de julho de 2016 e os Contratos de Rateio aprovados na 25ª Assembleia Geral Ordinária de 08 de dezembro de 2016 e o decidido na 32ª Assembleia Geral Ordinária do CIMVI realizada na data de 12/07/2018 que aprovou a retenção dos créditos de devolução dos recursos não utilizados do Contrato de Rateio nº 2016/06 a fim de que sejam utilizados pelo CIMVI em sua respectiva área de atuação (ou seja, vinculados à autorização originária), tem justo e contratado o que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem como objeto disciplinar a transferência adicional e uso vinculado ao rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2020 com sobras de recursos



não utilizados dos contratos de rateio nº 2016/06 (exercício de 2017), em complemento ao Contrato de Rateio nº 2019/02, celebrado em 12/12/2019.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. A gestão associada dos serviços públicos de Gestão de Turismo será executada de forma parcial pelo CONSÓRCIO, consistindo na elaboração de estudos e projetos, com vistas ao planejamento, controle, regularização e execução de atividades concernentes ao turismo.

2.2. Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício parcial das competências de planejamento, de gestão ou execução dos serviços públicos, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA FORMA DE RATEIO E DA DISPENSA DOS REPASSES

3.1. O rateio dos recursos (sobras de recursos não utilizados) entre os CONSORCIADOS, para a gestão associada na área objeto, se dará pelo critério da proporção populacional, em observância aos Contratos de Rateio nº 2016/06 e manterá seu caráter vinculado às atividades originariamente autorizadas.

3.2. Em razão de que o presente instrumento se presta à formalização do rateio de recursos não utilizados no exercício de 2017, os quais encontram-se retidos no CIMVI para utilização em sua respectiva área de atuação, os CONSORCIADOS ficam dispensados de qualquer repasse ao CONSÓRCIO dos recursos de que tratam o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS VALORES

4.1. Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2020 o valor total de R\$ 8.090,95 (oito mil, noventa reais e noventa e cinco centavos), compreendendo a previsão necessária para a manutenção das atividades contempladas no item 2.1 da Cláusula Segunda.

4.2. O rateio do valor total entre os CONSORCIADOS, observado o critério da proporcionalidade populacional com sobras de recursos não utilizados do contrato de rateio nº 2016/06 (exercício de 2017) resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Modalidade de Despesa	Valor ( R\$)	Valor Total (R\$)
Apiúna	3190	0,00	298,66
	3390	298,66	
	4490	0,00	
Ascurra	3190	0,00	230,66
	3390	230,66	
	4490	0,00	
Benedito Novo	3190	0,00	321,56
	3390	321,56	
	4490	0,00	
Botuverá	3190	0,00	375,15
	3390	375,15	
	4490	0,00	
Doutor Pedrinho	3190	0,00	112,14
	3390	112,14	
	4490	0,00	
Gaspar	3190	0,00	1.803,76
	3390	1.803,76	
	4490	0,00	
Guabiruba	3190	0,00	573,71
	3390	573,71	
	4490	0,00	
Indaial	3190	0,00	1.706,97
	3390	1.706,97	
	4490	0,00	
Pomerode	3190	0,00	863,87
	3390	863,87	
	4490	0,00	
Rio dos Cedros	3190	0,00	320,14
	3390	320,14	
	4490	0,00	

Rodeio	3190	0,00	339,98
	3390	339,98	
	4490	0,00	
Timbó	3190	0,00	1.144,35
	3390	1.144,35	
	4490	0,00	
TOTAL			8.090,95

4.3. Outras despesas não previstas, necessárias a consecução do objeto deste instrumento fica condicionado a aprovação em Assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO

5.1. O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 1.º de janeiro de 2020 e término em 31 de dezembro de 2020, podendo ser formalizado novo contrato de rateio, no exercício de 2021, caso persistam sobras decorrentes do presente instrumento.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA CONTABILIZAÇÃO

6.1. Considerando que o presente instrumento não gera obrigação de transferência financeira pelos CONSORCIADOS, conforme cláusula 3.2, não há necessidade de consignação de dotações orçamentárias pelos CONSORCIADOS.

6.2. As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
03	CIMVI
03.003	Gestão de Turismo
2003	Gestão de Turismo
33390000	Aplicações Diretas
3001317	Rec. Ordinários 2017- CIMVI - Turismo

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio;
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção das finalidades previstas neste instrumento;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

7.2. Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIMVI e do Contrato de Consórcio Público, ficam os CONSORCIADOS desde já responsáveis por:

- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

9.2. Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos CONSORCIADOS, todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

9.3. Ficam convalidados todos os atos até então praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Timbó – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciado a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Presidente

MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC JOSÉ GERSON GONÇALVES – Prefeito	MUNICÍPIO DE ASCURRA/SC LAIRTON ANTÔNIO POSSAMAI - Prefeito
MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito	MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ/SC JOSÉ LUIZ COLOMBI - Prefeito
MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC SIMONI MERCIA MESCH NONES - Prefeita	MUNICÍPIO DE GUABIRUBA/SC MATIAS KOHLER - Prefeito
MUNICÍPIO DE INDAIAL/SC ANDRÉ LUIZ MOSER – Prefeito	MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES/SC MARCOS PEDRO VEBER – Prefeito
MUNICÍPIO DE POMERODE/SC ERCIO KRIEK - Prefeito	MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS/SC MARILDO DOMINGOS FELIPPI – Prefeito
MUNICÍPIO DE RODEIO/SC PAULO ROBERTO WEISS - Prefeito	MUNICÍPIO DE TIMBÓ/SC JORGE AUGUSTO KRÜGER - Prefeito

Testemunhas:

----- Fernando Tomaselli Diretor Executivo do CIMVI CPF nº 016.637.969-71	----- Ricardo Augusto de Oliveira Xavier Araujo Advogado OAB/SC 17.721 - Visto
--	---

#### RESOLUÇÃO Nº 402 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638949

RESOLUÇÃO Nº 402, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 10,27 NO ORÇAMENTO-PROGRAMA 2020 DO CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 337, de 12/12/2019 (Orçamento CIMVI 2020), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2020 do CIMVI, no valor de R\$ 10,27 (dez reais e vinte e sete centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Projeto/Atividade: 03.003.0004.0695.0006.2003 – GESTÃO DE TURISMO	
Elemento: 3449000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 10,27
Vínculo: 03001314 Recursos Ordinários 2014 – CIMVI Turismo	R\$ 10,27
TOTAL	R\$ 10,27

Art. 2º - O Crédito Adicional de que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro de exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

Jean Michel Grundmann

Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em 10 de setembro de 2020.

Patricia Barbaresco  
Assessora Jurídica – CIMVI  
OAB/SC 48.380

## RESOLUÇÃO Nº 403 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638951

RESOLUÇÃO Nº 403, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 33.098,07 NO ORÇAMENTO-PROGRAMA 2020 DO CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 337, de 12/12/2019 (Orçamento CIMVI 2020), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2020 do CIMVI, no valor de R\$ 33.098,07 (trinta e três mil, noventa e oito reais e sete centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Projeto/Atividade: 03.003.0004.0695.0006.2003 – GESTÃO DE TURISMO	
Elemento: 3319000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 5.128,05
Vínculo: 03001315 Recursos Ordinários 2015 – CIMVI Turismo	R\$ 5.128,05
Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 27.970,02
Vínculo: 03001315 Recursos Ordinários 2015 – CIMVI Turismo	R\$ 27.970,02
TOTAL	R\$ 33.098,07

Art. 2º - O Crédito Adicional de que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro de exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

Jean Michel Grundmann  
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em 10 de setembro de 2020.

Patricia Barbaresco  
Assessora Jurídica – CIMVI  
OAB/SC 48.380

## RESOLUÇÃO Nº 404 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638955

RESOLUÇÃO Nº 404, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 117,59 NO ORÇAMENTO-PROGRAMA 2020 DO CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 337, de 12/12/2019 (Orçamento CIMVI 2020), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2020 do CIMVI, no valor de R\$ 117,59 (cento e dezessete reais e cinquenta nove centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Projeto/Atividade: 03.003.0004.0695.0006.2003 – GESTÃO DE TURISMO	
Elemento: 3449000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 117,59
Vínculo: 03001314 Recursos Ordinários 2014 – CIMVI Turismo	R\$ 117,59

TOTAL	R\$ 117,59
-------	------------

Art. 2º - O Crédito Adicional de que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro de exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

Jean Michel Grundmann  
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em  
10 de setembro de 2020.

Patricia Barbaresco  
Assessora Jurídica – CIMVI  
OAB/SC 48.380

## RESOLUÇÃO Nº 405 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638959

RESOLUÇÃO Nº 405, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 15.178,45 NO ORÇAMENTO-PROGRAMA 2020 DO CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 337, de 12/12/2019 (Orçamento CIMVI 2020), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2020 do CIMVI, no valor de R\$ 15.178,45 (quinze mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e cinco centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Projeto/Atividade: 03.003.0004.0695.0006.2003 – GESTÃO DE TURISMO	
Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 15.178,45
Vínculo: 03001316 Recursos Ordinários 2016 – CIMVI Turismo	R\$ 15.178,45
TOTAL	R\$ 15.178,45

Art. 2º - O Crédito Adicional de que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro de exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

Jean Michel Grundmann  
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em  
10 de setembro de 2020.

Patricia Barbaresco  
Assessora Jurídica – CIMVI  
OAB/SC 48.380

## RESOLUÇÃO Nº 406 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

Publicação Nº 2638963

RESOLUÇÃO Nº 406, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 8.090,95 NO ORÇAMENTO-PROGRAMA 2020 DO CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 337, de 12/12/2019 (Orçamento CIMVI 2020), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e

na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2020 do CIMVI, no valor de R\$ 8.090,95 (oito mil, noventa reais e noventa e cinco centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Projeto/Atividade: 03.003.0004.0695.0006.2003 – GESTÃO DE TURISMO	
Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 8.090,95
Vínculo: 03001317 Recursos Ordinários 2017 – CIMVI Turismo	R\$ 8.090,95
TOTAL	R\$ 8.090,95

Art. 2º - O Crédito Adicional de que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro de exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

Jean Michel Grundmann  
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em  
10 de setembro de 2020.

Patricia Barbaresco  
Assessora Jurídica – CIMVI  
OAB/SC 48.380

**RESOLUÇÃO Nº 407 DE 10 DE SETEMBRO DE 2020**

Publicação Nº 2638966

RESOLUÇÃO Nº 407, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE SUPERÁVIT FINANCEIRO DE EXERCÍCIO ANTERIOR, NO VALOR DE R\$ 1.484,03 NO ORÇAMENTO-PROGRAMA 2020 DO CIMVI.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios e pelo Contrato de Consórcio Público, com fundamento nos artigos 165, 166 e 167 da Constituição Federal, nos artigos 2º e 3º da Resolução nº 337, de 12/12/2019 (Orçamento CIMVI 2020), na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento-Programa 2020 do CIMVI, no valor de R\$ 1.484,03 (hum mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e três centavos) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Projeto/Atividade: 03.004.0018.0541.0007.2004 – GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS	
Elemento: 3339000000000000 – Aplicações Diretas	R\$ 1.484,03
Vínculo: 01001419 Recursos Ordinários 2019 – CIMVI Rec. Naturais	R\$ 1.484,03
TOTAL	R\$ 1.484,03

Art. 2º - O Crédito Adicional de que trata o artigo anterior corre à conta de Superávit Financeiro de exercício anterior.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de sua assinatura, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó - SC, 10 de setembro de 2020.

Jean Michel Grundmann  
Presidente do CIMVI

A presente Resolução foi publicada na forma regulamentar em  
10 de setembro de 2020.

Patricia Barbaresco  
Assessora Jurídica – CIMVI  
OAB/SC 48.380

**CINCATARINA****2\_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0009\_2020 - PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI**

Publicação Nº 2638792

DECISÃO 0002

EDITAL Nº 0009/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4450/2020-e

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa PAULO VICTOR SCHWAB EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Pe. Dehon, Nº 714, Centro, na cidade de Boa Vista do Buricá - RS, CEP: 98918-000, inscrita no CNPJ sob o nº 27.606.745/0001-55, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0009/2020, Processo Administrativo Eletrônico Nº 4450/2020-e, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

**BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM REPROVADOS**

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO
120	0500-9893	PNEU 1400R24, PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO RADIAL, COM NO MÍNIMO 16 LONAS, DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9893)	SUPERGUIDER 14.00-24 20 LONAS G2/L2 QH808
120	0500-9893	PNEU 1400R24, PARA RETROESCAVADEIRA E MOTONIVELADORA, TIPO RADIAL, COM NO MÍNIMO 16 LONAS, DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9893)	TITAN ROAD GRADER 16 LONAS TL

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas e demais documentos, porém, não atenderam a todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens e demais exigências conforme item 4 do Anexo I – Projeto Básico, conforme motivos abaixo relacionados.

ITEM	MOTIVO DA REPROVAÇÃO
120	A amostra apresentada se refere a um pneu de construção do tipo diagonal, enquanto o exigido é radial.
120	A amostra apresentada se refere a um pneu de construção do tipo diagonal, enquanto o exigido é radial.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação e que foram reprovados, em conformidade com o item 3.7 do Edital de Chamada Pública, poderão ser submetidos à nova análise e avaliação.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como cientifique-a que o prazo de recurso é de até 5 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: licitacoes@cincatarina.sc.gov.br ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 10 de setembro de 2020.

**3\_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0009\_2020 - BELLENZIER PNEUS LTDA**

Publicação Nº 2638798

DECISÃO 0003

EDITAL Nº 0009/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4450/2020-e

CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa BELLENZIER PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Miguel Couto, nº 158, bairro Centro, na cidade de Frederico Westphalen - RS, CEP: 98400-000, inscrita no CNPJ sob o nº 73.730.129/0001-29, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0009/2020, Processo Administrativo Eletrônico Nº 4450/2020-e, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

**BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS**

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO ATUALIZAÇÃO
2	0500-9793	PNEU 175/70R13 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9793)	FORMULA EVO	9793-6

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens, e demais exigências conforme item 4 do Anexo I – Projeto Básico.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação foram aprovados, pois apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atenderem às necessidades administrativas, portanto serão incluídos no “Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA”, contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como cientifique-a que o prazo de recurso é de até 5 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: [licitacoes@cincatarina.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cincatarina.sc.gov.br) ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,  
Fraiburgo, 10 de setembro de 2020.

#### 4\_DECISÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 0009\_2020 - MODELO PNEUS LTDA

Publicação Nº 2638945

DECISÃO 0004  
EDITAL Nº 0009/2020  
PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4450/2020-e  
CHAMADA PÚBLICA PARA PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE BENS

Trata-se do resultado da proposta de pré-qualificação de bens apresentada pela empresa MODELO PNEUS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Marl. Humberto de Alencar Castelo Branco, Nº 56, Bairro Licorsul, na cidade de Bento Gonçalves - RS, CEP: 95705-880, inscrita no CNPJ sob o nº 94.510.682/0001-26, conforme bens a pré-qualificar constantes do Edital Nº 0009/2020, Processo Administrativo Eletrônico Nº 4450/2020-e, Chamada Pública para Pré-Qualificação de Bens.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM APROVADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO ATUALIZAÇÃO
2	0500-9793	PNEU 175/70R13 COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9793)	GOODYEAR ASSURANCE MAXLIFE	9793-7

Justificativa: O proponente cumpriu os requisitos formais da Chamada Pública. As amostras para avaliação foram apresentadas através de prospectos, fichas técnicas e demais documentos, contendo informações do atendimento de todas as especificações básicas e requisitos mínimos dos bens, e demais exigências conforme item 4 do Anexo I – Projeto Básico.

#### BENS SUBMETIDOS À AVALIAÇÃO QUE FORAM ATUALIZADOS

ITEM	CÓDIGO DE USO INTERNO	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS E REQUISITOS MÍNIMOS	MARCA/MODELO	CÓDIGO DE APROVAÇÃO ATUALIZAÇÃO
------	-----------------------	---	--------------	---------------------------------

2	0500-9793	PNEU 175/70R13 COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. (CIM9793)	KELLY EDGE TOURING	9793-3
---	-----------	---	--------------------	--------

Justificativa: Após avaliação em novo procedimento de pré-qualificação resultou a aprovação da mesma marca/modelo já pré-qualificado.

Diante ao exposto, decido que os bens submetidos à avaliação foram aprovados, pois apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atenderem às necessidades administrativas, portanto serão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Quanto aos bens submetidos à avaliação e que estão devidamente aprovados em análises anteriores, pois apresentam qualidade e requisitos mínimos satisfatórios para atenderem às necessidades administrativas, já estão incluídos no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", contendo a marca/modelo pelo prazo de 1 (um) ano.

Diante do exposto, decido pela atualização da pré-qualificação de bens aprovados, no "Cadastro de Bens Pré-Qualificados do CINCATARINA", pelo prazo de 1 (um) ano.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como cientifique-a que o prazo de recurso é de até 5 (cinco) dias úteis da publicação da respectiva decisão no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, através do e-mail: [licitacoes@cincatarina.sc.gov.br](mailto:licitacoes@cincatarina.sc.gov.br) ou mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente junto ao Setor de Licitações da Sede ou da Central Executiva do CINCATARINA.

Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

Publique-se,

Fraiburgo, 10 de setembro de 2020.

#### **AT20CIN32299-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639148

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32299

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

#### **AT20CIN32300-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639409

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32300

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32301-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639408

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32301

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32302-MUNICÍPIO DE IBIAM-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639297

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32302

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32303-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639263

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32303

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32304-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639407

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32304

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32305-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639149

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32305

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32306-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639150

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32306

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de

CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32307-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639151

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32307

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32308-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639152

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32308

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32309-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639153

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32309

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO

DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32310-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639154

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32310

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32311-CINCATARINA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639155

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32311

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32312-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639156

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32312

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020  
ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32313-HOSPITAL STO ANTONIO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639157

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32313  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS  
FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP  
PAL: 013995/2020 - CINCATARINA  
EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32314-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639158

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32314  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO  
FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP  
PAL: 013995/2020 - CINCATARINA  
EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32315-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639159

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32315  
ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA  
ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS  
FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP  
PAL: 013995/2020 - CINCATARINA  
EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU  
DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32316-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639160

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32316

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32317-MUNICÍPIO DE IRANI-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639161

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32317

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32318-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639162

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32318

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32319-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639163

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32319

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32320-MUNICÍPIO DE LUZERNA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639164

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32320

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32321-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639165

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32321

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32322-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639166

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32322

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32323-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639167

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32323

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32324-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639168

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32324

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32325-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639169

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32325

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32326-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FAXINAL DOS GUEDES-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639170

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32326

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32327-MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639171

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32327

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32328-MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639172

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32328

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32329-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639173

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32329

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32330-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639174

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32330

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32331-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639175

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32331

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32332-MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639176

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32332

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32333-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639177

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32333

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32334-MUNICÍPIO DE VARGEÃO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639178

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32334

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32335-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639179

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32335

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32336-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639180

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32336

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32337-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639181

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32337

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32338-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639182

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32338

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32339-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639183

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32339

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32340-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639184

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32340

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32341-MUNICÍPIO DE XANXERÊ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639185

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32341

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32342-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639186

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32342

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32343-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639187

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32343

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32344-MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639188

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32344

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32345-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639189

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32345

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32346-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ABELARDO L-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639190

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32346

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32347-MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639191

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32347

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32348-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639192

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32348

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32349-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639193

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32349

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32350-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639194

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32350

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32351-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC -GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639195

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32351

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32352-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639196

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32352

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32353-MUNICÍPIO DE JABORÁ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639197

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32353

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JABORÁ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32354-MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639198

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32354

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32355-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639199

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32355

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32356-MUNICÍPIO DE URUBICI-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639200

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32356

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE URUBICI

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32357-MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639201

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32357

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32358-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639202

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32358

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32359-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639203

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32359

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32360-MUNICÍPIO DE XAVANTINA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639204

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32360

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAVANTINA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32361-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639205

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32361

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32362-MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639206

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32362

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32363-MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639207

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32363

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32364-MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639208

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32364

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32365-ITUPORANGA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639209

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32365

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32366-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639210

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32366

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32367-COCAL DO SUL-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639211

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32367

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32368-MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639212

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32368

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32369-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639213

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32369

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32370-LONTRAS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639214

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32370

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LONTRAS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32371-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639215

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32371

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32372-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639216

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32372

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32373-GUATAMBÚ-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639217

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32373

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32374-MUNICÍPIO DE SALETE-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639219

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32374

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32375-LAGES-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639220

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32375

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LAGES

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32376-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639221

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32376

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32377-CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA TEREZINHA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639222

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32377

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA TEREZINHA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA TEREZINHA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32378-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639223

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32378

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32379-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639224

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32379

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32380-MUNICÍPIO DE PERITIBA-GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-E-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639225

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32380

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PERITIBA

FORNECEDOR: GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PERITIBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32381-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639226

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32381

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32382-MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639227

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32382

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32383-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639228

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32383

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32384-MUNICÍPIO DE IBIAM-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639229

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32384

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32385-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639230

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32385

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32386-MUNICÍPIO DE MACIEIRA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639231

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32386

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MACIEIRA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MACIEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32387-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639232

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32387

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32388-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639233

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32388

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32389-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639234

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32389

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32390-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639235

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32390

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32391-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639236

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32391

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32392-CINCATARINA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639237

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32392

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32393-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639238

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32393

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32394-HOSPITAL STO ANTONIO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639239

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32394

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32395-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639240

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32395

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32396-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639241

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32396

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32397-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639242

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32397

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32398-MUNICÍPIO DE IRANI-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639243

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32398

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32399-MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639244

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32399

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32400-MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639245

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32400

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32401-MUNICÍPIO DE LUZERNA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639246

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32401

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32402-MUNICÍPIO DE IBICARÉ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639247

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32402

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBICARÉ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32403-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639249

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32403

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32404-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639250

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32404

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32405-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639251

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32405

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32406-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639252

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32406

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32407-MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639253

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32407

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32408-MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639254

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32408

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32409-MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639255

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32409

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32410-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639256

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32410

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32411-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639257

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32411

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32412-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639259

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32412

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32413-MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639260

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32413

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32414-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639261

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32414

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32415-MUNICÍPIO DE VARGEÃO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639262

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32415

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEÃO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32416-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639406

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32416

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32417-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639264

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32417

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32418-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639265

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32418

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32419-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639266

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32419

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32420-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639267

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32420

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32421-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639268

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32421

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32422-MUNICÍPIO DE XANXERÊ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639269

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32422

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32423-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639270

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32423

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32424-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639271

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32424

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32425-MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639272

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32425

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32426-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639273

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32426

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32427-FUNDOMUNICIPALDEASSISTÊNCIASOCIAL - ABELARDO L-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639274

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32427

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32428-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639275

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32428

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32429-MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639276

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32429

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32430-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC -LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639277

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32430

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32431-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639278

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32431

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32432-MUNICÍPIO DE JABORÁ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639279

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32432

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JABORÁ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JABORÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32433-MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639280

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32433

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32434-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639281

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32434

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32435-MUNICÍPIO DE URUBICI-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639282

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32435

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE URUBICI

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE URUBICI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32436-MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639283

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32436

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32437-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639284

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32437

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32438-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO -LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639285

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32438

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32439-MUNICÍPIO DE XAVANTINA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639286

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32439

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAVANTINA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32440-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639287

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32440

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32441-MUNICÍPIO DE IPUMIRIM-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639288

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32441

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32442-MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639289

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32442

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32443-ITUPORANGA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639290

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32443

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32444-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639291

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32444

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32445-COCAL DO SUL-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639292

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32445

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32446-MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639293

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32446

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32447-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639294

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32447

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32448-LONTRAS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639295

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32448

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LONTRAS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32449-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639296

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32449

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32450-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639357

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32450

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32451-GUATAMBÚ-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639299

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32451

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32452-MUNICÍPIO DE SALETE-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639300

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32452

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32453-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639301

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32453

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32454-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639302

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32454

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32455-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639303

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32455

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32456-MUNICÍPIO DE PERITIBA-LUCIANO PILATTI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639304

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32456

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PERITIBA

FORNECEDOR: LUCIANO PILATTI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PERITIBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32457-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639305

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32457

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32458-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639306

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32458

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32459-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639307

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32459

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32460-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639308

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32460

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32461-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639309

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32461

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32462-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639310

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32462

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32463-CINCATARINA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639311

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32463

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32464-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639312

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32464

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32465-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639313

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32465

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32466-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639314

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32466

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32467-MUNICÍPIO DE IRANI-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639315

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32467

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32468-MUNICÍPIO DE LUZERNA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639316

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32468

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LUZERNA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32469-MUNICÍPIO DE VARGEM-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639317

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32469

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VARGEM

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VARGEM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32470-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639318

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32470

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32471-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639319

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32471

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32472-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639320

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32472

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32473-MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639321

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32473

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32474-MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639322

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32474

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32475-MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639323

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32475

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32476-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639324

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32476

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32477-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação N° 2639325

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32477

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32478-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639326

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32478

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32479-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639327

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32479

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32480-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639328

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32480

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32481-MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639329

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32481

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32482-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639330

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32482

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32483-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ABELARDO L-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639331

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32483

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32484-MUNICÍPIO DE PAULO LOPES-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639332

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32484

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32485-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639333

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32485

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32486-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639335

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32486

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32487-ITUPORANGA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639336

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32487

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32488-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639337

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32488

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32489-COCAL DO SUL-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639338

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32489

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32490-FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639339

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32490

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32491-LONTRAS-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639340

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32491

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LONTRAS

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32492-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639342

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32492

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32493-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639343

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32493

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32494-AGROLÂNDIA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639344

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32494

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32495-GUATAMBÚ-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639345

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32495

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32496-MUNICÍPIO DE SALETE-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639346

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32496

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32497-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639347

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32497

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32498-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639348

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32498

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32499-MUNICÍPIO DE PERITIBA-BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639349

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32499

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PERITIBA

FORNECEDOR: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PERITIBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32500-MUNICÍPIO DE FRAIBURGO-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639350

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32500

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32501-MUNICÍPIO DE CAÇADOR-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639351

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32501

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAÇADOR

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAÇADOR, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32502-MUNICÍPIO DE IBIAM-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639352

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32502

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IBIAM

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IBIAM, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32503-MUNICÍPIO DE IOMERÊ-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639353

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32503

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IOMERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32504-MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639354

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32504

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32505-MUNICÍPIO DE MATOS COSTA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639355

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32505

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32506-MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639356

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32506

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32507-MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639405

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32507

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32508-MUNICÍPIO DE TANGARÁ-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639358

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32508

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE TANGARÁ

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE TANGARÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32509-MUNICÍPIO DE VIDEIRA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639359

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32509

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE VIDEIRA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32510-CINCATARINA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639360

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32510

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32511-HOSPITAL FREI ROGÉRIO-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639361

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32511

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32512-MUNICÍPIO DE MONTE CARLO-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639362

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32512

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32513-MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639363

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32513

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32514-MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639364

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32514

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32515-MUNICÍPIO DE IRANI-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639365

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32515

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRANI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32516-MUNICÍPIO DE PIRATUBA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639366

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32516

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PIRATUBA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PIRATUBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32517-MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639367

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32517

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32518-MUNICÍPIO DE JOAÇABA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639368

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32518

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32519-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639369

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32519

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32520-MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639370

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32520

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32521-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FAXINAL DOS GUEDES-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639371

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32521

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32522-MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639372

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32522

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32523-MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639373

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32523

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32524-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639374

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32524

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32525-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639375

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32525

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32526-MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639376

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32526

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32527-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639377

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32527

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32528-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639378

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32528

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32529-MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639379

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32529

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32530-MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639380

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32530

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32531-MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639381

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32531

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32532-FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639382

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32532

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32533-MUNICÍPIO DE XANXERÊ-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639383

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32533

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XANXERÊ

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XANXERÊ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32534-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639384

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32534

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32535-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - ABELARDO L-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639385

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32535

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32536-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639387

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32536

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32537-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC -KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639388

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32537

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32538-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639389

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32538

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32539-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BR-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639390

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32539

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32540-MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639391

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32540

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32541-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639392

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32541

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32542-MUNICÍPIO DE XAVANTINA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639393

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32542

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE XAVANTINA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE XAVANTINA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32543-ITUPORANGA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639394

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32543

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32544-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639395

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32544

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32545-LONTRAS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639396

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32545

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE LONTRAS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32546-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639397

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32546

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32547-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639398

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32547

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32548-GUATAMBÚ-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639399

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32548

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32549-MUNICÍPIO DE SALETE-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639400

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32549

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE SALETE

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE SALETE, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32550-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639401

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32550

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32551-MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639402

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32551

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32552-MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639403

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32552

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**AT20CIN32553-MUNICÍPIO DE PERITIBA-KURIOS MÓVEIS EIRELI-PAL0139952020**

Publicação Nº 2639404

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO AT20CIN32553

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

ÓRGÃO PARTICIPANTE: MUNICÍPIO DE PERITIBA

FORNECEDOR: KURIOS MÓVEIS EIRELI

PAL: 013995/2020 - CINCATARINA

EDITAL: 0031/2020 - CINCATARINA

REGISTRO DE PREÇO

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/08/2021

OBJETO: A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CA-DEIRAS E LONGARINAS, para uso do Órgão Participante do CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA: MUNICÍPIO DE PERITIBA, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

DATA DA ATA: 10/09/2020

Florianópolis (SC), quinta-feira, 10 de setembro de 2020

ELÓI RONNAU

DIRETOR EXECUTIVO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA NºAT13995\_2020**

Publicação Nº 2638595

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" Nº 013995/2020 - e  
PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0031/2020 - CINCATARINA  
REGISTRO DE PREÇOS  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CONSOLIDADA Nº ATC013995/2020

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte, presentes de um lado, o CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Consórcio Público multifinalitário, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32, com sede na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT,1885, 13º ANDAR-SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, NO MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS-SC, CEP: 88.070-800, neste ato representado por seu DIRETOR EXECUTIVO, Sr. ELÓI RONNAU, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, e o CÂMARA DE VEREADORES DE SANTA TEREZINHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA BRUNO PIECZARKA,97 - CENTRO, SANTA TEREZINHA-SC CEP: 8919000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.951.349/0001-15, neste ato representado pelo PRESIDENTE Sr. LÍDIO RUDNICK; CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA GENERAL LIBERATO BITTENCOURT,1885, 13º ANDAR - SALA 1305, CENTRO EXECUTIVO IMPERATRIZ - BAIRRO CANTO, FLORIANÓPOLIS-SC CEP: 88.070-800 inscrito no CNPJ sob nº. 12.075.748/0001-32, neste ato representado pelo DIRETOR EXECUTIVO Sr. ELÓI RÖNNAU; FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR JOSÉ ATHANAZIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,379 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89.620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.156.455/0001-28, neste ato representado pelo DIRETORA Sr. LUANA CONIK; FUNDO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R GREGORIO MATHIOSKI,225 - SÃO JOSÉ MARIA D GOSTINE, MONTE CASTELO-SC CEP: 89380-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.455.792/0001-05, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. RENI MARIA MEISTER; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA EGÍDIO JOÃO GUERRA,1533 - CENTRO , ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.738.894/0001-38, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. ROSANE FÁTIMA CORONETTI DOMANSKI GUSO ; FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA XV DE NOVEMBRO ,378 - CENTRO, JOAÇABA -SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 02.247.113/0001-11, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Sr. SANDRA REGINA PACHECO PINHEIRO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA AGRIPINO VARGAS,303 , SAIDA ARACA - PARQUE EXPOSICOES , ABELARDO LUZ -SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.532.003/0001-20, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. SANDRA MARA DE SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,333 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.595.042/0001-24, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CARMELO ZOCOLLI,155, PRÉDIO - CENTRO, CAPINZAL-SC CEP: 89.665-000 inscrito no CNPJ sob nº. 05.029.092/0001-56, neste ato representado pelo GESTORA DO FUNDO DE SAÚDE Sr. KAMILLE SARTORI BEAL; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTA CATARINA,250 - CENTRO, FAXINAL DOS GUEDES-SC CEP: 89694-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.496.698/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GILBERTO ANGELO LAZZARI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R NEREU RAMOS ,277, ANEXO POSTO DE SAÚDE - CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000 inscrito no CNPJ sob nº. 17.799.033/0001-46, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. EUGÊNIA BUCCO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS - FMSI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 22 DE JULHO,1070 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 89440000 inscrito no CNPJ sob nº. 06.089.125/0001-16, neste ato representado pelo GESTORA Sr. GISELI KEMPINSKI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOAQUIM BOEING,40 - CENTRO, ITUPORANGA-SC CEP: 88400000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.407.443/0001-18, neste ato representado pelo SECRETÁRIA DE SAÚDE Sr. ELISANGELA SCHEIDT RONCALIO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV XV DE NOVEMBRO,223 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.594.533/0001-00, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. VALMOR JOÃO REISDORFER; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LAGES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA LEOBERTO LEAL ,20 - CENTRO, LAGES-SC CEP: 88.505.110 inscrito no CNPJ sob nº. 11.840.546/0001-77, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. CLAITON CAMARGO DE SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LONTRAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA OSWALDO SCHROEDER,300 - CENTRO, LONTRAS-SC CEP: 89182000 inscrito no CNPJ sob nº. 17.756.464/0001-25, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. SIMONE ZAVAGLIA SOUZA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ORLEANS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MIGUEL COUTO,800 - CENTRO, ORLEANS-SC CEP: 88870-000 inscrito no CNPJ sob nº. 03.230.443/0001-67, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE Sr. MURILO DEBIASI FERRAREIS; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE OURO VERDE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NATALINO CATAPAN,S/N - CENTRO, OURO VERDE -SC CEP: 89.834-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.323.964/0001-97, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AMELIO REMOR JUNIOR; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R JOSE PEREIRA DA SILVA,S/N - CENTRO , PAULO LOPES-SC CEP: 88.490-000 inscrito no CNPJ sob nº. 08.289.417/0001-28, neste ato representado pelo SECRETÁRIO DE SAÚDE Sr. ALFREDO RODOLFO SCHMIDT HEBBEL BUSH; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV 17 DE FEVEREIRO,374 , TERREO - CENTRO, PRESIDENTE CASTELLO BRANCO-SC CEP: 89.745-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.333.647/0001-51, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. NEIVA KLEEMANN TONIELO; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RANCHO QUEIMADO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PC LEONARDO SELL ,40 - CENTRO, RANCHO QUEIMADO -SC CEP: 88.470-000 inscrito no CNPJ sob nº. 09.522.642/0001-25, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. MARCOS EGER; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RUI BARBOSA,291 - CENTRO, SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CEP: 89990-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.359.214/0001-75, neste

ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALEFFI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na OSCAR VON HOHENBRUCK,S/N - CENTRO, TREZE TÍLIAS - SC CEP: 89650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 03.347.885/0001-98, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. ALCIR DE RÓS; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XANXERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CORONEL SANTOS MARINHO,116 - CENTRO, XANXERÊ-SC CEP: 89820-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.396.929/0001-35, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL Sr. IRENE SALETE GORALSKI; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE XAVANTINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PREF. OCTÁVIO URBANO SIMON,267 - CENTRO, XAVANTINA-SC CEP: 89780-000 inscrito no CNPJ sob nº. 10.441.099/0001-10, neste ato representado pelo GESTORA DE SAÚDE Sr. JESSICA PAULA PINSETTA; FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R 1590,430 - CENTRO , ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 11.485.410/0001-96, neste ato representado pelo SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE Sr. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA; HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL SANTO ANTÔNIO DE LEBON RÉGIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA WALDIR ORGIARI,S/Nº - CENTRO, LEBON RÉGIS-SC CEP: 89.515-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.684.324/0001-13, neste ato representado pelo PRESIDENTE Sr. LEONIRO DA SILVA PAHL; HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA RIO DE JANEIRO,22 - CENTRO, TANGARÁ-SC CEP: 89642-000 inscrito no CNPJ sob nº. 80.640.782/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR BAÚ DA SILVA; MUNICÍPIO DE ABELARDO LUZ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. PADRE JOÃO SMEDT,1605 - CENTRO, ABELARDO LUZ-SC CEP: 89.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.886/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. WILAMIR DOMINGOS CAVASSINI; MUNICÍPIO DE AGROLÂNDIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DOS PIONEIROS,109 - CENTRO, AGROLÂNDIA-SC CEP: 88.420-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.582/0001-44, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. URBANO JOSE DALCANALE; MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PRAÇA JOÃO MACAGNAN,322 - CENTRO, ÁGUA DOCE-SC CEP: 89654-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ANTONIO JOSÉ BISSANI; MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA XV DE NOVEMBRO,26 - CENTRO, ARROIO TRINTA-SC CEP: 89590-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.826.462/0001-27, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. CLAUDIO SPRICIGO; MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARMINDO LEOBET,441 - CENTRO, BRUNÓPOLIS-SC CEP: 89634-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.853/0001-61, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIL ANTONIO DA ROSA; MUNICÍPIO DE CAÇADOR pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA SANTA CATARINA,195 - CENTRO, CAÇADOR-SC CEP: 89500-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.302/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SAULO SPEROTTO; MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. EXPEDICIONÁRIO JOÃO BATISTA DE ALMEIDA,323 - CENTRO, CAMPOS NOVOS-SC CEP: 89.620-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.232/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO; MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM DANIEL HOSTIN,930 - CENTRO, CELSO RAMOS-SC CEP: 88.598-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.493.343/0001-22, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS; MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. POLIDORO SANTIAGO,519 - CENTRO, COCAL DO SUL-SC CEP: 88.845-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.778.056/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR MAGAGNIN; MUNICÍPIO DE CORONEL MARTINS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PORTO ALEGRE,47 - CENTRO, CORONEL MARTINS-SC CEP: 89.837-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.993.093/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADEMIR MADELLA; MUNICÍPIO DE CURITIBANOS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA CORONEL VIDAL RAMOS,860 - CENTRO, CURITIBANOS-SC CEP: 89520-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JOSÉ ANTONIO GUIDI; MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV RIO GRANDE DO SUL,50 - CENTRO, FAXINAL DOS GUEDES-SC CEP: 89694-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.910/0001-62, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GILBERTO ANGELO LAZZARI; MUNICÍPIO DE FRAIBURGO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA RIO DAS ANTAS,185 - CENTRO, FRAIBURGO-SC CEP: 89580-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.947.979/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITA MUNICIPAL Sr. CLAUDETE GHELLER MATHIAS; MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ADOLFO SOLETTI,750 - CENTRO, FREI ROGÉRIO-SC CEP: 89530-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.616.039/0001-09, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JAIR DA SILVA RIBEIRO; MUNICÍPIO DE GUATAMBÚ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. MANOEL ROLIM DE MOURA,825 - CENTRO, GUATAMBÚ-SC CEP: 89.817-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.990.206/0001-12, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUIZ CLOVIS DAL PIVA; MUNICÍPIO DE HERVAL DOESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. NEREU RAMOS,389 - CENTRO, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.430/0001-38, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MAURO SÉRGIO MARTINI; MUNICÍPIO DE IBIAM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na TRAVESSA LEONIZA CARVALHO AGOSTINI,20 - CENTRO, IBIAM-SC CEP: 89652-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.745/0001-74, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. IVANIR ZANIN; MUNICÍPIO DE IBICARÉ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM PEDRO II,133 - CENTRO, IBICARÉ-SC CEP: 89.640.000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.448/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GIANFRANCO VOLPATO; MUNICÍPIO DE IOMERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOÃO RECH,500 - CENTRO, IOMERÊ-SC CEP: 89558-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.612.744/0001-20, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. LUCIANO PAGANINI; MUNICÍPIO DE IPUMIRIM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. DOM PEDRO II,230 - CENTRO, IPUMIRIM-SC CEP: 89.790-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.814.575/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VOLNEI ANTONIO SCHMIDT; MUNICÍPIO DE IRANI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ELIRIO DE GREGORI,67 - CENTRO, IRANI-SC CEP: 89680-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.455/0001-31, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES; MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA PARANÁ,200 - CENTRO, IRINEÓPOLIS-SC CEP: 89.440-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.558/0001-05, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIANO POZZI PEREIRA; MUNICÍPIO DE ITAPOÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 1590,430 - BALNEÁRIO ITAPOÁ, ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº.

81.140.303/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARLON ROBERTO NEUBER; MUNICÍPIO DE ITUPORANGA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. VEREADOR JOAQUIM BOING,40 - CENTRO, ITUPORANGA-SC CEP: 88.400-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.640/0001-30, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OSNI FRANCISCO DE FRAGAS; MUNICÍPIO DE JABORA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ANGELO POYER,320 - CENTRO, JABORA-SC CEP: 89.677-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.463/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ADELIR MANOEL INÁCIO; MUNICÍPIO DE JOAÇABA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. XV DE NOVEMBRO,378 - CENTRO, JOAÇABA-SC CEP: 89600-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.380/0001-99, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DIOCLESIO RAGNINI; MUNICÍPIO DE LACERDÓPOLIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 31 DE MARÇO,1050 - CENTRO, LACERDÓPOLIS-SC CEP: 89660-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.939.471/0001-24, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SÉRGIO LUIZ CALEGARI; MUNICÍPIO DE LAGES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. BENJAMIN CONSTANT,13 - CENTRO, LAGES-SC CEP: 88.501-900 inscrito no CNPJ sob nº. 82.777.301/0001-90, neste ato representado pelo SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO Sr. ANTONIO CESAR ALVES DE ARRUDA; MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA ARTHUR BARTH,300 - CENTRO, LEBON RÉGIS-SC CEP: 89.515-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.310/0001-88, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DOUGLAS FERNANDO DE MELLO; MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA TAMANDARÉ,98 - CENTRO, LINDÓIA DO SUL-SC CEP: 89.735-000 inscrito no CNPJ sob nº. 78.510.112/0001-80, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. GENIR LOLI; MUNICÍPIO DE LONTRAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. HENRIQUE SCHROEDER,01 - CENTRO, LONTRAS-SC CEP: 89.182-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.665/0001-33, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARCIONEI HILLESHEIM; MUNICÍPIO DE LUZERNA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA 16 DE FEVEREIRO,151 - CENTRO, LUZERNA-SC CEP: 89609-000 inscrito no CNPJ sob nº. 01.613.428/0001-72, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MOISES DIERSMANN; MUNICÍPIO DE MACIEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA JOSÉ AUGUSTO ROYER,133 - CENTRO, MACIEIRA-SC CEP: 89518-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.992.020/0001-00, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ZELIR CITADIN; MUNICÍPIO DE MATOS COSTA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA MANOEL LOURENÇO DE ARAÚJO,137 - CENTRO, MATOS COSTA-SC CEP: 89420-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.566/0001-51, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAUL RIBAS NETO; MUNICÍPIO DE MONTE CARLO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RODOVIA SC 456, ESQ. COM RUA VILMA GOMES,KM 15 - CENTRO, MONTE CARLO-SC CEP: 89618-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.996.104/0001-04, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SONIA SALETE VEDOVATTO; MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. ALFREDO BECKER ,385 - CENTRO, MONTE CASTELO-SC CEP: 89.380-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.525/0001-65, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA; MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA 20 DE MAIO,100 - CENTRO, MORRO DA FUMAÇA-SC CEP: 88.830-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.000.323/0001-02, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AGENOR CORAL; MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA SANTO INÁCIO,126 - CENTRO, NOVA TRENTO-SC CEP: 88.270-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.925.025/0001-60, neste ato representado pelo CHEFE DE GABINETE Sr. SALVIO OSMAR TONINI; MUNICÍPIO DE PAULO LOPES pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. SANTA CATARINA,196 - CENTRO, PAULO LOPES-SC CEP: 88.490-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.892.365/0001-32, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR CARLOS RODRIGUES; MUNICÍPIO DE PERITIBA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. FREI BONIFÁCIO,63 - CENTRO, PERITIBA-SC CEP: 89.750-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.815.085/0001-20, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NEUSA KLEIN MARASCHINI; MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA MARECHAL ARTHUR COSTA E SILVA,111 - CENTRO, PINHEIRO PRETO-SC CEP: 89570-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.148/0001-69, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. PEDRO RABUSKE; MUNICÍPIO DE PIRATUBA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. GOVERNADOR JORGE LACERDA,133 - CENTRO, PIRATUBA-SC CEP: 89.667-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.815.481/0001-58, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. OLMIR PAULINHO BENJAMINI; MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO COMÉRCIO,780 - CENTRO, RIO DAS ANTAS-SC CEP: 89550-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.074.294/0001-23, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RONALDO DOMINGOS LOSS; MUNICÍPIO DE RIO DOS CEDROS pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA NEREU RAMOS,205 - CENTRO, RIO DOS CEDROS-SC CEP: 89.121-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.806/0001-18, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. MARILDO DOMINGOS FELIPPI; MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AV. RICHARD SCHWEITZER DE ALBUQUERQUE,200 - CENTRO, RIO NEGRINHO-SC CEP: 89295-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.756/0001-79, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. JULIO CESAR RONCONI; MUNICÍPIO DE SALETE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DO SANTUÁRIO,162 - CENTRO, SALETE-SC CEP: 89.196-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.102.723/0001-29, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. SOLANGE APARECIDA BITENCOURT SCHLICHTING; MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOÃO GOETHEN SOBRINHO,555 - CENTRO, SANTA CECÍLIA-SC CEP: 89.540-000 inscrito no CNPJ sob nº. 85.997.237/0001-41, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ALESSANDRA APARECIDA GARCIA; MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. BRUNO PIECZARKA,154 - CENTRO, SANTA TEREZINHA-SC CEP: 89.199-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.951.323/0001-77, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VALQUIRIA SCHWARZ; MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA DUQUE DE CAXIAS,789 - CENTRO, SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC CEP: 89990-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.021.873/0001-08, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. RAFAEL CALEFFI; MUNICÍPIO DE TANGARÁ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA IRMÃOS PICOLLI,267 - CENTRO, TANGARÁ-SC CEP: 89642-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.827.999/0001-01, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. NADIR BAÚ DA SILVA; MUNICÍPIO DE URUBICI pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na PÇA. FRANCISCO PEREIRA SOUZA,53 - CENTRO, URUBICI-SC CEP: 88.650-000 inscrito no CNPJ sob nº. 82.843.582/0001-32, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ANTONIO ZILLI; MUNICÍPIO DE VARGEÃO pessoa jurídica de direito público interno, com sede

administrativa na R. 7 DE SETEMBRO,477 - CENTRO, VARGEM-SC CEP: 89.690-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.928/0001-64, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. VOLMIR FELIPE; MUNICÍPIO DE VARGEM pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na RUA BENJAMIN MARGOTTI,214 - CENTRO, VARGEM-SC CEP: 89638-000 inscrito no CNPJ sob nº. 95.995.130/0001-18, neste ato representado pelo PREFEITA MUNICIPAL Sr. MILENA ANDERSEN LOPES BECHER; MUNICÍPIO DE VIDEIRA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na AVENIDA MANOEL ROQUE,188 - ALVORADA, VIDEIRA-SC CEP: 89560-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.039.842/0001-84, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. DORIVAL CARLOS BORGIA; MUNICÍPIO DE XANXERÊ pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. JOSÉ DE MIRANDA RAMOS,455 - CENTRO, XANXERÊ-SC CEP: 89.820-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.860/0001-13, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. AVELINO MENEGOLLA; MUNICÍPIO DE XAVANTINA pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R. PREF. OCTÁVIO URBANO SIMON,163 - CENTRO, XAVANTINA-SC CEP: 89.780-000 inscrito no CNPJ sob nº. 83.009.878/0001-15, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL Sr. ENOIR FAZOLO; SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ - SC pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na R N.SRA. PERPETUO SOCORRO,S/N - CENTRO , ITAPOÁ-SC CEP: 89.249-000 inscrito no CNPJ sob nº. 02.482.295/0001-05, neste ato representado pelo SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO Sr. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO doravante denominado ÓRGÃO PARTICIPANTE, RESOLVEM Registrar os Preços da empresa: BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA ANGELINA MICHIELON, Nº 285, SALA 06 - CRISTO REDENTOR, CAXIAS DO SUL-RS CEP: 95.084-430, inscrita no CNPJ sob o nº 29.209.847/0001-62, neste ato representada Pelo seu Proprietário, Sr. Gilberto Perini; GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA JOSÉ FRANCISCO DA SILVEIRA Nº 209 - GUARDA DO CUBATÃO, PALHOÇA-SC CEP: 88.135-390, inscrita no CNPJ sob o nº 12.614.761/0001-12, neste ato representada Pela sua Sócia, Sr. Adriana Meyer; KURIOS MÓVEIS EIRELI pessoa jurídica de direito privado, situada na RUA TIPUANA, Nº 220 - JULIANA, BELO HORIZONTE-MG CEP: 31.744-665, inscrita no CNPJ sob o nº 28.379.237/0001-44, neste ato representada Pelo seu Procurador, Sr. Adilson dos Santos Pinto; LUCIANO PILATTI pessoa jurídica de direito privado, situada na ESTRADA SEDE SARANDI, S/N - L SEDE SERANDI, HERVAL D'OESTE-SC CEP: 89.610-000, inscrita no CNPJ sob o nº 34.180.582/0001-57, neste ato representada Pelo seu Sócio Administrador, Sr. Luciano Pilatti, doravante denominado FORNECEDOR, para fornecimento parcelado dos itens, constantes do objeto seguir, sujeitando-se as partes às determinações da Resolução nº 22, de 12 de março de 2020, Resolução nº 44, de 30 de junho de 2020, Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores nos casos omissos.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de CADEIRAS E LONGARINAS, para uso dos órgãos e entidades dos entes da federação consorciados, na condição de Órgão participante desta licitação de acordo com os quantitativos estimados, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, conforme itens da tabela da cláusula décima quarta.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

2.1 – Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preço, a estimativa de consumo será de acordo com a tabela da cláusula décima quinta.

2.2 – As alterações dos quantitativos dos itens serão realizadas através do remanejamento entre os Órgãos participantes.

2.2.1 – Cabe ao Órgão gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens.

2.2.2 – O Fornecedor deverá aceitar o remanejamento dos quantitativos dos itens.

2.3 – Nos casos de remanejamento entre os Órgãos Participantes, fica o Fornecedor ciente da área territorial de atuação do consórcio CINCATARINA.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 – Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PAGAMENTOS

4.1 – O pagamento pela aquisição do objeto da presente ATA, será feito pelo Órgão Participante em favor do FORNECEDOR, mediante depósito bancário em sua conta corrente, ou diretamente ao representante legal.

4.1.1 – O Órgão Participante efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias, após a data de recebimento dos itens, objeto desta ATA, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e Arquivo XML, emitida em nome/CNPJ do Órgão Participante.

4.2 – O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação do processo licitatório que está vinculado esta ATA.

4.3 – Nenhum pagamento será efetuado ao FORNECEDOR enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4 – Os preços não serão reajustados durante a validade desta Ata.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL**

7.1 – O presente ajuste poderá ser rescindido, independente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, no caso de inexecução total ou parcial, e pelos demais motivos enumerados no art. 78 da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1 – A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

8.1.1 – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços promover as necessárias negociações junto aos fornecedores. 8.1.2 – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o Órgão Gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido sem aplicação de penalidade; e
- c) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

8.1.3 – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação. 8.1.4 – Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

9.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) Não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) Tiver presentes razões de interesse público;
- e) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; f) For impedido de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA ou qualquer um dos Municípios Consorciados, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.
- g) Não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

9.2 – O cancelamento do registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador.

9.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 – As despesas decorrentes da aquisição, objeto da presente Ata de Registro de Preços correrão a conta de dotação específica do orçamento do exercício de 2020 e seguintes.

10.2 – O Órgão Participante quando da contratação/empenhamento especificará a classificação orçamentária.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO 11.1 – A presente Ata de Registro de Preços está vinculada ao Processo Administrativo Licitatório Eletrônico "e-PAL" nº 013995/2020 - e, Pregão, na forma Eletrônica nº 0031/2020 - CINCATARINA, Registro de Preços, realizado pelo CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA, Órgão Gerenciador.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VALIDADE E DA VIGÊNCIA

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 09/09/2020 à 31/08/2021.

12.2 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado.

12.2.1 – O prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a um ano, incluídas eventuais prorrogações, conforme o inciso III do § 3º do art. 15 da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

12.3 – A vigência para a execução dos contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços observará ao disposto no art. 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 – O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Órgão Gerenciador (CINCATARINA) ou para os Órgãos Participantes, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir (independentemente da sua estimativa de consumo).

13.2 – Observados os critérios e condições estabelecidas no Edital e o preço registrado, o Órgão Participante poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pelo Órgão Participante.

13.3 – A existência de preços registrados não obriga o Órgão Gerenciador ou os Órgãos Participantes a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

13.4 – O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Órgão Gerenciador (Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA) e os Órgãos Participantes, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata de Registro de Preços e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – TABELA DE REGISTRO DE PREÇOS DOM

14.1 – Tabela de itens e preços registrados:

Item	Unid.	Descrição	Marca/Modelo	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	UNIDADE	CADEIRA CAIXA, ESTOFADA, FIXA E COM ARO DE APOIO PARA OS PÉS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8170)	SUPREMA SP-322	250	R\$ 256,00	R\$ 64.000,00
2	UNIDADE	CADEIRA CAIXA, ESTOFADA, FIXA, COM APOIA-BRÇOS E COM ARO DE APOIO PARA OS PÉS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8171)	SUPREMA SP-322BR	500	R\$ 268,00	R\$ 134.000,00
3	UNIDADE	CADEIRA COM ESPALDAR ALTO (DIRETOR), COM TELA, GIRATÓRIA, COM APOIA-BRÇOS REGULÁVEIS, COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO ATRAVÉS DE MECANISMO SINCRONIZADO E COM APOIO LOMBAR REGULÁVEL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8168)	PLAXMETAL BRIZZA PRESIDENTE (TELA) COM APOIO CABEÇA 37811 MECANISMO SINCRONIZA DO	350	R\$ 725,00	R\$ 253.750,00
4	UNIDADE	CADEIRA COM ESPALDAR ALTO (DIRETOR), ESTOFADA, GIRATÓRIA, COM APOIA-BRÇOS, COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO ATRAVÉS DE MECANISMO SINCRONIZADO E COM REVESTIMENTO DE COURO ECOLÓGICO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8167)	CAVALETTI POLTRONA PRESIDENTE GIRATÓRIA 3001 SYNCRON	500	R\$ 530,00	R\$ 265.000,00
5	UNIDADE	CADEIRA COM ESPALDAR BAIXO (SECRETÁRIA), ESTOFADA E GIRATÓRIA. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8162)	TOK PLAST 95DG13 GIR	1.000	R\$ 298,94	R\$ 298.940,00

6	UNIDADE	CADEIRA COM ESPALDAR BAIXO (SECRETÁRIA), ESTOFADA, GIRATÓRIA E COM APOIA-BRAÇOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8163)	CAVALETTI CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA 3004 SRE COM BRAÇO	1.000	R\$ 317,00	R\$ 317.000,00
7	UNIDADE	CADEIRA COM ESPALDAR BAIXO (SECRETÁRIA), ESTOFADA, GIRATÓRIA E COM REVESTIMENTO DE COURO (ECOLÓGICO OU SINTÉTICO). ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8352)	CAVALETTI CADEIRA SECRETÁRIA GIRATÓRIA 3004 SRE SEM BRAÇO	400	R\$ 299,50	R\$ 119.800,00
8	UNIDADE	CADEIRA COM ESPALDAR MÉDIO (EXECUTIVA), COM TELA, GIRATÓRIA, COM APOIA-BRAÇOS REGULÁVEIS, COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO E COM APOIO LOMBAR REGULÁVEL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8165)	PLAXMETAL BRIZZA PRESIDENTE (TELA) 37811 MECANISMO RELAX	500	R\$ 499,98	R\$ 249.990,00
9	UNIDADE	CADEIRA COM ESPALDAR MÉDIO (EXECUTIVA), ESTOFADA, GIRATÓRIA, COM APOIA-BRAÇOS REGULÁVEIS E COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8164)	PLAXMETAL PREMIUM EXECUTIVA COM BRAÇO 32334 MECANISMO RELAX	1.000	R\$ 409,00	R\$ 409.000,00
10	UNIDADE	CADEIRA COM ESPALDAR MÉDIO (EXECUTIVA), ESTOFADA, GIRATÓRIA, COM APOIA-BRAÇOS REGULÁVEIS, COM REGULAGEM DE INCLINAÇÃO DO ENCOSTO E COM REVESTIMENTO DE COURO (ECOLÓGICO OU SINTÉTICO). ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8166)	PLAXMETAL PREMIUM EXECUTIVA BACKITA PLUS COM BRAÇO 32334 MECANISMO RELAX	500	R\$ 300,00	R\$ 150.000,00
11	UNIDADE	CADEIRA COM ESPALDAR SUPER ALTO (PRESIDENTE), COM ASSENTO E ENCOSTO EM MONOBLOCO, COM ESTOFAMENTO GROSSO, GIRATÓRIA, COM APOIA-BRAÇOS FIXOS, COM MECANISMO RELAX E COM REVESTIMENTO DE COURO ECOLÓGICO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8169)	GM GRC700 MECANISMO RELAX	200	R\$ 650,00	R\$ 130.000,00
12	UNIDADE	CADEIRA DE PLÁSTICO, EMPILHÁVEL E COM BASE DE 4 PALITOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8349)	SUPREMA SP-108P	4.500	R\$ 65,90	R\$ 296.550,00
13	UNIDADE	CADEIRA FIXA (DE APROXIMAÇÃO), ESTOFADA E COM BASE TIPO "A". ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8159)	GM GRC202	1.500	R\$ 160,00	R\$ 240.000,00
14	UNIDADE	CADEIRA FIXA (DE APROXIMAÇÃO), ESTOFADA E COM BASE TIPO "S". ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8160)	GM GRC203	500	R\$ 160,00	R\$ 80.000,00
15	UNIDADE	CADEIRA FIXA (DE APROXIMAÇÃO), ESTOFADA, COM BASE DE 4 PALITOS E COM REVESTIMENTO DE COURO (ECOLÓGICO OU SINTÉTICO). ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8353)	GM GRC201	1.500	R\$ 123,90	R\$ 185.850,00
16	UNIDADE	CADEIRA FIXA (DE APROXIMAÇÃO), ESTOFADA, COM BASE TIPO "S" E COM APOIA-BRAÇOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8161)	SUPREMA SP-308BR	500	R\$ 160,00	R\$ 80.000,00
17	UNIDADE	CADEIRA PARA OBESOS, ESTOFADA, GIRATÓRIA E COM APOIA-BRAÇOS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8172)	GM GRC304 OB	200	R\$ 500,00	R\$ 100.000,00

18	UNIDADE	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM ESPALDAR ALTO, FIXA, COM BASE TIPO "A", COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL E COM GRADE PORTA-LIVROS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8351)	GM GRC302UE	600	R\$ 249,99	R\$ 149.994,00
19	UNIDADE	CADEIRA UNIVERSITÁRIA, FIXA, COM PRANCHETA, COM GRADE E COM QUATRO PÉS. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8173)	GM GRC201U	1.000	R\$ 173,98	R\$ 173.980,00
20	UNIDADE	LONGARINA DE PLÁSTICO COM 03 LUGARES. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8174)	KURIOS MÓVEIS LONGARINA POLIPROPILE NO 3	1.000	R\$ 224,99	R\$ 224.990,00
21	UNIDADE	LONGARINA ESTOFADA COM 03 LUGARES. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8175)	GM GRC200L3	600	R\$ 325,00	R\$ 195.000,00
22	UNIDADE	LONGARINA ESTOFADA COM 04 LUGARES E COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS CONFORME FOLHA DE DADOS. (CIM8176)	GM GRC200L4PE	300	R\$ 564,00	R\$ 169.200,00
Total Global (R\$):						4.287.044,00

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ESTIMATIVA DE CONSUMO

15.1 – Estimativa de consumo de cada item:

Fornecedor	Itens	Valor Total
BELCHAIR COMERCIO DE MOVEIS EIRELI	5	R\$ 298.940,00
GM INDÚSTRIA E COMÉRCIO VAREJISTA DE MÓVEIS LTDA-EPP	3; 8; 9; 10; 11; 13; 14; 15; 17; 18; 19; 21; 22	R\$ 2.486.764,00
KURIOS MÓVEIS EIRELI	20	R\$ 224.990,00
LUCIANO PILATTI	1; 2; 4; 6; 7; 12; 16	R\$ 1.276.350,00
Total Global (R\$):		4.287.044,00

**AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0040**

Publicação Nº 2639453

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0040/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" 18776/2020-e

Objeto: Contratação de empresas especializadas para execução de serviços de RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO ROTINEIRAS, incluindo, terraplanagem, pavimentação, drenagem, obras complementares, materiais asfálticos e conservação rodoviária, em rodovias estaduais previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovados pelo Decreto Estadual nº 759, de 21 de dezembro de 2011, em conformidade com o Projeto Recuperar instituído pelo Decreto Estadual nº 195, de 1º de agosto de 2019, nos municípios consorciados e identificados neste Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I deste Edital. JULGAMENTO: Menor Preço GLOBAL por item. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 14/09/2020 até às 09:00 horas do dia 25/09/2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 09:30 horas do dia 25/09/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:31 horas do dia 25/09/2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620. Site: [www.cincatarina.sc.gov.br](http://www.cincatarina.sc.gov.br).

Florianópolis (SC), 11 de setembro de 2020.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CINCATARINA

**AVISO DE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, Nº 0041**

Publicação Nº 2639456

CONSÓRCIO INTERFEDERATIVO SANTA CATARINA - CINCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA Nº 0041/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO ELETRÔNICO "e-PAL" 18784/2020-e

Objeto: Contratação de empresas especializadas para execução de serviços de LIMPEZA DE PLATAFORMA ESTRADAL em rodovias estaduais previstas no Plano Rodoviário Estadual de Santa Catarina, aprovados pelo Decreto Estadual 759, de 21 de dezembro de 2011, em conformidade com o Projeto Recuperar instituído pelo Decreto Estadual 195 de 1º de agosto de 2019, nos municípios consorciados e identificados neste Edital, conforme especificações constantes no Termo de Referência que compõe o ANEXO I deste Edital. JULGAMENTO: Menor Preço GLOBAL por item. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 do dia 14/09/2020 até às 15:00 horas do dia 25/09/2020. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 15:01 às 15:30 horas do dia 25/09/2020. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15:31 horas do dia 25/09/2020. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Sede do CINCATARINA, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 13º andar, Sala 1305, Centro Executivo Imperatriz, Bairro Canto, CEP: 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina. Fone (48) 3380-1620. Site: [www.cincatarina.sc.gov.br](http://www.cincatarina.sc.gov.br).

Florianópolis (SC), 11 de setembro de 2020.

Elói Rönna – Diretor Executivo do CINCATARINA

**CIS/AMOSC****EXTRATOS ADITIVOS EPIS 2020**

Publicação Nº 2639098

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 68/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 6.297,00

VIGENCIA: 12/08/2020 a 31/12/2020

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 75/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IRATI

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 4.558,75

VIGENCIA: 14/08/2020 a 31/12/2020

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 60/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BOM JESUS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 4.230,00

VIGENCIA: 28/08/2020 a 31/12/2020

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 91/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 2.131,00

VIGENCIA: 02/09/2020 a 31/12/2020

## EXTRATOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 2020

Publicação Nº 2639093

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CISAMOSC

EXTRATOS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 2020

MÊS DE AGOSTO

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 19/2019

PRESTADOR: LABORATÓRIO ANALIC LTDA.

OBJETO: Descredenciamento de procedimento.

VIGÊNCIA: A partir de 26 de agosto de 2020 até 21 de janeiro de 2024.

MÊS DE SETEMBRO

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 63/2019

PRESTADOR: CLÍNICA CATARINENSE DE DERMATOLOGIA LTDA.

OBJETO: Inclusão de procedimentos.

VIGÊNCIA: A partir de 01 de setembro de 2020 até 24 de fevereiro de 2024.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 28/2020.

PRESTADOR: SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA.

OBJETO: Radiologia.

VIGÊNCIA: A partir de 09 de setembro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 29/2020.

PRESTADOR: FUNDAÇÃO HOSPITALAR SÃO LOURENÇO.

OBJETO: Radiologia.

VIGÊNCIA: A partir de 10 de setembro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.

TERMO ADITIVO 04 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 37/2019

PRESTADOR: CLÍNICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA EIRELI (FILIAL).

OBJETO: Atualização de quadro societário.

VIGÊNCIA: A partir de 10 de setembro de 2020 até 29 de janeiro de 2024.

TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 133/2019

PRESTADOR: CLÍNICA ODONTOMÉDICA PONTE SERRADA EIRELI (MATRIZ).

OBJETO: Atualização de quadro societário.

VIGÊNCIA: A partir de 10 de setembro de 2020 até 29 de janeiro de 2024

## PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

Publicação Nº 2639035

PRIMEIRO TERMO ADITIVO

À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e A.G.KIENEN & CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.225.947/0001-65, situada na Rua Benjamin Borges dos Santos, nº

87, Bairro Fraron, CEP 85.503-350, cidade de Pato Branco/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Ademir Geraldo Kienen, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto a inclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DO ITEM DO ITEM

2.1. Ficam incluídos os itens 126 - BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA, no valor de R\$: 0,41 (un), e 356 - FENOBARBITAL 100 MG, no valor de R\$: 0,107 (un), no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de Setembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN ADEMIR GERALDO KIENEN  
Presidente do CIS-AMOSC Representante Legal

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020

Publicação Nº 2639017

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e JAW COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSP LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 79.250.676/0001-93, situada na Rua Henrique do Rego Almeida, 261, Qd. AE, Lt. 08 Setor 01 - Palhoça/SC, CEP 88133-512, neste ato representada pela seu representante legal senhor Felipe de Araujo Gomes, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto a exclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXCLUSÃO DO ITEM DO ITEM

2.1. Fica excluído o item 192 – CITALOPRAM 20 MG, no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de Setembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN FELIPE DE ARAUJO GOMES  
Presidente do CIS-AMOSC Representante Legal

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2020

Publicação Nº 2639006

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante

ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e GOLDEN PLUS COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 17.472.278/0001-64, situada na Rua Gotardo Mazzarolo, 16, Bairro Centro, na cidade de Barão de Cotegipe/RS – CEP: 99.740-000, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Marcelo Marostica, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto a inclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DO ITEM DO ITEM

2.1. Fica incluído o item 525 - MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G, no valor de R\$: 4,95 (un), no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de Setembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN MARCELO MAROSTICA  
Presidente do CIS-AMOSC Representante Legal

### PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2020

Publicação Nº 2639023

#### PRIMEIRO TERMO ADITIVO

#### À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.889.035/0001-02, situada na Rua Rubens Derks, nº 105, Bairro Industrial, na cidade de Erechim/RS – CEP: 99.706-300, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Jhonatan Boni, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O presente instrumento tem como objeto a inclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DO ITEM DO ITEM

2.1. Fica incluído o item 192 – CITALOPRAM 20 MG, no valor de R\$: 0,16, no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de Setembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN JHONATAN BONI  
Presidente do CIS-AMOSC Representante Legal

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020**

Publicação Nº 2639009

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e TERRA SUL COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 32.364.822/0001-48, situada na Rua Machado de Assis nº 1355, Bairro Bela Vista, na Erechim /RS – CEP: 99.704-066, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhora Maria Ferrari Spazzini, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a inclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DO ITEM DO ITEM**

2.1. Fica incluído o 734 - TRAMADOL 50 MG, no valor de R\$: 0,30 (un) no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de Setembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN	MARIA FERRARI SPAZZINI
Presidente do CIS-AMOSC	Representante Legal

**QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020**

Publicação Nº 2639039

**QUARTO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e ABC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 12.014.370/0001-67, situada na Rua Marechal Deodoro, 177, Bairro Cristo Rei, CEP 85501-250 PATO BRANCO - PR, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor DALCI DAMBROS, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a exclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXCLUSÃO DO ITEM**

2.1. Fica excluído o item 631 – RAMIPRIL 5 MG, no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de setembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN	DALCI DAMBROS
Presidente do CIS-AMOSC	Representante Legal

**QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020**

Publicação Nº 2638392

**QUARTO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, CEP: 89.163-554, cidade de Rio Do Sul/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Maicon Cordova Pereira, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a exclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXCLUSÃO DO ITEM**

2.1. Fica excluído o item 74 – ATENOLOL 50 MG CARTELA COM 15 COMPRIMIDOS, no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 24 de agosto de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Presidente do CIS-AMOSC

MAICON CORDOVA PEREIRA  
Representante Legal

**QUARTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020**

Publicação Nº 2639042

**QUARTO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e ILG COMERCIAL EIREL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 20.657.155/0001-02, situada na Rua Itacolomi, 377, Bairro La Salle, na cidade de Pato Branco/PR – CEP: 85.505-050, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Adolfo Frederico Grams, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a inclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DO ITEM**

2.1 Fica incluído item 631 – RAMIPRIL 5 MG, no valor de R\$: 1,59 (un), no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de setembro de 2020.

Janete Paravizi Bianchin  
Presidente do CIS-AMOSC

Adolfo Frederico Grams  
Representante Legal

**QUINTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020**

Publicação Nº 2638402

**QUINTO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, CEP: 89.163-554, cidade de Rio Do Sul/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Maicon Cordova Pereira, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a exclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXCLUSÃO DO ITEM**

2.1. Fica excluído o item 186 – CIPROFIBRATO 100 MG, no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 28 de agosto de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Presidente do CIS-AMOSC

MAICON CORDOVA PEREIRA  
Representante Legal

**QUINTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2020**

Publicação Nº 2638388

**QUINTO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, situada na BR 480, 795, CEP: 99.740-000, cidade de Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Edivar Szymanski, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a inclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DO ITEM**

2.1 Fica incluído o item 79 – AZITROMICINA 500 MG, no valor de R\$: 2,80 (un) Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 24 de agosto de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Presidente do CIS-AMOSC

EDIVAR SZYMANSKI  
Representante Legal

**QUINTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020**

Publicação Nº 2638398

**QUINTO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, situada na Av. Ary Miguel da Silveira, nº 391, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de Palhoça/SC – CEP: 88.133-531, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Gilson Luiz Dal Mas, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto o reequilíbrio econômico financeiro de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO DO ITEM DO ITEM**

2.1. Fica alterado o valor do item 19 – ACIDO VALPROICO 250 MG (valproato de sódio), para R\$: 0,228 (un), no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 28 de agosto de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN	GILSON LUIZ DAL MAS
Presidente do CIS-AMOSC	Representante Legal

**SEGUNDO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020**

Publicação Nº 2639011

**SEGUNDO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e BASCEL SOLUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.515.353/0001-02, situada na Travessa Luiza Henriqueta, 450, Bairro Água Branca, na cidade de Francisco Beltrão/PR, CEP 89606-649, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Felipe Cella Baseggio, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a exclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXCLUSÃO DO ITEM**

2.1 Fica excluído item 460 - LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG, CAIXA COM 21 COMPRIMIDOS, no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de setembro de 2020.

Janete Paravizi Bianchin	Felipe Cella Baseggio
Presidente do CIS-AMOSC	Representante Legal

**SEXTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020**

Publicação Nº 2639032

**SEXTO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, CEP: 89.163-554, cidade de Rio Do Sul/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Maicon Cordova Pereira, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a exclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXCLUSÃO DO ITEM**

2.1. Fica excluído o item 356 - FENOBARBITAL 100 MG, no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de setembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN MAICON CORDOVA PEREIRA  
Presidente do CIS-AMOSC Representante Legal

**SEXTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2020**

Publicação Nº 2638403

**SEXTO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 07/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.652.030/0001-70, situada na BR 480, 795, CEP: 99.740-000, cidade de Barão de Cotegipe/RS, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Edivar Szymanski, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a inclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DO ITEM**

2.1 Fica incluído o item 186 – CIPROFIBRATO 100 MG, no valor de R\$: 0,298 (un) Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 28 de agosto de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Presidente do CIS-AMOSC

EDIVAR SZYMANSKI  
Representante Legal

## **SEXTO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020**

Publicação Nº 2639004

SEXTO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, situada na Av. Ary Miguel da Silveira, nº 391, Bairro Jardim Eldorado, na cidade de Palhoça/SC – CEP: 88.133-531, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Gilson Luiz Dal Mas, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a exclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXCLUSÃO DO ITEM DO ITEM**

2.1. Ficam excluídos os itens 126 - BUPROPIONA, CLORIDRATO, 150 MG COMPRIMIDO DE LIBERAÇÃO PROLONGADA, 525 - MICONAZOL 2% CREME VAGINAL BISNAGA 80 G, 734 - TRAMADOL 50 MG, no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de Setembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Presidente do CIS-AMOSC

GILSON LUIZ DAL MAS  
Representante Legal

## **TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020**

Publicação Nº 2638385

TERCEIRO TERMO ADITIVO  
À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, situada na Estrada Boa Esperança, 2320, Bairro Fundo Canoas, CEP: 89.163-554, cidade de Rio Do Sul/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Maicon Cordova Pereira, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a exclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXCLUSÃO DO ITEM**

2.1. Fica excluído o item 79 – AZITROMICINA 500 MG, no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 24 de agosto de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Presidente do CIS-AMOSC

MAICON CORDOVA PEREIRA  
Representante Legal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2020**

Publicação N° 2639013

**TERCEIRO TERMO ADITIVO****À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 27/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 81.706.251/0001-98, situada na Rua Professor Leônidas Ferreira Da Costa, nº 847, Bairro Parolin, na cidade de Curitiba/PR – CEP: 80.220-410, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhora Elcio Luis Bordignon, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a inclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DO ITEM**

2.1. Fica incluído o item 460 - LEVONORGESTREL ASSOCIADO A ETINILESTRADIOL 0,150 + 0,03 MG, CAIXA COM 21 COMPRIMIDOS, no valor de R\$: 1,68 (un), no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 09 de setembro de 2020.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN  
Presidente do CIS-AMOSC

ELCIO LUIS BORDIGNON  
Representante Legal

**TERCEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 30/2020**

Publicação N° 2638395

**TERCEIRO TERMO ADITIVO****À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 30/2020**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPALDE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, consórcio público, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrito no CNPJ sob o nº 01.336.261/0001-40, com sede na Rua Adolfo Konder, 33-D, Bairro Jardim Itália, Município de Chapecó, Estado de Santa Catarina, representado por seu Presidente, Senhora Janete Paravizi Bianchin, doravante ORGÃO GERENCIADOR, e os MUNICÍPIOS DE ABELARDO LUZ, ÁGUAS FRIAS, ÁGUAS DE CHAPECÓ, ARVOREDO, BOM JESUS, CAXAMBU DO SUL, CAMPO ERÊ, CORONEL FREITAS, CORONEL MARTINS, FORMOSA DO SUL, GALVÃO, GUATAMBU, IRATI, JARDINÓPOLIS, MAREMA, NOVA ERECHIM, NOVA ITABERABA, NOVO HORIZONTE, PAIAL, PLANALTO ALEGRE, PONTE SERRADA, QUILOMBO, SANTIAGO DO SUL, SÃO CARLOS, SERRA ALTA, SUL BRASIL E UNIÃO DO OESTE doravante denominados ORGÃOS PARTICIPANTES, e S & R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.889.315/0001-92, situada na Rua Regente Diogo A. Feijó, nº 451 – D, Bairro São Cristóvão, na cidade de Chapecó/SC – CEP: 89.803-230, neste ato representada pelo seu representante legal, Senhor Sergio Jacir Portela, doravante denominado FORNECEDOR, todos sujeitos às leis 8.666/1993 e 10.520/2002 e às Resoluções do CIS-AMOSC nº 03, de 17 de junho de 2014, nº 04, de 03 de novembro de 2015, nº 01 de 10 de janeiro de 2018, RESOLVEM celebrar o presente instrumento, nos termos das cláusulas abaixo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 O presente instrumento tem como objeto a inclusão de item registrado em nome do FORNECEDOR acima qualificado.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA INCLUSÃO DO ITEM**

2.1 Fica incluído item 74 – ATENOLOL 50 MG CARTELA COM 15 COMPRIMIDOS, no valor de R\$: 0,065 (un), no Quadro Comparativo de Preços do Pregão Eletrônico nº 1/2020, parte integrante da Ata de Registro de Preços acima referenciada.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO**

3.1 Ficam ratificadas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços Principal não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata de Registro de Preços em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Chapecó/SC, 24 de Agosto de 2020.

Janete Paravizi Bianchin  
Presidente do CIS-AMOSC

Sergio Jacir Portela  
Representante Legal

---

**CIS/AMVI**

---

**CONVOCAÇÃO 17.09.2020**

Publicação Nº 2638856

**CONVOCAÇÃO****IV ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2020**

O Presidente do Conselho Administrativo do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o artigo 28 do contrato de consórcios público, e a Resolução nº 385, de 18 de março 2020, CONVOCA os consorciados para a IV Assembleia Geral Ordinária de 2020, que se realizará no dia 17 de setembro de 2020, às 13h30, com a presença da maioria simples dos consorciados. A Assembleia acontecerá em conjunto com a da AMMVI e AGIR.

Local: Sala Virtual - <https://us02web.zoom.us/j/85619212432>

**PAUTA**

1. Aprovação da ata de 28/07/2020 – Enviada em 04/08/2020.
2. Proposta de alteração estatutária – Compras Compartilhadas.
3. Proposta de alteração no nome do CISAMVI.

Blumenau - SC, 10 de setembro de 2020.

ÉRCIO KRIEK

Presidente do Conselho Administrativo  
Prefeito de Pomerode

CISAM

BALANCETE FINANCEIRO POR CATEGORIA ECONÔMICA AGOSTO/2020

Publicação Nº 2638993

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Agosto  
Página: 1

Santa Catarina  
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>70.484,25</b>	<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>54.422,24</b>
Receita Patrimonial	209,84	<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>54.422,24</b>
Receita de Serviços	42.822,47	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.991,82
Transferências Correntes	26.131,84	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.326,20
Transferências de Capital	1.320,10	INVESTIMENTOS	1.104,22
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>122.673,81</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>125.336,29</b>
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	48,62	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZ	48,62
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.376,64	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.804,14
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	60.175,08	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	58.861,80
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	57.073,47	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	60.621,73
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>231.626,91</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>245.026,44</b>
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	148.513,60	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	152.187,18
BANCO C/ MOVIMENTO	83.113,31	BANCO C/ MOVIMENTO	92.839,26
<b>TOTAL</b>	<b>424.784,97</b>	<b>TOTAL</b>	<b>424.784,97</b>

Capinzal, 10/09/2020

LEOMAR EGGERS	ELISABET M. Z. SARTORI	SIDNEI PENZO
CONTADOR SC 030937/O-8	SUPERINTENDENTE	DIRETOR ADMINISTRATIVO

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DA DESPESA AGOSTO/2020

Publicação Nº 2639025

Betha Sistemas  
Agosto/2020  
Página: 1

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Demonstrativo da Execução da Despesa  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
Entidade: CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE								
	01 CONSÓRCIO INTERM. SANEAI	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
	01.01 CONSÓRCIO INTERM. SANEAI	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
	0101.04 Administração	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
	0101.04.122 Administração Geral	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
	0101.04.122.0001 CONTROLE DE QUALIDADE DI	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
	04.122.0001.1.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	48.000,00	1.104,22	36.837,05	11.162,95	1.104,22	36.837,05	0,00
1	4.4.90.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	13.000,00	0,00	13.000,00	0,00	0,00	13.000,00	0,00
10	4.4.90.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	35.000,00	1.104,22	23.837,05	11.162,95	1.104,22	23.837,05	0,00
1	4.4.90.51.92.00.00.00.0000 Instalações Incorporáveis ou Int	0,00	0,00	11.737,40	0,00	0,00	11.737,40	0,00
10	4.4.90.51.92.00.00.00.0003 Instalações Incorporáveis ou Int	0,00	1.104,22	23.237,05	0,00	1.104,22	23.237,05	0,00
1	4.4.90.52.06.00.00.00.0000 Aparelhos e Equipamentos de C	0,00	0,00	389,90	0,00	0,00	389,90	0,00
1	4.4.90.52.12.00.00.00.0000 Aparelhos e Utensílios Domésti	0,00	0,00	872,70	0,00	0,00	872,70	0,00
10	4.4.90.52.35.00.00.00.0003 Equipamentos de Processamen	0,00	0,00	80,00	0,00	0,00	80,00	0,00
10	4.4.90.52.42.00.00.00.0003 Mobiliário em Geral	0,00	0,00	520,00	0,00	0,00	520,00	0,00
	04.122.0001.1.002 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	37.800,00	0,00	25.045,00	12.755,00	0,00	25.045,00	0,00
7	4.4.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	37.800,00	0,00	25.045,00	12.755,00	0,00	25.045,00	0,00
7	4.4.90.52.35.00.00.00.0000 Equipamentos de Processamen	0,00	0,00	3.210,00	0,00	0,00	3.210,00	0,00
7	4.4.90.52.42.00.00.00.0000 Mobiliário em Geral	0,00	0,00	21.835,00	0,00	0,00	21.835,00	0,00
	04.122.0001.2.001 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	688.555,67	35.211,88	352.924,71	335.630,96	32.701,17	315.131,26	37.793,45
2	3.1.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	337.320,45	23.897,14	196.890,15	140.430,30	23.897,14	196.890,15	0,00
9	3.1.90.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	10.839,76	4.160,24	0,00	10.839,76	0,00
2	3.1.90.11.01.00.00.00.0000 vencimentos e salários	0,00	18.015,96	145.581,44	0,00	18.015,96	145.581,44	0,00
2	3.1.90.11.44.00.00.00.0000 férias - abono pecuniário	0,00	0,00	4.546,08	0,00	0,00	4.546,08	0,00
9	3.1.90.11.44.00.00.00.0003 férias - abono pecuniário	0,00	0,00	10.839,76	0,00	0,00	10.839,76	0,00
2	3.1.90.13.01.00.00.00.0000 FGTS	0,00	1.622,40	12.900,06	0,00	1.622,40	12.900,06	0,00
2	3.1.90.13.02.00.00.00.0000 Contribuições Previdenciárias -	0,00	4.258,78	33.862,57	0,00	4.258,78	33.862,57	0,00
3	3.3.90.00.00.00.00.00.0000 Aplicacoes Diretas	311.384,57	11.314,74	145.194,80	166.189,77	8.804,03	107.401,35	37.793,45
8	3.3.90.00.00.00.00.00.0003 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
3	3.3.90.14.14.00.00.00.0000 Diárias no País - Civil	0,00	0,00	1.141,65	0,00	0,00	1.141,65	0,00
3	3.3.90.30.01.00.00.00.0000 Combustíveis e Lubrificantes Al	0,00	0,00	4.533,65	0,00	302,72	2.231,63	2.302,02
3	3.3.90.30.04.00.00.00.0000 Gás Engarrafado	0,00	0,00	580,00	0,00	0,00	580,00	0,00
3	3.3.90.30.07.00.00.00.0000 Gêneros de Alimentação	0,00	0,00	497,90	0,00	0,00	497,90	0,00
3	3.3.90.30.11.00.00.00.0000 Material Químico	0,00	0,00	5.718,84	0,00	0,00	5.718,84	0,00
3	3.3.90.30.21.00.00.00.0000 Material de Copa e Cozinha	0,00	0,00	29,52	0,00	0,00	29,52	0,00
3	3.3.90.30.22.00.00.00.0000 Material de Limpeza e Produção	0,00	735,56	4.767,36	0,00	735,56	4.767,36	0,00
3	3.3.90.30.25.00.00.00.0000 Material para Manutenção de B	0,00	0,00	1.370,00	0,00	0,00	1.370,00	0,00
3	3.3.90.30.28.00.00.00.0000 Material de Proteção e Seguran	0,00	0,00	4.929,50	0,00	0,00	4.929,50	0,00
3	3.3.90.30.35.00.00.00.0000 Material Laboratorial	0,00	0,00	6.739,77	0,00	0,00	6.739,77	348,00
3	3.3.90.30.39.00.00.00.0000 Material para Manutenção de Vi	0,00	0,00	1.231,60	0,00	0,00	1.231,60	0,00
3	3.3.90.30.96.00.00.00.0000 Materiais de Consumo - Pagam	0,00	97,06	2.402,04	0,00	97,06	2.402,04	0,00

**Demonstrativo da Execução da Despesa**  
**Administração Direta, Indireta e Fundacional**

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Betha Sistemas  
Agosto/2020  
Página: 3

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Demonstrativo da Execução da Despesa  
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Códigos	Especificações	Créditos Autorizados	Despesa Empenhada		Saldo a Empenhar	Despesa Liquidada		Saldo de Empenhos
			No Período	Até o Período		No Período	Até o Período	
Entidade: CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE								
01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
01.01	CONSORCIO INTERM. SANEAM	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
0101.04	Administração	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
0101.04.122	Administração Geral	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
0101.04.122.0001	CONTROLE DE QUALIDADE DI	1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
04.122.0001.2.002	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO I	353.079,23	18.106,14	168.285,01	184.794,22	19.303,57	159.352,09	8.932,92
6	3.3.90.39.40.00.00.0000 Programa de Alimentação do Tr		0,00	17.648,00		1.340,36	11.306,63	6.341,37
6	3.3.90.39.48.00.00.0000 Serviços de Seleção e Treinam		390,00	665,00		0,00	390,00	0,00
6	3.3.90.39.99.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiros - F		621,46	621,46		621,46	621,46	0,00
6	3.3.90.47.12.00.00.00.0000 Contribuição Para o PIS/PASEF		0,00	2.467,47		247,07	1.516,53	950,94
Capinzal, 10/09/2020								
Total da Entidade:		1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
Total Geral:		1.127.434,90	54.422,24	583.091,77	544.343,13	53.108,96	536.365,40	46.726,37
LEOMAR EGGERS		SIDNEI PENZO						
CONTADOR SC 030937/O-8		DIRETOR ADMINISTRATIVO						
ELISABET M. Z. SARTORI								
SUPERINTENDENTE								

## DESPESAS PAGAS AGOSTO/2020

Publicação N° 2638996

Santa Catarina

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Relação de Ordens de Pagamentos Pagas - Período de 01/08/2020 até 31/08/2020

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Página: 1/3

Ordem	Processo	Nº AF/Aro	Data Emiss.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulário	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recurso	Conta	Cheque	Doc. Fiscais	Empenho	Funcional	Projeto/Ativ	Dot.	Elemento	Credor/Contrato Divida
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE																				
246			03/08/20	03/08/2020	600,00	502,94	97,06	03/08/2020	0,00	97,06	0000	44938	22148		145	04.122.000	2001	3	3.350.30.96.00.00.00	116 - LEOMAR EGERS
247			03/08/20	03/08/2020	800,00	585,15	214,85	03/08/2020	0,00	214,85	0000	44938	11542, 11544, 200086, 200087, 595009		146	04.122.000	2001	3	3.350.39.96.00.00.00	116 - LEOMAR EGERS
248	63/2018		03/08/20	05/08/2020	1.338,36	0,00	1.338,36	03/08/2020	0,00	1.338,36	0000	44938	248645		4	04.122.000	2001	3	3.350.40.01.00.00.00	3 - BETHA SISTEMAS LTDA
			Total do Dia:		2.738,36	1.088,09	1.650,27		0,00	1.650,27	0000	44937	08.2020		147	04.122.000	2001	3	3.350.39.99.00.00.00	19 - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SANTA CATIA
249	70/2020	68/2020	04/08/20	04/08/2020	1.109,72	0,00	1.109,72	04/08/2020	0,00	1.109,72	0000	44937	1116		10	04.122.000	2001	3	3.350.40.04.00.00.00	142 - POSSEIDON PRODUTOS PARA INFORMATICA LTDA - ME
250	83/2019		04/08/20	10/08/2020	139,99	0,00	139,99	04/08/2020	0,00	139,99	0000	44937	10617		5	04.122.000	2001	3	3.350.39.40.00.00.00	172 - J.F. Servicos e Alimentação Ltda ME
251	106/2018		04/08/20	10/08/2020	1.772,74	0,00	1.772,74	04/08/2020	0,00	1.772,74	0000	44937	2000014177		11	04.122.000	2001	3	3.350.39.64.00.00.00	63 - OI S.A.
252	003/2020		04/08/20	09/08/2020	173,32	0,00	173,32	04/08/2020	0,00	173,32	0000	44937	39494428		9	04.122.000	2001	3	3.350.39.43.00.00.00	18 - CELESC DISTRIBUICAO S/A
			Total do Dia:		3.195,77	0,00	3.195,77		0,00	3.195,77	0000	44938	07.2020		39	04.122.000	2001	3	3.350.39.44.00.00.00	1 - SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO
253	106/2018		05/08/20	10/08/2020	1.426,84	0,00	1.426,84	05/08/2020	0,00	1.426,84	0000	46088	06.2020		144	04.122.000	2001	3	3.350.39.99.00.00.00	105 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA AGRONOMA DE SC
254	75/2019		05/08/20	07/08/2020	1.543,09	0,00	1.543,09	05/08/2020	0,00	1.543,09	0000	44938	07.2020		137	04.122.000	2001	2	3.150.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
255	021/2020		05/08/20	20/08/2020	119,17	0,00	119,17	05/08/2020	0,00	119,17	0000	44938	06.2020			04.122.000	2001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
256	69/2020	67/2020	05/08/20	10/08/2020	88,78	0,00	88,78	05/08/2020	0,00	88,78	0000	44938	07.2020		137	04.122.000	2001	2	3.150.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
257			05/08/20	05/08/2020	11.657,28	0,00	11.657,28	05/08/2020	0,00	3.041,29	0000	44938	07.2020			04.122.000	2001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
							2.131,00			2.131,00	0000	44938				04.122.000	2001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
							5.180,91			5.180,91	0000	44938				04.122.000	2001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
							1.304,08			1.304,08	0000	44938				04.122.000	2001		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
258			05/08/20	05/08/2020	4.706,45	0,00	4.706,45	05/08/2020	0,00	2.892,91	0000	44938	07.2020		138	04.122.000	2001	2	3.150.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
259			05/08/20	05/08/2020	10.923,60	0,00	10.923,60	05/08/2020	0,00	1.813,54	0000	44938	07.2020		139	04.122.000	2002	5	3.150.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
							3.592,52			3.592,52	0000	46088				04.122.000	2002		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
							2.434,21			2.434,21	0000	46088				04.122.000	2002		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
							4.496,87			4.496,87	0000	46088				04.122.000	2002		46 - FOLHA DE PAGAMENTO	
260	111/2019	7/2020	05/08/20	10/08/2020	225,00	0,00	225,00	05/08/2020	0,00	225,00	0000	44938	1468		20	04.122.000	2001	3	3.350.39.99.00.00.00	240 - GRUPO LIMA TECNOLOGIA EM SEGURANCA E TELECOMUNICAÇ
261	111/2019	8/2020	05/08/20	10/08/2020	230,00	0,00	230,00	05/08/2020	0,00	230,00	0000	44938	1468		21	04.122.000	2001	3	3.350.39.77.00.00.00	240 - GRUPO LIMA TECNOLOGIA EM SEGURANCA E TELECOMUNICAÇ
			Total do Dia:		30.920,21	0,00	30.920,21		0,00	30.920,21	0000	44938	07.2020		12	04.122.000	2001	3	3.350.39.81.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
262	002/2020		06/08/20	06/08/2020	3,30	0,00	3,30	06/08/2020	0,00	3,30	0000	44938	07.2020			04.122.000	2001	3	3.350.39.81.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**  
 Relação de Ordens de Pagamentos Pagas - Período de 01/08/2020 até 31/08/2020  
 Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Betha Sistemas  
 Exercício de 2020  
 Página: 2/3

Ordem	Processo	Nº AF/Ano	Data Emiss.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Lit. Pagto	Recursos	Conta	Cheque	Doc. Fiscal	Empenho	Funcional	Projeto	Dot.	Elemento	Credor/Contato Divida
<b>Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE</b>																				
263			06/08/20	06/08/2020	1.575,59	0,00	1.575,59	06/08/2020	0,00	1.575,59	0000	44638	07/2020	07/2020	143	04.122.000	2.001	2	3.1.90.13.01.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
264			06/08/20	06/08/2020	1.190,97	0,00	1.190,97	06/08/2020	0,00	1.190,97	0000	46368	07/2020	07/2020	142	04.122.000	2.002	5	3.1.90.13.01.00.00.00	23 - CAIXA ECONOMICA FEDERAL
			<b>Total do Dia:</b>		<b>2.766,56</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766,56</b>		<b>0,00</b>	<b>2.766,56</b>										
265	004/2020		10/08/20	25/08/2020	209,93	0,00	209,93	10/08/2020	0,00	209,93	0000	44637	07/2020	07/2020	13	04.122.000	2.001	3	3.3.90.47.12.00.00.00	11 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL
266	001/2020		10/08/20	25/08/2020	159,12	0,00	159,12	10/08/2020	0,00	159,12	0000	46368	07/2020	07/2020	14	04.122.000	2.002	6	3.3.90.47.12.00.00.00	11 - RECEITA FEDERAL DO BRASIL
267	47/2020		10/08/20	17/08/2020	520,00	0,00	520,00	10/08/2020	0,00	520,00	0003	44638	886	886	110	04.122.000	1.001	10	4.4.90.52.42.00.00.00	232 - JOMADE MARGENARIA LTDA ME
268	71/2020		10/08/20	26/08/2020	621,46	0,00	621,46	10/08/2020	0,00	621,46	0000	46368	08/2020	08/2020	149	04.122.000	2.002	6	3.3.90.39.99.00.00.00	105 - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SC
			<b>Total do Dia:</b>		<b>1.510,51</b>	<b>0,00</b>	<b>1.510,51</b>		<b>0,00</b>	<b>1.510,51</b>										
269			13/08/20	20/08/2020	4.135,90	0,00	4.135,90	13/08/2020	0,00	4.135,90	0000	44638	07/2020	07/2020	140	04.122.000	2.001	2	3.1.90.13.02.00.00.00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
270			13/08/20	20/08/2020	3.126,33	0,00	3.126,33	13/08/2020	0,00	3.126,33	0000	46368	07/2020	07/2020	141	04.122.000	2.002	5	3.1.90.13.02.00.00.00	47 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
			<b>Total do Dia:</b>		<b>7.262,23</b>	<b>0,00</b>	<b>7.262,23</b>		<b>0,00</b>	<b>7.262,23</b>										
271	51/2020		26/08/20	30/08/2020	153,43	0,00	153,43	26/08/2020	0,00	153,43	0000	44638	106666	106666	111	04.122.000	2.001	3	3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON INDUSTRIES E TRANSPORTES LTDA
272	51/2020		26/08/20	24/08/2020	149,29	0,00	149,29	26/08/2020	0,00	149,29	0000	44638	107850	107850	111	04.122.000	2.001	3	3.3.90.30.01.00.00.00	84 - BORDIGNON INDUSTRIES E TRANSPORTES LTDA
273	54/2020		26/08/20	30/08/2020	735,56	0,00	735,56	26/08/2020	0,00	735,56	0000	44638	22245	22245	148	04.122.000	2.001	3	3.3.90.30.22.00.00.00	139 - SAVENHAGO MATERIAS PARA CONSTRUCAO ERELI - EPP
274	13/2020		26/08/20	23/08/2020	2.816,48	0,00	2.816,48	26/08/2020	0,00	2.816,48	0003	44638	9	9	150	04.122.000	1.001	10	4.4.90.51.92.00.00.00	247 - JEFFERSON FABIANO DA SILVEIRA
275	13/2020		26/08/20	23/08/2020	76,07	0,00	76,07	26/08/2020	0,00	76,07	0003	44638	9	9	151	04.122.000	1.001	10	4.4.90.51.92.00.00.00	247 - JEFFERSON FABIANO DA SILVEIRA
			<b>Total do Dia:</b>		<b>3.930,83</b>	<b>0,00</b>	<b>3.930,83</b>		<b>0,00</b>	<b>3.930,83</b>										
276	12/2016		31/08/20	31/08/2020	40,90	0,00	40,90	31/08/2020	0,00	40,90	0000	44638	6847	6847	7	04.122.000	2.001	3	3.3.90.40.03.00.00.00	110 - M.A.C. COMPUTACAO GRAFICA LTDA
277			31/08/20	31/08/2020	3.048,55	0,00	3.048,55	31/08/2020	3.048,55	0,00	0000		08/2020	08/2020	155	04.122.000	2.001	2	3.1.90.11.01.00.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Página: 3/3

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**  
Relação de Ordens de Pagamentos Pagas - Período de 01/08/2020 até 31/08/2020  
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Ordem	Processo	Nº AF/Pro	Data Emis.	Data Venc.	Vlr. Ordem	Anulado	Saldo	Data Pagto	Descontos	Liq. Pago	Recusad	Conta	Cheque	Doc. Fiscal	Empenho	Funcional	Pro/Atv	Dot.	Elemento	Credor/Contato Divida
<b>Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE</b>																				
278			31/08/20	31/08/2020	2.328,09	0,00	2.328,09	31/08/2020	2.328,09	0,00	0000			08/2020	156	04.122.000	2.002	5	3.1.90.11.01.0.00.00	46 - FOLHA DE PAGAMENTO
<b>Total do Dia:</b>																				
<b>Total da Entidade:</b>																				
<b>Total do Período:</b>																				

Capinzal, 10/09/2020

LEOMAR EGGERS  
CONTADOR SC 030637/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI  
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

## Publicação Nº 2639031

## Títulos

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Betha Sistemas  
Exercício de 2020  
Período: Agosto  
Página 2

**Santa Catarina**  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada  
Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.00		12.271,20	1.022,59	7.158,25	0,00	5.112,95
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.01	0000	6.380,91	531,74	3.722,21	0,00	2.658,70
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.02	0000	5.890,29	490,85	3.436,04	0,00	2.454,25
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.00		10.878,85	906,56	6.827,00	0,00	4.051,85
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.01	0000	5.656,90	471,40	3.345,69	0,00	2.311,21
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.02	0000	5.221,95	435,16	3.481,31	0,00	1.740,64
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.00		11.319,60	943,29	8.489,73	0,00	2.829,87
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.01	0000	5.886,08	490,50	4.414,58	0,00	1.471,50
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.02	0000	5.433,52	452,79	4.075,15	0,00	1.358,37
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.00		11.435,35	952,94	7.613,48	0,00	3.821,87
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.01	0000	5.946,27	495,52	3.904,06	0,00	2.042,21
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.02	0000	5.489,08	457,42	3.709,42	0,00	1.779,66
4.1.7.3.8.02.1.1.12.00.00		16.710,88	1.392,56	11.140,64	0,00	5.570,24
4.1.7.3.8.02.1.1.12.00.01	0000	8.689,50	724,12	5.793,02	0,00	2.896,48
4.1.7.3.8.02.1.1.12.00.02	0000	8.021,38	668,44	5.347,62	0,00	2.673,76
4.1.7.3.8.02.1.1.13.00.00		33.603,70	2.800,30	22.402,50	0,00	11.201,20
4.1.7.3.8.02.1.1.13.00.01	0000	17.473,61	1.456,13	11.649,09	0,00	5.824,52
4.1.7.3.8.02.1.1.13.00.02	0000	16.130,09	1.344,17	10.753,41	0,00	5.376,68
4.1.7.3.8.02.1.1.14.00.00		14.895,60	1.241,29	9.930,44	0,00	4.965,16
4.1.7.3.8.02.1.1.14.00.01	0000	7.745,57	645,46	5.163,73	0,00	2.581,84
4.1.7.3.8.02.1.1.14.00.02	0000	7.150,03	595,83	4.766,71	0,00	2.383,32
4.1.7.3.8.02.1.1.15.00.00		0,00	5.635,58	45.084,80	45.084,80	0,00
4.1.7.3.8.02.1.1.15.00.01	0000	0,00	2.930,45	23.443,65	23.443,65	0,00
4.1.7.3.8.02.1.1.15.00.02	0000	0,00	2.705,13	21.641,15	21.641,15	0,00
4.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00		13.000,00	1.320,10	11.007,60	2.520,13	4.512,53
4.2.4.0.0.0.0.0.00.00.00		13.000,00	1.320,10	11.007,60	2.520,13	4.512,53
4.2.4.3.0.0.0.0.00.00.00		13.000,00	1.320,10	11.007,60	2.520,13	4.512,53
4.2.4.3.8.01.0.0.00.00.00		13.000,00	1.320,10	11.007,60	2.520,13	4.512,53
4.2.4.3.8.01.1.0.00.00.00		13.000,00	1.320,10	11.007,60	2.520,13	4.512,53
4.2.4.3.8.01.1.1.00.00.00		13.000,00	1.320,10	11.007,60	2.520,13	4.512,53
4.2.4.3.8.01.1.1.01.00.00	0000	13.000,00	1.320,10	11.007,60	2.520,13	4.512,53
4.2.4.3.8.01.1.1.02.00.00	0000	12.706,78	142,23	1.137,86	0,00	568,92
4.2.4.3.8.01.1.1.03.00.00	0000	2.109,87	175,82	1.406,59	0,00	703,28
4.2.4.3.8.01.1.1.04.00.00	0000	2.453,02	204,41	1.635,38	0,00	817,64
4.2.4.3.8.01.1.1.05.00.00	0000	542,33	45,19	361,57	0,00	180,76
4.2.4.3.8.01.1.1.06.00.00	0000	574,61	0,00	0,00	0,00	574,61
4.2.4.3.8.01.1.1.07.00.00	0000	619,92	51,66	361,62	0,00	258,30
4.2.4.3.8.01.1.1.08.00.00	0000	549,59	45,79	792,04	242,45	0,00
4.2.4.3.8.01.1.1.09.00.00	0000	571,84	47,65	428,89	0,00	142,95
4.2.4.3.8.01.1.1.10.00.00	0000	577,70	48,14	409,67	0,00	168,03
4.2.4.3.8.01.1.1.11.00.00	0000	844,21	70,35	562,81	0,00	281,40

Santa Catarina

Betha Sistemas

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Exercício de 2020

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada

Período: Agosto

Administração Indireta - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Página 3

Títulos	Recurso	Orçado	Arrecadada		Diferenças	
			No Período	Até o Período	Para (+)	Para (-)
4.2.4.3.8.01.1.1.13.00.00	Município de Herval D Oeste 4471	1.697,62	141,46	1.131,78	0,00	565,84
4.2.4.3.8.01.1.1.14.00.00	Município de Luzerna 4471	752,51	62,70	501,71	0,00	250,80
4.2.4.3.8.01.1.1.15.00.00	Município de Videira 4471	0,00	284,70	2.277,68	2.277,68	0,00
Totais Gerais :		1.045.434,90	70.484,25	484.023,26	46.872,75	608.284,39
Capinzal, 10/09/2020						
LEOMAR EGGERS	ELISABET M. Z. SARTORI	SIDNEI PENZO				
CONTADOR SC 030937/O-8	SUPERINTENDENTE	DIRETOR ADMINISTRATIVO				

**RGF ANEXO I - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL 02 QUADRIMESTRE 2020**

Publicação Nº 2639053

MUNICÍPIO DE CAPINZAL - SC - PODER EXECUTIVO  
 CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE  
 RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
 MAIO/2020 A AGOSTO/2020

RGF - ANEXO 1 (Portaria STN nº 72/2012, art. 11, I)

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c = a + b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (I)	66.593,50	0,00	66.593,50
Pessoal Ativo	66.593,50	0,00	66.593,50
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (CONTRATO DE RATEIO) (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA COM PESSOAL (CONTRATO DE RATEIO) (III) = (I - II)</b>	<b>66.593,50</b>	<b>0,00</b>	<b>66.593,50</b>
<b>DESPESA COM PESSOAL (RECURSOS PRÓPRIOS) (IV)</b>	<b>107.957,40</b>	<b>0,00</b>	<b>107.957,40</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III + IV)</b>	<b>174.550,90</b>	<b>0,00</b>	<b>174.550,90</b>

DESPESAS BRUTA COM PESSOAL POR ENTE CONSORCIADO	VALOR TRANSFERIDO POR CONTRATO DE RATEIO	VALOR EXECUTADO
Ouro	5.851,64	3.424,57
Alto Bela Vista	3.759,16	2.199,99
Vargem	0,00	2.330,89
Zortea	3.222,75	2.514,73
Abdon Batista	4.004,32	2.343,44
Frei Rogerio	3.809,40	2.229,40
Videira	29.601,40	13.858,78
Capinzal	11.830,60	6.923,58
Luzerna	5.215,96	3.052,54
Herval D Oeste	11.767,04	6.886,42
Brunópolis	4.954,70	2.319,74
Joaçaba	14.624,60	8.558,71
Campos Novos	17.003,16	9.950,71
<b>TOTAL</b>	<b>115.644,73</b>	<b>66.593,50</b>

Capinzal, 10/09/2020

LEOMAR EGGERS  
CONTADOR SC 030937/O-8

ELISABET M. Z. SARTORI  
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

# RGF ANEXO V - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR 02 QUADRIMESTRE 2020

Publicação Nº 2639058

ICÍPIO DE CAPINZAL - SC - PODER EXECUTIVO CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL - MEIO OF  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) DO EXERCÍCIO	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras	(f) = (a - (b + c + d + e))				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a - (b + c + d + e))	(g)			(h) = (f - g)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS - Contrato de Rateio (I)	(89.830,76)	0,00	(3.892,67)	13.164,00	21.927,64	(121.039,73)	36.838,88	0,00		(157.878,61)
Outros Recursos não Vinculados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Recursos Ordinários	(89.830,76)	0,00	(3.892,67)	13.164,00	21.927,64	(121.039,73)	36.838,88	0,00		(157.878,61)
TOTAL DOS RECURSOS PRÓPRIOS (II)	334.857,20	0,00	32.658,54	0,00	(16.348,49)	318.547,15	9.887,49	0,00		308.659,66
Recursos próprios dos consórcios	334.857,20	0,00	32.658,54	0,00	(16.348,49)	318.547,15	9.887,49	0,00		308.659,66
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS - Contrato de Rateio (III)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
TOTAL (IV) = (I + II + III)	245.026,44	0,00	28.775,87	13.164,00	5.579,15	197.507,42	46.726,37	0,00		150.781,05

Capinzal, 10/09/2020

LEOMAR EGGERS  
CONTADOR SC 030937/O-3ELISABET M. Z. SARTORI  
SUPERINTENDENTESIDNEI PENZO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

## RREO ANEXO I - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO 04 BIMESTRE 2020

Publicação Nº 2639034

Município de Capinzal - SC  
 CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>137.151,14</b>	<b>13,12</b>	<b>484.023,26</b>	<b>46,30</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.032.434,90</b>	<b>1.032.434,90</b>	<b>133.986,51</b>	<b>12,98</b>	<b>473.015,66</b>	<b>45,82</b>
RECEITA PATRIMONIAL	20.000,00	20.000,00	465,29	2,33	4.030,02	20,15
VALORES MOBILIÁRIOS	20.000,00	20.000,00	465,29	2,33	4.030,02	20,15
RECEITA DE SERVIÇOS	755.104,50	755.104,50	79.726,92	10,56	260.444,63	34,49
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	35.000,00	35.000,00	5.382,60	15,38	14.353,60	41,01
SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À SAÚDE	720.104,50	720.104,50	74.344,32	10,32	246.091,03	34,17
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	257.330,40	257.330,40	53.794,30	20,90	208.541,01	81,04
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	257.330,40	257.330,40	53.794,30	20,90	208.541,01	81,04
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>13.000,00</b>	<b>13.000,00</b>	<b>3.164,63</b>	<b>24,34</b>	<b>11.007,60</b>	<b>84,67</b>
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.000,00	13.000,00	3.164,63	24,34	11.007,60	84,67
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	13.000,00	13.000,00	3.164,63	24,34	11.007,60	84,67
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>137.151,14</b>	<b>13,12</b>	<b>484.023,26</b>	<b>46,30</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>137.151,14</b>	<b>13,12</b>	<b>484.023,26</b>	<b>46,30</b>
<b>DÉFICIT (VI)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>52.342,14</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL COM DÉFICIT (VI) = (V + VI)</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>137.151,14</b>	<b>13,12</b>	<b>536.365,40</b>	<b>51,31</b>
<b>SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	<b>0,00</b>	<b>82.000,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>82.000,00</b>	<b>—</b>
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	0,00	—	—	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	—	82.000,00	—	—	82.000,00	—

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Capinzal - SC  
**CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**  
**RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO**

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>1.127.434,90</b>	<b>106.391,30</b>	<b>583.091,77</b>	<b>544.343,13</b>	<b>118.712,38</b>	<b>536.365,40</b>	<b>591.069,50</b>	<b>493.406,65</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>979.784,25</b>	<b>1.026.784,25</b>	<b>105.207,08</b>	<b>521.209,72</b>	<b>505.574,53</b>	<b>117.008,16</b>	<b>474.483,35</b>	<b>552.300,90</b>	<b>431.524,60</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	559.699,10	596.699,10	88.851,99	350.551,54	246.147,56	88.851,99	350.551,54	246.147,56	314.936,36
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	420.085,15	430.085,15	16.355,09	170.658,18	259.426,97	28.156,17	123.931,81	306.153,34	116.588,24
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>50.800,00</b>	<b>85.800,00</b>	<b>1.184,22</b>	<b>61.882,05</b>	<b>23.917,95</b>	<b>1.704,22</b>	<b>61.882,05</b>	<b>23.917,95</b>	<b>61.882,05</b>
INVESTIMENTOS	50.800,00	85.800,00	1.184,22	61.882,05	23.917,95	1.704,22	61.882,05	23.917,95	61.882,05
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>14.850,65</b>	<b>14.850,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.850,65</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14.850,65</b>	<b>0,00</b>
RESERVA DE CONTINGENCIA	14.850,65	14.850,65	0,00	0,00	14.850,65	0,00	0,00	14.850,65	0,00
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>1.127.434,90</b>	<b>106.391,30</b>	<b>583.091,77</b>	<b>544.343,13</b>	<b>118.712,38</b>	<b>536.365,40</b>	<b>591.069,50</b>	<b>493.406,65</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>1.127.434,90</b>	<b>106.391,30</b>	<b>583.091,77</b>	<b>544.343,13</b>	<b>118.712,38</b>	<b>536.365,40</b>	<b>591.069,50</b>	<b>493.406,65</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>1.045.434,90</b>	<b>1.127.434,90</b>	<b>106.391,30</b>	<b>583.091,77</b>	<b>—</b>	<b>118.712,38</b>	<b>536.365,40</b>	<b>—</b>	<b>493.406,65</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>—</b>

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 4.030,02

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de Capinzal - SC  
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

Capinzal, 10/09/2020

LEOMAR EGGERS  
CONTADOR SC 030937/O-8ELISABET M. Z. SARTORI  
SUPERINTENDENTESIDNEI PENZO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

# RREO ANEXO II - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO SUBFUNÇÃO 04 BIMESTRE 2020

Publicação Nº 2639038

Município de Capinzal - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO 2020/BIMESTRE JULHO - AGOSTO  
Entidade: CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.045.434,90	1.127.434,90		583.091,77	544.343,13			591.069,50
Administração	1.045.434,90	1.127.434,90	106.391,30	583.091,77	544.343,13	118.712,38	536.365,40	591.069,50
Administração Geral	1.045.434,90	1.127.434,90	106.391,30	583.091,77	544.343,13	118.712,38	536.365,40	591.069,50
TOTAL (III) = (I + II)	1.045.434,90	1.127.434,90	106.391,30	583.091,77	544.343,13	118.712,38	536.365,40	591.069,50

FONTE:

Capinzal, 10/09/2020

LEOMAR EGGERS  
CONTADOR SC 030937/O-8ELISABET M. Z. SARTORI  
SUPERINTENDENTESIDNEI PENZO  
DIRETOR ADMINISTRATIVO

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

**CISAMREC****EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO Nº. 024/CISAMREC/2020**

Publicação Nº 2639108

**EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO**

CONTRATO Nº. 024/CISAMREC/2020

Dispensa de Licitação nº. 011/CISAMREC/2020 e Processo Administrativo nº. 085/PA/CISAMREC/2020, Lei Federal n. 8.666/93

CONTRATADO: BELLA PIETRA COMÉRCIO DE MÁRMORE E GRANITO LTDA, representada por LOCATIVA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA

CNPJ/MF Nº. 00.200.174/0001-06

OBJETO: Locação de imóvel situado no endereço Avenida Santos Dumont, n. º 1.980, sala 04, bairro São Luiz, no Município de Criciúma/SC, para abrigar as instalações do CISAMREC.

VALOR GLOBAL: R\$ 6.660,37 (seis mil seiscentos e sessenta reais e trinta e sete centavos),

VIGÊNCIA: 10/09/2020 a 31/12/2020

**CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 017.CISAMREC.2020 - CONVÊNIO - PROCESSO Nº. SCC00003185.2020 - BALNEÁRIO RINCÃO**

Publicação Nº 2638290



Balneário Arroio do Silva – Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara  
Jacinto Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova Veneza  
Orleans – Siderópolis – Sombrio – Treviso – Turvo – Urussanga

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC***Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz***CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 017/CISAMREC/2020**

Contrato de Programa que entre si celebram o **Município de Balneário Rincão** e o **Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC**, para a execução do convênio estadual conforme processo nº. SCC 3185/2020, para aquisição de serviços de exames e procedimentos.

**MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 17.243.084/0001-97, com sede administrativa na Avenida Leoberto Leal, 1071, Bairro Centro, Balneário Rincão (SC), neste ato representado por seu Prefeito Sr. **JAIRO CELOY CUSTÓDIO**, através do Fundo Municipal de Saúde, aqui representado pela seu/sua gestor(a), Secretário(a) Municipal de Saúde, neste ato denominado de **MUNICÍPIO**, resolvem firmar o presente e,

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 13.791.885/0001-36, com sede na Avenida Santos Dumont nº. 1980 – Salas 03 e 04, Bairro São Luiz, Criciúma (SC), representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Siderópolis, o Sr. **HÉLIO ROBERTO CESA** com anuência do Diretor Executivo o Sr. **ROQUE SALVAN**, neste ato denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente.

**CONTRATO DE PROGRAMA**, considerando o disposto no Estatuto Social, atendendo a Lei Federal nº. 11.107 de 6 de abril de 2005, Decreto Federal nº. 6017 de 17 de janeiro de 2007 e afim ratificado pela Lei Municipal nº. 21 de 27 de maio de 2013, nos termos a seguir dispostos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**Do Objeto**

- 1.1 O presente contrato de programa tem como objeto a execução do convênio estadual conforme processo nº. SCC 3185/2020, consistindo na transferência de atribuições e prestação de serviços de saúde, geridos de forma associada pelo município consorciado, para a manutenção dos serviços de saúde do município de Balneário Rincão.
- 1.2 O **MUNICÍPIO** transfere ao **CONSÓRCIO** a execução dos serviços de saúde de média e alta complexidade, de natureza ambulatorial ou hospitalar, contidos na Tabela nº. 002/CISAMREC/2018 atualizada, para a utilização dos recursos destinados a execução do convênio estadual conforme processo nº. SCC 3185/2020.
- 1.3 O **MUNICÍPIO** poderá transferir ao **CONSÓRCIO** quaisquer serviços ligados a saúde, os quais se farão necessários para a realização dos serviços de saúde em cada ente federativo, mantendo a titularidade do serviço, respondendo subsidiariamente por sua prestação.
- 1.4 Para o cumprimento dos objetivos propostos neste contrato, o **CONSÓRCIO** poderá

Página 1 de 6

Av. Santos Dumont, 1980 - Salas 03 e 04 - Bairro: São Luiz - CEP: 38.803-200 - Criciúma(SC) - Fone: (48) 3045-3192 - CNPJ: 13.791.885/0001-36 - CNES: 7363443  
Site: <https://cisamrec.sc.gov.br> E-mail: [cisamrec@cisamrec.sc.gov.br](mailto:cisamrec@cisamrec.sc.gov.br)



Balneário Arroio do Silva – Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara  
Jacinto Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova Veneza  
Orleans – Siderópolis – Sombrio – Treviso – Turvo – Urussanga

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

*Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz*



prestar os respectivos serviços através de seus próprios meios, ou ainda, licitar a contratação de prestadores de serviços, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade, nos termos da lei 8.666/1993.

- 1.5 O **CONSÓRCIO** poderá receber servidores cedidos pelos Municípios consorciados para o desempenho de tarefas administrativas, inclusive para compor eventual comissão de licitação.
- 1.6 Os preços dos serviços a serem prestados pelo **CONSÓRCIO**, de forma eventual e de acordo com a necessidade do município consorciado, serão definidos por deliberação da Assembleia Geral, tendo como parâmetro indicativo os preços utilizados pelo SUS.
- 1.7 O **MUNICÍPIO** realizará estudos periódicos de controle e avaliação, com objetivo de aferir a regularidade dos serviços postos à disposição da população, bem como identificar as necessidades futuras.
- 1.8 No tocante à previsão de necessidades referida no item anterior, o **MUNICÍPIO**, após competentes estudos, definirá os serviços e quantidades que pretende fazer uso, e informará ao **CONSÓRCIO** periodicamente.

### CLÁUSULA SEGUNDA

#### Das Obrigações

##### 2.1 É de responsabilidade do **CONSÓRCIO**:

- a) Administrar recursos financeiros provenientes do pagamento dos serviços produzidos, pagos ao Consórcio, enquanto entidade mantenedora dos serviços sob gestão associada;
- b) Prestar contas aos órgãos competentes dos atos decorrentes da execução deste contrato;
- c) Produzir, coletar, analisar e encaminhar informações a Secretaria Municipal de Saúde do Município, ou Secretaria equivalente, sobre os serviços prestados, por meio de relatórios mensais e nas formas determinadas em seu estatuto social.
- d) Fornecer informações, sempre que requerido pelos **MUNICÍPIOS**;
- e) Permitir acesso aos documentos e registros administrativos ao representante credenciado do **MUNICÍPIO**, sempre que necessário;

##### 2.2 É de responsabilidade do **MUNICÍPIO**:

- a) Realizar estudos necessários à identificação das necessidades, bem como informar o **CONSÓRCIO**, nos prazos estabelecidos;
- b) Prestar todas as informações que se fizerem necessárias à execução deste acordo;
- c) Observar fielmente os atos expedidos pelo **CONSÓRCIO**, em especial no que se refere às rotinas referentes à prestação dos serviços;
- d) Realizar fiscalização das atividades do consórcio, devendo o **CONSÓRCIO** permitir o livre acesso de seus representantes aos bens, equipamentos, instalações e serviços;

Página 2 de 6

Av. Santos Dumont, 1980 - Salas 03 e 04 - Bairro: São Luiz - CEP: 38.803-200 - Criciúma(SC) - Fone: (48) 3045-3192 - CNPJ: 13.791.885/0001-36 - CNES: 7363443  
Site: <https://cisamrec.sc.gov.br> E-mail: [cisamrec@cisamrec.sc.gov.br](mailto:cisamrec@cisamrec.sc.gov.br)



Balneário Arroio do Silva – Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara  
Jacinto Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova Veneza  
Orleans – Siderópolis – Sombrio – Treviso – Turvo – Urussanga

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC**

*Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz*



### **CLÁUSULA TERCEIRA** **Dos Serviços Prestados**

- 3.1 As despesas decorrentes do presente contrato constam no orçamento aprovado para o período financeiro vigente, sendo que os valores correspondentes à cota de participação somente serão repassados mediante contrato de rateio.
- 3.2 O **MUNICÍPIO** declara haver manifestação favorável a celebração deste contrato por parte da Secretaria Municipal de Saúde ou órgão equivalente.
- 3.3 O **MUNICÍPIO** poderá a qualquer momento sugerir ao Conselho Fiscal alteração da sistemática de prestação de serviços, cuja proposta, após parecer deste, será objeto de discussão e deliberação na primeira Assembleia Geral realizada.
- 3.4 O Presidente do **CONSÓRCIO**, após ouvido o Conselho Fiscal, poderá editar Resolução com objetivo de disciplinar as rotinas e procedimentos na requisição de consultas e procedimentos, cuja observância será obrigatória pelo **MUNICÍPIO** e pelo prestador.
- 3.5 As despesas decorrentes da execução são aquelas constantes em contrato de rateio específico.
- 3.6 Em caso de haver prestação de serviços por Município Consorciado se observará o seguinte:
- a) Realização de estudos de viabilidade técnica e financeira, de forma prévia;
  - b) A previsão dos serviços definidos a aprovados em Assembleia Geral, deverá constar de aditivo ao presente contrato;
  - c) Fixação da remuneração pelos serviços e das despesas operacionais devidas ao **CONSÓRCIO**, com aprovação de Assembleia Geral;
  - d) Amplo controle e fiscalização por parte dos demais Municípios, podendo requerer informações e documentos, bem como ter acesso a arquivos, bens, equipamentos, desde que apresente servidor devidamente identificado;
  - e) Definição em contrato de programa específico, as formas de planejamento conjunto, bem como as sanções em caso de descumprimento das obrigações assumidas;

### **CLÁUSULA QUARTA** **Da Execução dos Serviços**

- 4.1 Os serviços prestados pelo **CONSÓRCIO** para atender o referido Convênio, serão aqueles constantes na tabela 002/CISAMREC/2018 e executados pelos prestadores credenciados no **CONSÓRCIO** através do chamamento público nº. 002/CISAMREC/2018.
- 4.2 A execução dos serviços, serão executados pelos prestadores credenciados no **CONSÓRCIO**, autorizado mediante a apresentação da guia de requisição de consultas e procedimentos especializados emitida/gerada no sistema informatizado

Página 3 de 6

Av. Santos Dumont, 1980 - Salas 03 e 04 - Bairro: São Luiz - CEP: 38.803-200 - Criciúma(SC) - Fone: (48) 3045-3192 - CNPJ: 13.791.885/0001-36 - CNES: 7363443  
Site: <https://cisamrec.sc.gov.br> E-mail: [cisamrec@cisamrec.sc.gov.br](mailto:cisamrec@cisamrec.sc.gov.br)



Balneário Arroio do Silva – Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara  
Jacinto Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova Veneza  
Orleans – Siderópolis – Sombrio – Treviso – Turvo – Urussanga

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz



Celk Saúde, para cada paciente, devidamente carimbada e assinada pelo município, paciente e prestador.

- 4.3 Os serviços serão realizados somente os constantes em cada guia de requisição de consultas e procedimentos especializados emitida/gerada no sistema informatizado Celk Saúde, para cada paciente, sendo vedado aos credenciados qualquer tipo de cobrança e de induzir o usuário a realizar procedimentos não oferecidos pelos SUS ou pelo Consórcio.

### CLÁUSULA QUINTA Do Prazo

- 5.1 A execução deste contrato de gestão associada terá início no dia de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e se encerrará no momento em que o **MUNICÍPIO** se utilizar dos recursos disponibilizados a ele, ou ainda, por força maior.
- 5.2 O presente contrato vigorará até o **MUNICÍPIO** se utilizar dos recursos disponibilizados a ele, ou ainda, por força maior.

### CLÁUSULA SEXTA Das Transferências

- 6.1 Os valores destinados as compras de serviços serão transferidos pelo **MUNICÍPIO** para a conta bancária do **CONSÓRCIO** (**Banco do Brasil: 001 – Agência: 3226-3 – Conta Corrente: 20.855-8**), após a execução parcial ou total dos serviços, mediante apresentação dos documentos fiscais dos prestadores e documento de cobrança emitido pelo **CONSÓRCIO** previsto no §2º do art. 2º da Lei Federal 11.107/2005.

### CLÁUSULA SÉTIMA Da Prestação de Contas

- 7.1 A prestação de contas do **CONSÓRCIO** junto ao **MUNICÍPIO** para futura prestação de contas do **MUNICÍPIO** junto a Secretaria de Estado da Saúde, se dará mediante a apresentação da seguinte documentação:
- Lei Municipal de ratificação do protocolo de intenções;
  - Estatuto social do consórcio;
  - Ata de posse do representante legal do consórcio;
  - Chamamento público realizado pelo consórcio;
  - Tabela de valores aprovada em assembleia pelos prefeitos;
  - Nota fiscal do prestador em nome do consórcio, porém, na descrição da nota será evidenciado os dados do convênio e para qual município o serviço foi prestado;
  - Cópia das guias de requisição de consultas e procedimentos especializados de atendimento dos pacientes;
  - Relatório de guias pagas referente a determinada nota fiscal;



Balneário Arroio do Silva – Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara  
Jacinto Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova Veneza  
Orleans – Siderópolis – Sombrio – Treviso – Turvo – Urussanga

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

*Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz*



- Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- Balancete de prestação de contas emitido por meio do sistema SIGEF e assinado pelo representante legal do conveniente;
- Outros documentos que o setor técnico entender necessários para comprovação da correta e regular aplicação dos recursos, bem como aqueles previstos no termo de convênio.

**Parágrafo Único:** Dentre as documentações relacionadas no item imediatamente anterior, o **CONSÓRCIO** ficará responsável pelo envio ao **MUNICÍPIO** das documentações que lhe couber, ficando o **MUNICÍPIO** responsável pela juntada de documentos que lhe incumbir para prestação de contas junto a Secretaria de Estado da Saúde.

### CLÁUSULA OITAVA Das Penalidades

8.1 O presente contrato de programa será rescindido nas seguintes situações:

- a) Retirada ou exclusão do **MUNICÍPIO**;
- b) Manifestação formal do **MUNICÍPIO** de não mais integrar as ações a que se refere o contrato de programa;
- c) Superveniência de norma legal ao fato administrativo que o tome, formal ou materialmente inexecutável.

8.2 Em caso de descumprimento do disposto neste contrato, bem como nas resoluções referentes a operacionalização das ações, serão cabíveis as seguintes sanções, nos termos do Estatuto Social:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de uso dos serviços;
- c) Exclusão do Consórcio.

### CLÁUSULA NONA Das Disposições Gerais

9.1 O exercício das atribuições de planejamento, regulação e fiscalização das atividades do **CONSÓRCIO**, inclusive no que se refere aos serviços prestados, é comum a todos os Municípios integrantes, podendo estes delegar as comissões ou ao Conselho Fiscal ou, ainda, acatar propostas elaboradas por este.

9.2 Este contrato de programa poderá ser alterado por decisão das partes e autorização do **CONCEDENTE**, por meio de assinatura de termo aditivo entre o **MUNICÍPIO** e o **CONSÓRCIO**, sendo vedado em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

9.3 Este contrato será automaticamente extinto no caso de o **CONSÓRCIO** não mais integrar a administração indireta do ente da Federação que autorizou a gestão associada de serviços públicos por meio de consórcio público, quando o município entender que o mesmo deverá ser findado pela execução do Convênio, ou por força

Página 5 de 6



Balneário Arroio do Silva – Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara  
Jacinto Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova Veneza  
Orleans – Siderópolis – Sombrio – Treviso – Turvo – Urussanga

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC**

*Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz*



maior. No caso de o **MUNICÍPIO** entender por findar este instrumento antes da execução total do plano de trabalho (ANEXO I do referido Termo de Convênio) ou por força maior, o mesmo deve encaminhar solicitação expondo o motivo para sua extinção através de documento oficial assinado pelo representante legal do **MUNICÍPIO**.

9.4 A retirada por parte do **MUNICÍPIO**, sua exclusão ou a extinção do **CONSÓRCIO** não prejudicarão as obrigações assumidas e já realizadas, sobretudo aquelas constantes deste contrato, mantendo-se os efeitos deste contrato.

9.5 O contrato de programa continuará produzindo efeitos mesmo quando extinto o consórcio público, caso existir pendências do **MUNICÍPIO** para com o **CONSÓRCIO**.

9.6 Em caso de extinção deste contrato, nos termos da lei 11.107/2005, dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas pelo **MUNICÍPIO**.

9.7 As partes definirão o momento da transferência dos encargos aqui assumidos, que será declarado por ato do Presidente do **CONSÓRCIO**.

9.8 As atividades de planejamento serão atribuição exclusiva do **CONSÓRCIO**, através do seu Conselho Fiscal e Assembleia Geral, nos termos definidos em seu Estatuto Social.

9.9 As partes elegem o foro da Comarca de Criciúma (SC) para dirimir controvérsias oriundas deste instrumento.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma.

Criciúma (SC), 18 de agosto de 2020

**JAIRO CELOY CUSTÓDIO**  
Prefeito Municipal de Balneário Rincão

**HÉLIO ROBERTO CESA**  
Prefeito Municipal de Siderópolis  
Presidente do CISAMREC

**ROQUE SALVAN**  
Diretor Executivo do CISAMREC

**CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 018.CISAMREC.2020 - CONVÊNIO - PROCESSO Nº. SCC00005172.2020 - MORRO DA FUMAÇA**

Publicação Nº 2638285



Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara – Jacinto  
Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova  
Veneza – Orleans – Siderópolis – Treviso – Turvo – Urussanga

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC***Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz***CONTRATO DE PROGRAMA Nº. 018/CISAMREC/2020**

Contrato de Programa que entre si celebram o **Município de Morro da Fumaça** e o **Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMREC - CISAMREC**, para a execução do convênio estadual conforme processo nº. SCC 5172/2020, para aquisição de serviços de exames e procedimentos.

**MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 83.000.323/0001-02, com sede administrativa na Rua 20 de maio nº 100, Bairro Centro, Morro da Fumaça, (SC), neste ato representado por seu Prefeito Sr. **AGENOR CORAL**, através do Fundo Municipal de Saúde, aqui representado pelo seu gestor(a), Secretário(a) Municipal de Saúde, neste ato denominado de **MUNICÍPIO**, resolvem firmar o presente e,

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC - CISAMREC**, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº. 13.791.885/0001-36, com sede na Avenida Santos Dumont nº. 1980 – Salas 03 e 04, Bairro São Luiz, Criciúma (SC), representado por seu Presidente, o Prefeito Municipal de Siderópolis, o Sr. **HÉLIO ROBERTO CESA** com anuência do Diretor Executivo o Sr. **ROQUE SALVAN**, neste ato denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente.

**CONTRATO DE PROGRAMA**, considerando o disposto no Estatuto Social, atendendo a Lei Federal nº. 11.107 de 6 de abril de 2005, Decreto Federal nº. 6017 de 17 de janeiro de 2007 e afim ratificado pela Lei Municipal nº. 1.432 de 08 de dezembro de 2010, nos termos a seguir dispostos.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**  
**Do Objeto**

- 1.1 O presente contrato de programa tem como objeto a execução do convênio estadual conforme processo nº. SCC 5172/2020, consistindo na transferência de atribuições e prestação de serviços de saúde, geridos de forma associada pelo município consorciado, para a manutenção dos serviços de saúde do município de Morro da Fumaça.
- 1.2 O **MUNICÍPIO** transfere ao **CONSÓRCIO** a execução dos serviços de saúde de média e alta complexidade, de natureza ambulatorial ou hospitalar, contidos na Tabela nº. 002/CISAMREC/2018 atualizada, para a utilização dos recursos destinados a execução do convênio estadual conforme processo nº. SCC 5172/2020.
- 1.3 O **MUNICÍPIO** poderá transferir ao **CONSÓRCIO** quaisquer serviços ligados a saúde, os quais se farão necessários para a realização dos serviços de saúde em cada ente federativo, mantendo a titularidade do serviço, respondendo subsidiariamente por sua prestação.
- 1.4 Para o cumprimento dos objetivos propostos neste contrato, o **CONSÓRCIO** poderá

Página 1 de 6

Av. Santos Dumont, 1980 - Salas 03 e 04 - Bairro: São Luiz - CEP: 88.603-200 - Criciúma(SC) - Fone: (48) 3045-3192 - CNPJ: 13.791.885/0001-36 - CNES: 7363443  
Site: <https://cisamrec.sc.gov.br> E-mail: [cisamrec@cisamrec.sc.gov.br](mailto:cisamrec@cisamrec.sc.gov.br)



Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara – Jacinto  
Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova  
Veneza – Orleans – Siderópolis – Treviso – Turvo – Urussanga

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

*Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz*



prestar os respectivos serviços através de seus próprios meios, ou ainda, licitar a contratação de prestadores de serviços, ressalvados os casos de dispensa e inexigibilidade, nos termos da lei 8.666/1993.

- 1.5 O **CONSÓRCIO** poderá receber servidores cedidos pelos Municípios consorciados para o desempenho de tarefas administrativas, inclusive para compor eventual comissão de licitação.
- 1.6 Os preços dos serviços a serem prestados pelo **CONSÓRCIO**, de forma eventual e de acordo com a necessidade do município consorciado, serão definidos por deliberação da Assembleia Geral, tendo como parâmetro indicativo os preços utilizados pelo SUS.
- 1.7 O **MUNICÍPIO** realizará estudos periódicos de controle e avaliação, com objetivo de aferir a regularidade dos serviços postos à disposição da população, bem como identificar as necessidades futuras.
- 1.8 No tocante à previsão de necessidades referida no item anterior, o **MUNICÍPIO**, após competentes estudos, definirá os serviços e quantidades que pretende fazer uso, e informará ao **CONSÓRCIO** periodicamente.

### CLÁUSULA SEGUNDA Das Obrigações

#### 2.1 É de responsabilidade do **CONSÓRCIO**:

- a) Administrar recursos financeiros provenientes do pagamento dos serviços produzidos, pagos ao Consórcio, enquanto entidade mantenedora dos serviços sob gestão associada;
- b) Prestar contas aos órgãos competentes dos atos decorrentes da execução deste contrato;
- c) Produzir, coletar, analisar e encaminhar informações a Secretaria Municipal de Saúde do Município, ou Secretaria equivalente, sobre os serviços prestados, por meio de relatórios mensais e nas formas determinadas em seu estatuto social.
- d) Fornecer informações, sempre que requerido pelos **MUNICÍPIOS**;
- e) Permitir acesso aos documentos e registros administrativos ao representante credenciado do **MUNICÍPIO**, sempre que necessário;

#### 2.2 É de responsabilidade do **MUNICÍPIO**:

- a) Realizar estudos necessários à identificação das necessidades, bem como informar o **CONSÓRCIO**, nos prazos estabelecidos;
- b) Prestar todas as informações que se fizerem necessárias à execução deste acordo;
- c) Observar fielmente os atos expedidos pelo **CONSÓRCIO**, em especial no que se refere às rotinas referentes à prestação dos serviços;
- d) Realizar fiscalização das atividades do consórcio, devendo o **CONSÓRCIO** permitir o livre acesso de seus representantes aos bens, equipamentos, instalações e serviços;

Página 2 de 6

Av. Santos Dumont, 1980 - Salas 03 e 04 - Bairro: São Luiz - CEP: 88.603-200 - Criciúma(SC) - Fone: (48) 3045-3192 - CNPJ: 13.791.885/0001-36 - CNES: 7363443  
Site: <https://cisamrec.sc.gov.br> E-mail: [cisamrec@cisamrec.sc.gov.br](mailto:cisamrec@cisamrec.sc.gov.br)



Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara – Jacinto  
Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova  
Veneza – Orleans – Siderópolis – Treviso – Turvo – Urussanga

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC**

*Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz*



### **CLÁUSULA TERCEIRA** **Dos Serviços Prestados**

- 3.1 As despesas decorrentes do presente contrato constam no orçamento aprovado para o período financeiro vigente, sendo que os valores correspondentes à cota de participação somente serão repassados mediante contrato de rateio.
- 3.2 O **MUNICÍPIO** declara haver manifestação favorável a celebração deste contrato por parte da Secretaria Municipal de Saúde ou órgão equivalente.
- 3.3 O **MUNICÍPIO** poderá a qualquer momento sugerir ao Conselho Fiscal alteração da sistemática de prestação de serviços, cuja proposta, após parecer deste, será objeto de discussão e deliberação na primeira Assembleia Geral realizada.
- 3.4 O Presidente do **CONSÓRCIO**, após ouvido o Conselho Fiscal, poderá editar Resolução com objetivo de disciplinar as rotinas e procedimentos na requisição de consultas e procedimentos, cuja observância será obrigatória pelo **MUNICÍPIO** e pelo prestador.
- 3.5 As despesas decorrentes da execução são aquelas constantes em contrato de rateio específico.
- 3.6 Em caso de haver prestação de serviços por Município Consorciado se observará o seguinte:
  - a) Realização de estudos de viabilidade técnica e financeira, de forma prévia;
  - b) A previsão dos serviços definidos a aprovados em Assembleia Geral, deverá constar de aditivo ao presente contrato;
  - c) Fixação da remuneração pelos serviços e das despesas operacionais devidas ao **CONSÓRCIO**, com aprovação de Assembleia Geral;
  - d) Amplo controle e fiscalização por parte dos demais Municípios, podendo requerer informações e documentos, bem como ter acesso a arquivos, bens, equipamentos, desde que apresente servidor devidamente identificado;
  - e) Definição em contrato de programa específico, as formas de planejamento conjunto, bem como as sanções em caso de descumprimento das obrigações assumidas;

### **CLÁUSULA QUARTA** **Da Execução dos Serviços**

- 4.1 Os serviços prestados pelo **CONSÓRCIO** para atender o referido Convênio, serão aqueles constantes na tabela 002/CISAMREC/2018 e executados pelos prestadores credenciados no **CONSÓRCIO** através do chamamento público nº. 002/CISAMREC/2018.
- 4.2 A execução dos serviços, serão executados pelos prestadores credenciados no **CONSÓRCIO**, autorizado mediante a apresentação da guia de requisição de consultas e procedimentos especializados emitida/gerada no sistema informatizado

Página 3 de 6

Av. Santos Dumont, 1980 - Salas 03 e 04 - Bairro: São Luiz - CEP: 88.603-200 - Criciúma(SC) - Fone: (48) 3045-3192 - CNPJ: 13.791.885/0001-36 - CNES: 7363443  
Site: <https://cisamrec.sc.gov.br> E-mail: [cisamrec@cisamrec.sc.gov.br](mailto:cisamrec@cisamrec.sc.gov.br)



Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara – Jacinto  
Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova  
Veneza – Orleans – Siderópolis – Treviso – Turvo – Urussanga

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz



Celk Saúde, para cada paciente, devidamente carimbada e assinada pelo município, paciente e prestador.

- 4.3 Os serviços serão realizados somente os constantes em cada guia de requisição de consultas e procedimentos especializados emitida/gerada no sistema informatizado Celk Saúde, para cada paciente, sendo vedado aos credenciados qualquer tipo de cobrança e de induzir o usuário a realizar procedimentos não oferecidos pelos SUS ou pelo Consórcio.

### CLÁUSULA QUINTA Do Prazo

- 5.1 A execução deste contrato de gestão associada terá início no dia de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC e se encerrará no momento em que o **MUNICÍPIO** se utilizar dos recursos disponibilizados a ele, ou ainda, por força maior.
- 5.2 O presente contrato vigorará até o **MUNICÍPIO** se utilizar dos recursos disponibilizados a ele, ou ainda, por força maior.

### CLÁUSULA SEXTA Das Transferências

- 6.1 Os valores destinados as compras de serviços serão transferidos pelo **MUNICÍPIO** para a conta bancária do **CONSÓRCIO** (**Banco do Brasil: 001 – Agência: 3226-3 – Conta Corrente: 20.855-8**), após a execução parcial ou total dos serviços, mediante apresentação dos documentos fiscais dos prestadores e documento de cobrança emitido pelo **CONSÓRCIO** previsto no §2º do art. 2º da Lei Federal 11.107/2005.

### CLÁUSULA SÉTIMA Da Prestação de Contas

- 7.1 A prestação de contas do **CONSÓRCIO** junto ao **MUNICÍPIO** para futura prestação de contas do **MUNICÍPIO** junto a Secretaria de Estado da Saúde, se dará mediante a apresentação da seguinte documentação:
- Lei Municipal de ratificação do protocolo de intenções;
  - Estatuto social do consórcio;
  - Ata de posse do representante legal do consórcio;
  - Chamamento público realizado pelo consórcio;
  - Tabela de valores aprovada em assembleia pelos prefeitos;
  - Nota fiscal do prestador em nome do consórcio, porém, na descrição da nota será evidenciado os dados do convênio e para qual município o serviço foi prestado;
  - Cópia das guias de requisição de consultas e procedimentos especializados de atendimento dos pacientes;
  - Relatório de guias pagas referente a determinada nota fiscal;



Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara – Jacinto  
Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova  
Veneza – Orleans – Siderópolis – Treviso – Turvo – Urussanga

## CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC

Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz



- Extrato da conta corrente e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;
- Balancete de prestação de contas emitido por meio do sistema SIGEF e assinado pelo representante legal do conveniente;
- Outros documentos que o setor técnico entender necessários para comprovação da correta e regular aplicação dos recursos, bem como aqueles previstos no termo de convênio.

**Parágrafo Único:** Dentre as documentações relacionadas no item imediatamente anterior, o **CONSÓRCIO** ficará responsável pelo envio ao **MUNICÍPIO** das documentações que lhe couber, ficando o **MUNICÍPIO** responsável pela juntada de documentos que lhe incumbir para prestação de contas junto a Secretaria de Estado da Saúde.

### CLÁUSULA OITAVA Das Penalidades

8.1 O presente contrato de programa será rescindido nas seguintes situações:

- a) Retirada ou exclusão do **MUNICÍPIO**;
- b) Manifestação formal do **MUNICÍPIO** de não mais integrar as ações a que se refere o contrato de programa;
- c) Superveniência de norma legal ao fato administrativo que o tome, formal ou materialmente inexecutável.

8.2 Em caso de descumprimento do disposto neste contrato, bem como nas resoluções referentes a operacionalização das ações, serão cabíveis as seguintes sanções, nos termos do Estatuto Social:

- a) Advertência;
- b) Suspensão do direito de uso dos serviços;
- c) Exclusão do Consórcio.

### CLÁUSULA NONA Das Disposições Gerais

9.1 O exercício das atribuições de planejamento, regulação e fiscalização das atividades do **CONSÓRCIO**, inclusive no que se refere aos serviços prestados, é comum a todos os Municípios integrantes, podendo estes delegar as comissões ou ao Conselho Fiscal ou, ainda, acatar propostas elaboradas por este.

9.2 Este contrato de programa poderá ser alterado por decisão das partes e autorização do **CONCEDENTE**, por meio de assinatura de termo aditivo entre o **MUNICÍPIO** e o **CONSÓRCIO**, sendo vedado em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

9.3 Este contrato será automaticamente extinto no caso de o **CONSÓRCIO** não mais integrar a administração indireta do ente da Federação que autorizou a gestão associada de serviços públicos por meio de consórcio público, quando o município entender que o mesmo deverá ser findado pela execução do Convênio, ou por força

Página 5 de 6

Av. Santos Dumont, 1980 - Salas 03 e 04 - Bairro: São Luiz - CEP: 88.603-200 - Criciúma(SC) - Fone: (48) 3045-3192 - CNPJ: 13.791.885/0001-36 - CNES: 7363443  
Site: <https://cisamrec.sc.gov.br> E-mail: [cisamrec@cisamrec.sc.gov.br](mailto:cisamrec@cisamrec.sc.gov.br)



Balneário Rincão – Cocal do Sul – Criciúma – Forquilha – Içara – Jacinto  
Machado – Lauro Muller – Meleiro – Morro da Fumaça – Morro Grande – Nova  
Veneza – Orleans – Siderópolis – Treviso – Turvo – Urussanga

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMREC**

*Otimizamos os recursos para oferecer atendimento digno e eficaz*



maior. No caso de o **MUNICÍPIO** entender por findar este instrumento antes da execução total do plano de trabalho (ANEXO I do referido Termo de Convênio) ou por força maior, o mesmo deve encaminhar solicitação expondo o motivo para sua extinção através de documento oficial assinado pelo representante legal do **MUNICÍPIO**.

9.4 A retirada por parte do **MUNICÍPIO**, sua exclusão ou a extinção do **CONSÓRCIO** não prejudicarão as obrigações assumidas e já realizadas, sobretudo aquelas constantes deste contrato, mantendo-se os efeitos deste contrato.

9.5 O contrato de programa continuará produzindo efeitos mesmo quando extinto o consórcio público, caso existir pendências do **MUNICÍPIO** para com o **CONSÓRCIO**.

9.6 Em caso de extinção deste contrato, nos termos da lei 11.107/2005, dependerá do prévio pagamento das indenizações eventualmente devidas pelo **MUNICÍPIO**.

9.7 As partes definirão o momento da transferência dos encargos aqui assumidos, que será declarado por ato do Presidente do **CONSÓRCIO**.

9.8 As atividades de planejamento serão atribuição exclusiva do **CONSÓRCIO**, através do seu Conselho Fiscal e Assembleia Geral, nos termos definidos em seu Estatuto Social.

9.9 As partes elegem o foro da Comarca de Criciúma (SC) para dirimir controvérsias oriundas deste instrumento.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma.

Criciúma (SC), 18 de agosto de 2020

**AGENOR CORAL**

Prefeito Municipal de Morro da Fumaça

**HÉLIO ROBERTO CESA**

Prefeito Municipal de Siderópolis  
Presidente do CISAMREC

**ROQUE SALVAN**

Diretor Executivo do CISAMREC

**QUIRIRI****RESOLUÇÃO CIQ 086/2020**

Publicação Nº 2638412

**RESOLUÇÃO CIQ Nº 086/2020**

**Abre crédito adicional especial no orçamento do Consórcio Intermunicipal Quiriri, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R\$ 10.300,00**

**O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI - CIQ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto Social, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000,

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Fica aberto o Crédito Adicional Especial ao Orçamento-Programa 2020, no valor de R\$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais) mediante a utilização dos recursos indicados no art. 2º desta Resolução, conforme segue:

Orgão – 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri

Unidade – 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri

Proj./Ativ.- 2.004 – Licenciamento Ambiental

3.3.90.93.00.00.00- 0100 – Indenizações e Restituições- ..... R\$ 10.300,00

**Art. 2º**- Para dar cobertura ao crédito indicado no artigo anterior serão anuladas as seguintes dotações:

Orgão – 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri

Unidade – 01 Consórcio Intermunicipal Quiriri

Proj./Ativ.- 2.004 – Licenciamento Ambiental

3.1.90.11.00.00.00- 0100 – Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil...R\$ 10.300,00

**Art. 3º**- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à contar de 31 de agosto de 2020.

Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, 11 de setembro de 2020.

**João Carlos Gottardi**

Prefeito de Corupá

Presidente do Consórcio Intermunicipal Quiriri

**CVC****6ª ATA PREGÃO ELETRÔNICO 001-2020**

Publicação Nº 2638771

ATA DA SEXTA REUNIÃO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO REFERENTE AO PROCESSO LICITATORIO 001/2020 DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC

As 08:00 (oito) horas do dia 10 (dez) de setembro de 2020, reuniram-se na sala de reunião do Consórcio Intermunicipal Velho Coronel – CVC, sito a Av. Santa Catarina, 346 sala 2 – Centro, Coronel Freitas – SC, a pregoeira e a equipe de apoio nomeada através da resolução nº 002/2020 assim constituída: pregoeira Sra. Flavia Rolim De Moura, equipe de apoio: Marines Costa Martelli e Ivone Maria Martelli, junto com o assessor jurídico Marcos Fernando Zanella referente a redução de valores de alguns itens do processo administrativo 001/2020- Pregão Eletrônico 001/2020- Registro de Preços 001/2020. Após contato telefônico com a empresa SANTA LUCIA PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI – ME, referente a redução de valor de alguns itens que na data do pregão encontravam-se com o valor de mercado instável devido a pandemia do novo Coronavírus Covid 19, foram revistos alguns itens onde os valores foram reduzidos para o valor atual de mercado. Segue os itens com o valor reduzido:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.
101	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO ELÁSTICO. CAIXA COM 50 UNIDADES.	DESCARPACK	135,00
102	MÁSCARA, CONFECCIONADA EM NÃO TECIDO, 3 DOBRAS COM FILTRO, TRIPLA PROTEÇÃO, SENDO AS CAMADAS SOLDADAS ELETRONICAMENTE POR ULTRASSON. TIPO TIRAS. CAIXA COM 50 UNIDADES.	DESCARPACK	135,00
868	AGULHA DE INSULINA 12,7 X 0,3, CAIXA COM 100 UNIDADES	UNIQMED	70,00
911	MÁSCARA DE PROTEÇÃO CONTRA TUBERCULOSE, VÍRUS H1N1 POSSUI TIRA AJUSTÁVEIS A TODOS OS TAMANHOS DE CABEÇA FÁCIL MANUSEIO E COLOCAÇÃO CONFORTÁVEL APROVADA PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO (CA)	3M 3M	17,00
1029	MASCARA PROTEÇÃO Pffs S N 95	TUIUTI	8,00

Não havendo mais nada a relatar a pregoeira declarou encerrada a reunião. E por assim ter sido designado, eu, Marcos Fernando Zanella, Assessor Jurídico (OAB/SC 30881), digitei a presente e declaro como autênticos os fatos acima narrados.

**CISAM-SUL****EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO 1/2020**

Publicação Nº 2638596

**AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2020  
PROCESSO Nº 11/2020

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-Sul, com sede na Rua Agenor Loli, nº 189, Bairro Corridas, no Município de Orleans/SC, torna público para o conhecimento de interessados, que fará licitação na modalidade Pregão Eletrônico de Sistema de Registro de Preços, do tipo proposta de menor preço por item, no dia 23/09/2020, às 09:00h (horário de Brasília) através do endereço eletrônico [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br) para REGISTRO DE PREÇOS aquisição de Veículos Zero Km para os entes consorciados do Cisam-Sul, com entrega e faturamento para os Entes Consorciados, de acordo com o Edital e seus anexos.

O referido edital estará à disposição dos interessados no endereço acima mencionado, em horário de expediente, bem como no site do CISAM-SUL: [www.cisam-sul.sc.gov.br](http://www.cisam-sul.sc.gov.br).

Outros esclarecimentos, pelo telefone (48) 3466-4261.

Orleans (SC), 11 de setembro de 2020.

PAMELA MATTEI BRIGHENTE  
Presidente da Comissão de Licitação

**CONDER****CANCELAMENTO - ITEM 412 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2638874

PARECER JURÍDICO Nº 217/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de desistência de item apresentado pela empresa AG Kienen &amp; Cia Ltda.

**1 – RELATÓRIO**

A empresa AG Kienen & Cia Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 404 – travoprost 0,04 mg/ml + maleato de timolol 6,8 mg/ml solução oftálmica frasco com 2,5 ml – tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Posteriormente a empresa AG Kienen & Cia Ltda apresentou pedido de desistência em relação ao referido item sob o argumento de indisponibilidade do medicamento no mercado junto ao laboratório registrado razão pela qual não teria condições de fornecer o produto.

Passa-se a analisar o pleito.

**2 - DO MÉRITO**

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

Nestes termos, tendo a empresa AG Kienen & Cia Ltda firmado com este consórcio a Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 obrigou-se a proceder à entrega do item 404.

Mormente, ao que se infere pelo teor do pleito apresentado pela referida empresa o item encontra-se indisponível no mercado, situação está confirmada pelo próprio laboratório registrado.

Nada obstante, no afã de melhor elucidar a questão foram realizadas diligências junto às demais empresas que cotaram o item 404 – F&F Distribuidora de Medicamentos Ltda e S&R Distribuidora Ltda – tendo ambas atestado a indisponibilidade do item no mercado.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, bem como da escassez de vários medicamentos em vista das dificuldades de importação de insumos e de fabricação destes.

E, relativamente ao item 404 essa indisponibilidade é inconteste eis que nenhuma das empresas que cotaram o item tivessem informado a possibilidade de proceder o fornecimento deste aos municípios consorciados.

Sobre o tema, extrai-se da Lei Geral das Licitações – Lei 8666/93 – que:

Art. 43. A licitação será processada e julgada com observância dos seguintes procedimentos:

(...)

§ 6º Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela

Comissão.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(..)

XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato. (grifo nosso)

Como dito alhures, o Sistema de Registro de Preços tem seu disciplinamento normativo exposto no Decreto Federal nº 7.892/2013 que também trará sobre a possibilidade do cancelamento do registro de preços, senão vejamos:

Art. 21. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor. (grifo nosso)

Por sua vez, a doutrina civilista ao tratar sobre as figuras do "caso fortuito" e da "força maior" o conceituam como uma forma de extinção de obrigação, como fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir pois representam fato ou ato estranho à vontade das partes e, principalmente, a impossibilidade de serem evitados.

Diante do contexto apresentado, in casu, tenho que estamos diante de um caso fortuito e de força maior, devidamente comprovado e que impede o cumprimento das obrigações assumidas pela empresa AG Kienen & Cia Ltda na ata de registro de preços do certame eis que a indisponibilidade do item 404 no mercado deu-se em virtude de situação alheia à vontade do vencedor em vista da pandemia do novo coronavírus, da decretação de calamidade de saúde pública nacional e de suas inevitáveis consequências no cenário da saúde e dos medicamentos e, para a qual a referida empresa não contribuiu ou deu causa.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, tenho que o pedido apresentado pela empresa AG Kienen & Cia Ltda de desistência do fornecimento de item deve ser deferido em vista de sua indisponibilidade no mercado decorrente das consequências provocadas pela pandemia do COVID-19 cujos efeitos deverão se estender por bastante tempo e, em consequência, cancelar a obrigação da empresa AG Kienen & Cia Ltda ao fornecimento do item 404 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 10 de setembro de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO

OAB/SC 21.448

Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido de desistência do item 404 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 apresentado pela empresa AG Kienen & Cia Ltda e, em consequência CANCELO, por interesse público, o item 404 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 em vista de sua indisponibilidade no mercado decorrente das consequências provocadas pela pandemia do COVID-19 cujos efeitos deverão se estender por bastante tempo liberando a empresa requerente da obrigação de fornecimento deste.

Notifique-se a empresa AG Kienen & Cia Ltda.

Publique-se para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 10 de setembro de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI

Presidente do CONDER

## **NOVO FORNECEDOR, REEQUILÍBRIO - ITEM 35 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER**

Publicação Nº 2638866

PARECER JURÍDICO Nº 215/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de desistência/liberação de item apresentado pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

## 1 – RELATÓRIO

A empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 35 – azitromicina 500 mg comprimido blister fracionável – tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, posteriormente a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda apresentou pedido de desistência em relação ao referido item sob o argumento de indisponibilidade do medicamento no mercado junto ao laboratório registrado razão pela qual não teria condições de fornecer o produto.

Naquela oportunidade o pleito apresentado foi indeferido, todavia em vista da situação aventada fora deferida a suspensão temporária no fornecimento do item 35 pelo prazo de 30 dias, interstício no qual a empresa requerente deveria diligenciar junto a outros laboratórios, de padrão similar ou superior ao registrado, a possibilidade de aquisição e fornecimento do item, devendo informar a situação ao CONDER para que, em sendo possível, fosse retomada a entrega do item ou, na sua impossibilidade, fosse realizado o cancelamento do item.

Desta feita, a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda apresenta novo pedido de liberação/desistência do item sob a alegação de que em vista dos efeitos da pandemia o produto ainda encontra-se indisponível no mercado.

Passa-se a analisar o pleito.

## 2 - DO MÉRITO

In casu, se está diante de Sistema de Registro de Preços, definido como:

[...] sistema de compras segundo o qual a Administração convoca os interessados em lhe fornecer materiais, equipamentos e gêneros, os quais, selecionados mediante licitação, obrigam-se a entregar-lhe, quando solicitado, os bens pelo preço classificado, atualizado ou não, nas quantidades pedidas, durante o prazo de validade do registro.

O Sistema de Registro de Preços encontra-se disciplinado pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotadas as seguintes definições:

I - Sistema de Registro de Preços - conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras;

II - ata de registro de preços - documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas;

Art. 14. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

Dos referidos dispositivos legais se infere que a assinatura da ata de registro de preço VINCULA e OBRIGA o vencedor de cada item ao FORNECIMENTO DO BEM NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS.

Nestes termos, tendo a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda firmado com este consórcio a Ata de Registro de Preços do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 obrigou-se a proceder à entrega do item 35.

Mormente, ao que se infere pelo teor dos pedidos apresentados pela referida empresa o item encontra-se indisponíveis no mercado.

Nada obstante, no afã de melhor elucidar a questão foram realizadas diligências junto às demais empresas que cotaram o item 35 – Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda e Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda – tendo ambas atestado a indisponibilidade/escassez do item no mercado.

Contudo, a empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda – 2ª colocada para o item - informou que possui previsão de entrega do medicamento pelo laboratório registrado em 30 (trinta) dias e que o valor de comercialização do produto seria de R\$ 2,39 por comprimido.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, bem como da escassez de vários medicamentos em vista das dificuldades de importação de insumos e de fabricação destes e, por consequência da elevação dos preços de comercialização de vários medicamentos.

Ademais o medicamento previsto no item 35 do processo de licitação em comento vem sendo utilizado em protocolos de tratamento ao COVID-19, o que justifica sua escassez no mercado e, de outro lado, a necessidade dos municípios terem o produto à sua disposição.

Mormente, considerando o atual cenário de pandemia e emergência de saúde, a escassez de vários produtos da área de saúde decorrentes das dificuldades de importação de insumos e matérias primas, de forma excepcional, por critério de conveniência e necessidade de disponibilização do item, ainda que não de forma imediata mas em curto espaço de tempo, entendo ser possível transferir o medicamento para a empresa Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, empresa 2º colocada para o item - diante do declínio da empresa primeira

colocada para o item - que possui condições de fornecer-lo, do laboratório Prati, pelo valor de R\$ 2,39 o comprimido.

No que pertine ao valor do item tem-se que o mesmo foi registrado pela Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda por R\$ 0,6340 o comprimido e hodiernamente a empresa solicita o valor de R\$ 2,39 o comprimido do medicamento.

Nada obstante, a questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

"Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

"... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá."

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

"O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento."

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

"Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos."

(...)

"Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeiro."

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevisíveis e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, além da dificuldade de importação de vários itens relacionados à área da saúde, bem como dos aumentos provocados por esta situação e, de forma especial, do medicamento previsto no item 35 do processo licitatório que, vem sendo utilizado em protocolos de tratamento ao COVID-19.

A priori, entendo que possibilitar a única empresa que teria condições de fornecer o item, dentre as 03 (três) que o cotaram, ainda que em

preço superior ao registrado – o que é perfeitamente aceitável em vista do atual cenário de escassez e necessidade do item – e com prazo de entrega de 30 (trinta) dias não refletirá em prejuízos maiores do que a falta de disponibilização do item.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, tenho que o pedido apresentado pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda de desistência/liberação do fornecimento de item deve ser deferido cancelando-se a obrigação desta em fornecer o item 35 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 e, em consequência, seja o item transferido para a empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda que informou ter condições de fornecer-lo em curto espaço de tempo.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 10 de setembro de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido de desistência/liberação do item nº 35 – azitromicina 500 mg comprimido blister fracionável do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 apresentado pela empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda TRANSFERINDO-SE, em consequência, o item para a empresa Dimaster Comercio de Produtos Hospitalares Ltda, que fornecerá o item do laboratório Prati, pelo valor de R\$ 2,39 o comprimido.

Notifique-se a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda desta decisão e a empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda para que, a partir desta data, passe a fornecer o item nº 35 – azitromicina 500 mg comprimido blister fracionável do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 do laboratório Prati, pelo valor de R\$ 2,39 o comprimido.

CONTUDO considerando que a empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda informou que possuirá condições de fornecer o item no prazo previsto de 30 (trinta) dias SUSPENDO TEMPORARIAMENTE E PELO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS A CONTAR DESTA DECISÃO, A OBRIGAÇÃO DA EMPRESA EM PROCEDER A ENTREGA DO REFERIDO PRODUTO ressaltando que acaso a empresa Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda tenha condições de fornecer o item em menor espaço de tempo do que o suspenso deverá informar imediatamente a situação a este consórcio para que seja possível o início de disponibilização deste aos municípios consorciados.

Consigno ainda que as Autorizações de Fornecimento somente poderão ser emitidas por parte dos municípios consorciados APÓS SUPERADO O PRAZO DE SUSPENSÃO DE FORNECIMENTO DO ITEM.

Publique-se para ciência dos demais interessados.

Procedam-se as alterações necessárias.

São Miguel do Oeste, 10 de setembro de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

## REEQUILÍBRIO - ITEM 412 - ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003.2020 - CONDER

Publicação Nº 2638871

PARECER JURÍDICO Nº 216/2020

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2020  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2020  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2020

ASSUNTO: pedido de reequilíbrio econômico-financeiro apresentado pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda.

### 1 – RELATÓRIO

A empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda participou do processo licitatório em epígrafe, vindo a ser vencedora de diversos itens, dentre estes o de nº 412 – acetilcisteína xarope adulto 40 mg/ml suspensão oral frasco 120 ml - tendo firmado com o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER a respectiva Ata de Registro de Preços.

Contudo, a empresa apresentou pedido de reequilíbrio em relação ao referido item sob o argumento de que em decorrência dos efeitos da pandemia do COVID, da elevação do dólar e do fato de grande parte dos insumos da área da saúde serem importados de outros países, dentre os quais, alguns bastante afetados pela epidemia, o produto sofreu considerável aumento em seu preço de comercialização, juntando

documentos.

Passa-se a analisar o pleito.

## 2 - DO MÉRITO

A questão afeta ao equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo está previsto na Constituição da república, conforme depara-se no inciso XXI, do art. 37:

“Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

Abstrai-se do referido dispositivo que o equilíbrio da equação econômico-financeiro é considerado elemento essencial do contrato administrativo, por ser mecanismo apto a manter as condições efetivas da proposta, constitucionalmente garantido ao particular contratado quando ocorrer risco de prejuízo por eventos futuros, incertos e excepcionais. Portanto trata-se de uma característica essencial do contrato administrativo reconhecida pela própria Constituição no art. 37, inciso XXI não podendo ser elidida quando o caso atender ao exigido pela lei.

A possibilidade de revisão do contrato também está prevista na Lei de Licitações e Contratos, veja-se:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...)

II - por acordo das partes:

(...)

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

(...)

§ 6º Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

No que pertine ao tema, interessante colacionar conceitos proferidos por ilustres doutrinadores. Celso Antônio Bandeira de Mello assim assevera:

“... o equilíbrio financeiro é a relação de igualdade formada, de um lado, pelas obrigações assumidas pelo contratante no momento do ajuste e, de outro lado, pela compensação econômica que lhe corresponderá.”

No mesmo diapasão Hely Lopes Meirelles menciona:

“O equilíbrio financeiro ou equilíbrio econômico, ou equação econômica, ou ainda equação financeira do contrato administrativo é a relação estabelecida inicialmente pelas partes entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do objeto do ajuste. Essa relação encargo-remuneração deve ser mantida durante toda a execução do contrato, a fim de que o contratado não venha a sofrer indevida redução nos lucros normais do empreendimento.”

Acerca da mesma matéria, Marçal Justen Filho expõe:

“Uma vez verificado o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro, o particular deve provocar a Administração para adoção das providências adequadas. Inexiste discricionariedade (...) Deverá examinar-se a situação originária (à época da apresentação das propostas e a posterior. Verificar-se-á se a relação original entre encargos e remuneração foi afetada. Em caso positivo, deverá alterar-se a remuneração do contratado proporcionalmente à modificação dos encargos.”

(...)

“Existe direito do contratado de exigir o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, se e quando vier a ser rompido. Se os encargos forem ampliados quantitativamente, a situação inicial estará modificada(...) Significa que a Administração tem o dever de ampliar a remuneração devida ao particular proporcionalmente à majoração dos encargos verificada. Deve-se restaurar a situação originária, de molde que o particular não arque com encargos mais onerosos e perceba a remuneração originariamente prevista. Ampliados os encargos, deve-se ampliar proporcionalmente a remuneração. A regra foi expressamente consagrada no art. 58, § 2º, a propósito de modificação unilateral do contrato, mas se aplica a qualquer evento que afete a equação econômico-financeiro.”

Destaca-se que a regra ora discutida é que a relação encargo-remuneração que deve ser mantida durante toda a execução do contrato, assegurando-se ao contratado o direito da relação inicialmente estabelecida.

O equilíbrio econômico financeiro é a relação que se estabelece entre o conjunto de encargos impostos ao particular (entrega, recebimento provisório, recebimento definitivo, tecnologia, pessoal, frete, encargos fiscais, etc.) e a remuneração pelo objeto contratado, devendo ser mantido durante toda execução contratual, o percentual de lucro ou perda definido pelo licitante, quando da apresentação de sua proposta na licitação.

Importante esclarecer que, para que exista o direito ao restabelecimento de referido equilíbrio, faz-se necessário que ocorra algum fato, posterior à proposta, que venha a agravar qualquer uma das partes contratantes, nos exatos termos do art. 65 da Lei de Licitações e contratos. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual é um direito das partes, uma vez que, sempre quando os encargos do contratado forem ampliados ou diminuídos a situação original na proposta estará modificada, cabendo o restabelecimento do contrato por meio de aditamento.

Portanto, asseverada está tanto pelo art. 37 da Constituição Federal, quanto pela Lei das Licitações 8.666/93, que havendo o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro fixado quando da assinatura do contrato, pela ocorrência de fatos supervenientes, imprevistos e imprevisíveis, impõe-se seu restabelecimento.

In casu é público e notória a existência de pandemia do novo coronavírus, da crise de saúde enfrentada em nível nacional e mundial, bem como dos aumentos provocados em vista do atual cenário e da escassez de alguns medicamentos.

Mormente, no afã de melhor elucidar a questão, procedeu-se a diligências junto às demais empresas que participaram do processo de licitação em relação ao item 412 – Inovamed Comércio de Medicamentos Ltda e Soma/SC Produtos Hospitalares Ltda - tendo sido constatada

tanto a escassez do item no mercado quanto a majoração do preço de comercialização do produto após o registro de preços do certame em comento, sendo que nenhuma das empresas contatadas teria condições de assumir o fornecimento do produto pelos valores registrados ou mesmo por valor inferior ao reequilíbrio econômico requerido pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda.

Ademais, pela análise dos documentos fiscais colacionados ao pleito apresentado pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda constata-se a elevação de comercialização do produto durante os primeiros meses deste ano.

Diante da situação posta em tela, entendo necessário e prudente a concessão do reequilíbrio econômico financeiro pleiteado, eis que a elevação do preço de comercialização do item deu-se em virtude de situação de força maior e imprevisível, alheia à vontade do vencedor em vista da pandemia do novo coronavírus e da decretação de calamidade de saúde pública nacional.

### 3 – DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, COMPROVADA E JUSTIFICADA a existência de caso fortuito ou força maior que determinou aumento abrupto do produto no mercado OPINO seja deferido o pedido apresentado pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda de reequilíbrio econômico financeiro do item nº 412 do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do frasco como sendo R\$ 8,157.

Neste sentido é o parecer.

São Miguel do Oeste, 10 de setembro de 2020.

ÉDINA GRASIELA TREMEA SPIRONELLO  
OAB/SC 21.448  
Assessora Jurídica CONDER

De acordo,

Acolho integralmente o parecer da assessora jurídica do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Regional – CONDER e DECIDO pelo DEFERIMENTO do pedido apresentado pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda para que seja realizado o reequilíbrio econômico financeiro do item 412 – acetilcisteína xarope adulto 40 mg/ml suspensão oral frasco 120 ml - do Processo Licitatório nº 007/2020, Pregão Presencial nº 005/2020 passando a constar, de ora em diante, o valor do frasco como sendo de R\$ 8,157 devendo serem adotadas as providências necessárias para esta alteração.

Destaco que o reequilíbrio econômico financeiro deferido passa a vigor a partir da presente decisão e para solicitações de fornecimento do item que forem realizadas pelos municípios desta data em diante, sendo que eventuais pedidos e Autorizações de Fornecimentos já emitidas deverão ser entregues pela empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda pelo valor registrado.

Notifique-se a empresa Werbran Distribuidora de Medicamentos Ltda desta decisão.

Proceda-se as alterações necessárias.

Publique-se esta decisão para ciência os demais interessados.

São Miguel do Oeste, 10 de setembro de 2020.

GENÉSIO BRESSIANI  
Presidente do CONDER

**CIRSURES****ATA DA 3ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA CIRSURES DE 2020**

Publicação Nº 2638605

Ata da 3ª Assembleia Geral Ordinária CIRSURES de 2020

Aos 20 dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às 14h, reuniram-se os Representantes dos Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul (CIRSURES), juntamente com a equipe técnica deste. Fizeram-se presentes os senhores Hélio Roberto Cesa, presidente do CIRSURES e prefeito do município de Siderópolis, Jorge Luiz Koch, vice-presidente do CIRSURES e prefeito do Município de Orleans, Cledio Fachin, Secretário Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento do Município de Cocal do Sul/SC, representando o Município de Cocal do Sul/SC (documento anexo), Valdir Fontanella, prefeito do município de Lauro M-Iler, Agenor Coral, prefeito do município de Morro da Fumaça, Jaimir Comin, prefeito do município de Treviso, Luis Gustavo Cancellier, prefeito do município de Urussanga, Thiago Maragno Biava, diretor do CIRSURES, Lindomar Caciatorre Júnior, gerente de projetos e Roger Felipe Concer de Souza, assessor jurídico. Havendo quórum regimental qualificado, o Presidente iniciou a sessão saudando os presentes. Em seguida, inverteu-se a ordem de pauta, passando-se, inicialmente, aos assuntos gerais, especificamente para a exibição da empresa "Pro Energia de Biomassa LTDA". Na oportunidade, o Diretor do CIRSURES apresentou os representantes da referida empresa, e informou que esta solicitara formalmente (no mês de julho de 2020) a oportunidade de participar da assembleia geral para apresentar o trabalho por ela desenvolvido. Após o aceite dos Representantes municipais, foi passada então a palavra para o emissário Patrick Miola. Iniciada a sua sustentação, explicou que a empresa é detentora da tecnologia de queima dos resíduos sólidos urbanos (RSU) e, em decorrência disto, possui a capacidade de produzir energia elétrica, mediante processo de gaseificação. Informou que tal atividade denomina-se "sistema de tratamento térmico de resíduos sólidos urbanos com aproveitamento energético". Sustentou que o desenvolvimento desta atividade visa preencher a carência de tecnologia brasileira economicamente viável capaz de reduzir significativamente os resíduos sólidos destinados a tratamento e destinação final em aterro sanitário, além de obter a receita com a produção de energia elétrica. Para a empresa, tal tecnologia tem como preceito atender integralmente a política nacional de resíduos sólidos no sentido de tratar o RSU antes de efetivamente realizar a destinação para aterro sanitário. O segundo outro representante da empresa, André Adriano Dick, informou que esta possui equipamento próprio e total gestão da tecnologia aplicada (vide material de trabalho anexo), inclusive para sua manutenção, a qual é realizada pela própria equipe técnica da empresa. Enalteceu que a empresa já possui 6 (seis) termos de referência aprovados no Instituto do Meio Ambiente (IMA) do estado de Santa Catarina para o processo de gaseificação; e que recebeu o prêmio Fritz Muller (conferido pelo Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina), na categoria projetos de pesquisa. Informou também que a partir do processo de queima do RSU, geram-se "cinzas", as quais são reduzidas a um volume aproximado de 10% da quantidade de resíduos inicialmente coletados, e que somente este percentual final que segue para destinação em aterro sanitário. Com isso, reduz-se drasticamente a necessidade de constantes ampliações de áreas de aterro sanitário, bem como potencial geração de poluentes. No entanto, informou que não possuem nenhuma planta desta natureza em atividade no momento. Afirmou que entrará em funcionamento um projeto semelhante no município de São Vicente/SP, em parceria com o porto de Santos/SP. Segundo os representantes da empresa, o investimento aplicado com a instalação do equipamento necessário para realização do serviço ficaria a encargo exclusivo desta. Para tanto, a empresa deveria permanecer por um período mínimo para amortização das despesas iniciais com a comercialização de energia elétrica gerada pela tecnologia, e subsequente geração de receitas para a empresa concessionária. Ao final da explanação, Patrick Miola requereu a autorização da Assembleia Geral para que a empresa "Pro Energia de Biomassa LTDA" realize estudos de viabilidade técnica e econômica, e formalize proposta para modelo de negócios, de modo a subsidiar futuro edital concessão de serviço público comum ou especial. Afirmou que tais estudos não terão nenhum custo para o CIRSURES, mas que poderá ser cobrado do vencedor de eventual certame licitatório que venha a ocorrer. Em contrapartida, os Representantes municipais, antes do deferimento do pedido, solicitaram que a empresa protocole tal pedido por escrito, definindo a modalidade de estudo que pretende realizar, o embasamento jurídico que o ampara, o objeto de análise e os seus pormenores, evidenciado, inclusive, a total gratuidade deste para o CIRSURES. Para a equipe técnica do CIRSURES, a Assembleia Geral solicitou o levantamento de maiores informações sobre os trabalhos já realizados pela empresa, a sua composição societária, bem como avaliação sobre a eficiência da tecnologia apresentada e amparo legal da referida proposta. Reunidas estas informações, os Representantes municipais solicitaram a apresentação destas na próxima assembleia geral para análise e definição sobre o pedido da empresa. Na sequência, retomou-se a ordem de pauta, e o Diretor passou a apresentar a situação financeira global do CIRSURES. Primeiramente, apresentou saldos em contas bancárias, valores a receber da disposição final de resíduos sólidos urbanos, coleta seletiva e produção de asfalto, além das contas a pagar, conforme planilha em anexo. Em seguida, passou-se a apresentar a proposta de orçamento de disposição final de resíduos sólidos, coleta seletiva, usina de asfalto e demais atividades para o ano de 2021, conforme planilhas anexas. Na hipótese, os Representantes municipais aprovaram integralmente, de maneira unânime, o orçamento anual para o exercício financeiro de 2021 nos moldes apresentados, sem ressalvas. Dando-se prosseguimento na pauta, passou-se a tratar dos recursos e projetos da nova célula do aterro sanitário. Na oportunidade, o Diretor lembrou o tempo de vida útil do aterro sanitário, que deverá chegar ao seu limite operacional no prazo de 4 (quatro) meses, aproximadamente. Após este período, o Diretor reforçou que os resíduos sólidos deverão ser dispostos em aterro sanitário privado até o término da obra da nova célula de aterro sanitário própria do CIRSURES. Acerca deste tema, o Diretor seguiu a sua explanação informando que o CIRSURES foi contemplado com o recurso financeiro oriundo do Ministério de Desenvolvimento Regional, no quantitativo de R\$ 1.912.356,00 (um milhão, novecentos e doze mil, trezentos e cinquenta e seis reais), valor este que custeará a construção da nova área de aterro sanitário e ampliação do sistema de tratamento de efluentes. Cientificou aos presentes que a área em que será construída a nova célula de aterro sanitário não tem relação com a área de recuperação de área degradada pela exploração do carvão mineral, estabelecida na famigerada "Ação Civil Pública (ACP) do Carvão". Informou também que o contrato de repasse já fora assinado pelo CIRSURES com a União Federal (representada pela Caixa Econômica Federal), e que, neste momento, a equipe técnica do CIRSURES está empenhada em finalizar os projetos de engenharia para encaminhamento e subsequente aprovação. Aduziu o Diretor que, tão logo aprovados os projetos, a tendência é que seja lançado o edital de licitação para realização da obra. Dando-se continuidade na pauta, o Gerente de Projetos pediu a palavra e solicitou aos Representantes municipais a informação da estimativa do quantitativo de toneladas de massa asfáltica que serão produzidas e aplicadas no ano de 2021 por cada um dos Municípios consorciados. Na ocasião, todos os Municípios consorciados informaram, individualmente, os seus quantitativos, traduzindo-se na planilha anexa. Por último, o Assessor Jurídico informou que, em relação ao Autos da "Ação Ordinária de Cobrança" nº 0301838-26.2017.8.24.0078, em trâmite na Segunda Vara da Comarca de Urussanga/SC, em que o CIRSURES é

Réu, recentemente houve julgamento em segunda instância. Nesta oportunidade, o recurso de apelação interposto pelo CIRSURES foi conhecido e provido, reformando-se a sentença de primeiro grau, a qual condenara o Consórcio no pagamento de juros e correção monetária. Desta forma, julgaram-se improcedentes os pedidos da parte Autora, e, portanto, favoravelmente ao CIRSURES. Apesar desta importante decisão, o processo até o presente momento não transitou em julgado, cabendo a possibilidade de interposição de novo recurso pela parte Autora. Esgotada a pauta, o Presidente retomou a palavra e, não havendo mais quem quisesse manifestar-se, agradeceu a presença de todos, declarou encerrada a reunião e solicitou ao Assessor Jurídico que lavrasse a ata, a qual segue assinada por todos os presentes.

Hélio Roberto Cesa Presidente do CIRSURES Prefeito de Siderópolis	Jorge Luiz Koch Vice-Presidente do CIRSURES Prefeito de Orleans
Cledio Fachin Secretário Municipal de Gestão Administrativa, Fazendária e Planejamento do Município de Cocal do Sul/SC	Luis Gustavo Cancellier Prefeito de Urussanga
Valdir Fontanella Prefeito de Lauro M-Iler	Jaimir Comin Prefeito de Treviso
Agenor Coral Prefeito de Morro da Fumaça	Thiago Maragno Biava Diretor do CIRSURES
Lindomar Caciatore Júnior Gerente de Projetos	Roger Felipe Concer de Souza Assessor Jurídico

## EDITAL DE LEILÃO 002/2020 CIRSURES

Publicação Nº 2638347

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL  
CIRSURES  
URUSSANGA - SC  
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ  
AVISO DE LEILÃO PRESENCIAL Nº 002/CIRSURES/2020

Objeto: Tem por objeto o edital de Leilão, consiste na alienação de bens móveis inservíveis ociosos, de propriedade do CIRSURES. Abertura do Leilão: As 09:00 horas do dia 28 de setembro de 2020, na sala de licitações do CIRSURES.

Edital: O edital estará à disposição aos interessados das 08 horas às 12 horas e das 13 horas às 17 horas, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, somente no CIRSURES de Urussanga/SC, na Rua Vidal Ramos, 170, sala 11 - Centro - Urussanga/SC ou no site [www.cirsures.sc.gov.br](http://www.cirsures.sc.gov.br). Maiores informações pelo telefone: (0\*\*48) 3465-0306 ou pelo e-mail: [compras@cirsures.sc.gov.br](mailto:compras@cirsures.sc.gov.br)

Urussanga (SC), 10 de setembro de 2020.  
Helio Roberto Cesa  
Presidente do Cirsures

## EXTRATO DO 1ª APOSTILAMENTO ATA 003/2020

Publicação Nº 2638184

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES  
EXTRATO DE APOSTILAMENTO de ata de REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2020.

ORGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES  
DETENTORA DA ATA: CBB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ASFALTOS E ENGENHARIA LTDA  
CNPJ:82.381.815/0001-22

FICA REVISADO O PREÇO DO ITEM:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	PREÇO UNIT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12.1/2019	VALOR UNIT. REVISADO
1	Cimento Asfáltico de Petróleo CAP 50/70	TON	R\$ 3.167,00	R\$ 3.345,94

URUSSANGA/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2020.

**EXTRATO DO 1ª APOSTILAMENTO ATA 004/2020**

Publicação Nº 2638188

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES  
EXTRATO DE APOSTILAMENTO de ata de REGISTRO DE PREÇOS

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2020.

ORGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DA REGIÃO SUL - CIRSURES  
DETENTORA DA ATA: GRECA DISTRIBUIDORA DE ASFALTOS S/A  
CNPJ:02.351.006/0003-09

FICA REVISADO O PREÇO DO ITEM:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	PREÇO UNIT. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12.2/2019	VALOR UNIT. REVISADO
1	Emulsão Asfáltica Imprimação EAI	TON	R\$ 2.049,74	R\$ 2.107,65
2	Pintura de Ligação RR 1 C	TON	R\$ 2.362,12	R\$ 2.444,86

URUSSANGA/SC, 10 DE SETEMBRO DE 2020.